ISSN 1981-2566

AUTO-PERCEPÇÃO DO DESEMPENHO ESCOLAR EM ALUNO DA 2ª SÉRIE DO ENSINO FUNDAMENTAL

Katya Luciane Oliveira
Evely Boruchovitch

Investigações apontam que o desempenho acadêmico é eficaz quando o aluno é capaz de transpor o que aprendeu em sala de aula a outros conteúdos de sua vida cotidiana. O desempenho se manifesta quando o aluno é avaliado, nessa direção.Aqueles que conseguem reter o que foi ensinado provavelmente obterão uma nota mais satisfatória relativa ao seu desempenho escolar. Inevitavelmente, o desempenho acadêmico está relacionado à quantificação do conhecimento do aluno. O conhecimento é revertido em uma nota, que por sua vez, leva à classificação. Em alguns casos, a nota obtida não expressa o real desempenho do aluno, sendo apenas uma medida parcial do seu desempenho. As avaliações formais de aprendizagem carecem de espaços que possibilitem ao aluno fazer uma auto- reflexão acerca do próprio desempenho. Uma solução seria o professor incluir como em sua avaliação uma pergunta na qual questione ao aluno como ele percebe o próprio desempenho. Nesse sentido, este estudo buscou levantar a auto-percepção acerca do próprio desempenho escolar de estudantes da 2ª série do ensino fundamental. Participaram 68 crianças matriculadas nas 2ª séries do ensino fundamental do estado de São Paulo (50%, n=34) e Minas Gerais (50%, n=50). A média de idade foi de 8 anos e seis meses (Dp=0,7). A idade mínima foi 7 anos e a máxima 12. Foi aplicado um questionário do qual perguntou-se como que a criança avaliava o próprio desempenho durante o ano. As alternativas de respostas estavam dispostas em uma escala Likert de cinco pontos variando de muito bem à muito mal, devendo a criança ler a assinalar com um x a alternativa que melhor a caracterizasse. A coleta ocorreu de forma coletiva em uma única sessão para aquelas cujos pais assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido consentindo na participação. Cabe destacar que todos os cuidados éticos foram tomados para a realização do estudo. Os resultados indicaram que 2,9% (n=2) das crianças responderam que se saíram bem, 17,6% (n=12) responderam que se saíram regular, 38,2% (n=26) responderam que se saíram mal e 41,2% (n=28) disseram ter saído muito mal. Para se avaliar se a distribuição era eqüitativa recorreu-se ao teste Qui². Os dados mostraram que a distribuição não era eqüitativa, considerando [χ2(3, 68)=26,59; p≤0,000]. Foi interessante notar que nenhuma criança julgou que se saiu muito bem na escola. Foi muito baixo também o percentual de crianças que se auto-avaliaram como tendo se saído bem. Esses dados parecem indicar que os alunos, embora de uma série inicial (2ª série), já apresentam uma auto-percepção do próprio desempenho escolar, possivelmente mais rebaixada. Cabe sugerir que estudos futuros avaliem se essa percepção permanece ao longo das séries escolares, bem como o quanto ela se relaciona de fato com o desempenho real do estudantes.

Palavras-chave: Desempenho escolar, percepção, aprendizagem.

ISSN 1981-2566

ANÁLISE DA AVALIAÇÃO DINÂMICA E INFORMATIZADA DE LEITURA POR TRI

Ronei Ximenes Martins
Maria Cristina Rodrigues Azevedo Joly

Este trabalho objetivou obter e analisar a habilidade em compreensão em leitura a partir de um módulo instrucional informatizado. Foi aplicada a Teoria de Resposta ao Item (TRI) a uma avaliação dinâmica e informatizada para obter, de forma padronizada, os indicadores de habilidade em leitura dos estudantes. A TRI propõe um modelo matemático onde a probabilidade de resposta a um item é obtida como função da habilidade do indivíduo e de parâmetros que expressam propriedades do item. Quanto maior a habilidade, maior será a probabilidade de o individuo acertar o item. O estudo foi desenvolvido em uma escola da rede pública de ensino do interior do Estado de São Paulo. Participaram da pesquisa 53 estudantes que freqüentavam a 2ª (22,64%), 3ª (30,18%) e 4ª (47,18%) séries do ensino fundamental. Com idade entre 8 e 11 anos (M=9,53; DP = 0,973), 54,7% eram do sexo feminino. O instrumento utilizado na investigação contou com um teste inicial, baseado na Técnica de Cloze, seguido por instrução e teste final igual ao primeiro, em sequência, sem interrupção. Os resultados indicaram que a avaliação dinâmica se ajustou tanto ao modelo de um parâmetro quanto ao de três parâmetros da TRI, com bom índice de fidedignidade (KR-20=0,91). As lacunas formaram dois grupos em razão da dificuldade, quais sejam, um grupo com itens muito fáceis ou fáceis (N=25) e outro com itens difíceis (N=13). Uma lacuna (10ª) foi excluída da modelagem por apresentar 100% de acertos. Os resultados obtidos com o modelo de três parâmetros indicam que o instrumento foi de fácil resolução para os participantes (b=-0,78) e apresentou discriminação moderada (a=1,07). Com relação à probabilidade de acerto ao acaso (parâmetro c), o teste apresentou valor igual a 0,24, índice elevado se considerado que cada lacuna possui três alternativas de resposta. Tais características podem explicar a baixa variabilidade apresentada entre os resultados dos testes inicial e final.

Palavras-chave: Teoria de Resposta ao Item, Avaliação Dinâmica Informatizada, Compreensão em leitura.

ISSN 1981-2566

ATITUDES DE ESTUDANTES DE PSICOLOGIA

Marjorie Cristina Rocha da Silva
Claudette Maria Medeiros Vendramini
Anelise Silva Dias

Ao longo da vida escolar, o estudante é submetido a várias situações de ensino e muitas modificações podem ocorrer em seu pensamento, sentimento e ações. Embora, o funcionamento da mente de uma pessoa e os processos internos que nela ocorrem não possam ser visualizados e analisados, alguns aspectos de seu intelecto ou de sua competência podem ser inferidos a partir da observação de seus comportamentos, desempenho ou realizações. De forma geral, a atitude é considerada como uma disposição pessoal, presente em todos os indivíduos e com diferentes intensidades. Segundo essa concepção, o ser humano reage de maneira favorável ou desfavorável (positiva ou negativa, em outros termos) a objetos, situações, fatos, indivíduos, proposições e apresenta componentes do domínio afetivo, cognitivo e motor. Com base em vários estudos é possível constatar que a atitude positiva é um elemento importante para facilitar a aprendizagem de conceitos, sendo que o desempenho acadêmico pode estar relacionado à experiências anteriores de aprendizagem. Este trabalho objetivou avaliar as atitudes de estudantes de Psicologia em relação à Estatística, identificando a relação com gênero, idade, turno, série e instituição de ensino, e verificar a associação entre as atitudes, desempenho acadêmico e autopercepção do estudante em Estatística. Responderam um questionário de identificação e uma escala de atitudes 361 estudantes de Psicologia, com idades de 18 a 65 anos, 81% mulheres e 53% do noturno. A escala do tipo Likert contém 21 proposições que expressam os sentimentos em relação à Estatística, sendo dez positivas, dez negativas e uma complementar, que verifica a autopercepção do universitário em relação ao próprio desempenho. O máximo de pontos que pode ser obtido na escala de atitudes é de 80 e o mínimo de 20, indicando, respectivamente, atitudes mais positivas e mais negativas. Outros estudos revelam a fidedignidade e evidências de validade dessa escala. Observou-se que os participantes apresentaram atitudes ligeiramente mais negativas do que positivas. A atitude média dos universitários de Minas Gerais foi significativamente mais positiva que a atitude média dos estudantes de São Paulo. Os universitários do matutino apresentaram atitude média significativamente mais positiva que a dos estudantes do noturno. Observou-se também que as atitudes das primeiras séries são significativamente menos positivas que as atitudes das últimas séries do curso. Não foram verificadas diferenças significativas de atitudes por gênero e faixa etária. Constatou-se a existência de correlações positivas e significativas entre atitude, desempenho acadêmico e autopercepção de desempenho. Nessa perspectiva, compreender como se relacionam às atitudes, as competências, o autoconceito e o desempenho dos estudantes pode auxiliar no planejamento e avaliação do ensino-aprendizagem de uma disciplina.

Palavras-chave: Psicologia educacional, desempenho acadêmico, autopercepção.

ISSN 1981-2566

AUTOCONCEITO ACADÊMICO DE ESTUDANTES DE PSICOLOGIA

Marjorie Cristina Rocha da Silva
Claudette Maria Medeiros Vendramini

O autoconceito pode ser concebido como um construto multidimensional que se refere à percepção da pessoa em termos acadêmicos e não acadêmicos. O autoconceito acadêmico refere-se à percepção de uma pessoa em relação à sua realização na escola, ou se considerada uma área de conhecimento, à percepção do indivíduo em relação a essa área. A Estatística, enquanto disciplina acadêmica, contribui para o melhor entendimento de aspectos relativos à Avaliação Psicológica e Educacional, principalmente no que se refere à adequada utilização e interpretação de instrumentos de medida. Considerando a sua importância e as dificuldades que estudantes enfrentam ao estudar Estatística, julgou-se relevante identificar o autoconceito de estudantes nessa área de conhecimento. Dessa forma, o presente estudo tem como objetivo avaliar o autoconceito acadêmico de estudantes de Psicologia em Estatística, e verificar diferenças de autoconceito por instituição de ensino, série, turno, faixa etária e gênero dos participantes. Participou da pesquisa uma amostra de 252 universitários do curso de Psicologia, 81% do gênero feminino, com idades de 18 a 65 anos, de duas instituições de ensino superior, uma do interior do estado de São Paulo e outra de Minas Gerais. Os universitários responderam, coletivamente, um questionário de identificação e uma escala de autoconceito acadêmico em Estatística do tipo Thurstone, ou seja, uma escala de intervalos aparentemente iguais, que consiste num conjunto de declarações em que cada uma possui um valor predefinido e são apresentadas aos respondentes para que delas concordem ou discordem. A escala contém 21 itens com pontuações variando de um, totalmente falsa, a oito, totalmente verdadeira. A pontuação total na escala varia de 21 pontos, indicando o autoconceito mais negativo, até 168 pontos, indicando o autoconceito mais positivo. Outros estudos revelam a fidedignidade e evidências de validade dessa escala. Os resultados revelaram que os universitários tendem, em média, a um autoconceito mais positivo do que negativo. O autoconceito médio dos universitários de Minas Gerais foi significativamente mais positivo que o autoconceito médio dos estudantes de São Paulo. Observou-se também que os autoconceitos médios das primeiras séries são significativamente menores que o autoconceito médio das últimas séries do curso, podendo significar que ao passar dos anos, a percepção dos estudantes a respeito da disciplina deva estar mais consolidada. O autoconceito médio dos universitários do matutino é significativamente superior a dos estudantes do noturno. Não foram verificadas diferenças significativas de autoconceito por faixa etária e gênero. Sugere-se que outros estudos sejam realizados a fim de buscar possíveis associações entre autoconceito acadêmico em Estatística e outras variáveis, tais como, expectativas do professor em relação ao desempenho do estudante, fatores motivacionais, crenças de auto-eficácia de estudantes e docentes e, entre outras, que possam contribuir para o ensino aprendizagem de Estatística.

Palavras-chave: Autopercepção, psicologia educacional, educação estatística.

ISSN 1981-2566

APLICAÇÃO DA TRI NUMA PROVA DE LEITURA USANDO CLOZE

Maria Cristina Rodrigues Azevedo Joly
Anelise Silva Dias
Adriana Ferreira Nicolau Nicolau
Nayane Martoni Piovezan

Este trabalho objetivou aplicar a Teoria de Resposta ao Item em uma prova de compreensão em leitura. O estudo foi desenvolvido em oito escolas da rede pública (84,0%) e particular (16,0%) de ensino, de seis cidades do interior do Estado de São Paulo. Somou-se uma população de 275 crianças de segunda série. Os alunos são de ambos os sexos, sendo 50,2% do feminino, com idade variando de 7 a 14 anos, com uma média de 8,33 anos e desvio-padrão de 0,89. O instrumento é composto por um trecho de uma história infantil. Foi utilizado Sistema Orientado de Joly, baseado na Técnica de Cloze, implicando omissões a cada cinco vocábulos, sendo estes substituídos por lacunas do mesmo tamanho, e, cada uma deve ser preenchida com uma dentre cinco opções. Os dois primeiros parágrafos foram mantidos em sua forma original, e o apagamento iniciou-se a partir do quinto vocábulo do parágrafo seguinte e, após a trigésima nona lacuna, o texto manteve sua forma original. Foi atribuído um ponto para as respostas certas e zero para as respostas erradas, variando de zero a trinta e nove pontos. A aplicação do instrumento foi realizada no ambiente escolar, aplicado coletivamente nas classes, com no máximo de quarenta crianças, em horário escolar, cedido pelos diretores e professores. O tempo médio de aplicação variou de 45 minutos. Observou-se que os resultados das estatísticas gerais dos itens indicam a adequabilidade da prova. Verificou-se que os resultados indicaram que a prova se ajustou ao modelo de três parâmetros, com um bom índice de fidedignidade (KR=0,91). Os índices de discriminação (a) médio igual a 0,28, índice de dificuldade (b) 1,08 e probabilidade de acerto ao acaso (c) igual a 0,21. A partir da análise realizada observa-se que as lacunas mais fáceis de serem preenchidas são as de número um (b=-1,18) e quatro (b=-0,85), mesmo com uma baixa habilidade, os estudantes têm uma probabilidade de acerto razoável. E, as lacunas mais difíceis foram as de número treze (b=1,48) e vinte e um (b=1,61), requerendo uma maior habilidade para uma resposta correta. Pode-se perceber que os itens mais discriminativos foram os de número cinco (a=1,40) e sete (a=1,29), portanto, os indivíduos com uma mesma habilidade possuem maior probabilidade de responder corretamente estes dois itens (5 e 7), do que aos itens 6 (a=0,71) e 30 (a=0,83). Com relação à probabilidade de acerto ao acaso (c), o teste apresenta um valor igual a 0,21, uma vez que os itens do teste são questões com cinco alternativas cada, pode-se afirmar matematicamente que a probabilidade de um estudante de baixa habilidade acertar o item é aproximadamente igual a 0,20. Nessa perspectiva, destaca-se a importância de se avaliar uma prova de compreensão em leitura aplicada em séries iniciais do ensino fundamental, uma vez que é nesta fase em que se inicia o processo de alfabetização e a formação de bons leitores.

Palavras-chave: Compreensão em leitura, sistema orientado de cloze, teoria de resposta ao item.

ISSN 1981-2566

AVALIAÇÃO DA ESCRITA E DO RECONHECIMENTO DE PALAVRAS: PREVENINDO PROBLEMAS DE APRENDIZAGEM

Fermino Fernandes Sisto

A aprendizagem da leitura e escrita é uma atividade complexa, durante a qual o indivíduo recorre a diferentes habilidades como a identificação das letras, o reconhecimento das palavras e seus significados. Considera-se que a identificação dos símbolos impressos, como letras e palavras, seja essencial para que a aquisição da leitura e escrita ocorram. Vários estudos têm apontado a estreita relação do reconhecimento de palavras com habilidades ortográficas. A quebra de encadeamento desse processo tem sido apontada como um dos elementos desencadeadores das chamadas dificuldades de aprendizagem. Elas podem ser relativas a aspectos específicos, ou seja, referente a alguma área particular como a escrita e/ou o reconhecimento de palavras ou a aspectos gerais, como ocorre quando a aprendizagem é mais lenta que o normal em diversas habilidades. Assim, as dificuldades de aprendizagem em leitura implicam normalmente em uma falha no reconhecimento ou na compreensão do material escrito, sendo o reconhecimento o mais básico desses processos. O uso de instrumentos que auxiliem na identificação de falhas na aprendizagem da escrita e no reconhecimento de palavras poderá ser bastante útil como detectores precoces de problemas de aprendizagem que poderão se instalar no futuro. Dois instrumentos recentemente desenvolvidos têm se mostrado adequados para tanto, a saber a 'Escala de Reconhecimento de Palavras' e a 'Escala de Avaliação da Escrita'. Ambos foram desenvolvidos para utilização com crianças das séries iniciais do ensino fundamental e várias pesquisas têm mostrado que ambos possuem evidências de validade de critério, ou seja, são capazes de identificar alunos que têm bom desempenho daqueles que apresentam mau desempenho. Nesse sentido, seu emprego pode ser um importante auxiliar na identificação precoce de problemas de aprendizagem.

Palavras-chave: Bender, leitura, ensino fundamental.

ISSN 1981-2566

AVALIAÇÃO DAS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM NA LEITURA E NA ESCRITA

Rosane Braga de Melo
Daniele Borges de Mello
Débora Guarino Cardozo
Fabiana das Neves Silva
Flávia Louise Neves Gonçalves
Lilian Ribeiro Fróes
Patricia Lobato
Paulo Hospodar

O presente trabalho tem por objetivo apresentar uma perspectiva histórica e crítica dos processos de avaliação das dificuldades de aprendizagem escolar, particularmente as que se referem ao aprendizado da leitura e da escrita. Diante do fracasso na aprendizagem da língua escrita nas escolas brasileiras, tornam-se relevantes estudos que conduzam ao desenvolvimento de instrumentos de avaliação que possam contribuir para a compreensão dos obstáculos que os aprendizes apresentam nesse processo. A avaliação pode ser definida como um processo de coleta de informações acompanhada por um objetivo específico e que auxilia na direção de uma série de decisões sobre um sujeito com dificuldades, permitindo o planejamento de ações e intervenções possíveis (Dockrell & McShane, 2000; Primi, 2005). Os sistemas tradicionais de avaliação das dificuldades de aprendizagem escolar adotadas pela Psicologia tendem a ignorar a natureza interativa do ensino e da aprendizagem, atribuindo, em geral, a responsabilidade do fracasso escolar à criança ou ao seu meio social (Dockrell & McShane, 2000; Mota, 2005; Proença, 1997). Historicamente, tem prevalecido tanto o modelo médico e patologizante quanto o padrão psicométrico de avaliação. As limitações e inadequações desses modelos de avaliação vêm sendo exaustivamente discutidas na literatura que trata de avaliação das aprendizagens escolares fundamentais (Grégoire, 2000; Grégoire & Piérart, 1997; Maluf, 2003; Mota, 2005; Proença, 1997). Torna-se necessário avançar na identificação do perfil de potencialidades e de necessidades dos aprendizes, para além do que os testes de habilidades específicas e os modelos de psicodiagnósticos permitem. Importa observar que uma dificuldade de aprendizagem pode ser específica, como ocorre quando a criança apresenta dificuldades na leitura, ou pode ser geral, quando, por exemplo, ela apresenta um aprendizado mais lento que o normal em uma série de tarefas. Alguns problemas nas aprendizagens escolares fundamentais podem ser transitórios, no entanto, alguns aprendizes apresentam dificuldades mais persistentes. Mais recentemente, o enfoque cognitivo de referência vem afirmando a importância de uma avaliação que leve em conta a tarefa, além da criança e do contexto. Com o propósito de transformar a avaliação em intervenções eficientes, Dockrell e McShane (2000) sugerem que o profissional que atua avaliando crianças com dificuldades de aprendizagem deve elaborar um programa de acordo com as exigências da tarefa, com o comportamento e as habilidades cognitivas do sujeito, e o contexto no qual a intervenção vai ocorrer. As contribuições das ciências cognitivas para a compreensão da aprendizagem da língua escrita vêm conduzindo a novas perspectivas de avaliação e de diagnóstico, muito embora tais avanços nem sempre sejam acompanhados por uma mudança da prática de diagnóstico dos problemas de aprendizagem (Maluf, 2003; Mota, 2005).

Palavras-chave: Avaliação, dificuldades de aprendizagem, leitura e escrita.

ISSN 1981-2566

AVALIAÇÃO DINÂMICA INFORMATIZADA DA COMPREENSÃO EM LEITURA

Maria Cristina Rodrigues Azevedo Joly
Alessandra Rodrigues Almeida
Gerusa Marcondes Pimentel Issa
Lília Maíse de Jorge
Ronei Ximenes Martins
Samantha de Oliveira Nogueira
Sílvia Verônica Pacanaro

Avaliação dinâmica constitui-se numa forma de avaliar indivíduos contemplando, além da testagem convencional, uma fase de intervenção instrucional visando capacitar o examinando a compreender a essência da tarefa, a refletir sobre as estratégias de solução, para depois emitir sua resposta. O modelo utilizado nesta investigação contou com uma avaliação inicial (pré-teste), seguida por instrução e avaliação final (pós-teste), sem interrupção. Estudos com esse enfoque na área educacional têm mostrado as vantagens da avaliação dinâmica sobre a tradicional, por permitir avaliar a possibilidade de mudança, no indivíduo, a partir de feedback e pistas pontuais, estimando-se seu potencial de aprendizagem. Nesse sentido, o objetivo do presente estudo foi analisar o desempenho dos participantes em tarefa de compreensão em leitura, aplicada dentro de um modelo de avaliação dinâmica, contendo um módulo instrucional informatizado, visando relacionar tal performance com o desempenho cognitivo geral e a habilidade em decodificação. O módulo instrucional apresentou informações procedimentais sobre compreensão em leitura usando como referência a estrutura sintática e semântica da linguagem escrita. Participaram da pesquisa 53 estudantes que freqüentavam 2ª (22,64%), 3ª (30,18%) e 4ª série (47,18%) do Ensino Fundamental em uma escola pública do interior de São Paulo. Tinham idade entre 8 e 11 anos (M=9,53; DP= 0,973), sendo 54,7% deles do sexo feminino. Foram preliminarmente avaliadas as habilidades de resolução de problemas por meio das Matrizes Progressivas Coloridas de Raven – Escala Especial e a decodificação da linguagem escrita usando o Teste de Compreensão em Leitura Silenciosa – TeCoLeSi. Verificou-se um desempenho cognitivo médio de 26,36 (DP=5,7) para todos os participantes, classificado como superior. Constatou-se que os participantes, em média, reconhecem os padrões formais da linguagem escrita pois apresentaram um desempenho médio alto no TeCoLeSi (M= 63,47; DP=4,75). A avaliação dinâmica da compreensão em leitura foi realizada utilizando-se um texto impresso em Cloze, antes e depois dos participantes lerem o módulo instrucional informatizado. Todas as aplicações foram coletivas e duraram aproximadamente 20 minutos. Os resultados revelaram que houve diferença significativa por série para o desempenho em compreensão em leitura, considerando as variáveis relativas às habilidades cognitivas gerais e decodificação como covariantes na análise estatística multivariada realizada (MANOVA). Tal resultado não foi verificado no pré-teste, o que indica que houve efeito do módulo instrucional sobre a compreensão, apesar dessa não ser estatisticamente significativa. O melhor desempenho em compreensão foi dos participantes de 4ª série. Não se constatou diferença significativa entre o desempenho no pré e pós-teste da prova de compreensão em leitura para nenhuma série. A despeito disso, verificou-se correlação positiva e significativa para compreensão (pós-teste) com decodificação na 2ª série e com habilidades cognitivas gerais para 3ª e 4ª séries. Isso pode indicar que o módulo instrucional mobiliza habilidades cognitivas gerais no indivíduo, permitindo que outras habilidades, como compreensão em leitura, possam se expressar posteriormente com um diferencial, como conseqüência dessa intervenção, para crianças que já superaram a fase de decodificação no processo de leitura e escrita.

Palavras-chave: Cloze, habilidades cognitivas, avaliação dinâmica.

ISSN 1981-2566

AVALIAÇÃO DO ESTRESSE NO CONTEXTO EDUCACIONAL: ANÁLISE DE PRODUÇÃO DE ARTIGOS CIENTÍFICOS

Sílvia Verônica Pacanaro
Acácia Aparecida Angeli Santos

O mundo atual faz grandes exigências relacionadas ao sucesso pessoal e profissional, levando as pessoas a um constante estresse, aqui entendido como um conjunto de reações desencadeadas diante de algo que nos amedronta ou irrita ou mesmo que nos alegra ou deixa feliz. Pode-se considerar que o estresse está presente em inúmeras situações boas ou ruins, que levam à quebra da homeostase do ser humano e exigem uma adaptação, sendo prejudicial conforme predisposição do indivíduo. O estresse está sendo investigado por muitos pesquisadores de diversas áreas de conhecimento e a avaliação desse construto mostra-se relevante em muitos aspectos, especialmente na área da construção de instrumentos psicológicos, possibilitando uma investigação mais adequada. Considerando a importância do tema, o presente estudo teve por objetivo realizar uma revisão de literatura sobre a avaliação do estresse no contexto educacional por meio da recuperação de textos publicados em revistas científicas na área da psicologia. Foram analisados artigos científicos publicados entre os anos 1996 a 2005. As revistas foram escolhidas como fonte de análise, por serem consideradas como as mais qualificadas da área, tendo em vista que receberam conceitos A, B e C na última avaliação (2004/2005) realizada pela Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia (ANPEPP) em parceria com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES). Para o levantamento dos dados foram utilizadas as seguintes categorias, a saber, ano de publicação, revistas que mais publicaram artigos sobre o tema, instituição de origem do autor, autoria única ou múltipla, afiliação institucional dos autores, participantes, instrumentos utilizados e referências bibliográficas citadas com maior freqüência (artigos, livros, dissertações e teses). Os resultados demonstraram que existem muitas pesquisas sendo realizadas sobre o estresse, havendo, no entanto, escassez de pesquisa sobre a avaliação do estresse no contexto educacional. As revistas Aletheia e Psico-USF foram as que mais publicaram artigos sobre o tema. Em relação à autoria há predominância de autoria múltipla nas publicações, sendo destacada a Pontifícia Universidade Católica de Campinas, como instituição que mais tem produzido sobre o assunto. Referente aos instrumentos de avaliação do estresse no contexto escolar, os mais utilizados foram a Escala de Stress Infantil de Lipp e Lucarelli e o Inventário de Sintomas de Stress para Adultos de Lipp. A análise desses dados possibilitou verificar um aumento da produção científica sobre o tema ao longo desses 10 anos de pesquisa sobre o assunto, e ratificou a importância deste tipo de pesquisa para definição do perfil da produção científica sobre um determinado tema, apontando caminhos para o desenvolvimento de novos estudos.

Palavras-chave: Estresse, avaliação psicológica, produção científica.

ISSN 1981-2566

AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA E PSICOLOGIA ESCOLAR – UM ESTUDO DESSA INTERFACE NA CONTEMPORANEIDADE

Ana Caroline Leite de Aguiar
Paula Sampaio Meireles de Sousa

A avaliação psicológica constitui um processo integrado, que pode utilizar diversas técnicas para identificar demandas e comportamentos do avaliando, tecendo, a partir daí, algumas descrições para inferir hipóteses, intervir segundo estas e, finalmente, monitorar todos os processos anteriores. (PASQUALI, 2001)Trata-se, ademais, de uma atuação psicológica que transitou por diversos modelos ao longo do tempo, passando por parâmetros médicos, psicométricos, psicanalíticos, compreensivos, etc, e atingiu vários campos profissionais da Psicologia, não se restringindo à prática clínica.Diante disso, visou-se, nesse trabalho, investigar que espaços a avaliação psicológica tem ocupado no contexto da Psicologia Escolar e como ela tem sido utilizada nessa área psi.Para tanto, visitaram-se, nos meses de outubro de novembro de 2005, duas escolas particulares fortalezenses, escolhidas por facilidade de acesso, com filosofia, metodologia e público-alvo diferenciados. A primeira instituição caracteriza-se como construtivista, trabalha com Berçário, Educação Infantil e Ensino Fundamental I e possui apenas uma psicóloga, cuja abordagem de trabalho baseia-se em princípios do Psicodrama. A segunda escola visitada apresenta uma proposta metodológica mais tradicional, com objetivos mais voltados à aprovação dos alunos em vestibulares e dedica-se ao Ensino Fundamental II, Ensino Médio e cursos de pré-vestibular, contando com três psicólogas, cujas linhas teóricas referem-se à Gestalt-terapia, Psicanálise e Análise do Comportamento.Realizaram-se, nessas visitas, entrevistas semi-estruturadas com as profissionais de Psicologia de ambas as escolas. Tais técnicas subsidiaram as considerações explicitadas a seguir.Observou-se que a avaliação psicológica, nos contextos escolares supracitados, constitui um coadjuvante cada vez mais inexpressivo na atuação das psicólogas, sucumbindo a uma prática de cunho predominantemente preventivo. Outras atividades atribuídas pelas entrevistadas ao psicólogo escolar, como mediação das relações humanas na escola, trabalho com a motivação dos estudantes, adaptação de alunos novatos, orientação de estudo e orientação profissional, ganham maiores relevos quando comparadas à atividade de avaliação psicológica na atmosfera escolar. Avaliar pareceu, na concepção das psicólogas consultadas, algo prioritariamente destinado à clínica. Todas as profissionais colocaram que, ao se depararem com alunos cuja demanda é merecedora de uma atenção mais pormenorizada, de um psicodiagnóstico, fazem encaminhamentos a psicólogos clínicos, uma vez que não caberia a elas, no contexto em que se encontram, um aprofundamento em determinadas questões.Não obstante, dentre as técnicas de avaliação mais utilizadas, destacaram-se as entrevistas (com alunos e suas famílias) e observações. Apontou-se, ainda, o uso de testes psicológicos no contexto de orientação profissional, porém, em geral, estes não foram tidos como essenciais na atuação em Psicologia Escolar e são entendidos como recursos que podem auxiliar processos (nunca protagonizá-los), demandando, contudo, muito tempo, disponibilidade e critério.

Palavras-chave: Avaliação psicológica, Técnicas avaliativas, Psicologia Escolar.

ISSN 1981-2566

A AVALIAÇÃO NO ÂMBITO ESCOLAR: A LEGITIMAÇÃO DO COMBATE À DIFERENÇA?

Cristina Monteiro Barbosa

A necessidade de avaliar surgiu na psicologia como modo de legitimar-se como ciência. O ideal científico, no final do século XIX, era pautado pelo positivismo que legava às descobertas científicas a necessária comprovação dos resultados, para que pudessem ser universalizados. Seguindo esta trajetória se iniciou na Psicologia diversas pesquisas: Galton investigou as diferenças individuais; Cattell deu seqüência a essas investigações e Binet-Simon criaram os testes responsáveis pela quantificação da inteligência. Piaget fez severas críticas ao método de avaliação da inteligência empregada no contexto escolar. A criação de testes psicológicos, por Binet-Simon, foi foco de inúmeras criticas, principalmente por produzir a exclusão e a segregação de muitos alunos, gerando diversos problemas. O principal vetor, sinalizado em relação a testagem da inteligência, foi o de não levar em conta a lógica do pensamento infantil que se manifestava de modo diferente ao do adulto. Esta contestação gerou uma pesquisa no âmbito da Psicologia que originariamente fez nascer a epistemologia genética. No século atual nos deparamos com questões referentes ao processo de avaliação psicológica que também são focos de preocupação: a massificação de diagnósticos de hiperatividade e distúrbios de comportamento. As avaliações realizadas no âmbito da medicina, da psicologia e da escola estão sendo discutidas nos meios acadêmicos e, além destes, vem sendo denunciadas pela mídia como polêmicos (Artigo publicado na Revista Época de Novembro de 2006 “A polêmica da hiperatividade”). No mundo globalizado, onde as informações circulam rapidamente e falta tempo para acompanhá-las, percebemos que o homem encontra-se sempre em movimento – buscando responder a demandas diversas e imperativas, impostas pela cultura atual. Indagamos: será que estamos nos tornando multifuncionais? O tempo e o espaço puderam ser unificados pelo avanço das descobertas tecnológicas: a Internet nos possibilita estar em diversos lugares, conversando com diversas pessoas ao mesmo tempo. Diante das inúmeras inovações surgidas a partir da modernidade, qual o lugar oferecido ao homem? Será que nos resta sermos todos hiperativos? O que legitima o diagnóstico de hiperatividade em sua produção em massa? Há algo subentendido em relação à prática diagnóstica? Será que o diagnóstico de hiperatividade está a serviço do capitalismo, a medida que o ultimo avanço da ciência foi produzir um medicamento para ser consumido em massa? A medida que as industrias farmacêuticas produzem um remédio para intervir no comportamento, constata-se que a subjetividade é excluída e as diferenças individuais são abolidas em nome de um ideal social que promove a massificação, deixando de fora qualquer possibilidade para que a singularidade do sujeito possa ser preservada. Em relação aos diagnósticos que encontram solo fértil no âmbito escolar, torna-se possível penar que sua repercussão se deve ao fato de que na sociedade atual não haver uma valorização do “ser normal”. O “normal” é estigmatizado como o indivíduo que se enquadra nas normas instituídas, inviabilizado de transgredi-la, se quer, minimamente. Neste sentido, o combate à singularidade e ao que escapa ao controle não estaria sendo promovido no âmbito escolar através do processo de avaliação?

Palavras-chave: Avaliação psicológica, ato educativo, contornos sociais.

ISSN 1981-2566

AFETIVIDADE E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: EFEITOS AVERSIVOS DA AVALIAÇÃO ESCOLAR

Sérgio Antônio da Silva Leite

O processo tradicional de avaliação escolar tem sido um instrumento de distanciamento entre o aluno e os objetos de conhecimento envolvidos na situação escolar. Como uma das dimensões da mediação pedagógica exercida pelo professor em sala de aula, a avaliação é um processo sensivelmente marcado por dimensões afetivas, não ficando seus efeitos circunscritos à instância cognitiva. Baseando-se na abordagem histórico-cultural, assume-se que a qualidade afetiva da relação que se estabelece entre o sujeito (aluno) e o objeto de conhecimento (conteúdos escolares) depende, basicamente, da qualidade afetiva da mediação pedagógica exercida pelo professor, da qual a avaliação é parte integrante e fundamental. Nesta conferência, a partir de dados de pesquisas desenvolvidas pelo grupo orientado pelo autor, pretende-se analisar os possíveis efeitos aversivos do processo de avaliação escolar, tendo como sujeitos jovens estudantes de cursos pré-vestibulares, que afirmavam ter vivenciado, em suas vidas escolares, práticas de avaliação consideradas aversivas. Através do procedimento de entrevistas recorrentes, identificaram-se 15 núcleos de significação correspondentes aos efeitos aversivos, sendo que serão apresentados e discutidos os principais. Discutir-se-ão, também, implicações e alternativas para o processo de avaliação escolar.

ISSN 1981-2566

AVALIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO COGNITIVO DE CRIANÇAS ISOLADAS DEMOGRAFICAMENTE

Vanessa Cassinelli Chenta

A grande diversidade cultural do Brasil pode ser influência direta na forma com que as crianças se desenvolvem. Sabe-se que estimulações da mídia, dentre tantas outras presentes nos centros urbanos, auxiliam o desenvolvimento de algumas habilidades. Pensando em uma criança demograficamente isolada, por exemplo, crianças que vivem em comunidades ribeirinhas, como ocorre seu desenvolvimento quanto às habilidades percepto-motoras e principalmente seu nível de inteligência fluída? A partir de vivências práticas com crianças ribeirinhas, surgiu o questionamento quanto ao desenvolvimento cognitivo dessa população. O objetivo principal deste trabalho foi verificar a evolução do desenvolvimento cognitivo e da habilidade percepto-motora dessas crianças. Participaram 84 crianças de quatro comunidades localizadas às margens do rio Madeira, no estado de Rondônia. Para tanto, utilizou-se como instrumento de avaliação o Bender Sistema de Pontuação Gradual (B-SPG) que avalia o desempenho percepto-motor da criança de seis a dez anos, e o Teste de Inteligência Não-Verbal (TONI-A) que avalia o nível de inteligência fluida. Comunidades com menores estruturas apresentaram um menor índice de desempenho em ambos os instrumentos. Os resultados apontaram que o nível de habilidade percepto-motora e de inteligência fluida atingiu média abaixo das amostras normativas. Comparando os resultados obtidos entre as comunidades pesquisadas, concluiu-se que condições mínimas de infra-estrutura, saúde e educação fazem diferenças quanto ao desenvolvimento humano. Os dados dessa pesquisa confirmam a hipótese de que melhores condições de vida contribuem para um melhor desempenho cognitivo. Entretanto, questiona-se a eficácia destes instrumentos na avaliação dessa população, uma vez que existem grandes diferenças culturais e sociais entre populações isoladas demograficamente e centros urbanos, principalmente dos estados sudeste e sul do país, onde se concentram os núcleos de pesquisa em avaliação psicológica.

Palavras-chave: Habilidade percepto-motora, inteligência fluida, população ribeirinha.

ISSN 1981-2566

ANÁLISE DE ITENS DE UM TESTE DE CLOZE PARA ENSINO FUNDAMENTAL

Maria Cristina Rodrigues Azevedo Joly
Adriana Ferreira Nicolau Nicolau
Nayane Martoni Piovezan
Anelise Silva Dias
Aline Cristina Istome

A leitura é um instrumento indispensável na vida escolar e social dos estudantes e, especialmente, a compreensão é considerada uma habilidade fundamental, pois integra o conhecimento que o indivíduo possui com o que ele adquire por meio da aprendizagem. Apesar das pesquisas revelarem deficiências por parte destes alunos, há a necessidade de julgar a qualidade e adequação dos instrumentos utilizados neste campo. Assim, este estudo teve por objetivo avaliar a dificuldade dos itens em uma prova de compreensão em leitura em 518 crianças da 4ª série do Ensino Fundamental, com idade entre 9 e 14 anos (M=9,83 e DP=0,88), sendo 46,2% do sexo feminino e 53,8% do sexo masculino. 56,7% freqüentavam escola particular e 43,3% escola pública. Utilizou-se um trecho de 350 palavras de uma história infantil, no qual aplicou-se o Cloze tradicional com omissão de todo quinto vocábulo. As palavras omitidas foram substituídas por lacunas que foram preenchidas pelo testando com o vocábulo que consideraram mais adequado para dar sentido ao texto. Foi atribuído um ponto para as respostas certas e zero para as respostas erradas, variando de zero a cinquenta e nove pontos. A aplicação foi coletiva e teve duração máxima de 45 minutos. Verificou-se, após a análise pela Teoria de Resposta ao Item (TRI), que a prova se ajustou ao modelo de dois parâmetros, com um bom índice de fidedignidade (KR=0,95). Os índices de discriminação (a) médio igual a 1,04 e índice de dificuldade (b) 0,81. Os itens da prova podem ser considerados difíceis e com ótimo índice de discriminação. Destaca-se que as lacunas mais fáceis de serem preenchidas são as de número seis (b=-1,48) e sete (b=-1,29), indicando que mesmo com uma baixa habilidade, os estudantes têm uma probabilidade de acerto razoável. E, a lacuna mais difícil foi a de número quatorze (b=2,56) e quinze (b=2,94), requerendo uma maior habilidade para uma resposta correta. Pode-se perceber que o item mais discriminativo foi o dez (a=1,75) e o com menor índice de discriminação foi o 56 (a=0,69). Isso indica que os indivíduos com uma mesma habilidade possuem maior probabilidade de responder corretamente o item 10 do que 56. Os resultados mostraram ainda, que o item 37 possui algum indicador de problema, uma vez que seu índice de dificuldade (b) é igual a 3,00, sendo superior ao limite crítico de 2,95, assim, este item pode ser apontado como pouco adequado para o conjunto de itens. Esta análise, ao possibilitar a classificação dos itens por sua dificuldade, permite tanto uma identificação mais precisa do desempenho em compreensão em leitura quanto uma intervenção orientada para as necessidades individuais dos estudantes.

Palavras-chave: Compreensão em leitura, TRI, avaliação.

ISSN 1981-2566

A PERCEPÇÃO DOS ALUNOS DO COMPORTAMENTO COMUNICATIVO DO PROFESSOR DE CIÊNCIAS

Daniel Abud Seabra Matos
Sérgio Dias Cirino
Walter Lana Leite

Nas últimas três décadas, pesquisas internacionais têm se dirigido para o desenvolvimento e uso de instrumentos para avaliar o ambiente de aprendizagem da sala de aula a partir da perspectiva do aluno. Medidas da percepção são usadas hoje com freqüência, particularmente na investigação de amostras grandes de salas de aula. O presente trabalho descreve uma validação do Teacher Communication Behavior Questionnaire (TCBQ) (She e Fisher, 2000) com uma amostra de alunos brasileiros. Esse questionário foi desenvolvido originalmente na Austrália e em Taiwan. O TCBQ avalia a percepção dos alunos do comportamento comunicativo do professor de ciências e tem cinco escalas: Desafio, Encorajamento e elogio, Apoio não-verbal, Compreensão e relação amigável, e Controle. Essas escalas avaliam dimensões presentes no comportamento comunicativo do professor na sala de aula. O formato de resposta do questionário é uma escala Likert de cinco pontos: quase nunca, raramente, às vezes, freqüentemente e quase sempre. Inicialmente, foi feita uma tradução da versão em inglês do TCBQ para o português. Depois, realizou-se o procedimento de tradução inversa (back translation), que funciona como uma avaliação da qualidade da tradução. Três pesquisadores realizaram esse trabalho de maneira independente. Após completar o processo de tradução do questionário, evidência de validade para o conteúdo das escalas foi obtida por meio de entrevistas com os alunos. Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas em grupos. No total, 10 alunos pertencentes a três escolas diferentes foram entrevistados. Em seguida, efetuou-se um estudo piloto do TCBQ em uma sala com 33 alunos. As entrevistas em grupo e o estudo piloto foram feitos antes de usar o questionário em uma amostra maior de alunos. Posteriormente, o questionário foi aplicado em 414 alunos da 1ª série do Ensino Médio, de treze turmas de cinco escolas em Belo Horizonte, sendo duas públicas e três particulares. Todos esses procedimentos foram realizados durante o ano letivo de 2005. A consistência interna foi satisfatória para todas as escalas. A Análise Fatorial Confirmatória realizada para examinar a dimensionalidade das escalas do TCBQ indicou que a escala Desafio obteve o melhor ajuste do modelo de acordo com os índices de ajuste examinados. Os resultados apontam a necessidade de outras pesquisas sobre a dimensionalidade do TCBQ. Análises adicionais indicaram que os meninos perceberam os seus professores dando mais encorajamento e elogio do que as meninas. Além disso, os alunos de biologia tiveram uma percepção mais positiva dos seus professores do que os alunos de física, e os alunos de escolas particulares perceberam os seus professores mais favoravelmente do que os alunos de escolas públicas. Finalmente, os alunos tiveram uma percepção mais positiva das suas professoras. O TCBQ pode funcionar como uma fonte de reflexão para a prática pedagógica dos professores, pode ser inserido em programas de formação de docentes ou ser utilizado por pesquisadores que tenham interesse no estudo do ambiente de aprendizagem da sala de aula ou de temas relacionados (ex: desempenho cognitivo dos alunos). A sua aplicação pode ser individual ou coletiva, assim como a sua análise.

Palavras-chave: Percepção dos alunos, Ambiente de aprendizagem da sala de aula, Ensino de ciências.

ISSN 1981-2566

AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA DAS QUEIXAS ESCOLARES

Marisa Maria Brito da Justa Neves

As elevadas taxas de fracasso escolar, sempre presentes no cenário educacional brasileiro, têm colocado em evidência, ao longo de nossa história, a preocupação dos profissionais que trabalham na pesquisa e intervenção na área da Psicologia Escolar com as origens da não aprendizagem na escola. Pretende-se, nesse curso, discutir a natureza da avaliação psicológica realizada por Psicólogos Escolares no próprio contexto escolar, como uma tentativa de superação de visões reducionistas, que ora atribuem a causalidade do fracasso escolar aos indivíduos ora às condições sociais. Conteúdo1. A especificidade da avaliação psicológica das queixas escolares. 2. Procedimentos de avaliação e intervenção das queixas escolares – PAIQUE.3. As estratégias de intervenção com os professores, os alunos e as famílias.

Palavras-chave: Avaliação psicológica, a especicidade da avaliação, PAIQUE.

ISSN 1981-2566

AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA E EDUCACIONAL INFORMATIZADA NAS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM

Maria Cristina Rodrigues Azevedo Joly
Ronei Ximenes Martins

A avaliação pode ser considerada informatizada quando seu desenvolvimento está baseado em recursos computadorizados. Os instrumentos psicoeducacionais informatizados, disponíveis para instalação em computador ou de uso online, por meio da Internet, possibilitam implementar técnicas, instrumentos e análises avaliativas que facilitem o diagnóstico e intervenção em estudantes com problemas de aprendizagem. Tanto as dificuldades de aprendizagem quanto a avaliação psicológica e educacional informatizada serão conceituadas e caracterizadas. Em complemento serão apresentados instrumentos informatizados, especialmente relacionados à linguagem.

Palavras-chave: Dificuldades de aprendizagem, Avaliação psicológica e educacional informatiza, Instrumentos de avaliação.

ISSN 1981-2566

A METACOGNIÇÃO E A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO: SUA IMPORTÂNCIA NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Evely Boruchovitch

Tendo em vista contribuir para melhorar a capacidade de aprender a aprender e de ensinar para o aprender a aprender de professores, o presente trabalho abordará a metacognição como um conceito chave para a construção do conhecimento, para o bom processamento da informação e para a auto-regulação da aprendizagem. A metacognição refere-se à autoconsciência dos próprios processos cognitivos. Diz respeito à capacidade do ser humano ser auto-reflexivo, não sendo só capaz de pensar, mas capaz de pensar sobre os próprios pensamentos, incluindo, portanto, a consciência do indivíduo enquanto aprendiz. Mais precisamente, metacognição envolve o monitoramento ativo, a regulação e a orquestração dos processos cognitivos. Inclui sub-processos como, checar, planejar, selecionar, inferir, auto-interrogar-se, refletir e interpretar, bem como emitir julgamentos sobre o que e o quanto se sabe para realizar uma dada tarefa. Uma das características de um bom processamento da informação é a capacidade metacognitiva e a utilização de um conjunto amplo de estratégias de aprendizagem. Embora teóricos enfatizem que os seres humanos possuem capacidade metacognitiva para refletir sobre si mesmo e sobre a adequação de suas ações e seus pensamentos, é sabido que nem sempre esse processo emerge naturalmente. Evidências, em nível nacional, sugerem que mesmo os estudantes universitários apresentam um repertório de estratégias de aprendizagem deficitárias e dificuldades de processamento adequado da informação, em situações de estudo e aprendizagem, por diversas razões. É inegável a necessidade de se estar melhorando o processamento da informação e de se estar promovendo o desenvolvimento metacognitivo dos estudantes, de modo geral, e principalmente, daqueles que serão futuros professores para que eles possam, por sua vez, saber como trabalhar nessa direção com seus alunos em suas salas de aula. Acredita-se que futuros professores precisam vivenciar a metacognição como um exercício, como uma possibilidade de auto-reflexão acerca de suas próprias facilidades e dificuldades de aprender a aprender e de ensinar para o aprender a aprender.

Palavras-chave: Desenvolvimento metacognitivo, auto-reflexão, estratégia de aprendizagem.

ISSN 1981-2566

MEDIDAS DE MOTIVAÇÃO: COMO TRAZER À CONSCIÊNCIA CONSTRUCTOS SUBJACENTES

José Aloyseo Bzuneck

A motivação do aluno consiste de processos específicos não diretamente observáveis. Ela revela-se através de comportamentos observáveis, que são o foco da atenção, a aplicação de tempo e esforço, a persistência e, em certa medida, o próprio desempenho.. Entretanto, a motivação continua sendo um constructo e a observação direta dos comportamentos é sujeita a vieses diversos e, sobretudo, não consegue captar aspectos detalhados, como o tipo de motivação presente ou ausente, uma informação importante para quem se dispuser a intervir no processo. Daí a necessidade de construir instrumentos de avaliação da motivação. Para essa construção, duas condições prévias são exigidas: conceitos e teorias. Um bom instrumento deve trabalhar com termos claramente definidos e uma teoria de motivação fornece uma orientação sobre o que precisamente investigar e como. Assim, a teoria fornece os quadros referenciais para se construir o instrumento e, posteriormente, permite uma interpretação dos dados de modo coerente. Entre as diversas abordagens atualmente focalizadas na literatura contemporânea, a criação de instrumentos baseados na teoria de metas de realização representa um bom exemplo de procedimento. Cada meta de realização, bem definida e discriminada de outros tipos de metas, significa uma estrutura ou representação cognitiva que, adicionalmente, se formou em função do contexto educacional percebido. Desta forma, tanto a pesquisa qualitativa como a quantitativa têm o potencial de revelar tanto os estados motivacionais dos alunos como suas percepções do ambiente. Entre os métodos quantitativos, as escalas de auto-relato são as mais comuns, porém, devem ser construídas atendendo os critérios de validade e fidedignidade. Trinta anos de pesquisas, com experiências sobre métodos diversos em torno das metas de realização, têm trazido contribuições substantivas à compreensão da motivação de alunos. Na década passada, as associações entre a orientação à meta chamada performance e as conseqüências comportamentais levaram à bifurcação performance-aproximação e performance-evitação, que os atuais instrumentos já consagraram. No momento atual, há uma preocupação por avaliar mais adequadamente a meta aprender e a meta evitação do trabalho, conceitualmente opostas, mas com resultados comportamentais não condizentes com os pressupostos teóricos. A própria medida da meta aprender continua sendo aperfeiçoada, sempre sob a luz da teoria.

ISSN 1981-2566

AVALIANDO A MOTIVAÇÃO PARA APRENDER NA ESCOLARIZAÇÃO FORMAL

Evely Boruchovitch

O presente trabalho tem como objetivo apresentar e analisar criticamente resultados de estudos relativos à construção de 3 instrumentos desenvolvidos para mensurar a motivação para aprender de alunos do ensino fundamental e universitário: a) as pranchas para avaliação das orientações motivacionais de alunos do ensino fundamental (Neves & Boruchovitch, 2001), b) a escala de avaliação da motivação para aprender de alunos do ensino fundamental (Neves & Boruchovitch, 2004) e, c) a escala de avaliação da motivação para aprender de alunos universitários (Boruchovitch & Neves, 2004). Cabe mencionar que esses instrumentos foram construídos tendo como referenciais as definições e as características da motivação intrínseca e extrínseca descritas na literatura da área. O instrumento- pranchas para avaliação das orientações motivacionais- consiste de um conjunto de doze pranchas de caráter projetivo, de 21,59cm de largura e 27,94cm de altura, com histórias ilustradas de personagens diante de situações diferentes relativas a motivação para aprender. Depois da realização de um estudo piloto, as pranchas foram aplicadas em 310 alunos de 2a a 8a série do ensino fundamental de duas escolas pública de Campinas. Resultados dessas aplicações parecem evidenciar que o instrumento é sensível às orientações motivacionais de escolares. A escala de avaliação da motivação para aprender para alunos do ensino fundamental (EMA) foi inicialmente composta de 34 itens fechados, redigidos na primeira pessoa, em forma de escala Likert, contendo 3 opções: sempre, às vezes e nunca. Após o envio dos itens para juízes, o estudo piloto e o refinamento do instrumento, foi aplicado em 461 alunos de 2ª a 8ª série do ensino fundamental da rede pública estadual de Campinas. A avaliação da consistência interna da escala revelou que o instrumento apresenta um índice de consistência interna bom. A análise fatorial apontou para a existência de 2 fatores, condizentes com os pressupostos teóricos, entretanto explicando pouco da variabilidade. A primeira versão da escala para avaliação da motivação para aprender de universitários (EMA-U) foi construída a partir das informações da literatura da área e dos dados provenientes de estudos anteriores. Consta de 32 itens fechados em forma de escala likert, com 4 opções, sendo 16 de conteúdo intrínseco e 16 de conteúdo extrínseco, avaliados por juízes independentes. Foi aplicada em 225 estudantes de dois cursos de área humanas de duas faculdades do estado de São Paulo. A consistência interna desse instrumento também foi boa. O exame das suas propriedades psicométricas encontra-se em andamento. Em linhas gerais, análises preliminares de pesquisas relativas a esses 3 instrumentos desenvolvidos parecem indicar que os mesmos possam contribuir para avaliar a motivação para aprender de estudantes, em nosso meio. Todavia, não há dúvida que esses instrumentos, não só precisam ser aplicados em amostras maiores e mais representativas, em nível nacional, mas também serem alvo de estudos mais detalhados de validação e de fidedignidade.

Palavras-chave: Construção de instrumentos, motivação intrínseca, motivação extrínseca e escolarização formal.

ISSN 1981-2566

CONSIDERAÇÕES EXPLORATÓRIAS ACERCA DAS ATITUDES EM RELAÇÃO À LEITURA NA UNIVERSIDADE

Katya Luciane Oliveira

As atitudes podem ser entendidas como comportamentos fortemente influenciados pela cultura, crença e expectativa, que denotam na tomada de uma decisão ou posicionamento. No que se refere as atitudes em relação à leitura, estas podem ser positivas ou negativas. Atitudes mais positivas em relação à leitura têm sido o foco de estudos recentes que visam buscar evidências de relações entre atitudes positivas em relação à leitura, desempenho acadêmico, compreensão em leitura e motivação para o estudo. Nessa direção, o objetivo deste estudo foi explorar as atitudes em relação à leitura de universitários ingressantes de universidades privadas. Participaram 30 jovens universitários do curso de administração de empresas de duas universidades, uma de São Paulo e outra de Minas Gerais. A média de idade foi de 22 anos e 4 meses (Dp=6,1). O instrumento utilizado neste estudo consiste em uma Escala de Atitudes de Leitura, baseada na versão elaborada por Silva e Naher em 1981, que contém em 30 afirmações das quais os estudantes devem ler e assinalar com um x a o grau de concordância com o que foi exposto. Apenas duas alterações foram realizadas em relação à versão original. A primeira se refere à palavra escola, que foi substituída por universidade, e a segunda diz respeito às categorias de respostas, substituiu-se concordo fortemente por concordo plenamente (CP) e discordo fortemente por discordo plenamente (DP), as categorias concordo (C) e discordo (D) foram mantidas. A pontuação poderia chegar a 120 pontos. Salienta-se que onze questões apresentavam pontuações invertidas. A aplicação foi coletiva naqueles estudantes que consentiram na participação por meio da assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido, salientando que todos os cuidados éticos foram tomados. Os resultados mostraram que a média de acertos na escala foi de 95,4 pontos (Dp=14,4). A pontuação mínima foi de 63 pontos e a máxima 115. Esses dados sugerem que os participantes apresentaram atitudes mais positivas em relação à leitura do que negativas. Esse dado é bastante positivo visto que ter atitudes positivas direcionadas à leitura pode resultar em um melhor desempenho acadêmico na universidade, tendo em vista que a leitura é o caminho de acesso as informações técnicas tão necessárias a esse nível de formação. Sugere-se, entretanto, que novos estudos sejam realizados, especialmente, com amostras maiores e mais diversificadas. Aponta-se, ainda, a necessidade de um estudo mais aprofundado acerca das propriedades psicométricas da referida escala, tendo em vista a carência de instrumentos com essa finalidade.

Palavras-chave: Leitura, universitários, atitudes.

ISSN 1981-2566

CRIATIVIDADE E GESTÃO DO CONHECIMENTO

Eunice Maria Lima Soriano Alencar

Há um reconhecimento crescente do papel do conhecimento para a produção criativa do indivíduo. Teóricos, como Sternberg, Csikszentmihalyi e Amabile, incluem o domínio do conhecimento adquirido por meio da educação formal e informal como um dos elementos centrais em seus modelos de criatividade. Por outro lado, a gestão do conhecimento como elemento chave para a criatividade tem sido predominantemente discutida pelos especialistas da área organizacional, que propõem estratégias para capturar, registrar o conhecimento relevante para a organização, disseminando-o para os indivíduos apropriados. Especialmente o conhecimento tácito tem sido foco primário de muitas iniciativas da gestão do conhecimento por ser o depositário do conhecimento estrategicamente mais valioso da organização. Durante a comunicação, serão apresentadas contribuições teóricas e estudos empíricos apontando o conhecimento e sua gestão como um recurso necessário a uma maior expressão da criatividade pessoal e nas organizações, incluindo as instituições educacionais

Palavras-chave: Criatividade pessoal, conhecimento tácito, produção criativa.

ISSN 1981-2566

DESENVOLVENDO POTENCIALIDADES EM ALUNOS E PROFESSORAS DE CLASSES DE REFORÇO, RECUPERAÇÃO E INTENSIFICAÇÃO DE CICLO

Roseli Fernandes Lins Caldas

O presente trabalho retrata quatro projetos de intervenção breve realizados por estagiários do 5º ano psicologia em escolas das redes municipal e estadual, na cidade de São Paulo, voltados, especialmente, às salas de Recuperação de Ciclo, Reforço Escolar e Programa de Intensificação de Ciclo – PIC. Os objetivos principais dos projetos dizem respeito à atuação do profissional de psicologia diante de alunos e professores diretamente afetados pelas políticas públicas de Recuperação Escolar, no sentido de promover o fortalecimento de potencialidades para aprender e ensinar.A finalidade dos trabalhos era movimentar os espaços ocupados por alunos e professores, partindo-se do pressuposto que estas crianças ocupam um lugar já naturalizado pela escola, lugar daqueles que não sabem e não têm condições para saber, em que, muitas vezes, apenas as dificuldades e faltas são percebidas. Tendo em vista que a falta de percepção das potencialidades tanto de aluno, como de professores pode impedir a possibilidade de mudança e de aprendizagem, estes projetos de intervenção, realizados durante um semestre letivo no ano de 2006, voltaram-se tanto com as professoras como a alunos, tendo como principais pressupostos teóricos as concepções de Vygotsky e Wallon. Enfocaram-se temas como respeito às diferenças, mitos e preconceitos relativos às crianças que não aprendem nas salas regulares, importância da percepção e desenvolvimento das potencialidades de professores e alunos, papel da afetividade na aprendizagem, análise das histórias escolares destes alunos e professoras, e motivação para aprender e ensinar, dentre outros. Os encontros com os alunos valiam-se de atividades lúdicas, como jogos e brincadeiras; atividades de produção gráfica, bem como momentos reflexivos visando explorar os temas propostos e o lugar ocupado por eles na escola. As atividades realizadas com as professoras visavam ao fortalecimento e resignificação de sua atuação diante das crianças que apresentam fracasso escolar. Criaram-se espaços de desabafo, de trocas de idéias e de experiências profissionais que foram de grande valia aos profissionais. O crédito nas possibilidades de aprendizagem destas crianças se transformou em modelo para as professoras que passaram a se envolver com maior freqüência e empenho durante o processo. Aguçar a percepção de que os alunos da sala de reforço são dedicados e empenhados em conhecer e produzir, mas necessitam de um espaço seguro, para que possam arriscar a fim de encontrar o acerto, foi fundamental para a criação de outras possibilidades de olhar e novas expectativas sobre as potencialidades e possibilidades de aprendizagem dos alunos de classes de Recuperação Escolar. Os resultados obtidos indicaram efeitos perceptíveis em termos de busca de alternativas às ações, tanto por professores como por alunos, a partir das reflexões oportunizadas pelos estagiários de psicologia.

ISSN 1981-2566

DIAGNÓSTICO DA COMPREENSÃO EM LEITURA: ESTUDO COM ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Evelin Zago Oliveira
Thatiana Helena Lima
Acácia Aparecida Angeli Santos

Considerando que a compreensão em leitura é resultante da interação do indivíduo com o texto, entende-se que essa habilidade não depende somente do conteúdo impresso, mas de alguns fatores internos do leitor, ou seja, se torna um processo protagonizado e dirigido por ele próprio. Ao protagonizar tal papel, o indivíduo utiliza um modelo de compreensão das informações, modelo esse que é construído por meio da sua relação com o mundo, considerando os conhecimentos adquiridos anteriormente. A leitura, além de ser uma importante ferramenta acadêmica, também é um fator determinante na vida social. Ao aprender a ler o indivíduo passa a comandar mais o seu destino, pois a instrução obtida pode auxiliá-lo na conquista de sua autonomia. Infelizmente um dos problemas resultantes das baixas exigências do contexto escolar atual, leva os alunos a adquirirem a leitura apenas como meio de acesso a informações simples, tornando-se meros decodificadores e não leitores críticos. Essa limitação ao desenvolvimento da compreensão de leitura torna-se um obstáculo na escalada do aluno a etapas superiores de escolarização, tendo em vista as exigências para que utilize a leitura é como principal fonte de acesso aos conhecimentos que deverá adquirir ao longo se sua formação. Nesse sentido, julga-se importante que se utilizem formas adequadas de avaliação do nível de compreensão dos alunos para que eventuais dificuldades possam ser sanadas no início da escolarização. Portanto o presente estudo tem por objetivo verificar a compreensão em leitura por meio de textos adaptados à técnica de Cloze, explorando também diferenças relacionadas às variáveis série e sexo. Participaram 76 crianças da 3º (N= 36; 47%) e 4° séries (N= 40; 53%) de uma escola municipal de uma cidade do interior de São Paulo, com idades 8 a 10 anos (M= 9,33; DP= 0,70), sendo a maioria do sexo feminino (N= 43; 57%). Dois textos, com níveis de dificuldade similares, estruturados segundo a técnica tradicional de Cloze foram aplicados de forma coletiva, em sala de aula e em uma única sessão, nas crianças cujos responsáveis assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido. Os resultados indicaram que a pontuação média no primeiro texto foi maior que a do segundo (M=8,24; DP=2,62 e M=5,97; DP=2,70, respectivamente), indicando que o segundo texto apresentava um nível maior de dificuldade. Não foram verificadas diferenças expressivas entre os alunos da 3ª e 4ª série. Embora as meninas tenham apresentado pontuações médias maiores em ambos os textos, não foram constatadas diferenças estatisticamente significativas em razão do sexo dos participantes. Os resultados estão coerentes com a literatura pesquisada, podendo servir como ponto de partida para que sejam desenvolvidos pesquisas com delineamentos mais sofisticados, que tragam outras contribuições para o estudo da temática.

Palavras-chave: Litura, diagnóstico, ensino fundamental.

ISSN 1981-2566

DIFERENÇA POR GÊNERO DA COMPREENSÃO EM LEITURA EM ALUNOS DE CURSO PRÉ-VESTIBULAR

Katya Luciane Oliveira
Michele Freitas
Sheila Perez Campos

A leitura promove a comunicação eficiente visto que é uma habilidade essencial dos seres humanos. As pessoas freqüentemente vivenciam situações que requerem o uso da habilidade de leitura. Portanto, a leitura é uma ferramenta que viabiliza a comunicação entre as pessoas, sua importância é evidente, principalmente num mundo globalizado que a cada novo minuto uma nova informação acontece. A leitura crítica e criativa promove uma ampliação dos conhecimentos, constituindo uma forma mais abrangente de enxergar a realidade. No ensino universitário a leitura é muito importante, pois dará ao estudante subsídios para o desenvolvimento crítico necessário tão essencial a essa etapa da educação formal. Portanto, o universitário que apresenta uma boa habilidade de compreensão em leitura, isto é, consegue decodificar, compreender e atribuir significado à leitura é aquele que irá ter um melhor desempenho acadêmico ao longo do curso universitário. Alguns estudos investigam a diferença entre gêneros no que tange ao comportamento leitor. Os resultados embora não conclusivos apontam que as mulheres estudantes apresentam um desempenho um pouco melhor do que os estudantes do gênero masculino, mas conforme já mencionado esses dados não são conclusivos. Com base nessas considerações, o objetivo desse estudo foi explorar a compreensão em leitura, considerando a diferença entre gêneros de jovens de um curso pré-vestibular. Foram sujeitos deste estudo 42 jovens, sendo que 66,7% (n=28) eram do gênero feminino e 33,3% (n=14) do masculino. Para a coleta preparou-se um texto segundo a técnica de Cloze. Trata-se um texto de 250 palavras no qual se omite todos 5º s vocábulos do texto, total de omissões foi 46. A participação foi voluntária condicionada a aqueles estudantes que assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido. Para avaliar se havia diferença estatisticamente significativa entre os gêneros, recorreu-se ao teste t de Student. Os resultados indicaram que não houve diferença estatisticamente significativa entre os gêneros, considerando t=1,888 e p=0,06. Embora a diferença não tenha sido significativa, o gênero feminino apresentou um desempenho um pouco melhor no Cloze do que o masculino (M=18,2; M=15,4, respectivamente). Os resultados obtidos neste estudo carecem de maiores investigações, visto que na habilidade de compreensão em leitura não foi constatada nenhuma diferença estatisticamente significativa entre os gêneros dos estudantes analisados. Destaca-se que a compreensão em leitura dos dois grupos, isto é homens e mulheres foi baixa nenhum dos dois conseguiu obter a metade de acertos possíveis no Cloze que era 23 pontos. Esse dado é preocupante, considerando que se trata de futuros universitários. Sugere-se que novos estudos sejam realizados visando elucidar de forma mais precisa eventuais diferenças na compreensão em leitura entre homens e mulheres.

Palavras-chave: Aluno, sexo, comunicação.

ISSN 1981-2566

DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM: RELAÇÃO ENTRE DESEMPENHO ESCOLAR E ELETRENCEFALOGRAMA QUANTITATIVO

Marcelo Chiodi

Introdução - Avaliar constituintes das dificuldades de aprendizagem como déficits de leitura, escrita e/ou cálculo em suas relações com aspectos biológicos é importante para melhor compreender mecanismos das dificuldades de aprendizagem. Objetivos - O presente estudo visou avaliar a relação entre os resultados do Teste de Desempenho Escolar (TDE) e as variáveis fundamentais do eletrencefalograma quantitativo (EEGq) em crianças com queixas de dificuldades de aprendizagem. Método - Foram incluídos neste estudo 38 escolares, na faixa etária de 8 a 11 anos de idade, com queixa de dificuldade de aprendizagem. Os procedimentos fundamentais foram: anamnese; TDE, Escala Wechsler de Inteligência e eletrencefalograma digital e quantitativo. Os resultados obtidos nos subtestes de leitura, escrita, aritmética e total foram relacionados com os do EEGq, a saber, potências absolutas e relativas nas faixas delta, teta, alfa e beta. Foi incluído na análise um grupo controle de crianças sem problemas neurológicos ou psiquiátricos e sem queixas de dificuldade de aprendizagem. Resultados - Foi constatado que as crianças com desempenho inferior no TDE total e de leitura tiveram potência absoluta (delta e teta) e potência relativa teta maiores, em vários eletrodos, do que as crianças com desempenho médio e superior (teste t). Por outro lado, a potência relativa alfa foi maior nas crianças com desempenho médio e superior.. Comentários - Assim, observa-se correlação entre o desempenho inferior no TDE e os achados de alguns parâmetros do EEG quantitativo os quais seriam decorrentes de imaturidade e poderiam refletir aspectos dos números de sinapses ativas e do sistema de controle neuronal.

Palavras-chave: Aprendizagem, desempenho, cognição, eletrencefalograma quantitativo.

ISSN 1981-2566

DIFICULDADES EM SOLUÇÃO DE PROBLEMAS- ANALISANDO AS ESTRATÉGIAS UTILIZADAS POR ALUNOS DO CICLO I DO ENSINO FUNDAMENTAL EM SITUAÇÃO DE INTERVENÇÃO PSICOPEDAGÓGICA

Luciana Cristina Dias
Fernanda Taxa Amaro

A matemática no que diz respeito ao processo de escolarização passou por muitas reformas, seja no plano curricular como nas abordagens do processo ensino-aprendizagem. O século XX trouxe inovações tecnológicas que exigem a compreensão do pensamento matemático como base para o desenvolvimento da cidadania e da autonomia das pessoas. Contudo, os índices divulgados pelos órgãos oficiais têm demonstrado o baixo desempenho dos alunos sobre o pensamento matemático. Instala-se assim a necessidade de analisar atentamente as dificuldades de aprendizagem dos alunos em solução de problemas, tanto do ponto de vista do desenvolvimento cognitivo quanto dos aspectos relacionados à aprendizagem. Esta pesquisa pretendeu identificar as estratégias em solução de problemas empregadas por quatro alunos de uma escola pública da cidade de Bauru-S.P que apre-sentavam dificuldades de aprendizagem em atividades matemáticas. Foram realizadas sessões de intervenção psicopedagógica a fim de diagnosticar as estratégias iniciais utilizadas pelos sujeitos, bem como potencializar o uso de procedimentos mais formais empregados pelos professores em sala de aula com atividades matemáticas. Os resultados obtidos mostraram que alunos com baixo desempenho em matemática quando submetidos a um processo de intervenção psicopedagógica que busca a re-significação do processo de aprendizagem desta área do conhecimento pode levá-los a melhores elaborações de estratégias a serem empregadas na busca da solução de um problema ou atividade matemática. Outro resultado obtido refere-se a uma mudança de atitudes mais favoráveis destes alunos no que diz respeito à disposição e confiança em solucionar os problemas a eles apresentados na pesquisa. Embora não seja conclusiva uma significativa mudança conceitual destes alunos, pode-se verificar que houve uma mudança no emprego das estratégias utilizadas inicialmente pelos alunos com as estratégias mais formais empregadas e exigidas na sala de aula pelos professores. O estudo aponta que a recuperação das dificuldades de aprendizagem dos alunos passa, entre outros aspectos, por uma detalhada análise e intervenção em relação às estratégias de solução de problemas, podendo culminar em avanços conceituais e de atitudes no campo do conhecimento matemático.

Palavras-chave: Dificuldades de aprendizagem, estratégias de solução de problemas, intervenção psicopedagógica.

ISSN 1981-2566

DISTÚRBIO DE SONO PREJUDICA O RENDIMENTO ESCOLAR

Luciane Bizari Coin de Carvalho
Marilaine Medeiros de Almeida
Izilda Malta Torres
Lucila Bizari Fernandes do Prado
Gilmar Fernandes do Prado

INTRODUÇÃO. As condições neuropsicológicas são de fundamental importância para o processo de aprendizagem, e os distúrbios do sono (DS) afetam particularmente essas funções. OBJETIVO. Investigar a influência dos DS na qualidade da aprendizagem. MÉTODO. Foram estudadas 3574 (50,5% meninas) entre 7 e 10 anos, cursando o ensino fundamental de escolas estaduais da cidade de São Paulo. O diagnóstico foi feito através de 15 perguntas sobre o sono da criança, respondido pelos pais ou responsáveis. O rendimento escolar de cada aluno foi obtido através de uma avaliação dos professores (escala de notas 1 a 10) para português e matemática. RESULTADOS. Observamos que 1730 (48%) crianças apresentavam DS. Das 1023 (29%) crianças com notas £5,5, 663 (65%) crianças apresentavam DS em comparação a 360 (35%) crianças sem DS (p<0,001). Não houve diferença entre as disciplinas.CONCLUSÃO. O rendimento escolar foi prejudicado pela presença de DS, tanto nas disciplinas de português como na de matemática, influenciando o processo de aprendizagem.

Palavras-chave: Distúrbios do sono, aprendizagem, rendimento escolar, crianças.

ISSN 1981-2566

EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA E A GESTÃO DO CONHECIMENTO

Maria Cristina Rodrigues Azevedo Joly

A educação à distância (EaD) é um modelo de ensino que conta com uma ação sistematizada de uso de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), abrangendo hipertexto e redes de comunicação interativa, para distribuição de conteúdo educacional e promoção de aprendizagem. Baseia - se nas habilidades básicas de leitura, de escrita e recursos de comunicação multimídia para viabilizar o processo de ensino e aprendizagem. As novas formas de ler e escrever adaptadas ao hipertexto e à hipermídia, a busca e organização de informações utilizando recursos informatizados, além de habilidades em comunicar-se e interagir via telemática, são exemplos de competências em TIC que delineiam o estado de conhecimento especialista necessário ao aluno e ao professor na perspectiva da gestão do conhecimento. Constata-se, a partir do estabelecimento das bases legais para a educação a distância no Brasil (EaD) com a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996 , a ampliação exponencial na oferta de cursos ou mesmo disciplinas nessa modalidade. Nesse sentido faz-se necessário caracterizar o perfil do estudante quanto ao uso de recursos tecnológicos de informação e comunicação que possibilitem sua participação efetiva e autônoma nos cursos à distância. Serão apresentadas as características dos programas de ensino e instrumentos informatizados de avaliação usados em EaD, bem como estudos sobre a avaliação discente quando ao uso das TIC.

Palavras-chave: Avaliação informatizada, desempenho tecnológico, aprendizagem.

ISSN 1981-2566

ENTREVISTA LÚDICA: UMA PROPOSTA PARA A AVALIAÇÃO DO STRESS EM CRIANÇAS PEQUENAS

Lígia Ribeiro Horta
Celia Vectore

Os estudos sobre manifestações patológicas na infância têm, na atualidade, considerado a incidência de quadros de stress junto à população infantil, o qual pode ser entendido como uma reação global do organismo, quando exposto a algum estímulo que provoque excitação emocional; trata-se de um processo bastante complexo, que envolve variáveis de natureza biológica, psíquica e social, sendo que, na infância, apresenta-se de forma singularizada no que diz respeito às fontes, sintomas e conseqüências. Assim, o presente estudo tem por objetivo apresentar um instrumento avaliativo de quadros de stress infantil, a partir de um instrumento denominado "entrevista lúdica", o qual foi elaborado utilizando-se um jogo de tabuleiro, confeccionado especialmente para esse fim, com uma linguagem acessível à crianças pequenas, e apresentando objetivos e regras capazes de despertar o interesse pela atividade. A literatura sobre procedimentos avaliativos de stress em crianças pequenas é praticamente inexistente, desse modo, acreditando na competência das crianças para descreverem o que se passa nos contextos em que vivem, identificando suas emoções, é que o presente instrumento se justifica, pois por meio dele é possível poder obter dados relacionados às fontes de stress no ambiente familiar e escolar, além daquelas advindas de crenças, sentimentos ou traços de personalidade da criança.

Palavras-chave: Stress, infância, avaliação.

ISSN 1981-2566

ENURESE NOTURNA E DIFICULDADE ESCOLAR: UMA ANÁLISE POSSÍVEL

Lidia Felipe Waldemar
Liene Regina Rossi
Maria de Lourdes Merighi Tabaquim

A enurese infantil é definida como disfunção miccional caracterizada pela perda de urina involuntária durante uma idade em que a criança já deveria ter o controle. De acordo com o DSMIV, para corresponder a um diagnóstico de enurese, a emissão de urina deve ocorrer no mínimo duas vezes por semana por pelo menos três meses, ou então deve causar um comprometimento significativo no funcionamento social, acadêmico (ocupacional) ou outras áreas importantes na vida do indivíduo, o qual deve ter alcançado uma idade na qual a continência é esperada (isto é, idade cronológica da criança deve ser de no mínimo cinco anos, ou, para crianças com atrasos do desenvolvimento, uma idade mental mínima de cinco anos). O grau de prejuízo associado á enurese decorre das limitações impostas ás atividades sociais da criança ou seu efeito sobre à auto-estima, ao nível de ostracismo social pelos companheiros e a raiva, punição e rejeição por parte dos responsáveis por seus cuidados. Embora na maior parte das crianças com enurese não coexista um outro transtorno mental, a prevalência de transtornos mentais e outros transtornos do desenvolvimento concomitantes são superior á da população em geral. Os atrasos do desenvolvimento, incluindo atrasos da fala, linguagem, aprendizagem e habilidades motoras também estão presentes em uma parcela das crianças com enurese. Encoprese, Transtorno de Sonambulismo e Transtorno de Terror Noturno podem estar presentes. O objetivo deste estudo foi avaliar os aspectos psico-socio-educacionais de crianças com enurese noturna e correlacionar os achados com o desempenho escolar. Participaram 9 sujeitos, ambos os gêneros, com idade entre 6 anos e 7 meses e 12 anos e 9 meses de idade, freqüentando a escolaridade infantil e fundamental em escolas públicas estaduais de uma cidade do interior do Estado de São Paulo. Os instrumentos de avaliação utilizados foram: Teste Gestáltico Viso-Motor Bender, Matrizes Progressivas Coloridas de Raven, Teste de Desempenho Escolar e Teste Não-Verbal de Inteligência – R-1. Os resultados demonstraram desempenho intelectual médio-inferior (55,5%), médio (22,2%) e superior (22,2%); desempenho escolar inferior em tarefas que envolveram escrita, leitura e aritmética, para todos os sujeitos. O desempenho percepto-motor foi defasado para 50% dos sujeitos. A pesquisa identificou prevalência da enurese noturna em 66,6% dos meninos; neste mesmo gênero, independente da faixa etária, 77,7% pertenciam às classes sociais mais baixas, achados que corroboraram com os dados da literatura (Hellstrom et.al, 1990; Sureshkumar et.al, 2000; Hgalmas, K, 2002). De acordo com o DSMIV, a prevalência da enurese é de 5 a 10% nas crianças de 5 anos de idade, 3ª 5% nas crianças de 10 anos, e de quase 1% entre os indivíduos com idade acima de 15 anos. Este estudo permitiu identificar a correlação entre crianças com enurese noturna com queixa no aprendizado escolar e rendimentos inferiores nas tarefas cognitivas e neuro-motoras. Devido à escassez de estudos populacionais que relacionam enurese com dificuldade escolar, estratégias de avaliação e acompanhamento psico-educacionais deverão ser propostos.

Palavras-chave: Enurese, dificuldade escolar, avaliação.

ISSN 1981-2566

ESTRATÉGIAS METACOGNITIVAS DE LEITURA: AVALIAÇÃO COM ESTUDANTES DE 5ª À 8ª. SÉRIE

Silmaire de Moura Cordeiro Franco
Maria Cristina Rodrigues Azevedo Joly
Beatriz Maria Coleti
Nayane Martoni Piovezan

A leitura é um processo complexo e ativo que vai além da decodificação e envolve tanto habilidades cognitivas quanto metacognitivas para a compreensão da linguagem oral e escrita. As estratégias cognitivas referem-se a comportamentos e pensamentos que exercem influência no processo de leitura de modo que a informação possa ser armazenada eficazmente. As metacognitivas são procedimentos utilizados pelo indivíduo para planejar, monitorar e regular o próprio pensamento antes, durante e após a leitura. As estratégias metacognitivas de leitura podem ser classificadas em globais, solução de problemas e de apoio. As estratégias globais são utilizadas para uma análise geral do texto; as de solução de problemas proporcionam um plano de ação que permite o aluno conhecer o texto e auxiliá-lo nas dificuldades de compreensão e as de apoio envolvem o uso de materiais de referência dentre outros. Assim, a metacognição abrange não só a consciência dos processos cognitivos, mas também o controle deliberado e consciente dos mesmos. Considerando-se a importância dos leitores saberem quais e como as estratégias devem ser utilizadas em função do tipo de texto somado à capacidade de perceber erros e incoerências durante a leitura e da habilidade de separar as informações que têm significado de outras sem importância para melhor compreenderem o que lêm, faz-se necessário avaliar a frequ6encia de uso dessas estratégias a fim de poder organizar-se programas informativos e de intervenção. Nesse sentido, o presente estudo visou caracterizar o uso de estratégias metacognitivas de leitura para compreensão de textos informativos em 235 estudantes, sendo 55,7% do gênero feminino, com idade entre 10 a 16 anos, de 5ª a 8ª séries, 56,2% freqüentavam a escola pública do interior Paulista. Foi utilizada na avaliação coletiva por série uma escala de estratégias metacognitivas de leitura cujo objetivo foi avaliar o tipo e freqüência de estratégias que os participantes utilizam antes, durante e após a leitura de textos informativos. As estratégias de suporte foram as mais utilizadas e, no total, os participantes relataram o uso de 54,57% das estratégias que foram avaliadas. Identificou-se diferença significativa por série quanto à freqüência de uso, sendo que houve maior freqüência para a 5ª série e menor para a 8ª série. Observou-se influência do gênero sobre o escore total de estratégias apenas para 7ª série ($t[52]=2,58$; $p<0,01$), quanto a idade ($F[6,228]=8,00$; $p<0,00$), e rede de ensino ($t[233]=-2,53$; $p<0,01$), para todas as séries.

Palavras-chave: Avaliação psicopedagógica, compreensão, metacognição.

ISSN 1981-2566

ESTRATÉGIAS DE APRENDIZAGEM E O MONITORAMENTO DA COMPREENSÃO DOS CONTEÚDOS ENSINADOS EM MATEMÁTICA

Liliane Ferreira Neves Inglez Souza
Marcia Regina Brito

Para que um estudante se torne auto-regulado é necessário, além de um padrão motivacional adequado, a existência de um repertório de estratégias de aprendizagem, entendidas como diversos recursos que os estudantes utilizam ao aprender um novo conteúdo, ou para desenvolver determinadas habilidades. As estratégias podem ser abrangentes à aprendizagem de várias tarefas e conteúdos, ou restritas a tarefas específicas. Este construto tem sido amplamente estudado em todos os níveis educacionais, por ser um indicativo da auto-regulação da aprendizagem, e por encontrar-se frequentemente relacionado ao desempenho acadêmico. Assim, o presente estudo teve como objetivo investigar, a partir dos relatos dos estudantes, algumas estratégias empregadas nas aulas de Matemática. A pesquisa, conduzida em uma escola pública estadual do município de Limeira – SP, teve como sujeitos 120 estudantes de quarta, sexta e oitava séries do Ensino Fundamental, com idade variando de 9 a 16 anos, sendo 58 participantes do gênero masculino e 62 do gênero feminino. Os alunos foram questionados acerca do monitoramento da compreensão, e de possíveis estratégias utilizadas caso não entendessem os conteúdos explicados pelo professor de Matemática, em sala de aula. Os participantes foram entrevistados individualmente em sala reservada. Antes de conduzir as questões, a pesquisadora explicou brevemente os objetivos da pesquisa. As respostas foram transcritas e inicialmente foi realizada uma análise de conteúdo. Após a categorização e análise estatística das mesmas, foi possível perceber que 92,5% dos estudantes afirmaram passar por situações em que não entendem os conteúdos explicados, embora alguns sujeitos tenham relatado que isto aconteça raramente. Quanto ao monitoramento da compreensão, destes alunos, 52,5% sempre percebem quando não estão compreendendo o conteúdo trabalhado e 37,5% percebem quase sempre ou às vezes. Questionados sobre o que costumam fazer quando não entendem a matéria, a estratégia mais mencionada foi procurar ajuda com professor (57,5%), com colegas (17,5%) ou com outros adultos, como familiares (15,8%). Outras estratégias mencionadas com menor freqüência foram: praticar exercícios; procurar mais informações; organizar e transformar o material de aprendizagem; revisar material, e controlar atenção ou comportamento durante a aula. Não se restringiu o número de estratégias que os estudantes poderiam citar. Assim, houve 24 alunos que mencionaram duas estratégias e somente três alunos que mencionaram três estratégias diferentes. Quanto à freqüência com que estas estratégias são usadas, 27 estudantes (22,5%) relatam usar sempre as estratégias mencionadas. A maior parte dos estudantes relata utilizar às vezes (40%) ou quase sempre (24,2%). Em síntese, assim como outros estudos anteriores, esta pesquisa apontou que houve pouca diversidade nas estratégias mencionadas, além do que, as estratégias mencionadas não são usadas com muita freqüência. Porém, pode-se constatar que na maioria dos casos, os estudantes relatam ser capazes de monitorar a compreensão, aspecto considerado essencial no processo de auto-regulação.

Palavras-chave: Estratégias de aprendizagem, monitoramento da compreensão, Matemática.

ISSN 1981-2566

FRACASSO ESCOLAR: ASPECTOS EMOCIONAIS

Rosângela Maria De Carli Bueri Mattos

A preocupação com a correlação entre desempenho escolar e aspectos de personalidade e comportamento surgiu da evidência de que o rendimento escolar não está diretamente ligada apenas a capacidade intelectual. O HTP foi escolhido por ser uma técnica gráfica que, além de transmitir os aspectos psicomotores, as diferentes fases evolutivas do desenho, está impregnada de auto-expressão. O HTP como técnica projetiva alicerça-se na suposição de que o desenho inclui os aspectos do mundo interno do sujeito. O desenho, que avalia os processos expressivos, são os primeiros indicadores clínicos a mostrar sinais de psicopatologia e os últimos a perder tais sinais, quando da recuperação do indivíduo. Tal fato tem gerado inúmeras pesquisas com o HTP, pela riqueza de dados que este instrumento pode oferecer. Porém, os estudos concentram-se mais nos aspectos intrapsíquicos. A importância dessa pesquisa se refere ao fato de possibilitar o levantamento de aspectos frágeis da personalidade que possam estar sendo coadjuvante na baixa aquisição de aprendizagem. Esta pesquisa tem como objetivo identificar se há características de personalidade e comportamentais semelhantes em alunos com desempenho escolar insuficiente, tendo como parâmetro os resultados do HTP. A coleta de dados para a pesquisa foi feita a partir de protocolos de psicodiagnósticos de crianças com queixa primária de dificuldade de aprendizagem, realizados na Clínica Escola do curso de psicologia de uma universidade do interior de São Paulo de 2003 a 2004. Ao todo foram computados resultados de 38 sujeitos entre 6 e 10 anos, sendo 32 meninos e 6 meninas, com escolaridade variando da pré-escola a 4ª série do ensino fundamental. Os resultados apontam que a maioria tinha em algum grau prejuízo dos ajustamentos interno e social. Os índices mais presentes foram o retraimento e a insegurança, embora houvesse a presença de vários fatores coincidentes nos protocolos, porém estes eram de baixa freqüência. Todos os sujeitos apresentaram índices de retraimento e insegurança, variando de 26% a 84%, independente do nível intelectual. Ao todo foram identificados 18 índices repetitivos com alta porcentagem de ocorrência nos protocolos entre os aspectos formais e estruturais e os de conteúdo. Os resultados dessa pesquisa reafirma que a insuficiência do desempenho escolar não é fato isolado da capacidade intelectual, mas uma totalidade, onde aspectos individuais (intelectuais e emocionais) e sociais interagem capacitando positiva ou negativamente a aprendizagem. Este estudo vem contribuir aos psicólogos que de alguma forma estejam envolvidos com crianças com dificuldade de aprendizagem para que tenham um entendimento mais amplo das necessidades infantis, para que proponham intervenções pedagógicas que possam concretizar situações de sucesso para reforçar positivamente a auto-estima dessas crianças

Palavras-chave: Desempenho escolar, dificuldade de aprendizagem, avaliação da personalidade.

ISSN 1981-2566

IMPACTO DO DIAGNÓSTICO PSICOPEDAGÓGICO NA PRÁTICA PEDAGÓGICA

Helen Tatiana dos Santos Lima

Muito se tem discutido sobre a educação no fim do último e no início deste novo século. Profissionais de diferentes áreas têm empenhado esforços buscando compreender os diversificados problemas enfrentados por aqueles que se dedicam ao ofício de educar ou por aqueles que se submetem à condição de ser educado. Dentre tantas questões desafiadoras que se evidenciam no contexto educacional, a padronização do processo de aprendizagem, que ignora o caráter singular do aprender, tem sido freqüentemente apontada como situação a ser superada. Tunes e Bartholo (2006) realçam o caráter excludente da escola que se consolida a partir do seu modelo hierárquico e homogeneizador, certificando a aptidão ou inaptidão do aluno e suas possibilidades de aprendizagem. Na perspectiva da diversidade, a proposta da educação inclusiva foi edificada com o objetivo de oferecer acesso escolar igualitário a todos, mas com a valorização da diferença e do outro enquanto pessoa, na convivência responsável e cooperativa. No entanto, uma das grandes dificuldades relacionadas à implementação da proposta de inclusão, refere-se ao lugar dado à avaliação diagnóstica. Esta tem sido colocada na posição de avaliar a pessoa a partir de procedimentos estandartizados, no sentido de classifica-las acima ou abaixo de um padrão de referência. Assim, o diagnóstico psicopedagógico que teria a pretensão de subsidiar as práticas pedagógicas com o aluno avaliado, acaba fortalecendo a concepção mecanicista e organicista do desenvolvimento humano, o que contribui para justificar fracassos e êxitos como mérito próprio, subsidiando posições preconceituosas em relação àquilo que se manifesta como diverso. Desta constatação pergunta-se: Como os professores utilizam os resultados que aparecem nos relatórios de avaliação psicopedagógica? Nessa perspectiva, edificou-se uma pesquisa cujo objetivo foi compreender de que forma os professores se apóiam no diagnóstico psicopedagógico para subsidiar suas práticas em sala de aula. Para tanto, foi organizado um grupo de três professores do ensino fundamental, com o qual foram desenvolvidas as atividades de pesquisa. Um filme foi discutido compondo o momento inicial das reflexões sobre as formas dos alunos e professores vivenciarem suas experiências na escola. Depois, foram organizadas sessões de discussões sobre as bases teóricas e práticas que subsidiam os processos avaliativos, o que incluiu a análise de dois tipos diferentes de relatórios avaliativos da aprendizagem dos alunos. Um deles foi produzido pelos próprios professores segundo alguns aspectos propostos, e o outro veio da Equipe de Avaliação Psicodiagnóstica na forma de relatórios formais, tal como os professores recebem a partir dos encaminhamentos que fazem. Das análises interpretativas junto com os professores, ficou evidenciado que, para eles, faz mais sentido e tem maior impacto na sua prática pedagógica as informações procedentes da avaliação por eles produzida, em detrimento daquela elaborada mediante procedimentos técnicos. A partir desses achados, uma nova ação incorporou-se à pesquisa com o objetivo de encaminhar mudanças na posição do professor no processo de encaminhamento e de avaliação psicopedagógica dos alunos, o que está em fase de implantação e se constitui em uma importante contribuição para a efetivação do processo de inclusão escolar.

Palavras-chave: Diagnóstico, Inclusão, Aprendizagem.

ISSN 1981-2566

HIPERATIVIDADE OU FALTA DE LIMITES?

Rosângela Maria De Carli Bueri Mattos

O objeto desse estudo é fazer distinção entre presença do Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e falta de limites em crianças taxadas de hiperativas. Esse transtorno tem sido cada vez mais reconhecido em nosso meio, no entanto, atingir um diagnóstico fidedigno é essencial, pois enumeras crianças são identificadas como hiperativas, sendo muitas delas portadoras de desajustes emocionais. Embora a maioria dos casos de TDAH pareça emergir de efeitos genéticos e mau desenvolvimento do cérebro, ele ainda pode surgir por danos diretos ou doenças cerebrais. Estudos efetuados comprovam que os fatores neuronais contribuem para o autocontrole, vontade, e quando esse o sistema cerebral funciona de forma inapropriada ou está danificado, o autocontrole e vontade são alterados involuntariamente. Segundo pesquisas, sabe-se que é improvável que uma pessoa que não possui pré-disposição venha a desenvolver o TDAH apenas por fator psicológico. A hiperatividade ou a impulsividade, como sintomas isolados podem resultar de muitos problemas na vida de relação das crianças (com pais ou colegas e amigos), de sistemas educacionais inadequados, ou podem estar associados a outros transtornos comumente encontrados na infância e na adolescência. A pesquisa constou do levantamento acerca de diagnóstico conclusivo em crianças até 11 anos, encaminhadas com queixa de TDAH, que passaram por avaliação psicológica em uma Clínica-Escola de Psicologia no interior de São Paulo no ano de 2005. Ao todo foram levantados 34 prontuários com queixas primárias de TDAH. Os resultados indicam que fatores associados às condições de nascimento são de baixa freqüência; que fatores históricos presentes concentram-se em rejeição familiar/gravidez e em pais que não sabem como lidar com os desejos dos filhos; que as crianças apresentam falta de obediência às regras e comportamento agressivo tanto para imporem suas vontades como para chamarem atenção; que os problemas de aprendizagem estão na sua maioria ligados a não execução das atividades escolares; e finalmente que as crianças desatentas que passaram por psicoterapia superaram a dificuldades, sendo constatado que era uma forma de chamar atenção ou de negativismo. Pode-se concluir que há necessidade de aprimoramento nos recursos diagnósticos do TDAH e de maior esclarecimento aos pais e professores acerca da distinção entre esta doença e outros distúrbios para que haja correta terapêutica das crianças com dificuldades comportamentais

Palavras-chave: Hiperatividade, problemas escolares, distúrbio de comportamento.

ISSN 1981-2566

INTERVENÇÃO – A PRODUÇÃO DE UM OLHAR INQUIETADOR

Adriana Marcondes Machado

Pensar o território escolar como um campo complexo implica percebermos que, para além das forças(saberes e relações de poder)que dominam certas práticas, muitas outras existem.A produção da inclusão precária, as práticas alienantes, uma certa indiferença em relação às diferenças, se dão em um campo de luta.Nesse campo convidamos os psicólogos a entrarem não como indivíduos que vão conversar com outros indivíduos(professores)–isso nos remeteria a trabalhos que dizem depender da boa vontade do professor e da boa vontade do psicólogo -, mas sim como singularidades que carregam toda a multiplicidade existente na história que constitui essa relação do psicólogo especialista com o professor de um aluno que fracassa. Vamos à escola para intervir em um processo de produção. Entramos nessa produção e exercemos uma ação que visa alterar um campo de forças (saberes/poderes). Essa atitude exige clareza nos objetivos, exige bastidores, estratégias, avaliações. É uma ação política que se dá nos encontros, na experimentação. Não vamos mostrar nada ao professor, não vamos convencer o professor de nada, vamos fazer aparecer forças que se encontram submetidas a forças hegemônicas. Como? Criando dispositivos que visam afetar o campo problemático de maneira que as questões possam ser entendidas, percebidas, sentidas, como efeito desse campo. Isso se consegue mais pelo contágio do que pela via da conscientização.Foucault apresenta uma concepção de história como campo de forças em luta onde discursos, práticas e saberes se produzem e se confrontam, onde um certo modo de funcionamento se hegemoniza dentre outras possibilidades. Desses confrontos emergem saberes e práticas dominantes que constroem certos modos de vida e de existência. Trabalhando com essa concepção, precisamos trazer à cena o que é considerado lixo, resíduo, sem brilho, o que não foi dito, e, portanto, temos como desafio fortalecer forças que estão presentes e não dominam. Para que isso aconteça, é importante que a individualização seja questionada. Mais do que questionada, seja rompida, e que se faça emergir as forças que a constitui. Desde o século XVIII, a individualização é um modo dominante de constituição dos objetos-sujeitos. A categoria de indivíduo tomada como objeto de estudo pelas psicologias é uma forma datada de subjetivação que, transformada em natural, única e universal “oculta” os processos sociais de produção de subjetividade que a engendraram. O conceito de produção de subjetividade para autores como Foucault e Deleuze, abre a possibilidade de pensarmos em intervirmos nos próprios modos de subjetivação – sempre maquinados, fabricados, transformados no registro social. A produção de processos de subjetivação nesse sentido, e não o sujeito, passa a ser um conceito clínico importante para o trabalho. Dessa maneira podemos afirmar o ato político que toda investigação constitui na medida em que desconstruimos os saberes e práticas que atravessam e se instrumentam em nossas ações quando vamos às instituições educativas. Desnaturalizar o instituído, criar novos modos de existência, restituir ao coletivo o que está aprisionado no corpo de uma criança, é singularizar. É fazer aparecer a produção múltipla presente em uma história, em um caso, com o objetivo de alterarmos o campo produtivo.

ISSN 1981-2566

INTERVENÇÃO PSICOPEDAGÓGICA JUNTO A CRIANÇAS E/OU ADOLESCENTES COM QUEIXAS ESCOLARES

Lucia Helena F. Mendonça Costa

A formação do psicólogo é tema de discussões e de reformulações nos cursos de graduação em todo o país, é um repensar sobre as dificuldades e perspectivas de tal campo de atuação. Sabe-se que a formação deste profissional e, em especial, a do psicólogo escolar, pressupõe a conexão entre teoria e prática numa busca de aproximação com a comunidade, a partir de uma visão crítica do exercício da profissão, nos seus aspectos histórico, social, cultural e político. A partir de experiências na realização de estágios em Psicologia Escolar, pretende-se suscitar questionamentos e reflexões acerca da formação do psicólogo contribuindo para a consolidação de um espaço de atuação deste profissional. A discussão é pautada em atendimentos em Núcleo Integrado de Psicologia que recebe encaminhamentos de crianças e/ou adolescentes com queixas escolares, bem como em contextos educacionais. Os procedimentos adotados são: avaliar as queixas e realizar as intervenções numa perspectiva sócio-histórica do desenvolvimento humano à luz dos estudos de Vygotsky e Wallon, voltados para a compreensão do aluno a partir de uma visão integradora dos aspectos afetivo, cognitivo, motor/expressivo e social. A intervenção visa, ainda, analisar os modos como as famílias e educadores das crianças/adolescentes entendem a educação, bem como as interações construídas e a complexa relação entre a família e os educadores/escola ao compartilharem a formação do aluno. Outro aspecto relevante é sobre a realização de atendimentos individualizados e em grupo com as crianças/adolescentes; oficinas desenvolvidas junto aos pais discutindo e orientando-os sobre a compreensão da queixa a ser investigada; o fortalecimento das interações pais-filhos; além de ações conjuntas com a escola, a partir de uma visão interdisciplinar do desenvolvimento e da aprendizagem humana. Estas estratégias de atuação em Psicologia Escolar estão voltadas para a necessidade de aproximação com a comunidade ao trabalhar a tríade família-aluno-escola. Entendendo que esta interação e a construção da queixa escolar é sócio e historicamente construída, os estagiários de Psicologia buscam problematizá-las, possibilitando a releitura e reestruturação do meio social em que o aluno está inserido, o repensar das atuações dos educadores e da família diante deste que é ator principal diante da queixa escolar. A formação do profissional de psicologia também será discutida e avaliada através da perspectiva do processo de desenvolvimento e de aprendizagem considerando que o meio social possibilita a construção e re-significação das práticas desenvolvidas. Esta experiência fornece subsídios para futuras intervenções junto à comunidade escolar e, em especial, propõe discussões para a atuação do psicólogo frente à construção da queixa escolar. Subjacente a esta prática está uma concepção do ser humano, cujas características de seus processos biopsicológicos implicam em constituir um olhar integrador sobre o aluno e uma compreensão de que é na e pelas interações com outro (pares, família, escola) que este se constituirá como uma pessoa que constrói e compartilha os processos de desenvolvimento e de aprendizagem, considerados como socioculturais e históricos.

Palavras-chave: Formação do Psicólogo Escolar, Intervenção psicopedagógica, Perspectiva sócio-histórica e queixa escolar.

ISSN 1981-2566

INFLUÊNCIA DO PERÍODO ESCOLAR NOS DISTÚRBIOS DE SONO EM CRIANÇAS BRASILEIRAS DE 7 A 10 ANOS DE IDADE

Luciane Bizari Coin de Carvalho
Marilaine Medeiros de Almeida
Izilda Malta Torres
Lucila Bizari Fernandes do Prado
Gilmar Fernandes do Prado

INTRODUÇÃO. No Brasil, as escolas públicas estaduais possuem 2 períodos letivos para crianças de 1 a 4 séries: das 7:00 às 11:30hs e das 13:00hs às 17:00hs. Este fato obriga que as crianças do período matutino acordem muito cedo para ir à escola. Os distúrbios de sono (DS) em crianças são mais prevalentes nessa faixa etária. OBJETIVO. Investigar a relação entre período escolar e distúrbios do sono em crianças de 7 a 10 anos de idade.MÉTODO. Foram estudadas 1730 crianças com DS, 850 meninas, 977 estudavam de manhã, entre 7 e 10 anos, cursando o ensino fundamental, proveniente de escolas da rede pública estadual da cidade de São Paulo. O diagnóstico foi feito através de 15 perguntas sobre o sono da criança, respondido pelos pais ou responsáveis, versando sobre: enurese, ronco, sonilóquio, sonambulismo, bruxismo, insônia, sonolência diurna e pesadelos/terror noturno.RESULTADOS. Observamos que a maior freqüência de DS foi no período escolar matutino (51%, p=0,002). Dentre os DS, sonilóquio (60%, p=0,002), bruxismo (57%, p=0,001), ronco (60%, p=0,002), sonolência (61%, p=0,001) e pesadelo-terror noturno (60%, p=0,001) foram mais freqüentes no período matutino, enquanto a insônia foi mais freqüente no vespertino.CONCLUSÃO. As crianças que estudam no período escolar matutino apresentaram mais distúrbios de sono do que as crianças do período vespertino, sendo apenas a insônia mais prevalente entre as crianças que estudam à tarde. Isso pode dever-se ao fato de que as crianças que estudam à tarde dormem mais e até mais tarde, não têm pressão de sono à noite, e não têm compromisso de levantarem cedo no dia seguinte.

Palavras-chave: Distúrbios do Sono, período escolar, crianças.

ISSN 1981-2566

COMPREENSÃO EM LEITURA DE ALUNOS DE CURSO PRÉ-VESTIBULAR

Sheila Perez Campos
Katya Luciane Oliveira
Michele Freitas

Por meio da leitura o homem torna-se capaz de realizar conquistas e descobertas. Nesse sentido, autores discutem que existem motivações relacionadas ao comportamento de leitor, tais motivações podem estar relacionadas a aprendizagem, a alvos sociais específicos, especialmente, quando a leitura se associa a aquisição de algum objetivo. Assim, sendo em cursos pré-vestibulares essa habilidade é essencial, pois possibilita o acesso ao conhecimento foco do vestibular que é o passaporte para o ensino superior tão almejado. Contudo, muitos estudos discutem que os estudantes, de um modo geral, não apresentam a compreensão em leitura desejada a uma leitura crítica e eficiente. Muitas vezes o que ocorre é que os estudantes são excelentes decodificadores, contudo, apresentam uma compreensão bastante deficitária. Nessa direção, esse estudo se propõe a levantar a compreensão em leitura de estudante de um curso pré-vestibular. Participaram 42 estudantes matriculados em um curso pré-vestibular de uma cidade do interior do estado de São Paulo. A idade média foi de 27 anos e um mês (Dp=8). Utilizou-se um texto de 250 palavras preparado segundo a técnica de Cloze em sua versão tradicional, na qual se omite todos os 5ºs vocábulos do texto, acrescenta-se que o total de omissões foi 46. A forma de correção foi a literal que aceita como correta a palavra exata que foi omitida. A aplicação foi coletiva nos estudantes que consentiram na participação por meio da assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido, sendo que no caso do estudante menor os responsáveis consentiram na participação. Os resultados indicaram que a média de acertos no teste de Cloze foi de 17,3 pontos (Dp=4,7), lembrando que a pontuação poderia variar de 0 a 46 omissões. A pontuação mínima foi de 7 pontos e a máxima de 26. Observa-se que 9,5% (n=4) dos participantes acertaram de 7 a 11 pontos, 26,2% (n=11) tiveram de 12 a 15 acertos, 30,9% (n=13) pontuaram de 16 a 20 acertos, 33,3% (n=14) acertaram de 21 a 26 pontos. Com esses dados pode-se aventar que a compreensão em leitura desses estudantes carece de maior atenção, tendo em vista que são essas pessoas que irão ingressar no curso superior e serão os futuros profissionais no mercado de trabalho. Questiona-se como com uma baixa compreensão eles podem abstrair de forma eficaz os conteúdos técnicos apresentados nos currículos dos cursos universitários. Aponta-se, que este estudo realizou um levantamento exploratório da compreensão em leitura, desse modo, ressalta-se a necessidade de que novos estudos sejam realizados, principalmente no que tange a amostra maiores e mais diversificadas.

Palavras-chave: Jovem, graduação, comunicação.

ISSN 1981-2566

UM ESTUDO SOBRE O DESEMPENHO DE PROFESSORES QUE ENSINAM MATEMÁTICA EM SOLUÇÃO DE PROBLEMAS ARITMÉTICOS

Nelson Antonio Pirola

A solução de problemas matemáticos tem se constituído em um dos objetos de pesquisa da Psicologia da Educação Matemática e um dos eixos medulares do ensino de Matemática na Educação Básica segundo as Propostas Curriculares em vigor. As pesquisas nessa área procuram investigar, em sua maioria, alguns componentes cognitivos, como memória, atenção, estratégias, esquemas, transferência conceitual entre outros, acionados durante a solução de problemas. As constantes avaliações de matemática realizadas pelo Governo Federal e Governos Estaduais mostram um baixo desempenho dos estudantes brasileiros em solução de problemas, sendo que a dificuldade para a obtenção da informação matemática a partir do enunciado do problema, o que envolve a interpretação do mesmo, tem se constituído no principal obstáculo que os estudantes encontram quando estão envolvidos em tarefas de solução de problemas matemáticos. Algumas pesquisas apontam que professores também encontram dificuldades para solucionar problemas. Tendo como foco a formação do professor que ensina matemática e as dificuldades que os mesmos encontram para solucionar problemas é que a presente pesquisa foi desenvolvida. O objetivo principal foi investigar o desempenho de professores na solução de problemas aritméticos bem como as estratégias utilizadas e as dificuldades apresentadas por eles. Participaram da pesquisa 108 professores das séries iniciais do Ensino Fundamental da rede municipal de ensino de duas cidades do Estado de São Paulo e que participavam de um Programa de Formação Continuada. Os instrumentos utilizados para a coleta de dados foram um questionário e oito problemas aritméticos. A análise dos dados mostrou que a nota geral da prova foi de 8,75 em uma escala de zero a dez. Em relação ao desempenho dos sujeitos na prova matemática, foi observado que os mesmos não apresentaram muitas dificuldades para elaborar procedimentos e estratégias de solução As maiores dificuldades apresentadas pelos participantes foram na solução de problemas que apresentavam várias soluções. A análise dos protocolos mostrou que o dado supérfluo presente no enunciado de alguns problemas, não se constituiu em um fator que conduziu os participantes ao erro, diferentemente de resultados encontrados em outras pesquisas. Foi observado também, pela análise dos protocolos que a estratégia mais utilizada pelos participantes foi a de tentativa e erro (teste de valores), não encontrando soluções através do uso da álgebra (equações etc). Esse fato é interessante e mostra que os participantes adotaram procedimentos diferenciados de solução de problemas sem se recorrerem a fórmulas e algoritmos prontos e acabados. O estudo mostrou que uma atenção especial deve ser dada à solução de problemas matemáticos que admitem várias soluções, pois através deles os alunos têm a possibilidade de desenvolver estratégias de solução, desenvolver esquemas, levantar conjecturas, validar hipóteses, usar algoritmos e desenvolver soluções através de várias maneiras.

Palavras-chave: Solução de Problemas, Aritmética, Estratégia.

ISSN 1981-2566

METAS DE REALIZAÇÃO EM UNIVERSITÁRIOS: VALIDADE DE UM INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO

Acácia Aparecida Angeli Santos

As recentes teorias de motivação para a aprendizagem têm criado muitas expectativas com os resultados obtidos em pesquisas na área. Baseando-se numa concepção de que a motivação para aprender não é apenas um traço de personalidade, as teorias cognitivas entendem o sucesso e o fracasso escolar como fenômenos complexos, determinados por múltiplos fatores. Nesse sentido, os estudos realizados têm procurado demonstrar que a inteligência e a capacidade intelectual não se constituem como fatores suficientes para a compreensão dos motivos pelos quais certos alunos são bem sucedidos academicamente e outros não o são. Sob essa perspectiva, estudos brasileiros têm sido realizados com o objetivo de avaliar evidências de validade de instrumentos de avaliação do perfil motivacional de estudantes. Duas pesquisas com universitários foram especialmente realizadas com esse propósito, ambas utilizando o mesmo instrumento, a saber, uma 'Escala de sensibilização às diferentes metas de realização', composta por17 itens, com quatro opções de escolha: concordo plenamente, concordo, discordo e discordo plenamente, cuja aplicação foi sempre coletiva e em situação de sala de aula. Da primeira pesquisa participaram 189 universitários de ambos os sexos com média de idade de 23,2 anos, provenientes de cursos de diferentes áreas do conhecimento (humanas, exatas e biológicas) de uma única universidade. A análise fatorial indicou a existência de dois fatores que correspondiam a duas dimensões das metas de realização (a) baseada no interesse pela tarefa (meta aprender) e (b), baseada no desempenho (meta performance), com coeficientes de precisão de =0,72 e =0,84, respectivamente. O resultado contudo, mostrou-se insatisfatório à luz de estudos estrangeiros mais recentes que já indicavam uma estrutura fatorial com três fatores. Assim, considerou-se pertinente a replicação da pesquisa com o mesmo instrumento em outra amostra de universitários, desta vez de um único curso, procurando identificar novamente a estrutura fatorial dos itens, bem como sua precisão e as correlações entre os fatores identificados. Os participantes foram 156 estudantes de psicologia, de ambos os sexos, com 22,3 anos em média, de duas universidades paulistas. Por meio de análise fatorial extraíram-se quatro fatores com precisões de 0,57 a 0,86. O primeiro fator foi relacionado à meta performance-aproximação, o segundo à meta aprender e o terceiro e quarto fator a aspectos distintos da meta performance-evitação. Com base na análise dos dados obtidos e também da estrutura lingüística das frases, apresentam-se sugestões que estão auxiliando na continuidade do trabalho para obtenção de um instrumento avaliação das metas de realização que apresente evidências de validade e com adequados indicadores de fidedignidade.

Palavras-chave: Avaliação psicológica, metas de realização, parâmetros psicométricos.

ISSN 1981-2566

MEDIDAS DIAGNÓSTICAS DA COMPREENSÃO E ESTRATÉGIAS DE LEITURA

Katya Luciane Oliveira
Lucicleide Maria de Cantalice

A compreensão em leitura é muito importante no contexto escolar, especialmente no ensino superior, visto que é a ferramenta que irá proporcionar uma reflexão crítica e criativa acerca da realidade. Diversos autores apontam para a teoria do processamento da informação, como base para se entender como a compreensão textual se processa no leitor. Nessa direção, a compreensão pode ser entendida dentro de duas perspectivas, a botton-up e a top-down. A perspectiva botton-up enxerga o leitor como processando toda palavra e fazendo uma análise intensiva de seu significado. Já a perspectiva top-down entende que o leitor deve ser alguém que possui um alto nível de abstração textual no qual utiliza-se do entendimento contextual para construir a compreensão. Portanto, na perspectiva botton-up a compreensão ocorre com decodificação e compreensão lingüística e na top-down a compreensão se dá por meio da contextualização. Diversos estudos evidenciam que a criança pode pronunciar palavras fluentemente, mas não consegue entender o que é lido (bons decodificadores podem ser leitores pobres em compreensão). Nesse sentido, a técnica de Cloze, criada por Taylor em 1953, vem sendo muito utilizada para mensurar a compreensão em leitura nos diferentes níveis de educação formal. A técnica consiste na omissão sistemática de todos os 5º s vocábulos do texto, no local da omissão se coloca um traço de tamanho proporcional a palavra que foi omitida. Tal técnica apresenta diversas possibilidades de aplicação e pontuação. Nesse contexto, também se observa a necessidade de que estratégias de leitura mais adequadas sejam oportunizadas pelos educadores aos educandos, portanto a escala de estratégias de leitura vem como uma alternativa eficaz para tal finalidade. As estratégias envolvem uma intencionalidade, um propósito na escolha de várias alternativas para ler e compreender um texto, englobando aspectos cognitivos e metacognitivos na aprendizagem. As estratégias de leitura também possibilitam ao aluno ultrapassar dificuldades pessoais e ambientais de forma a conseguir obter um maior sucesso escolar. Existem muitas pesquisas enfatizando a necessidade do ensino, uma vez que para os alunos compreenderem um texto e usar as estratégias de leitura, necessitam conhecer quais estratégias podem usar, como, quando, onde e porquê usá-las. Assim, embora a literatura de ensino de estratégias cognitivas para a compreensão em leitura tenha proporcionado um modelo completamente satisfatório de ensino efetivo, quando ele ocorre em sala de aula, estudos apontam que muitos alunos não entendem aquilo que lêem, justamente porque estratégias não são ensinadas de maneira adequada. Em síntese, uma boa compreensão textual com estratégias de leitura eficazes pode ser o diferencial entre o êxito acadêmico ou não.

Palavras-chave: Leitura, estratégias, avaliação psicoeducacional.

ISSN 1981-2566

PROJETO SEAPE - PROPOSTA DE ATENDIMENTO EM PSICOLOGIA ESCOLAR – CPA/UFJF

Cristiane Schumann
Marisa Cosenza Rodrigues

O Projeto SEAPE – Serviço de Atendimento em Psicologia Escolar e Educacional insere-se na proposta de extensão da Universidade Federal de Juiz de Fora (MG) desde o ano de 1998. O objetivo do projeto SEAPE é divulgar, integrar e formalizar, por meio do Centro de Psicologia Aplicada da Universidade Federal de Juiz de Fora(CPA/UFJF), a prestação de serviços e atendimento psicoeducacional à demanda espontânea que procura atendimento especializado e acessível, viabilizando o atendimento à pais, crianças, adolescentes, professores, equipes pedagógicas e agentes educativos que apresentam queixas relacionadas à escolarização nos diferentes níveis de ensino das redes pública e privada. O trabalho vem sendo realizado nas seguintes áreas: 1)Atendimento à população que procura o CPA/UFJF por meio do atendimento direto às crianças e adolescentes, orientação aos pais e professores; 2)Análise da situação escolar e do desenvolvimento do educando, envolvendo a percepção do processo do ponto de vista da criança (adolescente), pais e professores (realização de entrevistas, observações no contexto e aplicação de instrumentos de sondagem e avaliação); 3)Planejamento da intervenção, execução e avaliação das ações psicoeducacionais desenvolvidas; 4)Atuação junto às escolas solicitantes. (Insere-se nesta área o trabalho junto aos professores, direção, equipe pedagógica, pessoal de apoio, com grupos de pais e de alunos a partir de demandas específicas e diversificadas das instituições educativas); 5)Levantamento de necessidades (perfil escolar) a partir da realização de entrevistas individuais, aplicação e análise de questionários junto aos agentes educativos e procedimento de observação; 6)Elaboração, desenvolvimento, acompanhamento e avaliação de planos interdisciplinares e coletivos de trabalho.O projeto vem evidenciando adequação quanto à proposta na medida em que tem viabilizado o atendimento contextualizado das queixas escolares comprometendo pais e, sobretudo, professores e escolas em todo o processo de análise e implementação de ações psicoeducacionais, bem como a realização de consultorias em instituições de educação infantil e escolas públicas e particulares de Juiz de Fora. É expressivo o número de encaminhamentos feitos às clínicas psicológicas sobretudo o atendimento a população carente. Estes encaminhamentos envolvem, frequentemente, queixas relacionadas a questões escolares e a inadequação do aluno ao contexto escolar. Neste sentido, o projeto visa não somente o atendimento a essa demanda, como a criação e manutenção adequada de um espaço de interlocução onde possa ser praticada a psicologia escolar tal como ela se apresenta atualmente, um atendimento mais contextualizado, evitando que a criança seja o único foco de investigação e que passe imediatamente, e por vezes desnecessariamente para um tratamento psicoterapêutico individual.

Palavras-chave: Psicologia Escolar, Queixas Escolares, serviço de psicologia aplicada.

ISSN 1981-2566

OLHARES E LUGARES DA INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA FRENTE À QUEIXA ESCOLAR

Rachel Gomes Lau

O presente trabalho busca discutir o enfoque teórico-prático das intervenções pedagógicas realizadas no Núcleo Especializado de Atendimento ao Escolar – NEACE, no que diz respeito a duas frentes de trabalho: (re)significar o lugar de aprendente dos alunos encaminhados com queixa escolar envolvendo a escola como um todo, bem como compreender e (re)significar as concepções de aprendizagem e desenvolvimento da escola e dos professores envolvidos através de grupos de estudo e formação.Dialogamos dessa forma com os pressupostos teóricos sistematizados pelos diversos autores que compõem o quadro conhecido por sócio interacionistas, uma vez que partilham de concepções e conceito,s como mediação e cultura, para compreenderem o desenvolvimento humano por meio de processos de interação com os demais sujeitos de seu contexto de vivência. Nessa perspectiva, o aprendizado não é uma transferência de conhecimentos de professor/aluno, ele é mediado por processos interativos complexos atuando em sua zona de desenvolvimento proximal (VYGOTSKY,) que leva a criança a internalizar determinado conhecimento ou estratégias tornando-a capaz de realizar tarefas semelhantes sem o auxilio desse outro: O trabalho em grupo torna-se o centro das atividades na intervenção pedagógica. Utilizam-se como critérios de formação grupal ciclos de faixa etária entendidos como agrupamento de sete e oito anos, nove e dez, onze e doze, treze e quatorze anos. O atendimento anterior à idade de sete anos só é possibilitado no caso de solicitação e/ou estimulação para alunos com necessidades especiais, assim como o atendimento posterior aos 14 anos (idade limite do ensino fundamental) só se realiza quando o aluno ultrapassa a idade já sendo atendido no Núcleo. O desligamento acontece quando à equipe do Núcleo percebe por parte da escola a compreensão dos processos de aprendizagem e desenvolvimento do aluno que em alguns casos deixa de ser portador de queixa e em outros passa a ser compreendido a partir das aprendizagens já construídas sendo necessário propor que se respeitem as suas especificidades. A segunda face da intervenção pedagógica ocorre quando torna-se evidente as concepções de aprendizagem e desenvolvimento implícitas no discurso dos professores e da escola que encaminha e consequentemente abrindo espaços para diálogos envolvendo escola e Núcleos, através de encontros na sede deste, visita às instituições escolares e em espaços de estudo sistematizados ocorridos um vez ao mês, com o grupo de professores cujos alunos foram encaminhados. Esta face do trabalho conta com a participação de todos os profissionais da equipe do NEACE (psicólogo, professor, pedagogo, fonoaudiólogo e assistente social) embora as discussões estejam relacionadas à prática pedagógica.

Palavras-chave: Queixa escolar, novos lugares de desenvolvimento e aprendizagem.

ISSN 1981-2566

O BENDER COMO INSTRUMENTO DIAGNÓSTICO DE DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM

Ana Paula Porto Noronha

O desenvolvimento percepto-motor é considerado como relevante e aparece freqüentemente relacionado com um bom desempenho escolar, especialmente no período inicial da escolarização. Com base no pressuposto de que o desenvolvimento perceptivo-motor adequado é requisito para o desenvolvimento de habilidades e, especialmente, as de leitura e escrita, um dos instrumentos que tem sido considerado útil para o diagnóstico diferencial de crianças com problemas de aprendizagem é o Teste de Bender. Estudos diversos têm abordado diferentes sistemas de avaliação do desenvolvimento percepto-motor, apontando para a falta de evidências de validade para muitos dos usos para os quais esse instrumento é indicado, como por exemplo, para a predição de rendimento escolar ou na identificação de problemas de aprendizagem. As pesquisas brasileiras sobre o tema apresentam resultados controversos ao discutirem o sistema de Koppitz, considerado o mais conhecido e o mais usado pelos psicólogos no Brasil. Frente ao questionamento sobre o valor dos critérios de correção utilizados, das limitações na interpretação da pontuação e os conseqüentes problemas para sua utilização no diagnóstico de atrasos no desenvolvimento, um novo sistema de aplicação e pontuação foi proposto, o Bender - Sistema de Pontuação Gradual (B-SPG). Com base em estudos com ampla amostra o referido sistema mostrou evidências de validade e precisão na identificação de aspectos desenvolvimentais. Além disso, outros estudos apontaram para outras evidências de validade de critério, mostrando-o como instrumento sensível para identificar dificuldades de aprendizagem. Por fim, seu uso em outras pesquisas também identificou evidências de validade convergente com medidas de inteligência.

Palavras-chave: Bender, leitura, ensino fundamental.

ISSN 1981-2566

OLHAR CLÍNICO, MEDICALIZAR, EXCLUIR

Maria Aparecida Affonso Moysés

A medicina constituiu-se como ciência moderna em pouco mais de cinqüenta anos, na transição entre os séculos 18 e 19, período em que passa por grandes transformações e estabelece seu próprio estatuto científico. No campo da modernidade, é a primeira ciência que se dedica a estudar o ser humano, constituindo a base de todas as ciências humanas no paradigma positivista. Nesse paradigma, ainda hegemônico, fundado na pretensão de objetividade e neutralidade, o sujeito que pesquisa teria acesso privilegiado à coisa, seja ela doença, aprendizagem, inteligência, intenção, emoção... Tal acesso privilegiado seria mediado pelo "olhar que sabe, porque sabe ver". Um olhar que, "porque sabe, rege". Em uma concepção de ciência que se pretende objetiva e neutra, a subjetividade, do médico ou da pessoa doente, somente pode ser entendida como elemento de perturbações, que pode atrapalhar a identificação da doença, que, tal qual invasor alienígena, independe do corpo que habita. As subjetividades devem, portanto, ser afastadas; erradicadas, se possível. Tudo que seja singular, as marcas adquiridas pelo sujeito no decorrer de sua vida devem ser abstraídas; as vozes que tentam contar a história de sua vida devem ser silenciadas, para que o "olhar clínico", aquele que sabe, possa se apor sobre a pessoa e identificar sua doença. "Olhar clínico", capaz de abstrair particularidades, em busca do realmente importante, capaz de abstrair o sujeito doente para enxergar a doença; de abstrair e silenciar crianças para medir a inteligência e para avaliar a aprendizagem. "Olhar clínico", competente para abstrair criança, família, professores, classe social, escola, política educacional, verbas para educação, sistema político, e identificar as "doenças do não-aprender". "Olhar clínico", que alicerça os processos de medicalização do ensino-aprendizagem e de institucionalização a céu aberto de crianças absolutamente normais, pela introjeção de doenças inexistentes. A medicalização é um processo em constante ascenção nas sociedades ocidentais e que desloca a análise de problemas sociais, portanto coletivos, para o âmbito de problemas individuais, biológicos, transformando questões políticas em questões médicas, isto é, com origem e solução no campo da medicina. Esse processo tem avançado sobre todos os campos da vida humana, transformando em doenças problemas causados pela qualidade de vida (ou falta de) e dificuldades inerentes à própria vida, como sofrimentos e lutos. Doenças passíveis de solução, desde que tratadas por especialistas: médicos, psicólogos, fonoaudiólogos, etc. Os especialistas criam, assim, a demanda por especialistas, em processo que resulta na ampliação do mercado de trabalho para os próprios especialistas. Quanto às crianças que sofreram a medicalização e institucionalização a céu aberto, bem... poderão ser tratadas e reintegradas à sociedade, mesmo que parcialmente... Ou, se tiverem sorte, mais tarde, poderão encontrar um especialista que não acredite na existência de doenças cuja existência a medicina postula há mais de cem anos, sem jamais ter conseguido comprovar, e que consiga recuperar sua auto-imagem e lhe propiciar a reconquista de sua normalidade...

Palavras-chave: Olhar clínico, medicalizar, excluir.

ISSN 1981-2566

O FRACASSO ESCOLAR E A LEGITIMAÇÃO DA EXCLUSÃO

Cecília Azevedo Lima Collares

O sistema educacional brasileiro, segundo várias fontes – inclusive a Unesco – apresenta um dos piores desempenhos de todo o mundo; pesquisas realizadas na década de 90 revelam que apenas 5% dos alunos completam oito séries em 8 anos. Este quadro persiste inalterado há décadas, graças à discrepância de discursos governamentais acerca da prioridade da educação e das políticas educacionais realmente implantadas. Para apreender a realidade da escola brasileira, é fundamental ler seu desempenho como referente ao desempenho do sistema educacional e não de cada criança em particular, remetendo a análise da escola para o campo de problemas coletivos, institucionais, ao qual pertence de fato. Ainda é freqüente acreditar que os altos índices de fracasso surgiram com a expansão da rede educacional e conseqüente acesso de crianças da classe trabalhadora. Tais discursos – desmentidos pela análise do desempenho da escola brasileira ao longo do tempo – trazem embutidos os preconceitos da pretensa incapacidade cognitiva dessas crianças. A escola é apresentada como vítima de clientela inadequada, recaindo sobre a criança e sua família a culpa pelo desempenho de um sistema político-pedagógico estruturado para produzir e manter o fracasso escolar da maioria da população. Não se pode omitir que o fracasso escolar tem sido instrumento fundamental na manutenção e legitimação da exclusão social, chão onde se enraízam preconceitos referentes a etnias, classes sociais e gênero. Preconceitos e fracasso escolar se articulam de tal modo que um constitui o outro, e é por ele constituído, fundindo-se em forte amálgama que tudo justificará, deslocando análises para o campo individual e isentando de responsabilidades o sistema educacional e político. Mudam explicações, as causas do fracasso escolar; surgem – no plano superficial das aparências – novas propostas político-pedagógicas, sem que nada se transforme, mantendo-se a estrutura geradora de desigualdades e exclusões. Muda-se para nada transformar... Em alguns estados, desde a década passada assistimos a mais uma inovação: a progressão automática. Inúmeros educadores alertam, há tempos, para os malefícios da reprovação na auto-imagem. Alie-se que, no ano seguinte, o estudante é submetido a programa pedagógico igual ao do ano anterior – aquele em que foi reprovado. Repete-se o conteúdo já aprendido, até chegar ao ponto em que ocorreram dificuldades, quando o programa é apresentado do mesmo modo – que já se sabe que não foi apreendido–, repetindo-se tal processo quantas vezes a criança for novamente matriculada. Deve-se perguntar: quando e como foi estabelecido que as crianças devem dominar determinado conteúdo, determinado conhecimento, em tempo delimitado? Essas reflexões embasam a proposta de propiciar ao estudante a progressão em seu processo de conhecer em seu próprio ritmo. Isto significa evitar a reprovação; entretanto, a progressão automática tem sentido se constitui apenas um elemento de proposta mais abrangente, entendida como última etapa de processo totalmente diferenciado. Do modo como foi implantada – progressão automática sem alteração do processo pedagógico –, as crianças progridem nas séries sem progredir nos saberes, reforçando preconceitos sobre suas incapacidades e destroem-se as estatísticas sobre o desempenho da escola brasileira

ISSN 1981-2566

O DESEMPENHO ESCOLAR E INTELECTUAL DE CRIANÇAS INDICADAS COM TDAH

Liene Regina Rossi
Olga Piazentin Rolim Rodrigues

Os problemas de atenção e hiperatividade/impulsividade interferem direta e indiretamente na aprendizagem, e constituem-se numa realidade de sala de aula, constantemente citada pelos professores como de difícil abordagem e intervenção (Birch, S.H. & Ladd, G.W.; 1998). Sabe-se que o TDAH tem um grande impacto no desenvolvimento educacional da criança. Estudos indicam que os alunos com TDAH em ensino regular correm risco de fracasso duas a três vezes maiores do que alunos sem dificuldades escolares e com inteligência equivalente. Os sintomas do TDAH, no ambiente escolar, revelam uma dificuldade em terminar o trabalho de aula na classe ou de participar tranquilamente de uma equipe de esportes. O presente estudo teve como objetivo avaliar o desempenho escolar e intelectual de alunos indicados pelos professores (16) como portadoras de TDAH e dificuldade na aprendizagem. Foram avaliados 83 alunos de duas escolas municipais do interior do Estado de São Paulo. Os instrumentos avaliados foram: teste de desempenho escolar (TDE) e Matrizes Progressivas Coloridas de Raven. Os resultados evidenciaram, em ambas as escola, a prevalência do desempenho intelectual na média 52% em uma escola e 54% em outra referente ao gênero masculino, já para meninas o desempenho foi de 40% em ambas as escolas. Na escola 1 os outros desempenhos, para meninos foram: 3% superior, 9% acima da média, 30% abaixo da média e 6% inferior; para meninas: 13% acima da média, 20% abaixo da média, 13% inferior e intelectualmente deficiente. Para outra escola, os meninos revelaram 5% superior, 36% abaixo da média e 5% deficiente; para meninas 7% acima da média, 40% abaixo e 13% inferior. Para o teste de desempenho escolar (TDE), em ambas as escolas e gêneros, o desempenho foi significativamente inferior 90% meninos e 79% para meninas; 8% superior para meninos e 10% meninas e que não responderam ao teste 4% meninos e 22% meninas. Conclui-se que, em ambas as escolas e gêneros, a prevalência é o desempenho intelectual na média e acadêmica inferior e, o índice de alunos que os professores acreditam serem TDAH é de aproximadamente 5 alunos por sala. É sábio que o sucesso na sala de aula exige intervenções adequadas no ambiente estrutural, modificação de currículo e estratégias adequadas a cada situação – bem como um manejo comportamental eficiente por parte do professor. Em geral, o professor observa uma discrepância entre o potencial intelectual da criança e o desempenho acadêmico da mesma, o que pode ocorrer mesmo entre as crianças com inteligência superior à média.

Palavras-chave: Avaliação, desempenho escolar, desempenho intelectual, TDAH.

ISSN 1981-2566

NÍVEL DE ESTRESSE EM FUNCIONÁRIOS DE UMA ESCOLA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

Adriana Aparecida Ferreira
Marinez Vanucci Zamai Zamai

No Brasil, a partir da década de 90, observou-se um aumento no número de pesquisa sobre a saúde física e mental dos professores. O estresse profissional vem sendo estudado em várias áreas, entre elas destaca-se o estresse do professor. No ambiente de trabalho, os processos de desgaste do corpo são determinados em boa parte pelo tipo de trabalho e pela forma como esse está organizado. A qualidade de vida é influenciada pelo nível de tensão que a pessoa experiencia, principalmente em situações em que o estressor persiste por períodos longos ou ultrapassa sua resistência. A presente pesquisa objetivou verificar a ocorrência e o nível de estresse entre profissionais de ensino de uma Escola de Educação Especial de uma cidade da região do Alto Tietê. Foram participantes 11 professores (55%), dois ajudantes gerais, dois monitores, um diretor, um enfermeiro, um fonoaudiólogo e um fisioterapeuta. Tendo em vista a prevalência de docentes na amostra serão feitas duas análise, uma considerando os profissionais da escola como um todo, incluindo os docentes, e outra especificamente os professores. Foi pedida autorização para participação do estudo por meio dos Termos de Consentimento Livre e Esclarecido e aplicado o Inventário de Sintomas de Stress de Lipp (ISSL). O instrumento permite avaliar o estresse dos funcionários em quatro fases: alerta, resistência, quase-exaustão e exaustão. O projeto teve parecer favorável do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (Parecer nº 017/2005). A análise dos resultados permite verificar que 75% do total de participantes apresentam estresse e 25 não apresentam, sendo esta diferença estatisticamente significante (²o=25, ²o=3,84, n.sig.=0,05, n.g.l.=1). Dos funcionários que apresentam estresse (N=15), 80% encontram-se na fase de resistência e 20% na fase de exaustão (²o=36, ²o=3,84, n.sig.=0,05, n.g.l.=1). Foi realizada também a análise da sintomatologia predominante. Verificou-se que 60% dos funcionários têm sintomas predominantemente psicológicos, 33,33% sintomas físicos, sendo que um dos funcionários possui tanto sintomas físicos como psicológicos. Considerando somente os professores, observa-se que 81,82% apresentam estresse e 18,18% não apresentavam (²o=40,49, ²o=3,84, n.sig.=0,05, n.g.l.=1). Entre os professores que apresentam estresse (N=9), a maioria se encontra na fase de resistência (88,89%) sendo que apenas 11,11% está na fase de exaustão (²o=60,49, ²o=3,84, n.sig.=0,05, n.g.l.=1). Quanto à sintomatologia, observou-se que 55,56% dos professores têm sintomas predominantemente psicológicos e 44,44% sintomas físicos, não havendo diferença estatisticamente significante entre os tipos de sintomas (²o=1,23, ²o=3,84, n.sig.=0,05, n.g.l.=1). Conclui-se que há um alto índice de estresse entre os funcionários da escola que atende a crianças com necessidades especiais estudada, sendo que a presença do estresse foi mais marcante entre os professores. A maioria dos funcionários que apresentam estresse estão na fase de resistência, com predominância de sintomas psicológicos.

Palavras-chave: Estresse profissional, ambiente escolar, necessidades especiais.

ISSN 1981-2566

UM ESTUDO EXPLORATÓRIO SOBRE DIFERENÇAS ENTRE FAIXAS ETÁRIAS E COMPREENSÃO EM LEITURA

Katya Luciane Oliveira
Sheila Perez Campos
Michele Freitas

Algumas pesquisas sugerem que existe diferença por faixa etária, no que tange a compreensão em leitura de estudantes de diferentes séries do ensino. Pesquisadores vêm se dedicando a estudar possíveis diferenças no desempenho de estudantes de diferentes faixas de idade, mas embora tais estejam crescendo, no contexto nacional, as pesquisas que focam esse tema ainda são restritas. Quando se menciona a faixa etária, estudos internacionais indicam que existem três faixas de idade distintas. A primeira faixa é composta por estudantes denominados tradicionais (faixa etária 1) que são estudantes que não apresentavam nenhum atraso escolar e entraram direto na universidade, no Brasil essa faixa equivaleria a estudantes de 17 a 21 anos. Na segunda faixa estão os estudantes bordeline (faixa etária 2), que são aqueles que ingressaram na universidade com idade um pouco superior, isto é de 22 a 25 anos e na terceira faixa estão os estudantes maduros (faixa etária 3), que são pessoas que ingressaram na universidade mais tarde e algumas vezes já possuem curso superior, essa faixa iniciava-se aos 26 anos. Com essa perspectiva, este estudo irá levantar se há diferença entre as três faixas etárias, considerando a habilidade de compreensão em leitura. Para tanto, 42 jovens de um curso pré-vestibular foram convidados a participar deste estudo. Em uma coleta coletiva para aqueles que consentiram na participação por meio da assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido, foi aplicado o teste de Cloze em sua versão tradicional, na qual um texto de 250 vocábulos é preparado omitindo-se todos os 5º s vocábulos do texto, totalizando 46 omissões. Para se observar possíveis diferenças entre as três faixas etárias utilizou-se a Análise de Variância. Os resultados mostraram que não houve diferença estatisticamente significativa entre as faixas, considerando [$F(2, 35)=2,655$; $p=0,08$]. Mesmo não havendo diferença significante entre os grupos, a média de acertos da faixa 2 ($M=19,8$) foi melhor do que a das outras duas faixas (faixa 1 – $M=16,6$; faixa 3- $M=15,6$). Embora a faixa 2 tenha obtido mais pontos, cabe destacar que a pontuação nas três faixas foi baixa o que denota em leitores pobres em compreensão, visto que a média de acertos das faixas está aquém da metade de acertos possíveis no Cloze, 23 pontos. Esse resultado é lastimável, tendo em vista que se trata de estudantes que irão ingressar num curso universitário, etapa escolar que se exige uma maior compreensão e abstração textual. Aponta-se a necessidade de que novos estudos sejam realizados visando ampliar as considerações sobre diferenças entre faixas de idade e compreensão em leitura.

Palavras-chave: Idade, estudantes, boderline.

ISSN 1981-2566

SISTEMA ORIENTADO DO CLOZE NA AVALIAÇÃO DA COMPREENSÃO EM LEITURA NO ENSINO FUNDAMENTAL II

Beatriz Maria Coleti
Maria Cristina Rodrigues Azevedo Joly
Silmaire de Moura Cordeiro Franco
Adriana Ferreira Nicolau Nicolau

A leitura envolve habilidades cognitivas, especialmente as relacionadas à solução de problemas para decodificar e compreender a linguagem escrita. Decodificar é a habilidade relacionada ao reconhecimento de símbolos gráficos e compreender envolve entender o significado sintático e semântico desses símbolos no contexto de um texto. Atingir a compreensão plena de um texto depende de muitas variáveis, como selecionar um esquema adequado, saber combinar esquemas prévios e mantê-los ativados por tempo suficiente, ter rapidez no processo de decodificação, representação clara do conhecimento e estratégias eficazes para reter e evocar a informação obtida. Para tanto, na perspectiva da teoria cognitiva, é necessário que o leitor recupere um esquema já existente na memória relativo ao vocabulário e conhecimento e relacione às informações presentes no texto que lhe possibilitem compreender o significado da mensagem. A leitura compreensiva é, pois, um meio essencial para a apropriação de informações e conhecimento necessário na vida social e acadêmica do indivíduo. O Sistema Compreensivo do Cloze é uma das formas de avaliar a compreensão em leitura. Consiste em critérios para a organização de um texto com níveis de dificuldade diferenciados a fim de ser utilizado como instrumento de avaliação. São critérios específicos relativos ao número de palavras, omissões de vocábulos, tamanho de lacunas e opções de resposta. Considerando a importância do tema e a necessidade de caracterizar a competência dos alunos nessa habilidade, visou-se investigar o desempenho em compreensão em leitura em 235 alunos (M=12,19; DP=1,44), de ambos os gêneros (55,7% do feminino) matriculados de 5ª a 8ª séries, freqüentando escola pública (56,2%) e particular no interior Paulista. Foi utilizado na avaliação coletiva por série um texto literário de 200 palavras. A este foi aplicado o Sistema Orientado do Cloze (SOC) a um texto de literatura infantil adaptado para o presente estudo. O critério de omissão de palavras foi a classe gramatical. Foram omitidos os substantivos presentes a cada cinco vocábulos, aproximadamente. O desempenho médio observado em compreensão em leitura foi de 22,71 (DP=2,78), apresentando uma variação da pontuação de 7 a 26 pontos, sendo 26 a pontuação máxima esperada. Houve influência estatisticamente significativa do gênero, idade, série e rede de ensino sobre o desempenho em compreensão. O desempenho feminino (M=23,15; DP=2,71) foi maior que o masculino (M =22,14; DP =2,77). Observou-se diferença significativa entre os participantes de 10 a 14 anos, não sendo observadas diferenças para os que têm 15 e 16 anos e que se encontram com defasagem idade/série. A 5ª série apresentou diferença de desempenho em relação às demais séries. Os participantes da rede particular (M=23,32; DP=1,96) tiveram desempenho melhor do que os da pública (M=22,23; DP=3,21). Esses resultados indicaram progresso na habilidade de compreensão em leitura em função do desenvolvimento e escolaridade.

Palavras-chave: Cloze, avaliação psicopedagógica, linguagem.

ISSN 1981-2566

UM ESTADO DA ARTE SOBRE OS INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO DO AMBIENTE DE APRENDIZAGEM DA SALA DE AULA

Daniel Abud Seabra Matos
Sérgio Dias Cirino
Walter Lana Leite

Dentre as várias possibilidades de abordagem da sala de aula, a análise do ambiente de aprendizagem tem sido uma das opções de trabalho no campo educacional. Nos últimos trinta anos, pesquisas internacionais têm se dirigido para o desenvolvimento e uso de instrumentos para avaliar o ambiente de aprendizagem da sala de aula a partir da perspectiva do aluno. Os esforços de pesquisas envolvendo a avaliação e a investigação da percepção de aspectos do ambiente da sala de aula estabeleceram esta área como um próspero campo de estudo (FRASER e WALBERG, 1991). Os estudos sobre o ambiente de aprendizagem apontam diversas vantagens no uso da percepção dos alunos como um indicador da qualidade do ambiente da sala de aula. Walker (2004) e Fraser (2002) apontam como instrumentos contemporâneos de avaliação do ambiente de aprendizagem mais influentes o Questionnaire on Teacher Interaction (QTI), o Science Laboratory Environment Inventory (SLEI), o Constructivist Learning Environment Survey (CLES) e o What is Happening in this Class (WIHIC) Questionnaire. Segundo Dorman (2002), a maioria das pesquisas do ambiente da sala de aula dos últimos anos tem sido conduzida nos Estados Unidos e na Austrália. Os instrumentos de avaliação do ambiente de aprendizagem da sala de aula originaram-se em países ocidentais, mas na última década os países asiáticos têm feito grandes contribuições. Nessa área, inúmeros trabalhos transculturais são realizados em países como Holanda, Coréia, Indonésia, Índia, etc. Existem referências a pesquisas realizadas no continente africano, como, por exemplo, um estudo feito na África do Sul (SEBELA, 2003) e outro na Nigéria (IDIRIS e FRASER, 1994). Na literatura consultada não foram encontrados registros de trabalhos dessa linha de pesquisa na América do Sul. Pode-se considerar que os estudos envolvendo o ambiente de aprendizagem da sala de aula tendem a se enquadrar em modalidades diferentes. Para Fraser (2002), as modalidades de pesquisa mais comuns são: associações entre os resultados dos alunos e o ambiente; avaliação de inovações educacionais; diferenças entre as percepções dos alunos e do professor de uma mesma sala de aula; determinantes do ambiente da sala de aula; uso de métodos de pesquisa qualitativos; e estudos transculturais. Isso não implica em dizer que não existam outras modalidades, embora sejam menos freqüentemente pesquisadas. Essa revisão da literatura demonstra a riqueza de um campo de pesquisa que continua em evolução: diversas possibilidades de trabalho, grupos de pesquisadores de vários países em um esforço conjunto e muitas aplicações práticas para todos os níveis educacionais. Foram encontradas publicações da área nos mais diversos periódicos de educação. Também existe um periódico dedicado exclusivamente a trabalhos sobre o ambiente de aprendizagem chamado Learning Environments Research (LER). Pode-se dizer que os pesquisadores da área traçaram uma base forte para trabalhos futuros. Isso foi obtido por meio do desenvolvimento, tradução e validação de uma variedade enorme de instrumentos de avaliação do ambiente de aprendizagem da sala de aula. Dessa forma, pesquisadores e professores de diversas nacionalidades e línguas podem fazer uso desses questionários de acordo com seus objetivos.

Palavras-chave: Ambiente de aprendizagem da sala de aula, instrumentos de avaliação, estudos transculturais.

ISSN 1981-2566

QUEIXA ESCOLAR :UM OLHAR SOBRE A FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Ana Lucia Adriana Costa e Lopes

Este trabalho busca mostrar a necessidade de contribuir com as discussões sobre queixa escolar através da intervenção/formação junto aos profissionais que lidam com a criança dentro do contexto escolar,promovendo ao mesmo tempo uma reflexão sobre as concepções circulantes e um compartilhamento de práticas que contribuam para a aprendizagem da criança e que tenha como resultado a não exclusão destas crianças do contexto escolar.A partir do levantamento dos índices de repetência nas séries iniciais do ensino fundamental; do número de encaminhamentos de crianças que não aprendem para o atendimento especializado; a constatação de que a maioria das escolas tem professores recuperadores, laboratórios de aprendizagem, sala recurso e/ou projetos diversos que visam melhorar a aprendizagem dos alunos, um questionamento se instalou: por que apesar de recursos diferenciados as crianças que freqüentam nossas escolas continuam a não aprender e os atendimentos que seriam um apoio ao processo de inclusão para crianças com deficiências reais se tornaram processos paralelos de ensino para crianças que não aprendem por questões relacionadas a estratégias pedagógicas?Ao mesmo tempo o conhecimento de iniciativas inovadoras e criativas em nossas escolas contemplando a diversidade em seus currículos se colocaram como uma contradição no sistema educacional da Rede Municipal de Juiz de Fora.Esta contradição nos levou a elaboração deste projeto que visa contribuir com as práticas pedagógicas através de uma reflexão-ação com os profissionais que estão incumbidos dos processos de aprendizagem dentro da escola, mas que extrapolam a sala regular, sendo os primeiros a receber a criança com queixa escolar.Estes espaços escolares se constituem como uma segunda possibilidade para que a criança construa o conhecimento antes de ser encaminhada para atendimentos especializados como a psicologia, psicopedagogia, fonoaudiologia e outros.O projeto visa contribuir ainda para a aprendizagem de crianças que participam destes espaços, refletindo sobre as concepções de aprendizagem a partir da prática dos professores.Os profissionais envolvidos nesta ação são os professores recuperadores, professores de laboratórios de aprendizagem, professores que possuem alunos (as) atendidas nos NEACES; profissionais de sala recurso e/ou projetos diversos. A metodologia usada foi a reflexão-ação através dos seguintes procedimentos: encontros quinzenais para discussão dos temas com os profissionais envolvidos procurando construir/ desconstruir concepções médicas psicológicas e sociológicas que traspassam o cotidiano escolar a cerca das crianças que apresentam queixa escolar; discussão sobre temas como infância, aprendizagem; identidade/diferença, preconceitos e estereótipo com relação a classe popular entre outros; trocas de experiências que tiveram resultados efetivos; reunião de estratégias pedagógicas para a construção do conhecimento pelo aluno com a mediação do professor, entendendo que a partir de uma mudança conceptual de olhar sobre a prática muda-se também o olhar sobre as crianças e estes profissionais passam a procurar soluções no próprio contexto escolar, evitando o encaminhamento desnecessário das mesmas.O projeto vem sendo desenvolvido pelo Departamento de ações pedagógicas da Secretaria Municipal de Educação de JF no ano de 2006 ao final do trabalho o grupo participante contribuirá para a construção das diretrizes municipais para que o atendimento de crianças que apresentam queixas relacionadas a aprendizagem sejam solucionadas no próprio contexto escolar.

Palavras-chave: Formação de professores.

ISSN 1981-2566

OS JOGOS COMO ESTRATÉGIA PARA CONSTRUÇÃO DA APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA

Rita Melissa Lepre

Os jogos, além de se configurarem como um excelente instrumento que oferece informações sobre como o sujeito pensa, são também recursos importantes à criação de situações que apresentem problemas a serem solucionados. Segundo a teoria piagetiana são essas situações-problema que potencialmente poderão estimular o desequilíbrio cognitivo, fator indispensável para a construção da aprendizagem significativa que vai além da simples memorização. Nessa breve exposição pretendemos retomar os conceitos piagetianos acerca da construção do conhecimento e situar o jogo como uma estratégia interessante à estimulação desse processo. Focaremos os fatores que, segundo Piaget, são responsáveis pelo desenvolvimento cognitivo, a saber: a) a maturação do Sistema Nervoso Central (a questão da hereditariedade e seu papel); b) a interação física (por meio da qual é possível a abstração simples e reflexiva); c) a interação social (com ênfase na escolarização e seu papel na diminuição do egocentrismo infantil) e d) a equilibração (a partir dos mecanismos de assimilação e acomodação). A construção do conhecimento, por meio de jogos, passa por quatro etapas: a) a exploração dos materiais e a aprendizagem das regras; b) a prática do jogo e a construção de estratégias; c) a resolução de situações-problema e d) a análise das implicações do jogar. Os jogos possibilitam à criança a busca pelas suas próprias respostas e a construção de soluções para os problemas enfrentados. Neste processo a criança amplia sua capacidade de compreensão e reconstrói questões físicas e sociais que, cada vez mais, convergem para o conhecimento do ponto de vista adulto. Os jogos possibilitam que a criança aprenda a pensar, conquista fundamental no desenvolvimento cognitivo. Segundo a teoria piagetiana existem três tipos de conhecimento: o físico, o lógico-matemático e o social (convencional). Trabalhar com os jogos em sala de aula traz implicações imediatas à construção desses conhecimentos, sobretudo, ao lógico-matemático que é aquele que consiste na coordenação de relações criadas mentalmente pelos indivíduos. O jogo permite à criança estar alerta e a colocar objetos, eventos e ações em todas as espécies de relações. Em nossa explanação pretendemos, ainda, exemplificar uma situação real de jogo, tendo como referência o resta um, que é um jogo de tabuleiro, e as possibilidades de ação do professor a partir desse recurso. Ao adotar o jogo como recurso metodológico o professor estará estimulando seu aluno a pensar, proporcionando espaço para o descobrimento e construção de idéias sobre o mundo, ao invés de oferecer informações prontas que não possibilitam uma aprendizagem significativa já que essa envolve, impreterivelmente, a ação daquele que aprende

Palavras-chave: Construção do conhecimento, Estratégias de aprendizagem, jogos.

ISSN 1981-2566

PERCEPÇÃO DE PROFESSORES SOBRE ALUNO INTELIGENTE E ALUNO CRIATIVO

Marcelo Chiodi

O objetivo deste estudo foi avaliar a percepção dos professores, de escola pública e particular, sobre inteligência e criatividade. A amostra foi composta por 38 docentes, sendo 15 de escola particular e 23 de escola pública. Ambas as escolas são de Ensino Fundamental e Médio da cidade de Campinas interior do Estado de São Paulo. Foi elaborado um questionário com quatro questões abertas direcionadas para a compreensão dos professores sobre inteligência e criatividade e quais as características do aluno inteligente e criativo. Os resultados apontam que os professores, tanto de escola pública quanto de particular, compreendem os talentos avaliados como uma habilidade mais relacionada com o Pensar/Raciocínar para a inteligência e o Fazer/Transformar para a criatividade. Com relação as características do aluno inteligente, os professores de escola pública apontaram com maior freqüência a habilidade de Pensar/Raciocínar, ao contrário dos professores de escola particular, que enfatizam o Fazer/Transformar como característica mais acentuada. Ao que se refere as características do aluno criativo, ambos os professores de escola pública e particular, acreditam que ter Atitudes/Comportamentos diversificados sejam características marcantes do aluno criativo. Muitos professores ensinam suas matérias sempre da mesma maneira, não dando espaço para comportamentos que eles mesmos descrevem como sendo de alunos criativos ou inteligentes aparecerem.

Palavras-chave: Criatividade, Inteligência, desenvolvimento de talentos.

ISSN 1981-2566

SINTOMA SOCIAL, CENÁRIOS DA ATUALIDADE E AS ENGRENAGENS DO ATO DE EDUCAR

Francisco Ramos de Farias

Pretende-se trazer para discussão, no contexto escolar, a questão da impulsividade vinculada ao consumo, (que também se inseriu no universo escolar), no cenário das múltiplas ofertas da contemporaneidade, disponibilizadas como vias à satisfação. O efeito da impulsão desmedida ao consumo concorre para o estado de apatia, esvaziamento subjetivo e incremento das formas de depressão. Com a denominação novos sintomas, o atravessamento de modalidades de sofrimento põem em xeque as diretrizes das normas preconizadas para a transformação do sujeito pela transmissão do saber. Essas modalidades de sofrimento exigem outro olhar, pois se tratando de ações da ordem do vício ao consumo temos uma reversão a ponto de o consumidor ser totalmente adestrado e dominado pelo objeto do consumo, cuja expressão seriam os ruídos da pulsão de morte o que no aprendente pode assumir contornos de violência. Assim indagamos: qual a posição do agente educativo e qual a função da escola diante desses cenários? Inicialmente, devemos considerar a questão do individualismo, explicitada na exigência de satisfação imediata, para articular a auto-destrutividade do sujeito ao conceito de mal, diante da posição do discurso científico de que os limites podem ser facilmente ultrapassados.Eis um ponto difícil para a escola. Para pensar essas questões, convoca-se a psicanálise a se posicionar em relação a essas novas modalidades de produções subjetivas bem freqüentes no cenário atual no âmbito das instituições educativas. Tratando-se da diversidade de formas de indiferença e apatia, insurgem, com bastante intensidade, os atos delinqüentes, dificilmente debelados com os instrumentos jurídicos disponíveis, pois se trata da repetição insistente diferente daquela que decorre de uma representação recalcada. Assim, deve-se interrogar o sujeito que não responde pela passagem ato sem ter qualquer noção da causa desencadeadora de tal ação. Uma ação mediada pelas indicações da psicanálise sobre o desejo, nas escolas, redimensiona a posição subjetiva do aprendente no gerenciar de seu mal-estar em decorrência de sua condição de ser socializado. Considera-se a metapsicologia freudiana, no tocante ao desejo, para compreender as ocorrências, no aprendente, que realiza a travessia pela escola na busca de algo para servir de esteio a sua existência, tanto no que se refere à posição de sujeito desejante quanto à posição adotada no contexto social como quem tem de firmar laços para garantir a sobrevivência. Nesse caminhar depara-se com os agentes instituídos que produzem discursos acerca da violência e que tentam entendê-la pelas suas causas, atentando-se para evitar qualquer tipo de interpretação homogeneizadora. A realização do encontro do aprendente com os agentes que não esfumaçam sua singularidade possibilita-o expressar sua opinião e deixar transparecer suas alternativas de sujeito. As queixas sobre a violência e suas causas assumiam um papel principal em relação à própria violência, especialmente na interpretação escamoteada que tentava isentar a escola e seus agentes de qualquer responsabilidade pela questão. A expectativa dos agentes instituídos nas escolas era a de que a atitude “educativa” ineficaz exige à intervenção de organismos poderosos e intimidadores para conter, no aluno, sua inclinação à prática da violência.

Palavras-chave: Sofrimento psíquico, dinâmica desejante, ato educativo.

ISSN 1981-2566

QUEIXA ESCOLAR: OLHARES SOBRE A INSTITUIÇÃO ESCOLAR E A FAMÍLIAS

Maria Lúcia Vidal Mattos

O presente trabalho busca discutir o enfoque teórico-prático das intervenções realizadas pela psicóloga escolar/coordenadora do NEACE no que diz respeito a duas frentes de trabalho realizadas pelo Núcleo: Reflexão junto aos educadores sobre os casos de crianças/adolescentes encaminhados para atendimento especializado e intervenção de apoio junto aos pais destes que chegam para o atendimento. Com relação a instituição escola observamos que esta tem sido um lugar de conflito, embates de relações interpessoais que precisam ser analisadas, compreendidas para que o conjunto que ali trabalha possa intervir na sua própria construção. A instituição precisa ser tomada em sua complexidade e historicidade, para tal, buscamos integrar e ampliar nossa atuação (Escola e família) aliando á estratégias que possibilitem entendermos as causas da queixa escolar apresentadas por determinados alunos em uma determinada escola, refletindo sempre sobre as causas apontadas aos alunos, no que diz respeito ao contexto, aos pais e escola. Como observador reflexivo, com ações planejadas, necessitamos estar atento para as relações intersubjetivas presentes no espaço grupal da escola e que podem favorecer movimentos de re-significação da queixa escolar. Buscamos em nossas intervenções (Visitas às Escolas e encontros com os Professores) criar um espaço de escuta deste professor o colocando como co-participante no estudo dos casos cujos alunos são encaminhados. Com estas intervenções acreditamos estar possibilitando a re-significação e a produção de novos sentidos sobre a aprendizagem dos alunos, possibilitando a criação de novas práticas transformadoras. Uma grande porcentagem das famílias das crianças/adolescentes usuárias do Núcleo possuem algum tipo de auxílio governamental o que desencadeia no Núcleo um ação integradora com os diversos programas assistenciais. Através dos encontros sistemáticos buscamos com os pais/responsáveis criar este espaço de discussão e reflexão (espaço de escuta) sobre o significado da queixa escolar para a família, a criança e a escola, colocando em discussão o processo de culpabilização do aluno(a). e sempre buscando abrir espaço para que outros temas de interesse possam emergir .Percebemos famílias muito angustiadas, buscando sempre uma causa para a não aprendizagem de seu filho(a). Nestas discussões buscamos sempre refletir sobre todas as possíveis causas da queixa escolar, estando atento para tirar a criança do lugar de não aprendente., como único responsável pela mesma. A efetiva realização destas ações propostas e desenvolvidas pelo NEACE esbarram em constante busca de efetivas políticas públicas de educação e saúde no município de Juiz de Fora que contemplem a diversidade presente no espaço escolar, nas famílias e nas experiências de vida das crianças/adolescentes encaminhados para atendimento especializado.

ISSN 1981-2566

PRÁTICAS AVALIATIVAS EM CONTEXTO EDUCACIONAL

André Luiz Freitas Dias

A Avaliação é uma prática corriqueira, tendo suas raízes nos primórdios da história da cultura humana. Segundo alguns autores, o homem de Neanderthal praticou-a ao definir os tipos de madeira para a confecção das melhores lanças, assim como os patriarcas persas ao selecionar ospretendentes mais "adequados" para suas filhas. Há aproximadamente 2000 a.C., tem-se registros de situações de avaliações feitas por autoridades chinesas a fim de estimar os desempenhos de seussubordinados. Na educação, Sócrates fez uso de diversas formas de avaliações verbais como parte do processo de ensino-aprendizagem. O objetivo do Mini-curso proposto é resgatar a trajetória das práticas avaliativas no contexto educacional, ao longo da história de diversas culturas e civilizações, enfatizando o papel atual da atividade profissional do Psicológo nesse cenário, ainda novo e incipiente, em se tratando da realidade do nosso país.Será abordada a prática avaliativa, desde o século XIX, com os manifestos de insatisfação com os programas educacionais e sociais na Grã-Bretanha e o surgimento dos movimentos de reforma para avaliação das políticaseducacionais institucionais, passando pelo contexto norte-americano, no qual a avaliação educacional assumiu uma forma peculiar, sendoinfluenciada pelos relatórios empíricos anuais e abrangentes de Horace Mann sobre a educação de Massachusetts, na década de 1840, até os temposatuais, mais especificamente, no cenário ducacional brasileiro, no qual pode-se perceber uma variedade de formas e funções que tais práticas vêm assumindo.Por fim, serão tratadas algumas metodologias de avaliação de avaliações –meta-avalialiações – como as dos Joint Committee e discutidas suas relevâncias para o contexto educacional brasileiro. Dentre as metodologiasque se destacam, dar-se-á ênfase a proposta do Joint Committee. As diretrizes do Joint Committee são um conjunto de trinta tópicos, cada qualcom um resumo apresentando definições, fundamentos lógicos, uma lista de parâmetros, erros comuns, casos ilustrativos descrevendo práticas deavaliação e uma análise de cada caso. Um dos pontos mais importantes desenvolvidos pelo Joint Committee é o conceito de que a qualidade de uma prática de avaliação pode ser determinada por sua 1) utilidade; 2)viabilidade; 3) propriedade e 4) precisão.

Palavras-chave: Práticas avaliativas, educação, atividade profissional.

ISSN 1981-2566

PARA ALÉM DO ENSINAR E DO APRENDER – PROBLEMATIZANDO A AVALIAÇÃO ANTE AOS ARRANJOS FAMILIARES CONTEMPORÂNEOS

Maria Clara Infante Pereira

Pretende-se situar a escola, como um espaço de aprendência e sobretudo, de construção do conhecimento novo. As novas cartografias familiares estão a exigir da escola essa construção de conhecimento inovador. Desafia a instituição a se reorganizar pedagogicamente para que consiga dar conta de sua função social. Nesse sentido a avaliação precisa ser repensada, tanto em seu aspecto pedagógico quanto psicológico, pelo conjunto dos profissionais da escola, inclusive o psicólogo que nela atua. Refletir, por exemplo, sobre deveres de casa, trabalhos fora da escola ou que exijam a presença dos pais ou responsáveis, entre outros, torna-se uma necessidade. Podem ser ainda ser analisados dois pontos: o primeiro diz respeito às repercussões, tanto junto às famílias quanto aos estudantes, do engessamento da escola em suas práticas avaliativas tradicionais, cristalizadas e naturalizadas. O segundo, diz respeito ao psicólogo, convocado a rever seus critérios de avaliação psicológica, as solicitações de diagnósticos e laudos que muitas vezes já chegam praticamente "prontos":_Quero que você avalie essa criança pois ela tem hiper-atividade, ou tem déficit de atenção, ou é imatura. Pretende-se questionar como o profissional da Psicologia pode agir frente à "expectativas" tão claras e contundentes. Implicar os profissionais da escola na tarefa de desvelar os reais significados dessa, na maioria das vezes,"falsa demanda", parece-nos uma iniciativa instigante. Envolver a família com a escola e a escola com a família tem se tornado uma tarefa hercúlea. São, muitas vezes, duas instituições cada uma exigindo da outra, o que já não podem mais dar. Os pais não têm vindo nem para as festas, dizem os profissionais da escola. Como conhecer e ter escuta a essa família nessas circunstâncias? Um caminho trilhado por algumas instituições tem sido começar o trabalho pela família que o próprio aluno representa, ou seja, criar um espaço de escuta para a percepção dos próprios filhos/estudantes sobre suas famílias. Aprender com eles as novas configurações familiares e seus desdobramentos em suas subjetividades. Como no dizer de Giselle Groeninga (2003:19) ter um vislumbre deste caleidoscópio, da intrincada rede de relações, conscientes e inconscientes, que estão em jogo quando falamos em relações familiares. Trabalhar com a relação família/escola implica em aprender a lidar com a multiplicidade, com a diversidade (com a adversidade também), com a diferença. Cada estudante tem a família, a sua família, a família possível. É a partir dela que vem se constituindo externa e internamente, com maior ou menor sofrimento, com intensos ou com poucos conflitos e precisa ser acolhido ao falar dessa família.

Palavras-chave: Avaliação, família/escola, psicologia.

ISSN 1981-2566

TÉCNICA DE CLOZE: AVALIANDO E DESENVOLVENDO A COMPREENSÃO DA LEITURA

Acácia Aparecida Angeli Santos

A compreensão da leitura é considerada essencial para processo de aprendizagem em todas as fases de escolarização e, em especial durante as séries iniciais do ensino fundamental. Muitos estudos têm apontado a existência de relações da compreensão com outras habilidades básicas que ocorrem concomitantemente e que se relacionam com o sucesso acadêmico. Assim sendo, julga-se importante o estudo de formas de avaliação que permitam o acompanhamento do desempenho da criança durante os primeiros anos escolares. Estudiosos da área têm demonstrado que a compreensão da leitura é ampliada à medida que aumentam as exigências de série para série, proporcionalmente ao aumento de complexidade dos conteúdos. Sob essa perspectiva algumas pesquisas têm sido desenvolvidas para evidenciar a validade e precisão do teste de Cloze como instrumento de avaliação da compreensão em leitura da 2ª a 4ª série do ensino fundamental. Os resultados de algumas dessas pesquisas serão aqui reunidos e apresentados como indicativos da eficácia do instrumento. Ao lado disso, a aplicação de variações permitidas pela técnica podem ser utilizadas em diferentes contextos escolares, mostrando o potencial da técnica tanto para o diagnóstico como para o desenvolvimento da compreensão em leitura. Outro aspecto a ser ressaltado é a facilidade de seu uso pelos próprios professores que permitem seu emprego como prática educativa bem sucedida.

Palavras-chave: Bender, leitura, ensino fundamental.

ISSN 1981-2566

A IMPORTÂNCIA DA AUTO-EFICÁCIA PARA A MOTIVAÇÃO E APRENDIZAGEM AUTO-REGULADA DO ALUNO

Evely Boruchovitch
Elis Regina da Costa Costa

A tentativa de integrar conceitos motivacionais, como crenças de auto-eficácia, atribuições de causalidade, metas pessoais, autoconceito, com os conceitos de estratégias de aprendizagem, metacognição e aprendizagem auto-regulada abriu novas perspectivas para o estudo e a pesquisa em psicologia educacional e escolar, segundo os teóricos. Tem havido uma consciência crescente entre pesquisadores de que uma meta importante da educação formal, nos dias de hoje, é equipar alunos com ferramentas intelectuais, auto-crenças e capacidades regula-tórias para que possam se auto-educar ao longo da vida. A auto-regulação da aprendizagem envolve o controle do comportamento, das emoções e dos processos cognitivos. Implica em planejamento, escolha, tomada de decisões e nos responsabiliza pelos nossos atos. Investigações recentes sobre a motivação para aprender têm salientado que a forma como o indivíduo interpreta as situações vivenciadas, ou seja, o significado que elas adquirem para ele desencadeia a formação de crenças e expectativas sobre si mesmo como aluno, sobre seus pontos fortes e fracos, bem como sobre sua inteligência Essas convicções influenciam a motivação e a quantidade de esforço dispensada à realização das tarefas acadêmicas. De maneira mais específica, afeta as expectativas, a persistência, a disposição para cumprir metas, o uso mais eficaz de estratégias de aprendizagem, a intensidade da motivação, dentre outros aspectos. Na década de 1970, alguns pesquisadores começaram a investigar as crenças dos estudantes relacionando-as a tarefas específicas. Tal esforço culminou na formação de inúmeras abordagens motivacionais e, dentre estas, uma das mais importantes diz respeito ao estudo das crenças de auto-eficácia. Bandura (1997) definiu a percepção de auto-eficácia "como um julgamento pessoal da capacidade para organizar e executar cursos de ação para alcançar metas designadas". Destacou, esse autor, que a auto-eficácia possuía uma função reguladora sobre o comporta-mento, sendo mediadora entre cognição, emoção e motivação. Uma auto-eficácia robusta estabelece um nível elevado de motivação que se traduz em maior esforço, persistência perante as dificuldades e obstáculos, propósitos mais condizentes com o aprender e interesse em cumprir as metas. Não há dúvidas de que a auto-eficácia contribui para a motivação de várias maneiras. Aqueles que acreditam mais em si e em suas capacidades exercem mais esforço diante de dificuldades e esse exercício de esforço se reverte em melhores realizações. Professores precisam aprender a promover as crenças de auto-eficácia em sala de aula e alunos, por sua vez, devem também aprender a monitorá-las e cultivá-las de for-ma que as mesmas exerçam um efeito positivo na própria aprendizagem. Assim, o presente trabalho tem como objetivo analisar a importância da auto-eficácia para a motivação para aprender e para a aprendizagem auto-regulada do estudante e tecer considerações acerca, não só das possíveis contribuições do professor na construção adequada dessa crença, mas também da relevância de se ensinar alunos a avaliá-la de forma precisa e freqüente.

Palavras-chave: Crenças pessoais, auto-julgamentos, auto-regulação da aprendizagem.

ISSN 1981-2566

A AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA E A INTERVENÇÃO EM INSTITUIÇÕES ESCOLARES

Cristina Monteiro Barbosa

Discutir as demandas contemporâneas, das instituições escolares, aos serviços de psicologia tem se mostrado uma tarefa árdua em relação à compreensão da causalidade dos fenômenos psíquicos. Isso requer contextualizar a Psicologia no campo da avaliação psicológica, tanto em relação aos serviços dirigidos à comunidade em seus diversos aspectos, bem como em relação à condição de saber científico. A primazia do conhecimento psicológico descortinou véus que impunham ao homem viver num mundo obscurantista pleno de opiniões e crenças. Esse passo evolucionário contou com o grande progresso advindo da compreensão das afecções psíquicas que ainda se encontra em estágio embrionário nas escolas, nas circunstancias relacionadas ao fracasso escolar e às dificuldades de aprendizagem, que advogam por um estado de doença. A Psicologia, que surgia como saber científico sob os auspícios da ciência moderna, dava seus primeiros passos no sentido de declinar de uma orientação especulativa para operar no campo das práticas cientificas. No intuito de estar consoante com o espírito da época, teria de produzir seus instrumentos de avaliação para expressar a complexidade da vida psíquica em valores qualitativos e também em grandezas matemáticas. Foi nesse contexto que os instrumentos de avaliação psicológica tiveram seu reconhecimento sendo utilizados em larga escala até o presente momento em que são inúmeras as demandas de realização de um diagnóstico psicológico. A principal finalidade de uma avaliação psicológica é estabelecer um diagnóstico. Este deverá explicar a dinâmica subjetiva subjacente ao conjunto de indícios captados no momento de uma visada objetiva e ainda deve ater-se ao momento específico de vida em que se encontra o sujeito no emaranhado causado pelas nuances de seu sofrimento. Nesse sentido, postulamos que as situações do sujeito que se manifestam na sua travessia pela escola devem ser pensadas não meramente como doenças, mas sim como respostas aos imperativos da contemporaneidade, o que deve seguir preceitos éticos no processo de avaliação psicologia o qual deve indicar além dos possíveis déficits, aspectos da engrenagem social. Abarcar essa proposta implica em ter um amplo conhecimento das teorias e técnicas psicológicas que servem de suporte para a realização dessa empreitada que deverá ser realizada no âmbito do saber psicológico. Os aspectos observados no processo de avaliação psicológica devem ser convertidos em instrumentos valiosos no tocante às decisões a serem tomadas quanto ao destino a ser dado ao aluno que expresse dificuldade que põem em xeque os valores preconizados pela escola enquanto agente formadora de subjetividades. Antes mesmo da indicação de uma terapia medicamentosa ou psicológica, o profissional deve estar advertido para outras variantes que possam fazer parte das circunstâncias de vida do aluno.

Palavras-chave: Avaliação psicológica, fracasso escolar, desenvolvimento psicológico, intervenção.

ISSN 1981-2566

AÇÃO EDUCATIVA E SUBJETIVIDADE: 100% GRAFITE – ARTE DE RUA

Leila Dupret

O Projeto 100% Grafite começou nas instalações da Fundação Gol de Letra, em razão de uma demanda dos jovens que integram comunidades pertencentes a Itaipu, Camboinhas e Piratininga, região oceânica do Estado do Rio de Janeiro e já participavam de outras atividades oferecidas por essa instituição. A execução do trabalho de Psicologia Escolar/Educacional tem como meta interferir na construção subjetiva do grupo participante, ampliando as práticas pedagógicas regulares com ações educativas complementares, a partir da realização de oficinas que estimulem o potencial do indivíduo e estreitem seus laços com a própria comunidade. Neste sentido, favorecer o reconhecimento individual e coletivo de capacidades, talentos e habilidades; viabilizar o exercício da cidadania a partir do estímulo à produtividade; despertar a criatividade; e suscitar a busca de engajamento social, constituem o conjunto de ações da prática psicológica, no intuito de oferecer subsídios para o alcance da autonomia, autoria e independência dos jovens em seus cotidianos. Para tanto, foram realizadas oficinas como recurso principal para a execução do trabalho. Nelas, os próprios jovens estavam responsáveis por sua efetivação. O diferencial da proposta se apresenta no planejamento das atividades e na organização para o funcionamento da oficina, pois são feitos pelos participantes; o que contribui para a construção da identidade de grupo e o exercício de gerenciamento de projeto. Ademais, esta prática permite desenvolver potenciais para execução de tarefas em ambiente coletivo. Alguns resultados do trabalho que vem sendo desenvolvido devem ser mencionados como indicadores da instalação do processo multiplicador, no qual estes jovens desempenham o papel de agentes junto ao grupo social em que estão inseridos: as oficinas, ministradas por eles, passaram a ser realizadas em escolas da redondeza como atividade extra-classe; elas também foram estendidas às comunidades do Jacaré e Piratininga, apoiadas por entidades representativas locais, respectivamente a Fundação maria José Dornas e a Associação de Moradores de Piratininga; o projeto conseguiu patrocínio de uma empresa de construção civil -Soter, sob forma de parceria junto a Fundação Gol de Letra; e a Prefeitura de Niterói convidou o grupo para participar do programa de revitalização de praças públicas junto às modalidades de esporte skate, futebol e basquete de rua. Usando o grafite como meio de expressão foi possível ao jovem ter contato com alternativas para compreender seu papel de cidadão responsável, capaz de enfrentar com criatividade e flexibilidade, as mudanças impostas pelo cotidiano, voltado aos valores humanos de respeito e dignidade que integram a cultura de paz, fomentando atitudes amistosas nas relações interpessoais.

Palavras-chave: Potencialidade, protagonismo juvenil, cidadania.

ISSN 1981-2566

A MANIFESTAÇÃO DA SOLIDARIEDADE EM ADOLESCENTES

Denise D Aurea Tardeli

O objetivo da pesquisa é a retomada das virtudes na formação das personalidades jovens. Dentre as virtudes, escolheu-se a solidariedade por ser considerada uma virtude pública, política e interativa, além de aparecer no cenário ocidental atual com grande freqüência. O estudo pretende analisar a consistência entre o que os adolescentes pensam sobre si mesmos no presente e as projeções idealizadas de futuro. A hipótese é que a manifestação da solidariedade poderá relacionar-se à construção de um projeto ético de vida: se o despertar para a justiça ocorrer, a participação solidária do adolescente na sociedade tornar-se-á central na formação de sua personalidade, ou seja, a idealização de um projeto de vida com tendências mais humanistas e maior proximidade de ações solidárias. Já, os projetos de vida com tendências mais voltadas aos bens de consumo e ao individualismo, a solidariedade ficaria numa posição periférica no desenvolvimento da personalidade. O corpo teórico da pesquisa se insere na área da Psicologia Moral, nas teorias de Kohlberg, Piaget, nos estudos de Hoffman, Eisenberg, Puig e La Taille e outros e na Psicologia do Desenvolvimento, no que se refere à adolescência. O método consistiu em depoimento escrito com 396 sujeitos, de ambos os sexos, na faixa etária de 15 a 18 anos. Na primeira parte da entrevista, foram utilizadas 3 histórias do PROM – Prosocial, Reasoning Objective Measure – que é um teste que avalia a manifestação de pró-sociabilidade, e na segunda etapa, foi proposto que os sujeitos escrevessem sobre como desejariam suas vidas daqui dez anos. Os resultados apontaram sujeitos ainda imaturos na pró-sociabilidade atual, o que gerou representações futuras de âmbito privado, ou seja, há a inclusão do outro em seus planos de vida, mas de forma inter-subjetiva, envolvendo pessoas próximas ou familiares. Somente uma parcela pequena da amostragem demonstrou a manifestação da pró-sociabilidade que foi correlacionada com representações de uma vida futura em que ocorra a possibilidade de participação e intervenção solidária. Foram percebidas diferenças muito pequenas entre gêneros, sendo que nas meninas, a manifestação solidária é mais expressiva. E ainda a variável Trabalho/Profissão que apareceu significativamente nos projetos de vida dos jovens. Concluiu-se que, para que haja a formação de personalidades morais, com princípios éticos consistentes, a Educação e a sociedade como um todo devem oportunizar às gerações mais novas, a possibilidade de experiências que envolvem situações de empatia, compromisso e responsabilidade frente as mudanças culturais, econômicas e políticas. A manifestação da solidariedade depende de uma formação moral consistente que se inicie na infância e na adolescência para que, no futuro, as personalidades assumam a perspectiva ética.

Palavras-chave: Personalidade moral, adolescência, projeto de vida, solidariedade, virtude.

ISSN 1981-2566

A VIRTUDE DA SOLIDARIEDADE EM AMBIENTES ESCOLARES

Luciene Regina Paulino Tognetta

Em conformidade com a necessidade de que a escola possa formar pessoas virtuosas que procurem mais do que respeitar os direitos do outro, um olhar às suas singularidades, essa pesquisa buscou apontar um caminho para a formação de pessoas mais autônomas e solidárias. Buscando investigar a virtude da solidariedade em sua gênese na Psicologia Moral e a aplicação de tais estudos na Educação, foram investigados, em comparação, os julgamentos de crianças na faixa etária de 6 a 7 anos, provenientes de dois tipos de ambientes: A , baseado em relações autoritárias, e B, em relações de cooperação. Utilizou-se da aplicação das provas de diagnóstico do comportamento operatório de Jean Piaget, no intuito de verificar um paralelo entre as estruturas cognitivas e morais dos sujeitos, como também da observação das relações interpessoais e, portanto dos aspectos sócio-afetivos e da discussão de dilemas morais, divididos em dois blocos que atenderam a dois requisitos desta investigação: constatar o julgamento da solidariedade entre pares e na presença da autoridade. Como resultados desses estudos, temos: Para a Psicologia Moral: a evidência da influência de outros aspectos relacionados às experiências sócio-afetivas para a emissão de julgamentos mais evoluídos de solidariedade pela constatação de que as estruturas de inteligência respondem a essa demanda como condição insuficiente (para ser solidário). As explicações para esse fato podem ser tidas pelo fato de que entre os sujeitos do ambiente A não havia operatórios, do ponto de vista cognitivo, no entanto, também encontramos níveis mais elevados de solidariedade embora em porcentagem reduzida. A falta de operatoriedade não é suficiente para explicar a ausência de disposição para essa virtude. Temos também uma maior propensão a juízos mais evoluídos de solidariedade entre pares em contraposição a uma maior dificuldade nesses mesmos juízos na presença de uma autoridade. A explicação: o sentimento da simpatia é próprio da criança no despertar do senso moral e, portanto, independe das relações de obediência com a autoridade (embora possam ser oportunizadas por essa). Esse sentimento funda a solidariedade natural entre as crianças e por isso, está também presente entre os sujeitos do Ambiente autoritário. Portanto, a solidariedade é uma virtude que depende de uma motivação para a ação ligada aos aspectos afetivos - comover-se com a dor alheia significa buscar estar bem consigo mesmo para ter essa disposição. É, portanto, virtude própria de "personalidades éticas" que buscam o bem "com e para o outro". Para a Educação: há uma evolução na disposição dos sujeitos para serem solidários ligada a uma perspectiva de vivenciarem experiências significativas de reciprocidade e respeito mútuo, características de um ambiente cooperativo.

Palavras-chave: Solidariedade, cooperação, afetividade.

ISSN 1981-2566

ADOLESCÊNCIA E VOCAÇÃO: A NECESSIDADE DA DESNATURALIZAÇÃO

Silvio Duarte Bock

A naturalização da adolescência e da escolha profissional tem estado acompanhada de um dos conceitos mais arraigados de nosso pensamento sobre a profissão e sua escolha: o conceito de vocação. A idéia de vocação, entendida como chamamento, reforça a idéia liberal de indivíduo, de alguém que nasce com potenciais que serão desenvolvidos ou não no decorrer da vida. A conseqüência desta concepção é a naturalização dos fenômenos econômicos e sociais. A orientação vocacional se desenvolve a partir dos testes de QI, logo transformados em mensuração de tipos de raciocínio (raciocínio abstrato, mecânico, verbal, espacial, numérico), que na década de 80 são revigorados pelas idéias de inteligências múltiplas e inteligência emocional. Tudo isto converge para o atual conceito de competências, que na atualidade fundamenta muitos planejamentos curriculares e educacionais. A orientação vocacional tradicional se propõe a descobrir ou desvelar a tal vocação dos sujeitos, entendida como algo que lá está em potencial e deve ser estimulado para que se concretize. Com isto a Orientação Vocacional ainda tem contribuído para, como já apontavam Celso Ferretti e Selma Garrido Pimenta, na década de 80, a culpabilização do individuo pelo seu eventual fracasso e pela desresponsabilização da sociedade e suas instituições no processo. O conceito de vocação está tão impregnado em nosso pensamento como algo natural que passa a ser utilizado por outras instituições e instâncias para explicar suas ações, por exemplo, “a vocação da empresa”, a “vocação dos militares”, até a “vocação de um país”. Pretende-se ainda dialogar com o conceito de vocação de Max Weber. Ao final, pretende-se apontar para a superação do conceito, estimulando-se no trabalho de orientação profissional o uso de idéias como mudança, movimento, processo e projeto. Estas idéias buscam superar definitivamente concepções naturalizadoras que impedem o trabalho de orientação profissional crítico.

Palavras-chave: Orientação vocacional, vocação, desnaturalização.

ISSN 1981-2566

A ATIVIDADE LÚDICA NOS PRIMEIROS PASSOS DO ENSINO FUNDAMENTAL DE NOVE ANOS

Maria Silvia Pinto de Moura Librandi da Rocha
Erika Tiemi Tsujimoto
Mariana S. Lorensini
Mayara Giacomini
Talita Giacomini

Este trabalho é parte de uma pesquisa realizada para estudar as condições educacionais oferecidas para o desenvolvimento de crianças de 6 anos, a partir da nova proposta de Ensino Fundamental. Um dos objetivos específicos desta pesquisa é identificar práticas mais típicas no cotidiano escolar, destacando as oportunidades para a atividade lúdica. Aqui serão apresentadas análises sobre o material empírico que tem sido produzido para atingir este objetivo. Focaliza-se, mais especificamente, quais recursos materiais lúdicos têm sido oferecidos aos alunos de 5 escolas públicas municipais (EMEFs) de Campinas e quais mediações das professoras são realizadas visando desenvolver o brincar. Este estudo fundamenta-se na teoria Histórico-cultural, especialmente em três de suas asserções: 1. as possibilidades de desenvolvimento psicológico são, em larga medida, função das possibilidades materiais e das mediações disponibilizadas aos sujeitos; 2. a capacidade de brincar tem origem e desenvolvimento sócio-cultural e 3. a atividade lúdica (especialmente os jogos simbólicos) têm extrema relevância para o desenvolvimento psicológico infantil. O trabalho apóia-se, também, no compromisso assumido pelo poder público de que o ingresso das crianças no Ensino Fundamental não signifique interrupções/interdições de suas brincadeiras. O material empírico foi obtido a partir de observações semanais do cotidiano de 8 turmas de Primeiros Passos (primeiro ano do novo Ensino Fundamental) das 5 EMEFs, durante o segundo semestre de 2006 e de entrevistas realizadas com as professoras responsáveis. O tratamento deste material foi feito considerando-se as categorias de atividade lúdica do sistema ESAR (jogos de exercício, simbólicos, acoplagem e jogos de regras). As análises dos recursos materiais foram feitas a partir da categorização dos mesmos em: equipamentos de parque e objetos lúdicos. Em relação à primeira categoria, constatou-se quase total ausência de investimentos; em 2006: apenas uma EMEF teve instalada uma casinha e duas gangorras. Em relação aos objetos lúdicos identificou-se: 1. extrema escassez destes na infra-estrutura das escolas; 2. esforço por parte de professoras por diminuírem, com seus próprios recursos, esta escassez, produzindo jogos de classe; 3. este esforço concentrou-se, prioritariamente, na produção de jogos de regras, especialmente os de conteúdo pedagógico; 4. nenhum objeto mais típico para o faz-de-conta fez parte do acervo das EMEFs, em 2006. As análises das mediações pedagógicas foram feitas a partir de 319 episódios de brincadeiras das crianças, registrados nas observações; estes referiram-se às seguintes categorias:: exercício (51,42%), simbólicos (19,75%), acoplagem (5,01%) e jogos de regras (23,82%). Nestes episódios pôde-se registrar mediações das professoras nas seguintes proporções: acoplagem (44%), jogos de regras (33%), jogos de exercício (2,44%) e simbólicos (0%). Os resultados gerais mostraram, portanto, necessidade de se refletir sobre os modos como recursos e mediações para a atividade lúdica têm se apresentado, especialmente, para as brincadeiras de faz-de-conta, tendo sido oferecidas precárias condições para que esta atividade se instaurasse e se desenvolvesse nas escolas. Posteriormente, será feito um trabalho de relação entre estes resultados e análises sobre outras práticas cotidianas, de modo a compará-los, identificar o que foi priorizado nestes contextos educacionais e levantar hipóteses sobre as possíveis repercussões disto sobre o desenvolvimento psicológico das crianças.

Palavras-chave: Desenvolvimento infantil, atividade lúdica, ensino fundamental.

ISSN 1981-2566

A ESCALA DE TAREFAS EM "TEORIA DA MENTE": DO ESTUDO ORIGINAL A UMA ADAPTAÇÃO BRASILEIRA

Sara Del Prete Panciera
Simone Ferreira da Silva Domingues
Anegreice Valério

Em 1983 foi elaborada a primeira tarefa experimental para se verificar a habilidade das crianças de atribuírem estados mentais de crença a outras pessoas. Desde então, muitas tarefas na área da “teoria da mente” começaram a ser criadas e adaptadas. A elaboração dessas tarefas teve um valor decisivo nas contribuições trazidas pelas pesquisas nesse campo. Mas, foi apenas recentemente, e mais de 20 anos depois, que foi publicado um estudo que se ocupou em organizar as principais tarefas publicadas nessa. Esse estudo dispôs as tarefas em sete categorias, classificando-as de forma hierárquica em relação à dificuldade, com a finalidade de constituir uma escala de tarefas em “teoria da mente”. As sete tarefas do estudo original, apresentadas em ordem crescente de dificuldade, são: 1) tarefa de atribuição de desejo (desejos diferentes); 2) tarefa de atribuição de crença (crenças diferentes); 3) tarefa de atribuição de ignorância (acesso ao conhecimento); 4) tarefa de atribuição de crença falsa (conteúdo); 5) tarefa de atribuição de crença falsa (explicita); 6) tarefa de atribuição de crença e emoção; e 7) tarefa de emoção real-aparente. O primeiro objetivo deste trabalho é o de apresentar essa escala construída por Wellman e Liu com a participação de crianças norte americanas. O segundo objetivo é o de relatar um estudo que teve como finalidade adaptar essa Escala de Tarefas em Teoria da Mente para ser utilizada no contexto cultural brasileiro. Participaram do estudo 48 crianças de 3 e 4 anos de idade, de nível socioeconômico médio alto e freqüentadoras de escolas de educação infantil do município de São Paulo. As crianças realizaram individualmente as sete tarefas da escala, que foram traduzidas para o português e adaptadas em relação à sua apresentação e à formulação das questões. Os resultados deste estudo indicaram que a adaptação pareceu ser apropriada para avaliação da capacidade de atribuição de uma “teoria da mente” em crianças nessa faixa etária e no contexto brasileiro. As tarefas também parecem estar distribuídas numa escala de dificuldade progressiva, conforme apontado no estudo original, o que significa dizer que as crianças que têm sucesso primeiro em determinada tarefa, sucessivamente vão tendo sucesso nas demais. Entretanto, os dados também indicaram algumas diferenças no desempenho entre as crianças brasileiras e as crianças do estudo original. Hipóteses acerca de diferenças culturais e do emprego de termos mentais foram discutidas. A importância desse tipo de estudo, e de sua adaptação em meios culturais diversos, é a de instrumentalizar os pesquisadores desse campo de pesquisa a se servirem com maior rigor das tarefas disponíveis, além de serem úteis também para fornecer indicativos mais precisos a respeito da multiplicidade de fatores envolvidos no desenvolvimento da “teoria da mente”.Apoio*: CNPq e CAPES

Palavras-chave: Tteoria da mente, escala de avaliação, educação infantil.

ISSN 1981-2566

A AUTO-EFICÁCIA INSERIDA NA TEORIA SOCIAL COGNITIVA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Soely Aparecida Jorge Polydoro
Roberta Gurgel Azzi

Esta apresentação focaliza o construto da auto-eficácia inserido no referencial da Teoria Social Cognitiva de Albert Bandura. Em termos gerais, a auto-eficácia refere-se às crenças dos indivíduos sobre a percepção de suas capacidades em organizar e executar cursos de ações requeridos para realizar determinadas ações. Um grande número de trabalhos sobre auto-eficácia tem sido produzido e publicado no cenário internacional e, mais timidamente, no cenário nacional. As idéias de Bandura sobre auto-eficácia encontraram ressonância em diversas á-reas de conhecimento, como saúde, educação, trabalho e esporte, por exemplo. Dentre elas, a educação é uma das principais áreas. Esta repercussão relaciona-se ao fato que o sistema de crenças de auto-eficácia, na perspectiva deste modelo teórico, opera como um dos vários determinantes que regulam a motivação, o afeto e a ação humanas. Conforme diz o autor, a auto-eficácia afeta as escolhas que fazemos, os esforços que despendemos nas atividades, o grau de persistência que mostramos frente a dificuldades e como nos sentimos ao realizá-las. As crenças de auto-eficácia são construídas a partir da interpretação de informações obtidas em quatro fontes: a experiência direta (fonte de informação mais importante de auto-eficácia, pois se baseia na realização efetivada pelo indivíduo), experiência vicária (informações obtidas por meio da observação e comparação com modelos sociais), persuasão social (influência social de fontes significativas, especialmente a partir de feedback de desempenho) e estados físicos e emocionais (percepção dos estados físicos e emocionais como ansiedade, stress, cansaço, dor, alegria, bem estar). Segundo o referencial teórico em foco, a auto-eficácia percebida é uma crença que sofre mudanças em função da própria dinâmica de interações do indivíduo com o ambiente. Esta relação é denominada reciprocidade triádica, esquematicamente representada por um triângulo em que os três hipotéticos vértices (fatores pessoais, comportamento e ambiente) mantêm influência em dois sentidos e com forças não necessariamente equivalentes. Partindo da perspectiva de que o comportamento é determinado por múltiplos aspectos de natureza ambiental e pessoal, Bandura compreende a auto-eficácia como um dos mecanismos chave da perspectiva de agência humana. Entende-se que, por conta das capacidades básicas humanas (simbolização, antecipação, auto-reflexão, aprendizagem vicária e auto-regulação), o indivíduo possui um sis-tema auto-referente que o possibilita agir intencionalmente em direção a fins específicos, elaborar planos de ação, antecipar possíveis resultados, avaliar e re-planejar cursos de ação. Como pôde ser visto, a crença de auto-eficácia ocupa um lugar central na rede conceitual da Teoria Social Cognitiva.

Palavras-chave: Teoria social cognitiva, auto-eficácia, agência humana.

ISSN 1981-2566

A SUBJETIVIDADE SOCIAL DA ESCOLA: SUA SIGNIFICAÇÃO PARA A COMPREENSÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO –APRENDIZAGEM.

Albertina Mitjáns Martínez

O principal objetivo do trabalho será analisar e discutir o valor heurístico da categoria subjetividade social para a compreensão dos processos de ensino-aprendizagem na instituição escolar. Inicialmente será apresentado o conceito de subjetividade social tal como tem sido elaborado na Teoria da Subjetividade que desde uma perspectiva histórico-cultural tem desenvolvido González Rey, estabelecendo suas articulações e suas diferenças com o conceito de representação social, conceito que tem sido utilizado de forma crescente nos últimos anos na pesquisa no contexto educativo. Para a análise proposta partiremos da compreensão da subjetividade como "... o sistema integral de configurações subjetivas (grupais ou individuais) que se articulam nos diferentes níveis da vida social, integrando-se de maneira diferenciada nas diversas instituições, grupos e formações de uma sociedade concreta"(González Rey,1997, 2002, 2004). Por outro lado, com independência da coexistência de diversas compreensões do conceito de representação social e da discussão sobre sua definição assumimos, para a realização da análise proposta, a caracterização de Moscovici (1976) que considera as representações sociais como um sistema de valores, idéia e práticas, com uma dupla função, primeiro estabelecer uma ordem que possibilitará às pessoas orientar-se em seu mundo material e social e controlá-lo; e em segundo lugar, possibilitar que a comunicação seja possível entre os membros de uma comunidade, fornecendo-lhes um código para nomear e classificar, sem ambigüidade, os vários aspectos de seu mundo e de sua historia individual e social. Em continuação, será fundamentado, a partir da Teoria da Subjetividade assumida, que a compreensão dos processos de ensino-aprendizagem como processos sócio-relacionais e não apenas como processos individuais seja do professor, seja do aluno, requer a compreensão das configurações subjetivas dos participantes, da condição de sujeitos dos mesmos, das características da relação estabelecida e da compreensão da subjetividade social dos espaços sociais em que essa relação acontece, seja da sala de aula, seja da instituição escolar. Será feito uma referência explicita de como os processos de ensino-aprendizagem têm sido concebidos nas correntes teóricas dominantes na Psicologia, apresentando as diferenças com a forma de conceber esses processos a partir da Teoria da subjetividade, teoria que expressa o paradigma da complexidade (Mitjáns Martínez 2005) e que abre novas zonas de sentido (González, 1997) para a compreensão do fenômeno em foco. Por último, a partir de resultados de uma pesquisa sobre a subjetividade social de uma escola inclusiva (Parras 2004) mostraremos as possibilidades desta categoria para dar visibilidade a elementos do espaço escolar que podem contribuir para compreender aspectos dos processos de ensino-aprendizagem que nela acontecem.

Palavras-chave: Subjetividade, subjetividade social, ensino-aprendizagem.

ISSN 1981-2566

A EXPERIÊNCIA DE MULHERES EM UMA COOPERATIVA DE COSTURA E A CONSTITUIÇÃO DA IDENTIDADE: UM OLHAR DA PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO

Simone Dalla Barba Walckoff Calil

O problema investigado nessa pesquisa em Psicologia da Educação diz respeito à experiência de mulheres de uma comunidade de baixa renda da cidade de São Paulo em uma cooperativa de costura e sua implicação no processo identitário. Trata-se de uma pesquisa intervenção de base fenomenológica, na qual, ao longo de um ano foram realizados encontros semanais com as cooperadas nos quais dialogávamos sobre temas escolhidos por elas sobre suas experiências na cooperativa. Tais diálogos permitiram que nos debruçássemos em torno de diversas questões, criando a oportunidade de refletir sobre posições, escolhas e ações, possibilitando compartilhar dúvidas, sentimentos e pontos de vista. Esse espaço reflexivo, inspirado na prática dialógica proposta por Freire (2001) e na Entrevista Reflexiva de Szymanski (2002), propiciou às pesquisadoras e às cooperadas uma maior compreensão acerca da experiência pela qual estavam passando e suas implicações. Foi realizada, também, uma Entrevista Reflexiva Coletiva (Szymanski,2002) em que procuramos aprofundar questões observadas ao longo dos encontros e que pareceram relevantes para a investigação. Durante este estudo foi possível perceber que, juntamente com os problemas de mercado, de capacitação profissional, de falta de recursos, entre outros que são muito citados em outras pesquisas que abordam o tema do cooperativismo, há, nesta cooperativa em particular, uma outra questão fundamental: essas mulheres constituíram sua identidade na subalternidade. Assim, apesar de não serem mais babás ou empregadas domésticas, constituir-se como pessoas mais autônomas aparece como o grande impasse vivido por elas. Isto porque, na cooperativa se depararam com a difícil questão que enfrenta aquele que é para-si e não para-o-outro, que é o de escolher por si mesmo e não simplesmente escolher a escolha do outro. Refletindo sobre o que Freire (1975) traz a respeito da questão da vida do oprimido, essas mulheres aprenderam a vida inteira a servir, a se colocar no lugar de objetos. Na cooperativa saborearam algo diferente, onde não era preciso se submeter ao outro, nem submeter o outro para existir. Dessa forma, esse modo-de-ser subalterno foi suspenso em vários momentos, para dar lugar a um processo identitário que buscava uma forma de ser mais autêntica, autônoma, e que, após ser saboreada, passou a ser desejada. Entretanto, sua convocação não tinha ainda a força da história que as constituiu. A esse respeito, foi possível perceber que a prática reflexiva realizada em nossos encontros mostrou-se como uma forma possível de auxiliá-las nesse momento, um espaço para refletir sobre a escolha de repor a identidade subalterna ou constituir-se de modo mais autônomo. BibliografiaFREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.FREIRE, Paulo. Educação e Mudança. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2001.SZYMANSKI, Heloisa (org.). A Entrevista na Pesquisa em Educação: a prática reflexiva. Brasília, Plano, 2002.

Palavras-chave: Reflexão e educação, identidade e educação, cooperativismo e educação.

ISSN 1981-2566

A RELAÇÃO INDIVÍDUO-SOCIEDADE NA ATIVIDADE DO PSICÓLOGO ESCOLAR

Elenita de Ricio Tanamachi

Considerando a concepção de homem em Marx e as implicações desses pressupostos na Psicologia Histórico-Cultural, propõe-se a atividade do psicólogo escolar como expressão dessa perspectiva crítica em Psicologia e Educação, destacando-se elementos teórico-práticos imprescindíveis à superação de equívocos freqüentemente presentes naqueles estudos que desvinculam a concepção histórico-cultural dos fundamentos teórico-filosóficos e metodológicos que lhes dão sustentação. No contexto do Materialismo Histórico Dialético, destaca-se a relação indivíduo-sociedade como elemento mediador no processo de constituição de indivíduos singulares, por meio da apropriação das conquistas efetivadas pelo gênero humano. No contexto da Psicologia Histórico-Cultural, ressaltam-se os princípios importantes para a investigação das funções psicológicas superiores, que permitem compreender o caráter mediatizado da atividade humana, no que diz respeito à constituição dos indivíduos. Finalmente, apresentam-se as implicações desses pressupostos para a prática do psicólogo na educação, enfatizando-se como principais contribuições na definição do espaço possível de cada profissional: a importância da superação de abordagens que justificam a ênfase em aspectos particulares dos indivíduos, das famílias ou do meio sócio-cultural, como causas dos encaminhamentos; a ênfase na descrição e análise da relação entre o processo de produção das demandas e os processos de subjetivação/objetivação dos indivíduos nele envolvidos como um espaço de mediação do psicólogo; a necessidade de apropriação de conhecimentos próprios à delimitação do lugar do educador como mediador entre os conteúdos escolares e o processo de aprendizagem dos alunos, à seleção de conteúdos e métodos e à compreensão da relação aprendizagem/desenvolvimento. Ainda, no que compete à lógica dialética do Materialismo Histórico, o compromisso atribuído à Psicologia de explicar aquilo que o homem é e naquilo que ele pode vir a se constituir, mediado pela Educação Escolar, faz entender a urgência de aliar a competência técnico-pedagógica e o compromisso político com a transformação da realidade. Tão importante quanto às contribuições anteriores, é também a compreensão da diferença entre a visão empírica e a visão concreta do aluno, acompanhada da constatação de que o aprendizado não é imediato. Depende da constituição das funções psíquicas superiores e da transformação de suas estruturas para ocorrer, assim como, de ações que respondam tanto às necessidades do aluno e do professor, quanto dessas necessidades aliadas à formação da consciência para garantir os motivos compatíveis com a apropriação do saber que eleva a condição humana de ambos. Trazido para a dimensão da atividade do psicólogo escolar, o tema da relação indivíduo-sociedade, no contexto do Materialismo Histórico Dialético e da Psicologia Histórico-Cultural, permite superar a mera reflexão sobre procedimentos e a prática imediata, ou sobre um posicionamento político diante da realidade. Trata-se da apropriação de um determinado conhecimento como mediador entre a ação de professores, psicólogos e demais participantes do trabalho (suas finalidades enquanto profissionais) e o modo de pensar sobre ela (suas finalidades enquanto indivíduo). Por isso permite a transformação do conteúdo e da forma de pensar sobre a realidade da psicologia e da educação no sentido da constituição da atividade consciente.

Palavras-chave: Atividade do psicólogo escolar, histórico-dialético, psicologia histórico-cultural.

ISSN 1981-2566

A MÍDIA E AS EXPERIÊNCIAS DA INFÂNCIA CONTEMPORÂNEA

Raquel Gonçalves Salgado

O fato de que a mídia, nos dias de hoje, tem participado do processo educativo das novas gerações, alterando os papéis que antes a família e a escola cumpriam com relativa exclusividade nesse processo, nos leva a refletir sobre os modos de aprender e se desenvolver que se constituem nas interfaces estabelecidas entre as crianças e os textos midiáticos, sobretudo, os valores e conhecimentos construídos nessa relação que engendram novos modos de subjetivação. Diante desta constatação, pretende-se discutir que sentidos as crianças têm construído em suas relações com a mídia; o que significa, para elas, ser criança em meio aos discursos que transitam no espaço midiático; e como as experiências infantis têm assumido novas configurações diante das referências simbólicas oferecidas pela mídia. No tocante a esse aspecto, tem-se como foco principal refletir sobre os modos como as crianças se apropriam das narrativas midiáticas, transformando-as em elementos para compor o enredo de histórias, personagens e regras que definem suas brincadeiras e jogos. Cabe destacar que, nesse processo de produção de sentidos sobre as narrativas midiáticas quando traduzidas em experiências lúdicas, as crianças estão também produzindo culturas lúdicas específicas.

Palavras-chave: Infância, mídia, cultura.

ISSN 1981-2566

A FIGURA PATERNA COMO MAXIMIZADORA DO DESEMPENHO ACADÊMICO DOS FILHOS

Renata Christian de Oliveira Pamplin

A interação entre pai e filho tem sido considerada por pesquisadores como um influenciador direto no desenvolvimento infantil, inclusive para o desempenho acadêmico. A qualidade do relacionamento entre pai e filho contribui para o filho ter: maior motivação na escola, maior freqüência nos estudos, maior freqüência nas aulas, menor problema de comportamento em sala de aula e melhor desenvolvimento cognitivo, o que, por sua vez, favorece o desempenho acadêmico das crianças. Diante disto, o presente estudo teve por objetivo verificar a relação entre o envolvimento da figura paterna na educação dos filhos e o desempenho acadêmico dos mesmos. Participaram deste estudo 110 crianças (média de idade de 10 anos), da 4a série do Ensino Fundamental, sendo exatamente a metade dela do sexo masculino e metade do sexo feminino e todos pertencentes às classes socioeconômicas baixa e média-baixa. A coleta de dados ocorreu em uma escola pública, mantida por indústrias, localizada em uma cidade de médio porte do interior do estado de São Paulo. Para avaliar o envolvimento paterno e o desempenho acadêmico das crianças, as mesmas preencheram ao questionário "Qualidade da interação familiar na visão dos filhos" (contendo três escalas: Interação entre pais e filhos, Interação entre filhos e pais e Participação dos pais nas atividades escolares, culturais e de lazer dos filhos) e foram avaliadas por meio do Teste de Desempenho Escolar – TDE (composto por três subtestes: aritmética, leitura e escrita), respectivamente. Foram efetuadas análises estatísticas descritivas e inferenciais, incluindo-se a análise da consistência interna do questionário. Para verificar a relação entre o envolvimento paterno e o desempenho acadêmico dos filhos utilizou-se o teste de correlação de Pearson. Observou-se que, quanto maior a freqüência de interação entre pai e filho, maior o desempenho das crianças em leitura e total no TDE e quanto maior a freqüência de interação entre filho e pai, maior o desempenho das crianças em aritmética. Dentre os itens que compõem a escala de Participação dos pais nas atividades escolares culturais e de lazer dos filhos, notou-se que quanto maior a freqüência do pai no acompanhamento do progresso escolar do filho, no incentivo ao filho em manter contato com outras crianças, em passear e brincar com o filho, maior era o desempenho das crianças em pelo menos um dos subtestes do TDE. Tais resultados sugerem a importância do envolvimento paterno no desempenho acadêmico dos filhos e, em caso de déficits nessa área, a necessidade de programas, visando melhorar a qualidade das interações entre pais e seus filhos e, por conseqüência, maximizar o desenvolvimento infantil.

Palavras-chave: Envolvimento paterno, desempenho acadêmico, crianças escolares.

ISSN 1981-2566

ADOLESCÊNCIA E TV – CONCEPÇÕES VEICULADAS E POSTURA DOS JOVENS

Maria da Graça Marchina Gonçalves

Esta apresentação trará os principais aspectos identificados em uma pesquisa sobre o papel dos meios de comunicação como elementos de mediação na constituição da consciência do jovem. Este estudo se iniciou com a investigação sobre a TV, tendo como ponto de partida a preocupação com a força que a mídia televisiva exerce como instrumento veiculador de modelos estereotipados de comportamentos e conceitos sociais, formulando e ratificando concepções a-históricas e naturalizantes. Particularmente isto parece ser marcante quando o objeto e o alvo das mensagens são os adolescentes. Além disso, não apenas eles são atingidos mas também os familiares e a população em geral, contribuindo para a manutenção de determinadas noções do que seja o adolescente. Tais concepções predominam também na abordagem de temáticas que são apresentadas como de interesse do jovem, contribuindo para a manutenção de visões conservadoras e/ou reducionistas em relação a diversos assuntos. Em uma primeira parte, a pesquisa considerou, na análise realizada, aspectos do conteúdo veiculado por alguns programas, imbricados com aspectos da especificidade da linguagem televisiva. Foram realizadas análises de programas dirigidos para a população adolescente veiculados por três emissoras com características diversificadas: Rede GLOBO de Televisão (programa Malhação); TV CULTURA de São Paulo (programa Turma da Cultura); MTV Brasileira (vários programas). Os resultados confirmam a predominância de concepções a-históricas e naturalizantes de adolescência, junto a um certo efeito "pasteurizador" quando da apresentação de diferenças e polêmicas em relação aos assuntos abordados. Esses aspectos devem-se à articulação do conteúdo com o formato da linguagem televisiva. Nessa primeira parte, em uma segunda etapa, foram analisadas mais detidamente as falas dos personagens ou participantes dos programas, a fim de se levantar mais elementos que permitissem conferir os resultados quanto ao tipo de mensagens veiculadas e as possíveis implicações de sua divulgação para o estabelecimento de concepções relativas à adolescência. Foram realizadas também análises de alguns videoclipes, uma vez que esse recurso potencializa algumas características da linguagem televisiva. Esses resultados foram apresentados a jovens em novas investigações, a fim de se avaliar como são por eles percebidos. Nessa segunda parte da pesquisa, os procedimentos utilizados (questionário fechado, discussão em grupo e entrevista) permitiram identificar aspectos da percepção dos jovens sobre os programas, bem como aspectos do tipo de reflexão que elaboram individualmente ou em grupos, tendo como referência trechos de alguns dos programas analisados anteriormente. A partir dos referenciais da psicologia sócio-histórica é possível discutir implicações desses aspectos para o desenvolvimento da capacidade de reflexão e da consciência do jovem, bem como levantar alternativas de intervenção no campo educacional e de formação que levem a uma postura crítica diante dos meios de comunicação.

Palavras-chave: Adolescência, mídia e subjetividade, consciência.

ISSN 1981-2566

A INDISCIPLINA NO ENSINO FUNDAMENTAL: UMA ANÁLISE DOS REGISTROS DE OCORRÊNCIAS DISCIPLINARES DE 5ª E 8ª SÉRIES

Alex Sandro Corrêa

A crise da autoridade no mundo contemporâneo, particularmente da autoridade docente, é uma das questões que mais têm mobilizado a reflexão dos educadores na perspectiva de se compreender os problemas escolares, sendo um deles, a questão da indisciplina na escola. Vale ressaltar que a questão da autoridade coloca-se como uma das mais complexas na sociedade atual. Partindo de uma reflexão teórica, tendo como referência os autores da Escola de Frankfurt, procuramos pensar o problema da indisciplina escolar na perspectiva de algumas questões centradas na relação entre indivíduo e sociedade. Nesse sentido, o estudo esforça-se para compreender a formação do indivíduo no horizonte de uma vida social incapaz de conciliar o "apreço pela liberdade" com a "consciência da necessidade".Nesse trabalho, procuramos levantar, relatando de forma descritiva e interpretativa, os comportamentos caracterizados como indisciplina, registrados em livros de ocorrência e praticados por alunos de uma escola municipal de São Paulo no ano de 2000. Organizamos esses dados de acordo com os objetivos e hipóteses, previamente estabelecidos, e, sucintamente, podemos definir como questão central: a busca da compreensão da indisciplina praticada por alunos das 5as e 8asséries do ensino fundamental, destacando os principais aspectos percebidos quanto aos significados atribuídos ao problema da indisciplina, pela escola em estudo, por meio das ocorrências registradas. Em torno desta questão, agregaram-se outras, como: a relação entre os comportamentos, objetos das ocorrências e as séries dos alunos envolvidos; os aspectos que diferem a indisciplina praticada por alunos e alunas; comparamos a indisciplina praticada em grupo com a individual; a relação entre os comportamentos que foram objetos de ocorrências e o número de alunos envolvidos; os contextos escolares em que ocorreram os comportamentos indisciplinado1s; e, por fim, apresentamos uma análise dos casos reincidentes.Para operacionalizar a organização e interpretação dos dados coletados definimos, com base na literatura pesquisada, cinco categorias: a relação professor-aluno; aluno-aluno; processo-aula; danos ao patrimônio escolar e "outros".Assim, com base na organização, levantamento estatístico e descrição dos dados coletados, procedemos a uma análise na perspectiva da teoria crítica da sociedade, propondo uma síntese explicativa para todos os casos apresentados. É, justamente, no conjunto dessas análises que a questão da autoridade pôde ser pensada como um problema que desafia a reflexão dos educadores, particularmente para aqueles que trabalham em sala de aula.Nessa pesquisa foi possível distinguir alguns aspectos da indisciplina, por meio das ocorrências de 5as e 8as séries, revelando a freqüência; a incidência maior das ocorrências das 5as em relação às 8as séries; a incidência majoritária das ocorrências masculinas; o predomínio de ocorrências caracterizadas como ações praticadas em grupo; a elevada incidência de ocorrências retratando as agressões entre pares, ou mesmo contra professores, particularmente entre os alunos das 8as séries, sempre de forma individual. Verificou-se, ainda, como um dos aspectos expressivos, comuns nas ocorrências, elevada incidência dos comportamentos denominados "triviais", especificamente os que dizem respeito às infrações contra as normas da aula.

ISSN 1981-2566

ABRIGAR ... BRINCAR ... UM ESTUDO SOBRE AS VIVÊNCIAS LÚDICAS ENTRE EDUCADORAS E CRIANÇAS DE UM ABRIGO

Anamaria Rodrigues Resende Sousa
Celia Vectore

Considerando-se as inúmeras possibilidades relativas ao brincar, que permitem à criança interagir com o outro, descobrir, estabelecer relações, buscar soluções, criar e recriar a realidade entre outras, muitas pesquisas vêm sendo realizadas com o intuito de investigar como ocorre a brincadeira em instituições infantis. Assim, o presente estudo teve por objetivo conhecer o modo como o brincar se apresenta em uma instituição abrigo, localizada na cidade de Uberlândia/MG, além de avaliar como as educadoras se apropriam ou não desse recurso em suas interações com as crianças. A pesquisa delineou-se sob a perspectiva histórico-cultural, representada por Vygotsky, que considera a brincadeira como atividade social humana, criadora de uma zona de desenvolvimento proximal. Participaram do estudo oito crianças abrigadas, sete educadoras e a coordenadora do abrigo. Foram realizadas filmagens de sessões de brincadeira, entrevistas semi-estruturadas com a coordenadora e educadoras, entrevistas reflexivas a partir de registro de filmagem, observações da rotina e de materiais / brinquedos disponíveis, pesquisa documental e diário de campo. Observou-se que situações de faz-de-conta, ocorridas durante o brincar, não foram devidamente exploradas pelas educadoras, que acabaram por tolher ou não fomentar o desenrolar de brincadeiras criativas. A entrevista reflexiva mostrou-se um importante instrumento, tanto para aprofundamento do tema pesquisado como para a reflexão sobre a prática por parte das educadoras, especialmente no tocante às atividades lúdicas. O trabalho lançou algumas luzes no sentido de evidenciar a necessidade de políticas públicas que contemplem um atendimento de qualidade para essas crianças em situação de risco, bem como a urgência de programas de capacitação para os profissionais ali atuantes.

Palavras-chave: Abrigo, educadoras, ludicidade.

ISSN 1981-2566

A AUTONOMIA, AS VIRTUDES E O AMBIENTE COOPERATIVO EM SALA DE AULA: A CONSTRUÇÃO DO PROFESSOR

Telma Pileggi Vinha

Atualmente, o professor não pode ignorar as pesquisas recentes em psicologia, na área do desenvolvimento, os novos trabalhos em educação, em aprendizagem, e continuar a ensinar da mesma maneira. Urge modificar essa estrutura deficitária em que se encontra a maioria de nossas escolas, trabalhando para uma melhor formação de nossas crianças e jovens. Dessa forma, esta proposição reflete sobre o processo construtivo do professor, assim como analisa algumas das dificuldades encontradas por ele ao modificar a sua práxis pedagógica de forma a construir em sala de aula um ambiente sociomoral cooperativo que propicie maiores oportunidades para favorecer o desenvolvimento da autonomia moral e intelectual pelo aluno. São apresentados estudos que visam explicar as dificuldades enfrentadas pelo docente para conseguir transformar-se, modificar seus paradigmas com relação ao ensino-aprendizagem, rever seu papel como professor assim como seus valores e princípios e, conseqüentemente, reconstruir sua práxis pedagógica. Considerando que a personalidade e o desenvolvimento moral do professor também impedem a construção dessa atmosfera cooperativa, são realizadas considerações sobre a importância de se favorecer o desenvolvimento da autonomia do próprio educador tanto por meio de relações mais justas, respeitosas e democráticas dentro da escola, quanto por meio do oferecimento de uma formação inicial e continuada de alto nível, formação esta que respeite o processo de construção do conhecimento do próprio educador. Tornar-se um professor mediador entre alunos e ambientes é uma tarefa bem maior e mais desafiadora do que simplesmente ser o transmissor de conhecimentos e administrador de conflitos entre os estudantes. Esse processo de mudança e auto-aperfeiçoamento precisa ser encarado como contínuo que exige uma disposição para aprender como uma das condições necessárias para facilitar a construção dos conhecimentos e a legitimação de uma prática pedagógica que leve em conta a sua própria função de educador bem como as necessidades do educando. Não se pode tratar o docente como alguém que aprende no vazio, que parte do zero. É preciso considerá-lo como um profissional competente, capaz, reflexivo e aberto à colaboração com seus pares. Assim, faz-se necessário procurar conhecer as concepções e as experiências desse professor para então conceituar a prática da formação a partir das experiências concretas, analisando-as, refletindo criticamente, comparando e questionando a própria prática com relação à dos outros colegas. Isso exige, na formação, um componente de coordenação e colaboração. A partir de tais reflexões é possível considerar que 'preparar para o futuro significa preparar para continuar aprendendo por toda a vida'.

Palavras-chave: Formação de professores, desenvolvimento moral, cooperação.

ISSN 1981-2566

A ESCOLA COMO REDE DE APOIO: PERCEPÇÕES DE ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RISCO PESSOAL E SOCIAL

Débora Dalbosco Dell`Aglio

A escola, como um contexto de desenvolvimento, pode se constituir tanto como um fator de risco como um fator de proteção, dependendo de seus objetivos, de suas concepções e da forma como se estabelecem as relações entre pares, com os professores e com a família, assim como da forma como lida com situações de violência e de transformações sociais. Destaca-se ainda que a escola, tanto através da presença de seus professores como dos pares, pode se constituir numa importante fonte de apoio social, emocional e de informações. Nosso estudo investigou a rede de apoio de 35 adolescentes de ambos os sexos, entre 11 e 16 anos, que viviam em instituições de abrigo, utilizando o instrumento Mapa dos Cinco Campos. Os resultados apontaram que os contatos no campo Abrigo são percebidos como mais próximos, seguidos dos campos Escola e Família, sendo que os meninos apresentaram maior fator de proximidade no campo Escola e as meninas no campo Abrigo. O tipo de apoio mais percebido na Escola foi o apoio instrumental, ou seja, aquele que fornece algo material ou ajuda quanto à solução de problemas. Dessa forma, é importante discutir o papel da escola na rede de apoio de crianças e adolescentes em situações de risco, assim como a necessidade de programas de intervenção com professores, conscientizando-os quanto ao papel que desempenham junto a esta população.

Palavras-chave: Violência, fatores de risco, fatores de proteção.

ISSN 1981-2566

A AUTO-EFICÁCIA NA TRANSIÇÃO PARA O TRABALHO

Diana Margarida Pinheiro de Aguiar Vieira
Joaquim Luís Coimbra

A transição da escola para o trabalho é influenciada por uma vasta constelação de factores associados ao indivíduo, bem como ao seu contexto. Assim, no que concerne os factores individuais, a evidência empírica destaca a importância da auto-eficácia, da exploração vocacional, dos objectivos e das competências de relacionamento interpessoal. Os factores contextuais mais apontados nos estu-dos empíricos são o apoio emocional e instrumental por parte da família e de ou-tros significativos. O modelo sócio-cognitivo do desenvolvimento vocacional a-borda os processos através dos quais o indivíduo forma os seus interesses aca-démicos e profissionais, faz escolhas educacionais e profissionais, e alcança va-riados níveis de desempenho na escola e no trabalho. Mais do que entender a transição para o trabalho como um acontecimento isolado, circunscrito ao período imediatamente precedente e posterior à finalização do percurso educativo, a teo-ria sócio-cognitiva do desenvolvimento vocacional entende esta transição como um processo que ocorre gradualmente durante os anos escolares e posterior-mente. Deste modo, a transição para o trabalho é concebida como um elemento dentro de uma estrutura mais global do processo de desenvolvimento vocacional, no qual o ingresso no mundo do trabalho é precedido por um extenso período de preparação e seguido por um período, igualmente alongado no tempo, de ajus-tamento ao trabalho e/ou a outros papéis de vida (Lent, Hackett & Brown, 1999, 2004). Neste trabalho pretendemos apresentar o modelo sócio-cognitivo do de-senvolvimento vocacional, centrando a nossa abordagem nas variáveis sócio-cognitivas auto-referentes tais como a auto-eficácia, as expectativas de resulta-dos e os objectivos. Seguidamente, abordamos a aplicação desta teoria à transi-ção da escola para o mundo do trabalho e concluímos com uma reflexão acerca das implicações para a intervenção psicológica e educativa nesta área. Destaca-se que durante o percurso educativo do indivíduo, as instituições formativas po-deriam empreender esforços no sentido de proporcionar aos seus estudantes a oportunidade de participarem em intervenções dirigidas à promoção da constru-ção de percepções de apoio e de superação de obstáculos relativos ao processo de transição para o trabalho, o que, raramente, acontece. De acordo com Lent, Hackett e Brown (2004), as intervenções na área da transição para o trabalho podem transmitir o valor do desenvolvimento vocacional e da aprendizagem ao longo da vida, enfatizando a pertinência e necessidade de o indivíduo explorar os interesses em novas áreas e de actualizar as suas competências, mais do que assumir que o desenvolvimento vocacional finaliza com o início da actividade pro-fissional ou que a formação inicial garante, de uma vez por todas, o exercício dos papéis de trabalhador e de profissional.

Palavras-chave: Estudante, ensino superior, transição.

ISSN 1981-2566

APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA EM PROJETOS INTERDISCIPLINARES

Luciana Bittencourt Fevorini
Graça Maria Marino Totaro

Esse mini curso tem como principais objetivos que os participantes: conheçam projetos curriculares interdisciplinares, seu planejamento e sua organização; saibam como eles podem se articular a uma proposta pedagógica de educação crítica apoiada na metodologia problematizadora de ensino; compreendam a concepção de aprendizagem significativa; reflitam sobre os processos e concepções de aprendizagem dos alunos no desenvolvimento dos projetos e a importância do trabalho em grupo; compreendam a articulação dos projetos com o currículo; reflitam sobre o desenvolvimento da autonomia do estudo dos alunos por meio da metodologia de projetos; reflitam em que medida os projetos favorecem a compreensão e o comprometimento dos alunos com questões sociais, políticas, ideológicas e culturais que caracterizam a sociedade brasileira.Com origem nos pressupostos de aprendizagem de Ausubel, Piaget e Vygotsky e também numa concepção crítica de educação, os projetos, se desenvolvidos por meio de uma metodologia problematizadora de ensino, favorecem o aprofundamento do pensamento crítico dos alunos frente à realidade em que estão inseridos.Para atingir os objetivos amplos expostos acima, o minicurso foi dividido em três aulas. Na primeira, discutiremos os pressupostos conceituais e teóricos que fundamentam o trabalho com projetos: as concepções de aprendizagem no construtivismo com foco em Piaget e Vygotsky e de aprendizagem significativa, segundo Ausubel. Também trataremos da concepção de educação histórico-crítica, tal como Libâneo e Saviani a definem: uma educação escolar com um duplo compromisso com a preservação do saber elaborado pela humanidade e com a produção, em cada indivíduo singular, da humanidade construída histórica e coletivamente pela sociedade. Na segunda aula, discutiremos o que é metodologia problematizadora de ensino e suas origens no pensamento de Paulo Freire: aprender a partir da realidade concreta do educando, para que ele próprio possa compreender o que vive e chegar num nível mais crítico de conhecimento. Na última aula, centraremos o trabalho num relato de experiências de planejamento e de organização de projetos para levantarmos algumas discussões sobre o papel do professor e do trabalho em grupo durante o seu desenvolvimento. Também vamos propor uma discussão de por que os projetos são experiências significativas para os alunos, favorecendo que se tornem sujeitos de sua própria aprendizagem, ou seja, que sejam autônomos.

Palavras-chave: Construtivismo, aprendizagem significativa, educação crítica, metodologia problematizadora de ensino, autonomia.

ISSN 1981-2566

APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA: A ESCOLA, O BRINQUEDO E A ESCRITA NA PERSPECTIVA SÓCIO-HISTÓRICO-CULTURAL

Víviam Carvalho de Araújo
Ana Maria Moraes Scheffer
Rita de Cássia B. Freitas Araújo

O presente trabalho tem por objetivo compreender o papel da escola, dos professores, do simbolismo no brinquedo e na escrita frente à aprendizagem e ao desenvolvimento de crianças pertencentes aos anos iniciais da educação básica. Definimos como metodologia uma pesquisa teórica em consonância com os estudos pilotos já realizados em nossos projetos de pesquisa no mestrado em educação pela Universidade Federal de Juiz de Fora, que têm como foco investigativo questões relacionadas ao desenvolvimento e a aprendizagem na infância.Tomamos como referencial teórico os estudos de Lev Semenovich Vigotski - autor russo e expoente da abordagem sócio-histórico-cultural - que inovou com suas proposições teóricas a relação entre pensamento e linguagem, a natureza do processo de desenvolvimento da criança e o papel da aprendizagem no desenvolvimento. No decorrer do trabalho, nos reportamos a autores contemporâneos que fundamentam seus estudos na perspectiva sócio-histórico-cultural. Este trabalho está composto por três seções. A primeira destina-se a apresentar as diferentes posições no tocante ao processo de desenvolvimento e aprendizagem, enfatizando o papel do professor e da escola. A seção seguinte visa discutir o papel da brincadeira que, de acordo com a proposição de Vigotski, é fator importante para o desenvolvimento da criança.Por fim, apresentamos a evolução da escrita na criança antes dessa ser submetida ao processo de alfabetização, o que no dizer de Vigotski (1991) é denominada “a pré-história da linguagem escrita”.Diferentes perspectivas teóricas abordam o campo do desenvolvimento humano e o campo da aprendizagem definindo-os ora como distintos, ora como inter-relacionados. Comungamos com a perspectiva sócio-histórico-cultural que concebe os processos de desenvolvimento e de aprendizagem como indissociáveis e inter-relacionados desde o primeiro dia de nascimento da criança. Na perspectiva sócio-histórico-cultural, o desenvolvimento está ligado a processos de mudanças e de transformações que ocorrem ao longo da vida do sujeito e em cada uma das múltiplas dimensões de seu funcionamento psicológico. Como tal, é percebido de forma entrelaçada às práticas culturais e educativas. O processo de desenvolvimento inclui, necessariamente, o processo de aprendizagem. Ambos dizem respeito às experiências do sujeito no mundo com base nas interações, assumindo o pressuposto da natureza social do desenvolvimento e do conhecimento especificamente humano. Nesta abordagem, privilegia-se o papel da mediação, da linguagem, do contexto, das relações sociais, do sujeito concreto, situado, datado e da Zona de Desenvolvimento Proximal. Vigotski (1991) entende o desenvolvimento psicológico da criança como um processo de natureza cultural, considerando que a criança pequena desenvolve-se essencialmente através da brincadeira. Transformações internas no desenvolvimento da criança como o simbolismo, a capacidade de representar e abstrair surgem a partir das situações de brincadeiras. O teórico russo delineia um percurso do simbolismo que vai do gesto, passa pelo jogo, pelo desenho, até que a criança perceba que pode desenhar a fala, apreendendo a função mediadora da escrita. O brinquedo de faz-de-conta, o desenho e a escrita devem ser vistos como momentos diferentes de um processo essencialmente unificado de desenvolvimento da linguagem escrita.

Palavras-chave: Desenvolvimento, aprendizagem, linguagem.

ISSN 1981-2566

COMPREENDENDO AS DISFUNÇÕES A PARTIR DO DESENVOLVIMENTO DAS FUNÇÕES CORTICAIS SUPERIORES, PROPOSTO POR LURIA

Silvana Calvo Tuleski

Este trabalho é parte das pesquisas realizadas para a tese de doutorado da autora e tem como referencial a Psicologia Histórico-Cultural, notadamente as contribuições de A. R. Luria (1902-1977). Nesta perspectiva o homem é compreendido como a única espécie que possui a capacidade de dominar o seu comportamento de forma consciente, o que se dá por meio do trabalho, que ao transformar a natureza, transforma a si próprio. Para essa transformação, no entanto, o homem introduz estímulos artificiais (instrumentos e signos) que fazem a mediação entre ele e a natureza (externa e interna) e é justamente com a criação dos instrumentos e signos que se produzem novas conexões no cérebro, o que Luria denomina de sistemas funcionais, que diferenciam o comportamento humano do comportamento dos animais. O caráter da consciência e do conhecimento humano, portanto, só pode ser compreendido a partir da natureza da atividade vital humana, que dirige a satisfação das necessidades não de um modo direto ou imediato como nos animais, mas sim mediado. Partindo deste pressuposto, o objetivo deste trabalho é analisar em que medida o desenvolvimento das funções corticais superiores – tipicamente humanas - ocorrem na coletividade e demandam um processo de apropriação dos bens culturais pelas novas gerações para se constituírem, garantindo o processo de humanização. Por meio de estudos realizados das obras de outros autores marxistas como Markus, Kosik, Engels, que também destacam a base materialista-histórica da constituição do psiquismo humano, será apresentado o conceito desenvolvimento das funções corticais superiores como interligado dialeticamente à aquisição da linguagem oral, escrita e matemática, principalmente a partir dos estudos desenvolvidos por Luria em indivíduos que sofreram lesões e danos corticais. Neste enfoque as atividades pedagógicas dirigidas no interior da escola, instituição socialmente estruturada para a transmissão do conhecimento científico, vão se apresentar como imprescindíveis para o desenvolvimento dessas funções, pois a ênfase é colocada no processo de apropriação dos conhecimentos científicos que geram novas formas de raciocínio e de comportamento, distantes do comportamento animal. Assim, apenas por meio desta compreensão, que considera a apropriação do mundo em sua atividade material e também espiritual, responsável pela modificação da sensibilidade humana, lapidando, aperfeiçoando e humanizando os sentidos – a Educação, a psicologia e suas interfaces são capazes de superar o paradigma que sustenta, mas não problematiza a epidemia de crianças consideradas disfuncionais para aprender, superando também a visão inatista e biologicizante embutida no conceito de distúrbios de aprendizagem, bem como a visão espontaneísta que vem se baseando a educação. Desta forma, conclui-se com a afirmação da importância dos conhecimentos mais elaborados, sistematizados e dirigidos pelo professor, isto é, da própria práxis educativa como fundamentais para o rompimento deste processo de naturalização das relações sociais de produção capitalistas, isto é, possibilitando a realização do ser genérico do homem.

Palavras-chave: Funções corticais superiores, psicologia histórico, distúrbios/dificuldades de aprendizagem.

ISSN 1981-2566

CONFIGURAÇÃO SUBJETIVA NA APRENDIZAGEM: A SINGULARIDADE DO SUJEITO QUE APRENDE

Maria Carmen Tacca

Os processos de aprendizagem encontram-se imbricados em processos subjetivos que se sustentam na historicidade da vida do sujeito, confundida com as histórias de suas relações sociais. A partir de uma rede complexa de condições individuais, sociais, culturais e históricas que participam das situações de aprendizagem, cada um aprende a seu modo. Decifrar a rede de condições que sustentam a aprendizagem, implica investigar os significados e os sentidos que emergem no contexto do aprender, e que direcionam os rumos de todo o processo. Essa é uma exigência constante e faz com que se amplie e se diversifique a compreensão de ensinar e aprender, e também torna mais complexa a função docente. Podemos dizer que a aprendizagem compreendida como uma função do sujeito integral, ou seja, em todas as suas dimensões (e não só a cognitiva), ainda não tem uma compreensão adequada e que traga mudanças nas formas como se planeja e se realiza o ensino. Procurando destacar esta dimensão subjetiva que condiciona a aprendizagem é que estamos trazendo para discussão a Teoria da Subjetividade de González Rey (1997; 2002). A idéia desse autor é que todos os impactos decorrentes das vivências e experiências cotidianas, nos diferentes espaços e contextos de vida dos sujeitos, vão favorecendo a constituição de uma "configuração subjetiva" e é na sua implicação que o sujeito age e, em conseqüência, também aprende. Nesta perspectiva aprender é uma função do sujeito concreto, ativo e atual e é ele quem define a sua trajetória. Compreender situações em que a aprendizagem esteja estacionada (o que normalmente é entendido como dificuldade de aprendizagem), significa investigar o sujeito, sua configuração subjetiva e a forma como ele está produzindo sentidos subjetivos nessa atividade. Com essas idéias de apoio, uma pesquisa foi projetada e, na aproximação de alunos identificados como não correspondendo ao esperado pela escola, foi possível compreender aspectos dessa produção de sentido subjetivo envolvidos com o aprender. Por exemplo, foi possível rastrear em um deles, fatos e relações sociais que tiveram impacto em sua trajetória, e a forma como isso foi aparecendo como elemento constituidor de sua configuração subjetiva, com grandes implicações para a sua vida escolar. Os procedimentos da pesquisa, tais como discussão em grupo de temas relacionados com o aprender, produção escrita sobre o significado da escola, e um instrumento de completamento de frases, possibilitaram reunir indicadores para a interpretação de que cada aluno traz para a sala de aula, não só conhecimentos anteriormente adquiridos, mas apresenta-se nela na complexidade de sua configuração subjetiva, no que estão presentes sentidos subjetivos de todos os contextos vividos em diferentes momentos. Desse estudo de caso, nos projetamos para concluir sobre a necessidade de comunicação e diálogo na base das relações sociais, possibilitando compreender a produção de sentido no espaço escolar, o que pode convergir para o objetivo central de fazer com que a aprendizagem se constitua em experiência positiva e fonte promotora do desenvolvimento da pessoa.

Palavras-chave: Aprendizagem, configuração subjetiva, produção de sentido subjetivo.

ISSN 1981-2566

AUTOCONHECIMENTO: AS INTER-RELAÇÕES ENTRE AFETO E APRENDIZAGEM

Maria Hercília Rodrigues Junqueira

Ementa:A Educação como um ato de amor. O acolhimento e a aceitação incondicional da criança. A percepção de si, dos sentimentos e da reação corporal. Aplicação de técnicas vivenciais e de jogos para despertar o conhecimento de si, o espírito crítico e a socialização dos alunos.Objetivo: Refletir sobre algumas estratégias de intervenção para que o psicólogo possa desenvolver com os professores, para facilitar o auto-conhecimento e a consciência corporal de si e de seus alunos.Módulo I - A Educação como um ato de amor. O acolhimento e a aceitação incondicional da criança. Abordagens teóricas de grupos experienciais. Técnicas vivenciais.Módulo II - Trabalhando com grupos. A percepção de si, dos sentimentos e da reação corporal. Técnicas vivenciais.Módulo III Propiciando a auto-mudança. Trabalhando com imaginação ativa.

Palavras-chave: Auto-conhecimento, técnicas vivenciais, dinâmica de grupo.

ISSN 1981-2566

ADOLESCÊNCIA EM LIVROS PARA PAIS E EDUCADORES: UMA REFLEXÃO CRÍTICA

Ana Mercês Bahia Bock

A reflexão que se apresentará aqui parte da crítica às noções naturalizadas de adolescência presentes em livros destinados a pais e educadores e é resultado de uma pesquisa realizada na PUCSP acompanhada de alunos em Iniciação Cientifica. Foram trabalhados 4 livros que são referência na área e destinados a pais e educadores de jovens. Os livros trazem a concepção de adolescência como uma etapa no desenvolvimento que é natural e universal. Não há nos livros qualquer explicação sobre a gênese da adolescência, supondo-a como natural. São estudadas as características da adolescência, a relação dos jovens com os adultos e as orientações que são dadas a pais e educadores. Faremos a crítica à concepção encontrada na medida em que têm tido conseqüências nas relações familiares, na forma como os educadores lidam com os jovens e na própria forma como a sociedade pensa e lida com a adolescência. Pensada como algo negativo, associado à idéia de crise, a adolescência é tolerada. A adolescência foi apresentada, nos 4 livros estudados, por meio de elementos, em geral, negativos. Negativos porque são características desvalorizadas na sociedade; porque aparecem como incompletude, imaturidade, algo que ainda não acabou de acontecer e de se desenvolver. É definida em oposição com o adulto, o qual aparece como a meta deste desenvolvimento; como o estágio a ser atingido; como a etapa que apresenta as características que a adolescência ainda não possui. Adolescência é fase do desenvolvimento e se encaminha para a vida adulta. Por isso a adolescência aparece como fase passageira. Como fase do desenvolvimento, as características são universais e inevitáveis. É característica da adolescência a oposição aos pais e ao mundo adulto. Poucas referências são feitas à gênese da adolescência, não se buscando uma visão clara da gênese dos fenômenos. As relações com o mundo social e adulto aparecem somente como interferência; interferem, mas não constituem. As diferenças porventura existentes entre os adolescentes se dão devido às influências do meio que facilitam ou dificultam o desabrochar daquilo que é potencial. As orientações são sempre na direção de pedir tolerância, compreensão e paciência. Os argumentos que justificam este pedido são: a adolescência é passageira, pois se constitui como uma fase do desenvolvimento; a adolescência, como algo necessário no crescimento, é incontrolável; e, por fim, os adultos são seres mais completos e prontos e, portanto, podem controlar a situação. A Psicologia não pode mais manter-se divulgando e reforçando estas visões, pois não contribui para a construção de políticas sociais adequadas para a juventude; não ajuda a construir projetos educacionais adequados para manter os jovens na escola, não ajuda a inserir os jovens nos grupos e nas instituições que têm como vocação o debate sobre a juventude. Enfim, a visão naturalizante da adolescência é mais do que uma visão que acoberta as determinações sociais; é uma visão que impede a construção de uma política social adequada para que os jovens possam se inserir na sociedade como parceiros sociais fortes, criativos, cheios de projetos de futuro.

Palavras-chave: Adolescência, psicologia sócio-histórica, desnaturalização.

ISSN 1981-2566

AUTORIDADE E FORMAÇÃO DO INDIVÍDUO NO COTIDIANO DOS ESTABELECIMENTOS ESCOLARES

Ricardo Casco

Theodor W. Adorno e Max Horkheimer apresentam no livro Dialética do esclarecimento reflexões importantes que tratam sobre alguns dos elementos característicos da organização social contemporânea, tendo em vista esclarecer de que maneira os processos sociais que deveriam propiciar o desenvolvimento da vida humana para a realização da liberdade e da felicidade, acabam por corroborar a emergência de relações sociais nas quais a heteronomia e a violência são expressões preocupantes. Frente às dificuldades de se alterar as condições objetivas - seus determinantes econômicos, sociais e políticos - as atenções devem se voltar para a criação de formas de contraposição à barbárie, para a formação da subjetividade, para o esclarecimento dos indivíduos. A compreensão sobre como se estruturam os processos formativos que geram a regressão se impõe como etapa importante na luta política que objetiva a alteração do clima cultural em prol da vida humana. Entre esses processos sociais aqueless que ocorrem no interior dos estabelecimentos escolares são de grande importancia. Nas relações sociais instituídas na escola, o professor é a autoridade socialmente legitimada. Na sala de aula ele explicita as normas a serem seguidas e os comportamentos que seus alunos devem adquirir durante o processo formativo. Devido ao exercício de sua autoridade ele tende a ocupar um papel importante nas configurações que determinam as relações sociais que se constituem entre os alunos no cotidiano das instituições escolares. Esta pesquisa de doutoramento pretendeu investigar alguns dos elementos que constituem o exercício da autoridade professoral. O objetivo foi compreender o papel que ocupa na formação dos alunos durante o processo de escolarização e as implicações sobre as relações sociais que se estabelecem entre os mesmos no cotidiano de uma classe de alunos - uma quarta série de uma escola pública de Ensino Fundamental da cidade de São Paulo. O estudo privilegiou a análise das freqüências de agressões e repreensões entre alunos; de suas participações nas atividades escolares; e das repreensões e dos elogios feitos pelos seus professores oriundas de observações realizadas em sala de aula. Foram realizadas, também, observações que possibilitaram analisar as inserções dos alunos nos grupos sociais organizados durante o recreio, assim como as atividades por eles desenvolvidas. Após realizar o cotejamento entre os dois conjuntos de dados (principalmente por meio da construção de tabelas e sociogramas), a análise empreendida permitiu verificar algumas evidências da influência do exercício da autoridade do professor na constituição das relações sociais que se dão entre os alunos. Os alunos que foram mais repreendidos pelos professores, porque não conseguiam desenvolver suas tarefas escolares, foram os mesmos que foram repreendidos pelo mesmo motivo pelos seus pares na sala de aula, assim como, também, tiveram dificuldades de inserção nos grupos sociais que ser formaram durante o recreio. No recreio, os alunos agredidos na sala de aula não se integraram em grupos de sua própria turma; os elogiados pelos professores preferiam jogos lúdicos e participavam de grupos estáveis; os repreensores e agressivos ocuparam o espaço central do recreio com jogos esportivos viris; os alunos participativos constituíram grupos estáveis.

Palavras-chave: Autoridade do professor, formação, teoria crítica da sociedade.

ISSN 1981-2566

AS CRENÇAS DE AUTO-EFICÁCIA DOS PROFESSORES

José Aloyseo Bzuneck

Ao considerar a definição de crenças de auto-eficácia, inserida na Teoria Social Cognitiva de Albert Bandura, observa-se que os conhecimentos, capacidades e habilidades não são suficientes por si só para a definição do comportamento, mas a confiança no domínio e na capacidade pessoal tem influência decisiva nas ações em direção às metas pretendidas. No campo educativo as crenças de au-to-eficácia têm sido bastante exploradas com relação aos diferentes segmentos: alunos, professores, coordenadores pedagógicos, diretores, equipes e até a es-cola como um todo. Aqui nos interessa focalizar a auto-eficácia do professor. Es-te tema tem suscitado muito interesse devido ao papel mediador que essa crença exerce na prática docente e seu estudo representa uma importante contribuição ao entendimento dos fatores de motivação dos professores. Para influir nos com-portamentos, toda motivação humana deve sustentar-se ao longo do tempo, es-pecialmente quando intervierem dificuldades, obstáculos e fracassos. A condição do ensino não escapa a essas contingências adversas, exigindo de todo profes-sor, ao longo de toda a sua carreira, que persista em seus esforços por motivar seus alunos e ajudá-los a aprender. Uma condição amplamente comprovada na literatura é que os professores tenham robustas crenças de auto-eficácia, que se referem às próprias capacidades de colocar ações destinadas a produzir deter-minados resultados. As pesquisas estrangeiras e nacionais têm concluído que esse tipo de crença educacional é uma das poucas características que têm apa-recido de modo consistente, como relacionadas ao desempenho dos alunos. No que refere às ações que desenvolvem em sua prática docente, são observados: escolha de estratégias mais adequadas aos alunos; abertura a novas idéias e métodos de ensino; estabelecimento de clima positivo para a aprendizagem; per-sistência diante de alunos com dificuldades; aprimoramento da crença de auto-eficácia do aluno, entre outras. As crenças de auto-eficácia, porém, não são ca-racterísticas estáveis de personalidade, mas estão sujeitas a flutuações tanto em função de dificuldades emergentes como do tipo de interações sociais no ambi-ente de atuação. As crenças de auto-eficácia docente são formadas e, continua-mente, revistas a partir de quatro fontes de informação: experiência direta (expe-riências de êxito em tarefas anteriores), experiência vicária (observação de outras pessoas com êxito em situações similares), persuasão social (influências sociais de convencimento) e estado físico e emocional (fornece critério para julgamento da capacidade, força e vulnerabilidade). Destacam-se, entre os quatro fatores que respondem pelo surgimento e manutenção dessas crenças, as influências sociais de colegas e da direção da escola. Nesse ambiente específico, as cren-ças de auto-eficácia se robustecem sobremaneira e se mantêm em função de estímulos psicológicos e emocionais, persuasão social e experiências vicariantes.

Palavras-chave: Professor, auto-eficácia, motivação, prática docente.

ISSN 1981-2566

CONSTRUINDO A PARCERIA ENTRE ESCOLA E FAMÍLIA: COMO INTERVIR COM PAIS E PROFESSORES

Fabiana Cia
Renata Christian de Oliveira Pamplin

É notória a preocupação das instituições de ensino quanto ao número elevado de crianças que são classificadas com necessidades educacionais especiais, por ter uma história de fracasso escolar ou problemas socioemocionais, aumentando assim, o número de crianças que são encaminhadas para classes ou escolas especiais. A parceria entre a família e a escola é, ao mesmo tempo, uma das ferramentas para minimizar esse problema, mas é um desafio de construí-la. Por isso, psicólogos e pedagogos têm uma contribuição inestimável para intervir nas instituições de ensino, a fim de fortalecer essa parceria. Tal parceria torna-se ainda mais importante considerando que o envolvimento parental afeta a dedicação dos filhos aos estudos, o que contribui para o melhor desempenho acadêmico dos mesmos. Soma-se o fato que os filhos que contam com o envolvimento de ambos os pais (pais que têm interesse nos estudos do filho, ajudam o filho nas tarefas de casa, apóiam o filho quando apresenta baixo desempenho acadêmico, participam das reuniões escolares e mantém contato freqüente com os professores) têm mais motivação para ir à escola, estudam com maior freqüência, apresentam melhor aproveitamento acadêmico e menos problemas de comportamento internalizantes e externalizantes. Partindo desses pressupostos, o presente curso tem por objetivos: (a) analisar a literatura recente sobre a importância da parceria entre família e escola; (b) verificar os comportamentos parentais maximizadores do desempenho acadêmico e da competência social dos filhos; (c) planejar e avaliar intervenções com professores para aumentar o envolvimento parental na escola e nas atividades escolares dos filhos e (d) planejar e avaliar intervenção com pais, em instituições de ensino, para aprimorar as habilidades sociais educativas e as práticas parentais favorecedoras de comportamentos pró-acadêmicos dos filhos, com base em um modelo teórico cognitivo-comportamental. O conteúdo do curso envolverá uma discussão inicial sobre a familiaridade dos participantes quanto à temática abordada e quanto à importância da família para o desenvolvimento infantil (desenvolvimento socioemocional e desempenho acadêmico). Em seguida, serão analisados os seguintes temas: interface família e escola, importância da figura paterna para o desenvolvimento socioemocional e para o desempenho acadêmico dos filhos, introdução à Perspectiva Ecológica do Desenvolvimento Humano, a efetividade de programas de intervenção precoce com famílias e com professores. O curso de encerrará com a apresentação de um estudo de caso, em que os participantes irão propor um programa de intervenção a partir da exposição de uma problemática. O curso de apoiará em leituras sobre temas pertinentes (produzidas pelas ministrantes), discussões em grupo, aula expositiva, discussão de casos e dramatizações. Ao final do curso espera-se que o participante tenha adquirido um repertório, que o facilite a realizar intervenções psicológicas e pedagógicas com pais e professores, de forma a reforçar a idéia de que é possível a construção de uma parceria entre família e escola.

Palavras-chave: Intervenção, envolvimento parental, professores.

ISSN 1981-2566

COMO O PROFESSOR ENFRENTA O SEU ESTRESSE

Beatriz Maria Antonio
Vera Vecchiatti Socci

Como o Professor enfrenta seu EstresseBeatriz Antonio e Dra.Vera SocciUMCEstudos recentes demonstram que as mudanças no contexto socio-econômico-cultural dos últimos anos, tem como uma das mais graves conseqüências profundas transformações no sistema educacional, e, por conseguinte na qualidade de vida dos professores. Muitos pesquisadores se dedicam a entender melhor o estresse dos professores dos diferentes níveis, e o caracterizam como uma sensação de "desolamento", de incômodo, de desânimo, de um mal estar difuso, com inúmeros sintomas psicossomáticos. Podem-se classificar os fatores provocadores deste estresse em primários ou principais, que são: a falta de recursos materiais e humanos, precárias condições de trabalho, pouca ou ausência de possibilidade de reciclagem, múltiplas exigências e responsabilidades. Os fatores secundários decorrem principalmente das mudanças drásticas do papel do professor e modificações, para pior, do apoio do contexto social. Como conseqüência tem-se um aumento das sensações de desconforto e de insatisfação, de frustração, de tensão generalizada, de esgotamento, uma ansiedade permanente, auto-conceito rebaixado, e, não raramente a depressão. Neste estudo objetivou-se caracterizar o estresse, e sua forma de enfrentamento, em docentes do nível fundamental e médio, de escolas publicas da região leste da Grande São Paulo, assim como identificar os principais estressores. 103 professores de diferentes escolas publicas, de ambos os gêneros, do ensino Fundamental e do nível Médio, participaram do estudo. O instrumento de investigação foi o Inventário de Estresse de Lipp e uma entrevista semi-estruturada, aplicados individualmente. A pesquisa teve parecer favorável do Comitê de Ética. A análise dos dados demonstra que 56,3 % dos professores apresentam estresse. Destes, 52% tem predominância da sintomatologia física. A maior parte dos participantes estressados encontra-se no estado de resistência (72,4%), sendo que 22,4% estão em quase exaustão. Encontrou-se que a maior causa do estresse do professor, referente aos alunos relaciona-se à falta de educação (29,8%) e a desmotivação dos mesmos (25,8%); em relação à Instituição de ensino seu estresse está mais ligado ao numero excessivo de alunos em sala (21%); em relação ao processo ensino/aprendizagem, o professor se estressa mais por não conseguir garantir a aprendizagem de qualidade (18,3%). Para o enfrentamento deste estresse o maior número deles (44,15%) refere recorrer-se a algum tipo de lazer. Estes dados são comparados com outras pesquisas da literatura nacional e internacional. Sugestões são propostas para uma ação preventiva e remediativa no que se relaciona ao estresse do professor.Palavras chaves – magistério, qualidade de vida, prevenção.

Palavras-chave: Magisterio, qualidade de vida, prevenção, enfrentamento.

VIII Congresso Nacional de Psicologia Escolar e Educacional
26 a 29 de Abril de 2007
ISSN 1981-2566

AVALIANDO O REPERTÓRIO DE HABILIDADES SOCIAIS DE UMA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA E UM GRUPO DE CRIANÇAS SEM DEFICIÊNCIA

Thiago Magalhães Pereira de Souza
Lucas Cordeiro Freitas
Zilda A. P. Del Prette
Almir Del Prette

Crianças com deficiência auditiva matriculadas na escola regular são isoladas e rejeitadas pelo grupo de pares e apresentam mais dificuldades de aprendizagem, comportamentos problemáticos e problemas emocionais do que crianças sem deficiência. Um repertório elaborado de habilidades sociais na infância vem sendo considerado fator de proteção contra a ocorrência de problemas de comportamento e dificuldades de aprendizagem. No entanto, não foram encontradas pesquisas nacionais que avaliaram o repertório dessas habilidades em crianças com deficiência auditiva. O objetivo desta pesquisa foi caracterizar o repertório de habilidades sociais de uma criança com deficiência auditiva e analisar este repertório com base nos dados obtidos com um grupo de crianças sem deficiência em uma avaliação multicêntrica. Participaram desta pesquisa os pais e a professora de um menino com deficiência auditiva profunda, com dez anos de idade, matriculado na segunda série de uma escola pública do interior de São Paulo. O grupo de crianças sem deficiência (GS) foi composto por pais e professores de 416 crianças, com idade média de 9 anos, 224 meninos e 192 meninas, de escolas públicas e particulares, de cinco cidades de quatro estados brasileiros (MG, PR, SP e RJ). O repertório de habilidades sociais dessas crianças foi avaliado por seus pais e professores, por meio do SSRS-BR. Para avaliar se os escores obtidos nas avaliações da criança com deficiência auditiva foram abaixo, próximos ou acima da média do “GS”, considerou-se seus respectivos desvios-padrão. Os resultados indicaram que os escores de habilidades sociais obtidos com a avaliação da mãe da criança com deficiência auditiva foram abaixo da média do “GS” na escala global e nas subescalas de cooperação, asserção positiva e autocontrole. Nas subescalas de iniciativa e asserção de enfrentamento os escores obtidos foram acima da média do “GS”. No que se refere à avaliação do pai da criança com deficiência auditiva, os resultados revelaram que os escores de habilidades sociais obtidos na escala global e nas subescalas de asserção positiva e de civilidade foram próximos aos da média do “GS”. Nas subescalas de cooperação e autocontrole os escores obtidos foram abaixo da média do “GS” e, nas subescalas de iniciativa e asserção de enfrentamento os escores alcançados foram acima da média do “GS”. Na avaliação do professor da criança com deficiência auditiva, os escores de habilidades sociais obtidos na escala global e nas cinco subescalas avaliadas foram próximos aos da média do “GS”. Os resultados da avaliação dos pais revelaram diferenças no repertorio da criança com deficiência auditiva em comparação com os dados do “GS”. Alem disso, foram observadas diferenças entre a avaliação da mãe e do pai da criança com deficiência auditiva, sendo que na avaliação da mãe os escores obtidos foram abaixo dos escores da avaliação do pai, revelando, assim, a necessidade de pesquisas que investiguem a avaliação do repertorio de habilidades sociais das crianças por meio desses informantes. Os recursos e os déficits encontrados no repertório de habilidades sociais das crianças, com ou sem deficiência, são essenciais para a implementação dos objetivos de intervenções educacionais e/ou terapêuticas.

Palavras-chave: Habilidades sociais, deficiência auditiva, crianças.

ISSN 1981-2566

ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RISCO EM BELO HORIZONTE E SUAS PERCEPÇÕES DE SEGURANÇA E DE VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR

Bernardo Castro

Como parte de uma pesquisa de âmbito nacional, foi feito em Belo Horizonte um levantamento a respeito de vários assuntos da vida de adolescentes em situação de risco. Considerando-se os critérios de baixo índice de desenvolvimento humano (IDH) e alto índice de vulnerabilidade social (IVS), foram selecionadas algumas escolas da rede pública para aplicação dos questionários. Nesta apresentação destaca-se a relação entre composição familiar (pessoas com quem o/a estudante divide o lar), relacionamento com o ambiente escolar ("eu me sinto bem quando estou na escola", "gosto da maioria de meus professores", "meus estudos têm uma grande importância par mim hoje", etc.), perspectivas em função do estudo ("tenho muito desejo de fazer uma faculdade", "sei que tenho condições de entrar numa universidade", etc.), segurança na escola ("posso contar com meus professores ou alguém da equipe escolar", "confio nos amigos da escola", nível de segurança na escola – nenhum; baixo; médio; alto – etc.) e percepção de violência praticada por adolescentes ("em sua opinião, quais são as razões principais para os adolescentes cometerem atos de violência?"). A pesquisa ainda está em andamento e deverá contar com 1.000 participantes. Serão realizadas análises quantitativas e qualitativas sobre os dados. Resultados da mesma pesquisa, realizada em outras cidades brasileiras, serão comparados.

Palavras-chave: Violência

ISSN 1981-2566

CONTRIBUIÇÕES DE HENRI WALLON PARA A EDUCAÇÃO: DESAFIOS E REFLEXÕES PARA O PSICÓLOGO ESCOLAR

Lucia Helena Pereira
Ariani Durães Vieira

Este trabalho tem como base uma pesquisa financiada pela FAPEMIG, cuja proposta é analisar as relações entre corporeidade, sensibilidade e expressão criativa na prática pedagógica visando o desenvolvimento integral do ser humano. Ao estudar a obra de Henri Wallon, observamos que seu interesse se volta para a Psicologia e a Educação, áreas de estudo do psicólogo escolar, o que nos levou a refletir sobre a atuação deste profissional. Ao estudar a infância, Wallon passou a se interessar pelos problemas que permeiam essa fase e, a partir desse interesse, iniciou investigações relacionadas à Educação, ficando evidente seu progressivo interesse por essa área. Sendo a escola um espaço direcionado para o desenvolvimento infantil, se tornava um contexto privilegiado para os estudos da criança. Ao mesmo tempo em que a Pedagogia é um campo fértil de observação e investigação para a Psicologia, esta pode contribuir com a construção de conhecimentos sobre o processo evolutivo da criança, e com contribuições e intervenções que aprimorem a prática pedagógica. A teoria walloniana enfatiza a importância da integração entre os diferentes domínios funcionais: afetividade, cognição e movimento, pois tais aspectos se interpenetram dialeticamente, influenciando a atividade do conhecimento, e promovendo a formação da pessoa completa. Por esse motivo, é significativo que a escola trabalhe não somente a aquisição de informações e habilidades intelectuais, mas também o desenvolvimento motor, a afetividade e a interação com o meio, as relações professor-alunos e as destes entre si, que estimulam o autoconhecimento, a criatividade e a autonomia.Ao trabalhar o corpo e o sensível, os alunos melhoram sua comunicação com o mundo, criam diálogos com o outro, expressam sentimentos e pensamentos, facilitando as relações sociais e a superação dos obstáculos existentes nas relações dentro da escola. Os estudos de Wallon contribuem para que educadores e psicólogos escolares (re)pensem as práticas pedagógicas, a elaboração de atividades que se voltem para a valorização das relações interpessoais, consideradas fundamentais no processo de subjetivação, e, ainda, que ressignifiquem suas experiências para que não sejam apenas reprodutores de uma educação tradicional. Ao se comunicar com seu grupo social, a criança se constitui enquanto sujeito. No outro, ela se reconhece e se diferencia. Nesse processo é importante que a escola ofereça diversas formas de interação grupal, pois a criança precisa perceber as diferentes relações e papéis exercidos na sociedade. Esse movimento de se autoconhecer é de grande importância no seu desenvolvimento intelectual. Defendemos a visão do homem como um todo e, por isso, pretendemos através de nossos estudos tecer reflexões sobre a necessidade de se trabalhar a unicidade do ser, ou seja, a interação dos domínios funcionais da criança para o desenvolvimento da criatividade, da expressividade e das relações interpessoais. Desta maneira estaremos contribuindo para que o psicólogo escolar possa atuar com um olhar e um conhecimento ampliados.

Palavras-chave: Desenvolvimento integral do ser humano, psicólogo escolar, prática pedagógica.

ISSN 1981-2566

COMPARANDO E DESCREVENDO COMPORTAMENTOS MATERNOS QUE CONTRIBUEM PARA O DESEMPENHO ACADÊMICO DOS FILHOS, ENTRE MÃES SEPARADAS E MÃES CASADAS

Carolina Severino Lopes Costa

O progresso no aprendizado escolar pode estar associado à supervisão e à organização das rotinas no lar, a oportunidades de interação com ambos os pais e à oferta de recursos no ambiente físico. Contudo, existem muitas crianças que não gozam da oportunidade de serem educadas por ambos os pais, pois uma proporção substancial delas têm sido criada/educada dentro de famílias monoparentais, muitas vezes resultantes de divórcio. No entanto, ainda não é possível predizer a ocorrência de problemas no desenvolvimento infantil decorrentes do divórcio. Sendo assim, o presente estudo objetivou: (a) comparar o desempenho acadêmico de crianças que vivem somente com as mães e crianças que vivem com ambos os pais e (b) correlacionar a freqüência de envolvimento materno com desempenho acadêmico das crianças. Participaram desse estudo 30 crianças da 3a e 4a séries, metade vivendo em famílias monoparentais e metade vivendo com ambos os pais. Para obter o índice de desempenho escolar das crianças aplicou-se o Teste de Desempenho Escolar – TDE e para avaliar o envolvimento materno, as crianças preencheram ao questionário "Qualidade da interação familiar na visão dos filhos" (contendo três escalas: Interação entre mãe e filho, Interação entre filho e mãe e Participação dos pais nas atividades escolares, culturais e de lazer dos filhos). Para verificar a relação entre o envolvimento materno e o desempenho acadêmico das crianças utilizou-se o teste de correlação de Pearson. Pôde-se verificar que não houve diferenças estatisticamente significativas no TDE, entre as crianças que moram com ambos os pais e os que moram somente com a mãe. Dentre o grupo de crianças que moram com ambos os pais, os seguintes comportamentos estavam positivamente correlacionados com o desempenho acadêmico dos filhos: a criança falar para a mãe quando não gostou de algo que ela fez ou disse, a criança explicar para a mãe porque não quer fazer algo do jeito que ela está te pedindo e a mãe deixar os colegas da criança virem brincar na sua casa. No grupo de crianças cujos pais eram separados, os comportamento preditores do desempenho acadêmico foram: a mãe falar para a criança quando gostou de algo que ela fez ou disse, a mãe falar para a criança não fazer certas coisas (impor limites), a criança pedir para a mãe fazer algo por ela, a criança não ter dificuldades de contar os seus problemas para a mãe, a criança não gritar e não xingar a mãe, a mãe ler/contar histórias para a criança, a mãe pedir que a criança faça tarefas domésticas, a mãe pedir a criança para guardar ou arrumar suas coisas, a mãe levar a criança para fazer alguma atividade esportiva e a mãe receber pessoas da família em sua casa. Tais resultados demonstram a importância de alguns comportamentos maternos para o desempenho acadêmico dos filhos e apontam para a necessidade de se educar as mulheres em relação às muitas ações que podem melhorar seu desempenho enquanto mães, considerando as necessidades específicas de mães casadas e divorciadas.

Palavras-chave: Envolvimento materno, desempenho acadêmico, divórcio.

ISSN 1981-2566

ESTUDOS DE INTERVENÇÃO EM TEORIA DA MENTE

Simone Ferreira da Silva Domingues

A “teoria da mente” refere-se a um sistema cognitivo que desempenha um importante papel na adaptação social e escolar das crianças, nos primeiros anos de vida. Essa área temática deve ser vista como diretamente vinculada às questões relacionadas à educação, uma vez que envolve processos de desenvolvimento e aprendizagem. A importância de se estudar sobre como e quando as crianças pré-escolares desenvolvem uma compreensão da mente das outras pessoas justifica-se pelas possibilidades de aplicação desses conhecimentos na educação infantil. Trata-se de compreender e explicar como as crianças pequenas regulam suas interações com seus semelhantes, especialmente pelo uso da linguagem, para coordenar o seu comportamento, dando sentido às situações sociais e de comunicação verbal com os outros, designando seus desejos, intenções e crenças. O campo de estudos sobre a “teoria da mente” desenvolveu-se inicialmente por meio de pesquisas com aplicação de tarefas, designadas como de falsa crença, com uma preocupação central voltada para a determinação da idade em que as crianças desenvolveriam essa habilidade. Mais recentemente surgiram estudos de tipo naturalístico e pesquisas de intervenção. A presente exposição tem por objetivo relatar e discutir pesquisas encontradas na literatura estrangeira que utilizaram procedimentos de intervenção com o objetivo de pôr à prova hipóteses sobre a possibilidade de favorecer o desenvolvimento da habilidade de atribuição de estados mentais e de falsa crença em crianças durante os primeiros anos de vida. Serão relatados inicialmente dois estudos encontrados na literatura estrangeira que investigaram o papel da linguagem para a compreensão de tarefas de falsa crença e que serviram de inspiração para nossa investigação com crianças brasileiras. A seguir serão apresentados os procedimentos e resultados da pesquisa de intervenção experimental realizada por nós com um grupo de crianças brasileiras que freqüentam uma creche e são provenientes de famílias com vulnerabilidade social. Tivemos como objetivo verificar os efeitos de uma intervenção de tipo experimental, com pré-teste, intervenção e pós-teste, sobre a habilidade de atribuição de estados mentais de crença. A intervenção foi baseada na explicação de tarefas de falsa crença e acompanhada por demonstrações com a ajuda de material lúdico, manipulação do material e interações verbais entre criança e experimentador. Participaram 44 crianças com idade de 3 a 4 anos. Foram utilizados testes estatísticos na análise. Os resultados mostraram resultados significativamente diferentes entre GE e GC em algumas tarefas mas não em todas. Análises qualitativas do comportamento das crianças durante as situações lúdicas de conversações permitiram aprofundar na compreensão dos resultados obtidos. Foi possível concluir que procedimentos de intervenção baseados na linguagem, com explicação de situações da falsa crença representadas em um cenário lúdico, podem favorecer o desenvolvimento da habilidade de atribuição de estados mentais ao outro, em crianças da faixa etária estudada.

ISSN 1981-2566

EXPLORAÇÃO LÚDICA DE UM KIT DE BRINQUEDOS POR CRIANÇAS EM BERÇÁRIO

Paula de Souza Birchal
Lino de Macedo

Segundo o relatório sobre a Situação da Infância e Adolescência Brasileiras do UNICEF (2003), 38,6% das crianças brasileiras de quatro a seis anos de idade estão fora da Escola de Educação Infantil. Esse índice sobe para 48,9% em populações de baixa renda. Em crianças com menos de quatro anos, embora tenham direito à creche, nem mesmo se dispõe de informações sobre sua presença nessa instituição (UNICEF, 2003). Apesar disso, segundo o relatório do Seminário "Educação da Primeira Infância" da Fundação Getúlio Vargas, realizado em 2005, no Rio de Janeiro, a educação na primeira infância constitui provavelmente o melhor investimento social existente. Ainda segundo ele, quanto mais baixo for a idade do investimento educacional recebido, mais alto será o retorno para o indivíduo e a sociedade. Em que consiste investir na educação da primeira infância? A hipótese desta pesquisa é que a valorização da exploração lúdica deve ser uma das formas deste investimento. Portanto, ela deve fazer parte da rotina da criança desde seu primeiro ano de vida. No entanto, é freqüente em centros de educação infantil ou creche a ausência ou escassez de brinquedos no ambiente da criança. As justificativas apresentadas são pelo menos três: desconhecimento da importância do desenvolvimento lúdico, impossibilidade de adquirir brinquedos e o maior valor atribuído aos procedimentos de higiene e alimentação das crianças. Por isso, o objetivo da pesquisa é favorecer nesses ambientes a exploração lúdica e observar seus efeitos sobre os processos de desenvolvimento da criança. Para efetivação do proposto, criou-se um Kit de brinquedos para criança pequena, que esteja sempre acessível e disponível a ela e que possa ser higienizado frequentemente. O critério de seleção dos brinquedos para o Kit partiu de uma pré-seleção entre os mais utilizados pela criança pequena e testados no ambiente de creche. Os brinquedos que compõem o kit são os seguintes: chocalho, mordedor, bolas, jogos de encaixe, livros de banho e jogos de empilhar. Os procedimentos que serão adotados são: observação da interação da criança com os brinquedos, capacitação das educadoras, investigação da freqüência do uso dos brinquedos e análise dos dados. A justificativa teórica para a hipótese do presente trabalho assenta-se no pressuposto, reconhecido por diferentes teorias do desenvolvimento (por exemplo, Piaget, Gesell, Wallon) de que a exploração lúdica é um meio de se compreender a criança e interagir com ela, mas também é um meio de fazer com que ela interaja com o mundo externo e consigo mesma. Depreende-se de tais teorias que a exploração lúdica no ambiente da criança de zero a dois anos deve merecer uma atenção particular, pois se trata de inseri-la não apenas como maneira de diversão da criança, mas como contribuição para seu desenvolvimento, como parte de sua vida, a ser apreendida na interação do mundo com ela, já que as coisas mais importantes da vida da criança como os objetos, as relações, os afetos são oferecidos a uma situação na qual ela, quase sempre, é a única protagonista, a responsável pelas ações e fantasias que compõem essa atividade.

Palavras-chave: Exploração lúdica, criança de zero a dois anos, creche, desenvolvimento, educação infantil.

ISSN 1981-2566

EXPERIÊNCIAS EM EDUCAÇÃO PSICOMOTORA

Karla Paulino Tonus

Este trabalho apresenta a educação psicomotora como uma técnica educativa a ser aplicada na educação infantil e nas séries iniciais do ensino fundamental. Através desta técnica, a criança é auxiliada no desenvolvimento de condutas psicomotoras como: esquema corporal, lateralidade, estruturação espaço-temporal, equilíbrio e coordenação motora, através de exercícios motores, sensório-motores e perceptomotores. Acreditamos que a educação psicomotora serve de base para as aprendizagens escolares, uma vez que contribui para o desenvolvimento motor, afetivo, social, cognitivo e simbólico da criança. A experiência do aluno com o fracasso escolar, abala sua autoconfiança e a sua própria capacidade de aprender, se desenvolver e se envolver positivamente com a escola, com o conteúdo, os colegas e o professor; ao ter suas necessidades negligenciadas pela escola, a criança sente-se desprezada e inferior às demais, o que dificulta ainda mais a sua relação com a escola. Neste sentido, deve-se evitar que a criança seja rotulada como aluno-problema e que passe a enfrentar diversos profissionais que tentarão resolver a situação como se o fracasso escolar fosse inerente à criança. Percorrendo o caminho das atividades psicomotoras, a criança terá maior oportunidade de interagir harmonicamente com o mundo que a rodeia, vivenciando seu corpo e a realidade física e social. Tendo como objetivo o desenvolvimentos das condutas psicomotoras, realizamos nossas intervenções em dois locais diferentes: na sala de apoio psicopedagógico e no projeto Criança Cidadã, que atendem crianças com dificuldades escolares e filhos de mulheres trabalhadoras, respectivamente, no período de dois meses; ambos são pertencentes à Prefeitura Municipal de uma cidade do interior de São Paulo. As atividades que se seguem foram utilizadas, num primeiro momento, para a avaliação do desempenho psicomotor das crianças envolvidas e, em segundo momento para o desenvolvimento psicomotor: montar o corpo humano através de figuras, reproduzir o corpo humano por meio de formas geométricas, reproduzir posições, jogo de estátua e música; jogos de reconhecimento direta-esquerda, para os membros inferiores e superiores; reprodução de mosaico, dobradura, quebra-cabeça, jogos de encaixe; jogos para ordem e sucessão, duração do tempo, ritmo. Os critérios usados para avaliar as atividades foram: A. bem executado; B. realiza com dificuldade; C. realiza com ajuda; D. não consegue ou se recusa a realizar. A cada dia, era preenchida uma ficha de registro, com o nome da criança e seu desempenho em cada atividade. Ao final do trabalho, as fichas permitiram verificar que todas as crianças apresentaram melhora em seu desempenho psicomotor, o que refletiu em seu desempenho escolar. A psicomotricidade, portanto, pode auxiliar o aluno que se encontra em dificuldade ou, até mesmo, prevenir que o aluno venha a passar por dificuldades escolares. Desta forma, é uma técnica que pode e deve ser utilizada por professores e psicólogos escolares, junto a todos os alunos, para que estes venham a desenvolver todas as suas potencialidades.

Palavras-chaves: Psicomotricidade, fracasso escolar, desenvolvimento infantil.

ISSN 1981-2566

Falando de Morte com o Adolescente na Escola

Clodine Janny Teixeira

A partir de um panorama geral do lugar que ocupa a morte em nossa sociedade historicamente, chegamos ao momento atual de violência, de uma morte “escancarada” que invade. Os números de mortes na adolescência são alarmantes. Com a intenção de esclarecer mais sobre o porquê de tão altos índices, respostas foram buscadas diretamente com os jovens que vivenciam a atual realidade. Foi usado como disparador para as discussões o vídeo “Falando de morte com o adolescente”, produzido pelo LEM (Laboratório de Estudos sobre a Morte) do Instituto de Psicologia da USP, que foi apresentado para alunos do Ensino Médio de uma escola pública do Estado de São Paulo. Os dados obtidos serão aqui comunicados, para gerar reflexão e maior aprofundamento no tema.

Palavras-chave: Morte, adolescencia, escola.

ISSN 1981-2566

ESTUDO SOBRE ADOLESCENTES E JOVENS RESIDENTES EM UMA CIDADE DE MÉDIO PORTE EM SÃO PAULO

Renata Maria Coimbra Libório
Bernardo Castro

Este trabalho tem como objetivo apresentar resultados baseados em uma pesquisa, financiada pela FAPESP, que está sendo desenvolvida na cidade de Presidente Prudente, SP, Brasil, que visa investigar a adolescência e juventude, de 14 a 24 anos de idade, de ambos os sexos, residentes em áreas de exclusão social. Este projeto articula-se com uma pesquisa de âmbito nacional que está sendo desenvolvida em várias capitais brasileiras: Porto Alegre, Recife, São Paulo, Belo Horizonte, Manaus e Brasília e que está sendo coordenada pela Dra Silvia H. Koller, da UFRGS e sua equipe. Do ponto de vista teórico a pesquisa abrange a psicologia positiva. A Psicologia Positiva visa compreender os fatores e processos que promovem o desenvolvimento psicológico sadio, nos levando a analisar quais aspectos são responsáveis por fortalecer e construir competências nas pessoas, ao invés de ficar tentando "corrigir" aquilo que é considerado “defeituoso". Nesta perspectiva inserem-se as análises sobre os processos de resiliência e os indicadores de risco e proteção durante o desenvolvimento, considerados importantes fundamentos da pesquisa. Nesta pesquisa, contamos com a participação de 1000 sujeitos, que responderam a um questionário auto-aplicado com 109 questões de múltipla escolha no ano de 2006. A pesquisa teve como objetivo específico avaliar aspectos de saúde-doença, de forma contextual e multidimensional, abrangendo os seguintes indicadores: Dados biosociodemográficos dos jovens e de suas famílias; 2) Aspectos relacionados à educação e ao trabalho; 3) Saúde/qualidade de vida e sexualidade; 4) Comportamentos de risco (drogas, suicídio, sexualidade, violência); 5) indicadores de risco (violência intrafamiliar e na comunidade, exposição a doenças/drogas, deficiência, discriminação, institucionalização, vida na rua, conflito com a lei, empobrecimento/pobreza, separação/perda na família, suicídio); 6) indicadores de proteção social (lazer, rede de apoio, coesão/satisfação familiar, relações de amizade; centralidade na escola) e pessoal (espiritualidade, valores/moralidade, auto-estima/criatividade, realização/bem-estar, otimismo, sentido para a vida, humor, altruísmo/sociabilidade, auto-eficácia, perspectiva para o futuro). Nesse trabalho, pretendemos apresentar os dados biosociodemográficos dos participantes da pesquisa e de suas famílias, bem como os aspectos relacionados à escolarização e ao ambiente escolar, tais como: faixa etária, gênero, composição familiar, faixa salarial da família, nível de escolaridade dos pais e dos sujeitos, relação série – idade, freqüência à escola, histórico de reprovação e evasão escolar, avaliação da qualidade da escola e do grau de satisfação / insatisfação com a escola e nível de confiança nos professores e equipe escolar. Os resultados da pesquisa poderão subsidiar reflexões sobre as práticas cotidianas existentes no interior das escolas, além de aspectos das políticas públicas da área da educação, voltada a esta faixa etária da população, no município estudado.

Palavras-chave: Adolescentes e jovens, escolarização, ambiente escolar.

ISSN 1981-2566

ESCOLA COMO CONTEXTO DE DESENVOLVIMENTO: FATORES DE RISCO E PROTEÇÃO

Débora Dalbosco Dell`Aglio

Este mini-curso tem como objetivo discutir o papel da escola como contexto de desenvolvimento para crianças e adolescentes, destacando a presença de fatores de risco e proteção. A escola pode se constituir como uma importante rede de apoio social e afetivo durante a infância e adolescência, promovendo novas relações proximais, possibilitando um incremento no desenvolvimento global. A construção de processos proximais entre as crianças e seus professores, assim como entre as próprias crianças, possibilita novas fontes de apoio social, emocional e de informações, que repercutirão no desenvolvimento e manutenção da auto-estima, da auto-eficácia e de relações afetivas. O estabelecimento de relações microssociais positivas e as possibilidades de atividades construtivas no micro e mesossistema da escola atuam como fatores de proteção. Por outro lado, é também na escola que ocorrem experiências estressantes, como em situações de provas, competições, conflitos com companheiros ou professores, processos de vitimização (bullying), exclusão e práticas educativas inadequadas, que também podem levar a resultados não saudáveis, atuando como fatores de risco. Dessa forma, este curso pretende discutir estes aspectos, através da perspectiva teórica da Teoria Bioecológica de Bronfenbrenner, entendendo a escola como um microssistema de desenvolvimento, e da abordagem da Psicologia Positiva, destacando os processos de resiliência e de promoção da saúde que podem ser desencadeados no contexto escolar.Conteúdo: Escola como contexto de Desenvolvimento Teoria Ecológica de Bronfenbrenner: Escola como microssistema Relações proximais e transições ecológicas Fatores de risco e proteção no contexto escolar Processos de vitimização no contexto escolar (bullying) Escola como rede de apoio social e afetivo Psicologia Positiva: Processos de resiliência no contexto escolar

Palavras-chave: Fatores de risco, fatores de proteção, contexto de desenvolvimento.

ISSN 1981-2566

ESTILOS PARENTAIS E COMUNICAÇÃO FAMILIAR - OPINIÃO DE ADOLESCENTES

Walter Alves Celestino Junior
Vera Vecchiatti Socci

Comunicar-se quer dizer superar o desejo de esconder sentimentos e pensamentos, e estabelecer um nível de sinceridade relativo aos aspectos da vida como temores, desejos, motivações, ressentimentos e incompreensões. Sem comunicação o ajustamento não acontece satisfatoriamente. A capacidade de conversar sobre qualquer assunto, ventilar problemas que surjam, compartilhar com o(s) outro(s) sentimentos, aborrecimentos e desejos particulares pode ser o alicerce de uma boa comunicação. Este trabalho teve por objetivo analisar o fenômeno da comunicação entre pais e filhos adolescentes, examinando a forma como os adolescentes encaram a reação de seus pais frente a situações rotineiras, considerando os estilos parentais, comparou-se o ponto de vista de adolescentes dos dois gêneros, relacionando-os a ambos os pais. Participaram deste estudo 30 adolescentes, 50% de cada gênero, com idades entre 15 (83%) e 16 anos (17%) . Após o consentimento do Comitê de Ética em Pesquisa, fez-se o contato com uma escola pública da periferia de São Paulo e apresentou-se a proposta à direção da mesma. Avaliada a proposta, visitou-se as salas de aula, realizando-se um convite aberto para os adolescentes participarem de uma aplicação coletiva. Os pais assinaram os termos de consentimento antes da aplicação e os adolescentes no próprio dia da aplicação. O instrumento utilizado, elaborado pelo segundo autor, era constituído por quadrinhos retratando situações cotidianas, com balões em branco para o adolescente preencher como imaginava o dialogo entre pai (ou mãe) com o(a) filho (ou filha). As respostas retratando a visão dos adolescentes foram submetidas a analise de conteúdo, sendo consideradas as concordâncias de 75% entre os três juizes. Os resultados estão apresentados em tabelas que demonstram cinco categorias, as referentes aos quatro estilos parentais (autoritário, permissivo, negligente, participativo), alem de uma quinta categoria criada em função da percepção dos adolescentes em relação ao comportamento dos pais (agressivo). Os resultados revelam que uma grande parte dos adolescentes enxerga seus pais como permissivos (40,63% das meninas e 40,62% dos meninos). Contudo a mãe na visão tanto dos meninos quanto das meninas é vista como mais participativa do que o pai (30,4% dos meninos, 43,1% das meninas). Chama a atenção que muitos adolescentes enxergam uma agressividade gratuita nos diálogos com seus pais, agressividade esta que não estabelece limites ou regras. Com certeza este e um fator que dificulta a comunicação dos adolescentes com seus familiares. Palavras-chave: Interação social, família, educação.

Palavras-chave: Interação social, familia, educação.

ISSN 1981-2566

EDUCAÇÃO PARA A PAZ - UM ESTUDO PSICOGENÉTICO SOBRE A TOLERÂNCIA

Nádia Maria Bádue Freire

A tolerância e o respeito pela diferença entre os seres humanos são uma das idéias mais globalizadas na Educação para a Paz e, ao mesmo tempo, com as maiores dificuldades em se estabelecerem localmente. A função social da escola, no que diz respeito à resolução de conflitos, ao respeito pela diversidade, passa pelo desenvolvimento sócio-moral e não apenas pelo intelectual, visto hoje como importante, mas não exclusivo objetivo das escolas. Embora muitas escolas venham procurando fazer seu papel, proporcionando a seus alunos atividades de Matemática, Física e Química, por exemplo, em que os alunos trocam idéias, experimentam, levantam hipóteses, sentem-se intelectualmente desafiados, questionados, pesquisados em cooperação e com reciprocidade de pensamento – o mesmo não ocorre, pelo menos na mesma freqüência, nem no meio social, nem na escola, nem no meio familiar, quando se trata de envolver temas do domínio da afetividade, da moral, da justiça, da tolerância. Parece haver um bloqueio acerca de um tempo e de um espaço em que não se conversa mais, e que tem sido apontado como um dos motivos de afastamento, de incompreensão entre culturas ou pontos de vista divergentes e de violência nas consciências e nas interações. A preocupação do presente estudo sobre a tolerância não é acreditar ou defender que se deva constituir um tipo de consciência universal, que sufoca as consciências particulares – e sim, de desvendar caminhos que permitam verificar como ocorre a tolerância nas consciências particulares, como conteúdo de raciocínio lógico, de sentimento moral, de condição psicológica, do modo como cada homem aprende, com suas crenças e seus valores, a se situar no conjunto de outros homens, sem perder sua individualidade – e como, na renúncia ao falso-absoluto (pré-conceito piagetiano), pode-se fazer um esforço para se relacionarem pontos de vista conflitantes. Como a tolerância adquiriu significados diferentes ao longo da história, é necessário esclarecer que a tolerância objeto da presente pesquisa é aquela que permite pensar em uma Educação para a Paz. que inclui a cooperação, a empatia, a justiça enquanto sentimentos que não estão "prontos" nas pessoas, e sim, que passam por estágios de desenvolvimento. Trata-se de estudo psicogenético porque parte do desenvolvimento infantil, que explica o funcionamento do adulto, segundo a teoria piagetiana. A presente pesquisa apresenta abordagem teórico-metodológica cognitivo-evolutiva, com o objetivo de analisar os argumentos elaborados pelos quarenta sujeitos da pesquisa, diante de seis histórias que colocam em jogo a permissividade, a tolerância e a intolerância. A análise relaciona os argumentos apresentados pelos sujeitos de diferentes idades (6, 9, 12 e 15 anos) aos conceitos de autonomia, descentração, reciprocidade, respeito mútuo, solidariedade, no sentido piagetiano, de acordo com as fases de desenvolvimento moral, o que permitiu levantar a psicogênese da tolerância. Uma reflexão sobre os resultados permitiu a elaboração de critérios que podem auxiliar profissionais da educação na análise de atividades que contribuam decisivamente para o desenvolvimento humano, por meio de uma Educação para a Paz que não seja de caráter apenas verbal.

Palavras-chave: Psicologia educacional, educação para a paz, pedagogia, desenvolvimento humano.

ISSN 1981-2566

ESTILOS MEDIACIONAIS NA RELAÇÃO BABÁ-CRIANÇA EM AMBIENTE DOMÉSTICO NAS ATIVIDADES DE ALIMENTAÇÃO E BRINCADEIRA

Cristiani Beltran Fanti

Acompanhando a participação da mulher no mercado de trabalho, surgiu uma rede de apoio à tarefa de cuidado dos filhos, em forma de creches e cuidadores alternativos, tal como as babás. Em Salvador, há uma relação dinâmica de diversos fatores (história política, cultural, econômica e social) que contribui para a profissão de babá se configurar como uma opção atrativa às mulheres, principalmente as pertencentes a camadas sociais mais baixas e que visualizam, nesta atividade, uma oportunidade de inserção no mercado de trabalho, com pouca exigência quanto à formação profissional. As pesquisas sobre mediação mostram a relevância da participação do adulto nas atividades com a criança, o que pode levar a um aumento ou potencialização da capacidade simbólica da criança, quer seja fazendo uso da linguagem, nas práticas discursivas, quer seja através de instrumentos como brinquedo, computador e televisão. O presente trabalho teve, como objetivo, identificar e descrever as formas de mediação de babás com crianças, nas atividades de alimentação e brincadeira, no ambiente doméstico, investigando a existência de relações entre as mediações realizadas e o histórico profissional das babás, as características da família contratante e da criança. Participaram do estudo 14 babás que atuavam em ambiente doméstico, selecionadas de acordo com os critérios de idade da criança sob seus cuidados (1 ano e meio a 3 anos) e tempo de trabalho com a criança (mínimo de 3 meses). Foi colhido o aceite das babás através de Termo de Consentimento, além da autorização do responsável pela criança. Na coleta de dados, foi utilizada a técnica de observação (através de filmagem), diário de campo, e um roteiro de entrevista para coleta de informações sobre o histórico profissional da babá. As díades foram filmadas no ambiente domiciliar da criança, em duas atividades: de brincadeira livre e de refeição de almoço. As filmagens foram feitas no local de trabalho das babás, em data e horário previamente agendados, gravadas em fita cassete e transcritas para a análise. A análise de dados seguiu a abordagem qualitativa, fundamentando-se na perspectiva histórico-cultural. Os resultados mostraram a existência de quatro estilos mediacionais: 1) Autoritária; 2) Diretiva; 3) Participativa-Diretiva e 4) Participativa. Os estilos de mediação encontrados trazem características mediacionais descritas na literatura, mas não se ajustam totalmente a elas. Foram encontradas algumas relações entre os tipos de mediação das babás e seu histórico profissional, os aspectos comportamentais das crianças e os valores da família contratante. Foram encontrados múltiplos fatores envolvidos na complexa rede de relações que abrange os significados culturais da babá e da família contratante, as especificidades da criança, a história profissional da babá e o cotidiano doméstico em que se processam essas relações. Esses fatores assumiram relevos diferentes em diferentes situações, contribuindo na configuração do estilo mediacional predominante nas práticas observadas.

Palavras-chave: Babás, práticas de cuidado, cuidado alternativo.

ISSN 1981-2566

CULTURA E CONSTITUIÇÃO DE SUBJETIVIDADES

Teresa Cristina Rego

O curso discutirá as complexas relações existentes entre desenvolvimento psíquico e as marcas culturais que o constituem. Partindo dos pressupostos da abordagem histórico-cultural e de outras fontes teóricas, fruto de investigações recentes, visa analisar o complexo processo de constituição da singularidade psicológica de cada sujeito humano, evidenciando o papel da educação nesse processo. Pretende-se examinar, mais especificamente, novas perspectivas teóricas que possam ajudar a elucidar pontos ainda obscuros no debate contemporâneo em torno da questão da singularidade, do jogo de forças que a constitui, das interações dialéticas entre o sujeito e sua cultura.Conteúdo:O tema da subjetividade, da singularidade ou das diferenças individuais ocupa uma zona fronteiriça entre a Psicologia e a Educação. As duas áreas se preocupam com a questão, mas de diferentes maneiras: a psicologia procura entender a origem e o processo de constituição dessas diferenças pessoais. Já para Educação o problema é de outra natureza. A pergunta que se coloca é: o que fazer com as diferenças encontradas? O desafio no campo educacional é justamente o de saber lidar com os diferentes ritmos, interesses, desempenho intelectual, características e estilos dos alunos. Ou seja, a psicologia quer explicar e a educação precisa enfrentar estas singularidades no cotidiano escolar. Apesar destas diferentes perspectivas o modo de lidar com a diversidade entre os alunos no contexto escolar está intimamente associado à concepção adotada para explicar o desenvolvimento humano de uma maneira geral e, especialmente, a origem da constituição da singularidade. Nossa hipótese é que a visão do educador acerca da origem das características individuais interfere na sua atuação prática, ou, ao menos, influencia sua maneira de compreender e explicar as relações entre ensino e aprendizagem. Ou seja, a visão do professor sobre as origens das características individuais influencia seu modo de ensinar, relacionar-se com os alunos e entender as razões do sucesso ou do fracasso na escola. Por esta razão, o curso procurará fazer uma breve apresentação das teorias até hoje formuladas no âmbito da filosofia e da psicologia sobre o tema assim como discutir as implicações educacionais de cada um destes modelos teóricos.Programa:Modelos psicológicos do desenvolvimento humano e implicações educacionais: o inatismo, o ambientalismo e o interacionismo. Diferenças individuais: o papel da cultura no desenvolvimento psicológico. A psicologia histórico-cultural e a constituição da singularidade humana. A perspectiva filogenética, sociogenética e ontogenética do desenvolvimento. Escola e mundo contemporâneo: as diferentes relações com o saber. A construção do fracasso e sucesso escolar: as complexas relações entre universo familiar, escolar e contexto cultural

Palavras-chave: Subjetividade, perspectiva vygotskiana, interação com a cultura.

ISSN 1981-2566

AUTOCONCEITO ACADEMICO DE ALUNOS DO 1º ANO DO ENSINO MÉDIO DE UMA ESCOLA PÚBLICA DA CIDADE DE TERESINA- PIAUÍ

Carla Andrea Silva

A temática do Autoconceito faz parte dos temas de presença relevante no circuito acadêmico relativo a Psicologia Escolar/Educacional bem como da Psicologia da Educação, áreas que se mantêm alerta diante das inúmeras variáveis intervenientes na compreensão do processo educacional e da subjetividade dos sujeitos presentes neste contexto.O estudo em questão tem como o tema a questão do Autoconceito Acadêmico em discentes, mas especificamente em alunos do 1º ano do ensino médio, de uma escola tradicional da rede pública estadual de ensino da cidade de Teresina-Piauí, realizado no período compreendido pelos meses de Setembro a Novembro do ano de 2007. A pesquisa teve como objetivo geral de conhecer as representações que os entrevistados têm de si mesmo em relação às suas habilidades acadêmicas este estudo contou ainda como objetivos específicos o resgate das representações dos acerca de capacidades e habilidades acadêmicas apresentadas até o presente momento a partir de sua história escolar bem como a descrição dos agentes apontados como participantes na estruturação do Autoconceito Acadêmico dos alunos entrevistados e verificar as possíveis relações entre a representação dos alunos acerca da escola em que estudam e o autoconceito acadêmico revelado por estes alunos. A realização do presente estudo contou com delineamento metodológico de natureza qualitativa, optando-se como instrumento para a coleta de dados o uso de entrevista estruturada e como recurso para a análise dos dados extraídos através destas utilizou-se de análise de conteúdo (BARDIN, 1995). O espaço amostral foi compreendido por um total de 17 alunos (sendo 10 do sexo feminino e 7 do sexo masculino) selecionados aleatoriamente e participação voluntária dos pesquisados. Com a transcrição das entrevistas realizadas algumas categorias de análise foram construídas com destaque para: a fase crítica da instituição e dos benefícios da escola; ambientes influenciadores do autoconceito acadêmico; percepção de atributos positivos e negativos do autoconceito acadêmico; as representações enquanto aluno da escola em questão e autoconceito acadêmico apresentado. Como resultados da pesquisa relevantes da pesquisa encontram-se: referências em proporções equilibradas pelos entrevistados quanto às criticas e benefícios da escola; a supremacia de família como ambiente influenciador do autoconceito dos sujeitos da pesquisa; percepção majoritária de atributos positivos do autoconceito dos entrevistados; além de grande influencia das representações que os alunos têm a respeito da escola que estudam no autoconceito apresentado pelos mesmos. Dessa maneira apesar dos resultados encontrados apontarem aspectos favoráveis inerentes à natureza do autoconceito acadêmico de alunos de uma escola pública, crê-se que o aproveitamento desse conhecimento necessita ser aprofundado com o propósito de na medida do possível subsidiar as praticas pedagógicas nesse nível de ensino da educação básica.

Palavras-chave: Autoconceito, autoconceito acadêmico, psicologia escolar/educacional.

ISSN 1981-2566

INVESTIGAÇÃO DO CONCEITO DE MEIO AMBIENTE EM CRIANÇAS DE 1ª E 4ª SÉRIE

Fraulein Vidigal de Paula
Denise Antonia Freitas Neves
Waverli Maia M. Neuberger
Cibele C. F. Oliveira
Kelly Reis
Michelle Fernando da Silva
Fernanda Bastos
Raquel Formigoni Dias

As questões de degradação ambiental merecem destaque há mais de três décadas e neste período, várias iniciativas foram sendo realizadas a fim de se investigar as causas, ou de se propor resoluções para essa problemática. No entanto, verificou-se que tais resoluções, não se mostraram totalmente efetivas. Uma provável justificativa é a de que, de acordo com suas crenças e conceitos sobre a realidade, as pessoas interpretam e, portanto atuam diferentemente no Meio Ambiente e de que nem sempre esse fator tenha sido levando em conta. Portanto, torna-se fundamental identificar os conceitos que elas têm sobre as questões ambientais. Partimos do pressuposto, baseado na visão teórica sobre a formação de conceitos, de que estes, em particular estão inseridos em uma concepção mais geral das pessoas sobre a realidade. O presente trabalho refere-se a uma parte dos resultados obtidos em uma pesquisa que investiga o conceito de Meio Ambiente em crianças das 1ª e 4ª séries do Ensino Fundamental, de quatro escolas inseridas em ambientes físicos e sócio-culturais diferenciados entre si: uma escola rural, uma escola inserida na Mata Atlântica, uma escola urbana central e uma urbana de periferia. Pretende-se identificar se as crianças possuem um conceito sobre o que é meio ambiente, além de fatores ambientais que possam estar relacionados à formação de um conceito, e não outro. Até este momento, foi realizada coleta em duas escolas (urbana central e urbana periférica). Participaram crianças de duas turma da 1ª série e duas da 4ª série, de cada uma das duas escolas. Utilizou-se para a coleta de dados, entrevista com suporte de desenho e figura, na qual foram abordados os seguintes temas: conceito de meio ambiente, identificação dos elementos que pertencem à categoria conceitual em questão, percepção do meio ambiente escolar e do entorno físico e social próximo à escola, além de identificação das fontes em que as crianças identificam a menção do tema meio ambiente. A análise dos resultados inclui o geo-refenciamento dos mesmos, para que, futuramente, possam ser relacionados com outras informações ambientais sobre os locais em que a coleta foi realizada, ou ainda, fomentar estudos longitudinais nos quais se possam analisar temporalmente as mudanças ocorridas nos locais pesquisados, sejam mudanças em termos comportamentais ou no espaço físico e, até mesmo, a relação entre estas variáveis. Uma análise prévia dos resultados nos leva a acreditar na existência do conceito de meio ambiente entre as crianças das duas escolas. Identificaram-se três concepções de meio ambiente, às quais denominou-se: Meio Ambiente Natural, Meio Ambiente Construído e Meio Ambiente Sistêmico. Uma diferença refere-se à clareza com que este tema aparece explicitamente reconhecido pelas crianças da escola urbana central, se comparada às da escola urbana de periferia. Cremos que este estudo tem implicações importantes para a compreensão das relações que a criança estabelece com seu meio ambiente e para a reflexão e elaboração de projetos de educação ambiental.

Palavras-chave: Formação de conceito, meio ambiente, ensino fundamental.

ISSN 1981-2566

JOVENS: VIVÊNCIAS E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Maria Laura Puglisi Barbosa Franco

Estamos propondo uma Mesa Redonda para apresentar os resultados parciais de uma investigação, que está sendo desenvolvida pelo Grupo de Pesquisa Institucional doPrograma de Mestrado em Psicologia Educacional do Centro Universitário FIEO-UNIFIEO. Trata-se de uma pesquisa, cuja intenção é oferecer subsídios para um melhor entendimento da complexa realidade que envolve os 34 milhões de jovens de 15 a 24 anos de idade, de acordo com o Censo de 2000. Para tal, foram contatados 80 jovens residentes na cidade de São Paulo, sendo: 20 provenientes de um Curso Profissionalizante noturno; 20 vinculados a atividades oferecidas por uma Organização Não Governamental, a EDUCAFRO que se destinam a Afrodescendentes e Carentes; 20 provenientes de uma Escola Particular destinada a jovens de alto poder aquisitivo; e, 20 Universitários do 1* ano do Curso de Pedagogia. Tendo sido escolhidos os jovens, procuramos:1-analisar suas características pessoais e as relações que estabelecem com a família, com a escola, com o lazer, com o trabalho, com a religião, com a política e com os novos modos de comunicação.2-identificar as expectativas que elaboram em relação ao futuro e à vida adulta, levando em conta os requisitos necessários para um pleno desenvolvimento da cidadania.A eles foi aplicado um questionário “reflexivo”, composto de questões “fechadas” e questões “abertas”. No questionário, foi incluída uma atividade de Associação Livre que consiste na associação de palavras. Para sua realização solicitou-se, aos sujeitos, para associar três palavras, umas às outras, bem livremente. Para a associação foram propostas as seguintes palavras: Família, Educação, Trabalho, Sociedade, Sucesso, Fracasso.Os dados obtidos foram submetidos aos programas Alceste e Evoc e à Análise de Conteúdo, Seus resultados parciais já permitem chegar às conclusões, que serão apresentadas e discutidas pelos demais participantes desta Mesa Redonda. Para atender ao interesse desta apresentação, foram selecionados os dados relativos às Associações Livres efetuados quanto às palavras: Família, Sucesso e Fracasso. Dados que se referem às Representações Sociais sobre as palavras mencionadas emitidas por parte do grupo de jovens provenientes do Curso Profissionalizante noturno

Palavras-chave: Representação social, jovens, família, associação livre.

ISSN 1981-2566

CARACTERÍSTICAS DA INTERAÇÃO ENTRE BEBÊS COM ESTRUTURAS DIFERENTES DE BRINQUEDO

Ivana do Carmo Souza
Nancy Vinagre Fonseca de Almeida
Maria Stella Coutinho de A. Gil

É consenso entre os teóricos da área de desenvolvimento humano que a brincadeira é importante para o desenvolvimento infantil, pois é por seu intermédio que as crianças constroem e transformam o mundo que as rodeia. Ao brincar, as crianças podem utilizar diferentes objetos tais como brinquedos manufaturados, material de sucata e outros objetos disponíveis no espaço que ocupam. Nos ambientes coletivos de creche, a literatura indica que diferentes dimensões dos objetos oferecidos aos bebês, a estrutura do objeto (brinquedo ou sucata), a quantidade de brinquedos, a densidade de crianças brincando em determinado espaço e a dimensão das áreas onde as brincadeiras ocorrem influenciam a quantidade e a qualidade das interações entre crianças. Neste estudo, o objetivo foi investigar a relação entre a estrutura de brinquedos (dimensão e nível de especificidade da função dos objetos) e a freqüência e qualidade das interações entre crianças, cujas idades variaram entre 12-36 meses, de uma creche comunitária da cidade de São Carlos. Neste estudo, foram oferecidas ao grupo de bebês seis condições de brincadeiras com diferentes objetos: Brincar com brinquedos manufaturados: (1) grandes, (2) pequenos; Brincar com materiais de sucata: (3) grandes, (4) pequenos; Brincar com brinquedos do parque: (5) grandes, (6) pequenos. As sessões foram registradas por meio de duas câmeras de videoteipe e em funcionamento simultâneo. Foi elaborado um sistema de categorias para análise das interações e realizada uma análise quantitativa (submetendo-os ao teste estatístico X2) e qualitativa dos dados. Pôde-se verificar um número maior de interações complexas com significado partilhado nas condições de objeto grande (1 e 3), enquanto que as condições de objeto pequeno (2 e 4) mostraram maior número de interações simples, sem significado partilhado. Nas condições de parque (5 e 6) as interações tiveram significado partilhado em ambas as dimensões do objeto. Em relação à qualidade das interações, pode-se verificar que em praticamente todas as condições a maioria das interações era de natureza agonística, exceto pelas condições que envolveram o parque. Os resultados obtidos permitem considerar a dependência entre a dimensão dos objetos e a complexidade das interações, corroborando os dados da literatura da área segundo os quais as brincadeiras com objetos maiores promovem interações mais complexas quando comparados com objetos menores. Há dependência também entre outras variáveis como o tipo de afeto provocado nos episódios (interações agonísticas ou amistosas) e as condições propostas. Houve maior freqüência de interações agonísticas em quase todas as condições, apontando um dado diverso do encontrado em estudos envolvendo essas variáveis, que apontam para uma tendência maior de afetos positivos quando o brinquedo é grande. Talvez essa diferença se deva ao critério utilizado neste estudo para caracterizar o tamanho dos brinquedos. Deve-se ressaltar, no entanto, que a ausência da repetição das condições que evolviam brinquedos de parque restringiu as análises realizadas.

Palavras-chave: Brinquedo, interação entre bebês, creche, desenvolvimento infantil.

ISSN 1981-2566

INTERVENÇÃO COM CRIANÇA DE RISCO EM CRECHE

Ivana do Carmo Souza
Tania Duque Lopes
Nancy Vinagre Fonseca de Almeida

Diante das novas demandas da sociedade moderna, muitos pais não podem ficar em tempo integral com seus filhos, optando muitas vezes por colocá-los em uma creche. É consenso dentre as correntes psicológicas que os primeiros anos de vida são de suma importância para o desenvolvimento infantil. Trata-se do momento em que se estabelecem as habilidades afetivas, motoras, perceptivas, cognitivas, sociais, lingüísticas, etc. Porém, muitos autores colocam em questão a promoção do desenvolvimento infantil nessas instituições. Pensando nessa demanda, o presente trabalho consistiu em intervenções no berçário de uma creche comunitária, com crianças de 7-36 meses consideradas de risco, com base na ausência de subsídios adequados para a promoção de seu desenvolvimento tais como relação cuidador/criança insuficiente e pouca estimulação. Esse atendimento faz parte do "Programa de Atendimento à Criança Pequena" que vem sendo desenvolvido em creches da cidade de São Carlos. O Programa implantado visa simultaneamente o atendimento da população, a formação dos futuros profissionais da Psicologia e a investigação sobre processos psicológicos básicos ligados ao desenvolvimento infantil. A estimulação dos bebês baseou-se principalmente na interação entre adultos e crianças, tendo a brincadeira como principal estratégia de maximização do desenvolvimento, por meio da qual se pretende a aquisição de inúmeras competências e habilidades. As sessões ocorreram duas vezes por semana, com duração média de uma hora e meia, em um período de 10 meses. Para a avaliação dos bebês foi utilizado o Inventário Portage Operacionalizado (IPO), pelo qual se pode avaliar o nível de desenvolvimento em crianças de até 72 meses nas áreas de linguagem, cognição, desenvolvimento motor, socialização, autocuidados e desenvolvimento global. Esse inventário foi aplicado primeiramente no segundo mês de intervenção e reaplicado no nono. A avaliação teve como objetivo verificar os possíveis efeitos da estimulação no desenvolvimento das crianças e se as intervenções realizadas foram efetivas. O instrumento foi aplicado em um participante de 10 meses. Analisando a primeira aplicação do IPO para a criança avaliada, observou-se escores de desenvolvimento abaixo do nível esperado na maior parte das áreas e, portanto se tratava de um bebê de risco. Esses dados demonstravam ainda a demanda de estimulação recorrente para o não agravamento da situação. Ao final das intervenções, o participante apresentou uma elevação dos seus índices, aproximando-se mais da faixa da sua idade. As áreas que mais obtiveram avanços foi a de desenvolvimento motor, linguagem, socialização (que mostrou índices acima do esperado). Os dados obtidos através da aplicação do IPO sugerem um aumento no nível de desenvolvimento das diferentes áreas em relação a idade da criança. A criança, que de acordo com o instrumento encontrava-se abaixo média quanto a seu desenvolvimento global, apresentou escores acima ou na média em todas as áreas. Apesar da curta duração do programa de estimulação (aproximadamente sete meses) pôde-se observar uma diferença significativa no desenvolvimento desta criança.

Palavras-chave: Desenvolvimento infantil, crianças de risco, creche, avaliação de intervenção.

ISSN 1981-2566

BIOEXPRESSÃO

Lucia Helena Pereira

A Bioexpressão é uma criação pessoal, objeto de estudo de minha tese de Doutorado em Educação pela Universidade Federal da Bahia, defendida em fevereiro de 2005. Sua gestação se iniciou com os estudos de Mestrado há cerca de vinte anos. Desde então, tem sido oferecida como curso e oficina em espaços escolares e não escolares, como disciplina optativa na Universidade Federal de São João del-Rei a partir de 1997, sendo atividade do Programa de Extensão da Universidade para Terceira Idade da UFSJ desde 1996. É foco de pesquisas desenvolvidas pelo NECCEL – Núcleo de Estudos Corpo, Cultura, Expressão e Linguagens, cadastrado no CNPq. A Bioexpressão é um modo de compreender o ser humano e de entrar em contato com ele. Cada ser humano, através de sua história de vida, com todas as suas vicissitudes, constrói suas possibilidades e seus limites de viver. As restrições limitam suas possibilidades de estar no mundo e se relacionar com o outro através de uma constrição de sua expressão e de sua sensibilidade. Isso se manifesta no seu corpo, uma vez que o corpo expressa a síntese do que somos e podemos: nossos limites e nossas capacidades, nossa fragilidade e nossa força. Ratificando a afirmação de Wilhelm Reich de que nosso corpo é nossa história de vida congelada, a Bioexpressão busca compreender esse fenômeno, investigando e propondo recursos que apresentem possibilidades de estimular a auto-expressão e, nessa medida, possibilidades de superação dos limites configurados. Teoricamente, a Bioexpressão funda-se nos estudos psicossomáticos desenvolvidos por Reich e alguns de seus continuadores – Alexander Lowen, Stanley Keleman e David Boadella que, através de propostas terapêuticas, buscam compreender e restaurar o fluxo da vida que se vai perdendo gradativamente diante das situações ameaçadoras que todos nós enfrentamos ao longo de nosso desenvolvimento desde a infância. Também se apóia em estudos pedagógicos e em uma nova visão de ludicidade. A atividade lúdica, sob esse olhar, se coloca como uma vivência do aqui-agora de uma forma integradora. Movimentos, pensamentos e emoções se entretecem e se manifestam com a marca da singularidade do indivíduo e com seus simbolismos próprios, possibilitando que a vida em cada um se expanda e se manifeste. Em sua prática, a Bioexpressão apropria-se de exercícios e atividades que possibilitem a cada sujeito a consciência de si mesmo e maior posse e domínio de sua expressividade, o que significa a restauração do fluxo de sua energia vital, que vai sendo restringido pelas couraças que criamos como formas de defesa. Dentre estas atividades estão a respiração, o relaxamento orientado, movimentos expressivos, o canto e danças circulares. São três os eixos orientadores da proposta: centramento, grounding (enraizamento) e expressão. A Bioexpressão não é uma “disciplina” com conteúdos a serem aprendidos, mas, especialmente, um conjunto de possibilidades de autoconhecimento, de expansão das condições de vida e de sua expressão, de contato com o outro, para que cada um invista em seu processo de construção que é singular, permanente e intransferível.

ISSN 1981-2566

FATORES DE VULNERABILIDADE DE CRIANÇAS PORTADORAS DO HIV/AIDS

Ana Cristina Magazoni Bragheto

A epidemia de HIV/AIDS constitui a primeira pandemia dos tempos modernos, atingindo virtualmente todos os países do mundo. O Programa das Nações Unidas para HIV/AIDS e a Organização Mundial de Saúde estimaram que 36,1 milhões de adultos e crianças tenham se infectado pelo HIV até dezembro de 2000. A epidemia cresce a uma velocidade de 16.000 casos novos por dia, cerca de 11 novas infecções por minuto e a prevenção ainda é a forma de evitar a propagação da epidemia. Os primeiros casos de AIDS (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida) infantil começaram a ser descritos em 1982. Sabe-se que um número elevado de crianças menores de 15 anos soropositivas para o HIV/ AIDS foram contaminadas por suas mães durante a gestação, no parto ou durante o aleitamento. Um fato preocupante e avassalador que ameaça as pessoas é que no ano de 2010, se não houver medidas confiáveis de diminuir a propagação do vírus, a AIDS poderá aumentar a mortalidade infantil em até 75 % e duplicará a mortalidade em crianças menores de cinco anos em regiões pobres. Sendo a Aids uma doença crônica, a criança portadora de HIV/ AIDS, como toda criança com doença crônica, com freqüência, vê-se obrigada a parar de estudar, seja pelas limitações físicas conseqüentes da doença, como a falta de vitalidade, ou por limitações decorrentes do tratamento. No Brasil, há poucos estudos sobre a criança com Aids. Um deles aponta que as crianças infectadas pelo HIV/ AIDS enfrentam muitas dificuldades, sendo que estas parecem se expressar mais como evitação de situações de contato social, sendo este comportamento entendido como uma reação desta frente ao estresse imposto pelo impacto da doença, seja no âmbito individual, familiar ou da comunidade. O presente trabalho pretende apresentar uma revisão bibliográfica sobre o tema crianças com Aids e vulnerabilidade. Foram consultadas bases de dados -Lilacs- e realizadas buscas por teses e dissertações no banco de dados da USP. Os resultados dos estudos apontaram fatores de vulnerabilidade relacionados à interação criança ambiente social-exclusão social e escolar, perda de pessoas próximas, como os pais-e fatores pessoais como problemas comportamentais, assim também como a restrição de atividades que pudessem facilitar a aquisição de doenças oportunistas (exposição a ambientes como piscina, frio, sereno) ou resultar em danos físicos (andar de bicicleta, subir em árvores). Há importância de uma análise crítica sobre os estudos existentes no meio científico sobre as situações de vulnerabilidade que as crianças portadoras do HIV/ AIDS estão expostas e a promoção de práticas psico-educativas para o bom desenvolvimento destas.

Palavras-chave: Fatores de vulnerabilidade, saúde mental, crianças portadoras do HIV/ AIDS.

ISSN 1981-2566

CARACTERIZAÇÃO DO FENÔMENO BULLYING ENTRE ESCOLARES DE 5ª E 8ª SÉRIE DE ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS DE PRESIDENTE PRUDENTE

Renata Maria Coimbra Libório
Marcus Vinícius Francisco

O trabalho a ser apresentado baseia-se em uma pesquisa que investiga processos de vitimização (bullying) no contexto escolar. Dentre seus objetivos pretende-se: caracterizar o bullying em duas escolas públicas estaduais de Presidente Prudente, através do levantamento de sua incidência entre escolares de 5ªs e 8ªs séries do Ensino Fundamental, em termos da freqüência do fenômeno, gênero do agressor e do(a) vitimizado(a), local e idades de maior incidência no cometimento do bullying, efeitos do bullying sobre o comportamento e sentimentos do(a) vitimizado(a), modalidades do fenômeno e opiniões dos participantes da pesquisa sobre o enfrentamento do problema. Pretendemos, com a pesquisa, colaborar na construção do conhecimento sobre o tema, possibilitando a visibilidade do fenômeno e reflexões sobre as formas de enfrentamento a esta cruel manifestação de violência entre escolares.

ISSN 1981-2566

O ABRIGO COMO UM CONTEXTO DE DESENVOLVIMENTO

Nina Rosa do Amaral Costa

Dentre os múltiplos setores de intervenção social, um dos que mais controvérsias levanta, atualmente, é o relativo às crianças e adolescentes em situação de desproteção. As medidas sócio-protetivas vêm merecendo atenção de diversos especialistas e ganham espaços de discussões em âmbito nacional, estadual e regional. O novo Plano Nacional de Promoção, Defesa e Garantia do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (elaborado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República e pelo Ministério do Desenvolvimento Social) traça as diretrizes nacionais para as medidas de Apoio Sócio-Familiar, de Acolhimento Familiar e de Acolhimento Institucional (abrigos), em linhas de atendimento que valorizam as crianças e adolescentes como sujeitos de direitos. Entretanto, ainda pouco se aborda e concebe o abrigo como um espaço de promoção do desenvolvimento das crianças ou adolescentes que por ele passam, seja em uma situação transitória (temporária) ou de abrigamento permanente. Tal resistência talvez ocorra porque o abrigo é significado socialmente como um local de exclusão, para excluídos. Como a criança não deveria (por lei) permanecer nele por muito tempo, há resistências em pensá-lo como um espaço educativo. Por outro lado, em recente levantamento nacional de abrigos realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2003) junto às instituições cadastradas na Rede de Serviços de Ação Continuada do Ministério da Assistência Social, foi estimado que em torno de 80.000 crianças e adolescentes estão vivendo em abrigos no Brasil. Muitos deles permanecem anos nos abrigos, e outros ainda carregam histórias de reiteradas situações de reintegração familiar e retorno ao abrigo. Temos nos perguntado em nosso grupo de pesquisa (Centro de Investigações sobre Desenvolvimento Humano e Educação Infantil – CINDEDI/USP) como as condições desenvolvimentais da criança e do adolescente têm sido consideradas nestas instituições? Discutimos a necessidade de se transformar significações e práticas nesse campo e que isto acontece através de uma práxis comprometida de pesquisa e intervenção, que possa inclusive subsidiar o desenvolvimento de políticas públicas na área. A partir de uma visão histórico-cultural de desenvolvimento humano e da perspectiva teórico-metodológica da Rede de Significações, propomos novos percursos de investigação, os quais poderão, eventualmente, contribuir para criar condições de desenvolvimento mais adequadas para crianças, adolescentes em situação de abrigamento e, quiçá, suas famílias. Daí defendermos, dentre outras coisas, a importância da inserção do(a) psicólogo(a) compondo uma equipe interdisciplinar de profissionais qualificados (seja de nível médio ou superior), para a promoção da qualidade dos abrigos. A presente comunicação pretende recuperar alguns aspectos históricos sobre a atenção dada a crianças e adolescentes neste contexto institucional, e pensar possibilidades de intervenção do psicólogo em caráter educacional. Apoio FAPESP e CNPq.

Palavras-chave: Abrigo, contexto, desenvolvimento.

ISSN 1981-2566

GRUPOS COM PRÉ-ADOLESCENTES: DIÁLOGOS E REFLEXÕES

Maria de Fatima Pires Carneiro da Cunha

Este trabalho trará para discussão uma intervenção em uma escola de Ensino Fundamental e Médio. Para a equipe pedagógica a indisciplina seria um dos pontos emergenciais que dificultava a aprendizagem. Já para os alunos os pontos emergenciais seriam as melhorias pedagógicas, melhores condições de espaços físicos e materiais. Apesar destes alunos terem ciência de que existia a indisciplina em sala de aula, e que esta perturbava sua aprendizagem, não a considerava como uma problemática de necessidade imediata. O objetivo foi o de contribuir através de reflexão e indagações com os alunos do quarto ano, sobre seus papéis enquanto sujeitos responsáveis tanto na escola, como na sociedade. Assim, convidamos estes alunos a refletir sobre suas necessidades e como atingi-las, tentando, também, resgatar o conceito de dignidade e a importância da consciência das contradições como formas para facilitar ações no grupo. Um dos aspectos mais importante nesses encontros era a possibilidade dos alunos terem um espaço para vivenciar as atividades grupais, pois sabe-se que é através das relações de cooperação, de interação, das trocas de pontos de vista que se favorece o desenvolvimento social e relações mais democráticas. Foram realizados 13 encontros quinzenais com duração de uma hora cada. Os encontros tiveram os mais diversos temas tais como Respeito ao outro; Eu e as profissões; Indisciplina;, Agressividade; Sexualidade; Eu e a morte; Importância do estudo; Organização da escola etc. Utilizou-se diferentes instrumentos e técnicas para atingir os objetivos específicos de cada encontro: músicas, textos, dinâmicas, os alunos montaram painéis, desenharam, escreveram, falaram de casos que podiam ilustrar o tema em questão e principalmente discutiram, dialogaram trocaram pontos de vista, etc. Notou-se que as técnicas mais eficazes foram aquelas nas quais os alunos deveriam manter-se mentalmente ativos e onde eles tiveram oportunidades de trocar idéias e opiniões. Durante os encontros pôde-se observar que os alunos reconheceram a necessidade e a importância da disciplina para andamento das mais diversas atividades como também a importância da função das regras na escola e consciência das relações igualitárias, para o bom funcionamento de todo grupo. Encontraram dificuldades em pensar o que poderiam fazer para suprir suas necessidades e poucos sabem ainda como encontrar soluções para atingir seus objetivos. Reconhecem a importância do estudo para conseguir espaço no mercado de trabalho atual. Observou-se que nestes encontros os alunos tinham muita necessidade de falar, dizer o que pensa manifestar suas idéias, opiniões. No início tinham bastante dificuldade de se organizar, falavam todos ao mesmo tempo , brigavam para serem o primeiro. Nos últimos encontros, reconheceram e verbalizaram que algumas vezes não respeitam os colegas e acabam atrapalhando a realização das atividades,este aliás é um ponto que eles já começaram a questionar . De forma geral verificou-se a importância de espaços na escola onde o aluno possa falar , dizer o que pensa, trocar pontos de vista ,vivenciar relações de reciprocidade , procurando ao máximo eliminar relações de coação , atitudes estas que vêm demonstrando como um dos caminhos para o desenvolvimento de relações mais democráticas.

Palavras-chave: Grupos, pré-adolescência, diálogo.

ISSN 1981-2566

O DESENVOLVIMENTO DE CONCEITOS BÁSICOS POR CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO COM O TESTE DE BOEHM

José Fernando Bitencourt Lomônaco
Ana Paula Martins Cazeiro
Carla Ulasowicz
Caio Parada Cabral
Jane Teresinha Domingues Cotrin

O desenvolvimento de conceitos básicos por crianças com síndrome de Down Fundamental para a compreensão de nossa vida mental, os conceitos têm despertado o interesse tanto da Filosofia quanto da Psicologia. A importância dada ao assunto é justificada pelo fato dos conceitos desempenharem várias funções no funcionamento cognitivo do ser humano. Sabe-se que o atraso no desenvolvimento cognitivo é uma das características da Síndrome de Down (SD). No entanto, são poucos os trabalhos que estudam especificamente o processo de formação de conceitos por portadores desta síndrome. O objetivo desde trabalho foi verificar quais conceitos básicos, tais como alto e baixo, pequeno e grande, direita e esquerda etc, são dominados com maior ou menor facilidade por crianças com SD. Como instrumento foi utilizada uma adaptação feita pelos autores do Teste de Conceitos Básicos de Boehm, originalmente composto por 50 questões de múltipla escolha, referentes a conceitos de três domínios conceituais: espaço, quantidade e tempo. A amostra foi composta por dois grupos: a) 31 sujeitos sem síndrome de Down, aqui denominado de Não Sindrômicos (NS), sendo 18 meninas e 13 meninos, com idades entre seis e sete anos, matriculados em uma instituição de ensino particular. Os critérios de inclusão das crianças neste grupo foram: não apresentar problemas de aprendizagem, deficiência ou síndrome diagnosticada e não estar sob nenhum acompanhamento terapêutico; b) 20 sujeitos portadores de SD, sendo 13 meninos e sete meninas, com idades variando entre oito e 23 anos, alunos de diferentes instituições de ensino especial ou regular do estado de São Paulo. Os escores dos sujeitos, tal como se esperava, demonstraram diferenças significantes entre os grupos NS e SD. Nas comparações intragrupos referentes aos domínios conceituais, não foram encontradas diferenças significantes. Os resultados foram discutidos em função: a) de especificidades inerentes ao desenvolvimento cognitivo de crianças com síndrome de Down; b) das reduzidas experiências sociais vivenciadas por elas e c) dos limitados recursos pedagógicos utilizados no seu processo de ensino-aprendizagem.

Palavras-chave: Desenvolvimento de conceitos, síndrome de Down, conceitos básicos.

ISSN 1981-2566

DESMISTIFICANDO A CONSTITUIÇÃO DA ADOLESCÊNCIA

Wanda Maria Junqueira Aguiar

O objetivo desta apresentação é discutir, a partir de dados oriundos de pesquisa, a importância da dimensão social e cultural na constituição do processo adolescência. A pesquisa em questão foi realizada com 857 jovens de classes sociais A,B,C,D, brancos, negros e orientais, homens e mulheres. Como forma de obtermos as informações foram realizadas questões abertas que versavam sobre as concepções que tinham sobre adolescência. Para esta apresentação faremos um pequeno recorte, focando os seguinte aspectos : - as diferenças no que se referem às significações sobre o que vem a ser adolescente, violência, família, projeto de futuro, nas diferentes classes sociais e etnia. Neste caso, uma das questões centrais que nos chama a atenção é o quanto nas classes C,D e E, a família é valorizada, e os tradicionais conflitos familiares apresentados como próprios desta momento,cedem lugar para uma grande admiração. Outro aspecto focado diz respeito às diferenças encontradas entre homens e mulheres no que se refere a afetividade, relações familiares e sobre a própria adolescência. Sobre este ponto destacamos a grande diferença encontrada nas formas de significar a afetividade, entre homens e mulheres e também entre os orientais. Ao discutir tais aspectos procuraremos evidenciar o quanto as significações dos adolescentes são constituídas nas e pelas relações histórias e sociais. Nesta análise o jovem será compreendido como social e historicamente constituído, sendo que todas as suas expressões, ou seja, significações, são entendidas ao mesmo tempo, como sociais e individuais. Tal discussão nos leva, inevitavelmente, a outra questão fundamental, a necessária desnaturalização das concepções costumeiramente apresentadas sobre adolescência.

Palavras-chave: Adolescência, classe social, etnia, gênero.

ISSN 1981-2566

INTERNET COMO ESPAÇO DE SOCIALIZAÇÃO E DE INFORMAÇÃO ENTRE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS

Maria Appareciad Campops Mamede Neves Mamede-Neves,
Raquel Gonçalves Salgado

A pesquisa a ser relatada nesta Mesa Redonda tem como tema central a relação do jovem universitário com a Internet e a possível influência desse poderoso canal de comunicação sobre suas próprias posições diante do mundo. Pretende-se discutir os campos de representação da Internet e seus significados entre jovens universitários, buscando possíveis articulações entre as apropriações e interações desses jovens no uso da Internet e os campos de representação que fazem dela. Os dados advindos de pesquisas anteriores realizadas pelo nosso Grupo de Pesquisa O Jovem e a Mídia confirmam a importância da WEB nos dias atuais, principalmente para os adolescentes e jovens, como um espaço privilegiado de novas formas de comunicação e de construção do conhecimento. Deixando de promulgar a primazia da mídia impressa, esse grupo migra para a Internet, porque esse espaço traz as informações dentro de um novo formato em que imagem, som e movimento são elementos fundamentais. A Internet parece ter se estabelecido com a vocação de poder ir além das limitações da mídia impressa e televisiva, pois aglutina em torno de si um contingente cada vez maior de pessoas que a buscam em virtude de interesses comuns, de trocas e facilidades e que constituem uma espécie de espaço de sociabilidade virtual. Certamente, a Internet é hoje um lugar de socialização, um cadinho de cultura.- a cibercultura. Estudar as representações que a Internet tem para os jovens é poder entender melhor como aproveitá-la no seu maior potencial de espaço de educação.

Palavras-chave: Infância, mídia, cultura.

ISSN 1981-2566

DESENVOLVIMENTO MORAL E USO DE REDES SOCIAIS DE RELACIONAMENTO NA INTERNET: UMA RELAÇÃO POSSÍVEL?

Aline Cristiane Lemos-Ferreira
Lincoln Coimbra Martins

Este trabalho visa estudar o desenvolvimento moral de adolescentes procurando compreender os processos pelos quais o indivíduo constrói as noções de certo e errado, e as orientações para sua conduta, buscando uma contribuição às dificuldades que a nossa sociedade encontra atualmente. Em especial tem-se como objetivo averiguar se as redes sociais de relacionamento na internet, em particular o orkut, se configuram como uma influência importante à constituição da moralidade de adolescentes. Serão estudados 200 alunos de escolas públicas de Belo Horizonte, com idades entre 15 e 18 anos. Além de averiguar algumas características sociais e psicológicas dos usuários de redes sociais de internet, pretende-se comparar, através do Defining Issues Test, o DIT, o desenvolvimento moral de usuários e não usuários, buscando compreender o grau de associação entre o uso de redes sociais de relacionamento da internet e o desenvolvimento moral de adolescentes por meio de tratamento estatístico. Através do uso de um questionário e do G36, teste de inteligência, serão controladas outras variáveis que a literatura tem apontado como influências relevantes à constituição da consciência moral. Cada adolescente responderá, ainda, a um instrumento com dilemas típicos da internet, que será processado através de uma análise de conteúdo. Resultados preliminares (estudo piloto com 35 sujeitos) indicam uso maciço da internet e das redes sociais de relacionamento da internet pelos adolescentes, inclusive do orkut, supostamento utilizado apenas por maiores de 18 anos. Além disso há indícios de mudanças na interação virtual versus real, no sentido de uma maior liberdade para se expor na rede. Os dados atuais sugerem ainda uma orientação legalista na internet, o que está de acordo com os estágios de desenvolvimento moral encontrados. São apresentadas evidências da necessidade de ampliação do repertório moral, em função da grande variedade de situaçoes típicas das redes sociais de relacionamento da internet.Os dados atuais não permitem estabelecer uma correlação entre as redes sociais de relacionamento e o nível de desenvolvimento moral. O nível intelectual e nível moral também não estão correlacionados nesta pequena amostra, contrariando as expectativas da literatura mundial.

Palavras-chave: Desenvolvimento moral, internet, adolescentes, redes sociais.

ISSN 1981-2566

CONSTITUIÇÃO DE SENTIDO E APRENDIZAGEM CRIATIVA: UMA RELAÇÃO NECESSÁRIA

Ana Luiza Snoeck
Neiva Amaral
Albertina Mitjáns Martínez

O principal objetivo do trabalho é discutir as implicações que a Teoria da Subjetividade, construída a partir de uma perspectiva histórico-cultural (GONZÁLEZ REY, 2003, 2005), tem para a compreensão da aprendizagem criativa (MITJÁNS MARTINEZ, 2006). O interesse por esse tema se fundamenta no debate atual sobre o papel da escola, no qual salientamos a importância de que ela transcenda sua condição de espaço de transmissão de conhecimentos e se constitua em um espaço de formação do aluno como sujeito. González Rey (2006) concebe a aprendizagem como um processo de constituição de sentido. Isso supõe que a vivência escolar é configurada de forma singular e se constitui diferentemente na personalidade de cada aluno, intervindo ativamente em seu desempenho escolar. Para esse autor, o sentido subjetivo da aprendizagem é a expressão indivisível das emoções e dos processos simbólicos que emergem no próprio curso da aprendizagem. O reconhecimento da aprendizagem como processo de sentido promove repercussões em nível didático ao revelar uma compreensão distinta do sujeito aprendente, que não renuncia ao seu caráter ativo e subjetivo e, por isso, não pode se limitar a estratégias reprodutivas e passivas frente aos desafios que a escola lhe impõe. Essa constatação coloca em relevo a importância da aprendizagem criativa que é definida por Mitjáns Martínez (2006) como uma forma de aprender que implica em "operações e estratégias que se caracterizam pela transformação personalizada dos conteúdos a serem aprendidos, processo no qual emergem sentidos subjetivos que de forma recursiva 'alimentam' o processo de aprender criativamente." Pesquisas realizadas recentemente com estudantes do ensino superior (AMARAL, 2006) permitem perceber como o aluno criativo busca um movimento próprio na aprendizagem ao se recusar a converter o seu processo de aprendizagem em um processo de identificação com a figura do professor. Em outras palavras, ao se converter em sujeito da própria aprendizagem, o aluno criativo não se limita a reproduzir, mas cria, a partir dos seus processos de aprendizagem, algo novo e valoroso para o seu processo de desenvolvimento. Nessa perspectiva, podemos afirmar que uma das funções da aprendizagem é personalizar os conteúdos gerais para convertê-los em específicos para o sujeito. Ou seja, transformar algo distante, desconexo e impróprio em algo próprio, único e particular. Essa conversão criativa não se constrói unicamente sobre os processos cognitivos, mas, sobretudo, com o suporte dos sentidos e significados constituídos pelo aluno sobre os conteúdos, a situação de ensino-aprendizagem e sobre ele mesmo como aprendente. É nesse terreno subjetivo que a criatividade, como processo de produção de novidade e valor, pode manifestar-se na aprendizagem. Porém, não podemos reduzir a função da aprendizagem à construção da informação personalizada. A aprendizagem, entendida como processo de constituição de sentido, possibilita ao aluno não apenas criar novos conhecimentos valorosos para o seu processo de desenvolvimento e aprendizagem, mas possibilita também que ele crie a si mesmo como aprendente, como sujeito autor da própria aprendizagem.

Palavras-chave: Subjetividade, aprendizagem, criatividade.

ISSN 1981-2566

CONHECENDO A OBESIDADE INFANTIL: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO COM ESCOLARES

Angela Maria Borges Miziara
Celia Vectore

Pesquisas recentes sugerem que cinco em cada cem crianças de até 14 anos têm peso excessivo e vêem seu corpo como fonte de embaraço e vergonha. A humilhação que as crianças obesas estão sujeitas no início da fase escolar pode acarretar vários distúrbios comportamentais e constituir-se em fonte de risco social. A rejeição e discriminação são constantes, principalmente durante os anos escolares. Assim, o objetivo deste estudo é conhecer como as crianças reagem à sua própria obesidade e as possíveis intercorrências no ambiente escolar (rejeição dos colegas e outros). Para tanto, foram investigadas 32 crianças, de 06 a 11 anos de idade, estudantes de 1ª a 4ª série de uma escola pública de uma cidade do interior mineiro. Os procedimentos utilizados foram a realização de entrevistas com os pais e professores, a verificação do índice de massa corpórea dos alunos e uma avaliação psicológica minuciosa das crianças participantes. Foram pesadas e medidas 622 crianças e destas, 60 estavam obesas e 17 pré-obesas. Através das entrevistas e testes psicológicos e com a utilização do Método do Discurso do Sujeito Coletivo, verificou-se que há rejeição e discriminação das crianças obesas por parte dos colegas em diferentes níveis e desconhecimento de alguns professores que relataram não ter crianças obesas na escola. Os resultados obtidos pela pesquisa são preocupantes e atestam a necessidade de estudos que visem contemplar medidas tanto de prevenção quanto de intervenção em quadros de obesidade na infância e adolescência.

Palavras-chave: Obesidade, escola, avaliação psicológica.

ISSN 1981-2566

CONCEPÇÕES DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE E EDUCAÇÃO SOBRE O AUTISMO

Dgiane Cunha Valadares
Ethiara Vieira de Macedo
Karoline Stéfane Saraiva Perdigão
Vanilde Faria da Silva Souza

O presente trabalho tem como objetivo avaliar o conhecimento dos profissionais das áreas de saúde e educação em relação ao distúrbio autista, bem como seus sintomas, diagnósticos e funcionalidades. As análises dos dados foram realizadas a partir da teoria cognitiva, que define o autismo como sendo um distúrbio, que perturba aspectos básicos do individuo e existem múltiplos déficits primários, relacionados a um comprometimento neurológico e na cognição social, sendo que o indivíduo autista não consegue atribuir estado mental às outras pessoas (Pennington, 1998). Para a avaliação das concepções dos profissionais da educação e de saúde sobre o autismo, foi realizado um estudo em instituições públicas e privadas de ensino e saúde da cidade de Ipatinga – MG, nos período de outubro e novembro de 2006. O presente estudo contou com um total de 92 participantes, divididos em três grupos: 30 educadores de escola pública, 31 educadores de escola particular e 31 profissionais da saúde, não incluindo psicólogos. O instrumento utilizado para realização da pesquisa constou de um questionário com 20 questões, sendo todas de múltipla escolha. As questões contidas no questionário envolviam o conhecimento dos profissionais a respeito do autismo, interrogando, por exemplo, o que é autismo, quais as principais características e sintomas, bem como o nível de aceitação dos profissionais com relação a uma criança autista e como o autista deve se inserir no meio educacional. Procurou saber também dos profissionais como e quando seria possível realizar o diagnóstico da criança autista e se o autismo pode ser curado. A análise dos dados, realizada através do Programa Estatístico SPSS (Statistical Package for Social Sciences) versão 12.0, mostrou que a maioria dos profissionais desconhece características básicas sobre o autismo, tais como sua capacidade intelectual comprometida, a definição de autismo e os principais sintomas de uma criança autista. Cinqüenta e cinco porcento dos participantes relataram que o autismo pode ter cura; 54,8% dos profissionais de saúde acreditam que o autista pode compreender o estado mental de outras pessoa; 39,1% dos participantes afirmaram que os autistas possuem inteligência normal ou são superdotados, e 64% dos participantes desconhecem a Síndrome de Asperger, dados que revelam a necessidade de melhorar a qualidade das informações a respeito dos Transtornos Invasivos do Desenvolvimento. Cabe ressaltar que, de modo geral, os profissionais de saúde apresentam respostas que indicam um maior desconhecimento do autismo, em relação aos profissionais da educação. Os resultados do presente trabalho ressaltam a relevância de que os profissionais aprimorem seus conhecimentos sobre os Transtornos Invasivos do Desenvolvimento, para que seja possível oferecer atendimentos adequados aos autistas, visto ser de fundamental importância este conhecimento para profissionais que trabalham diretamente com crianças ou participam de seu desenvolvimento, tais como professores do ensino infantil e fundamental e profissionais da área da saúde, sobretudo os que lidam com a saúde da criança e do adolescente.

Palavras-chave: Autismo, profissionais de educação, profissionais de saúde, teoria cognitiva.

ISSN 1981-2566

O INGRESSO DE CRIANÇAS DE 6 ANOS NO ENSINO FUNDAMENTAL

Maria Silvia Pinto de Moura Librandi da Rocha
Cássia de Souza
Leandro Gasparetti
Maria Clara Z Viana
Rafael Marum

O ingresso de crianças de 6 anos no Ensino Fundamental.Este trabalho integra uma pesquisa mais abrangente, para estudar as condições educacionais oferecidas para o desenvolvimento de crianças de 6 anos no novo Ensino Fundamental. O estudo foi feito durante o segundo semestre de 2006, em 5 Escolas Municipais de Ensino Fundamental (EMEFs) da rede pública de Campinas. Um dos objetivos específicos desta pesquisa é identificar quais procedimentos foram efetuados para preparar as crianças para sua saída das instituições de Educação Infantil que freqüentavam, bem como para seu ingresso nestas EMEFs e quais procedimentos de acolhimento foram realizados nas novas escolas. Os resultados desta investigação serão apresentados aqui. Justifica-se sua relevância a partir da literatura psicológica sustentando que projetos de adaptação escolar têm impactos positivos no desempenho acadêmico e na auto-estima dos alunos. O material empírico foi assim obtido: questionários, respondidos pelas orientadoras pedagógicas de 10 pré-escolas e entrevistas com as professoras de 5 turmas de EMEFs. As análises sobre este material foram feitas, categorizando-se: I. procedimentos adotados; II. atenção dada a necessidades específicas de crianças e/ou pais ou responsáveis; III.dificuldades identificadas. Os resultados mostram que os procedimentos foram: 1. conversas informativas com as crianças (2 pré-escolas); 2. breves comentários informativos com as crianças (10 pré-escolas); b. reunião informativa com os pais (8 pré-escolas e 5 EMEFs); 3. orientação aos pais (1 pré-escola). c. festa de despedida (3 pré-escolas). No que se refere ao ingresso das crianças nas EMEFs, os procedimentos duraram de 3 dias a 1 semana e foram: 1. redução do tempo de permanência dos alunos(5 escolas); 2. divisão das turmas em dois grupos, para atenção mais individualizada às crianças (1 escola); 3. oferecimento de atividades diversificadas (2 escolas); c. possibilidade de permanência dos pais/responsáveis na EMEF (1 escola). Quanto à atenção dada a necessidades específicas de crianças nenhuma escola registra mudança em seus procedimentos. No que se refere aos adultos responsáveis, as 5 escolas agendaram reuniões em casos específicos. Todos os participantes afirmaram que as maiores dificuldades resultaram de: 1. pouco tempo de preparo para entenderem e se organizarem frente às demandas da nova proposta; 2. suporte técnico insatisfatório da Secretaria de Educação; 3. tensões entre a proposta e as expectativas dos pais; 4. despreparo das escolas para receber as crianças menores, indicando ausência de recursos materiais adequados (jogos, brinquedos, equipamentos de parque, mobiliário, espaço físico, etc.). Segundo as professoras, um número bem reduzido de crianças teve dificuldades no momento do ingresso nas EMEFs (2%, em estimativa aproximada). Estes resultados permitem concluir que no processo de adaptação privilegiou-se aspectos informativos, embora tenha sido exatamente nesta questão a maior dificuldade vivida pelos protagonistas; o principal regulador foi o tempo e não demandas individuais das crianças. A dimensão afetivo-emocional não foi contemplada diretamente. Espera-se que a divulgação destes resultados permita aprofundar as reflexões sobre os modos como está sendo realizado o ingresso das crianças no Ensino Fundamental, a fim de levantar possibilidades para sua superação, especialmente porque as dificuldades apontadas pelos participantes ainda não foram superadas na rede municipal.

Palavras-chave: Adaptação escolar, desenvolvimento infantil, Ensino Fundamental.

ISSN 1981-2566

O ENVOLVIMENTO PARENTAL E OS PROBLEMAS DE COMPORTAMENTO EXTERNALIZANTES E INTERNALIZANTES DOS FILHOS

Fabiana Cia

A baixa qualidade da relação da criança para com ambos os pais (por exemplo: pais que são pouco calorosos, rígidos, pouco recíprocos na relação com o filho, disponibilizam pouca diversidade de atividades durante o tempo livre da criança, passeiam com baixa freqüência com os filhos e desenvolvem poucas atividades com a criança) têm sido identificada como fator de risco para o aparecimento de problemas de comportamento internalizantes e externalizantes das crianças. Diante disto, o presente estudo teve por objetivo verificar a relação entre o envolvimento de pais e mães e o índice de problemas de comportamento externalizantes e internalizantes de escolares. Participaram deste estudo 110 crianças (média de idade de 10 anos), da 4a série do Ensino Fundamental, sendo exatamente a metade dela do sexo masculino e metade do sexo feminino e todos com classe socioeconômica baixa e média-baixa. A coleta de dados ocorreu em uma escola pública, mantida por indústrias, localizada em uma cidade de médio porte do interior do estado de São Paulo. Para avaliar o envolvimento de ambos os pais e o desempenho acadêmico das crianças, as mesmas preencheram ao questionário "Qualidade da interação familiar na visão dos filhos" (contendo duas escalas: Comunicação verbal e não verbal entre pais e filhos e Participação dos pais nas atividades escolares, culturais e de lazer dos filhos) e foram avaliadas usando o Sistema Multimídia de Habilidades Sociais para Crianças - SMHSC-Del-Prette (composto por quatro fatores: Empatia e Civilidade, Assertividade de Enfrentamento, Autocontrole e Participação), respectivamente. Foram efetuadas análises estatísticas descritivas e inferenciais, incluindo-se consistência interna do questionário. Para verificar a relação entre o envolvimento parental e os problemas de comportamento externalizantes e internalizantes das crianças utilizou-se o teste de correlação de Pearson. Verificou-se que, quanto maior a freqüência de comunicação entre mãe e filho, menor a freqüência de problemas de comportamento internalizantes e externalizantes, no fator participação do SMHSC-Del Prette. Quanto maior a freqüência de comunicação entre pai e filho, menor a freqüência de problemas de comportamento internalizantes, considerando o fator Participação e quanto maior a freqüência de participação do pai nas atividades escolares, culturais e de lazer do filho, maior a freqüência de problemas de comportamento externalizantes dos filhos, considerando três fatores (Assertividade de Enfrentamento, Autocontrole e Participação). A correlação positiva entre envolvimento paterno e problemas de comportamento das crianças pode ocorrer porque, apesar dos pais terem alto envolvimento com seus filhos, eles podem estar se comportando de maneira inadequada, servindo como modelo para o comportamento dos mesmos, aumentando assim, a freqüência de problemas de comportamento externalizantes nas crianças. Conclui-se que os resultados desse estudo são tomados como sugestivos da importância do envolvimento positivo de ambos os pais sobre o desenvolvimento socioemocional dos filhos e da necessidade de programas nessa área junto aos pais.

Palavras-chave: Envolvimento parental, problemas de comportamento externalizantes, problemas de comportamento internalizantes.

VIII Congresso Nacional de Psicologia Escolar e Educacional
26 a 29 de Abril de 2007
ISSN 1981-2566

INDICADORES DE ADEQUAÇÃO E DIFICULDADE ATRIBUÍDA POR CRIANÇAS A DESEMPENHOS SOCIALMENTE HABILIDOSOS E NÃO-HABILIDOSOS: VARIAÇÕES EM FUNÇÃO DO INTERLOCUTOR

Thiago Magalhães Pereira de Souza
Lucas Cordeiro Freitas
Zilda A. P. Del Prette
Almir Del Prette

Quando a criança inicia sua vida escolar, novas situações e interlocutores lhe são apresentados. O caráter interativo do ambiente escolar demanda da criança tarefas complexas de ajustamento, principalmente do estabelecimento de relações sociais com os colegas e professores. Assim, para a criança se adaptar a este ambiente é necessário a ampliação de seu repertório de habilidades sociais. Para um desempenho social ser considerado indicativo de habilidade social, deve-se avaliar os fatores da situação, da pessoa e da cultura. Identificar sob que contingências as crianças apresentam reações habilidosas ou não-habilidosas pode contribuir para a caracterização dos déficits e dos recursos do seu repertório, norteando, dessa forma, os objetivos de intervenções educacionais e/ou terapêuticas. O objetivo da presente pesquisa foi verificar possíveis diferenças na adequação atribuída por crianças em idade escolar às reações habilidosas e não-habilidosas (passivas e ativas) e na dificuldade atribuída às reações habilidosas, em função do tipo de interlocutor (colega, grupo e professor). Participaram da pesquisa 804 crianças, com idades entre seis e 12 anos, que responderam ao IMHSC-Del Prette, composto por 21 situações de interação social no ambiente escolar e três tipos de reação para cada situação: uma habilidosa e duas não habilidosas (passiva e ativa). As crianças avaliaram a adequação que atribuem às três reações e a dificuldade com que desempenham as reações habilidosas. O Teste t de Student para amostras emparelhadas indicou diferenças significativas na adequação atribuída aos três tipos de reação em função do tipo de interlocutor das situações do inventário. Os resultados indicaram que nas situações em que o interlocutor era o professor as crianças atribuíram maior adequação às reações não-habilidosas passivas e às reações habilidosas do que quando o interlocutor era o grupo e o colega. As crianças também atribuíram maior adequação às reações não-habilidosas passivas e às reações habilidosas quando o interlocutor era o grupo em comparação com o colega. Nas reações não-habilidosas ativas, as crianças atribuíram maior adequação dessas reações nas situações em que o interlocutor era o grupo do que quando o interlocutor era o professor e o colega. A adequação das reações não-habilidosas ativas também foi maior quando o interlocutor era o professor do que quando o interlocutor era o colega. Com relação à dificuldade das reações habilidosas, não foi observada diferença significativa na dificuldade atribuída pelas crianças a essas reações nas situações em que o interlocutor era o professor e o grupo. Entretanto, quando o interlocutor era o colega a dificuldade atribuída pelas crianças às reações habilidosas foi significativamente menor do que quando o interlocutor era o grupo e o professor. Esses resultados corroboram os encontrados na literatura da área, indicando que a adequação e a dificuldade atribuídas pelas crianças diante das demandas interpessoais são importantes indicadores dos déficits do repertório social. Os dados apontam também para a importância de se investigar os fatores que favorecem ou dificultam a emissão de desempenhos socialmente habilidosos.

Palavras-chave: Habilidades sociais, crianças, interlocutor.

ISSN 1981-2566

RELAÇÃO PAIS E FILHOS: O QUE ESSA EXPERIÊNCIA SIGNIFICA PARA AS CRIANÇAS

Célia Regina da Silva Amaral

As relações inter-pessoais sempre se constituíram um grande desafio para o ser humano, sobretudo em se tratando daquelas que acontecem no âmbito familiar, entre pais e filhos, onde, geralmente, a criança é pouco escutada quanto às suas emoções, sentimentos e preferências. Este estudo foi realizado com a finalidade de compreender o sentimento da criança na interação com seus pais e desvelar as atitudes dos pais que são mais significativas para ela, nesta relação. Utilizou-se o método fenomenológico que, por suas características, é o que melhor atende à pesquisa qualitativa e optou-se por crianças de família nuclear. Tratando-se de crianças, utilizou-se a interação criativa a partir do desenho e modelagem sobre o tema família, desenvolvendo rodas de conversas e entrevistas individuais embasadas nas questões norteadoras: O que significa para você a convivência com seus pais? O que você considera mais importante, no relacionamento com seus pais? Os depoimentos foram gravados, transcritos, analisados e interpretados. A análise e interpretação dos significados baseou-se nos quatro momentos propostos por Giorgi (apud MOREIRA, 2002): sentido do todo, identificação das unidades de sentido numa perspectiva psicológica, transformação das experiências do sujeito numa linguagem psicológica e síntese das unidades significativas transformadas. Os resultados apontaram para as seguintes unidades significativas: o sentido de família, sentimentos em relação aos pais, atitudes dos pais mais significativas, importância da convivência, medo de separação dos pais, lugar de Deus na família, amor e conflitos, amor e dinheiro e preocupação com as outras crianças. A pesquisa trouxe uma compreensão maior desta teia complexa que é o relacionamento entre pais e filhos, desvelando que a convivência com os pais é um fator gerador de sentimentos de alegria, paz e proteção para as crianças; o amor é mais importante que o dinheiro e consideram os conflitos inerentes à vida familiar como algo normal nas relações. Ficou evidente que o aspecto religioso faz parte da vida familiar, bem como percebeu-se uma preocupação com as outras crianças que não têm família. O medo que os pais se separem perpassou a fala de uma das crianças em vários momentos. Constatou-se que os pais poderão desenvolver relações mais saudáveis, desde que permitam uma troca de experiências e um modo diferente de aprendizagem, permeada pelo amor, carinho e respeito.

Palavras-chave: Familia, pais, filhos, relacionamento, fenomenologia.

ISSN 1981-2566

RELACIONAMENTOS DE AMIZADE EM ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS

Luciana Karine de Souza
Gustavo Gauer
Claudio Simon Hutz

Ao lado dos relacionamentos familiares e dos relacionamentos românticos, a amizade é um dos relacionamentos humanos que mais proporciona felicidade ou satisfação de vida. De acordo com a literatura, durante os anos universitários o adulto-jovem mantém acentuado vínculo com suas amizades, em contraste com a vida adulta após a conclusão do curso. Amizade é definida como um relacionamento pessoal, significativo e voluntário, e seu estudo inclui a identificação de funções, sentimentos e satisfação a ela relacionados. No modelo de M. Mendelson, a amizade possui seis funções: ajuda, companheirismo, intimidade, aliança confiável, segurança emocional e autovalidação. O presente trabalho investigou a amizade em estudantes universitários por meio da análise das funções de um amigo, sentimentos positivos e negativos vivenciados em relação a ele, e satisfação com esta amizade. Com foco nas amizades originadas em contextos educacionais, selecionou-se, de uma amostra de 541 estudantes de uma universidade federal, apenas aqueles que apontaram uma melhor amizade cuja relação atual fosse identificada como ex-colega de escola ou como colega de faculdade; e para fins de comparação foram selecionados os que se referiram a um melhor amigo com o qual possuía apenas relação de amizade. Os três grupos selecionados foram pareados quanto a sexo, com 30 mulheres e 30 homens em cada grupo, totalizando 180 participantes com idades entre 18 e 25 anos. Os instrumentos utilizados foram os Questionários McGill de Amizade, compostos por escalas que respondem a cada uma das seis funções, e aos sentimentos positivos, negativos e satisfação, totalizando nove escalas, já validadas para uso no Brasil. Os dados foram analisados por variância. As amizades de estudantes universitários diferenciaram-se de forma estatisticamente significativa somente quanto à função de aliança confiável. Mais especificamente, o grupo dos ex-colegas de escola apresentou a maior média, seguido do grupo dos apenas amigos e dos colegas de faculdade, respectivamente. Contudo, a duração do relacionamento de amizade dos grupos examinados foi de 7,5 anos e 7,6 anos de duração para ex-colegas de escola e apenas amigos, nesta ordem, e 3,4 anos para colegas de faculdade. Neste sentido, a recentidade da amizade entre os colegas de faculdade pode ter interferido na função de aliança confiável, dado que a literatura indica que o estabelecimento da confiança entre dois amigos está relacionado ao tempo de amizade. Por outro lado, a vida universitária prioritariamente prepara para uma profissão e para a concorrida entrada no mercado de trabalho. Assim, melhores amigos que se conheceram na faculdade e juntos vivenciam essa experiência podem atribuir-se menos confiança em virtude da competitividade. Novas análises foram conduzidas separadamente para os itens que compõem os fatores “conflito” e “ciúmes” da escala de sentimentos negativos. Diferenças estatisticamente significativas foram encontradas, com o grupo dos colegas de faculdade vivenciando mais sentimentos de “inveja” e sentindo-se mais “inferiores” a seus melhores amigos. Esses resultados problematizam a transição dos relacionamentos de amizade durante os ensinos médio e fundamental para interações pautadas por maior competitividade na adultez, como os relacionamentos entre colegas de trabalho.

Palavras-chave: Amizade, universitários, adultos, jovens, relacionamento.

ISSN 1981-2566

PRIMEIRAS MANIFESTAÇÕES DE IDENTIDADE DE GÊNERO

Renata Pascoto

A sexualidade humana é um tema que desperta o interesse da sociedade de forma geral, promovendo curiosidade, expectativas e também é mais uma condição de formação da personalidade de todo indivíduo. A sexualidade está presente nas mais diversas esferas sociais: na mídia e nas instituições como igrejas, escolas e família. Portanto, ao nascer, a criança encontra condições que lhe são pré-existentes. Tais condições favorecem a manifestação posterior de comportamentos relacionados ao seu sexo, que costumam ser designados como comportamentos "de gênero". Estudos anteriores sugerem que bem antes dos três anos de idade, as crianças começam a categorizar os objetos e manifestam preferências em função do gênero, ou seja, tendem a escolher aqueles que em sua cultura são considerados apropriados ao seu sexo biológico. Em se tratando da questão sexualidade, um termo que se impôs nas últimas décadas é o que diz respeito ao conceito de gênero. O conceito de gênero passou a ser um desafio e um assunto a ser estudado e pesquisado. Esta pesquisa trata das manifestações precoces de identidade de gênero. Considerando as diferenças biológicas, sociais e individuais de todo ser humano, o objetivo deste estudo é testar a hipótese de que a criança, a partir dos 16 meses, pode construir conceitos relacionados às categorias sociais de gênero. De acordo com os mais novos estudos, estas categorias são consideradas as mais precocemente percebidas e construídas. Participaram deste experimento 20 crianças, sendo 10 meninas e 10 meninos, com idades entre 16 e 18 meses e de nível socioeconômico médio baixo. As crianças foram filmadas, individualmente, na presença de brinquedos considerados como sendo apropriados ao gênero masculino (caminhão, ferramentas e soldadinho) ou feminino(jogo de cozinha, boneca e carrinho de boneca). Foram analisadas as escolhas preferenciais e o tempo de manipulação. Os resultados sugerem que desde a idade de 16 a 18 meses, os meninos e meninas fazem escolhas diferenciadas, de acordo com a dicotomia Masculino/Feminino, e mostram preferência pelos brinquedos que em sua cultura são considerados adequados à categoria sexual a que pertencem.

Palavras-chave: identidade de gênero, papéis sexuais, sexualidade.

ISSN 1981-2566

OS NÍVEIS DE COMPREENSÃO INTERPESSOAL DE SELMAN NO CONTEXTO DO JOGO SIMBÓLICO

Adriana Emilia Heitmann Gonçalves Teixeira Fontes

Este trabalho integra os outros estudos que vêm sendo realizados no Laboratório de Psicologia Genética da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp. Está inserido numa perspectiva de uma linha de pesquisa voltada ao Conhecimento Social e fundamentado na Teoria de Jean Piaget e na Teoria do Desenvolvimento Cognitivo de Selman. Sendo assim, tem a pretensão de discutir a importância e a utilização do jogo simbólico como instrumento de observação e análise dos níveis de compreensão interpessoal advindos do simbolismo coletivo estabelecido entre as crianças durante a brincadeira simbólica. A compreensão dos jogos de papéis que se estabelecem entre as crianças durante o jogo simbólico pode levar a compreensão do próprio desenvolvimento humano. As relações que ocorrem entre o indivíduo e o meio dá origem a situações carregadas de novidades e únicas em si mesmas.Os sujeitos da pesquisa foram quarenta e oito crianças de ambos os sexos, de idade compreendida entre 5 e 6 anos e que freqüentam instituições de educação infantil (Emei e Cemei). As amostras foram subdivididas em grupos de três elementos, sendo constituídos por duas meninas e um menino ou dois meninos e uma menina de mesma idade e classe. A metodologia utilizada foi o estudo de caso, fundamentada nos estudos de Jean Piaget sobre o jogo simbólico e sua evolução do período sensório-motor ao pré-operatório. As interações estabelecidas entre as crianças durante a brincadeira simbólica foram analisadas, tendo como referencial teórico a Teoria do Desenvolvimento Cognitivo de Selman e os Níveis de Compreensão Interpessoal ou de Tomada de Perspectiva Social (TPS). Realizadas as filmagens, procedeu-se a sua transcrição para posterior análise. Foram filmadas 8 sessões em cada instituição, totalizando 16 sessões. A partir das transcrições das interações lúdicas, realizou-se uma primeira análise descritiva dos diálogos e monólogos dos sujeitos. O conteúdo de cada situação lúdica foi analisado e classificado conforme o modelo proposto por Selman dos níveis de compreensão interpessoal, as estratégias de negociação e experiências compartilhadas e a classificação do jogo simbólico segundo Piaget, considerando as características da Fase II: combinação simbólica ordenada, imitação exata do real e simbolismo coletivo. Foram descritos também os temas e o cenário lúdico considerando os temas desenvolvidos e as estratégias de negociação realizadas entre as crianças as quais serão descritas, tendo como instrumento a ficha de observação e registro desenvolvida pela pesquisadora.Verificou-se diferenças na relação idade x níveis nos grupos observados. No caso das crianças de 5 anos, verificou-se um índice maior de comportamentos interpessoais de nível 0. No caso de comportamentos de nível 1, a incidência deste nível foi considerável, tanto em crianças de 5 como de 6 anos. O comportamento de nível 2 aparece nos dois grupos de sujeitos, mas em menor número. Não se pode afirmar que há diferenças entre as respostas dos sujeitos da Emei e do Cemei, pois os níveis de compreensão interpessoal dependem mais da experiência do sujeito do que da idade.

Palavras-chave: Jogo simbólico, Piaget, níveis de compreensão interpessoal, Selman, educação infantil

ISSN 1981-2566

QUESTÕES SOBRE A AUTORIDADE NA ESCOLA: A VOZ DOS ALUNOS DO ENSINO MÉDIO

Marisa Feffermann

Observa-se que os ideais, hoje em dia, são autocentrados: não há valores que se possam reunir em uma comunidade abrangente. Em conseqüência, a ordem social, destituída de valores ideais, conduz os sujeitos e os grupos sociais para o pólo narcísico de sua estrutura simbólica, não lhes facultando o encontro com o outro em processos comuns. Ocorre,desta forma uma maior integração do indivíduo à cultura, pelo enfraquecimento do Ego. Se a constituição da subjetividade não preserva a mediação entre desejos e proibições, isto se deve à escassez de modelos fortes de identificação e à formação frágil do Ego. Os modelos de identificação são hoje substituídos por diversos modelos, cujos contatos com as crianças são rápidos e superficiais, quando não indiretos, através da televisão. Sem a mediação de um pensamento reflexivo, o indivíduo não opõe resistência à aceitação do que é desde sempre dado. A indústria cultural e a semiformação encarregam-se de reduzir as possíveis diferenças. A escola é uma das principais agentes deste processo, buscando homogeneização dos alunos e, conseqüentemente, a negação das diferenças. As propostas pedagógicas tendem a normatizar o processo de crescimento, visando à uniformidade, desconsiderando as diferenças psico-sócio-culturais dos alunos. No cumprimento de sua função disciplinadora, a escola, na maior parte do tempo, impõe regras e procedimentos. A questão da indisciplina, a partir desta realidade, passa a ser um dos grandes questionamentos desta escola, que não considera os seus interlocutores: o jovem, que por suas características, sua perplexidade e ambivalência, que alterna dúvida e construção de certezas, manifesta momentos de desequilíbrio e descontentamento surge como categoria propícia para simbolizar os dilemas contemporâneos.A proposta deste trabalho foi escutar estes jovens de uma escola Estadual do Ensino Médio de São Paulo, sobre a questão da autoridade, a relação entre autoridade e respeito e quais as pessoas que esses jovens respeitam e ainda, na opinião deles de quem os jovens respeitam. Instrumento: questionário com 4 questões abertas. Sujeitos: 350 jovens na faixa etária de 15 á 18 anos. Após a aplicação do questionário foram selecionados arbitrariamente 20 alunos para uma entrevista. O processo teve duração de dois meses. No questionário as respostas foram padronizadas, nas entrevistas o discurso dos jovens apareceu com conceitos pré-estabelecidos, e no decorrer da entrevista o discurso passa a se constituir de forma ambígua e muitas vezes contraditória. A maioria dos alunos associa obediência a obrigação e a aceitação de regras e ordens sem questionamento, enquanto em relação ao conceito de respeito as opiniões foram diversas tendo em comum a não obrigatoriedade. O conceito de autoridade apresenta-se de forma confusa e contraditória. Os pais são as pessoas que o entrevistado respeita, todavia quando questionado, sobre quem os jovens em geral respeitam, a resposta é que os jovens não respeitam ninguém. O discurso destes jovens nos da indício da homogeneização de conceitos pela Indústria Cultural e da dificuldade cada vez maior de construir valores sociais compartilhados. Espera-se que este trabalho possa contribuir para desvendar vozes emudecidas, que muitas vezes aparecem através de atitudes denominadas de indisciplina.

Palavras-chave: Juventude, Teoria Crítica da Sociedade, subjetividade.

ISSN 1981-2566

PROPOSTA DE ELABORAÇÃO DE BRINQUEDOS DIRECIONADOS A CRIANÇAS DE DIFERENTES IDADES PELOS ALUNOS DE PSICOLOGIA COMO INSTRUMENTO DE APRENDIZADO PARA ABORDAR AS INTERAÇÕES ENTRE A EVOLUÇÃO DOS PROCESSOS PSICOBIOLÓGICOS E O DESENVOLVIMENTO HUMANO

Áurea Dan,nadia Laguardia

A importância do brincar e do desenvolvimento psicobiológico ao longo do desenvolvimento infantil são conteúdos abordados em contexto interdisciplinar na Instituição (PUC Minas Betim) com o objetivo de solidificar a íntima relação que existe entre a evolução dos processos psicológicos, biológicos e o desenvolvimento humano. Nesse sentido, a proposta de elaboração de brinquedos a partir de sucatas convida o aluno a usar a criatividade desenvolvendo habilidades que lhe serão úteis para a atuação como psicólogo. Considerando que a angústia e ansiedade que podem advir da brincadeira estimulam áreas do cérebro (sistema límbico, amígdala) que nesse contexto influenciam negativamente o processamento dessas informações, ressalta-se a importância de elaborar brinquedos que não instiguem à competição e que se proponham a desenvolver habilidades valorizando sempre a sua face lúdica respeitando o desenvolvimento psicomotor da faixa etária escolhida para evitar o sentimento de frustração. O desenvolvimento biológico é decorrente da formação de novas sinapses que se refletem sobre o funcionamento cerebral e psicológico. A apresentação de um material teórico ilustrando as áreas do cérebro estimuladas com o brinquedo elaborado busca amadurecer no aluno a visão da importância da estimulação do cérebro sobre a ontogênese do sistema nervoso, a formação de conexões neurais apropriadas, o desenvolvimento de habilidades e capacidade de resolução de problemas. A discussão sobre a importância das conexões estabelecidas ao explorar o brinquedo, são dirigidas em torno das transformações do processamento de informações pelo cérebro decorrentes de cada fase do desenvolvimento psicológico. O ato de brincar é uma experiência fundamental no desenvolvimento da criança e os alunos estudam a faixa etária escolhida para relacionar o brinquedo à etapa do desenvolvimento psicológico da criança, segundo a teoria de Jean Piaget. Em cada fase do desenvolvimento cognitivo infantil existem brinquedos mais indicados, segundo as potencialidades e habilidades desenvolvidas pela criança naquela fase específica. Cada fase do desenvolvimento humano é considerada na sua flexibilidade, oferecendo ao aluno do segundo período de psicologia uma visão crítica e não reducionista do desenvolvimento infantil. Este trabalho conjunto entre a fisiologia e a psicologia do desenvolvimento iniciou-se no primeiro semestre de 2005 tendo como objetivo principal desenvolver no nosso discente uma melhor compreensão das inter-relações neurofisiológicas e psicológicas durante desenvolvimento humano. Com isto, abre-se a perspectiva da utilização do brinquedo como uma ferramenta auxiliar por estes futuros profissionais em situações como no diagnóstico do atraso do desenvolvimento de crianças com problemas de aprendizado. O uso adequado de brinquedos apropriados permite trabalhar as dificuldades vividas durante o processo de aprendizado no sentido de promover o desenvolvimento integral (físico e mental) das crianças e adolescentes. Esperamos que esta abordagem multidisciplinar além melhorar a compreensão dos conteúdos das nossas disciplina estimule o aluno a associar os seus conhecimentos. Pois diferentemente do que ocorre na maioria dos cursos de graduação, onde o conhecimento é compartimentado e estanque dentro das disciplinas, a sua realidade profissional exigirá uma visão do paciente como um todo, onde as condições sociais, econômicas, nutricionais, físicas e familiares deverão ser consideradas na escolha da melhor forma de intervenção psicológica.

ISSN 1981-2566

OPINIÃO DE ADOLESCENTES SOBRE A COMUNICAÇÃO COM OS PAIS

Maria da Penha dos Santos
Adriana Aparecida Ferreira

A família e a sociedade exercem uma função fundamental na constituição da vida psicossocial do sujeito. A comunicação é o ato ou efeito de comunicar-se. É a capacidade de comunicar idéias, de dialogar, de conversar, com vista ao bom entendimento entre as pessoas. Sendo assim, este trabalho investigou a opinião de adolescentes sobre a comunicação com os pais. Foram sujeitos da pesquisa 50 adolescentes do sexo masculino e feminino, entre 15 e 19 anos, estudantes de Escola Pública que freqüentavam o Ensino Médio. Os dados foram coletados por questionário contendo dados de identificação, perguntas fechadas e abertas, além dos Termos de Consentimento Livre e Esclarecido para a escola, os pais e os adolescentes. O trabalho teve parecer favorável do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Mogi das Cruzes. Como resultados observou-se que 90% dos adolescentes consideram a comunicação familiar muito importante e destacam a compreensão (33,3%) uma variável importante para que haja comunicação. Os resultados indicam que a mãe é o membro da família que os adolescentes gostam mais de conversar com (56,8%), o irmão mais velho obteve classificação de (20,6%), seguido do pai com (13,7%). O irmão mais novo obteve classificação de (8,6%). Quanto à tipologia da comunicação, 50% do total de adolescentes considera comunicar facilmente suas idéias em casa, 36% comunica com dificuldade e 12% com muita dificuldade, estando correlacionados meninos e meninas (ro = 1, rc = 0,81, e N= 4). As principais estratégias utilizadas para comunicar algo em casa são falar claramente (57,1% para meninas e 53,3% para meninos) ou dar voltas (34,3% para meninas e 46,7% para meninos). Em relação à comunicação dos participantes com os familiares, 45,7% do gênero feminino responderam ter muito boa comunicação e ter razoável comunicação, 5,7% não responderam e 2,8% responderam que não se comunicam. 53,3% do gênero masculino responderam ter razoável comunicação, 46,6% responderam ter muito boa comunicação. Conclui-se que a maioria dos adolescentes considera muito importante a comunicação familiar justificando esta resposta principalmente pela necessidade de compreensão e relacionamento. Os adolescentes consideram a mãe e o irmão mais velho como as pessoas com quem quando vão discutir uma idéia mais os entende e chegam a um acordo. Entre os fatores que facilitam a comunicação em família houve grande dispersão estando entre os principais bom relacionamento, bom humor, confiança e respeito ao fato que diferença no modo de pensar, falta de tempo, mau humor, falta de paciência e não gostar de contar coisas pessoais para os pais.

Palavras-chave: Desenvolvimento, família, interação social.

ISSN 1981-2566

PROTAGONISMO JUVENIL NA ESCOLA MUNICIPAL PADRE GUILHERME PETERS

Alessandra Kelly Vieira
Lincoln Coimbra Martins

Este projeto está sendo realizado através de estágio supervisionado em Psicologia Escolar do curso de Psicologia da UFMG. Sua ações são desenvolvidas na Escola Municipal Padre Guilherme Peters situada no Aglomerado da Serra, um complexo de favelas da região sudeste da cidade de Belo Horizonte, em um contexto de grande concentração de pobreza, condições de exclusão e injustiça sociais, além de inúmeras violências extra e intra-familiares. O principal objetivo deste trabalho é estimular o protagonismo juvenil como exercício da cidadania dentro do espaço escolar, incentivando o jovem a ser o principal ator de sua história no que diz respeito ao enfrentamento de problemas relativos ao bem comum tanto na escola, quanto na comunidade ou na sociedade mais ampla. Para tanto, a partir de fevereiro de 2006, serão realizadas oficinas com os alunos sobre direitos humanos e cidadania, buscando contribuir para sua formação moral e aquisição de condutas baseadas em princípios e valores éticos necessários ao exercício de uma cidadania responsável. O primeiro passo foi fazer um levantamento de opiniões, características sócio-econômicas, culturais, educacionais e motivacionais dos alunos através da aplicação de um questionário semi-estruturado, buscando também identificar o nível de envolvimento dos mesmos com a escola e com a comunidade à qual estão inseridos. O questionário se configura como uma intervenção, uma vez que é um meio de dar voz ativa aos alunos, iniciando com eles uma escuta diferenciada, que poderá servir como motivadora para participarem mais das atividades escolares, zelarem pela escola e pensarem em construir juntos ações para ela. Assim, mais tarde, poderão transferir esta conduta para o contexto mais amplo da sua comunidade. A partir deste questionário, foi construído um Caderno de Resultados com gráficos, tabelas e comentários descritivos para apresentar aos alunos e à equipe escolar para avaliações críticas, reflexões e planejamentos de intervenções. Estas ações permitem à escola ser um espaço onde os alunos poderão desenvolver características e aptidões necessárias para se tornarem capazes de exercer sua cidadania ativamente no enfrentamento dos problemas da sua comunidade. A importância de estratégias como esta é o aluno se sentir participativo e sujeito da própria história, iniciando sua cidadania e se conscientizando a respeito de sua responsabilidade social. Ao mesmo tempo contribui para adequar as práticas escolares ao contexto da escola e às necessidades específicas dos seus alunos, otimizando o cumprimento da sua tarefa social de iniciá-los no mundo público e de atendê-los visando sua formação integral. Ainda é um desafio para a Psicologia construir trabalhos como este, dentro de instituições, uma vez que a prática da psicologia ainda é vista a partir do modelo médico de consultório. Como parte do processo de formação universitária, o projeto constitui uma alternativa pedagógica na formação de futuros profissionais de psicologia escolar.

Palavras-chave: Protagonismo, cidadania, escola.

ISSN 1981-2566

PESQUISA QUANTITATIVA NO CONTEXO DA ESCOLA PÚBLICA: O QUE DIZEM OS JOVENS

Luiz Carlos Castello Branco Rena

Neste trabalho analisamos os depoimentos oferecidos por jovens que integram a amostra da pesquisa "Juventude: fatores de risco e proteção na zona rural do centro-oeste de Minas Gerais". Esta investigação integra um projeto de âmbito nacional que tem como propósito identificar e descrever os fatores de risco e proteção da juventude brasileira implicando a utilização do mesmo instrumento: questionário auto-aplicável. Participaram deste estudo 444 adolescentes e jovens nas escolas públicas do município de Arcos - MG. Neste universo, 129 sujeitos ofereceram sua avaliação da experiência de participação na pesquisa. Através da análise de conteúdo identificamos os sentidos atribuídos pelos jovens para essa experiência de responder ao questionário de 109 questões, bem como suas expectativas em relação aos desdobramentos da investigação.

Palavras-chave: Escola, juventude, pesquisa quantitativa.

ISSN 1981-2566

OS CONFLITOS ENTRE BEBÊS EM DIFERENTES CONTEXTOS DE BRINCADEIRA

Lucas Tadeu Garcia
Nancy Vinagre Fonseca de Almeida
Maria Stella Coutinho de A. Gil

A literatura sobre interação infantil tem demonstrado que diferentes contextos nos quais a criança está inserida podem afetar a qualidade e os tipos de interações. Nesse sentido, investigações têm sido feitas para se verificar a influência de variáveis ambientais sobre diversos aspectos do comportamento infantil, incluindo a quantidade de interações, as modalidades da brincadeira e os tipos de interação, particularmente as que envolvem conflitos e comportamentos agressivos. Um dos aspectos ambientais mais importantes no contexto infantil são as modalidades de brinquedos e sua relação com a forma como as crianças interagem. Além da modalidade, a quantidade ou disponibilidade de brinquedos no ambiente também afeta as interações entre pares. Quando associada ao surgimento de conflitos, tem se verificado que quanto menor a disponibilidade de brinquedos maior a probabilidade de ocorrência desse tipo de interação. As investigações sobre a relação com a modalidade de brinquedo têm demonstrado que os conflitos surgem mais freqüentemente em brinquedos com os quais não há necessidade de negociar o valor simbólico, tais como os brinquedos altamente estruturados. Brinquedos do tipo sucata, por favorecerem a brincadeira de faz-de-conta, estão associados a um menor número de conflitos e agressões. Brinquedos maiores têm sido apontados como favorecedores da ocorrência de um maior número de interações. Levando em conta os resultados da literatura, este estudo pretende caracterizar as ocorrências de conflitos entre bebês de 12 a 36 meses de ambos os sexos, freqüentadores de uma creche filantrópica, com o número de sujeitos variando entre 9 a 12 por sessão. Para isso foram estruturadas seis condições: brinquedos manufaturados (1) grandes e (2) pequenos, brinquedos do tipo sucata (3) grandes e (4) pequenos e brinquedos de parque (5) grandes e (6) pequenos. Duas sessões foram realizadas para cada condição, exceto as condições de parque para as quais se realizou uma única sessão. Em todas as sessões as crianças interagiam em situação de brinquedo livre com a presença da educadora, sendo suas interações registradas simultaneamente por duas câmeras VHS, posicionadas em pontos opostos da sala para um registro mais amplo. As interações foram sistematizadas a partir de critérios previamente definidos o que permitiu a elaboração de um sistema de categorias específico para a pesquisa, constituído de interações amistosas e agonísticas mediadas ou não por objetos (brinquedos) e com presença ou não de comportamentos agressivos. Os dados foram submetidos a tratamento estatístico - teste de chi-quadrado - e os resultados indicam que, considerando o número total de interações, ocorreram mais interações agonísticas do que amistosas. O mesmo padrão foi encontrado em cada uma das condições estudadas, exceto nas condições de parque. A condição de brinquedo manufaturado grande teve uma proporção maior de interações agonísticas quando comparada às demais condições. Houve dependência entre a ocorrência ou não de agressão entre as condições, havendo menor proporção de agonísticas sem agressão em todas as condições, exceto na condição de parque grande. A maior proporção de interações agonísticas sem agressão foi encontrada na categoria de sucata pequena seguida por manufaturado grande e parque pequeno, que apresentaram proporções semelhantes.

Palavras-chave: Brinquedos, desenvolvimento humano, interação, educação infantil.

ISSN 1981-2566

REGRAS, VALORES E LIMITES: REFLEXÃO, CONSTRUÇÃO E ELABORAÇÃO

Sue Ellen Ferreira Modesto
Ilze Maria Gonçalves da Costa

O trabalho foi realizado como forma de estágio em Psicologia Escolar, auxiliando no contato com a educação e o trabalho do educador, favorecendo a vivência e a construção autêntica do seu próprio aprendizado, auxiliando-o para a prática e no olhar do psicólogo na área da educação escolar. A ação da Psicologia na Educação propicia condições de desenvolvimento para que o ser atinja sua identidade e auto-realização. A linha central está em auxiliar o desenvolvimento harmonioso do indivíduo, e da consciência de seu significado como indivíduo no contexto onde age (MASINI, 1981). É na infância que a imaginação se encontra mais aguçada, por isso, não pode ser descartada pela aprendizagem escolar. Nos desenhos, nas pinturas, nas músicas, nas falas, nas escritas, e outros, a imaginação faz-se presente. Entretanto, é na atividade lúdica que a parceria da imaginação com a linguagem se torna transparente (DEVRIES; ZAN, 1998). O objetivo deste trabalho foi possibilitar a construção de regras, valores e limites no cotidiano de cada sujeito, diferenciando com o grupo a questão da autonomia e heteronomia. Proporcionando uma discussão perante as regras e valores impostos pela sociedade e instituição, facilitando a elaboração de fatos angustiantes e inserindo-os na construção dessas regras para a partir daí refletirem sobre o relacionamento entre alunos e professores e entre alunos e alunos, aumentando a capacidade criativa e reflexiva. O estudo foi realizado numa escola pública da cidade de Cuiabá, no estado de Mato Grosso com a participação de 250 crianças do Pré à 4ª série. Decidiu-se trabalhar de forma lúdica, conseguindo assim a atenção, o compromisso e aceitação dos mesmos. Observou-se as escalas de valores pessoais e refletiu-se sobre os mesmos. As crianças experimentaram diferentes relações de poder explorando assim os sentimentos de domínio e sujeição, e da construção e elaboração da necessidade de regras, valores e limites. Houve uma elaboração rápida da transferência diante dos fatos podendo-se produzir muitos conteúdos e elaborá-los através das intervenções realizadas, nas quais a princípio, discutia-se sobre o significado das regras valores e limites, obtendo respostas de vários participantes e em seguida, criava-se as regras trabalhado em cima delas e de seus conteúdos aparentes. O desafio de socializar crianças é descobrir como ajudá-las a controlar seus impulsos, pensar além do aqui e agora e tornarem-se capazes de refletir sobre as conseqüências de suas ações. O trabalho desenvolvido propiciou aos participantes a possibilidade de criarem as próprias regras da sala e assim se sentirem participantes do processo, promovendo assim a autonomia e aperfeiçoando o desenvolvimento sócio-moral dos alunos, proporcionando uma melhor elaboração e reflexão sobre as regras, valores e limites, oferecendo um “material” muito produtivo para realizar uma continuidade do processo dentro da escola, auxiliando assim na educação social oferecido pela própria instituição.

Palavras-chave: Psicologia escolar, autonomia, limites.

ISSN 1981-2566

PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL E A PERIODIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO

Marilda Gonçalves Dias Facci

Têm sido pouco discutidas, pelos psicólogos e educadores brasileiros, as contribuições da Psicologia Histórico-Cultural ou Sócio-Histórica para uma nova Psicologia do Desenvolvimento. Desta forma, a finalidade deste trabalho é apresentar alguns aspectos relacionados à periodização do desenvolvimento humano nesta perspectiva teórica, que foi elaborada inicialmente por L. S. Vigotski. Em um primeiro momento será apresentada a idéia de que a Escola de Vigotski, com base no marxismo, parte da noção de que as leis do desenvolvimento psíquico do homem estão socialmente condicionadas e o processo de desenvolvimento é determinado por um complexo conjunto das condições de vida e educação da criança. A cultura, que é um produto da vida social e da atividade do homem, origina formas especiais de conduta, modifica a atuação das funções psíquicas.Vigotski afirma que o homem social modifica os modos e procedimentos de sua conduta, transforma suas inclinações naturais e funções, elabora e cria novas formas de comportamento especificamente culturais, conforme as transformações nas condições históricas em que vive. Em um segundo momento far-se-á uma breve exposição dos estudos desenvolvidos por esse pesquisador russo e por seus continuadores - Leontiev e Elkonin - no que se refere à periodização do desenvolvimento humano. A partir do conceito de atividade principal eles propõem que cada período de desenvolvimento humano é caracterizado por uma atividade dominante do indivíduo em direção à realidade e que essas aparecem como elementos da cultura humana. A atividade dominante é aquela cujo desenvolvimento condiciona as mudanças mais importantes nos processos psíquicos da criança e nas particularidades psicológicas da sua personalidade num dado estágio de desenvolvimento. Segundo Elkonin as principais atividades ou estágios de desenvolvimento são: comunicação emocional do bebê; atividade objetal manipulatória; jogo; atividade de estudo; comunicação íntima pessoal e atividade profissional de estudo. A partir do desenvolvimento de suas atividades, tal como elas se formam nas condições concretas de sua vida, é que o homem adapta-se à natureza, modifica-a, cria objetos e meios de produção desses objetos, para suprir suas necessidades. A criança, neste caso, através destas atividades principais, se relaciona com o mundo, e, em cada estágio, se formam nela necessidades específicas em termos psíquicos. Finalizando, pode-se afirmar, portanto, que homem se desenvolve pela maneira como a sua vida se estrutura nas condições históricas, ou seja, a partir da forma como ele se apropria das objetivações já produzidas e transmitidas por meio da educação. De acordo com Leontiev, desenvolvendo-se, a criança passa a atuar como membro da sociedade, portadora de obrigações que esta lhe impõe e os estádios sucessivos do seu desenvolvimento são de fato graus diferentes desta transformação.

Palavras-chave: Periodização do desenvolvimento humano, Psicologia Histórico-Cultural, atividade dominante.

ISSN 1981-2566

PRIMEIROS PASSOS DE UMA PRÁTICA PROMOTORA DE SAÚDE NO ESPAÇO ESCOLAR

Rita Cristina de Souza Santos
Lidiane Maria Guimarães da Rocha
Fabiana dos Santos Reis
Sérgio de Andrade Valença
Neide Luiza Fabris Silva

O presente relato tem como intenção apresentar os resultados parciais da pesquisa-intervenção "Construção Coletiva de uma Prática Promotora de Saúde no Espaço Escolar", iniciada no segundo semestre letivo de 2006, com o auxílio dos alunos do curso de Psicologia, regularmente matriculados na disciplina Psicologia da Adolescência, no campus R9, da Universidade Estácio de Sá - RJ .O referido projeto tem como objetivo : investigar o que os jovens pobres - matriculados no segundo segmento do ensino fundamental, nos turnos manhã e tarde, em duas escolas da rede pública municipal de ensino, localizadas em um bairro da zona oeste da cidade, Jacarepaguá - têm a dizer sobre como conseguem conjugar o verbo "adolescer" (Takiuti, 1997) no Rio de Janeiro, em pleno século XXI, nas intuições família, escola e trabalho, apesar de todas as adversidades. Pretende-se, assim, proporcionar aos professores, uma melhor compreensão sobre a adolescência como uma construção social, e como tal, seus alunos-adolescentes só poderão ser compreendidos a partir de seus cotidianos e de suas significações e valores distintos.Espera-se, também, facilitar a construção de práticas educacionais, como atividades de promoção de saúde, através da manutenção de um compromisso ético e político de garantia de acesso à "Educação de Qualidade", para a construção da cidadania dos jovens pobres, no espaço das duas referidas unidades escolares (em tempos de organização do ensino em ciclos e promoção automática). Participaram do estudo inicial, 265 adolescentes, regularmente matriculados nas sétima e oitava séries do ensino fundamental (turno manhã) , nas duas unidades escolares. Como instrumento de investigação, foi elaborado um questionário com 25 perguntas abertas, divididas em 5 blocos específicos de temas (família, ética e relações interpessoais, religião, ser jovem e sexualidade), para ser respondido pelos jovens alunos, nas suas salas de aula, em um dos horários dos seus turnos, cedidos pelos professores. As respostas (por série/ escola) foram agrupadas em categorias e analisadas nos aspectos quantitativo e qualitativo. Próximas etapas : aplicação e análise do questionário nas demais séries, dos turnos manhã e tarde; apresentação e discussão dos dados com os grupos dos jovens alunos (série/ escola); apresentação e discussão dos dados com o corpo docente e corpo técnico das duas unidades escolares, nas reuniões pedagógicas dos seus respectivos centros de estudos.As análises preliminares sugerem que os jovens alunos são pouco conhecidos em termos de história de vida e pouco compreendidos em suas necessidades. As demandas de assistência, cuidado, acolhimento e educação não estão sendo interpretadas em sintonia entre eles e as instituições escola - família. Observa-se, também, a urgente necessidade de um novo sentido para a adolescência na contemporaneidade, distante das visões universalistas e normatizantes. Só assim, os jovens em questão, poderão conjugar o verbo "adolescer" de forma saudável nos espaços escolares.

Palavras-chave: Adolescer, família, escola.

ISSN 1981-2566

PESQUISAS BRASILEIRAS SOBRE TEORIA DA MENTE: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Anegreice Valério

O presente trabalho teve por objetivo examinar a produção brasileira na área da teoria da mente, contribuindo assim para o avanço das pesquisas e para a criação de estratégias educacionais favorecedoras do desenvolvimento da compreensão dos estados mentais na criança, em suas diferentes manifestações. O termo teoria da mente tem sido utilizado na literatura psicológica para referir o entendimento que as crianças elaboram, durante os primeiros anos de vida, a respeito da mente, ou seja, a respeito das emoções, intenções, pensamentos e crenças das pessoas com as quais se deparam em seu cotidiano. Para a realização deste estudo fez-se um levantamento bibliográfico de dissertações e teses produzidas em cursos de pós-graduação credenciados e de artigos de periódicos indexados. Para a coleta dos dados consultou-se o Portal da Capes - www.capes.gov.br - e a Biblioteca Virtual de Psicologia- www.bvs-psi.org.br – e arrolou-se a produção divulgada até novembro de 2006. Foram utilizadas as palavras-chave: teoria da mente; termos mentais; verbos mentais; estados mentais; compreensão conversacional; habilidades sócio-cognitivas; falsa crença. Os trabalhos encontrados foram analisados quanto ao tipo de estudo, os participantes da pesquisa, os procedimentos utilizados. Os resultados encontrados permitiram concluir: a) quanto ao método nas pesquisas: houve ênfase no uso de tarefas - sendo as de falsa crença as mais utilizadas - em detrimento da observação de crianças em situações espontâneas e da verificação do emprego e compreensão de termos mentais; não foram encontrados estudos com enfoque longitudinal e alguns pesquisadores apontam para a necessidade de diversificação metodológica utilizando-se tanto aplicação de tarefas quanto observações naturalísticas; b) quanto aos participantes, em sua maioria as pesquisas foram realizadas com crianças de 3 a 7 anos sendo que, em geral, o número de participantes é pequeno e, em aproximadamente um terço dos estudos, conta-se com participantes de desenvolvimento atípico, ou seja, crianças portadoras de necessidades especiais, como surdez ou autismo; c) no que diz respeito à variável idade, várias pesquisas produziram evidências de capacidade de atribuição de falsa crença nas crianças participantes a partir dos 4 anos; algumas pesquisas mostram também manifestações precoces de compreensão de estados mentais em crianças a partir dos 2 anos; d) um tema que surge com freqüência nesses trabalhos é o que diz respeito à influência de características socioculturais na constituição da “teoria da mente”, tema esse discutido em relação aos métodos e procedimentos utilizados na coleta e análise dos dados; e) são freqüentes os estudos que utilizam o referencial teórico da “teoria da mente” para a compreensão do desenvolvimento de crianças portadoras de autismo, síndrome de Asperger, Síndrome de Down. Conclui-se que essa área de estudos está se desenvolvendo em nosso País e pode trazer importantes contribuições para a Psicologia do Desenvolvimento e da Educação.

ISSN 1981-2566

O PAPEL DA MÍDIA NA FORMAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Rosalia Duarte

Vivemos numa sociedade altamente midiática, na qual a formação intelectual e moral de crianças e adolescentes está, intrinsecamente, vinculada ao discurso e à prática das mídias. São as crianças e adolescentes que se relacionam mais intensamente com a música, atra´ves do rádio, CDs e programas televisivos, com a televisão, o cinema e a Internet. Os computadores domésticos e as lan houses são hoje quase uma extensão da vida do corpo e da vida dos membros mais jovens da sociedade. Este é um tema que vem sendo objeto de estudo por parte dos pesquisadores que, estando na Educação ou na Psicologia, têm na Psicologia Educacional um importante aporte teórico e metodológico.Esta Mesa Redonda propõe-se a discutir três pesquisas desenvolvidas nesta área: duas delas dizem respeito à relação das crianças com a televisão, e a terceira se refere à relação de adolescentes com a Internet.Como proponente da Mesa, pretendo discutir mais amplamente o papel desempenhado pelas mídias em geral e pela televisão em particular na construção de valores entre crianças e o modo como elas articulam os valores construídos na relação com a televisão aos que advém de sua relação com outros campos de problematização moral pelos quais transitam.

Palavras-chave: Mídia, educação, cultura.

ISSN 1981-2566

PSICOMOTRICIDADE NO CONTEXTO ESCOLAR

Lília Maíse de Jorge
Rosângela Maria De Carli Bueri Mattos

A Psicomotricidade compreende uma área de conhecimento que estuda a importância da motricidade na evolução da espécie humana. Considera que as instâncias motora, afetiva e cognitiva, constitutivas do ser, caminham juntas e se influenciam mutuamente, formando um todo expressivo que se insere no contexto social, sendo por este também influenciado. O uso desse enfoque no contexto escolar denomina-se Educação Psicomotora e implica na apropriação dos preceitos da psicomotricidade, por parte dos educadores, valorizando-os dentro do desenvolvimento infantil. O corpo é compreendido como fonte de conhecimento e facilitador do desenvolvimento cognitivo. Este curso abrangerá, portanto, a fundamentação teórica que suporta essa área de atuação, as propostas existentes em programas de pré-escola pautados na psicomotricidade, assim como abrirá espaço para discussões acerca do uso do corpo para além da pré-escola. Todo esse conteúdo será ilustrado com jogos e brincadeiras corporais que demonstrarão aos participantes, por meio da vivência, a importância do corpo e do movimento na elaboração de estratégias para o cumprimento de tarefas cognitivas.Conteúdo1.Conceito geral2.Breve histórico3.Educação Psicomotoraa.O uso do corpo no ambiente escolarb.Desenvolvimento psicomotor4.Programas propostos em pré-escola5.Para onde vai o corpo depois da pré-escola?6.Jogos – psicomotricidade e desenvolvimento cognitivo

Palavras-chave: Educação Psicomotora, O uso do corpo no ambiente escolar, Desenvolvimento psicomotor.

ISSN 1981-2566

O SIGNIFICADO PESSOAL NA CONFLUÊNCIA ENTRE MEMÓRIA AUTOBIOGRÁFICA E APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA

Gustavo Gauer
Luciana Karine de Souza
William Gomes

O objetivo deste trabalho é articular os conceitos de memória autobiográfica e de aprendizagem significativa. Tal articulação repousa na complementaridade entre o significado das experiências na memória autobiográfica e o significado do conhecimento na aprendizagem significativa. Memória autobiográfica é definida como a capacidade que um indivíduo tem de recordar conscientemente eventos pessoalmente vivenciados ou testemunhados. Trata-se de um modelo neurocognitivo que dá conta de situações em que a exposição única ao evento gera um registro de longuíssimo prazo. A recuperação do registro vem acompanhada de abundante informação sobre detalhes e imagens sensoriais vívidas do evento original e do contexto em que ele ocorreu. Além de geralmente dispor de muito conteúdo informativo, os registros variam em relevância pessoal para o indivíduo que recorda. Dentre os inúmeros eventos que podem ser recordados por meio da memória autobiográfica, alguns têm significado pessoal, e integram-se ao repertório da experiência. Assim, influenciam a interpretação que o indivíduo faz do que já passou e do que vem pela frente na sua trajetória de vida. Ao mesmo tempo, eventos com elevada relevância pessoal encontram-se mais disponíveis, isto é, requerem menor esforço de processamento para serem recordados e são lembrados de forma mais vívida. A literatura aponta que uma das principais variáveis relacionadas ao significado e à disponibilidade das memórias pessoais é a emoção experimentada durante o evento. Além disso, na recuperação, emoções são atribuídas ao evento retroativamente – por exemplo, “a aula de ontem foi muito agradável” – e vivenciadas no momento da recordação – “estou revivendo agora a ansiedade que senti no dia da prova”. Em resumo, lembramos mais e melhor de eventos que foram emocionais, e muitas vezes revivemos as emoções ao recordá-los. Nessa direção, entende-se que a alta disponibilidade, a vivacidade de imagens, e o significado emocional agregado aos acontecimentos tornam a memória autobiográfica um importante sistema cognitivo para os contextos da educação, com potencial contribuição para o entendimento da aprendizagem significativa. Na concepção de David Ausubel, aprendizagem significativa é um processo em que um novo conhecimento ancora-se na rede de conceitos de que o indivíduo já dispõe, a fim de atingir-se uma reconciliação integrativa do novo e do antigo. Uma das condições para tanto é que o material seja significativo dos pontos-de-vista lógico e psicológico. O significado psicológico é experiencial, ou seja, depende da trajetória individual. Precisamente na compreensão do significado individual é possível delinear a aproximação com a memória autobiográfica. A memória autobiográfica agrega uma forma específica de significação psicológica, cujos registros duradouros e disponíveis perfazem um repertório de conhecimento do indivíduo sobre si mesmo, sobre os outros e sobre o mundo. Este conhecimento pode se revelar tão crucial na promoção da aprendizagem significativa quanto as redes de conceitos formais provindas da aprendizagem escolar. Por outro lado, experiências educacionais, consideradas em seu aspecto autobiográfico, marcam a trajetória individual de forma duradoura. Em conclusão, uma articulação entre memória autobiográfica e aprendizagem significativa pode trazer avanços em tópicos como a relação entre experiência e conhecimento e a convergência entre fatores cognitivos e emocionais.

Palavras-chave: Memória autobiográfica, aprendizagem significativa, significado pessoal, emoção, cognição.

ISSN 1981-2566

O PAPEL DA BRINCADEIRA NO DESENVOLVIMENTO HUMANO

Mariana Vaz Tassi

A brincadeira possui um papel fundamental no desenvolvimento do indivíduo. Através da brincadeira a criança tem a possibilidade de experimentar novas formas de ação, exercitá-las, ser criativa, imaginar situações e reproduzir momentos e interações importantes de sua vida, dando a eles novos significados. Há uma tendência do adulto, seja na escola ou em outros espaços, de dirigir o comportamento da criança na brincadeira, limitando o potencial do lúdico nesse processo. Cria-se assim uma necessidade de oportunizar espaços onde a criança possa brincar simplesmente pelo brincar, de forma autônoma. A partir do interesse sobre esse assunto e sobre uma ampla discussão acerca do papel da extensão universitária, o Programa de Educação Tutorial de Psicologia (PET) da Universidade de Brasília decidiu propor a construção de um espaço sob essa perspectiva no Núcleo de Extensão de Santa Maria-DF. O objetivo geral do projeto era que, através de atividades lúdicas e brincadeiras livres, os participantes pudessem desenvolver o potencial criativo e recursos cognitivos e afetivos que favorecessem: raciocínio, tomada de decisões, autonomia e solução de problemas. Para realizar o projeto, o PET de Psicologia baseou-se em uma metodologia de construção permanente das ações, em uma perspectiva de diálogo contínuo entre academia e comunidade. As coordenadoras se reuniram semanalmente para discutir textos acerca do tema, debater sobre questões práticas e avaliar as atividades. Aos sábados pela manhã, de 9h às 11h, o grupo de atividades lúdicas nomeado Tribo da Brincadeira se reunia no Núcleo de Extensão de Santa Maria, no decorrer do ano de 2006. Primeiramente, havia um momento de acolhimento e aquecimento para a atividade. Todos (crianças, adolescentes, pais, responsáveis ou interessados) eram convidados para participar das brincadeiras. As oficinas contaram com brincadeiras tradicionais (corre-cutia, pique-pega, roda, gato mia,...), jogos de tabuleiro, pintura, desenho, colagem, fantoche, dramatização, música, histórias e fábulas, entre outras atividades. Os participantes eram sempre estimulados a propor e/ou criar brincadeiras. Além disso, ocorreram encontros abertos para debater com cuidadores e interessados a importância da brincadeira no desenvolvimento humano. Houve também dois passeios ao Centro Cultural Banco do Brasil, onde os participantes puderam assistir peças de teatro e visitar exposições artísticas. Ao longo da realização do projeto, percebeu-se um crescente envolvimento das crianças e adolescentes com o grupo e o desenvolvimento da autonomia destes, que criaram novas brincadeiras, trouxeram idéias novas e assumiram diversas atividades. Na reunião de avaliação, os pais também colocaram os benefícios das atividades da Tribo, como, por exemplo, filhos que estavam lidando melhor com regras, ou conseguindo brincar também com crianças de outras idades. Desta forma, o grupo PET/PSI pretende continuar o projeto no próximo ano.

Palavras-chave: Brincadeira, desenvolvimento, extensão, psicologia.

ISSN 1981-2566

OUVINDO AS CRIANÇAS E COMPREENDENDO O SEU DESENVOLVIMENTO: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO SOBRE AS NARRATIVAS INFANTIS EM CRIANÇAS ABRIGADAS

Cíntia Carvalho
Celia Vectore

Esse trabalho consiste em buscar formas de compreender o intrincado processo de desenvolvimento de crianças de 4 a 7 anos submetidas a situações de abrigo numa instituição da cidade de Uberlândia – Mg. Considerando a importância de valorizar e legitimar o discurso infantil no enfrentamento dessa realidade, escolheu-se como método para compreensão do desenvolvimento dessas crianças e realização desta pesquisa, as construções narrativas realizadas pelas próprias crianças, entendendo narrativa, sob o enfoque de Jerome Bruner. Partindo de uma abordagem culturalista da mente, esse autor acredita que para compreender a realidade 'objetiva', 'externa', é necessário conhecer a mente e sistemas simbólicos pertencentes a uma cultura em que a mente se baseia para existir. A narrativa é considerada por Bruner um modo de pensamento e expressão da visão de mundo de determinada cultura e por ser uma das primeiras e mais antigas formas de organização das experiências e conhecimentos humanos, representa substancialmente grande parte dos significados simbólicos culturalmente legados. Sob este aspecto, a intenção do projeto se dá em compreender, na narrativa infantil, o contexto e a forma de desenvolvimento a que as crianças abrigadas estão submetidas. O elemento escolhido para mediar a construção narrativa das crianças foi os contos de fadas, por serem considerados pela literatura disponível, fundamentais no desenvolvimento da infância e capazes de evocar na criança sentimentos de identificação com os personagens das histórias, além de constar que podem auxiliar na compreensão e mesmo na resolução de alguns conflitos. As crianças envolvidas nesse trabalho foram distribuídas em quatro grupos de três cada, sendo que o Grupo 1, contou com a participação de crianças de 4 anos, o Grupo 2, crianças de 5 anos, o Grupo 3, crianças de 6 anos e o Grupo 4, crianças de 7 anos. Para obtenção dos dados referente às construções narrativas das crianças foram usados dois tipos de recursos, além dos processos de observação e suporte teórico: o audiogravador, usado para registrar a narração de histórias realizadas durante os encontros e as narrações construídas a partir das representações dessas histórias em cada criança e cadernos de registros onde cada criança pudesse expressar espontaneamente suas impressões do que foi elaborado em cada encontro. Este último recurso serviu como material-suporte na compreensão do processo de construção das narrativas. Os dados apresentados são relativos ao andamento da pesquisa até o referente momento.

Palavras-chave: Desenvolvimento, crianças, narrativas.

ISSN 1981-2566

UNIFORMIZAÇÃO DAS CRIANÇAS NO CONTEXTO ESCOLAR: A INSTRUMENTALIZAÇÃO DA VIDA HUMANA

Kátia Flôres Pinheiro

O presente trabalho pretende apresentar algumas reflexões acerca das estereotipias impressas na maneira como a uniformização das crianças interfere no longo percurso de todo o desenvolvimento e crescimento. Este trabalho se apresenta na forma de um ensaio, na medida em que tais reflexões devam impulsionar as articulações que serão desenvolvidas. Os mecanismos de uniformização no ambiente escolar são dos mais diversos, desde aqueles registrados no corpo até outros mais elaborados nas técnicas e procedimentos pedagógicos. Estes mecanismos engendram-se nas estruturas psicossociais em formação, constituindo-se num dos alicerces das grandes dificuldades encontradas ao longo da vida escolar e humana. Disciplinar o corpo na uniformização instrumental, aquela controlada e administrada pela máquina burocrática, constitui um dos modeladores deste próprio corpo, maneira de impossibilitar a constituição das identidades. Neste cenário, os processos subjetivos se enfraquecem quanto aos laços sociais e o desenvolvimento de uma postura política e crítica reflexiva do mundo, um caminho para o esfacelamento do sentido de coletividade, próprio do que observam muitos estudiosos quando o tema é barbárie. Como cerne da Modernidade, a educação põe em cena um repertório de procedimentos que sustentam uma lógica da educação instrumental, em detrimento da perspectiva emancipatória. Vários teóricos permearão a discussão proposta nesse trabalho, ou seja, considerando uma perspectiva transdisciplinar propor uma visão mais elaborada das artimanhas que se engendram nos discursos uniformizadores do contexto escolar. Nesses moldes, valerá discutir de que forma os mecanismos uniformizadores instrumentalizam a vida humana, em seus diversos aspectos, a saber: o cognitivo, o afetivo e o social. Fundamentado na lógica da racionalização, a uniformização das crianças constitui modo de nivelamento, sedação e condicionamento, limitando seus olhares perante o mundo e a si mesmas. Isso representa uma violência à cultura e ao seu humano, em que prevalecem os modos de reprodução, massificação e alienação, por meio do estímulo a competição e ao conformismo. Deste modo, a ambição pela disputa, a rivalidade e a atitude corruptível parecem asseguradas quando a realidade de dentro da escola alimenta a cristalização psíquica. Começaremos por discutir os aspectos latentes que envolvem essa uniformização do corpo da criança, para então buscar significações e sentidos que nos permitam investigar, pelo ponto de vista da psicologia e de outros saberes afins, como esses meios interferem na vida humana. A vida humana será pensada tendo em vista aspectos psicossociais. Será preciso também discutir as contradições da uniformização da educação moderna em que práticas educativas oscilam entre a gestão da ignorância e a pedagogia do vazio, desencadeando uma maneira servil de ser. O discurso da autonomia na instrumentalização dos modos de ser e estar no contexto escolar, sustenta, a bem da realidade, homens autômatos, fechados em si mesmos. A mutilação que a criança sofre arruína o pensamento e enfraquece os vínculos interpessoais. Assim, a grande abertura da escola uniformizadora esconde uma grande clausura. Pretendemos qualificar este trabalho como uma resistência a esta realidade de sofrimento psíquico que vislumbramos, propondo uma (re)sensibilização daqueles que diretamente se envolvem na complexa tarefa de educar.

Palavras-chave: Uniformização, subjetividade, razão instrumental.

ISSN 1981-2566

VIVENDO EM ABRIGOS: UM OLHAR DOS ABRIGADOS

Ana Mafalda Azor
Celia Vectore

Este estudo objetivou conhecer o processo de institucionalização/ desinstitucionalização do adolescente, abrigado por um período de tempo em uma instituição do município de Uberaba, por meio da ótica do genitor e do adolescente. Foram apontados os aspectos que contribuíram para o abrigamento do adolescente; as alterações ocorridas na estrutura familiar durante o período de abrigamento; os aspectos que contribuíram para a reinserção do adolescente na família biológica e a situação das famílias após a desinstitucionalização dos filhos. Esta pesquisa, que tem cunho qualitativo, realizou-se com cinco famílias, em suas respectivas casas, escolhidas em função de critérios definidos a priori. Utilizaram-se entrevistas semi-estruturadas com o(s) genitor(es), adolescentes e diretor do abrigo; fichas de identificação socioeconômica; foram verificados os livros de registros do abrigo; as pastas arquivadas com informações dos adolescentes e diários de campo da pesquisa. Através das entrevistas e das fichas de identificação, analisaram-se os seguintes aspectos: processo de institucionalização; período de abrigamento; período de desligamento; representação da instituição e situação atual das famílias. Os dados, obtidos através dos outros instrumentos, auxiliaram na corroboração e análise dos aspectos supra citados. Os resultados apontaram que as causas da institucionalização são multifatoriais, associadas com pobreza, carência de rede de apoio sócio-psicológica para a família, ausência da figura paterna, abandono da mãe e desestruturação familiar. O período de abrigamento apresentou-se doloroso para filhos e genitores, entretanto, vantajoso para estes últimos, diante das vicissitudes da vida. O trabalho das instituições envolvidas, o desejo e a reestruturação financeira dos genitores foram fatores que auxiliaram no desligamento dos adolescentes, entretanto, os resultados apontaram dificuldades referentes à escola e situação familiar no período pós desligamento, sugerindo a importância de acompanhamentos profissionais. A intervenção de psicólogos, assistentes sociais, pedagogos, entre outros, deve ancorar-se em políticas públicas e contemplar a fragilidade material e psíquica das famílias, através da compreensão das causas do abrigamento e do reconhecimento dos recursos internos e externos dos genitores. O abrigo, a despeito de idiossincrasias, representa um apoio aos genitores e adolescentes; entretanto, alicerçado no desenvolvimento da infância e juventude, no trabalho com funcionários, com famílias e na reflexão do paradigma que subjaz, deve (re)definir a sua proposta pedagógica.

Palavras-chave: Abrigo, famílias, abrigados.

ISSN 1981-2566

TRANSMISSÃO DE SABER, IMAGENS DA ALTERIDADE E PRODUÇÃO SUBJETIVA NUMA COMUNIDADE

Francisco Ramos de Farias

Aborda-se o processo de intervenção numa comunidade do Morro da Coroa, no Rio de Janeiro, a partir da solicitação de uma mãe, (depois de assistir a um programa de televisão no canal Brasil sobre a violência e as medidas possíveis de contenção), sobre a utilização de medidas educativas para evitar o ingresso de crianças no universo do crime organizado do narcotráfico e da prostituição. Propôs-se um planejamento com estratégias de intervenção que visam a esclarecer os passos do desenvolvimento no sentido de construir idéias sobre a educação da criança, em reuniões semanais com grupos de, aproximadamente, trinta participantes que se prontificaram voluntariamente a fazer parte do processo, num terreno baldio, agora considerado um espaço de lazer daquela comunidade. As reuniões tinham como objetivo dar visibilidade aos participantes em termos de que, aos mesmos, era dada a oportunidade de expressarem suas idéias sobre as questões apresentadas como impasses, muitas vezes, considerados insolúveis. Inicialmente, fez-se o registro escrito das reuniões, para ser objeto discussão e reflexão posteriormente. Esses registros eram lidos no inicício de cada reunião e cada participante cidade tinha a liberdade de se expressar face ao conteúdo apresentado. Pela colaboração de um participante, proprietário de uma filmadora, seguiu-se o registro em imagens. Com isso, construiu-se uma modalidade de olhar-escuta, além da documentação escrita, visando à produção de subjetividade, considerando o cenário atual, atravessado pela multiplicidade e efemeridade o que conferem à experiência o caráter fragmentário e fugidio. Os instrumentos, palavra e imagem técnica constituíram-se elementos de suma importância na mediação da experiência produtora de saber e de transformação subjetiva por possibilitar ao sujeito o encontro consigo mesmo e o retorno da percepção externa numa relação dialógica. Houve também o olhar crítico do pesquisador no sentido de apontar as possibilidades de transformação subjetiva pela convocação do sujeito para tomar ciência se si mesmo numa experiência coletiva, momento em foi dado relevo à alteridade mediante a construção de um espaço de voz aos participantes e também pela garantia de visibilidade a cada um num sistema de trocas. Atualmente, transcorridos dois anos de intervenção, conta-se com dois grupos face à demanda de pessoas da comunidade de participar do projeto e também dos resultados produzidos em termos de um processo de conscientização com efeitos predominantes na educação e orientação das crianças para a vida no sentido da construção da cidadania. Houve mudanças consideráveis pela organização dos moradores no processo de acondicionamento de lixo a ser recolhido para evitar possíveis doenças e a prática de espancamento das crianças como estratégia de educação mediante a informação dos possíveis prejuízos decorrentes. Cabe informar que em função das transformçãoes ocorridas positivamente alguns participantes expressam a vontade de que o trabalho em pauta poderia ser realizado também em outras comunidades.

Palavras-chave: Subjetividade, transmissão de saber, produção do conhecimento, alteridade, imagem técnica.

ISSN 1981-2566

TOLERÂNCIA: A VIRTUDE DA PAZ

Nádia Maria Bádue Freire

Segundo Kant, na Metafísica dos Costumes, a Doutrina da virtude refere-se ao princípio interno das ações humanas e determina-lhes os fins morais que são, primeiro, a perfeição de si próprio e, em segundo lugar, a felicidade de outrem. A construção dos princípios morais pode ser explicada pelo referencial teórico construtivista piagetiano. Neste contexto, a tolerância, para ser virtude, deve ser um princípio interno que rege as escolhas, os julgamentos e as ações da pessoa que a vive. Como princípio, é construída. Sabe-se, entretanto, que nem sempre a tolerância é considerada virtude. Muitos a vêem como permissividade. Desta forma, surge, na presente pesquisa, a necessidade de se clarear o conceito, por meio da diferenciação entre tolerância, permissividade e intolerância. A pesquisa refere-se à tolerância necessária à Educação para a Paz e segue a linha teórico-metodológica cognitivo-evolutiva piagetiana. O problema de pesquisa consiste em saber a partir de que idade a criança se torna capaz de tolerância enquanto sentimento moral. Para isso, são visitados os conceitos de autonomia, centração, justiça, cooperação, empatia, reciprocidade, violência e paz, entre outros. Os instrumentos são 7 histórias que contêm conflitos morais. Participaram da pesquisa um total de 40 sujeitos (6, 9, 12 e 15 anos de idade) que estudam em escolas da rede pública. Ao responder ao problema da pesquisa, foi possível realizar um estudo psicogenético sobre a tolerância. Os argumentos apresentados pelos sujeitos durante as entrevistas permitiram, por sua vez, reflexões sobre implicações pedagógicas necessárias a uma Educação para a Paz mais legítima do que a proposta pelo ensino verbal. A tolerância é uma virtude na medida em que se torna sentimento moral. A Tolerância necessária à Educação para a Paz requer justiça social, capacidade de se colocar no lugar do outro, limites, cooperação. Traz em sua complexidade a necessidade de diálogo e de decisões que transformem ações e julgamentos coerentes a princípios democráticos. É um sentimento moral que busca novas formas de reações na defesa de valores individuais, que deve equilibrar-se com os valores coletivos das sociedades democráticas. Enquanto sentimento moral, a tolerância evolui e chega à autonomia quando colocada em jogo nas relações cooperativas, de respeito mútuo, de investimento de afetividade e de esperança num mundo em que a vingança possa ser substituída pela reciprocidade e a permissividade possa ser substituída pela solidariedade. A Tolerância é virtude, portanto, pois tem a intenção de transformar a cultura de violência em cultura de paz. E para isso, conta com os profissionais da educação envolvidos intelectual, moral e afetivamente com seus alunos, com o país, com a própria vida em seu sentido mais pleno.

Palavras-chave: Tolerância, Piaget, paz.

ISSN 1981-2566

UM ESTUDO SOBRE OS SENTIMENTOS E OS SEGREDOS DE AMIZADES INFANTIS

Jussara Cristina Barboza Tortella

Por que estudar e escrever sobre a amizade? Será necessário enfocar este assunto nos dias atuais? Seria a amizade importante para o desenvolvimento do ser humano? É pouco comum que, em discussões entre pessoas preocupadas com a educação, surja o debate relacionado a temas tais como a amizade. Assim sendo, esta proposição apresenta, a partir destas questões e da afirmativa de que a interação entre pessoas é uma condição necessária para o desenvolvimento cognitivo, social e afetivo, alguns estudos que enfatizam a importância das relações amistosas para a vida do ser humano. Apresentando a história dos estudos sobre o tema amizade e, principalmente, as representações que as crianças têm sobre seus melhores amigos, amigos e não amigos tendo como foco os sentimentos e os segredos, nossas discussões pretendem refletir sobre como os comportamentos amistosos podem contribuir para a construção de um clima social e sócio-moral favorável à qualidade da educação e à formação da personalidade das crianças. Sabe-se que desde o seu nascimento, o homem está interagindo com outros sujeitos de sua espécie e, no decorrer de seu desenvolvimento, esta interação torna-se cada vez mais necessária. É a partir da comunicação com outras pessoas que um indivíduo percebe os diferentes posicionamentos, o contraponto de que ainda não se conscientizou. Após essa tomada de consciência, poderá enriquecer seus conhecimentos. O grau de afinidade que as pessoas têm umas com as outras muito contribui para o desenvolvimento das interações: é neste ponto que se observa a importância das relações amistosas. A interação entre amigos pode contribuir demasiadamente para o desenvolvimento cognitivo e social dos sujeitos, ou seja, pode ser uma fonte de aprendizagem e desenvolvimento. Há outra questão importante a ser considerada: este estudo representa também uma contribuição para as investigações do Conhecimento Social, pois, por um lado, ao estudar a amizade, deparamo-nos com uma realidade essencialmente positiva, fator este que contribuiu demasiadamente para o desenvolvimento de um trabalho gratificante tanto para os pesquisadores, quanto para os sujeitos participantes da pesquisa. Por outro lado, as dificuldades encontradas e os vários aspectos constatados durante a coleta de dados nos remetem a uma reflexão sobre uma nova abertura para futuras pesquisas. Estas poderão contribuir para uma melhor compreensão da criança sobre amizade, possibilitando o respeito ao seu comportamento e o reconhecimento de quais são os obstáculos ou distorções nas amizades escolares. Por fim, entendemos que os comportamentos amistosos podem contribuir para a construção de um clima social e sócio-moral favorável à qualidade da educação e à formação da personalidade das crianças.

Palavras-chave: Amizade, desenvolvimento social, afeto.

ISSN 1981-2566

UMA EXPERIÊNCIA COM A DISCIPLINA DE PSICOLOGIA NO ENSINO MÉDIO

Rosane Gumiero Dias da Silva

Este trabalho visa demonstrar quais contribuições que a disciplina de Psicologia oferece aos conteúdos curriculares e ao desenvolvimento do jovem no Ensino Médio quando esta é implantada e trabalhada enquanto disciplina efetiva, tendo uma proposta de se discutir a ciência psicológica em detrimento do psicologismo e do senso comum, e como pode auxiliar o jovem em seus diversos questionamentos. Defendem as Diretrizes Curriculares do Ensino Médio que o jovem deva desenvolver conhecimentos, habilidades cognitivas e comportamentais para trabalhar intelectualmente e pensar praticamente, utilizando-se de conhecimentos científicos, estabelecendo relações sociais articulando sua vida social e produtiva. Paralelamente a essa situação, o jovem do Ensino Médio está no período da adolescência, época de muitos conflitos e questionamentos referentes a identidade, escolha da profissão, sexualidade, namoro etc. A Psicologia, como uma disciplina curricular, auxilia nesse sentido uma vez que esses temas fazem parte dos domínios da ciência psicológica. No ano de 1999 a 2003, a Psicologia foi inserida nos currículos do ensino médio numa escola pública no Estado do Paraná, por meio de um Projeto de Extensão do Departamento de Psicologia da Universidade Estadual de Maringá o qual, prestou assessoria, elaborou textos como conteúdos programáticos que consistem em material didático do aluno e professores que ministram a Psicologia nesta escola. nas três séries do curso. Os temas trabalhados são: 1.ª Série – Psicologia, Auto Conhecimento, Identidade e Sexualidade, 2a Série – Psicologia, Afetividade, Mundo do Trabalho e Escolha Profissional, 3a Série – Psicologia Social – Representação Social. A disciplina de Psicologia, trabalhou os conteúdos de uma forma menos informativa e mais formativa, dentro de um contexto, onde se estuda as transformações bio-psico-sociais, formação de identidade, etc, salientando que todos esses assuntos foram explorados para a construção da história do jovem. Para concretizarmos nosso trabalho, elaboramos uma pesquisa avaliativa com um questionário cujas questões se referem ao conceito de psicologia e a importância dos conteúdos programáticos estudados, os quais auxiliaram o jovem quanto sua vida pessoal, escolar, no trabalho e na família. Os resultados vistos em nossa pesquisa são promissores, o jovem construiu uma consciência crítica sobre si mesmo e o mundo que o cerca, coloca suas opiniões, discute valores, constroem pensamentos, busca maiores informações sobre temas de seu interesse e procura se estabelecer no seu meio social como um cidadão. Diante destas questões podemos refletir que: se a sociedade mudou ou está em transformações, ora, se somos seres constituídos socialmente, estas mudanças ocorrem primeiramente no ser humano e em seu contexto social, escola, família, trabalho, etc, nesse sentido perguntamos? Porque não apresentamos na escola?.

Palavras-chave: Disciplina de psicologia, ensino médio, adolescente.

ISSN 1981-2566

SUCESSO E FRACASSO: O SIGNIFICADO E SENTIDO DAS REPRESENTAÇÕES

Nadia Aparecida Bossa

Nesta pesquisa, na qualidade de complemento dos indicadores representativos, foi, igualmente, utilizado como estímulo indutor as palavras: Sucesso e Fracasso. Os instrumentos foram aplicados de forma individual, na própria escola, por um pesquisador, previamente, treinado e qualificado. Em seguida, foram apresentados os estímulos indutores seguido da questão: “O que lhe vem à mente (cabeça) quando digo a palavra sucesso? Fale as três primeiras palavras que a palavra sucesso te faz pensar ?” O mesmo foi dito em relação à palavra fracasso.Para interpretação dos dados obtidos, utilizou-se a análise de conteúdo temática, cujo objetivo é compreender o sentido das comunicações e suas significações explícitas e/ou ocultas.Este procedimento visou obter a sistematização e descrição dos conteúdos latentes permitindo a inferência de conhecimentos relativos ás condições de produçãoção (variáveis inferidas) interpretados qualitativamente por meio da análise semântica dos termos. Entre as unidades temáticas das falas dos atores, foi possível destacar as representações sociais das conseqüências do sucesso: auto-estima, felicidade, realização... Os atores estacaram sucesso como resultado de luta, garra, dedicação, desempenho, revelando forte influência da ideologia da classe dominante. A questão das desigualdades sociais como responsáveis tanto pelo sucesso como pelo fracasso não perpassa em nenhum momento as associações de palavras. Por outro lado, fica patente a percepção das dificuldades para se atingir o sucesso. As representações sociais a cerca do termo fracasso ficaram mais ancoradas na esfera afetiva, em elementos como “angústia”, “sofrimento”, “medo”, “desânimo”... As causas do fracasso estariam no externo: injustiça,inimigos, preconceito... enquanto que o sucesso estaria associado ao desempenho do próprio sujeito.

Palavras-chave: Sucesso, fracasso, o significado e sentido das representações.

ISSN 1981-2566

SUBJETIVIDADE, SUJEITOS E LINGUAGEM NO CONTEXTO ESCOLAR DE INCLUSÃO

Cristina Massot Madeira-Coelho

As construções de significação em interações em que um dos parceiros apresenta dificuldades em se fazer compreender ou compreender a fala de seus interlocutores têm considerável impacto em praticamente todos os aspectos do contexto educacional, uma das instâncias organizadoras da subjetividade do grupo de sujeitos que aí estão envolvidos – profissionais da educação, alunos, pais, etc-. Tomando por base a abordagem histórico-cultural da subjetividade desenvolvida nos últimos anos por Gonzalez Rey (2002, 2004, 2005 e 2006), a reflexão que esse trabalho organiza toma por base a relação entre duas prevalências: a) uma quantitativa que considera a alta freqüência de desordens da comunicação entre as pessoas com necessidades educacionais especiais (ASHA, 1983, Stainback & Stainback, 1996, Andrade 1997), e b) outra sócio-histórico-cultural que aponta para a força e permanência de uma concepção estruturalista e normatizadora sobre a linguagem que, apesar da revisão proposta pelos Parâmetros Curriculares Nacionais, continua, ainda hoje, organizando as práticas pedagógicas dos professores do ensino fundamental para as atividades metalingüísticas (Geraldi, 1996, Coudry & Scarpa, 1997, Possenti, 2000) que orientam tanto as escolhas de conteúdos curriculares, quanto a organização de avaliações sobre capacidades, desempenho e aproveitamento escolar dos alunos em suas relações com a linguagem oral, lida e escrita. Meu argumento relaciona essas duas questões enfatizando os impactos que essa concepção reducionista de linguagem têm tanto no estabelecimento de processos interacionais simbólico-afetivos do contexto educacional inclusivo, em que é(deve ser) atendido um alto percentual de crianças com desordens de comunicação, quanto na organização de mediações simbólicas qualitativamente diferenciadas que permitam a organização de sentidos intersubjetivos (Madeira-Coelho, 2004) entre os parceiros nesse contexto. Assim, a falta de preparação para o trabalho com a inclusão, referenciada pelos professores, pode/deve ser repensada: não está atrelada a mais uma técnica ou um método do trabalho pedagógico, mas relaciona-se a uma preparação em termos de mudanças de concepções sobre, entre outros aspectos, a forma como os sujeitos, para aprender e se desenvolver, se apropriam do funcionamento de sua linguagem, ainda que em uma forma específica de realização da linguagem caracterizada pelas desordens da comunicação. Em uma circularidade dinâmica, essas formas singulares de interação características do contexto inclusivo organizam sentidos subjetivos e intersubjetivos, que são, por sua vez, re-organizados subjetivamente por cada um dos parceiros da ação pedagógica, constituindo-os como sujeitos dos seus processos de ensinar e de aprender.

Palavras-chave: Subjetividade, sujeito, desordens de comunicação.

ISSN 1981-2566

SUCESSO E FRACASSO: INDICADORES REPRESENTATIVOS

Marcia Siqueira de Andrade

A pesquisa aqui relatada pretende aprofundar a compreensão das expectativas de vida dos jovens analisando suas representações sociais de sucesso e de fracasso. Os dados coletados foram submetidos à Análise de Conteúdo. Os resultados permitem chegar às seguintes conclusões. Existem pontos convergentes nas suas representações de sucesso e fracasso. Em relação ao sucesso podemos perceber uma dicotomia entre social/individual. A alta freqüência (67,4%) de palavras representando condições pessoais como esforço, perseverança, insistência, fé e dedicação sugere que os jovens pesquisados consideram sucesso como resultado de características individuais subjetivas. A minoria das representações (32,6%) leva em conta fatores materiais concretos como estudo, trabalho e dinheiro. As representações de fracasso, por sua vez, remetem na maioria das respostas à sentimentos como sofrimento, tristeza, dor e solidão (79%). Apenas 21% consideram condições concretas como fome, guerras, desemprego, drogas e bebida nas representações de fracasso. Outras análises e interpretações serão realizadas por ocasião da apresentação deste trabalho.

Palavras-chave: Representação social, jovens, família, associação livre.

VIII Congresso Nacional de Psicologia Escolar e Educacional
26 a 29 de Abril de 2007
ISSN 1981-2566

SALA DE AULA VERSUS RECREIO: VARIAÇÕES NOS INDICADORES DE ADEQUAÇÃO E DIFICULDADE ATRIBUÍDA POR CRIANÇAS A DESEMPENHOS SOCIALMENTE HABILIDOSOS E NÃO-HABILIDOSOS

Thiago Magalhães Pereira de Souza
Lucas Cordeiro Freitas
Zilda A. P. Del Prette
Almir Del Prette

Ao classificar um desempenho social como socialmente habilidoso, deve-se considerar os fatores da situação, da pessoa e da cultura. Os fatores da situação incluem o contexto no qual as pessoas se comportam, que pode influenciar a topografia e a funcionalidade do desempenho social, assim como a decisão pelo enfrentamento ou pela fuga/esquiva da situação. A identificação das contingências sob as quais as crianças apresentam determinado desempenho social, habilidoso ou não-habilidoso, contribui na caracterização do seu repertório e, conseqüentemente, na adoção de medidas educacionais e/ou terapêuticas. O objetivo da presente pesquisa foi verificar possíveis diferenças na adequação atribuída por crianças em idade escolar às reações habilidosas e não-habilidosas (passivas e ativas) e na dificuldade atribuída às reações habilidosas, em função do tipo de contexto (sala de aula e recreio). Participaram da pesquisa 804 crianças, com idades entre seis e 12 anos, que responderam ao IMHSC-Del Prette, composto por 21 situações de interação social no ambiente escolar e três tipos de reação para cada situação: uma habilidosa e duas não habilidosas (passiva e ativa). As crianças avaliaram a adequação que atribuem às três reações e a dificuldade com que desempenham as reações habilidosas. O Teste t de Student indicou diferenças estatisticamente significativas nas freqüências dos três tipos de reação em função do tipo de contexto das situações do inventário. Os resultados indicaram que a adequação atribuída às reações habilidosas, passivas e ativas foram significativamente maiores na sala de aula do que no recreio. Com relação à dificuldade das reações habilidosas, observou-se que na sala de aula a dificuldade atribuída ao desempenho de reações habilidosas foi significativamente maior do que no contexto de recreio. Os resultados indicaram que as crianças atribuem maior adequação a todos os três tipos de reação no contexto de sala de aula em comparação com o recreio. Na avaliação da dificuldade que as crianças atribuem às reações habilidosas o mesmo resultado foi encontrado. Podemos supor que esses resultados foram obtidos porque no contexto de sala de aula as regras, os desempenhos socialmente valorizados e os papéis que deve assumir nas demandas desse ambiente são bastante delimitados, facilitando, assim, a avaliação da criança sobre o seu próprio comportamento. Assim, as características do contexto de sala de aula podem facilitar a compreensão da criança sobre como e quando se comportar diante das demandas desse ambiente e, conseqüentemente, como avaliar o desempenho diante de determinadas situações como certo ou errado e, ainda, a dificuldade em apresentar desempenhos socialmente desejados. Por outro lado, no contexto de recreio as regras, os desempenhos socialmente valorizados e os papéis parecem ser mais flexíveis, sendo assim, podemos supor que as crianças encontrem maior dificuldade para avaliar seu comportamento.

Palavras-chave: Habilidades sociais, crianças, contexto.

ISSN 1981-2566

SENSO DE HUMOR, CRIATIVIDADE, INTELIGÊNCIA E ALTAS HABILIDADES

Marsyl Bulkool Mettrau
Vilma Barbosa Pellegrino
Célia Maria Paz Ferreira Barreto

Existe intenso interesse no que se refere às questões da inteligência humana. Apresenta-se nesta comunicação resultados do trabalho: Psychological Studies of the relationship of sense of humor to creativity and intelligence: a review, por Graeme Galloway, (1994). Este autor pesquisa e reconhece íntima relação entre senso de humor, criatividade e inteligência. O humor na visão contemporânea ampliou em grande medida suas fronteiras. Abrange aspectos sociológicos, históricos e, transcendendo fronteiras nacionais, compreende todas as manifestações da atividade do homem. Pretende-se chamar atenção da inter-relação entre humor, criatividade e inteligência em alto grau de performance. O "criar, o conhecer e o sentir" são as diferentes expressões da inteligência humana, pois é possível ao homem expressar sua inteligência de variadas maneiras e formas porque ele é capaz de criar (criação), perceber e conhecer o que cria (cognição) e sentir emoção acerca de (Mettrau, 1995, 2004). O funcionamento da inteligência humana é um processo dinâmico, sem local de início nem fim, que englobaria três expressões distintas mas indissociáveis e que se iniciam, se realizam e se desenvolvem no contexto do grupo social, isto é, o homem não existe, não se realiza e nem se desenvolve, fora do grupo social. (Mettrau, 2003). Em relação ao processo de elaboração do humor, todas as etapas da criatividade seriam privilegiadas. A teoria do Investimento em Criatividade de Sternberg, compreende as relações importantes que são operacionalizadas no processo de produção do humor. Considerando-se as características, capacidades e/ou habilidades aqui refletidas e analisadas, assim como sua inter-relação dinâmica, pode-se seguramente concluir que, as pessoas consideradas interessantes e/ou engraçadas são na maioria das vezes, pessoas reconhecidamente talentosas e/ou, com altas habilidades como por exemplo, o caso dos grandes humoristas já com reconhecimento social.

Palavras-chave: Senso de humor, criatividade, inteligência.

ISSN 1981-2566

REPRESENTAÇÕES DOS JOVENS SOBRE FAMÍLIA

Maria Luiza Puglisi Munhoz

Partindo do interesse em reconhecer as representações sociais que os jovens atribuem á família em sua ação educativa, demos seguimento à investigação que vem sendo desenvolvida sobre jovens entre15 a 24 anos, residentes na cidade de São Paulo, com o título de "Jovens: Vivências, Representações e Expectativas". Este estudo analisou as respostas fornecidas pelos 20 jovens provenientes do curso profissionalizante noturno. Em geral, são jovens estudantes e trabalhadores, que freqüentam o curso noturno de telemarketing, o que explica a maior presença de sujeitos do sexo feminino.A análise apresentada é decorrente da Associação Livre a partir do termo Família, atividade proposta para os jovens, sujeitos da pesquisa, como procedimentofacilitador da expressão de três palavras ligadas umas a outras livremente.Como foram encontrados muitos indicadores repetidos, iniciei por fazer uma avaliação quantitativa, com tratamento estatístico dos dados, indicando a proporcionalidade dessas repetições. Esta apresentação possibilita reconhecer quais são as concepções e significados mais ocorrentes nas representações desses jovens, que podem ser considerados como influências de um momento histórico e cultural da sociedade em que vivem. Após a apresentação dos resultados quantitativos, submeti os dados à análise de conteúdo, de acordo com os seguintes passos: Classificação quanto ao sexo, idade e estado civil, análise interpretativa a partir dos significados e sentidos atribuídos às respostas fornecidas pelos sujeitos.Os dados levantados permitem assinalar um sentido positivo à representação de família no que se refere às relações de afetividade, compreensão, continência e estruturação.

Palavras-chave: Jovens, família, vivências.

ISSN 1981-2566

RELAÇÕES DE DEPENDÊNCIA FUNCIONAL ENTRE OS OPERANTES VERBAIS: TATO E MANDO

Juliana de Oliveira Dala Vedova
Karina Lasmar Sampaio
Jackeline de Carvalho Felizardo
Paula Resende Fagundes

Uma das grandes contribuições no campo do que normalmente é chamado de linguagem foi o lançamento, em 1957, do livro 'Verbal Behavior'. Nele B. F. Skinner descreve como as pessoas se comportam verbalmente e quais os mecanismos envolvidos nesse fenômeno: observando, identificando, nomeando e enfatizando relações funcionais envolvidas tanto no estabelecimento quanto na manutenção dos repertórios verbais. Entre as seis relações possíveis identificadas pelo autor, três são de especial interesse nesse estudo: tato, mando e ecóico. O tato constitui uma relação funcional onde a forma (ou topografia) da resposta é controlada por um estímulo antecedente não-verbal e mantido por um reforço genérico (Exemplo de tato: dizer "água" na presença de um copo d'água seguido por um reforço genérico – "certo!", "muito bem!"); o mando constitui uma relação funcional onde a forma da resposta é controlada por um reforço específico, enunciado na resposta verbal, e tem como antecedente uma operação estabelecedora. A operação estabelecedora (OE), como definida por Michael (1988), é uma variável ambiental que altera a função reforçadora de uma conseqüência. (Exemplo de mando: uma criança com sede diz "água, por favor" e recebe um copo d'água); o ecóico é uma relação funcional onde a forma da resposta tem correspondência ponto a ponto, similaridade formal e contigüidade com o estímulo verbal antecedente e é mantida por um reforço genérico (Ex: uma criança repete a palavra "água" dita pela mãe).O estudo da aquisição dos diferentes repertórios verbais dentro da perspectiva de dependência funcional entre eles, leva a questões relacionadas à ordem de ensino dos diferentes repertórios, contribuindo para desenvolver melhores programas instrucionais para populações com ou sem déficits no desenvolvimento de repertórios verbais.

Palavras-chave: Operantes verbais, mando, tato.

ISSN 1981-2566

RELAÇÕES ENTRE A BRINCADEIRA E O AUTO-DOMÍNIO DA CONDUTA NA CRIANÇA: CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA DE A. N. LEONTIEV

Nadia Mara Eidt

Este trabalho integra uma pesquisa bibliográfica de doutorado em andamento e objetiva discutir as relações entre a brincadeira na atualidade, já que ela é a atividade principal da criança na idade pré-escolar, e o desenvolvimento do auto-domínio da conduta, função psicológica que, para Leonitev, deve ser promovida, em grande medida, pela Educação Infantil. O auto-domínio do comportamento, chamado de vontade, se caracteriza pela capacidade especificamente humana de controlar de modo consciente a própria conduta, as ações externas e internas visando atingir um determinado fim. Leontiev (1978) afirma que nem todas as atividades exercem a mesma influência sobre a personalidade da criança. Algumas atividades são chamadas de principais e são por meio delas que surgem as principais mudanças na personalidade da criança observadas durante certa etapa do seu desenvolvimento. A brincadeira na idade pré-escolar surge como solução de uma contradição vivenciada pela criança: a discrepância entre a necessidade da criança agir sobre os objetos da realidade, reproduzindo o uso social dos objetos e o modo de vida humano, e a impossibilidade de efetivamente realizar tal empreitada, uma vez que ela não tem ainda condições para tanto, que é resolvida na e pela atividade lúdica. Leontiev (1998) tece uma severa crítica à concepção de brincadeira como expressão de fantasias que pouco ou nada tem a ver com a realidade em que a criança vive. Defende que o brincar sempre corresponde à ação das pessoas em relação ao contexto em que vive. Os jogos com regras integram a brincadeira e tem um importante papel na constituição do auto-domínio da conduta da criança. Durante esses jogos, é desenvolvida a habilidade de se submeter a uma regra, mesmo frente a um estímulo que lhe impele a fazer algo bastante diferente do papel por ela representado na brincadeira, o que faz com que ela se torne capaz de refrear os impulsos que não são condizentes com esse papel. Tal processo cria a capacidade de auto-domínio de suas ações. Assim, “Dominar as regras significa dominar seu próprio comportamento, aprendendo a controlá-lo, aprendendo a subordiná-lo a um propósito definido” (LEONTIEV, 1988, p. 139). A importância da educação escolar no desenvolvimento da vontade da criança é evidenciada por Leontiev (1987) já na educação infantil. O autor afirma que o auto-controle motor, condição para a aprendizagens mais complexas e abstratas, não se dá de forma espontânea, mas deve ser objeto da educação escolar desde a educação infantil. Se, nessa perspectiva teórica, é por meio da brincadeira que a criança apropria-se de uma porção mais ampla do mundo da cultura humana, cabe perguntar: como os processos de alienação vigentes em nossa sociedade vêm perpassando a brincadeira e qual a influência deste processo para o desenvolvimento psicológico infantil? Em que medida a educação infantil tem desenvolvido adequadamente essa função precípua? Os alarmantes índices de crianças medicadas com psicoestimulantes em idade pré-escolar, em função de supostas disfunções no autocontrole do comportamento nos permitem supor um desconhecimento acerca do desenvolvimento da vontade na criança e do papel das mediações do educador nesse processo.

Palavras-chave: Psicologia Histórico-Cultural, vontade, brincadeira.

ISSN 1981-2566

PSICOLOGIA ESCOLAR E A PRÉ-ADOLESCÊNCIA: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES

Edna Salete Radigonda Delalibera

O presente trabalho é parte integrante de nossa pesquisa de mestrado, cujo capítulo foi composto a partir da revisão bibliográfica que objetivou condensar os construtos teóricos de grandes pensadores da psicologia e as pesquisas realizadas nos últimos dez anos que abrangem o período denominado pré-adolescência. Entendemos a pré-adolescência uma etapa da vida, compreendida entre o final da infância e início da adolescência. Consideramos que, da mesma forma que as concepções de infância e adolescência, foram sendo culturalmente modificadas no processo de desenvolvimento da humanidade em suas diferentes organizações da sociedade, a pré-adolescência também foi sendo construída como fase ou ciclo da vida, com necessidades, interesses e características específicas, de modo a atender às modificações advindas das novas formas de organização social. Consideramos que a partir do final do século XX, início do século XXI, esta categoria de sujeitos vem se diferenciando, ocupando espaço e status, apresentando especificidades e características que precisamos conhecer e apreender para podermos compreendê-los e acolhê-los, objetivando cumprir com sabedoria nosso papel de educadores. Refletindo sobre as mudanças engendradas na sociedade atual, com a intensificação e agilidade com que as informações são compartilhadas, facilitadas pelos avanços da informática e atualização crescente da indústria tecnológica, percebe-se a precocidade cada vez maior de nossas crianças e jovens, constatando-se, além disso, que a pré-adolescência, no cotidiano atual, tem “posturas adolescentes”, embora não estejam vivendo concretamente, fisicamente e psicologicamente essa fase. Eles adolescem mais cedo, visto ser este um fenômeno fundamentalmente psicológico e sociológico. Além disso, apontamos ainda que a pré-adolescência é uma das fases da vida que tem a sua demarcação mais confusa e complexa, conforme o parâmetro assumido pelo estudioso. A inclusão desta categoria em diferentes etapas do desenvolvimento humano, segundo critérios amplamente justificados pelos teóricos, suscita ambigüidades e inseguranças que muitas vezes percebemos na interação dos adultos com sujeitos deste período de desenvolvimento. A partir do apresentado, reiteramos que associadas às diversidade apresentada pelas diferentes abordagens para esta faixa etária que compreende os onze e doze anos de idade, tem-se ainda limitada teoria e escassa pesquisa a respeito sobre este período do desenvolvimento, o que torna bastante complexo tanto o trabalho do pesquisador quanto de outros adultos, como pais e professores, que acabam se sentindo confusos frente à diversidade da própria literatura científica. É, por conseguinte, com o intuito de conhecermos um pouco sobre as características dos sujeitos neste período do desenvolvimento, que aprofundamos este estudo, tentando formar um conjunto coeso de conhecimentos que possibilite apreender com mais clareza este nosso desconhecido pré-adolescente.

Palavras-chave: Psicologia escolar, pré-adolescência, pesquisa.

ISSN 1981-2566

VYGOTSKI E A DEFECTOLOGÍA SOVIÉTICA: PROVOCANDO SALTOS ONTOLÓGICOS

Sonia Mari Shima Barroco

Este trabalho resulta de pesquisa bibliográfica, de doutoramento (2003-2006), e sua finalidade é, considerando a história da educação de pessoas com deficiência na Rússia e União Soviética, apontar as concepções teórico-metodológicas vigotskianas para a defectología [educação especial], no tocante ao desenvolvimento humano, e discutir suas implicações à psicologia educacional e à educação inclusiva no século XXI. Um marco crucial é o reconhecimento de que o desenvolvimento humano é explicado sob as leis da dialética: é concebido como processo dinâmico que se efetiva por saltos qualitativos. A escola constitui-se em agência fundamental para a precipitação de alguns destes saltos, daí a importância de estar instrumentalizada teórica e metodologicamente para tanto. A psicologia educacional, por sua vez, sob o prisma histórico-cultural, pode e deve participar deste processo, reconhecendo não somente o nível de desenvolvimento real, mas identificando a zona de desenvolvimento próximo que tais saltos implicam, fornecendo pistas de intervenção junto à mesma. Tal identificação refere-se ao plano da genericidade e da singularidade dos sujeitos, e da própria ciência afeta. Desse modo, a intencionalidade e a diretividade do processo de desenvolvimento humano se apresenta sujeita ao reconhecimento de que o homem faz a história, a sua e a da humanidade. Podem ser citados diferentes homens que assinam esta história de modo marcante: Sokoliansky, Vlasova, dentre outros estudiosos e metodólogos da defectología russa e soviética, além do próprio Vigotski e de seus colaboradores. O corpo teórico e as práticas pedagógicas e psicológicas soviéticos tem sido alvo de vários estudos ocidentais, crescentes após 1990, explicitando quanto foram avançados no atendimento de comprometimentos sensoriais e mentais severos, mas lamentando a ênfase marxista em tal empresa, supostamente, de cunho apenas cerebral. Aqui, na contramão, defende-se que tais avanços foram alcançados justamente sobre a matriz de que o homem se faz homem, tenha ou não deficiência, pelo(a) trabalho, produção e apropriação da linguagem e sociabilidade. Assim, é sobre este tripé, de fundamento marxista, que se dão os saltos ontológicos nos “casos severos”. Por este modo, saíram da educabilidade pelo treino, com ênfase na natureza primitiva, biológica, sensorial, pleiteado por Condillac, Itard, Montessori, etc., e buscaram deliberadamente a formação das funções psicológicas superiores, a formação do homem cultural. Estimular o domínio do mundo e de si mesmos, constituiu-se na proposta teórica e na prática defectológica do período pós-revolucionário e das décadas seguintes. Conclui-se que a humanização do novo homem com deficiências e comprometimentos severos assentava-se sobre tal tripé, até hoje ignorado pelo mundo ocidental, ou observado, porém, criticado ou tomado por outro modo. A defectología vigotskiana demonstra a possibilidade de saltos ontológicos; estimula o reposicionamento das ciências humanas e biológicas; referenda a direção da educação de indivíduos com deficiência, resgatando-os do império do treino das habilidades naturais, transportando-os ao reino da apropriação e da aprendizagem, e, por isso, em direção à liberdade, à humanização. Sob tais considerações é que se devem fazer assinalações prospectivas acerca das contribuições, implicações e complicações da defectología em tempos de educação inclusiva, na sociedade capitalista pós-moderna.

Palavras-chave: Defectología, psicologia histórico-cultural, desenvolvimento humano.

ISSN 1981-2566

VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS: FORMAÇÃO DE PROFESSORES E RELAÇÕES COM A COMUNIDADE

Nilma Renildes da Silva

O presente trabalho tem como proposta apresentar parte de pesquisa realizada para tese de doutoramento, defendido em 2006 na PUC/SP. Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa intervenção que teve como foco a violência nas escolas. Em reflexões sobre este tema, comumente são enfatizados aspectos biológicos, imprimindo caráter inatista ao fenômeno, como se as relações permeadas pelo uso da violência fossem causadas apenas pelo agressor, não levando em consideração outros fatores que a determinam. No entanto, partimos do princípio de que a violência não é inata, os indivíduos se apropriam de formas violentas de se relacionar durante o processo de desenvolvimento; que a escola e o professor desempenham papel fundamental de mediadores na construção do processo de sociabilidade dos indivíduos e podem contribuir na construção de relações que prescindam da violência. Considerando que na perspectiva do referencial teórico do Materialismo Histórico Dialético a intervenção é imprescindível, percebemos durante o processo de realização da referida pesquisa, a necessidade de realizarmos um processo grupal com professores, para que estes se apropriassem de subsídios teóricos que possibilitasse uma diferenciação na sua atuação em relação à violência que se apresenta no cotidiano escolar. Durante a realização desta intervenção surgiu à necessidade de compreender as demandas dos professores: primeira - aprofundar os conhecimentos que nós, pesquisadores e professores participantes da pesquisa tínhamos da comunidade na qual a escola estava inserida; segunda - refletir e problematizar a situação em que os professores tiveram a sua formação inicial e desempenhavam suas atividades educativas.Para buscar estes subsídios e realizarmos a reflexão, construímos dois instrumentos. O primeiro, a caracterização do grupo de professores, num primeiro momento, objetivou constituir-se em mais uma forma de aproximação com a realidade vivida pelos participantes Este instrumento extrapolou seu objetivo inicial e ao ser aplicado e discutido, envolveu diversas instâncias nas quais estes professores se constituíam como individualidades. A análise dos dados nos levou a questionar: como professores sem acesso garantido a condições e espaços de reflexão e enriquecimento podem dar conta da questão da violência nas escolas? A busca para superar tal questionamento, foi a reflexão realizada a partir do papel do educador, da escola e educação, relacionando com a discussão realizada por Vigotsky em Psicologia e Pedagogia. O segundo instrumento denominado mapeamento do bairro no qual a escola está inserida, nos orientou e aprofundou o conhecimento sobre a realidade do bairro e favoreceu a ampliação da nossa compreensão acerca da complexidade das relações permeadas pela violência. Também, permitiu compreender que as causas e conseqüências da violência mudam de lugar e que não é possível pesquisar a violência que adentra os muros da escola, apenas em seu interior, em decorrência de que os muros e as grades das escolas são permeáveis à violência de um sistema social opressor e violento, que aboliu parte das formas humanas de sociabilidade. Ainda foi possível perceber que por meio de uma atividade comprometida com a transformação é possível descontrair concepções preconceituosas que impedem os sujeitos de agirem em direção a uma práxis emancipatória.

Palavras-chave: Violência nas escolas, formação de professores, relações escola-comunidade.

ISSN 1981-2566

RESPIRAÇÃO ORAL: CAUSAS E CONSEQÜÊNCIAS NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Miriam Adalgisa Bedim Godoy
Olinda Teruko Kajihara

A respiração nasal é condição fundamental para uma boa qualidade de vida. A ocorrência de obstrução mecânica ou funcional das vias aéreas superiores, causada por uma doença na infância, como, por exemplo, pela rinite alérgica, hipertrofia das tonsilas faríngeas (adenóides), hipertrofia das tonsilas palatinas e pelo desvio do septo nasal, obriga a criança a mudar o padrão respiratório, de nasal para oral. Este trabalho visa apresentar os sintomas pediátricos das doenças obstrutivas das vias aéreas superiores e os problemas no desenvolvimento infantil provocados pela respiração oral crônica. A permanência da boca entreaberta provoca rebaixamento da mandíbula e o seu deslocamento para trás, e por isso a primeira conseqüência da mudança do padrão respiratório é a alteração do crescimento crânio-facial, ou seja, o alongamento da face. Por permanecer com a boca entreaberta, o músculo orbicular dos lábios deixa de cumprir a sua função de selamento, e a língua, ao invés de tocar o palato mole, passa a repousar no assoalho da boca, provocando dificuldade de fala. O estiramento da musculatura peribucal leva ao hipodesenvolvimento da maxila e da mandíbula, e a diminuição do espaço para a irrupção dos dentes provoca problemas de oclusão dentária. Dessa forma, as funções de mastigação, de deglutição e de fonação do respirador oral acabam, também, sofrendo alterações. A retroposição da mandíbula obriga a criança a posicionar sua cabeça para a frente, a fim de aumentar o espaço oro-naso-faríngeo e facilitar a respiração pela boca. A anteriorização da cabeça provoca lordose cervical e cifose dorsal, e contribui para a rotação dos ombros para frente. Esta, por sua vez, comprime o tórax e dificulta sua expansão. Com isso, ocorre o relaxamento do diafragma e a criança tem de respirar de forma rápida e curta. Em conseqüência, ela não suporta esforço físico e se cansa com facilidade. A respiração oral prejudica a qualidade do sono da criança, porque provoca despertares freqüentes, ronco e sialorréia. A sucessão de noites mal-dormidas faz com que o respirador oral tenha fadiga diurna, sonolência e dificuldade de atenção, o que contribui para a diminuição de seu rendimento escolar.

Palavras-chave: Respiração oral, obstrução nasal, problemas de aprendizagem.

ISSN 1981-2566

VIOLÊNCIA ESCOLAR NA PERSPECTIVA DE PROFESSORES E ALUNOS DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO PÚBLICO DE UBERLÂNDIA-MG

Fabiana Martins de Aquino
Érika Aparecida Barbaresco Melo
Fabiana Carolina de Souza Carvalho
Hugne Eduardo Naves Pereira
Luciana Coelho de Faria
Patrícia Lorena Resende Rocha

A violência acomete o mundo contemporâneo em todas as suas instâncias e se manifesta de diversas formas. Ela está presente em toda sociedade e não se reduz a determinados espaços, a determinadas classes sociais, a determinadas faixas etárias ou a determinadas épocas. Na atualidade, tal violência se manifesta também no ambiente escolar. Pode-se entender violência escolar como uma intervenção física de um indivíduo ou grupo contra a integridade de outro(s) e contra si mesmo, além, também, de todas as formas de violência verbal, simbólica e institucional, que ocorrem dentro do contexto escolar. Nesse sentido, o presente trabalho pretendeu investigar e analisar as formas que a violência assume no cotidiano escolar de uma instituição pública de ensino fundamental e médio de uma cidade de médio porte da interior de Minas Gerais. Procurou-se investigar as seguintes formas de violência: violência física, violência simbólica, violência verbal, violência institucional, além do uso e tráfico de drogas. Este tipo de estudo se faz importante para analisar as implicações que a violência traz para uma instituição de ensino, afetando em diversos aspectos o processo de ensino-aprendizagem. Para isso, foram feitas entrevistas semi-estruturas com 4 (quatro) professores e 3 (três) diretores da instituição, além de um debate feito com duas turmas de alunos que cursavam o terceiro ano do Ensino Médio. A análise das entrevistas foi realizada qualitativamente. Os resultados indicaram que a violência escolar se expressa de variadas formas, e nem sempre está atrelada à violência física, indicando também a existência de outras violências dentro do contexto escolar, como intolerância e discriminação. Ambos os grupos ouvidos (alunos e professores) explicitaram medo em relação à violência dentro do ambiente escolar e nos arredores da escola. Além disso, observou-se que a violência foi apontada pelos jovens e pelos membros da escola como situação cotidiana, não excepcional. Alunos e professores em seu discurso apontam parcerias com instituições de segurança e lazer como solução para a melhoria do quadro atual da escola. A partir dos resultados, pode-se dizer que a violência aparece tanto na forma física quanto na forma psicológica, as quais parecem se mostrar na interação entre diretores, professores, funcionários, alunos e responsáveis. As situações de violência comprometem o que deveria ser a identidade da escola – lugar de sociabilidade positiva, de aprendizagem de valores éticos e de formação de espíritos críticos, pautados no diálogo, reconhecimento da diversidade e da herança civilizatória do conhecimento acumulado. Essas mesmas situações repercutem na aprendizagem e na qualidade do ensino.

Palavras-chave: Violência, escola, relações sociais.

ISSN 1981-2566

VIOLÊNCIA NA ESCOLA: CONCEPÇÕES E ATUAÇÃO DE PROFESSORES

Eni de Fátima Martins

A proposta deste trabalho é apresentar parte de um projeto de intervenção do psicólogo na escola, desenvolvido na Unesp/ Bauru, cujo foco foi o tema foi Violência nas escolas, realizado durante o ano de 2005 em uma escola do interior de São Paulo. O referido projeto tem como objetivos desenvolver estudos e pesquisas sobre atenção à crianças e adolescentes em situação de risco, visando contribuir para a superação de relações sociais permeadas pela violência, e oferecendo subsídios teórico-metodológicos na formação inicial e continuada em psicologia, nos aspectos psicossociais e educativos, para atuar junto a escolas. Participaram do projeto de intervenção quatro estagiários e duas professoras do curso de psicologia. A Violência nas escolas é uma realidade social que nos deixa perplexos simplesmente pela sua existência, principalmente porque estamos habituados a pensar a escola como o lugar da socialização do saber historicamente construído e acumulado, portanto, lugar de promoção da humanidade e não de reprodução da desumanidade. Privilegiamos como método de intervenção o processo grupal por compreender os grupos de uma forma dinâmica, multideterminado e histórico, trazendo em si as contradições presentes nesta forma de organização social, com suas determinações econômicas, institucionais e ideológicas. Entendemos que os alunos por vivenciarem situações de violência e por não terem atendidas suas necessidades educativas e de sociabilidade acabam por reproduzir a violência em seus relacionamentos, justificando uma intervenção psicossocial e educativa no sentido de contribuir para que possam se constituírem em sujeitos participantes do processo educacional. Em nosso entendimento para superar um cotidiano escolar marcado por violência é também preciso refletir com os alunos acerca do sentido da escola em nosso momento histórico atual. O objetivo geral do projeto foi iniciar processo de grupalização com os alunos para que possam construir espaço de reflexão sobre as relações sociais vivenciadas pelos alunos e como a violência está presente nessas relações, instrumentalizando os alunos para refletir sobre a ideologia dominante que reproduz relações sociais alienadas e alienantes, nas quais a violência se expressa. A intervenção foi desenvolvida em onze encontros com a participação de mais ou menos vinte alunos das quinta, sexta e sétima séries do período da tarde. As reuniões semanais de uma hora e trinta minutos ou mais. Podemos observar que num primeiro os participantes compreendiam que sua participação no grupo era para “aprender a ter educação; trabalhar os nervos e aprender a matéria” e suas relações eram por meio de “empurrões em pessoas e carteiras, gritos, brigas, xingamentos, dificuldade de sentar em círculo, ficar olhando pela janela, não dar atenção a fala dos coordenadores”, durante a intervenção foi-se notando sensibilização pelo outro; eleição do ajudante e do coordenador; ajuda na arrumação da sala; proposição de temática de discussão. E ao final observa-se melhoras nos próprios cuidados consigo mesmos; uma preocupação com relação ao seu futuro profissional, a sua futura inserção nesta sociedade, inclusive com alguns propondo discussões sobre a própria política e estrutura nacional, assim relacionando o contexto social com as suas possibilidades de futuro.

Palavras-chave: Educação, violência nas escolas, processo grupal.

ISSN 1981-2566

O SISTEMA ENTRE ADOLESCENTES INTERNOS DA FEBEM: MORALIDADE E PODER

Natália Felix De Carvalho Noguchi

O presente trabalho tem como base a dissertação de mestrado "Seguro na FEBEM/SP: universo moral e relações de poder entre adolescentes internos". Toma como ponto de partida o Sistema, um conjunto de regras criadas e legitimadas pelos próprios adolescentes que dita o certo e o errado no Mundo do Crime. À FEBEM (Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor), atualmente chamada CASA (Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente), cabe cumprir as diretrizes e normas previstas no ECA no que diz respeito à medida de privação de liberdade para adolescentes autores de ato infracional. Com um regime disciplinar rígido, que inclui atividades em grandes grupos e seqüenciais, ordenando o tempo dos internos de forma a moldar seus corpos e comportamentos, apresenta características tratadas por Goffman, quando fala de instituições totais. Tomando Foucault como referência, também podemos pensar no sistema de panoptismo presente na vigilância constante feita pelos funcionários, além dos relatórios sistematicamente elaborados pelas equipes técnicas e enviados ao juiz responsável pela sentença. Trata-se de uma instituição, portanto, que preza por legitimar uma educação pautada na heteronomia e em relações hierárquicas e autoritárias. É no interior dessa instituição que aparece o Sistema, com regras que incluem o respeito à mãe e familiares próximos, a condenação de crimes como o estupro ou a delação, a punição para aqueles que não cumprem com os deveres de higiene, o preconceito ao diferente – incluindo nisso homossexuais, deficientes e pacientes psiquiátricos. Um regime também autoritário, imposto pelos próprios adolescentes, obedecido à risca sob ameaça de exclusão do grupo e/ou morte. Estariam os adolescentes reproduzindo o funcionamento da FEBEM, ao criarem regras próprias, legitimadas pelo poder e força? Ao considerá-las sagradas e imutáveis, não evidenciam a educação recebida por eles, que preza pela manutenção da heteronomia? No entanto, a partir do não cumprimento das regras, cria-se outra instituição, para onde os "errados", "desobedientes" e "mal vistos" são enviados: o Seguro, grupo de excluídos e ameaçados de morte. Sofrem humilhação e violência física a partir do momento em que são acusados e, em momentos de rebelião, são feitos de reféns para evitar a entrada da Tropa de Choque nas unidades. Sendo assim, outras perguntas podem ser feitas: seria o Seguro criado com o intuito de estabelecer tensão com a FEBEM? Seria um contraponto? Ou seria uma produção do sistema disciplinar a que estão sujeitos os adolescentes? Seria uma forma de resistência? Versaremos brevemente sobre a discussão suscitada por essas questões, pensando que o Sistema e o Seguro surgem na tensão moralidade e poder existente nas unidades de internação da FEBEM/SP.

Palavras-chave: FEBEM, institucionalização, moralidade, relações de poder, adolescente autor de ato infracional.

ISSN 1981-2566

OFICINA DE EDUCAÇÃO SEXUAL: RELATO DE EXPERIÊNCIA EM ESCOLA PÚBLICA DE ENSINO FUNDAMENTAL DE MANAUS/AM

Anna Suellen Salazar Pedrosa
Herbert Santana Garcia Oliveira
Iolete Ribeiro Silva

A oficina de educação sexual foi desenvolvida dentro de um Programa de Extensão da Universidade Federal do Amazonas denominado Atividade Curricular de Extensão (ACE). A ACE se caracteriza por priorizar a aproximação entre universidade e sociedade e por contribuir para que a formação profissional dos universitários seja acompanhada pelo desenvolvimento de uma atitude ética, cidadã e responsável diante das questões sociais, por possibilitar uma aproximação entre teoria e prática e democratizar as relações dos alunos universitários entre si e com a população não universitária. Experiências bem sucedidas em educação sexual apontam para resultados importantes: como aumento do rendimento escolar, da solidariedade, respeito em relação à opção sexual de cada aluno e, principalmente, no desenvolvimento de sua sexualidade com prazer e responsabilidade. Afinados com a perspectiva dos direitos sexuais e reprodutivos dos adolescentes e com uma concepção sócio-histórica de sexualidade realizou-se a presente experiência. O Projeto teve a finalidade de preparar universitários para lidarem a educação sexual no contexto escolar e formar multiplicadores entre os adolescentes da escola. A Oficina foi desenvolvida na escola municipal São Sebastião, no bairro Puraquequara, zona leste II, na cidade de Manaus, no período de abril a setembro de 2006. As atividades foram realizadas em duas etapas. Num primeiro momento, aconteceram encontros de formação e debates com os universitários que trataram dos objetivos da educação sexual, papel da família e da escola na educação sexual de crianças e adolescentes e metodologia de trabalho. Em seguida, os universitários planejaram as atividades práticas: estabeleceram contato com a escola, negociaram horários, apresentaram a proposta de trabalho aos parceiros e organizaram ações para permitir o início da prática. Na primeira reunião na escola, realizou-se um debate com os professores, sobre educação Sexual e apresentou-se a proposta de trabalho para negociação do espaço de trabalho. Logo em seguida, o grupo reuniu-se com os pais e apresentou a proposta, a ficha de inscrição e a solicitação de autorização para seus filhos participarem da oficina. Foram realizados 8 encontros com os adolescentes. Nesses encontros foram discutidas as seguintes temáticas: primeiro amor; masturbação; relações de gênero; AIDS, métodos contraceptivos entre outros. Cada encontro teve duração de uma hora e meia. Participaram 10 adolescentes na faixa etária de 12 a 16 anos. O material pedagógico incentivou os adolescentes a se expressarem durante as oficinas. Pode-se observar a manifestação de diversos preconceitos aprendidos no convívio escolar e familiar. Os professores demonstraram não valorizar a temática da sexualidade e não contemplá-la no seu planejamento pedagógico. Ao longo do trabalho, a participação e o envolvimento dos adolescentes nos debates melhoraram progressivamente, aumentando a troca de saberes entre eles e os universitários. Destaca-se a relevância da educação sexual para contribuir para a construção da sexualidade dos adolescentes e a necessidade de realizar atividades no contexto escolar e do planejamento de políticas públicas que atendam a esta demanda, visto que a sexualidade faz parte da nossa formação, do nosso processo de desenvolvimento.

ISSN 1981-2566

QUESTÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS DA PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA

Celso Zonta

O objetivo principal deste trabalho é refletir sobre as relações entre educação e desenvolvimento de comunidade a partir de uma perspectiva histórico-crítica de Psicologia Social Comunitária. Com base no método histórico dialético, o trabalho destaca o conceito de mediação e a categoria contradição como elementos fundamentais para a compreensão do sujeito reificado e fetichizado pela sociedade capitalista e aponta possíveis ações transformadoras, em especial formas de ações de solidariedade e de defesa das relações de poder e exploração. Para discutir as determinações do modo de produção sobre a construção da subjetividade do indivíduo são analisados os seguintes elementos: os fenômenos da ideologia e da alienação e a relação entre realidade material e ideologia e a consciência social. O referencial teórico adotado incorpora elementos da Pedagogia da Libertação de Paulo Freire; da Psicologia Histórico-Cultural de Vigotski e Leontiev; da Psicologia da Libertação de Martin Baró e da Sociologia da Vida Cotidiana de Agnes Heller. Da Pedagogia da Libertação são destacados: a valorização do saber popular; o objeto cognoscível como elemento mediatizador de sujeitos cognoscentes; a problematização como instrumento de desnaturalização dos fenômenos sociais; a relação conhecimento e consciência a partir da realidade vivida. Da Psicologia Histórico-Cultural são analisados: a noção de zona de desenvolvimento próximo de Vigotski como mediação teórica para a compreensão das possibilidades de desenvolvimento e de geração de processos educativos para o conhecimento e a consciência; a relação entre a atividade humana (Leontiev), e o desenvolvimento da consciência; os sentidos e os motivos socialmente construídos. Das elaborações de Baró são discutidos: a necessidade de construção de uma psicologia a favor dos povos explorados; a facilitação de processos de desideologização e desenvolvimento de capacidades das pessoas para reagirem criticamente em relação às circunstâncias objetivas de suas vidas, gerando formas de conhecimento e de ação que as transformem; a compreensão do processo de libertação como a emancipação dos grupos sociais que sofrem opressão. Das contribuições de Heller destacam-se: os conceitos de comunidade e de vida cotidiana e suas relações com a formação do psiquismo alienado. Estas diferentes contribuições teóricas indicam pressupostos importantes para o desenvolvimento de processos psico-sociais numa perspectiva crítico-transformadora da sociedade, que pode contribuir para a formação de comunidades auto-gestoras no que se refere à solução de seus problemas em termos coletivos e de classes. Mas, para que estes processos sejam gestados é fundamental a construção de espaços sociais que possibilitem a reflexão sobre as relações entre pensamento e ação que fornecem a base para o desenvolvimento da consciência e da identidade psicossocial. A humanização do sujeito se dá através da educação, a partir de um esforço consciente e deliberado de seus atores na apropriação dos conhecimentos historicamente acumulados, e a formação de grupos comunitários numa perspectiva de educação popular, pode constituir-se em um locus privilegiado para uma formação reflexiva capaz de gerar a crítica aos valores negativos produzidos no capitalismo, tais como o individualismo e o consumismo e a construção de novos valores humanos, entre eles a justiça social, a solidariedade, o coletivismo e a valentia cívica

Palavras-chave: Relações entre educação e comunidade, psicologia social comunitária, transformação social.

ISSN 1981-2566

A (IN)VISIBILIDADE DE ALUNOS AFETADOS PELA AIDS NO COTIDIANO ESCOLAR

Eliana Miura Zucchi
Claudia Renata Barros
Vera Silvia Facciolla Paiva
Lidia Samuel Chongo
Ivan França Junior

Introdução: Na experiência da orfandade por AIDS, além do desamparo da criança/jovem decorrente da perda de um dos pais, o estigma e a discriminação relacionados ao HIV/AIDS pode ser um elemento crítico na promoção e proteção de direitos em vários contextos, inclusive na educação.Objetivo: Descrever as percepções de educadores sobre o cotidiano escolar de alunos órfãos por AIDS.Método: Foram analisadas três entrevistas em profundidade e dois grupos focais realizados com coordenadores pedagógicos e professores, respectivamente, em duas escolas públicas da cidade de São Paulo. Em cada escola foram conduzidos pelo menos uma entrevista e um grupo focal. Os relatos foram organizados quanto à relevância da temática HIV/AIDS no cotidiano escolar e à visibilidade de alunos órfãos por AIDS na escola.Resultados: Tanto os coordenadores pedagógicos quanto os professores têm a percepção de que, embora a história da epidemia da AIDS tenha mudado muito, as escolas não acompanharam essas mudanças: há dificuldade de sensibilizar-se e abordar esse tema em sala de aula e até mesmo em conhecer materiais disponíveis na escola (por ex. luvas) para usar quando alguém se machuca. Mas o conteúdo das entrevistas (coordenadores) e do grupo focal (professores) indicou diferenças importantes Os três coordenadores pedagógicos, embora reconheçam que é estranho, afirmam não conhecer nenhum aluno órfão por AIDS na escola onde trabalham; dois não conseguiam sequer imaginar como seria a vida escolar de um. A sexualidade, entretanto, do aluno órfão por AIDS poderia ser fator preocupante para a escola. Somente um coordenador imaginou possibilidades e dificuldades: se o aluno fosse soropositivo, teria medo de morrer, não revelaria sua condição a ninguém, mas faria de tudo para se cuidar e lutar por um futuro profissional se fosse menina. Os professores, ao contrário, ao serem perguntados sobre a existência de alunos órfãos por AIDS, identificaram prontamente alguns alunos, suas histórias de vida, desempenho escolar e como tomaram conhecimento acerca da orfandade por AIDS. Ainda, destacam situações em que estes alunos são alvos de estigma e discriminação: são chamados de “aidéticos” pelos colegas, podendo, inclusive, serem excluídos na escola. O fator decisivo para discriminação é a soropositividade. Professores ficam divididos quanto ao dever da escola de informá-los sobre a orfandade por AIDS ou soropositividade de seus alunos: alguns crêem que ajudaria o educador a ter um olhar diferenciado a estes alunos, protegendo-os, e outros consideram a possível manifestação de preconceito do próprio professor.A veiculação de informação sobre DST/HIV/AIDS ainda é vista como “faca de dois gumes”: pode tanto ajudar a promover saúde e diminuir a discriminação, como também estimular os alunos em geral a experimentarem drogas, sexo casual etc.Conclusão: AIDS e orfandade são temas secundários no cotidiano escolar quando comparados à dificuldade de ensino/aprendizagem, deficiência, violência, desemprego, uso de drogas e sexualidade. A invisibilidade de alunos órfãos por AIDS na perspectiva dos coordenadores pedagógicos pode afetar o planejamento de ações futuras nessa área, para promover saúde e garantir o direito a educação e à não-discriminação das crianças , soropositivos ou negativos, afetadas pela epidemia.

Palavras-chave: Orfandade por AIDS, educadores, estigma da AIDS.

ISSN 1981-2566

DESATENÇÃO E PROBLEMAS ESCOLARES DO RESPIRADOR ORAL

Olinda Teruko Kajihara

A descrição pioneira da fisiologia nasal e das conseqüências da respiração oral datam do século XIX. A partir dessa época, por meio de observação clínica os médicos começaram a constatar que crianças respiradoras orais apresentavam problemas de atenção e de aprendizagem. Apesar disso, somente a partir de 2003 começaram a ser publicadas pesquisas sobre a qualidade de vida escolar do respirador oral em vários países. No Brasil, esse tema passou a ser investigado pelo Grupo de Pesquisa "Ensino, Aprendizagem e Avaliação Escolar", ligado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá – Paraná. Este trabalho objetiva expor os resultados dos estudos realizados por esse Grupo de Pesquisa sobre os problemas de aprendizagem e de atenção dos alunos respiradores orais. Os respiradores orais, independentemente do tipo de doença obstrutiva das vias aéreas superiores que apresentam, têm dificuldades na cópia associadas com problemas de atenção. Os alunos com rinite alérgica e com hipertrofia das adenóides apresentam semelhanças e diferenças quanto aos tipos de problemas de aprendizagem. Os dois grupos não têm dificuldade nas leituras lexical ("visual") e sublexical (fonológica), assim como de interpretação de texto, mas têm dificuldades na cópia e na escrita sublexical. Somente os respiradores orais com hipertrofia das adenóides têm dificuldade na realização de operações e problemas de aritmética, a qual parece estar associada à desatenção. Não parece haver correlação entre problemas de postura e dificuldade de aprendizagem entre os respiradores orais, mas a alteração postural no segmento pescoço é um problema comum nesse grupo de crianças. O não atendimento das necessidades educacionais específicas dos alunos respiradores orais tem levado à persistência dos problemas de atenção e de aprendizagem ao longo do processo de escolarização e, portanto, a não superação do atraso escolar. A presença de alterações crânio-faciais nos alunos parece ser um critério que pode ser utilizado pelo professor para levantar a suspeita de que o seu aluno seja um respirador oral, e por isso pode ser usado para o encaminhamento do escolar para avaliação e tratamento médico da doença obstrutiva e da respiração oral.

Palavras-chave: Respiração oral, dificuldade de atenção, problemas de aprendizagem.

ISSN 1981-2566

ADOLESCÊNCIA EM CONFLITO COM A LEI, PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO: DE UMA ANÁLISE CRÍTICA A PROPOSTAS DE ATUAÇÃO

Juliana Silva Lopes
Marcelo Roman

O minicurso busca oferecer uma visão crítica da adolescência em conflito com a lei no Brasil e propostas de atuação profissional na área, baseadas em vertentes materialistas históricas na Psicologia Escolar e em experiência de intervenção e pesquisa vividas na FEBEM/SP. Para isso, o minicurso se divide em três partes: contexto geral para análise da problemática e de suas relações com o Estado, análise das condições institucionais da FEBEM/SP e da escola que funciona em seu interior e, por último, alguns rumos que uma psicologia engajada em trabalhar pela superação dessa problemática pode assumir.Inserido em um sistema social em que os trabalhadores não são donos do que fazem, o Brasil sofre o peso de ser local histórico de sangria por parte de corporações internacionais e elites locais. Com uma das piores distribuições de renda do mundo, índices de desenvolvimento social sofríveis e taxas de violência que estão entre as mais altas no cenário internacional, o Brasil tem em sua juventude pobre e moradora dos grandes centros urbanos uma fatia da população extremamente vulnerável aos efeitos nefastos do sistema capitalista.Manifestação das contradições sociais, o adolescente infrator no Brasil tem sido predominantemente tratado pelo Estado de forma autoritária, punitiva, burocrática, precária, violenta em vários sentidos. A internação é, via de regra, o centro da resposta estatal para delitos cometidos por adolescentes pobres. Contendo o maior número de internos do país, a FEBEM/SP é campeã em denúncias de maus-tratos e episódios de violência hedionda. Suas unidades de internação variam, no que diz respeito às relações internas de poder, entre dois pólos: a violência praticada por funcionários e a violência praticada por internos, contra funcionários e contra eles mesmos – denunciando, assim, a ausência de uma estrutura efetivamente pedagógica que se sobreponha à predominância da cultura punitiva. Nesse contexto, a escola, situada no interior da FEBEM, vem para o cumprimento da lei e para dar “ares educativos” a uma instituição sabidamente punitiva. Seu papel, no entanto, é exercido de maneira contraditória e ambígua permitindo a criação de brechas e rachaduras no instituído, tornando-se, assim, importante locus de atuação e resistência. A necessidade de associação entre teoria e prática, entre pesquisa e atuação profissional, é o que deve mover psicólogos escolares / educacionais a experimentarem formas de resistência humanizadora por meio do desenvolvimento de novas práticas. A partir da experiência da Associação Fique Vivo na FEBEM/SP, pode-se ilustrar importantes princípios de atuação crítica na área, como o tratamento contraditório da demanda institucional, a importante função da apropriação de cultura no trabalho com adolescentes e o trabalho participativo com educadores. O programa desse minicurso visa, portanto, contribuir para a formação de psicólogos, pesquisadores e educadores interessados em compreender o quadro assustador em que nos encontramos e oferecer possibilidades de humanização emancipatória para adolescentes vulnerabilizados socialmente.

Palavras-chave: Adolescência em conflito com a lei, psicologia,educação.

ISSN 1981-2566

OS DIREITOS HUMANOS NA SALA DE AULA: A ÉTICA E SEUS AVESSOS

Rita Melissa Lepre

Este relato de experiência refere-se a um trabalho de pesquisa-ação desenvolvido por um grupo de alunos do oitavo termo do curso de Psicologia da Unesp de Bauru, sob a supervisão da professora da disciplina de Prática de Ensino de Psicologia. A opção metodológica pela pesquisa-ação se justificou por essa ser uma modalidade de pesquisa em que o objeto a ser investigado é construído coletivamente pelo pesquisador e por aqueles diretamente envolvidos na pesquisa. Essa modalidade de pesquisa envolve, ainda, uma interação profunda entre pesquisador e participantes de pesquisa na busca de soluções para problemas que foram detectados por ambos, visando o encaminhamento de ações concretas que possam solucionar o problema em questão. Há, também, uma ampliação do nível de consciência de pesquisadores e pesquisados sobre o fenômeno em questão. A pesquisa-ação objeto desse relato de experiência foi realizada em uma Escola Estadual da cidade de Bauru (SP) e teve como participantes os alunos e as professoras de duas salas do ciclo I do Ensino Fundamental: uma sala de primeiro ano e uma sala de segundo ano. O objetivo da pesquisa foi o de apreender as concepções das crianças sobre a questão das regras e dos direitos humanos e sua importância para o convívio em grupo. Para tanto, foram apresentados e discutidos - por meio de dinâmicas, desenhos e role-playing - alguns dos artigos presentes na Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH). As professoras responsáveis pelas classes estiveram presentes durante todo o processo. Posteriormente, foi pedido aos alunos das duas salas que elaborassem um pequeno livro com os direitos que os alunos têm em sala de aula. Percebeu-se que os alunos confundem regras com direitos e não compreendem que essas últimas são resultados de direitos individuais e coletivos. Regras como “obedecer a professora”, “ficar quieto” e “não fazer bagunça”, apareceram como direitos. Concluímos que os alunos confundem princípios com regras devido a um trabalho pouco desenvolvido pelos professores nesse sentido. Acreditamos que mais do que estabelecer regras coletivas e firmar contratos que normatizam a convivência em sala de aula, os professores deveriam se preocupar em compartilhar com seus alunos a questão dos valores morais e dos direitos individuais e coletivos que são a base para se pensar em regras e normas de convivência. Uma ação pedagógica que vise o desenvolvimento da autonomia moral precisa ir além de questões meramente descritivas, apostando em ações nas quais a ética possa ser vivida e compartilhada entre alunos e professores.

ISSN 1981-2566

PESQUISA COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL E PESSOAL

Herculano Ricardo Campos

Considerar que em determinadas pessoas e/ou grupos sociais há possibilidade de se configurar “situações negativas”, tanto de ordem pessoal quanto social, implica reconhecer que as circunstâncias em que vivem são caracterizadas por condições que, em alguma medida, prejudicam o seu desenvolvimento bio-psico-social. Quando se trata de crianças e adolescentes, sujeitos em condições peculiares de desenvolvimento, como definidos pelo ECA e de acordo com o qual se encontram sob a Doutrina da Proteção Integral, as atenções devem ser redobradas. Várias são as situações que podem ser caracterizadas como aquelas em que os sujeitos que nelas (sobre)vivem são considerados em condição de vulnerabilidade. Dentre elas destacamos o trabalho precoce, o uso de drogas, em situação de rua, vítimas de violência intrafamiliar. Mesmo considerando-se as especificidades de cada uma dessas situações, o que elas têm em comum é o pressuposto de que as práticas de cuidados e de proteção estão, em algum nível, comprometidas. Nesse sentido, a investigação com essa população, além de envolver questões éticas particulares, requer cuidados específicos, principalmente quanto aos procedimentos a serem adotados, para garantir que os conteúdos de ordem afetivo-emocionais que emergem no processo de pesquisa recebam o tratamento adequado. Nesse contexto é que estabelecemos o objetivo desta oficina, qual seja, discutir as especificidades da pesquisa com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social e pessoal, nas quatro condições apontadas acima.

Palavras-chave: Vulnerabilidade pessoal e social, pesquisa com crianças, adolescentes.

ISSN 1981-2566

REPRESENTAÇÃO SOCIAL DO SABER E ESCREVER DE PARTICIPANTES DO PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO

Ana Lucia Paes de Barros Pacheco

Embora a erradicação do analfabetismo seja um dos deveres do estado e a Constituição garanta a todo cidadão o acesso ao ensino fundamental gratuito, no país esta realidade ainda está longe de acontecer. Cerca de 13,6% da população de 15 anos e mais não é alfabetizada. Ou seja, o objetivo de garantir o ingresso ao ensino fundamental a todos que a ele não tiveram acesso na idade própria parece ainda distante do cumprimento e as ações governamentais, de modo geral, têm sido pouco eficazes na transformação deste quadro. A educação é um dos fatores considerados mais importante para o bem estar dos indivíduos na sociedade atual e, um recurso fundamental para que eles se apropriem dos demais bens da vida moderna e possam com isso exercer plenamente a sua cidadania. Porém, embora a igualdade de oportunidades seja altamente desejável e necessária, no sentido de garantir a todos o acesso a educação, nos parece igualmente importante que o cidadão perceba a educação como um bem da cultura desejável, um direito e também uma necessidade do mundo letrado no qual vivemos, pois quem dele não participa, corre o risco de compor a massa de excluídos da sociedade atual. Neste estudo, partimos da idéia de que as práticas sociais são expressões do pensamento social. Segundo Moscovici, as representações sociais devem se encaradas como uma forma de conhecimento socialmente elaborada e partilhada com o objetivo de interpretar o real e orientar o nosso comportamento. Um saber prático pelo qual o objeto adquire seu sentido.Este trabalho teve como objetivo central conhecer quais são as representações sociais que os alunos do Programa Brasil Alfabetizado constroem a respeito do saber ler e escrever. Trata-se de uma pesquisa de campo, com 85 pessoas, participantes do Programa Brasil Alfabetizado de ambos os sexos, moradores na zona urbana da cidade do Rio de Janeiro. Foram realizadas entrevistas individuais semidirigidas, a partir de um roteiro que abordava, além da representação social do saber ler e escrever por meio da técnica de evocação livre, características socioeconômicas do grupo entrevistado. As informações obtidas foram digitadas e tratadas através de pacote estatístico. Os resultados preliminares foram interpretados segundo a abordagem estrutural das representações sociais. O grupo estudado estava composto em sua maioria por pessoas pobres e do sexo feminino. Dentre as categorias que compõem o núcleo central da representação social do saber ler e escrever as que aparecem como as mais freqüentes e mais prontamente evocadas são: trabalho e independência. Essas representam os aspectos mais socialmente compartilhados desse grupo. Nos esquemas periféricos, encontram-se categorias como: carta, recado bilhete, conhecimento, ler livro, jornal e revista. Elas estão mais relacionadas às vivências pessoais desses sujeitos. De fato, no núcleo central, o saber ler e escrever é visto como um meio de atingir uma maior autonomia. Já no sistema periférico, o saber ler e escrever aparece com um fim em si mesmo. Como um instrumento de acesso e aquisição de maior conhecimento.

Palavras-chave: Representação social, alfabetização, educação.

ISSN 1981-2566

EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA: UMA PROPOSTA ATUAL OU MAIS UMA PROPOSTA?

Magno Geraldo de Aquino

Em pleno século XXI é difícil encontrar país no mundo que não garanta, nos textos legais, o acesso de seus cidadãos à educação básica. Afinal, a educação escolar é uma dimensão estratégica para políticas que visam a inserção de todos no espaço social, político e da cidadania. Fala-se muito em igualdade dos indivíduos, tanto no que se refere aos seus direitos, quanto no que se refere aos seus deveres. Está na moda falar de democracia, direitos do cidadão e cidadania. Na mesma dimensão encontra-se o discurso em torno da necessidade de mais escolas e de maior qualidade educacional. E não menos enfático o discurso que aborda a relação entre escola e cidadania, em que o assunto principal é a educação e a instrução para todos. O tema educação e cidadania é assunto não só para educadores, não só para os entendidos em política educacional, mas para todos aqueles que acreditam numa profunda transformação social. Trata-se da cidadania como um conjunto de deveres e direitos, individuais e sociais, econômicos, políticos e culturais, e essencialmente, como participação na vida pública. Por educação pode-se afirmar que é, basicamente, a formação do ser humano para desenvolver suas potencialidades de conhecimento, julgamento e escolha para viver conscientemente em sociedade, promovendo sua participação na vida pública. Inclui aqui a noção de que o processo educacional contribui tanto para conservar quanto para mudar valores, crenças, mentalidades, costumes e práticas. Nesse sentido, pode-se afirmar que a educação, enquanto instituição, molda e assume comportamentos particulares e, por isso, cria cidadãos modernos. Acredita-se, portanto, que uma das finalidades da educação é a de preparar os alunos para serem cidadãos ativos e críticos, membros solidários e democráticos de uma sociedade solidária e democrática. É assim que vemos a educação escolar como uma grande conquista numa época repleta de informações veiculadas, predominantemente, pela via escrita. Sendo a escola a principal agência de letramento na sociedade, e a necessidade de saber ler e escrever uma urgência, não é difícil vincular a educação como uma das propostas principais para se garantir a cidadania ao indivíduo. Afirma-se que uma das principais contribuições da escola para a cidadania é permitir ao cidadão comum o acesso a essas informações, tão úteis para o viver no seu dia-a-dia. A cidadania nesses termos passa pela escola. A educação escolar é, portanto, uma das principais, e essenciais, condições na construção da cidadania. A escola é um dos principais espaços do aprender a conviver e a lutar pela democracia e justiça. Nessas condições, não há como negar que a conquista do direito à educação escolar é a conquista de um dos primeiros passos para a conquista da cidadania plena. No entanto, o que se questiona, nessa nossa reflexão, é o estatuto da educação, no formato atual, como principal e essencial caminho para a conquista da cidadania. Afinal, pode-se perceber no próprio interior da escola formas de negação dos direitos do cidadão ao próprio conhecimento e a questões essenciais à sua formação e participação em sociedade.

Palavras-chave: Educação, cidadania, sociedade.

ISSN 1981-2566

POBREZA E EDUCAÇÃO

Ana Lucia Paes de Barros Pacheco
Janaína Coelho Monteiro
Thiago Ricardo de Mattos
Marcia Valeria Do Carmo Bezerra

Educação, pobreza e desigualdade social têm sido temáticas privilegiadas, atualmente, nos debates tanto no meio político como acadêmico. Entretanto, as imensas disparidades sociais presentes em nosso país ainda são, infelizmente, uma realidade nacional. Cerca de 33% da população brasileira não possui um nível mínimo de renda para a satisfação de suas necessidades mais básicas. Além disso, o analfabetismo atinge ainda cerca de 16 milhões de pessoas com idades acima de 15 anos, cujo exercício da cidadania está limitado por não dominarem o mundo da leitura e da escrita. Nas famílias pobres, para aumentar a renda familiar é freqüente o engajamento dos filhos precocemente no mercado de trabalho, comprometendo seu acesso e permanência na escola. Fato que contribui para formação de mão-de-obra não qualificada e conseqüentemente com baixa remuneração. Este trabalho busca discutir algumas questões ligadas à pobreza, buscando conhecer como os pobres se apropriam do processo de escolarização. De fato, pretendemos entender de que maneira o pertencimento ao mundo letrado é visto por eles como estratégia de enfrentamento da pobreza, ou seja, como uma possibilidade de melhoria de qualidade de vida. A pesquisa foi realizada com alunos do Programa Brasil Alfabetizado moradores na zona urbana da cidade do Rio de Janeiro. Dos participantes, 52% tinham renda inferior a 2 salários mínimos e 32% tinham renda de 2 a 4 salários mínimos. Foram entrevistadas 85 pessoas e os temas centraram-se em: representação social da condição de pobreza, percepção que os participantes têm das causas atribuídas à pobreza, bem como estratégias que consideram eficazes para a superação das suas carências. As informações obtidas foram digitadas e tratadas através de pacote estatístico (SPSS) e análise do discurso. Os resultados preliminares mostram que a pobreza é retratada como condição de indigência. A maioria dos entrevistados, fundamentalmente feminina (74%), vê no trabalho a possibilidade mais imediata de melhorar sua condição de vida. A falta de estudo adequado é percebida pelos participantes como um entrave para o ingresso no mercado de trabalho, acesso a melhores empregos e remunerações mais altas. Desta forma, a educação é mais freqüentemente compreendida por eles como uma estratégia para adquirir estes bens do que como um bem cultural desejável, pelo que ela pode oferecer em termos de desenvolvimento pessoal. E, ao contrário do que diz o senso comum, o grupo estudado destaca mais a falta de esforço pessoal, para o trabalho e o estudo, do que possíveis condições desfavoráveis de vida no país como razão para a pobreza.

Palavras-chave: Educação, pobreza, exclusão.

ISSN 1981-2566

A PSICOLOGIA ESCOLAR E A CRIANÇA RESPIRADORA ORAL

Luiz Donadon Leal

A desatenção é um motivo freqüente de encaminhamento de alunos aos serviços de atendimento psicológico. Este estudo objetiva discutir a questão da avaliação e do atendimento psicoeducacional do aluno respirador oral com queixas de problemas de atenção e de aprendizagem. A análise dos 32 prontuários de crianças com dificuldades de aprendizagem atendidas no período de dois anos em uma clínica-escola de psicologia revelou que 21 escolares apresentavam queixa de desatenção, sendo que 8 alunos desse subgrupo tinham, também, histórico de doença obstrutiva das vias aéreas superiores e sintomas de respiração oral. Três casos foram selecionados para análise. A primeira criança avaliada tinha 8 anos e cursava a 3ª série do Ensino Fundamental. O menino havia sido encaminhado pela escola com queixas de dificuldades de escrita e de cópia das tarefas escolares. Ele tinha histórico de amigdalites de repetição e de hipertrofia das tonsilas faríngeas. A informação de que os cadernos do menino estavam sempre incompletos poderia ter levado à formulação da hipótese de uma dificuldade de atenção associada à hipertrofia das adenóides, visto que o garoto apresentava sintomas de obstrução nasal: sialorréia, ronco, sono agitado e dificuldade de alimentação. O segundo caso analisado foi o de um menino de 7 anos, aluno da 1ª série com queixa de agressividade e desatenção. Na entrevista inicial a mãe informou que a criança apresentava hipertrofia das adenóides, e que por isso estava com a boca sempre aberta e tinha sialorréia. Ele tinha realizado adenoidectomia e fazia tratamento ortodôntico e fisioterapia para corrigir os problemas de postura (lordose e escoliose). Apesar dessas informações, não foi levantada a hipótese de associação entre a queixa de desatenção e o histórico de doença obstrutiva e os sintomas de respiração oral. O terceiro caso analisado foi o de uma garota de 10 anos que cursava a 4ª série do Ensino Fundamental, e que tinha sido encaminhada pela escola porque “voava” durante as aulas. Os pais relataram que a menina apresentava histórico de hipertrofia das adenóides, gripe e amigdalites de repetição. Apesar da adenoidectomia, continuava apresentando respiração oral, ronco e dificuldade para dormir. Os sintomas de respiração oral relatados pelos pais não foram associados aos problemas de aprendizagem e à hipertrofia das adenóides. Esses três casos alertam para a necessidade de divulgar aos profissionais que atuam na área da educação, como, por exemplo, o psicólogo escolar, o tema doenças obstrutivas das vias áreas superiores, respiração oral e suas conseqüências no desenvolvimento infantil.

Palavras-chave: Respiração oral, problemas de aprendizagem, Psicologia escolar.

ISSN 1981-2566

A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Jaqueline Delgado Paschoal

Devido às inúmeras inovações trazidas pelas Políticas Públicas voltadas para a infância; a criança, hoje, é reconhecida e defendida como um sujeito de direitos, principalmente o direito a uma educação de qualidade desde o nascimento. Apesar de todo o avanço da legislação, ainda convivemos com a difícil realidade de muitas creches e pré-escolas, onde seus profissionais não possuem formação adequada para lidar com a criança pequena. Um dos fatores que contribuem para essa questão, diz respeito à formação inicial desses profissionais, pois, a fragilidade e superficialidade em que muitos cursos são propostos, dificultam um trabalho de mais qualidade na escola. Assim, o trabalho realizado junto às crianças, se restringe mais aos cuidados físicos relacionados a higienização do que propriamente um trabalho voltado aos aspectos educativos. O que se defende na atualidade é uma formação mais abrangente onde a questão da qualidade destaca-se como um dos desafios dentre as políticas públicas para a educação, já que as demandas colocadas à escola exigem do trabalho educativo outro patamar profissional, muito superior ao hoje existente. Desta maneira, a especificidade da profissão do professor da educação infantil, deve ser discutida e problematizada no âmbito educacional.

Palavras-chave: Educação infantil, políticas públicas, formação de professores.

ISSN 1981-2566

A MÚSICA COMO PROMOTORA DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL: UMA PESQUISA-INTERVENÇÃO NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Yolanda de Jesus Machado

As aprendizagens empreendidas pela criança, incluindo as musicais, no contato com parceiros mais experientes, nos primeiros anos de vida, estimulam o desenvolvimento das funções psicológicas e de diversos processos como a socialização, a construção e o estreitamento de laços afetivos, a aquisição da linguagem, o desenvolvimento da psicomotricidade. A partir da experiência como membro de equipe de estágio em psicologia escolar em instituições de educação infantil, mostrou-se relevante desenvolver com as professoras um trabalho de sensibilização para o papel da música no desenvolvimento infantil. Fundamentada em uma visão crítica sobre o processo de musicalização e seu papel no desenvolvimento infantil, assim como nas orientações dos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil do MEC, tal intervenção justificava-se pela precariedade da formação das professoras nessa área, dado o currículo dos cursos por elas realizados. O presente trabalho tem por objetivo trazer à discussão o resultado das observações e intervenções realizadas com tal propósito. Pretendeu-se auxiliar na promoção de uma postura atenta e crítica em relação à importante contribuição da música para o desenvolvimento infantil, seguindo os parâmetros da proposta do estágio de psicologia em realização –inspirada na psicologia sócio-histórica e na psicologia institucional– que entende o psicólogo como coadjuvante no cenário educativo, parceiro do educador e atuante não só nas esferas familiar e infantil, mas também nos processos de formação continuada dos professores. Foram pesquisadas, em relação à temática em questão, as concepções dos professores de três instituições de educação infantil do município do Rio de Janeiro –duas comunitárias e uma particular. A metodologia constou de quatro etapas: observação participante do cotidiano escolar; aplicação de um questionário com perguntas abertas e fechadas a 29 educadoras; realização de 2 entrevistas semi-estruturadas com uma coordenadora psicopedagógica e uma estagiária de psicologia atuante na instituição comunitária; e a realização de duas oficinas de musicalização com as professoras. A estrutura da oficina, que teve duração média de duas horas, era composta de atividades de sensibilização sobre o papel da música na vida da criança, discussão a respeito das possibilidades de trabalho pedagógico e utilização de recursos musicais, confecção de instrumentos e apresentação de cantigas. A análise de conteúdo do material colhido e das observações realizadas indicam que as educadoras demonstram interesse tanto pela música quanto pela dança e utilizam esses recursos com muita freqüência, mas geralmente em atividades de rotina, atividades pedagógicas e atreladas à contação de histórias. Os principais resultados obtidos com a intervenção foram a circulação entre as professoras de práticas inovadoras, algumas empregadas por elas a seguir com sucesso, a troca de experiências profissionais e pessoais, a valorização de seu trabalho e conhecimento, além de reflexões e debates direcionados para uma visão crítica a respeito da música e sua utilização na educação infantil. Pode-se concluir, pois, afirmando que a atuação mediadora do psicólogo escolar pode contribuir para o enriquecimento do trabalho educativo que, proporcionando uma aprendizagem mais diversificada, abre novas possibilidades para o desenvolvimento infantil.

Palavras-chave: Música, desenvolvimento, educação infantil, psicologia escolar.

ISSN 1981-2566

A NARRAÇÃO DE HISTÓRIAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONTRIBUIÇÕES DA NEUROPSICOLOGIA E DA LITERATURA INFANTIL

Lidiani da Rocha Prado
Celia Vectore

Propiciar o desenvolvimento integral da criança de zero a seis anos é um dos desafios enfrentados na atualidade pela Educação Infantil. Os avanços da ciência neuropsicológica, em especial os relacionados à importância dos hemisférios cerebrais direito e esquerdo, muito têm contribuído para desvelar a inadequação de várias práticas existentes em contextos infantis. Assim, o presente estudo objetivou verificar como a leitura de contos, fábulas e poemas, atividades extremamente profícuas, pois possibilitam a ativação do cérebro em sua totalidade, está efetivamente incluída nos currículos pré-escolares. Para tanto, foram entrevistadas vinte e seis educadoras oriundas de pré-escolas públicas municipais e estaduais, e particulares de cinco cidades do interior do Estado de São Paulo e em uma cidade do interior de Minas Gerais. O instrumento utilizado para a coleta de dados foi um questionário com perguntas semi-estruturadas. Em relação à temática pesquisada, observa-se que a maioria das educadoras faz uso do rádio e da televisão, não contando diretamente as histórias para as crianças. Além disso, dizem preferir a alfabetização, nos moldes escolares, em detrimento do trabalho com a imaginação. A interação de achados de diversas ciências deve ser considerada na elaboração de currículos voltados à criança pequena e na consecução de políticas públicas que atendam às especificidades de tal faixa etária.

Palavras-chave: Educação infantil, literatura infantil, educadoras.

ISSN 1981-2566

A FAMÍLIA NA CRECHE E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Eulália Henriques Maimone

A qualidade na educação infantil tem sido um dos importantes aspectos considerados nos últimos anos, em estudos nacionais e internacionais. Uma das dimensões dessa qualidade é a relação família-escola. A partir de um diagnóstico de uma instituição de educação infantil da periferia de uma cidade do interior de Minas Gerais, em que se constatou a necessidade de serem melhoradas as estratégias de participação de pais, foi proposta a presente pesquisa. A mesma teve como objetivo aumentar essa participação e propiciar aos professores oportunidade de formação para lidar com as famílias das crianças que freqüentam a creche. Para atingir esse objetivo, foram planejadas e executadas ações conjuntas com a participação de pais, mães, avós, crianças e professoras, que consistiram em dinâmicas de grupo pela técnica do brincar junto. Partiu-se da constatação de que a família tem vontade de participar mais da creche, mas não sabe como fazê-lo e a instituição reclama da sua pouca participação. Houve duas dinâmicas iniciais, que possibilitaram momentos de apropriação dessa forma de trabalho pelo pessoal da creche. As demais dinâmicas foram realizadas por turma de 3, 4 e 5 anos e planejadas e desenvolvidas pelas educadoras, sendo videogravadas, com o objetivo de avaliação e de formação de professores. As avaliações indicaram um caminho promissor para uma mudança nas reuniões de pais e nas concepções sobre o brincar, passando de uma atividade concebida apenas como lazer, para uma oportunidade de desenvolvimento e aprendizagem para as crianças, pais e educadores.

Palavras-chave: Participação de pais, autoscopia, formação de professores.

ISSN 1981-2566

A DINÂMICA DO PEDAGÓGICO – UM RETRATO DA RELAÇÃO/CONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTO PAUTADO NA LUDICIDADE E TRANSDISCIPLINARIDADE EM SALA DE AULA

Luciana Adário Brandão
Olga Ribeiro de Aquino

A construção de um projeto pode envolver um problema geral ou particular, e a definição do tema a ser trabalhado no projeto pode surgir de uma questão relacionada a projeto anterior. Poderá pautar-se em problema proposto pelo professor ou sugerido pelos alunos e centrado numa temática surgida de uma pergunta, de um fato da atualidade que esteja suscitando o interesse dos mesmos. Enfim, são várias as formas de iniciá-lo, mas o que deve ser levado em conta é o interesse e a relevância do estudo do tema no momento. O critério de escolha deve basear-se na percepção de um novo conhecimento, daquilo que se pode conhecer além do que já se sabe. A partir desse momento, volta-se ao objetivo inicial para trabalhar um projeto: verificar e avaliar o conhecimento e interesse das crianças pelo assunto. A partir desse interesse as crianças são envolvidas e convidadas a definir as questões que serão estudadas, e o educador deve partir para as diversas expressões do grupo, que contém respostas de conhecimentos prévios sobre o tema. A pesquisa foi realizada em duas escolas de Educação Infantil; uma na região Sul de Londrina – Instituição Pública Municipal, e a outra na região central da mesma cidade – Instituição Particular. Os sujeitos da pesquisa foram alunos de 4 a 6 anos e suas respectivas professoras. A metodologia foi pautada na pesquisa qualitativa descritiva e a concretização aconteceu através da observação direta (diário de campo) durante o fazer pedagógico dos projetos estudados; registros fotográficos de situações pertinentes às ações e acontecimentos do cotidiano escolar de cada instituição analisada. Transcrevemos os procedimentos e seus resultados. É importante ressaltar o valor dado ao processo coletivo e/ou ao grupo de crianças e à construção de sentimento de necessidade do outro para compartilhar e aprender.

ISSN 1981-2566

A AVALIAÇÃO DO REPERTÓRIO INICIAL DE CRIANÇAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL: O EFEITO DA APRESENTAÇÃO DE INSTRUÇÕES PELO PROFESSOR

Patrícia Soares Baltazar Bodoni
Maria Regina Cavalcante

Estudos sobre a atuação do Educador Infantil em de sala de aula tem adquirido grande relevância nos meios acadêmicos. A Educação Infantil tem papel importante no desenvolvimento de complexas habilidades humanas necessárias para a aprendizagem dos conteúdos das diferentes áreas do conhecimento, daí a importância da investigação dos fatores que produzem a eficácia do processo de ensino-aprendizagem. Estudos relacionados especificamente às práticas avaliativas na sala de aula contribuem, pois a partir dessas ações do educador é possível identificar os procedimentos de ensino nos quais os comportamentos dos alunos são suscetíveis. Dentre esses procedimentos estão às instruções, essenciais para desenvolver habilidades complexas. Esta pesquisa teve por objetivo investigar se duas professoras de escolas distintas de Educação Infantil de um município do estado de São Paulo realizam práticas avaliativas com a apresentação de instruções, se os alunos seguem as instruções apresentadas pela educadora, tanto aquelas apresentadas para o coletivo, quanto as apresentadas individualmente e quais os efeitos dessas instruções. As participantes foram investigadas num primeiro momento através de observação direta (filmagens) de suas interações com seus alunos durante 10 dias nas atividades de sala de aula. Esses dados serviram como base para: verificar o desempenho e as habilidades de avaliar, das duas professoras. Em outro momento uma das professoras foi exposta a dez encontros de um programa de capacitação para o desenvolvimento de habilidades necessárias para a realização de um processo avaliativo. Ao final dos encontros as professoras foram novamente expostas a observações diretas (filmagens) por dez dias e realizada uma análise comparativa de suas práticas. Os resultados do primeiro momento indicaram a ausência de instrumento sistematizado para ambas as professoras e uma baixa freqüência dos comportamentos das professoras para a apresentação de instruções. Identificou-se que as instruções apresentadas pelas professoras, o tipo (se individuais ou coletivas) e a natureza dessas (se descreviam as ações das crianças, as situações nas quais as ações deveriam ocorrer e as conseqüências destas ações), indicaram que é utilizada pela educadora como um dos procedimentos de ensino, porém não são considerados procedimentos interferentes para a prática avaliativa, a maioria das instruções apresentadas descreve muitas ações. Num segundo momento foi percebido na professora exposta à intervenção uma mudança nas suas práticas avaliativas, quanto à compreensão de conceitos e elementos importantes para o processo avaliativo, na apresentação das instruções e a utilização de um instrumento sistematizado. Após as análises comparativas sugere-se que a segunda professora que foi grupo de controle inicialmente, também participe do programa de capacitação e que se continue investigando a interação professor e alunos no que se refere aos procedimentos avaliativos principalmente aqueles possíveis de serem aprendidos em cursos de capacitação, para produção de conhecimentos que promovam eficácia na prática educativa e que possa gerar ações intencionais do educador na aprendizagem dos alunos.

Palavras-chave: Educação infantil, avaliação inicial, controle instrucional, formação de professores.

ISSN 1981-2566

A FORMAÇÃO CONTINUADA DE EDUCADORES (AS) INFANTIS ATRAVÉS DA LINGUAGEM CINEMATOGRÁFICA

Analúcia de Morais Vieira

Considerando o propósito da Universidade Federal de Uberlândia de promover a formação, produção e difusão de conhecimento, o projeto "A Formação Continuada de Educadores (as) Infantis através da Linguagem Cinematográfica" justifica-se por possibilitar espaço/tempo para compartilhar com a sociedade, através da formação continuada de educadores/as infantis do município e do estado, os conhecimentos que a pedagogia do cinema pode revelar através de sua subjetividade. A relevância do cinema na construção de uma subjetividade cultural ideológica na pessoa é tão forte que para XAVIER (1983), a relação filme/expectador evidencia dar privilégio às tentativas de caracterizar, discutir, avaliar a experiência audiovisual que o cinema oferece – que com suas imagens e sons se tornam atraentes e legíveis, de modo que conseguem a mobilização poderosa dos afetos e se afirmam como instância de celebração de valores e reconhecimentos ideológicos. Nesse contexto, para DUARTE (2002) ir ao cinema, gostar de determinadas cinematografias, desenvolver os recursos necessários para apreciar os mais diferentes tipos de filmes etc., longe de ser apenas uma escolha de caráter exclusivamente pessoal, constitui uma prática social importante que atua na formação geral dessas pessoas e contribui para distingui-las socialmente. A Escola de Educação Básica da UFU é um espaço não só de ensino, mas também de estudo, pesquisa e extensão e a área de Educação Infantil vem buscando compartilhar com a comunidade suas produções referentes ao trabalho com a criança pequena. Haja vista alguns projetos de Formação que a Educação Infantil promove a algum tempo e o Grupo de Estudos da Infância – GEI que tem como prática o debate e estudo de temas relativos à temática abordada. Com este projeto buscamos integrar a discussão referente à linguagem cinematográfica e temas ligados à infância e a formação de professores que atuam com crianças pequenas, pois acreditamos que o cinema é um riquíssimo material didático de uso do professor, mas principalmente por levá-lo a uma reflexão de sua própria formação enquanto professor. Reflexão essa que já ocorre no interior do GEI e que é compartilhado com os componentes do grupo. Buscando contribuir com a qualidade da educação brasileira, propomos um espaço de discussão, vivência e reflexão de um trabalho marcado essencialmente pela valorização dessa arte cultural tão pouco explorada pela educação, mas que tem um importante papel na construção dos diferentes campos sociais das pessoas, no nosso caso de professores/as. O projeto desenvolvido através de 10 dez módulos com duração de 4 (quatro) horas cada e por duas palestras de 2 horas cada, realizado por profissionais que atuam no Grupo de Estudos da Infância – GEI/ESEBA e fora da instituição, visa à integração dos vários níveis de ensino da Universidade Federal de Uberlândia, por meio de uma parceria entre docentes da rede municipal, estadual e da Escola de Educação Básica, englobando o ensino, a pesquisa e a extensão universitária.

Palavras-chave: Formação de professores, cinema, educação infantil.

ISSN 1981-2566

A CULTURA DA CRIANÇA-PROBLEMA: OLHARES DESCONTEXTUALIZADOS E ADULTOCÊNTRICOS

Márcio Bruno Barra Valente
João dos Santos Carmo

No Serviço de Psicologia Escolar e Educacional, realizado numa creche filantrópica e católica no ano de 2005, evidenciou-se que a maioria das queixas escolares trazidas por docentes e/ou corpo administrativo tratavam da criança-problema. Essa era aquela que destoava do padrão cognitivo, afetivo e comportamental estabelecido como normal pela instituição. Neste serviço de psicologia buscava-se: (a) desenvolver ações que visavam melhorar a qualidade das relações inter-pessoais na instituição; (b) promover o desenvolvimento integral da criança, a partir de um ambiente socializador; (c) fomentar experiências que aproximassem família e escola e (d) acompanhar estudos de caso. No decorrer desse serviço, percebeu-se a existência de uma cultura de eleger a criança como causa dos problemas de comportamento em sala de aula. Essa cultura não permitia o questionamento da qualidade do ensino oferecido às crianças nem a percepção da multiplicidade de fatores que interferem na escolarização e no comportamento delas, seja o modelo pedagógico utilizado pelas professoras nas aulas, seja o próprio espaço físico da creche. Pode-se dizer que a cultura da criança-problema sustenta-se na crença de que a instituição não influência o mau-rendimento nem o comportamento-inadequado das crianças sendo esses afetados e explicados por elementos individuais ("personalidade forte", "faz por maldade no coração", "tem problema na cabeça" etc) ou familiares ("é a família sem Deus", "não tem bons exemplos em casa", "é a família que é desestruturada" etc). Enfim, preconceitos que culpabilizam o indivíduo ou sua família por sua condição de problema institucional. Essa cultura também é potencializada pela cristalização do estereótipo "problema" que se naturaliza com o hábito passando a ser percebido como decorrente da natureza mesma da criança. Assim, coordenadoras, docentes, corpo administrativo, funcionários e funcionárias não percebem que a expectativa ditada pelo estereótipo pode sugestionar a criança a comportar-se tal como é esperado. Além disso, o ato de estereotipar passa a ser praticado pelos alunos e alunas da creche inserindo, cada vez mais, tal prática à dinâmica institucional. Não obstante, para aprofundar esta discussão, é imprescindível vincular a cultura da criança-problema ao predomínio nas políticas e práticas educacionais da creche de uma percepção adultocêntrica, para qual a criança é percebida como um ser abstrato, assexuado, a-histórico, incompleto, desprovida de desejos, direitos, capacidade racional madura e de autonomia, cujo corpo precisa disciplinado (moralizado) para seu próprio bem. Faz-se necessário que se entenda essa vinculação para que se possa intervir no espaço, identificando as políticas e práticas educacionais que (retro) alimentam tal sistema, não de modo paliativo, mas transformador. Para isso, ciente de seus objetivos e de seu dever político e educativo, o Serviço de Psicologia Escolar e Educacional precisa concentrar esforços para propiciar que a instituição possa ver-se implicada responsavelmente nas dinâmicas institucionais, fomentar discussões entre coordenadoras, docentes, corpo técnico, funcionários e funcionárias sobre o paradigma adulocêntrico, sensibilizando todos e todas para a importância do rompimento deste e da construção coletiva de uma educação infantil que seja capaz de pensar as especificidades de suas ações educacionais a partir da própria criança enquanto ser concreto, histórico, sujeito político e produtora de cultura.

Palavras-chave: Criança-problema, adultocêntrica, psicologia escolar e educacional.

ISSN 1981-2566

A EDUCAÇÃO INFANTIL NO CENÁRIO ATUAL: CRECHES E PRÉ-ESCOLAS INTEGRADAS Á EDUCAÇÃO BÁSICA

Gilmara Lupion Moreno

Esta temática propõe uma reflexão sobre a atual situação das creches e pré-escolas brasileiras, após a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – 9394/96 que determinou a integração destas aos sistemas de ensino. Tal discussão realizar-se-á em três momentos: O primeiro apontando para as origens da instituição de educação infantil no Brasil, bem como o reflexo de algumas posições históricas, como o assistencialismo e uma educação compensatória aos desafortunados socialmente, presente ainda hoje, no cotidiano das instituições de educação infantil. O segundo sinalizando as principais leis sobre a primeira etapa da educação básica, focando algumas questões importantes para uma efetiva integração das instituições de educação infantil aos sistemas de ensino, como por exemplo, a elaboração de propostas pedagógicas por estas instituições, a fim de garantir a indissociabilidade entre o educar e o cuidar, a formação inicial e continuada dos professores, a organização do tempo e do espaço na educação infantil. O terceiro contextualizando a educação infantil no cenário atual, através da apresentação de matérias relacionadas à educação infantil, publicadas na mídia (jornais, revistas, sites, entre outros), bem como suas tendências atuais, conseqüentemente, os desafios junto às crianças de 0 a 6 anos, a fim de garantir-lhes uma educação infantil de qualidade, assegurando-lhes o direito de viverem dignamente suas infâncias.

Palavras-chave: Educação infantil, políticas públicas, formação de professor.

ISSN 1981-2566

A APRESENTAÇÃO DE INSTRUÇÃO COMO PROCEDIMENTO DE ENSINO EM UMA SALA DE AULA INCLUSIVA: O PAPEL DO EDUCADOR INFANTIL

Elaine Cristina Sasso
Maria Regina Cavalcante

A escola é uma das primeiras instituições sociais que a criança participa. Diferente de outras instiuições como a família e a igreja, a escola tem como principal função ensinar aos alunos os conteúdos produzidos pelas diferentes áreas do conhecimento. A Educação Infantil, como a primeira etapa da Educação Básica, tem papel importante na promoção do desenvolvimento das complexas habilidades humanas necessárias para a aprendizagem dos conteúdos das áreas do conhecimento, por isso é importante estudar a atuação do educador infantil no contexto de uma sala de aula inclusiva, uma vez que a escola de Educação Infantil, também, é um dos primeiros espaços a receber e ensinar às crianças a identificar e conviver com as diferenças existentes entre os seres humanos. As práticas educativas que compõem as ações do educador são constituídas de uma série de procedimentos de ensino dentre eles a apresentação de instruções. As instruções são importantes e necessárias para ensinar habilidades complexas como escrever com letra cursiva, por exemplo. Esta pesquisa teve por objetivo investigar se uma professora de uma classe inclusiva de uma escola de Educação Infantil de um município do estado de São Paulo utiliza a apresentação de instruções como procedimento de ensino e se existem diferenças entre as instruções apresentadas às crianças com desenvolvimento típico e aquelas apresentadas a criança com necessidade educacional especial. Por meio da observação direta (filmagens) das aulas de Linguagem Oral e Escrita durante cinco dias identificou se as instruções apresentadas pela professora, o tipo de instruções (se individuais ou coletivas) e a natureza das instruções (se descreviam as ações das crianças, as situações nas quais as ações deveriam ocorrer e as conseqüências destas ações). Os resultados indicam que a apresentação de instruções é utilizada pela educadora como um dos procedimentos de ensino em sua prática educativa. A maioria das instruções apresentadas descreve o que as crianças deveriam fazer, porém omite o contexto no qual as ações deveriam ocorrer e os seus possíveis resultados. As crianças com desenvolvimento típico e a criança com necessidade educacional especial seguem as instruções apresentadas pela educadora, tanto aquelas apresentadas para o coletivo quanto as apresentadas individualmente. Poucas diferenças foram identificadas quanto ao número de instruções apresentadas aos alunos com desenvolvimento típico e para a aluna com necessidade educacional especial. Tais dados sugerem que, embora a educadora tenha utilizado procedimentos de apresentação de instrução para ensinar conteúdos e habilidades para seus alunos, estas instruções não produziram as mudanças apropriadas nos comportamentos dos alunos, provavelmente em função da inadequação nas instruções. Sugere-se que se continue investigando a interação professor e alunos no que se refere aos procedimentos de ensino para produção de conhecimentos que subsidiem a prática educativa gerando no educador ações intencionais na promoção da aprendizagem dos alunos, tanto daqueles com desenvolvimento típico como aqueles que apresentam necessidades educacionais especiais.

Palavras-chave: Instruções, procedimentos de ensino, educação infantil.

ISSN 1981-2566

BRINCANDO NA REDE: EDUCAÇÃO INFANTIL E INCLUSÃO DIGITAL

Maria Vittoria de Carvalho Pardal
Ingrid de Almeida Lopes

Buscando pensar uma proposta educacional que vá ao encontro das questões impostas pela contemporaneidade, a Creche UFF vem desenvolvendo um projeto pioneiro que tem como objetivo promover a inclusão digital desde a Educação Infantil e a autoria das crianças na construção de um site voltado para elas. A discussão sobre a importância da inclusão digital em nosso país como fator necessário à inclusão social vem sendo amplamente divulgada pela mídia. Analfabetos digitais somam-se aos analfabetos funcionais e engrossam as estatísticas de desempregados. Para ter espaço no mundo do trabalho e garantir a inclusão social, cada vez mais é preciso que a pessoa não só domine as novas tecnologias de comunicação e informação como também seja capaz de uma atitude autônoma de busca de conhecimento e recriação deste.A revolução da informação faz com que a hipermídia (organização textual não linear que utiliza diferentes mídias) se tenha tornado uma nova linguagem. Veiculada pela Internet, se desterritorializa, rompendo com barreiras espaço temporais. Dominá-la e incorporá-la às práticas cotidianas torna-se uma necessidade inquestionável, já que ignorá-la apenas aponta para mais um apartheid social, tornando grande o número de pessoas "excluídas" do mundo digital. Neste contexto, introduzir a criança desde a Educação Infantil no uso desta tecnologia significa incluí-la digitalmente, fazendo com que se familiarize com esse novo recurso em seu processo educacional. Nossas ações vão nessa direção, ao oferecer Oficinas de Informática para as crianças da Creche UFF. Além de demonstrar o uso cotidiano do computador, o projeto tem criado possibilidades de autoria infantil, como é o caso da sub-página do portal da Creche UFF, o site Brincando na Rede. Nosso trabalho pretende socializar as experiências da Oficina de Informática e discutir a importância desta linguagem na Educação Infantil. As Oficinas têm proporcionado ampliar o trabalho com os projetos realizados em sala de aula através das pesquisas na Internet, utilização de joguinhos, etc. As crianças, neste período, também puderam construir uma home-page voltada para o público infantil, que se encontra disponível no site da Creche UFF. Nesta sub-página encontramos os jogos sugeridos pelas crianças e sites que elas costumam navegar. Há também uma parte com links que auxiliam as crianças e os educadores a pesquisarem na Internet tendo como referência os Referenciais Curriculares Nacionais para Educação Infantil do Mec. Esta experiência tem se mostrado profundamente enriquecedora do Trabalho por Projetos desenvolvido na Creche UFF.

Palavras-chave: Educação infantil, inclusão digital, internet.

ISSN 1981-2566

BRINCAR E DESENVOLVIMENTO: UM ESTUDO COM PROFESSORES DE PRÉ-ESCOLARES

Lina Maria de Moraes Carvalho Carvalho

Este estudo teve como objetivo analisar as relações entre brincar e desenvolvimento na concepção de professores de pré-escolares. A pesquisa envolveu 30 unidades pré-escolares da rede pública estadual em Teresina-PI. O instrumento utilizado foi um questionário aplicado a 117 professores. Os resultados mostraram que, na concepção destes professores o brincar é uma atividade de fundamental importância no desenvolvimento da criança. Entretanto, eles expressaram diferentes relações entre a atividade de brincar e o desenvolvimento, revelando diferentes concepções do brincar. A maioria dos professores expressou uma concepção do brincar ora como recreação - uma simples atividade física; ora como sedução - como um recurso de ensino. Os resultados foram discutidos com base nas teorias de Piaget, Vygotsky e Leontiev sobre o vínculo brincar e desenvolvimento.

Palavras-chave: Brincadeira, desenvolvimento infantil, educação infantil.

ISSN 1981-2566

CONDUTAS PRÓ-SOCIAIS EM MENINOS PRÉ-ESCOLARES DA CIDADE DE MÉXICO

Montserrat Espinosa Santamaría

O objetivo da presente pesquisa foi documentar o uso de condutas pró-sociais de meninos assistentes a um centro de educação infantil da Cidade de México. As condutas pró-sociais são voluntárias e espontâneas, dirigidas aos outros, que tem como conseqüência um efeito positivo para a relação harmônica entre os atores dum contexto determinado, porque apontam a criação e o mantimento de vínculos sociais construtivos, e á defensiva e o mantimento da ordem social favorável à convivência (Silva 1999 em Andrade, 2004). As condutas pró-sociais consideradas no presente estudo foram - Condutas de ajuda definidas como "Uma conduta positiva que se realiza para beneficiar ao outro" (Garaigordobil, 1995). -Condutas de Compartir: "Conviver harmoniosamente no jogo (Poncelis, 2005); fazer turnos e compartir algo durante o jogo ou a tarefa" (LaGreca e Santogrossi 1980 em Kelly, 1992) e, -Condutas de cooperação com os outros: "Um intercambio social que ocorre quando dois ou mais pessoas coordenam suas ações para obter um beneficio comum, é dizer, um intercambio no qual os indivíduos prestam ajuda entre si para contribuir para um fim comum (Garaigordobil 1995). A mostra esteve conformada por 20 meninos de 4 anos de idade de dois grupos de Pré-escolar II, os quais foram selecionados mediante uma mostra não probabilística intencional. Se observou os meninos em atividades durante o jogo livre no salão de classe; utilizou-se uma lista de cotejo com três categorias: Condutas de ajuda, condutas de compartir e condutas de cooperação. Se obtiveram as porcentagens por categoria, obtendo que o 28.6% dos meninos não realizam condutas de ajuda e 4.8% deles ajudam num 66.66% ao realizar condutas como fazer favores voluntariamente ou receber ajuda quando algum companheiro as proporciona. Com respeito às condutas de compartir, o 23.8% dos meninos não realizam este tipo de condutas, e o 14.3% de os meninos compartem num 83.33%, ao ter ações de emprestar, pedir emprestado e compartir joguetes com seus companheiros. Para as condutas de cooperação, o 19% dos meninos não realizam este tipo de condutas, e o 4.8% de os meninos cooperam num 71.42% ao realizar condutas como participar em atividades de maneira cooperativa, levar a cabo as atividades acordadas entre pares e oferecer idéias e sugestões para a atividade. A partir destes resultados, se propor um programa de intervenção para fomentar o uso de condutas pró-sociais no salão de classes.

Palavras-chave: Condutas pró-sociais, educação pré-escolar, educação.

ISSN 1981-2566

DESENVOLVIMENTO DA LEITURA E DA ESCRITA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Patrícia Maria Uchôa Simões
Jacqueline Travassos de Queiroz

A função da Educação Infantil passou por mudanças em sua definição tanto nos documentos oficiais como nos estudos acadêmicos, determinadas pelas transformações nas concepções de infância e desenvolvimento infantil que predominaram no contexto histórico, político e social. Alguns estudos identificaram funções que historicamente a pré-escola vem assumindo: a função de cuidar das crianças enquanto as mães atuam no mercado de trabalho; a função de preparar as crianças para a alfabetização e a função de promover o desenvolvimento e a aquisição de conhecimentos. Os estudos mais recentes, bem como o Referencial Nacional para a Educação Infantil, compreendem a criança como o ponto de partida para a proposta pedagógica e à escola são atribuídas as funções de educar e cuidar. Quanto à função e aos objetivos da Educação Infantil na área da linguagem, essa perspectiva converge para uma concepção de letramento, na qual a definição de leitura vai além daquela que identifica leitura e habilidade cognitiva, concebendo-a como prática cultural, construída sócio-historicamente. A leitura é entendida, então, como atividade social que promove a participação e forma o cidadão. Nesse sentido, o seu aprendizado se inicia antes da escola e continua além dela. Considerando o papel que o professor desempenha na formação do futuro leitor, o presente estudo teve como objetivo investigar quais as concepções de professores das funções da Educação Infantil e do seu papel no desenvolvimento da linguagem escrita. Foram entrevistados 40 professores de Educação Infantil de escolas públicas e particulares de Recife. Os resultados não apontaram para diferenças entre professores de escola pública e particular. Quanto à função da Educação Infantil, 60% dos professores apresentaram uma visão de que essa fase da escolaridade significa uma preparação para o ensino fundamental na qual os conteúdos trabalhados devem se constituir na base para o aprendizado futuro. A maioria dos professores, 72,5%, ressaltou o desenvolvimento físico, da motricidade e do equilíbrio como função da Educação Infantil. Também foi destacado por 62,5% dos professores a função de socialização, entendida também como aprendizagem das regras e comportamentos sociais e apenas 25% dos professores enfatizaram a formação da cidadania. Alguns professores mencionaram o desenvolvimento de habilidades cognitivas, 35% dos professores, e essa mesma quantidade ressaltou a importância da função lúdica na educação infantil. Considerando as respostas quanto à área da linguagem na Educação Infantil, 70% dos professores destacaram o desenvolvimento da linguagem, entre esses 42,5% mencionaram o desenvolvimento da leitura e escrita como função da Educação Infantil. No entanto, a análise dessas respostas mostrou uma concepção da linguagem escrita como conteúdo escolar, apresentado pela escola e com seu início na Educação Infantil. Apenas 17,5% dos professores apresentaram e defenderam uma concepção do desenvolvimento da linguagem escrita numa perspectiva do letramento. Como conclusão, o estudo aponta para a presença das funções de cuidar e educar entre os professores quando esses definem a função da Educação Infantil. No entanto, entre a maioria dos professores, foi registrada pouca referência a uma concepção de letramento, onde a leitura e escrita são compreendidas como uma prática cultural com função social.

Palavras-chave: Educação infantil, escrita, leitura.

ISSN 1981-2566

BRINCAR ENTRE CRIANÇAS DE 0 A 2 ANOS EM UMA INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL: INFLUÊNCIA DE PARCEIROS, DO ADULTO E DO CONTEXTO EDUCATIVO

Maria Aparecida Trevisan Zamberlan
Marizete Araldi
Raquel Rodrigues Franco

O estudo teve como objetivos analisar a influência da organização do contexto de uma Instituição de Educação Infantil em relação ao brincar e as diversas modalidades de brincadeiras que ocorrem nas dependências da instituição e pela interação entre pares e adultos. Participaram da pesquisa 18 crianças, de ambos os sexos, de idade entre 0 e 2 anos. Os procedimentos de coleta de dados envolveram o registro fotográfico das crianças em situação de recreação livre e em sala de atividades e a descrição das estratégias utilizadas pelas educadoras referentes ao brincar, bem como entrevista sobre o assunto visando verificar se há coerência entre suas concepções e a prática do brincar, entre crianças dessa faixa etária. Constatou-se que os professores entrevistados privilegiam o brincar atrelado a um objetivo, com o intuito de passar conteúdos específicos para a aprendizagem das crianças. O uso do brincar é um recurso metodológico para fim de aprendizagens orientadas. Observou-se que há espaço para o brincar livre e que este não está restrito aos horários do recreio, havendo momentos em que as crianças ficam juntas com outras de faixas etárias diferentes no seu ato de brincar. O discurso das educadoras acompanha-se de sua prática e fundamenta-se na concepção que o brincar é um meio eficiente para ensinar. As educadoras entendem que o brincar na infância é fonte de prazer. As relações estabelecidas pelas educadoras entre o brincar e o desenvolvimento infantil se fizeram expressas de várias maneiras: o brincar é inerente à infância, é uma atividade natural da criança estando sempre presente no desenvolvimento infantil; o lúdico é um mecanismo de socialização do educando, inserindo-o no mundo, ensinando-o a respeitar o direito de outras crianças e a conhecer os limites. Pelo brincar, a criança aprende a ser autônoma, já que criatividade e raciocínio são estimulados. Nas situações observadas em que acontece o brincar livre pode-se perceber que as educadoras brincavam efetivamente com as crianças. A rotina de atividades da instituição e as concepções dos educadores sobre o brincar influenciam as brincadeiras das crianças, as quais são direcionadas a uma maior exploração física dos ambientes.Conclui-se que as concepções da atividade de brincar são vistas como fator e meio que promove a construção de conhecimentos; o contexto educativo é um fator significativo que influencia a atividade de brincar de crianças dessa idade.

Palavras-chave: Brincar, educação infantil, concepção do educar sobre brincar.

ISSN 1981-2566

BRINCAR NA PRÉ-ESCOLA: ANÁLISE VIA PSYCINFO (2005/2006)

Andrieli Bianca Rodrigues Camilo
Geraldina Porto Witter

Brincar é uma tarefa imprescindível para qualquer criança e possibilita o desenvolvimento cognitivo, social e afetivo do pré-escolar favorecendo a aprendizagem de competências e habilidades relevantes para as fases subseqüentes do ciclo da vida. É uma das tarefas de desenvolvimento da infância. Na pré-escola o brincar possibilita que a criança expresse seus sentimentos como medos, tristezas, alegrias e comportamentos podendo ser expostos de forma positiva ou negativa, possibilita também o aprendizado de regras e o respeito com a presença do outro que são fundamentais para o convívio em sociedade o que deve ser bem administrado pelo educador que representa papel fundamental como mediador nas relações interpessoais, e propõe para a criança uma forma de adequada de solucionar seus conflitos. Os objetivos do trabalho foram: analisar a produção científica veiculada via PsycINFO no período de 2005/2006 enfocando: autoria, tipologia das bases de publicação, identificação dos periódicos nucleares e temática dos trabalhos. Método: Buscou-se na base de dados bibliográficos PsycINFO os trabalhos relacionados somente com o Brincar na Pré-Escola, optando por trabalhos publicados à partir do ano de 2005 até o mês de Novembro de 2006. Resultados: Foram analisados 883 registros dividido em livros, periódicos, dissertações ou teses e outros tipos de publicação como resenhas e publicações em revistas eletrônicas. Observou-se que predominou os trabalhos publicados em periódicos, foram encontrados 689 registros o que correspondeu a 78,03%, seguido das teses com 106 (12,00%), livros com 83 (9,40%) e outros tipos de publicação com 5 (0,57%), a autoria múltipla demonstrou grande destaque apontando 86,9% enquanto que a autoria individual apresentou-se de forma inferior com 13,1%. O gênero feminino representou a maioria das publicações, sendo 50,36% e o gênero masculino ficou com 32,79%. Entre os periódicos considerados nucleares neste estudo destacaram-se os seguintes: Early Child Development and Care (2,6%), Developmental Psychology (2,5%), Journal of Developmental & Behavioral Pediatrics (2,2%) e Early Childhood Reseach Quarterly (2,0%), os demais não foram destacadas pois aparecerem esporadicamente não apresentando mais de um registro. É indicativo de alta dispersão na área e de carência de periódicos especializados. Observou-se que nesta área se destacou com a categoria feminina representando boa parte da produção e como já era previsto os trabalhos realizados em grupos tiveram bom desempenho, os periódicos considerados nucleares neste estudo tiveram como país de origem os Estados Unidos, o que significa que as pesquisas ali realizadas são referências para o mundo científico. Há necessidade de melhor investimento em outros países.

Palavras-chave: Meta-análise, desenvolvimento, aprendizagem.

ISSN 1981-2566

ANÁLISE DA PROPOSTA PEDAGÓGICA E DAS PRÁTICAS EDUCATIVAS DE UMA INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA/SP

Janaina Cassiano Silva
Alessandra Arce

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) tem sido bastante utilizada como metodologia para o planejamento e aplicação das atividades diárias de boa parte dos educadores. Essa proposta foi desenvolvida com a finalidade de servir como um guia de reflexão sobre objetivos, conteúdos e orientações didáticas para os profissionais que atuam diretamente com crianças de zero a seis anos, respeitando os estilos pedagógicos e a diversidade cultural brasileira. Nesse sentido, o presente trabalho objetivou verificar se a Proposta Pedagógica da Instituição de Educação Infantil, baseada no RCNEI, está sendo efetivamente aplicada no cotidiano escolar. Participou do estudo uma Instituição Municipal de Educação Infantil do município de Araraquara/SP, que atende crianças menores de seis anos. O estudo foi realizado com crianças menores de três anos organizadas nos seguintes agrupamentos: BI (0-18 meses); BII (18- 26 meses); CI1 e CI2 (26- 36 meses); sendo que os dois primeiros são em regime integral e o CI1 corresponde ao período da manhã e o CI2 ao da tarde. Foram realizadas quatro observações em cada agrupamento com intuito de analisar a Proposta Pedagógica. Os resultados demonstram que, segundo a Proposta Pedagógica da instituição é objetivo do berçário (BI, BII, CI1 e CI2) fazer com que a criança que está passando pelas experiências iniciais de conhecimento de si e do próprio corpo, encontre no ambiente da instituição um espaço privilegiado para desenvolver aprendizagens através do contato físico entre criança e adulto, e a criança e seus pares. Além disso, pôde se constatar que o brincar é visto como a ocupação mais séria da infância e que a instituição é o espaço que deve ser preparado e organizado para que as crianças possam brincar prazerosamente, enquanto sujeitos que constroem o seu próprio conhecimento. Nos berçários a principal preocupação está nas atividades de rotina (sono, alimentação, banho, higiene, etc) que constituem o eixo de organização diária da criança, possibilitando estruturar a ação educativa. Comparando o que foi analisado na Proposta Pedagógica com as observações realizadas, podemos considerar que as educadoras estão agindo de acordo com esta proposta, visto que as atividades de rotina norteiam o trabalho e a atividade principal é o brincar. Porém, no brincar não percebemos a relação adulto-criança, uma vez que, as crianças brincam sem nenhuma intervenção do adulto, que na maioria das vezes apenas oferece os brinquedos e depois as crianças brincam sozinhas ou em pequenos grupos. E na Proposta da instituição um dos objetivos do berçário é que possa desenvolver nas crianças aprendizagens através, também, do contato físico entre criança e adulto. Consideramos que a metodologia da instituição poderia ser mais detalhada, propondo atividades, práticas educativas que as educadoras poderiam realizar, pois o brincar pode ser interpretado de diversas maneiras e também pode ser utilizado como recurso didático, e não apenas como forma de ocupar o tempo.

Palavras-chave: Proposta pedagógica, práticas educativas, criança.

ISSN 1981-2566

AS CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA SÓCIO-HISTÓRICA PARA A REFLEXÃO SOBRE AS PRÁTICAS EDUCATIVAS DO CUIDAR E EDUCAR DAS CRIANÇAS MENORES DE 03 ANOS

Janaina Cassiano Silva
Alessandra Arce

Nas décadas de 80 e 90, ocorreram várias mudanças na legislação brasileira que definiram a garantia de atenção às crianças de 0 a 6 anos. Configurou-se assim, um novo ordenamento legal, que se iniciou com a Constituição Federal de 1988 e consolidou-se com a promulgação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em 1996 e dos Parâmetros Curriculares Nacionais para a Educação Infantil em 1998. Há uma tensão entre a legislação e a política educacional, pois, enquanto a primeira determina que a creche é parte integrante do sistema escolar a segunda a define como uma instituição educativa sem caráter escolar. Os documentos produzidos em órgãos de planejamento e a execução da política educacional salientam que é no binômio educar e cuidar que devem estar centradas as funções complementares e indissociáveis da instituição de educação infantil. Para Vigotski, a infância tem um caráter histórico concreto e as particularidades de cada idade também são historicamente transformadas. Os estágios de desenvolvimento, segundo Vigotski, Leontiev e Elkonin, possuem uma certa seqüência no tempo, mas não são imutáveis. Eles dependem das condições concretas nas quais ocorre o desenvolvimento. As condições histórico-sociais concretas exercem influência tanto sobre o conteúdo concreto de um estágio individual do desenvolvimento como sobre o curso total do processo de desenvolvimento psíquico. Nesse contexto, o presente estudo busca investigar se as ações educativas estão promovendo o cuidar e educar para a promoção do desenvolvimento psicológico das crianças menores de três anos. Para tal, utilizaremos como referencial teórico a psicologia sócio-histórica, que surgiu à partir dos trabalhos de Lev Semenovich Vigotski (1896-1934), Aleksei Nikolaevich Leontiev (1903-1979) e Alexander Romanovich Luria (1902-1977), como um esforço por construir uma psicologia fundamentada nos pressupostos teórico-filosófico-metodológicos do materialismo histórico-dialético. Serão selecionadas duas instituições de Educação Infantil no Município de Araraquara-SP, a saber, uma municipal e uma particular. Serão realizadas observações, durante um semestre, uma vez por semana, das atividades desenvolvidas com as crianças, em cada agrupamento (0-1 ano; 1-2 anos, 2-3 anos). Vale salientar que cada semana será observado um agrupamento. Serão realizadas também entrevistas semi-estruturadas com os professores. Além disso, analisar-se-á o Projeto Pedagógico de cada instituição: a municipal e a particular. A análise dos dados será efetuada através da análise de conteúdo. Podemos considerar, preliminarmente, que há uma grande diferença entre a instituição particular e a municipal no que tange a educação das crianças. A rotina das crianças da instituição municipal é: alimentação, higiene e brincadeiras no tanque de areia. Já na instituição particular, temos atividades didáticas, tais como: formas geométricas, contação de estórias, dobradura, atividades com tinta, etc; além de alimentação e atividades em áreas livres. Outro ponto importante é a intencionalidade do trabalho do professor, visto que, na instituição municipal percebemos que falta intencionalidade. Cabe ressaltar, que ainda estamos em fase de coletas de dados e este é um pequeno esboço do que já pode ser observado e comparado das duas instituições.

Palavras-chave: Cuidar/educar, desenvolvimento psicológico, psicologia sócio-histórica.

ISSN 1981-2566

A TEORIA DO COTIDIANO E A ESCOLA DE VIGOTSKI: FUNDAMENTOS TEÓRICOS, METODOLOGIA DE PESQUISA E QUESTÕES PARA A INTERVENÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Gisele Toassa

Este mini-curso visa a refletir criticamente com seus participantes sobre as determinações gerais e particulares do desenvolvimento/formação da individualidade infantil nas EMEIS. Visa, também, a debater pesquisas e possibilidades de ação em (e com) coletivos escolares, imaginando as contradições entre reprodução e transformação do cotidiano que podem, caso adequadamente trabalhadas institucionalmente, gerar mudanças na relação entre professores e alunos. A partir de minha pesquisa de mestrado e minha prática como docente de ensino superior, este mini-curso propõe, através de uma metodologia participativa: 1) a exposição de uma concepção teórica marxista para a crítica descritiva e a análise da educação infantil; 2) uma metodologia de pesquisa do desenvolvimento da consciência na educação infantil e o estudo do caso de uma sala-de-aula pré-escolar alinhada com as tendências gerais da educação infantil brasileira; 3) reflexões para a intervenção institucional na educação infantil. Nas primeiras horas de curso, explanarei alguns fundamentos gerais da teoria das objetivações de Agnes Heller, com especial atenção àqueles mais próximos da educação infantil: a diferenciação das objetivações em-si e para-si, o cotidiano e o não-cotidiano, humanização e alienação, a conceituação de gênero humano e do processo de homogeneização, o processo educacional e as condições específicas da educação da criança pequena, a dialética entre humanização e alienação no trabalho do educador. Em seguida, resumirei a essência do desenvolvimento infantil segundo a Escola de Vigotski e sua visão de uma psicologia concreta do homem, trazendo conceitos como consciência, funções psíquicas superiores, desdobramento de funções entre pessoas etc como tributo de atividades pedagógicas determinadas – ou seja, as características mais gerais do desenvolvimento psicológico em intersecção com uma análise crítica de fundo helleriano. A seguir, exporei uma metodologia de pesquisa pensada a partir da Escola de Vigotski, o qual negou a incognoscibilidade da consciência alheia, a qual é entendida como complexo formado por várias funções psíquicas superiores (sentimentos, memória, linguagem etc), que se processam em 3 eixos de desenvolvimento: genético, estrutural e funcional. O trabalho comparou a produção de sentido-significado para a realidade compartilhada por professores e alunos de uma EMEI, tecendo cadeias de causalidade com a história desta EMEI e da educação brasileira. Tal metodologia apoiou-se no conhecimento das relações feitas entre palavra e realidade, nas funções da palavra que mudam substancialmente nas várias idades (e atividades) da criança. A unidade básica de análise foi a atividade pedagógica (observada pela pesquisadora, e refletida tanto no discurso da professora quanto dos alunos). Um terceiro momento do mini-curso procurará debater com os participantes, a partir do estudo de caso debatido e dos fundamentos teóricos, alguns problemas essenciais sobre o desenvolvimento humano e o papel da educação infantil: como pode ser a formação do educador? Que temas os psicólogos podem trabalhar junto a eles? Quais os atritos e as possibilidades existentes no encontro entre cotidiano alienado e conhecimento científico? O mini-curso procurará mostrar algumas possibilidades, trocar referências bibliográficas, mobilizar e abrir o debates a partir dos interesses dos participantes.

Palavras-chave: Consciência, atividades pedagógicas, materialismo dialético, Vigotski, Heller.

ISSN 1981-2566

DESENVOLVIMENTO DE HABILIDADES SOCIAIS EM CRIANÇAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Adriana Foltran Polisel
Fraulein Vidigal de Paula

Em 2005, no contexto do estágio em psicologia escolar, realizou-se um trabalho de caráter preventivo e de promoção do desenvolvimento de habilidades sociais de alunos do Jardim II, de uma escola particular de Educação Infantil. Este foi elaborado baseando-se em de demandas identificas em um diagnóstico das condições de ensino e de aprendizagem realizado nesta escola, como atividade inicial do estágio. Posteriormente, elaborou-se a proposta e plano de trabalho, os quais foram aceitos pela escola, cujo objetivo foi promover o desenvolvimento de habilidades sociais de crianças do Jardim II. É importante mencionar que se entende como habilidades sociais a existência de diferentes classes de comportamentos sociais no repertório do indivíduo para lidar com as demandas das situações interpessoais. O desenvolvimento das habilidades sociais constitui um dos principais objetivos da Educação Infantil, o qual pode ser alcançado pela colaboração entre diferentes profissionais da educação, incluindo o psicólogo escolar. Exemplos dessas habilidades, importantes numa sala de aula, são manifestos em comportamentos como pedir e fornecer ajuda, ouvir – o que estimula a capacidade de concentração e atenção - participação em discussões, fazer e responder perguntas audíveis no momento oportuno, evitar confrontos agressivos com os colegas. O trabalho envolveu alunos de uma turma do Jardim II de 4 á 6 anos. As atividades foram realizadas em grupos de 5 alunos, no horário de aula, com revezamento de atividades complementares, realizadas concomitantemente pela estagiária de e professora responsável pela sala, em espaço físico diferentes, conforme planejamento prévio. A partir dos objetivos definidos para cada encontro, realizou-se atividades que deveriam favorecer a cooperação entre eles, tais como, desenhar com uma caixa de lápis compartilhada, exigindo troca e empréstimo entre os colegas; construção de produção conjunta, utilização de blocos e apresentação posterior para os demais colegas, brincadeiras como 'telefone sem fio', estimulando habilidades comunicativas etc. Foram realizadas atividades como contar histórias, na qual, as crianças participavam desenvolvendo e demonstrando habilidades sociais como escutar e elaborar perguntas e relatos, representações individuais e coletivas das histórias, o que favoreceu a cooperação e resolução de conflitos interpessoais no grupo. Observou-se nestas atividades que as crianças demonstraram entusiasmo em realizar as tarefas solicitadas, sendo que as metas de cada uma delas eram expostas e atingidas por meio de situações típicas e familiares para as mesmas. Concluímos que o trabalho proposto promoveu situações em que os alunos puderam aprender e desenvolver um pouco mais suas habilidades sociais, contribuindo para o desenvolvimento dessas crianças e de certo modo, agindo de modo preventivo, uma vez que estudos recentes têm demonstrado que déficits em habilidades sociais podem afetar o processo de ensino aprendizagem.

Palavras-chave: Habilidades sociais, educação infantil, crianças.

ISSN 1981-2566

INSERÇÃO DA PSICOLOGIA EM UMA CRECHE MUNICIPAL

Vanessa Cristina Alvarenga

O presente trabalho foi realizado em uma creche localizada no município de Araguari-MG, que apresenta em seu quadro de funcionários 5 educadoras; 1 coordenadora e 3 pessoas no serviço geral. A creche atende 60 crianças na faixa etária de zero a cinco anos de idade. A clientela é muito carente, um elevado número de crianças passa por sérios problemas em casa, como: alcoolismo, drogadição, desemprego dos pais. Na cidade não é oferecido nenhum serviço de âmbito psicológico às creches municipais, desta forma trabalhei voluntariamente como psicóloga nesta creche no ano de 2006. Realizei várias atividades: reuniões quinzenais com as educadoras, o objetivo com esse grupo foi trabalhar variados temas do interesse das mesmas. Também foi realizado um grupo com as crianças da creche, pelo fato de vivenciarem uma vida complicada em família, o principal objetivo com esse grupo foi tentar propiciar a essas crianças a compreensão do que ocorre em suas vidas e desta forma auxiliá-las em seu desempenho escolar; atendimento aos pais dos alunos, no qual eles tinham a oportunidade de esclarecerem suas dúvidas. Foram realizadas reuniões e palestras para os pais sempre procurando abordar temas do interesse dos mesmos. Ao final do trabalho foi pedido às educadoras e a coordenadora da creche que avaliasse o trabalho da psicologia, desta forma foi entregue a elas um questionário contendo as seguintes perguntas: Como você avalia o trabalho realizado pela psicóloga na creche?; Em quais aspectos você acredita que o trabalho da psicóloga pôde contribuir com o funcionamento da creche? Quanto à primeira questão responderam: que o trabalho foi muito importante, não só para a creche, mas também para a comunidade como um todo, pois se não trabalhar com os pais não tem como trabalhar com as crianças; contribuiu para mostrar novos caminhos a serem seguidos com as crianças, auxiliou na resolução de determinados problemas; excelente trabalho, pois veio de encontro às necessidades da instituição; o trabalho desenvolvido nos orientou quanto ao desenvolvimento infantil, algo imprescindível de sabermos; o trabalho da psicologia nos esclareceu dúvidas referentes ao trabalho como educadora, desenvolvimento das crianças e no relacionamento com as demais educadoras; um trabalho educativo tanto para as educadoras quanto para as crianças. Quanto à segunda questão as respostas foram as seguintes: o trabalho contribuiu na melhora do comportamento das crianças; na identificação de alguns problemas vivenciados pelas crianças, como problemas na fala e assim essas crianças foram encaminhadas para o profissional adequado; auxiliou nos aspectos educativo, social e cognitivo; ajudou as educadoras a encontrar caminhos para evitar um tratamento inadequado diante de uma criança especial ou com problemas trazidos do ambiente familiar; o aprendizado nas reuniões contribuiu para aplicarmos na prática as teorias expostas e também a olhar atentamente o desenvolvimento infantil e as possíveis dificuldades encontradas pelas crianças nesse processo; auxiliou na maior aproximação dos pais à instituição. Desta forma percebe-se pelo relato das educadoras que o trabalho da psicologia foi positivo para a instituição e também pôde mostrar à prefeitura a necessidade da inserção da psicologia na área educacional.

Palavras-chave: Creche, psicologia, educadoras, pais, crianças.

VIII Congresso Nacional de Psicologia Escolar e Educacional
26 a 29 de Abril de 2007
ISSN 1981-2566

INSTRUMENTO PARA IDENTIFICAR AS COMPETENCIAS DO NÍVEL PRÉ-ESCOLAR NECESSÁRIAS PARA ADQUIRIR OS CONHECIMENTOS DE PRIMEIRO DE PRIMÁRIA

Alicia Hernández Otega
Lizbeth Vega Pérez

O objetivo da presente pesquisa foi realizar a validação de conteúdo dum instrumento desenhado para identificar, na opinião das professoras mexicanas que trabalham na educação pré-escolar e primária, as competências que desenvolver-se ao nível pré-escolar necessárias para adquirir os conhecimentos propostos no programa de estudos de primeiro de primária da Secretaria de Educação Pública (SEP) México, para o que elaborou-se um instrumento que têm 62 perguntas fechadas com cinco opções de resposta e cinco perguntas abertas, o conteúdo delas foi extraídos do Programa de estudos da Educação Pré-escolar (PEP) 2004, o que é oficial e obrigatório no México. O instrumento foi entregue para 12 juízes da Cidade do México, 6 professoras que trabalham no nível pré-escolar e 6 pesquisadoras com conhecimentos de pré-escolar. Os comentários proporcionados são principalmente respeito do conteúdo e formato do instrumento, 5 juízes não realizaram comentário algum. Em quanto á aplicação proporcionou-se uma sugestão por parte de dois juízes. Do conteúdo do instrumento 3 juízes mencionaram que é importante insistir em que não importa o que se diz em o PEP 2004, o que interessa saber é seu opinião; 2 juízes recomendaram perguntar a formação e anos de experiência que tem no pré-escolar e em primária, 2 juízes expressaram que devido a que os dados são confidenciais deve-se eliminar o nome da escola no dados gerais; na pergunta aberta 3, para que as professoras respondam na sua opinião independentemente do que se estabelece oficialmente recomenda-se eliminar os campos formativos e só por si existirem ás diferenças entre os meninos que foram pra pré-escolar e os que não. Do formato, cinco juízes expressaram que é necessário simplificar ás instruções já que a idéia é muito comprida e confusa, também se sugere por com letras negrinhas os verbos das competências, nas instruções das perguntas abertas antepor “Por favor”, e escrever no cada campo formativo “Que o menino” e começar cada reativo com o verbo. A partir das sugestões proporcionadas pelos juízes se realizaram as modificações de conteúdo do instrumento e do formato. As recomendações que não se levaram o cabo porque no contribuem ao objetivo da pesquisa são: eliminar as perguntas abertas porque a resposta é capaz de predizer, que as professoras justifiquem suas respostas por campo formativo, perguntar quê tanto conhecem o programa de pré-escolar e de primeiro de primária.

Palavras-chave: Opinião, educação pré-escolar, competências.

ISSN 1981-2566

MAMÃE QUANTOS PASSOS POSSO DAR?

Rosecler Ruviaro Fração
Flávia Ciane Assmann Castro
Fabiana Della Valentina
Juliana dos Santos Maestri

Este trabalho é realizado há cinco anos na Escola.Observando as angústias dos pais e professores frente ao momento de entrada de seus filhos na escola e o quanto essa separação dificultava a permanência das crianças e o seu vínculo aos professores, percebemos a necessidade de desenvolver este trabalho.Demonstraremos a importância de um trabalho preventivo em relação à ansiedade de separação na entrada da criança na escola, conhecido como período de "adaptação". Conforme as bibliografias estudadas a mãe aproveita as suas próprias experiências de quando era um bebê para saber como se sente o seu bebê. Da mesma forma, ela também utiliza suas experiências de separação para lidar com o momento de adaptação de seu filho. A mãe responderá a este momento de acordo como foram vividas as suas experiências. É importante que a professora tenha conhecimento deste processo para que, dentro do seu papel. possa ser continente ao momento da família, não tomando para si as projeções dos pais. Cabe à professora reconhecer a forma como ela própria lida com suas perdas e separações. Como metodologia realizam-se encontros com professores da educação infantil e da primeira série do ensino fundamental e um encontro com os pais. Acompanha-se também os alunos e professores que apresentam dificuldades durante o período de adaptação. A partir da execução deste trabalho, observamos que as crianças passaram a se adaptar em menor tempo e de forma mais tranqüila. O período de adaptação deixou de causar tanto sofrimento para os professores e os pais envolvendo-se com a proposta, organizam seu tempo para ficar com seu filho no local onde ele passará parte de seu dia. Este trabalho ainda estimulou a criação de novos projetos que vieram complementar esse processo de adaptação de uma forma preventiva, como por exemplo o projeto de entrevistas com os alunos novos, que faz com que se dê início ao processo de adaptação muito antes das datas previstas anteriormente.

ISSN 1981-2566

O COORDENADOR PEDAGÓGICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Ana Maria dos Santos Scatolon
Marilene Proença Rebello de Souza

Esta pesquisa tem como tema o trabalho do Coordenador Pedagógico na Educação Infantil. O objetivo geral deste trabalho é o de evidenciar diferentes aspectos que estão presentes na função do coordenador pedagógico da Educação Infantil, destacando o que é esperado deste trabalho, do ponto de vista oficial e acadêmico e, ao mesmo tempo, por meio de uma análise de uma prática, discutir como pode ser conduzida uma atuação no campo da educação por meio desta função na escola de Educação Infantil. A finalidade deste trabalho é refletir como as intervenções do Coordenador Pedagógico na Educação Infantil poderão contribuir para a formação do professor. Para tanto, procuramos evidenciar concepções presentes no campo da Educação Infantil e na prática pedagógica do coordenador de um município do estado de São Paulo, na cidade de São Bernardo do Campo. O caminho escolhido pela investigação é de caráter qualitativo e apresenta, em um primeiro momento, as concepções de educação presentes no campo da política educacional no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, aproximando-se dos profissionais que atuam neste campo educacional, a fim de compreender aspectos das práticas ocorridas no interior de uma escola municipal. Os procedimentos desta pesquisa incluem análise de documentos oficiais sobre a função de Coordenador Pedagógico nas redes Estadual de São Paulo e Municipal de São Bernardo do Campo, pesquisa bibliográfica de Dissertações e Teses produzidas na USP sobre o tema, apresentação de uma política pública educacional na qual este profissional se insere e relato de uma prática de atuação de um Coordenador Pedagógico no âmbito da Educação Infantil na rede pública municipal. A pesquisa revela que o Coordenador Pedagógico necessita conhecer os diferentes aspectos que interferem em sua atuação, seja nos âmbitos legal, social, político, organizacional, na constituição do grupo de professores, bem como ouvir as queixas docentes, entre outros, refletindo de que maneira estes aspectos podem contribuir ou não para uma atuação comprometida com a qualidade social da educação e a desnaturalização do fenômeno pedagógico. A pesquisa ainda revela que o Coordenador Pedagógico deveria utilizar como metodologia de trabalho a ação-reflexão-ação, fortalecendo as relações entre os professores e sua prática educativa

Palavras-chave: Coordenação pedagógica, educação infantil, prática educativa.

ISSN 1981-2566

MÍDIA E CULTURA LÚDICA NO CONTEXTO EDUCATIVO: ENTRE OS ESPAÇOS INSTITUÍDOS E INVISÍVEIS

Cíntia de Sousa Carvalho
Maria Auxiliadora Campos Rodrigues
Raquel Gonçalves Salgado

Este estudo faz parte do projeto "Infância e cultura lúdica contemporânea: a criança entre brinquedos, narrativas, saberes e competências". Visa compreender como os espaços, o tempo, objetos e discursos, que compõem o universo lúdico disponibilizado pela instituição educativa, interferem na produção da cultura lúdica infantil e, conseqüentemente, nos modos como as crianças constituem suas identidades, revelados principalmente em suas brincadeiras. Interessa-nos, sobretudo, analisar como as crianças estabelecem relações entre o ambiente lúdico com que se deparam na instituição e as produções lúdico-culturais que emergem de suas apropriações desse ambiente, no sentido de entender como a presença da mídia perpassa o cotidiano infantil e as relações entre as crianças. O locus de investigação é uma turma com 18 crianças, de quatro a cinco anos, de uma das unidades municipais de Educação Infantil, da rede pública de Rondonópolis, Mato Grosso. A pesquisa consiste na participação ativa das crianças, dos pesquisadores e das educadoras em oficinas de brinquedos e brincadeiras, com a realização de entrevistas gravadas e videogravações das diversas experiências lúdicas ocorridas dentro e fora da instituição. Observa-se, nas brincadeiras e narrativas das crianças, uma ressignificação da rotina vigente na instituição, no tocante ao espaço, tempo e objetos disponíveis para brincar, ou seja, esses elementos assumem sentidos distintos, tendo o discurso da mídia um papel significativo como suporte simbólico para a produção de culturas lúdicas infantis. Uma das apropriações desse ambiente lúdico institucional é a presença de brincadeiras de caráter subversivos. Há, então, a utilização dos cantos da sala de aula para a realização dessa cultura lúdica "invisível". Como suporte para essas brincadeiras, os brinquedos são transformados conforme a exigência de cada enredo constituído. Nesse sentido, os textos de mídia, destinados principalmente ao público adulto, são resgatados e veiculam temas recorrentes como a sexualidade e a violência. Observa-se também como a imagem da menina ingênua e frágil tem sido suplantada pela imagem da menina-mulher na contemporaneidade, veiculada em músicas e filmes, que fazem sucesso por apresentarem uma menina que detém poder por meio da sedução. Desse modo, a música Barbie Girl é uma das mais recorrentes no grupo de meninas, dentre outras músicas populares como o funk. Há também a presença de outros textos midiáticos que reivindicam um poder feminino, como podemos observar em algumas falas das meninas entrevistadas durante as brincadeiras. Um exemplo disso é o termo "prexecar" utilizado pelas meninas para fazer alusão ao ato sexual, no qual a mulher é protagonista. Por meio desses discursos da mídia, as crianças produzem conhecimento, obtêm informações e estabelecem relações de poder, bem como constituem nesse processo, suas identidades. A televisão aparece aqui como um portal que proporciona às crianças a possibilidade de conhecer um mundo que, muitas vezes, é-lhes apartado.

Palavras-chave: Infância, cultura lúdica, mídia.

ISSN 1981-2566

O CURRÍCULO PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL E AS CONCEPÇÕES DE INFÂNCIA QUE O PERMEIAM

Lucy Durant Masquetti Pelz
Maria Aparecida Trevisan Zamberlan

Diversos teóricos trazem idéias sobre currículo e sua preocupação e desafio no sentido de repensá-lo na Educação Infantil. A escola tradicionalmente tem trabalhado com uma concepção de infância homogênea, cuja delimitação tem sido feita pela imaturidade, pela falta em relação ao adulto. Se partirmos da compreensão de que não há uma infância, mas infâncias, se não há um padrão único de ser criança, o trabalho a ser realizado com elas não pode ser definido a priori, de forma descontextualizada. Qualquer currículo criado para a infância necessariamente precisa perpassar a compreensão do que é ser criança. Cerisara, (2004) discute os aspectos que merecem nossa atenção diante da construção de uma Pedagogia da Educação Infantil com respeito à concepção de Infância e ao currículo. Zabalza (1998) propõe o desenvolvimento de uma série de competências a serem alcançadas na infância, através do currículo.È preciso que a Pedagogia a ser realizada contemple as diversidades das crianças, de cada grupo, nas suas competências, nas suas possibilidades e as estratégias a serem selecionadas para o desenvolvimento deverão ser também individualizadas. A Metodologia de projetos é uma forma de respeitar a cultura da infância e de implementar práticas educativas no trabalho pedagógico com a primeira infância.

ISSN 1981-2566

O COTIDIANO DE CRIANÇAS NUMA ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL: O LÚDICO E O PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DE SUJEITOS

Reginaldo Santos Pereira
Myrtes Dias da Cunha Dias

As atividades lúdicas desempenham um papel relevante no processo de ensino-aprendizado e no desenvolvimento da criança na educação infantil em seus múltiplos aspectos: cognitivo, afetivo, social, motor, estético, entre outros, e expressam o modo pelo qual uma criança reflete, ordena, constrói e reconstrói o mundo à sua maneira, além de proporcionarem-lhes a construção de conceitos, o conhecimento do mundo físico e social. A atividade lúdica na educação infantil reestrutura o espaço e tempo escolares, e, principalmente, as relações estabelecidas entre as crianças, as crianças e suas professoras e entre todos os seus sujeitos. Torna-se importante, portanto, conhecermos melhor as possibilidades e os limites das atividades lúdicas na educação infantil e o que está em "jogo" na vida cotidiana de nossas crianças e professoras. Como brincam, por quais jogos se interessam, quais são os temas de suas brincadeiras, quais objetos utilizam, como os utilizam e por que o fazem? Nesse sentido, no âmbito da presente pesquisa, torna-se importante questionar: como se constitui o cotidiano da atividade lúdica em uma sala de aula de educação infantil do município de Itapetinga-Ba? Como se dá a relação de interação entre crianças e professoras nas atividades educativas, principalmente naquelas que se utilizam recursos lúdicos? De que modo as relações intersubjetivas mediadas pelo lúdico afetam a constituição desses sujeitos na escola? Compreender o processo de organização cotidiana do lúdico em uma escola de educação infantil e a relação desse processo com o jeito de ser de alunos e professoras implica em trazer à reflexão comportamentos marcados por significados e sentidos inseparáveis das histórias dos sujeitos envolvidos. A presente pesquisa, desenvolvida para buscar respostas às questões anteriores, vem sendo construída a partir de princípios teóricos e epistemológicos da investigação qualitativa e orientação etnográfica, com a utilização de entrevistas com professoras, equipe pedagógica e crianças de uma escola infantil na cidade de Itapetinga-Bahia; observações em sala de aula (com vídeo-gravação), de reuniões pedagógicas e análise documental (proposta pedagógica da Educação Infantil, planejamentos de ensino, regimento(s), fichários individuais das crianças, atas de reuniões, cadernos e cadernetas de anotações com registro das atividades, dentre outros). Os dados desse estudo encontram-se em processo de construção, mas buscamos nesse percurso tecer itinerários que possibilitem a (re) construção e/ou ampliação de conhecimentos e reflexões acerca do lúdico e o processo de constituição dos sujeitos no espaço-tempo da educação infantil.

Palavras-chave: Constituição de sujeitos, cotidiano escolar, lúdico.

ISSN 1981-2566

O ATUAL PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E A EDUCAÇÃO INFANTIL

Carlos da Fonseca Brandão

Análise de todos os objetivos e metas do Plano Nacional de Educação (Lei 10.172/01) para a Educação Infantil, enfatizando quais objetivos e metas já foram alcançados, quais já estão parcialmente alcançados, quais ainda não foram alcançados e quais dificilmente serão alcançados. Realizo também uma discussão mais específica sobre as metas e objetivos do Plano Nacional de Educação (PNE) que tratam da oferta de Educação Infantil (creches e pré-escolas) bem como o impacto do Ensino Fundamental de 9 anos de duração sobre as metas de atendimento da Educação Infantil, no contexto da política educacional atual, a qual, por sua vez, é diferente (mas não significativamente diferente) da política educacional vigente quando da elaboração do atual Plano Nacional de Educação (Lei 10.172/01). Por último, discuto a única meta vetada deste PNE para a Educação Infantil, que tratava da ampliação do Programa de Renda Mínima, bem como as razões e motivações do referido veto.

Palavras-chave: Educação infantil, políticas públicas, formação de professor.

ISSN 1981-2566

O ABRIGAMENTO, A PARTIR DOS ABRIGADOS E DE SUAS FAMÍLIAS

Celia Vectore
Ana Mafalda Azor

A decisão de retirar a criança dos cuidados familiares, constitui-se num momento marcado por grande sofrimento, tanto da família quanto do abrigado. Assim, o objetivo do presente estudo foi compreender o processo de institucionalização/desinstitucionalização, ou seja, o abrigamento e o desabrigamento, a partir das representações sociais dos próprios envolvidos e de suas famílias. Para tanto, foram estudadas cinco famílias que tiveram seus filhos abrigados e que conseguiram, após um tempo médio de seis anos, estruturarem-se e receberem novamente seus filhos. Os instrumentos para a coleta de dados foram: análise documental da instituição; entrevistas semi-estruturadas com o responsável pelo abrigamento (pai ou mãe) e entrevistas semi-estruturadas com o ex-abrigado. Após transcrição dos dados pode-se constatar, entre outros achados, que a instituição abrigo representou tanto para os pais quanto para os seus filhos, um apoio seguro, que a despeito de suas inadequações e de um sentimento de ambigüidade que permeia as falas dos adolescentes, conseguiu ser uma referência positiva na vida dessas pessoas, haja vista o modo como relembram os períodos passados no abrigo, demonstrando nostalgia e carinho pelas pessoas que ali, de uma certa forma, formaram um vínculo. É possível constatar, que antes de serem abrigados, viviam em situações difíceis e a instituição mesmo com rigidez de normas e regras, representou a possibilidade de segurança. Além disso, observa-se que existe uma grande distância entre os princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente e a realidade das instituições tipo abrigo; na verdade, o abrigo constitui-se como uma medida permanente, ao invés de provisória. Por outro lado, recuperar a guarda do filho, não implica necessariamente, numa reestruturação familiar, haja vista que, o motivo mais citado para o abrigamento dos filhos é a pobreza. Desse modo, os dados permitem sugerir a necessidade de novos estudos e de um trabalho multiprofissional atrelado a políticas públicas eficientes e eficazes no atendimento de tão frágil parcela da população brasileira.

Palavras-chave: Abrigamento, família, direitos da criança.

ISSN 1981-2566

INFÂNCIA, PODER E CULTURA LÚDICA CONTEMPORÂNEA

Daniela Patrícia Oliveira
George Moraes De Luiz
Raquel Gonçalves Salgado

O trabalho em questão faz parte do projeto “Infância e cultura lúdica contemporânea: a criança entre brinquedos, narrativas, saberes e competências”, o qual se origina de reflexões acerca das mudanças nas relações estabelecidas entre adultos e crianças, bem como das profundas transformações culturais desencadeadas pela presença dos discursos da mídia no cotidiano das crianças, afetando seus modos de perceber a realidade e de constituir suas subjetividades no diálogo com esses discursos. Nesse sentido, tem-se como foco central discutir as relações de poder entre as crianças ao comporem culturas lúdicas específicas. A pesquisa é realizada em uma turma com 18 crianças na faixa etária entre 4 e 5 anos, de uma Unidade Municipal de Educação Infantil no município de Rondonópolis, Mato Grosso. Seguindo uma perspectiva dialógica, o processo de pesquisa abre-se à construção de conhecimentos entre crianças e adultos. Para tanto, são realizadas oficinas que envolvem diversas situações lúdicas, as quais são registradas por meio de fotos e videogravação. Tais registros funcionam também como disparadores de conhecimentos e reflexões, por parte de crianças e adultos, sobre as experiências transformadas em imagens. O poder se apresenta como uma questão relevante nas brincadeiras e nas relações que as crianças estabelecem entre si e com os adultos, demarcando práticas sociais e valores diferenciados quanto ao gênero. Entre os meninos, o exercício do poder pela via da violência se destaca, sobretudo, nas brincadeiras compartilhadas com os adultos. Já, entre as meninas, o poder se evidencia por meio de práticas e saberes que remetem à sexualidade. Vale salientar que a compreensão das relações de poder, que se efetuam no grupo de pares e entre as crianças e os adultos, está ancorada nas considerações teóricas de Michel Foucault, que tratam da questão do poder a partir de suas múltiplas relações, como modos de ação complexos sobre as ações dos outros, que se exercem e se efetuam, de forma capilar, no cotidiano. Observa-se, portanto, que tanto a violência quanto a sexualidade aparecem como elementos disponibilizados por discursos da cultura midiática globalizada, que compõem as experiências lúdicas e os modos como as crianças constituem suas identidades. Esse processo de constituição identitária, por sua vez, é permeado por um movimento contraditório de afastamento da infância e de aproximação da vida adulta, na medida em que as crianças buscam se distanciar da imagem da criança ingênua e vulnerável como forma de se afirmar como sujeitos que possuem competências para lidar com experiências consideradas como próprias do mundo adulto, como é o caso da sexualidade e da violência

Palavras-chave: Infância, poder, cultura lúdica.

ISSN 1981-2566

ESTRESSE INFANTIL: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO COM PRÉ-ESCOLARES

Lígia Ribeiro Horta
Celia Vectore

As vertiginosas e constantes transformações, ocorridas em todos os âmbitos da vida na sociedade contemporânea, criam condições propícias para o aparecimento do estresse. Este tem sido definido como um estado psicofisiológico no qual o organismo se encontra, na tentativa de adaptar-se a um desequilíbrio gerado por determinadas situações ou condições; trata-se de um fenômeno complexo, que abarca variáveis físicas, psicológicas e ambientais. O estresse pode trazer conseqüências drásticas para a vida do indivíduo, afetando sua saúde, seu bem estar psicológico, suas relações interpessoais, seu desempenho acadêmico e/ou profissional. Embora a temática aludida tenha se constituído, já há algum tempo, em importante foco de estudo, o tema relativo ao estresse infantil passou a ser investigado recentemente e vem merecendo cada vez mais trabalhos e pesquisas, haja vista ser alvo de crescentes preocupações, em decorrência dos danos que pode trazer também para vida dos pequenos. Assim, o presente trabalho objetivou avaliar o estresse em pré-escolares, identificando os principais sintomas apresentados, as fontes de estresse e as estratégias de enfrentamento utilizadas. Para tanto, foram realizados estudos de caso, abarcando seis pré-escolares de uma Escola Municipal de Educação Infantil da cidade de Uberlândia –MG, suas respectivas mães e professoras. Os instrumentos utilizados para obtenção de dados junto às crianças foram a Escala de Stress Infantil e a Entrevista Lúdica; junto às mães e professoras foram utilizadas entrevistas semi-estruturadas. Os resultados revelaram a presença de sintomas significativos como a sentir medo, ficar o tempo todo se mexendo fazendo coisas diferentes, sentir-se assustado na hora de dormir, sentir-se triste, não ter fome, ter dor de barriga, ter dificuldade para prestar atenção, ficar nervoso com tudo, pensar que é feio, ruim e que não consegue aprender as coisas, ter dificuldade de dormir e estar sempre resfriado ou com dor de garganta. Foi possível identificar uma grande quantidade de fontes estressoras relacionadas principalmente à interação familiar, interação com colegas e sentimentos, crenças e características próprias à criança, sendo que também foram encontradas aquelas relacionadas à rotina, interação com a professora, características da escola e acontecimentos significativos. Além disso, foi possível conhecer as estratégias de coping utilizadas pelas crianças diante dessas situações, que se manifestaram principalmente através da inação, expressão emocional e busca de apoio social, aparecendo também a ação agressiva e, em poucos casos, a ação direta. Portanto, espera-se que os resultados aqui evidenciados sejam úteis aos pais, familiares e aos profissionais da saúde e da educação, além de todos os que direta ou indiretamente atuam e buscam a melhor forma de se criar e educar as crianças, preparando-as para um mundo mais solidário e menos competitivo e assim, menos estressante nesse terceiro milênio.

Palavras-chave: Estresse, criança, escola.

ISSN 1981-2566

HISTÓRIAS E COMPREENSÃO DOS ESTADOS MENTAIS: SUBSÍDIOS PARA A PRÁTICA DOCENTE PRÉ-ESCOLAR

Marisa Cosenza Rodrigues
Aline Lima Tavares

Histórias e compreensão dos estados mentais: subsídios para a prática docente pré-escolarIntrodução: A teoria da mente pode ser definida como área que investiga o entendimento que as crianças elaboram durante seus primeiros anos de vida a respeito da mente, ou seja, a respeito das emoções, intenções e crenças. É o desenvolvimento dessa habilidade que permite às crianças pré-escolares compreenderem seus próprios estados mentais e os dos outros e assim predizerem comportamentos. Pesquisas internacionais no âmbito da compreensão conversacional evidenciaram um papel potencial para a experiência no desenvolvimento de habilidades da teoria da mente, chamando a atenção para o fato de que a teoria da mente poderia ser influenciada por áreas em que as crianças são expostas ou podem observar o uso de termos voltados para os estados mentais. A partir disso, verificaram a hipótese dos livros de histórias infantis evidenciarem termos mentais e representarem um possível recurso no desenvolvimento infantil da teoria da mente.. Objetivos: levantar uma amostra de livros infantis nacionais (faixa etária pré-escolar), analisá-la em seu conteúdo e codificá-la em seus termos mentais a partir da perspectiva sóciocognitiva da teoria da mente. Planejar ações que viabilizem a capacitação e qualificação de professores pré-escolares visando a utilização dos livros infantis em sua prática, a partir desta perspectiva cognitiva e preventiva da psicologia escolar.Metodologia: A amostra de 119 livros infantis nacionais foi selecionada mediante consultas ao MEC e catálogos de editoras de renome visando critérios de qualidade. Medotologia: Os livros foram codificados considerando-se a seguinte taxonomia: estados cognitivos, emocionais, intenção/desejo e obrigação moral. A análise dos termos mentais foi feita a partir da lista de termos denotando estados mentais gerada pela pesquisa anterior e por estudo internacional americano. Os livros foram codificados considerando-se também a presença da ironia situacional e da crença falsa e analisada a convergência entre as figuras do texto e os estados mentais. O primeiro eixo de análise (ocorrência de termos e expressões voltados para os estados mentais) foi submetido ao teste de coeficiente de Spearman.Resultados: Até o momento, constatou-se 99% de presença de termos mentais na amostra de livros de histórias infantis analisada. Termos emocionais e cognitivos foram os mais evidenciados, correspondendo a 80% da amostra, sendo seguidos pelos de desejo/intenção e avaliação moral/obrigação. A convergência figura X estado mental foi significativa (74%), indicando que as ilustrações complementam os termos mentais evidenciados. Tanto a ironia situacional quanto a crença falsa foram encontradas em porcentagens modestas (10%), o que constata que esses recursos ainda são pouco encontrados nos livros de histórias infantis. Esses resultados corroboram tanto o estudo nacional anterior realizado pela primeira autora quanto as pesquisas internacionais, indicando que os livros de histórias infantis são instrumentos ricos em termos mentais, podendo ser utilizados como recursos que estimulam o desenvolvimento infantil de uma teoria da mente.

Palavras-chave: Teoria da mente, histórias infantis, prática docente, pré-escolar.

ISSN 1981-2566

EDUCAÇÃO INFANTIL: SUBSÍDIOS PARA UMA PRÁTICA EM PSICOLOGIA

Beatriz Belluzzo Brando Cunha
Elisabeth Gelli Yazlle

A psicologia, enquanto área de conhecimento, sempre esteve relacionada às práticas desenvolvidas em escolas e demais instituições educacionais e assistenciais destinadas ao acolhimento e a educação de crianças até seis anos, chamada idade pré-escolar. É a psicologia do desenvolvimento que vai oferecer suporte teórico, justificando as propostas pedagógicas para a infância pequena, ou definindo modelos de atendimento e orientação a educadores e pais. Essa relação da psicologia com a educação infantil nem sempre se deu em benefício das crianças atendidas. Algumas correntes teóricas, ou aplicações práticas destas, permitiram interpretações que classificaram e estigmatizaram crianças que se desviavam da norma estabelecida em uma definição etapista de desenvolvimento. Além disso, ao focalizarem a criança em uma visão inatista, estas bases de conhecimento favoreceram práticas desconectadas do contexto sócio-cultural no qual se organizavam as instituições para a infância. Neste sentido, se pretendemos, enquanto psicólogos, contribuir efetivamente para a educação infantil atualmente, temos que considerar a produção teórica crítica desta área e as contribuições de outras áreas do conhecimento, especialmente a história e a sociologia da infância, além de compreendermos a educação em sua centralidade como campo de conhecimento constituído, bem como sua dimensão na definição da relação pedagógica de constituição do sujeito. Trazendo para discussão aspectos da história da educação infantil, da sociologia da infantil e da psicologia do desenvolvimento em sua vertente sócio-histórica, buscaremos apresentar práticas de atuação psicológica com educadores, pais e crianças que permitam refletir sobre as possibilidades de avanços da psicologia nesta área.Conteúdo:1.Educação infantil e sua relação com a psicologia.2.Aspectos históricos da educação infantil brasileira.3.Contribuições da sociologia da infância para compreensão da educação infantil.4.Psicologia do desenvolvimento – uma visão sócio-interacionista:a.O brincar como atividade principal.b.A relação com o adulto e os grupos multietários.c.A comunidade em que se insere a instituição de educação infantil.5.Relatos de uma prática: reflexões e exercícios para novos fazeres.

Palavras-chave: Educação infantil, psicologia, educação.

ISSN 1981-2566

DUPLA EDUCATIVA: O QUE AS CRIANÇAS FALAM SOBRE O APRENDER E O ENSINAR?

Regiane Sbroion de Carvalho
Paula Cristina Medeiros Rezende

Muitos estudos têm tido como objetivo encontrar ferramentas que possibilitem compreender o que as crianças pensam ou sentem. Especificamente na área da psicologia escolar o interesse se estende ao modo como as crianças percebem seu processo de aprendizagem e desenvolvimento. Este resumo tem por objetivo apresentar a técnica da Dupla Educativa como uma possibilidade de aproximação do modo como as crianças descrevem sobre o seu processo de aprendizagem em um contexto pré-escolar. Foram realizadas 10 horas de observação no contexto da pré-escola, a fim de aproximar as pesquisadoras do ambiente estudado, e aplicadas cinco Duplas Educativas com crianças, de aproximadamente 6 anos, que estão finalizando o período pré-escolar. Esta técnica tem como orientação solicitar à criança que desenhe uma pessoa que ensina e outra que aprende, e em seguida que conte uma história e dê um título para o seu desenho. As sessões foram gravadas e posteriormente transcritas. A análise das produções foi orientada pelo interesse em elucidar quais as descrições que as crianças fazem sobre o aprender, sobre as educadoras ou sobre seus pares. Uma análise interessante foi observar que, quando solicitadas a desenhar, algumas respondem que não sabem. Outras, quando solicitadas a dar um título para o desenho, não compreendem o que a pesquisadora solicita. Quando se pede um “nome para o desenho” as crianças escrevem seu próprio nome atrás da folha. Durante as observações pode-se verificar que tal prática é freqüente no cotidiano das crianças. Os temas apresentados são os mais diversos, variando de comida a brigas com pares. Algumas descrições do contexto da pré-escola são simples, mas revelam pistas de como as crianças estão vivenciando ou interpretando o contexto escolar: as educadoras brigam com as crianças porque as crianças brigam entre si; enquanto as educadoras gritam e põem de castigo, as crianças batem nas educadoras, dão chute e mordem; as crianças conversam tão alto que não escutam o telefone e nem a campainha; a gente pequena fica sentada na cadeira, eles tão esperando e a tia faz pra eles. Pelos relatos as educadoras são descritas como portadoras do conhecimento, que não deixam brincar, e que muitas vezes são vitimas de violência verbal e física das próprias crianças. Destaca-se que este resumo é parte de um trabalho mais amplo cujo objetivo é contextualizar as produções das crianças, dialogando com as educadoras sobre tais produções, e ainda relacionar com a percepção dos pais quanto ao comportamento das crianças. A análise inicial permite apontar a importância da técnica da Dupla Educativa como ferramenta útil que nos aproxima do como as crianças podem estar vivenciando o contexto escolar, e a partir deste conhecimento, legitimá-lo para construir, junto com as educadoras, novas configurações de ensino-aprendizagem.

Palavras-chave: Dupla-educativa, pré-escola, ensino-aprendizagem.

ISSN 1981-2566

O LUGAR DO BRINCAR NO ESPAÇO DA INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Víviam Carvalho de Araújo

O espaço do brincar na escola de Educação Infantil é algo permeado de incertezas. Considerado importante para alguns educadores que contemplam o brincar como um eixo importante no projeto pedagógico, para a maioria das instituições ainda é vivenciado com propósitos meramente pedagógicos, tendo um espaço paralelo e marginalizado. Ao se analisar o que as políticas públicas têm sinalizado para o trabalho com a Educação Infantil, constata-se que tanto o Referencial Curricular para Educação Infantil (BRASIL, 1998), como as Diretrizes Curriculares para Educação Infantil (BRASIL, 1999), assinalam a brincadeira como um dos eixos para o trabalho com as crianças. Nos fundamentos norteadores das Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil, está previsto que as propostas pedagógicas das instituições devem incluir a ludicidade, a criatividade e práticas de educação e cuidados, que possibilitem a integração entre os aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivo/lingüísticos e sociais da criança. O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil considera a brincadeira como uma linguagem infantil e ressalta a importância do brincar tanto em situações formais quanto em informais. A preocupação em torno da Educação Infantil tanto em termos de políticas públicas, como em discussões e produções acadêmicas e científicas vem crescendo no Brasil (FARIA, 2005). Neste contexto, a concepção do brincar que vem sendo desenvolvida nas instituições de Educação Infantil merecem igual preocupação. Estudos e pesquisas na área vêm trazendo uma nova forma de conceber as crianças (DELGADO E MULLER, 2006; SARMENTO, 2005; KRAMER, 2002). Uma nova concepção de infância que reconhece a criança como criatura e criadora, um ser histórico, cidadã de direitos, tenta superar uma visão adultocêntrica da criança que a concebe apenas como um vir-a-ser e que precisa ser "preparada para". As crianças não estão se preparando para crescer, mas sim, estão se desenvolvendo em todos os seus aspectos. A observação daquilo que é objeto de brincadeira das crianças, como elas brincam, suas preferências, o espaço de ser criança dentro do contexto sociocultural no qual estão inseridas as instituições de Educação Infantil é um objeto rico de pesquisa. O imaginário, o lúdico, o artístico, o afetivo, o cognitivo são dimensões humanas que devem estar presentes nos espaços da Educação Infantil. É preciso pensar no espaço dessas instituições como um rico ambiente interacional, promotor de vida e não castrador da criança e da infância. Se considerarmos o espaço físico como um território cultural que as crianças ocupam e organizam-se, experimentam e interagem, neste espaço certamente haverá lugar para as brincadeiras. O objetivo da pesquisa é compreender o lugar do brincar no espaço da instituição de educação infantil a partir da visão das crianças. Utilizarei como procedimento de investigação a produção de desenhos das crianças como forma de fomentar o discurso a respeito do tema.A presente pesquisa adota os referenciais metodológicos de um estudo de caso dentro de uma abordagem qualitativa. Encontra-se em fase de construção do referencial teórico e metodológico a partir de uma revisão bibliográfica a respeito do tema.

Palavras-chave: Infância, educação infantil, brincar.

ISSN 1981-2566

SIGNIFICANDO A MORTE, ATRAVÉS DE REDES SOCIAIS, EM UM CONTEXTO DE VULNERABILIDADE SOCIAL – UM ESTUDO COM CRIANÇAS PRÉ-ESCOLARES, SEUS PAIS E PROFESSORES

Cecília Mello Passos

O trabalho é um recorte de uma pesquisa realizada durante 2004, em um bairro popular de Salvador, com o objetivo de compreender os processos de significação da morte, apresentados por um grupo de crianças pré-escolares, que se encontravam em uma situação de vulnerabilidade social. Para atingir tal objetivo, foi desenvolvido um estudo exploratório, em uma creche, na qual foram entrevistados: 12 crianças, 9 responsáveis e 4 educadores. Os instrumentos foram adequados de acordo com cada um dos grupos. A apresentação terá dois enfoques principais: 1) A importância do contexto vivenciado - marcado por conflitos e mortes relacionados ao tráfico de drogas - no processo de significação de morte das crianças. 2) O papel dos pais e educadores da escola como mediadores na elaboração das mortes e situações de violência presenciadas pelas crianças. No enfoque nº 2 observar-se-á que os resultados apontam para a importância prioritária dos educadores da escola na abordagem dos temas violência e morte junto a essas crianças. Os motivos que levam ao destaque dos educadores no tratamento destes assuntos com as crianças é o que o trabalho se propõe a mostrar aos participantes do VIII Congresso Nacional de Psicologia Escolar e Educacional.

Palavras-chave: Morte, violência, crianças, educadores.

ISSN 1981-2566

UM OLHAR PARA A PRÉ-ESCOLA: UM AMBIENTE FAVORÁVEL À EXPRESSÃO DA CRIATIVIDADE?

Mateus Augusto Bartolomeu Ângelo
Rita Laura Avelino Cavalcante
Andréa Cabral Rios
Aureliano Lopes Silva Junior
Gustavo Tozzi Martins
Maria Eliza Barreto

Um olhar para a pré-escola: um ambiente favorável à expressão da criatividade? Este trabalho integra o projeto de pesquisa "Um estudo acerca das concepções de criatividade e suas práticas por um grupo de professores de São João del-Rei", desenvolvido pelo Departamento das Psicologias, no Laboratório de Pesquisa em Saúde Mental - LAPSAM. A questão central do projeto é: que concepção de criatividade está embasando as atividades desenvolvidas pelos professores da educação infantil, do ensino fundamental, médio e superior? Muitos estudos constatam ser o professor uma peça fundamental na construção de um clima favorável ou refratário à criatividade na sala de aula. Outros estudos ressaltam a importância de não pensarmos somente em um clima de sala de aula que permita ou iniba a expressão criativa, mas, também, em uma escola que ofereça um ambiente favorável ao desenvolvimento e exploração de estímulos criativos. Diversas pesquisas acerca das variáveis educacionais associadas à expressão criativa constataram que a escola não é um ambiente propulsor da criatividade. O recorte aqui escolhido é a análise das variáveis ambientais que possam atuar como estimuladoras ou inibidoras à expressão criativa nas pré-escolas. Foram realizadas visitas às pré-escolas de São João del-Rei. O instrumento utilizado foi um Inventário construído a partir de estudos acerca das variáveis influenciadoras na criatividade (Fleith e Alencar, 2005; Wechsler, 2002). Este instrumento coletou, dentre outros, os dados referentes às atividades extra-classe que cada escola oferece aos seus alunos. As atividades foram posteriormente analisadas com base em estudos precedentes, a fim de verificarmos se elas são estimuladoras ou inibidoras da criatividade. Compreendemos o fenômeno criativo como sendo influenciado por múltiplas variáveis. No que diz respeito às variáveis ambientais, verificamos em diversas instituições visitadas ao menos um ambiente de uso coletivo favorável à exploração das potencialidades criadoras das crianças. Pudemos observar, também, a realização de atividades lúdicas e artísticas, além de recortes e colagens. As atividades extra-classe oferecidas são, em grande parte, fontes de produção criativa, estimulando a socialização e a expressão da subjetividade. Algumas escolas, entretanto, ainda adotam métodos tradicionais de ensino, nos quais os alunos reproduzem práticas que servem de barreira ao processo criativo, quais sejam: uso de estêncil, cartilhas e ditados, entre outros. Ambientes favoráveis à livre expressão das crianças servem como pontes para o bom desenvolvimento de suas habilidades criativas. A adequação do ambiente a uma educação criativa passa pela formação e conscientização dos profissionais da área. Na medida em que articular teoria e prática propicia o desenvolvimento da criatividade, os educadores que assim atuam transformam suas descobertas em construções.Referências BibliográficasFLEITH, D. de S.; ALENCAR, E. M. L. S. de. Escala sobre o Clima para Criatividade em Sala de Aula. Psicologia: Teoria e Pesquisa, Brasília: s.n., v. 21 n. 1, pp. 085-091, jan./abr. 2005.WECHSLER, S. M. Criatividade: descobrindo e encorajando. 3. ed. Campinas: Livro Pleno, 2002.

Palavras-chave: Criatividade, pré-escolas, variáveis ambientais.

ISSN 1981-2566

REFLEXÕES NA EDUCAÇÃO INFANTIL: A IMPORTÂNCIA DA ALFABETIZAÇÃO NA VIDA DAS CRIANÇAS

Denise Silva Rocha
Ana Carolina Dias Pires
Cirlei Evangelista Silva
Paula Cristina Medeiros Rezende

A educação infantil é a primeira etapa da educação básica e tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade. A mesma é considerada importante por ser um período de aprendizagens que antecedem e preparam a criança para aprender a ler e a escrever. O processo de alfabetização é uma construção multifacetada, um momento em que os desafios caminham lado a lado com as descobertas e com a busca da autoconfiança da criança. Desta forma, a aquisição formal da língua escrita representa a iniciação desta no processo de escolarização, além de ser requisito fundamental para que ela seja bem-sucedida em toda a sua trajetória escolar futura, visto que todo saber formal veiculado pela escola é realizado, primordialmente, através da leitura e da escrita. O presente trabalho tem como intuito descrever uma experiência realizada a partir de setenta e duas horas de observação de crianças de segundo período e trinta horas de desenvolvimento de um projeto construído após o levantamento inicial dos dados, em uma escola particular da cidade de Uberlândia/MG, envolvendo trinta e duas crianças e duas professoras. Seu objetivo central foi atenuar a passagem do segundo período para o pré-escolar, além de refletir sobre o processo de alfabetização com as crianças, procurando apreender as possíveis significações que elas atribuíam ao mesmo, e conhecer assim, suas expectativas para o ingresso na pré-escola. Em nossa proposta, procuramos dialogar com a teoria histórico-cultural, discutindo a alfabetização como um processo que envolve múltiplos fatores – sociais, relacionais, contextuais, culturais – e que reconhece a linguagem escrita como um meio de interação, uma atividade simbólica que, apesar de ser diferente da fala, assume como ela uma função individual e comunicativa, na qual o sujeito afeta sua ação e a do outro. Durante nossa intervenção, foram realizados oito encontros com duração de noventa minutos cada, em que foram discutidos temas que propunham reflexões sobre as mudanças envolvidas no processo de alfabetização das crianças. As atividades desenvolvidas envolveram fantoches, músicas, histórias e desenhos, sendo que nestas, as crianças puderam explicitar seus sentimentos e suas crenças sobre o que aconteceria quando fossem para o pré-escolar, período entendido por elas como “saber ler e escrever”. As crianças puderam também refletir sobre suas emoções, suas competências e como estas poderiam ajudá-las ao longo do processo de alfabetização. No decorrer do projeto, mostraram-se mais receptivas no contato com os colegas, adaptaram-se rapidamente ao contrato que estabelecemos juntos e estenderam isto para o cotidiano das aulas (como exemplo: o “combinado” feito por nós contendo as regras dos encontros, que foi reproduzido e colado na parede pela professora, a pedido das crianças). Por meio desta experiência pôde-se refletir que o processo de alfabetização se dá em um curso de transformações onde competências emergem e se configuram mediadas pelas ações do outro. Desta forma, a ação do psicólogo escolar, enquanto mediador, é indispensável no sentido de proporcionar reflexões sobre temas diversos – dentre eles a alfabetização – construídas na e pela relação entre pais, educadores e crianças.

Palavras-chave: Alfabetização, educação infantil, teoria histórico-cultural.

ISSN 1981-2566

REPENSANDO A LUDICIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Leonor Dias Paini
Viviane Maria Bressam Amblard

Esta pesquisa tem a finalidade de compreender o papel da ludicidade na perspectiva do educador infantil, com o propósito de recuperar a sua trajetória histórica. A ludicidade de que nos reportamos refere-se aos brinquedos, jogos e brincadeiras. A metodologia de trabalho, utilizou-se dos seguintes procedimentos de pesquisa: Primeiramente realizou-se a seleção de literatura e análise dos dados coletados por meio de entrevistas semi-estruturadas com 5 professores da educação infantil da rede municipal de ensino no noroeste do Paraná. Considerações: Dar vez e voz aos professores possibilitou-nos entender a dialogia que explicita os diferentes discursos dos profissionais. Concluiu-se que o papel do educador enquanto mediador do processo educacional, propicia o processo de interação social, revelando suas histórias, e narrando sobre os equívocos e inequívocos de sua ação docente. Além disso, ao trilhar os caminhos da dialogia e analisar os relatos das histórias da infância dos educadores, foi possível descortinar e discutir a necessidade de conquistar mais espaço para o ludicidade na prática escolar, não somente como “momentos de brincadeira”, mas um espaço que auxilie de fato o desenvolvimento psíquico da criança. Desta maneira, essa investigação incitou os educadores a refletirem a sua prática pedagógica, desvelando um outro olhar sobre a construção do lúdico.

Palavras-chave: Ludicidade, educação infantil, brincadeira.

VIII Congresso Nacional de Psicologia Escolar e Educacional
26 a 29 de Abril de 2007
ISSN 1981-2566

PROMOÇÃO DA QUALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL NA REGIÃO DO TRIÂNGULO MINEIRO: CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA DO CONSUMIDOR NA ATUAÇÃO JUNTO ÀS CRIANÇAS

Gabriela Martins Silva
Celia Vectore

Trata-se de um estudo exploratório com o objetivo de identificar, sob a perspectiva infantil, os critérios de avaliação da qualidade do ensino pré-escolar. Para tanto, participaram da pesquisa 15 crianças de 5 e 6 anos, estudantes de uma instituição particular de ensino. A partir de uma extensa revisão bibliográfica sobre a temática do comportamento do consumidor e da avaliação de serviços, foram realizadas oficinas temáticas com grupos de crianças, que visaram à construção de um ambiente propício para se entrevistar crianças pequenas usuárias do serviço de ensino. Com isso, foi possível verificar que a escola é o local onde as crianças esperam se divertir e viver as experiências que almejam. Além disso, verificou-se que o respeito ao tempo da criança e à sua percepção de espaço foram pontos mencionados na avaliação da qualidade do ensino recebido pelas crianças. Desse modo, pondera-se que, muitas vezes, o contexto escolar é elaborado exclusivamente por uma visão "adultocêntrica" da instituição, desconsiderando aspectos triviais e críticos para a criança, como o respeito ao seu tempo, a liberdade para desenhar e brincar sem regras e a existência de um espaço para brincadeiras motoras. Este trabalho descreve ainda uma metodologia de entrevista com crianças pequenas que se mostrou útil e adaptada ao contexto infantil.

Palavras-chave: Avaliação da qualidade do ensino, psicologia do consumidor, educação infantil, crianças pré-escolares.

ISSN 1981-2566

RELATO DE EXPERIENCIA EM PSICOLOGIA ESCOLAR/EDUCACIONAL EM UMA ESCOLA PRIVADA DA CIDADE DE TERESINA- PIAUÍ

Carla Andrea Silva

De acordo com a realidade inerente as especificidades de atuação do Psicólogo Escolar/ Educacional presente na educação Infantil bem como as propostas previstas pela ABRAPEE, o presente relato de experiência tem por objetivo explanar a vivência de uma Psicóloga Escolar/Educacional atuante nessa modalidade de ensino em uma escola da rede privada de ensino da cidade de Teresina – Piauí, ao longo do ano corrente, realizado no transcurso de suas 25 horas semanais de trabalho. Como parâmetros norteadores de sua prática encontram-se necessariamente o respeito ao momento desenvolvimental dos educandos bem como a parceria com as instâncias família e escola, além dos paradigmas vigentes de atuação do Psicólogo Escolar/Educacional. Dessa maneira dentre as atividades desenvolvidas que merecem destaque: participação da profissional no processo de adaptação escolar de alunos do maternal 1 e 2(desde as reuniões de acolhida dos pais até o final do segundo mês de aula dos alunos); a presença da psicóloga em todas as classes de infantil 1, 2 e alfabetização da escola, mediante momentos de observação e interação com cada uma das turmas cuja duração era circunscrita a uma hora, acontecendo com freqüência quinzenal, sistematicamente distribuída ao longo do calendário escolar (atividade que possibilitou não apenas uma aproximação, mas, sobretudo um maior conhecimento quanto à realidade da turma e dos alunos em suas particularidades); momentos de orientação às professoras através da discussão em relação às demandas presentes no dia-a-dia destas como meio subsidiador das práticas pedagógicas adotadas, realizadas de forma assistemática geralmente no horário do recreio (atividade essa, fundamental para o estabelecimento de possibilidades para o trabalho em equipe); intervenções pontuais de caráter individual com os educandos (essa atividade caracteriza-se por apresentar foco essencialmente preventivo, seja a nível primário ou secundário); momentos de escuta, aconselhamento e atendimento de pais dos educandos, conforme a necessidade destes ou do filho (tratando-se de uma atividade desenvolvida de forma assistemática e geralmente a pedido dos pais); Acompanhamento de alunos e das famílias enlutadas ou em situação de adoecimento; Participação em todas as atividades artísticas e culturais, dos ensaios aos momentos de apresentação dos alunos (atividade efetivada tendo em vista sobretudo a motivação e suporte emocional dos alunos, quando necessário); Atuação no processo de inclusão de crianças com necessidades especiais como Deficiência visual, Síndrome de Down, Autismo e TDAH, mediante contato sistemático com as professoras e família do aluno. Como aporte teórico contou-se com as contribuições oriundas da Psicologia do Desenvolvimento, Psicologia da Aprendizagem, Psicologia Escolar/Educacional e psicologia Sistêmica. (Bee,1995/1997; Mussen,1988; Marinho-Araújo e Almeida,2005)

Palavras-chaves: Psicologia escolar/educacional, psicologia infantil, educação infantil.

ISSN 1981-2566

O PROCESSO DE APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL: A VISÃO DAS PROFESSORAS

Michele G. Bredel de Castro

Este estudo faz parte da dissertação de mestrado intitulada Professores da educação infantil: concepções de aprendizagem, na qual teve como objetivo central compreender a concepção de aprendizagem construída por professores da educação infantil, bem como o modo como esta concepção é transposta para a prática. Há várias formas de se conceber a aprendizagem, e isso está relacionado à visão de mundo, de homem, de cada corrente teórica. Sendo assim, é importante um sólido conhecimento sobre os princípios da aprendizagem, bem como das teorias que a enfocam. Ter noção dos pressupostos teóricos que norteiam cada teoria é fundamental, posto que esses influirão nas atividades propostas em sala de aula, na forma de se tratar o aluno, entre outros aspectos da prática docente. Todas as ações do professor são coloridas pela teoria de aprendizagem adotada. Podemos destacar, então, que há na escola uma preocupação com a aprendizagem. Na atualidade isso tem se retratado na educação infantil, principalmente na preocupação em ensinar a ler e escrever, ou seja em alfabetizar crianças de 5/6 anos. O propósito fundamental de qualquer programa educacional é a aprendizagem. Por isso, o professor precisa ter esclarecimento sobre o que é a aprendizagem e de como ela ocorre, ou seja, ele deve entender o que ocorre “dentro da cabeça do aluno”. A maneira pela qual as pessoas aprendem e as condições sob as quais o fazem, têm sido investigadas por gerações de pesquisadores em todo o mundo. O presente trabalho representa um recorte da pesquisa de mestrado e focalizará a concepção que professoras da educação infantil têm do processo de aprendizagem, ou seja vou abordar uma das categorias trabalhadas no estudo. Como recurso metodológico, utilizei o referencial da “análise de discurso” - AD, na perspectiva européia - Escola Francesa - que tem como principal expoente, no Brasil, o trabalho de Eni Puccinelli Orlandi. O procedimento adotado foi a interpretação do seguinte corpus discursivo: as concepções de aprendizagem subjacentes às diferentes teorias de aprendizagem; as concepções de infância e de educação infantil subjacentes às diferentes teorias de aprendizagem; as entrevistas com cada professora regente de turma de educação infantil; e a observação de uma atividade desenvolvida em sala de aula pela professora regente em sua turma. O locus da pesquisa foi composto por duas escolas de educação infantil da rede pública de ensino, localizada na periferia da cidade de Juiz de Fora, Minas Gerais, o que permitiu encontrar apenas professores atuantes na educação infantil. Como sujeitos, foi tomado um grupo de três professoras.

Palavras-chave: Professores da educação infantil, aprendizagem, infância.

ISSN 1981-2566

PARCERIA FAMÍLIA-ESCOLA NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO/LETRAMENTO DAS CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Josiane Fonseca de Barros
Cristiane Pires Teixeira
Alessandra Sarkis

A alfabetização é um tema muito presente no último ano da educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental e gera ansiedade nas famílias, crianças e profissionais. O ambiente familiar e escolar são complementares no que diz respeito à inserção das crianças no mundo letrado. Desta forma, é relevante salientar a importância da parceria família-escola para que caminhem juntas neste processo. Esta relação é vital, pois assim pode-se criar um espaço para troca de informações essenciais ao desenvolvimento e aprendizagem da criança. Esta possibilidade poderá minimizar a ansiedade dos pais e a pressão quanto à escolarização precoce na vida das crianças. Tendo como base estudos que tratam da relação família-escola e sobre os interesses e dificuldades dos pais na alfabetização dos filhos, é possível compreendermos que os pais possuem interesse em participar da vida escolar de seus filhos, principalmente no que diz respeito ao processo de alfabetização. A grande dificuldade na formação da parceria entre pais e escola no que se refere ao processo de letramento/alfabetização é por conta das diferenças de concepções acerca destes processos por parte da escola e da família. Os pais, por não conhecerem o processo de letramento e alfabetização, têm dúvidas e não encontram espaço para esclarecê-las. A escola, geralmente, tende a menosprezar o interesse dos pais pelas questões educacionais de seus filhos. Partindo deste cenário, realizamos uma pesquisa de caráter qualitativo com os pais de 11 crianças de 5-6 anos da Escola de Educação Infantil da UFRJ. Os pais responderam a um questionário com perguntas abertas. O objetivo era investigar qual a concepção que possuem sobre o processo de letramento/alfabetização e como a parceria família-escola poderia auxiliar neste processo. A análise de dados revelou que os pais vêem o processo de alfabetização/letramento como início da aprendizagem da língua escrita, sendo que em casa promovem atividades de leitura de histórias infantis e de codificação letra-som, com vistas a favorecer este processo. Quanto às expectativas que tinham no início do ano, alguns relataram que suas expectativas foram alcançadas como, por exemplo, o estímulo à leitura e aquisição de novos conhecimentos. Entretanto, alguns pais relataram que tinham expectativa de que o trabalho fosse mais voltado para a alfabetização em si. A maioria deles diz perceber que os filhos adquiriram novos conhecimentos de linguagem. No que se refere à parceria família-escola, a maioria deles concordou que houve atividades de cooperação para o processo de alfabetização, principalmente no que se refere à leitura de livros emprestados pela escola à família. Da mesma forma, a maioria dos pais sinalizou que gostariam de ter participado mais da pré-alfabetização de seus filhos e apontaram sentimentos como expectativa, entusiasmo, ansiedade, susto, preocupação, apreensão e também felicidade e insegurança quanto à transição para a nova etapa escolar.

Palavras-chave: Alfabetização/letramento, parceria família-escola, concepções.

ISSN 1981-2566

PROJETO E TRANSDISCIPLINARIDADE

Luciana Adário Brandão
Olga Ribeiro de Aquino

Falar em transdisciplinaridade no contexto educacional exige pensar em mudanças; mudanças porque um currículo constituído de matérias disciplinares não responde às finalidades da vida contemporânea que necessita pautar-se em um currículo voltado à formação da subjetividade humana, graças a qual os alunos possam dialogar, interpretar informações e construir relações nas várias situações de ensino, desenvolvendo, assim, uma postura voltada à busca e descobrindo novos significados para sua vida. Estamos, há séculos, tentando romper com uma escola transmissora de saberes vinculados ao sistema disciplinar, que privilegiam as relações de poder sobre as de saber. Embora esse sistema tenha sido muito importante para a educação, estamos, há tempo, percebendo que ele não tem atingido seu objetivo quanto à aprendizagem. Não raro, nos deparamos com evasões e repetências escolares e com uma escola que ainda se volta somente para a instrução. Reorganizá-la, trazer a vida, será que não é o caminho? Como fazer? Acreditamos que uma abordagem inovadora, transdisciplinar seja um imperativo para romper com essa realidade. Discutiremos, neste simpósio, alguns pontos importantes para fazê-lo.

ISSN 1981-2566

PROFESSORES E FAMÍLIA: METACIÊNCIA E PSICOLOGIA ESCOLAR

Carla Witter

As pesquisas sobre produção científica permitem a análise do estado da arte de uma determinada área de conhecimento ou de um tema específico, como professores e famílias, e, além disso, permitem avaliar os artigos que são publicados nas revistas científicas. O objetivo desta apresentação é discutir a importância da metaciência para a formação e atuação dos psicólogos que trabalham, em específico, com a comunidade escolar e seus personagens: professores, estudantes e familiares. Afinal o conhecimento científico, das questões teóricas e técnicas, permite a atualização da prática profissional, assim como as questões dessas práticas geram demandas para a investigação científica. Deste modo, pretende-se discutir e apresentar dados de metaciência sobre o tema em foco. Como exemplo, levantaram-se os artigos publicados nos últimos cinco anos da Revista de Psicologia Escolar e Educacional da ABRAPEE, de 2001 até 2005. No total de 84 artigos publicados é notório o aumento de trabalhos em co-autoria (41,6%) e autoria múltipla (29,8%), enquanto que a autoria única teve uma redução (28,6%), resultados semelhantes aos da produção científica estrangeira que pode significar evolução do campo de conhecimento dessa área. Houve o predomínio de autoria feminina (81,1%), o que é esperado na área da psicologia. Na análise temática dos artigos apresentados encontraram-se cinco trabalhos sobre Família e Escola (5,9%), doze sobre Professores (14,3%) e 40 estudos sobre Estudantes/Escolares (47,6%). Nota-se que o tema professores e família tem merecido atenção dos pesquisadores, embora em número menor, os trabalhos publicados nesta revista, nestes cinco anos, equivalem a uma média de um trabalho por ano. Os resultados evidenciam que houve uma melhoria da qualidade e quantidade de artigos publicados pela revista desde 2001, servindo de referencial teórico para os psicólogos se manterem atualizados e, conseqüentemente, discutirem as questões teóricas e práticas em Psicologia Escolar.

Palavras-chave: Pesquisa, professor e família, formação de psicólogos.

ISSN 1981-2566

POLÍTICAS PÚBLICAS E A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Beatriz Belluzzo Brando Cunha

Discussão sobre os Avanços e Retrocessos das Políticas Públicas para a Educação Infantil.Educação infantil, como direito da criança de zero a seis anos, garantida pela Constituição Brasileira (1988), traz um novo cenário para atenção à criança pequena, com repercussões culturais e sociais até então não consideradas. De direito à mulher trabalhadora, para instituição que tem a criança em sua centralidade, a creche e a pré-escola têm que rever o papel de seus profissionais e as práticas até então instituídas. Tem, ainda, que considerar sua relação com instituições tradicionais de ensino, como é o caso das articulações da educação infantil com o ensino fundamental. Para isso, medidas legais, documentos orientadores e, especialmente, um Plano Nacional de Educação foram produzidos. Como que objetivos é definido o Plano para a educação infantil? Qual é o caldo cultural e social em que são produzidas as demandas para reconhecimento da profissão do professor de educação infantil? Como são vistas as práticas de educação da criança pequena? Com que ritmo e direção estão sendo modificadas e construídas? São questões importantes para todos aqueles que atuam e estudam as instituições educacionais para crianças pequenas. Neste sentido, nesta mesa-redonda, serão abordadas, por professores de duas universidades estaduais: (1) questões relativas aos objetivos traçados no Plano Nacional de Educação – atingidos, atingíveis, a serem atingidos ou inatingíveis – a oferta de vagas e as relações com o ensino fundamental de 9 anos; (2) o impasse da formação do professor de educação infantil, que requer uma nova mentalidade, que compreenda a necessidade de uma profissionalidade, exigindo uma formação bem mais abrangente; (3) e as relações entre creche e pré-escolas, tradicionalmente compreendidas como instituições distintas, com finalidades sociais diversas – como se verifica por meio da história, da legislação e comunicação da mídia - que terão que ser re-escritas no contexto sociedade atual, para a qual podemos contribuir como profissionais e cidadãos, desde que envolvidos e atuantes com as produções que estão se dando na área.

Palavras-chave: Educação infantil, políticas públicas, formação do professor.

ISSN 1981-2566

PROCESSOS FAMILIARES RELACIONADOS AO DESENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS SUPERDOTADAS EM IDADE PRÉ-ESCOLAR

Cristiana de Campos Aspesi
Denise de Souza Fleith

Estudos na área da superdotação possuem inúmeros desafios, já que a natureza desse fenômeno é multidimensional, situacional e relativa ao contexto histórico-cultural. A manifestação dessas características se deve ao entrelaçamento das características genéticas e ambientais, inserindo a família como um contexto importante no desenvolvimento dos comportamentos de superdotação dos filhos. Isto ocorre, principalmente, quando a criança está no início de sua socialização, já que a idade pré-escolar é um momento de transição importante para investigar fenômenos que combinam características herdadas e adquiridas. O clima psicológico e afetivo, as crenças, os valores, as práticas parentais são sistemas de códigos cognitivos e padrões de comunicação que dão forma aos processos familiares que atuam como contexto favorável ou desfavorável ao desenvolvimento dos comportamentos de superdotação dos filhos. Este estudo teve como objetivo investigar padrões presentes nos processos familiares que se relacionam ao desenvolvimento dos comportamentos de superdotação de crianças em idade pré-escolar. As variáveis investigadas foram: inteligência não-verbal e criatividade dos pais, mães e filhos; atitudes e práticas parentais; características comportamentais dos filhos e características físicas do ambiente familiar. Participaram do estudo 12 crianças em idade pré-escolar atendidas pelo Programa de Atendimento aos Portadores de Altas Habilidades da Secretaria de Estado de Educação do DF e suas respectivas famílias compostas por 12 mães e 9 pais. Como referencial teórico-metodológico, foi utilizada a abordagem bioecológica do desenvolvimento humano. A realização do estudo exigiu uma composição de instrumentos que pudessem acessar as variáveis investigadas. Foram utilizados testes psicométricos de inteligência não-verbal e do pensamento criativo, escala de características comportamentais, inventário sobre atitudes parentais, questionário e entrevista semi-estruturada. Os dados foram analisados quantitativa e qualitativamente. Os resultados indicaram diferenças de atitudes entre pais e mães em relação à educação do filho, sendo que essas foram observadas somente na análise qualitativa. Observou-se uma correlação positiva entre a inteligência não-verbal do pai e do filho. Observaram-se correlações positivas e negativas de algumas atitudes das mães e dos pais com alguns comportamentos de superdotação dos filhos no contexto escolar. Os resultados indicaram, de modo geral, que o ambiente familiar é centrado nas necessidades dos filhos, os membros são unidos e os relacionamentos harmoniosos, os pais são responsivos e o ambiente é rico em estímulos materiais. Observou-se uma ativa participação dos pais na vida acadêmica dos filhos e um monitoramento do cumprimento das responsabilidades dos filhos por meio de práticas educativas indutivas. As interações priorizam mais o desenvolvimento intelectual e moral dos filhos. As expectativas dos pais e mães quanto ao desempenho acadêmico e profissional dos filhos estão relacionadas à satisfação e ao papel de contribuição social do filho. Os pais percebem os filhos muito similarmente às características descritas na literatura. Os pais percebem a própria vida profissional como algo importante e procuram mostrar esse valor aos filhos, mas a vida familiar é colocada como a grande prioridade dos pais.

Palavras-chave: Superdotação, família, pré-escola, aluno superdotado.

ISSN 1981-2566

UMA ANÁLISE CRÍTICA DAS PRIMEIRAS INTERVENÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL NO CAMPO DA EDUCAÇÃO INFANTIL: O CONTROLE MORAL SOBRE AS FAMÍLIAS

Deise Gonçalves Nunes

Esta comunicação foi organizada com base nos primeiros resultados de uma pesquisa sobre a reconstrução histórica do trabalho dos assistentes sociais no campo da educação infantil. Parte de uma analise das interfaces dos seus discursos com os diferentes contextos históricos através dos quais a educação infantil foi se consolidando como prática socialmente determinada. Aqui, apresentamos uma breve análise de alguns textos de profissionais que atuaram no campo, ainda nos anos 30 e 40 do século passado, problematizando estes discursos à luz das ideologias higienistas e moralistas que emergiam das práticas voltadas para as mulheres trabalhadoras e seus filhos pequenos.

Palavras-chaves: Educação infantil, serviço social, análise de discurso, moralismo, higienismo.

ISSN 1981-2566

SENSIBILIZAÇÃO DE PROFESSORES DA REDE PÚBLICA DE ENSINO INFANTIL PARA NOVOS CONHECIMENTOS: DOS CONTOS DE FADA À NEUROCIÊNCIA

Rui Moreira Ribeiro Silva
Celia Vectore

Este trabalho é parte de um projeto de pesquisa de Iniciação Científica*, que tem por premissa maior resgatar a importância do brincar para a formação de professores e promover a sensibilização dos mesmos para novos saberes e práticas acerca da educação e desenvolvimento infantil. Orientados por estudos recentes produzidos pelo campo das neurociências, buscou-se promover momentos de reflexão sobre as possíveis transposições entre estes achados e a prática profissional de professores e educadores de uma escola da rede municipal de educação infantil da cidade de Uberlândia. Formando um grupo de 20 profissionais, dentre professores e educadores, exploraram-se, ao longo de 05 encontros, temas como a importância e significado dos contos de fada, os benefícios da estimulação e suas variadas formas de fomentação, o papel das emoções nos processos de aprendizagem, o funcionamento da memória, as diferenças de gênero, dentro outros. Em formato de oficinas, os encontros caracterizaram um momento de partilha e ressignificação de mitos acerca do desenvolvimento infantil e as repercussões que os mesmos obtinham na prática de cada professor ou educador. À luz de recentes estudos em psicologia e neurociências, principalmente, pôde-se introduzir um novo ângulo de abordagem para estas questões recorrentes no ambiente escolar infantil. Mediar esta passagem dos profissionais a um novo saber fez-se uma tarefa delicada e, para tanto, se lançou mão de quantos recursos lúdicos foram julgados necessários (permitidos pela estrutura de oficina dos encontros) e de técnicas específicas para a coordenação de grupos. Avaliou-se ao final dos encontros, através de relatos espontâneos e avaliações sistematizadas realizadas com os participantes, que o uso de recursos lúdicos e a oportunidade de discutir entre seus pares as questões comuns e relativas ao “fazer” do professor/educador foi de grande valia para a aceitação, compreensão e aplicação dos novos saberes à suas atividades em sala de aula. Enquanto coordenadores da iniciativa, identificamos que dentre as lacunas abertas na formação dos professores do referido contexto está a falta de conhecimentos advindos de estudos que expliquem e justifiquem falas e posturas – muitas vezes já absorvidas pelo ideário coletivo – concernentes à educação infantil. Consideramos pertinente se dar seguimento a iniciativas que promovam estratégias diversificadas e fundamentalmente lúdicas para o trabalho de formação de professores e educadores da rede pública de ensino. * Projeto de PBIIC Financiado pela FAPEMIG – período de março de 2006 a fevereiro de 2007.

Palavras-chave: Educação infantil, formação de professores, sensibilização, neurociências.

ISSN 1981-2566

PROJETO SUCATA: EDUCAÇÃO PARA UMA CONSCIÊNCIA AMBIENTAL

Dylene E. da Silva Gonçalves

Como uma das ações desenvolvidas pela Brinquedoteca da Universidade Federal de São João del Rei, o Projeto Sucata, em seu quarto ano de existência, propõe-se a transformar as sobras de material reciclável em matéria-prima para a confecção de brinquedos. Na esteira desta produção de objetos, somos, sem dúvida, a única espécie capaz de produzir lixo em proporções inusitadas. Do lixo mais inocente, o chamado lixo orgânico, que retorna à natureza para torná-la mais fértil, ao lixo radioativo que, se não é letal ao contato humano, pode produzir danos irreversíveis, lidamos com controvérsias das mais inesperadas com relação às decisões que envolvem o destino das nossas sobras. De diversas ordens, os refugos de uma sociedade de consumo nos impõem classificações variadas para organizar o caos das sobras que produzimos: cestas para latas, para vidros, para papel, para plásticos, para orgânicos, múltiplas tentativas, enfim, para fazer uma coleta ordenada, tendo em vista uma possível re-utilização de produtos tão heterogêneos.Ao mesmo tempo em que perdemos a dimensão da escala de lixo produzido pelas sociedades humanas, deparamo-nos com a escassez de recursos para o exercício da atividade lúdica considerada um direito da criança. Utilizando as idéias de Bruno Latour como suporte para a nossa ação, verificamos que os significados de mediação sociotécnica (interferência, composição, obscurecimento reversível e delegação) se atualizam nas transformações efetuadas. Buscar com os materiais esquemas de ação, composições inéditas, olhares retrospectivos e prospectivos para o que foi e o que poderá vir a ser e investigar as mensagens contidas em cada objeto nos dá a chance de propor a passagem desejada. Em parceria com a Pastoral da Criança, na comunidade São Dimas, desenvolvemos duas oficinas semanais, freqüentadas por uma média de 30 crianças e adolescentes, coordenadas por estagiárias do curso de Psicologia. Movidas pela preocupação de dar um novo destino aos diferentes tipos de lixo (plástico, papel, pano, madeira, vidro...) deparamo-nos com o desafio de buscar conectores e ferramentas adequadas para operar eficientemente a mudança para a construção de protótipos. O trabalho pretende ser educativo, mas não pedagógico. Ao coletar e transformar a sucata em objetos lúdicos, busca-se discutir e construir um olhar diferenciado sobre o que é considerado imprestável, permitindo que as sobras assumam usos incomuns e impedindo que sejam elementos poluidores do ambiente. Assim, as oficinas se desenvolvem a partir da sugestão e não da imposição, deixando aos participantes a possibilidade de dirigir o curso das ações, uma vez que a idéia não é ensinar, mas construir junto.

Palavras-chave: Sucata, educação ambiental, brinquedo.

ISSN 1981-2566

AMPLIANDO AS RELAÇÕES DO INSTITUTO DE PSICOLOGIA COM A REDE BUTANTÃ: CONSTRUINDO ESPAÇOS DE REFLEXÃO E AÇÃO COM ENTIDADES EXTRA-UNIVERSITÁRIAS

Kelly Regina Sobral
Marilene Proença Rebello de Souza

Este projeto tem por objetivo fortalecer as relações entre o Instituto de Psicologia da USP e o bairro em que se insere. Para tanto, optou-se pela via da participação ativa na Rede Butantã, rede social formada por um grupo significativo de entidades existentes na região e que se reúne para trocar informações e realizar discussões coletivas, visando otimizar e integrar os serviços prestados, a fim de responder às demandas sociais. O projeto se insere dentro da proposta do Programa Avizinhar da CECAE USP, programa parceiro que visa realizar, dentre outros objetivos, um trabalho de articulação entre as diversas unidades de ensino da USP e as demais entidades da região, entendendo que a rede de cooperação potencializa todos os serviços, cria novas parcerias e aprofunda discussões, de maneira a possibilitar maior influência para com os órgãos públicos na formulação de políticas sociais com propostas para a solução de problemas mapeados. O referencial adotado é de uma abordagem crítica em psicologia, procurando desvelar as concepções que regem as práticas institucionais, considerando o contexto social e influências sobre os sujeitos e grupos. Neste sentido, uma atuação na rede dentro dessa abordagem em muito pode contribuir para desvelar os processos que envolvem a dinâmica institucional da mesma, problematizá-los e promover a circulação dos discursos das diversas partes envolvidas, dificultando a cristalização de idéias e propostas. Neste processo, permite-se a troca de informações e experiências, o que favorece a construção de ações articuladas e críticas. A participação na Rede Butantã acontece por meio da presença sistemática nas reuniões propostas pela mesma (que ocorrem mensalmente), ouvindo a respeito das questões emergentes, propondo temas de discussão e atentando para as versões existentes nas falas dos participantes. Por meio de reuniões com equipes de serviços do Instituto de Psicologia da USP, como o Serviço de Psicologia Escolar e o Serviço de Aconselhamento Psicológico, além de conversas informais, são trazidos para a Universidade os aspectos apresentados e discutidos nas reuniões da rede, realizando-se uma ponte de comunicação entre essas partes. Além do acompanhamento das reuniões da Rede, está sendo construído um cadastro detalhado dos serviços das instituições que nela possuem representantes, sendo parte do trabalho realizada por meio de entrevistas presenciais, por ser um momento privilegiado de diálogo com a instituição. Espera-se que essas ações promovam a socialização de saberes da psicologia de forma a auxiliar as redes sociais na efetivação de seus objetivos e também propiciem aos estudantes e à própria Universidade, a aprendizagem do exercício da liberdade, responsabilidade e democratização que a lógica das redes desenvolve.

Palavras-chave: Redes sociais, extensão universitária, abordagem crítica em psicologia.

VIII Congresso Nacional de Psicologia Escolar e Educacional
26 a 29 de Abril de 2007
ISSN 1981-2566

AS VOÇOROCAS DO TECENDO REDES: REFLEXÕES SOBRE O AMBIENTALISMO DE RESULTADOS

Lucas de Sousa Teixeira
Priscila Correia Fernandes

Introdução: O seguinte relato objetiva traçar um panorama reflexivo sobre as atividades desenvolvidas, de agosto a novembro de 2006, junto ao projeto Tecendo Redes Voçorocas, ramificação da ONG Projeto Maria de Barro. Tal ONG tem por objetivo recuperar voçorocas públicas em áreas urbanas, desenvolver ações de educação ambiental e parcerias com escolas, sociedade civil e instituições públicas. Esta ramificação visa expandir a área de atuação do projeto a todas as 18 cidades das bacias do Alto Rio Grande e do Rio das Mortes, de forma a potencializar as políticas públicas de preservação ambiental e desenvolvimento sustentável dessas cidades.Metodologia: As atividades analisadas foram desenvolvidas por cinco alunos da UFSJ que trabalharam como estagiários. Eles foram distribuídos nos municípios de São João del Rei, Ibituruna, São Tiago e Barroso. Após uma capacitação teórica, os estagiários foram apresentados aos funcionários das prefeituras e foram encarregados da formação de parcerias, agendamento de atividades educacionais junto a escolas públicas, associações comunitárias, repartições públicas, igrejas e terceiro setor local. Tais atividades consistiam em palestras de aproximadamente 45 minutos sobre a ONG e um outro assunto demandado pelo público alvo, relacionado às possibilidades de atuação do projeto na cidade e/ou relações homem ambiente, além de passeios interpretativos. Cada estagiário deveria também criar ou adaptar modelos de palestras a realidade local, além de dispor-se a palestrar em outras cidades (podendo também marcar atividades locais para outros estagiários).Desenvolvimento: Devido a pouca experiência de todas as partes em trabalho de rede, houve diversos problemas na parte operacional. Os alunos julgaram as metas excessivas e vagas e não houve explicitamento de que estas seriam ajustadas ao longo do projeto. A coordenação do projeto julgou que a equipe desenvolveria por si só os meios necessários para o desenvolvimento do projeto, baseada nas próprias motivações, capacidade de articulação e criatividade. Como conseqüência, algumas atividades foram marcadas e desmarcadas na última hora e dificuldades em instituírem horários e meios viáveis a todos para comunicação entre a equipe, coordenação e localidades de execução do projeto.Resultados: Apesar dos esforços, as metas do período não foram atingidas. O Tecendo Rede Voçorocas (com duração estimada até dezembro de 2008) foi replanejado, e a partir de janeiro de 2007 o projeto não contará com a participação de estagiários nas cidades de Ibituruna e São Tiago.Conclusões: Diversos erros poderiam ser evitados com um planejamento operacional mais detalhado. A coordenação deveria ter sido, e se propõe o ser em 2007, mais diretiva na construção das metas junto aos estagiários. A falta de pessoal específico para o planejamento pedagógico torna o sistema de palestras meramente informacional e justificador dos projetos políticos de desenvolvimento. Porém, tal falha não resulta de incapacidade ou má vontade, mas sim da dependência de resultados inerente a uma educação financiada por projetos não-educacionais. Com a entrada da ONG nos Coletivos Educadores, (projeto do MMA, a nível estadual e federal, que visa a articular os diversos educadores ambientais em potencial, situados em um determinado território) o problema tende a minorar em médio e longo prazo.

VIII Congresso Nacional de Psicologia Escolar e Educacional
26 a 29 de Abril de 2007
ISSN 1981-2566

ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS: A SUBJETIVIDADE DO NÃO-LETRADO E DO LETRADO

Leonor Dias Paini

Esta pesquisa objetivou investigar a significação da identidade de 10 jovens e adultos analfabetos, na faixa etária entre 20-45 anos, que participaram do curso de Educação de Jovens e Adultos da rede privada no município de São Paulo. Metodologia: Pesquisa de campo, que se utilizou do procedimento de entrevista para realizar o acompanhamento do processo de alfabetização. Os depoimentos revelaram como se constitui o analfabeto, o desejo e a necessidade de ler e como aprendem a lidar com a baixa auto-imagem e a imagem social diante do mundo letrado. Considerações: Esse estudo evidenciou que a transformação na identidade dos jovens e adultos alfabetizandos se efetiva de acordo com a superação gradativa de dificuldades, ou seja, na passagem do estado de analfabeto para o alfabetizado. Essas mudanças na identidade do jovem e adulto acontecem quando: a) percebem a falta do letramento; b) buscam corrigir algo que se faz necessário em sua vida; c) admitem o seu papel de estudante; d) criam a possibilidade de escrever seu próprio nome; e) superam limites - no enfrentamento das dificuldades relacionadas à aprendizagem da leitura e da escrita.

Palavras-chave: Educação de jovens e adultos, leitura e escrita, alfabetização.

ISSN 1981-2566

ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO PSICÓLOGO EM ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS NA ÁREA DA EDUCAÇÃO

Luciana Dadico

O objetivo deste curso é oferecer aos participantes elementos que propiciem uma reflexão acerca da atuação do psicólogo em organizações não-governamentais na área da educação. Para tanto, serão expostos e discutidos trabalhos e pesquisas recentes sobre o tema, bem como apresentadas teorias que fundamentam tanto a produção acadêmica quanto os trabalhos realizados por estas organizações no campo educacional. O curso, dividido em três módulos, contemplará a contextualização, a análise e a discussão do trabalho das ONGs na área educacional e a atuação dos psicólogos nas ONGs. No primeiro módulo, pretende-se, então: promover a atualização sobre o estado da arte; oferecer uma análise histórica dos modelos de atenção à infância e à adolescência adotados no pais; e identificar os aspectos políticos e discussões acadêmicas que ensejaram o crescimento no número de ONGs verificado no Brasil, em especial após a década de 1990. No segundo módulo: serão apresentadas algumas das práticas educativas mais comumente empregadas por organizações educacionais; serão também elencados alguns dos campos de atuação onde estas ONGs se inserem; será discutido o conceito de responsabilidade social e os modos de utilização do termo, bem como dos modelos teóricos que subsidiam a discussão sobre a nomenclatura empregada no setor. No terceiro módulo, será discutida a atuação do psicólogo dentro das organizações não-governamentais, buscando delinear a prática profissional dos psicólogos nestas instituições; efetuar uma leitura das relações trabalhistas verificadas no chamado terceiro setor; identificar os atores envolvidos no trabalho realizado pelas ONGs; refletir sobre a relação do psicólogo e da ONG com seu público final; e, por fim, será discutido o papel das organizações não-governamentais na melhoria da qualidade e do acesso à educação no país. O ponto de partida para o desenvolvimento dos argumentos expostos no curso é a constatação das grandes transformações nos discursos e práticas educacionais que acompanham a globalização e a crise econômica dos Estados nacionais, e que atribuem às organizações não-governamentais, como personagens novos neste cenário, a tarefa de promover melhoria no atendimento escolar. Esses discursos, articulados à idéia de uma Terceira Via política, alimentada pela sociologia inglesa, ajudaram a promover, no país, o incremento na quantidade de organizações não-governamentais e de sua presença no estabelecimento de políticas sociais. De modo conjunto, então, vêm crescendo a inserção profissional do psicólogo nestas organizações, demandando pesquisa, formação e discussão em torno do tema. Ao conhecer e discutir o trabalho de psicólogos nas organizações não-governamentais do campo educacional, e as especificidades deste trabalho, espera-se contribuir para a reflexão que vêm se operando no terreno em que confluem a atuação das ONGs, a educação pública, a formação e a prática profissional em Psicologia, fornecendo subsídios, de modo mais direto, aos estudiosos e profissionais que atuam nestas áreas. Visamos, assim, propiciar a estes psicólogos um estímulo à reflexão acerca de sua práxis.

Palavras-chave: Organizações não-governamentais, atuação do psicólogo, psicologia escolar.

ISSN 1981-2566

ENSINO E APRENDIZAGEM NA UNIVERSIDADE – PROJETOS PARA A FORMAÇÃO DO PSICÓLOGO

Silvia Maria Cintra da Silva

Nesta mesa pretendemos discutir algumas possibilidades de trabalhos com estudantes de Psicologia, voltados para a formação do psicólogo na Universidade. Consideramos ser fundamental oferecer ao aluno experiências acadêmicas inovadoras, que tragam possibilidades diferenciadas para se pensar a profissão de maneira contextualizada, crítica e questionadora. Também é importante acompanhar o estudante em sua trajetória, desde o ingresso no curso até a formatura, buscando orientá-lo nessa aprendizagem de uma profissão.

Palavras-chave: Formação de psicólogos, ensino, aprendizagem.

ISSN 1981-2566

LICENCIATURA EM PSICOLOGIA E OS CURSOS DE TÉCNICO EM ENFERMAGEM: ENTRELACES E DESAFIOS

Danielle Fanni Dias Knupp
Natália Gonzaga Rabello Brant
Sérgio Dias Cirino
Simone Sany Silva

Pesquisas recentes demonstraram que pouco se tem produzido sobre a Licenciatura em Psicologia. Esta constatação não condiz com o longo percurso desta possível habilitação, que está prevista em lei desde a regulamentação dos cursos de Psicologia no Brasil na década de 1960 e continua sendo contemplada na legislação educacional em vigor. Atualmente um dos possíveis campos de atuação do psicólogo licenciado são os cursos de Técnico em Enfermagem. Com um significativo contingente de profissionais Técnicos de Enfermagem ocupando postos de trabalho nos diversos níveis de atenção à saúde, a preocupação com a formação destes torna-se uma tônica. Neste sentido, faz-se necessária uma análise mais detalhada da proposta existente de formação de tais profissionais, tanto no que diz respeito à legislação quanto ao que é oferecido nas instituições escolares como fazendo parte da formação profissional. Esta pesquisa objetivou investigar em que medida a Psicologia está inserida nas propostas das escolas que oferecem cursos de Técnico em Enfermagem na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). Um outro objetivo mais específico foi o de averiguar se os postos de professor de Psicologia nestes cursos estão sendo preenchidos por Licenciados em Psicologia. Das vinte e uma escolas localizadas na RMBH, além da análise de seus planos de curso foram selecionadas sete delas para o trabalho de campo. Como estratégias de coleta de dados foram utilizadas entrevistas semi-estruturadas com os coordenadores dos cursos de Técnico em Enfermagem e com os docentes que lecionam disciplinas da área da Psicologia. Alunos pertencentes a três escolas também responderam a um questionário auto-aplicado. Na análise dos resultados foram constatadas poucas variações nas propostas de formação contidas nos planos de curso das escolas e uma marcante presença da Psicologia em disciplinas ministradas nestes cursos. Alunos, professores e coordenadores entrevistados atribuem significativa importância à Psicologia para a prática profissional dos futuros técnicos. Percebeu-se pouca preocupação com a formação pedagógica dos professores na maioria das escolas, que priorizam a experiência profissional técnica. Os desafios para esta área de pesquisa ainda pouco explorada são inúmeros. A construção de um saber relacionado à docência em Psicologia nos cursos de nível médio pode contribuir tanto para uma formação dos psicólogos licenciados mais condizente com as demandas atuais, quanto para a formação destes profissionais técnicos que são chamados a responder às exigências do mercado de trabalho. A Licenciatura em Psicologia, portanto, terá de se posicionar e apresentar uma proposta que esteja de acordo com o profissional que se pretende formar, dialogando com as demais ciências de forma interdisciplinar, contribuindo para a formação de um profissional técnico qualificado.

Palavras-chave: Licenciatura em psicologia, professor de psicologia, cursos técnicos.

ISSN 1981-2566

LICENCIATURA EM PSICOLOGIA: HISTÓRIA E CAMINHOS DA FORMAÇÃO

Sérgio Dias Cirino

Desde o início da década de 1980 o tema da formação em Psicologia tem sido objeto de discussão em diferentes fóruns em todo o Brasil. Como exemplo, o I Seminário sobre Currículos dos Cursos de Psicologia promovido pela Comissão de Ensino do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo em 1980. Também foi marcante a Carta de Serra Negra em 1992, promovido pelo Conselho Federal e os Conselhos regionais de Psicologia e que contou com 98 das 103 agências formadoras existentes no país naquela época. Um outro exemplo foi a criação, em 1995, da Comissão de Especialistas de Ensino de Psicologia pela Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação. Em 1997 foi realizado o Fórum Nacional de Formação em Ribeirão Preto e contou com 38 delegados eleitos nos fóruns regionais. Muitos outros exemplos poderiam ser aqui listados. Contudo, é interessante observar que não houve, em nenhum dos casos citados, uma reflexão aprofundada sobre a Licenciatura. O presente trabalho discute a formação específica da Licenciatura em Psicologia buscando analisar a posição dessa modalidade no contexto geral brasileiro e produzir uma reflexão com relação ao Campo do Magistério em Nível médio. Foi realizado um resgate histórico da formação em Licenciatura a partir de diversos documentos. Identificou-se que, historicamente, a Licenciatura em Psicologia atendia única e exclusivamente a demanda de professores de psicologia para os cursos de nível médio, principalmente, o Magistério. Porém, com a nova LDB (1996), os cursos de Magistério estiveram ameaçados de extinção em detrimento do Curso Normal Superior. Contudo, a sua continuidade foi assegurada pela Resolução CNE/CEB 01, de 2003, que suspendeu por tempo indeterminado a obrigatoriedade de criação do Curso Normal Superior para professores do ensino fundamental. Dessa forma, o curso de magistério de grau médio continua sendo um lugar de inserção do licenciado em Psicologia mesmo que de forma reduzida, já que a tendência é que a formação de professores para o Ensino fundamental se dê em cursos superiores. Além dos cursos de magistério, os licenciados em Psicologia estão habilitados e respaldados por lei a se tornarem integrantes do corpo docente de cursos de nível técnico. Na sua maioria os cursos técnicos trazem em suas ementas conteúdos relativos à Psicologia, tais como motivação humana, afetividade, agressividade, trabalho e profissão, Psicologia do trabalho, saúde mental, dentre outros. Com esse trabalho foi possível concluir que existem direitos garantidos à licenciatura para atuar na docência. Contudo, para ocupar o espaço reservado pela LDB de 1996 para esses profissionais, de forma que o perfil de formação nessa área seja próximo do que se espera de um profissional engajado e ciente das demandas da sociedade, é necessário que se reflita sobre sua formação. Tal reflexão deve estar sintonizada com as atuais tendências da Psicologia e da Educação no Brasil.

Palavras-chave: Formação de professores, formação em psicologia, licenciatura em psicologia.

ISSN 1981-2566

O ENSINO DE PSICOLOGIA NO NÍVEL MÉDIO DE ENSINO: REFLETINDO SOBRE PRÁTICAS EDUCACIONAIS DISTINTAS

Luciana Dadico
Mônica Maria Farid Rahme
Diva Lúcia Gautério Conde

À luz da aprovação do Parecer n° 38/06 pelo Conselho Nacional de Educação, que torna obrigatório o ensino de Filosofia e Sociologia no ensino médio, esta exposição visa contribuir para a discussão acerca da pertinência da Psicologia na composição do currículo do nível médio de ensino. Como subsídio ao debate, é apresentada uma pesquisa, de caráter etnográfico, composta por dois estudos de caso realizados em estabelecimentos de ensino, um público e um privado, do município de São Paulo. Nestas escolas, foram acompanhadas aulas de Psicologia ministradas no ensino médio, onde foram observadas e analisadas questões relativas ao ensino de Psicologia, a saber: o modo como a dsiciplina de Psicologia se insere no currículo, componentes curriculares da disciplina, conteúdos efetivamente ministrados, formas de avaliação, relações estabelecidas entre os diferentes atores no interior da escola, estratégias metodológicas adotadas pelos professores, formas de controle disciplinar. As enormes diferenças existentes nas escolas em relação aos aspectos abservados, especialmente, destacamos, no que se refere à relação da escola com seu público, e, consequentemente, ao papel que a disciplina de Psicologia desempenhará em cada uma das escolas, levaram-nos a refletir sobre as disparidades presentes no sistema educacional paulista, que necessariamente devem ser tomadas em conta ao pautarmos o debate. Tais disparidades conduzem a discussão sobre o ensino de Psicologia para a necessária consideração e enfrentamento das diferentes características e demandas verificadas entre os estabelecimentos de ensino, particularmente em função de seu caráter público ou privado, bem como à contribuição da Psicologia enquanto ciência neste cenário. Desta forma, paralelamente ao necessário debate sobre a inserção da Psicologia no currículo do ensino médio, surge a investigação sobre os compromissos históricos da Psicologia no que tange à redução das desigualdades sociais e econômicas, a promoção da igualdade racial e a melhoria do acesso dos brasileiros à educação e à saúde. Sob essa perspectiva, importa discutir a pertinência da matéria, e quais seriam os componentes curriculares em Psicologia possivelmente adequados à demanda que se coloca para a formação no nível médio de ensino. Esse debate se faz, por um lado, tendo como horizonte a promoção da autonomia como papel do educador, nos moldes propostos por Paulo Freire. Sob outro aspecto, o debate se situa frente às discussões historicamente tecidas em torno da inclusão da Sociologia e da Filosofia como disciplinas obrigatórias e a inclusão-exclusão da Psicologia ao lado daquelas, como componentes curriculares obrigatórios e/ou adequados ao nível médio. E, por fim, na relação com os princípios estabelecidos nos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio (PCNEM) e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

Palavras-chave: Ensino médio, ensino de psicologia, formação de professores.

ISSN 1981-2566

O ENSINO DE PSICOLOGIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA: REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE PSICOLOGIA

Diva Lúcia Gautério Conde

Essa apresentação objetiva compartilhar algumas reflexões a cerca da formação docente de professores de Psicologia, para a educação básica, a partir da regência de Prática de Ensino de Psicologia, na Faculdade de Educação, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Questões colocadas no campo da formação de professores propiciam abordar os principais temas da Educação, e nesse trabalho o interesse está focado em abordar as relações entre os saberes academicamente produzidos e o saber escolar, aquele que acontece no chão da escola, no conjunto das práticas de promoção de ensino e aprendizagem presentes no cotidiano escolar. Pesquisas sobre a História das Disciplinares e Currículo Escolar têm trazido para os programas de formação docente as tensões existentes nessa relação. As contribuições de Ivor Goodson (1983,1997), Henry Giroux (1997), Maurice Tardif, Antônio Flávio Moreira (2000), Alice Lopes (1999), Yves Chevallard (1985), André Chervel (1988) explicitam e enriquecem a compreensão sobre a produção do saber escolar, que inclui duas grandes categorias: a seleção de conteúdos e a escolha metodológica. Os conteúdos escolares são recortes do saber da disciplina de origem, que ganham o estatuto de representação e introdução a uma ciência, para fora do ambiente de produção da própria ciência. Esse deslocamento implica em um complexo processo, cuja seleção de conceitos e teorias e sua transmissão docente não são ações neutras, mediação literal entre os achados acadêmicos produzidos nas universidades e programas de pesquisa e os alunos matriculados na Educação Básica. A escolha e a transmissão de conteúdos escolares carregam consigo concepções sobre a ciência ensinada e as necessidades de formação dos alunos quanto ao conhecimento da mesma. No ensino de Psicologia para cursos técnicos, formação geral e formação de professores a proposição e transmissão de conteúdos programáticos é também uma decisão atravessada pelos interesses sociais presentes em cada projeto educacional, que guardam entre si expressivas diferenças educacionais, quanto aos objetivos, quanto à organização curricular, quanto às relações com a sociedade. Os trabalhos de supervisão realizados junto aos licenciandos de Psicologia, na FE/UFRJ, têm permitido indagar e refletir sobre: 1. que critérios educacionais estão presentes na atual seleção de conteúdos constantes no ensino dessa disciplina? 2. que referências teóricas da Psicologia têm sido conduzidas no ensino de Psicologia, na Educação Básica? 3. que estratégias metodológicas têm sido empregadas pelos professores de Psicologia, no ensino dessa disciplina nos currículos escolares de cursos técnicos, de formação geral e nos programas de formação de professores? Essas reflexões tomam como base o material trazido para as supervisões de Prática de Ensino de Psicologia do Programa de Licenciatura em Psicologia/FE/UFRJ, no período de 2000 a 2005.

Palavras-chave: Ensino de psicologia, saber escolar, história das disciplinas.

ISSN 1981-2566

A RELAÇÃO PROFESSOR-ALUNO COMO FORMA DE POTENCIALIZAR A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO

Paula Cristina Medeiros Rezende

Este resumo tem como objetivo relatar minha experiência como supervisora de um grupo de doze alunas, da disciplina Prática de Ensino desenvolvida no curso de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia. Durante as aulas iniciais, através de dinâmicas, as alunas queixaram-se da relação professor-aluno estabelecidas ao longo da sua graduação. Criticavam, sobretudo, o distanciamento e a falta de interesse dos professores em relação ao aluno como pessoa, destacando a repercussão negativa que este tipo de relação tinha no processo de ensino-aprendizagem. Em contrapartida, como supervisora, percebia, por parte delas, um padrão de comportamento caracterizado por apatia, desinteresse e baixa motivação. Como estratégia de superação dessas dificuldades pensamos em criar um espaço em que fosse possível construirmos relações mais próximas que favorecessem o processo de aprendizado na disciplina. Duas atividades merecem destaque: o diário de bordo: um caderno de registro de reflexões e sentimentos gerados pelas discussões e perspectivas teóricas apresentadas e a sessão cultural, momento em que ao invés de um intervalo comum, o grupo se reunia para um lanche concomitante à exposição de uma obra literária, de uma música, de um memorial ou algo que fosse significativo e que fizesse sentido compartilhar com o grupo. Tais atividades foram consideradas de extrema importância no processo de aprendizagem do grupo. Acreditamos que a relação-professor aluno pode ser construída em um processo ativo, contínuo e prazeroso, refletindo na participação, comprometimento e envolvimento de ambas as partes e, assim, potencializando a construção do conhecimento.

Palavras-chave: Relação professor-aluno, ensino, aprendizagem.

ISSN 1981-2566

FORMAÇÃO E ATUAÇÃO: PRODUÇÃO CIENTÍFICA NA REVISTA PSICOLOGIA, CIÊNCIA E PROFISSÃO (2000 - 2004)

Juliana Nicolau Ferrara
Carla Witter

Este trabalho de conclusão de curso trata da análise da produção científica na revista do Conselho Federal de Psicologia "Psicologia Ciência e Profissão" no período de 2000 a 2004. O estudo da produção científica permite a análise do estado da arte de qualquer área do conhecimento. O pesquisador quando finaliza esse tipo de pesquisa, oferece para o meio científico sugestões de novos estudos, evitando repetições e assim contribuindo para a evolução da ciência. Sendo assim, unir produção científica ao tema formação e atuação do psicólogo é relevante, pois ajuda a entender o que a classe tem discutido, as falhas e conquistas da área. Os objetivos desse estudo foram: levantar a quantidade de artigos sobre formação e atuação; classificar as pesquisas quanto ao delineamento e tratamento dos dados, quando estas eram pesquisas e, por fim, criar e analisar as categorias temáticas. Para a fidedignidade da pesquisa, participaram dois juízes. A metodologia foi fundamentada na análise de conteúdo. Dos resultados, obteve-se um total de 200 artigos, sendo que 55 eram sobre formação e atuação, ou seja, 28% da publicação total. Desses, a maior parte dos trabalhos concentram-se no tipo de trabalho teórico representando 68%, em seguida 25% dos trabalhos são as pesquisas de levantamento e 11% são os relatos de experiência. Com relação aos resultados obtidos nas categorias criadas pela autora, encontram-se mais discussões sobre atuação do que formação. A categoria que mais teve artigos classificados foi a de Atuação Clínica (18%) e em segundo lugar a de Atuação em Saúde (16%). Por outro lado, as categorias que obtiveram menor freqüência de artigos foram as de Formação: Especialização e Curricular com 2%. Com os resultados obtidos pode-se concluir que ainda há uma preferência dos profissionais em atuar na área clínica; que a área da saúde é bastante discutida, pois esta seria uma "ramificação" da atuação clínica. Quanto ao delineamento dos artigos, a concentração dos trabalhos teóricos traz uma reflexão sobre o perfil dos pesquisadores. Conclui-se também que existe uma demanda da sociedade para a atuação do psicólogo, mas há dificuldades de inserção para os profissionais recém formados em áreas diferentes das tradicionais. Enquanto a discussão ficar mais focada na atuação deixando de rever as questões da formação, será mais difícil compreender que a psicologia pode estar em qualquer lugar, seja em consultórios, seja em equipes multidisciplinares.

Palavras-chave: Metaciência, psicologia, história da psicologia, psicólogos, análise de conteúdo.

ISSN 1981-2566

A EXPLORAÇÃO SOBRE O TEMA: O FENÔMENO DOS SAVANTES E A PSICOLOGIA DE EXCEPCIONAL

Juliene Madureira Ferreira
Rui Moreira Ribeiro Silva
Claudia Dechichi

O presente trabalho foi realizado durante as atividades teóricas e práticas da disciplina Psicologia do Excepcional, oferecida pelo curso de Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia e visa apresentar o vasto levantamento bibliográfico feito sobre o raro tema do fenômeno dos savantes. O intuito dessa prática de disciplina foi incentivar os alunos a buscarem, fora da sala de aula, temáticas diversas envolvendo deficiências físicas ou intelectuais que caracterizassem como necessidades especiais, e que, essas temáticas gerassem discussões e acrescentassem informações importantes para a formação acadêmica desses alunos. Através da exposição e da discussão desses temas, proporcionar maiores conhecimentos dentro do contexto didático que a disciplina Psicologia de Excepcional contempla, e assim, ampliar o campo da discussão sobre a excepcionalidade ou diversidade de elementos que são inerentes aos seres humanos e que são objeto de estudo e de atuação prática para os psicólogos, uma das temáticas pesquisadas e que deu origem a esse trabalho foi o fenômeno dos savantes, ainda pouco estudado no Brasil e com raros acontecimentos registrados no mundo inteiro. Para isso, foi feita uma ampla busca por artigos e trabalhos científicos que trouxessem informações a cerca deste assunto, assim como uma busca bibliográfica em referências que estariam de alguma forma envolvidas no trabalho com este público específico. Embasou-se a exposição dessa pesquisa bibliográfica principalmente em estudos de casos existentes na literatura científica americana sobre o fenômeno estudado, referências internacionais foram a base de todo o trabalho, visto que a literatura brasileira sobre este tema é restrita e não oferece recursos suficientes para a elaboração de um trabalho de revisão. A apresentação do tema foi em forma de seminário, com a utilização de transparências ilustrativas, enfatizando sempre o diálogo entre os alunos, com isso possibilitou-se a criação de um ambiente de sala de aula construtivo, viável para o desenvolvimento de reflexões sobre o papel do psicólogo frente esses fenômenos essencialmente humanos, as mudanças na atuação dos profissionais frente ao atendimento educacional, institucional e na saúde para as pessoas com necessidades especiais e principalmente as possibilidades de atuação com esse público específico e seus familiares. Como resultado deste trabalho de disciplina, podemos considerar a própria exposição do assunto, o diálogo estabelecido entre os alunos e a repercussão das informações discutidas, assim como a própria pesquisa bibliográfica, visto que não existe na literatura brasileira uma diversidade de estudos sobre o tema.

Palavras-chave: Savantes, necessidades especiais, pesquisa bibliográfica.

ISSN 1981-2566

A DISCIPLINA PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO NOS CURSOS DE LICENCIATURA: REFLEXÕES E PROPOSTAS METODOLÓGICAS DE ENSINO

Ruben de Oliveira Nascimento

Esse ensaio teórico – oriundo de nossa vivência como professor da disciplina – aborda a questão do ensino de Psicologia da Educação nos cursos de Licenciatura e a necessidade de sua discussão. A Psicologia da Educação, enquanto disciplina, mostra-se como um dos importantes fundamentos das Licenciaturas pelos conhecimentos que pode proporcionar ao futuro professor. Porém, o ensino dessa disciplina nas Licenciaturas ocorre para um corpo discente diferenciado, com interesses distintos, e que requer cuidados metodológicos próprios. Partindo da abordagem de Vygotsky, acreditamos que um aluno do ensino superior, ao longo do seu curso de formação, experimentará e compartilhará interpessoalmente um conjunto de símbolos e instrumentos que comporão um universo específico de representação mental acadêmica da realidade que, mesmo re-elaborada intrapessoalmente, guardará certa identidade com o universo simbólico da formação, conformando modos específicos de aprendizagem em cada curso. Esse quadro de formação pode interferir na assimilação do conteúdo da disciplina Psicologia da Educação, que é originada de uma área de conhecimento distinta. Um tratamento pedagógico dessa questão pode se dar pensando o ensino como meio facilitador de processamento de informação curricular. Nesse caso, com base em César Coll, assumimos a concepção de Psicologia da Educação como uma disciplina-ponte na qual, sem perder sua identidade, a Psicologia integrar-se-ia ao campo da Educação/Licenciatura numa interação multidisciplinar e não apenas como uma transposição linear de conhecimentos gerados no campo da Psicologia para a Educação/Licenciatura. Essa concepção é desafiadora tanto para o professor quanto para o aluno de Licenciatura devido às diferentes formações que ambos foram ou estão sendo submetidos, exigindo atenção especial ao processo de ensino. Nesse caso, entendemos ser mais proveitoso pedagogicamente considerar o ensino dessa disciplina a partir das formas de pensamento do aluno (principalmente aquelas geradas da formação da graduação), com o propósito de produzir ensino mais voltado para a compreensão ou reflexão da relação de conceitos psicológicos com contextos/problemas familiares ao universo de formação do aluno. Uma possibilidade seria promover aprendizagem mais significativa envolvendo a integração de um assunto novo às estruturas cognitivas já organizadas, explorando mais a ligação com conhecimentos já existentes na estrutura cognitiva do aluno do que a incorporação mecânica de conteúdos, como aponta a teoria de David Ausubel. Nessa perspectiva, o professor de Psicologia da Educação nos cursos de Licenciatura não precisaria pensar como o aluno da graduação onde leciona, mas compreender que cada curso forma modos particulares de leitura de mundo, aproveitáveis na compreensão da Psicologia da Educação e numa melhor assimilação da contribuição que a Psicologia pode oferecer às Licenciaturas. Para isso, propomos duas metodologias complementares para seu ensino: a primeira diz respeito ao uso de uma linguagem e uma seleção de meios didáticos (semióticos) de fácil compreensão por parte do aluno em questão e que sejam ao menos familiares ao seu universo de formação; e a segunda diz respeito à exploração das representações da realidade que o estudante está acostumado a empregar no cotidiano de sua formação, buscando desenvolver pensamento reflexivo, transferência de aprendizagem e um processo educacional mais intersubjetivo ou dialogado.

Palavras-chave: Licenciatura, metodologia de ensino, psicologia da educação.

ISSN 1981-2566

CONTEÚDOS DE PSICOLOGIA NA FORMAÇÃO DE FONOAUDIÓLOGOS E ENFERMEIROS

Maria Elizabeth Siqueira Lemos

Os Cursos de Enfermagem, Fisioterapia, Fonoaudiologia e Nutrição se inserem na área da saúde. Tem sido uma necessidade crescente nos cursos de saúde, uma visão menos fragmentada e menos parcial do ser humano, que deve ser considerado como uma unidade, um ser inteiro, num contexto bio-psico-social. A Psicologia tráz a possibilidade deste olhar, por meio de reflexões pertinentes a estes profissionais, dentre elas: como se dá o desenvolvimento humano em toda sua gama de complexidade, desde sua constituição física, emocional, cognitiva e social; porque as pessoas se comportam de determinado modo nas situações; como facilitar o relacionamento do profissional de saúde com o paciente e sua família; quais são os princípios básicos da relação terapeutica. Além de discussões mais específicas tais como: o que é aprender; importancia da motivação nos processos de aprendizagem; o que facilita ou dificulta a aprendizagem; como se constituem os sistemas familiares; as interferencias destes sistemas na aprendizagem. Em sua futura ação profissional, o estudante de saúde deverá ser capaz de atuar, segundo princípios éticos e científicos e interagir de forma interdisciplinar no exercício da prevenção, promoção, avaliação, diagnóstico, habilitação e reabilitação, levando em consideração a subjetividade, a história e o contexto sócio-econômico e cultural dos indivíduos. A Psicologia fundamenta a formação deste aluno na aquisição de competencias quanto: ao “saber fazer”, portanto, ao nível das habilidades e especialidades a serem aperfeiçoadas; à valorização da comunicação interativa, na qual se enfatiza o “aprender a aprender”, de forma a estimular no aluno o interesse e a capacidade de buscar autonomamente o conhecimento e de se manter atualizado; o “aprender a conviver”, sabendo entender e respeitar as diversidades culturais e desenvolver um senso de tolerância e fraternidade; e o “aprender a ser”, ou seja, desenvolver sua potencialidade como ser humano. Portanto, neste contexto de formação de um profissional mais humanizado, a colaboração da Psicologia, tem sido fundamental. Lidar com os limites humanos e temas como doenças, perdas, luto, morte, sintomas, deficiências, dificuldades de comunicação, dificuldades de aprendizagem, perpassam o cotidiano destes alunos/profissinais. Instrumentalizar este aluno significa aproximá-lo de si mesmo, ver em si as dificuldades que poderá encontrar no outro, aprender a se ajudar, para apoiar ao outro. Cabe ao professor psicólogo nestes cursos, criar espaços reflexivos, discutir fundamentos teóricos para solução das dificuldades vivenciadas, propor reflexões sobre a ação crítica e engajada em questões da comunidade e, favorecer a interdisciplinaridade, por ser o profissional de ação e propostas mais permeável a todas as demais disciplinas destes cursos de saúde.

ISSN 1981-2566

O PROFESSOR DE PSICOLOGIA NO ENSINO MÉDIO

Marie Claire Sekkel

Esse trabalho discute a proposta de formação do professor de psicologia e a importância dessa disciplina no Ensino Médio. O ponto de partida é o projeto pedagógico do IPUSP, elaborado à luz do Programa de Formação de Professores da USP (PFPUSP). Esse Programa é fruto do trabalho da Comissão Permanente de Licenciatura, criada em 2001, reunindo representantes de todas as unidades que oferecem cursos de licenciatura na USP, e busca unificar princípios e diretrizes na formação de professores, em consonância com o parecer CNE/CP – 9/2001 e as resoluções CNE/CP 1/2002 e 2/2002. Há questões que são comuns a todas as licenciaturas e, nesse sentido, são fundamentais as ações de integração das unidades que oferecem esses cursos. A necessidade de compreensão do ambiente escolar e da concepção de educação inclusiva na formação dos professores são alguns pontos comuns, que merecem atenção especial da psicologia, já que estão relacionados ao tema das relações humanas no ambiente institucional. É importante constar da formação inicial a discussão sobre a importância do professor sair do isolamento em que historicamente tem se desenvolvido a prática docente na educação básica. Tal isolamento, freqüentemente acompanhado de falas do tipo “dessa porta pra dentro quem manda sou eu” abriga e produz sentimentos de desamparo, ameaça e falta de reconhecimento. A concepção de educação inclusiva atualiza a necessidade de compartilhamento de experiências, de modo a dar relevo às diferenças, e isso requer a construção de um coletivo institucional que incentive as trocas entre os protagonistas da ação educativa. Um outro ponto essencial a ser abordado trata do conteúdo e da importância da disciplina de psicologia no ensino médio. Os cursos de magistério tinham um foco claramente definido na psicologia do desenvolvimento e da educação. Nesse momento o enfoque que se discute é outro: cabe propor a disciplina de psicologia para todos os alunos do ensino médio? Que conteúdos devem ser priorizados? O projeto concebido pelo IPUSP destaca temas relacionados à constituição do sujeito, aos sistemas de produção e reprodução das violências, aos processos inconscientes presentes nas relações de submissão, entre outros. Esse é um tema que precisa ser posto em discussão.

Palavras-chave: Formação de professores, formação em psicologia, licenciatura em psicologia.

ISSN 1981-2566

ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL COM ESTUDANTES DE PSICOLOGIA

Alba Cristhiane Santana

O Projeto de Orientação Profissional foi realizado com estudantes do curso de Psicologia, da Universidade Católica de Goiás, que estavam cursando a disciplina Ética e Preparação para o estágio. O trabalho foi desenvolvido pela coordenação da área de Psicologia Escolar. A base teórica do projeto ocorreu sob a perspectiva de Vygotsky, considerando a constituição histórica do sujeito, através de sua relação dialética com a sociedade, participando ativamente das transformações histórico-sociais. O objetivo foi auxiliar os estudantes na escolha da área de estágio curricular, a partir de cinco áreas oferecidas no curso, a saber: escolar, comunitária e jurídica, organizacional, hospitalar e clínica. Foram identificados estudantes com dificuldades para fazer tal escolha. A intervenção foi feita através de técnicas vivenciais, com grupos de aproximadamente doze pessoas, durante dez encontros, visando ampliar o nível de consciência dos participantes, em relação aos determinantes da escolha, além de discutir as possibilidades de ação da Psicologia no atual contexto. Observou-se que os estudantes apresentaram visões equivocadas dos campos de atuação e das abordagens em Psicologia, além de uma visão idealizada em relação ao mercado de trabalho e ao contexto social. No final do processo evidenciou-se a necessidade de repensar o currículo do curso, que contribui com a construção de visões equivocadas, por apresentar-se fragmentado e descontextualizado em alguns períodos, restringindo a prática aos períodos finais. E a importância de tais projetos que auxiliem o aluno a desenvolver uma maior consciência em relação à sua formação profissional, percebendo-se como sujeito ativo desse processo.

Palavras-chave: Orientação profissional, psicologia escolar, determinantes, formação profissional.

ISSN 1981-2566

OBSERVAÇÕES INICIAIS DE UMA ESCOLA COM QUEIXA DE VIOLÊNCIA ESCOLAR

Maria Lúcia Vidal Mattos

Temos acompanhado um número significativo de estudos que apontam e analisam comportamentos e incidentes nos espaços escolares caracterizados como violentos. No município de Juiz de Fora, também existem escolas com queixas de violência dentro do espaço escolar. E diante de tal quadro fomos convidadas através da Coordenação do curso de Psicologia, através do Estágio Obrigatório Supervisionado em Psicologia Escolar Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora (CES/FJ), a realizar um trabalho na Escola Municipal AR, localizada no bairro MB, onde a queixa de violência é uma constante, tanto pelos profissionais da Escola, assim como também é apresentada na mídia impressa.A partir de várias reuniões iniciadas em novembro de 2005 fomos aos poucos delimitando quais poderiam ser as ações e possíveis intervenções da área de psicologia escolar. A partir daí propusemos iniciar nosso trabalho através de observações do espaço escolar com o objetivo de realizar um mapeamento, a fim de identificar e conhecer as questões sócio-culturais e práticas educativas, para que nos fosse possível realizar um diagnóstico, avaliação e posteriores ações e estratégias (individuais ou grupais) com orientação da psicologia escolar. Para uma melhor avaliação e análise de demanda propusemos ações como: observação do ambiente escolar, encontros com algumas turmas de alunos (da 1ª a 8ª série do ensino fundamental), entrevistas com professores, reuniões com a diretora, coordenadora pedagógica, e conversas formais e informais com demais funcionários e alunos. A maioria das queixas apontadas em reuniões e em conversar informais com relação aos alunos foram: a indisciplina, ausência de limites, desinteresse pelo conteúdo escolar e dificuldades de aprendizagem. Nas falas dos educadores e funcionários ficou evidente que o aluno é o real depositário da problemática da violência escolar e que esta é compreendida como resultado das relações tensas e conflituosas estabelecidas entre os membros da comunidade local, inclusive nas relações familiares. A família é apontada também como responsável por todo o processo de aprendizagem e violência que ocorre na escola, fato que fica claro em falas dos professores “culpa da violência na escola é dos pais”,”eles não educam, não participam e não comparecem na escola quando chamados”.Com relação aos professores observamos falta de perspectiva em relação à profissão, assim com a ausência de motivação em meio às dificuldades encontradas. Na opinião dos entrevistados a ausência de estrutura familiar dos alunos, é um dos maiores problemas evidenciados, acarretando a falta de limites e a indisciplina. Este trabalho ampliou as possibilidades de atuação da psicologia escolar para o segundo semestre de 2006, em ações como grupos de pais, intervenção junto aos alunos das 8ª séries visando a profissionalização e trabalho de grupo com os alunos das 5ª séries. Concluímos que a violência escolar se concentrava inicialmente nas próprias relações institucionais, existentes dentro da escola. As observações/intervenções realizadas nesta instituição teve um cunho reflexivo e descritivo sobre uma queixa de violência na escola e estamos trabalhando para criar possibilidades de escuta dos professores.

ISSN 1981-2566

Questões sobre a Psicologia no Ensino Médio

Leny Magalhães Mrech

Este trabalho tem o objetivo de discutir algumas questões apresentadas pelos alunos que cursaram as disciplinas de Metodologia do Ensino da Psicologia I e II durante o ano de 2006, na Faculdade de Educação da USP. O grupo de alunos era constituído em sua maioria por estudantes de Psicologia, sendo que poucos tinham experiência na área de educação. As disciplinas de Metodologia tinham como proposta: - Refletir sobre a sociedade pós-moderna mundial, os processos de globalização e a realidade brasileira, considerando suas implicações no processo educativo contemporâneo; - Analisar a produção do saber psicológico em geral e sua efetiva contribuição ao saber pedagógico; - Construir formulações que permitam um posicionamento crítico dos alunos diante da realidade educacional do professor de Psicologia do ensino médio, por meio dos estágios supervisionados; - Pensar a prática docente do professor de Psicologia, transformando-a em um processo de investigação, construção e reconstrução tanto do saber pedagógico, quanto do saber psicológico; - Refletir a respeito da importância da atuação do professor de Psicologia em relação aos processos de exclusão/inclusão social, tendo como referência documentos básicos da Educação, como a Declaração sobre Educação para Todos (1990), a Declaração de Salamanca (1994), a Lei de Diretrizes de Bases da Educação (1996), dentre outros, e suas implicações no contexto do ensino de Psicologia. A partir do relato em sala de aula das observações realizadas pelos alunos, bem como da análise dos seus relatórios de estágio, iniciamos um processo intenso de reflexão e de problematização das questões por eles colocadas, o que nos permitiu levantar alguns questionamentos gerais sobre o ensino da psicologia nas escolas investigadas, dentre os quais assinalo: uma dificuldade considerável dos professores em trabalhar com os conteúdos específicos da psicologia, fazendo com que muitos passassem a realizar dinâmicas de grupo ou orientação vocacional em sala de aula; fragilidade na posição curricular da psicologia nas escolas investigadas, fazendo com que em muitos momentos as aulas dessa disciplina fossem substituídas pelas de outras áreas do conhecimento; existência de lacunas metodológicas importantes, tornando o trabalho desenvolvido em sala de aula bastante repetitivo; dificuldade em adequar os conteúdos da disciplina a propostas de trabalho capazes de torná-la mais interessante para o público específico do ensino médio; preponderância da lógica do “professor aulista”, o que levava à pouca participação do professor-psicólogo nos processos mais globais da escola. Diante disso, concluímos pela necessidade de repensar com urgência esse ensino, resgatando, inclusive, formulações já estabelecidas, como a publicação da Secretaria Estadual de São Paulo, intitulada “Proposta Curricular de psicologia para o ensino de 2º grau” (1992), que propõe discussões curriculares e metodológicas centrais sobre essa temática.

Palavras-chave: Licenciatura, prática docente, psicologia, estágio.

ISSN 1981-2566

O QUE NÃO DÁ CERTO TAMBÉM ENSINA – RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA

Lícia Nery Fonseca
Mariana Macedo Nunes
Daniela Rodrigues Silva
Mariama Sousa Amâncio
Silvia Maria Cintra da Silva

Como requisito para a disciplina Psicologia Escolar e Problemas de Aprendizagem I do curso de psicologia de uma universidade federal, foi sugerido pela docente a realização de uma proposta envolvendo atividades a serem feitas em uma escola municipal da cidade de Uberlândia-MG, com o intuito de melhor compreender o papel do psicólogo escolar e a importância da prática na sua formação. Em primeiro lugar, foi realizada uma avaliação institucional, para que os graduandos conhecessem o ambiente escolar, observando seu espaço físico, as relações institucionais e o dia-a-dia de maneira geral. Além disso, esta visita iria permitir um contato inicial com os alunos com os quais as atividades seriam feitas e com o professor, que iríamos entrevistar para conhecer as dificuldades em sua prática e suas expectativas em relação ao trabalho a ser desenvolvido. Nosso quarteto ficou incumbido de realizar as atividades com uma sala de terceira série, com crianças de 9 anos e nos foi informado que a professora teria aceitado a nossa presença em sala de aula. Programamos, então, as atividades que faríamos na próxima visita. No entanto, nessa segunda visita à escola, a diretora nos informou que a professora estava de licença e não queria nossa presença em sala enquanto estivesse ausente. Perguntamos sobre a possibilidade de voltarmos ao final de sua licença, mas a diretora informou que esta, na verdade, não queria nossa presença de forma alguma. Como todas as outras salas já tinham outros grupos de trabalho, propusemos realizar uma atividade de reunião com os pais, solicitada pela própria diretora. No entanto, quando abordada sobre o planejamento de tal atividade, esta disse que a reunião era desnecessária, sem maiores explicações. Com pouco tempo restante para realizar um outro trabalho nessa instituição, resolvemos que seria feita uma observação em outra escola estadual da cidade, que tem uma proposta de inclusão, para que, pelo menos, nossa atividade prática não ficasse totalmente comprometida. Nessa outra escola, fomos bem recebidas mas apenas observamos o cotidiano de algumas salas de aula com alunos inclusos. Não podemos dizer, contudo, que a experiência não foi rica. Percebemos algumas dificuldades que o psicólogo e os estudantes podem vir a enfrentar no âmbito escolar e que, por mais que a nossa intenção seja a melhor possível, não podemos forçar a nossa presença e dependemos da aceitação incondicional do outro para realizar qualquer tipo de atuação, ainda que seja uma simples prática para uma disciplina da universidade. Ficou evidente para o grupo o quanto é importante que o aluno participe de práticas como essa durante a sua formação, para entender realmente o que se passa em uma escola, suas dificuldades, sua rotina, suas relações, etc. Dessa forma, embora nossa proposta inicial não possa ter sido posta em prática, aprendemos tanto ou mais com os obstáculos que surgiram, pois essa foi uma situação nova para o grupo, em que tivemos que lidar com a rejeição, e entender que o trabalho do psicólogo só ocorre quando há parcerias e, nesses casos, contribuímos com o melhor que pudermos.

Palavras-chave: Psicologia escolar, prática, formação de psicólogos.

ISSN 1981-2566

PSICOLOGIA ESCOLAR: AS EXPERIÊNCIAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA NO DISTRITO FEDERAL

Claisy Maria Marinho-Araujo

A Psicologia Escolar no Distrito Federal vem, na última década, comprometendo-se com uma atuação voltada às demandas sociais, especialmente no que se refere ao acompanhamento e assessoria aos profissionais da área que atuam, prioritariamente, na rede pública de ensino. A formação continuada, pautada em uma epistemologia da ação enquanto sustentação para a compreensão do movimento dialético entre conhecimento e ação, configura-se como espaço privilegiado para a interlocução, integrada e complementar, entre as bases teóricas do conhecimento psicológico e as demandas da atuação profissional. Apesar das práticas profissionais em Psicologia Escolar buscarem atualmente, com maior ênfase, demandas mais coletivas e institucionalizadas, contextualizadas às exigências das práticas pedagógicas, o cenário da formação do psicólogo escolar ainda carece de suporte necessário à sustentação dessas experiências. Entende-se, a partir disso, que essa formação exige uma leitura mais ampla da realidade escolar e social, com maiores aproximações dos contextos educativos, viabilizadas por um acompanhamento assessorado desse profissional em suas práticas profissionais em serviço.Há, na prática do psicólogo escolar, uma grande lacuna quanto a orientações teórico-metodológicas que o auxiliem no enfrentamento dos inúmeros desafios que as rápidas e dinâmicas mudanças que ocorrem cotidianamente no contexto escolar lhe impõem. É nesse sentido que propostas de formação continuada se fazem necessárias, no sentido de oportunizar alternativas de monitoramento, acompanhamento, consultoria e assessoria ao trabalho com os psicólogos escolares e demais atores do contexto educativo.Considerando a necessidade apontada na literatura no sentido de uma urgente revisão e adequação dos conhecimentos teóricos da ciência Psicológica à sustentação de uma prática mais competente e comprometida técnica, política e eticamente com os desafios da realidade escolar e visando fortalecer a integração entre a Universidade e a comunidade, vimos atuando junto a psicólogos escolares, professores, pedagogos e gestores em atividades de análise e intervenção institucional no contexto escolar.Por meio de ações de extensão universitária, curso de especialização latu senso, assessoria a escolas, procura-se oportunizar uma formação assistida em serviço a esses profissionais, fortalecendo a área da Psicologia Escolar quanto à fundamentação teórica e à divulgação de conhecimentos advindos das pesquisas acadêmicas.

Palavras-chave: Psicologia escolar, formação continuada em serviço, atuação institucional.

ISSN 1981-2566

REFLEXÕES DE UMA ESTAGIÁRIA SOBRE O ENSINO DA PSICOLOGIA

Mônica Maria Farid Rahme

Este trabalho tem o objetivo de colocar em debate algumas elaborações formuladas durante estágio na disciplina de Metodologia do Ensino de Psicologia II, na Faculdade de Educação/USP, estágio realizado com a Profa. Dra. Leny Mrech (atividade vinculada ao Programa de Aperfeiçoamento do Ensino – PAE) durante o segundo semestre de 2006. Acompanhando as reflexões e problematizações apresentadas pelos alunos da graduação e pós-graduação, durante seus estágios nas escolas de Ensino Médio (públicas e privadas) que oferecem a disciplina de Psicologia, tivemos a oportunidade de analisar individual e coletivamente as questões que envolvem o ensino dessa disciplina no contexto sócio-histórico brasileiro, as práticas docentes adotadas, as estratégias metodológicas, as disputas entre as áreas de conhecimento, os recortes curriculares implementados pelos professores, e a articulação ou não dessas conduções com as propostas político-pedagógicas das escolas. A interlocução com o grupo de alunos proporcionou-me a elaboração de reflexões sobre o ensino da Psicologia nesse nível de ensino, dentre as quais pretendo destacar: o encontro com a docência, a intencionalidade do ensino, as possibilidades de engajamento do psicólogo na prática institucional da escola pública e a dimensão geracional. Sobre o encontro com a docência, destaco o fato desses jovens alunos se interessarem pelo ensino e disporem de referenciais teórico-metodológicos que os permitiam construir análises críticas do que experenciavam durante o estágio, formulando questões e trazendo-as para a discussão em sala-de-aula. Destaco o fato desses questionamentos envolverem vários atores que compõem o sistema escolar, como: a escola, os docentes, os alunos, a comunidade. Em relação à intencionalidade do ensino, ressalto minha observação, a partir do depoimento dos alunos, de que, em geral, o ensino de psicologia parecia carecer de construções teórico-metodológicas que o articulassem às questões da vida em sociedade, tornando-se pouco dialógico com o cotidiano dos alunos. No que se refere às possibilidades de engajamento do psicólogo na prática institucional da escola pública, pretendo destacar uma desarticulação entre a Psicologia, como área de conhecimento, de seu ensino. Nesse sentido, como observado em várias outras áreas de conhecimento, os saberes de uma área acabam se limitando, na escola, ao trabalho relativo à sala-de-aula, ao ensino, dialogando pouco, ou mesmo, não dialogando com outras dimensões do cotidiano escolar, como, por exemplo, a gestão, a relação com a política pública e com a comunidade. Por fim, sublinho a dimensão geracional, por considerá-la fortemente presente nessa experiência, tanto na relação dos professores com os alunos, no contexto do ensino médio, quanto no que foi colocado em discussão pelos estagiários da licenciatura, sobre as práticas observadas.

Palavras-chave: Ensino médio, docência, psicologia.

ISSN 1981-2566

PLANTÃO PSICOLÓGICO NUMA UBS COMO EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO ACADÊMICO EM PSICOLOGIA

Ana Cristina Gomes Teixeira Arzabe

O presente estudo trata de um serviço denominado Plantão Psicológico, desenvolvido numa Unidade Básica de Saúde / UBS, na periferia de uma cidade da grande São Paulo, que teve como objetivo ampliar a possibilidade dos alunos de Formação em Psicologia de uma IES particular de atuarem em casos diversificados, dentro de uma proposta inovadora de estágio psicoterápico. Com essa iniciativa procurou-se romper com o modelo médico, que historicamente foi absorvido em diversas áreas de atuação psicológica e, que ainda se observa em muitas instituições formadoras, para se vivênciar, na prática, um modelo atual que se caracteriza por entender o indivíduo no âmbito biopsicossocial, buscando sair dos muros acadêmicos para nos apropriarmos e aproximarmos da realidade social em que vivemos; além de oferecer um serviço psicológico à demanda proveniente da comunidade em momentos de crise. O Plantão Psicológico viabiliza um atendimento de tipo emergencial, privilegiando a demanda emocional imediata do cliente. Ao instituir-se o Plantão Psicológico, buscou-se um novo passo no significado e sentido da psicoterapia e, também, do próprio papel do psicólogo em sua atuação diante da diversidade social caracterizada pelas constantes modificações do mundo moderno. Procedeu-se a uma divulgação interna na própria UBS através de cartazes, oferecendo o serviço à comunidade e, apresentou-se a proposta aos profissionais envolvidos para os possíveis encaminhamentos. O cliente era atendido, sem agendamento prévio, pela equipe constituída por 7 plantonistas, supervisionados semanalmente. As sessões duravam uma hora e trinta minutos, tendo direito a dois retornos. O Plantão funcionou de setembro à dezembro de 2006 totalizando 36 atendimentos, sendo que 33,4% tratavam-se de crianças e 66,7% de adultos. A procura pelo serviço foi de 75% pelo gênero feminino e 25% masculino. Dos casos atendidos 46% eram encaminhamentos médicos e 54% demanda espontânea. Com relação às queixas trazidas, obteve-se: 27.8% relacionados à transtornos psiquiátricos; 58,3% à problemas e dificuldades na dinâmica familiar e 13,9% à aspectos psicológicos associados ao quadro clínico. Foram realizados 25 encaminhamentos, sendo 3 para atendimento da neurologia; 8 psiquiatria e 14 acompanhamento psicológico. A comunidade apresentou aderência ao projeto implantado que foi observado por meio da freqüência nos atendimentos e retornos. Os plantonistas atuaram em casos e queixas diversificadas, realizaram encaminhamentos para outras especialidades profissionais; tendo a experiência de dialogar com a equipe de saúde; oferecendo continência e escuta terapêutica ao momento de crise da pessoa num atendimento emergencial. A possibilidade de estágios fora dos muros das IES torna-se, cada vez mais, uma necessidade importante para a formação acadêmica dos futuros profissionais, principalmente no que tange ao trabalho em equipe multidisciplinar e pela proximidade com a realidade social.

Palavras-chave: UBS, estagiários plantonistas, atendimento emergencial.

ISSN 1981-2566

A INDISCIPLINA NA VISÃO DE PROFESSORES DE UMA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA E ENSINO FUNDAMENTAL DE UBERLÂNDIA- MG

Liliane Ochoa Castro
Alline Alves de Sousa
Patrícia Duarte
Renata Yumi Okubo
Daniel Gonçalves Cury
Fernanda Cunha Silva
Andréia Vasconcelos
Marisa Amorim Silva
Paula Cristina Medeiros Rezende
Liliane dos Guimarães Alvim Nunes
Cláudia Silva de Souza
Lucianna Ribeiro de Lima
Maria José Ribeiro
Silvia Maria Cintra da Silva
Viviane Silva Barreto

A indisciplina escolar é comumente definida como ausência ou negação de um comportamento desejável. Muitos acusam “falta de algo” nos alunos com problemas disciplinares: falta de limites, falta de atenção, falta de organização do material, falta de material, falta de higiene, falta de respeito às regras, aos valores, aos colegas e aos professores. Devido às recorrentes queixas dos professores sobre a indisciplina dos alunos, o setor de Psicologia de uma escola de Educação Básica e Ensino Fundamental de Uberlândia/MG solicitou uma parceria com a professora da disciplina de Psicologia Escolar e Problemas de Aprendizagem I da Universidade Federal de Uberlândia. Esta, juntamente com seus alunos, iniciou um projeto de pesquisa qualitativa – em andamento – visando investigar a respeito da visão que os professores têm sobre a indisciplina dos alunos em sala de aula. Para obter tais informações foram feitas observações da escola e das aulas e foram entrevistados, até o presente momento, 11 professores, por meio de uma entrevista semi-estruturada que levantou questões referentes ao conceito da indisciplina, sua existência, a influência da sociedade e da escola, bem como as medidas que estas, juntamente com a Psicologia, têm tomado e poderiam tomar para atuar frente a tal situação. Em geral, os entrevistados identificaram a existência de indisciplina; a falta de limites dos pais transmitida na educação; a influência exercida pela sociedade por meio, dentre outros, de programas de televisão voltados para o público jovem que contribuem para a idéia de que a escola é um local aberto a tudo que os alunos queiram fazer e salientaram a relevância da atuação dos psicólogos na tentativa de melhorar o problema. Um dado que se destaca pela importância de ser trabalhado é a ausência de percepção dos professores como sendo, também, responsáveis pela indisciplina de seus alunos na sala de aula. A Psicologia pode atuar, portanto, junto com os professores para desenvolver um olhar crítico sobre tais ações, pois, mais do que descumprir regras, a indisciplina pode significar um rico manancial de informações sobre como os alunos vivem a escola e seus conteúdos. Escapar ao controle é uma forma de questioná-lo, minando as relações de poder univocamente estabelecidas. Deve-se romper com a idéia de aluno idealizado, desenraizado das condições concretas de existência que explicam seu comportamento indisciplinado. A construção de novas formas de sociabilidade e de educação, assim como a própria construção do conhecimento, só é viável se o trabalho em sala de aula experimenta uma organização coletiva, o que se fundamenta, por seu turno, em projetos sociais compartilhados e adequado respaldo institucional. O educador deve oferecer-se para o aluno como referente, afinal, se há alguma coisa que os educadores podem dar, realmente, a seus alunos, são eles mesmos.

Palavras-chave: Indisciplina, professores, psicologia escolar.

ISSN 1981-2566

APRENDER A CONVIVER NA ESCOLA: UMA ALTERNATIVA NA PREVENÇÃO AO BULLYING

Denise da Silva Maia

As relações interpessoais são foco de estudo e intervenção no Colégio Israelita há bastante tempo. Em anos recentes, foram desenvolvidos outros projetos voltados a esse tema. Em 2004, a partir das inquietações com problemas de relacionamento entre meninas, os quais se mostravam mais refratários à intervenção, começamos a buscar mais recursos na literatura especializada. Apesar da escassez de abordagens sobre o tema, encontramos a formulação do conceito de bullying. A partir daí, iniciamos uma série de pesquisas e, no ano seguinte, decidimos, com equipe técnica e direção, que o bullying seria tema de estudo em toda a escola. Foram desenvolvidos estudos teóricos com toda a equipe docente da escola, a fim de subsidiar os professores e construir um esquema conceitual comum sobre o que é bullying, como se manifesta e quais seus efeitos. Implementamos também uma pesquisa com alunos da 4ª série do Ensino Fundamental à 3ª série do Ensino Médio e a totalidade de professores da Escola, para levantamento do problema em nossa realidade. Na caminhada teórico-prática que se seguiu, e com o intuito de enfatizar uma abordagem mais preventiva, concluímos ser importante realizar ações específicas que possibilitassem o desenvolvimento de habilidades sociais entre as crianças e, conseqüentemente, a melhora da convivência, aspecto fortemente recomendado na literatura sobre bullying, especialmente nas experiências realizadas nas escolas públicas espanholas (Junta de Andalucia, 1992, 1998; Cruz Roja Juventud).

Elaboramos então o Projeto Aprender a Conviver na Escola, cujo início se deu em 2006, com os seguintes objetivos:• conhecer e confiar em si mesmo e nos demais, bem como constituir um grupo coeso, comunicativo, aberto, eficaz e participativo;• formar uma imagem ajustada de si mesmo; • valorizar o esforço e a superação das dificuldades;• descobrir o outro, relacionar-se com os demais e participar em atividades de grupo, adotando atitudes de flexibilidade, solidariedade, interesse e tolerância, para superar inibições e evitar todo tipo de discriminação;• respeitar a diversidade e tomar consciência da riqueza que a pluralidade representa;• analisar os mecanismos e valores que regem o funcionamento das sociedades e grupos humanos, de forma a estabelecer avaliações e critérios pessoais, bem como atuar com autonomia e iniciativa na vida adulta futura;• demonstrar interesse pelas manifestações alheias, respeitar o uso da palavra, expressar a opinião pessoal racionalmente, escutar a opinião dos demais e modificar a própria, quando e como seja necessário. A metodologia utilizada é a de oficinas de dinâmica de grupo, com sessões de trabalho semanais. As atividades são preparadas pela estagiária de psicologia da turma, e aplicadas em co-coordenação com a professora regente. São enfatizadas principalmente habilidades sociais como autocontrole e expressividade emocional, civilidade, empatia, assertividade, solução de problemas, fazer amizades, habilidades sociais acadêmicas (Del Prette & Del Prette, 2005). Ao final deste primeiro ano de trabalho, é possível considerar os primeiros resultados como bastante positivos, com melhoras na comunicação e na resolução de conflitos.

ISSN 1981-2566

COMPORTAMENTO INFANTIL: PERCEPÇÃO DE PAIS E PROFESSORES

Mariella Vilela Ferreira
Denise Costa Ribeiro

É de grande importância buscar as razões sobre os reais motivos que levam crianças em idade escolar a serem encaminhadas para tratamento psicológico. A partir deste conhecimento, mais facilmente serão identificados os verdadeiros fatores que fazem com que os agentes sociais classifiquem crianças problemáticas em meio a outras consideradas ajustadas.A literatura científica tem, ao longo dos anos, demonstrado que não é apenas o comportamento infantil o fator determinante para que as crianças em idade escolar sejam consideradas problemáticas e encaminhadas para tratamento psicológico. Existem outros fatores que também influenciam no processo de identificação de crianças problemáticas e de seu encaminhamento, tais como: sexo, idade, diferenças étnicas, nível sócio-econômico, depressão materna e outros. O presente estudo tem como objetivo investigar a ação de algumas variáveis na percepção de pais e professores sobre o comportamento de crianças encaminhadas e não encaminhadas para tratamento psicológico. Para tanto, foi realizado um processo de inversão do encaminhamento psicológico para que fosse criada uma demanda ideal para a coleta de dados. Com este estudo pretende-se responder a seguinte questão: “as crianças cujos pais e professores indicam como problemáticas e que devem ser encaminhadas para acompanhamento psicológico apresentam problemas de comportamento se comparadas com crianças que não foram encaminhadas para acompanhamento psicológico?”. Participaram do estudo 14 pais e 4 professoras que avaliaram o perfil comportamental de 14 crianças matriculadas no Ensino Fundamental de uma escola municipal de Varginha.Na obtenção dos dados, foram utilizados os questionários de Achenbach nas versões para pais (CBCL) e professores (TRF).O CBCL (Lista de Verificação Comportamental para Crianças e Adolescentes – versão para pais) é um questionário que lista uma série de comportamentos, tanto adequados quanto inadequados e apresenta, para cada um deles, uma escala graduada de freqüência variando de "não é verdadeira" até "freqüentemente verdadeira”.O TRF (Lista de Verificação Comportamental para Crianças e Adolescentes – versão para professores) é também um questionário. Possibilita calcular com precisão o nível de percepção que professores têm de seus alunos, através da verificação do perfil social e comportamental da criança na escola. Foram encontradas diferenças significativas entre os grupos de crianças encaminhadas e não encaminhadas para terapia, segundo a percepção dos professores para os seguintes índices de comportamento: competência social, distúrbio externalizante e distúrbio internalizante. Não foram encontradas diferenças significativas segundo a avaliação dos pais.Os professores percebem mais os comportamentos considerados problemáticos que são exercidos diretamente sobre o ambiente, como brigar, falar muito, gritar, ser agitado e outros. Quanto aos comportamentos que não são exercidos sobre o ambiente, ficando seus efeitos restritos à própria criança, como: isolar-se, ficar de olhar parado, os pais notam mais que os professores.

Palavras-chave: Comportamento infantil, percepção de agentes sociais, encaminhamento psicológico.

ISSN 1981-2566

APRENDENDO A CONVIVER NA ESCOLA

Sinara da Silva Guerra
Daniele Concli Loureiro

O projeto "Aprendendo a Conviver na Escola" foi apresentado a nós, estagiárias de psicologia, logo no início do nosso contato com o Colégio Israelita Brasileiro. Começamos a trabalhar este projeto com as turmas após um mês de observação dentro e fora da sala de aula. Utilizamos o projeto "Aprendendo a vivir juntos en la escuela" (Borrego de Dios, 1992) como referência para nossas atividades. Começamos proporcionando aos alunos conhecerem a si próprios e reconhecerem sentimentos seus e dos colegas. Junto com o trabalho em cada turma, íamos desenvolvendo a capacidade de conviver bem com os colegas e professores na escola, mas também tomando como referencial as atitudes das crianças fora da instituição. Tomamos conhecimento, então, do conceito de habilidades sociais, que estava presente em todas as nossas referências bibliográficas. Em contato com o livro Habilidades Sociais na Infância (Del Prette e Del Prette, 2005), assumimos a classificação de habilidades sociais desejadas para um desenvolvimento satisfatório das crianças citado pelos autores. Dividimos as sete categorias entre as quatro séries iniciais, tentando compatibilizá-las com a capacidade das crianças de executar e compreender cada habilidade e definindo um foco de trabalho para desenvolver em cada série. Sendo assim, a primeira série ficou com as habilidades de Autocontrole e expressividade emocional, que trabalhamos com as turmas para que pudessem reconhecer suas qualidades e defeitos, os sentimentos que cada situação desperta para então podermos ter um maior controle das emoções, tolerância a frustrações e capacidade de ter espírito esportivo. A segunda série com série ficou com as habilidades de Fazer amizades e Empatia, motivamos os alunos a conhecerem a si mesmos, estimulando o fazer e responder perguntas, sabendo aproveitar a informação do outro, concordar e discordar das opiniões, lidar com críticas e gozações, resistir a pressão dos colegas, buscando compreenderem o outro. Já a terceira série ficou com as habilidades de Assertividade e Civilidade, expressar sentimentos de raiva ou desagrado, saber falar sobre a próprias qualidades e defeitos, poder concordar, mas também discordar das opiniões e saber expressar de forma adequada esse apontamento. E, por fim a quarta série ficou com as habilidades de Solução de problemas interpessoais e habilidades Sociais acadêmicas, com o objetivo de conseguir acalmar-se frente a situação problema para conseguir pensar estratégias, achar a solução e só então escolher uma delas; além de seguir as regras, observar, manter a atenção, ignorar comportamentos intrusivos dos colegas e repetir os comportamentos competentes. Percebemos o quanto as habilidades sociais estão entrelaçadas uma nas outras, sendo as categorias uma forma muito mais didática de agrupá-las do que prática. No entanto verificamos o quanto é essencial embasar os comportamentos iniciais das crianças obedecendo uma hierarquia na qual habilidades mais fáceis de serem vivenciadas começam a ser trabalhadas na primeira série.

Palavras-chave: Habilidades sociais, séries iniciais.

ISSN 1981-2566

A PERSPECTIVA BIOECOLÓGICA DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E A PESQUISA NO CONTEXTO ESCOLAR

Gabriela Maffei Moreira

A pesquisa objetivou apreender as influências das variáveis do contexto escolar sobre o desempenho acadêmico de alunos do Ensino Fundamental, abarcando o primeiro nível ecológico definido por Bronfenbrenner como microssistema. Os participantes do estudo foram crianças de 4ª série da rede pública municipal, divididas em dois grupos: alto e baixo rendimento escolar e duas professoras. Foram utilizadas entrevistas com roteiro semi-estruturado. Os resultados revelaram que na concepção das crianças do grupo de alto rendimento, a escola pode contribuir para o sucesso escolar investindo no acervo da biblioteca. Para as crianças do grupo de baixo rendimento, o reforço escolar pode trazer conseqüências positivas para o desempenho acadêmico. As concepções das crianças de ambos os grupos revelaram que as competências das docentes e a habilidade para se relacionar com os alunos favorecem o desempenho acadêmico enquanto que práticas coercitivas e punitivas foram correlacionadas ao fracasso escolar. As crianças, além de se responsabilizarem por seus esforços, ainda sinalizaram que o auxílio do professor pode favorecer a aprendizagem escolar. As professoras acreditam que práticas docentes de séries anteriores podem perdurar em hábitos e comportamentos nos alunos, como o uso inadequado de cadernos e a indisciplina. Revelaram que observar o aspecto psicológico do aluno pode trazer contribuições ao desempenho acadêmico, auxiliando na compreensão das necessidades das crianças e sinalizaram em suas concepções a associação entre o sucesso escolar e as críticas ao processo de Progressão Continuada. Acreditam que o sucesso escolar depende dos esforços e dos interesses do próprio aluno, bem como de sua maturidade psicológica e de seu nível intelectual. Conclui-se que a abordagem bioecológica mostrou-se adequada à fundamentação da pesquisa, pois possibilitou a apreensão e compreensão da multiplicidade de influências que recaem sobre a criança, estabelecidas no microssistema escola. A pesquisa sinalizou atitudes que podem favorecer o desempenho acadêmico, sugerindo que os recursos sejam potencializados e as condições adversas minimizadas, mediante o investimento na formação docente. As crianças parecem sinalizar por ajuda e demonstraram perceber as deficiências nas práticas docentes, bem como os exageros para a obtenção de disciplina. Os dados revelaram adversidades vivenciadas pelas crianças de ambos os grupos, porém alunos com alto rendimento mostraram que enfrentam e superam as adversidades. Mostra-se pertinente o desenvolvimento de estudos voltados para a classe de professores, mediante a análise dos recursos encontrados e das condições adversas enfrentadas durante o seu percurso de formação e atuação docente. É preciso atentar para a trajetória escolar da criança para impedir que ela chegue à 4ª série com defasagens ou mesmo que adquira a concepção de que o percurso da escolarização é penoso. A experiência escolar deve ser mediada pelo oferecimento de oportunidades às crianças.

Palavras-chave: Perspectiva bioecológica, microssistema, escola.

ISSN 1981-2566

A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO ESCOLAR NUMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO FUNDAMENTAL

Nidiamara Guimarães
Silvia Maria Cintra da Silva
Mariana Custódio Afonso
Alexandre Victor Ferreira das Neves

O presente trabalho foi realizado como pré-requisito para conclusão da disciplina 'Psicologia Escolar e Problemas de Aprendizagem I', do curso de psicologia da Universidade Federal de Uberlândia. Propôs-se a realização de um trabalho em uma escola municipal, onde foram desenvolvidas atividades para que os graduandos pudessem vivenciar o contexto escolar na prática. A sala de aula do 6º período de Psicologia foi dividida em trios e cada grupo ficou responsável por uma sala de aula da referida escola. O trabalho relatado se refere às atividades desenvolvidas numa sala da 1ª série do Ensino Fundamental. Inicialmente, foram realizadas duas visitas à escola, uma com o intuito de observar a rotina das crianças e o ambiente escolar (espaço físico, limpeza, organização, iluminação, adaptação ao tamanho das crianças, ventilação, decoração, segurança, conservação), e outra para observar por um determinado tempo a sala de aula em que seria realizado o trabalho, atentando para aspectos como a quantidade de alunos por sala, interação aluno-aluno e professor-alunos, comunicação, linguagem, tom de voz, modo de se dirigir a outrem, pertinência da atividade realizada em relação à idade das crianças, recursos didáticos... Em seguida, foram realizados três encontros com as crianças, sendo que no horário determinado a professora saía da sala para participar de um outro grupo e somente os estudantes de psicologia ficavam responsáveis pelas crianças e pelas atividades que seriam propostas para elas. Antes do trabalho foi conversado com a professora sobre as expectativas dela em relação ao trabalho proposto. As atividades realizadas pelo grupo na escola foram satisfatórias e durante os encontros a comunicação com as crianças foi boa e foi possível conseguir, na maior parte do tempo, colocar limites, com firmeza e afeto. A maioria das atividades propostas rotineiramente nas escolas desenvolve apenas a esfera intelectual, sendo muitas vezes exercícios repetitivos. Nessas diferentes atividades as crianças ficaram mais livres, a imaginação e a criatividade foram estimuladas; foram trabalhados com as crianças valores importantes, como o respeito e a amizade. Essa experiência foi muito rica, pois proporcionou um conhecimento fora dos livros, houve um outro envolvimento com a teoria e, na prática, foi possível aprender mais sobre o desenvolvimento infantil. Buscou-se não rotular nenhum aluno, vendo as crianças de maneira integral e observou-se que o modo com que se vê e se trata a criança influencia no jeito de ela interagir. Este trabalho mostrou que a atuação da psicologia, juntamente com o empenho dos professores, pode auxiliar na prevenção do fracasso escolar e que o comportamento do aluno na escola depende muito da maneira com que o professor se dirige a ele. Também mostrou aos estudantes de psicologia que a intervenção prática pode tornar a aprendizagem da teoria muito mais necessária.

Palavras-chave: Psicologia escolar, fracasso escolar, atuação do psicólogo.

ISSN 1981-2566

DINÂMICA AFETIVA DE ADOLESCENTES EM OFICINAS DE JOGOS

Heloisa Helena Genovese de Oliveira Garcia
Lino de Macedo

O uso de jogos de regras como recursos auxiliares na aprendizagem de competências necessárias ao aprendizado escolar tem sido estudado por vários pesquisadores nacionais e internacionais. Dentre eles, destaca-se em nosso meio o trabalho desenvolvido, desde 1987, pelo Laboratório de Psicopedagogia do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (LaPp-IPUSP), sob a coordenação do Professor Doutor Lino de Macedo. O Laboratório oferece oficinas de jogos para crianças, adolescentes, adultos de terceira idade e professores, visando favorecer o desenvolvimento e a aprendizagem de aspectos cognitivos e sócio-afetivos e a construção de esquemas favoráveis à aprendizagem. Fundamentado na teoria de Jean Piaget, este trabalho articula de modo indissociável as condições e os recursos individuais de cada jogador e as interações entre os diferentes jogadores. São considerados enquanto interdependentes os três eixos relacionais: o social (entre os membros do grupo), o pessoal (de cada membro consigo mesmo e com a atividade proposta), e o relativo ao papel do coordenador. Para Piaget, a vida afetiva do adolescente afirma-se através da conquista da personalidade e de sua inserção na sociedade adulta, o que compreende a consolidação de relações de cooperação, baseadas na reciprocidade e em mecanismos de regulação, necessárias ao seu amadurecimento. Tal condição torna relevante o estudo das tensões e complementaridades entre as individualidades e o coletivo e os modos específicos com que se relacionam. Esta Comunicação Oral discute alguns aspectos da dinâmica afetiva individual e grupal adolescente tendo como base uma experiência realizada em parceria entre o LaPp-IPUSP e a Escola de Aplicação da Faculadade de Educação da Universidade de São Paulo (EA-FEUSP), durante o ano de 2006. Os dados constituem parte da pesquisa de doutorado, em andamento, da primeira autora sob a orientação do segundo autor (com bolsa inicial da CAPES e, atualmente, da FAPESP). Participaram desta oficina gratuita, coordenada em conjunto com Cristiana Fiusa Carneiro, 7 adolescentes, alunos do 9º ano do Ensino Fundamental. Foram totalizados 23 encontros semanais, com uma hora e meia de duração cada um e o jogo utilizado como eixo do trabalho foi o xadrez. Paralelamente, realizaram-se entrevistas individuais com os adolescentes, objetivando envolvê-los em uma perspectiva da avaliação formativa. Na primeira parte da discussão, os dados são considerados sob duas categorias: 1) Comunicação: a) dificuldade de abordar verbalmente, no coletivo, as experiências vividas pelo grupo e b) maior aceitação e interesse pelos momentos de entrevistas individuais com a pesquisadora; 2) Relações entre afetividade e inteligência: a) maior variação dos processos afetivos de cada participante X maior homegeneidade quanto aos desempenhos intelectuais e b) interferências da dinâmica afetiva individual na evolução cognitiva e social de cada adolescente. Num segundo momento da discussão, analisam-se os dados referentes aos modos de interação intergrupal por meio da teoria da equilibração majorante de Jean Piaget. Propõe-se uma leitura dos observáveis relativos a possíveis formas de regulações afetivas, segundo os tipos de conduta alfa, beta e gama.

Palavras-chave: Construtivismo, jogo de xadrez, adolescência, trabalho em grupo.

ISSN 1981-2566

CURRÍCULO ESCOLAR E A EDUCAÇÃO SEXUAL

Janaina Fernandes Cardoso Caobianco

Este trabalho analisa o currículo como um componente da Educação, e qual a sua influência no processo prático do cotidiano escolar, bem como a introdução dos temas transversais em específico a Educação Sexual. Após uma rápida incursão no tema currículo escolar, analisa-se os Parâmetros Curriculares Nacionais como uma proposta curricular para a educação brasileira que atende às exigências assumidas com instituições internacionais. Para atender essa visão de educação para a cidadania, são introduzidos nos PCNs os temas transversais entendidos como capazes de fazer a mediação para uma educação para a cidadania. Entende-se o currículo como um interlocutor no processo de construção da educação escolar, sendo um meio utilizado para prover determinada educação e formar um determinado tipo de homem em uma determinada sociedade.A escola, como uma instituição social, reflete os problemas da sociedade. Tentar compreendê-la ou estudá-la, exige de quem a isso se propõe um sério processo de reflexão a respeito do currículo, do ensino e da forma como esses se concretizam no cotidiano. Pensar no currículo para e na escola, numa perspectiva mais abrangente, significa pensar o conjunto de atividades da escola que afetam direta e indiretamente o processo de ensino e produção do conhecimento. O currículo representa um dos elementos centrais de reprodução ou das mudanças da educação, e está a serviço tanto das classes sociais dominantes quanto das dominadas. É o espaço onde se concentram e se desdobram as lutas em torno dos diferentes significados sobre o social e político. O currículo é peça fundamental no projeto de qualquer escola que queira se redimensionar e lutar por uma educação de igualdade de cidadãos comprometidos com o social, onde os alunos sejam sujeitos de seu processo de aprendizagem. Por outro lado não podemos entender esse currículo em toda a sua abrangência. Precisamos de um foco, de um recorte, ou, como diria LOWY (1998), precisamos de um mirante para entender uma paisagem. Neste caso, buscamos delinear o nosso foco de atenção, procurando compreender como a escola materializa o currículo em sua prática e, em decorrência, o diálogo que ela estabelece com os PCNs: o espaço, os discursos e a forma que ele ocupa no cotidiano escolar. Em que pesem todas as críticas existentes, os PCNs trazem uma inovação para a educação: a introdução dos temas transversais, dentre eles, a ética, a pluralidade cultural, o meio ambiente, a saúde, o trabalho e consumo e a orientação sexual. A questão da educação sexual não se constitui em uma preocupação recente no contexto educacional, porém se apresenta como polêmica e atual. Tentativas anteriores de introduzir a questão da sexualidade no conteúdo curricular não conseguiram sair do papel. Podemos afirmar que, pela primeira vez na história da educação brasileira, em âmbito nacional, a educação sexual está contemplada nas diretrizes que norteiam a rede oficial de ensino nacional. Porém se discute a função prescritiva deste trabalho, onde não há uma reflexão crítica do que os Pcns propõem como função educativa.

Palavras-chave: Currículo, educação sexual, escola.

ISSN 1981-2566

EXPERIÊNCIA DE APLICAÇÃO DA PSICOLOGIA ESCOLAR EM UMA SALA DE AULA DO ENSINO FUNDAMENTAL DA CIDADE DE UBERLÂNDIA

Thatiane Duarte Mendes
Diego Miranda Oliveira
Daniele Seno
Matheus Sbroggio Politano
Silvia Maria Cintra da Silva

A psicologia encontra um grande campo de trabalho na escola e pode contribuir em inúmeros aspectos da realidade escolar. O psicólogo pode atuar junto à equipe pedagógica, professores, alunos, pais, dentre outros. O presente trabalho realizou-se em uma escola da rede pública de Uberlândia (MG), por quatro alunos da graduação do curso de psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, com uma sala de quarta série de ensino fundamental. Objetivou-se conhecer melhor a realidade de uma sala de aula infantil com base em conhecimentos de psicologia escolar e educacional, na disciplina Psicologia Escolar e Problemas de aprendizagem ministrada no sexto período da graduação do curso de psicologia. O trabalho foi supervisionado pelas docentes responsáveis pela disciplina. Outro objetivo foi o de contribuir com os alunos no sentido de eles repensarem o significado do processo educativo, da escola, da professora e de si próprios em relação a estes elementos, mesmo que de forma breve. Foram realizadas duas observações, sendo uma delas no horário de recreio dos alunos e outra em sala de aula com a professora regente, uma entrevista com a professora para conhecer-se a instituição de maneira geral e as relações interpessoais que a constituíam. Em seguida, organizaram-se três dias (não consecutivos) de atividades em sala de aula, sem a presença da professora, que nesse momento participava de uma proposta de formação docente. Na observação pôde-se perceber que a professora utilizava meios tradicionais e rigorosos de disciplina, a organização da sala era de filas indianas e os alunos permaneciam em um silêncio absoluto, manifestando-se em poucos momentos com a permissão da educadora. Na realização das atividades conseguimos estabelecer um bom vínculo com os pré-adolescentes. Inicialmente encontramos dificuldades de comportamento devido ao fato de que os alunos estavam acostumados com uma outra forma de condução de atividades. Foi levada uma proposta diferente, mudamos a organização física das mesas e cadeiras, e propusemos que os alunos manifestassem suas opiniões, empregando atividades corporais e lúdicas. De modo geral os alunos participaram de forma satisfatória nas atividades demonstrando interesse e envolvimento. O trabalho realizado foi de grande relevância para a formação dos discentes coordenadores das atividades. Pôde-se repensar as teorias vistas na universidade a partir da prática desenvolvida, analisando as dificuldades e facilidades, observando a configuração atual da escola pública e o contexto em que ela está inserida, bem como as possibilidades de atuação do psicólogo escolar. Os alunos demonstraram grande interesse de que continuássemos desenvolvendo o trabalho. Embora curta, essa experiência mostrou-nos que é possível conseguir que os alunos manifestem suas opiniões, medos e desejos, o que é de grande valia para o seu desenvolvimento e formação.

Palavras-chave: Psicologia escolar, alunos, escola.

ISSN 1981-2566

DINÂMICAS DE LEITURA: UM INSTRUMENTO DE PROMOÇÃO DA CIDADANIA

Andréa Neves Soeiro

Este resumo tem como objetivo apresentar uma experiência de estágio em Psicologia Escolar no âmbito da alfabetização de adultos, ocorrida no período de março a setembro de 2006, no Centro de Integração de Jovens e Adultos (CIEJA) da coordenadoria de educação de um bairro da zona oeste, na cidade de São Paulo-SP. Sob a supervisão da Profª Patrícia Bataglia, orientadora da disciplina Processos de Intervenção em Contexto Institucional da Universidade Bandeirante de São Paulo, procurou-se desenvolver um trabalho voltado às necessidades da escola e à promoção de cidadania no contexto escolar. O CIEJA é uma escola que compreende o ensino básico e fundamental dividido em quatro módulos: · Módulo I (1º e 2º séries)· Módulo II (3º e 4º séries)· Módulo III (5º e 6º séries)· Módulo IV (7º e 8º séries). A população atendida é formada por pessoas que abandonaram os estudos, e alunos com idade entre dezesseis e vinte e quatro anos indicados por escolas públicas, por estarem com idade superior à adequada para o ensino fundamental em escolas regulares.O estágio foi dividido em duas fases, na primeira foram feitas observações e entrevistas com professores, alunos, orientador, diretor e demais funcionários da escola.Na segunda etapa, após detectado o foco a ser trabalhado, foram feitas atividades com o objetivo de instigar nos envolvidos um re-pensar sobre o espaço e o saber escolar. Conforme se verificou através de entrevistas e observações, os alunos apresentavam: baixa auto-estima, dificuldades de leitura e compreensão de texto, problemas de integração entre alunos mais jovens e alunos de idade mais avançada.Assim estabeleceu-se o foco a ser trabalhado pelo estágio: auto-estima, dificuldades de leitura (todos os módulos) e a integração entre os alunos (módulos III, IV). Conforme as necessidades a serem trabalhadas foi proposto à orientadora pedagógica (CIEJA) e à supervisora do estágio o uso da leitura de fábulas no trabalho com os alunos. Assim, foram lidas e discutidas com os alunos fábulas (Esopo) que abarcassem os temas a serem trabalhados, o nome dinâmicas de leitura, provém da junção da atividade de dinâmica de grupo com as atividades de oficinas de leitura.As fábulas foram escolhidas por serem leituras curtas, de fácil acesso e assimilação, a fim de despertar nos alunos questionamentos sobre o que houvera sido observado, trabalhar as dificuldades de leitura e compreensão de texto, a aquisição de vocabulário-através do uso do dicionário, bem como despertar nos alunos um indício do hábito de ler. Os resultados foram significativos no tocante ao instigar nos alunos uma reflexão de modo a valorizar suas experiências, a própria maturidade e os interesses como instrumentos de aquisição de cidadania. Assim revela-se o grande potencial a ser trabalhado pela Psicologia na educação, ao auxiliar homens e mulheres a serem sujeitos na construção de suas próprias histórias.

Palavras-chave: Alfabetização de adultos, auto-estima, dinâmicas de leitura.

ISSN 1981-2566

ESTRATÉGIAS DE CÁLCULO MENTAL EM SITUAÇÕES DO COTIDIANO

Heitor Antônio Gonçalves

O relato que apresentamos originou-se numa pesquisa piloto desenvolvida em nosso curso de doutorado que buscou caracterizar as estratégias de resolução de problemas matemáticos do cotidiano tendo como foco o cálculo mental. O principal referencial teórico que utilizamos foi a teoria dos campos conceituais do francês Gerard Vergnaud. Da teoria dos campos conceituais, utilizamos fundamentalmente os conceitos: campo conceitual, conceito, situações, esquemas e invariantes operatórios. As ações investigativas convergiram para os seguintes objetivos:- identificar o uso de estratégias matemáticas em ações escolares e não-escolares, assim como a freqüência com que estas são utilizadas;- caracterizar falas e gestos que indicam o uso do conhecimento matemático em situações do cotidiano dos alunos;- traçar um paralelo entre o conhecimento matemático trazido da escola e aquele de uso cotidiano do aluno;Realizamos o estudo piloto numa escola pública de grande porte, na periferia da cidade de Juiz de Fora e trabalhamos junto a alunos do 4º ano do Ensino Fundamental, na faixa de idade entre 10 e 11 anos de idade. Para a coleta de dados no estudo-piloto, recorremos à videografia (estudo das atividades através de filmagens em vídeo). Realizamos entrevistas e a uma atividade de grupo com os alunos. Procuramos associar a videografia à análise microgenética uma vez que trabalhamos com detalhes das situações observadas. Foram apresentados às crianças problemas envolvendo o gasto em dinheiro com passagens em deslocamentos em transporte coletivo urbano. Os problemas demandavam as quatro operações matemáticas e as crianças responderam às questões colocadas apenas a partir do cálculo mental.A análise das estratégias utilizados pelos sujeitos mostra o uso de três procedimentos, que não esgotam as possibilidades para os diversos procedimentos de cálculo mental existentes em outras situações. São esses: 1) adição e subtração simples; 2) decomposição; 3) agrupamento repetido.No que diz respeito às estratégias utilizadas pelos alunos temos as seguintes conclusões preliminares:- as estratégias de decomposição e agrupamento exigem dos alunos um conhecimento completo do sistema decimal;- em diversos momentos percebemos o uso das estratégias de forma integrada com variações criadas pelos próprios alunos;- os alunos tendem a transformar a subtração, multiplicação e divisão, naqueles problemas que têm uma demanda inicial por essas operações, numa adição simples ou numa decomposição ou agrupamento com adição;- na grande maioria dos casos percebeu-se que as estratégias de cálculo tinham uma base no conhecimento escolar, como o sistema de numeração decimal, mas a forma com o que os alunos procediam dificilmente é aquela como resolvem problemas na escola. Com relação à metodologia destacamos que a utilização de vídeo-gravação como recurso principal de coleta de dados se mostrou extremamente eficaz principalmente no que diz respeito à possibilidade de captar sons diversos e imagens como o uso das mãos, gestos e expressões faciais.

Palavras-chave: Conhecimento matemático, teoria dos campos conceituais, cotidiano.

ISSN 1981-2566

ESTUDANTES ADOLESCENTES DE UMA ESCOLA ESTADUAL DE CAMPINAS E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Mônica Dib Bariani
Isabel Cristina Dib Bariani

A crescimento exponencial da população humana acarreta uma série de problemas ao meio ambiente, aumentando a necessidade de utilização dos recursos naturais e afetando diretamente a natureza. Devido às formas com que o homem vem modificando esse ambiente, hoje, nos encontramos em um mundo com diminuição da diversidade biológica, mudanças climáticas freqüentes, degradação do solo, poluição da água e do ar, e o esgotamento dos recursos naturais. Assim, a conservação do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável têm sido motivo de discussão em todos os lugares, inclusive nas escolas, sendo a educação ambiental uma forma importante de ensinar, em especial às crianças e adolescentes, a importância da biodiversidade e dos recursos naturais, e também do que pode ser feito para a recuperação e conservação dos mesmos. Logo, é de grande importância saber como essa população lida com essa questão para que se possa planejar programas eficientes de educação ambiental. Com o objetivo de identificar as principais preocupações de estudantes adolescentes com a preservação ambiental e o que eles fazem para tal, foi aplicada um escala de freqüência, com 20 enunciados, em 53 estudantes, sendo 26 alunos de sexta e 27 de sétima série, de uma escola estadual de ensino fundamental II e de ensino médio da cidade de Campinas, São Paulo. Analisando os resultados obtidos, pôde-se perceber que há uma grande preocupação dos alunos de sexta e sétima séries com o cultivo de árvores, e, a maioria deles procura jogar o lixo em locais adequados, apesar de não se incomodarem ao ver outra pessoa que jogue seu lixo em qualquer lugar. Principalmente os alunos de sétima série buscam racionar água, o que sugere uma preocupação com os recursos naturais que obtemos da natureza. Porém, não são muitos os adolescentes que indicam preocupação com a reciclagem do lixo. Os alunos de sexta série dizem receber incentivo da família para preservar o meio ambiente, enquanto que a maioria dos alunos de sétima série não possui este incentivo. Apesar disso, no geral, os resultados demonstram uma preocupação dos alunos com a preservação e recuperação do meio ambiente e mostram que, freqüentemente, realizam ações nesse sentido, apesar da necessidade de melhora em algumas questões. Sugere-se que o presente estudo seja ampliado, de modo a abarcar uma amostra maior, composta por estudantes de diferentes faixas etárias, de escolas públicas e particulares, pois se entende que estudos dessa natureza são fundamentais para subsidiar o planejamento de ações destinadas à educação ambiental.

Palavras-chave: Alunos de ensino fundamental, meio ambiente, escola pública.

ISSN 1981-2566

ESTUDO RELACIONADO À ORIENTAÇÃO SEXUAL (EROS): A SEXUALIDADE NA ESCOLA E AS CONCEPÇÕES DE PROFESSORES DE ENSINO FUNDAMENTAL

Angelo Cabral Esperança

Tomada como objeto de estudo a sexualidade humana tornou-se alvo central das discussões de várias ciências na Idade Moderna. Em nível oficial somente em 1998, com a implantação dos Parâmetros Curriculares Nacionais-PCN'S, é que o tema sexualidade legitimou-se no âmbito escolar no Brasil, passando a ser abordado de forma transversal, na educação básica. No campo educacional a sexualidade é tratada na forma de "Orientação Sexual", por se entender que esta proposta enquadra-se em "(...) um processo formal e sistemático que se propõe a preencher lacunas de informações, erradicar tabus, preconceitos e abrir discussões sobre as emoções e valores que impedem o uso dos conhecimentos na área da sexualidade" (SUPLICY, 2000, p. 8). Assim, esta pesquisa investigou como este tema está sendo trabalhado em uma escola pública municipal da cidade de Manaus localizada na zona sul. Participaram deste estudo 19 Professoras de ensino fundamental de 1ª a 4ª séries e 01 Pedagoga. Foram realizados dois grupos focais, gravados em áudio, com duração média de uma hora e meia cada. Utilizou-se um roteiro guia abordando os conhecimentos que as professoras possuíam sobre o trabalho transversal com o tema Orientação Sexual. Os dados apontaram que: a)A formação de professores tanto inicial quanto continuada destes profissionais não contemplou o tema sexualidade; b)A escola estudada não conseguiu incluir o tema Orientação Sexual em sua proposta pedagógica; c) As professoras acreditavam que a Orientação sexual não era de responsabilidade da escola; d) As professoras acreditavam que crianças de 06 à 10 anos são muito novas para participarem de atividades de orientação sexual. Conclui-se que as profissionais estudadas não possuíam conhecimentos sistemáticos sobre o assunto que as habilitassem a realizar atividades de orientação sexual, contudo, para instrumentalizá-las para esse trabalho seria necessário investir em atividades formativas, uma vez que questões como - gravidez na adolescência, doenças sexualmente transmissíveis, HIV/AIDS, abuso sexual, exploração sexual, violência, preconceito contra mulheres, crianças e homossexuais, fazem parte do cotidiano de crianças e jovens em idade escolar e a escola precisa se preparar para lidar de frente com eles.

Palavras-chave: Orientação sexual, parâmetros curriculares nacionais, concepções de professores de crianças.

ISSN 1981-2566

CONCEPÇÕES DE FUNCIONÁRIOS SOBRE A INDISCIPLINA NA ESCOLA

Bartira Gutierrez Garcia
Cláudia Silva de Souza
Daniel Caldeira de Melo
Fabiana Angélica Costa
Jonas Arruda Novaes Neto Novaes Neto
Lara Mariz Maia
Liliane dos Guimarães Alvim Nunes
Lucianna Ribeiro de Lima
Maria José Ribeiro
Paula Cristina Medeiros Rezende
Rita Ferreira de Carvalho
Silvia Maria Cintra da Silva
Suzana Aparecida dos Santos
Vanessa Paim de Oliveira
Viviane Silva Barreto
Yara Magalhães dos Santos

A indisciplina é um fenômeno que transita por diversos contextos sociais, fazendo emergir generalizada insatisfação e considerável incômodo à sociedade, o que justifica uma minuciosa investigação acerca desta temática. Tal problemática está incrustada no âmbito escolar e atinge tanto alunos quanto professores e funcionários. Dada a ampla possibilidade de estudo que este tema proporciona, optou-se por fazer um recorte focado na percepção dos funcionários, pois consideramos que estes também são educadores e participam ativamente do cotidiano escolar. Escolhemos para a pesquisa uma escola de aplicação em Uberlândia (MG), ligada à Universidade Federal. A pesquisa, qualitativa, foi dividida em dois momentos. O primeiro consistiu na observação do espaço físico e das salas de aula. No segundo realizamos 10 entrevistas semi-estruturadas com representantes das diversas funções exercidas pelos funcionários: secretários, recepcionista, cantineira, servente, psicóloga, psicopedagoga, assistente social. O roteiro de entrevista abordou perguntas sobre a existência de indisciplina na escola; o seu conceito para os entrevistados; a que eles atribuíam a indisciplina; as possíveis contribuições da escola e da sociedade para promover a indisciplina, o que têm realizado para lidar com ela, se essas ações são suficientes e o que ambas podem fazer em relação à indisciplina; ainda o papel da psicologia, em geral, e dos psicólogos da própria escola ao lidar com o tema. A observação mostrou que a escola encontra-se em um prédio com a arquitetura pouco funcional, o espaço de recreação e lanche disputa lugar entre a cantina, a lanchonete e as três quadras de esporte onde ocorrem as aulas de educação física. As salas de aula são pequenas, com aproximadamente 20 alunos ocupando todo o espaço, restringindo a movimentação do professor entre as carteiras. A relação professor-aluno é pautada na conversa e conscientização, sendo os alunos convidados a partilharem suas experiências com o docente e com os colegas. Há uma preocupação com a forma com que o conteúdo é transmitido, e além de uma linguagem acessível, há utilização de recursos alternativos como textos de revistas e atividades fora do âmbito escolar. Quanto às entrevistas, a maioria das respostas apontou a indisciplina como existente, mas com causas diversas, entre elas a família, a sociedade, os professores e os próprios alunos. O conceito de indisciplina perpassa a idéia de desrespeito a regras conhecidas previamente. Quanto à contribuição da sociedade e da escola, foi apontada a crescente liberdade e falta de limites das crianças, o papel dos pais como modelos educacionais “errados”, a competitividade e insatisfação existente entre os alunos e a falta de controle das aulas pelos professores. A maioria acredita que as atitudes realizadas pela escola e pela sociedade não são suficientes, mas concorda que é importante continuar a realização do trabalho. Quanto ao papel da psicologia e do psicólogo, exceto os funcionários que lidam com os programas relacionados à indisciplina, os entrevistados acreditam que ambos são importantes, mas não sabem distinguir seu papel. A maioria destacou os programas existentes na escola como minimizadores da indisciplina, mas apontam que essa atitude ainda não conseguiu reduzir a “zero” este problema.

Palavras-chave: Indisciplina, funcionários, psicologia escolar.

ISSN 1981-2566

A POSSIBILIDADE DE RESSIGNIFICAÇÃO DA TRAJETÓRIA DE VIDA DE ADOLESCENTES ATRAVÉS DE OFICINAS:A PUC AMIGA DA ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL

Karina Fideles Filgueiras

Atualmente, torna-se cada vez mais clara a necessidade de colocar o jovem no papel de sujeito do seu processo de individualização e construção de seu projeto de vida, possibilitando que este seja capaz de fazer escolhas, ser sujeito de projetos, de ações e transformação da realidade em que se encontra.A adolescência é um caminho em direção a uma maior autonomia e significa, em si, crescimento e risco pois, se por um lado, os adolescentes precisam experimentar maior liberdade de escolha, por outro lado, essa mesma liberdade apresenta riscos. A literatura especializada alerta para um aumento do número de adolescentes que têm vivenciado sua trajetória com problemas. É, portanto, necessário ter uma atenção às diferenças individuais, na diversidade dos contextos, para compreender a complexidade e demandas do adolescer.O projeto, de extensão universitária, PUC Amiga da Escola em Tempo Integral é desenvolvido na PUC Minas – Arcos e tem como objetivo possibilitar a ressignificação da trajetória de vida do adolescente através da reflexão de seus próprios atos, suas razões e conseqüências, levando à conscientização de si no processo de construção da realidade. Esse objetivo é concretizado através de oficinas interdisciplinares englobando todos os cursos de graduação oferecidos pela PUC Minas Arcos: Administração, Comunicação Integrada, Direito, Sistemas de Informação e Psicologia. As oficinas oferecidas pelos alunos e monitores do curso de Administração visam o desenvolvimento sustentável através de projetos de reciclagem de papel e outros materiais que possibilitem a captação de recursos financeiros. Alunos do curso de Direito contribuem com Lições de Cidadania através da apresentação e estudo reflexivo do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, abordando seus direitos e deveres, de modo integrado, sobre os temas trabalhados nas oficinas oferecidas pelos alunos do curso de Psicologia. As oficinas de produção de texto, comunicação e expressão são oferecidas pelos alunos do curso de Comunicação Integrada e visam o desenvolvimento da escrita e da leitura. Os alunos e monitores do curso de Sistemas de Informação têm por objetivo a inclusão digital dos adolescentes através de aulas de informática com enfoque nos programas básicos de noções de Informática, possibilitando a inserção dos adolescentes no mercado de trabalho.O curso de Psicologia, com seus alunos monitores e estagiários, trabalha a dimensão sócio-histórica através de dinâmicas que possibilitam a constituição de grupos e identidade dos adolescentes. Esse trabalho é considerado prioritário e de suma importância para o desenvolvimento das outras atividades propostas por alunos dos demais cursos. A primeira abordagem é a constituição do grupo depois são escolhidos temas, considerando as demandas dos adolescentes, tais como afetividade, sexo, sexualidade e drogas, para serem discutidos nos grupos.A proposta é de permitir a inclusão digital e trabalhar com enfoque no exercício da cidadania, buscando também, reafirmar o compromisso da universidade com a educação de qualidade, bem como a integração com a comunidade para conhecimento das demandas sociais e educacionais existentes.

Palavras-chave: Adolescência, trajetória de vida, oficinas de psicologia.

ISSN 1981-2566

INTERVENÇÃO PSICOPEDAGÓGICA UTILIZANDO A METODOLOGIA DO GRUPO COOPERATIVO (Cooperative Learning)

Maria das Graças de Andrade Melo

No primeiro semestre de 2002, o Setor de Psicologia do Instituto Maria Imaculada de Barbacena-MG desenvolveu um projeto de intervenção psicopedagógica, que teve como objetivo trabalhar temas como Inclusão (1º bimestre) e Cooperação (2º bimestre). O recurso utilizado foi o Grupo Cooperativo (Cooperative Learning), definido como método didático-educativo que tem em vista a aprendizagem e, como base, a cooperação. O Grupo Cooperativo se divide em etapas. A primeira denomina-se "situação didática inicial", que vai desde a intenção de ensinar do orientador até o momento em que ele coloca a situação problema para o aprendiz, incluindo aí, os momentos de informação. Esta etapa iniciou-se com a sondagem do conhecimento dos alunos sobre o tema e logo após foi apresentada a leitura de uma fábula. A seguir, a "situação a-didática", que surge a partir da colocação do problema para o aprendiz e esse assume a tarefa proposta. Nela o aluno trabalha sozinho, sem a interferência do orientador, buscando ele mesmo dar as suas respostas. Nesta etapa foram dadas atividades pedagógicas elaboradas pela psicóloga: cruzadinha, jogo dos sete erros, enigma etc. A próxima etapa, a "co-didática", é a situação em que os alunos, em pequenos grupos, vão discutir e tentar tirar suas dúvidas, complementar as informações e formular as suas respostas, ainda sem a interferência do orientador, que só intervirá se solicitado, estando atento para devolver a questão ou formular outras questões que levem os alunos a refletirem e buscarem outras informações. Foram apresentadas questões aos grupos que levavam à reflexão quanto à relação da moral da história da fábula com a situação de vida real. Também foram aplicadas dinâmicas relativas aos temas. Ao final das atividades, os alunos fizeram auto-avaliação individual e grupal quanto à participação. Finalmente o momento ou a etapa da "convalidação". As confirmações das respostas dadas vêm dos próprios grupos; o orientador apenas administra e coordena o debate. Esta etapa é muito rica, é um dos momentos em que o orientador pode verificar se o processo da aprendizagem aconteceu ou não. É o momento para tirar dúvidas e ir sistematizando a aprendizagem, sobretudo se há participação de todos. Nesta etapa cada grupo apresentou suas considerações sobre o que foi trabalhado para a turma. Foi bastante satisfatório verificar a conscientização dos alunos quanto a prática da inclusão e da cooperação no ambiente escolar. Esse projeto foi desenvolvido com cada uma das oito turmas de 1ª à 4ª série do Ensino Fundamental, com freqüência de uma vez por semana e duração de aproximadamente 40 minutos, com a presença da professora em sala de aula. Importante salientar a satisfação dos alunos quando da chegada da psicóloga em sala de aula, manifestada por aplausos. Ao final do semestre os alunos preencheram um questionário de avaliação do projeto e do interesse pela continuidade do mesmo no segundo semestre. A maioria considerou válido o desenvolvimento do projeto e manifestou interesse por sua continuidade.

ISSN 1981-2566

LITERATURA E FILMES INFANTIS: UM CAMINHO PARA O PENSAR

Fernanda Conceição Costa Frazão
Patricia Cássia Almeida

A experiência que se pretende relatar, trata-se de um projeto de extensão destinado à crianças que freqüentam as fases III e IV do Ensino Fundamental, na Escola Estadual Dr. Garcia de Lima, na cidade de São João del Rei. O trabalho desenvolvido fundamenta-se no programa Filosofia para Crianças – Educação para o pensar, proposto pelo filósofo e educador americano Matthew Lipman (1923) e nos trabalhos de Marcos Lorieri e Walter Kohan. Fazendo uso de materiais literários e filmes infantis como contextos significativos, e através da prática de uma comunidade investigativa na sala de aula, busca-se desenvolver nas crianças habilidades e disposições necessárias à construção de uma educação mais investigativa e reflexiva. Na concepção de Lipman, "O que os filósofos e as crianças têm em comum é a capacidade de maravilhar-se com o mundo". As crianças estão cercadas por um universo problemático, um universo que estimula o pensamento e provoca o encantamento, que as convida à investigação e ao questionamento reflexivo.A proposta é trabalhar o pensar melhor com crianças desenvolvendo competências filosóficas, dialógicas e as habilidades cognitivas de investigação, raciocínio, formação de conceitos e tradução, pela experiência de uma comunidade de investigação em sala de aula. As narrativas selecionadas são lidas, problematizadas e discutidas na comunidade de investigação. O mesmo procedimento estende-se ao trabalho com os filmes. Ao final, a sessão é avaliada pelas próprias crianças. Também são integradas ao processo de investigação atividades lúdicas e artísticas.Na prática filosófica junto às crianças, este trabalho vem afirmando sua importância e relevância, na medida em que cada vez mais cresce sua aceitação na comunidade escolar mediante seus resultados. Em consenso com as professoras regentes das turmas, constatamos que grande parte dos alunos participantes tem demonstrado melhor organização das idéias, capacidade de argumentação, melhoria na oralidade, reflexão sobre as situações cotidianas, elementos identificáveis nas produções textuais, interpretações e raciocínios. Quanto às relações interpessoais, pode-se observar uma melhoria na vivência de combinados propostos que revelam respeito mútuo, atenção e capacidade de diálogo. Desse modo, acreditamos que investir no pensar melhor desde a infância, como propõe Lipman, pode ajudar a desencadear um processo educativo de qualidade que se refletirá nas séries subseqüentes, na postura do aluno frente a sua realidade, na sua capacidade de fazer bons julgamentos e no melhor desempenho em outras disciplinas.Portanto, a aproximação da filosofia ao cotidiano das crianças, desde as séries iniciais, tem contribuído significativamente para a construção de um aluno mais crítico e consciente, que pode pensar e agir melhor.

ISSN 1981-2566

HABILIDADES DE VIDA EM JOVENS CIDADÃOS

Isabel Cristina Dib Bariani
Ana Flávia Mac Knight Carletti
Carina Luiza Manolio

A adolescência é um importante período da vida das pessoas, em especial devido às muitas tarefas evolutivas e escolhas com que se defrontam os adolescentes, sendo natural que nessa época muitas mudanças aconteçam e muitos dos valores aprendidos sejam questionados. Visando reduzir possíveis riscos à saúde dos adolescentes e promover uma melhor interação entre os alunos e a escola, o presente trabalho priorizou o desenvolvimento de habilidades de vida; especificamente pretendeu-se desenvolver habilidades sociais e interpessoais, promover o autoconhecimento, possibilitar a expressão de pensamentos criativos e críticos, ensinar técnicas de manejo de emoções e resolução de problemas, proporcionar reflexões acerca de temas específicos. Este projeto configurou-se como o trabalho de estágio curricular dos dois últimos semestres de um Curso de Psicologia, na área Psicologia na Educação/ Escolar e foi desenvolvido em uma escola estadual de ensino fundamental II e ensino nédio. Participaram do projeto 23 alunos de uma classe de 8a série – considerada "problemática", com idades variando entre 14 e 18 anos, sendo 11 do sexo feminino e 12 do masculino. A turma foi dividida em dois subgrupos e foram realizados 15 encontros de trabalho com cada um deles, com duração de cerca de 50 minutos, de abril a novembro. Para cada um desses encontros foram selecionados temas específicos, escolhidos pelas estagiárias de acordo com as demandas e interesses trazidos pelos estudantes, os quais foram trabalhados a partir da aplicação de técnicas de dinâmica de grupo, discussões e atividades em pequenos grupos. Apesar das dificuldades encontradas, nomeadamente nos primeiros meses de trabalho, tais como a falta de envolvimento dos adolescentes nas atividades e discussões propostas, pôde-se constatar que foram muitos os reflexos positivos desse projeto para o cotidiano desses alunos. Por exemplo, passaram a pensar sobre si mesmos e sobre suas experiências de vida passadas, presentes e futuras, a expressar suas opiniões sobre escolhas difíceis e debater seus pontos de vista. Percebeu-se uma melhora na dinâmica do grupo e no comportamento de cada um, assim como a aquisição de algumas habilidades fundamentais para a convivência social. Os comportamentos inadequados, muito presentes no primeiro semestre, diminuíram consideravelmente de freqüência, o que foi percebido e sinalizado tanto pela coordenadora pedagógica da escola como por professores. Considerando-se a relevância de trabalhos dessa natureza, que promovam a saúde mental de adolescentes e a cidadania, sugere-se que o trabalho seja ampliado para outras turmas de adolescentes e outras escolas da rede pública de ensino.

Palavras-chave: Relações interpessoais, habilidades sociais, adolescência, escola pública.

VIII Congresso Nacional de Psicologia Escolar e Educacional
26 a 29 de Abril de 2007
ISSN 1981-2566

MOTIVAÇÃO DE ALUNOS: RELAÇÕES ENTRE DESEMPENHO ACADÊMICO, METAS DE REALIZAÇÃO, ATRIBUIÇÕES DE CAUSALIDADE E AUTOCONCEITO ACADÊMICO

Melissa Picchi Zambon
Tânia de Rose

A análise dos fatores motivacionais tem se mostrado uma alternativa para o entendimento do baixo aproveitamento acadêmico. A motivação pode ser entendida como processos psicológicos que levam a uma escolha, instigam, fazem iniciar um comportamento direcionado a um objetivo e garantem a permanência no mesmo. Pesquisas têm focalizado os efeitos mediadores na motivação das crenças dos alunos quanto à própria capacidade para realizar as atividades escolares e das razões e propósitos dos alunos para se engajarem em atividades acadêmicas. Este estudo enfocou as metas de realização, atribuições de causalidade e autoconceito dos alunos. As principais metas de realização são a meta aprender e a meta performance: a primeira tem sido associada a resultados cognitivos, motivacionais, afetivos e comportamentais positivos, já a meta performance tem sido vinculada a resultados menos adaptativos. Um padrão atribucional adaptativo é aquele em que o sucesso é atribuído à capacidade e esforço e o fracasso atribuído à falta de esforço. Quanto ao autoconceito, uma percepção positiva da capacidade acadêmica relaciona-se a altas expectativas quanto ao desempenho e a um maior engajamento nas tarefas. A literatura evidencia que alunos com baixo desempenho acadêmico apresentam padrões motivacionais menos adaptativos, o que pode ter um impacto severo nos comportamentos de desempenho, afetando sua aprendizagem. O presente estudo teve como objetivos: comparar as metas de realização, atribuições de causalidade e autoconceito acadêmico de alunos de 6a e 7a séries com desempenho baixo, médio e alto na disciplina de Português e identificar as relações entre o desempenho acadêmico e as três variáveis motivacionais investigadas. Participaram do estudo 42 alunos com desempenho acadêmico baixo, 65 alunos com desempenho médio e 52 com desempenho alto, em Português, com idade entre 12 e 15 anos. Os instrumentos utilizados foram: Escala de Metas Pessoais dos Alunos, Escala de Atribuição de Causalidade para Atividades de Leitura e Escrita de Textos e as escalas acadêmicas do SDQ-II (Self-Description Questionnaire). Para a análise dos dados foi realizado o Teste ANOVA e a Correlação de Pearson ($p<0,05$). Foram encontradas diferenças entre o grupo com o baixo desempenho e com alto desempenho em relação à meta aprender, atribuição para o sucesso à capacidade, esforço e causas externas, atribuição do fracasso à capacidade e autoconceito escolar geral, em Português e Matemática. Entre o grupo com desempenho médio e com desempenho alto observaram-se diferenças em relação à meta aprender, atribuição do fracasso à capacidade e às áreas do autoconceito. Foram encontradas diferenças entre o grupo com desempenho baixo e o grupo com desempenho médio em relação à meta aprender e em relação às diferentes áreas do autoconceito. O desempenho acadêmico dos alunos mostrou-se correlacionado positivamente à meta aprender, à atribuição do sucesso à capacidade e ao esforço e às três áreas do autoconceito. O desempenho foi negativamente correlacionado à atribuição do sucesso a causas externas e do fracasso à capacidade. Os resultados deste estudo corroboram os achados da literatura, uma vez que as características motivacionais se mostraram menos adaptativas entre alunos com baixo desempenho e mais adaptativas entre alunos com desempenho alto.

Palavras-chave: Motivação acadêmica, rendimento acadêmico, ensino fundamental.

ISSN 1981-2566

O ALUNO CONSCIENTE!

Alba Cristhiane Santana

O presente estudo faz parte das exigências acadêmicas do Estágio Supervisionado II na área de Psicologia Escolar do curso de Psicologia da Universidade Católica de Goiás, sob a supervisão da Professora Ms. Alba Cristhiane Santana. O trabalho foi desenvolvido em uma escola particular, de classe média, no turno matutino, durante o ano de 2005 com os alunos de 6ª série da 2ª fase do Ensino Fundamental. O estudo se fundamentou na Psicologia sócio-histórica, a partir da perspectiva de Vygotsky. Através da análise diagnóstica, foram detectados conflitos nas relações existentes entre os alunos em sala de aula, emergindo assim a necessidade de estar trabalhando esses conflitos, visando contribuir com a conscientização dos mesmos sobre a importância da relação interpessoal no processo de ensino-aprendizagem. Para discussão no trabalho, foram selecionados 8 encontros utilizando-se de técnicas de dinâmicas de grupos que tiveram como objetivo trabalhar o contexto das relações interpessoais. Assim, concluiu-se que a Psicologia Escolar pôde contribuir com a tomada de consciência dos alunos, demonstrando um crescimento na qualidade de suas relações e conseqüentemente uma melhora nos vínculos, além de perceber a importância do profissional para mediar essas relações.

Palavras-chave: Relacionamento interpessoal, processo ensino-aprendizagem, conscientização, psicologia sócio-histórica.

ISSN 1981-2566

INTERVENÇÃO PSICOSSOCIAL NA ESCOLA

Marleide Marques de Castro

Desde outubro de 2006, vimos realizando uma intervenção em uma escola da rede Estadual do Município de Timóteo/MG, em atendimento à demanda direcionada ao curso de psicologia do UNILESTE/MG, pela referida escola. O trabalho, que está enquadrado na modalidade de extensão universitária, caracteriza-se como uma intervenção psicossocial e tem como referência a psicologia escolar que se articula à psicologia social e sócio-histórica. Assim, a partir da queixa principal que gira em torno da dificuldade de aprendizagem e indisciplina dos alunos, procuramos analisar e intervir nas relações que perpassam o cotidiano escolar, focalizando as dimensões sociais e psíquicas, presentes no processo ensino/aprendizagem. Buscando-se, dessa forma, compreender os "problemas de aprendizagem" enquanto "problemas de escolarização", cujas causas encontram-se nas relações institucionais, sociais e históricas estabelecidas entre os atores sociais envolvidos, superando o modelo clínico tradicional voltado para o diagnóstico e o tratamento de supostos distúrbios físicos e/ou psíquicos situados apenas no aluno com dificuldade de aprendizagem. O trabalho está sendo realizado no turno vespertino, junto às quatorze turmas de ensino fundamental, e constará de quatro etapas, a seguir: 1) Escuta e levantamento de demandas: através de reuniões com os professores e com a direção da escola, de observações em sala de aula, de observações do "clima" da escola (no recreio, nas festas, em conversas informais com os demais funcionários). Visitas domiciliares e entrevistas com pais de alunos. 2) Planejamento da intervenção de acordo com a demanda levantada. 3) Execução do planejamento, que poderá constar de: grupos com os professores queixosos e com os alunos alvos da queixa, como espaço de problematização e elaboração de questões de ordem cognitiva e relacional, onde poderemos discutir e analisar a produção da queixa, a história escolar dos alunos, os acontecimentos do cotidiano escolar. Oficinas sócio-educativas para alunos e/ou pais; grupos de discussão e/ou palestras para pais e professores. 4) Avaliação conjunta da intervenção realizada. O trabalho encontra-se suspenso em função das férias escolares, estamos desenvolvendo a primeira etapa, o levantamento da demanda, onde já foram realizadas entrevistas com as professoras e observações em salas de aula, os dados preliminares apontam para uma queixa dos professores muito centrada no aluno problema, na indisciplina e agressividade dos alunos e na falta de participação da família na vida escolar de suas crianças.

Palavras-chave: Psicologia escolar, intervenção psicossocial, ensino fundamental.

ISSN 1981-2566

O SABER PSICOPEDAGÓGICO PARA O EDUCADOR DO ENSINO FUNDAMENTAL

Leonor de Santana Guimarães

A relação entre a psicopedagogia e a ação educativa vêm se solidificando nos últimos anos. Concomitantemente ao avanço do papel da Instituição Escolar perante a sociedade , a qualificação do professor passa a ser atribuída e associada a prática de uma atualização continuada em busca de um saber interdisciplinar. Assim, a prática dos educadores incorpora crescentes aperfeiçoamentos técnicos, relacional e humano. A psicopedagogia surge inicialmente como meio para solucionar os problemas que dificultavam a continuidade do processo de ensino-aprendizagem, no entanto, paulatinamente a ação preventiva vai ocupando lugar no fazer psicopedagógico , isto ocorre devido a influência de novas teorias que colocam as dificuldades de aprendizagem como conseqüência da inadequação de métodos pedagógicos a multiplicidade de formas de aprendizagem apresentadas pelo homem.Desta forma a ação psicopedagógica volta-se não apenas para as conseqüências mas também para as causas dos problemas de aprendizagem, enfocando, principalmente o ambiente institucional e familiar em que o indivíduo esta inserido. A impossibilidade de separar o desenvolvimento natural do indivíduo de sua aprendizagem constitui-se no motivo principal que leva a psicopedagogia a ser praticada em dois espaços: a clínica e a instituição, sendo que este último vem destacando-se pelo seu caráter preventivo e pela sua abrangência social. Apesar destes espaços caracterizarem-se por diferentes métodos de ação , ambos preocupam-se com o contexto em que se dá o aprender, considerando o sujeito , a família, a comunidade e a escola.Aceitando esse pensamento, surge a defesa de que o saber psicopedagógico para o Professor do Ensino Fundamental é uma necessidade fundamental para a consolidação de uma educação mais consciente e justa.Nessa perspectiva, os professores precisam ser envolvidos nas descobertas científicas contemporâneas. Assim valorizando as principais teorias que explicam a construção do conhecimento por parte do ESTUDANTE. Este trabalho objetiva discutir a importância do saber psicopedagógico para o Educador do Ensino Fundamental, visando uma adequada reflexão sobre o tema e tendo em vista o amplo campo de discussão do mesmo.Para que isso fosse possível, realizou-se uma pesquisa bibliográfica acerca dos saberes psicopedagógicos, bem como uma pesquisa de enfoque qualitativo com a aplicação de questionários a um grupo de educadores do ensino fundamental de escolas públicas e privadas de Salvador-Bahia no primeiro semestre de 2006.Procurou-se desenvolver uma pesquisa voltada para o perfil do professor enquanto agente de mudanças, tentando captar a realidade discente e a Educação como ato político e social. Deste modo adotou-se como referencial teórico as idéias de Vygotsky sobre a educação e o papel do professor.

Concluiu-se que os professores do ensino fundamental apresentam pouco conhecimento a respeito da utilização dos saberes psicopedagógicos na sua prática cotidiana, o que alerta para ações imediatas que possibilitem a motivação e capacitação desses educadores.

Palavras-chave: Psicopedagogia, educador, ensino fundamental.

ISSN 1981-2566

PARCERIA FAMÍLIA-ESCOLA E TAREFAS ESCOLARES NAS PRIMEIRAS SÉRIES DO ENSINO FUNDAMENTAL

Maria Helena Câmara Pinheiro
Zelia Maria Mendes Biasoli Alves

Este estudo, baseado na abordagem bio-ecológica de Bronfenbrenner, teve como objetivo investigar a relação e as formas de comunicação entre a Família e a Escola, com base na maneira como lidam com as tarefas que crianças das duas séries iniciais do Ensino Fundamental trazem para realizar em casa, avaliando ainda as conseqüências do seu descumprimento frente ao desempenho acadêmico dela. Os participantes (108 pais e 10 professores) foram identificados através de dois contextos: uma escola particular e outra pública, da cidade de Ribeirão Preto/SP. Como instrumento de coleta de dados, aos pais – 54 com filhos em uma Escola Pública e 54 em uma Particular - foi aplicada uma entrevista estruturada para verificar como vêem a escola e as tarefas de casa que os professores enviam para seus filhos; aos professores (05 de cada Escola) aplicou-se um Jogo de Sentenças Incompletas para avaliar suas percepções em relação à participação da família em diferentes atividades propostas pela escola, incluindo as tarefas de casa. Os resultados obtidos mostram que a tarefa escolar é vista como uma norma dada pelos professores, e a família se manifesta comprometida com a ajuda e a efetivação da mesma em casa. Discute-se a questão de a tarefa escolar ser uma atividade obrigatória e parte do cotidiano desde as 1ª e 2ª séries, considerando que o descumprimento da mesma altera o desempenho da criança na escola, o que obriga os professores a convocarem os pais na expectativa de que eles adotem medidas alternativas, a fim de alcançar o objetivo pretendido pela tarefa: que ela seja efetuada e concluída em casa. Quanto à participação dos adultos da família, na execução das tarefas, verificou-se que cabe mais freqüentemente à mãe auxiliar a criança na atividade escolar; o pai por sua vez, depara-se com todo o tempo envolto no trabalho, o que dificulta estar presencialmente ajudando a criança nesta atividade. Esses dados evidenciam que é necessário dar importância a um conhecimento mais profundo e adequado desta temática, para em seguida compreender e discutir qual a real função da tarefa de casa, e o que ela sugere enquanto algo que visa promover o desenvolvimento escolar da criança, ou seja, contribuir com sua aprendizagem desde os primeiros anos escolares, bem como o envolvimento interativo dos adultos vinculado à maneira como se comunicam com os professores, com os coordenadores e diretores. Os resultados desse estudo serão utilizados como subsídios para posterior trabalho de intervenção, que buscará uma melhor qualidade de interação entre família e escola para o melhor desempenho escolar das crianças.

Palavras-chave: Família, escola, tarefa escolar.

ISSN 1981-2566

O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM NO COTIDIANO DE UMA ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL

Myrtes Dias da Cunha Dias

Na presente comunicação propomo-nos a discutir significados relacionados com o aprender e ensinar de duas professoras de primeiro ano e seus alunos numa escola rural de ensino fundamental do Município de Uberlândia - Minas Gerais; pretendemos discutir também a metodologia de trabalho por nós construída. As reflexões que apresentamos aqui fazem parte de um trabalho que desenvolvemos desde outubro de 2004 até o final do ano letivo de 2005, no interior de uma escola que atende crianças e jovens, filhos de trabalhadores do campo. Nossos dados e nossas reflexões foram produzidos por meio de participação em encontros as com duas professoras para planejamento de aulas, observações das atividades de ensino realizadas nas duas salas, a relação dos alunos com as atividades de ensino e com as docentes, observação das crianças nos demais espaços escolares, escrita de notas de campo diárias sobre nosso trabalho na escola e entrevistas com duas professores e alguns de seus alunos. A grande queixa das professoras era de que seus alunos, com idades entre 8 e 12 anos e todos eles com pelo menos uma reprovação escolar, tinham dificuldades para aprender a ler, escrever e com a matemática. As docente diziam que pretendiam fazer um trabalho diferenciado com esses alunos e buscavam trabalhar de uma maneira mais lúdica, porém o aprendizado dos alunos continuava sendo insatisfatório. De acordo com a nossa visão, o resultado insatisfatório do trabalho realizado por elas estava diretamente relacionado com o fato de que elas não conseguiam apreender a realidade de vida de seus alunos e nem a dinâmica de (não!) aprender instaurada na sala de aula. Um dos maiores problemas que observamos nas aula advinha do fato de que, sem perceber que o faziam, as professoras não conversavam com as crianças, não as escutavam e quase sempre falavam por elas. Embora estivessem juntos num mesmo espaço, professoras e alunos permaneciam isolados. Esse isolamento, ao nosso ver, produziu um certo tipo de desconhecimento que dificultava a concretização do ensino e do aprendizado. Nesse sentido podemos dizer que as professoras desconhecem seus alunos e suas possibilidades de aprender sobre as crianças e com elas, falta-lhes condições (objetivas e subjetivas) para dialogar com as crianças, com outras professoras, para fazer perguntas sobre seu trabalho e também para respondê-las. Para um professor, conhecer implica em apreender constantemente a realidade de sala de aula e em relação a ela produzir o trabalho educativo. Esse é um tipo de conhecimento que não se obtém de antemão, somente fazendo. Por isso mesmo, a metodologia do trabalho realizado por nós na escola como pesquisa-ação foi sendo elaborado à medida em que percebemos que poderíamos auxiliar no planejamento das atividades educativas cotidianas e produzir conhecimento junto com as docentes. A parceria entre professoras e pesquisadora evidenciou que o cotidiano da escola e da sala de aula constituem questões fundamentais para a realização de um trabalho de formação continuada.

Palavras-chave: Processo de ensino-aprendizagem, cotidiano escolar, formação continuada de professores.

ISSN 1981-2566

PRÁTICA TEATRAL NA ESCOLA

Ana Clara da Rocha

O projeto de pesquisa Prárica Teatral na Escola, desenvolve-se por meio da pesquisa-ação, metodologia em que a pesquisadora, participa ativamente do processo de desenvolvimento da pesquisa, dialogando, intervindo, conforme o desenvolvimento da mesma, visando o resgate da espontaneidade e criatividade de crianças e adolescentes, através do trabalho da expressão lúdica, dramatica e artística. Práticas como o diálogo, intervenção, debate, consciência, novos modos de aprender, desenvolver-se e ensinar, são embasamentos metodológicos da Prática Teatral na Escola, onde os objetivos do desenvolvimento intelectual, corporal e emocional, é conquistado, revelando o resultado nas alterações das relações sociais, intelectuais e estéticas presentes nos mais variados contextos dos sujeitos envolvidos no desenvolvimento do projeto de pesquisa.Tem-se claro que, neste modo de desenvolver a psicologia educacional, o foco esta na escola e suas relações sociais, que nada mais é que um contexto intenso de relações que se fortalecem e harmonizam-se no desenvolvimento da pesquisa, desenvolvida pela academica do curso de psicologia da FEHH (Fundação Educacional Hansa Hamonia) da cidade de Ibirama - SC. A vivência da práxis que trabalha com a metodologia pedagógica, aliada aos saberes psicológicos, amparados pela expressão teatral, fomenta a ação multidisciplinar implicita na proposta de pesquisa e presente no âmbito escolar, assim como atuante na vida cotidiana dos sujeitos, destacando os objetivos de praticar didaticamente a arte dramática, fazendo desta uma ferramenta eficaz e mediadora das diversas relações existentes no contexto escolar. Resgatar e manter o desenvolvimento da criatividade, espontaneidade, curiosidade das crianças, adolescentes e adultos (professores), no fortalecimento das relações. Visar o alcance de uma socialização comunicativa e espontânea dos integrantes do âmbito social escolar. Desta forma, a Prática teatral na escola, pode ser desenvolvida como atividade extra curricular, centrando-se trabalhar a conscientização da arte Teatral e seus benefícios culturais para alunos, escola e comunidade. Podendo também ser desenvolvida como atividade curricular, em que a ação de promover possibilidades alternadas de ensino aprendizagem, estabelecimento de relações estáveis, solidariedade, desenvolvimento da atenção, percepção e concentração, são fundantes para os processos de aprender e ensinar de alunos e professores. Ambas as formas revelam uma forma diferenciada de atuar nos âmbitos escolares através de técnicas e conhecimentos da psicologia educacioanal, na busca de uma forma saudável de bem estar nas vivências cotidianas da era globalizada.

Palavras-chave: Psicologia, educação, prática teatral.

ISSN 1981-2566

GESTÃO ESCOLAR E CRIATIVIDADE:LIMITES E POSSIBILIDADES

Eny da Luz Lacerda Oliveira

O mundo contemporâneo com a globalização, os avanços tecnológicos, a rapidez e o acúmulo de informações geradas diariamente, e a necessidade de assimilação dessas informações, tem provocado mudanças em toda a sociedade. Esse momento histórico, no qual um incessante fluxo de mudança se faz presente nos diferentes segmentos sociais, demanda pessoas capazes de lidar com essas mudanças de maneira criativa e eficiente. No que compete à educação, se vivemos num mundo de rápidas transformações e exigências cada vez maiores, especialmente em termos de qualificação e competência para lidar com as diversidades sociais e pessoais, é de se esperar que em nossas escolas também ocorram mudanças que visem atender as demandas da sociedade na qual se encontra, já que não se pode pensar isoladamente uma organização, uma instituição, uma empresa, ao contrário, é necessário considerá-las inseridas no mundo globalizado. Neste contexto, os gestores assumem posição de relevância uma vez que, quando se busca conhecer o significado do termo gestão, verifica-se que é o ato de administrar, gerenciar ou dirigir empresas, bens, serviços, escolas, cidades ou mesmo um país por determinado período. Poder-se-ia dizer que eles mantêm o controle sobre um grupo, uma situação ou uma organização, de forma a garantir os melhores resultados, visto que lhes cabe organizar, relacionar, articular, refletir e analisar a melhor forma de ação e intervenção que venham garantir o sucesso do setor que eles administram. Diante disso, a questão norteadora deste estudo teórico é uma reflexão sobre o desenvolvimento da criatividade no ambiente escolar, abordando o papel da escola e a necessária mudança para fazer frente aos desafios e complexidades do mundo contemporâneo. Ademais, aponta-se a importância do gestor educacional como figura de frente no contexto escolar dada sua maior autonomia e maior poder de decisão que seus pares, o que o coloca como principal mobilizador de ações em prol do desenvolvimento da criatividade no contexto escolar. Este fato leva-nos a crer que não se pode conceber o alcance de objetivos sem considerar a forte presença e atuação desse profissional. Então, sugere-se a adoção da Gestão Democrática pela escola como estratégia de suporte à formulação de novas propostas, objetivos e planos de ação para a educação nesse contexto, procurando também enfatizar a possibilidade de se assumir uma postura inovadora na formação de sujeitos responsáveis e criativos, capazes de compreender e atuar em uma sociedade que hoje é denominada “Sociedade do Conhecimento”, “Sociedade da Informação” e, ainda, “Sociedade em Rede.”Palavras-chave: Gestão escolar, criatividade e contemporaneidade.

Palavras-chave: Gestão escolar, criatividade, contemporaneidade.

ISSN 1981-2566

PRODUÇÃO E TRANSMISSÃO DE CONHECIMENTOS DA CULTURA TRADICIONAL XACRIABÁ NA ESCOLA ESTADUAL INDÍGENA XUKURANK: UMA ANÁLISE DO COTIDIANO ESCOLAR

Carlos Henrique de Souza Gerken
Heron Laiber Bonadiman

Introdução: O objetivo do presente trabalho é analisar como os processos de produção e transmissão do conhecimento característicos da cultura Xakriabá, estão sendo re-significados no cotidiano escolar, definindo uma escola, ao mesmo tempo aberta para a transmissão de novos saberes, bem como para a preservação da identidade cultural dos Xakriabá. Método: Utilizou-se a observação participante e entrevistas abertas para a produção dos dados. Observou-se a escola Xukurank, na aldeia Barreiro Preto, onde foram entrevistados sete professores, sendo três do Ensino Fundamental e quatro do Ensino Fundamental e Médio, com foco em suas práticas dentro e fora de sala de aula. Também foi realizado registro de áudio para as entrevistas e registro de vídeo nas salas de aula, para análise posterior. Os memoriais produzidos pelos professores em ocasião de sua formação também foram incluídos para análise de dados.Resultados: De acordo com análise dos materiais coletados e observações feitas em sala de aula, constatamos a presença de formas típicas de transmissão e produção de conhecimentos tradicionais presentes no cotidiano escolar que ultrapassam os programas oficiais de ensino. As práticas de ensino dos professores, a forma de organização do conteúdo escolar, os mecanismos de aprendizagem dos alunos e a relação entre os sujeitos que participam da escola são permeados pela cultura tradicional Xakriabá, re-significando o cotidiano escolar. Conclusão: O cotidiano escolar mostra uma escola permeada pela cultura tradicional em suas várias práticas cotidianas, permitindo que se fale de um “jeito” Xakriabá de ensinar e aprender, e de um “jeito” Xakriabá de se fazer escola.

Palavras-chave: Cultura escolar, escola indígena, educação indígena.

ISSN 1981-2566

RELAÇÃO ENTRE A SOBRECARGA DE ATIVIDADES EXTRA-ESCOLARES EM CRIANÇAS E SUA APRENDIZAGEM: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO

Marina Rodrigues Alves Lino
Pedro Pablo Sampaio Martins
Luanna Alves de Castro
Henrique Lucas Pereira
Cíntia França Alves
Luiz Humberto Bonito Silvestrin

Com a modernização, as crianças deixaram de ter uma infância tranqüila, em que havia mais liberdade, mais segurança nas ruas e menos preocupação com o futuro. O tempo livre, que antes era preenchido com brincadeiras, reflexões e sonhos, agora dá lugar à rotina estabelecida diante de um excesso de atividades impostas às crianças, as quais deveriam, a princípio, significar uma preparação para o competitivo futuro que as aguarda.De acordo com especialistas, essa sobrecarga precoce de atividades pode, além de prejudicar o rendimento escolar, gerar sintomas como estresse, depressão, ansiedade, agressividade, desânimo, entre outros, já que as crianças passam a ter uma rotina diária mais pesada até mesmo que a dos adultos. Este trabalho tem como objetivos identificar se existe ou não relação entre o excesso de atividades extra-escolares e a aprendizagem escolar de crianças de ambos os sexos da 4ª série do Ensino Fundamental de escolas particulares da cidade de Uberlândia, bem como ressaltar os possíveis problemas que essa sobrecarga pode originar. Os instrumentos utilizados no desenvolvimento do trabalho consistiram em entrevista com 5 educadores responsáveis pelas turmas de alunos de cada escola e questionário semi-estruturado aplicado a 81 crianças, contendo informações sobre: atividades realizadas dentro e fora da escola, relação das mesmas com o desempenho escolar, quais as atividades mais e menos apreciadas, o que as crianças fazem em seu tempo livre, entre outras informações. Como resultado, obtivemos que, de 45 crianças sexo do feminino, 36 acreditam que as atividades realizadas fora do horário escolar não atrapalham no desempenho dentro da escola e 22 das 36 crianças do sexo masculino entrevistadas também pensam assim. Na opinião dos educadores entrevistados, as crianças com sobrecarga de atividades extra-escolares apresentam déficit de atenção, cansaço e falta de prioridade em relação à escola. As respostas dos alunos e dos professores apresentaram divergências entre si, portanto, pode-se inferir que, existe uma necessidade de aprofundamento sobre o tema, através de estudos mais amplos e com amostras mais representativas. Outro fator a ser ressaltado é o fato de que crianças da 4ª série do Ensino Fundamental, entre 9 e 12 anos, não possuem ainda a noção da responsabilidade de responder às questões apresentadas, além de não se darem conta do real efeito que a sobrecarga de atividades acarreta, uma vez que são os pais que organizam e impõem essa rotina, o que torna necessária também a coleta de dados da opinião dos últimos a esse respeito.

Palavras-chave: Atividades extra-escolares, aprendizagem, crianças.

ISSN 1981-2566

RELATO DE UMA PROPOSTA COMPORTAMENTAL-COGNITIVA PARA INTERVIR SOBRE DÉFICITS DE REPERTÓRIO SOCIAL RELACIONADOS A ORFANDADE E A DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM ACADÊMICAS: O PAPEL DA GENERALIZAÇÃO DE ESTÍMULOS NA TERAPIA INFANTIL

Denise Silva Rocha
Ana Carolina Dias Pires
Renata Ferrarez Fernandes Lopes

Este trabalho visa relatar uma intervenção pautada na abordagem comportamental-cognitiva, realizada na clínica-escola do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, sendo que esta fez parte da disciplina Psicopatologia Infantil. O objetivo principal desta atividade prática foi preparar os alunos para uma intervenção rápida, focada no problema, dando ênfase à orientação de pais. A intervenção abordou o relacionamento pai e filha e o desenvolvimento da auto-estima de uma menina de oito anos, órfã de mãe há um ano e meio, matriculada pela segunda vez na primeira série do Ensino Fundamental em uma escola municipal periférica. As queixas eram: dificuldade da criança em relação à aprendizagem, principalmente após a morte da mãe, a criança apresentava graves dificuldades de alfabetização; apresentava alta freqüência dos comportamentos de "emburrar", chorar muito, ficar nervosa e se afastar das pessoas, caracterizando um isolamento social, até mesmo em ocasiões de festa (eventos potencialmente reforçadores) nas quais a criança apresentava uma diminuição na freqüência de comportamentos verbais (falava muito pouco), e alterações no comportamento não verbal (rosto fechado). Sabe-se que a auto-estima é produto de contingências de reforçamento positivo de origem social e que quando uma criança se comporta de uma maneira específica e os pais a conseqüenciam com alguma forma de atenção, carinho, sorriso, estão usando contingências de reforçamento positivo e que por outro lado, toda vez que uma criança se comporta e os pais a repreendem, a criticam, se afastam dela, estão usando contingências coercitivas ou punindo o filho. A terapia por contingências de reforçamento demonstra que a primeira condição aumenta a auto-estima e a segunda a diminui. O acompanhamento realizado na clínica partiu desta proposta e contou com dez sessões com a criança e dez com seu pai (realizadas separadamente). As sessões com a criança foram desenvolvidas com as seguintes atividades, visando o aumento da auto-estima: história para apresentar a psicoterapia, construção da caixa de qualidades e da caixa de dificuldades, apresentação do modelo cognitivo (pensamento, sentimento, comportamento), utilização de metáforas terapêuticas para retratar problemas de auto-estima, identificação de distorções cognitivas através de histórias em quadrinhos e construção da caixa das virtudes para trabalhar crenças centrais sobre o self desadaptativas e precoces. Sendo que nestas sessões, através do vínculo terapêutico, foi ressaltada a importância do contato, das relações interpessoais, do afeto, do carinho. Com o pai foram realizadas sessões visando o desenvolvimento de habilidades sociais, o contato com - e reflexões sobre - as emoções, a importância do reforçamento positivo e a melhora na comunicação dele com a filha. Com o desdobramento deste trabalho, considera-se que esta intervenção em termos cognitivos e comportamentais: fortaleceu os comportamentos adequados da filha; produziu maior variabilidade do repertório comportamental (pode-se dizer que a criança ficou mais criativa e desinibida); desenvolveu comportamentos de tomar iniciativa; proporcionou sentimentos bons, tais como satisfação, bem-estar, alegria e auto-estima, melhorando assim suas relações e a comunicação da criança com seu pai, colegas e professora, o que sugere uma generalização de estímulos corroborando para uma significativa melhora em sua aprendizagem nas atividades escolares.

Palavras-chave: Terapia comportamental-cognitiva, auto-estima, dificuldades de aprendizagem.

ISSN 1981-2566

PROJETO INTENSIVO NO CICLO I: A BUSCA DE NOVAS PRÁTICAS DOCENTES PARA A SUPERAÇÃO DO FRACASSO ESCOLAR

Sandra Aparecida Iara Cantera
Marilene Proença Rebello de Souza

Este estudo monográfico insere-se no âmbito das práticas escolares e busca investigar a eficácia das recentes ações pedagógicas implementadas na Escola Pública do município de São Paulo, por meio do Projeto Intensivo no Ciclo I – PIC, que tem por meta, apoiado na concepção construtivista, resgatar alunos que ao final do primeiro ciclo de escolarização, não atingiram o domínio da leitura e da escrita, acumulando um histórico de fracasso escolar no interior deste período de aprendizagem. Analisando os aspectos intra-escolares, a pesquisa busca saber como uma proposta educacional que propõe uma mudança de concepção teórica sobre o processo de alfabetização pode mudar uma prática escolar e reverter um quadro de insucesso. Trata-se de um estudo de relevância social, tendo em vista que o analfabetismo, ou a alfabetização precária, se constitui em uma das mais importantes causas de exclusão social. A pesquisa apresenta as características que sustentam a abordagem qualitativa, configurando-se como um estudo de caso. Os procedimentos metodológicos abrangem entrevistas individuais e em grupo com alunos, entrevista com a professora regente da sala em estudo, registros das atividades de alfabetização realizadas pelas crianças e análise documental do material pedagógico do Projeto, sendo este o referencial empírico. O estudo aponta como determinante para o êxito do Projeto a mudança na concepção teórica do professor sobre alfabetização e letramento, favorecendo o processo de ensino e aprendizagem, à medida que tornou o ensino mais significativo e contextualizado, criando condições para que o aluno fosse o protagonista de sua própria aprendizagem. O material pedagógico elaborado pelo Projeto tornou-se um suporte significativo, orientador. Os saberes docentes em uma dimensão histórica e dialógica, construídos no percurso profissional da professora, dialogaram com a realidade atual, ultrapassando a polarização, comum nas discussões no âmbito educacional, entre ensino tradicional versus construtivismo e foi permeada por um compromisso profissional, carregada de afetividade nas relações estabelecidas com os alunos, sendo que estas relações foram determinadas pela certeza da docente de que todos poderiam aprender e pela organização do trabalho em sala de aula que enfatizou o processo de interação, o que fortaleceu o grupo. O envolvimento da equipe escolar no empreendimento de esforços para que condições necessárias para a realização do Projeto fossem garantidas favoreceu situações de sucesso, que reabilitaram a confiança do aluno. Verificou-se, portanto, que as orientações técnicas, teóricas e didáticas propostas pelo projeto não foram as únicas determinantes do resultado, mas sim um conjunto de ações articuladas com respaldo de infra-estrutura. Desta forma, o estudo aponta para a responsabilidade da Escola e de seus atores no desenvolvimento do processo de aprendizagem, bem como do Poder Público em garantir condições adequadas para que se concretize uma educação pública de qualidade.

Palavras-chave: Alfabetização, fracasso escolar, qualidade de ensino.

ISSN 1981-2566

SUBJETIVIDADE E APRENDIZAGEM: IMPLICAÇÕES SÓCIO-HISTÓRICAS DO PLANO DE AULA

Leonor de Santana Guimarães

O processo de aprendizagem e estruturação da subjetividade surge interligado, no ambiente escolar, na prática do professor, como resultados das interações sociais historicamente determinadas no plano de aula. Este trabalho se propôs a discutir a configuração da subjetividade do estudante, mediante a dinâmica de ensino- aprendizagem, resultado das interações sociais historicamente determinadas, no plano de aula. A discussão se encontra fundamentada nas obras de Vygotsky acerca da formação da mente e do uso da linguagem na configuração da subjetividade humana, na Psicologia Sócio-Histórica que tem como alicerce uma visão crítica frente à prática psicológica, à luz da dialética homem-meio e, em pesquisa de enfoque qualitativo realizada com uma estudante da quarta do Ensino Fundamental de escola particular da cidade do Salvador-Bahia. O método escolhido assumiu a concepção de homem enquanto ser histórico e social, que se configura via de uma relação dialética com o meio no qual se insere pela atividade. Em uma interface entre Psicologia e Pedagogia, a análise dos dados demonstrou a importância de considerar a educação uma instância política, onde as vicissitudes sócio-culturais são resignificadas na mediação do professor, dentro da instituição escolar, intervindo diretamente no processo de subjetivação dos sujeitos envolvidos, vislumbrando uma prática consciente e política do educador e do psicólogo escolar. Analisar a prática educativa enquanto mecanismo interferente na formação subjetiva do indivíduo é evidentemente envolver prática social e evolução da humanidade, destacando a atividade de produção e a dinâmica social como meios de configuração da identidade humana.A partir desta perspectiva, buscou-se compreender a instituição educativa - a escola,- como espaço eminentemente social onde, por meio do contato com os conteúdos validados culturalmente, o sujeito se constituiu na sua subjetividade enquanto ser social, cultural e histórico tendo, como recorte de análise, o plano de aula, principal instrumento da ação do educador na prática pedagógica.Sob qualquer prisma pela qual seja observada a educação é um processo de cunho subjetivo, seja quando nos referimos aos sujeitos nela envolvidos, seja quando abordamos os instrumentos educacionais ou as suas metodologias. E um processo subjetivo que paradoxalmente toma como base à instância objetiva, concretizada nos conteúdos científicos e no arcabouço cultural que cumpre a instituição escolar produzir e reproduzir. A intencionalidade da prática pedagógica no processo de transmissão dos objetos e saberes culturais levam-nos a colocar o plano de aula, instrumento direto da ação do educador, em um patamar político, onde o que se planeja delineia uma ação socialmente aceita sobre o sujeito.Deste modo, refletir sobre o planejamento e elaborá-lo é um ato humano e, consequentemente, pedagógico, psicológico e social.

Palavras-chave: Subjetividade, aprendizagem, plano de aula.

ISSN 1981-2566

PSICOLOGIA EM CAMPO? REFLEXÕES A PARTIR DE UM ESTÁGIO DE PSICOLOGIA ESCOLAR/EDUCACIONAL EM UMA ESCOLA DO MEIO RURAL

Tiago Régis Lima
Luciana Lobo Miranda

O presente trabalho diz respeito a 09 meses (março a dezembro de 2006) de atuação para realização de estágio curricular supervisionado em psicologia escolar/educacional na Escola de Ensino Fundamental Nossa Senhora da Conceição, localizada no Assentamento Santa Bárbara, no município de Caucaia, Ceará. Nossa vivência partiu da seguinte questão: como a psicologia, enquanto um saber estruturado e engendrado em práticas sociais pode contribuir no contexto educacional do país, especificamente no espaço rural? A primeira especificidade é a distinção do contexto do campo para o contexto urbano. A organização do trabalho e do espaço físico, o acesso aos meios de comunicação, aos direitos sociais ou ainda os valores e costumes socializados são aspectos de diferenciação para os modos de subjetivação dentro do lócus rural. Nosso marco teórico dialoga com as formulações de Maria Helena de Souza Patto, Adriana Marcondes, Marisa Rocha (interface psicologia/educação), Felix Guattari (produção de subjetividade), Michel Foucault (relações de poder) e ainda autores que se debruçaram sobre a temática da educação no campo, como Edgar Kolling. Portanto, trabalhamos na perspectiva de articulação de duas frentes da psicologia escolar/educacional: uma macropolítica, que diz respeito a questões concernentes às políticas públicas educacionais e ao funcionamento estrutural do sistema educacional (federal, estadual e municipal); e outro micropolítica, condizente às relações sociais e aos poderes, instituídos ou não, que as atravessam no cotidiano escolar. Destarte, o objetivo-mor residiu na construção, através de uma práxis dialógica, horizontal e coletiva, de relações sociais educativas, engendradas e que tem influência direta na vida dos diversos agentes do assentamento. Atividades como a participação nas reuniões de planejamento mensais, no Coletivo de Educação (espaço de discussão da educação no assentamento que conta com a participação, dentre outros, de educadores e jovens da escola), ou ainda intervenções em sala de aula, nos propiciaram debater questões como a relação professor-estudante, o Projeto Político Pedagógico da escola, os conteúdos escolares e sua relevância para a realidade social local e, consequentemente, a relação da escola com o assentamento. Findados 09 meses do estágio pudemos constatar um progressivo senso de organização institucional, que diz respeito à organização interna do trabalho, e de um cuidado e empenho para que os conteúdos escolares estivessem voltados à problematização local. Exemplos disto foram a escolha de temas mensais a serem trabalhados nas salas de aula condizentes ao cotidiano local e a construção do vídeo 'Pedaços dessa Terra', iniciativa do Coletivo de Educação. Outra contribuição ainda diz respeito ao desenvolvimento dos processos comunicacionais dentro da escola, decorrência da Oficina de Comunicação/Fanzine, que discutiu com os educandos a importância da comunicação no assentamento e favoreceu uma vivência na qual eles atuaram enquanto produtores de mídia: a confecção dos fanzines. Apontamos ainda algumas dificuldades encontradas: falta de diálogo e partilha de experiências entre os professores durante a semana, pouca demanda ao nosso trabalho e também a inexistência de estrutura física adequada à realização das atividades.

Palavras-chave: Psicologia escolar/educacional, educação do campo, processos comunicacionais.

ISSN 1981-2566

PROPOSTA CURRICULAR: LIMITES E POSSIBILIDADES DA REESTRUTURAÇÃO COLETIVA

Elvenice Tatiana Zoia

Não é sem preocupações que se observa que após dezesseis anos de vigência do Currículo Básico do Estado do Paraná, o mesmo ainda não se efetivou na prática pedagógica. O cotidiano escolar evidencia o distanciamento existente entre o Currículo Básico, teoricamente elaborado, e o currículo vivido. Observa-se a falta de unidade na mesma escola, o que não é diferente entre aquelas escolas que compõem a rede pública de ensino de um mesmo município. O presente artigo é resultado de um trabalho desenvolvido no ano de dois mil e cinco, com sessenta escolas da rede pública municipal de ensino de um município da região oeste do Paraná, envolvendo a participação de aproximadamente 850 profissionais vinculados à Secretaria Municipal de Educação (professores de 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental, auxiliares de biblioteca, monitores de saúde e instrutores de informática). Partindo da necessidade da reestruturação curricular, a Secretaria Municipal de Educação organizou uma dinâmica de trabalho visando sensibilizar os profissionais da educação quanto à importância da participação coletiva neste processo. Para tanto, os membros da equipe pedagógica da secretaria da educação foram até as escolas, agrupadas por proximidade, para discutir os aspectos legais, conceituais e metodológicos que estariam direcionando e fundamentando o processo de reestruturação curricular. A metodologia de trabalho dividiu-se em três momentos: a) Momento de sensibilização, procurando trazer elementos teórico-práticos que evidenciassem a necessidade da reestruturação curricular; b) Discussão dos aspectos legais; c) Discussão em grupos com questões dirigidas. Os dados apresentados evidenciaram que os profissionais da educação estão cientes da problemática educacional, percebem a falta de unidade teórica e metodológica, reconhecendo a sua necessidade enquanto elemento direcionador da função social da escola pública. É importante considerar que pensar em um processo de reestruturação curricular, implica não apenas na definição dos conteúdos mínimos, haja visto que isso já existe (no caso do Paraná, o Currículo Básico) e é fato que a definição de listagem de conteúdos não garante a unidade. A reestruturação curricular precisa ser uma prática consciente, sistematizada e científica que tenha como pressuposto a participação democrática dos sujeitos envolvidos no processo educacional. Deve-se ter a clareza de que o processo não termina com o documento pronto, mas há necessidade da organização e o compromisso da mantenedora quanto aos aspectos financeiros englobando os aspectos físicos, materiais, pedagógicos e humanos, inclusive a capacitação continuada dos profissionais da educação. Desta maneira, acredita-se que há limites, mas é possível definir coletivamente os caminhos que possibilitam enfrentar os problemas educacionais, pois, do contrário, como diz Lewis Carrol: “Quando não se sabe aonde quer chegar, qualquer caminho serve”.

Palavras-chave: Proposta curricular, reestruturação coletiva, educação, ensino fundamental.

ISSN 1981-2566

UM ESTUDO ACERCA DAS CONCEPÇÕES DOS PAIS SOBRE A RELAÇÃO INDISCIPLINA-ESCOLA

Arthur Siqueira de Sene
Silvia Maria Cintra da Silva
Cristina da Cunha Fonseca
Ana Carolina Rimoldi de Lima
Letícia Alves Almeida
João Paulo Almeida Alves
Bruno Magalhães Gontijo
Viviane Silva Barreto
Maria José Ribeiro
Lucianna Ribeiro de Lima
Paula Cristina Medeiros Rezende
Liliane dos Guimarães Alvim Nunes
Cláudia Silva de Souza
Paula Mara Peixoto de Oliveira

O conceito de indisciplina está relacionado com as diferentes percepções dos atores que constituem a escola e tem sido amplamente discutido nas esferas educacionais atuais. O âmbito familiar, como primeiro contexto socializante, é um dos mais importantes intervenientes dos vínculos que definem as relações entre as pessoas. Pode constituir-se em um vínculo que leva ao desenvolvimento das possibilidades humanas ou até mesmo a um vínculo potencialmente alienante, pois o processo de desenvolvimento humano entrelaça o contexto familiar com o contexto escolar, o que pode prolongar e sistematizar aspectos aprendidos com a família, e que eventualmente pode ser uma das causas da origem da indisciplina. Este trabalho originou-se de uma parceria feita entre o Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e o Setor de Psicologia de uma escola pública de aplicação da própria universidade, na qual o ingresso se dá através do sorteio das vagas, contemplando alunos de diversas condições econômicas. O trabalho consiste em uma pesquisa qualitativa, ainda em andamento, dirigida aos pais dos alunos que estudam na instituição, e tem por objetivo investigar se, na visão destes pais, a indisciplina realmente existe e, caso exista, como ela se manifesta, como interfere no contexto escolar e a quem é atribuída. Para realizar a pesquisa foram feitas observações na escola durante o período de aula do turno matutino, em que duplas de observadores acompanharam as turmas desde a entrada até a saída da escola, passando por aulas de diferentes conteúdos e professores. Os principais focos das observações foram o espaço físico (arquitetura, iluminação, limpeza, ventilação, tamanho das salas, número de alunos por sala, aulas específicas), o ambiente da sala de aula (disposição da mesa do professor e das carteiras, relação professor-aluno, relação aluno-aluno, a aula propriamente dita, conteúdo, linguagem, didática, disponibilidade de material do aluno e da escola). Além disso, foram realizadas entrevistas semi-dirigidas com os pais dos alunos, a partir de um roteiro com questões relativas à concepção, existência e atribuições da indisciplina. Cada pesquisador redigiu um diário de bordo particular. Até o presente momento, quatro pais foram entrevistados, e de acordo com os dados colhidos, é possível observar inicialmente que existe divergência quanto à percepção da questão da indisciplina dentro do contexto da escola. Apesar disso, há consenso entre os pais sobre a presença da indisciplina, sendo considerado um fato normal nesse tipo de instituição. A discrepância aparece quando se trata do modo como a instituição lida com a indisciplina, pois alguns pais consideram a escola e seu setor de psicologia atuantes na coibição da questão da indisciplina, enquanto há aqueles que sentem falta de um maior comprometimento da instituição no referido assunto. Consideramos que em sua atuação o psicólogo escolar deve abarcar todos os segmentos que compõem a escola, responsabilizando-os pelas questões disciplinares, visando um trabalho preventivo. Por fim, é importante que novas pesquisas sejam realizadas para que ocorram aprofundamentos e descobertas sobre o tema da indisciplina no que concerne à participação dos pais.

Palavras-chave: Indisciplina, escola, psicologia escolar, pais.

ISSN 1981-2566

UMA NOVA CONCEPÇÃO EM PSICOLOGIA ESCOLAR: TRABALHANDO CCOM ALUNOS DE 5ª SÉRIE PARA A MELHORIA DA RELAÇÃO ALUNO-ESCOLA

André Marçal
Alba Cristhiane Santana

O presente trabalho tem como objetivo apresentar uma nova concepção em Psicologia Escolar, e dentro dessa visão, trabalhar a relação aluno – escola com turmas de 5ª série. A teoria que embasa este trabalho é a Teoria Sócia Histórica, que possui maior expoente Vygotsky. A Teoria Vygotskyana acredita que o homem se desenvolve em relação com outros homens, inseridos dentro de uma cultura e em processo histórico. No desenvolvimento do trabalho, os conceitos de sentido e significado foram utilizados, com o objetivo de que alunos e escola pudessem mudar o significado de sua relação. Historicamente falando, a Psicologia Escolar vem fazendo uma intervenção baseada em atendimento clínico de crianças com problemas de aprendizagem. Nesta visão distorcida, os testes vêm sendo utilizados, mas de forma culpabilizadora, em que as deficiências são atribuídas ao próprio sujeito, e nunca a outros fatores sociais. Por outro lado, a Psicologia Escolar Crítica que o presente trabalho defende, acredita que o processo de ensino e aprendizagem é complexo, dinâmico e processual. O objetivo da Psicologia Escolar aqui é o de otimizar o processo de ensino aprendizagem. Com esta visão trabalham-se com diferentes temas, como relações subjetivas entre professores e alunos; alunos e alunos; alunos e diretoria; professores e diretoria; clima organizacional, entre outros temas. Para esse trabalho, foi escolhida a relação aluno-escola, com alunos de 5ª série, sem se esquecer das dificuldades encontradas nesta etapa do ensino fundamental. Existe, nesse momento, uma ruptura entre 4ª e 5ª série, como uma maior rotatividade de temas; maior número de professores; mudança na relação desses professores com os alunos e restrição do espaço físico da sala. Para este trabalho, participaram 19 alunos de 5ª série, de uma instituição militar. Foram utilizados desenhos projetivos, material gráfico como: folha A4, lápis, caneta, borracha e folha pautada. Em um primeiro momento foi feito um diagnóstico institucional, que consistiu em observações participativas, entrevistas informais, questionário sócio – histórico e técnica projetivas. Após o diagnóstico, foi feito uma devolutiva dos resultados à direção do colégio, em que o projeto foi apresentado. Tal projeto, com o objetivo de melhorar a relação aluno – escola, foi dividido em quatro momentos. Em cada momento, técnicas de dinâmica de grupo foram utilizadas. Os alunos da instituição conseguiram discutir sobre as regras da instituição a que pertenciam, e sobre sua relação com a escola. Entretanto, ficou evidente que a relação interpessoal entre alunos é ruim, e que um trabalho voltado à promoção de uma melhor relação é fundamental.

Palavras-chave: Teoria sócio histórica, 5ª Série, indisciplina.

ISSN 1981-2566

ESTUDO EXPLORATÓRIO SOBRE A ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL E O EMPREENDEDORISMO EM JOVENS DO ENSINO MÉDIO

Raquel Coloniesi
Janaina Del Cor
Katya Luciane Oliveira

O presente estudo levanta questões acerca da orientação profissional e do empreendedorismo, visando abordar os conhecimentos dos participantes sobre os temas. A orientação profissional remete a uma ação que valorize o cliente a tomar iniciativas, ou seja, atenção e adaptação do indivíduo à situação pela qual esta passando, auxiliando assim sua escolha. Nesse sentido, a orientação profissional tem por objetivo analisar o conhecimento que a pessoa possui sobre suas expectativas familiares e profissionais, seus planos futuros e, principalmente, os conhecimentos que possui sobre a área de atuação e escolha. Desse modo, também levantou-se o desenvolvimento do tema empreendedorismo, pois, quando se fala em criar um novo modelo de indivíduo, muitos aspectos parecem emergir e um deles relaciona-se à formação ou, mais especificamente, à capacitação profissional, portanto, o tema supracitado é caracterizado pela capacidade de criação, pelo foco e pelos resultados. Cabe mencionar algumas das características desejadas para o jovem empreendedor, como, tomada de decisões, dinamismo, determinação, dedicação, liderança e organização. Nessa perspectiva, a orientação profissional e o empreendedorismo se dão em um aprimoramento das relações interpessoais e profissionais. Tais relações, por sua vez, iniciam-se com as perspectivas quanto ao futuro profissional e, em última instância, é grandemente determinante da relação familiar. Assim, toma-se, neste breve esboço, a posição de que ambos os temas se completam para a formação de um profissional preparado para o mercado profissional. Participaram 69 estudantes de 17 anos de uma escola técnica estadual do interior do estado de São Paulo. Perante a compreensão dos conceitos, orientação profissional e empreendedorismo, dois questionários com perguntas fechadas foram elaborados, propostos e aplicados em uma sessão coletiva. A tabulação dos dados permitiu identificar que os participantes possuem boa expectativa quanto ao mercado de trabalho (67%, n=46), confiança quanto aos conhecimentos obtidos na formação escolar (68%, n=47), e principalmente, elevado índice de dificuldades na formação escolar devido à pressão acadêmica (51%, n=35), além de sensações de ansiedade, insegurança e tensão com a chegada do período pré-vestibular. Os sujeitos da amostra, referente ao empreendedorismo, têm bons conhecimentos sobre o tema (70%, n=48), caracterizando-o de forma correta, reconhecem a importância da inovação tecnológica (94%, n=65), e pontuam corretamente os principais ingredientes desse profissional, tais como, criatividade, competência e busca de novas idéias para o contexto atual de trabalho. É sob esta argumentação que a proposta aqui delineada se justifica, a fim de contribuir com novos estudos acerca das necessidades de estudantes do ensino médio, bem como, visa dar maior atenção aos temas abordados, afim de que facilite a informação e a comunicação neste contexto se amplie.

Palavras-chave: Orientação profissional, empreendedorismo, psicologia escolar.

ISSN 1981-2566

"CONVERSANDO SOBRE PROVAS": UMA CONTRIBUIÇÃO DA PSICOLOGIA EM UM PRÉ-VESTIBULAR

Priscila Fidelis de Souza Lima

O presente resumo descreve o trabalho do “Conversando sobre Provas” uma proposta de grupos de reflexão e debate desenvolvido em um pré-vestibular de Belo Horizonte. O departamento de psicologia oferece espaços de apoio e reflexão para os alunos, privilegiando ações criativas e transformadoras a partir de uma escuta marcada pelo respeito ao outro como sujeito de sua própria história, inserido em um contexto social. A proposta surgiu a partir da escuta dos grupos de Orientação Profissional que acontecem no primeiro semestre letivo na instituição, onde havia forte demanda e necessidade de falar sobre os medos, inseguranças e riscos que a situação de “prova” colocava em questão. Com o encerramento da Orientação Profissional surgiu a necessidade de oferecer uma rede de apoio em grupo que permitisse aos alunos interessados a continuidade do vínculo com o departamento de psicologia. Além disso, o segundo semestre em um pré-vestibular é marcado pelo aumento da tensão e do medo, já que as datas dos principais vestibulares se aproximam e o acúmulo de conteúdo é predominante.Diversos fatores emocionais vinculados à relação que cada candidato estabelece com o vestibular podem levar a uma exagerada tensão e a um conseqüente prejuízo na preparação e desempenho nas provas. O trabalho dos grupos de apoio e reflexão chamado “Conversando sobre Provas” visa facilitar a preparação escolar dos alunos integrada a uma preparação emocional e psíquica. A proposta é constituir espaços onde o aluno possa refletir sobre sua relação com o vestibular e, a partir de seu próprio questionamento, criar um posicionamento mais saudável. A idéia se concretizou com a oferta de grupos de discussão e debate com encontros quinzenais. Os encontros foram abertos à participação de novos integrantes a cada encontro e duravam em média 1 hora e 30 minutos. A proposta foi formulada a partir dos “Grupos de Encontro” da teoria Rogeriana e baseia-se na perspectiva de que cada participante fortalece o grupo com suas contribuições e partilhas, sendo papel do facilitador organizar os conteúdos e sinalizar soluções levantadas pelo próprio grupo durante as discussões.Os grupos foram bastante diferentes entre si e confirmaram a eficácia da partilha em grupo. Não somente como um espaço de “desabafo”, os encontros possibilitaram novas construções e relações de cada aluno com seus medos, inseguranças e angústias. Através do auto-conhecimento e da exploração dos próprios sentimentos e história escolar, cada participante descobriu-se sujeito de suas próprias experiências, delimitando estratégias e permitindo-se liberdade e criatividade diante dos riscos.

Palavras-chave: Vestibular, ansiedade, dinâmica de grupo.

ISSN 1981-2566

A PERCEPÇÃO DE PROFESSORES DE LÍNGUA PORTUGUESA SOBRE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS QUE PROMOVEM A CRIATIVIDADE

Christina Pereira da Silva
Eunice Maria Lima Soriano Alencar

Neste milênio, marcado por mudanças e incertezas, por um progresso sem precedentes e por uma necessidade permanente de lidar com o imprevisível, nunca foi tão importante promover a criatividade no ambiente educacional. Tornou-se fundamental cultivar nos alunos potencialidades para o trabalho criativo e propiciar oportunidades para canalizar a sua energia criativa. Inserido neste contexto, está o professor de Língua Portuguesa. Este deve ajudar o discente a desenvolver a capacidade de interpretar, fazendo com que o aluno expresse suas próprias opiniões e pensamentos de maneira criativa, tanto de forma oral quanto escrita. Para alcançar esse objetivo, o professor precisa incrementar suas aulas, utilizando criatividade em sua prática pedagógica. No entanto, são poucos os professores que lançam mão destas práticas no seu quotidiano. Neste contexto, desenvolve-se o presente estudo que teve como objetivos investigar, no contexto da prática pedagógica, os componentes que contribuem para favorecer a criatividade dos alunos, segundo professores de Língua Portuguesa do Ensino Médio, a percepção destes docentes a respeito de barreiras à promoção de condições adequadas ao desenvolvimento/expressão da criatividade dos alunos em sala de aula, bem como diferenças entre professores da rede pública e particular nesses aspectos. Participaram do estudo 50 professores de Língua Portuguesa do Ensino Médio de uma escola pública e quatro particulares de Brasília; cinco públicas e cinco particulares de distintas regiões administrativas do Distrito Federal. Utilizou-se na coleta de dados um instrumento construído por Alencar e Fleith (2002) que incluía a Escala de Práticas Pedagógicas que Promovem a Criatividade e um checklist de barreiras que dificultam a promoção da criatividade em sala de aula. Os resultados revelaram que os fatores que mais contribuem para favorecer a criatividade dos alunos, segundo os professores, foram “Incentivo à Autoconfiança do Aluno”, “Interesse pela Aprendizagem do Aluno” e “Estímulo à Produção de Novas Idéias”. Diferenças significativas entre professores de Língua Portuguesa de instituições públicas e particulares de ensino foram observadas no fator “Interesse pela Aprendizagem do Aluno”, tendo os professores da rede particular de ensino apresentado média significativamente superior a dos professores da rede pública. As barreiras mais apontadas pelos professores para a promoção de condições adequadas ao desenvolvimento e expressão da criatividade foram “Elevado Número de Alunos em Sala de Aula” e “Desinteresse do Aluno pelo Conteúdo”. Os resultados foram discutidos a luz da literatura pertinente.

Palavras-chave: Criatividade, professores de língua portuguesa e práticas pedagógicas.

ISSN 1981-2566

A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DE PSICOLOGIA NA CONSTRUÇÃO DOS PROJETOS DE VIDA DOS ADOLESCENTES

Daniela Aparecida de Oliveira Pimenta

Muitos dos conflitos dos adolescentes da escola pública são os mesmos dos adolescentes das escolas particulares, com a diferença de que nessas últimas a ênfase é geralmente dada à preparação para o vestibular e o adolescente se vê frente a dúvidas principalmente sobre qual carreira escolher ou qual universidade cursar. No caso dos adolescentes que cursam as escolas de Ensino Médio públicas, a questão profissional é ainda mais complexa e as inseguranças quanto ao futuro são permeadas por desânimo e pessimismo. No entanto basta ouví-los, deixá-los se expressarem, para ver surgir, para além das suas angústias, algo que nos parece um feliz fio de esperança: seus projetos de vida. São anseios, preocupações, planos, sonhos que juntos vão compondo um traçado, um projeto construído sobre suas vivências, sua história de vida. Conseguir vencer o pessimismo, o desânimo e a rebeldia dos adolescentes e ouví-los falarem de seus projetos de vida é um grato prazer que a profissão de professor de Psicologia proporciona. A existência de Psicologia na grade curricular é muito importante para os alunos, pois nesse espaço podem trabalhar suas dúvidas, conflitos, inseguranças para então dedicarem-se à construção de seus projetos de vida.O espaço da Psicologia no ensino médio público do estado de São Paulo, no entanto, vem sofrendo muitos reveses nos últimos anos. Há dez anos a disciplina Psicologia ocupava lugar de destaque na grade curricular, sendo ministrada nos três anos do ensino médio. Muitas diretorias de Ensino foram suprimindo essa matéria, retirando-as de sua grade e substituindo-as por outras disciplinas. Em 2004, Filosofia passa a ser disciplina obrigatória nos primeiros e segundos anos, sendo que Psicologia e Sociologia passaram a ser disciplinas optativas no terceiro ano. Várias escolas optaram por Filosofia nos três anos, não pela importância pedagógica reconhecida da disciplina, mas por facilidades administrativas ou visando abrir espaço para professores de História, que podem ministrar essas aulas na ausência de professores habilitados em Filosofia. Em 2006, o Conselho Nacional de Educação aprovou a inclusão obrigatória também de Sociologia no currículo do Ensino Médio. Psicologia então, corre o risco de ser banida da grade curricular. Se assim acontecer, deixarão de ser trabalhados temas importantes tais como os conflitos da adolescência, sexualidade, uso de drogas, construção de projetos de vida, entre outros. Dessa forma os processos subjetivos que envolvem tais temas perderão significativo espaço de discussão, reflexão e diálogo com os adolescentes. É preciso que a comunidade educacional reconheça o valor das contribuições que os conhecimentos específicos de Psicologia podem trazer para a formação dos adolescentes. Faz-se urgente discutir a retomada e concretização da Psicologia no Ensino Médio como disciplina permanente da grade curricular. Entendemos que as contribuições dessa disciplina poderão auxiliar o adolescente a se estruturar melhor enquanto indivíduo, possibilitando que ele se desenvolva melhor através do exercício de auto-conhecimento, de conscientização de seu papel como co-autor da sociedade e de motivação para a construção de seus projetos de vida

Palavras-chave: Adolescentes, projetos de vida, ensino de Psicologia.

ISSN 1981-2566

"ALUNOS DESINTERESSADOS": PARÂMETROS DE ATRIBUIÇÃO DE DESINTERESSE UTILIZADOS POR PROFESSORES DO ENSINO MÉDIO

Lívia de Oliveira Cunha
Rebeca Pereira Cabral
Claudia Aline Soares Monteiro
Lúcia Cristina Cavalcante da Silva

No discurso informal de diversos atores do campo educacional escolar é freqüente a referência à existência de um volume significativo de alunos desinteressados. No entanto, estes atores podem, ao se utilizar dessa categorização, partir de diferentes elementos, dificultando a compreensão dos parâmetros de inclusão e exclusão de alunos nessa categoria. Igualmente variadas são as classes de fatores motivacionais indicados por estes mesmos atores como relevantes para a construção de um quadro de desinteresse dos alunos. O presente trabalho teve por objetivo conhecer os parâmetros utilizados por professores do Ensino Médio para identificar os alunos como “desinteressados” nas atividades desenvolvidas na sala de aula, bem como levantar os motivos elencados pelos professores para o desinteresse desses alunos. Participaram do estudo três professores e duas professoras de uma escola de Ensino Médio da rede pública da cidade de Belém do Para, com tempo de docência entre 7 a 16 anos, que ministram disciplinas pertencentes a diferentes áreas do conhecimento. Os dados foram coletados em entrevistas individuais semi-estruturadas, conduzidas através de um roteiro contendo oito perguntas que abordavam os seguintes aspectos: caracterização dos participantes; caracterização da relação professor-aluno; parâmetros para a classificação de um comportamento como “desinteressado” e; os aspectos que motivam a ocorrência desses comportamentos na sala de aula. Quatro dos cinco professores tomam como base para identificação dos alunos como desinteressados a ocorrência de faltas ou saídas durante as aulas, a apatia ou a ocorrência de brincadeiras durante as atividades desenvolvidas na sala de aula. No entanto, a maioria desses professores não utiliza somente como parâmetro de classificação o comportamento do aluno em sala de aula, procurando agregar informações extra-classe ao sua impressão, sobretudo a distribuição da jornada diária dos alunos pelas demais atividades (trabalho; cursos profissionalizantes; tarefas domésticas). Estes professores atribuem tais padrões de comportamento a fatores extrínsecos aos alunos e a própria relação pedagógica (problemas familiares; problemas financeiros; inserção no mundo trabalho), com menor freqüência indicam fatores intrínsecos aos alunos como drogadição e preguiça. O quinto professor afirma não trabalhar com a categoria “desinteresse do aluno”, ao invés dela, opta por trabalhar com a categoria “desestímulo do aluno”, acreditando que fatores intrínsecos à escola, em especial a metodologia de ensino, dispõem condições propícias para a ocorrência de comportamentos incompatíveis com o processo ensino-aprendizagem configurado em sala de aula. Discutiram-se as possíveis implicações dessa forma de compreender e classificar o comportamento dos alunos como “desinteressados” na elaboração, na condução e na avaliação da ação pedagógica dos professores. Além disso, conjeturaram-se possíveis reflexos dessa percepção dos professores na relação que eles e seus alunos mantém com espaço escolar.

Palavras-chave: Alunos desinteressados, professores, ensino médio.

ISSN 1981-2566

O ALUNO ADOLESCENTE: DISCRIMINAÇÃO E SUBJETIVIDADE

Elaine Dal Mas Dias

Estuda e analisa o caráter intersubjetivo do cotidiano educacional posto nas ininterruptas trocas e transmissões de significados que colaboram com a constituição do indivíduo, configuram sua identidade e produzem um tipo especial de pessoa. O relacionamento com a ordem sociocultural escolar permite que o indivíduo se identifique e interiorize fenômenos sociais objetivados e dotados de sentido, entre os quais destaca-se a dificuldade de compreensão e acolhimento da adolescência. Morin, ao anunciar as dificuldades não superadas e ainda em bastidores da educação para o século XXI, aponta a necessidade do enfrentamento do erro e da ilusão que ameaçam e interrompem o conhecimento e a reforma do pensamento. Os erros anunciados decorrem de percepções enganosas aos quais se agregam erros intelectuais e erros de interpretação, por introduzirem a subjetividade. Nessa perspectiva, tratar o ato educativo junto ao adolescente distanciado do componente afetivo-emocional que envolve essa atividade é tentar eliminar os elementos constitutivos do humano que se mostram como força de saber, e tentar esconder sua influência sobre o processo de ensino e de aprendizagem. A educação deve, nesse contexto, conter a possibilidade de autocrítica como evitação do erro e manter-se atenta ao determinismo dos paradigmas que selecionam e induzem a conformações intelectuais que aprisionam e encerram o conhecimento em normalizações, regras e proibições incontestes, certificando a dimensão racional como mais importante. O pensamento tradicional, ou paradigma de simplificação, prega a redução, a separação, a especialização e a compartimentação que se infiltra e destrói o subjetivo, o afetivo, o criativo e o inovador. Esse modo de pensamento elimina ainda a chance da união e da conjunção do único e do múltiplo, segmentando e fragmentando a produção do conhecimento, o pensamento e a ação dos sujeitos, pretendendo a supremacia da objetividade e a eliminação da subjetividade, impondo a disjunção em detrimento da imbricação e da ligação. A adolescência considerada pelo modelo simplificador é vista como conflituosa e turbulenta, distante da experiência vivida e da constituição do ser, distanciando o sujeito adolescente do professor especialista e interditando que se faça educação. Os princípios da exclusão e o de inclusão presentes na proposta moriniana da Teoria da Complexidade apresenta com clareza a inseparabilidade, a conjunção e a interdependência entre o “Eu” e o “eu”, entre subjetivação e objetivação. A enunciação da exclusão aponta para a ação que afasta e nega a possibilidade de outro. E a da inclusão tem o sentido de inserção e de complementação; é a inscrição do outro em mim como presença e possibilidade de alteridade, que permite a comunicação e a incomunicabilidade comunicada entre pares. Assim, observa-se a exclusão e o sentido de não pertença do sujeito-aluno-adolescente que dificulta a aprendizagem, classifica a pessoa e interdita a eudcação como processo emancipador e educativo.

Palavras-chave: Adolescência, subjetividade, educação.

ISSN 1981-2566

O ENSINO DA PSICOLOGIA COMO POSSIBILIDADE DE ESCUTA DOS JOVENS

Marisa Feffermann

O jovem ocupa em nosso tempo um lugar certamente problemático, por suas características, perplexidade e ambivalência, que alterna dúvida e construção de certezas, manifesta momentos de desequilíbrio e descontentamento, surge como categoria propícia para simbolizar dilemas contemporâneos. Nos jovens, o desejo de experimentar o novo está acompanhado por incertezas, pela avidez de conhecimentos, pelo espanto e indefinições cotidianas de uma realidade que, simultaneamente, atrai e atemoriza. O mundo adulto demonstra incapacidade de perceber, identificar e gerir o que é peculiar ao desenvolvimento juvenil: momento intenso de abertura de possibilidades de inserção social – escolhas profissionais e educativas, formação de famílias, de parcerias, de adesões grupais e de invenção nas formas de viver. A escola e especificamente a escola pública, apresenta esta dificuldade de perceber o jovem. E muitas vezes, torna-se um espaço que contribui para vulnerabilidade do jovem e ainda na tentativa de homogeinizá-los, tende a excluir aqueles que não correspondem a esta expectativa. A proposta deste trabalho é apresentar experiências que foram realizadas nas aulas de psicologia no ensino médio, buscando investigar e propiciar uma reflexão com os jovens sobre a maneira eles vêm se constituindo, estruturam as suas modalidades de vida e seus conhecimentos. Neste trabalho, parte-se do pressuposto que a subjetividade é constituída em uma tensão dialética entre sujeito e objeto, que desta forma, qualquer processo de aprendizagem só ocorre quando o jovem, respeitado com todas as suas características, pode ser protagonista da sua história. Desta forma, partindo da realidade destes jovens, do lugar que ocupam e da sua relação que ocupam no mundo, foi possível , refletir o que vem ocorrendo com as subjetividades do mundo atual. A discussão da sexualidade do jovem, a questão das drogas legais e ilegais, a inserção do jovem no mundo do trabalho, a sociabilidade dos jovens, a questão da violência, que perpassa inúmeras discussões na educação e na mídia, foram temas que puderam ser trabalhados com toda a complexidade que estes temas exigem, buscando não negar os preconceitos existentes, mas partir deles para juntos questiona-los. Importante ressaltar que em todo o processo os alunos trabalharam com pesquisas bibliográficas e de campo, podendo assim, refletir a partir da produção do seu conhecimento o mundo que o cerca.Estes temas perpassam o cotidiano destes jovens, ressignificam a sua própria vida e sua maneira de estar no mundo e quando negados ou trabalhados de forma preconceituosa, acarretam o desinteresse, o desânimo e a indiferença. O processo educacional é continuo, assim podemos falar que este trabalho possibilitou a reflexão de vários pontos, que desencadearam com por exemplo a formação de um grêmio, a possibilidade de convivência com as diferenças (homossexualidade, etnia, defiências físicas), a ressignificação das relações afetivas entre outros pontos. A construção de jovens cidadãos ocorre também pela compreensão da sua inserção no mundo atual, na construção deste protagonismo e a disciplina de Psicologia no Ensino Médio pode ser e é um espaço disparador para este processo, uma retomada crítica do lugar do sujeito no mundo contemporâneo.

Palavras-chave: Juventude, psicologia, ensino médio.

ISSN 1981-2566

ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL: NOVOS CAMINHOS PARA UMA ESCOLHA CONSCIENTE

Josiane do Carmo Silva

O presente trabalho, fruto da experiência de Estágio Supervisionado do curso de Psicologia da Universidade Católica de Brasília – UCB consistiu em realizar um Projeto de Orientação Profissional com alunos do Ensino Médio. O projeto teve por objetivo promover um espaço de discussão sobre a escolha da profissão, situando-a no contexto do projeto de vida. Para isso, a visão de processo se fez presente na forma de encontros que abordaram conteúdos necessários a tomada de decisão consciente e bem embasada como: o auto-conhecimento; o levantamento de interesses, habilidades e aptidões; os valores pessoais e fatores que influenciam na escolha; o processo decisório e informações sobre os cursos. O projeto em questão contou com a participação de cinco turmas de Escolas Particulares, com cerca de 20 alunos cada, sendo estes de 2º e 3º ano do Ensino Médio. Foram realizados cinco encontros na própria escola sendo que o 6º encontro, destinado ao fechamento, consistiu em uma visita orientada à Universidade. No primeiro encontro os resultados apontaram que a maioria dos alunos tem uma representação social da escolha profissional baseada em testes e critérios psicométricos, ausentando-se da escolha ou mesmo, delegando-a a terceiros. Ressalta-se, que neste mesmo encontro os adolescentes apresentaram muita dificuldade de refletir sobre si mesmo, de falar de si e de apontar características próprias. Observou-se que após a decepção com o fato do projeto não dar como resposta a profissão de cada um, houve uma evasão de participantes. No segundo encontro o resultado obtido foi um embate entre as descobertas, visualizações e antecipações importantes dos projetos pessoais dos adolescentes; e a falta de iniciativas para o alcance de metas desses, demonstrando, assim, que as escolas investem pouco no aspecto processual que interfere, influência e contribui para o processo decisório, predominando um investimento conteudista sobre as orientações do vestibular e do Programa de Avaliação Seriada - PAS. O terceiro encontro apontou a existência de valores concernentes ao jovem que evidenciam influencias na escolha das profissões como, por exemplo, os valores e as crenças familiares, o reconhecimento social, a realidade do mercado de trabalho dentre outros. Foram notadas, no quarto e no quinto encontros, algumas decepções, já que os adolescentes tiveram contato com grades curriculares e informações sobre o mercado de trabalho atual e que essas não correspondiam com o esperado. No decorrer dos encontros os adolescentes tiveram uma intensa participação e com isso aproveitaram o espaço de escuta. Em síntese, o projeto foi, de forma geral, bem avaliado pelos participantes. Estes ressaltaram a elucidação do processo de escolha da carreira, a oportunidade de aproveitar os espaços de reflexão e os debates sobre questões vivenciadas que são fontes de angústia da fase em que se encontram.

ISSN 1981-2566

ORTOGRAFIA: UM DESAFIO PARA ALUNOS DO ENSINO MÉDIO

Maria José Santos

No Brasil, a compreensão do processo de aquisição da norma ortográfica no ensino fundamental tem sido objeto de investigação em diversas pesquisas. Os resultados sugerem que a aquisição da norma ortográfica não é um processo passivo, os erros ortográficos não são randômicos, mas demonstrariam a exploração cognitiva que o aprendiz vivencia durante o processo de aquisição da norma. Nesse processo, a apropriação do sistema ortográfico se daria de forma progressiva e sua evolução dependeria de uma (re)construção, pelo aprendiz, das relações entre o sistema de representação fonológica da língua falada e o sistema de representação ortográfica adotado. Nesta perspectiva o ensino da ortografia deveria explicitar as relações existentes entre o sistema de representação fonológica e o sistema de representação ortográfica, de forma a possibilitar uma reflexão por parte do aprendiz. Entretanto, no ensino tradicional da ortografia ainda está presente a idéia de que o treino de escrita correta de palavras, bem como a exposição à palavra impressa, através da leitura, são fatores decisivos na aquisição da norma ortográfica. Consideramos que conhecer o desempenho ortográfico de alunos com maior escolaridade possibilitará uma maior e melhor compreensão do processo de apropriação desse sistema. Nesta pesquisa investigamos a evolução do desempenho ortográfico de 72 alunos matriculados no ensino médio da rede pública, submetidos a práticas tradicionais do ensino da ortografia. Os alunos realizaram uma tarefa de escrita, sob ditado, de 20 frases com 170 palavras. Os resultados obtidos evidenciam uma melhoria no desempenho ortográfico entre a 1ª e a 3ª série do Ensino Médio, o que apoiaria a hipótese de que o contato prolongado com a língua escrita resulta num melhor desempenho ortográfico. Entretanto, a análise das categorias dos erros cometidos pelos alunos nas três séries, aponta a permanência de erros ortográficos, cuja superação exigiria a compreensão das regularidades e irregularidades de sistema ortográfico do português, e não apenas exposição prolongada ao material impresso. Sugerimos a necessidade de um ensino explícito da norma ortográfica que contemple a reflexão sobre o registro das palavras, que estimule a reflexão sistemática sobre as regularidades e irregularidades do sistema ortográfico. Apontamos a necessidade da escola definir princípios norteadores para o ensino da ortografia, bem como o estabelecimento de metas para as diferentes turmas considerando os conhecimentos ortográficos que já demonstram possuir. Embora se reconheça o caráter convencional do sistema ortográfico, sua aprendizagem requer ações explícitas e intencionais, que possibilitem os conhecimentos necessários para um bom desempenho ortográfico.

Palavras-chave: Ortografia, ensino-aprendizagem, ensino médio.

ISSN 1981-2566

OS SUJEITOS DA EDUCAÇÃO: A SUBJETIVIDADE COMO REVELADORA DO FAZER ESCOLAR

Elaine Dal Mas Dias

Voltar o olhar para o professor e observá-lo atravessado pela naturalização estereotipada do profissional crítico e produtivo, ou alienado e desinteressado, é estreitar o caminho do ser, do fazer e da modificação. Na rota dos objetos das ciências humanas, deparamo-nos com trabalhos que problematizam as mais diversas situações, mas apresentam-nas desvinculadas da implicação direta e estreita com seus produtores. A simples referência como elementos presentes nas atividades observadas e descritas não significa necessariamente uma visada. A pessoa é, muitas vezes, transpassada pelos propósitos científicos ou pela própria investigação e, nesse sentido, arrancada de seu lugar social, histórico, cultural, experiencial e do seu espaço subjetivo. A subjetividade é múltipla e ocorre de modos distintos no percurso histórico; é o lugar onde o sujeito pode fixar, manter ou transformar sua identidade, já que a ilusão de ser único é persistente e sintomática. Partindo-se desse foco pode-se compreender que o professor está colocado, no seu fazer cotidiano, muito mais como figurante transeunte do que como ator. A pessoa do professor em sua humanidade está subvalorizada e pulverizada. A subjetividade como fenômeno central que pode evidenciar aspectos mobilizadores ou imobilizadores de um fazer é deixada de lado, buscando-se apenas no exterior - na instituição, na remuneração, na refelxão etc - os seus motivos e as suas responsabilidades. Compreender o professor como sujeito subjetivado e constituído pela linguagem, pelo outro, pela história, pela cultura e pelos fenômenos paradoxais que o cercam revela a singularidade que configura cada ser e, numa perspectiva investigativa, permite entrever os fenômenos interditores do fazer profissional. A experiência vivida no cotidiano e a sua interiorização são pouco consideradas, e aqueles que a consideram não a vêem como conceito articulador das e para novas propostas de atuação e compreensão; a subjetividade é desconsiderada como força de conhecimento. Se a configuração do sujeito se dá pela linguagem é mediante a escuta do professor que se poderá compreender melhor sua participação nos eventos mais discutidos em Educação, a saber: professor reflexivo, educação continuada, ensino, aprendizagem, relação entre o processo e aluno, a disciplina, a indisciplina entre outras, e, a partir daí será possível a reflexão do e sobre o fazer, partindo diretamente daquele que a produz. As pesquisas metodologicamente focalizadas na narrativa da experiência do professor são, por excelência, o caminho da aproximação da interioridade pessoal; mas se as pesquisas continuarem a excluir o homem ou a mulher em sua humanidade e de seu desejo continuaremos a disciplinar comportamentos e atitudes e a categorizar o lugar, o papel e a função do profissional sem, contudo, alcançar o objetivo primeiro que é a própria Educação

Palavras-chave: Educação, psicologia, subjetividade, experiência.

ISSN 1981-2566

PADRÃO ORTOGRÁFICO: UM ESTUDO COM ALUNOS DO ENSINO MÉDIO NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO PARA JOVENS E ADULTOS

Maria José Santos

Desde o século XIX, a educação pública, universal e gratuita tem sido preconizada por diversos paises. Na última década do século XX, intensificou-se no Brasil, a preocupação com a permanência dos alunos nas escolas bem como com a melhoria da educação e com as condições necessárias para garantir as aprendizagens imprescindíveis tanto para o desenvolvimento das capacidades dos alunos, como para sua inserção no mercado de trabalho. A Educação de Jovens e Adultos (EJA) se constitui numa modalidade da Educação Básica do Ensino Fundamental e Médio, com o objetivo de resgatar o adulto analfabeto absoluto e o analfabeto funcional de sua condição de marginalidade social e oferecer ao adulto de baixa escolaridade a possibilidade de ampliação de seu desenvolvimento e atualização de seus conhecimentos. No Brasil, embora as taxas de analfabetismo tenham caído progressivamente no último século, esse ainda é um problema crônico. Pesquisas realizadas por órgãos oficiais constatam que parte da população identificada como alfabetizada não utiliza a leitura e escrita de maneira funcional. Numa perspectiva psicológica, a alfabetização constitui um conjunto multifacetado de habilidades envolvendo processos cognitivos que operam na produção e compreensão de textos. No caso do português, a alfabetização, num sentido estrito, envolve, tanto o aprendizado do sistema de notação alfabética como o aprendizado da norma ortográfica. Várias pesquisas têm sido realizadas com o objetivo de compreender a evolução da competência ortográfica e a apropriação do sistema ortográfico por alunos do ensino fundamental e médio do ensino regular. Nesta pesquisa investigamos a apropriação de regras ortográficas do português por alunos matriculados no Ensino Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA). Nosso objetivo foi verificar se o tempo de escolarização interfere na aquisição de regras ortográficas e a existência de padrões ortográficos neste nível e modalidade de ensino. Participaram da pesquisa 40 alunos matriculados no ensino médio: 10 alunos do 1º ano, 15 alunos do 2º ano e 15 alunos do 3º ano. Os participantes realizaram uma tarefa de escrita, sob ditado, de 20 frases, com um total de 170 palavras. Os resultados mostram não haver melhoria no desempenho ortográfico dos alunos entre o 1º e o 3º ano. Os erros ortográficos foram analisados qualitativamente e categorizados, o que permitiu verificar as violações ortográficas mais freqüentes. Discute-se o papel da intervenção pedagógica nesta modalidade de ensino, a necessidade de um ensino explícito das normas ortográficas e do estabelecimento metas e objetivos no ensino da ortografia do português.

Palavras-chave: Ortografia, ensino médio, EJA.

ISSN 1981-2566

PENSANDO A PSICOLOGIA ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO: RELATOS, VIVÊNCIAS E CONFLITOS

Maria Carolina Rodrigues Tomé
Mariana Paula Oliveira

O presente trabalho visa relatar o projeto e as ações de intervenção desenvolvidas pela equipe de psicologia escolar do Colégio Nacional da cidade de Uberlândia no ano de 2006, no ensino médio.A escola em questão apresenta um perfil desafiador para o desenvolvimento de projetos em psicologia escolar, tendo em vista que abrange mais de três mil alunos, duzentos funcionários, entre professores, prestadores de serviço e administrativos. Além disso, todo o projeto pedagógico e filosófico da escola, prioritariamente no ensino médio, está baseado em três pilares: conhecimento, técnica e psicologia. Portanto, o projeto de psicologia foi pensado desde o início da instituição, e vem sendo desenvolvido ao longo de 20 anos. A equipe de psicologia apresentada nesse relato esteve composta por sete psicólogos de três unidades distintas (Uberlândia, Araguari e Ituiutaba). Diante desse extenso dimensionamento, o desenvolvimento de projetos em psicologia escolar gerou uma série de desafios: como desenvolver intervenções capazes de atingir a comunidade escolar como um todo? Como possibilitar a construção de vínculos positivos e eficientes entre a equipe e todos esses alunos e famílias? Como desenvolver intervenções em psicologia escolar, teoricamente embasadas, quando as teorias lidam com escolas e dimensionamentos ideais?Cabem nesse universo, intervenções prioritariamente feitas em grupo, dentre elas: no âmbito discente: atividades dentro e fora de sala de aula, projeto de orientação profissional (Mostra de profissões bianual, com palestras e orientações para pais alunos) acompanhamento de desempenho e orientação de estudos e enfrentamento de provas; no âmbito familiar: encontros e seminários periódicos com pais e familiares, escola de pais, palestras e debates de temas relacionados à adolescência; no âmbito doscente: parceria com professores na discussão de temas relacionados à adolescência e acompanhamento do projeto de tutoria em 1° s e 2°s anos. Além disso, a equipe também se propõe a realizar momentos individuais diante de necessidades específicas, que tem caráter diferenciado do atendimento clínico, visto que visa uma escuta breve e pontual, não apresentando caráter de processo.Cada uma dessas atividades traz suas características próprias; o debate e a discussão das mesmas é o objetivo desse relato. Mais que propor parâmetros para a construção de novas perspectivas, tal debate visa apresentar um modo de trabalho e gerar mais perguntas do que respostas, ampliando horizonte e gerando troca de informações e percepções e consequentemente novos paradigmas de atuação em nosso espaço de trabalhoNa tentativa de gerar respostas a essas perguntas, a equipe de psicologia se apoiou nas teorias de compreensão de grupos, suas redes e interfaces, dentre os teóricos escolhidos estão Jacob Levy Moreno, Schutz, Fela Moscovici e Kurt Lewin. Dentro da perspectiva da psicologia escolar, os teóricos investigados foram José Pacheco, Alicia Fernandez, Yves de la Taille, Júlio Groppa ,Paulo Freire entre outros. Nessa perspectiva, o trabalho desenvolvido pela equipe traz, em primeira instância, o olhar psicodramático sobre os fenômenos relacionados ao universo escolar do ensino médio.

ISSN 1981-2566

PLANTÃO PSICOLÓGICO: UM ESPAÇO DE APOIO AO VESTIBULANDO

Priscila Fidelis de Souza Lima

O presente resumo descreve o trabalho do Plantão Psicológico desenvolvido em um pré-vestibular de Belo Horizonte desde fevereiro de 2005. O departamento de psicologia oferece espaços de apoio e reflexão para os alunos, privilegiando ações criativas e transformadoras a partir de uma escuta marcada pelo respeito ao outro como sujeito de sua própria história, inserido em um contexto social. A realidade de um vestibulando muitas vezes é marcada pelo medo das provas, a ansiedade em relação ao futuro e a pressão por acertos e resultados de aprovação. Esta realidade associada aos conflitos da adolescência e às dificuldades do contexto social e econômico do país provoca nos jovens candidatos vivências muitas vezes negativas de si mesmos e do futuro, influenciando diretamente em suas motivações e comportamentos na instituição escolar. Em um pré-vestibular não há tempo e recursos para desenvolver processos de psicoterapia tradicionais, nem interesse em oferecer técnicas diretivas que corroborem com o processo de alienação e asujeitamento dos alunos. Então a questão era: como atender a tantos alunos sem abandonar uma postura marcada por uma escuta diferenciada que permitisse auto-reflexão? A resposta veio a partir da experiência de um Plantão Psicológico. Este serviço caracteriza-se por ser "um tipo de ajuda, ou atendimento profissional imediato, aberto às pessoas da comunidade que se sentem desesperadas, com problemas ou em crise; caracteriza-se por fornecer alívio, orientação e apoio em situações de urgência. " (CURY, 1999)A partir desse conceito, o Plantão Psicológico dentro de um pré-vesitibular incentiva o poder transformador de uma escuta atenciosa, não diretiva, confiante na tendência atualizante inerente à cada pessoa e na possibilidade de que isso tudo ocorra em um único encontro com o profissional. O Plantão acontece sem marcação de horário, em uma salinha chamada "Sala de Psicologia", em horários pré-estabelecidos e anunciados aos alunos. Há grande procura por parte dos alunos pelo serviço.A partir da queixa inicial o psicólogo elenca um foco para o atendimento e atua como facilitar na organização e renovação da postura de cada sujeito em relação a si mesmo e à própria realidade. Em geral, os temas mais frequentes são: Planejamento de estudos; Angústia, medo e insegurança em relação às provas; Dúvida quanto à escolha da profissão; Ansiedade por resultados, pressa para alcançar objetivos; Conflitos familiares; Relacionamentos amorosos; Sentimentos de frustração; Perdas; Dificuldade de adaptação ao novo ambiente... O desafio é oferecer um espaço diferencial, onde possam falar sobre seus anseios, dúvidas, dificuldades e potencialidades, sem receberem de volta regras, respostas e direcionamentos, mas sim uma postura profissional marcada pelo apoio, empatia e crença na capacidade de cada sujeito em auto-aperfeiçoar.A avaliação dos alunos tem sido muito positiva, o que revela a legitimidade deste espaço de escuta na instituição escolar como catalisador dos potenciais e organizador das angústias e ansiedades. O sentido de organizador não se refere à idéia de silenciar dores e conflitos, mas sim, oferecer lugar para os mesmos, possibilitando maior capacidade crítica, melhor exploração dos sentimentos e vivências e então maior auto-conhecimento.

Palavras-chave: Plantão psicológico, pré-vestibular, atendimento focado.

ISSN 1981-2566

PROJETO DE TUTORIA: UMA PONTE NA RELAÇÃO PROFESSOR-PSICÓLOGO ESCOLAR

Mariana Paula Oliveira
Maria Carolina Rodrigues Tomé

Este projeto foi desenvolvido durante o ano de 2006 no primeiro e segundo ano do Ensino Médio do Colégio Nacional de Uberlândia, MG. A partir da nossa parceria com a Escola da Ponte, instituição localizada a 30 km da cidade do Porto, em Portugal, e dirigida pelo educador José Pacheco, conhecemos o seu trabalho de tutoria e construímos daí o nosso projeto, adaptando-o ao nosso contexto. Trata-se de uma parceria entre a equipe de professores e a de psicologia, no intuito de atender as demandas educacionais do aluno e da escola, facilitando a relação professor-aluno e também o trabalho interdisciplinar entre as equipes de psicologia e a de professores do colégio. Dentre essas demandas está o acompanhamento de desempenho do aluno, a orientação de estudos, questões de disciplina, a coordenação de outros projetos desenvolvidos pela turma, o atendimento às famílias e o atendimento individual ao aluno. Cada turma possui o seu professor-tutor, que compõe também o quadro de professores da turma. Este professor tem um olhar especial sobre esses alunos, procurando sempre trocar com os outros professores, com os psicólogos, pedagogos, e com a direção informações sobre os seus tutorados. A cada bimestre é realizado um conselho de classe visando uma avaliação geral dos alunos. Deste conselho participam os professores, a equipe de psicologia e a direção. A partir daí, os professores-tutores observam as necessidades de intervenção junto ao aluno e/ou às famílias, e então atendem separadamente essas pessoas, algumas vezes junto a algum psicólogo da escola, outras vezes junto à direção. Outra função do professor-tutor é presidir as reuniões com os pais que acontecem durante o ano. Além disso, no decorrer do projeto, devido a esta aproximação entre os tutores e a equipe de psicologia, estes começaram nos procurar com mais freqüência para encaminhar casos de alunos nos quais julgam a necessidade de atendimento psicológico, ou seja, casos onde o professor percebe que algum aspecto emocional ou cognitivo está atrapalhando a aprendizagem do aluno, aspecto este que precisa ser melhor investigado pela psicologia escolar.O Projeto de Tutoria representou um grande avanço nas relações professor-aluno e professor-psicólogo dentro do nosso contexto escolar. A relação professor-aluno tornou-se mais afetiva, e houve maior integração no trabalho dos professores e psicólogos, diminuindo a distancia entre cada um desses grupos. Neste primeiro ano de experiência pudemos reavaliar o projeto, decidindo mantê-lo em 2007, visando o seu aprimoramento, sua ampliação também para a 3ª série do ensino médio, e maior combinação com outros projetos da escola.

Palavras-chave: Tutoria, interdisciplinaridade, escola.

ISSN 1981-2566

PERSPECTIVA DE INTERVENÇÃO SOBRE A ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL E O EMPREENDEDORISMO

Raquel Coloniesi
Janaina Del Cor
Katya Luciane Oliveira

Este trabalho apresenta um caráter interventivo, visando abordar a questão da orientação profissional e do empreendedorismo. Teve por objetivo geral trabalhar a noção que os alunos possuem sobre orientação profissional, visando facilitar o momento de escolha por uma profissão. Também neste trabalho buscou-se trabalhar com o tema empreendedorismo, mostrando que um empreendedor pode ser qualquer pessoa criativa e que esteja disposto a crescer profissionalmente e pessoalmente. Participaram deste projeto 69 estudantes de 17 anos, sendo que, 54% (n=37) eram do gênero feminino e 46% (n=32) eram do gênero masculino, cursando o ensino médio de uma escola técnica estadual do interior do estado de São Paulo. As intervenções ocorreram depois de efetivada dez horas de observação dos participantes. Após o levantamento de informações iniciais, as informações foram desenvolvidas em sete sessões, com encontros semanais com duas horas de duração em contexto de sala de aula. No início da intervenção foram utilizados dois questionários como pré-medida, no qual estes visavam levantar o conhecimento que os estudantes tinham acerca dos temas trabalhados. A avaliação evidenciou que a maior parte tinha dúvidas sobre questões relacionadas à orientação profissional. Contudo, quanto ao conhecimento sobre o tema empreendedorismo a maior parte desses alunos já possuía algum conhecimento sobre este tema. As duas sessões iniciais focaram a sensibilização dos participantes quanto à orientação profissional, seus conhecimentos e suas dúvidas sobre o tema, em seguida nas sessões três e quatro, buscou-se intervir sobre as dúvidas focais na escolha da profissão e vestibular, esclarecendo-se também a diferença entre cursos de graduação e tecnólogo. A quinta sessão teve por objetivo trabalhar a ansiedade e expectativas existentes nesses participantes quanto ao período pré-vestibular, na sessão subseqüente foi trabalhado o tema empreendedorismo, visando explanar as possibilidades de inserção no mercado de trabalho e quebrar os paradigmas já existentes. Por fim, na última sessão foi aplicado um questionário de avaliação das intervenções realizadas, bem como se efetuou uma avaliação qualitativa quanto ao processo das atividades e esclarecimento de dúvidas. Os dados apontaram que, de modo geral, o grupo envolveu-se nas atividades, demonstrou interesse e teve grande participação. Sendo assim, observou-se à diminuição das dúvidas e da ansiedade quanto ao período pré-vestibular, cabe salientar que esta escolha estava prestes a acontecer na ocasião de finalização desse trabalho. Espera-se que com esta proposta de intervenção sejam ampliadas as considerações sobre os temas abordados, bem como sirva de auxílio na contribuição para a realização de estudos posteriores na área.

Palavras-chave: Orientação profissional, empreendedorismo, mercado de trabalho.

ISSN 1981-2566

VESTIBULAR COM SAÚDE – UMA INTERVENÇÃO DIALÓGICA DA PSICOLOGIA ESCOLAR COM A ANSIEDADE DE ESTUDANTES PRÉ-VESTIBULANDOS

Ana Caroline Leite de Aguiar
Paula Sampaio Meireles de Sousa

Em uma sociedade em cujas entranhas alojam-se o individualismo, a competição exacerbada, o desemprego e a injustiça – dentre outras mazelas sociais – situações de avaliação e seleção costumam caracterizar-se como estressantes e ansiogênicas. É com esse cenário que, muitas vezes, o vestibular se apresenta para os estudantes, roubando-lhes, assim, um bom desempenho nas provas e, mais gravemente, a saúde. Entende-se, contudo, que, em nossa constituição como pessoas, subjetivamos a realidade que nos é dada e objetivamos nossa subjetividade ao exteriorizá-la, de modo a não só sermos transformados pelo contexto no qual estamos inseridos, mas também transformá-lo. À luz dessas noções, criou-se, em uma escola particular, fortalezense, de grande porte, significativamente voltada à aprovação de alunos nos principais vestibulares brasileiros, um espaço para que estudantes pré-vestibulandos exteriorizassem, compartilhassem, refletissem e elaborassem seus medos, suas inseguranças, ansiedades e tensões oriundas do vestibular. Apostou-se, para tanto, na riqueza dos frutos gerados em processos grupais, bem como no manejo de técnicas de relaxamento, dinâmicas, atividades gráfico-expressivas, discussões, problematizações, etc.Cumpre ressaltar, porém, que não se tratou de uma terapia de grupo, mas, certamente, de um trabalho com efeitos terapêuticos e, também, profiláticos.Assim, aconteceram, ao longo de todo o ano de 2006, encontros quinzenais, com duração aproximada de uma hora, facilitados por duas profissionais de Psicologia e contando com, em média, 15 estudantes (de ambos os sexos) que prestariam vestibular no final do referido ano.Todos já haviam concluído o Ensino Médio e, faziam, na ocasião, curso preparatório para vestibulares. Suas idades variavam entre 18 e 23 anos e sua situação econômica enquadrava-se em padrões de classe média e classe média alta.Algumas temáticas mostraram-se recorrentes nos encontros, como: insegurança quanto ao futuro, fator tempo como pressão na preparação para o vestibular, influências externas nesse processo, expectativas familiares e sociais, medo de “fracassar”, estereótipos das profissões, falta de tempo para fazer coisas de que gostam, dedicação como não garantia de aprovação, concorrência, manifestações psicossomáticas do medo e da ansiedade, etc.À medida que se percebia a emergência mais intensa ou mais freqüente desses temas, buscava-se explorá-los mais através de algumas atividades e, trabalhando-os através de dinâmicas e discussões, observou-se que os próprios pré-vestibulandos foram problematizando questões colocadas por eles primordialmente.Percebeu-se, ainda, que, muitas vezes, as dificuldades e problemas enfrentados por um aluno no que se refere a demandas ansiogênicas frente a processos seletivos são deveras similares aos de outros que se encontram na mesma condição. Desse modo, o contato grupal, facilitado por profissionais de Psicologia, auxiliou o desenvolvimento de suportes para enfrentar os obstáculos comuns.Ademais, o trabalho grupal contínuo de elaboração e (re)significação dessas queixas pôde contribuir significativamente para um melhor desempenho dos estudantes no vestibular, bem como e, principalmente, para sua saúde.Finalmente, cabe destacar que a importância desse espaço de escuta e problematização acerca das provas seletivas para entrar nas universidades brasileiras e processos subjetivos que emergem desse sistema foi claramente reconhecida pelos pré-vestibulandos participantes dessa experiência.

Palavras-chave: Vestibular, ansiedade, processo grupal.

ISSN 1981-2566

A FORMAÇÃO DO ADOLESCENTE TRABALHADOR PARA A CIDADANIA

Maria da Penha Zanotelli Felippe

O projeto FORMAT foi configurado tendo como objetivo geral proporcionar aos adolescentes melhores condições para construção de sua cidadania, através de uma formação humanística associada a práticas profissionais, permitindo que os mesmos tornem-se sujeitos emancipados socialmente, possuindo também habilidades profissionais para uma inclusão produtiva na sociedade e no mundo do trabalho.O público-alvo constituiu-se de 10 adolescentes trabalhadores da PUC Minas Arcos, entre 16 e 18 anos, contratados através de uma empresa autorizada pelo Ministério Público e conveniada com a Universidade. O projeto incluiu ainda reuniões com as famílias dos adolescentes para conhecimento da proposta, orientação e acompanhamento dos trabalhos.A realização do projeto contou com a participação de professores e funcionários técnico-administrativos da Unidade, em caráter voluntário, para realização de oficinas. O trabalho foi acompanhado e auxiliado por monitores e estagiários dos Cursos de Administração, Comunicação Social, Direito e Psicologia.A primeira edição do projeto FORMAT foi concluída em novembro de 2005. Observou-se que os adolescentes passaram a apresentar um nível melhor de contato social com as pessoas atendidas por eles, no seu ambiente de trabalho, uma maior satisfação com a Instituição, um relacionamento mais espontâneo, alegre e harmonioso entre eles mesmos e com suas respectivas chefias. Além disso, constatou-se, através dos relatórios das escolas nas quais estudam, que houve uma melhoria no rendimento escolar e no processo de socialização. Da parte das famílias, houve manifestações dando conta de que os adolescentes amadureceram e mostram-se mais tranqüilos e mais responsáveis, com melhoria também no relacionamento familiar. As chefias dos setores da própria PUC Minas relatam maior concentração dos adolescentes na execução de suas tarefas, com o conseqüente aumento de produtividade e eficiência, como também maior facilidade de relacionamento com eles.O projeto FORMAT transformou-se, em 2006, em programa permanente. Cada adolescente passa a participar do programa a partir de sua entrada na Instituição, nas oficinas em andamento. Observa-se que, desde o seu início, o projeto vem sendo enriquecido, a cada semestre, com novas oficinas, propostas por professores, funcionários e alunos, e ainda a partir de demandas dos próprios adolescentes. Trata-se, portanto de um projeto em construção contínua.A participação de estagiários do Curso de Psicologia tem-se constituído em uma experiência muito enriquecedora, no sentido de tomar contato com a realidade do jovem trabalhador e, ao mesmo tempo, propiciar a percepção de alternativas de formação. Além da presença nas oficinas, os estagiários têm ampliado o programa com o atendimento psicológico individualizado dos adolescentes, na Clínica de Psicologia do campus. Portanto, trata-se de um projeto que envolve a formação do aluno de Psicologia tanto em atividades de grupo como em atividades individuais, propiciando diversos olhares sobre o mesmo foco: o adolescente trabalhador e sua significação de trajetória de vida.

Palavras-chave: Adolescência, cidadania, prática profissional.

ISSN 1981-2566

A RELAÇÃO PROFESSOR-ALUNO NA PÓS-MODERNIDADE: UM CURTO-CIRCUITO NA TRANSMISSÃO DE SABERES?

Claudia Cristiane Farias de Vasconcelos

Este trabalho se propõe a discutir a questão da relação professor-aluno e o estatuto da transmissão de saberes no contexto universitário brasileiro. As dificuldades de subjetivação, os crescentes casos de delinqüência nos jovens, depressão, toxicomania, entre outros estados psíquicos de laços estreitos com a psicose, apresentam-se em números alarmantes na população mundial. Considerando este contexto social e humano, é necessário tentar compreender alguns dos aspectos da subjetividade contemporânea que estão implicados nestes "novos sintomas" na sociedade e na forma como são produzidos e se produzem na pós-modernidade. Observando estas questões o presente estudo tem o seu foco direcionado para à investigação do processo de transmissão do saber no sistema educativo superior brasileiro. Abordando aspectos como a natureza do saber e da transmissão do saber pretende-se analisar características da relação professor –aluno na universidade brasileira atual, presentes nas representações de ambos os grupos pesquisados, quanto ao circuito saber-transmitir-aprender. Para alcançar os objetivos propostos realiza-se uma investigação em uma instituição universitária privada e tradicional no contexto educacional, localizada na cidade do Rio de Janeiro. Entre as universidades privadas esta instituição particulamente se destaca pela qualidade de ensino e pelo seu renomado corpo docente. Estão sendo realizadas entrevistas semi-estruturadas com uma amostragem selecionada de professores e alunos da referida instituição, onde foram definidas categorias "a priori" e "a posteriori" estas que surgiram das análises de acordo com os objetivos da pesquisa. A análise desses resultados será efetivada através da técnica "análise de conteúdo". Como referências bibliográficas utilizamos Dufour, Foucault, Lebrun e Szapiro, entre outros. A partir da conclusão dessa pesquisa esperamos contribuir para a discussão da transmissão do saber no ensino universitário no contexto da atualidade no Brasil.

Palavras-chave: Transmissão de saberes, ensino superior, pós-modernidade.

ISSN 1981-2566

A EXPERIÊNCIA DE UNIVERSITÁRIOS NO PROGRAMA BOLSA TRABALHO

Soely Aparecida Jorge Polydoro
Elizabeth Mercuri

A democratização do acesso ao ensino superior veio acompanhada com a marca da heterogeneidade: estudantes de diferentes faixas etárias, de condição socioe-conômica, sexo, etnia. Entre as dificuldades vividas por eles estão as de nature-za econômica, as quais geram limitações como: aquisição de material, condições de moradia, alimentação ou as relacionadas à dedicação integral ao curso, em função da necessidade de trabalho remunerado para manutenção pessoal, ou mesmo, familiar. Na busca de respostas a essas dificuldades as instituições têm proposto e assumido uma série de programas com o objetivo de criar condições de manutenção do estudante durante a realização do curso. Alguns desses benefícios são disponibilizados na forma de serviços (atendimento médico-hospitalar, alimentação, moradia, creche) e outros na forma de bolsas de estudo. Essas bolsas podem ter, como uma de suas características, a solicitação de uma contrapartida por parte do aluno como, por exemplo, o desenvolvimento de ativi-dades de trabalho na instituição e por isso chamadas de Bolsa Trabalho. Na instituição pesquisada este programa é administrado pelo Serviço de Apoio ao Estudante (SAE) que, junto com a Bolsa Alimentação e Bolsa Transporte constituem a modalidade de Bolsas Auxílio. Este programa é visto pela instituição como um auxílio que visa contemplar o estudante de graduação com dificuldades sócio-financeiras. A realização de outras atividades de caráter não obrigatório, simultaneamente à realização do curso superior, tem impulsionado o desenvolvimento de um conjunto amplo de estudos nacionais e internacionais preocupados em conhecer o impacto que produz na formação do estudante (Almeida e cols, 2000; Capovilla e Santos, 2002). Os dados dos estudos de Kuh (1995) indicaram que essas atividades contribuem para uma série de mudanças nos estudantes. Entre elas, competência interpessoal, complexidade cognitiva, conhecimentos e habilidades acadêmicas, competência prática e humanitarismo. No entanto, os efeitos das atividades não-obrigatórias, nem sempre são positivos, como por exemplo, taxas mais baixas de rendimento acadêmico entre estudantes envolvidos em atividades extracurriculares, em especial em atividades de representação estudantil (Almeida e cols., 2000). Tem sido analisado, além das diferenças de impacto sobre o aluno, as diferenças de efeitos em função da natureza da atividade realizada. Os estudos acerca das influências das experiências ou responsabilidades de trabalho sobre o estudante de ensino superior têm focalizado diferentes dimensões dessas atividades, entre elas, o tempo despendido pelo aluno no trabalho e local em que é realizado. Nesta apresentação serão apresentadas e discutidas informações coletadas junto a alunos de graduação participantes do Programa Bolsa Trabalho de uma instituição pública visando a análise do impacto desta experiência no processo de formação e desenvolvimento do estudante.

Palavras-chave: Estudante universitário, bolsa trabalho, serviço de apoio ao estudante.

ISSN 1981-2566

A AVALIAÇÃO DINÂMICA DA APRENDIZAGEM EM UM EXAME DE LARGA ESCALA

Marcia Regina Brito

A avaliação da Educação Superior no Brasil tem avançado significativamente, tanto nas concepções subjacentes aos procedimentos avaliativos como no empenho tanto do governo como das IES na implementação das novas propostas. Neste sentido os órgãos federais têm buscado disponibilizar dados e evidências da ocorrência das mudanças e do avanço em termos de melhoria da educação. Diferentemente do que ocorria no sistema anterior à introdução do SINAES a avaliação de desempenho dos estudantes busca levar em conta o quanto a instituição de ensino acrescenta na formação geral e no conhecimento dos estudantes ao longo do curso, enfatizando o efeito do curso sobre o aprendizado do aluno. Esse "valor agregado" visa descobrir o que cada curso soma ao perfil cultural e profissional do acadêmico. O ENADE enfatiza a quantidade de mudança apresentada pelo aprendiz em resposta às intervenções sofridas ao longo do processo, buscando aferir se houve ou não um implemento na qualidade dos processos metacognitivos relevantes para a solução de problemas com as quais se defrontará ao longo da vida profissional. Assim, as diretrizes para a elaboração das provas centra-se na questão das habilidades escolares e nas competências profissionais. Aqui, habilidade é entendida como uma característica psicológica individual (sendo primariamente uma característica mental) que responde às exigências de uma determinada atividade e que influencia, sendo todas as condições iguais, o sucesso no domínio criativo de uma atividade - em particular, um domínio relativamente rápido, fácil e completo do conhecimento, das destrezas e dos hábitos relativos a uma determinada atividade, caracterizando-se como uma habilidade acadêmica ou escolar. Ja a competência profissional se refere ao conhecimento, destreza ou atitude que capacita um indivíduo a desempenhar, de maneira efetiva, uma atividade relacionada a uma dada ocupação ou função de acordo com os padrões estabelecidos e esperados. O ENADE vem sendo aplicado desde 2004 e, de acordo com a legislação busca aferir o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares dos respectivos cursos de graduação, suas habilidades para ajustamento às exigências decorrentes da evolução do conhecimento e suas competências para compreender temas exteriores ao âmbito específicos de sua profissão, ligados à realidade brasileira e mundial e a outras áreas do conhecimento. Nesta exposição serão tratados os modelos do exame, seus fundamentos psicológicos, bem como alguns resultados e simulações realizadas.

ISSN 1981-2566

A INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Liene Regina Rossi

As ações que uma sociedade desenvolve com relação à pessoa com deficiência são fundamentalmente determinadas pelas concepções que assume sobre o homem, sociedade e diferença, bem como, pelos valores que permeiam tais concepções. A inclusão da pessoa com deficiência nas diferentes instâncias da vida em sociedade mostra-se radicalmente baseada numa filosofia que reconhece e aceita a existência da diversidade humana, alterando conseqüentemente sua prática de relações, de forma a favorecer a igualdade de oportunidade e condições para todos os cidadãos. No início da primeira década do novo milênio, a expansão do ensino superior tornou-se uma questão premente na agenda das políticas públicas como fator de crescimento e desenvolvimento social. No entanto, o planejamento e a implantação de políticas educacionais para atender essa demanda, requerem domínio conceitual sobre inclusão escolar e sobre as solicitações decorrentes da adoção enquanto princípio ético-político. Há necessidade da clara definição dos princípios e diretrizes nos planos e programas elaborados, capazes de permitir a redefinição dos papéis da educação e de como se compõe o atendimento desse alunado. Este estudo teve por objetivo investigar a adoção de políticas e programas dirigidos à integração e inclusão de pessoas com deficiência nas Instituições de Ensino Superior (IES). Participaram sete IES da região centro-oeste do Estado de São Paulo com cursos na Área de Humanas. A metodologia empregou um protocolo semi-estruturado de entrevista com o coordenador de área, tendo questões relacionadas à estrutura e funcionalidade acadêmica para alunos com necessidades educacionais especiais portadores de deficiência física, sensorial e/ou mental. Constatou-se que somente 14% da amostra possuíam Programa de Políticas de Educação Inclusiva, Núcleo e Laboratório Especializado, Oferta de Serviços, Grupo de Estudo, Projetos de Pesquisa e Extensão à população especial; 43% tinham Programa de Apoio, e, 28% adotaram disciplinas curriculares com conteúdos sobre deficiência e/ou inclusão. Os resultados evidenciaram que, embora a legislação brasileira tenha alcançado avanços consideráveis nas últimas décadas (Programa de Acesso à Universidade - Incluir/Decreto 5296/2004), o acesso e permanência deste aluno no ensino superior é restrito, associado às condições sócio-econômicas e à própria história de exclusão, peculiar à educação superior no país. O estudo concluiu que, embora as leis assegurem o direito de acesso das pessoas com deficiência ao ensino superior, a prática educacional não compatibiliza. O estudo refletiu sobre a necessidade de a comunidade educacional rever a importância da implantação de programas que permitam o acesso das pessoas com deficiência nos níveis mais elevados de ensino, visando prepará-las com educação adequada, democrática, isonômica e eficaz, para assim, contribuírem significativamente em diferentes áreas do conhecimento.

Palavras-chave: Ensino superior, inclusão, deficiência.

ISSN 1981-2566

A IMPORTÂNCIA DA EXPLORAÇÃO VOCACIONAL NO ENSINO SUPERIOR PARA O SUCESSO NA TRANSIÇÃO PARA O TRABALHO: UM ESTUDO LONGITUDINAL NUMA AMOSTRA PORTUGUESA

Diana Margarida Pinheiro de Aguiar Vieira
Joaquim Luís Coimbra

A compreensão do processo de transição para o trabalho apela à realização de estudos longitudinais que viabilizem o acompanhamento, ao longo do tempo, das trajectórias académicas e profissionais dos indivíduos. Por outro lado, a complexidade inerente a este processo coloca também a necessidade de se considerar variáveis de natureza diversa, isto é, no desenrolar da transição para o trabalho jogam variáveis associadas ao indivíduo bem como ao seu contexto. De um ponto de vista ecológico-desenvolvimentista, as trajectórias vocacionais, nomeadamente as que ocorrem em situações de descontinuidade ou de transição, têm como matéria-prima experiências de exploração. Assim, a exploração vocacional consiste num processo complexo e dinâmico que enquadra as actividades que visam promover um maior conhecimento de si próprio e do mundo do trabalho. A literatura vocacional tem evidenciado a preocupação com a identificação dos antecedentes e das consequências/ resultados da exploração vocacional. Entre os factores facilitadores da exploração vocacional, tem-se salientado o apoio social percebido por parte daqueles que são significativos para o sujeito. Neste mesmo sentido, um contexto académico propiciador do contacto com a realidade do mundo profissional também tem vindo a mostrar-se como impulsionador da exploração vocacional. Por outro lado, as consequências positivas e desejáveis advindas da exploração vocacional têm sido sistematizadas como um maior grau de conhecimento acerca das características de si próprio bem como acerca do meio formativo e profissional. No que diz respeito à transição para o trabalho, a média do curso e a aquisição de uma actividade remunerada após a conclusão daquele, se constituem como indicadores de sucesso objectivo. No entanto, consideramos pertinente a inclusão de critérios de sucesso subjectivo, isto é, psicologicamente mais relevantes. De facto, a própria satisfação do indivíduo face ao seu percurso académico e profissional bem como a satisfação laboral inicial são igualmente critérios de sucesso importantes a ter em conta na transição para o trabalho. Assim, o principal objectivo do estudo apresentado consiste em analisar em que medida a qualidade dos resultados da exploração vocacional contribui para o sucesso na transição para o trabalho. Além disso, procuramos também analisar a influência da percepção do apoio social e da adequação do curso para a transição para o trabalho, enquanto factores facilitadores da exploração vocacional. A partir de uma amostra de 217 sujeitos avaliados no final do percurso académico e um ano depois, os resultados deste estudo evidenciam a contribuição do apoio social e da adequação do curso para a transição na qualidade da exploração vocacional. Finalmente, a importância da exploração vocacional para o sucesso na transição para o trabalho é também suportada pelos resultados deste estudo, ao nível da satisfação com o percurso académico e profissional, da satisfação laboral inicial e da média de conclusão do curso.

Palavras-chave: Ensino superior, exploração vocacional, transição para o trabalho.

ISSN 1981-2566

A INFLUÊNCIA DAS HABILIDADES SOCIAIS NA ADAPTAÇÃO DE ALUNOSAO ENSINO SUPERIOR: UM ESTUDO COMPARATIVO EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO PÚBLICO E PRIVADO

Lincoln Nunes Poubel

Ao ingressar no curso superior o jovem vivencia um momento de grandes desafios e conflitos. A qualidade dessa transição vai depender do desenvolvimento psicossocial do aluno e também dos mecanismos de apoio que a instituição possa colocar à disposição deles. Estes fatores desempenham um importante papel nos níveis de adaptação dos estudantes ao contexto universitário. Portanto, caberá também à instituição de ensino superior se responsabilizar pelos seus estudantes, produzindo estratégias que privilegiem não só aprendizagem de conteúdos, mas também habilidades de adaptação a situações diversas e novas. O objetivo geral desse trabalho é verificar possíveis relações entre as habilidades sociais e as vivências acadêmicas pertinentes a adaptação de alunos ao ensino superior de instituições públicas e privadas, verificando possíveis diferenças que possibilitem uma maior compreensão da adaptação e do sucesso acadêmico. Participaram da pesquisa 200 alunos de ambos os sexos dos primeiros períodos do curso superior, sendo 100 de instituição pública e 100 de instituição privada. A idade dos sujeitos variou entre 18 e 53 anos, com média de 23,52 anos. Houve predominância do sexo feminino (83,5%) sobre o sexo masculino (16,5%). Para avaliar a adaptação acadêmica foi aplicado o Questionário de Vivências Acadêmicas, o QVA (Almeida e Ferreira, 1998), validado para a população universitária brasileira por Villar e Santos (2001) e para medir as habilidades sociais o Inventário de Habilidades Sociais (IHS) de Del Prette e Del Prette (2001). A análise dos resultados comparados do QVA em relação aos alunos de instituições públicas e privadas demonstrou diferenças significativas apenas nas sub-escalas “percepção pessoal de competências cognitivas” e “ansiedade na realização de exames” em favor dos alunos de instituições públicas e nas sub-escalas “autonomia pessoal” e “bem-estar físico” em favor dos alunos de instituições particulares, indicando que os indivíduos pertencentes à instituição pública possuem menor ansiedade na realização de exames e uma maior percepção pessoal de competências cognitivas do que os indivíduos pertencentes à instituição privada. Tal fato não se justifica por diferenças entre as médias obtidas no escore total e nos fatores do IHS, já que a análise demonstrou ausência de diferenças significativas entre esses públicos. Os resultados mais significativos estatisticamente foram os referentes à relação entre o QVA e o IHS, pois quase todas as sub-escalas do QVA apresentaram correlações positivas com o IHS, com exceção das sub-escalas “bem-estar psicológico e desenvolvimento de carreira”. Concluiu-se que quanto maior as Habilidades Sociais, em geral, maior será a adaptação acadêmica. Entretanto, as habilidades sociais não demonstraram ser o fator que justifica os melhores escores no questionário de vivências acadêmicas dos alunos de instituições públicas de ensino superior. Os alunos que vencem a dificuldade do concurso para ingresso em instituições públicas de ensino superior, talvez apresentem habilidades cognitivas que possam também justificar esses resultados.

Palavras-chave: Vivências acadêmicas, habilidades sociais, instituições de ensino superior.

ISSN 1981-2566

A MÍDIA E O PROFESSOR: INIMIGOS OU ALIADOS?

Eliana Santos Pereira

A presente comunicação científica é parte de uma proposta de estudo junto aos docentes de uma universidade que investigou o quanto os mesmos assumem uma postura crítica em relação à mídia e quais competências precisam desenvolver para acessar e processar didática, critica e criativamente a grande diversidade de informações presentes na mídia, no intuito de transformá-las em conhecimento significativo para si próprios e, especialmente, para os estudantes. A reflexão se fundamentou inicialmente nas diversas conceituações e denominações que a sociedade atual recebe dos diferentes autores. Neste contexto social e histórico, foram apontados alguns fatores que caracterizam o cenário atual da mídia, ressaltando a questão do poder e das ideologias. Neste cenário, nossa principal indagação é: O docente universitário, hoje, tem competências para acessar e processar didática e criticamente a grande quantidade de informações da mídia e transformá-las em conhecimento significativo? Assim, buscou-se levantar, junto ao docente universitário, indicadores da presença ou carência de uma consciência crítica diante da mídia e das inúmeras informações que ela oferece, para estabelecer um diferencial na formação dos futuros profissionais. Os sujeitos de pesquisa foram selecionados dos cursos de Pedagogia e Jornalismo de uma Universidade Comunitária Confessional do interior de São Paulo. Trata-se de uma pesquisa exploratória e qualitativa, por envolver o universo de significados, motivos, crenças, aspirações, valores e atitudes que os sujeitos relacionam aos fenômenos da cultura veiculada pelos meios de comunicação e a construção de um conhecimento significativo por meio do desenvolvimento de competências. Na sociedade atual há a primazia da técnica, e com ela se apresenta a difusão ininterrupta de informações de todos os tipos. Com as inúmeras informações vêm atrelados os comunicadores competentes que conseguem difundir os dados e informações de uma forma segura, rápida e bela. O desafio de se trabalhar criticamente com as mídias está em ir além das práticas instrumentais, do tecnicismo que conduz a um deslumbramento acrítico, em ir além da recusa de toda a tecnologia em nome do humanismo e a dar um salto qualitativo na formação dos professores, uma mudança direcionada à superação do caráter redutor da tecnologia educacional para chegar à comunicação educacional. Os resultados apontam para a importância de se desenvolver uma reflexão sobre prática docente e o desenvolvimento da competência midiática na formação de professores, além de outras abordagens que visam maior interação entre educação e meios de comunicação e as formas como podem ser transformados em ferramentas de aprendizagem e facilitadores do processo de construção do conhecimento significativo.

Palavras-chave: Formação de professores, competências, educação e mídia.

ISSN 1981-2566

A INSERÇÃO DA ÊNFASE EM EDUCAÇÃO E COMPROMISSO SOCIAL NO CONTEXTO DAS DIRETRIZES CURRICULARES PARA A PSICOLOGIA: FOCO NO ESTÁGIO

Antonia Cristina Peluso Azevedo
Izabel Maria Nascimento da Silva Maximo

Na perspectiva das Diretrizes Curriculares, a definição das ênfases envolve um conjunto de competências e habilidades dentre as que integram o domínio das exigidas na formação do psicólogo, compatíveis com as demandas sociais ou potenciais e com a vocação da instituição. No curso de Psicologia do Centro UNISAL - Lorena, a ênfase em Educação e Compromisso Social tem como objetivo propiciar ao aluno a oportunidade de exercício de competências e habilidades específicas na área, de modo que o mesmo mantenha contato com as diferentes realidades sociais e a diversificação dos contextos escolares desenvolvendo projetos que o habilite a trabalhar com: prevenção, educação social, equipes multiprofissionais, orientação e intervenção em contextos escolares e sociais na perspectiva de um desenvolvimento humano integrado. Deve ainda o aluno levar para a prática as contribuições correntes da pesquisa científica em Psicologia como ciência e profissão. Para o alcance desses objetivos, , o curso oferece ao aluno um conjunto de disciplinas gerais e específicas da ênfase, além da prática supervisionada de estágio, foco deste trabalho. Os estágios na ênfase aqui referida tiveram início no ano de 2005, com 39 alunos atuando em onze projetos. Esses projetos envolveram procedimentos de diagnóstico e intervenção sociais-comunitários-educacionais. Trabalhou-se também com oficinas, educação social em instituições e comunidades, prestando assistência a 293 pessoas. Em 2006 (levantamento em andamento), o estágio na ênfase envolveu um total de 61 alunos dando continuidade aos projetos do ano anterior e estruturando outros novos, tais como: deficiência e inclusão social, orientação profissional, saúde e trabalho, consultorias. Até o presente momento pode-se concluir pelo aumento significativo de interesse dos alunos pela opção na ênfase em Educação e Compromisso Social, pela amplitude dos projetos educativos-sociais junto à comunidade e, principalmente, pela mudança do olhar do aluno acerca da extensão de projetos de cunho sócio-educativo, para além dos muros da escola e da sala de aula.

Palavras-chave: Educação, compromisso social, estágio.

ISSN 1981-2566

A AUTO-EFICÁCIA NA TRANSIÇÃO PARA O TRABALHO: UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR PORTUGUÊS E BRASILEIRO

Diana Margarida Pinheiro de Aguiar Vieira
Joaquim Luís Coimbra
Soely Aparecida Jorge Polydoro
Adriane Martins Soares

Desde a introdução do constructo de auto-eficácia na literatura psicológica, por Albert Bandura, a auto-eficácia tem vindo a demonstrar a sua importância para a compreensão e previsão do comportamento em diversas áreas do funcionamento humano psicológico. A auto-eficácia, considerada como o sentido de confiança na própria capacidade para desempenhar com sucesso uma dada tarefa ou acção, possui um efeito auto-regulador do comportamento do indivíduo, ajudando a determinar, por exemplo, a sua persistência face à confrontação com obstáculos. A conjuntura económico-social actual permite-nos partir do pressuposto de que a transição para o trabalho não se afigura como um processo fácil para aqueles que terminam o ensino superior. Assim, pensamos que a auto-eficácia nesta fase da vida dos indivíduos poderá desempenhar um papel relevante. No entanto, não sendo a auto-eficácia encarada com um traço generalizado característico de cada indivíduo mas antes como uma característica dinâmica que necessita de ser enquadrada em cada domínio comportamental para assumir um significado, torna-se necessário avaliar a auto-eficácia a partir da utilização de instrumentos adaptados às áreas de funcionamento psicológico em questão. Assim, e uma vez que não encontramos na literatura um instrumento que permitisse a avaliação da auto-eficácia na transição para o trabalho, enveredamos pela construção e validação de tal instrumento, numa primeira fase em Portugal e, posteriormente, no Brasil. O estudo apresentado tem por objectivo principal comparar a auto-eficácia na transição para o trabalho junto de duas amostras constituídas por estudantes do ensino superior português (n= 704) e brasileiro (n= 351). Neste estudo foi utilizada a escala original de Auto-eficácia na Transição para o Trabalho (AETT, Vieira & Coimbra, 2005) e a versão desta escala adaptada para a realidade brasileira (AETT_Br, Vieira, Coimbra, Soares & Polydoro, 2006). As duas versões da AETT apresentam uma estrutura factorial composta por três factores: auto-eficácia na adaptação ao trabalho, auto-eficácia na regulação emocional e auto-eficácia na procura de emprego. No entanto, embora sejam ambas constituídas por 28 itens, existem dois itens distintos entre as duas versões, sendo que esta diferença pode ser atribuída a especificidades culturais dos dois países. Os resultados deste estudo evidenciam semelhanças e diferenças entre as duas amostras no que diz respeito à confiança percebida na capacidade para ter sucesso na transição para o trabalho. A posição relativa dos resultados nas sub-escalas, bem como a auto-eficácia na procura de emprego são equivalentes entre as duas amostras. No que diz respeito à auto-eficácia na adaptação ao trabalho e à auto-eficácia na regulação emocional, os estudantes brasileiros evidenciaram resultados superiores aos dos estudantes portugueses. Os pontos comuns e as especificidades dos resultados nas amostras portuguesa e brasileira são analisados.

Palavras-chave: Ensino superior, auto-eficácia, transição para o trabalho.

ISSN 1981-2566

ACOMPANHAMENTO PSICOLÓGICO NO ENSINO SUPERIOR – RELATO DE EXPERIÊNCIA

Vera Lucia Trabbold

O Programa de Acompanhamento Psicológico e Pedagógico - PAPP é desenvolvido na Faculdade de Saúde Ibituruna - FASI / SANTA CASA, instituição de ensino superior privada no município de Montes Claros/MG. Foi criado concomitante ao Curso de Psicologia, em 2004, como resposta a uma demanda dirigida ao profissional psicólogo para que implementasse ações de prevenção e superação de dificuldades relativas ao processo de ensino - aprendizagem e às relações de trabalho na instituição. O objetivo geral deste Programa insere-se na preocupação das IES privadas ocupadas com a sustentação de um ideal de inclusão em oposição ao panorama macro social contemporâneo de modelo economicamente excludente. A articulação de um trabalho que alie uma visão macro social e a dimensão subjetiva e singular dos sujeitos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem faz do PAPP uma estratégia inovadora que apresenta um diferencial que propõe intervenções que privilegiam as dimensões da saúde e educação, preservando as referências específicas de cada uma com estratégias, estruturas e alcances diferenciados. O PAPP acolhe demandas oriundas dos discentes, docentes, dirigentes e coordenadores de todos os cursos da instituição, envolvendo o curso de Psicologia, a gestora pedagógica e o setor de Avaliação Institucional da FASI/SANTA CASA. As intervenções, individuais e/ou coletivas, são realizadas por um pedagogo e dois psicólogos docentes da instituição que, quando necessário, encaminham os sujeitos a outros profissionais da rede pública ou privada. As ações propostas acontecem em diversos locais, dentre eles, as salas de aulas e o próprio espaço do PAPP e envolvem: a identificação dos entraves ao processo de ensino-aprendizagem; o acolhimento aos ingressantes na instituição para a integração desses entre si e com o ambiente acadêmico; a intervenção em conflitos interpessoais; o favorecimento do auto-conhecimento dos indivíduos e da definição do projeto de vida acadêmico/profissional e desenvolvimento pessoal; o estímulo à formação continuada e o auxilio aos docentes no planejamento, ensino e avaliação entre outras. Busca-se, ainda, uma conscientização dos discentes e docentes de sua co-responsabilidade pela criação, implantação e manutenção das mudanças organizacionais necessárias ao desenvolvimento institucional, bem como, diminuir a evasão escolar. Nesse sentido, contribui para o crescimento e o aprimoramento pessoal e também para a melhoria das condições de ensino e aprendizagem. Assim, o PROGRAMA DE COMPANHAMENTO PSICOLÓGICO E PEDAGÓGICO da FASI / SANTA CASA visa auxiliar os sujeitos no enfrentamento das dificuldades intrapessoais e as colocadas pela sociedade, capacitando-os na identificação e avaliação destes problemas possibilitando, desta maneira, o desenvolvimento de uma postura típica de cidadãos conscientes e profissionais aptos, aliando as dimensões subjetiva e social.

Palavras-chave: Programa de acompanhamento psicológico e pedagógico, ensino superior, psicologia educacional.

ISSN 1981-2566

AS NOVAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO ENSINO DE PSICOLOGIA

Altemir José Gonçalves Barbosa

As novas tecnologias de informação e comunicação (TIC), cada vez mais, estarão presentes nas salas de aula, em todos os níveis educacionais, em todos os tipos de ensino. As novas tecnologias, especialmente a informática e a Internet, chegaram às escolas e universidades para ficar. Isto inclui, evidentemente, os cursos de Psicologia. Usar as novas tecnologias de informação e comunicação (TIC) para obter mais e melhor ensino-aprendizagem na área tem mobilizado uma número crescente de pesquisadores e profissionais. Isto fez com que a produção científica sobre o uso de computadores e outras TIC para ensino de Psicologia crescesse significativamente nos últimos anos. Parcela significativa das pesquisas feitas evidencia que o uso de TIC na formação inicial e continuada de psicólogos pode gerar uma aprendizagem mais significativa, facilitar a retenção e a transferência das aprendizagens, motivar os aprendizes, enriquecer o currículo, atender às necessidades dos discentes, facilitar o acesso à informação, alfabetizar em informática e, principalmente, formar profissionais mais capacitados e aptos para incorporarem essas tecnologias em suas vidas no mercado de trabalho. Todavia, no Brasil, o uso dessas tecnologias em todos os níveis de educação, incluindo a educação superior e, mais especificamente, os cursos voltados para os psicólogos, é bastante limitado. No âmbito do ensino de Psicologia, mesmo as aplicações tradicionais de informática (softwares de estatística, base de dados etc.) são subutilizadas. Aqui parece predominar uma visão limitada sobre o uso de tecnologias para ensinar psicólogos. Geralmente os cursos de graduação oferecem uma ou duas disciplinas, às vezes opcionais, para alfabetizar os futuros profissionais em informática. Um ou outro curso faz um uso mais audacioso de TIC para ensino-aprendizagem. No que se refere a esse aspecto, os cursos de pós-graduação da área não são significativamente diferentes dos de graduação. Há que se acrescentar a isso a carência extrema de softwares educativos e de páginas de Internet educativas com conteúdo psicológico em língua portuguesa. O que causa mais preocupação ainda é o fato de diminuto também ser o número de profissionais (psicólogos, pedagogos etc.) capacitados para desenvolver estes recursos educacionais. Assim, o desamparo do professor que deseja usar as novas TIC em suas aulas é extremo, restando ao educador usar, de forma adaptada, ferramentas de informática polivalentes (planilhas eletrônicas, softwares de estatística, páginas não educativas da Internet, grupos de discussão on-line etc.). Ressalta-se que o uso de ferramentas de informática não planejadas inicialmente para uso pedagógico pode gerar contribuições frutuosas para o ensino, mas também são grandes os riscos, pois muitos destes recursos foram pensados com propósitos muito divergentes dos educacionais. Parcela significativa das dificuldades descritas anteriormente é decorrente da utilização de formas “tradicionais” de ensino nos cursos de graduação e pós-graduação. Essa forma “pobre” de educar tem sido inclusive severamente criticada pela Psicologia da Aprendizagem e pela Psicologia Educacional. Assim, urge criar ambientes de aprendizagem ricos para a formação de psicólogos em todos os níveis. O uso de TIC é, sem dúvida, um pré-requisito fundamental para atingir esta meta.

Palavras-chave: Tecnologia educacional, ensino de psicologia, ambientes de aprendizagem.

ISSN 1981-2566

ASPECTOS DINÂMICOS DO ENSINAR E DO APRENDER

André Rosa
Alba Cristhiane Santana

O Projeto Aspectos Dinâmicos do Ensinar e do Aprender foi desenvolvido com estudantes do curso de pós-graduação em Psicopedagogia, da Universidade Estadual de Goiás, por uma professora do referido curso e um estagiário do curso de Psicologia, da Universidade Católica de Goiás, durante o 1º bimestre de 2006. O trabalho foi fundamentado teoricamente na Psicologia sócio-histórica, sob a perspectiva de Vygotsky, visando contribuir com os estudantes de Psicopedagogia no sentido de ampliar o nível de consciência dos determinantes de sua escolha profissional, promovendo reflexões acerca do papel do educador frente às dificuldades de aprendizagem. Além de contribuir com os sujeitos na compreensão de sua própria dinâmica para aprender e, conseqüentemente para ensinar, objetivando uma melhora na qualidade do processo ensino-aprendizagem. Os estudantes de Psicopedagogia que participaram do estudo atuam como educadores na Educação Infantil e Ensino Fundamental. Trabalhou-se com grupos de aproximadamente doze pessoas, durante quinze aulas, através de técnicas vivenciais, propiciando reflexões e debates. Percebeu-se que cerca de 80% dos sujeitos não tinham clareza dos determinantes de sua escolha, apresentando uma visão idealizada do professor, com um discurso construtivista, permeado por uma concepção empirista. A medida que foram compreendendo seu processo de aprender e de ensinar, conseguiram iniciar a construção de novas concepções em relação ao papel do professor e do aluno no processo ensino-aprendizagem, revendo a participação ativa de cada um frente às dificuldades de aprendizagem.

Palavras-chave: Papel do professor e do aluno, processo de Ensino-aprendizagem, determinantes, dificuldades de aprendizagem.

ISSN 1981-2566

ATRIBUTOS DO PROFESSOR QUE PROMOVE A CRIATIVIDADE EM SALA DE AULA E PRÁTICA DE AVALIAÇÃO NO CURSO DE PEDAGOGIA

Dulce Regina Souza

O estudo teve por objetivo investigar a percepção de alunos e professores do programa de formação inicial do curso de Pedagogia para professores em serviço a respeito dos atributos pessoais que caracterizam docentes universitários que favorecem o desenvolvimento e a expressão da criatividade. Também pesquisou a respeito da percepção desses quanto à extensão em que a prática de avaliação adotada pelos docentes favoreciam o desenvolvimento e a expressão da criatividade dos discentes. Vinte e quatro professores e 117 alunos do curso de Pedagogia de uma instituição particular de Ensino Superior do Distrito Federal participaram desta pesquisa. Os participantes responderam um questionário composto de três seções: a primeira seção tinha por finalidade levantar os dados biográficos e profissionais da amostra; a segunda incluía um checklist de atributos pessoais, em que tinham que marcar os que caracterizavam um professor universitário que facilitava a criatividade discente; e a terceira, apresentava duas questões abertas relativas às práticas de avaliação dos docentes e o favorecimento da expressão e desenvolvimento da criatividade dos discentes. Constatou-se que, os atributos pessoais mais indicados pela amostra de alunos e de professores foram “É aberto às experiências novas”, “Encoraja o aluno a expressar novas idéias” e “É flexível”. Entre os cinco apontados como mais relevantes, destacaram-se: “É aberto às experiências novas” e “Encoraja o aluno a expressar novas idéias”. Observou-se que “Atividade orientada para a prática” foi a técnica de avaliação mais freqüentemente apontada por ambas as amostras. A “Auto-avaliação” também foi indicada pelos pesquisados como instrumento de avaliação utilizado pelos professores. A “Participação nas aulas” foi o comportamento mais apontado pelos professores como facilitador à expressão e ao desenvolvimento da criatividade dos alunos. A análise das respostas indicou que, para professores e alunos, a prática de avaliação utilizada no curso de Pedagogia contempla o desenvolvimento e a expressão do potencial criativo dos discentes.Criatividade. Atributos do professor que favorece a criatividade.Avaliação.

Palavras-chave: Criatividade, atributos do professor que favorece a criatividade, avaliação.

ISSN 1981-2566

ALOJAMENTOS UNIVERSITÁRIOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

Eduardo Simonini Lopes

A Universidade Federal de Viçosa foi fundada em 1926, quando o então presidente da República, Arthur da Silva Bernardes, buscou fortificar o estado de Minas Gerais em termos agrícolas e tecnológicos, a partir do fomento de uma nova proposta educacional, baseada no trinômio: "ensino, pesquisa e extensão". Foi criada, então, a Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV), com o objetivo de erradicar o empirismo ingênuo dos agricultores rurais e estabelecer uma nova mentalidade científica nas práticas agrícolas nacionais. O primeiro alojamento para estudantes da ESAV foi inaugurado em 1928, estabelecendo-se ali um regime de internato. O sistema de internato esaviano foi o primeiro que deu certo em uma escola superior, e era gerenciado por severas regras morais, baseadas no cultivo do amor à Pátria, rigor nos estudos, comportamento retilíneo e um grande respeito à instituição. Tal modelo disciplinar ficou conhecido como "espírito esaviano" e a lembrança de tal "espírito" permaneceu viva mesmo quando a ESAV tornou-se, em 1949, uma universidade estadual (UREMG – Universidade Rural do Estado de Minas Gerais), a qual foi federalizada em 1969. Como a UFV possui atualmente mais de 10.000 alunos, sendo que mais de 1.500 discentes residem em 7 alojamentos instalados dentro do campus, a questão principal da pesquisa foi: se há oitenta anos, a ESAV foi pioneira no sistema de internato, instalando um modelo disciplinar rígido, que modelos são atualmente construídos no convívio entre os alojados e a UFV? Para tentar cartografar os modelos disciplinares que emergem hoje nas moradias universitárias, foram realizadas entrevistas com alunos moradores de alojamento e com membros da administração universitária. Também foram realizadas observações das dinâmicas dos alojamentos, buscando indicadores de práticas de convívio não explicitadas nos relatos. Como conclusão, temos que a universidade ainda, a exemplo dos tempos da ESAV, tenta estabelecer um conjunto de regras de convívio para os discentes alojados, regras estas que envolvem a proibição do consumo de bebidas alcoólicas e festas nos quartos, a proibição de relacionamentos sexuais dentro dos alojamentos e de trânsito de pessoas estranhas após determinado horário da noite, dentre outras. Porém, o que foi constatado é que os alojamentos se organizam como um mundo à parte dos anseios disciplinares da Administração Superior e, frente a esse outro mundo, a universidade tende a exercitar duas atitudes extremas: ignorar ou oprimir o que surge como desviante. Dentro das moradias e dos quartos, porém, outros regimes disciplinares e regras de conduta emergem, sendo que cada quarto, e mesmo cada alojamento, estabelece seu sistema de regras, valores e dinâmicas à parte das determinações e conhecimentos da instituição universitária. E dessas relações, surgem tanto esferas criativas quanto igualmente opressoras. Acreditamos que, mais do que serem ignoradas ou oprimidas, torna-se necessário à universidade buscar criar novas margens de diálogos com as formas de existir emergentes (que envolvem questões sexuais, ideais sócio-políticos, conflitos emocionais, etc) que devem ser observadas como parte da dinâmica humana e igualmente educacional com a qual uma instituição de ensino deve se comprometer no sentido a potencializar a formação de seus alunos.

ISSN 1981-2566

DESEMPENHO DE ESTUDANTES DE PSICOLOGIA NO COMPONENTE DE FORMAÇÃO GERAL DO ENADE 2004 E 2005

Claudette Maria Medeiros Vendramini

Para tornar válida as inferências feitas sobre a qualidade de cursos e graduandos que contribuem para o reconhecimento ou renovação de cursos de graduação foi elaborada a proposta de um Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES) que objetiva principalmente a melhoria da qualidade da educação superior brasileira, promovendo uma avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes. Nesse sistema a avaliação do desempenho dos estudantes tem como um de seus objetivos acompanhar o processo de aprendizagem e o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos que compõem as grades curriculares dos cursos. O Exame Nacional de Avaliação do Desempenho dos Estudantes (ENADE), que compõe esse sistema, já avaliou 27 áreas desde 2004. A área de psicologia será avaliada em 2006. Os estudantes que participaram do exame foram selecionados por meio de procedimentos amostrais entre alunos ingressantes e concluintes dos cursos de graduação. O processo de amostragem aleatória e a representativa da amostra permitem que sejam feitas inferências confiáveis de características educacionais da população, que possam orientar a tomada de decisões relacionadas aos cursos avaliados. Tanto alunos ingressantes quanto concluintes respondem a questões de avaliação da formação geral, e questões específicas de cada área, compostas por questões discursivas e de múltipla escolha. Serão apresentados neste simpósio alguns resultados de pesquisa sobre o desempenho de estudantes na prova de formação geral do ENADE 200 e 2005, bem como de estudantes de Psicologia que realizaram estas mesmas provas em 2006.

ISSN 1981-2566

DESEMPENHO DE UNIVERSITÁRIOS NO TESTE DE INTELIGÊNCIA NÃO VERBAL G38

Samantha de Oliveira Nogueira
Claudette Maria Medeiros Vendramini

A educação reflete as estruturas econômicas, sociais e políticas vigentes e, em decorrência das transformações ocorridas nos últimos anos no cenário mundial, foi profundamente afetada. Conseqüentemente, uma crescente importância vem sendo atribuída à formação superior, considerada imprescindível para o desenvolvimento da maioria das carreiras profissionais, fato que inviabiliza ignorar a relação entre organizações educacionais, empresas e comunidade. Neste sentido, também é crescente a preocupação com as questões que envolvem a transição do jovem no mercado de trabalho e dentro desta temática, é relevante considerar que a metodologia utilizada nos processos seletivos é extensa e criteriosa, tendo como objetivo diferenciar entre inúmeros candidatos, àqueles que indiquem as habilidades e competências desejadas. No que diz respeito às medidas de inteligência, construto psicológico capaz de predizer o desempenho tanto na vida acadêmica quanto na vida profissional, a Teoria Cattell-Horn-Carroll postula que suas estruturas hierárquicas podem ser mensuradas por meio de testes, sendo a habilidade cognitiva uma característica psicológica individual que favorece um domínio rápido de uma determinada atividade e fundamental no desenvolvimento de novas competências, se aliada às experiências de aprendizagem adequadas. Desta forma, constatando-se que o mercado de trabalho atual é altamente competitivo, e, considerando a importância da transição do universitário neste contexto, supõe-se que o desempenho nos testes de inteligência seja um fator importante, já que podem ser utilizados como critério de corte nos processos seletivos. Assim, o presente trabalho objetivou investigar o desempenho de universitários no teste de inteligência G38 e possíveis diferenças de desempenho entre gênero e as áreas de exatas e humanas. O instrumento possui 38 itens apresentados sob forma de um desenho do qual foi retirado um pedaço, e a tarefa consiste em encontrar a alternativa que o complete corretamente. Participaram do estudo 308 universitários de diferentes séries, submetidos a um processo seletivo de estágio de uma multinacional automotiva. A amostra é predominantemente do gênero masculino (76%), com idades de 17 a 30 anos e 51% da área de exatas. Os resultados revelaram que a pontuação média dos participantes está de acordo com a normatização do teste para a população de nível superior. As diferenças entre os tamanhos das sub-amostras revelam a preferência dos homens por cursos de exatas e de mulheres pelos cursos de humanas, embora não se tenha observado interação significativa entre gênero e curso nos níveis de inteligência avaliados. Os estudantes de exatas obtiveram pontuação média significativamente superior à área de humanas. Os universitários do gênero masculino, independente da área, obtiveram, em média, valores significativamente superiores aos das mulheres. Assim, nota-se que, os homens apresentaram mais chances de participarem das etapas finais do processo seletivo, e conseqüentemente, de serem aprovados, entretanto, sugerem-se estudos que comprovem a validade preditiva destas medidas no segmento automotivo, bem como, estudos que normatizem o desempenho nas áreas de exatas e humanas.

Palavras-chave: Habilidade cognitiva, seleção de pessoal, mercado de trabalho.

ISSN 1981-2566

DESENVOLVIMENTO VOCACIONAL NO ENSINO SUPERIOR: A INTERVENÇÃO DO SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO VOCACIONAL E DESENVOLVIMENTO DA CARREIRA

Diana Margarida Pinheiro de Aguiar Vieira
Joaquim Luís Coimbra
Viviana Meirinhos

Ao contrário de uma ideia comum existente na população em geral, a entrada num curso de nível superior está longe de se constituir como um marco do fim da necessidade de orientação vocacional no percurso do indivíduo. Aliás, como é sabido no âmbito da literatura vocacional, o desenvolvimento vocacional é um processo que decorre ao longo de toda a vida do indivíduo, uma vez que a relação do sujeito com o trabalho e com a formação vai assumindo diferentes contornos no decurso da sua vivência. Neste trabalho nos focalizaremos nas necessidades de orientação vocacional numa população específica: os estudantes do ensino superior. Assim, após uma breve caracterização desta fase do desenvolvimento da carreira do indivíduo, serão apresentadas várias iniciativas que visam a promoção do desenvolvimento vocacional dos estudantes, no âmbito do Serviço de Orientação Vocacional e Desenvolvimento da Carreira. Este serviço, em funcionamento desde 2001 na Escola Superior de Estudos Industriais e de Gestão (Instituto Politécnico do Porto, Portugal), tem por missão promover o desenvolvimento pessoal, académico e profissional dos estudantes desta instituição de ensino superior. De facto, a intervenção vocacional implica intervir nas vertentes pessoais, académicas e profissionais do sujeito. A promoção de uma gestão eficaz e satisfatória dos vários papéis de vida, sejam eles familiares, académicos e/ou profissionais, dada a sua natureza sistémica, são o objecto da intervenção vocacional. Assumindo-se que a transição para o trabalho consiste num processo dilatado no tempo, que se inicia com a formação académica, abarca a finalização do curso e a procura de emprego, e que prossegue com a adaptação ao papel de trabalhador, procuramos criar e organizar as actividades deste serviço dando resposta a todas as fases deste processo. Assim, o serviço configura-se em quatro unidades funcionais estruturadas em rede: a Unidade de Orientação Vocacional, a Unidade de Desenvolvimento da Carreira, a Unidade de Integração no Mercado de Trabalho e o Observatório ESEIG. As três primeiras unidades atrás enunciadas se dedicam à intervenção directa junto dos estudantes e diplomados, dinamizando actividades em formato individual e/ou em grupo. Complementar-mente, o observatório é uma unidade transversal de apoio ao serviço que se centra na recolha e tratamento de informação de input e de feedback, de forma a viabilizar a adequação da intervenção e da gestão de todas as unidades do serviço. Neste trabalho apresentaremos uma descrição detalhada das actividades e dos instrumentos utilizados em cada área funcional cujo conjunto permite a prossecução dos objectivos e da missão do Serviço de Orientação Vocacional e Desenvolvimento da Carreira (SOVDEC).

Palavras-chave: Desenvolvimento vocacional, educação superior, estudante.

ISSN 1981-2566

ESTÁGIO EXTENSIONISTA EM PSICOLOGIA EDUCACIONAL/ESCOLAR

Karina Fideles Filgueiras

O projeto de Estágio Extensionista em Psicologia Educacional/Escolar foi criado a partir da demanda da Secretaria Municipal de Educação de Arcos – MG – SEMED - e da nova Política de Extensão Universitária da PUC Minas. A Política de Extensão Universitária da PUC Minas ressalta o papel da extensão Universitária como produtora e difusora de conhecimentos, atendendo a demandas sociais estabelecendo, assim, interlocução com a sociedade na qual a Universidade está inserida.A demanda da Secretaria Municipal de Educação se deu de modo a integrar atividades de ensino, pesquisa e extensão, e consiste na presença de um aluno em cada escola municipal, de Ensino Fundamental, fazendo diagnóstico e intervenções psico-sócio-educativas sob enfoque teórico sócio-interacionista, com supervisões semanais/mensais compartilhadas. As supervisões são compartilhadas porque são feitas semanalmente por duas psicólogas da SEMED e, uma vez por mês, com uma professora da PUC Minas – Arcos.O projeto envolve alunos de Psicologia atentos às relações que perpassam o universo da Instituição Escola. Relações entre alunos e professores, alunos e corpo administrativo escolar, professores e corpo administrativo, família e escola. A intenção é voltar o foco para as relações escolares e não somente manter o discurso de que o aluno é problema central da escola. É fazer a palavra circular através de reuniões, contatos informais, diretos e indiretos com família, alunos e escola.As atribuições do especialista em Psicologia Educacional/Escolar, regulamentadas pelo Conselho Federal de Psicologia, em 2001, dentre muitas, destaca-se que o psicólogo educacional/escolar realiza seu trabalho em equipe interdisciplinar, integrando seus conhecimentos àqueles dos demais profissionais da educação. O papel do curso de Psicologia é ressaltar e enfatizar, para os alunos em formação, que não é uma superposição de saberes, mas sim uma justaposição, um trabalho integrador, de modo a aplicar os conhecimentos psicológicos, adquiridos no curso de Psicologia, para auxiliar os profissionais que atuam na escola, principalmente os conhecimentos relativos ao processo de ensino e aprendizagem relacionados ao desenvolvimento humano e às relações interpessoais, de modo a promover o desenvolvimento integral do ser.Sabendo-se que a aprendizagem se dá na interação social (Vygotsky, 1989), pode-se afirmar que quanto mais se aprende mais se desenvolve. Sendo assim, é papel do psicólogo educacional/escolar, propiciar a circulação da palavra nas interações e relações que atravessam a Instituição Escola.Além dessas atribuições e objetivos, o curso de Psicologia da Puc Minas Arcos preocupa-se com a interdisciplinaridade atrelando teoria e prática, que se realiza tanto por meio da seleção e processamento de demandas externas à Universidade quanto da elaboração interna de questões que merecem ser desenvolvidas à luz de conhecimentos e teorias.

Palavras-chave: Sócio-interacionismo, psicologia educacional, ensino fundamental.

ISSN 1981-2566

O ESTUDANTE DE CLASSES POBRES E A HUMILHAÇÃO SOCIAL

Maira Alves Barbosa

Tomando como referência a pesquisa realizada em regime de Mestrado e intitulada Estudantes de classes pobres na universidade pública: um estudo de depoimentos em Psicologia Social, este trabalho apresenta algumas reflexões a respeito da experiência de estudantes de classes pobres na universidade e o fenômeno da humilhação social, com o intuito de trazer idéias que possam contribuir para uma discussão, atual e urgente no país, a respeito das condições necessárias para que a educação efetivamente aconteça nas classes populares e sobre o ingresso e permanência na universidade de estudantes oriundos destas classes. Para tanto, serão apresentados e discutidos traços psicológicos de experiências da universidade pública a partir da memória de estudantes oriundos de classes pobres e graduados na Universidade de São Paulo – experiências que implicam o contato entre cidadãos de classes sociais distintas e marcadas pela desigualdade econômico-política. A partir da memória dessa experiência, ou seja, das lembranças daqueles que viveram esta condição, busca-se refletir sobre questões como: quais as motivações do estudante pobre para a universidade? Que mudanças a universidade opera em sua vida? No âmbito universitário, de que modo se dá o convívio entre pessoas e mentalidades provenientes de distintos mundos socioculturais? De que modo a experiência de classe atravessa a experiência universitária? Como conclusão, são apontadas quatro idéias principais: 1) a experiência universitária de estudantes de classes pobres comporta considerável estranhamento cultural que implica certa crise de identidade e que, vivido sob condições de humilhação, traz desenraizamento (tal como este conceito foi determinado por Simone Weil); vivido sob condições de amizade e de luta contra a humilhação, traz enriquecimento e crescimento psicossociais; 2) a idealização dos saberes e agentes universitários intimida e, quando combinada a experiências de desigualdade de classes, intimida ainda mais e confunde; é preciso superá-la para que o estudante possa afirmar-se e, assim, ter condições para mostrar sua originalidade e aprender com a universidade e com os outros; 3) o estudante pobre na universidade pública é um lutador: um persistente desejo de crescimento pessoal e social, de aprendizagem, de independência e de realizações profissionais parece movê-lo – a universidade não está no horizonte dos projetos de sua classe, depende sempre de uma conquista que exige luta contra obstáculos materiais e morais de rebaixamento; 4) a amizade, importante apoio no percurso universitário, tende a ser buscada e alcançada entre aqueles com quem o estudante compartilha condições semelhantes de vida (na pesquisa em questão, os estudantes entrevistados não mencionaram amizade entre eles e pessoas de classes antagonistas).

Palavras-chave: Universitários, humilhação, memória.

ISSN 1981-2566

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E A IDENTIFICAÇÃO DOS ESTILOS DE APRENDER

Eliana Santos Pereira

Conhecer e intervir no processo de ensino-aprendizagem é fundamental para os profissionais da Psicologia Escolar e Educacional e, para tanto, devem-se considerar os vários níveis e modalidades educacionais. Deve-se considerar também que o advento das tecnologias de informação e comunicação (TIC's) fez com que o ensino à distância (EAD) 'renascesse' e ganhasse força, marcando presença nos ensinos fundamental e médio e, sobretudo, na educação superior. Tornou possível, ainda, encontrar registros sobre o emprego do ensino a distância em processos de alfabetização de jovens e adultos (EJA). Quanto ao ensino superior à distância, atualmente, é possível encontrá-lo formatado e oferecido como cursos de graduação, extensão, aprimoramento e mesmo pós-graduação, seja lato e/ou stricto sensu, tanto em instituições privadas quanto em públicas. As TIC's são empregadas para ensino on-line, virtual. Recursos computacionais e aparelhos eletrônicos portáteis são amplamente utilizados. Há uma produção científica bastante ampla sobre EAD no nível superior. É possível, por exemplo, encontrar estudos científicos sobre os aspectos legislativos dessa modalidade de educação. Eles buscam regulamentar o funcionamento dos cursos, bem como orientar quanto aspectos legislativos curriculares e do professorado. Apesar do controle para o oferecimento de EAD, dados de uma associação do setor apresentam um crescimento vertiginoso na oferta e procura por cursos a distância on-line, principalmente na região sudeste do país, nos últimos anos. Outros estudos, baseados em relatos de experiência, enfocam experiências como professor-tutor, implantação e(ou) adaptação de um determinado curso presencial para modalidade a distância, como também relatos de experiência em determinadas plataformas educacionais, entre outros. Mesmo assim, a carência de estudos sobre o tema é muito grande. Nos últimos anos, poucos são os registros de investigação nesta modalidade de ensino, por parte dos profissionais da Educação e Psicologia, ao menos em território nacional. O aumento da oferta e da procura, bem como a escassez de estudos que abordem esta modalidade de ensino e, especialmente, os estilos de aprendizagem dos discentes e as estratégias de ensino utilizadas pelos educadores, fizeram com que a autora indagasse sobre a qualidade dos serviços educacionais prestados. Identificar os estilos de aprendizagem dos alunos nesta modalidade de educação, traçando um perfil acadêmico dos mesmos, pode facilitar o planejamento pedagógico e fomentar no professorado a adoção de determinadas estratégias de ensino em detrimento de outras, para, desta maneira, aproximar-se dos estilos de aprendizagem de seus alunos, considerando as várias dimensões que os compõem, como: social, emocional, psicológico, ambiente e físico, segundo modelo teórico proposto por Dunn. Contribuir-se-á, assim, para a construção de conhecimento dos alunos e, conseqüentemente, para o desempenho acadêmico dos mesmos.

Palavras-chave: Educação a distância, estilos de parendizagem, tecnologias de informação e comunicação.

ISSN 1981-2566

ESTUDANTES COM DESVANTAGENS SÓCIO-ECONÔMICAS E EDUCACIONAIS E FRUIÇÃO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA:

Wilson Mesquita de Almeida

A pesquisa desloca o olhar para um momento ainda muito pouco sistematizado no campo do ensino superior brasileiro, qual seja, a investigação dos processos desiguais de fruição da universidade pelos diferentes indivíduos ingressantes. Essas diferenciações são produzidas mediante distintos modos de aproveitamento do curso, como o envolvimento em pesquisas, a apropriação de equipamentos materiais e culturais, a realização de atividades extracurriculares, além de informações sobre programas de cunho formativo existentes no âmbito da universidade. Assim, os objetivos da pesquisa voltam-se para verificar como ocorreu o processo de socialização no ambiente familiar, além de buscar reconstruir a trajetória de ingresso, buscando depreender quais crenças, expectativas, conhecimentos, desconhecimentos, dentre outros aspectos, os estudantes traziam e, por fim, investigar o trânsito no mundo universitário mediante a apreensão do cotidiano, da adaptação à linguagem acadêmica, da realização dos afazeres, do contato com indivíduos de origem similar bem como de outros estratos sociais. A pesquisa utilizou metodologia qualitativa, operacionalizada em duas fases: uma primeira, onde foram realizados grupos focais com alunos selecionados a partir de um cruzamento de dados sócio-econômicos solicitado à Pró-Reitoria de Graduação da Universidade de São Paulo com ingressantes do ano de 2003. Numa segunda fase, foram feitas entrevistas semi-estruturadas com o objetivo de refinar as principais categorias surgidas no trabalho de investigação. Procura-se integrar à análise do acesso à universidade aquilo que denominamos permanência efetiva, assim designada pois, além da dimensão material que vários estudos apontam e que incidem sobre a retenção e evasão do estudante – auxílio em termos de transporte, alimentação, xerox –, incorpora também o nível simbólico/cultural e o nível emocional. O primeiro procura dar conta do que o estudante traz consigo em termos de formação cultural valorizada pelo ambiente universitário. O segundo analisa os constrangimentos emocionais que passam a fazer parte da vida estudantil, ao marcar uma entrada num novo universo, tecido por intensas mudanças: um novo espaço que rompe com relacionamentos mais sólidos até então existentes em níveis escolares anteriores; a confrontação com métodos de ensino diferenciados onde puderam ser apreciadas tensões; uma sociabilidade mais fragmentada na relação com colegas, além do aumento das tarefas escolares que exigem uma nova postura consubstanciada num trabalho mais independente. Enfim, essa dimensão aponta para as rupturas e rearranjos que ocorrem quando da entrada na universidade, o que requer uma reordenação de referenciais e de novas redes de relacionamento. Indaga, finalmente, sobre até que ponto a universidade, no estágio atual de pressão e entrada de segmentos em desvantagens sócio-econômicas e educacionais, pode interferir no sentido de prover informações, readaptar grades curriculares, integrar projetos existentes de auxílio, dentre outras ações. Em suma, o foco passa a ser um estudo mais pormenorizado das diferenças na qualidade da educação recebida pelos diversos segmentos sociais presentes na universidade pública.

Palavras-chave: Inclusão social e ensino superior, estudantes com desvantagens sócio-econômicas, acesso e permanência de segmentos populares no ensino.

ISSN 1981-2566

O EXERCÍCIO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO NA ÊNFASE EM PSICOLOGIA EDUCACIONAL

Paula de Souza Birchal
Arthur Parreiras Gomes

O curso de Psicologia da PUC-Minas foi criado em 1959, sendo o primeiro do Estado de Minas Gerais e o terceiro do Brasil. No Campus Coração Eucarístico, onde se iniciou o Curso de Psicologia na PUC-Minas. As disciplinas do currículo se distribuem em três níveis: o nível básico, com disciplinas de formação geral; o nível intermediário, com introdução à prática profissional nos diversos campos da Psicologia, e o nível profissional, com disciplinas específicas para as áreas: clínica, educacional e organizacional e do trabalho.A ênfase em Psicologia Educacional implantada em 1989 contempla conteúdos que orientam o diagnóstico e intervenções diante dos problemas e das situações que a prática educacional tem identificado nas escolas e em outros campos da educação. É neste contexto que a monografia tornou-se um modelo de trabalho cuja exigência foi sendo instituída gradativamente no ensino superior. No atual currículo do curso, a mesma se apresenta na condição de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), desde 1989, na Ênfase em Psicologia Educacional.O Trabalho de Conclusão de Curso (monografia) é direcionado por três eixos através dos quais os alunos e professores transitam, alinhavando as disciplinas teóricas e os projetos de estágio: História, Epistemologia e Intervenção, que sustentam o Projeto Pedagógico da Ênfase em Psicologia Educacional. A elaboração de projetos de pesquisa e a produção monográfica nesta ênfase visam fundamentalmente o exercício sistemático de investigações em Psicologia, partindo do incentivo da criatividade do aluno na eleição de problemas relevantes, tanto para o contexto científico da Psicologia, quanto para a sua formação profissional e pessoal. Sendo assim, são valorizados, como fontes de investigação, as experiências de estágio, os temas pertinentes às teorias estudadas, as perspectivas profissionais e outros recortes de interesse e de necessidade significativos para a produção do conhecimento em Psicologia. Na ênfase em Psicologia Educacional, a produção monográfica também se tem tornado um desafio à continuidade dos estudos dos alunos no âmbito da pós-graduação em diferentes linhas de pesquisa. Outra dimensão ainda a ser considerada é a relevância social de determinadas temáticas que permitem o acadêmico dialogar continuamente com a sociedade na sua contemporaneidade. Portanto, as monografias também possibilitam a interlocução entre a Ênfase em Psicologia Educacional e o Laboratório de Psicologia Educacional. Ainda compondo o cenário da pesquisa na Ênfase em Psicologia Educacional temos a disciplina Metodologia de Pesquisa em Psicologia Educacional apresentando as tendências da pesquisa em Psicologia no Brasil, contribuindo para a elaboração e análise de projetos educacionais e instrumentalizando o aluno na produção do conhecimento a partir de fenômenos e situações concretas, na articulação entre teoria e prática e entre ciência e exercício profissional. Portanto, a implantação do exercício da monografia na Ênfase em Psicologia Educacional foi uma das portas para a introdução da pesquisa no curso, atualmente também implantada nas ênfases Clínica e Organizacional e do Trabalho.Diante do exposto, propõe-se refletir sobre os aspectos favoráveis e críticos do trabalho monográfico na graduação em Psicologia e seus possíveis encaminhamentos

Palavras-chave: Monografia, psicologia educacional, trabalho de conclusão de curso, metodologia.

ISSN 1981-2566

INTERVENÇÕES PSICOEDUCATIVAS EM CRECHES

Jane Moreira de Azevedo

O Projeto Político Pedagógico do Curso de Psicologia da PUC Minas do campus Arcos, tem como tônica, a formação do psicólogo generalista orientando-se pela pluralidade teórica e metodológica, possibilitando ao aluno uma visão crítica e criativa da ciência psicológica.Para se efetivar de forma profícua a formação de psicólogo é essencial a atividade de estágio. O estágio de intervenções sócio-educativas em creches tem como proposta o diagnóstico, planejamento e intervenção nas instituições educacionais a partir de demanda específica da instituição conveniada com a PUC Minas em Arcos. O projeto de trabalho do estagiário se norteará pela necessidade apontada pela instituição atendida, porém, caberá também ao aluno indicar campos de necessidade de intervenção do estagiário de psicologia no âmbito institucional. O trabalho nas creches na cidade de Arcos e municípios vizinhos foi desenvolvido através dos seguintes passos: Os alunos/estagiários do 5o. período do curso de psicologia da PUC Minas em Arcos freqüentavam as creches semanalmente e colhiam a demanda da instituição. O diagnóstico institucional compreendia o período de escuta da demanda institucional, a observação da creche e entrevistas realizadas com os membros das creches. As intervenções realizadas nas entidades eram baseadas nesse diagnóstico. As atividades eram realizadas conjuntamente com a equipe da creche, fazendo com que essa construísse um saber e um fazer frente a suas questões em parceria com corpo de estagiários. As intervenções realizadas nas creches nesse percurso privilegiavam o diagnóstico e as intervenções psicossociais e pedagógicas envolvendo toda a comunidade educacional, sendo seus autores: o corpo discente e suas famílias, o corpo docente e o corpo administrativo, envolvendo chefia e funcionários. Nessas podemos destacar: o planejamento de proposta político pedagógico para a creche; trabalho de integração família e creche; estimulação do desenvolvimento de crianças portadoras de necessidades especiais; trabalho com as educadoras (temas: disciplina, a criança pequena, a educação infantil; a sexualidade da criança pequena; o mentir da criança, o brincar, entre outros); o desenvolvimento da sexualidade infantil; entre outros.Esse estágio ocorre a cada semestre letivo, onde os alunos freqüentam as creches conveniadas com a PUC Minas em Arcos. Esses desenvolvem atividades nas creches num período de quatro horas semanais. Eles ainda participam de supervisões semanais com o professor supervisor do curso de Psicologia da PUC Minas em Arcos onde são desenvolvidas leituras de textos nas áreas da psicologia educacional, da educação infantil, entre outros, que se fazem necessários. Esse trabalho é orientado a partir da teoria psicanalítica, das políticas educacionais e as teorias do desenvolvimento psicológico da criança. A partir do trabalho desenvolvido nesse estágio, ocorreu a ampliação da proposta de trabalho para as escolas de ensino fundamental da zona urbana e rural da cidade de Arcos, bem como a ampliação de vagas de estagiários de psicologia na Secretaria Municipal de Educação de Arcos.

Palavras-chave: Creche, desenvolvimento infantil, formação profisssional, psicanálise.

ISSN 1981-2566

O DESENVOLVIMENTO DE UMA NOVA CONCEPÇÃO DO PAPEL DO PSICÓLOGO NO ESTÁGIO EM ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL

Wanderley Chieppe Felippe

O confronto com a experiência de atendimento em Orientação Profissional desperta, na maioria dos estudantes, grande ansiedade, nas fases iniciais do estágio. Trata-se de um momento em que o aluno se vê diante da necessidade de utilizar diversos referenciais teóricos, com os quais teve contato ao longo do Curso de Psicologia, e, sobretudo, de integrá-los em uma nova construção.Alguns modelos de intervenção psicológica parecem estar presentes nas representações dos alunos, nesse ponto de seu percurso, embora sem uma formulação precisa. Buscando entender e assimilar o seu papel na Orientação Profissional, o estudante lança mão desses modelos e estabelece as suas próprias comparações. A referência inicial que aparece nas supervisões de Orientação Profissional é de que o psicólogo realiza um diagnóstico e faz a sua devolução na forma de aconselhamento. Outra representação, presente no imaginário do estudante de Psicologia, é a de que a postura do psicólogo frente ao cliente deve ser sempre de neutralidade e de não-diretividade. Ainda uma outra referência, esta menos freqüente, coloca o psicólogo na posição de intérprete das resistências, contradições, atos falhos, negações e outros dispositivos usados pelo cliente para escapar da angústia. Acostumado a tratar cada disciplina como uma parcela de conhecimento isolada, o estudante se vê numa situação real de atendimento em que deverá integrar tais conhecimentos como condição para se situar em relação ao orientando, conhecê-lo, conseguir perceber sua organização psíquica e seus padrões de conduta que são mobilizados em um processo de escolha que, muitas vezes, o lançam em uma crise. Além disso, deverá formular uma estratégia de intervenção que respeite o modo de ser do orientando, mas que o faça ampliar seu campo de percepção e avançar para um novo posicionamento. A fragmentação desses conhecimentos, bem como os possíveis antagonismos entre eles, entretanto, dificultam enormemente, na cabeça do estudante, a sua coexistência pacífica e até mesmo a possibilidade de cooperação entre eles. É de se perguntar até que ponto o Curso de Psicologia contribui tanto para o estabelecimento das representações imaginárias citadas quanto para a fragmentação do conhecimento e a dificuldade de diálogo entre as diversas áreas e abordagens que constituem o campo psicológico.Não é propriamente uma novidade, portanto, observar que o estagiário de Orientação Profissional se mostre também ele surpreso com a mudança ocorrida nesse campo nos últimos anos, especialmente a partir da década de 80. E mesmo depois de um entendimento racional da nova proposta de atendimento, com a utilização do método clínico, permanece insegurança em relação ao papel a ser desempenhado. É, sem dúvida, mais fácil conceber o psicólogo exercendo a função de aconselhador, devolvendo o resultado ao seu cliente, ao final do trabalho. Quando não há mais devolução, indicação ou sugestão a ser feita, abre-se um espaço de angústia também para o estagiário. Que novo papel profissional é esse? Trata-se, sem dúvida, de uma aprendizagem que deverá integrar teoria e prática em um novo modelo.

Palavras-chave: Orientação profissional, formação discente, papel profissional.

ISSN 1981-2566

ILUSÃO, RESIGNAÇÃO OU RESISTÊNCIA: MARCAS DA INCLUSÃO MARGINAL DE ALUNOS DAS CLASSES POPULARES NA REDE DE ENSINO SUPERIOR PRIVADA

Jaqueline Kalmus

A atual política educacional, em consonância com interesses advindos do modelo político e econômico vigente, cada vez mais promove alunos pelos sucessivos graus escolares sem garantir uma formação sólida. Isso resulta em uma nova forma de fracasso escolar, um “fracasso relativo”, mais sutil, em que uma parcela dos estudantes oriundos de categorias sociais até então excluídas prematuramente da educação formal passam a atingir graus mais elevados de escolarização. Com a participação do Estado – através de isenção de impostos ou da dotação de verbas (subsídios, bolsas de estudo, crédito educativo etc.) – e a partir de um discurso que recomenda a “qualificação” para o mercado de trabalho a todo custo, também no ensino superior há um grande incentivo para a absorção de um contingente cada vez maior de alunos, inclusive proveniente das classes populares. A necessidade do “diploma superior”, de preferência acrescido por cursos extras (línguas, informática etc.) torna-se um imperativo. A necessidade de freqüentar tais cursos coloca muitos jovens diante de um impasse e torna a vida uma angustiante contagem de tempo e dinheiro, na tentativa de satisfazer os anseios do mercado e tornar-se empregável. Uma parcela crescente de estudantes pertencentes aos estratos empobrecidos da população passa a freqüentar sobretudo instituições de ensino da rede superior privada, sendo que boa parte delas traz as marcas de uma concepção mercantil de educação, promovendo uma formação precária que resulta em diplomas sem valor. Nessa medida, muitos jovens são acometidos por um mal-estar resultante de um “fracasso escolar relativo”: muitos descobrem, estupefatos, que o ensino básico não lhes proporciona as condições necessárias para freqüentar os cursos de sua faculdade; outros percebem o caráter ilusório da promessa de emprego e de melhora de vida contida em um diploma desvalorizado; há ainda os que repetem a vivência do ensino básico e, resignados, apenas esperam o término do curso. Mesmo assim, muitos alunos desenvolvem práticas de resistência, procurando fazer de seu percurso pelo ensino superior uma experiência significativa. Em meio a essa realidade, a passagem pelo curso superior é permeada por diversas contradições. A presente exposição tem como objetivo discutir a maneira pela qual os processos de inclusão marginal ocorrem nessa modalidade de ensino, a partir da compreensão dos sentidos atribuídos pelos estudantes das classes subalternas às formas pelas quais se configura sua passagem pelo ensino superior. Pretende-se abordar as seguintes questões: quais as repercussões subjetivas para os estudantes que se vêem nessa situação, isto é, de que maneira tais processos atingem a vida dessas pessoas, que tipos de sofrimento produzem, que sonhos são construídos ou impedidos? Que sentidos os alunos atribuem para a sua situação, como se posicionam em relação ela (quais as formas de submissão, resignação e resistência encontradas)?

Palavras-chave: Ensino superior, fracasso escolar, alunos.

ISSN 1981-2566

PARA ALÉM DO SOFRIMENTO: A EXPERIÊNCIA DE ESTUDANTES DAS CAMADAS POPULARES EM UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA

Débora Cristina Piotto

Os estudos que versam sobre trajetórias escolares bem sucedidas nas camadas populares são pouco freqüentes quando comparados ao número de trabalhos científicos que tratam do fracasso escolar. Nas pesquisas que investigam o tema, casos de alunos pobres com bom desempenho escolar, são, muitas vezes, compreendidos a partir da chave do "conformismo", no sentido de estes alunos serem aqueles que se conformam aos valores da escola e se submetem docilmente aos professores, adaptando-se perfeitamente às normas institucionais. As pesquisas dão destaque ainda ao sofrimento e ao empobrecimento da personalidade que podem advir tanto da tentativa de corresponder às expectativas de ser bom aluno quanto do "choque cultural" entre escola e família. Nessa mesma direção, estudos que tratam de trajetórias prolongadas de escolarização nas camadas populares – entendidas como a permanência no sistema escolar até o ensino superior – tendem, de certa forma, a enfatizar significados tais como conformismo, sofrimento e ruptura cultural. A longevidade escolar em camadas populares é, em geral, entendida a partir de uma visão que enfoca predominantemente a ruptura ou o choque cultural decorrente da diferença entre o mundo escolar e o familiar e o sofrimento, a humilhação e os prejuízos psíquicos daí provenientes. Mas perguntamos: seriam essas as únicas facetas de trajetórias escolares bem sucedidas nas camadas populares? Quais os custos psíquicos de uma trajetória escolar prolongada? E os benefícios? Trajetórias de escolarização prolongada seriam sempre fonte de sofrimento? Assim, o objetivo do presente trabalho é discutir trajetórias escolares e experiência universitária de estudantes das camadas populares no ensino superior público e problematizar a existência de outros sentidos possíveis no acesso e na permanência desses jovens na universidade. Para isso, apresentaremos e discutiremos entrevistas realizadas com estudantes que ingressaram em cursos de alta seletividade da Universidade de São Paulo – campus Ribeirão Preto e que são oriundos daquelas camadas sociais. Os relatos dos estudantes têm permitido compreender não só as dificuldades enfrentadas, mas também as possibilidades que se apresentam a esses jovens quando ingressam em uma universidade pública. Nesse sentido, por exemplo, diferentemente do que com freqüência os estudos sobre o tema afirmam, o ingresso na USP não significou para estes estudantes fonte de sofrimento no tocante à sua relação com a família. Pelo contrário, as entrevistas têm nos mostrado que, além disso, muitas vezes a entrada do filho na universidade traz mudanças positivas também para as famílias. Se por um lado, a trajetória dos estudantes é marcada por esforço, cansaço e solidão e sua experiência universitária é pontuada por dificuldades e, muitas vezes, por um sentimento de não pertencimento, por outro, a entrada na universidade pública traz possibilidades que transformam inteiramente a perspectiva de vida desses jovens.

Palavras-chave: Camadas populares, trajetórias escolares, universidades públicas.

ISSN 1981-2566

O PAPEL DA PSICOLOGIA NO ENSINO DO DIREITO

Paulo de Tarso Oliveira

O presente trabalho busca elaborar uma reflexão acerca do papel da Psicologia no contexto do ensino jurídico. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a graduação em Direito, consubstanciadas na Resolução CNE/MEC n. 009/2004, apontaram a necessidade de conhecimento de Psicologia na formação do bacharel em Direito. A julgar pela tradição brasileira nesta área, certamente os cursos de Direito procurarão atender a essa diretriz curricular incluindo a Psicologia como Disciplina em seus currículos de graduação. Mas isso não é, por si só, garantia de atendimento ao sentido mais profundo dessa propositura Também tradicionalmente, no Brasil, os meios jurídicos costumam ver a Psicologia como um mero repertório auxiliar em atividades processuais. Mas a Psicologia representa muito mais que isso. Basta lembrar, entre outras coisas, que as decisões humanas são plenas de fatores subjetivos, com motivações originárias do mundo interior. E a conexão a realidade exterior não é sempre linear ou harmoniosa, mas muitas vezes povoada por conflitos, ambivalências, dicotomias. A Psicologia, no contexto do ensino jurídico, precisaria ser compreendida como partícipe do fenômeno jurídico, com importante papel na compreensão das conexões entre a vida interior do ser humano e a vida exterior, representada esta pelo mundo da cultura, em que se insere esse ser e em que se engendra o plano jurídico do dever-ser. Este, por sua vez, que estabelece limites ou impõe modelos de conduta. Entre essas duas “realidades”, estabelece-se uma dinâmica de relações, em que boa parte delas pode ser vista como das relações entre o psicológico e o jurídico e que merecem ser compreendidas pelos profissionais da área do Direito, já no período de sua formação. Por outro lado, dada a tradição tecnicista e o viés dogmático e positivista que tem caracterizado a formação dos bacharéis em direito no Brasil, as disciplinas de caráter humanístico são muitas vezes vistas como “perfumarias” que nada acrescentam ao “conhecimento jurídico” e este, na referida tradição, reduz-se quase inteiramente ao “conhecimento da lei”. Criou-se, assim, um modelo de ensino jurídico chamado por muitos de “unidisciplinar”, em que as fronteiras do conhecimento do direito são rígidas e o contato com outros saberes é desprezado, mesmo que incluídos em conteúdos de outras disciplinas científicas. Há, no entanto, anseios de superação desse modelo e de transformação do ensino jurídico, com propostas que passaram a ser concretizadas a partir da edição da Portaria MEC 1886/94 e persistem agora, com algum avanço, nas atuais diretrizes curriculares para os cursos de graduação em direito no país. Nelas inclusive se insiste na compreensão interdisciplinar do fenômeno jurídico. Esses e outros aspectos constituem um contexto para um significativo papel da Psicologia e sobre o qual se deve aprofundar reflexões.

Palavras-chave: Relações psicologia-direito, relações subjetividade-cultura, psicologia-currículo-formação jurídica.

ISSN 1981-2566

O UNIVERSITÁRIO E AS RELAÇÕES INTERPESSOAIS: UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

Isabel Cristina Dib Bariani

Os objetivos do ensino superior vão além da ênfase em conteúdos específicos e, concomitante a uma formação profissional, a função social da universidade deve visar a formação do cidadão. Assim, é reconhecida a importância de se proporcionar experiências diversificadas ao estudante universitário, o que parece resultar em benefícios substanciais, incidindo em mudanças cognitivas e afetivas. Estudiosos sustentam que reconhecer a relevância e promover a qualidade das vivências acadêmicas é um desafio de responsabilidade repartida, que engloba tanto uma nova filosofia curricular dos cursos e a organização das universidades como a participação estudantil. Porém, há autores que destacam, principalmente, a responsabilidade das instituições de ensino superior perante o percurso de formação do discente. Nesse sentido, a partir de 2000, com a reestruturação curricular dos cursos de graduação da PUC-Campinas, foram criadas as Práticas de Formação, visando oferecer ao aluno ampliação e enriquecimento de sua formação acadêmica, acrescentando conteúdos e experiências de diversas áreas do conhecimento, além da convivência entre alunos de vários cursos e a oportunidade para desenvolver novas habilidades. No decorrer da graduação, todos os estudantes devem cumprir um número de créditos de Práticas de Formação equivalente ao de semestres do curso freqüentado, as quais são escolhidas dentre um rol com atividades e cursos propostos por professores dos diferentes cursos da universidade. Entendendo que a proposição de uma atividade específica de natureza curricular pode ser uma possibilidade de intervenção junto ao aluno do ensino superior e considerando, mormente, a relevância das relações humanas para a qualidade de vida nos diferentes contextos, foi planejada a Prática de Formação "O Universitário e as Relações Interpessoais" com a intenção de, a partir de vivências grupais, favorecer a aquisição de conhecimentos para a compreensão dos relacionamentos interpessoais e da sua importância para o processo ensino-aprendizagem e a formação universitária. Essa Prática tem funcionado há seis anos, contando com a participação de alunos de diversos cursos, ingres-santes ou veteranos. A carga-horária é 34 horas-aula, distribuídas em seis encontros nos quais são aplicadas técnicas de dinâmica de grupo selecionadas pa-ra propiciar vivência, reflexão e discussão sobre o tema em foco.As avaliações realizadas ao longo dos anos permitem discutir o impacto da realização dessa Prática no desenvolvimento do estudante.Pode-se afirmar que o curso favorece a aquisição de conhecimentos sobre as relações humanas e o seu significado para a vida do cidadão; leva à reflexão sobre as próprias atitudes e suas possíveis repercussões nos relacionamentos; também, corrobora o desenvolvimento de habilidades sociais necessárias para as realizações do dia-a-dia.Embora a sua eficácia seja qualitativamente diferente, ao se considerar grupos de universitários ingressantes ou de veteranos, essa experiência evidência a validade de propostas dessa natureza para ambos os grupos por promover o desenvolvimento ou a lapidação de habilidades de vida.Questões relativas às interações huma-nas, a despeito da relevância, em geral, não são abarcadas formalmente nas uni-versidades; entretanto, partindo do princípio de que o processo educativo é es-sencialmente interativo, considera-se que deveriam ser foco de atenção especial, sobretudo com a proposição de ações de suporte ao estudante.

Palavras-chave: Estudante universitário, relações humanas, prática de formação.

ISSN 1981-2566

PRÁTICAS PSICO-SÓCIO-EDUCATIVAS NA FORMAÇÃO DO ALUNO DE PSICOLOGIA

Karina Fideles Filgueiras
Wanderley Chieppe Felippe
Jane Moreira de Azevedo

A presente mesa tem como objetivo principal apresentar quatro práticas de intervenção psico-sócio-educativas experienciadas no curso de Psicologia da PUC Minas-Arcos, parte integrante da formação do aluno, sob diferentes perspectivas teóricas e metodológicas.As diferentes perspectivas metodológicas se apresentam nos estágios de Orientação Profissional, de Psicologia Educacional/Escolar, de Intervenções Psicoeducativas em Creches e no Projeto de Formação do Adolescente Trabalhador - FORMAT.O foco na formação do aluno de Psicologia se dá de modo a integrar teoria e prática, na tentativa de aproximá-lo da realidade que irá encontrar no seu futuro exercício profissional, visando uma Psicologia aplicada a práticas educacionais tanto dentro como fora da Universidade. As práticas dentro da Universidade são abordadas no estágio de Orientação Profissional e no projeto de Formação do Adolescente Trabalhador. As práticas fora da Universidade são enfocadas na Educação Infantil, com ênfase em intervenções psicoeducativas em creches e no Estágio Extensionista de Psicologia Educacional/Escolar, em todas as escolas de Ensino Fundamental, ambas no município de Arcos – MG.O desenvolvimento de uma nova concepção do papel do psicólogo, no estágio em Orientação Profissional, tem como proposta integrar os conhecimentos prévios adquiridos durante o curso, até o momento do estágio, utilizando-se como um dos referenciais teóricos as teorias existenciais humanistas.O Projeto de Formação do Adolescente Trabalhador – FORMAT é um trabalho em parceria com a Extensão Universitária, tornando-se campo de estágio para os estudantes de Psicologia com referencial teórico nas teorias grupais. Os alunos podem fazer atendimentos em grupos e individuais, permitindo que o adolescente trabalhador reflita sobre sua trajetória de vida e futuro profissional.O Estágio Extensionista de Psicologia Educacional/Escolar tem como objetivo trabalhar com o tripé integrador ensino, pesquisa e extensão, proposto pela PUC Minas, permitindo ao aluno fazer diagnóstico e intervenções sócio educativas juntamente com professores, corpo administrativo e alunos, tendo como referencial teórico as teorias interacionistas de aprendizagem.As Intevenções Psicoeducativas em Creches são realizadas através de estágio supervisionado e têm como bases teóricas os estudos psicanalíticos. O estágio proporciona ao aluno um contato direto com as diversas fases do desenvolvimento infantil, possibilitando-o diagnosticar e intervir individual e coletivamente, possibilitando um desenvolvimento saudável às crianças que freqüentam as creches em caráter preventivo e remediador.As práticas psico-sócio-educativas na formação do aluno de Psicologia, do curso da PUC Minas Arcos têm como função apresentar ao estudante diferentes fontes metodológicas como Orientação Profissional, trabalho com grupos de adolescentes trabalhadores, diagnóstico e intervenção na Educação Infantil e no Ensino fundamental. Tem também, a função de apresentar diferentes referenciais teóricos, tais como já citados anteriormente, as teorias existenciais humanistas, teorias grupais, teorias interacionistas da aprendizagem e teoria psicanalítica. São diferentes suportes teórico-metodológicos para tratar de um mesmo tema: diagnóstico e intervenções psico-sócio-educativas na formação do aluno de Psicologia da PUC Minas Arcos.

Palavras-chave: Formação discente, práticas psico-sócio-educativas, psicologia educacional.

ISSN 1981-2566

OS PROGRAMAS DE TUTORIA (MENTORING) NO ENSINO SUPERIOR: A EXPERIÊNCIA JUNTO A UNIVERSITÁRIOS DE UM CURSO MÉDICO

Maria de Fátima Aveiro Colares

A formação médica, especialmente nos primeiros anos do curso, pode originar períodos de conflitos acadêmicos nos estudantes, dados os estereótipos profissionais e as representações que os mesmos têm acerca da Medicina. No cenário da formação acadêmica é comum ocorrer entre os estudantes questionamentos, dúvidas e problemas, dadas as vicissitudes do curso, incluindo dúvi-das vocacionais. As novas tendências curriculares para cursos na área da saúde preconizam o desenvolvimento de propostas de intervenção que se preocupem com a formação do aluno, no sentido de favorecer aos mesmos espaços nas grades curriculares "oficiais" ou "extra-oficiais" para a reflexão critica do papel profissional em desenvolvimento. Encontramos nos Programas de Tutoria (Men-toring) uma alternativa para executar tais objetivos. A Tutoria destaca-se como uma modalidade especial de relação de ajuda em que uma pessoa mais experiente (professor-tutor) acompanha de perto, orienta e estimula - a partir de sua experiência - um jovem iniciante em sua jornada no caminho do desenvolvimento pessoal e profissional (Bellodi, 2005). Ao Tutor cabe o papel de "conselheiro", "facilitador" de caminhos durante um período de aprendizado acadêmico e pessoal. Esta exposição, portanto tem como foco central apresentar a experiência da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto - USP sobre a implantação de um Pro-grama de Tutoria (Mentoring) destinado aos alunos ingressantes do curso de Medicina, iniciado em 2003. As bases preliminares que evidenciaram a necessidade do programa deram-se através de estudos pregressos desenvolvidos na Instituição pelo Centro de Apoio Educacional e Psicológico (CAEP), órgão destinado ao acompanhamento psicológico e psicopedagógico de estudantes da F-MRP-USP, em parceria com a Comissão de Graduação da referida Instituição. O projeto Tutoria foi estruturado inicialmente com os seguintes objetivos: a) identificar as motivações do aluno para a profissão e dirigi-las adequadamente; b) aju-dar o aluno a ter uma perspectiva real sobre a prática médica, que é diferente da idealizada; c) facilitar o estabelecimento de relações interpessoais no período inicial do curso; d) estimular discussões sobre aspectos da vida acadêmica do aluno, de modo a favorecer a identificação de ações de suporte adequadas. Na prática, a atividade de Tutoria consistiu em reuniões quinzenais, em pequenos grupos, com os alunos de primeiro ano e veteranos, mediados por professores e profissionais médicos da Instituição previamente recrutados e capacitados para a atividade (Tutores). As reuniões ocorriam fora de horário de aula e com temas direcionados para as principais dificuldades vividas durante o início da formação médica. Desde então o Programa têm sido sistematicamente avaliado e os resultados apontam uma percepção positiva de alunos e tutores, indicando que a Tutoria se adapta às necessidades iniciais dos calouros. Os estudantes que partici-pam definem a atividade como um Programa de integração que favorece as rela-ções aluno-aluno e aluno-professor, contribuindo com a des-construção do professor como figura inacessível. Como implicações educacionais os resultados das avaliações têm possibilitado ajustes ao programa e a adoção de estratégias tais como: a Tutoria é iniciada na semana de recepção aos calouros, e a partir desse encontro as reuniões são quinzenais com temas definidos.

Palavras-chave: Estudantes de Medicina, tutoria, formação médica.

ISSN 1981-2566

O PSICÓLOGO NO ENSINO SUPERIOR: UMA EXPERIÊNCIA FENOMENOLÓGICA NA UNIVERSIDADE METODISTA DE SÃO PAULO

Denilson Grecchi
Dalva Loreatto dos Santos

Este estudo visa o relato de experiência de estágio supervisionado em Psicologia da Educação realizado na Faculdade de Economia e Ciências Contábeis da Universidade Metodista de São Paulo. O estágio teve como objetivo compreender a dinâmica das relações de ensino-aprendizagem e interpessoais, bem como, os demais aspectos que permeiam o ambiente educacional, tais como, a organização da instituição, recursos físicos, projeto pedagógico, entre outros. O trabalho foi dividido em duas etapas: diagnóstico institucional e intervenção. Na etapa diagnóstica, realizada sob um olhar fenomenológico, foram levantadas questões relevantes no que diz respeito à qualidade da formação dos alunos. Estudos destacam a importância do primeiro ano do curso superior na vida acadêmica do aluno, valorizando este período como aquele no qual o estudante viverá experiências desafiadoras, muitas delas inerentes ao processo de transição da adolescência para a vida adulta. O modo como o estudante reagirá a estes desafios e o resultado desta sua reação poderá influenciar o seu sucesso acadêmico futuro. No caso de uma experiência inicial negativa, o resultado pode ser um insucesso escolar, aumento nos índices de evasão e de pedidos aos serviços de apoio psicossocial. A dificuldade de ajustamento do aluno também pode ser pensada a partir da sua identidade vocacional. Se esta escolha tiver sido adequada, as probabilidades de adaptação e sucesso do profissional serão maiores, caso contrário, pode haver dificuldades de adaptação o que muitas vezes, força o profissional a mudar de área. Neste trabalho foi possível identificar nos alunos a dificuldade de leitura e interpretação de textos no seu processo de ajustamento acadêmico. Como importante meio de aquisição de informação, a leitura constitui-se em um recurso pedagógico utilizado nos meios acadêmicos. Sobre a permanência dos estudantes universitários no curso de graduação escolhido, estudos apontam que a permanência destes é mantida pela presença de fatores e microfatores positivos, externos ou internos, tais como capacidade de tolerar frustrações, angústias, tensões e situações de competição; autoconceito definido; apoio e incentivo de familiares, amigos e professores; mercado de trabalho promissor; amplas possibilidades de especialização e atuação, experiências positivas nas atividades curriculares e extra curriculares, sentimento de ser capaz de realizações e de assumir responsabilidades. A partir de uma leitura fenomenológica dos fenômenos observados, foi proposto um plano de intervenção que buscou configurar na FECC um espaço para o Psicólogo da Educação visando facilitar a reflexão sobre os aspectos que interferem no processo ensino-aprendizagem. A avaliação das intervenções aponta para a necessidade de se repensar a organização do curso e o conteúdo de algumas disciplinas, de forma a estabelecer um diálogo com a sua prática e o resgate do sentido de sua profissão. Sugere também a sistematização de um serviço de atendimento e suporte psicopedagógico que acolha, alunos e professores, nos desafios e dificuldades encontradas por estes no decorrer da sua experiência acadêmica no ensino superior.

Palavras-chave: Psicologia escolar, fenomenologia, ensino superior.

ISSN 1981-2566

O QUE PENSAM OS ALUNOS DO CURSO DE PSICOLOGIA SOBRE A PESQUISA CIENTÍFICA EM SUA FORMAÇÃO

Maria Madalena Silva de Assunção
Valéria Silva Freire de Andrade

Este trabalho apresenta o resultado de uma pesquisa realizada através do Fundo de Incentivo à Pesquisa da PUCMINAS - FIP. O objetivo deste estudo foi conhecer e analisar a concepção que os alunos do curso de Psicologia da PUCMINAS, Campus São Gabriel, têm sobre pesquisa, bem como identificar e analisar as atividades de pesquisa realizadas por eles durante o curso, em especial, o trabalho de monografia.Assim sendo, a discussão teórica contemplou a relevância e o espaço destinado à pesquisa na formação do psicólogo. A importância da pesquisa na graduação é tema recorrente nos documentos norteadores para a implantação, reconhecimento e credenciamento dos cursos superiores. Nas Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia a pesquisa é apontada como um dos três eixos básicos para a formação do psicólogo, ao lado da formação para a atuação e para o ensino. Assim sendo, buscou-se entender a articulação entre a pesquisa e formação do psicólogo, tomando a pesquisa como eixo transformador na concepção de ensino e aprendizagem, uma vez que as Diretrizes Curriculares prevêem o desenvolvimento de uma atitude investigativa no aluno como condição de exercício da profissão e não apenas para formar o pesquisador. Nesse sentido, entendemos que o curso de Psicologia deve ter como base a formação científica do profissional e não, necessariamente, a formação profissional do cientista. Ao eleger a formação científica do profissional como eixo formativo do psicólogo, a postura investigativa se coloca como imprescindível no decorrer do curso. Assim, a pesquisa é compreendida em sua perspectiva científica, mas também formativa. Metodologicamente a pesquisa se baseou em uma abordagem qualitativa e também quantitativa. Assim sendo, a pesquisa apresentou duas frentes de investigação: a primeira que se refere às concepções construídas pelos alunos sobre a pesquisa e a segunda relativa ao perfil do curso no que se refere à produção científica. Para compreender a primeira perspectiva foi elaborado e aplicado um questionário em 441 alunos do 1º, 5º e 10º períodos, no 1º e 2º semestres de 2006, bem como entrevista semi dirigida com 10 alunos dos mesmos períodos, de modo a identificar os significados atribuídos por eles ao ato de pesquisar. Para um mapeamento do perfil do curso analisamos 110 (cento e dez) monografias elaboradas no período referente ao 1º sem/2004 e o 1º sem./2006. As conclusões apontam para uma maior clareza por parte dos alunos sobre as concepções e práticas de pesquisa relativas à estruturação do próprio curso, uma vez que muitas vezes alunos iniciantes já tem mais clareza das finalidades e formas de pesquisa do que alunos de fim de curso. Além disso, os estágios aparecem como momentos propícios ao desenvolvimento de práticas de pesquisa. As áreas nas quais se concentram os trabalhos são Psicologia Organizacional e do Trabalho, Psicologia Social, Educacional e Clínica, com a ressalva de que a maioria dos trabalhos apresentam temas interdisciplinares.

Palavras-chave: Pesquisa, formação do psicólogo, ensino superior.

ISSN 1981-2566

SAÚDE E TRABALHO

Cristina Hashizume

O presente trabalho reflete teoricamente sobre os efeitos das políticas públicas e administrativas universitárias na subjetividade/saúde e no cotidiano de trabalho de professores universitários. Em contraposição a uma visão psicologista e sociologista, acreditamos existir uma conjunção de determinantes sócio-políticos que produzem uma forma-de-ser do homem moderno, que apresenta peculiaridades. Os diferentes níveis de resistência a fatores causadores de esgotamento laboral podem ser decisivos no aparecimento de doenças ocupacionais, por nós, entendidas como imposição de um ritmo de trabalho que não está de acordo com o ritmo do trabalhador. A flexibilização de contratos de trabalho tem colocado em dificuldades atividades acadêmicas que necessitam da segurança e dedicação exclusiva a elas. Critérios avaliativos bibliométricos, como a cobrança pela produtividade em detrimento de pesquisas básicas têm colocado em segundo plano trabalhos voltados a problemáticas nacionais e de encontro à lógica do mercado. Isso repercute no corpo do docente trabalhador, que somatiza essa contradição, sem que tenha claro a influência laboral nesse processo. No que concerne ao trabalho do docente universitário,as políticas públicas interferem de forma decisiva, por exemplo, quando atividades mais reflexivas e menos práticas estão sendo deixadas de lado para a realização de trabalhos burocráticos, comprometendo o trabalho essencial do professor.

Palavras-chave: Saúde e trabalho, psicologia social, saúde docente.

ISSN 1981-2566

UMA SONDAGEM DAS HABILIDADES SOCIAIS DE ESTUDANTES DE UMA ESCOLA DE ENGENHARIA

Simone Miguez Cunha
Denise Madruga Carrilho

O contexto atual das organizações há algumas décadas vem apontando sobre a necessidade de maior valoração das relações interpessoais no ambiente de trabalho. A habilidade do profissional para o trabalho em equipe reflete a diferença no cenário de competitividade crescente do mundo globalizado. O saber técnico mostra-se insuficiente para garantir a sustentabilidade no mundo do trabalho. Nesta perspectiva a temática das habilidades sociais desperta um grande interesse dos pesquisadores e vários estudos na área de Habilidades Sociais (HS) indicam a importância da obtenção de competência social nos ambientes acadêmicos (Del Prette e Del Prette, 2003; Goleman, 1997). Segundo Caballo (1997), as pessoas estão quase sempre engajadas em alguma forma de comunicação interpessoal e, ser competente socialmente promove interações sociais mais satisfatórias, bem como melhora a qualidade de vida. Nos ambientes acadêmicos vimos com muita freqüência alunos bem preparados tecnicamente, contudo, com dificuldades na área interpessoal. As dificuldades interpessoais de estudantes universitários brasileiros foram constatadas por vários pesquisadores (Falcone, 1998; Gerk-Carneiro, Dias, Nyaradi e Aquino, 2000; Del Prette e Del Prette, 2003). Muitos autores defendem a idéia de que a formação universitária deve ser desenvolvida num processo de educação integral, incluindo nas atividades de ensino o treinamento de habilidades sociais (Del Prette e Del Prette,1996, 1997, 2003a, 2003b; Del Prette, Del Prette, Pontes e Torres,1998; Argyle, 1967,1980). Esta pesquisa tem como objetivo identificar os comportamentos de maior ou menor competência social dos alunos de uma escola de engenharia militar de modo a permitir uma caracterização do perfil sócio-comportamental desta amostra. Pretende-se com isso, provocar no curso universitário uma discussão acerca da necessidade de se criar espaços para a aprendizagem das habilidades sociais. Tendo em vista que a competência social é determinada pelo efetivo uso do repertório de habilidades sociais nas interações com outras pessoas. O Inventário de Habilidades Sociais foi aplicado a 143 alunos do curso de engenharia militar, sendo 122 do sexo masculino e 21 do sexo feminino. A avaliação dos resultados indica que este grupo de alunos apresenta um bom repertório de Habilidades Sociais (HS), com escore total médio de 99,91 e desvio padrão de 14,46. O fator 5 do IHS “Habilidade de auto-controle da agressividade em situações aversivas” foi o que apresentou em relação aos demais fatores o escore fatorial mais baixo (1,45), mas mesmo assim, indica um repertório mediano de comportamentos que compõem esta classe de habilidade. Os maiores valores de escores médios foram obtidos nos fatores F1 (11,26) e F3 (7,16) indicando maior habilidade em lidar com situações sociais que envolvem enfrentamento com risco e de conversação. Os itens 1, 4, 5,7, 11 e 12 apresentaram uma média menor de pontuação em relação aos demais itens do inventário. Já os itens 3, 8, 18, 21 e 33 alcançaram as maiores médias de pontos. Com base nos resultados percebe-se a necessidade de uma análise individualizada do repertório das habilidades sociais para atingir melhores desempenhos sócio-educativos. Os resultados propõem novos estudos neste contexto acadêmico para possibilitar uma melhor compreensão dos aspectos que influenciam o desenvolvimento das habilidades sociais.

Palavras-chave: Habilidades sociais, competência social, ensino superior.

ISSN 1981-2566

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE UNIVERSITÁRIOS DO CURSO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS SOBRE ALIMENTOS TRANSGÊNICOS

Moacir Wuo

O objetivo desta pesquisa foi explorar e analisar as Representações Sociais de Universitários do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas sobre Alimentos Transgênicos. Participaram como voluntários 85 universitários, sendo que 41 (48%) do cursavam 2º semestre do curso e 44 (52%) o 6º semestre, cujas idades variavam entre 17 e 49 anos, com média de 23 anos, 28 (33%) do sexo masculino e 57 (67%) do sexo feminino. Utilizou-se um questionário contendo 37 questões, sendo 17 fechadas, 19 abertas e 1 com escala, versando sobre perfil do universitário, conhecimentos informais e formais sobre "alimentos transgênicos", grau de importância, fontes de informações, Representações Sociais envolvendo riscos, consumo, rótulos de embalagens, pesquisas, ensino nas escolas, definições, interesse em adquirir novos conhecimentos e espaço reservado para apresentar opiniões e sugestões. O questionário foi submetido pelo CEP da UMC e CONEP. A aplicação dos questionários ocorreu em sala de aula e em dias letivos normais. As respostas datas às questões abertas foram analisadas pela técnica de Análise de Conteúdo, e as freqüências das categorias expressas em porcentagens. Utilizou-se o Qui-Quadrado para as análises estatísticas. Dentre os resultados destacam-se as maiores preocupações sobre as Conseqüências dos Transgênicos (30%) e a Importância (20%) e as menores sobre a Saúde (15%), Informações (8%) e Avanços Tecnológicos Segurança ambas com 7%, cujo grau de preocupação predomina o 3 com 51% na escala de zero a cinco. A principal preocupação e com a Saúde (52%) e Meio Ambiente (30%). O tema transgênicos foi tratado pela disciplina de Genética (51%) e Biologia Molecular (21%) e menores indicações para as disciplinas de Botânica (9%), Ecologia (7%), Histologia, Bioquímica e Microbiologia que (6%), sendo que existem diferenças entre as indicações para as disciplinas de Genética e Biologia Molecular entre o 2º e 6º semestres, com maiores abordagens sobre Informação e Desenvolvimento Tecnológico de maneira superficial. As principais fontes de informações são a TV (84%), Jornais (60%) e Revista Veja e Época (45%), com menores indicações para Cursos (7%), Livros especializados (6%) e Palestras (4%). O alimento transgênico mais indicado foi à soja (30%) seguido do milho (16%). 85% indicou que consumiria alimentos transgênicos devido à segurança do produto (78%) e confiança nas pesquisas (22%), 43,5% indicou já ter consumido algum alimento transgênico, embora 75% indiquem falta de pesquisas sobre os efeitos desses alimentos. A principal razão do não consumo recai sobre as dúvidas sobre os efeitos (84%). Sobre o tema nas escolas 82% indicaram necessidades para esclarecimentos e orientações, sendo 95% indicaram não ter lido sobre o assunto nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Todos indicaram interesse em maiores informações. Conclui-se que os conhecimentos sobre o tema são insuficientes com persistências de dúvidas, medos e incoerências sobre consumo, embora tenham indicado interesses e necessidades desconhecem as orientações sobre o assunto nos PCN e indicam fontes de informações precárias para universitários da área e futuros professores.

Palavras-chave: Ensino, biologia, biotecnologia, representações sociais.

ISSN 1981-2566

QUE PODER É ESSE? A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DO PODER DO PROFESSOR UNIVERSITÁRIO

Rafael Campos de Oliveira Dutra
Jean Fernando dos Santos
Eda Marconi Custódio

Esta pesquisa teve como objetivos verificar a representação social do poder do professor para estudantes e professores universitários, compreender as características dessa representação, identificar e analisar sua influência na relação professor- estudante e no processo de ensino-aprendizagem. Utilizou-se como aporte teórico algumas contribuições da Teoria das Representações Sociais e da Psicologia Sócio-Histórica. Participaram desta pesquisa dezesseis estudantes e seis professores de dois Cursos de graduação da Universidade Metodista de São Paulo. Para a coleta de dados com os estudantes utilizou-se a técnica de Grupos-Focais e para os professores a entrevista individual semi-diretiva. A representação social do poder do professor para os estudantes participantes foi de um poder que se caracteriza por uma relação na qual o professor encontra-se acima do estudante, principalmente devido à questão do conhecimento a mais que ele possui. Um poder de controlar a situação da aprendizagem, e até mesmo o processo de ensino-aprendizagem, caracterizado como positivo, ao facilitar a aprendizagem, e negativo, enquanto elemento que a impede. Já para os professores, a representação social do poder caracteriza-se por uma relação em que o professor, devido ao seu conhecimento, a sua posição institucional e ao seu papel social encontra-se acima do estudante. Um poder que se manifesta na possibilidade de configurar o contexto de ensino-aprendizagem, com o intuito de fazer com que o estudante aprenda. Além disso, viu-se como possível utilizar tal poder para reafirmar-se em sua posição social, embora tal postura não seja aprovada pelos professores participantes. Percebeu-se que ambos possuem representações sociais similares no que tange ao poder do professor, diferenciando-se pela especificidade histórica de cada um ou do papel social que possuem. A questão da assimetria na relação é fortemente atrelada ao conhecimento do professor, caracterizando-o como aquele que possui o poder na relação. Este poder, tanto para professores quanto para estudantes, apareceu como um objeto, uma propriedade, algo natural do ser professor, onde o professor possui o poder a priori, e apenas vai exercê-lo na relação com o estudante. Neste contexto, discutiu-se a questão da naturalização do poder do professor, e com isso, suas conseqüências, pois ao naturalizar o poder do professor os participantes deixam de buscar a gênese desse poder, de fazer uma leitura social e histórica de como esse poder se constituiu e de como atua na relação. Além disso, ao caracterizá-lo como natural, isentam-se da construção desse poder, ausentando-se assim, da construção da relação professor-estudante, e do processo de ensino-aprendizagem. Contudo, este estudo possibilitou identificar estas questões, refletir acerca do que os professores e estudantes apresentaram na busca de desnaturalizar esse fenômeno, atribuindo aos professores e estudantes um papel ativo e uma responsabilidade na construção da relação de poder que se estabelece entre o professor e o estudante, e consequentemente, no processo de ensino-aprendizagem.

Palavras-chave: Relação professor-aluno, poder, representação social.

ISSN 1981-2566

SUBJETIVIDADE NO ENSINO SUPERIOR: PRODUZINDO NOVOS SENTIDOS EM PSICOLOGIA ESCOLAR

André Rosa

Através de um panorama da transformação do método na história da ciência na modernidade, abordando de Descartes a Marx, e a partir do referencial teórico da Psicologia Sócio-Histórica e de Vygotsky, discute-se os sentidos e significados do professor, como constituintes de sua subjetividade, e, conseqüentemente, das concepções que alicerçam sua prática. A presença de tais reflexões se faz quase obrigatória em decorrência da relevância da subjetividade individual e social na constituição do professor (Rey, 2003) e da relevância deste profissional para a constituição política e histórica da sociedade dentro da teoria de Vygotsky, abordando a educação não só no sentido escolar, mas em toda a amplitude do termo adquire para este autor. A formação desse profissional tem sido vítima de uma série de demandas relativas a organização da sociedade atual, onde o processo de globalização e o aumento da complexidade de seu modo de funcionamento, implicam em conseqüências profundas sobre a atuação deste profissional, cujo potencial de trabalho transformador e criativo vem sendo substituído por uma atuação técnica, baseada em métodos e tarefas repetitivas e limitantes do pensamento crítico. Realizado em uma instituição de ensino superior, com alunos do curso de pós-graduação em Docência Universitária, o trabalho apresenta a educação em nível superior como terreno fértil para atuação em Psicologia Escolar, entendendo que o melhor lugar para o psicólogo escolar é o lugar possível, seja dentro ou fora de uma instituição, desde que ele se coloque dentro da educação, e assuma um compromisso teórico e prático com as questões educacionais (Meira, 2003). Previamente ao início do trabalho, foi realizado um mapeamento institucional, através de observações participativas, entrevistas e fontes documentais, com o intuito de subsidiar a elaboração de uma proposta de trabalho. Foi utilizado também um questionário com cinco questões abertas, cujo objetivo era levantar, além de dados de identificação, as concepções da turma acerca do que é educação, qual o papel do professor, o que motivou a escolha do curso e quais as expectativas em relação a este. A partir do mapeamento e dos dados levantados através do questionário foi realizada uma série de oficinas com os alunos, sobre as quais se fundamentam as discussões presentes no trabalho, sendo que a análise apresentada foi realizada a partir da Epistemologia Qualitativa, proposta por Rey (2005), que defende o caráter construtivo interpretativo do conhecimento, onde este se constitui como produção e não como apropriação linear e propôs a oportunização de espaços de reflexão que propiciem ao professor maior consciência acerca de suas concepções, apontando as contradições estabelecidas entre o seu discurso e sua atuação.

Palavras-chave: Psicologia escolar, subjetividade, ensino superior, sentidos e significados, educação.

ISSN 1981-2566

SINAES: CONCEPÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Sérgio Roberto Kieling Franco

Os principais instrumentos do Sinaes são a auto-avaliação orientada, a avaliação da Instituição, a avaliação dos cursos de graduação e o ENADE. Além destes, o SINAES trabalha também com informações do Censo da educação superior cadastro das instituições e cursos, sistemas de registro da Capes, Setec e outros, PDI, além dos questionários dos coordenadores de curso e estudantes que participam do ENADE. A aprovação do SINAES como política de estado em relação à avaliação trouxe mudanças em relação ao formato anterior e estas mudanças incluem a criação da CONAES para coordenar o processo; integrar os instrumentos e estabelecer diretrizes para organização e designação de comissões; definir política de recrutamento e capacitação; coordenar a adequação de instrumentos existentes à nova filosofia. Em termos de mudanças efetivas aparece a substituição do ENC pelo ENADE, com aplicação trienal para grupos de áreas; a avaliação institucional torna-se o eixo central do sistema e a auto-avaliação passa a ser, obrigatoriamente, uma etapa preliminar da avaliação externa. Soma-se a isso a exigência de meta-avaliação periódica e o fim dos rankings das IES a partir das notas de desempenho em um exame aplicado ao final do curso de graduação. Além disso, todos os instrumentos contam com indicadores qualitativos, devendo toda a informação ser apresentada à sociedade através de perfis institucionais e de cursos e não simplesmente através de conceitos. Dentro desse modelo, a avaliação deve ser conduzida por pessoas que possuam competência em metodologia de pesquisa ou técnicas de análise de dados aliada à compreensão do contexto social e do objeto da avaliação. Precisam ser profissionais que apresentem habilidades para desenvolver boas relações humanas com indivíduos ou grupos envolvidos com a avaliação, além de integridade pessoal, objetividade e uma estrutura conceitual capaz de integrar todos os aspectos anteriores, além de conhecimentos relativos à avaliação e à educação superior. É importante ressaltar que, nos processos internos, todos os envolvidos, inclusive alunos, ex-alunos e a comunidade externa, coordenados pelas Comissões Próprias de Avaliação (CPAs) são atores do processo. Decorridos aproximadamente quatro anos do início da implantação do SINAES já é possível uma avaliação doas avanços e dificuldades do processo de implantação do sistema junto às IES e estes aspectos serão tratados no decorrer da apresentação.

ISSN 1981-2566

QUALIDADE DE VIDA EM ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS E SUA RELAÇÃO COM O BEM-ESTAR ESPIRITUAL

Fernando Fontes Firmino
Vera Vecchiatti Socci

Organização Mundial de Saúde define saúde como sendo um estado de completo Bem-estar físico, mental, social e espiritual, e não somente a ausência de doença ou enfermidade. Pesquisas apontam para a importância de se levar em conta a religiosidade/ espiritualidade na qualidade de vida do ser humano. A religião ou a espiritualidade fornece uma base de apoio para a vida, e isto inclui rituais, orações, exercícios espirituais, certos princípios de conduta diária, e assim por diante. O Bem – Estar Espiritual envolve múltiplas características que incluem aspectos religiosos, que podem estar ligados a religião tradicional ou transcender a noção tradicional de experiência religiosa. A saúde, a partir de uma visão integrada biopsicossocial aliada à dimensão espiritual é um dos pontos que englobam a qualidade de vida. A Espiritualidade é um conceito recente, esteve durante muitos anos agregada ao conceito de Religiosidade. Vem do latim, spiritus, que significa "sopro", referindo-se ao sopro de vida. Envolve a capacidade de se maravilhar, de reverência e gratidão pela vida. Esta diretamente ligada a transcendência, há um contato íntimo e pessoal com o sagrado. A subjetividade que envolve o termo Qualidade de Vida implica em múltiplas variáveis que influenciam positivamente ou negativamente preditores das tentativas de sua mensuração. Existem dimensões concretas e abstratas no que tange a Qualidade de Vida. As concretas são de caráter geral, como alimentação e moradia. As abstratas revestem-se de aspecto pessoais, como a auto-estima. A questão que emerge é como a humanidade esta cuidando da sua qualidade de vida e de sua espiritualidade, é neste sentido que ciência se faz presente. O objetivo do estudo foi analisar a espiritualidade/religiosidade de universitários e compará-la à qualidade de vida. O Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade de Mogi das Cruzes deu parecer favorável (0017/2005). Participaram deste estudo 57 universitários, de ambos os gêneros, com idade entre 20 e 46 anos, e dos três diferentes Centros: Humanas, Exatas e da Saúde. Os instrumentos utilizados foram o Whoqol-breef e um questionário sobre espiritualidade, ambos já utilizado em pesquisas anteriores. Pôde-se perceber que a maioria dos universitários se consideram religiosos (66,67%), bem como a maioria freqüenta igrejas/templos semanalmente (34,15%) ou mensalmente (36,59%). De maneira geral todos os universitários apresentaram alto índice de Bem-Estar Espiritual: Exatas (60%), Humanas (63,16%), Saúde (77,78%), em relação à Qualidade de Vida os resultados predominantes foram positivos, tanto em Exatas (59,42%), em Humanas (71,05%), quanto em Saúde (60,04%), são feitas algumas comparações com pesquisas análogas. Conclui-se que a maioria dos universitários participantes deste estudo demonstram-se satisfeitos com sua vida espiritual e sua qualidade de sua vida também é percebida como positiva, e, através de análise estatística, pode-se afirmar que um fator está relacionado ao outro.

Palavras-chave: Qualidade de vida, universitarios, prevenção.

ISSN 1981-2566

ESCOLA E DEMOCRACIA NA REPRESENTAÇÃO DE JOVENS DO ENSINO MÉDIO

Ana Maria Klein

A pesquisa buscou investigar as representações de sociedade e de escola democráticas construídas entre os jovens do terceiro ano do ensino médio de 4 escolas na cidade de São Paulo: duas da rede pública, duas da rede particular de ensino.Quando questionados sobre sociedade democrática, os sujeitos destacaram expressão e participação, direitos e deveres e valores democráticos como elementos imprescindíveis a este tipo de regime.A pesquisa aponta uma expressiva diferença entre os grupos. Alunos e alunas de escolas públicas destacam os direitos políticos e a participação como elementos essenciais a sociedade democrática. Em contrapartida, os discentes das escolas públicas destacam valores democráticos (igualdade, equidade, liberdade, solidariedade) como imprescindíveis.Tais resultados foram interpretados a partir do conceito de representações sociais (Moscovicci). Para este autor as representações se constituem a partir de teorias e conceitos difundidos socialmente, e também, a partir da vivência de cada sujeito. Assim, as experiências dos indivíduos influem diretamente na forma como estes concebem os fatos/fenômenos sociais. As representações sociais, atuam também, sobre a maneira como os sujeitos agem. Assim, as ações individuais se orientam pelas representações que cada pessoa constrói. Sob tal perspectiva, consideramos que as diferenças encontradas entre os grupos sugerem que os sujeitos vivenciam a democracia, em seu cotidiano, de formas diferentes. Não foram considerados indicativos sócio-economicos neste estudo, no entanto, podemos inferir que os alunos das escolas particulares participantes da pesquisa, que pagam mensalidades superiores a três salários mínimos, integram uma classe social privilegiada economicamente. Tal dado ganha significado quando associado aos valores destacados pelos jovens deste grupo, pois, parece-nos que eles, de fato, têm a oportunidade de vivenciarem tais valores, que podem ser associados aos direitos sociais, em suas experiências cotidianas. Em contrapartida, os jovens de escolas públicas destacam o voto como principal característica de uma sociedade democrática. Podemos inferir que as experiências democráticas desta camada da população, menos privilegiada economicamente, pautem-se principalmente, por seus direitos políticos.Em relação à escola democrática, os resultados encontrados destacam como práticas imprescindíveis, a participação e a expressão de idéias. Os alunos e alunas de ambas as redes apontam a falta de diálogo e a não participação discente como os maiores obstáculos à realização da democracia escolar.Em ambas as redes de ensino as representações dos alunos destacam os mesmos valores e contra-valores. Nenhum dos sujeitos mencionou a questão do acesso como elemento constitutivo de uma escola democrática. Na concepção dos discentes a realidade da escola encerra-se em si mesma. Pensa-se a escola somente internamente, sua relação com a sociedade, seja através do acesso, seja através da discussão curricular, não é alvo de questionamentos por parte dos sujeitos.Outra inferência possível refere-se às experiências escolares vivenciadas por ambos os grupos. Acreditamos que em ambas as redes desenvolve-se um formato de escola com práticas e valores semelhantes. Concluímos que a formação de cidadãos ativos demanda uma ação intencional, orientada para tal fim, por parte da instituição escolar, responsável pela instrução e formação das novas gerações.

Palavras-chave: Representações sociais, escola democrática, democracia.

ISSN 1981-2566

FAMÍLIA E ESCOLA

Luciana Bittencourt Fevorini

A família, as relações entre as gerações e entre os sexos sofrem, a partir de meados do século XX, mudanças muito significativas. Hobsbawm levanta três características dessa "revolução cultural" (Hobsbawm, 1996d, p. 314): a primeira é que a juventude não é mais considerada como uma fase preparatória para a vida adulta, mas sim como o auge da vida; a segunda é que a cultura juvenil tornou-se dominante, invertendo-se os papéis entre as gerações; e a terceira é que essa cultura nas sociedades urbanas passou a ser internacional. Como essas mudanças culturais se refletem na escola? Essa "nova" família parece não ser capaz de cumprir algumas funções educacionais que são a base para a educação escolar. E não é capaz pelo novo universo cultural em que está inserida. Como diz Juan Carlos Tedesco, "agora que a família não desempenha plenamente seu papel socializador, a escola, além de não poder realizar sua tarefa específica como no passado, também começa a ser objeto de novas demandas, para as quais não está preparada" (Savater, 1998d, p. 73). Esse fenômeno parece ser mundial. Uma outra conseqüência dessa "revolução cultural" é que passou-se a ter uma crise de autoridade nas famílias e também nas escolas. Se, por um lado, a família espera que a escola se responsabilize por aspectos da educação dos quais ela não se sente capaz ou não considere que seja de sua responsabilidade apenas, por outro, as respostas "educacionais" mais freqüentes que a escola tem encontrado são apenas queixas. No Colégio Equipe, propusemos um trabalho com os pais de alunos do Ensino Fundamental II e Ensino Médio com o objetivo de discutir com eles e fazer com os mesmos discutissem entre si qual o papel da educação escolar e o da família na educação dos jovens e em que medida essas duas "instituições" se complementam ou se opõem.Os pais foram convidados para três encontros, com a duração de duas horas, em grupos de até quinze pessoas, formados a partir de características diferentes (casados, divorciados, com muitos filhos, com um único filho, etc.) e coordenados pelos orientadores da escola.Essa temática da relação família-escola foi abordada indiretamente por meio de uma questão que iniciava a conversa, o debate e a troca de experiência de cada encontro. No primeiro encontro a questão foi: O que simbolizou para os pais a entrada do(a) filho(a) na adolescência? No segundo: O que os adolescentes dizem da própria adolescência? E no último: O que os pais vêem de bom em serem adultos? O que acham bom preservar da adolescência?Os resultados e as reflexões oriundas dessa experiência é que queremos partilhar com outros participantes do congresso.

ISSN 1981-2566

ENCONTRO DE PAIS, MÃES E CUIDADORES: UMA CONTRIBUIÇÃO DA PSICOLOGIA FENOMENOLÓGICA

Eder Luiz Nogueira

O ser-no-mundo é um ser em relação cuja existência é sempre um mundo compartilhado com os outros. Para a Fenomenologia, encontrar com o semelhante oferece-nos oportunidade de compreensão de nosso existir, atualização de nossas possibilidades e consciência da própria capacidade de escolha. Com base nos pressupostos da Psicologia Fenomenológica, este trabalho foi desenvolvido no segundo semestre de 2005 com pais, mães e cuidadores de crianças matriculadas em uma creche filantrópica da cidade de Belo Horizonte - MG, onde foi cumprido estágio curricular supervisionado exigido pelo curso de graduação em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais. O objetivo principal foi oferecer aos pais, mães e cuidadores, por meio de encontros semanais, oportunidade de dialogar sobre as vivências de cuidar e educar os filhos e filhas. Foi de fundamental importância esclarecer que a participação era voluntária e não uma condição para a permanência da criança da Creche. A proposta foi divulgada no espaço da creche por meio de cartazes, convites individuais e durante as reuniões com os pais, mães e cuidadores. No primeiro encontro, foram desenvolvidas atividades de integração, em que era facultado aos pais se conhecerem e falarem das motivações para a participação no grupo. As pessoas envolvidas falaram, também, de suas expectativas quanto aos encontros, principalmente com relação à possibilidade de mudanças comportamentais de seus filhos e filhas. Nos encontros seguintes, não foram definidos temas, mas possibilitamos que os próprios participantes estabelecessem o sentido do trabalho por meio do relato de suas vivências cotidianas, sem que necessariamente as crianças fossem protagonistas dos enredos. Desta forma, permitimos às pessoas envolvidas narrarem seus anseios, medos e angústias, não somente com relação à criação dos filhos e filhas, mas também suas angústias de estar-no-mundo e ser-no-mundo. No grupo de pais, mães e cuidadores foi possível um partilhar conjunto das experiências que contribuiu para que estas pessoas falassem sobre os significados atribuídos por elas ao mundo e como as histórias ali narradas poderiam ser recontadas atribuindo aos fatos outros significados. Os resultados apresentados pelo grupo evidenciaram uma melhoria no contexto das relações intra-familiares e da família com a escola, o que refletiu de forma positiva na qualidade da relação dos filhos e filhas dos participantes com as Educadoras Infantis e seus pares. Este trabalho será levado adiante como possibilidade de investigação dos benefícios para o desenvolvimento da criança em função da participação de pais, mães e cuidadores em grupos de encontro orientados pela Psicologia Fenomenológica.

Palavras-chave: Fenomenologia, creche, vivências.

ISSN 1981-2566

O AMBIENTE FAMILIAR NA PERCEPÇÃO INFANTIL E O DESEMPENHO EM ESCRITA DE CRIANÇAS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Andréia Arruda Guidetti
Selma de Cassia Martinelli

O núcleo familiar é, para a psicologia, revestido de uma importância capital, visto que deve ser o espaço que oferece uma infinidade de estímulos para o desenvolvimento infantil, além de ser o primeiro ambiente psicossocial, protótipo das relações a serem estabelecidas com o mundo. Contudo, teóricos deste campo de conhecimento têm evidenciado que o ambiente familiar tanto pode ser uma fonte de recursos para um desenvolvimento sadio, atuando como mecanismo de proteção para a criança lidar com as dificuldades, como pode levar a reações inadaptadas. Por outro lado, as teorias psicológicas têm afirmado que cada fase do desenvolvimento traz para o indivíduo novas tarefas a serem cumpridas, constituindo desafios e oportunidades para crescimento, enfatizando que entre a infância e a vida adulta as crianças vão à escola e a aptidão escolar se apresenta para muitos sob a forma de realizações ou decepções. Desta forma, cada vez mais, estudos empíricos têm focado sua atenção na análise do ambiente familiar relacionado a aspectos da vida escolar infantil. Diante deste contexto, o presente estudo teve como objetivo investigar a percepção de crianças de 8 a 12 anos sobre os recursos humanos e materiais do seu ambiente familiar e avaliar o desempenho em escrita dessas crianças, buscando verificar se diferentes níveis de desempenho em escrita correspondem a diferenças nos recursos do ambiente familiar. Participaram do estudo 75 crianças, de ambos os sexos, regularmente matriculadas da 2ª à 4ª série do ensino fundamental de três escolas municipais situadas em uma cidade do interior do estado de São Paulo. Este estudo é parte dos resultados de uma pesquisa intitulada “Ambiente familiar e desempenho acadêmico de crianças do ensino fundamental”, que teve como participantes 148 crianças das séries e escolas citadas. Os 75 participantes do estudo em questão foram selecionados em virtude de seu desempenho em escrita, avaliado mediante uma escala que detecta as dificuldades lingüísticas mais comuns na escrita de crianças das séries iniciais do ensino fundamental. Os recursos do ambiente familiar foram obtidos por meio de um inventário constituído de 8 tópicos, com um número variável de itens reunidos em três módulos: supervisão e organização das rotinas, oportunidades de interação com os pais e presença de recursos no ambiente físico. Os resultados mostraram valores significativos no teste de correlação de Spearman ($rs=0,246$ e $p=0,03$), confirmando que os grupos com diferentes desempenhos em escrita apresentaram diferenças nos recursos do ambiente familiar. A pontuação média de recursos do ambiente familiar foi menor (39,4%) para os níveis mais baixos de desempenho, e maior (42,7%) para os grupos que apresentaram melhor desempenho em escrita, evidenciando que quanto mais baixo o nível de desempenho em escrita dos participantes, menores os recursos do seu ambiente familiar.

Palavras-chave: Ambiente familiar, desempenho acadêmico, ensino fundamental.

ISSN 1981-2566

SENTIMENTOS E FANTASIAS DE CRIANÇAS SOBRE SUA VIDA APÓS O DIVÓRCIO DOS PAIS

Célia Regina da Silva Amaral

Esta pesquisa teve como objetivo verificar os sentimentos e fantasias de crianças na faixa etária de 6 a 10 anos sobre sua vida após o divórcio dos pais, uma vez que, as dissoluções de casamento, cada vez mais estão fazendo parte do cotidiano das famílias, pois apesar de um alto índice de separação/divórcio, as repercussões desse processo são um assunto ainda relativamente novo. Para a execução da pesquisa participaram quatro (4) psicólogos clínicos que prestaram ou estavam prestando atendimento a crianças vivenciando conflitos após o divórcio dos pais. Utilizou-se como instrumento entrevista semi-aberta conduzida a partir de quatro (4) perguntas semi-estruturadas elaboradas pelas pesquisadoras, o qual levou-se em consideração os objetivos da pesquisa. Os resultados obtidos foram relevantes para a análise dos principais sentimentos e fantasias vivenciadas pelas crianças após o divórcio dos pais.Os principais sentimentos encontrados foram culpa, medo, ansiedade, abandono, desamparo, tristeza e alívio.Quanto às principais fantasias vivenciadas pelas crianças após o divórcio dos pais, constataram-se, fantasias de morte, de perda do amor dos pais, de ser causadora da separação e de que não é importante para os pais. Ressaltamos que se faz importante à realização de pesquisas acerca deste assunto focando a criança dentro desse processo de modificação familiar, assim como os seus sentimentos e conseqüências advindos do divórcio dos pais.

Palavras-chave: Divórcio, crianças, sentimentos, fantasias.

ISSN 1981-2566

RELAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA

Ana da Costa Polônia
Isis Marques Fonsêca

A pesquisa intitulada "Relação família-escola" foi desenvolvida por alunos da graduação do curso de Pedagogia da Universidade de Brasília, no projeto de pesquisa 3, e busca desvendar as interações que ocorrem entre a família e a escola, tendo como base o Modelo Bioecológico de Urie Bronfenbrenner. Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas gravadas em áudio, com os diretores de escolas do Distrito Federal, das cidades do Gama e do Plano Piloto, por eles representarem a instituição escolar em suas relações com a família. Ele é um ator que interage, dinamicamente, com todos os elementos da relação família-escola, isto é, com os professores e alunos, no dia-a-dia escolar e com pais e alunos na busca por melhores condições para o processo de ensino-aprendizagem nas instituições sob sua gestão. Neste estudo foram ouvidos cinco diretores de escolas públicas de 1a., 5a. e 8a. séries de escolas públicas de duas cidades do Distrito Federal (Gama e Plano Piloto). A análise dos dados mostrou aspectos relevantes para a compreensão das relações família-escola, tais como o perfil dos pais que acompanham a vida acadêmica de seus filhos, os motivos porque o fazem e o modo como a escola busca integrar a comunidade ao seu cotidiano. Além disso, a pesquisa investigou como professores e alunos percebem as relações família-escola sob a perspectiva de cada diretor. Os resultados obtidos indicaram que os diretores, em sua maioria, estão insatisfeitos com o envolvimento dos pais com a escola, tanto no que diz respeito ao acompanhamento individual de seus filhos ou no tocante à preocupação com a escola como um todo. Apesar de encontrarem pais participativos e que colaboram com a escola. Os diretores apontaram ainda que os pais pouco participativos parecem se sentir incapazes de lidar com os problemas escolares de seus filhos e de ajudá-los a superar possíveis dificuldades na aprendizagem ou no comportamento. Esse dado foi apontado pelos diretores de quintas e oitavas séries, o que levou à hipótese de que os pais, muitas vezes com poucos anos de instrução formal, não conseguem acompanhar o desenvolvimento acadêmico de seus filhos. No caso, na 5a. e na 8a. série quando novos conteúdos são introduzidos, e o enfoque muda, pela estrutura de vários professores e disciplinas. Outro dado revelado pela pesquisa foi a insatisfação que os diretores percebem em seu corpo docente que está diretamente ligada à falta de participação parental nas atividades curriculares. Para os diretores, os professores se sentem valorizados e satisfeitos quando percebem que os pais os apóiam e orientam seus filhos nos estudos. Além disso, as escolas de séries mais avançadas (5a. e 8a. séries) procuram modos alternativos de inserir os pais nas atividades propostas pela escola, envolvendo os alunos, com maior presença deles e da comunidade. E a participação dos pais é mais freqüente na 1a. série. Os resultados desta pesquisa colaboram para uma maior compreensão da relação família-escola, o que possibilita a melhoria da qualidade dessas interações, fator indispensável para uma prática pedagógica verdadeiramente eficiente, por parte da família e da escola.

Palavras-chave: Diretores, modelo bioecológico, relação família-escola.

ISSN 1981-2566

A "CRIANÇA-PROBLEMA" E O MAL-ESTAR DO PROFESSOR

Margarete Parreira Miranda
Ana Lydia Santiago

Esse trabalho compõe a dissertação de mestrado desenvolvida na Faculdade de Educação em uma interface com a psicanálise. Propôs investigar o mal-estar do professor quando se depara com o aluno considerado de difícil manejo ou aprendizagem. Embora alguns pesquisadores tenham focalizado as problemáticas enfrentadas pela docência no ofício de ensinar, uma brecha existia que permitiu a enunciação do presente objeto de estudo. A "criança-problema" é uma terminologia cunhada a partir do movimento escolanovista no Brasil nas primeiras décadas do século XX, tornando-se tais alunos alvo permanente de uma abordagem segregativa no cenário educacional. Ao se eleger, entretanto, os professore sujeitos dessa investigação, esperava-se encontrar elementos em seu discurso que permitisse esclarecer pontos de tensão concernentes à relação professor-aluno-saber, na escuta do mal-estar ali expresso. Na coleta de dados, utilizou-se o dispositivo da Conversação por se tratar de uma metodologia de caráter intervencionista, promotora da oferta de palavra em grupo aos participantes da pesquisa. Ao se expressarem em grupo, os educadores teriam a possibilidade de serem escutados e de se escutarem, não apenas pelo que sua própria palavra divisaria, mas, também pelo que o dizer do outro, naquela circunstância, nele pudesse despertar. Dessa maneira, além do material aliciado para análise, seria possível acompanhar o movimento do que fosse sendo construído nas dez conversações estabelecidas com os nove educadores de uma escola pública municipal de Belo Horizonte, que se dispuseram a participar do projeto. Ao caracterizarem a "criança-problema" hoje , os professores permitiram que fossem agrupadas em: problemas de aprendizagem, problemas de comportamento e outros. As adjetivações pela negativa não constituíram novidade no campo investigativo, pois, outros pesquisadores anteriormente, já haviam demarcado essa questão. O último agrupamento, no entanto, que se referia às atitudes positivas da "criança-problema" , como crianças "afetuosas" e "curiosas", aponta uma contradição susceptível de interrogações. Por meio das Conversações, alguns pontos de condensação de mal-estar dos professores puderam ser isolados: Problema 1. Sexualidade e agressividade – evidenciaram-se as dificuldades dos professores no enfrentamento das especificidades trazidas pela diferença entre os sexos. Embora os meninos manifestassem mais agressividade física, considerada pelos educadores como de maior gravidade, tornou-se mais difícil para eles, no entanto, lidar com a agressividade feminina, expressa em confrontos, desafios, cinismos, dentre outros comportamentos "não esperados em meninas". No problema número 2, os professores expressaram o seu mal-estar frente aos "deficientes-incluídos", dizendo não "estarem preparados para lidar com eles". Até que ponto o "não estarem preparados" dizia das próprias limitações para se defrontarem com a falta demarcada pela falha na imagem corporal? No problema 3, referente à "impotência para aprender", os professores expressaram momentos de desânimo e alegria frente aos alunos com "dificuldades para aprender", deixando vislumbrar a relação com o próprio desejo de saber. Ao se expressarem, os professores tiveram oportunidade de fazer deslocar algumas representações cristalizadas sobre seus alunos "problemáticos" e a forma de lidar com a relação professor-aluno-saber.

Palavras-chave: criança-problema, mal-estar, professor

ISSN 1981-2566

A BRONCA E AS IMAGENS DOCENTES : UMA PERCEPÇÃO DOS ALUNOS

Nilda de Oliveira Bentes

Neste trabalho abordamos a relação da bronca com as imagens docentes como uma questão que permite colocar em foco os sentidos e significados dados pelo aluno em suas interações com o professor quando envolvem aspectos relacionados a bronca. No estudo de campo buscamos analisar as significações que os alunos atribuem ao professor, relacionadas às suas posturas autoritárias ao dar uma bronca no ambiente de sala de aula , e as conseqüentes imagens ou modelos docentes positivos e negativos advindos desta atitude educacional. Os dados principais foram construídos a partir da observação participante e de entrevistas com dez alunos, de classes de 5ª e 6ª séries do ensino fundamental, de uma escola pública de Belém, PA. Tomamos como referências teóricas à abordagem dialógica de M. Bakhtin e a teoria histórico-cultural, nas proposições de L. Vygotsky. Complementarmente, exploramos outras contribuições teóricas entre as quais destacamos o conceito de "autoridade partilhada" de Santos (1995,2000). As análises feitas mostram que, segundo os sujeitos da pesquisa, em suas experiências na escola, os rituais desmobilizantes, as aulas repetitivas, lousa cheia de contas e as estratégias punitivas - como o silenciamento com um "cala boca menino", gritos, olhar ameaçador e tons de voz ríspidos - caracterizam tendencialmente a ação docente. O que motivou os alunos a dar sentido/significado a imagens/tipos de professores. Por outro lado, os depoimentos sugeriram uma flexibilidade na maneira tanto de significar a atuação docente, vista às vezes como justificável, quanto de configurar as imagens de professor, as quais abrangem também várias características desejáveis. Na discussão, indicamos que o professor ensina mais do que os conteúdos escolares e, conscientemente ou não, propícia outros tipos de lição, que têm impacto sobre a formação do aluno como pessoa. Com base nas idéias sobre dialogia e mediação social, salientamos a inadequação de se projetar uma sala de aula idealizada, com relações interpessoais apenas harmoniosas. e no processo de ensino/aprendizagem. Nesse contexto, o professor participa da escola marcado por certa compreensão de seu papel, por crenças assimiladas a partir dos discursos circulantes em vários contextos e de suas vivências, tanto na instituição escolar, quanto noutras mais que interferem na sua história profissional. Conseqüentemente, sua atuação é influenciada pelas histórias de relações de vários espaços institucionais, pelo lugar social que ocupa na escola e, sobretudo, por aquilo que é predominante na sala de aula – o exercício da autoridade.

Palavras-chave: bronca, relações docentes, imagens do professor

ISSN 1981-2566

A ESCOLA, O ADOLESCENTE E A SAÚDE MENTAL

Rosane Gumiero Dias da Silva

Este trabalho tem por objetivo investigar se a escola de nível médio tem favorecido a saúde mental dos jovens estudantes por intermédio dos conteúdos programáticos apresentados em seus programas curriculares e na aplicação em sala de aula. A Organização Mundial da Saúde vem alertando para os problemas de transtornos mentais entre crianças e adolescentes em torno de 10 a 15%, chegando até 21% em população de adolescentes com mais de 15 anos. Estudos recentes revelam que o início dos transtornos mentais esta mais precoce do que se julgava e que as taxas de suicidios e homicidios entre eles, aumentam aceleradamente no mundo. As queixas da população escolar têm se voltado cada vez mais para situações de violência, problemas de comportamentos, repetências, baixo alta estima, dificuldades de lidar com a própria raiva, falta de criatividade, apatia e uma grande insatisfação consigo mesmo e com a vida. Esse grito de alerta que os jovens proclamam nos leva a repensar a vivencia de sua realidade atual e a distância entre o conteúdo programático escolar. Nesse sentido, priorizamos em nossos estudos, a análise dos currículos de três disciplinas da área de Ciências Humanas (Filosofia, Sociologia e Psicologia) e entrevistas com professores e alunos deste grau de ensino, para conhecermos os conceitos sobre saúde mental e a validade dos conteúdos programáticos estudados para a promoção de saúde mental. Vale ressaltar que nosso entendimento neste trabalho sobre saúde mental esta vinculado aos da Organização Mundial da Saúde, o qual indica que saúde é: “estado de completo bem estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doença” (OMS, 1987). Os conceitos de saúde mental abrangem, entre outras coisas, o bem estar subjetivo, a auto-eficácia percebida, a autonomia, a competência, e a auto-realização do potencial intelectual e emocional da pessoa. (OMS, 2001, p.03). Dentro dessa conceituação e da classificação de transtornos vinculados a saúde mental, priorizaremos nessa investigação alguns transtornos, como: Transtornos Depressivos, Transtornos devido ao uso de substâncias, Transtornos da Infância e da Adolescência, Conflitos Familiares e Ambientais. Dentre os ensaios já realizados deste trabalho, concluímos parcialmente que em sua maioria os conteúdos programáticos apresentam em suas temáticas conceitos que possam auxiliar na promoção da saúde mental do jovem. No entanto, a estratégia em sala de aula são aplicados contraditoriamente, como um processo de ensino e aprendizagem vinculados aos modelos jesuíticos, não mediando conteúdos com a vivência dos alunos no sentido de realmente conhecerem a relação entre a ciência e o seu bem estar, físico, emocional e intelectual. Enfim, acreditamos na proteção, prevenção e uma preparação para a vida em sociedade que de fato facilite na construção da identidade de um jovem conhecedor de si e do meio em que vive.

ISSN 1981-2566

A FORMAÇÃO CONTINUADA DO PROFESSOR PARA O USO DO COMPUTADOR/INTERNET NO AMBIENTE ESCOLAR

Andreia Alvim Bellotti Feital

Este trabalho se organizou a partir de uma pesquisa qualitativa de abordagem sócio-histórica que se fundamenta na teoria da construção social do conhecimento, de Vygotsky, e na teoria enunciativa da linguagem, de Bakhtin. Com esta fundamentação busquei compreender, através dos discursos de professoras da Rede Municipal de Juiz de Fora, egressas de cursos de Informática na Educação, oferecidos pelo Centro de Formação do Professor, os sentidos que estão construindo para o uso do computador/Internet na prática pedagógica com suas implicações em sua formação continuada. O Grupo Focal Reflexivo foi a técnica metodológica escolhida com o intuito não somente de realizar a coleta de dados, mas também propiciar uma relação dialógica, própria da abordagem sócio-histórica, entre pesquisadora e pesquisados. Assim, através do Grupo Focal Reflexivo, foi possível instaurar discussões que se constituíram em momentos de reflexão conjunta e de ressignificação dos envolvidos, o que possibilitou um repensar da sua prática pedagógica. Nesse sentido, esta pesquisa se constituiu como um espaço de formação continuada de professores. A partir das discussões estabelecidas e análise dos dados que emergiram do campo, quatro categorias se evidenciaram: a primeira consiste em uma reflexão sobre o processo de formação continuada dos professores, no que se refere ao uso do computador/Internet; a segunda aborda a relação que os docentes estabelecem com esses mediadores; a terceira trata da introdução do computador/Internet no ambiente escolar e as dificuldades desse processo; a quarta categoria focaliza a relação que os discentes estabelecem com tais mediadores a partir do discurso das docentes. Concluiu-se que os cursos oferecidos pela Secretaria de Educação de Juiz de Fora, através do Centro de Formação do Professor, são momentos propícios para oportunizar o contato do docente com o computador/Internet, aproximar o professor dessa tecnologia, vivenciar possibilidades de uso desses instrumentos para a realização de atividades escolares. No entanto, há lacunas nesse processo formativo que se tornam um dos fatores que dificultam uma utilização efetiva desses mediadores pelos docentes no cotidiano escolar. Além disso, percebeu-se que as atuais condições de trabalho dos professores e a forma de organização do trabalho escolar ainda não se encontram propícias para uma integração de fato do computador/Internet na escola. Expressando uma atitude diferente da resistência e insegurança presente entre as docentes, os alunos se encontram receptivos ao uso desses mediadores tanto na escola como fora dela. Essa receptividade por parte dos discentes se apresenta como um aspecto incentivador da incorporação do computador/Internet no cotidiano escolar, mesmo diante de todos os desafios que se fazem presentes nas escolas da Rede Municipal de Juiz de Fora.

Palavras-chave: Formação continuada de professores, computador e Internet, prática pedagógica.

ISSN 1981-2566

A CRIATIVIDADE NA FORMAÇÃO DO PROFESSOR DO CURSO DE LETRAS

Zélia Maria Freire de Oliveira

Vive-se em um momento da História, cujas características peculiares, como globalização, mundialização da cultura, sociedade em rede, novas ciências e áreas do saber, deslocalização e desfragmentação da produção exigem que as instituições formadoras de professores se conscientizem da importância da criatividade e reformulem o seu papel para atender às novas demandas. O professor precisa ser um dos agentes principais em estimular o comportamento criativo de seus alunos para darem respostas aos problemas e desafios dos tempos atuais. Diante disso, a pesquisa teve como objetivo principal investigar como a criatividade vem sendo tratada no Curso de Letras. A fundamentação teórica embasadora da pesquisa abrangeu conceitos de criatividade, o potencial criativo das pessoas, a formação do professor, as características do professor e do ambiente facilitadores da criatividade e os fatores inibidores ao desenvolvimento da criatividade na educação, que vêm sendo discutidos por diversos estudiosos do assunto. Foram entrevistados 20 professores de instituições de nível superior, sendo duas particulares e uma pública, de Brasília, Distrito Federal. Utilizou-se a análise de conteúdo, segundo Bardin (2004) e Richardson (1999) para a análise das respostas obtidas. Os resultados indicaram que os professores: a) atribuem importância à criatividade no mundo atual, colocando-a até como uma questão de sobrevivência na profissão; b) acreditam na existência de potencial criativo nas pessoas; c) têm noção sobre criatividade, embora com dificuldade para defini-la, afirmando que as pessoas a intuem, a percebem, mas é difícil se estabelecer uma definição única, ligando-a ao novo, ao original, ao útil, a algo com valor social num momento histórico, ao desenvolvimento, à solução de problemas; d) valem-se de vários procedimentos pedagógicos que a facilitam, embora não os utilizem de forma intencional; e) não sentem necessidade de uma disciplina específica sobre criatividade, percebendo-a mais como procedimento pedagógico, que, entretanto, não é utilizado por grande parte dos professores; f) não tiveram em sua formação, de modo geral, informações sobre criatividade, nem tampouco em reciclagens; g) lembram-se dos professores criativos com satisfação; h) apontaram como barreiras à criatividade os alunos, a instituição, os colegas de profissão e a formação profissional. A criatividade não pode ser ensinada, nem dada, mas facilitado o desenvolvimento do potencial criativo que todos trazem em si e o professor tem de ser um agente facilitador, procurando no seu dia-a-dia propiciar um ambiente e condições favoráveis a isso. Como formar professores com criatividade, se os atuais não conhecem ferramentas que levem a isso? Como se ter cidadãos criativos se eles não são assim formados por seus professores? A prática nas instituições educacionais de ensino superior tem demonstrado carência nesse aspecto. É preciso revisão dos currículos dos cursos de formação de professores, incluindo-se informações sobre criatividade, com o objetivo de contribuir para a formação de cidadãos criativos, que promovam soluções para os inúmeros problemas do mundo atual.

Palavras-chave: criatividade, professor, formação.

ISSN 1981-2566

A FORMAÇÃO DO PROFESSOR-PESQUISADOR NA PRÁTICA DE PESQUISA

Ilka Schapper Santos

Este trabalho apresenta a formação do professor-pesquisador na prática de uma pesquisa realizada com um grupo de quatro professores de crianças de dois e três anos de idade, do município de Juiz de Fora. Um dos foco da investigação discute o espaço de pesquisa - que se materializa nas reuniões de discussão teórica, de definição de metodologia e instrumentos, de ingresso no campo e de análise de dados - que na realidade cria o que está intitulado de metapesquisa. O prefixo meta indica transcendência, "para além" da pesquisa. Num movimento dialético essas reuniões de grupos de pesquisa sistematizam e organizam as pesquisas em si, mas também criam espaços de investigação científica que transcendem as discussões das definições questões, objetivos, fundamentação teórica, análise de dados de um determinado estudo. Ao utilizar concepções teóricas e ao ingressar nas discussões acadêmicas o professor pesquisador as reescrevem, as ressignificam e continua a tecer a fiar nas dobras das suas construções.Isso porque, entrecruza as formulações teóricas com outras leituras e outras vivências que teve no campo da academia. Além disso, quando estuda um construto teórico, no interior de uma pesquisa, o professor-pesquisador traz para a cena da investigação científica atores diferentes daqueles que os próprios teóricos elegeram. Mas na modernidade - ou pós-modernidade - atarefa de pensar, de estabelecer relações e proposições, de reconstruir,como muitas outras, sofre com a pressa e a brevidade do tempo. O homem contemporâneo está marcado pela pressa e pela falta de tempo. Falta de tempo para a reflexão científica que requer digerir a "idéia do outro" - no casoda pesquisa aprofundar nos autores selecionados - para no entrecruzamento da"idéia própria" - a questão a ser investigada - " criar a "idéia nova". Esse terceiro elemento que diz da originalidade, da criação está se esvaziando na atualidade. Pois só se tem tempo de analisar a "idéia do outro" e a "idéia própria". Não se tem tempo para a originalidade que requer as três idéias citadas. Perdeu-se, no campo da produção científica a capacidade de transitar na terceira margem do rio. A dificuldade de criação está posta no excesso de informação, na tentativa de se dar conta de tudo. Não sobra tempo para o processo criativo. Pois na busca de se achar a melhor definição na palavra do outro, há uma reprodução do texto do outro inserido no contexto da pesquisa. Mas com isso esvazia-se a palavra do pesquisador - que seria atônica da diferença entre olhar e analisar a realidade. Para investigar o processo de ressignificação e criação com os professores-investigadores, foi feito análise das transcrições de áudio das reuniões e das atas - que são textos construídos por um participante do grupo que dá a sua percepção das discussões realizadas, ora nos diálogos com os teóricos, ora nos diálogos entre os professores-pesquisadores. Observou-se que houve uma reconstrução de construtos teóricos, que trazia elementos dos autores, além de outras vozes de vivências, experiências e leituras anteriores de cada membro do grupo.

Palavras-chave: professor-pesquisador, prática de pesquisa, construção.

ISSN 1981-2566

A FORMAÇÃO DO/A DOCENTE QUE TRABALHA COM CRIANÇAS

Silvia Maria Cintra da Silva

social da subjetividade profissional, que se refere aos modos de apropriação e internalização das dimensões teóricas e práticas que vão sendo construídas pelo sujeito, referentes à sua profissão. Questionamentos críticos a respeito da prática pedagógica são imprescindíveis para a compreensão das dimensões político-sociais da docência e do seu impacto na formação dos alunos. A universidade encontra muitas possibilidades de desencadear e aprofundar tais questionamentos em propostas de formação continuada. Como se configura a formação do/a docente que trabalha com crianças? Aspectos como conhecimento acerca da psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem, psicologia escolar, educação infantil, concepções sobre infância, além de conhecimentos necessários para as atividades práticas do cotidiano, como jogos e brincadeiras são fundamentais. Também é importante que o educador sinta-se à vontade para lidar com essa faixa etária, amparado por uma formação teórica consistente, que respalde e oriente sua ações. A formação do docente que lida com a infância deve ser um dos focos da psicologia escolar, a ser considerado como um trabalho preventivo em educação.

Palavras-chave: formação docente, educação infantil, psicologia.

ISSN 1981-2566

A IDENTIDADE PROFISSIONAL DOS PROFESSORES DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSO DO SUL - UEMS

Maria Gládis Sartori Proença
Sônia Urt

A pesquisa tem por objetivo refletir sobre a identidade profissional dos professores universitários da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.- UEMS. Sabemos que a identidade do professor está intimamente ligada à identidade da profissão docente e que estas estão intrinsecamente vinculadas e em constante processo de transformação. Para tanto, devido a amplitude de um estudo desta natureza sentimos a necessidade de fazer um recorte e analisar a prática pedagógica desses professores, num determinado momento histórico dessa caminhada , considerando que esta prática é importante na formação dos futuros professores, uma vez que partilhamos da idéia de Vigotsky que a presença do outro é fundamental para a aprendizagem. Há na nossa sociedade uma desvalorização da escola e consequentemente do professor e de seu trabalho o que tem gerado desânimo e mal-estar . Percebemos que esta desvalorização do trabalho docente tem contribuído para que o professor continue adotando práticas pedagógicas pouco significativas para a construção do conhecimento pelo aluno em todos os níveis de ensino. A prática pedagógica escolar, inclusive a dos cursos universitários, tem se caracterizado por um ensino que privilegia a transmissão do conhecimento, onde os aspectos burocráticos muitas vezes superam o pedagógico, desconsiderando-se o estudante como sujeito da construção do seu conhecimento.Com o avanço das sociedades, este tipo de ensino é colocado em questão, uma vez que o saber detido apenas pelo professor não permite ao aluno incorporar-se à prática pedagógica do outro e, a partir daí, produzir conhecimentos. Assim, hoje, a condução do processo do ensino requer uma compreensão clara e segura do processo de aprendizagem. Os desafios da prática pedagógica escolar são cada vez maiores e mais complexos na sociedade contemporânea, principalmente para os Cursos Universitários que se fundamentam na indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão. Um ensino que privilegia a metodologia centrada no professor, dificilmente, atende a esta questão. Cabe à escola dirigir o desenvolvimento psíquico do indivíduo e compete ao professor ser o mediador entre o aluno e o conhecimento científico. Surgiu daí o interesse em realizar esta pesquisa para que pudéssemos contribuir com essa discussão. Este trabalho se restringirá em analisar a prática pedagógica do professor universitário nos aspectos metodologia, relacionamento professor / aluno e avaliação. A pesquisa adotou uma metodologia qualitativa cujos dados foram analisados através do aporte teórico da pedagogia crítica . Como instrumentos de coleta de dados adotou-se o questionário e entrevistas junto aos alunos do quarto ano , uma vez que priorizamos a opinião do aluno para a análise. Este estudo pretende contribuir para a produção de conhecimento sobre parte da identidade profissional dos professores dos cursos de graduação para a produção de conhecimentos na área da formação de professores, repensar as práticas adotadas e oferecer subsídios para a reflexão dos professores do Ensino Superior.

Palavras-chave: Identidade profissional, prática pedagógica, ensino superior.

ISSN 1981-2566

A IMPORTÂNCIA DO REPERTÓRIO CULTURAL DE PROFESSORES NA FORMAÇÃO E NA PRÁTICA DOCENTE

Ana Cecília Oliveira Silva
Maria Elisa de Castro Almeida
Célia Maria de Castro Almeida
Silvia Maria Cintra da Silva
Guilherme Nunes
Fábia Tunísia Alves Xavier

Estudos de autores como Michel Fourquin, Tomás Tadeu da Silva e Vera Candau mostram que alguns dos problemas que afetam a educação escolar ocorrem porque o currículo considera minimamente as práticas culturais vivenciadas por professores e estudantes, o que interfere no ensino dos diversos componentes acadêmicos. Tradicionalmente a escola tem desconsiderado, no currículo, o que pertence à esfera do cotidiano, privilegiando e valorizando apenas parte do que se considera como patrimônio cultural da humanidade. Ao pensarmos sobre as relações entre currículo, cultura, ideologia e poder, entendendo o currículo como artefato social e cultural, é necessário considerar que ele não é neutro e atemporal, mas expressa relações de poder, aspectos sociais e históricos. Se entendermos que um dos objetivos da educação escolar é possibilitar aos estudantes propriar-se desse patrimônio cultural, é imprescindível que os docentes tenham acesso às mais diversas práticas culturais, para que possam transformar a escola em um espaço de formação ampla, ofertando aos alunos atividades ligadas à cultura, como teatro, música, cinema, artes visuais, literatura, entre outras. Para grande parte da população brasileira, que não tem acesso aos bens culturais, a escola configura-se, muitas vezes, como única possibilidade de apresentação desse acervo cultural, seja nas aulas, seja nas atividades festivo-comemorativas. Nesta pesquisa, buscamos conhecer o repertório cultural de professores da rede pública de ensino da cidade de Uberlândia (MG) e suas implicações na prática educativa. Foi aplicado um questionário estruturado que abordou questões referentes aos dados pessoais (sexo, idade, filhos, formação, locais de trabalho, renda) e questões referentes às práticas culturais dos sujeitos (leitura, TV, música, cinema, teatro e museu; atividades de lazer). Responderam ao questionário 159 professores e, destes, 18 foram entrevistados a partir de um roteiro que buscou aprofundar os itens contidos no questionário. As entrevistas foram registradas em áudio. Os resultados da pesquisa indicam que a maioria dos docentes não tem atividades de lazer, pouco freqüenta eventos culturais como peças de teatro, shows, museus e espetáculos de dança. De modo geral, a freqüência a eventos artísticos, quando ocorre, é realizada de maneira esporádica. Os motivos alegados para essa abstenção são: falta de tempo ― a maioria das professoras precisa cuidar das tarefas domésticas após a jornada de trabalho na escola ―, o baixo salário e a pequena oferta de eventos gratuitos na cidade, o que indica que o professor da educação básica sofre um processo de exclusão cultural. Mediador entre a cultura e o aluno, o professor precisaria ter amplo acesso aos bens culturais para poder viabilizar aos seus alunos este mesmo acesso. Por outro lado, ao assumir sua responsabilidade em relação à cultura, a escola precisa também organizar o currículo e o cotidiano de tal forma que a arte e a cultura não estejam destinadas apenas às disciplinas específicas e em horários rigidamente estabelecidos, mas interligadas e presentes na vida de alunos, professores e demais atores do espaço escolar. Nesse sentido, o psicólogo escolar pode encontrar formas privilegiadas de trabalhar a formação continuada de professores por meio de uma parceria com a arte.

Palavras-chave: repertório cultural, formação de professores, psicologia escolar, escola.

ISSN 1981-2566

A INTENCIONALIDADE DA CONSCIÊNCIA EM PAULO FREIRE

Paulo Cesar De Oliveira

Paulo Freire, ao tratar a problemática da conscientização, não ignorou a questão da intencionalidade. O ponto de partida para a reflexão de Paulo Freire sobre a intencionalidade, a consciência e a conscientização é a constatação do jogo dialético das relações homem - mundo. É nessa ação dialética que ocorre a tomada de consciência, por parte do homem, de sua ligação umbilical com o mundo. É na práxis que o homem toma consciência de si, do mundo e dos outros. A tomada de consciência, específica do homem, é conseqüência de sua confrontação com o mundo como algo objetivo, fruto da unidade dialética da subjetividade humana e da objetividade do mundo. A unidade dialética, subjetividade humana e objetividade do mundo, se transforma em pressuposto para uma correta compreensão do conhecimento e da ação. A incompreensão desta dialética pode levar ao solipsismo e ao objetivismo. O erro do solipsismo consiste em considerar somente o eu existente, sem pensar a realidade externa. Parte da negação da realidade concreta para afirmar a soberania da consciência na criação do próprio mundo. Por outro lado, o objetivismo afirma que a realidade transforma-se a si mesma e o homem é apenas passivo nessa transformação. Paulo Freire constata que ocorre uma simultaneidade entre a consciência e o mundo: a consciência não precede o mundo e o mundo não precede a consciência. O mundo é exterior à consciência, mas por essência é relativo a ela. A consciência do mundo implica o mundo da consciência. Afirmando que o "homem é um corpo consciente", Paulo Freire coloca a chave para reflexão sobre a intencionalidade da consciência e a ação conscientizadora: não se pode conceber a consciência espacialmente, como um receptáculo vazio presente no homem que deve ser preenchido. A consciência intencional provoca uma aproximação reflexiva à realidade. Não é a realidade que entra na consciência, mas a consciência reflexiva que tende à realidade, criando a possibilidade da práxis (ação/reflexão/ação). A consciência humana se define pela sua intencionalidade; é sempre consciência de alguma coisa. É sempre ativa e funda o ato do conhecimento. Este não se reduz a uma "doxa" da realidade, mas aprofunda-se para se chegar ao "logos", à razão do objeto a ser conhecido, o que só é possível quando os homens se unem para responder aos desafios que o mundo lhes apresenta. A consciência não é somente intencionada em direção ao mundo. Ela possui a propriedade de voltar-se sobre si mesma e ser consciente de sua consciência. A sua ação ultrapassa o nível do simples reflexo da realidade, da resposta a estímulos externos, para ser reflexiva, alargando-se na crítica sobre os seus próprios atos e na capacidade de superação de suas contradições.

Palavras-chave: intencionalidade, consciência, conhecimento.

ISSN 1981-2566

A INTERVENÇÃO JUNTO A PROFESSORES: POTENCIALIZANDO A PRODUÇÃO DE NOVOS SENTIDOS

Wanda Maria Junqueira Aguiar

O objetivo deste curso é de num primeiro momento discutir alguns aspectos teóricos e metodológicos considerados importantes pela Psicologia Educacional de base Sócio Histórica, ao tratarmos da questão do aperfeiçoamento profissional do professor, e a seguir apresentar uma proposta de intervenção. As intervenções voltadas para a formação inicial e continuadas dos docentes tidas como essenciais por todos aqueles que visam à melhoria dos processos educativos vêm se revelando, muitas vezes, inócuas, na medida em que se mostram capazes de mudar conceitos, mas não modificar, no sentido almejado, a prática docente. Levantamos a hipótese de que este tipo de ação só atenderá aos objetivos propostos quando levar em consideração os aspectos dos processos de objetivação e subjetivação constitutivos do professor. Dessa forma, partimos do pressuposto de que é fundamental, para a formação e para o aperfeiçoamento profissional dos profissionais do ensino, intervenções que considerem a singularidade dos indivíduos concretos nelas envolvidos. Neste sentido propomos no primeiro momento do curso a discussão sobre: concepção de homem, concepção de educação; relação professor – instituição educacional; subjetividade, significados e sentidos. No segundo momento será apresentada uma proposta de intervenção que considere a necessidade da ocorrência de um processo de ressignificação de sentidos e significados e a potencialização de novos sentidos para que práticas sejam alteradas. Nossa hipótese é de que a proposta indicada pode contribuir para que se alcance uma maior e melhor apreensão da dinâmica da subjetividade dos professores no sentido de contemplar não o sujeito genérico e, sim, o sujeito real que se encontra em busca de uma melhor prática pedagógica.

Palavras-chave: Psicologia Sócio Histórica, relação professor-instituição educacional, prática pedagógica.

ISSN 1981-2566

A PRÁXIS DO CUIDADOR SOCIAL

João Clemente de Souza Neto

Este trabalho discute a realidade de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, que residem em abrigos, e a formação dos educadores sociais. Esses espaços requerem um orientador, educador ou liderança comunitária com boa formação humana, capaz de compreender os emaranhados da situação de abandono. Por si mesmos, crianças e adolescentes não conseguem superar os emaranhados de suas vidas. Geralmente, quando são abandonados, atribuem a si a responsabilidade pelo fato e se sentem tomados pela culpa. Neste caso, o abrigo seria o castigo correspondente. Não basta uma simples explicação, pois uma calmaria superficial pode escamotear o desejo ardente de voltar com os pais, especialmente com a mãe. A superação dessa condição dependerá do modo pelo qual os educadores desenvolverão seu trabalho. Um bom formador pode ajudar crianças e adolescentes a manifestar seus sentimentos, por meio de palavras e outras formas de expressão, e a interpretar sua biografia. Ele necessita de muita habilidade para ajudar a criança e o adolescente a entender a situação de abandono familiar. Nas condições do abrigo, uma excelente formação psicológica ajuda-lo a realizar um bom trabalho. A realidade de abandono da criança e do adolescente insuficientemente orientados poderá trazer danos incalculáveis a sua saúde mental. Ao invés de ser um espaço de proteção, o abrigo se torna um instrumento de reprodução da perversidade humana. Muitas das dificuldades das crianças são reforçadas pela falta de escuta e de retorno. Esta proposta de formação exige o repensar do conhecimento científico e do papel do sujeito educador como aquele que se apropria de sua vida, ressignifica sua biografia e transfaz sua história, trazendo diferentes sentidos ao sofrimento humano. Funda-se no pressuposto de que a educação tende a interferir na construção da visão de mundo e da subjetividade, que se faz no contexto de uma síntese de circunstâncias históricas e biográficas. Esse movimento se realiza pelo conflito entre educador, o educando e outros agentes que constituem o espaço de aprendizagem no interior do abrigo. Tem como fonte do conhecimento a articulação entre emoção, pensamento e atitude, o que denomino de aprendizagem humana.Este estudo é resultado de pesquisa de intervenção junto a educadores que trabalham em abrigos. Acredita que quando o educador toma posse de sua biografia e descobre a do outro, numa linha de respeito e de ressignificação, amplia suas condições para ajudar o outro a encontrar e a ressignificar sua história.

Palavras-chave: Abrigos, formação, educadores.

ISSN 1981-2566

A LINGUAGEM NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES: EXPERIÊNCIAS E DIÁLOGOS EM CONTEXTO DE COLABORAÇÃO E DE REFLEXÃO CRÍTICA

Maria Cecília Magalhães

Esta apresentação tem como objetivo discutir a importância das escolhas metodológicas em pesquisas conduzidas em escolas com educação contínua, que se propõem a propiciar a educadores - professores, coordenadores,diretores - a alunos e participantes externos do contexto escolar -supervisores e pesquisadores - um lócus para reflexão crítica e desenvolvimento sobre como o ensino-aprendizagem está relacionado às necessidades dos alunos no contexto específico de ação, com base em uma discussão política e ética. Mais especificamente, discute a centralidade da linguagem na pesquisa crítica de colaboração como uma base teórico-metodológica que possibilita aos participantes da pesquisa uma base de negociação em que todos os participantes colaboram e negociam a construção de significados sobre as escolhas didáticas, o conceito de ensino-aprendizagem que as embasa, e como essas escolhas trabalham a favor ou contra o objeto colocado. O foco está em uma maneira de refletir criticamente e relacionar teoria e prática na produção de conhecimento novo.Esta apresentação representa uma importante contribuição para a pesquisa em formação contínua de professores, com especial ênfase na formação contínua do professor da rede pública de ensino. A contribuição abarca questões teórico-metodológicas, isto é, questões referentes ao ensino-aprendizagem do professor, a seu papel como profissional da educação, à sua atuação pedagógica, à função social de seu objeto de ensino no contexto sócio-histórico-cultural em que atua. Além disso, contribui para a área de metodologia de pesquisa em formação docente. Especial repercussão do trabalho deste grupo refere-se à formação do professor em uma cidade circunvizinha à capital paulista. Pode-se, ainda, mencionar a repercussão em descobertas relativas a questões epistemológicas decorrentes da natureza interinstitucional do trabalho, que integra a Universidade e a escola. Esta apresentação tem como base um projeto conduzido em escolas do Município de Carapicuíba, com ênfase em questões teóricas consideradas como fundamentais para a formação de profissionais críticos no contexto de trabalho. Destaca a descrição do contexto de uma das escolas envolvidas e do trabalho realizado em quatro sessões de HTPC que, tendo como referente os conceitos de colaboração e de argumentação, possibilitaram aos participantes espaços para agirem no levantamento, discussão, questionamento de assuntos considerados importantes para o processo ensino-aprendizagem no cotidiano da escola.Sinaliza como central o papel da linguagem como elemento mediador na construção de contextos colaborativos que, por conta da argumentação,possibilitam a constituição de profissionais críticos. Com base na TASCH(Teoria da Atividade Sócio-Histórica-Cultural) e na Teoria Crítica, aponta a relevância de escolhas metodológicas para o questionamento da alienação(Leontiev) e para o desenvolvimento de uma atividade coletiva no contexto escolar.

Palavras-chave: Formação de professores, contexto de colaboração, linguagem.

ISSN 1981-2566

A PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO NAS LICENCIATURAS DA UFPA E SUAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS NO CONTEXTO DA FORMAÇÃO DOCENTE

Sônia Eli Cabral Rodrigues

O presente trabalho tem como objeto de estudo as representações sociais dos estudantes de licenciatura da Universidade Federal do Pará (UFPA) sobre o ensino de Psicologia da Educação. Esta disciplina no âmbito da educação faz parte dos Fundamentos da Educação e ao longo do processo histórico da formação de professores veio ocupando um lugar de destaque nos currículos das licenciaturas. Nesse sentido, este estudo apoiou-se no referencial teórico-metodológico das Representações Sociais (RS), sob a ótica de Serge Moscovici inserida no cerne da Psicologia Social e dos pressupostos teóricos da Psicologia da Educação. Deste modo, buscou-se compreender, identificar e analisar a produção de significados que são compartilhadas pelos estudantes sobre o ensino desta disciplina nas licenciaturas do Campus de Belém. Com base na teoria das RS, partimos do pressuposto que os conhecimentos são produzidos e elaborados no senso comum, na partilha dos grupos sociais e orientam pensamentos, sentimentos e ações dos mesmos. Neste estudo, participaram 70 estudantes egressos da disciplina, de seis licenciaturas em Física, Química, Letras, Educação Artística – habilitação em Música e em Artes Plásticas, de ambos os sexos, na maioria do sexo masculino, na faixa de 19 a 24 anos. Para o procedimento metodológico utilizamos dois instrumentos distintos, o questionário com perguntas mistas e a técnica do grupo focal. Os discursos, escrito e oral, apresentados passaram por um tratamento quantitativo e qualitativo, com base na análise estatística e na análise de conteúdo de Bardin (1977), o que possibilitou-nos constatar que as representações sociais dos licenciandos sobre o ensino de Psicologia da Educação se inscrevem em significados consensuais da seguinte forma: os estudantes revelam que a disciplina tem contribuído com conhecimentos psicológicos (teorias psicológicas, processos de aprendizagem e desenvolvimento) que podem ser aplicados à prática educativa; avaliam positivamente o ensino de Psicologia, contudo, ressentem a falta de articulação dos conteúdos com a realidade educacional, com os conteúdos específicos dos cursos, e a inter-relação teoria e prática pedagógica. Estas imagens sobre o ensino de psicologia revelam que esta disciplina pode contribuir muito mais com a formação de professores, revendo e articulando de modo integrado as dimensões do processo de ensino-aprendizagem que avaliamos inscreverem-se do seguinte modo: no conteúdo da Psicologia da Educação, na forma do trabalho pedagógico e na finalidade da formação docente. Estas representações sociais dos licenciandos são importantes, pois oferecem subsídios significativos para reflexões, debates e proposições sobre o ensino de Psicologia da Educação nos currículos de licenciaturas da UFPA.

Palavras-chave: Psicologia da Educação, representação social, formação de educador.

ISSN 1981-2566

A PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO NA FORMAÇÃO DO EDUCADOR MATEMÁTICO

Rosana Tósi da Costa
Renato Augusto dos Santos

Ao trabalharmos no curso de Licenciatura em Matemática, como professores, percebemos a dificuldade para que os futuros docentes compreendessem a importância de se construir uma identidade pedagógica a partir da opção por uma concepção de ser humano e de objetivos de atuação politicamente embasada.Na direção de superar esta dificuldade, buscamos trabalhar, por meio dos conteúdos da disciplina Psicologia da Educação, pela via da sua história, a forma com que cada abordagem psicológica tratava e defendia a formação dos fenômenos psicológicos e a sua repercussão para explicar a forma de pensar e agir de um sujeito. Criticamente, relacionamos cada maneira de se pensar a constituição psicológica humana e a influência na organização política dos contextos existenciais, referindo-nos as conseqüências positivas e negativas destas situações. Em seguida, relacionamos às políticas educacionais cada uma destas concepções psicológicas sobre o desenvolvimento humano e as práticas pedagógicas delas decorrentes.Discutimos as conseqüências formativas de cada uma destas concepções quando vinculadas à formação de professor, destacando sua importância no reconhecimento das concepções teóricas que permeia cada uma das práticas pedagógicas para o ensino da Matemática apresentadas durante a graduação e das políticas educacionais com as quais venham a se deparar no exercício da docência. Os resultados, desta forma de trabalho, permitiram que nossos futuros professores mudassem a percepção quanto ao ensino de Psicologia e da própria Matemática na Educação Básica, a sua importância no curso de formação de professores e que organizassem relações interdisciplinares conteúdos específicos para a licenciatura e específicos para formar o educador matemático.O processo formativo teve suas potencialidades ampliadas ao se estabelecer relações entre as correntes da Psicologia estudadas e as discussões colocadas pela Educação Matemática – campo de estudo que possui um dos pontos de apoio nas bases teóricas da Psicologia. O estabelecimento destas relações foi viabilizado no desenrolar das várias disciplinas que têm por objetivo um maior enfoque na formação pedagógica.Ainda, esta forma de abordar os temas da Psicologia da Educação trouxe repercussões na realização dos Estágios Supervisionados, à medida que os alunos começaram a dar maior significado as práticas educativas observadas, permitindo-lhes discutir e propor caminhos alternativos para a atuação docente.Nestas experiências, a vinculação dos estudos de conteúdos matemáticos ao contexto real do aluno passou a ser o principal caminho apontado pelos licenciandos, sendo esta uma importante ferramenta para a construção do conhecimento com significado, o fomento da lógica e da organização de ações mais conscientes frente ao contexto existencial.A adesão dos alunos a este enfoque de trabalho acabou se refletindo em trabalhos de iniciação científica propostos por eles, como resultado do fomento de questões apresentadas no desenrolar da disciplina Psicologia da Educação.A experiência que vivenciamos, possibilitou uma transformação significativa na condução dos estudos sobre os aspectos educacionais abordados pela Psicologia e sua vinculação com as demais discussões de cunho pedagógico que são tratados no processo de construção da identidade profissional dos licenciandos.

Palavras-chave: educador, pedagógico, matemática.

ISSN 1981-2566

A PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO DE PROFESSORES E LICENCIATURAS: COMPARTILHANDO EXPERIÊNCIAS

Viviane Prado Buiatti Marçal
Carmen Reis

A disciplina Psicologia da Educação é uma das disciplinas oferecidas nos cursos de formação de professores, sendo obrigatória às licenciaturas. É também uma área de pesquisa com implicações para a aprendizagem e o ensino. Tem relações com a prática educacional, o que significa que toda construção de seu trabalho consiste em unir a prática da educação escolar em seus diferentes níveis de ensino com a psicologia científica. Desse modo, a Psicologia se volta para uma área do conhecimento na qual seus saberes teóricos e científicos visam o auxílio da compreensão e desenvolvimento de práticas pedagógicas, que problematiza e reflete sobre a complexa tarefa educacional no contexto de sala de aula. Para nós, docentes, o grande desafio está em se pensar nesta disciplina de forma contextualizada, para que não se torne algo isolado da realidade dos diferentes cursos de licenciatura. Temos buscado em nossa prática, fazer esta reflexão e acreditamos ser de fundamental importância a vinculação entre o ensino da Psicologia da Educação à realidade de cada curso, voltada às problemáticas que cada um irá vivenciar enquanto professor. Assim, cabe-nos identificar problemas, situá-los, defini-los e compreendê-los, sinalizando soluções práticas, uma vez que o aluno é ativo e criativo neste processo. Para isso, em vários momentos, discutimos de que forma os saberes da Psicologia poderão oferecer auxílio na construção de competências, estabelecendo conexões entre saberes e a prática no cotidiano do professor. Diante desta perspectiva, acreditamos que os licenciados precisam perceber a real utilidade destes conhecimentos, podendo desenvolver posições e olhares que no diálogo com a prática constitua-se em elementos para atuação do futuro docente. Apropriando-nos da abordagem histórico-cultural, procuramos olhar para estes estudantes localizando-os em suas características culturais, em determinada circunstância histórica e social, as especificidades de cada curso dentro dos diferentes cursos de licenciatura, conhecendo o que ele já sabe, e quais seriam os conteúdos e aspectos relevantes para sua formação. Nesse ínterim, é função desta disciplina, estimular futuros professores a enfrentarem um ambiente escolar repleto de conflitos e contradições, e para terem uma perspectiva da psicologia que possa ser útil na docência de futuros egressos. O programa da disciplina Psicologia da Educação que seguimos envolve o desenvolvimento humano, os aspectos biopsicossociais, a aprendizagem e a atuação docente e oferece discussões acerca das relações que permeiam o ambiente escolar, os mitos e preconceitos que contribuem para os problemas na aprendizagem. Sabemos que esta perpectiva de contextualização do conhecimento requer uma construção pessoal do professor, deparamos com a nossa própria condição de interagir com os alunos e lidarmos com a possibilidade de expandir e criar. Assim como não há “receitas”, nas quais muitos discentes nos solicitam, ou seja, querem um roteiro a seguir de como ser professor, e nesse sentido estamos em constante reflexão acerca deste trabalho, analisando e discutindo sobre possíveis fazeres. Com este intuito, gostaríamos de compartilhar nossa experiência, possibilitar troca de saberes, promover o debate e reflexão com demais profissionais que atuam na Psicologia da Educação.

Palavras-chave: Psicologia da Educação, formação de professores, educação.

ISSN 1981-2566

A PSICOLOGIA ESCOLAR E A FORMAÇÃO DE PSICÓLOGOS E PROFESSORES: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Marcela Cristina Moraes
Viviane Prado Buiatti Marçal
Silvia Maria Cintra da Silva

Acreditamos que a psicologia pode contribuir para a reflexão e construção de uma prática que se aproxime e atenda às reais necessidades da escola. Para isso, temos procurado desenvolver na disciplina: Psicologia Escolar e Problemas de Aprendizagem I, ministrada para o 6º período de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, uma prática em que graduandos atuem como psicólogos escolares junto a grupos de docentes e de alunos das escolas públicas do Ensino Fundamental de Uberlândia - MG. Objetivamos com esta ação possibilitar aos estudantes em formação, além do contato com a prática, a conscientização e discussão sobre os aspectos políticos e históricos que permeiam o processo de ensino-aprendizagem, contribuindo para a formação de um profissional de psicologia que se proponha a atuar na instituição escolar de forma crítica, reflexiva e contextualizada. Em nossa proposta, a docente da disciplina foi à escola com os alunos, para simultaneamente realizarem grupos com as crianças e as professoras. As professoras que aceitaram participar foram reunidas em um grupo, a fim de desenvolver um trabalho que pudesse colaborar com sua prática cotidiana e valorização do trabalho docente, possibilitando um olhar diferenciado sobre a sua atuação. Cada sala de aula recebeu dois ou três alunos da Psicologia que desenvolveram atividades de acordo com a faixa etária, mas que de um modo geral pudessem contribuir para o respeito às regras e pelo outro, trabalho em grupo e interesse pela aprendizagem de maneira geral. Percebemos que este trabalho possibilitou às educadoras das escolas a abertura de um espaço em que o puderam ressignificar suas próprias aprendizagens, compartilhando e refletindo sobre suas dificuldades com o grupo, ao oferecer-lhes condições para a construção de projetos que apontassem outros caminhos. Aos alunos foi possibilitado ter contato com atividades diferenciadas que valorizam a arte e a cultura, com a proposta de favorecer o seu desenvolvimento integral. Os graduandos em Psicologia, foram orientados por textos e teorias críticas que pudessem sustentar a prática e permitir a interlocução entre essas duas partes da disciplina que nem sempre podem ser relacionadas na graduação. Antes e após cada atividade realizada na escola os estudantes de psicologia receberam supervisões com vistas à orientação e discussão da proposta para cada encontro. Ao final da disciplina os alunos confeccionaram relatórios individuais sobre sua atuação, revelando que aprenderam muito com a atividade prática, chegando a apontar que talvez essa tenha sido a única experiência que terão em uma instituição escolar durante a formação, já que o currículo do curso exige somente estágio em duas áreas da psicologia. Assim, percebe-se a relevância desta prática tanto para a formação do psicólogo como para a população das instituições onde a proposta foi realizada.

ISSN 1981-2566

A REDE ESCOLAR: A LEGITIMAÇÃO DO ESPAÇO E O ENFRENTAMENTO POSSÍVEL DOS DESAFIOS NA RELAÇÃO PROFESSOR-ALUNO.

Juliana de Oliveira Guimarães

A escola hoje precisa contar com uma rede social que transponha seus muros, principalmente em casos de índices altos de evasão, reincidências de indisciplina grave ou quando esta gera efeitos destrutivos no ambiente educativo. O aluno que questiona um professor sobre o seu saber não pode ser visto como indisciplinado, assim como um aluno que o agride verbal ou fisicamente não pode ser visto meramente como alguém que tenha problemas em casa.As proporções precisam ser avaliadas, bem como de que aluno vem o ato, e em que contexto ou período. Principalmente entre alunos adolescentes, são comuns manifestações de resistência à atuação do professor, ao que está sendo ensinado, não propriamente pelo conteúdo, mas por se tratar de uma atitude que representa uma submissão ao mundo adulto, por vezes insustentável. As escolas possuem ainda muitas dificuldades em travar interlocuções com outras redes de atendimento à infância e à juventude. Será por receio de perder o fio que a faz funcionar, mesmo que não tão bem? Ou será por não saber como realizar tal feito?A delegacia, por exemplo, não deveria ser o lugar de se resolver problemas escolares, mas em alguns casos, pode ser o que resta. A direção administrativa e pedagógica da escola precisa se aparelhar para ser uma rede de amparo ao trabalho docente. A prática efetiva de seu regimento e sua afirmação como instância de lei, permitem que casos graves de conflito do aluno com relação ao professor sejam bem encaminhados no próprio contexto educativo escolar, e não se tornem comuns, inimputáveis, ou precisem, pelos danos causados, pararem nas delegacias ou nos tribunais. Porém, se assim se fizer necessário, que o professor não se veja só, como autor da ação, como se estivesse à margem de seu contexto de trabalho, de sua rede de trabalho.As dificuldades do cotidiano não devem justificar a inércia, e deve construir um lugar de trabalho cauteloso, incansável da equipe, que se descobre assim, e que é capaz de superar o império da 'falta de tempo', que assola qualquer perspectiva de mudança.A rede fundamental é a própria escola, seu material humano, seu corpo docente que, fortalecido por uma administração atuante, acaba por produzir o conhecimento em seus alunos, trabalhando de verdade como vetor de cultura e de referência ética. Neste relato de experiência, defendo a proposta de ação para uma nova escola, que se construa para além de atitudes de colar mensagens de sensibilização em seus armários, ou de reuniões circunstanciais, e passe a ser um lugar de sensibilização de alunos, de aconselhamento familiar, de ação civil, e de amparo aos professores. Ancorada em experiências de caos e de esperança, vividas e que serão relatas por mim, como orientadora educacional e professora, amparada pelo olhar da Psicanálise, defendo um novo projeto de escola, que nasça através da atuação firme e organizada de seus membros, em rede, na qual ela mesma se constitui, em busca de novas redes.

ISSN 1981-2566

A QUEIXA DOCENTE

Juracy Machado Pacífico

Este trabalho refletiu sobre a queixa docente a partir das falas queixosas de professores e professoras, surgidas no cotidiano de uma escola pública estadual, do no Município de Porto Velho/RO. Os sujeitos diretamente envolvidos foram sete professores e professoras que atuavam no Ensino Fundamental de 5ª à 8ª série e no Ensino Médio. Utilizamos a etnografia como metodologia de coleta de dados. Estes, obtidos pela combinação de observações do cotidiano escolar, de entrevistas individuais e aplicação de questionários aos sujeitos envolvidos. Para a definição de categorias de análise dos dados coletados nos orientamos pelo método "Análise de Conteúdo". O estudo foi motivado pelo fato de que o docente é um agente fundamental no processo educativo e de emancipação de cidadãos, embora parecesse estar passando por sérias contradições e indefinições quanto ao desempenho de seu papel. Nesse sentido, o estudo da queixa docente destacou-se como campo particularmente importante para a pesquisa em educação. A contribuição pode ser destacada pela análise da queixa docente a partir de enfoques teóricos oriundos da Sociologia, Pedagogia e da Psicanálise. O estudo buscou desvendar o conteúdo oculto das queixas, procurando evidenciar o que sentia e pensava o docente sobre seu fazer e seu cotidiano escolar. Abordamos a literatura sociológica a partir das contribuições, entre outros, de Bernard Charlot (1996). Este ressaltou a questão do significado que a escola tem para os alunos e que os mobilizam a aprender, apontando que uma história escolar nunca é vivida por antecipação, pois os jovens de classes populares pensam a escola não em termos de saber, mas de futuro. Para esses jovens, aprender não tem um único sentido. A abordagem pedagógica foi discutida a partir da produção de Esteve (1999). Este analisou as dificuldades dos professores e professoras como resultado das mudanças do contexto social, nos possibilitado refletir sobre a problemática instalada no espaço pedagógico de sala de aula. A literatura psicanalítica abordada nesse estudo analisou a escola enquanto instituição social que possibilita o sofrimento. Os resultados desse estudo apontaram as queixas como conseqüências do sofrimento pelo qual passavam os docentes na instituição escolar, em razão da acelerada mudança do contexto social e da junção de outros fatores sociais e psicológicos presentes na situação em que se exercia a docência, bem como pelas contradições implicadas na mudança dos paradigmas educacionais. Na leitura dos dados, observamos que a queixa docente representava um lamento que não dava lugar à reflexão, embora pudesse transformar-se em um mecanismo de acesso à reflexão e possibilitar alívio ao sofrimento docente melhorando a qualidade do processo educativo

Palavras-chave: Educação, sofrimento docente, queixa docente.

ISSN 1981-2566

A PSICOLOGIA ESCOLAR/EDUCACIONAL E O DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA PROPOSTA ENVOLVENDO OS DIVERSOS NÍVEIS DE ENSINO

Maria José Ribeiro
Paula Cristina Medeiros Rezende
Silvia Maria Cintra da Silva
Analúcia De Morais Vieira
Liliane dos Guimarães Alvim Nunes
Marta Regina Alves Pereira

Este trabalho consiste no relato de uma experiência de extensão universitária envolvendo docentes do Instituto de Psicologia – área de Psicologia Escolar – e da Escola de Educação Básica da Universidade Federal de Uberlândia, buscando contribuir com a Educação Infantil da rede pública municipal de Uberlândia-MG no que se refere ao desenvolvimento profissional de seus educadores. Foram fornecidos cursos semestrais de 40 horas, a partir da demanda inicial da equipe responsável pela Educação Infantil do Centro Municipal de Estudos e Projetos Educacionais da Rede Municipal de Ensino de Uberlândia (CEMEPE). Considerando que a atuação junto à população infantil de menor faixa etária é fundamental na medida em que pode prevenir dificuldades cognitivas, emocionais e escolares futuras, acordamos trabalhar com os profissionais que lidam com as crianças menores, já que são os responsáveis pela sustentação do ambiente educacional inicial, numa visão que relaciona a educação e a saúde numa perspectiva que privilegia o papel do ambiente na constituição do psiquismo, não dissociando o desenvolvimento intelectual do emocional. O projeto foi uma proposta-piloto visando subsidiar o encaminhamento de futuras possibilidades de formação continuada para a Educação Infantil realmente alicerçadas nas necessidades do trabalho cotidiano. Assim, buscamos apresentar pressupostos teóricos da Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem que enfatizam a importância do meio na formação humana; procuramos, ainda, continuamente fornecer exemplos, experiências, propostas educacionais que foram utilizadas pelos ministrantes dos cursos e que pudessem ser vivenciadas e disponibilizadas em diversos contextos da Educação Infantil. Tivemos a oportunidade de ouvir os desafios que os educadores enfrentam, buscando dialogar com os mesmos e refletir sobre o encaminhamento de propostas de formação para os que atuam na Educação Infantil. Como registro utilizamos o “diário de bordo”, em que os professores escreviam sobre cada encontro; relatos escritos e orais de seus próprios procedimentos de ensino que lhes pareceram positivos e negativos; estudos dirigidos e dinâmicas de grupo visando detectar as demandas dos educadores para a continuidade de sua formação profissional. A avaliação da equipe do CEMEPE, assim como dos educadores participantes do projeto, foi extremamente favorável, o que se pôde detectar tanto pela solicitação da continuidade dessa proposta e ampliação da mesma, como pela demanda por cursos de especialização, e ampliação de possibilidades de atuação na área de Psicologia Escolar. Consideramos promissora essa experiência de trabalho que se aproxima da sociedade e envolve os diversos níveis de ensino, com possibilidades de pesquisa e ensino em Psicologia Escolar.

Palavras-chave: Psicologia escolar, formação do educador infantil, saúde mental, extensão universitária.

ISSN 1981-2566

A RELAÇÃO PROFESSOR/ALUNO NA ERA DA INTERNET: UMA NECESSIDADE DE DIÁLOGO ENTRE DUAS CULTURAS

Mirella do Vale Perotta
Laura Campos de Oliveira e Souza

Este texto foi construído a partir do trabalho de campo da pesquisa "Letramento digital e aprendizagem na era da internet: um desafio para a formação de professores", realizado com docentes de uma escola particular de ensino da cidade de Juiz de Fora. Abordaremos uma das categorias de análise oriundas desta pesquisa, que se refere ao seguinte tema: "Aluno internauta forma professor internauta?".Nosso objetivo, com este texto, foi analisar o enfrentamento de duas culturas: a dos professores (estrangeiros digitais) e a dos alunos (nativos digitais), diante das inovações tecnológicas, protagonizadas pelo computador/internet. Para tal, focalizamos duas situações extremas que se observam em relação a essas tecnologias como a tecnofobia e a tecnofilia, compreendendo como essas se manifestam entre os professores pesquisados. Assinalamos o esforço do processo formativo que desenvolvemos, identificando nos discursos dos professores suas dificuldades iniciais em relação ao uso do computador/internet e os sinais de uma mudança e avanços ocorridos. Surpreendemos os professores se dispondo a ser aprendizes e a começar a aprender um pouco com a cultura de seus alunos. Percebemos nos alunos, um contato maior com o computador e a internet, uma vez que não os temem, mas buscam cada vez mais desvendar suas potencialidades. Por isso o aluno, possuidor ou não do equipamento, geralmente se apresenta a nós como um "nativo digital". "Nativo" na cultura da informática, por aceitar e se fazer presente na mesma. Por sua vez, os professores, além de não estarem habituados com o equipamento (em geral por sua geração ter vivido em uma época em que a tecnologia não se fazia tão necessária e/ou por não ter meios de adquirir/instrumentalizar-se com o computador), não se sentem atraídos pelo computador, receiam estragar a máquina na escola ou sentem-se humilhados em, nesse aspecto da informática, saber menos que seu aluno. Por isso, falarmos em "estrangeiro digital".Diante disso, acreditamos que quando os docentes compreenderem o computador/internet como instrumento de aprendizagem será possível introduzir na sala de aula novas práticas de ensino-aprendizagem. Indo mais além, quando se percebe o potencial desses instrumentos, um novo olhar sobre o próprio currículo pode acontecer, levando a uma transformação do mesmo. Assim, é a partir dessa compreensão pelo docente, que uma inovação pode se fazer no cotidiano da sala de aula e na própria escola. Para uma apropriação de fato dessas tecnologias, é necessário um movimento coletivo que se manifeste no próprio projeto pedagógico da escola e seja acompanhado por mudanças não só na organização curricular, mas também na organização da própria escola.Este texto é, portanto, uma forma de confrontar estas duas culturas (a do aluno e a do professor), ressaltando a necessidade dos professores valorizarem e conhecerem a cultura de seu aluno e as atividades por eles vivenciadas.

Palavras-chave: relação professor/aluno, era da internet, diálogo entre culturas.

ISSN 1981-2566

A QUALIDADE DE ENSINO DA LEITURA E ESCRITA:UM AVANÇO EM BUSCA DA IGUALDADE SOCIAL"

Cleomar Azevedo

É condição fundamental em nossa sociedade, um cidadão conhecer a escrita e a leitura, pois através desta,este cidadão poderá ser atuante, crítico e participar de todas as grandes decisões de seu contexto social.Uma das questões primordiais hoje em nossa sociedade, é, como desenvolver o processo de aprendizagem da leitura e da escrita, fazendo com que as pessoas envolvidas neste processo tenham condições de compreender o seu significado e saibam utilizá-la corretamente.Este processo possui ênfase maior, no início da escolarização formal do ensino fundamental.Este trabalho enfoca o processo de ensino e aprendizagem da leitura e da escrita como uma proposta em busca da igualdade social.Os problemas educacionais, manifestos sobretudo pelos altos índices de evasão e repetência escolar, revelam-se fenômenos extremamente complexos que ultrapassam os limites pedagógicos ou didáticos, abrangendo a esfera psicológica,social, econômica, cultural e política.As conseqüências se fazem sentir não apenas nos índices de evasão e repetência (particularmente alarmantes nas séries elementares do ensino fundamental), como também entre aqueles que, mesmo oficialmente alfabetizados, são incapazes de apresentar uma aprendizagem significativa, isto é, de utilizar a leitura e a escrita como meio de apreensão do objeto, de compreensão do mundo que focaliza os aspectos sócio-históricos da aquisição de um sistema escrito por uma sociedade.Investigar também as conseqüências da ausência da escrita a nível individual,a necessidade de se conhecer e respeitar melhor a realidade bio-psico-social do sujeito nesta fase de aprendizagem,procurando ver quais as características da estrutura social e suas relações com os fatos colocados.Os estudiosos do processo de aprendizagem da leitura e da escrita procuram investigar questões que possam contribuir na melhoria deste processo,já varias implicações se fazem presentes,em especial a questão emocional que envolve a auto-estima do sujeito.Mesmo considerando este processo de aprendizagem complexo resultante de inúmeros fatores, far-se-á abordagem parcial, devido á preocupação de se estar voltado para a analise das produções e das falas dos sujeitos que são considerados como possuidores de problemas de aprendizagem,pois não aprendem a ler e escrever.Refletir acerca da população que chega à escola apresentando desvantagens por estarem em etapas menos avançadas na construção psicogenética da linguagem escrita, e que já são vítimas da discriminação social e discriminação escolar, é fundamental para que as experiências e os contatos com a linguagem escrita, respeitando o seu ritmo de desenvolvimento, despertando sua curiosidade, oferecendo desafios e provocando conflitos cognitivos, possam motivá-los para possibilitar maiores descobertas, através de atividades prazerosas,podendo transformar se em um processo de aprendizagem significativa, para que haja possibilidade de transformação neste processo que instrumenta o sujeito em busca da igualdade social.

Palavras-chave: Cognição, emoção, aprendizagem.

ISSN 1981-2566

A RELAÇÃO ENTRE ESPAÇO ESCOLAR, INFÂNCIA E FORMAÇÃO DE PROFESSORES (AS)

Analúcia De Morais Vieira

Pretendemos apresentar um diálogo no qual há uma relação entre a construção histórica do espaço escolar com a construção do olhar para a criança e principalmente para a constituição do sujeito professor(a), destacando que a formação docente configura-se também nos espaços onde este atua. Em nossa pesquisa de doutorado realizamos uma investigação sobre os significados da arquitetura escolar na constituição do currículo da escola e como o currículo é construído pelos atores que participam da comunidade escolar: professores, supervisores, diretores, serventes etc.) Nosso foco recai justamente sobre a formação desse (a) professor(a), nas interlocuções que estabelece com o currículo, com o espaço da escola, da sala de aula e com as crianças.

Palavras-chave: espaço escolar, infância, formação de professores.

ISSN 1981-2566

A RELAÇÃO ENTRE O PROFESSOR REGENTE E O PROFESSOR DE INFORMÁTICA: ENCONTRO OU DESENCONTRO?

Cintia dos Santos Caetano
Lélia Dias de Souza
Ilka Schapper Santos

Este texto foi elaborado a partir do trabalho de campo da pesquisa "Letramento digital e aprendizagem na era da internet: um desafio para a formação de professores", realizado com professores de uma escola particular de ensino da cidade de Juiz de Fora. Construído a seis mãos, este texto surgiu de uma das categorias de análise da referida pesquisa, e que aborda sobre: "A relação professor regente X professor de informática".Este texto tem como objetivo, discutir a relação do professor de informática e o professor regente, visando compreender como, na escola, se materializa a experiência e o diálogo entre estes professores.Na relação entre o professor regente e a sala de informática observamos, que um dos grandes obstáculos vivenciado pelos professores regentes é pensar o trabalho das suas disciplinas em interação com o laboratório de informática. Nesse ponto, o grande nó está na questão curricular: o trabalho do laboratório de informática está dissociado do trabalho escolar. Não há nas escolas uma proposta curricular que envolva o computador/internet como elemento mediador do processo de ensino-aprendizagem. Não encontramos nas propostas político-pedagógicas das escolas discussões que sinalizam essa preocupação. Desse modo, o professor de informática fica com a tarefa de ensinar conhecimentos no campo da informática e o professor regente fica com a tarefa de ensinar conteúdos. Não há interação, proposta de trabalhos com projetos interdisciplinares que envolvam o grupo de professores, seja o professor de sala de aula, seja o professor de informática. A relação entre o professor de informática e o professor regente também foi estabelecida a partir do momento em que o professor regente foi levado a refletir sobre a necessidade de lidar com as inúmeras informações trazidas pelos alunos para dentro da sala de aula, começando a perceber o conhecimento cada vez mais como um processo contínuo de pesquisa. A partir do momento em que esses professores regentes deixam de delegar ao professor de informática as responsabilidades pelo trabalho, começam a ter mais autonomia dentro do laboratório. O professor regente é quem trabalha os conteúdos dentro da sala, é quem de fato conhece o que está sendo trabalhado e a melhor maneira de fazê-lo. Portanto, um trabalho em conjunto entre o professor de informática (que domina a técnica para auxiliar os alunos a trabalharem) e os professores regentes, é importante também.Propusemos neste texto, dizer do diálogo entre o professor de informática e o professor regente. A síntese dele pode ser sistematizada com as trocas de sugestões de atividades que esses profissionais teceram ao longo do projeto e com discussões sobre os recursos que o computador/internet oferecia para o cotidiano escolar.Salientamos que, ao desenvolver este trabalho com os professores, notamos algumas mudanças em suas práticas, que podem ser consideradas como um ponto positivo diante das inúmeras possibilidades trazidas pela utilização das TICs em ambiente escolar.

Palavras-chave: professor regente, professor de Informática, relação.

ISSN 1981-2566

A TECNOLOGIA DIGITAL MEDIANDO AS INTERAÇÕES E A APRENDIZAGEM DE PROFESSORES EM FORMAÇÃO

Bruna Sola da Silva Ramos

O presente trabalho se constituiu a partir de uma dissertação de Mestrado desenvolvida com o intuito de compreender como a Internet, enquanto instrumento tecnológico/cultural da contemporaneidade, pode, a partir de um Fórum Virtual de Discussões, contribuir para o processo de formação superior de professores num curso desenvolvido na modalidade a distância. Partindo de uma compreensão das práticas discursivas produzidas por especialistas, tutores e cursistas no Fórum Virtual de Discussões do Projeto Veredas, procurei refletir se tal recurso mostra-se capaz de possibilitar uma efetiva interação entre os sujeitos envolvidos no processo educacional e em que medida caracteriza-se como um instrumento mediador de sua aprendizagem.Na realização desta pesquisa, optei pela utilização de uma abordagem qualitativa com enfoque sócio-histórico, apostando numa necessária articulação entre os pressupostos da teoria enunciativa de Mikhail Bakhtin e a perspectiva do desenvolvimento humano de Lev Vygotsky. Como instrumentos metodológicos foram utilizados a observação contínua do Fórum de Discussões, iniciada desde sua implantação, e entrevistas virtuais e presenciais; individuais e coletivas com diferentes participantes do projeto. Tendo em vista a caracterização do Fórum Virtual enquanto espaço propício ao desenvolvimento de novas formas de interação, busquei compreender as relações que se estabelecem entre os participantes através de seus discursos escritos. Estabeleço, portanto, uma discussão sobre as relações de alteridade estabelecidas no Fórum e em que medida ele instaura um ambiente cooperativo e colaborativo entre os participantes. Posteriormente, por compreender que o desenvolvimento do Fórum Virtual só se faz possível porque há o compartilhamento da linguagem escrita entre seus usuários, aponto algumas reflexões sobre a leitura/escrita presentes, buscando enfocá-las enquanto mediadoras das relações que aí se estabelecem. Por fim, buscando responder à grande indagação do estudo desenvolvido, evidencio a finalidade do Fórum em termos de aprendizagem e aproveitamento, rumo ao desvelamento das experiências educativas vivenciadas pelos participantes neste ambiente virtual de comunicação.Pode-se constatar, a partir da investigação realizada, que atuar no ambiente do Fórum Virtual de Discussões significou expressar idéias, tomar decisões, dialogar, oferecer contrapalavras, trocar informações e experiências e, enfim, produzir conhecimento. As interações discursivas que se desenvolveram entre os participantes propiciaram a constituição de um grupo cooperativo/colaborativo que interagia e discutia temáticas de interesses comuns. Nesse contexto, leitura/escrita se confundiam e interpenetravam: a leitura da escrita do outro estava intimamente ligada à própria expressão através da escrita. É por isso que a dinâmica do Fórum só ganha sentido na necessária relação que o “eu” e o “outro” aí estabelecem, numa alteridade que se faz virtual e real concomitantemente.

Palavras-chave: interação virtual, aprendizagem colaborativa, formação de professores.

ISSN 1981-2566

ATENDIMENTO PSICOPEDAGÓGICO CLÍNICO: ANÁLISE DE UMA ATUAÇÃO

Marcia Siqueira de Andrade

O analfabetismo é uma das expressões mais graves de um processo de exclusão e marginalização social. As políticas que se vêm implementando para obter sua erradicação entre a população adulta e a tendência a universalización da educação básica repercutiram em um processo contínuo de redução da taxa de analfabetismo na América Latina. Entretanto, estes esforços resultam só paliativos em um marco de incremento das desigualdades e de acentuação da fragmentação social. Inúmeras pesquisas têm sido realizadas na busca por ampliar a compreensão dos fatores comprometedores do processo de aprendizagem, em especial da aprendizagem da escrita. A relação entre problemas emocionais e distúrbios de aprendizagem tem sido frequentemente apontada em trabalhos recentes. Este texto tem como objetivo refletir sobre o trabalho realizado na Clínica de Psicopedagogia de instituição de ensino superior localizada na região oeste do Estado de São Paulo junto a crianças e adolescentes portadores de problemas de aprendizagem, pertencentes, fundamentalmente, à Rede Pública de Ensino. Por estar localizada em região carente de recursos públicos, principalmente na área da saúde e da educação, atendendo uma população de nível sócio-econômico baixo para os padrões internacionais, retratam a média das condições reais do Brasil. O atendimento é realizado por alunos dos cursos de graduação e pós-graduação Lato Sensu em Psicopedagogia como campo de estágio e é direcionado aos indivíduos que apresentam dificuldades para aprender correndo o risco de permanecerem inadaptados social e pedagogicamente. Os pacientes atendidos são encaminhados pelas áreas da saúde e educação e a queixa genérica apresentada tem sido distúrbio de aprendizagem mas, cerca de 97,78% apresentam comprometimento na aprendizagem da escrita. O trabalho individualizado desenvolvido junto a essa população busca articular os aspectos cognitivos aos aspectos afetivos e tem apresentado um bom resultado após uma média de doze meses de duração

Palavras-chave: Aprendizagem, psicopedagogia, língua escrita.

ISSN 1981-2566

AUTORIDADE E LIBERDADE SEGUNDO PAULO FREIRE

Paulo Cesar De Oliveira

Existe, segundo Paulo Freire, uma tensão entre autoridade e liberdade. Inclinados a superar a tradição autoritária, tão fortemente presente entre nós durante o regime militar, somos levados a assumir formas licenciosas de comportamento e acabamos por considerar o autoritarismo em situações onde somente houve o exercício legítimo da autoridade. Não encontramos, em hipótese alguma, qualquer desvalorização da autoridade no pensamento de Paulo Freire. E, por autoridade, entendemos o exercício equilibrado do poder. O problema filosófico da autoridade diz respeito à sua justificação, isto é, ao fundamento sobre o qual se apóia a sua validez. Se Paulo Freire não identifica autoritarismo com autoridade, muito menos chega a confundir licenciosidade com liberdade. A licenciosidade seria permitir que a indisciplina de uma liberdade mal centrada desequilibre o contexto pedagógico; e impedir a indisciplina é um dever ético de que possui a autoridade. Sem limites a liberdade se perverte em licença e a autoridade em autoritarismo. A questão que se apresenta ao educador ou à educadora de opção democrática é trabalhar com os educandos a necessidade de o "limite" seja assumido eticamente pela liberdade. Reconhecer e assumir os limites é, segundo Paulo Freire, a condição para que a autoridade tenha liberdade para continuar lutando para a liberdade de todos. A liberdade é exercida quando se toma decisões e se amadurece quando se confronta com outras liberdades. Na defesa dos direitos faz-se necessário definir quais são e qual é a legitimidade desses direitos. Toda decisão está relacionada, não somente com o presente, mas, sobretudo, com o futuro. Mediante a decisão somos projetados no amanhã. É decidindo que se aprende a decidir e a fuga da decisão é uma fuga da liberdade, renúncia à autonomia existencial. A decisão favorece a autonomia; por isso, na visão freireana, faz parte da educação para a liberdade, ajudar o educando a tomar decisões e assumir as conseqüências do ato de escolher. A participação de pais e educadores no processo decisório dos educandos não é uma intromissão, mas um dever. Essa participação se deve dar, sobretudo, na análise das possíveis conseqüências da decisão a ser tomada. A posição do educador é a de quem, sem nenhum prejuízo ou rebaixamento de sua autoridade, aceita humildemente o papel de assessorar o educando nas decisões. Desse modo, a autoridade exerce o poder como serviço e favorece a liberdade, evitando o tanto autoritarismo quanto a licenciosidade. Assim, a decisão, expressão visível da liberdade, é um processo responsável.

Palavras-chave: liberdade, autoridade, decisão.

ISSN 1981-2566

APRENDENDO A SER PROFESSORA: COLETANDO MEMÓRIAS

Sônia Urt

Esta pesquisa faz parte do Projeto "Aprendizagem de Professoras: concepções e práticas", que objetivou apresentar uma análise das narrativas realizadas com as professoras de escolas públicas do Programa Interinstitucional de Formação de Professores em Serviço/ UFMS/ Curso de Pedagogia. Foram realizadas entrevistas com 65 (sessenta e cinco) professoras de duas cidades do interior do Estado de Mato Grosso do Sul, envolvendo professoras que atuam tanto na zona urbana, quanto na zona rural, incluindo-se as comunidades assentadas e indígenas. As narrativas foram analisadas e discutidas tomando como referência o enfoque histórico-social vygostkiano; as experiências das professoras estudadas e sua relação com o processo de aprender a ser professora; o enfrentamento de problemas inerentes ao início da carreira docente e a análise dos diferentes procedimentos que orientam seus processos de tomada de decisões em sala de aula, assim como a consolidação da sua trajetória profissional. Nesta análise foi evidenciada que a maioria das professoras que atuam no ensino fundamental inicia o processo de docência sem a formação adequada e desenvolvem suas atividades profissionais em situações completamente adversas quanto à infra-estrutura de suporte ao ensino, principalmente na zona rural. Entretanto, as professoras procuram a orientação de outros profissionais mais experientes para resolver os problemas que se apresentam na sala de aula. Demonstram preocupação com a fraca aprendizagem dos alunos e buscam conhecimentos que possibilitem melhorar a tomada de decisão nos assuntos cotidianos. Muitas dessas professoras enfrentam as adversidades da carreira do magistério, mas procuram garantir um ensino significativo para os seus alunos. Enfrentam situações complicadas e criam condições de resolvê-las de forma satisfatória. Assim, muitas situações presentes nas narrativas puderam ser consideradas bem sucedidas, mais em função da criatividade e dedicação de cada um desses profissionais diante das dificuldades do que em função da capacitação específica recebida. A análise desse material permite discutir questões relacionadas à prática docente, contextualizar o professor enquanto sujeito histórico e social, caracterizar de que forma suas experiências são absorvidas, processadas e devolvidas à sociedade onde atuam, além de avaliar se esses professores se consideram agentes de transformação nesse contexto. É necessário que ocorra uma mudança estrutural no processo ensino-aprendizagem que poderia começar por um diagnóstico das reais necessidades do professor no que se refere à capacitação, infra-estrutura, organização e a todo o conjunto de anseios da comunidade onde atuam. A grade curricular não poderia ser única, mas guardar as especificidades da comunidade e, principalmente quando estas são compostas de indígenas, quilombolas ou assentados, cujos anseios são, por certo, muito divergentes das comunidades urbanas. O Estado precisa definir políticas voltadas à formação desses profissionais, com planejamento adequado voltado à capacitação daqueles que já se encontram nas salas de aula, possibilitando o acesso a uma escala de saberes que possa melhorar sua condição de educador.

Palavras-chave: formação docente, trajetória profissional, memórias.

ISSN 1981-2566

AFETIVIDADE, APRENDIZAGEM E REPRESENTAÇÃO: O CAMINHO DO PROFESSOR PARA A CONSTRUÇÃO DE SABERES NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.

Marcia Cristina Lauria de Moraes Monteiro

Na Educação de Jovens e Adultos a diversidade dos grupos exige que o trabalho realizado pelo professor faça uma ponte entre a cultura popular dos alunos e os sabres técnicos e científicos produzidos na escola. Essa ligação precisa realmente fazer diferença na vida desses alunos para a aprendizagem se realizar, pois o retorno à rotina escolar é vivenciado por muitos com sentimento de inadaptação e estranheza. Rupturas nos saberes trazidos pelos alunos são elementos que promovem dificuldades de aprendizagem. A representação social é um fenômeno que influencia na formação de conceitos e imagens dos fatos, processos, papéis da vida cotidiana dos sujeitos na sua lida diária.Todo progresso e aprendizagem seguem o caminho da construção de novas representações das subjetividades. É na educação e no cotidiano dos fazeres dos professores que a construção se torna possível. Lembranças de sucesso se mesclam com histórias de evasão e repetência; novamente se fazem presentes relatos de experiências bem sucedidas com professores que marcaram a vida dos alunos. Esses professores deixaram um registro diferenciado na história de vida dos alunos de pesquisa inicialmente realizada e também para muitos alunos da EJA.Uma idéia antagônica se faz presente, haja vista que alunos com histórico de fracasso vivenciam sentimentos de incapacidade, desajuste por não conseguirem, baixa auto-estima, compreendendo este conceito como o "sentimento de valor que acompanha a percepção do indivíduo sobre si mesmo" (Moysés, 2004). Entretanto, o trabalho na Educação de Jovens e Adultos também levou à constatação realizada na pesquisa inicial. As formas como esses professores conseguem articulrar aspectos tão diversos, levando os alunos a um processo de aprendizagem é que marca a diferença no trabalho realizado. A escola é uma das instituições sociais que pode ampliar as capacidades humanas, de formar o aluno e conceder-lhe condições de resignificar sua condição de sujeito e capaz de exercer mudanças sobre suas vidas, sobre seus ideais. A representação que o sujeito tem de si e de seu contexto social tende a se modificar quando este percebe a condição de classe desprivilegiada na qual está inserido, e isto é possível através da modificação das representações sociais, por meio do desempenho escolar. Na EJA a história da construção dos saberes precisa estar vinculada à construção de novas representações de si e esta ocorrerá através da afetividade que se expressa na ação efetiva dos professores.É através das ações pedagógicas que o professor assume no planejamento de seu trabalho que provocará modificações nos alunos tanto no nível cognitivo quanto no afetivo. Essas decisões são inúmeras, considerando que parte delas é planejada, mas grande parte é fruto das situações imprevistas que ocorrem no cotidiano da sala de aula. Vários professores através de seu trabalho levam os alunos ao sucesso, tornando-se professores inesquecíveis.Este trabalho teve o objetivo de demonstrar como essas histórias de sucesso ocorrem na relação professor-aluno através de decisões pedagógicas planejadas de forma eficiente e eficaz pelo viés da afetividade.

Palavras-chave: afetividade, aprendizagem, formação do professor da EJA.

ISSN 1981-2566

APRENDER A LER E LER PARA APRENDER

Maria Celina Teixeira Vieira

A partir do Ensino Médio, a leitura é um dos meios mais importantes na escola para a consecução de novas aprendizagens. Á medida em que os alunos avançam na escolaridade, aumenta a exigência de uma leitura, independente, autônoma, por parte deles;ou seja, os alunos devem utilizar a leitura para ter acesso a novos conteúdos de aprendizagem nas diferentes áreas que formam o currículo.A finalidade deste trabalho é sugerir aos professores que usam textos no processo de ensino – aprendizagem, estratégias de leitura fundamentadas numa perspectiva interativa.Entendemos que a ação docente é um permanente exercício de tomada de decisões e para que haja coerência e eficácia nessas decisões, passos e prescrições de um método de ensino são de pouca valia quando não temos claro uma compreensão da natureza do objeto de estudo – leitura – e do processo, por meio do qual, se dá a sua aprendizagem.Nosso objetivo é esclarecer o que entendemos por leitura, numa perspectiva interativa, e depois, em decorrência, os procedimentos de ensino da mesma.1.Sobre Leitura O propósito básico de qualquer leitura é a compreensão dos significados mediatizados ou fixados pelo texto. A compreensão de um texto consiste em apreender sentidos possíveis que se registram por meio de marcas lingüísticas e que possibilitam uma decodificação adequada.A compreensão é um processo dinâmico de interação e criação entre o texto, com sua forma e conteúdo, e o leitor, com suas expectativas, objetivos e conhecimentos prévios.O leitor necessita, simultaneamente, manejar com destreza as habilidades de decodificação, de raciocínio e ancorar o material escrito o com seus objetivos, idéias e experiências prévias para ao interagir com as pistas fornecidas pelo texto evidenciar ou rejeitar as previsões e inferências antes pensadas e construir o sentido global do mesmo. Nessa tarefa o leitor envolve-se em um processo de previsão e inferência contínua.O significado que o texto tem para o leitor não é uma tradução ou réplica do significado que o autor lhe quis dar, mas uma construção que envolve o texto, com seu conteúdo e forma e o leitor com suas finalidades, objetivos e conhecimentos prévios.A perspectiva adotada neste trabalho, perspectiva interativa, Goodman,1982; Smith,1989; Rumelhurt,1984; Spiro,1980; vanDick,1983; Kleiman,1989; entre outros, afirma que a leitura é um processo mediante o qual se compreende a linguagem escrita. 2. Sobre Procedimentos:Numa perspectiva interativa da leitura, quando se possui uma razoável habilidade para a decodificação a compreensão do que se lê é produto de três condições: •Da clareza e coerência do conteúdo dos textos, da familiaridade, conhecimento da sua estrutura,• Da possibilidade de o leitor possuir os conhecimentos adequados e necessários que vão lhe permitir a atribuição de significado aos conteúdos do texto. • Das estratégias que o leitor utiliza para intensificar a compreensão e a lembrança do que lê, assim como para detectar e compensar os pos¬síveis erros ou falhas de compreensão.

Palavras-chave: leitor, texto, mediação do professor.

ISSN 1981-2566

AVALIAÇÃO DO DESENHO INFANTIL E FORMAÇÃO DOCENTE: UMA PROPOSTA EM PSICOLOGIA ESCOLAR

Mônica Cintrão França Ribeiro

Como psicóloga escolar, venho observando no decorrer de alguns anos, a dificuldade dos professores do ensino básico em trabalhar as atividades de desenho em uma perspectiva construtivista em sala de aula. As propostas pedagógicas ora são totalmente livres, sem a intervenção do professor, ora são dirigidas visando o treino de habilidades motoras em exercícios para copiar formas ou colorir desenhos mimeografados. Da mesma forma, o psicólogo não encontra em sua formação, subsídios teóricos que permitam desenvolver um trabalho sobre o grafismo na área da psicologia escolar, pois o enfoque de sua formação está na utilização clínica do desenho como diagnóstico de aspectos da personalidade e não no estudo do desenvolvimento do grafismo e suas implicações no cotidiano escolar.Esses fatores levaram-me a realizar um estudo (Ribeiro, 2003) sobre o desenho infantil que possibilitou a construção de um instrumento para ser utilizado por professores na avaliação do desenho do aluno na escola e possibilitar a organização de estratégias para a intervenção na área do grafismo infantil.Reunindo os indicadores comuns apresentados por Luquet (1927/1969), Lowenfeld (1947/1977), Bernson (1957/1962), Kellogg (1969) e Iavelberg (1993; 2003) sobre o desenvolvimento do grafismo infantil foi elaborado o instrumento para ser utilizado como formulário por professores para avaliação do desenho infantil. Esse instrumento foi testado em oito oficinas por 220 professores do ensino básico e ao longo da pesquisa foi modificado à medida que os professores indicavam melhores procedimentos e de acordo com nossos objetivos em relação a sua utilização. Dois métodos foram utilizados nas oficinas para a avaliação e utilização do instrumento: ora os professores usaram o instrumento para a análise de desenhos variados (o que chamamos de situação-problema 1) ora para a análise de desenhos selecionados pela pesquisadora e projetados em transparência (situação-problema 2). Nos dois procedimentos buscou-se escolher situações de desafio que por suas características possibilitassem por um lado à formação do professor nessa área ajudando-o na leitura dos desenhos, intervindo em suas dificuldades e promovendo a construção de uma atitude mais positiva frente às intervenções na produção do desenho fora do contexto das oficinas; e por outro lado na verificação da validade do instrumento observando como o professor o utilizava e se oferecia bons indicadores para a leitura do desenho infantil. Como resultado, verificou-se que o instrumento possibilitou aos professores a construção de uma referência para avaliação dos desenhos dos alunos na sala de aula e aprendizagem de uma proposta de intervenção no grafismo infantil a partir de uma perspectiva construtivista.

Palavras-chave: formação docente, Psicologia Escolar, avaliação, desenho infantil.

ISSN 1981-2566

AS EXPECTATIVAS E A MOTIVAÇÃO DO PROFESSOR NO SUCESSO DE SUA PRÁTICA PEDAGÓGICA

Deise Bordin Nimitt
Celeida Belchior Garcia Cintra Pinto (orientadora)

A presente pesquisa buscou observar as inter-relações professor aluno, na tentativa de compreender como a motivação e as expectativas do professor, relacionadas à sua formação profissional, contribuem para a melhoria da qualidade de sua prática pedagógica e o sucesso do processo ensino-aprendizagem da série em que atuam. Os dados estão sendo coletados junto aos professores de doze escolas do Ensino Fundamental - séries iniciais, da Secretaria de Educação do Distrito Federal, após a conclusão de sua formação em Pedagogia, no UniCEUB – Distrito Federal, por meio de entrevistas com os gestores das escolas escolhidas e a aplicação de questionário junto aos professores. Pelos dados parciais da pesquisa, em 2006, verifica-se que a motivação é fundamental para a formação do pedagogo, sendo responsável pelo fortalecimento de sua opção, que a falta de motivação é uma das grandes causas do mal-estar de um número significativo de professores e que suas conseqüências se refletem na qualidade do ensino, no sucesso do processo de aprendizagem e no desenvolvimento pessoal e profissional. Ao definir objetivos de aprendizagem, apresentar as informações sobre o conteúdo a ser estudado, propor tarefas, responder à demanda dos alunos, avaliar a aprendizagem, em sala, os professores criam ambientes que afetam a motivação e a aprendizagem. As variáveis que influenciam no processo de motivação para aprender, como as forças internas do indivíduo, suas necessidades, desejos, vontade, impulsos, instintos, e as forças externas, ligadas ao objeto de conhecimento que atrai o indivíduo, assim como as diferentes formas de atuação adotadas pelo professor, interagem com tais características, contribuindo para o sucesso do processo ensino-aprendizagem. Em sala de aula, a motivação leva o aluno a envolver-se ativamente no processo ensino-aprendizagem, de acordo com as exigências de cada atividade proposta, esforçando-se para aprender. Favorece a organização nos estudos, o acompanhamento das mudanças, a aprendizagem e o crescimento pessoal e profissional. No ambiente escolar o aluno intrinsecamente motivado satisfaz suas necessidades psicológicas básicas de competência, autonomia, autodeterminação e a necessidade de pertencer, sentindo-se parte de um contexto, relacionando-se de forma efetiva e saudável com seu ambiente. O aluno motivado apresenta alta concentração, ausência de ansiedade, busca novos desafios, não se limita à aprovação ou reprovação e sente-se instigado a novas tentativas diante do erro ou fracasso. Verifica-se que a motivação é fundamental para a profissão docente, tanto no seu processo de formação quanto no seu desempenho pedagógico, podendo interferir no mesmo, influenciando a dinâmica de sua autodeterminação, expectativas e percepção de eficácia e consecução de objetivos pessoais e profissionais.

Palavras-chave: Motivação e expectativas, formação docente, prática pedagógica.

ISSN 1981-2566

AS REPRESENTAÇÕES DO PROFESSOR SOBRE HIV/AIDS

Vera Maria Nigro de Souza Placco
Maria Delourdes Maciel

Este trabalho é parte da pesquisa Representações Sociais (RS) de Professores sobre Aids, Drogas, Violência e Prevenção. Foram realizados dois encontros, com a metodologia de Grupo Focal (GF), formado por professores do Ensino Médio de uma escola pública de São Paulo. O objetivo foi identificar as RS do grupo em relação ao tema AIDS. Na análise foram identificadas quatro categorias molares: conhecimentos sobre a doença; sentimentos em relação ao tema; atitudes de enfrentamento; representação que professor tem em relação ao seu papel como educador. As informações que os professores possuem sobre a AIDS; os sintomas, diagnóstico e evolução da doença; as formas de contágio, prevenção e tratamento, evidenciam que, em relação a AIDS, o conhecimento está mais relacionado ao âmbito do senso comum do que um conhecimento propriamente científico. As atitudes de enfrentamento diferem quando se trata de uma postura ligada à vida pessoal ou profissional. Os professores revelam não saber como lidar com a família dos alunos. Os sentimentos em relação ao tema AIDS evidenciam, em grande parte, aspectos negativos, principalmente os relacionados às questões sociais. A escola aparece como uma entidade dissociada de qualquer incumbência quanto à prevenção e o professor como um transmissor de conhecimentos cientificamente elaborados. A maioria afirma ter pouca informação ou capacitação, achando mais adequado este trabalho ser feito por especialistas no assunto. A prevenção é identificada, por vezes, como tratamento. A maioria afirma não saber o que fazer diante de alunos dependentes de drogas ou portadores do HIV. Acreditam que discutir sobre o tema, lembrar aos alunos que se previnam, é algo que pode ser feito por professores de todas as áreas. Os professores falam da escola como uma instituição com identidade própria, na qual os professores atuam como transmissores de conhecimentos científicos, sendo, assim, de responsabilidade dos especialistas – e não deles – tratar de assuntos ligados à dimensão humana. No máximo, a escola precisaria se equipar de meios para que os professores recebam dos especialistas as informações relativas ao assunto e de uma maneira adequada, para que os mesmos pudessem atuar, em sala de aula, no sentido da construção de atitudes mais preventivas por parte de seus alunos. No entanto, alguns professores, preocupados com o assunto, desejariam estar mais bem preparados para tratar de assuntos referentes à prevenção e à formação dos seus alunos. Considerando os conhecimentos, sentimentos, atitudes de enfrentamento e representações dos professores, entende-se ser necessária uma proposta de educação preventiva que envolva tanto a formação de professores, quanto as propostas curriculares das escolas, pois se trata de uma questão relacionada ao ensino com vistas à construção de atitudes preventivas, envolvendo todos os integrantes do contexto escolar.

Palavras-chave: Prevenção, AIDS, educação, formação de professores.

ISSN 1981-2566

CONCEPÇÕES DE ENSINO E APRENDIZAGEM DE LICENCIANDOS DE CIÊNCIAS DA NATUREZA EM SITUAÇÕES ARGUMENTATIVAS: CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA PARA A FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES

Manuela Gomes Lopes
Sérgio Dias Cirino

O presente resumo descreve uma investigação que objetiva conhecer concepções de ensino e aprendizagem de licenciandos de ciências naturais no contexto da disciplina de Prática de Ensino de Ciências Biológicas, numa universidade pública federal do sudeste do país. O estudo de tais concepções como fatores essenciais das etapas formativas de professores passou a ser conduzido por autores de diferentes horizontes teóricos, tais como Mizukami (2002) e Hewson & Hewson (1989). Estes trabalhos sugerem que o processo de tomada de decisão do futuro professor em sala de aula é, de certa forma, guiado por suas concepções de aprendizagem e ensino; portanto mostra-se fundamental compreendê-las (Perdigão, 2002). Eles apontam, ainda, para o fato de que as concepções do professor em formação, ainda que não sistematizadas, são, de algum modo, explicitadas nas suas futuras práticas. Estudos do campo da Psicologia, como o de Salvador et al (2000), apóiam a existência desta relação direta entre as concepções de professores (em particular, sobre ensino e aprendizagem) e a sua prática educativa. Na ciência psicológica, há diferentes linhas teóricas que abordam e compreendem, de maneiras distintas, os processos de ensino e aprendizagem. Assim, para analisar como professores em formação entendem esses processos, é relevante considerar o que pesquisas da área da Psicologia pontuam sobre isso.Entendemos que as situações discursivas argumentativas podem nos fornecer indícios importantes sobre as concepções dos licenciandos, na medida em que favorecem um espaço de troca e debate em sala de aula. Buscamos, assim, caracterizar como eles discutem sobre o que é ensinar e o que é aprender, em uma situação argumentativa proposta pela professora da disciplina investigada. Ressaltamos, também, possíveis variáveis presentes no contexto da formação inicial que atuam na elaboração/construção, pelos licenciandos, de compreensões referentes ao assunto. Para isso, destacamos o fato de que a Psicologia tem se constituído uma área que, tradicionalmente, insere-se nas disciplinas que compõem a licenciatura e que, portanto, traz uma contribuição específica para a formação do professor. Além disso, através de entrevistas, identificamos entendimentos destes alunos sobre os sujeitos e os objetos de ensino e aprendizagem. A análise de conteúdo das entrevistas tem apontado uma diversidade de concepções sobre o tema. Ao longo da mesma, temos dialogado com diferentes teorias da Psicologia.

Palavras-chave: formação inicial de professores, práticas discursivas argumentativas, concepções de ensino e aprendizagem.

ISSN 1981-2566

CONSTRUINDO O SUJEITO LEITOR: RECORDAÇÕES DE LEITURAS

Leda Maria Codeço Barone

O trabalho clínico com crianças com dificuldades de aprendizagem da leitura e da escrita foi um excelente campo de estudo. A observação que fazia da linguagem das crianças encaminhadas para atendimento – deixando de lado os problemas referentes à sintaxe, ao vocabulário e a articulação – levou-me a considerar dois pontos importantes: 1- O primeiro, em relação à submissão da fala dessas crianças à demanda social, uma vez em que elas eram capazes de repetir a queixa da escola ou de seus pais a respeito de suas dificuldades. No entanto, eram incapazes de falar mais livremente, expressando seu ponto de vista, seu pensamento ou seu sentimento. 2- O segundo, em relação à uma fabulação excessiva que mais se assemelhava à defesa que propriamente ao uso criativo da linguagem. Tal observação levou-me a desenvolver com essas crianças algo que chamei na época de "investimento na linguagem". Consistia em propor-lhes que narrassem suas experiências, que falassem livremente a respeito delas e de suas observações sobre o mundo. Aos poucos eu mesma comecei a introduzir a leitura, inicialmente feita por mim, de textos de literatura, ora escolhidos pelas crianças, ora por mim, quando imaginava que o texto pudesse dizer alguma coisa a uma criança em especial. Depois desse tempo de investimento, a alfabetização vinha por acréscimo. Conclui que esta atividade despertava nas crianças o desejo de ler. A partir dessa experiência compreendi que a leitura, sua aprendizagem e mesmo suas dificuldades, não poderiam ser dissociadas do sujeito, isto é: das experiências de vida, do gosto e do desejo do leitor. Compreendi também que as histórias, as lendas, as fábulas, os contos, enfim, que a literatura tem efeitos importantes na construção do sujeito leitor. Assim, o presente trabalho tem como objetivo discutir algumas experiências em "oficinas de leitura" considerando que esta atividade contribui, ao mesmo tempo, para a competência leitora e para a construção da subjetividade. Será utilizado como referencial para esta discussão, autores ligados à crítica literária bem como à psicanálise

Palavras-chave: sujeito, desejo, leitura, literatura.

ISSN 1981-2566

DA DISCRIMINAÇÃO À CRIAÇÃO DO "INÉDITO VIÁVEL"

Paulo Cesar De Oliveira
Fernanda Conceição Costa Frazão
Patricia De Carvalho

Hoje, devido às mudanças no mundo da produção e das tecnologias de informação, a discriminação adquire novas caras, constituindo-se um desafio especial para a construção de uma nova visão de cidadania. A discriminação é uma realidade que exige de todos uma reação decisiva. A prática preconceituosa da discriminação ofende a substantividade do ser humano e nega radicalmente a democracia. Na visão freireana, o ser humano é ontologicamente vocacionado a "ser mais"; ser excluído é ser impedido de "ser mais". Excluir é negar esse direito ao outro. O homem pode "ser mais" justamente porque tem consciência de sua finitude. Essa consciência o distingue dos demais animais. O educador, ao rejeitar a discriminação, possibilita ao educando não somente realizar sua natureza, mas também a "ser mais". O fato de homem ser incompleto, vocacionado a "ser mais", fundamenta a esperança e a utopia; isto é, a busca do "inédito viável". Essa realidade é aquela situação nova, sem discriminação e promotora da dignidade humana. É uma relação de inserção e integração, porque o ser humano é um ser de relação e não somente de adaptação. Para se evitar a discriminação, o educador deve usar o diálogo, que é uma atitude de respeito, abertura e amor para com o outro. O diálogo não é algo que o professor e a professora colocam em seus planos de aula como técnica a ser usada um dia sim outro não. Trata-se de uma exigência a partir da compreensão do ser humano como incompleto, que se realizada somente na relação na comunhão. Por isso, a discriminação constitui um fator de desumanização, não realização e, portanto, infelicidade. O educador, convicto de que o diálogo é o caminho mais eficaz para se evitar a discriminação e favorecer a humanização, expõe os conteúdos; porém, sua exposição se faz a partir do ouvir, do colocar-se como interlocutor, numa atitude que Paulo Freire chama de "curiosidade epistemológica". Dessa maneira, pode-se encontrar elementos e estímulos para a recriação da cidadania e do poder como meios para o "ser mais". Assim, se constrói o "inédito viável": com indignação e esperança. A indignação diante da discriminação também precisa ser educada para que não se transforme em rancor e ódio e o futuro não poderá ser diferente do presente se não se começar a viver no presente o futuro que se deseja.

Palavras-chave: Exclusão, diálogo, utopia.

ISSN 1981-2566

CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO EM CURSOS DE FORMAÇÃO DOCENTE NO CENTRO UNIVERSITÁRIO FUNDAÇÃO SANTO ANDRÉ

Ivete Pellegrino Rosa
Maria Elena De Gouvêa

Historicamente a Psicologia da Educação já teve um grande destaque na formação de educadores. Atualmente, não menos importante, a disciplina tem fornecido um conjunto conceitual de reconhecido valor na referida formação proporcionando novas dimensões para o exercício docente. Neste trabalho objetivamos apresentar as contribuições da Psicologia da Educação nos cursos de formação docente do Centro Universitário da Fundação Santo André.Na disciplina Psicologia da Educação temos procurado caminhos que vislumbrem colaborar com as alternativas propositivas frente ao mundo contemporâneo e globalizado. Temos adotado conceitos de referência: a) uma concepção de prática docente: construtiva, criativa e humanista; b) de sujeito: ativo, produtor de conhecimento, afetivo e transformador; c) aprendizagem com referência à Piaget e Rogers. Procedimentos acentados em valores sócio-culturais e históricos voltados para a região do Grande ABC, com ênfase para a escola pública.Temos registradas as contribuições da Psicologia da Educação: 1)nos projetos desenvolvidos pelos alunos nas disciplinas de prática de ensino do Curso de Pedagogia; 2)nas temáticas dos Trabalhos de Conclusão de Curso; 3) na implantação de um núcleo de estudos para atuação em ambiente hospitalar;4)na produção de trabalhos junto a outros cursos, como exemplo da integração entre o Curso de Ciências Biológicas e Pedagogia.Com referência ao quarto item, gostaríamos de apresentar mais detalhadamente a experiência que culminou na recente publicação (2006) do livro: "Humanizando o Ensino de Ciências com jogos e oficinas psicopedagógicas sobre seres microscópicos", editado pela Vetor Editora em São Paulo. Trata-se de uma experiência entre duas escolas da rede pública de Santo André na disciplina de Ciências da sexta série do Ensino Fundamental e as disciplinas de Psicologia da Educação do Curso de Pedagogia e a disciplina de Microbiologia do Curso de Ciências Biológicas do Centro Universitário da Fundação Santo André. Os alunos do Centro Universitário fizeram observações e registros das aulas das professoras de Ciências. Foi feita análise do material. Em decorrência, fizeram proposta de intervenção elaborando material psicopedagógico para oficinas no tópico de seres microscópicos: células, bactérias, fungos, vírus, algas e protozoários. Os jogos das oficinas são construídos pelas próprias crianças. As professoras da rede foram treinadas e aplicaram o projeto na fase piloto.A avaliação final foi positiva e a proposta passou a fazer parte da rotina pedagógica da escola. (*) Observação: ver o Currículo Lattes da Profa. Márcia através do site de busca :www.google.com.br

ISSN 1981-2566

CONCEPÇÕES DE PROFESSORES SOBRE PREVENÇÃO

Rosangela Aparecida Cemino Moura
Vera Maria Nigro de Souza Placco

Esta análise faz parte da pesquisa Representações Sociais de Professores da Rede Pública sobre AIDS, Drogas, Violência e prevenção. Foram realizados dois encontros, utilizando a metodologia de Grupo Focal. Os grupos foram formados por professores do ensino médio de uma escola pública de São Paulo. O objetivo do nosso grupo de pesquisa foi identificar as concepções e representações dos professores em relação ao tema prevenção. Na análise, encontramos as seguintes concepções e as separamos em duas grandes categorias: "o que os professores pensam/ sentem" e "o que os professores fazem em relação à prevenção sobre Aids, Drogas e Violência". Na categorização desses dois grandes grupos, sentimos a necessidade de subdividi-los, com o objetivo de melhor compreender as relações entre o pensamento, o sentimento e a práxis desses professores em relação à prevenção. Em relação à categoria 'o que os professores pensam/sentem', identificamos que o professor refere-se a si mesmo, à família e aos alunos como atores/ sujeitos do processo da prevenção. Quanto à categoria 'o que os professores fazem', suas ações foram separadas em: ações de prevenção realizadas em parceria e ações de prevenção realizadas individualmente, baseadas no conhecimento prévio adquirido pelo professor ou na intuição. Observamos que os professores consideram importante trabalhar a prevenção com os alunos, sentem-se sensibilizados a conversar, aconselhar, mas se apropriam disto, formalmente, somente no que se refere à prevenção contra DSTS/AIDS. Destacamos também que a educação preventiva ainda é uma realidade distante e que os professores convivem com uma visão engessada de educação, baseada em um modelo fragmentado e transmissivo, fruto de uma concepção positivista de Educação. Há um consenso entre os professores que a escola é o local ideal para serem desenvolvidos trabalhos preventivos. No entanto, não há como construir uma ação preventiva eficiente, se a equipe educacional não estiver envolvida com a temática. Nesse sentido, além de portarias e políticas públicas, há necessidade de um trabalho de formação inicial e continuada, estruturado e planejado, apoiado em uma proposta interdisciplinar, considerando a realidade de cada escola, voltado para a equipe educativa, visando, desse modo, que os professores possam atuar focados na construção de atitudes preventivas, em conjunto com todos atores sociais envolvidos no processo. Finalmente, salientamos a necessidade de retaguarda de aparelhos públicos de prevenção secundária e terciária, pois, à medida que se desenvolvem ações preventivas na escola, seja em relação as DSTS/AIDS, seja em relação ao abuso de drogas ou violência, sabemos que alguns alunos com dificuldades específicas poderão ter necessidade de acolhimento e seguimento da ação preventiva na rede assistencial.

Palavras-chave: prevenção, educação, formação de professores, escola.

ISSN 1981-2566

AVALIAÇÃO ESCOLAR: DA TEORIA À PRÁTICA

Eulália Henriques Maimone
Glaucia Signorelli De Queiroz Gonçalves

O mini-curso propõe a analisar mais profundamente um aspecto da realidade escolar: a avaliação. Basear-se-á nos dados de uma pesquisa, que foram obtidos a partir de entrevista semi-estruturada, feita às professoras e à diretora e da observação da dinâmica de um grupo de estudos. Foi uma pesquisa orientada pela perspectiva histórico-crítica, cujo ponto de partida é a prática social das professoras, problematizando-a e instrumentalizando as participantes para uma mudança na prática da avaliação, após um provável mecanismo de catarse, retornando, ao final, à nova prática social. Os resultados indicam que o processo de formação continuada oportunizou às docentes novas significações para a prática avaliativa que exercem, pelo fato de o grupo ter potencializado suas falas, permitindo, por meio da reflexão, a produção coletiva de conhecimentos. Com a apresentação de princípios teóricos e de uma prática de uma supervisora educacional, espera-se oferecer ao psicólogo escolar dados da realidade da escola e formas de conduzir o processo de reflexão de professores, com o objetivo de transformar os procedimentos de avaliação e consequentemente, as concepções presentes entre professores e pais.Conteúdo:As novas concepções e práticas avaliativas, mediadas pelo conhecimento historicamente produzido, baseiam-se em referenciais de uma avaliação mediadora (Hoffmann), acolhedora (Luckesi), libertadora (Vasconcellos), assistida (Linhares), reguladora (Perrenoud)Propostas educacionais inovadoras e sua coerência com a forma de avaliação utilizada pelos professores.Os princípios da psicologia histórico-cultural e a avaliação escolar no sistema de ciclos de alfabetização.

Palavras-chave: pedagogia histórico-crítica, formação de professores, formação do psicólogo.

ISSN 1981-2566

COMO REPRESENTAM A VIOLÊNCIA NA ESCOLA OS ADOLESCENTES DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DE CUIABÁ

Léa Saul

Foi objetivo deste estudo identificar e analisar as representações sociais (RS) de violência para um grupo de alunos da rede pública municipal e estadual de Cuiabá. A Teoria das Representações Sociais de Serge Moscovici foi o referencial que deu sustentação às análises dos dados. METODOLOGIA: a amostra foi definida segundo regras da estatística e composta por adolescentes na faixa etária entre 11 a 15 anos. A pesquisa foi realizada em duas fases interligadas. Na primeira, aplicou-se um questionário em 269 sujeitos em 30 escolas selecionadas mediante sorteio. Os resultados foram processados no software SPSS. Na segunda fase, uma entrevista semi-estruturada, elaborada a partir dos resultados dos questionários e da literatura específica sobre o objeto foi o instrumento de coleta de dados. Sortearam-se oito escolas, dentre as 30 que serviram de amostra para a primeira fase. Realizaram-se 40 entrevistas individuais com sujeitos na faixa etária citada anteriormente. RESULTADOS: comportamento agressivo foi o item mais assinalado pelos sujeitos como sendo violência dentro do contexto escolar. Para os jovens, a agressividade dos colegas está relacionada com uma violência gratuita e sem motivo. Nesse sentido, supõe-se que justificam o ato agressivo se houver uma razão para ele. Os professores, geralmente, diante de episódios violentos na escola, encaminham os envolvidos para a direção e os alunos os percebem pouco à vontade para falar sobre o assunto. CONCLUSÕES: A violência, na escola, é percebida pelos jovens, basicamente sob duas formas: física e verbal. A violência física, para eles, é mais facilmente identificada, principalmente quando envolve atos como bater, empurrar, dar socos e pontapés. A violência verbal, expressa nos xingamentos, é considerada por alguns mais como geradora das agressões físicas, do que propriamente violência. Para outros, de tão corriqueira, se tornou banal. Na hora do recreio, o medo é provocado pelas brincadeiras que, inúmeras vezes, acabam em brigas. É nesse momento, também, que as provocações e os xingamentos se iniciam. Todavia, na maior parte dos casos, é na rua que a agressão física se concretiza. Um tipo de abuso revelado, principalmente, nas vozes das meninas, e pouco nas dos meninos, é o assédio sexual no ambiente escolar. Raramente discutido nas pesquisas, é uma manifestação de violência que intimida e constrange os jovens em seu cotidiano. A omissão dos professores parece revelar a desorientação frente aos problemas de violência na escola, contribuindo assim para a fragilização da autoridade e para a perda do respeito. As representações sociais para a maioria, em relação ao papel da escola, são de que ela é um local para estudar e não para brigar. Para alguns, violência na escola é algo corriqueiro e natural. Porém, percebe-se que os jovens relativizam o que sabem de violência, levando em conta quem a pratica, contra quem e por que é realizada.

Palavras-chave: escola, violência, Representações Sociais.

ISSN 1981-2566

CONCEPÇÕES DE ESTRATÉGIAS DE APRENDIZAGEM DE PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL

Osmar José Ximenes dos Santos
Evely Boruchovitch

Há um número considerável de pesquisas na área educacional que contemplam diversos aspectos do processo educativo, tais como: o professor, o aluno, a instituição escolar ou ainda o fracasso escolar e as dificuldades de aprendizagem. Mas, de modo geral, são escassos os trabalhos que tenham como enfoque o professor enquanto aquele que aprende ou, mais precisamente, o docente numa auto-reflexão com a sua própria aprendizagem. Assim, fazendo parte de uma pesquisa que tem como objetivo conhecer o professor enquanto estudante, o presente estudo tem como propósito investigar as concepções de estratégias de aprendizagem de 35 professoras de 1ª a 4ª série do ensino fundamental de 3 escolas públicas de Campinas. A faixa etária das professoras variou de 24 a 60 anos e a experiência profissional de 1 a 28 anos. Os dados foram coletados por meio de duas questões, durante uma entrevista individual. A primeira questão era fechada, do tipo sim e não e indagava se o professor já havia ouvido falar em estratégias de aprendizagem. Já a segunda pergunta era aberta e solicitava que o docente respondesse o que são estratégias de aprendizagem, na sua opinião. Foi realizada uma análise de conteúdo das respostas. Os resultados revelaram que, das 35 professoras participantes, 97,14% (34) disseram que já ouviram falar em estratégias de aprendizagem. Somente uma docente (2,85%) mencionou desconhecer este conceito. No que concerne às concepções de estratégias de aprendizagem da amostra, a análise de conteúdo apontou para a existência de três categorias: 1)Definição Correta do Conceito, 2)Confunde Estratégias de Aprendizagem com Estratégias de Ensino e 3) Não Sabe/Distorcida/Ausência de Resposta. Foi interessante notar que, embora a grande maioria das participantes tenha relatado que já ouviu falar nas estratégias de aprendizagem, uma parte bastante considerável da amostra também as confundiu com estratégias de ensino (n=26; 74,28%). Somente 8,57% (3) das entrevistadas conseguiu dar uma resposta que se aproximasse da definição de estratégias de aprendizagem encontrada na literatura da área. Não pode ser considerado desprezível o percentual de respostas nas quais as participantes relatam não saber o que são estratégias (n=6; 17,14%). Pela predominância de respostas na categoria Confunde Estratégias de Aprendizagem com Estratégias de Ensino, por um lado, aventa-se aqui uma hipótese de que os professores podem ter dificuldades de sair do seu papel de professor. Por outro, esses resultados são também interpretados em termos da sabida carência das contribuições da Psicologia Cognitiva Baseada na Teoria do Processamento da Informação nos cursos de formação dos professores. Os dados são discutidos em termos de suas implicações educacionais.

Palavras-chave: conhecimento de estratégias, docentes em exercício, ensino fundamental.

ISSN 1981-2566

CONCEPÇÕES DOS PROFESSORES SOBRE DROGAS NA ESCOLA

Fernando Falabella Tavares-de-Lima
Marcelo Sodelli
Tânia Regina de Barros Pacheco Morgado

O objetivo da pesquisa é revelar as concepções de um grupo de professores do ensino médio de uma escola pública de São Paulo em relação ao tema drogas. Este trabalho faz parte da pesquisa Representações Sociais de Professores sobre Aids, Drogas, Violência e Prevenção. Para a coleta de dados, foram realizados dois encontros com os professores, utilizando-se da metodologia de Grupo Focal. Na análise, encontramos as seguintes categorias: sentimentos revelados pelo professor; conhecimento sobre droga e seu uso (definições de dependência; quem usa drogas; conhecimento sobre drogas e conseqüência do uso de droga); representação que professor tem da família de usuários; posicionamento do professor perante alunos usuários e, alternativas de atuação frente às drogas (prevenção e legalização). Quanto à atuação dos professores, surge o consenso em ser a escola um local no qual trabalhos preventivos podem ser desenvolvidos. Para isto, no entanto, os professores explicitam a necessidade de haver um "professor especialista" para realizar o trabalho preventivo. Uma vez que questões ligadas à representação pessoal dos professores sobre o tema são expressas, as concepções são claras e diretas. Por outro lado, quando indagados quanto a uma postura, a uma atuação concreta, frente ao desenvolvimento de trabalhos na escola, nos deparamos com a limitação e complexidade de informações com relação ao conceito de prevenção, de tratamento ao dependente e de padrões diferenciados de uso de drogas. Podemos perceber também que os sentimentos dos professores frente ao tema drogas, ressaltam, em sua grande maioria, os aspectos negativos. Entre estes sentimentos, destacamos os de medo e de impotência. Faltam aos professores o conhecimento e a clareza sobre muitos conceitos na área de drogas, além do conhecimento sobre efeitos e conseqüências do uso de algumas substâncias consideradas nocivas, o que faz com que se posicionem, em suas falas, de modo preconceituoso e inadequado. Relacionam que o usuário de drogas terá insucesso escolar. Percebe-se, ainda, a dificuldade de alguns professores para lidar com o aluno usuário de droga, dentro da sala de aula. Muitos deles são capazes de detectar seu aluno usuário, possuem ligação com seus alunos e conhecem a rotina de ações da maioria do grupo. No entanto, nem sempre são capazes de usar os instrumentos metodológicos e de avaliação para ajudar cognitiva e afetivamente seus alunos, na aprendizagem e na mudança de atitudes. Sendo assim, entendemos que, para se desenvolver uma proposta de educação preventiva, precisamos alterar as condições gerais de ensino nas escolas. Trata-se de uma mudança na própria postura educativa (no plano pedagógico), que deve ser realizada, tornando a escola mais democrática. O próprio educar torna-se, dessa forma, mais eficiente e baseado em princípios de cidadania.

Palavras-chave: Prevenção, drogas, educação, formação de professores.

ISSN 1981-2566

DIFERENÇAS E ESCOLA: CONCEPÇÕES DE PROFESSORES-ALUNOS

Maria Alice Alves da Motta
Sônia Urt

Este estudo busca evidenciar as concepções de professores sobre as diferenças e como lidam com elas na escola. É fruto de uma pesquisa desenvolvida no GEPPE/UFMS – Grupo de Estudos e Pesquisa em Psicologia e Educação, denominada Aprendizagem em Professores: concepções e práticas, que teve como sujeitos professores das séries iniciais que freqüentavam o curso de Pedagogia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul no Programa Inter-Institucional de Formação de Professores em Serviço – PIFPS – no campus de Aquidauana (MS). O objetivo foi trazer à tona questões da prática pedagógica e resgatar trajetória de vida dos professores, além de verificar concepções e representações de professores sobre temáticas diversas. Neste texto buscar-se-á evidenciar as concepções de professores sobre a diferença, como percebem a relação entre as diferenças e a escola, assim como a forma com que esses professores lidam com as diferenças. Foi proposta aos professores a seguinte pergunta: O que pensa acerca das diferenças e como lida com elas? Para o estudo das respostas obtidas foi utilizada a análise de conteúdo. O referencial teórico adotado para pensar a diferença foi a abordagem histórico-cultural da Psicologia, que concebe o sujeito como sendo constituído em relação dialética com a cultura. Nas respostas dos professores, percebe-se a concepção da diferença relacionada a questões raciais, físicas, econômicas, sociais, culturais e diferenças em ritmos de aprendizagem. Para alguns professores, a origem das diferenças reside em um desses fatores isoladamente. A negação da diferença e sua concepção como sendo atributo do outro também estiveram presentes. Um número menor de educadores pensa a diferença atribuindo-a a fatores individuais e, portanto, implicando em que cada pessoa se diferencie da outra, mas não explicitando suas origens. Grande parte dos professores pesquisados vê na questão das diferenças uma forma de enriquecimento à convivência, já outros concebem-na como tema complexo que é fonte de dificuldades para as relações na escola e em sala de aula. Respeito foi a atitude mais citada como forma de lidar com as diferenças, além da discussão com os alunos com vistas à conscientização e valorização das diferenças. Um pequeno número de docentes admitiu sua dificuldade em lidar com a questão em sala de aula. A presença de respostas contraditórias parece indicar que possivelmente os professores tenham iniciado a reflexão sobre o assunto nessa formação em particular, considerando que as respostas contraditórias podem ser tomadas como indício de que os professores estão construindo novas concepções sobre a temática ao confrontarem suas idéias com as discussões propostas no curso. No entanto, a discussão da temática da diferença e suas nuanças na educação ainda precisam ser aprofundadas entre os docentes.

Palavras-chave: diferença, professores, prática pedagógica, concepções.

ISSN 1981-2566

ENSINANDO O CONCEITO DE NÚMERO

Paulo Sérgio Teixeira do Prado

A pedagogia atual valoriza o conhecimento adquirido pelo aluno em situações extra-escolares. Valoriza, igualmente, seu papel ativo como aprendiz. Este trabalho investigou possibilidades de se verificar o conhecimento de pré-escolares relacionado a habilidades numéricas e de se tomar tal conhecimento como ponto de partida para o ensino destas habilidades, fazendo-o de modo que o ensino de algumas relações propiciasse a emergência de várias outras. Foram analisadas as relações entre os estímulos: número ditado para a criança (A), numerais (B) e conjuntos (C); e entre esses estímulos e as respostas: número falado pela criança (D), produção de seqüências (E) e contagem de subconjuntos (F). Os propósitos do estudo foram: 1) detectar, no repertório dos participantes, o status das relações entre os elementos descritos; 2) ensinar e/ou fortalecer algumas relações ausentes e/ou não bem estabelecidas, fazendo-o de modo estratégico para produzir a emergência das demais relações, de modo que as relações ensinadas e as emergentes viessem a integrar uma rede completa. Participaram da pesquisa sete pré-escolares com idade entre quatro e seis anos. Usando-se um microcomputador, monitor de vídeo equipado com tela sensível ao toque e um software especialmente desenvolvido para a pesquisa, foram inicialmente testadas as relações: AB, AC, BC, BD, CB, CD, CC (emparelhamento de conjuntos coincidentes em todas as dimensões relevantes e irrelevantes), CC` (emparelhamento de conjuntos não coincidentes quanto à disposição espacial dos elementos), AF (contagem de subconjuntos a partir de nomes de números ditados), BF (contagem de subconjuntos a partir de numerais), CF (contagem de subconjuntos a partir de conjuntos), BE (produção de seqüências de numerais) e CE (produção de seqüências de conjuntos). Quatro crianças apresentaram bom desempenho em todas as relações já no pré-teste e encerraram sua participação no estudo. Dos outros três, dois saíram-se bem em tarefas que requeriam a contagem, mas apresentaram desempenho pobre em várias relações, principalmente aquelas envolvendo numerais. Eles passaram por um treino das relações AB, BD e BE. Posteriormente, testes apropriados revelaram desempenho satisfatório daqueles sujeitos em todas as relações das que não haviam sido ensinadas diretamente. Um dos participantes apresentou seu melhor desempenho, no pré-teste, nas relações CC e CD: 55,6% e 66,7% de acertos, respectivamente. Com ele, o treino das relações AB, AF, BD e BE foi produtivo com os valores um e dois, mas infrutífero com três e quatro. O ensino alternativo das relações AC, AF, BC, CD e CE, visando a integração do " 3" à linha de base, mostrou-se apenas parcialmente eficiente. Os resultados sugerem que: 1) recursos desenvolvidos pela pesquisa comportamental podem ser empregados com proveito no processo avaliação-ensino-avaliação de habilidades relacionadas ao conceito de número, potenciais pré-requisitos para aprendizagens matemáticas mais avançadas; 2) que isso pode ser feito de modo que a aprendizagem vá além do que é diretamente ensinado, valorizando-se o papel ativo do aluno; 3) em alguns casos pode ser necessário um treino prolongado para que se produzam os efeitos esperados, o que estaria de acordo com a idéia de respeito ao ritmo individual de cada aprendiz.

Palavras-chave: Conceito de número, relações emergentes, ensino individualizado.

ISSN 1981-2566

FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM ANÁLISE DO COMPORTAMENTO

Maria Ester Rodrigues

O presente trabalho destina-se a apresentar elementos que podem compor uma proposta de formação de professores em análise do comportamento. A literatura aponta aspectos semelhantes (embora diferentes autores difiram em alguns aspectos em particular) enquadrados em categorias gerais tais como: princípios filosóficos do behaviorismo radical, conceitos básicos de análise do comportamento, método de pesquisa em análise do comportamento e ensino propriamente dito. As quatro categorias contém sub categorias ou sub-tópicos que, em conjunto ou em separado, a depender dos objetivos de cada trabalho podem compor propostas de formação docente. A apresentação da categorias será efetuada e serão discutidos com base na revisão de literatura dos autores que se dedicaram a elencar os aspectos, bem como autores que discutem o modo como a formação de professores em análise do comportamento é conduzida nos dias atuais.

Palavras-chave: Análise do comportamento, Behaviorismo Radical, Formação de Proessores.

ISSN 1981-2566

FAMÍLIA E ESCOLA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Paula Cristina Medeiros Rezende

O tema família-escola parece estar longe de ser esgotado. As famílias, por um lado, queixam-se das escolas, e as escolas queixam-se das famílias. Estes desencontros têm sido cada vez mais freqüentes, visto que estamos falando de dois sistemas complexos e em interação. Entretanto, muitos educadores não se dão conta de que tais relações se concretizam no contato cotidiano com a mãe, em momentos singulares como o levar e buscar na escola, nas reuniões de pais, nas festas comemorativas ou de aniversários. A formação das educadoras infantis deve contemplar, além dos aspectos pedagógicos, cognitivos, culturais e emocionais relacionados ao desenvolvimento e aprendizado infantil, aspectos relativos à habilidade da convivência com os pais das crianças. A parceria entre estes dois sistemas é fundamental para que ocorram os processos de aprendizagem e crescimento de todos os membros que os compõem, uma vez que o processo de aprendizagem não está circunscrito aos conteúdos escolares. O educador infantil precisa aprender a estabelecer formas de relacionamento mais férteis e significativos para todos os envolvidos na educação da criança.

Palavras-chave: família, escola-educação infantil, parceria.

ISSN 1981-2566

EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM RONDÔNIA: UMA HISTÓRIA DE DISTANCIAMENTOS E APROXIMAÇÕES

Josélia Gomes Neves

O presente trabalho tem por objetivo refletir sobre os aspectos que aproximam e também aqueles que distanciam a Educação Ambiental realizada no Estado de Rondônia de suas finalidades. A Amazônia constitui-se desde as primeiras discussões ambientais, como uma das grandes referências do tema, alvo das preocupações ecológicas em nível internacional. Nas grandes reuniões mundiais onde esta problemática tem sido abordada, há um consenso de que uma das estratégias importante nesta discussão caberá a educação através dos processos formais de aquisição do conhecimento por meio da escola. Neste sentido, um dos enfoques deste trabalho foi a formação docente em Educação Ambiental, investigadas a partir do olhar das professoras colaboradoras, das políticas públicas atuais e dos documentos resultantes de encontros nacionais e internacionais que envolve a temática. A pesquisa revela distanciamentos em relação ao atendimento desta demanda – a formação docente em Educação Ambiental, tanto inicial como continuada e propõe a inclusão da Didática Etnoambiental nesta discussão como uma possibilidade de diálogo entre os saberes étnicos e ambientais, isto é, as aprendizagens sustentáveis milenarmente construídas pelos povos da floresta: indígenas, extrativistas e ribeirinhos – as populações tradicionais da Amazônia. Demonstramos ainda que de forma criativa, confusa e solitária as escolas, seus professores e professoras da cidade vêm apontando alternativas, entretanto muitas vezes, distanciadas dos consensos relativos às finalidades do que significa fazer Educação Ambiental.

Palavras-chave: Educação Ambiental, formação docente, Didática Etnoambiental, sustentabilidade

ISSN 1981-2566

"EU SOU MAIS EU: O VÍNCULO AFETIVO DOCENTE NO/COM O ESPAÇO ESCOLAR"

Jaileila De Araújo
Sandra Patrícia Ataíde Ferreira

Este tem por objetivo relatar um trabalho de intervenção realizado com um grupo de 5 professoras do Ensino Fundamental de uma escola pública municipal da cidade de Recife, ocorrido no segundo semestre de 2006. A intervenção tinha por objetivo, conforme a demanda apresentada pelo grupo, possibilitar o auto-conhecimento e o conhecimento do outro em um espaço-tempo propício para o auto-cuidado e o cuidado com o outro, nomeado pelas participantes de "Eu sou mais eu". Como o foco era intervir na dimensão afetividade da interação entre as professoras, elaborou-se uma proposta de intervenção com vistas à expressão e reflexão da emoção a partir de uma abordagem não-diretiva e de natureza processual, organizada por meio de oficinas. Essas contemplaram um planejamento básico e flexível, sendo realizadas em blocos de 4 encontros de 2 horas cada, com duração de um semestre. Esse planejamento incluía acompanhar as participantes até a constituição de um grupo propriamente dito, detectando a sua demanda: O que é relevante para o grupo? Qual o seu objetivo? Qual a sua fonte de ansiedade? Envolvia também o estabelecimento de uma estrutura básica para cada encontro que compreendia três momentos: (1) Distensionamento do grupo: atividades envolvendo a dimensão corporal, objetivando a constituição de um território para si e para e com o outro, bem como a diminuição das defesas psicológicas; (2) Dinâmica temática: atividade central dos encontros pautada nas mais diversas formas de linguagem (artística, escrita, pictográfica, imagética), que visava trabalhar conteúdos trazidos pelo grupo em cada oficina; (3) Comentários e avaliação geral de cada encontro: atividade de expressão verbal sobre o material produzido e de seu conteúdo afetivo; e avaliação da atividade realizada. Com essa proposta puderam-se perceber, além da mudança subjetiva vivenciada como processo por cada uma das professoras, mudanças objetivas evidenciadas a partir dos seguintes aspectos: (a) cuidado pessoal e transformação da aparência física; (b) transformação física e a manutenção da limpeza da escola; (c) integração e confiança entre as professoras, que se tornaram capazes de dizer o que pensam umas as outras e de tomarem decisões refletidas e conjuntas para o bem-estar do grupo docente. Essas alterações são indicativas do desabrochar de um sentimento de prazer em estar na escola suscitado pela atenção que a instituição dedicou à dimensão afetiva dos vínculos das docentes entre si e com o local de trabalho. Além disso, essas constatações evidenciam uma nova configuração nas relações de poder dentro da escola, uma vez que, enquanto grupo, as professoras passam a buscar objetivos comuns, tendo em vista as demandas contextuais, no ambiente escolar. Acrescentamos a isso uma nova forma da psicologia "entrar" na escola pela via do cuidado sob a forma de atenção psicossocial ao quadro docente.

Palavras-chave: intervenção, grupo, professoras.

ISSN 1981-2566

FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL

Silvia Maria Cintra da Silva

A formação de professores que trabalham com a Educação Infantil configura-se um tema extremamente atual e pertinente, considerando-se as especificidades da infância, no que se refere aos processos de aprendizagem e de desenvolvimento, às questões culturais e históricas e ao processo de escolarização. Neste simpósio, procuraremos discutir algumas temáticas fundamentais para a formação docente, como a construção do espaço e sua relação com o olhar para a criança; as relações entre família e escola e aspectos específicos da formação docente para o trabalho com crianças. Tais temáticas serão abordadas a partir de nossas experiências com a formação continuada de educadores em cursos de extensão universitária, orientações e práticas de estágio supervisionado em Psicologia Escolar.

ISSN 1981-2566

FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO INFANTIL: MAIS UMA VEZ EM QUESTÃO

Marina Pereira De Castro E Souza
Lilian Ulup

Para se pensar a formação dos professores da educação infantil é necessário remontar aos sentidos dessa modalidade de atendimento ao longo da História. É recente a discussão da importância da formação desses educadores, estando o significado dessa prática relacionado à função atribuída à instituição de educação infantil. Historicamente, foram-lhe conferidos diversos sentidos. De início, foi vista como guardiã das crianças; durante o século XX, como uma forma de compensar as carências infantis. Com o desenrolar das críticas a essas posições, surge a noção da pré-escola com objetivos em si mesma, e, por fim, a de sua função pedagógica, visando à colaboração do adulto na construção de significados nos planos afetivo e cognitivo por parte da criança. Contudo, constata-se, na realidade especialmente das creches comunitárias, uma superposição de funções –o trabalho nessas instituições ainda se dá de forma bastante improvisada, com uma concepção marcadamente assistencialista. Os requisitos para o recrutamento dos profissionais estão ligados muitas das vezes e principalmente às suas experiências no cuidado dos filhos, parentes ou filhos de vizinhos. Por essa lógica, a questão da infância localiza-se na esfera do privado, não sendo os rumos conferidos à educação infantil responsabilidade da comunidade, nem assumidos de fato pelas autoridades educacionais competentes. Dessa forma, as creches funcionam como substitutas da família, desenvolvendo um trabalho limitador do olhar das crianças a uma esfera imediata, distanciada do meio social, e impregnado de concepções ideológicas como controle social, preparação para o ensino fundamental e ação substituta da família. Sendo a criança um ser ativo, construtor de significados, é preciso que tais instituições, em suas propostas de trabalho, levem em conta a cultura, a linguagem, os aspectos cognitivos e a afetividade como elementos constituintes do desenvolvimento humano, assumindo-se efetivamente o direito da criança à infância. É por outro lado necessário que seja reconhecido o direito desses profissionais à formação continuada de qualidade, sabendo-se que tal perspectiva demanda dos envolvidos um posicionamento crítico e reflexivo. Assim sendo, a ação de educar implica um processo de transformação pessoal, bem como a chance de pensar seu próprio papel como educador, tendo a possibilidade de reconstruir o significado do trabalho nas creches e pré-escolas. Pretende-se com o presente trabalho mostrar que a partir desses espaços de reflexão é possível traçar e implementar mudanças; para a reformulação das políticas e também das práticas é preciso repensar os conceitos de infância e de criança, trazendo descobertas sobre a condição infantil, suas necessidades e desejos, as características específicas do ser criança pequena, investigadas em ambientes coletivos que nos levem a refletir sobre a educação formal da pequena infância de forma distinta da educação dos futuros escolares. Em consonância com a perspectiva da psicologia sócio-histórica, acredita-se que o educador precisa estar atento a seu tempo, percebendo a realidade socioeconômica e cultural do entorno, redimensionando seu conhecimento e suas responsabilidades sociais e profissionais. É o que embasa o conjunto deste trabalho.

Palavras-chave: Formação de professores, educação infantil, infância.

ISSN 1981-2566

FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA O USO DO COMPUTADOR NA EDUCAÇÃO: ANÁLISE DA CONTRIBUIÇÃO DA PSICOLOGIA NAS PRODUÇÕES MONOGRÁFICAS.

Vivina Dias Sol Queiroz
Sônia Urt

Esta pesquisa foi realizada no âmbito do GEPPE (Grupo de Estudo e Pesquisa em Psicologia e Educação) a partir das análises das produções monográficas dos alunos do I Curso de Especialização em Informática na Educação, que formou os professores para atuarem nos Núcleos de Tecnologia Educacional do Estado de Mato Grosso do Sul. O referido evento foi oferecido pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, no período de 1997 e 1998. O curso teve como objetivo geral capacitar 35 (trinta e cinco) professores da rede de ensino pública sul-mato-grossense, para o uso educacional da Informática e contribuir para formar no Estado, pessoal especializado em Informática Educativa, a fim de atuarem como multiplicadores em cursos para os professores das escolas públicas, onde seriam implantados os Laboratórios de Informática. A formação desses professores multiplicadores deveria assumir um papel decisivo na mediação e ampliação de referenciais teórico-práticos que os habilitassem ao exercício de uma prática pedagógica atuante e crítica, aproximando-os das discussões da inserção do computador na organização da escola, no currículo e na sua atividade docente. Para tanto, o curso de especialização foi organizado em disciplinas e atividades práticas aglutinadas em núcleos conceituais que eram complementados com conferências ministradas. Os núcleos conceituais foram os seguintes: Informática e Informática na Educação; A Informática Educativa no Ensino das Disciplinas Escolares; Tópicos Especiais em Informática Educativa; Fundamentos em Educação e Pesquisa Aplicados à Informática Educativa; A Ciência e a Tecnologia na História da Educação Pública; Ciência Psicológica, Educação e Tecnologia e Projetos Pedagógicos. Para finalizar, o aluno, futuro professor multiplicador, teria que apresentar uma monografia de conclusão do curso, selecionando, entre o quadro de professores, um(a) orientador(a) para o seu trabalho, de acordo com a temática escolhida. Dos trinta e cinco alunos, vinte e quatro apresentaram e defenderam suas monografias, as quais foram objetos deste estudo. Assim, este trabalho, partiu inicialmente das temáticas presentes nessas monografias, centrando a análise no referencial teórico e na metodologia utilizada. Constatou-se que 21 (vinte e uma) monografias, o que corresponde a 87,5% da produção, referenciaram as contribuições da Psicologia nos estudos acerca do uso do computador na educação, um campo de conhecimento que vem se constituindo no Brasil desde a década de 1980. Isto ficou evidente nos conceitos de homem, desenvolvimento e aprendizagem, os quais fundamentavam as concepções sobre o uso dessa tecnologia no processo pedagógico. A presença da Psicologia como referencial explicativo da aprendizagem mediada pelo computador, aparece nas referências feitas às idéias de Vygotsky, Jean Piaget e David Ausubel. De um modo geral, as concepções de homem, desenvolvimento e aprendizagem revelam a força do referencial teórico da Psicologia Histórico-Cultural. Embora pareçam indicar algumas incoerências, os conceitos mais utilizados foram os de aprendizagem e desenvolvimento, interação e mediação. E, finalmente, sobre o computador na educação as concepções presentes nas monografias destacam o seu uso como ferramenta de ensino-aprendizagem e como instrumento auxiliar no desenvolvimento do sujeito.

Palavras-chave: Psicologia, formação de professores, computador na educação.

ISSN 1981-2566

FORMAÇÃO DE PROFESSORES E SABERES DOCENTES: ALGUMAS QUESTÕES RELEVANTES

Marli Lúcia Tonatto Zibetti

O fracasso do sistema educacional brasileiro em garantir as aprendizagens básicas aos sujeitos que freqüentam a escola é atribuído, em grande parte, à inadequada formação dos professores. Esta vinculação entre fracasso escolar e incompetência dos professores tem influenciado tanto os investimentos em programas de formação quanto a produção teórica sobre o tema, colocando os professores no centro das discussões sobre a qualidade do ensino. Neste trabalho apresentarei algumas questões e discussões teóricas na área da formação docente que dão sustentação ao projeto de pesquisa em andamento sobre o Programa Especial de Formação de Professores- PEC, tendo em vista que é um programa de formação que pelas suas características pode ser considerado, ao mesmo tempo, formação inicial e continuada. A abordagem centrada nas competências, as críticas à formação inicial com a conseqüente ênfase na formação contínua, vertente que propõe a formação com base na reflexão sobre a prática, são temas presentes na literatura e que neste trabalho serão abordados à luz de autores que consideram que a formação de professores precisa ser entendida dentro dos limites impostos pelas características e problemas crônicos dos sistemas de ensino no Brasil. Discutirei, ainda, os estudos sobre os saberes docentes por considerar que a atuação dos professores não se dá apenas com base nos conhecimentos obtidos durante os cursos de formação, mas que, ao ensinar, estes profissionais produzem saberes e, ao participar de programas de formação, como o que estamos analisando nesta pesquisa, podem ter um espaço significativo de apropriação, modificação ou produção de saberes, desde que a proposta formativa considere estes saberes como historicamente construídos, valorizando os professores como sujeitos concretos inseridos em determinados contextos sociais.

ISSN 1981-2566

FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Leonor Dias Paini

Este trabalho de pesquisa foi elaborado com o objetivo de compreender o papel da disciplina de Psicologia da Educação na formação do educador, na perspectiva dos acadêmicos de cursos de Pedagogia. Buscou subsídios que colaborassem para entender o desempenho que essa disciplina tem na formação dos educadores que irão atuar no ensino básico. A pesquisa, qualiquantitativa e de caráter teórico-prático, procurou contextualizar o objeto desse estudo. O procedimento metodológico utilizado para obtenção de dados constou de um questionário individual, aplicado a 425 acadêmicos do quarto ano do curso de Pedagogia de cinco universidades estaduais do Estado do Paraná. Além disso, foi trabalhada a técnica de grupo focal com alguns alunos sujeitos da pesquisa, para constatar poucos dados que ainda que precisavam ser esclarecidos. Esse conjunto de procedimentos possibilitou compreender a relevância e as controvérsias que norteiam essa área. A literatura sobre a formação de professores, deixa implícita as múltiplas facetas nesse campo e conclui que não há consenso nesta área, havendo necessidade de se redimensioná-la. Foram pesquisadas também as temáticas veiculadas na área de Psicologia da Educação, em contraste com os conteúdos programáticos destas disciplinas. Conclui-se que as temáticas como: “Os processos de desenvolvimento e aprendizagem” e “O desenvolvimento do psiquismo” acompanham a Psicologia da Educação, em diferentes momentos. Tais temáticas também estão presentes nos programas de conteúdos dessa disciplina nas diferentes IES. Na literatura pesquisada, constatou-se que os dilemas enfrentados pela Psicologia e pela Psicologia Educacional referem-se à fragmentação de suas teorias sobre o homem, enquanto objeto de conhecimento. Os resultados da pesquisa de campo mostraram a relevância do papel da disciplina de Psicologia da Educação. Os acadêmicos conceberam-na como uma das disciplinas pedagógicas que oferece suporte, seja para a própria vida, seja para a profissão do magistério. Enfatizam sua contribuição nos processos de ensino e aprendizagem. Por outro lado, expressam que ela ainda está distante de uma análise da dimensão histórica do indivíduo no contexto cultural e social. Isso se confirma nos resultados gerais da pesquisa, particularmente quando os alunos diagnosticam algumas dificuldades na disciplina, como, por exemplo, o uso de manuais, em que as bibliografias têm sido apresentadas em forma de textos isolados, caracterizando um aspecto fragmentado e desarticulado de abordar as teorias de aprendizagem em relação à prática pedagógica. Isso sugere lacunas em relação aos conhecimentos desenvolvidos na disciplina durante o curso. Os acadêmicos apontaram a pouca carga horária atribuída a ela, em virtude da extensão do conteúdo programático. Porém, também vêem possíveis caminhos para uma formação mais sólida, tais como: incluir a disciplina de Psicologia da Educação em todas as séries, dividida a carga horária igualmente em aulas teóricas e práticas, aumentando, com isso, de quatro para cinco anos o curso de Pedagogia. Para isso, faz-se necessário considerar as relações entre sociedade, educação e homem, enquanto sujeito das relações sociais em sua dinâmica psicológica, para que se possa cumprir sua função social na dinâmica escolar.

Palavras-chave: Psicologia Educacional, formação de professores, Psicologia e Educação.

ISSN 1981-2566

FORMAÇÃO, APRENDIZAGEM E CULTURA EXPERIENCIAL

Rosaura Soligo

A perspectiva desta apresentação é tematizar a formação como um processo de aprendizagem pessoal ao longo da vida, que, entretanto, só se torna possível social e culturalmente – um processo que é fruto das oportunidades a que tivemos acesso, do efeito que elas exerceram sobre nós e da forma como interagimos com elas. A formação, assim, coincide com o conjunto de experiências formativas ao longo da vida, ou seja, todas as experiências que produziram aprendizagens: o convívio com os familiares e outros conhecidos desde a infância, a escolaridade, o estudo, a pesquisa, as leituras, a produção escrita, as amizades, as viagens, as situações-problema vividas, a reflexão pessoal e compartilhada, a interlocução com pessoas tomadas como referência, a discussão das idéias, a psicoterapia, a militância em grupos ou movimentos, o contato com as artes, com as manifestações culturais, com a espiritualidade, com a literatura e com todo tipo de conhecimento... Para que uma experiência seja considerada formativa, diz Marie-Christine Josso que é preciso olhar sempre do ponto de vista da aprendizagem, pois esse tipo de experiência simboliza atitudes, comportamentos, pensamentos, saberes, sentimentos e tudo o mais que caracteriza a subjetividade e as identidades do sujeito: "A formação é experiencial ou então não é formação, mas a sua incidência nas transformações da nossa subjetividade e das nossas identidades pode ser mais ou menos significativa" (JOSSO, 2002:35). Esse enfoque é semelhante ao que Pérez Gómez, dialogando com Basil Bernstein, define como cultura experiencial: "A plataforma cognitiva, afetiva e comportamental sobre a qual se assentam as interpretações acerca da realidade, os projetos de intervenção nela, os hábitos essenciais e os comportamentos cotidianos. É obviamente uma cultura poderosa para o indivíduo, porque foi gerada ao longo de sua experiência, constitui a base de suas interpretações dos fenômenos naturais e sociais, e a arquitetura lógica de suas decisões e atuações" (PÉREZ GÓMEZ, 2001:205). A formação profissional é, nesse enfoque, o conjunto de experiências formativas relacionadas direta ou indiretamente ao exercício da profissão: aquelas cuja finalidade explícita é subsidiar a atuação no trabalho – o curso de habilitação e as demais oportunidades de desenvolvimento profissional – e as que contribuem de modo indireto – portanto, coincidentes com boa parte das experiências acima relacionadas. O entendimento é que, no exercício da profissão, são formativas as situações em que se articulam o conhecimento profissional e a reflexão sobre a prática para, com os pares, responder a desafios e problemas colocados no contexto do trabalho.

Palavras-chave: formação, experiência formativa, cultura experiencial.

ISSN 1981-2566

GÊNERO E EDUCAÇÃO : CONCEPÇÃO DE EDUCADORAS E O PAPEL NA FORMAÇÃO DA IDENTIDADE DE CRIANÇAS

Maraiza Oliveira Costa
Ivone Garcia Barbosa

A presente pesquisa é vinculada ao projeto "Políticas Públicas e Educação da Infância em Goiás: história, concepções, projetos e práticas", coordenado pela Profª. Drª. Ivone Garcia Barbosa, da Faculdade de Educação/UFG. A investigação foi realizada de agosto de 2005 à julho de 2006 com o apoio do CNPq e do Programa de Iniciação Científica da Universidade Federal de Goiás em duas etapas: uma primeira com objetivo de analisar como a discussão da temática "gênero" ocorre [se ocorre] em cursos de licenciatura; verificar a concepção do "ser mulher" e do "ser mãe" de mães-estudantes e como esta influencia a construção do conceito de docência e do processo educacional de seus filhos; e uma segunda etapa buscando compreender também como são construídas, pelas crianças, as concepções sobre gênero, enfatizando as articulações sócio-histórico-culturais presentes nessa construção. Para isso contamos com a participação de quinze meninas e quinze meninos de uma escola da Rede Pública de Ensino de Goiânia com idades variando de seis a nove anos, que responderam a uma entrevista semi-estruturada individual. A fim de conhecermos as concepções de gênero de adultos, propusemos a sessenta estudantes-mães questionário com oito perguntas abertas para investigar o conceito de mulher, gênero e maternidade das participantes, assim como a relação docência-maternidade e em qual nível se discute gênero em cada um dos cursos de Licenciatura em Educação Física, Letras, Artes e Pedagogia da Universidade Federal de Goiás. A análise dos dados foi feita quantitativa e qualitativamente, partindo das práticas discursivas dos colaboradores da pesquisa, levando sempre em consideração o movimento histórico-dialético, ou seja, a presença dos fatos históricos e seu constante dinamismo perante a realidade concreta dos indivíduos (MARX, 1983; WALLON, 1975 e BARBOSA, 1997). Percebemos em nossa pesquisa o papel relevante que o adulto tem na formação da identidade de gênero da criança, tanto no âmbito familiar, quanto no escolar que foram os espaços que propusemos discutir. Nesses contextos, a criança toma o adulto como referência, construindo expressões em atividades diversas que denotam diferentes concepções de gênero e de auto-conceito. Assim, é importante que os profissionais da educação e da psicologia assumam uma postura crítica da realidade e sobre o que é imposto como natural pela sociedade. Constatamos que a constituição histórica da imagem do profissional de educação infantil e ensino fundamental tem estado fortemente impregnada do mito da maternidade e da mulher como educadora nata. Enfim, esta pesquisa contribuiu para que aspectos relevantes do processo de feminização da docência fossem levantados. Assim, julgamos fundamental a discussão nos cursos de formação, principalmente de Pedagogia e de Psicologia, sobre a categoria gênero e sua historicidade.

Palavras-chave: Gênero, formação docente, educação da infância.

ISSN 1981-2566

INSTITUIÇÕES E APRENDIZAGEM :REFLEXÃO SOBRE A APRENDIZAGEM EM DIFERENTES ESPAÇOS EDUCACIONAIS

Cleomar Azevedo
Marcia Siqueira de Andrade
João Clemente de Souza Neto

Estamos no inicio do século XXI e as questões voltadas à aprendizagem se faz presente como uma das mais importantes para o desenvolvimento do ser humano.O contexto social que envolve o sujeito deve possibilitar e priorizar o conhecimento da cultura construída pela humanidade a todos que chegam a este universo,isto independentemente de crenças,valores,classes sociais e dos demais aspectos que fazem parte das diferentes culturas existentes em nosso universo.A transmissão da cultura às demais gerações passa pelo processo de aprendizagem do sujeito ,que envolve diferentes etapas do desenvolvimento humano e,que deve ser respeitada para que o mesmo ocorra.No entanto a aprendizagem formal que é desenvolvida pela escolarização é responsável pela sistematização do conhecimento básico que todo ser humano deve ter em nosso contexto social, para poder desenvolver seu potencial.A escola necessita de vários componentes para a transmissão do conhecimento,mas um instrumento bastante significativo é a linguagem escrita. Hoje é condição fundamental em nossa sociedade, um cidadão conhecer a leitura e a escrita, pois através desta, este cidadão poderá ser atuante, crítico e participar de todas as grandes decisões de seu contexto social.Uma questão primordial hoje na escola é como desenvolver o processo de aprendizagem da leitura e da escrita, fazendo com que as pessoas envolvidas neste processo tenham condições de compreender o seu significado e saibam utilizá-la corretamente.A aquisição da leitura e escrita inserida em um ambiente afetivo e sócio-emocional adequado, ocorre de forma quase natural.No entanto se esse processo é, desvinculado de suas funções de comunicação e expressão, transformando-se em exigência independente do ritmo de desenvolvimento e necessidades experimentadas pelo sujeito,ele se transforma em um ato traumático e geralmente ineficaz.Nesta aprendizagem muitas questões devem ser discutidas levando se em consideração a complexidade do processo de aprendizagem do ser humano.Esta mesa se propõe a fazer uma reflexão através de resultados de pesquisas e discussão de temas que envolvem: a formação de educadores sociais e as implicações para o desenvolvimento da população que vive em abrigos;do atendimento feito à população que é encaminhada a clinica de psicopedagogia com problemas de aprendizagem e, a busca da igualdade social através de uma aprendizagem significativa da leitura e da escrita que envolve a auto- estima,o reconhecimento do sujeito como autor da sua produção intelectual e o desejo que faz parte deste processo.O envolvimento dos aspectos cognitivos,afetivos e as questões que envolvem a busca de autonomia do sujeito, o desejo de conhecer, e as implicações envolvidas nos diferentes espaços educacionais através da intervenção e da escuta clinica dos autores,é o eixo norteador desta reflexão.

Palavras-chave: Aprendizagem, intervenção, instituição.

ISSN 1981-2566

MULHERES E PROFESSORAS: CONDIÇÃO FEMININA, FORMAÇÃO DE PROFESSORAS E TRABALHO DOCENTE NO INTERIOR DO ESTADO DE RONDÔNIA

Marli Lúcia Tonatto Zibetti

O magistério, principalmente da educação infantil e das séries iniciais do ensino fundamental, tem se constituído historicamente como um trabalho exercido majoritariamente por mulheres. A ampliação da presença feminina nesta profissão, bem como a situação em que atuam, requer estudos que considerem tanto as questões relativas à escolha profissional, quanto aquelas voltadas para sua inserção na sociedade e na cultura. Os percalços da profissionalização do trabalho docente precisam ser compreendidos enquanto uma dinâmica relacionada à classe social e ao gênero. Buscando investigar as implicações da condição feminina para a formação de professoras e o exercício da docência em três municípios do interior do Estado de Rondônia, este trabalho apresenta resultados parciais de uma pesquisa em andamento (CNPq 2006/2007) que objetiva conhecer em que condições as mulheres que atuam na educação infantil e nas séries iniciais do ensino fundamental têm ingressado na profissão, estudado e desenvolvido seu trabalho. A pesquisa procura compreender qual o significado para as professoras do seu trabalho e como enxergam a feminização da profissão analisando as condições objetivas em que se formam e exercem a docência. A investigação também busca conhecer como as profissionais lidam com as diferentes demandas do trabalho docente, sua formação e atribuições domésticas, visando compreender as implicações que esta tripla condição - mulher/professora/estudante - traz para o exercício da docência e para a saúde das professoras. Para esta comunicação serão recortados dados relativos às professoras que atuam junto à educação infantil nos três municípios pesquisados, a partir da análise de documentos (registros funcionais e planos de cargos, carreiras e salários), entrevistas e realização de grupos focais. Análises preliminares indicam a precariedade das condições de trabalho e formação a que estão submetidas as professoras que atuam com crianças de zero a seis anos. Uma evidência importante está na própria legislação uma vez que, embora o quadro seja composto quase exclusivamente por mulheres, nenhuma menção a elas é feita nos planos de cargos, carreiras e salários, e nenhuma política de enfrentamento das desigualdades de gênero está em curso na realidade investigada. As professoras ouvidas indicam a carreira docente como uma das possibilidades mais viáveis de inserção no campo profissional na realidade pesquisada. Por meio do magistério viram a oportunidade de aperfeiçoar-se, investir em si mesmas e sair do âmbito doméstico. Entretanto, contraditoriamente, continuam sendo as principais responsáveis pelas tarefas domésticas, uma vez que os precários salários não permitem a remuneração de outra pessoa para fazê-las. A docência na educação infantil é, para este grupo, uma atribuição essencialmente feminina, uma vez que a relacionam com o cuidado, tarefa para a qual os homens “não têm jeito”. A análise dos dados indica a importância da inserção destas questões na formação de professores, pois conforme as docentes, esta temática não esteve presente nos cursos freqüentados por elas.

Palavras-chave: Formação de professoras, gênero, educação infantil.

ISSN 1981-2566

LITERATURA INFANTIL: UM RECURSO PARA FALAR DE MORTE COM AS CRIANÇAS.

Lucelia Elizabeth Paiva
Maria Júlia Kovacs

A morte é um mistério e continua sendo um assunto tabu em nossa sociedade, embora esteja escancarada em nosso cotidiano.Estamos expostos à morte, em qualquer hora do dia ou da noite, nas ruas (a violência, homicídios, acidentes...), nos meios de comunicação, dentro de nossas próprias casas (rádios, jornais e nos noticiários na TV: nas cenas de catástrofes, violência física e social, nas cenas de acidentes, homicídios, guerras, atentados...). Não podemos negar que a morte faz parte da vida de todos nós, inclusive das nossas crianças.No entanto, por ser um assunto que trata de dor e sofrimento, muitas vezes, opta-se pelo silêncio, como se, desta forma, a criança ficasse imune a essa dor. É como se criança fosse apenas alegria. Desta forma, tira-se a oportunidade de fazê-la olhar para a vida com a realidade de suas perdas, privando-a, inclusive, de participar do processo de morte e seus rituais. Na verdade, subestima-se a criança, reforçando a dificuldade de lidar com as várias perdas ao longo da vida, sejam elas quais forem: um brinquedo quebrado ou perdido, a morte de um bichinho de estimação, mudanças de casa ou de escola, um amiguinho que se mudou, a professora que saiu da escola, mudanças na família pela separação dos pais, doenças graves, morte de alguém muito querido, ou, até mesmo, a própria morte...Embora não seja habitual falar da morte, esse é um tema encontrado em vários livros infantis. Sendo assim, pode ser um ótimo recurso para falarmos de morte com crianças, na linguagem das crianças.Atualmente, contamos com um número razoável de títulos que abordam esse tema para crianças, mas é muito interessante percebermos que ainda são muito pouco conhecidos e explorados pelos próprios educadores. Este trabalho tem como proposta apresentar alguns livros infantis que abordam o tema morte e sentimentos correlacionados. Foram utilizados alguns livros infantis, de autores brasileiros e estrangeiros (desde que traduzidos para o português), escolhidos aleatoriamente, a partir do conhecimento prévio de seus conteúdos. Acreditamos que os livros infantis possam ser um recurso para a criação de um espaço de compartilhamento e para falar da morte com as crianças tanto no espaço escolar, social, terapêutico e familiar.Poder falar, escutar, expor dificuldades e medos pode ser útil no sentido de se permitir uma reflexão sobre esse tão temido tema.Acreditamos na importância de se dar voz àqueles que desejam saber sobre a morte, tanto quanto quando perguntam sobre outros fatos da vida. Através de histórias e dos livros, pode-se dar voz àqueles que perdem; na escuta e acolhimento a todos os possíveis sentimentos e manifestações relacionados às várias perdas existentes na vida.

Palavras-chave: morte, criança, literatura infantil.

ISSN 1981-2566

MEMÓRIA E DELICADEZA: UMA BREVE REFLEXÃO SOBRE A CIDADE E A ROÇA NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Denise Sampaio Gusmão

A reflexão que trago aqui tem como ponto de partida uma pesquisa realizada em 2002 e 2003 em um pequeno povoado situado na região leste de Minas Gerais e que resultou na dissertação de mestrado: Por uma estética da delicadeza: ressignificando contos e imagens nas roças de Minas .Neste trabalho narro o encontro entre uma pesquisadora-psicóloga, uma escritora mineira e o Córrego dos Januários. Tudo se inicia com o desejo de Maria de Lourdes Souza em registrar casas, histórias e costumes ameaçados de desaparecer no lugarejo onde nasceu e viveu a maior parte de sua vida. Desse encontro nasce a possibilidade de juntas recuperarmos a história dos Januários, A chegada da luz elétrica e da televisão, por volta de 1980, provocou mudanças que afetaram a convivência e a troca de experiência dos habitantes deste vale no interior das Gerais. Com isso a memória foi se perdendo...As escavações que norteiam a estratégia teórico metodológica deste percurso trazem no seu bojo uma perspectiva sócio-histórica e crítica da cultura, tendo em Walter Benjamin uma referência fundamental. Todo este processo escavatório envolveu a realização de oficinas de fotografia e memória com o objetivo de construirmos juntos um acervo de contos e imagens para assegurar o registro da história do povoado. A concepção de uma estética da delicadeza emergiu principalmente das oficinas de fotografia que realizei com alguns moradores do Córrego que até então não haviam experimentado o exercício de fotografar.Vejo na delicadeza dois sentidos essenciais para a nossa reflexão. Um fala de uma percepção poética do mundo e o outro nos leva ao cuidado e à humildade. Durante a pesquisa, fomos a escola municipal na cidade próxima ao povoado e conversamos com os professores com o objetivo de mostrar as imagens produzidas nas oficinas de fotografia. pelas crianças que vivem no Córrego dos Januários e estudam na cidade. Apresentamos parte do acervo de contos e imagens e falamos de nosso objetivo em construir uma casa de memória no Córrego dos Januários. Enquanto mostrávamos as fotos das crianças que farão parte do acervo deste lugar, as professoras nos falaram da preocupação com as crianças residentes na roça que vão estudar na cidade a partir da 4a série do Ensino Fundamental: A perspectiva de quem está na cidade é que na roça você está desprovido de tudo.Se a roça é vista pela falta e não pelo que abriga, a criança sente vergonha e quer negar sua raiz, sua origem, sua história, seus rastros, tudo aquilo que pode fortalecer e constituir sua identidade, sempre tramada na tensão entre o singular e o coletivo.As belas fotografias produzidas pelas alunas moradoras do Januário podem ajudar a olhar, colocando em foco a criança produtora de cultura, capaz de revelar através das lentes uma outra perspectiva da roça ajudando a desconstruir o olhar marcado pela falta e pela hierarquização cidade/roça.

Palavras-chave: Memória, delicadeza, fotografia.

ISSN 1981-2566

INCLUSÃO EDUCACIONAL DE PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

Roosevelt R. Starling

A política de inclusão de portadores de necessidades especiais nas instituições regulares de ensino pede, como ação preliminar, o estabelecimento de critérios de elegibilidade para esta população. É com base na caracterização desta população que se poderão identificar, analisar, avaliar e organizar os demais recursos materiais, administrativos e pedagógicos necessários à plena realização deste desiderato. A proposta de "conditas típicas" como critério distintivo carece de melhor detalhamento e operacionalização se pretende ser útil e, ademais, reproduz o modelo médico de categorias diagnósticas num território onde tais classificações são, notoriamente, insuficientes. Pessoas com um mesmo diagnóstico – mesmas "condutas típicas" – podem ter graus diferentes de funcionamento na sua vida pessoal,afetiva, social e educacional e pessoas com diagnósticos diferentes podem, ao revés, apresentar o mesmo grau de funcionamento. Recuperando o conceito de funcionalidade, esta exposição discute um modelo dinâmico e funcional para a delimitação desta população que, ao mesmo tempo em que permite a identificação desta população, mantém o foco organizador sobre cada pessoa em particular, facilitando assim uma articulação dos recursos com maiores possibilidades de sucesso no processo de inclusão educacional.

Palavras-chave: Inclusão em ensino regular, portadores de necessidades especiais, análise do comportamento.

ISSN 1981-2566

MELHORANDO AS RELAÇÕES INTERPESSOAIS E A SAÚDE DO TRABALHADOR

Glacy Daiane Babosa Calassa

O presente artigo descreve e analisa, sob o enfoque da terapia cognitivo-comportamental, os procedimentos e os resultados de um programa de desenvolvimento e treinamento de habilidades sociais que ocorreu em 14 encontros semanais, com uma hora e meia de duração cada, intitulado "Melhorando as Relações Interpessoais e a Saúde do Trabalhador". A terapia cognitiva-comportamental vem ganhando espaço dentre as diversas abordagens teóricas, devido a sua objetividade e eficácia, o que pode ser considerado uma vantagem no contexto escolar. Este referencial tem como objetivo analisar os indivíduos a luz dos princípios da aprendizagem, assim como dá grande ênfase aos eventos cognitivos na produção e manutenção dos problemas pessoais e interpessoais, busca desenvolver uma congruência ou coerência entre sentimentos, crenças e comportamentos e assim incentivar a escola a enfrentar suas dificuldades, estimulando-a a persistir em seus esforços de enfrentamento e perceber as alternativas de funcionamento, as quais dependem de uma análise e compreensão do contexto. Deu-se uma grande ênfase nas habilidades sociais que são construídas no espaço escolar e que interferem no processo educativo, buscando valorizar as relações interpessoais positivas que são desenvolvidas e mantidas no ambiente escolar. O programa foi realizado pelo Serviço de Psicologia da Secretaria Municipal da Educação de Aparecida de Goiânia - GO, no primeiro semestre de 2006. Objetivou-se treinar e desenvolver um repertório de habilidades sociais para aperfeiçoar as relações interpessoais no ambiente escolar, melhorar a qualidade de vida no trabalho e conseqüentemente, buscar uma significativa melhora na qualidade dos atendimentos prestados à comunidade. Através de dinâmicas de grupo, observações, relatos escritos e verbais, foi possível analisar de forma qualitativa e quantitativa os processos e os resultados deste trabalho. Na avaliação final, 100% dos participantes descreveram o curso como excelente, e a partir de suas observações e da terapeuta, percebeu-se melhora nas relações interpessoais e no desenvolvimento do trabalho. Os participantes do grupo, de acordo com relatos verbais apresentaram mudanças como: conscientização da importância das habilidades sociais para melhoria da qualidade de vida e aumento da emissão de feedbacks positivos. Por meio de um checklist todos os participantes relataram, em alguma sessão, benefícios obtidos com o programa e como esses benefícios se estenderam para outras áreas de funcionamento além do trabalho, como família e grupo de amigos, demonstrando assim efeitos preventivos e multiplicadores. Os resultados indicam a importância do desenvolvimento e treinamento de habilidades sociais, no sentido de melhorar as relações interpessoais no ambiente de trabalho e a qualidade do serviço prestado.

Palavras-chave: Habilidades Sociais, Cognitiva-Comportamental, ambiente escolar.

ISSN 1981-2566

O ADOLESCENTE : AS RELAÇÕES AUTORITÁRIAS ,VIVÊNCIA E FORMAS DE PENSAR A INDISCIPLINA

Maria de Fatima Pires Carneiro da Cunha

Resumo: Sabe-se que atualmente as escolas são alvos de violência das mais diversas formas, tais como agressões, brigas, desentendimentos, roubos, usos de drogas, etc . Se formos analisar as causas, deparamos-nos com vários fatores e abordagens teóricas as mais diversas para compreender o fenômeno . A noção de justiça desenvolve-se a partir de determinado tipo de relações familiares, sociais e religiosa. Nesta mesa iremos trazer reflexões a partir dos resultados de pesquisas realizadas que tratam da questão da indisciplina no contexto educacional e acarretam impasses desentendimento e transtornos aos envolvidos . O nosso objetivo foi o de averiguar a noção de justiça retributiva entre dois grupos de alunos , mais precisamente entre os alunos indisciplinados e disciplinados e observar a prevalência dos dois tipos de reações: expiatórias ou de reciprocidade. Verificar o conceito de disciplina e de indisciplina e pedir para atribuir um juízo de valor . Procurou verificar como alunos e professores pensam quais as suas causas, como eles descrevem a manifestação de indisciplina nas salas de aula nos dias atuais , como agem , e quais soluções .. Os resultados demonstraram.quanto a prevalência dos dois tipos de reações expiatória ou de reciprocidade relativo à sanção , os alunos consideraram como mais severa e justa as sanções por reciprocidade e preferiram punir através da mesma , apesar de ser ainda bastante grande o número de alunos que optou pelas sanções expiatórias,que são caracterizadas por condutas baseadas na coação e relações autoritárias Quanto à vivência da indisciplina ou sua manifestação nas salas de aula a categoria mais apontada pelos alunos com 54,14% foi a do comportamento indisciplinados deles mesmo em relação aos professores. Os professores disseram que sua ação em relação à indisciplina é a de conversar com o aluno conscientizar etc, mas acreditam que a solução esteja na Instituição Educacional, na melhoria dos métodos educacionais, nas técnicas . Os alunos por sua vez em sua grande maioria disse que quando ocorre a indisciplina eles ficam quietos, mas consideram que a melhor solução é punir com rigor os envolvidos.Também colocaram (alunos e professores) que as causas estariam no individuo . Observou-se duas contradições: uma, entre a forma de agir dos entrevistados e a solução que eles acreditam para o problema e a outra contradição entre as causas consideradas e as soluções.Então, se a causa está no individuo por que a solução estaria na instituição educacional(métodos e técnicas)? Sabe-se da importância de se superar as contradições e dissociações tão freqüentes entre teoria e prática, entre informação e realização ou entre o que se sabe ou se diz e o que realmente se faz como forma de preservar a nossa saúde mental .Consideramos necessário a instituição educacional e seus membros pensarem em formas de como melhorar, ou mesmo incluir práticas que promovam o pensamento da igualdade, da democracia, do respeito ao outro, para contrapor condutas impostas por uma mídia descompromissada com a educação que impõe formas de comportamento que privilegiam o individuo , em vez do coletivo dificultando os relacionamentos em sociedade .

ISSN 1981-2566

FORMAÇÃO DOCENTE E AUTOBIOGRAFIAS: AS TRAJETÓRIAS E OS DISCURSOS DAS ALUNAS-PROFESSORAS

Daniele Kohmoto Amaral
Denise T. Rebello Souza

Este trabalho insere-se no projeto "Formação continuada de professores e a mediação das novas tecnologias de ensino: limites e possibilidades" que pretende investigar características e repercussões de uma nova modalidade de formação docente que vem se consolidando no país nos últimos cinco anos. Trata-se de modelos que fazem uso, em maior ou menos grau, das chamadas TIC (Tecnologias da Informação e Comunicação) bem como de outros recursos já utilizados na formação de caráter presencial. Na presente exposição serão apresentadas análises de 33 relatos autobiográficos escritos por alunas-professoras participantes do Programa de Educação Continuada em sua segunda versão: PEC-Municípios (2003-2004), baseando-se nas contribuições teóricas de autores que têm abordado os temas da formação de professores e do processo de escolarização em uma perspectiva crítica (Patto, 1999; Sawaya, 2000, 2002; Souza, 2002; Rossler, 2003; dentre outros). A análise segue quatro eixos temáticos, a saber: (a) contexto familiar: aspectos sócio-culturais, (b) desempenho escolar, (c) trajetórias profissionais, (d) relação entre o discurso ideológico e a prática pedagógica. Pudemos constatar que a maioria das alunas-professoras é oriunda das camadas subalternas, sendo seus progenitores migrantes da região nordeste do país. Além disso, observamos como instigante a incidência de reprovações escolares na trajetória das alunas-professoras. As inúmeras barreiras ao longo da escolarização, dentre as quais destacamos as condições sócio-econômicas, que as levaram a uma antecipada entrada no mercado de trabalho aliado ao expressivo número de relatos de repetências, poderiam ser pensados como episódios de fracasso escolar. Entretanto, na perspectiva das alunas-professoras estas podem ser entendidas, – nos relatos autobiográficos – como casos de sucesso dado que prosseguiram os estudos e atualmente, após a finalização do curso PEC-Municípios, encontram-se formadas em nível superior. Outro elemento evidenciado pela análise é a presença em seus relatos da perspectiva construtivista . Muitas docentes participantes do curso aderem a esta abordagem de forma imediata, com certo deslumbre e sem uma reflexão crítica, o que nos indica, segundo Rossler (2003), o poder de sedução deste ideário no campo educacional. A vinculação a este discurso passa a ocorrer de modo desapercebido pelas docentes, indicando uma certa passividade intelectual e uma carência de reflexões mais aprofundadas sobre esta e outras abordagens, teorias ou ideários. Acreditamos que a força do discurso construtivista, retratada nas autobiografias, evidencia o adensamento da alienação – fruto da suscetibilidade ou vulnerabilidade dos indivíduos frente aos discursos sedutores, como o próprio construtivismo – nas formas de ação e pensamento de algumas alunas-professoras.

Palavras-chave: Autobiografia, formação docente, discurso ideológico.

ISSN 1981-2566

O CONTROLE DAS EMOÇÕES E A EDUCAÇÃO ESCOLAR

Carlos da Fonseca Brandão

Este mini-curso pretende debater o pensamento e a obra do sociólogo alemão Norbert Elias no que diz respeito ao controle dos impulsos e das paixões (controle das emoções) no contexto da educação escolar, a partir da teoria dos processos de civilização proposta por Elias. Discutindo essa teoria dos processos de civilização em sua totalidade, o controle das emoções, enquanto um dos seus principais elementos constituintes, e relacionando esse controle à Educação, de maneira geral, e à educação escolar, de maneira específica, explicitada nas diversas manifestações desse controle nas práticas pedagógicas modernas, acreditamos que estaremos melhorando nossa compreensão da Educação, sem nunca deixarmos de relacionar os conceitos de civilização e Educação. Conteúdo: 1) A sociologia figuracional2) A teoria dos processos de civilização3) O controle das emoções4) A instituição escolar5) As práticas pedagógicas e o controle das emoções

Palavras-chave: A teoria dos processos de civilização, o controle das emoções, a instituição escolar.

ISSN 1981-2566

O DESAFIO DE SER PROFESSOR HOJE: A FALÊNCIA DO NOME-DO-PAI CHEGA ÀS SALAS DE AULA.

Juliana de Oliveira Guimarães

A experiência em espaços escolares evidencia uma questão urgente: professores se sentem ameaçados, estão adoecendo e desistindo de seu papel de agente de saber. O que está acontecendo com a instituição escolar, com o lugar do professor e com a autoridade, que antes demarcava os lugares, apontando as diferenças entre os seus atores?O que assistimos é a um insistente discurso de igualdade, de direitos, de defesa da horizontalidade entre crianças e adultos, entre pais e filhos, e entre professores e alunos. No entanto, em que lugar está o discurso dos deveres dos sujeitos, que necessitam pagar a “dívida simbólica” de seu passado cultural? Em que lugar está sendo construída a alteridade fundamental à constituição da subjetividade?O Outro, enquanto “tesouro de significantes” (LACAN, 1999, p. 152), constituinte de nosso inconsciente a partir da interdição simbólica, não vem encontrando nenhum elemento concreto no qual se confirmar nas relações sociais. A proposta deste trabalho é a de denunciar as artimanhas criadas pela sociedade de consumo para o desenvolvimento de nossos jovens, contextualizando o contemporâneo e apontando os desafios que os professores hoje têm vivido diante desta realidade. O imediatismo, a fuga da frustração, as relações pessoais pela via dos objetos consumíveis e marcadas pela distância e pelo virtual, são alguns de seus artefatos. Como sustentar um lugar de saber numa sociedade que prioriza a lógica de consumo como instância de poder? Como ser professor numa cultura de prazer, defendida, inclusive, pelos adultos, que deveriam empreender a atitude de barrar o gozo, remetendo cada sujeito à castração?Sendo a aprendizagem possível apenas na instância do desejo, o sucesso do ofício do docente está no fato de atuar como sujeito-suposto-saber, despertando nos alunos o interesse pelo processo de saber. E na medida em que se reconhece castrado e, portanto, submetido a uma ordem cultural, provocar nos discentes a dúvida e a percepção da impossibilidade do conhecimento absoluto das coisas.Questionando a defesa de um ideal de igualdade, a abordagem psicanalítica recupera a importância da verticalidade, em especial aqui, entre o professor e o aluno, bem como o resgate da construção subjetiva da alteridade através do ato educativo. O conflito entre gerações, capaz de transformar a organização e a dinâmica social, apenas se estabelecem quando há um marco da diferença entre adultos e jovens, ou seja, quando adultos se façam diferentes dos jovens. Lebrun (2004), Costa-Moura (2003), Mrech (2005), Paladino (2005), e Gutierra (2003), são autores convidados a fazerem parte dessa discussão sobre a crise da transmissão do saber nos espaços escolares, e a importância de práticas que recuperem a escola como um lugar especial e o professor como arquivo vivo da história de nossos ancestrais, reconquistando seu valor simbólico que antes lhe era garantido. Situações reais do cotidiano de sala de aula, descritas, envolvendo a relação de alunos com o professor, enriquecerão as evidências de falência da autoridade docente, nesses novos tempos de escola.

Palavras-chave: Educação, escola, psicanálise, contemporaneidade.

ISSN 1981-2566

O COTIDIANO DA EDUCAÇÃO INFANTIL E AS EXPERIÊNCIAS DE LINGUAGEM NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES, CRIANÇAS E SUAS FAMÍLIAS

Elaine Deccache Porto e Albuquerque

Meu trabalho como Orientadora Educacional da Educação Infantil, em uma escola particular freqüentada por alunos e famílias de classe média e alta na cidade do Rio de Janeiro, é gerador de várias questões que sempre foram muito instigantes ao longo de minha trajetória profissional. O cotidiano da minha função me põe em contato com grupos de crianças, professores, famílias, funcionários, enfim, com muitas pessoas que constroem, no dia a dia, o projeto educacional da escola. Já há alguns anos, minha experiência vem se enriquecendo ao fazer parte dessa construção coletiva de conhecimentos muito variados e de dinâmica muito viva. Assim, para além das questões de planejamento curricular, disciplinas e avaliação, tradicionalmente ligadas à escola, minha atenção se voltou para a flexibilidade e a criatividade que essa construção pode alcançar, à medida em que a expressão e a articulação dos diferentes pontos de vista seja possível e, mais ainda, valorizada. Nesse sentido, vejo a escola como um espaço de trabalho e de produção incessante que, para ser descrito com justiça, precisa lançar mão de palavras tais como envolvimento, continuidade, desvios, constância, afetos, sentimentos, intensidades, pausas, re-começos, relacionamento...Mais recentemente, tenho pensado que a escola, como um cenário de construção coletiva, não é incompatível com a reflexão sobre a experiência subjetiva, reconhecidamente única, singular. Para dizer de outro modo, a singularidade dessa experiência não pode desconsiderar os contextos sociais particulares nos quais ela se dá e, nesse sentido, o entendimento sobre a sua privacidade e interioridade precisa ser redefinido. Na verdade, a experiência subjetiva se constrói a partir de sua inserção em práticas sociais que são muito variadas. Nesse caso, o cenário da escola, como um tipo de prática social que guarda uma especificidade, participa de modo marcante das experiências de aprendizagem e de vida das pessoas, ou seja, suas modalidades de pensar e agir estão ligadas ao que viveram ou ainda vivem, em termos de experiência, dentro dela.Wittgenstein e Bakhtin são os dois filósofos, cujas contribuições me oferecem condições para pensar na complexidade das experiências que têm lugar na escola sem engessá-las ou desconsiderá-las em sua riqueza. Tendo a linguagem como eixo, a reflexão dos dois a concebem como ação que nos caracteriza e marca nossa experiência como seres humanos, capazes de, por isso, imaginar, rememorar e criar... Nesse sentido, o pensamento de ambos, ao nos convidar para analisar as regras que regem nossos jogos de linguagem e chamar nossa atenção para sua dimensão dialógica, amplia a compreensão que podemos alcançar sobre nós mesmos, aguça o nosso espírito crítico, além de nos colocar de frente com a responsabilidade em relação às práticas educativas das quais participamos e ajudamos a elaborar.Por tudo que foi exposto até aqui, proponho contar alguns acontecimentos do cotidiano com o objetivo de mostrar como a experiência no dia-a-dia da escola cresce em importância e ganha um novo entendimento ao se articular com o saber teórico, nesse caso, com uma filosofia de linguagem.

ISSN 1981-2566

O PROFESSOR E O UNIVERSO DIGITAL: PRIMEIRAS RELAÇÕES

Ana Paula Pontes de Castro
Olívia Paiva Fernandes
Yara Porto de Paula Lima

O tema aqui proposto surgiu a partir da escrita de um texto de análise de dados da pesquisa "Letramento digital e aprendizagem na era da internet: um desafio para a formação de professores" desenvolvida pelo Grupo de Pesquisa Linguagem, Interação e Conhecimento (LIC). A categoria que originou o texto de análise do qual pretendemos falar foi a primeira: Professor X Cultura Digital. Embasadas na perspectiva sócio-histórico-cultural e buscando responder a uma das questões orientadoras da pesquisa (Como os professores se situam e agem diante das novas práticas possibilitadas pela cibercultura?), objetivamos compreender o posicionamento dos professores diante da cultura digital.Entendemos que seria necessário esclarecer aos professores investigados, a importância da apropriação das tecnologias de informação e comunicação na prática pedagógica, pois os jovens já se apropriaram da cultura digital e esta cultura traz mudanças na linguagem, no pensamento (passa-se a ter um pensamento ainda mais hipertextual) e à forma de os alunos exigirem do professor: só o conteúdo não lhes basta. O professor precisa ser mais dinâmico, estar atualizado e acompanhar a tecnologia.O trabalho de campo a que se refere esse artigo foi realizado através de sessões reflexivas, onde discutimos o computador/internet na sociedade, na escola e na prática pedagógica do professor. Além disso, para atender às primeiras expectativas dos professores que desconheciam procedimentos básicos de uso do computador/internet, estes participaram de uma incursão inicial no laboratório de informática da escola com um especialista da área.Durante as sessões reflexivas, percebemos que a reflexão acerca do uso das tecnologias no processo de ensino-aprendizagem foi muito precária na formação inicial e, por vezes, até inexistente.Percebemos, também, que os professores não estavam imersos na cultura digital. Tinham medo, o que gerava insegurança para a apropriação da tecnologia na prática pedagógica e aversão ao novo. Assim, os professores sentiram muita dificuldade em estabelecer a relação entre o processo de ensino-aprendizagem e o computador/internet. Deparamo-nos, então, frente a um panorama gerado pelos professores que apontava para sua tecnofobia, sua dificuldade em manusear o instrumento tecnológico e sua exclusão reflexiva em torno do uso do computador na prática escolar na educação básica.Porém, com ajuda das sessões reflexivas, os professores perceberam a importância de refletir a própria prática para trazer o computador/internet para a sala de aula e fazer dele um instrumento próprio do processo de ensino-aprendizagem.Eles iniciaram um processo de inserção no universo digital dando um primeiro passo: o uso pessoal do instrumento. A relação do professor com o computador foi se tornando mais natural e eles perceberam que, apesar de ser um processo lento e que exige reflexão, incorporar o computador na prática é essencial.Propusemos a eles a criação de projetos educacionais que incorporassem o uso do computador/internet como parte do processo de ensino-aprendizagem. Tais projetos foram desenvolvidos pelos professores e acompanhados por nós, pesquisadores que mediamos a reflexão sobre cada projeto.

Palavras-chave: Professor, universo digital, primeiras relações.

ISSN 1981-2566

O COMPUTADOR COMO FERAMENTA MEDIADORA AO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM: PROBLEMAS E DESAFIOS NA CAPACITAÇÃO DE PROFESSORES

Sumeire Aparecida Brandão

Nesta apresentação oral, discorremos sobre a utilização do computador como ferramenta mediadora junto ao processo educativo. Sua utilização na educação, tem provocado questionamentos sobre os métodos e práticas educacionais. Acredita-se que o computador possa viabilizar, resultados satisfatórios no processo de ensino-aprendizagem em especial no ensino fundamental e que esta possibilidade pode levar à uma mudança na abordagem pedagógica atual com o objetivo de propiciar aos alunos melhorias na construção do conhecimento (Valente, 2002). Os diferentes campos da ciência estão mais aprimorados, exigindo meios de representações dos fenômenos cada vez mais elaborados, tornando-se necessário a utilização de vários instrumentos, que facilite a expressão do raciocínio e a reflexão desse conhecimento. O computador é um recurso tecnológico facilitador na tarefa educativa que desenvolve a descrição, análise, reflexão e sistematização das idéias: Innarelli (2003);Oliveira (2003). Segundo Moran (2000), houve uma mudança qualitativa no processo de ensino-aprendizagem e deste modo, passamos muito rapidamente, do livro, para televisão e vídeo, depois para o computador e Internet. Todo este avanço produz mudanças radicais no processo educativo, na busca de novos valores sociais, morais, afetivos, etc., que por sua vez, gera a necessidade do ensino de maneira geral, adaptar-se a todas estas questões. A introdução dessa tecnologia na escola causa diferentes posições; um argumento bem difundido é a escassez dos recursos destinados à educação e a falta de qualificação dos professores, em lidar com as novas tecnologias. Há uma certa dificuldade na mudança de postura de alguns professores e na sua formação que estão relacionadas às incertezas, fobias e rejeição ao desconhecido. A interação aluno-computador precisa ser mediada pelo professor, que por sua vez, precisa entender as idéias do aluno para viabilizar uma intervenção que possa facilitar o processo de aprendizagem. O mediador nesse caso pode usar a abordagem cognitivista para entender as estruturas mentais do aluno .Nesta perspectiva é que observamos a necessidade de capacitar professores das séries iniciais do ensino fundamental, da rede pública do Distrito Federal – DF, a fim de prepará-los no manejo do computador assim como de softwares educativos, visando a utilização da informática nas escolas públicas do DF. Observamos, a necessidade de mais investigações, que pudesse diagnosticar as dificuldades dos professores em lidar com o computador, como ferramenta mediadora no processo de ensino-aprendizagem, com o propósito de responder algumas questões:(a)Como a capacitar professores do ensino fundamental em suas práticas educativas, em sala de aula, na utilização de computadores como ferramenta mediadora, junto ao processo de ensino-aprendizagem? (b)Quais os fundamentos da prática educativa, nas escolas, que possam ser redimensionados, para que os professores possam romper as barreiras do processo de inclusão da informatização nas escolas para professores, das escolas públicas? Ao respondermos a tais questões nos direcionamos a hipótese de que a capacitação em informática educativa dos professores, que atuam no ensino fundamental das escolas públicas do DF, resultará numa prática pedagógica que compreenda o computador como ferramenta mediadora ao processo de ensino-aprendizagem podendo induzir os alunos a um processo mais criativo e motivador às atividades relacionadas aos conteúdos curriculares destas escolas.

Palavras-chave: Informática aplicada à educação, capacitação de professores, computador como mediador.

ISSN 1981-2566

O PROFESSOR PERANTE A EDUCAÇÃO SEXUAL

Janaina Fernandes Cardoso Caobianco

Este trabalho constitui-se em uma pesquisa qualitativa, que teve como objetivo investigar quais são as dificuldades encontradas pelos professores no que se refere ao trabalho de Educação Sexual nas Escolas da Rede Municipal de Curitiba que estavam trabalhando com a educação sexual, no ano de 2002. Uma entrevista semi-estruturada foi utilizada como instrumento de coletas de dados para investigar esse assunto. A amostra deu-se de modo aleatório, através de sorteio, englobando as vinte e sete escolas que fazem parte do núcleo do Portão. A fim de contextualizar e situar a questão da educação sexual na educação escolar, buscou-se compreender a questão da sexualidade e a sua construção histórica no mundo ocidental. Também se levou em conta o processo de educação sexual no Brasil a partir da década de sessenta até nossos dias, chegando às atuais prescrições legais que regulamentam o trabalho de educação sexual: os Parâmetros Curriculares Nacionais, temas transversais. Buscou-se uma interlocução entre currículo e educação passando pelos temas transversais, chegando à proposta de educação sexual. Fez-se também uma tentativa de compreender como ocorre o processo de formação dos professores no que se refere ao trabalho de temas, disciplinas, não "curriculares", tentando descrever como eles foram preparados para trabalhar com os temas transversais, propostos pelos Parâmetros Curriculares Nacionais. Para apresentar os resultados das entrevistas realizadas as respostas obtidas foram agrupadas segundo os critérios de similaridade e de diferenças. A seguir, foi verificada a freqüência de cada tipo de resposta para subsidiar a interpretação e análise dos dados. Os resultados obtidos apontam para diversas questões. Constatou-se nos dados obtidos através da pesquisa, que o professor não se encontra preparado para trabalhar com o assunto e na grande maioria nunca participou de nenhum curso que trabalhe com o assunto, sem falar que esses professores também tiveram uma educação sexual fragmentada, biologizante, consumista. O professor tem que lidar com as suas próprias dificuldades e se confrontar com os seus próprios temores diante da sexualidade humana. Dentre as dificuldades relatadas aparece o medo, a vergonha de ter que lidar com um assunto que sempre foi tabu na sua formação pessoal. Trabalhar Educação Sexual sem o preparo do professor, acaba resultando numa dificuldade para a escola e para o professor. A educação sexual deve ser compreendida como algo humano e histórico. Sem o devido preparo do professor o que se tem na escola é um trabalho baseado no senso comum, voluntarista, ou seja, realizado por aquele professor que se sente um pouco mais à vontade com o tema, porém inseguro diante do trabalho que realiza.

Palavras-chave: Educação, sexualidade, educação sexual, formação de professores.

ISSN 1981-2566

O ESTADO DA ARTE SOBRE PENSAMENTO DO PROFESSOR E REFLEXIVIDADE: de 1983 a 2005

Ana Maria Falcão de Aragão Sadalla
Mariana Wisnivesky
Ana Paula Rocha Bonetti Mendes
Daniela Gaspar Pedrazzoli
Karine Rodrigues Castro

A investigação sobre o pensamento do professor foi se consolidando ao longo do final do século XX, especificamente em 1974, com o nascimento da ISATT (International Study Association on Teacher Thinking) sediada em Londres. Lee Shulman é considerado o "pai" desta linha de investigações, a partir da coordenação que realizou de um dos dez painéis apresentados no Congresso do "National Institute of Education", em 1975. A partir de então, o professor é considerado um profissional que atua como sujeito na formulação de propósitos e objetivos de seu trabalho, bem como das estratégias e dos meios que considera os mais adequados para atingir as metas desejadas, sendo a reflexividade constituída de discussões que buscam fundamentar teoricamente as tomadas de decisão cotidianas na direção de uma ação cada vez mais intencional e menos ingênua. Entretanto, como a literatura tem definido e conceituado o pensamento do professor e a reflexividade? Como se pode caracterizar estes conceitos? O que tem sido produzido e divulgado na literatura científica sobre estas temáticas? A pesquisa aqui realizada possui dois objetivos gerais: fazer uma análise acerca do “estado da arte” sobre a reflexividade e sobre a temática do pensamento do professor. Para satisfazer ao primeiro objetivo, vem sendo feita uma análise da produção científica no período de 1983 a 2005 (subdividido em dois momentos: de 1983 a 1994 e de 1995 a 2005). Nas pesquisas sobre o pensamento do professor, vem sendo analisada a produção científica no período de 1975 até 2005. A partir de uma planilha organizadora do que existe na literatura, o tratamento dos dados, tendo como base a Análise de Conteúdo, permitiu identificar Eixos Temáticos em torno dos quais se organizam as categorias de análise. Em relação à reflexividade: Conceitos e Sinônimos de Reflexividade, Objeto de Estudo das Pesquisas e Procedimentos utilizados. Para as pesquisas sobre Pensamento do Professor: Objeto de Estudo da pesquisa, Procedimento utilizado e Resultados Obtidos. A partir deste mapeamento pretende-se contribuir para o delineamento da concepção de reflexividade e pensamento do professor, já que muito se tem discutido sobre a reflexividade, professor reflexivo, porém, verifica-se, em diferentes escritos, a ausência de um conhecimento acerca da totalidade de estudos e pesquisas nesta área do conhecimento. Além disso, e principalmente, por apresentar um crescimento tanto quantitativo quanto qualitativo, é fundamental que sejam realizadas análises do que vem sendo desenvolvido no Brasil e no exterior. O conhecimento acerca da produção sobre o tema contribui com o desenvolvimento desta temática, colaborando para o ordenamento do conjunto de informações e resultados já obtidos, permitindo a indicação das possibilidades de integração de diferentes perspectivas, a identificação de contradições e a determinação de lacunas e vieses. Desta forma, a análise do que tem sido produzido a respeito das temáticas reflexividade e pensamento do professor permite construir uma visão acerca da evolução de seus pressupostos teóricos, de seus fundamentos e de suas implicações de um modo geral.

Palavras-chave: Pensamento do professor, reflexividade, estado da arte.

ISSN 1981-2566

O JOGO DE AREIA (SANDPLAY) NA FORMAÇÃO DE EDUCADORES E PROFISSIONAIS DE ÁREAS AFINS

Beatriz Judith Lima Scoz

As concepções essencialmente intelectuais que norteiam a maioria dos cursos de formação de educadores, não dão conta de perceber que eles são indivíduos com subjetividades e identidades pessoais e profissionais, enfim, são sujeitos que vão produzindo sentidos em seus processos de aprender e de ensinar. Alguns canais de expressão possibilitam visualizar a forma complexa e indireta em que aparecem indicadores da subjetividade e da identidade, como exemplo, o Jogo de Areia (Sandplay). Nessa técnica, a produção de sentidos e, consequentemente, a construção da subjetividade e da identidade, pode ser compreendida pela dimensão simbólica, pois não há construção simbólica fora de uma rede de sentidos já constituídos pelos sujeitos. Além disso, a construção de cenas, a oportunidade de criar imagens passo a passo, também atuam como facilitadores da produção de sentidos, pois reavivam a imaginação e liberam a capacidade de expressão. Assim, este curso visa apresentar o Jogo de Areia (Sandplay) como um recurso para a formação de educadores e profissionais de áreas afins. Inicialmente, serão apresentadas as bases teóricas dessa técnica e os princípios que a norteiam, a partir dos estudos de Dora Kalff (criadora da técnica). Também serão apresentadas algumas bases teóricas de Fernando González Rey que norteiam a questão da construção da subjetividade e da produção de sentidos. Posteriormente será oferecido um espaço para que os participantes do curso vivenciem cenas com o Jogo de Areia. De 7 a 10 alunos serão os autores das cenas e os demais serão co-participantes (observadores e comentaristas das cenas). A escolha dos autores de cena será voluntária. Nessa vivência os alunos construirão uma cena coletiva de ensino e aprendizagem. Essa cena será transformada em uma história relatada pelos alunos, anotada pela mediadora e recontada a eles. Posteriormente, os alunos comentarão a cena. Se houver tempo, haverá uma segunda instrução de cena: se vocês pudessem modificar esta cena como ela ficaria?(a cena anterior). É importante ressaltar que o aspecto central do Jogo de Areia – o conceito de espaço livre e protegido - será preservado. Segundo Kalff (apud Weinrib, 1993, p. 37) o Jogo de Areia tem dimensões tanto físicas quanto psicológicas: enquanto há liberdade para criar aquilo que se deseja, a dimensão o número de miniaturas, embora extenso, são limitados e " contenedores", criando-se uma situação segura e protegida. A segurança psicológica decorre da atmosfera protegida na qual o sujeito recebe aceitação incondicional., ou seja, não há intenção de interpretar os dados que surgem na construção das cenas. Também vale assinalar que este trabalho vem sendo por mim realizado desde 1996 e foi objeto de pesquisa em minha tese de doutorado na PUC-SP em 2004.

Palavras-chave: Formação de educadores, ensino, aprendizagem, jogo de areia-sandplay.

ISSN 1981-2566

O PROCESSO DE CONHECIMENTO E A SINGULARIDADE HUMANA

Elisabete Cardieri

O presente trabalho tem como objetivo refletir sobre alguns aspectos que sustentam a prática educativa destacando, a partir da perspectiva epistemológica, a dimensão de singularidade que constitui cada sujeito na construção de seu processo de conhecimento. Para além da ênfase às dimensões de racionalidade, de controle e objetividade que, desde a Idade Moderna, fundamentam as concepções de conhecimento validadas via saber científico, busca-se nas próprias contribuições científicas e filosóficas contemporâneas elementos que ultrapassem a perspectiva normativa e padronizadora de compreensão do conhecimento e da realidade humana. A partir de pesquisa bibliográfica e do diálogo com algumas áreas da Biologia (em especial com Humberto Maturana, 1995; 1997; 1998), com as Neurociências (Damásio, 1998; 2000), com a Teoria da Complexidade (Morin, 1996; 2000, e seus interlocutores) e outras referências (tais como Schnitman, 1996; Jerome Brunner, 1997; 2001; Paulo Freire, 1983; 1995; 2001; entre outros) é possível apontar concepções que reconhecem e destacam a dimensão de singularidade que caracteriza cada sujeito humano (como organismo e subjetividade) marcando suas atuações e vivências num contexto eminentemente coletivo. A intrínseca articulação entre singularidade e coletividade manifesta-se e mantém-se numa dinâmica de recursividade, sustentando a produção e circulação dos significados e do conhecimento que constituem o universo simbólico e cultural. A interação entre as instâncias individual e social nem sempre favoreceu a percepção e o reconhecimento da dimensão de singularidade como característica e condição vital da existência humana. Nesse contexto, também o universo educativo, inspirado em mecanismos de racionalização, segundo Morin (2000), nem sempre contribuiu para o desenvolvimento de processos de formação que valorizassem e estimulassem a construção do conhecimento como expressão de singularidades. Um dos questionamentos que emerge nessa reflexão diz respeito à formação dos educadores e educadoras, particularmente, aqueles e aquelas que buscam formação universitária: Quais procedimentos, reflexões e vivências na formação acadêmica podem contribuir para a constituição de percepções diferenciadas sobre o próprio processo de conhecimento? Quais atuações e experiências podem estimular a indagação e a construção de práticas docentes inovadoras, exatamente por partirem da diferença fundante que marca cada singularidade que constitui o espaço educativo? A partir da reflexão suscitada no diálogo com os autores citados, reconhecemos a urgência e a importância do espaço dialógico e reflexivo, que se realiza como vivência de escuta e partilha de percepções e concepções (construídas singularmente por cada sujeito), e como elemento gerador de novas práticas educativas. A atuação nessa direção convida educandos e, particularmente, os educadores (os formadores dos formadores) a assumirem a experiência do inédito (visto que sua própria formação esteve fundada numa outra perspectiva) e, partindo da expressão das singularidades, inventarem e construírem novos caminhos para os novos desafios de um novo tempo.

Palavras-chave: Conhecimento, singularidade, práticas educativas, formação do educador.

ISSN 1981-2566

O ENSINO DE PSICOLOGIA NOS CURSOS DE FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DE EDUCADORAS INFANTIS

Eder Luiz Nogueira
Jameny Delia Sarmiento
Ana Cláudia Ribeiro Miguel
Sérgio Dias Cirino

Com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, a qualidade dos cursos de formação e desenvolvimento das educadoras infantis adquiriu um espaço mais amplo de discussão devido, entre outros fatores, à importância deste tema para a concretização de um programa de ensino que contemple os diversos saberes necessários ao desempenho desta profissão. Atualmente, disciplinas que tratam especificamente do saber psicológico estão presentes na grade curricular dos cursos de formação de profissionais do campo de Educação Infantil, sendo consideradas fundamentais para o enriquecimento da prática profissional das Educadoras. Atento a este cenário, o presente trabalho foi desenvolvido junto à disciplina Prática de Ensino de Psicologia, oferecida ao curso de formação do licenciado em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais. O objetivo do mesmo foi investigar, por meio dos relatos das educadoras, a contribuição das disciplinas de Psicologia para a sua prática profissional. Para tanto, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com doze educadoras infantis em seis instituições. O método utilizado para análise das entrevistas foi a análise de conteúdo e o processo de seleção das instituições teve como critério a facilidade de acesso a elas por meio de pessoas conhecidas. Os sujeitos entrevistados foram indicados pela direção da escola, que usou como critério a disponibilidade durante o intervalo para o lanche das crianças, a presença de outro profissional para substituição durante o tempo da entrevista e concordância da educadora em participar da pesquisa. As entrevistas foram realizadas na instituição durante o horário de aula. A análise das entrevistas sugere que as educadoras consideram importante o conhecimento de Psicologia para a prática profissional, porém relatam que durante o curso de formação foi difícil estabelecer uma relação entre a teoria e a prática, tendo em vista que durante os estágios realizados não foram discutidas questões relativas a este conteúdo. Para as Educadoras entrevistadas, os conteúdos de Psicologia nos cursos de formação e de desenvolvimento profissional devem abordar temas que possibilitem uma compreensão mais ampla e aprofundada das questões psicossociais relativas ao universo infantil, novos conhecimentos e tecnologias na área do desenvolvimento da criança e outros relacionados aos processos de relações interpessoais no contexto da instituição de Educação Infantil. As educadoras evidenciaram que, embora considerem importante os conhecimentos psicológicos para o cotidiano da prática profissional na educação infantil, encontram dificuldades em compreender sobre em quais momentos estes lhes serão úteis para uma intervenção no campo educacional. Esta pesquisa deverá ser aprofundada com o objetivo de melhor conhecer a contribuição dos conteúdos de Psicologia nos cursos de formação e desenvolvimento profissional das educadoras infantis, bem como propor um programa para atender às suas atuais demandas.

Palavras-chave: Educação infantil, ensino de Psicologia, educadoras infantis.

ISSN 1981-2566

PASSAGENS DE VIDA: DA VIDA ESCOLAR À PRÁTICA DOCENTE

Denise de Fátima do Amaral Teixeira Basmage
Sônia da Cunha Urt

O presente trabalho integra a pesquisa intitulada “Aprendizagens em professores: concepções e práticas”, que tem como objetivo investigar e reconstruir a trajetória dos professores em relação às suas histórias individual e profissional, através das suas falas. O objetivo desta pesquisa foi de resgatar a trajetória escolar e profissional dos docentes a fim de reconstruir sua memória e identidade através da reflexão de sua prática pedagógica. A pesquisa foi realizada junto aos docentes do Programa Interinstitucional de Formação de professores em Serviço-da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul- Campus Universitário de Aquidauana-Curso de Pedagogia. Foram aplicadas e analisadas 69 entrevistas realizadas com os professores de Nioaque- MS através de inventário por meio dos quais foi possível obter dados sobre sua vida escolar, profissional e prática pedagógica. A constituição do sujeito professor pode se expressar através do retrato da sua vida escolar em confronto com a trajetória profissional, através de narrativas, entrevistas, história de vida,etc, Para isso buscamos resgatar como se deu o ingresso na escola, as lembranças da primeira professora, o relacionamento com os colegas, enfim quais dificuldades encontradas na escolarização. Foram relatadas as situações vivenciadas no relacionamento com a primeira professora, o processo de alfabetização e suas experiências no cotidiano escolar. Pelos relatos dos professores foi possível constatar as dificuldades nos anos iniciais de sua escolaridade relacionadas ao processo de alfabetização. Destacaram-se ainda as dificuldades relacionadas à aprendizagem, ao índice de repetência e ao relacionamento com seus professores, muitas vezes denominado por algumas das professoras como traumático, assim como, evasão, escassez de recursos, falta de apoio pedagógico e separação da família. Na trajetória profissional, a grande maioria iniciou a sua carreira como professor e continua exercendo esta função; destacamos oito professoras que iniciaram sua carreira como domésticas e hoje se encontram em processo de formação. Quanto à prática pedagógica, a maioria admite a necessidade de um repensar. Percebe-se nas trajetórias que, apesar das dificuldades para a superação, a maioria faz uma reflexão e análise do seu papel de professor (a), buscando formação contínua em sua profissão. Pelas dificuldades manifestadas pelos professores e por nós analisadas apontamos que há ainda necessidade de investir na pessoa do professor, conhecer sua história de vida, e propiciar momentos de reflexão sobre a sua prática pedagógica que vá além da mera constatação e provoque a articulação da teoria e da prática. O desenvolvimento de uma cultura profissional dos professores passa pela produção de saberes e de valores que dêem corpo a um exercício autônomo da profissão docente. É no desempenho diário da profissão que o professor vai se apropriando de conhecimentos, concepções elaboradas nos diferentes espaços de aprendizagem, em cursos de formação ou na formação em serviço em leituras e discussões no grupo, nas vivências do ensino, nas relações com colegas e com os alunos, enfim, nas diferentes relações sociais estabelecidas.

Palavras-chave: Formação docente, trajetória escolar, trajetória profissional.

ISSN 1981-2566

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A FORMAÇÃO DOCENTE: UM ESTUDO EM PORTO VELHO-RO

Maria Ivonete Barbosa Tamboril

O estudo analisou as políticas públicas para a formação docente desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED) de Porto Velho-RO, no período compreendido entre 1998 e 2003. Constituiu-se fonte de informação dos dados empíricos: a pesquisa documental, dois grupos focais - um composto por seis professoras e outro com oito formadoras - e duas entrevistas individuais com dirigentes educacionais. O método da "Análise de Conteúdo" permitiu organizar as temáticas extraídas do material empírico, base para as inferências. Os dados indicaram dois tipos de atividades: as que visaram à escolarização (formação inicial) dos docentes e as que buscaram o aperfeiçoamento (formação continuada) destes profissionais. A pesquisa mostrou que SEMED as ações executadas procuraram atender às exigências da LDB (9394/96) e as propostas desencadeadas pelo MEC no final da década de 1990. A ausência de uma política educacional materializada em um projeto político pedagógico, gestada pela própria Secretaria, garantida à participação dos profissionais da educação e assumida pelos dirigentes foi um dos aspectos mais relevantes que interferiram no desenvolvimento das ações. Além deste, destacaram-se: o tempo insuficiente das professoras e formadoras para participarem das atividades de formação, a baixa remuneração, a descontinuidade das ações e a ausência de acompanhamento e de avaliação das ações por parte da Secretaria. A pesquisa apontou ainda para a necessidade de mudanças estruturais resultantes de uma política global que contemple simultaneamente: formação (inicial e continuada) e condições de trabalho (salário e carreira). Os resultados permitiram concluir que a formação docente, enquanto retórica, assumiu um lugar de destaque nos discursos oficiais em todo o período estudado, mas na prática foi desenvolvida de forma inadequada e sem condições de efetivação. Ou seja, a formação docente foi mais um slogan acrescentado ao vocabulário das reformas educacionais e de seus propositores. No contexto destas reformas e dos programas governamentais os docentes aparecem como agentes responsáveis pelas mudanças e também pelo sucesso ou insucesso da escola, no entanto continuam desvalorizados: social e economicamente. Os dados também possibilitaram a construção de uma proposta de desenvolvimento profissional docente tendo como principal objetivo à valorização dos profissionais da educação e sustentada nos seguintes pilares: Um Plano de Carreira que defina claramente uma política salarial assegurando aos profissionais da educação, a curto e médio prazo, conquistarem salários dignos, progressão funcional, por tempo de serviço, por titulação ou por cursos de outra natureza bem como horários remunerados para planejamento e estudos. Programas de Formação onde as atividades de formação (inicial e continuada) sejam compreendidas como um continuum, realizadas em parceria entre escola e universidades ou outra instância, com base na pesquisa e na docência, considerando teoria e prática indissociáveis e complementares, reconhecendo e valorizando os saberes docentes, privilegiando a escola enquanto lócus da formação. E condições Institucionais de trabalho o que significa assegurar recursos materiais e humanos necessários para o desenvolvimento das atividades escolares e formativas fomentando a construção e realização de projetos coletivos. Além de condições estruturais adequadas para a formação, documentação e registro.

Palavras-chave: Política educacional, formação docente, desenvolvimento profissional.

ISSN 1981-2566

PARA FORMAR "ATITUDES MENTAIS, SOCIAIS E MORAIS"

Karina Pereira Pinto

Este trabalho tem como objetivo apresentar uma análise das concepções de psicologia educacional presentes no discurso sobre prática de ensino na formação de professores do Instituto de Educação do Rio de Janeiro (IERJ), no período de 1932 a 1937. Para tal, foi realizada uma pesquisa documental nos Arquivos Lourenço Filho e Anísio Teixeira do CPDOC/FGV, no Arquivo do Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro e na revista Arquivos do Instituto de Educação. Como fundamentação teórico-metodológica, utilizei uma análise sócio-histórica baseada em Michel Foucault. Lourenço Filho ao discorrer sobre sua concepção de prática de ensino, pauta-se na experiência realizada no IERJ. Sua construção discursiva, no entanto, não se insere apenas no contexto de apresentação de uma concepção de prática, mas traz como pano de fundo o lugar que pretende erigir na constituição de uma nova cultura pedagógica na formação do professorado nacional. Marta Carvalho aponta que no final da década de 1920 e início de 1930, no Brasil, havia uma disputa do estatuto de pedagogia ativa entre o ensino intuitivo e a pedagogia da Escola Nova. Em defesa do modelo escolar paulista, contra o movimento escolanovista, João Toledo, lança, em 1930, seu livro Didática, que se constitui como um manual de pedagogia recheado de roteiros de lições. Alguns meses depois, Lourenço Filho lançaria Introdução ao Estudo da Escola Nova, marcando posição contrária a João Toledo. Lourenço Filho pretendia demarcar que não era mais necessário fornecer ao professor modelos de lições, e sim um repertório de saberes que deveriam fundamentar a sua prática. Neste jogo de forças, a pedagogia da escola nova reinvidica para si o estatuto do novo, concedendo às demais práticas pedagógicas o título de "velha pedagogia". É neste cenário que Lourenço Filho atribui ao IERJ um estatuto diferenciado na consolidação de um novo discurso pedagógico. Através de sua crítica às lições modelo, Lourenço Filho opera um deslocamento da noção de aprendizagem: ao invés de se constituir como algo externo ao sujeito do conhecimento, a aprendizagem deve se dar como uma produção inerente ao próprio sujeito. Desta forma, a prática de ensino deveria oferecer ao futuro professor primário subsídios que o fizessem transformar e conduzir situações em um determinado sentido, de acordo com a situação surgida no momento da prática. Neste professor "há que se ensejar a criação e o fortalecimento de atitudes mentais, sociais e morais". A partir desta concepção de prática de ensino, Lourenço Filho ressalta a importância dos conhecimentos da psicologia na formação de professores devido a um "movimento renovador actual, sem igual na história da educação". Neste ínterim, "a psychologia vae deixando de ser parte da philosofia, para tornar-se scientifica". Como Lourenço Filho ressaltava em seus discursos, para implementar a escola ativa seria necessário mudar a mentalidade do professorado, promovendo uma nova cultura pedagógica. Esta mudança de mentalidade se realizaria com a colaboração de certas concepções de psicologia e estas estariam presentes no IERJ para realização de uma reforma nas escolas primárias pela reforma do professorado.

Palavras-chave: Psicologia Educacional, formação de professores, prática de ensino.

ISSN 1981-2566

POR UMA CRÍTICA DAS APROPRIAÇÕES E USOS DO CONSTRUTIVISMO NOS ESPAÇOS ESCOLARES

Solange Jobim e Souza

Construtivismo é uma palavra que no Brasil, principalmente a partir do final da década de 1970, começou a circular nas conversas dos professores e a fazer parte do vocabulário das diversas pedagogias, especialmente daquelas ditas "progressistas". Como palavra, expandiu-se e tornou-se um conceito e, como conceito, precisou cercar, definir e explicitar a compreensão que pretendia criar sobre uma determinada "fatia" da realidade. Esta "fatia" é o pedaço que busca esclarecer o que é o "conhecimento". Toda palavra tem sua história, e nossa intenção aqui é ir ao encontro do construtivismo, desvelando-o a partir do seu interior, quer dizer, da sua própria história, que é, ao mesmo tempo, a história do uso deste termo pelos educadores, numa determinada época. A história de uma palavra é, por assim dizer, a história dos múltiplos sentidos que ela vai absorvendo num dado período do tempo. Quanto mais uma palavra circula, quer seja de boca em boca, quer seja nos textos escritos ou nos silêncios dos "não-ditos", tanto mais ela cresce e se desenvolve, ampliando enormemente suas possibilidades de abranger, sempre, outros novos sentidos. Portando, o sentido de uma palavra nunca é fixo ou limitado; ao contrário, mostra, neste seu processo de transformação, a ilimitada riqueza que qualquer palavra contém, dependendo evidentemente dos usos criativos que são gerados a partir das interações construídas na linguagem e na cultura. Nosso objetivo é discutir a formação dos educadores a partir do uso de determinados conceitos que se transformam em "palavras de ordem" em um dado momento histórico. Os modismos no campo educacional em torno do uso de algumas palavras as distanciam dos pressupostos teóricos que lhe deram origem, banalizando tanto a compreensão dos conceitos como o modo como estes se transformam em práticas pedagógicas. Portanto, nossa intenção aqui é utilizar a palavra "construtivismo" como mote para analisarmos mais amplamente os usos e abusos de determinados conceitos e, conseqüentemente, a importância de uma formação teórica sólida como garantia de uma prática pedagógica substantiva do educador de ensino básico.Esta discussão requer fundamentalmente uma teoria da linguagem que se indague sobre os usos cotidianos das palavras e o sentidos gerados nas práticas sociais, estes entendidos aqui como particularidades que refletem e refratam uma realidade cultural mais ampla, consolidada com base em sistemas ideológicos constituídos e que se renovam na arena social. Tendo como base o pensamento de Mikhail Bakhtin e Walter Benjamin vamos analisar a absorção do conceito construtivismo, tal como o idealizou Jean Piaget, nas práticas de formação dos educadores.

ISSN 1981-2566

PROFESSORES, LEITURA DE TEXTOS ACADÊMICOS E UNIVERSITARIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO

Flavia Medeiros Sarti

O movimento, atualmente em curso no Brasil, de universitarização do magistério das séries iniciais do Ensino Fundamental tem possibilitado que professores desse nível de ensino estabeleçam relações mais próximas com ambientes, valores e práticas de natureza acadêmica, diminuindo, em alguns sentidos, a separação historicamente mantida entre essas duas instâncias caracterizadas por culturas profissionais específicas (embora não exclusivas). Professores e pesquisadores acadêmicos costumam assumir maneiras particulares de conceber o ensino, a aprendizagem, a escola, os alunos, a docência, entre outros aspectos relacionados à formação dos professores e ao seu papel profissional. Nesse sentido, parece pertinente questionar sobre os modos como os professores efetivamente têm se apropriado dos discursos, das práticas, dos valores e dos saberes educacionais que são produzidos por meio de práticas acadêmicas e que, cada vez mais enfaticamente, se fazem presentes nas propostas de formação que lhes são dirigidas. Dados a esse respeito foram reunidos por uma pesquisa de caráter etnográfico que focalizou as leituras que professoras das séries elementares realizaram de textos acadêmico-educacionais no âmbito do PEC_Formação Universitária, um programa de formação docente continuada em nível superior implementado pela Secretaria Estadual de Educação de São Paulo, em parceria com a Universidade de São Paulo, a Universidade Estadual Paulista e a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. O referido estudo procurou descrever e caracterizar as maneiras pelas quais professoras que atuam nas quatro primeiras séries do Ensino Fundamental, em escolas da rede estadual paulista de ensino, receberam, leram e se apropriaram de textos acadêmicos relacionados a temáticas educacionais. As análises tecidas sugerem que a atuação de diversos dispositivos presentes naquele ambiente de formação favoreceu a instauração de um padrão de leitura mais próximo ao modelo acadêmico entre as professoras que, com isso, passam a perceber a si mesmas como novas consumidoras de textos desse tipo. Por outro lado, as posturas e os procedimentos assumidos por elas sugeriram a existência de uma leitura propriamente docente caracterizada, entre outros aspectos, por uma racionalidade prática que lhes possibilitava, muitas vezes, subverter a ordem de discursos presentes naqueles textos e, assim, elaborar sentidos alternativos. Fatores identificados nessas relações das professoras com textos educacionais ensejaram considerações sobre a temporalidade dos usos nas leituras profissionais docentes, caracterizados por traços de mobilidade e de diversidade. Ademais, a centralidade de seus saberes e interesses práticos para a configuração das leituras de caráter profissional reafirma a importância da cultura pedagógica partilhada entre os professores, como fonte de conhecimentos mais pertinentes para o ensino e como eixo da formação docente; sugerindo, inclusive, limites importantes para o modelo vigente de universitarização dos professores e de atuação da universidade nessa tendência que se apresenta como caminho para a profissionalização do magistério.

ISSN 1981-2566

PLANTÃO INSTITUCIONAL: UM DISPOSITIVO CRIADOR

Adriana Marcondes Machado

Durante o ano de 1997 foi criado o Plantão Institucional pelo Serviço de Psicologia Escolar do Instituto de Psicologia da USP. Nosso objetivo é atender, na USP, profissionais de uma mesma instituição educativa (escolas públicas, casas abrigo, grupo de psicólogos de secretarias de educação, espaços gente jovem...) visando o aprimoramento do exercício profissional com conseqüente melhoria do atendimento a crianças e adolescentes. Nossas ações buscam propiciar a reflexão da demanda dos profissionais das instituições educativas e de suas práticas cotidianas. Portanto, as demandas, as queixas, os saberes, as práticas e os discursos, são nossos objetos de trabalho.Essa montagem tem como objetivo potencializar o grupo de educadores no enfrentamento dos problemas que trazem à Psicologia, o que exige que seja problematizado a qual Psicologia esses educadores se referem. Muitas das problemáticas trazidas são relacionadas às atitudes e ao aprendizado das crianças e jovens. Romper a relação na qual se depositam as causas do fracasso no corpo da criança implica restituir ao coletivo aquilo que foi individualizado nesse corpo. Através de um olhar estrangeiro investigamos a maneira como vão sendo constituídos os fenômenos apresentados e as várias maneiras de pensar e de agir na instituição. Esse trabalho afirma a possibilidade de atuarmos coordenando a atividade de refletir criticamente as práticas cotidianas com grupos de profissionais, produzindo como efeito um fortalecimento desses grupos para o exercício de suas funções. Apresentaremos, a história da construção desse dispositivo (contra o quê lutamos?) o formato desse dispositivo (novos tempos e espaços), o modo de trabalhar (o contrato, os procedimentos e o manejo das intervenções).

ISSN 1981-2566

PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO: COMPARTILHANDO EXPERIÊNCIAS

Tatiana Platzer do Amaral

Partindo-se da premissa de que a Psicologia pode favorecer a compreensão errônea da Educação como um processo dissociado da realidade social, na medida em foca sua discussão nas características e potencialidades individuais do sujeito, cabe especial cuidado com a forma com que a Psicologia é trabalhada no processo de formação de professores. As especificidades da Psicologia e Educação precisam, contudo, ser reconhecidas e respeitadas na compreensão do ser humano enquanto um sujeito histórico marcado pelo seu contexto social. O objetivo desta fala é compartilhar e discutir minha experiência como docente do curso de Pedagogia responsável pela disciplina Psicologia da Educação, bem como, mais recentemente, a experiência como gestora incumbida da responsabilidade de reorganizar o projeto pedagógico do referido curso, na Universidade de Mogi das Cruzes, de acordo com Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Pedagogia, licenciatura, publicada em 15 de maio de 2006. Com relação à disciplina obrigatória Psicologia da Educação, podemos afirmar que muitas vezes é compreendida como uma disciplina técnica, que oferece estratégias para um melhor entendimento do comportamento dos alunos e solução de problemas em sala de aula. Ou uma disciplina puramente teórica muito distante da realidade da escola. Como estratégia para evitar entendimentos enganosos, dividiu-se o conteúdo da disciplina em três grandes blocos. No primeiro é feito uma contextualização histórica da Psicologia como área do conhecimento científico e sua relação com a Educação, quando são analisadas as teorias Inatista, Ambientalista e Psicanalítica. No segundo bloco, o foco dirige-se à Epistemologia Genética e Teoria Sócio-histórica e, no terceiro, finaliza-se com as contribuições da Psicologia Escolar, a partir de um referencial crítico, para a Educação. Destaca-se que as teorias da Psicologia são estudadas considerando: fundamentação epistemológica, conceitos centrais e implicações para a Educação. A gestão do curso, por sua vez, após 9 anos de experiência em sala de aula, surgiu como um novo desafio. Muitas das discussões com o grupo de docentes sobre formação de professores puderam ser retomadas, diante das exigências impostas pela DCN do curso de Pedagogia. O projeto pedagógico proposto tem como Eixo Estuturante a Prática Pedagógica., a partir do qual estão organizados Eixos Articuladores. Busca-se formar o profissional por meio do fortalecimento da fundamentação teórico-prática crítica da docência e da vinculação entre ensino, pesquisa e extensão. Pauta-se pela pluralidade de idéias e de concepções pedagógicas, com destaque especial para estudos da instituição e vida escolar nos seus múltiplos aspectos, pois somente uma formação pluralista tem condições de criar resistências aos encantamentos dos modismos pedagógicos, que acabam por desestruturar práticas consistentes, bem como às artimanhas superficiais e evasivas do relativismo. Destaca-se que a seleção dos conteúdos das disciplinas não é suficiente para garantir uma formação crítica, por conseguinte, é condição primordial o encontro com a realidade educacional tal qual ela se apresenta, marcada por contradições. Neste contexto, a Psicologia, a partir de uma abordagem crítica, contribui de maneira expressiva na medida em que rompe com uma concepção de Educação enquanto um processo natural de desenvolvimento de potencialidades existentes no sujeito.

Palavras-chave: Psicologia e Educação, formação de professores, projeto pedagógico.

ISSN 1981-2566

O TRADICIONAL E O VIRTUAL NA FORMAÇÃO DOCENTE: O PEC E A PROPOSIÇÃO DE UM NOVO MODELO

Denise T. Rebello Souza
Marilene Proença Rebello De Souza

Este trabalho apresentará e discutirá o modelo de formação docente que vem se constituindo em cursos de formação de professores em nível superior desenvolvidos posteriormente a promulgação da LDB (9394/96), particularmente o Programa Especial de Formação de Professores – PEC – e similares. Em sua segunda edição, conhecida como PEC- Municípios, o programa formou em 24 meses aproximadamente 4.500 professores de 41 municípios do Estado de São Paulo. Dos 2400 professores inscritos e sob a responsabilidade da USP, 1954 concluíram o curso. Caracterizado pelos idealizadores como presencial com forte apoio de mídias interativas, o curso é fruto de um convênio firmado entre duas universidades– USP e PUC-SP, a UNDIME (União dos Dirigentes Municipais de Ensino) e duas fundações (Fundação Vanzolini e Fundação de Apoio à Faculdade de Educação). Sendo este um programa oferecido pelas instâncias centrais das Secretarias de Educação, em parceria com universidades de destaque, consideramos que o PEC- Municípios não se limita a ser simplesmente uma forma de resolver a questão da adequação dos professores à atual legislação, mas sim parte importante de medidas técnico-políticas adotadas para lidar com os desafios da melhoria da qualidade de ensino, enfrentados em maior ou menor grau por todas as redes públicas de ensino no país. Neste sentido, o Programa permite ser considerado como uma oportunidade de formação continuada oferecida aos professores participantes. Nesta exposição apresentaremos ainda análises preliminares acerca de dois produtos do curso, a saber os Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) e os relatos autobiográficos (Memórias), produzidos por aproximadamente 75 alunos-professores de 3 pólos participantes do programa, localizados em regiões distintas e heterogêneas do estado de São Paulo.

ISSN 1981-2566

REFLEXÕES SOBRE O ENSINO DE PSICOLOGIA NOS CURSOS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Jane Teresinha Domingues Cotrin

As reflexões a seguir são frutos de minhas experiências como professora da disciplina Psicologia da Educação nos cursos de formação de professores (Pedagogia, Letras, Matemática...) e também como psicóloga atuando na área de Psicologia Escolar. A disciplina Psicologia da Educação é obrigatória nos cursos de formação de professores ficando a critério de cada Instituição de Ensino definir sua carga horária, conteúdo programático e distribuição no quadro curricular. Dessa forma, embora todos os cursos tenham essa disciplina, ela pode se diferenciar muito de uma instituição para outra. Depois de muitos questionamentos na Instituição onde atuo sobre o real objetivo da disciplina nesses cursos, das possibilidades de ministrá-la e do engajamento com outras disciplinas foi possível compreender que, embora seja aberto um leque de possibilidades sobre assuntos e autores que podem ser tratados, ela deve ter um caráter eminentemente epistemológico. Isso significa que é necessário priorizar autores que expliquem como a criança aprende para que esse conhecimento possa fundamentar outros conhecimentos veiculados no curso. A partir dessa constatação, uma outra questão mostrou-se relevante: muitos são os autores na psicologia que discutem essa temática (Piaget, Vigotski, Skinner, Bandura, Ausubel etc e outros que, embora não tenham discutido diretamente o assunto, fizeram incursões importantes como Freud, Rogers, Lacan etc). Constatamos, a partir de nossas próprias experiências, que não é possível apresentar todos esses autores aos alunos, nem todas as temáticas. Optamos, então, por trabalhar um semestre com cada autor e explorar ao máximo o conhecimento veiculado com a teoria e sua relação com prática. Dessa maneira escolhemos Piaget e o construtivismo, a teoria comportamental e o ensino tecnicista e o pensamento de Vigostski e suas implicações educacionais. Fazemos também uma breve referência à Psicanálise e sua influência na educação. Cada semestre é dedicado a um autor. Os resultados obtidos com essa prática foram positivos. Os alunos demonstraram maior compreensão em relação às próprias escolas da pedagogia e à prática pedagógica. Uma outra questão muito importante refere-se à importância da disciplina atribuída aos alunos dos cursos. A grande maioria dos alunos avaliam positivamente a disciplina, considerando-a imprescindível no quadro curricular e salientando a importância de aumentar sua carga horária. Ao mesmo tempo que essa reivindicação denota uma preocupação com a formação no que concerne à compreensão do aluno para o vir-a-ser-profissional revela também que a psicologia exerce uma influência muito grande sobre a pedagogia e o quanto isso pode se revelar perigoso, pois os conhecimentos técnicos necessários para o profissional devem estar concentrados em sua grande maioria nas metodologias, didáticas, praticas de ensino, conhecimentos teóricos específicos da área e não na disciplina psicologia que é uma auxiliar na compreensão do processo de escolarização. Historicamente, a psicologia vem “tomando conta” da discussão sobre o fracasso escolar, quando essa discussão deveria ser empreendida pela pedagogia – são as questões pedagógicas e políticas que devem ser conhecidas, desmistificadas, aprimoradas e as questões psicológicas deverão servir como apoio para essa discussão, assim como a sociologia, antropologia, filosofia, histórias...

Palavras-chave: Psicologia Educacional, formação de professores, ensino de Psicologia.

ISSN 1981-2566

REPENSANDO A ADOLESCÊNCIA NA PERSPECTIVA DOS PROFESSSORES DE PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL: QUESTIONANDO A FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Leonor Dias Paini

Este estudo objetivou pesquisar as interações do aluno-adolescente com os professores da área de Psicologia Escolar e Educacional no contexto da formação de professores. Como procedimento metodológico, utilizou-se a pesquisa qualitativa de caráter teórico prático. Os instrumentos utilizados foram: análise do conteúdo programático curricular desta disciplina e entrevista semi-estruturada com sete professores que lecionam a disciplina de Psicologia Educacional em algumas escolas de ensino médio da rede pública estadual de ensino do Noroeste do Paraná. Em relação as temáticas trabalhadas nesta área de ensino, verificou-se que a frequência dos conteúdos que mais aparecem nos programas de ensino referem-se aos fatores: desenvolvimento, aprendizagem e adolescência. Temáticas estas, presentes tanto na formação inicial, como na formação continuada de professores. Este estudo demonstrou inclusive, que a maneira como essas temáticas vem sendo trabalhadas na Psicologia Educacional, sugerem o pouco conhecimento dos pressupostos teóricos que embasam os saberes pedagógicos na prática escolar. Os professores reconhecem que essas dificuldades têm implicações na formação inicial e continuada dos professores em função da desarticulação da teoria e prática no contexto escolar. A partir daí, entendem que é necessário repensar a formação de professores e centrar a atenção em como preparar o futuro professor para desempenhar bem as funções que se propôs, tendo como critério o trato da variedade de perfis cognitivos, afetivos e sociais dos adolescentes e em decorrência ter como orientação a promoção da saúde mental dessa clientela escolar. Neste sentido, os professores revelaram que os cursos de formação de professores precisam empenhar-se mais em assegurar um referencial teórico que, vinculado às raízes epistemológicas das ciências humanas, possam garantir um compromisso efetivo com a educação de sujeitos concretos, com condições de fazer a leitura do mundo que o cerca. Por outro lado, não se pode deixar de mencionar que os discursos dos docentes atribuem grande relevância a Psicologia Educacional, porque as temáticas abordadas, como desenvolvimento, aprendizagem, e especialmente a adolescência, podem ser concebidas a partir da historicidade humana, enquanto representação e como fato social e psicológico, com significado na cultura e na linguagem que medeia às relações sociais. Portanto, a categoria adolescência se redimensiona de acordo com as significações que vão se formando a partir de realidades sociais, significações estas, que servirão de referência para a constituição do sujeito. Desta maneira, a Psicologia Educacional, pode vir a subsidiar os professores com pressupostos psicológicos contextualizados, para que o adolescente possa apropriar-se do conhecimento científico. Concluiu-se que existem ainda muitas dificuldades, além da falta infra-estrutura no contexto escolar, porém não se pode culpabilizar nem o professor e nem aluno pelo quadro educacional global e particular onde atuam, mas sim, incitar os profissionais que lidam com a educação a analisar a conjuntura sócio-cultural, buscando subsídios teóricos que compreendam a adolescência em sua totalidade histórica.

ISSN 1981-2566

RELAÇÕES SOCIAIS PARA SUPERAÇÃO DA VIOLÊNCIA ESCOLAR E PROCESSOS FORMATIVOS DE PROFESSORES

Nilma Renildes da Silva

O presente trabalho tem como proposta apresentar a pesquisa realizada para tese de doutoramento, defendido em 2006 na PUC/SP. Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa intervenção que teve como foco a violência nas escolas. Em reflexões sobre violência, comumente são enfatizados aspectos biológicos, imprimindo ao fenômeno caráter inatista. No entanto, partimos do princípio de que a violência não é inata, os indivíduos se apropriam de formas violentas de se relacionar durante o processo de desenvolvimento. A escola e o professor, que desempenham papel fundamental de mediadores na construção do processo de sociabilidade dos indivíduos, podem contribuir na construção de relações que prescindam da violência. Para realização deste trabalho, valemo-nos de contribuições teóricas do Materialismo histórico-dialético, da Psicologia histórico-cultural, da Pedagogia histórico-crítica e da teoria da vida cotidiana de Agnes Heller. Foram investigados, por meio de questionários, entrevistas e pelo processo grupal decorrente da intervenção realizada em uma unidade escolar, os seguintes aspectos: 1- a realidade da violência nas escolas e suas implicações no cotidiano da atividade do professor; 2- o conceito de violência subjacente à prática dos professores; 3- a concepção dos professores sobre o processo de aprendizado, pelas pessoas, de formas violentas de se relacionar; 4- as concepções de desenvolvimento que estavam subjacentes à representação que tinham de violência. A intervenção realizada durante o desenvolvimento da pesquisa, relacionada ao processo de formação continuada de professores, teve como objetivo oferecer subsídios teórico-metodológicos para superação das representações cotidianas sobre violência, em direção a uma concepção crítica que contribuísse para o enfrentamento, no âmbito da atividade do professor, das situações permeadas pelo uso da violência. No processo grupal foi possível enfrentar muitas das questões imediatas em relação à violência na escola. No entanto, para a construção de relações sociais na escola que prescindam do uso da violência, faz-se necessário desenvolver ações formativas junto aos atores da escola: professores, alunos, pais, direção, funcionários e aos agentes externos a ela: família, agentes comunitários, etc. No processo de pesquisa confirmou-se que os professores possuíam concepções de violência fundamentadas em perspectivas inatistas ou religiosas, que os impediam de enfrentá-la, mesmo em situações nas quais poderiam intervir. Conclui-se, também, que é possível ampliar os limites de compreensão sobre o fenômeno da violência por meio da apropriação de conhecimentos científicos que mostrem que a violência está condicionada histórica e socialmente, ou seja: são os homens, nas suas relações, que determinam seu uso e alcance. Observamos que, no caminho em direção à abolição da violência, nos depararemos com a necessidade da superação da alienação, posto que, objetivamente, esta tem suas raízes na estrutura econômica e social, não é uma entidade metafísica. Este trabalho apresentou uma contribuição concreta de pesquisadores, auxiliares de pesquisa, professores, dirigentes escolares, familiares e discentes que pensam ser possível prescindir do uso da violência nas relações escolares e sociais

Palavras-chave: Violência nas escolas, cotidiano, processo grupal.

ISSN 1981-2566

REPRESENTAÇÕES DE ESTUDANTES E PROFESSORES DE CURSOS DE LICENCIATURA SOBRE A PRÁTICA EDUCATIVA NO PROCESSO DE FORMAÇÃO DOCENTE

Édiva de Sousa Martins
Marinalva Lopes Ribeiro
Sandra Regina Soares

A formação inicial do professor da escola básica, primeira etapa do processo de profissionalização docente, pressupõe a construção por parte do futuro professor de conhecimentos significativos que o habilitem para compreender os problemas do cotidiano da escola e, em especial, da sala de aula e o capacitem para encontrar soluções para os desafios da prática profissional. Nessa perspectiva, esta formação não pode prescindir de uma reflexão sobre as representações sociais de prática educativa tanto dos formadores de professores quanto dos estudantes dos cursos de licenciatura no contexto da profissionalização. A ressignificação dessas representações pressupõe, em primeiro lugar, o reconhecimento, por parte destes atores, dos elementos que as constituem, inclusive, as suas contradições internas. Em segundo lugar, a compreensão das ligações entre essas representações e o contexto histórico, social, político, profissional e as experiências pessoais. O presente estudo visa compreender as representações sociais dos estudantes e docentes dos cursos de licenciatura de duas universidades públicas da Bahia acerca de prática educativa no processo de formação do professor. Trata-se de uma pesquisa descritiva de abordagem qualitativa, realizada em duas etapas. Na primeira, em andamento, temos como sujeitos os estudantes que estão cursando o último semestre de cursos de licenciatura (Letras, Geografia, História, Biologia, Física, Matemática, Educação Física e Pedagogia). Na segunda etapa, teremos como sujeitos professores dos cursos de licenciatura. Para a coleta dos dados, nas duas etapas, foram escolhidas duas técnicas: entrevista semi-estruturada e grupo de discussão. Para o tratamento dos dados, será utilizada a análise de conteúdo de tipo temática (Bardin, 1977), técnica bastante utilizada nas pesquisas sobre representações sociais, principalmente aquelas cuja perspectiva está centrada na identificação dos seus conteúdos, que é o caso desta pesquisa. Consideramos que esta pesquisa poderá gerar uma contribuição significativa aos conhecimentos existentes no domínio das representações de prática educativa na formação de professores na universidade. Essa contribuição se inscreve na inter-relação entre a pesquisa, a prática e a formação, fornecendo importantes elementos aos responsáveis do sistema educativo no que concerne à formação continuada dos formadores de professores. Além disso, os resultados deste estudo fomentarão a reflexão dos sujeitos da pesquisa e dos demais professores acerca de suas práticas educativas.

Palavras-chave: Representações sociais, formação docente, prática educativa.

ISSN 1981-2566

SABERES EM CONSTRUÇÃO ENTRE EDUCADORES E PESQUISADORES NA CRECHE: ESPAÇO DE APRENDIZAGEM COLABORATIVA

Léa Stahlschmidt Pinto Silva

Este trabalho se refere a uma pesquisa que investiga as vivências e saberes que se estabelecem entre crianças/crianças e os educadores, no espaço da sala de atividades de uma creche comunitária, que atende crianças na faixa etária de 0-3anos, sendo gerida por um órgão de assistência da prefeitura do município de Juiz de Fora. Trata-se de uma investigação interventiva que se concretiza na relação entre educadores e pesquisadores priorizando a aprendizagem colaborativa no interior de um processo de formação em contexto. Fundamenta-se nos pressupostos teóricos de H. Wallon (1975) sobre o desenvolvimento infantil e nas idéias de Zeichner (1995), Giroux (1990)Smyth (1986) que discute o processo crítico reflexivo. Este último, defende a constituição de processos de colaboração com os professores para favorecer sua reflexão crítica. Isto demanda, inicialmente, o favorecimento de um diálogo com os professores que contribua para o reconhecimento e a análise dos fatores que limitam a sua atuação e a oportunidade de verem a si mesmos como capazes de levar a cabo a transformação da prática em valores educativos. Não basta criticar a realidade, mas mudá-la. Para isso, Smyth organizou um ciclo de quatro fases que representam os tipos de reflexão que os docentes deveriam transitar: descrever (o que faço?), informar (qual o significado de minhas ações?), confrontar (a que interesses minha prática está servindo?) e reconstruir (como você organizaria essa atividade de outra maneira?). Adotou-se como estratégias iniciais: observações exploratórias nas salas de atividades e uma entrevista com as educadoras e a coordenadora da creche. Posteriormente, foram desenvolvidas sessões reflexivas, que são pensadas como contextos em que cria-se oportunidades de reflexão para a construção de significados sobre a prática docente em colaboração com um investigador externo à situação da sala de aula, concretizando-se em sessões de discussão e reflexão crítica colaborativa (Szundy, 2005) com as educadoras, que trabalharam com dois pesquisadores na análise de atividades desenvolvidas com crianças pequenas por professores anônimos e, a seguir,com a análise das próprias atividades, ambas anteriormente vídeo gravadas.Entre os conhecimentos que foram construídos na interlocução com os integrantes da pesquisa e com as educadoras da creche pode-se destacar o reconhecimento e a análise dos fatores que contribuem/limitam a atuação comas crianças e a oportunidade de ver a si mesmos como capazes de levar a cabo a transformação da prática em valores educativos. A partir desta compreensão espera-se propiciar elementos que fomentem análises de saberes construídos no espaço das creches. A proposta não tem um fim em si mesmo. A expectativa é de contribuir para o debate sobre o investimento em políticas públicas para a formação de professores que atuam na educação da infância.

Palavras-chave: Educação Infantil, aprendizagem colaborativa, formação em contexto.

ISSN 1981-2566

QUADRO DE GIZ, RETROPROJETOR E FOLHAS DE EXERCÍCIOS (XEROX)

José Aloyseo Bzuneck

O conceito de motivação do aluno é um constructo, mas ela revela-se em comportamentos diversos como prestar atenção, esforçar-se, usar de estratégias adequadas e persistir no trabalho mental. Por outro lado, a motivação é uma variável que não apenas influencia os resultados de aprendizagem, mas ela própria é resultado de certos processos de interação social em classe. A despeito da existência da motivação intrínseca, as condições específicas da aprendizagem escolar exigem que pessoas motivem pessoas. Desta forma, motivar alunos na escola é papel primordial de quem ensina. Diversas teorias e uma ampla literatura contemporânea propõem como crucial um conjunto de estratégias que são eficazes para promover uma motivação positiva e consistente. Formas de embelezamento costumam ser amplamente valorizadas por professores com o objetivo de motivar seus alunos em classe. Seu alcance, porém, é limitado. Ao contrário, são particularmente eficazes para a motivação ações docentes que trabalhem com desafios em tarefas autênticas e significativas, promoção da auto-regulação, apoio à autonomia, aliadas ao fornecimento consistente de feedback. Como implementar tais ações no dia a dia em sala de aula, no atual contexto brasileiro de ensino, é o desafio para cada professor. Assim, são apresentadas algumas condições pessoais e discutidos aspectos contextuais.Conteúdo 1. Uma visão dos enfoques e teorias contemporâneas sobre motivação de alunos. 2. Relação interpessoal professor-aluno: atribuindo tarefas significativas e desafiadoras em grau moderado. Adequando essa exigência a classes heterogêneas. Dar ao aluno senso de autonomia e experiências de controle. 3. Significado do feedback positivo e das recompensas externas: exigências e cuidados especiais.

ISSN 1981-2566

SENTIDOS DO APRENDER E DO ENSINAR

Beatriz Judith Lima Scoz

Na produção de sentidos em seus processos de aprender e de ensinar, pode-se compreender como os professores expressam os diferentes aspectos do mundo em que vivem e, a partir disso, como constituem suas subjetividades. O sentido exprime diferentes formas da realidade do sujeito - no caso deste estudo, dos professores - em complexas unidades simbólico emocionais, nas quais as histórias e os contextos sociais produtores de sentido, são momentos essenciais de sua constituição. Segundo González Rey (2003, p. 273), essa maneira de conceber o estudo da subjetividade " concretiza no campo da Psicologia a visão de complexidade defendida por Edgar Morin", ou seja, trata-se de considerar as ligações , as articulações, trata-se de expressar aquilo que é tecido em conjunto. Essa concepção assume importância cada vez maior nos tempos atuais, pois representa uma tentativa de superar o que foi artificialmente cindido na história do pensamento – por exemplo a cisão homem-sociedade – apresentando na Psicologia uma visão diferente, capaz de romper com toda reificação essencialista do fenômeno psicológico. Trata-se de uma visão que enfatiza ao mesmo tempo a complexidade da organização simultânea e contraditória dos espaços individuais e sociais. Neste estudo, também será considerada a percepção que os professores tem acerca de suas produções de sentidos, enfim, de suas próprias subjetividades em construção e, a partir daí, que novos sentidos vão produzindo em seus processos de aprender e de ensinar, uma vez que o sujeito, a partir da confluência entre o social e sua própria constituição subjetiva gera novos sentidos que vão modificando a si mesmos e às suas práticas. Um envolvimento direto dos professores no repensar seus modos de ser e sua condição profissional, o implica um trabalho com suas subjetividades poderá contribuir pra uma melhor qualidade da educação e do ensino.Para compreender os sentidos que os professores produzem em seus processos de aprender e de ensinar e, conseqüentemente, a construção de suas subjetividades serão apresentadas algumas cenas realizadas com a técnica do Jogo de Areia (Sandplay) . Trata-se de uma proposta de trabalho em que os professores constroem cenas com miniaturas sem uma caixa com areia. Essa técnica, por suas características lúdicas e simbólicas, representa um espaço facilitador de produção de sentidos e, conseqüentemente da construção da subjetividade.

Palavras-chave: Subjetividade, produção de sentidos, ensino, aprendizagem.

ISSN 1981-2566

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE PROFESSORES SOBRE VIOLÊNCIA NA ESCOLA

Eni de Fátima Martins
Nilma Renildes da Silva
Vivian Lobato

Este trabalho é parte da pesquisa Representações Sociais de Professores sobre AIDS, Drogas, Violência na Escola e Prevenção, realizado pelo grupo de pesquisas em Representações Sociais e Educação, do Programa de Estudos Pós Graduados Educação: Psicologia da Educação, da PUC-SP, sob a coordenação da Profª Drª Vera Maria Nigro de Souza Placco. O objetivo é identificar as Representações Sociais de professores em relação ao tema violência. Para o levantamento das informações, utilizou-se a técnica Grupo Focal. Foi formado um grupo com professores do ensino médio de uma escola pública de São Paulo, com o qual foram realizados dois encontros. No processo de análise e discussão dos resultados, revelaram-se representações sociais da existência ou não da violência na escola pesquisada; conceito de violência; tipos / nuances de violência; explicação da causalidade da violência; sentimentos e enfrentamentos da questão, por parte do professor. Os resultados nos apontam a necessidade de continuar pesquisando e produzindo conhecimentos teórico-metodológicos que possibilitem intervenções junto aos professores, para que possam desenvolver, dentro de suas possibilidades, ações educativas que possam contribuir na construção de relações sociais que prescindam o uso da violência. Os elementos centrais das Representações Sociais de professores sobre violência na escola encontrados na presente pesquisa foram que o que caracteriza o conceito é a violência física e que seu enfrentamento não é competência do professor. Ainda, as representações sociais sobre o conceito de violência expressas pelos participantes da pesquisa ser referem a algo que fere o outro e / ou que constrange alguém. Em relação à causalidade do fenômeno violência, foi possível levantar que esta, predominantemente quando abordada em seu aspecto físico, é explicada como inata, pertencente a determinadas fases do desenvolvimento do indivíduo e resultante da educação familiar, da influência da mídia ou do sistema social. Ao analisar os determinantes da violência, identifica-se explicações simplistas de causalidade da violência, seja no sujeito, seja no sistema social, dificulta-se a compreensão do sujeito como participante na construção social da qual emergem fenômenos como a violência e, conseqüentemente, a possibilidade de engajamento em atividades que visem superá-los. Os tipos de violência apontados foram: física, verbal, desobediência às regras, discriminação, más condições de trabalho/ formação. Também foram investigados nessa pesquisa os sentimentos dos professores sobre o fenômeno, sendo ressaltados, pelos participantes da pesquisa, o medo e o pavor. Ao abordar as formas de enfrentamento da violência pelos professores, foram identificadas quatro categorias de representações quanto à sua atuação: 1- Atividade didática com o objetivo de usar o conteúdo da mídia para análise; 2- atividade didática realizada em equipe, em que alunos cooperam uns com os outros.; 3- não enfrentamento da situação de violência; os professores se esquivam ou afirmam que esse não é seu papel, delegam para outros profissionais; 4- Perspectiva da formação – despreparo tanto dos professores como da escola para enfrentar a violência.

Palavras-chave: Violência, escola, representações sociais, formação de professores.

ISSN 1981-2566

SENTIMENTOS E EMOÇÕES NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM: A VOZ DO ALUNO

Abigail Alvarenga Mahoney
Alda Maria Bispo dos Santos Teles
Ana Lúcia de Sant´Ana Ferrari
Hélcio José dos Santos Silva
Luciana Cicutto Mortarello
Maria Aurora Dias Gaspar
Regiane Rodrigues de Moraes
Rita de Cássia Vereda
Tânia Leão Tagliari Munhoz
Vera Lúcia Antonio Azevedo
Zildene Franscisca Pereira

O presente trabalho tem como proposta apresentar os resultados do projeto “Sentimentos e emoções no processo ensino-aprendizagem”, coordenado por Abigail Alvarenga Mahoney e Laurinda Ramalho de Almeida, no PED – PUCSP, no período 2004-2006. Foram analisadas as teses e dissertações desenvolvidas nesse contexto, tendo como referencial conceitos e princípios da teoria de desenvolvimento de Henri Wallon e como procedimento para a coleta de dados: entrevistas individuais, entrevistas coletivas, redações, depoimentos escritos, observações, questionários, incidentes críticos, cartas.Este painel se restringe às pesquisas referentes ao aluno, das quais duas tiveram como participantes alunos do Ensino Fundamental I e II, uma com jovens e adultos do Ensino Supletivo, uma com jovens e adultos do Programa de Alfabetização Solidária e uma com alunos da licenciatura em Educação Física.Em todos os trabalhos o interesse central são os sentimentos e emoções presentes no ambiente escolar e suas situações indutoras. Os sentimentos identificados nos levantamentos encontram-se agrupados nas seguintes categorias: sentimentos em relação ao conhecimento, sentimentos em relação ao uso do espaço escolar, sentimentos em relação à rotina escolar, sentimentos em relação aos colegas.Os jovens e adultos do ensino supletivo acrescentam ainda sentimentos em relação ao enfrentamento de dificuldades e a perseverança em vencê-las, e à valorização do papel do professor nesse enfrentamento. As pesquisas revelam que as situações indutoras vão além da sala de aula, tais como: as relações dos alunos com seu ambiente familiar, com seu ambiente de trabalho, com as demandas do mundo do trabalho, com as expectativas em relação ao futuro profissional.Apesar das diferentes situações indutoras muitas vezes suscitarem sentimentos insatisfatórios, principalmente quanto à prática docente, apareceram com realce a alegria por pertencer ao ambiente escolar e por dar conta das tarefas impostas pelos professores, mesmo quando consideradas de difícil execução.Para Mahoney e Almeida (2005) os conceitos, princípios e direções expressas na teoria de desenvolvimento de Henri Wallon são instrumentos que nos auxiliam na compreensão do processo de constituição da pessoa, no movimento que vai do bebê ao adulto de sua espécie, conforme os modelos que a cultura do seu tempo disponibiliza. Esta afirmação leva-nos a considerar que ao focalizar o aluno objetivando investigar, conhecer, compreender e refletir sobre os seus sentimentos e emoções, conforme o apresentado nos trabalhos analisados, pode-se contribuir para oferecer ao professor informações que poderão auxiliá-lo no entendimento das necessidades dos seus alunos. Em especial, aquelas relacionadas a como lidar com o relacionamento interpessoal, considerado como componente fundamental do processo ensino-aprendizagem.

Palavras-chave: Sentimentos e emoções, Henri Wallon, processo ensino-aprendizagem.

ISSN 1981-2566

SER EDUCADOR: DESAFIOS E ESPECIFICIDADES DO COTIDIANO ESCOLAR

Cláudia Silva de Souza
Liliane dos Guimarães Alvim Nunes
Lucianna Ribeiro de Lima
Maria José Ribeiro
Silvia Maria Cintra da Silva
Paula Cristina Medeiros Rezende

Sabe-se que a escola, assim como a sociedade, tem passado por uma série de transformações decorrentes das condições sócio-político-educacionais do país. Nesse contexto, significados e expectativas têm sido atribuídas à função da Educação e à condição docente, e não são poucas as razões pelas quais os professores têm se sentido desestimulados no exercício de sua função. Em contrapartida, ao aceitar ocupar a posição de mestre, o professor experimenta sensações, experiências, fatos e ganhos carregados de sentidos, o que permite compreender as razões pelas quais os docentes raramente abandonam sua profissão, mesmo diante das condições precárias a que estão submetidos. Os professores constituem-se como importantes agentes de mudança frente ao cenário educacional brasileiro, uma vez que são os principais responsáveis pela formação dos alunos, como também pela efetivação das inovações tão necessárias na escola hoje. Diversas expectativas são depositadas na escola e, por extensão, na figura do professor. Diante deste cenário e, acreditando na importância da formação docente, a equipe de psicólogos escolares do Setor de Apoio Psicopedagógico e Social da Escola de Educação Básica da Universidade Federal de Uberlândia em parceria com o Instituto de Psicologia da mesma universidade propôs o projeto intitulado “Ser educador: desafios e especificidades do cotidiano escolar”. Trata-se de uma proposta cujo objetivo é proporcionar espaços de reflexão e discussão em torno de temas relativos à ação docente, constituindo a formação continuada dos professores dessa escola e demais profissionais que atuam no contexto escolar. Como metodologia de trabalho, são utilizadas palestras, oficinas, mesas redondas, espaços de discussão, dentre outros recursos, numa tentativa de oferecer ao professor um espaço em que ele possa falar e ser de fato escutado, em que exercite o ouvir o outro e seja visto pelos demais atores da escola. São ainda objetivos do projeto: identificar questões demandadas pelo grupo para aprofundamento em estudos e vivências; facilitar a comunicação entre os participantes, favorecendo a expressão através de múltiplas linguagens; oportunizar um trabalho onde a capacidade criativa do professor seja resgatada e se apresente como recurso para a reflexão e atuação docentes; promover a participação efetiva na troca de informações entre os professores e os demais grupos da instituição, debater temas relativos à ação docente e ao processo de desenvolvimento da criança e do adolescente, ampliar as discussões sobre situações vivenciadas no cotidiano da escola e das famílias. Ao longo do desenvolvimento deste projeto, pôde-se perceber avanços significativos na capacidade de os docentes ampliarem suas percepções sobre si mesmos e, por conseguinte, o significado de suas práticas.

Palavras-chave: Psicologia escolar, formação docente, trabalho multidisciplinar.

ISSN 1981-2566

SENTIMENTOS E EMOÇÕES NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM: A VOZ DE PROFESSORES E ALUNOS

Abigail Alvarenga Mahoney
Cristiane Groppo
Hélcio José dos Santos Silva
Laurinda Ramalho de Almeida
Leila Sugahara
LUCIANA CICUTTO MORTARELLO
Maria Aurora Dias Gaspar
Marilene Garcia
Reginaldo Silva Lopes
Rita de Cássia Vereda
Viviane Laperuta Marquezano

O presente trabalho tem como proposta apresentar os resultados do projeto "Sentimentos e emoções no processo ensino-aprendizagem", coordenado por Abigail Alvarenga Mahoney e Laurinda Ramalho de Almeida, no PED – PUCSP, no período 2004-2006.Foram analisadas as teses e dissertações desenvolvidas nesse contexto, tendo como referencial conceitos e princípios da teoria de desenvolvimento de Henri Wallon e como procedimento para a coleta de dados: entrevistas individuais, entrevistas coletivas, redações, depoimentos escritos, observações, questionários, incidentes críticos, cartas.Este painel se restringe às pesquisas referentes a professores e alunos. No total, foram cinco trabalhos que apresentaram diferentes universos. O primeiro, focou professores e alunos da 3ª série de uma escola pública estadual durante as aulas de Educação Física. Os sentimentos de mal estar dominaram os sentimentos de bem estar, tanto no professor quanto nos alunos. No professor, as situações indutoras foram as solicitações não atendidas pelas crianças. Nos alunos, a situação provocadora dos sentimentos foi a desconsideração de seus interesses.No segundo trabalho, o objetivo era identificar sentimentos e emoções numa situação de ensino-aprendizagem por videoconferência e conhecer suas implicações. A autora, além de concluir que não se manteve a crença divulgada de que educação e comunicação a distância são destituídos de emoções e sentimentos, constatou que muitas das situações indutoras desses sentimentos foram as relações interpessoais mediadas pelas novas tecnologias de ensino, muito diferentes das apresentadas no ensino presencial. A terceira pesquisa refere-se ao corpo docente e discente de um curso de Medicina Veterinária. Neste estudo, procurou-se identificar os sentimentos e emoções de professores e alunos, após a execução de exercícios de Bioenergética. A autora concluiu que a maior tranqüilidade dos participantes da pesquisa, após a realização dos exercícios, refletiu nas ações de professores e alunos em relação aos colegas e ao próprio desempenho acadêmico; a relação estabelecida com os animais também foi favorecida pela maior estabilidade emocional de alunos e professores.O quarto estudo foi realizado em uma faculdade de Educação Física com professores e alunos que cursavam a disciplina de Natação. O objetivo era analisar a influência que as vivências e aprendizagens realizadas na disciplina, subsidiadas por conceitos e princípios da teoria walloniana, representou para os professores e alunos ao término do curso de licenciatura. Concluiu-se que o conhecimento da teoria permitiu ao professor observar melhor os seus alunos e atentar para as suas necessidades. Na pesquisa teórica, a autora estudou as características das relações sociais, a partir das descrições dos estágios de desenvolvimento da teoria walloniana, e concluiu que o conhecimento dessas questões pelos professores pode e deve favorecer a aprendizagem dos alunos.

Palavras-chave: Sentimentos e emoções, Henri Wallon, processo ensino-aprendizagem.

ISSN 1981-2566

SÍNDROME DE BURNOUT: UM ESTUDO QUALITATIVO SOBRE O TRABALHO DOCENTE E AS POSSIBILIDADES DE ADOECIMENTO DE PROFESSORAS DAS SÉRIES INICIAIS

Fernanda Bernardes de Assis

Este resumo tem o objetivo de apresentar os resultados de uma pesquisa qualitativa que teve como abordagem de análise a perspectiva Social-Psicológica, que compreende a Síndrome de Burnout como o resultado mais provável do desgaste físico, psicológico e emocional promovidos por um desequilíbrio entre o indivíduo e o seu trabalho. São discutidos aspectos conceituais e causais da síndrome, das relações interpessoais que permeiam o trabalho docente e que podem levar o professor ao adoecimento. Objetivamos com esta investigação: (I) – Identificar nos relatos de professoras a existência ou não das dimensões da Síndrome de Burnout (Exaustão Emocional, Despersonalização e Baixo Envolvimento Pessoal no Trabalho) em seu cotidiano profissional a partir dos sintomas apontados por Christina Maslach no Maslach Burnout Inventory (MBI); (II) – Relacionar a existência ou não dessas dimensões às trajetórias pessoais, acadêmicas e profissionais de cada professora, buscando compreender os fatores que podem contribuir ou não para o processo de adoecimento das mesmas. Participaram da pesquisa três professoras das séries iniciais de uma escola municipal da cidade de Uberlândia-MG. O registro dos dados foi baseado em entrevistas informais na escola e duas entrevistas semi-estruturadas, gravadas em áudio, com cada professora. Para a primeira entrevista foi elaborado um roteiro, subdividido em cinco pontos principais: 1) dados sócio-demográficos como: idade, sexo, estado civil, filhos, formação profissional, função na escola e tempo de magistério; 2) Contexto familiar na infância das professoras; 3) História escolar; 4) Início da profissão e o cotidiano profissional atual e 5) Cotidiano pessoal extra-escolar. O segundo roteiro de entrevista foi baseado nas questões do Maslach Burnout Inventory (MBI). A partir da análise de conteúdo pudemos verificar que as três professoras apresentam todos os sintomas de Exaustão Emocional, revelando, portanto, indicadores de que esta dimensão pode estar presente em seu cotidiano de trabalho, o que pode acarretar um processo de adoecimento. No entanto, observamos que nas falas de duas das três professoras, os sintomas desta dimensão são mais evidentes. No que se refere à Despersonalização, seus sintomas praticamente não estão presentes nas falas das professoras e, por isso não foram considerados para a análise dos dados. Com relação ao Envolvimento Pessoal no Trabalho, as professoras apresentam todos os sintomas desta dimensão. As condições precárias, o excesso de trabalho, a falta de lazer, os baixos salários, os conflitos no trabalho e entre o trabalho e a família são fatores que causam os sentimentos de insatisfação, desmotivação e frustração, o que nos retrata condições de uma realidade escolar pouco estimulante para a rotina do trabalho docente. Remete-nos, portanto, à discussão sobre a importância de que o psicólogo e os demais profissionais, que trabalham direta ou indiretamente no espaço educacional voltem seu olhar para o professor enquanto pessoa, investindo em sua saúde emocional e promovendo um espaço para que ele possa expressar-se enquanto um ser que está se constituindo, que está em formação, podendo assim, prevenir o adoecimento deste profissional.

Palavras-chave: Síndrome de Burnout, perspectiva social-psicológica, professor.

ISSN 1981-2566

SOBRE A REALIDADE DO ALUNO: ALGUNS PONTOS PARA REFLEXÃO

Magno Geraldo de Aquino

Inúmeros são os trabalhos que sugerem como solução para resolver o problema do fracasso escolar tendências e/ou teorias que buscam valorizar o aluno e sua cultura, tentando conhecer e aproximar a escola de um "outro mundo". São trabalhos que buscam valorizar o conhecimento do aluno trazido do cotidiano, que perceberam a importância e a necessidade de se valorizar e resgatar, para um bom trabalho escolar, "a realidade do aluno". É assim que, enquanto professores, ouvimos, lemos e tentamos praticar o dito escolar de que a aprendizagem deveria partir – ou se aproximar – da "realidade do aluno". Esse postulado tornou-se uma tradição no discurso pedagógico como forma de orientar o trabalho do professor, com a finalidade de diminuir os problemas do ensino. A discussão sobre ensinar a partir da "realidade do aluno", como forma de se resolver o problema do fracasso escolar, tornou-se tema nos debates e oficinas pedagógicas, ficando no imaginário dos professores como uma solução fácil e bem resolvida. No entanto, referir-se à realidade do aluno leva a, pelo menos, duas abordagens distintas: ora o discurso trata de que se deve trabalhar com a realidade do aluno, no sentido de a educação se aproximar desta, ora se concentra no discurso de que se deve trabalhar a partir da realidade do aluno. Na primeira perspectiva subentende-se uma aproximação identitária do conteúdo escolar ao conhecimento cotidiano do aluno acumulado pelas tradições culturais. Tem-se como objetivo primordial facilitar a aprendizagem escolar deste, a partir de elementos e conteúdos identificados como similares encontrados tanto no contexto escolar como no contexto cultural no qual o aluno está inserido. Promove-se, assim, um conhecimento formalizado, contextualizado, daquele mesmo conhecimento informal já adquirido pelo aluno em sua cultura. Há um conhecimento concreto com a qual a escola deve identificar seus conteúdos formais. Na segunda perspectiva, pressupõe-se que a realidade do aluno, a partir da qual se pretende alavancar o conhecimento escolar, já seja conhecido dos professores. A questão da aproximação identitária do conhecimento cotidiano do aluno ao conhecimento escolar já fora estabelecida. Basta aos professores desenvolver estratégias para que um novo conhecimento seja agregado ao conhecimento anterior, num encadeamento lógico e necessário, para que mais conhecimentos sejam produzidos. Há um conhecimento concreto da realidade do aluno do qual a escola deve partir para desenvolver o processo do conhecimento escolar, mais subjetivo. A teorização sobre a "realidade do aluno" se traduz na preocupação em apontar um conhecimento que seja significativo e útil e na preocupação em saber o que pensam os alunos sobre esses conteúdos. Especificamente, na preocupação sobre o que consiste o conhecimento do aluno e seu valor constituído. No entanto, percebemos que há muito mais da subjetividade do professor, em relação à realidade do aluno, que a realidade objetiva e concreta, subjetiva e simbólica, dos alunos. A realidade com a qual o professor supõe trabalhar não é efetivamente a realidade do aluno, em todos os seus aspectos sociais, culturais e simbólicos, senão uma realidade preconcebida subjetivamente pelo próprio professor, segundo sua representação desta realidade.

Palavras-chave: Realidade, aluno, professor.

ISSN 1981-2566

TEMÁTICAS PRESENTES NAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS DA PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO

Marly Teixeira Morettini
Sônia Urt

O objetivo desta pesquisa foi investigar a produção científica da Psicologia da Educação, com intenção de aprofundar a compreensão da área e de seu objeto de estudo, na pesquisa e na Pós- Graduação em Educação, assim como as contribuições que ela tem oferecido à Educação, nas últimas décadas. Objetivou ainda entender como se apresenta esse campo de conhecimento, diante das exigências colocadas a respeito das chamadas competências, para o profissional da sociedade contemporânea, após tantos debates e discussões na área. A produção científica como campo de investigação e como resgate da história das áreas do conhecimento fundamenta as bases que direcionaram esta pesquisa. Foi realizada uma análise da produção científica da Psicologia da Educação, através dos Grupos de Trabalho (GTs) de Psicologia da Educação da ANPED (Associação Nacional de Pós- Graduação e Pesquisa em Educação) que representa as novas tendências, na área no País. Foram analisados todos os trabalhos produzidos do ano de 2000 a 2002, pois, antes disso, ele era chamado de GE (Grupo de Estudo), condição primeira para se transformar em GT. O GT de Psicologia da Educação, representa e expressa, através das temáticas evidenciadas, as tendências nesse campo de conhecimento. Foram utilizados, os pressupostos teóricos da abordagem histórico- cultural da Psicologia, através do referencial do pensamento da escola de Vigotski, por meio de análise do material selecionado que permitiu um estudo significativo do conteúdo. através da construção de categorias, cuja discussão ajudou a revelar como se dá a articulação da Psicologia com a Educação. A pesquisa de natureza descritivo- analítica realizou- se em dois momentos. Um primeiro, em que se fez a delimitação do universo, o levantamento de todos os trabalhos apresentados no GT, a elaboração de planilha para coleta de dados, a caracterização do Gt, o levantamento das temáticas e dos tipos de trabalhos realizados, por ano. Foram lidos e analisados todos os trabalhos completos, excluindo- se os trabalhos em forma de Pôster e os não aceitos para apresentação. Um segundo momento em que se fez a análise e a discussão dos dados, a partir do referencial teórico adotado e o estudo das temáticas que apontam as tendências da área. As principais temáticas foram: a constituição do sujeito; processo de ensino e de aprendizagem, o sujeito desse processo; a Psicologia como área de estudo. As temáticas parecem revelar as três grandes tendências da produção científica desses GTs que se manifestam através de uma visão crítica de educação e, que evidenciam, as formas de apropriação dos conhecimentos psicológicos pela Educação. As incursões da Psicologia à Escola parecem ser também outra forma de aproximação da Psicologia à Educação que vêm caracterizando mais uma tendência: a intervenção que leva a uma melhoria da escuta pelos pesquisadores das questões escolares.

Palavras-chave: Produção científica, conhecimento psicológico, temáticas.

ISSN 1981-2566

TERAPIA CULTURAL: A CONSTRUÇÃO DE SI E FORMAÇÃO DOCENTE

Lúcio Gomes Dantas
Francisco Silva Cavalcante Junior

O presente trabalho objetiva apresentar uma investigação científica do tipo etnográfica realizada numa escola cristã católica no Nordeste do Brasil. Esta é destinada a atender alunos em situação de vulnerabilidade social, voltada para a educação de alunos pobres. Foram voluntários deste trabalho doze professores, que escolheram doze alunos em situação de vulnerabilidade social para conhecerem, através da pesquisa etnográfica, seus contextos culturais. Os professores co-pesquisadores etnográficos participaram de um grupo de Terapia Cultural no modelo de George e Louise Spindler em Círculos de Letramentos criados por Francisco Cavalcante Jr., onde puderam dialogar acerca da cultura dos alunos, bem como de sua própria cultura, e como esta influencia nos relacionamentos, sobretudo, em sala de aula. Ao participarem do grupo de Terapia Cultural, os professores, concomitantemente perceberam-se nos contextos dos alunos, resgatando seus próprios valores, percebendo como suas ações são interagidas pela cultura do outro. A Terapia Cultural trouxe, ainda, para os professores co-pesquisadores a consciência das realidades culturais, tanto aquelas trazidas pelo aluno como as alojadas em seus interiores. Essa intervenção metodológica propiciou aos professores a construção de si como propõe Marie-Christine Josso em atitude reflexiva retomada na conscientização das práticas escolar e pedagógica, visando a mudanças de comportamentos, atitudes e suposições. Os inúmeros relatos transcritos pelos professores confirmaram essa tomada de consciência como autoformação do docente. Durante a terapeutização do professor, divisou-se a importância em lidar com o caráter formador da destruição de fronteiras que se instauram entre a vida privada e a vida pública do docente. As abordagens narrativas e autobiográficas evocadas a partir da imersão no campo e das fotos apresentadas a cada encontro, trouxeram para os professores a possibilidade de novas compreensões acerca de suas práticas pedagógicas. Fenômeno que vai além da visão do interacionismo pedagógico, pois essas experiências socioculturais por parte do docente, repercutiram em sua formação humana como um todo, engrandecendo os potenciais humanos; constitui-se, assim, a identidade do professor-sujeito em sua formação, sem prescindir da presença dos demais nesse construto. Durante a coleta de dados, através da Terapia Cultural, a reflexão foi inerente, sempre subsidiando as narrativas coletadas, que foram se alterando durante o trabalho de campo. A Terapia Cultural em Círculos de Letramentos trouxe, ainda, para os professores colaboradores desta pesquisa, a oportunidade de rememorar suas histórias de vida: sua infância, sua adolescência, sua formação inicial na docência, enfim, a reconstrução de si mesmos. A partir das narrativas foi-se desvelando o modelo formativo da prática docente e viram-se as espontaneidades e os vínculos formados no grupo. Por fim, foi significativa a contribuição desta experiência para o pesquisador mestrando, na qualidade de gestor escolar, pois à medida que avançava o processo da Terapia Cultural, a auto-reflexão tornava-se imprescindível. Como gestores terapeuta, com a escuta ao professor de um outro lugar, na Terapia Cultural, romperam-se as hierarquias, permitindo a realização de uma escuta plena do grupo e da própria consciência do ser educador. Portanto, essa pesquisa, também, transformou o pesquisador.

Palavras-chave: Terapia cultural, educação para pobres, formação docente.

ISSN 1981-2566

SUBJETIVIDADE E IDENTIDADE DE PROFESSORAS/ES:SENTIDOS DO APRENDER E DO ENSINAR

Beatriz Judith Lima Scoz

A questão da subjetividade e identidade na constituição da profissionalização das professoras (es) perpassa todo este trabalho. Esse tema é relevante porque nas últimas décadas percebeu-se que diversas situações humanas vividas pela sociedade contemporânea podem ser melhor compreendidas quando analisadas a partir da subjetividade e da identidade. Assim, neste simpósio apresentarei um estudo que busca compreender a construção das subjetividades e identidades de professores (as) com base na configuração de sentidos que produzem em seus processos de aprender e de ensinar em suas famílias, em suas comunidades de convivência, escolas e em seus processos formativos. Também é considerada a percepção que as professoras (es) têm de suas próprias produções de sentidos e, com base nestas, dos novos sentidos que vão produzindo. A metodologia utilizada é a técnica vivencial denominada Jogo de Areia (Sandplay) criada por Dora Kalff, analista junguiana. Trata-se de uma caixa com areia e miniaturas variadas onde os sujeitos constróem cenas. Neste estudo, as professoras (es) constroem e relatam cenas de suas trajetórias de vida e de situações de ensino e aprendizagem. Os princípios que norteiam o Jogo de Areia, a experiência profissional da autora e as concepções teóricas de Fernando González Rey, Lev S Vygotsky, Edgar Morin, Claude Dubar, Antonio da Costa Ciampa, Alicia Fernández, Sara Pain, Dora Kalff e C.G. Jung, embasam este estudo. O ato simbólico, os momentos reflexivos e o aflorar das emoções presentes na construção dos cenários possibilitam a compreensão dos sentidos que as professoras (es) produzem em seus processos de aprender e de ensinar e, consequentemente, de suas subjetividades e identidades em construção. Além disso, elas mesmas percebem a situação em que se encontram, superam a maneira fragmentada de compreendê-la e redefinem novos sentidos em relação a seus processos de aprender e de ensinar. A vivência como o Jogo de Areia revela-se também um meio educativo: a capacidade de produzir sentidos, de questioná-los e, a partir daí, fazer surgir novos sentidos, faz com que as professoras (es) reconheçam sua capacidade pensante e transitem por uma " zona de desenvolvimento próximo", abrindo-se assim espaços facilitadores de aprendizagem. Tais vivências pode pois constituir valioso recurso para superar situações problemáticas relativas à formação de professores - e de outros profissionais que atuam frente aos processos de ensino e aprendizagem - na direção de uma melhor qualificação da educação e do ensino.

Palavras-chave: Subjetividade, identidade, processos de aprender e de ensinar, produção de sentidos, jogo de areia.

ISSN 1981-2566

UM TRABALHO REFLEXIVO COM PROFESSORES SOBRE O USO DO(A) COMPUTADOR INTERNET NA PRÁTICA PEDAGÓGICA

Janaina Ovidio Carvalho
Pedro Henrique Nobre Rittmeyer
Bruna Sola da Silva Ramos
Andreia Alvim Bellotti Feital

O presente trabalho é fruto de um texto produzido por bolsistas e mestres pesquisadores do Grupo de Pesquisa LIC – Linguagem, Interação e Conhecimento (UFJF), que se refere a uma das categorias de análise da pesquisa "Letramento Digital e Aprendizagem na era da Internet: um desafio para a formação de professores" intitulada "A iniciação do Professor no uso do computador/internet na prática pedagógica".Inserida em uma sociedade em constantes transformações, a escola tem como um de seus desafios atuais a formação de professores para o uso das TICs no ambiente escolar. Nesse sentido, a formação continuada se apresenta como uma oportunidade para o profissional ampliar seus conhecimentos acerca desses assuntos pouco abordados realizando reflexões sobre mudanças que estejam ocorrendo em sua área de atuação.Aliado a isso, em um cenário onde tempo e espaço assumem uma conotação outra e em um contexto para o qual necessariamente se exigem novas competências, há que se pensar sobre a inserção do(a) computador/internet na formação e prática docentes, na medida em que sua utilização como instrumento de aprendizagem e sua ação no meio social têm provocado mudanças estruturais e funcionais na educação.Há que se pensar, enfim, em uma mudança do professor no que se refere à sua prática pedagógica para a utilização efetiva desses instrumentos. O que pode ser viabilizado através de um processo formativo pautado na reflexão conjunta entre os pares no próprio ambiente educacional ou em instituições que trabalham com esse objetivo e oferecem certificação aos docentes. Imbuídos dessa concepção nos dispusemos, como pesquisadores do grupo de pesquisa LIC, a estar junto com os professores de uma escola particular da cidade de Juiz de Fora para conhecer a relação que estabelecem com o(a) computador/internet, os usos que dele(s) fazem e desenvolver reflexões que possibilitassem conhecer/repensar a prática pedagógica por eles desenvolvida com esses instrumentos. Dessa forma desenvolvemos os encontros grupais, que chamamos de sessões reflexivas, fazendo destes também um espaço de formação continuada para os referidos professores, partindo do princípio que é necessário construir caminhos para que estes profissionais se apropriem criticamente do uso das tecnologias do(a) computador/internet no cotidiano escolar.Ao longo do período, as sessões reflexivas tomaram rumos mais objetivos, e nelas procuramos orientar os professores para que elaborassem projetos pedagógicos envolvendo o uso do computador e internet, acreditando poder estabelecer uma ponte entre as reflexões desenvolvidas durante os encontros sobre o uso do computador/internet na prática pedagógica e as atividades efetuadas pelos professores no cotidiano escolar.A partir dos projetos elaborados pelos professores, procuramos fazer uma análise de cada um e como se deu sua aplicabilidade, partindo de nossos olhares, das notas de campo dos bolsistas e das expectativas dos professores, construindo uma compreensão do trabalho desenvolvido na pesquisa.

Palavras-chave: Prática pedagógica, projetos educativos, computador/internet.

ISSN 1981-2566

VIOLÊNCIA NA ESCOLA: CONCEPÇÕES E ATUAÇÃO DE PROFESSORES

Eni de Fátima Martins

A proposta deste trabalho é apresentar o estudo realizado para dissertação de mestrado defendido em 2005 na PUC/SP, cujo objetivo foi conhecer as concepções dos professores sobre violência e sua atuação frente às várias formas de violência presentes no cotidiano escolar. Considera-se que a escola, embora não seja isolada de todo o contexto em que está inserida pode dar importantes contribuições para a transformação do atual quadro de violência. O referencial teórico-metodológico tem como base a Psicologia Sócio –Histórica e a Pedagogia Histórico Crítica. Participaram como sujeitos da pesquisa 112 professores do ensino fundamental (5ª à 8ª série) e médio da rede pública estadual de uma cidade do interior do estado de São Paulo. Considerando-se a importância dos professores na educação escolar, por seu papel mediador no ensino sistemático dos conhecimentos científicos e dos comportamentos ético/morais, optou-se por estudar o fenômeno da violência na escola a partir de seus posicionamentos. Para o levantamento de informações foi utilizado um questionário, com questões abertas e fechadas que visavam mapear os tipos de violência encontrados na escola, a concepção de violência dos professores e as ações destes no enfrentamento da problemática. Entre outros aspectos, os resultados mostram que os professores têm um conceito bastante amplo da violência na escola. Além de atos como agressão verbal, agressão física sem lesão e agressão física com lesão serem considerados atos de violência, também a falta de respeito é considerada como tal e, por vezes, ocorre confusão entre indisciplina e violência. Evidenciou-se, também, que a “intenção” do agressor, e não a conseqüência do ato praticado, é fator levado em conta para categorizar o ato como violência: a destruição de propriedade privada, por exemplo, é considerada violência por mais sujeitos do que matar para se defender. Ainda, verificou-se que as explicações que os sujeitos fornecem para os atos de violência focam, especialmente, a educação familiar e as características pessoais dos alunos, tendo sido mencionados também os modelos da mídia e as normas e valores vigentes na sociedade; a escola foi um dos itens mencionado com baixa freqüência. No que se refere à atuação dos professores frente aos atos de violência, houve maior ênfase ao diálogo individualmente, com agressor e agredido, ou em atividades grupais, como em reuniões com professores e com pais; tais ações mais freqüentemente têm os alunos como alvo. Quanto às atitudes consideradas preventivas à violência, novamente o diálogo sobre o assunto com todos os segmentos da escola é o item mais citado. Não se verificou a presença policial na escola, como forma de prevenção, no entanto registrar atos violentos de alunos no livro de ocorrências é muito comumente visto como ato preventivo.A partir de tais resultados são feitas sugestões, para a formação dos professores, que favoreçam o esclarecimento sobre o fenômeno da violência, o desenvolvimento de atividades coletivas que supõem ações em direção a um objetivo educacional comum.

Palavras-chave: Violência nas escolas, formação de professores, educação escolar.

ISSN 1981-2566

VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS E CONCEPÇÕES DE PROFESSORES

Vivian Lobato

O presente trabalho tem o objetivo de mostrar os resultados de uma pesquisa realizada para uma dissertação de mestrado defendida em 2006 na PUC/SP. O problema que direciona a pesquisa é: Como a presença da violência interfere nos educadores, do seu ponto de vista? Assim, objetivamos identificar os indicadores de violência na escola do ponto de vista dos professores. Metodologicamente, optamos pela abordagem de pesquisa, que permite entender a concepção do professor numa perspectiva psicossocial, coletar e organizar dados, sem perder a objetividade da pesquisa científica. O levantamento de dados aconteceu em dois momentos, primeiramente, utilizamos a entrevista individual semi-estruturada, na qual, foram entrevistados 16 professores de quinta a oitava série da Rede Municipal de Belém-PA, lotados no Distrito de Mosqueiro. Na segunda parte da coleta de dados, foram realizados dois seminários com os professores que haviam participado das entrevistas individuais que consistiram, basicamente, em uma devolutiva para os entrevistados. Os dados foram agrupados segundo categorias de significados e o conteúdo foi analisado segundo a teoria das concepções de professores. Ao final da análise, chegamos a cinco categorias, quais sejam: Tipos/Nuances de violência, Causas/Origem da Violência, Intensidade da Violência, Formas de Enfrentamento e Interferências no processo de ensino-aprendizagem. Pudemos constatar que a nuance de violência mais evidenciada foi a violência verbal expressa, principalmente, nas brincadeiras, apelidos pejorativos ou preconceituosos desencadeadores de brigas e agressões físicas. Os professores concebem a violência como algo que tem origem extra-muros escolares. Sendo assim, famílias, estrutura sócio-econômica, desemprego, mídia, gangues, bairro violento e regime de ciclos se alternam como possíveis causadores da violência escolar cotidiana. Dos dezesseis entrevistados, oito dizem que a violência diminuiu, três, que aumentou, três não sabem opinar e, para dois, continua a mesma coisa. No entanto, os docentes notaram uma mudança no tipo de violência praticada pelos alunos. Para eles, o que aumentou foi a participação feminina nas ocorrências violentas. Como formas de enfrentamento para a problemática, os professores se utilizam do diálogo, além disso, também consideram importante a atuação conjunta com os pais, comunidade e demais atores escolares, além de procurarem trabalhar a questão da violência como tema complementar aos habituais conteúdos escolares. Entretanto, os docentes se ressentem da falta de formação sobre o fenômeno, como também, da falta de apoio do Ministério Público e do Conselho Tutelar. Enfim, os professores entrevistados não tentaram conceituar o que seja violência para eles, mas deixaram transparecer que a concebem como propulsora de males tanto à aprendizagem dos alunos quanto à qualidade do ensino ministrado pelo professor em sala. As concepções vão no sentido de uma rotinização (apud, Batista&Pinto) destas no ambiente escolar, se caracterizando assim como um dos maiores desafios para o trabalho docente.

Palavras-chave: Violência na escola, concepções de professores, relações interpessoais.

ISSN 1981-2566

FIQUE VIVO NA FEBEM/SP: ATUAÇÃO PROFISSIONAL COMO RESISTÊNCIA EM UMA INSTITUIÇÃO INVIÁVEL

Marcelo Roman

A adolescência em conflito com a lei é um sintoma das contradições sociais. Em uma sociedade que produz riquezas a partir da exploração e que, por um lado, estimula seus indivíduos a serem compradores sempre insatisfeitos, e por outro, exclui grandes fatias da população do acesso ao consumo, o adolescente infrator é aquele que leva a perversidade do "pacto" social às últimas conseqüências. O Estado brasileiro tem historicamente tratado o adolescente autor de ato infracional de forma punitiva e precária. Via de regra, o encarceramento é o centro do sistema oficial de repressão à adolescência em conflito com a lei. A FEBEM/SP é o exemplo mais eloqüente da inviabilidade desse sistema: com o maior número de internos do país, é recordista em denúncias de maus-tratos, fugas e rebeliões. A ausência de uma estrutura efetivamente educativa faz com que a violência seja intrínseca à sua rede de relações institucionais, assumindo diversas e por vezes horrendas manifestações, sejam elas atuadas por funcionários ou por adolescentes internos, contra funcionários e contra outros adolescentes. Nesse contexto desumanizante insere-se a experiência de uma organização não-governamental, a Associação Fique Vivo, enquanto tentativa de resistência humanizadora. Partindo da necessidade de desenvolvimento de novas práticas psicológicas e educativas, essa experiência buscou associar pesquisa e atuação profissional, interdisciplinaridade e compromisso ético-político. Suas origens remontam a 1998, a partir da detecção de altos índices de contaminação por HIV entre os adolescentes internos na FEBEM/SP. Tendo por objetivo o desenvolvimento de uma metodologia de prevenção para essa população, foi firmada parceria entre um órgão estatal de promoção de saúde e um núcleo de pesquisa da universidade, dando início a um projeto que logo em seguida viria a ser chamado de Fique Vivo. A realização de oficinas de produção cultural com adolescentes internos foi, desde o início, a principal estratégia de inserção institucional e estreitamento de vínculos com adolescentes e funcionários. A partir dessa estratégia, foi possível conhecer as particularidades da trama institucional e desenvolver trabalhos conjuntos com educadores, técnicos e funcionários da FEBEM, bem como atuar na escola que funcionava no interior da internação. Essa experiência de atuação será apresentada e analisada com vistas a exemplificar princípios fundamentais de atuação crítica na área, como o tratamento contraditório da demanda institucional, a importante função da apropriação de cultura no trabalho com adolescentes e o trabalho participativo com agentes institucionais. Busca-se, assim, contribuir para as discussões acerca da atuação de psicólogos na área de defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Palavras-chave: Adolescência em conflito com a lei, atuação profissional, educação.

ISSN 1981-2566

O PSICÓLOGO ESCOLAR PERANTE OS PROCESSOS DE IMPLANTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: DESAFIOS PARA A FORMAÇÃO CONTINUADA

Albertina Mitjáns Martínez

Nosso interesse pelos temas de criatividade e de inovação assim como nosso trabalho na educação básica nos tem levado a acompanhar os esforços de diferentes instancias governamentais para implementar políticas públicas que se traduzam numa melhoria do sistema educacional e que possam contribuir a melhorar o lugar do país no ranking dos indicadores que denotam qualidade na educação. A implementação de novas políticas educacionais constitui um processo complexo pois necessariamente envolve as representações, as crenças e os sentidos de aqueles a quem corresponde executá-las. A desvalorização do peso que este aspecto tem no sucesso da implantação de uma política tem sido o principal responsável pela distancia, na prática, entre os objetivos e metas planejadas a nível governamental e sua concretização real no contexto escolar. Existe já uma razoável produção científica em relação aos processos de inovação em geral e especificamente à inovação educacional . Nela podem-se identificar configurações de elementos que favorecem ou não que o processo de inovação aconteça assim como um conjunto de barreiras que, com freqüência, se apresentam no caminho da inovação . O objetivo do trabalho que apresentamos é analisar o papel do psicólogo escolar no processo de implantação de políticas educacionais que implicam algum tipo de inovação ou mudança na instituição escolar e os desafios que esta tarefa apresenta para sua formação profissional, especialmente para sua formação continuada , locus, onde consideramos que esta formação deve acontecer. O processo de formação inclui essencialmente o domínio e a análise reflexiva e critica das políticas que estão sendo implantadas, os conhecimentos e habilidades necessárias para contribuir para processos de mudança e de inovação no contexto escolar assim como o desenvolvimento de características e habilidades pessoais importantes para poder realizar um trabalho efetivo na direção desejada. A partir de experiências concretas serão discutidas as possibilidades de estruturar uma estratégia de ação capaz de atender as necessidades da formação nesta direção.

ISSN 1981-2566

INTERVENÇÕES EM SALA DE AULA: O PSICOLÓGO ESCOLAR CRIANDO ESPAÇOS REFLEXIVOS NO COTIDIANO ESCOLAR

Lucianna Ribeiro de Lima
Cláudia Silva de Souza
Liliane dos Guimarães Alvim Nunes
Paula Cristina Medeiros Rezende
Silvia Maria Cintra da Silva
Maria José Ribeiro

Dentre as inúmeras frentes de atuação do psicólogo escolar, o trabalho junto aos professores e alunos dentro da sala de aula foi implantado na Escola de Educação Básica da Universidade Federal de Uberlândia (ESEBA/UFU), como resposta às demandas oriundas de um sistema de avaliação qualitativa conhecido como fóruns de classe. Os fóruns de classe constituem-se em espaços de discussão e reflexão coletivas e trimestrais nas quais os alunos dos 1º aos 8º anos têm a oportunidade de se auto-avaliarem e avaliarem o grupo ao qual pertencem acerca de posturas individuais e grupais, além de possíveis dificuldades vivenciadas no cotidiano escolar. Os fóruns contam com a participação das psicólogas que acompanham as turmas, da equipe de docentes, de outros educadores da escola envolvidos no processo e dos próprios alunos. O objetivo maior dos fóruns é realizar avaliações qualitativas e processuais de uma turma a fim de se identificar elementos que possam estar interferindo no processo de ensino-aprendizagem. Assim, a partir das avaliações dos fóruns realizadas por todos os envolvidos no processo e das freqüentes solicitações do corpo docente e discente direcionadas ao Setor de Apoio Psicopedagógico e Social (SEAPPS) da ESEBA do qual fazemos parte e direcionados ainda à CARO-ALUNO (Coordenação Acadêmica para a Relação Aluno e Professor), setor responsável pelos encaminhamentos disciplinares dirigidos aos alunos da instituição, surgiu o Projeto Atuar, um trabalho de intervenção em sala de aula desenvolvido por psicólogas do setor supracitado em parceria com os professores da ESEBA. O projeto Atuar tem como objetivos: promover a continuidade das reflexões desencadeadas nos fóruns de avaliação, considerando os encaminhamentos sugeridos pelos alunos e professores, de modo a favorecer a tomada de consciência e a busca gradativa por novas posturas individuais e coletivas; possibilitar maior integração entre as discussões realizadas nos fóruns e nas reuniões com os professores, com o intuito de analisar as mudanças ocorridas ao longo do processo, bem como novas possibilidades de atuação. Este projeto pretende ainda viabilizar um procedimento integrado e complementar das etapas do fórum de avaliação e propor ações interventivas, envolvendo alunos, professores e a psicóloga responsável pelo ciclo. As intervenções são realizadas por meio de encontros quinzenais em todas as turmas que participam dos fóruns de avaliação, com a presença e participação de, no mínimo, um professor e a psicóloga responsável pelo ciclo. Ressalta-se que as mesmas são planejadas e conduzidas pela psicóloga juntamente com a participação de professores. Esperamos com esse trabalho, fortalecer as diversas relações estabelecidas no espaço escolar e favorecer a ampliação de espaços de troca de experiências, onde todos os profissionais da escola possam compartilhar suas percepções, sentimentos e idéias, através de uma busca conjunta por alternativas de ação que visem ao crescimento coletivo. Acreditamos que o trabalho de intervenção em sala de aula pode contribuir com a instituição e desencadear novas perspectivas de reflexão e atuação, desde que seja compartilhado por todos os envolvidos no processo.

ISSN 1981-2566

O PAPEL DA ESTATÍSTICA NA FORMAÇÃO DO ESPÍRITO CIENTÍFICO DO PSICÓLOGO

Irene Maurício Cazorla

A Estatística para muitos é considerada como a linguagem do método científico por permitir sistematizar informações, revelando padrões ocultos nos dados e inferir padrões a partir da análise de um número limitado de observações. Na roda da construção do conhecimento científico, a observação dos fenômenos psicológicos permite conjeturar hipóteses que devem ser submetidas à validação empírica, muitas vezes analisando pequenas amostras das populações de interesse, através da teoria de probabilidades e da inferência estatística, que fornecem uma série de técnicas, permitindo a validação de hipóteses sobre parâmetros e aferir relações entre os diversos aspectos do fenômeno em estudo. Portanto, o conhecimento da Estatística é importante para a formação do Psicólogo interessado em seguir o caminho da pesquisa científica e, mesmo para aqueles que não o farão, para ter um conhecimento mínimo para serem leitores dos resultados das pesquisas científicas na área. Esta palestra apresentará de forma sucinta a aplicação das técnicas estatísticas na validação de pesquisas na área da psicologia.

Palavras-chave: Educação estatística, ensino superior, psicometria.

ISSN 1981-2566

O PSICÓLOGO ESCOLAR E A ÉTICA PROFISSIONAL

Liliane dos Guimarães Alvim Nunes
Lucianna Ribeiro de Lima,Cláudia Silva de Souza

No cenário da sociedade moderna e nas escolas brasileiras, em específico, vemos o quanto discutir sobre ética está cada vez mais raro e, mais do que isso, percebe-se uma dificuldade em se trabalhar nessa perspectiva. Sabe-se que faz parte do papel da escola trabalhar normas e regras dentro de uma postura ética, uma vez que nenhuma sociedade sobrevive sem leis. Contudo, observa-se, muitas vezes que, grande parte dos alunos não respeitam as regras da escola, uma vez que essas parecem não ter sentido ou significado para eles. No campo da Psicologia e, em particular, na psicologia escolar é fundamental que o profissional tenha um compromisso ético com suas ações cotidianas, realizando um exame crítico permanente tanto de suas práticas quanto das teorias adotadas. Vemos o quanto se faz necessário que os psicólogos escolares utilizem um referencial teórico-crítico que os auxiliem a fazer uma leitura não individualizada dos problemas de aprendizagem rompendo com explicações que buscam localizar a origem dos problemas educacionais no aluno e/ou em sua família. Além disso, acreditamos que a ação do psicólogo escolar precisa estar consoante com uma proposta de trabalho, que contribua com a escola para cumprir sua função social. Nesse sentido, em nosso trabalho no campo de psicologia escolar na Escola de Educação Básica da Universidade Federal de Uberlândia, sempre nos preocupamos em adotar uma postura ética perante nossa prática diária. Nas intervenções que realizamos buscamos exercitar uma escuta cuidadosa, respeitando e atentando para o discurso do outro, fazendo uso da percepção e da sensibilidade, e mantendo, acima de tudo, o sigilo profissional. Nas atividades em grupo de alunos trabalhamos temas ligados a valores e regras, numa tentativa de levá-los a refletir sobre a importância do respeito ao outro, a fim de que consigam promover uma ação humana engajada com o compromisso social. Nas avaliações psicodiagnósticas utilizamos instrumentos os quais temos domínio, e resguardamos o acesso a esses instrumentos e aos resultados, uma vez que são da responsabilidade do profissional de psicologia as informações obtidas por esse meio. Nos encaminhamentos a profissionais de áreas afins, procuramos fazê-los com bastante cuidado, principalmente nos relatórios enviados, evitando que os alunos ou suas respectivas famílias fiquem expostas a críticas e julgamentos indevidos. Por fim, nos estudos clínicos e científicos como supervisões, estudos de casos em equipe multidisciplinar, relatórios recebidos, arquivos de psicodiagnósticos, relatos, pesquisas, e artigos literários, buscamos preservar a identidade das pessoas envolvidas, zelando pelo respeito e dignidade do sujeito. Acreditamos que conseguiremos despertar nos alunos motivação para condutas e comportamentos éticos se atuarmos dentro de uma postura séria e profissional, com ações claras e transparentes em nossa prática cotidiana.

Palavras-chave: Psicologia escolar, ética profissional, valores humanos

ISSN 1981-2566

O PSICÓLOGO ESCOLAR E AS CONCEPÇÕES DE INFÂNCIA – REFLEXÕES A PARTIR DE MONTEIRO LOBATO e SANDRA CORAZZA

Ana Flávia Saraiva Pistori
Rafael Santos Carrijo
Fabiana Rocha Dias
Silvia Maria Cintra da Silva

Este trabalho apresenta um ensaio teórico-crítico sobre as concepções de infância do psicólogo escolar a partir das obras “Negrinha”, de Monteiro Lobato, e “Infância e Educação”, de Sandra Corazza. A maneira pela qual se compreende e significa a infância é fundamental para a atuação do psicólogo no âmbito educacional. A Psicologia Escolar deve contribuir de forma significativa no sentido de produzir reflexões a respeito dos direitos da infância, auxiliando a família, a escola e outras instituições a olhar para aquela de forma mais cuidadosa. O trabalho do psicólogo com crianças depende de sua experiência profissional, teorias mais críticas e conhecimentos interdisciplinares, como a literatura, que podem produzir novos sentidos em sua prática. A obra “Negrinha”, de Monteiro Lobato, é uma leitura que nos permite tecer reflexões acerca da infância. Este conto narra a vida de Negrinha, menina órfã, que vivia na casa da patroa (Dona Inácia), “uma dama de grandes virtudes apostólicas”, que durante toda a trama a agride e rouba-lhe a infância. Dona Inácia não percebia “Negrinha” como um ser humano; em muitos momentos, ela se referia à personagem como “barata descascada”, “diabo”, “bruxa”, “peste”, “coruja”, entre outros. Em alguns momentos, a “dama” exigia de “Negrinha” uma postura adulta e não oferecia à menina um ambiente onde ela se percebesse e pudesse se reconhecer como criança. Outro texto interessante que nos ajuda a pensar “o ser criança” é a obra de Sandra Corazza, que apresenta exemplos de crianças que vivem em buracos imundos, trabalham em situações sub-humanas, vivem em meio ao comércio de drogas e armas, e, no geral, possuem uma vida curta marcada por sofrimentos; ou seja, a obra denuncia o fato de que apenas uma parcela das nossas crianças tem tido o privilégio de ser criança, podendo brincar e desenvolver-se. Assim, o psicólogo escolar deve ter clareza de que a infância jamais pode ser abandonada ou esquecida. É necessário que este profissional tenha muito claro para si que qualquer criança tem o direito de ser criança, de ter acesso à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, à profissionalização e, sobretudo, à vida. Além disso, não podemos olhá-las como marginais, incapazes, portadoras de déficits e problemas de aprendizagem, rotuladas e estigmatizadas por categorizações generalizantes e, sim, como pessoas com plenas condições de aprendizagem e desenvolvimento. Negrinha só teve oportunidade de ser criança no momento em que as sobrinhas de Dona Inácia deixaram-na brincar com uma boneca, porém, a menina morreu de tristeza quando estas partiram levando, junto com o brinquedo, os seus sonhos. Dessa forma, mais do que intervir ou avaliar, devemos proporcionar uma boneca, um sonho, a tantas Negrinhas em nossas escolas. Torna-se relevante, neste sentido, repensar que infância está sendo oferecida às nossas crianças e aliar o papel da Psicologia Escolar na construção e desenvolvimento desta etapa tão importante na vida de uma pessoa. Este é o caminho ideal para o exercício da profissão de psicólogo: reflexão diante da sua própria atuação, auxiliada por autores críticos que possam re-significar a prática na educação.

Palavras-chave: Infância, formação do psicólogo, psicólogo escolar, literatura.

ISSN 1981-2566

O CURSO DE SECRETARIADO COMO UMA POSSIBILIDADE DE MERCADO DE TRABALHO PARA O PSICÓLOGO LICENCIADO

Letícia Siqueira Lemos
Sérgio Dias Cirino

A formação em Psicologia deve ser feita em cursos de Bacharelado, Licenciatura e Psicologia. Entretanto, a licenciatura vem sendo pouco valorizada, tanto pelo mercado de trabalho, quanto pelos profissionais da área. O mercado de trabalho para o licenciado envolve os Cursos Técnicos e Profissionalizantes. De acordo com a legislação vigente atualmente no Brasil, apenas os licenciados estão habilitados a se tornarem integrantes do corpo docente de cursos profissionalizantes. Em Belo Horizonte existem dois cursos Profissionalizantes em Secretariado. Nesses cursos, existem disciplinas cujas ementas possuem conteúdos relativos à Psicologia, tais como: relações interpessoais, tomada de decisão, solução de problemas, comunicação assertiva, motivação humana, técnicas comportamentais. Faz-se necessário um licenciado em Psicologia como integrante do corpo docente dos Cursos Técnicos de Secretariado. O presente estudo discorre sobre os dois cursos profissionalizantes de Secretariado de Belo Horizonte com o objetivo de analisar como a Psicologia vem sendo abordada. Desta forma, torna-se possível uma reflexão sobre a inserção do psicólogo nesse mercado de trabalho. Como procedimentos foram utilizados: 1) Levantamento bibliográfico e listagem de possíveis objetivos e conteúdos da Psicologia a serem trabalhados no Curso de Secretariado; 2) Visitas aos cursos de Secretariado; 3) Entrevistas com as psicólogas e/ou responsáveis dos cursos; 4) Análise dos planos de ensino das matérias relacionadas à Psicologia nos dois cursos. Em um dos cursos, os módulos trabalhados pela Psicologia são: Módulo 1(Dinâmica de Grupo; Fundamentos da Psicologia) e Módulo 2 (Psicologia das Relações Interpessoais Desenvolvimento Profissional). O curso é realizado no período de três meses, com aulas ministradas três vezes na semana. Os livros didáticos utilizados e as avaliações são feitos por um Centro de Treinamento e Desenvolvimento. São divididos por módulos e disponibilizados aos alunos para estudá-los em casa. No caso dos módulos de Psicologia, existe um único dia, 6 horas, para tirar dúvidas com o profissional de Psicologia e depois fazer, em 2 horas, a prova. No outro curso analisado, as disciplinas com conteúdos de Psicologia são: Psicologia; Ética, Meio ambiente, Qualidade no trabalho; Recursos Humanos. O curso é realizado no período de um ano e seis meses, com aulas diárias (diurnas ou noturnas). Os alunos recebem uma apostila feita pela equipe de Psicologia, as aulas são dadas seguindo a apostila e as avaliações são elaboradas por cada professor. Para as três disciplinas ministradas pelos psicólogos os alunos têm um total de 97 horas/aula. Conclui-se que os conteúdos da Psicologia que podem realmente instrumentalizar o profissional de Secretariado estão sendo abordados nesses cursos. O curso técnico de Secretariado é um mercado de trabalho em potencial para inserção do Licenciado em Psicologia. É necessário pensar na formação do Psicólogo na Licenciatura para as especificidades do trabalho como professor de Psicologia. São necessários mais estudos que possibilitem identificar a qualidade com a qual têm sido trabalhados os conteúdos de psicologia nos cursos técnicos de secretariado.

Palavras-chave: Licenciatura, psicologia, curso de secretariado.

ISSN 1981-2566

O ESTÁGIO CURRICULAR NA FORMAÇÃO DO PSICÓLOGO ESCOLAR

Herculano Ricardo Campos

Um aspecto central no processo de formação básica do psicólogo escolar e educacional é a realização do estagio curricular obrigatório. Entendido como exercício profissional de caráter formativo, ele não se desvincula do contexto geral da formação, devendo se articular com as outras disciplinas de aspecto mais teórico, muito embora considerando as demandas específicas surgidas no contexto da inserção do estagiário na instituição educativa onde desenvolve seu estágio. Na expectativa de uma atuação criativa e crítica, mesmo sob condições impensadas, ressalta-se o caráter educativo deste trabalho, assim remetendo a um possível e necessário diálogo entre a Pedagogia e a Psicologia. Busca-se, por este meio, garantir que o estágio contemple a articulação da formação técnica com uma reflexão ético-política que tenha a escola como referência. Em face de tais características, a supervisão de estágio deve articular um tripé composto pelo acompanhamento teórico do aluno, pelo acompanhamento da sua prática no interior das instituições educativas e por um acompanhamento mais pessoal, em que aspectos da subjetividade individual são ressaltados como forma de refletir sobre as características da inserção institucional.

ISSN 1981-2566

O PSICÓLOGO ESCOLAR NO ENSINO DE 1ª A 4ª SÉRIES: REFERÊNCIA PARA UMA AÇÃO PREVENTIVA.

Izabella Mendes Santana
Raquel Souza Lobo Guzzo

O psicólogo que atua no contexto educacional pode direcionar suas intervenções na perspectiva preventiva, em detrimento do modelo clínico de atuação. Esse estudo insere-se no projeto "Vôo da águia: prevenindo problemas sócio-emocionais e promovendo saúde", coordenado pela professora Raquel Guzzo, que visa identificar os fatores de risco e proteção ao desenvolvimento de crianças de comunidades de baixa renda, buscando favorecer a conscientização de crianças, pais, professores e profissionais acerca da realidade em que vivem. O presente trabalho tem por objetivo apresentar a experiência do serviço de psicologia presente em uma Escola Municipal de Ensino Fundamental de uma cidade do interior paulista. As atividades realizadas visaram promover o desenvolvimento sócio-emocional de crianças e adolescentes; fornecer acompanhamento longitudinal das crianças no seu processo de escolarização e vida; integrar família e escola, além de identificar e construir redes de apoio social e afetivo para a comunidade em que as mesmas estão inseridas. A atuação envolveu a discussão de casos envolvidos com denúncia no Conselho Tutelar em conjunto com os equipamentos públicos e o acompanhamento concomitante das crianças e suas famílias, conversas com alunos indicados pelos professores no conselho de classe, conversa com pais, participação nas reuniões de trabalho docente, além da realização de um mapeamento geográfico e do levantamento sobre o que os alunos conheciam sobre as regras da escola. Em termos gerais, os resultados obtidos apontaram: a) a importância da realização de um trabalho intersetorial no atendimento de alunos e das famílias que foram denunciadas no Conselho Tutelar; b) a necessidade de se conhecer as percepções das crianças sobre o contexto em que vivem e suas experiências na escola, bem como a visão de seus pais; c) a necessidade da promoção de espaços de discussão e reflexão com os docentes acerca de aspectos do desenvolvimento infantil e da relação professor-aluno, visando favorecer o processo educativo. Conclui-se que a atuação do psicólogo escolar deve estar voltada para o contexto educativo-comunitário tendo em vista a criação de espaços coletivos de discussão sobre os problemas da escola e da comunidade. Todavia, nem sempre os professores aceitam esta forma de debater as questões apresentadas – querem que o psicólogo legitime os problemas como sendo dos alunos. As resistências aparecem, no entanto, o psicólogo deve prosseguir direcionando sua prática com base em um compromisso ético-político de transformação social.

Palavras-chave: Psicologia escolar, atuação preventiva, ensino fundamental.

ISSN 1981-2566

O PSICÓLOGO ESCOLAR NO PSYCINFO (2006)

Andrieli Bianca Rodrigues Camilo
Renati Erika de Souza Caporali

O Psicólogo Escolar exerce múltiplos papéis e funções no contexto acadêmico e mesmo fora do âmbito da escola. Na escola atua em setores como o processo de ensino e aprendizagem, o desenvolvimento humano, as políticas públicas em educação, a gestão psicoeducacional, a avaliação psicológica e educação, entre outras atividades que se encaixam no papel desse profissional. Além de contribuir com as relações que se processam na instituição, anteriormente a presença desse profissional representava a abordagem clínica, fato que hoje está se alterando, a valorização dessa área vem ocorrendo no Brasil e no mundo e é necessário acompanhar o que vem se realizando internacionalmente como base para definições de políticas, projetos e mesmo formação do referido profissional. Contribui para o conhecimento desejado realizar meta-análise da produção científica, assim, objetivou-se identificar a autoria (múltipla ou individual); o gênero dos autores por tipo de trabalho, o veículo de publicação mais utilizado pela comunidade científica e a temática dos mesmos. Método: Utilizou-se a base de dados bibliográficos PsycINFO inserindo a palavra-chave psicólogo escolar optando por trabalhos publicados no ano de 2006 até o mês de Novembro, obtendo 1048 registros, sendo divididos em artigos, livros, dissertações e resenhas. Os resultados mostram, como era de esperar, que as teses foram de autoria individual (100%) e resenhas também (98%) mas em livros predominou o trabalho em grupo (75,7%) o mesmo ocorreu nos artigos (83,7%). São resultados que podem ser considerados indicativos de bom desenvolvimento na área. Mulheres estão respondendo mais pelas teses (71,8%), os homens lideram na produção de livros (54,8%), resenhas (63,4%) e nos artigos (45,8%) enquanto as mulheres apresentaram (40,4%). Espera-se que haja, no futuro, uma distribuição mis eqüitativa. Entre os veículos utilizados para publicação apresentou maior destaque os periódicos com 748 registros representando 71,4%, seguido por livros com 130 (12,4%), teses 71 (6,8%) e resenhas 99 (9,4%). Também é indício de bom desenvolvimento o que se registrou pois pelos critérios da cientometria, em áreas com desenvolvimento em padrões adequados, é de esperar-se que a maioria dos trabalhos sejam publicados como artigos de periódicos. Foi o que se observou no presente caso. Pode-se concluir que a produção científica na área está bem desenvolvida pela quantidade de trabalhos realizados em autoria múltipla, mas com relação ao gênero apresentado observou-se que os homens estão liderando na produção científica havendo necessidade de estímulo para o gênero oposto. Há bons indicadores cientométricos quanto aos trabalhos realizados nesta área pesquisada.

Palavras-chave: Meta-análise, formação profissional, atuação profissional.

ISSN 1981-2566

A CONTRIBUIÇÃO DE UM PROJETO DE EXTENSÃO EM UM BAIRRO DA PERIFERIA DE PORTO VELHO/RO, PARA A FORMAÇÃO DO PSICÓLOGO ESCOLAR

Maria Hercília Rodrigues Junqueira

O Bairro Mariana está localizado na zona leste do município de Porto Velho/Rondônia, apresentando problemas de infra-estrutura, saneamento básico, população de baixa renda, alto índice de violência decorrente, muitas vezes, por consumo e tráfico de drogas. A escola estadual deste bairro não tem conseguido lidar com estas questões oriundas da comunidade comprometendo desta forma o processo de escolarização de seus alunos. Em trabalho anterior, realizado pelas alunas do sétimo período do curso de Psicologia da Universidade Federal de Rondônia, percebeu-se a carência de atenção a essa comunidade, elaborando-se o Projeto de Extensão intitulado "Atenção psicossocial a grupos comunitários". Este projeto possui duas ações, uma voltada para a grande demanda por atendimentos no PAIF – Programa de Assistência Integrada à Família, e a outra direcionada à escola. Participam cinco alunas facilitadoras do oitavo período e cinco alunas colaboradoras do quarto e terceiro períodos do curso de Psicologia de nossa universidade. Com relação à escola, estamos buscando oportunizar uma atuação efetiva destes alunos de Psicologia junto a grupos de professores, alunos e família. Quando o psicólogo deixa o consultório e passa a atuar na comunidade desenvolve atividades junto às pessoas que estão em desvantagem econômica e social levando a ciência psicológica para ser desenvolvida de acordo com as necessidades individuais e coletivas, colocando-a ao alcance de todos. Ampliada a percepção dos problemas psicossociais, a comunidade escolar tem a oportunidade de agir de modo mais consciente na construção da própria realidade e história de vida. É uma proposta de resgate da cidadania e do despertar para novas possibilidades. Desta forma, deixa o ambiente de elite que marca a história da atenção psicológica, partindo para um caminho mais abrangente da realidade cultural, social e psicológica da população brasileira de periferia. O desenvolvimento do trabalho tem como enfoque o método pesquisa-ação, que oportuniza aos participantes gerar autonomia, levando-os a desenvolver concepção política de estarem inseridos em um grupo, e compromissados com a comunidade onde vivem. Conhecer a realidade diária da comunidade é um dos primeiros passos para a realização deste tipo de trabalho, uma vez que este resultado servirá de base para o direcionamento das intervenções a serem realizadas. O presente projeto a ser desenvolvido tem como objetivos: promover a reflexão e a conscientização social no grupo escolar; atender a questões individuais para gerar qualidade de vida para a comunidade; propor melhorias nas ações da escola por meio da prevenção de possíveis problemas no processo de escolarização; estimular a percepção centrada nas ações individuais, familiares e grupais; contribuir para a promoção da auto-estima nos grupos e promover a conscientização a respeito dos papéis e funções sociais. Acreditamos que esta experiência contribua para uma reflexão de nossos alunos sobre as possibilidades de atuação do psicólogo escolar.

Palavras-chave: Psicólogo escolar, formação, queixa escolar.

ISSN 1981-2566

A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO ESCOLAR NO CONTEXTO DA ATIVIDADE FÍSICA

William Ricardo Falcão
Regina Lucia Sucupira Pedroza

O objetivo do psicólogo escolar é atuar no processo educacional para aumentar sua qualidade e eficiência através da aplicação dos conhecimentos da Psicologia. Seu campo de atuação são as interações entre os diferentes elementos da situação escolar e não apenas dificuldades pessoais descontextualizadas. Nesse ambiente, a atuação é diversificada e inclui a prática de esportes. A influência que a atividade física tem sobre os indivíduos é um dos campos de estudo da Psicologia do Esporte. No ambiente escolar, esta objetiva melhorar o envolvimento dos alunos com a atividade física, perpetuando sua prática e maximizando o desenvolvimento pessoal advindo do esporte. Tais benefícios podem ser sentidos em outros aspectos da vida e ter efeitos duradouros sobre a personalidade. Assim, a proposta deste trabalho foi aplicar os conhecimentos da Psicologia ao contexto esportivo na escola. Com isso pode-se viabilizar um desenvolvimento psico-social que transpõe o ambiente esportivo. O estágio foi realizado em uma escola particular que atende da educação infantil ao ensino médio, em Brasília. Foram acompanhadas três equipes esportivas: de basquetebol masculino com alunos entre 16 e 18 anos; de voleibol feminino e masculino entre 13 e 15 anos. As principais intervenções foram atividades realizadas em grupo, durante os treinos, envolvendo relaxamento e mentalização; exercício com cones e cordas; e "caçada-cega". Após a realização dessas atividades, era proposta uma discussão com os alunos e o treinador para enfatizar a importância do exercício. Debatia-se os aspectos exigidos nas atividades e como estes poderiam ser aplicados ao esporte e fora dele. Trabalharam-se temas como: motivação; regulação de estresse; competitividade e cooperação; coesão de equipe; comunicação; auto-confiança; estabelecimento de metas e concentração. Realizaram-se observações participantes durante todos os treinos. Ao final do trabalho foram feitas entrevistas semi-estruturadas com os dois treinadores. As atividades foram bem sucedidas, especialmente para as equipes de voleibol que pareciam se divertir durante sua execução. Aparentemente as atividades não estavam bem adaptadas a idade dos alunos da equipe de basquetebol. Mesmo assim foram eficazes, pois evidenciaram problemas de coesão que permitiram o debate desses temas. A discussão foi enriquecedora para todos, pois esclarecia as exigências da atividade e exemplificavam situações cotidianas onde essas características poderiam ser aplicadas. Os alunos passaram a ter mais consciência de sua atuação na equipe, melhorando seu desempenho esportivo. As entrevistas evidenciaram a satisfação dos professores com o trabalho realizado. Reconheceram a falta de prestígio da Educação Física frente à coordenação escolar e identificaram o potencial da atividade física para o desenvolvimento do indivíduo. Eles receberam abertamente o estagiário e acharam fundamental o acompanhamento do Psicólogo Escolar no auxílio da identificação de comportamentos para os quais não estão treinados a observar e orientar. A intervenção evidenciou a importância da atuação do Psicólogo no campo dos esportes, onde há uma grande interação entre os alunos.

Palavras-chave: Psicologia, escola, esporte.

ISSN 1981-2566

A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE PSICOLOGIA: PROFESSORES-PSICÓLOGOS?

Luis Fernando de Oliveira Saraiva

O presente trabalho tem como principal objetivo refletir sobre a formação de educadores nos cursos de Licenciatura em Psicologia, buscando resgatar, brevemente, como tem se dado esta formação, e investigando, de forma mais atenta, os efeitos dessa formação na prática cotidiana desses profissionais e as contribuições que um professor com formação em Psicologia pode oferecer ao cotidiano educacional.No Brasil, os cursos de licenciatura foram criados nos anos 30, sobretudo como uma conseqüência da preocupação com a regulamentação do preparo de docentes para a escola secundária. Desde então, podemos observar que os cursos continuam a se constituir segundo a tradicional fórmula "3 + 1", na qual as disciplinas de natureza pedagógica, com uma duração prevista de um ano, justapões-se às disciplinas de conteúdo, com duração de três anos.Outra característica que vem se mantendo nos cursos de Licenciatura é a predominância do modelo da racionalidade técnica, como é denominado na literatura educacional. Nesse modelo, o professor é visto como um técnico, um especialista que aplica, de forma rigorosa e sistemática, em sua prática cotidiana, as técnicas derivadas do conhecimento científico e do conhecimento pedagógico. Com uma marcante separação entre teoria e prática na formação profissional, aliada à prioridade dada à formação teórica em detrimento da formação prática e à concepção da prática como um mero espaço de aplicação de conhecimentos teóricos, os currículos dos cursos de Licenciatura, quase sempre baseados no modelo da racionalidade técnica, parecem um desajeitado arranjo de disciplinas, sendo bastante inadequados à realidade da prática profissional docente, conforme nos mostra o contato com o cotidiano de diversos educadores já formados e em formação.Em relação às especificidades da formação do Professor de Psicologia, outras questões dificilmente fazem parte dos currículos: as contribuições teóricas, técnicas e práticas que a Psicologia pode oferecer aos contextos educacionais e a função social deste profissional no mundo contemporâneo.A Psicologia é uma área do conhecimento que se estabeleceu sobre o funcionamento do sujeito, sujeito este, produzido em uma realidade social, política, econômica. É nesta realidade que as várias maneiras de ser, de viver e de pensar, enfim, as subjetividades, se constituem, se engendram. E, para que possamos exercer uma postura crítica sobre os processos de produção dessas subjetividades, devemos nos atentar e evidenciar a dinâmica, o contexto, o plano de relações, isto é, o plano de saberes e práticas no qual se dá a produção dessas subjetividades. Desta forma, a Psicologia muito tem a contribuir para certas funções da Educação, como a emancipação e o desenvolvimento de cidadania e de análise crítica de nossos alunos, através da possibilidade de desconstrução dos saberes instituídos.Dessa forma, considerar estas questões significa podermos problematizar nossa formação, de forma a objetivarmos formar professores que não apenas dominem conteúdos e técnicas, e sim com condições de criar ações para resolver as situações problemáticas que aparecerão em sua prática profissional cotidiana.

Palavras-chave: Licenciatura, formação profissional, psicologia.

ISSN 1981-2566

A DIVERSIDADE NO CONTEXTO EDUCACIONAL E A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO ESCOLAR

Gabriela Silveira Meireles

Diante da história de segregação e marginalização a que a escola vem submetendo alguns alunos, rotulados e marcados por suas diferenças, seja física, intelectual, social, sexual ou étnica, assim como tem sido delegado ao psicólogo o papel de diagnosticar e tratar estes alunos, que até então têm sido excluídos em função de suas diferenças, surge a necessidade de discutirmos a questão da diferença contexto educacional enquanto respeito à diversidade humana, além de um repensar sobre a função e a atuação do psicólogo escolar, no sentido de contribuir para que a escola seja alvo de reflexões conjuntas a serem realizadas por todos os que dela participam. Entendendo que o modo como as professoras de educação infantil vivenciaram suas infâncias e a maneira como concebem o processo de aprendizagem interferem em suas práticas com as crianças, buscamos perceber suas concepções e formas de lidar com as diferenças na sala de aula para identificar possíveis práticas excludentes ou inclusivas. Para tanto, realizamos entrevistas com três professoras da Fase 1 de Alfabetização (FA1) que trabalham na Prefeitura de Juiz de Fora/MG. A metodologia utilizada para a efetivação desse processo foi a história de vida das professoras, tendo como recurso a Análise de Discurso Francesa, a partir do trabalho de Eni Orlandi. Foram verificadas diversas concepções de infância e aprendizagem, que permitiram uma compreensão sobre como tem sido desenvolvido o trabalho na educação infantil e, a partir daí, a percepção sobre como o preconceito, a diferença e a diversidade têm sido tratados na escola. É neste contexto que propomos que o psicólogo deve indagar-se pelas responsabilidades históricas com o atendimento aos alunos comumente excluídos do sistema escolar e co-responsabilizar-se pela intenção de romper com as práticas instaladas através de suas práticas normalizadoras e contribuir para que a escola seja um espaço democrático e de produção de vida, ampliando suas responsabilidades nesse processo. Assim, foi possível compreender o quão importante é o processo de reflexão sobre as concepções e práticas dos professores, assim como dos demais profissionais da educação, pois estas que resultam de um modo próprio de ver o mundo que precisa ser ressignificado para que possamos atingir o ideal de uma educação que seja para todos e contemple a diversidade.

Palavras-chave: Diversidade, professor, psicólogo escolar.

ISSN 1981-2566

A EDUCAÇÃO E A EDUCAÇÃO DO PSICÓLOGO: IDÉIAS E PRÁTICAS DE PESQUISA-AÇÃO-FORMAÇÃO

Sonia Maria Rocha Sampaio

Esse trabalho relata e interroga a natureza e os resultados da inserção de estudantes de psicologia no âmbito de um projeto de pesquisa-ação-formação desenvolvido pelo Departamento de Psicologia da UFBa, ao longo de 5 anos, numa escola pública de ensino fundamental, situada no Centro Histórico de Salvador. Essa escola, criada com a função específica de atender à comunidade afro-descendente remanescente no bairro, tinha a peculiaridade de receber igualmente crianças com experiência de rua. Tendo a escola e seu entorno como campo, o Serviço de Psicologia voltou-se para uma ação que incluía todos os atores da escola (internos e externos) propondo aos estudantes um trabalho contínuo de formação na área da Psicologia Escolar e Educacional.Apesar de recusar a demanda institucional de atuar da forma tradicional (medir, avaliar e controlar crianças) o Serviço solidarizava-se com as queixas e dificuldades de toda ordem enfrentadas pelos adultos, no interior de sua complexa prática. Mas insistia no caráter relacional dos problemas, afastando as "explicações" baseadas nas características das crianças e/ou de suas famílias – "negros", "pobres", "de rua", originárias de "família desestruturada", etc. que fazem parte do repertório interpretativo da escola pública brasileira.Quanto ao trabalho de formação dos estudantes destacamos os seguintes itens: adoção da perspectiva etnopsicológica: pensar a escola como sendo produzida no cotidiano pelos seus diferentes atores e não apenas como instituição cuja vida depende das intempéries do sistema educacional; mudança de ótica do trabalho do psicólogo focado no "problema" para o trabalho em promoção da saúde integral das crianças e adultos; política de receber estudantes em qualquer ponto do currrículo; funcionamento integral do serviço na escola, inclusive reuniões de supervisão geral; utilização de dispositivos etnográficos de formação: a prática do diário de bordo e a elaboração mensal de um relatório reflexivo individual; utilização de uma lista de discussão onde todos tinham acesso aos relatos e podiam interferir; uma reunião semanal de análise da prática com a participação de todos os integrantes da equipe; instalação de uma monitoria teórico-prática para dar suporte aos estudantes iniciantes (realizada pelos dois psicólogos de campo); realização anual de um seminário de Psicologia Escolar/Educacional organizado pelos estagiários para divulgar os resultados dos projetos do Serviço para o conjunto do curso e, finalmente, estímulo à divulgação científica na forma de artigos, participação em seminários e congressos. O Serviço foi encerrado com fechamento da escola por decreto da Secretaria Municipal de Educação, em 2004.O impacto dessa formação foi avaliado a partir de depoimentos colhidos entre os ex-estudantes que passaram pelo Serviço e aqui apresentamos esses resultados.

ISSN 1981-2566

A ESTATÍSTICA NA CONSTRUÇÃO DE INSTRUMENTOS DE MEDIDA

Claudette Maria Medeiros Vendramini

Nas mais variadas áreas das ciências empíricas, tem-se o objetivo de descrever, explicar ou predizer resultados de fenômenos aleatórios de interesse daquela área. Assim, torna-se necessário fazer observações do fenômeno de interesse em uma amostra de elementos, ou seja, indivíduos, animais, plantas, unidades escolares, livros, entre outros, e calcular medidas que auxiliem a interpretação dos dados coletados. Além disso, os instrumentos utilizados para realizar essas medidas devem ter propriedades, como validade, precisão e padronização, que garantam a inferência confiável de resultados obtidos na amostra para a população da qual foi extraída. Toda investigação ou pesquisa científica deve produzir conhecimento novo, com relevância teórica e social, válido e fidedigno. Grande parte dos fenômenos estudados nas mais diversas áreas de conhecimento é abstrata e por isso esses fenômenos não podem ser observados diretamente, mas inferidos (medidos) por meio de uma amostra do comportamento. Essas medidas podem ser realizadas por uma variedade de instrumentos, com características distintas, formas diferentes e graus de precisão diferenciados. Nesse processo a estatística pode se tornar uma poderosa ferramenta de análise. Mas, é importante que ela esteja presente desde o início de uma investigação científica, auxiliando na operacionalização das hipóteses ou questões de pesquisa, na escolha de uma estratégia de pesquisa, na definição da população a ser estudada, na definição das variáveis, na coleta e na análise dos dados. A construção de instrumentos envolve um conjunto de passos importantes e necessários para garantir a qualidade do instrumento e deve levar em consideração: a explicitação da teoria que fundamenta o objeto estudado; os tipos e categorias de comportamentos que constituem uma representação adequada desse objeto; as etapas e técnicas da aplicação do instrumento piloto e da coleta válida da informação para a avaliação da qualidade do instrumento; e os procedimentos de análises estatísticas para se chegar a um instrumento válido, preciso e padronizado. Não adianta só pesquisar é necessário pesquisar com planejamento, com estabelecimento de procedimentos adequados e válidos para se realizar a pesquisa, e para tratar as informações obtidas com a coleta de dados. A confiabilidade e validade dos resultados obtidos em uma pesquisa dependem da seriedade do pesquisador e de sua conduta científica. Nesse processo a Estatística é necessária e indispensável.

Palavras-chave: Educação estatística, ensino superior, psicometria.

ISSN 1981-2566

A ATUAÇÃO PREVENTIVA DO PSICÓLOGO NA ESCOLA E AS REDES DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA

Adinete Sousa da Costa
Raquel Souza Lobo Guzzo

A intervenção preventiva do Psicólogo em contextos educativos é um tema bastante discutido nos dias atuais, principalmente, pelo fato da psicologia tentar romper com o modelo individualista e remediativo de atuação que marcou a história desta ciência e de suas propostas de atuação. No que se refere à intervenção preventiva do psicólogo escolar enfatiza-se uma ação mais voltada aos grupos e ao desenvolvimento de ambientes saudáveis que promovam o bem-estar dos indivíduos inseridos no espaço escolar. Este trabalho teve como objetivo apresentar e discutir uma proposta de intervenção preventiva na escola denominada "Vôo da águia: prevenindo problemas sócio-emocionais e promovendo saúde", que visa promover o desenvolvimento saudável dos alunos, discutindo processos educativos em diferentes contextos e situações do cotidiano com famílias e professores. Também foram apresentados os resultados da avaliação sobre o projeto, obtidos a partir de entrevistas, pelo conhecimento das opiniões de três professoras e seis monitoras da educação infantil sobre os aspectos positivos e negativos da referida proposta. Este projeto tem seu foco na criança, na família, na escola e nas redes de apoio, sempre buscando um trabalho interligado que possibilite a promoção das potencialidades da criança, sendo composto por psicólogos e estudantes de pós-graduação e graduação em psicologia. No que concerne às entrevistas, os resultados indicaram a importância de um trabalho integrado com os educadores e pais quando se busca o desenvolvimento saudável das crianças. Nos relatos, alguns educadores ressaltaram que eles sentiam-se sozinhos e perdidos, querendo encontrar respostas para trabalhar com as crianças que se encontravam em situações de risco, o que aponta para a necessidade de um espaço de escuta com o educador a fim de conhecer as relações estabelecidas no ambiente escolar e a própria vida deste profissional e de auxiliá-lo em sua prática pedagógica. Também torna-se importante mencionar que as atividades de orientação e inserção dos estagiários de psicologia, por meio desta proposta na escola, possibilitaram a junção entre a teoria e prática e visaram favorecer o desenvolvimento de uma posição crítica dos alunos, contribuindo para a formação de futuros profissionais. Pôde-se concluir que a implantação de projetos preventivos no ambiente escolar favorece a construção de uma nova identidade para o psicólogo escolar. Esta mudança de percepção vai se formando e se solidificando com o decorrer de uma vivência cotidiana comprometida do psicólogo com a equipe escolar.

Palavras-chave: Psicologia escolar, atuação preventiva, educação infantil.

ISSN 1981-2566

A CIRCULAÇÃO DE PODER E O TRABALHO DE EDUCADORES COM FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA

Luis Fernando de Oliveira Saraiva

O presente trabalho tem por objetivo refletir possibilidades de atuação de profissionais com Licenciatura em Psicologia e a contribuição que profissionais com esta formação podem oferecer em contextos educativos formais e não-formais. Para isso, utilizaremo-nos da experiência em estágio na disciplina Metodologia de Ensino de Psicologia, do curso de Formação de Professores da Universidade de São Paulo – USP.No estágio, acompanhamos a atividade “Circuito Cultural”, realizada pelo Programa Avizinhar junto aos trinta e cinco alunos de um cursinho popular. O Programa é uma iniciativa institucional da USP que tem como principal objetivo criar e estimular ações que contribuam para o estabelecimento de novas formas de convivência entre a Universidade e as comunidades de seu entorno e entre a comunidade uspiana e crianças e adolescentes que freqüentam o campus, buscando favorecer a reflexão e a atuação em conjunto para que se construam melhores condições de vida para todos. Em 2006, o Programa estabeleceu uma parceria com uma fundação da Universidade para a realização deste cursinho popular, destinado a jovens de baixa renda.No Circuito Cultural, semanalmente, visitávamos museus e outros espaços educativos e culturais oferecidos pela Universidade em seu campus da capital. As visitas tinham duração de cerca de duas horas e, sempre que possível, contava com monitores especializados. Aos estagiários cabia acompanhar os jovens até os locais, procurando estabelecer um contato mais próximo com eles; realizar rodas de conversa para a avaliação das visitas, estimulando discussões e estando atentos às demandas trazidas pelos alunos; e atuar como interlocutores entre alunos, coordenação do cursinho e Programa Avizinhar.O trabalho que realizamos no acompanhamento do Circuito Cultural carregou a função de clarificação dos limites e da maximização dos potenciais daqueles jovens. Tratou-se de um trabalho em que lutamos para desalojar políticas de segregação e discriminação para subsidiar políticas de integração e uma vida mais ampla, promovendo cidadania.Acreditamos que pensar num ser cidadão é pensar em ter autonomia, ter liberdade de escolha (em relação a desejos, a ideais e convicções) e ter participação ativa na vida (com os limites e as possibilidades). Este foi um trabalho que podemos considerar inclusivo; inclusão entendida como um processo de “empublicizar”, isto é, de dar poder aos outros, de tornar público, de devolver ao coletivo aquilo que lhe pertence, tornando vozes audíveis.Empublicizando, os alunos puderam se apropriar das atividades que outrora apenas lhes eram oferecidas. Nosso trabalho procurou produzir responsabilidades – sempre coletivas – diante das atividades oferecidas, que, desta maneira, deixaram de ser apenas oferecidas, para se tornarem uma construção coletiva. A qualidade das visitas, seu “sucesso” ou “fracasso”, passou a depender também dos alunos do cursinho.A realização do acompanhamento do Circuito Cultural foi sempre atravessada pela idéia de que as escolhas das estratégias pedagógicas devem sempre levar em conta que tipo de sujeitos queremos produzir, que efeitos subjetivos estamos produzindo. Daí a preocupação de incluirmos os alunos na realização das atividades, em uma relação de cumplicidade e de confiança.

Palavras-chave: Licenciatura, relações de poder, autonomia.

ISSN 1981-2566

A CONSTRUÇÃO DE UMA PRÁTICA PSICOLÓGICA: LIMITES E POSSIBILIDADES

Diva Lúcia Gautério Conde

Esse trabalho propõe discutir limites e possibilidades na construção de uma prática psicológica, referida na abordagem sócio-histórica, frente à criação de um posto de trabalho para Psicólogo/a, nos Conselhos Tutelares (CT) do município do Rio de Janeiro. O conceito de posto de trabalho considerado aqui se encontra com a concepção de Déjours (1988) para quem a ocupação desse posto reúne relações para muito além do desempenho de tarefas. Ela implica em um investimento afetivo, o qual assegura a atribuição de sentido ao trabalho, assumindo este um papel significativo na vida de trabalhadores. A escolha de uma profissão, por sua vez, nos estudos de Bohoslavsky e Bock significa escolher uma cara, um modo de ser, já previamente conhecido, com o qual se deseja parecer. A abordagem sócio-histórica vai considerar que a assunção de uma de uma profissão, requer que o processo pessoal de construção identitária inclua também análise de determinações históricas, sociais, econômicas e culturais presentes nas condições em que essa profissão se desenvolve. A inclusão de Psicólogos/as como membros efetivos dos CTs trouxe questões relevantes, algumas de viés mais corporativo, como "Quais são as atribuições de Psicólogos em um CT?"; "Quais são as tarefas que lhes são pertinentes?" "A quem deve o Psicólogo subordinação?", "Como realizar a guarda de materiais e registros dos atendimentos?" e outras, bastantes inovadoras, como "O que é efetivamente e como construir um trabalho interdisciplinar?" "Qual o significado político e social da constituição dos CTs?" "Qual o sentido político, social e cultural da criação de um código de direitos como o Estatuto da Criança e Adolescentes?" "Que contribuições o saber psicológico tem a oferecer ao espaço institucional de um CT?" "Quais as possibilidades de eficácia das ações do CT, dentro da rede de serviços de assistência disponibilizado pelo poder público?" "O que a Psicologia tem a aprender com as práticas psicológicas desenvolvidas nos CTs?" Esse trabalho toma como base de análise as ações empreendidas pelo Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro, em 2004, junto aos psicólogos efetivados nos dez CTs, partindo de um breve histórico das circunstâncias em que a proposta teve início; a seguir apresenta a análise que foi capaz de produzir, a partir de adoção de uma abordagem sócio-histórica, e a proposta metodológica decorrente; e finaliza com a apresentação dos resultados alcançados naquela ocasião e um levantamento atual do quadro de práticas psicológicas nos CTs.

Palavras-chave: Prática psicológica, conselho tutelar, abordagem sócio-histórica.

ISSN 1981-2566

A ATUAÇÃO DO PROGRAMA DE ATENDIMENTO AO ESCOLAR

Joyce Lys Saback Nogueira de Sá
Cristina Fatima Gomes Barroso
Thaís Amaral do Canto

Nos últimos anos, a literatura da Psicologia Escolar vem descrevendo pesquisas cujos resultados mostram que crianças que buscam avaliação psicológica encaminhadas pela escola porque têm dificuldades no seu processo de escolarização recebem o mesmo atendimento oferecido às crianças que buscam esse serviço motivadas por queixas de outras naturezas (Silvares, 1989; Urbinatti et al., 1992; Souza, 2000). O atendimento psicológico tradicional não considera, portanto, que a queixa escolar é um fenômeno que não pode ser explicado e entendido sem que se considere os múltiplos fatores que atravessam as dificuldades vivenciadas pelas crianças no processo de escolarização. Alguns desses fatores não dizem respeito à criança e, assim, todo o trabalho que não aproxime o Serviço de Psicologia da Escola será infrutífero. Com base nessa perspectiva, o Serviço de Psicologia Aplicada da Universidade Estácio de Sá, Campus Méier, vêm desenvolvendo um programa de atendimento ao escolar que tem como princípio norteador o entendimento das questões da escola orientado por uma perspectiva crítica. Assim, todas as crianças encaminhadas ao SPA pelas escolas são atendidas por membros da equipe de Psicologia Escolar, os quais buscam a parceria da escola e da família para o desenvolvimento de qualquer que seja o trabalho a ser realizado. A mesma perspectiva crítica é adotada nas ações da equipe dentro do ambiente escolar. A intervenção realizada pelo grupo em atendimento a queixa de alto índice de crianças com dificuldades de aprendizagem em escola do subúrbio do Rio de Janeiro vêm obtendo resultados muito satisfatórios. A partir da indicação das professoras das turmas, são formados grupos de crianças que reunem-se semanalmente em encontros coordenados por dois estagiários. Nesses encontros são propostas atividades lúdicas com diferentes objetivos específicos, mas que remetem a um mesmo objetivo geral: refletir sobre os obstáculos que prejudicam o desempenho escolar (sentimento de incompetência e incapacidade, falta de envolvimento com a atividade escolar, desconhecimento dos fatores que verdadeiramente provocam prejuízos no desempenho escolar, desconhecimento das próprias dificuldades). Em outros momentos, em reuniões individuais ou em grupo, ou mesmo em “momentos de conversa informal”, os estagiários discutem com os professores as dificuldades que os mesmos enfrentam no trabalho com as crianças. Nesses encontros busca-se levar o professor a ver as situações que enfrenta no seu dia a dia considerando fatores outros que não aqueles que normalmente são considerados. O trabalho realizado vêm contribuindo de maneira significativa para a recuperação dos alunos participantes. Também têm sido observados avanços no trabalho pedagógico dos professores envolvidos. Espera-se que, a longo prazo, toda a comunidade escolar seja beneficiada na medida em que os resultados desse tipo de trabalho podem ser considerados “fatores multiplicadores”. Em especial, aponta-se aqui as mudanças observadas no trabalho dos professores envolvidos que atingem não só as crianças com dificuldades, mas todos os seus alunos. Os professores participantes também influenciam o trabalho de colegas menos abertos à mudanças, o que pode promover tranformações positivas no ambiente escolar. Também é possível supor que os resultados alcançados pelas crianças (melhora no desempenho escolar) atinjam de alguma maneira positiva as famílias dessas crianças

Palavras-chave: Atendimento à queixa escolar, estágio supervisionado em psicologia escolar, trabalho com grupos de crianças.

ISSN 1981-2566

A FORMAÇÃO DO PSICOLOGO E A EDUCAÇAO ESCOLAR

Maria Lucia Boarini

Há décadas, no Brasil, a formação profissional do psicólogo esta em discussão, a considerar o clássico estudo intitulado Psicologia e Profissão em São Paulo de autoria de Sylvia Leser de Mello (1975). Nestas ultimas décadas ou mais precisamente nos anos de 1980 a discussão intensificou-se principalmente pela introdução da psicologia na rede básica de saúde. Em nossos dias este debate toma uma dimensão federal e oficial através da Resolução nº. 8, de 7 de maio de 2004 do Ministério da Educação que institui as diretrizes curriculares para os cursos de graduação em Psicologia. Neste espaço não vamos entrar neste debate propriamente dito, mas levantar algumas questões, quiçá oportunas para serem introduzidas nesta discussão geral. Para tanto vamos fazer um recorte tomando como foco a preparação do psicólogo para atuar no setor educacional escolar. Recorte que se justifica por representar um dos mais significativos gargalos do histórico fracasso escolar. Senão vejamos. Não é novidade que a escola foi a principal porta de entrada da psicologia no Brasil e seu mais importante anfitrião foram os médicos higienistas. Também não é novidade a grande demanda da escola aos especialistas e aqui se destaca o psicólogo pela freqüência da procura. Encaminhamento que se explica, em parte, pela tradição higienista que esta subjacente à formação do psicólogo. E nesta sintonia, via de regra, quando se trata de demanda escolar o psicólogo mantém, desde então, os mesmos procedimentos: realização de laudos e psicodiagnosticos, discussão das questões pontuais da demanda escolar, formação de grupos de professores para discutir teorias do desenvolvimento dentre outros. Sem entrar no mérito destes procedimentos em particular vale destacar que a incidência do fracasso escolar se mantém imbatível. É correto afirmar que atualmente há um maior numero de crianças na escola, mas já é de domínio publico a qualidade questionável do Ensino Fundamental na rede publica. Já é de domínio publico também a sutileza da exclusão escolar que se fez através das políticas de regularização do fluxo escolar. Apesar desta situação nota-se que a interlocução do psicólogo com os educadores não leva em conta estes fatos passados. E alem disso, tal como o fracasso escolar, os mitos ainda habitam o imaginário dos educadores em geral (e aqui se inclui o psicólogo) numa afinada orquestração pautada na perspectiva empirista e experimental. Afinal porque as crianças das classes trabalhadoras ainda não recebem uma educação de qualidade? Talvez esta questão esta ausente na formação dos educadores e do psicólogo em particular.

Palavras-chave: Formação do psicólogo, higienismo, psicologia escolar.

ISSN 1981-2566

A IMPORTÂNCIA DA REFLEXÃO SOBRE A INFÂNCIA PARA A FORMAÇÃO DO PSICÓLOGO ESCOLAR

Morgana Pereira Neves
Silvia Maria Cintra da Silva
Camila Rosa de Alvarenga
Michelle Cristinne Pereira Silva
Mariana Pizzotti Silva

Cada um dos atores do processo ensino-aprendizagem – sejam eles alunos, professores, diretores ou outros – provêm de diferentes realidades e estas não podem ser negligenciadas durante esse processo. A homogeneização das práticas educacionais não permite a manifestação das idiossincrasias desses atores, o que resulta em um ensino desvinculado do cotidiano e uma conseqüente desmotivação destes. O psicólogo escolar, através de uma prática sólida e bem fundamentada teoricamente, pode ser instrumento de modificação dessa realidade, levando a um ensino mais crítico e criativo. A realidade da criança deve ser considerada sem a adoção de (pré) conceitos, como os que decorrem de teorias ultrapassadas como a da carência cultural . O presente trabalho tem por objetivo empreender uma reflexão sobre as singularidades da infância e a sua importância para a atuação do psicólogo escolar e é resultado de uma prática desenvolvida como requisito da disciplina Psicologia Escolar e Problemas de Aprendizagem I, realizado por alunas do curso de psicologia da Universidade Federal de Uberlândia e supervisionada pela docente responsável pela disciplina. Esta prática visava realizar uma avaliação institucional de uma escola da rede pública de Uberlândia, seguida por atividades lúdicas com as crianças de uma das terceiras séries. Anterior à prática, uma ampla reflexão teórica e discussões foram realizadas sobre aspectos da infância, educação, sociedade, escola e atuação e formação do psicólogo escolar. A avaliação institucional baseou-se em observações da escola, da sala de aula e em entrevista com a professora. As atividades lúdicas envolveram músicas, modelagem, trabalhos manuais, desenhos, jogos e brincadeiras. A proposta possibilitou visualizar uma grande proximidade entre teoria e prática, já que se vivenciaram situações muito próximas das discutidas na literatura. As graduandas vivenciaram também a organização e funcionamento da instituição escolar, as dificuldades e facilidades do profissional de educação no exercício de sua atividade, bem como a interação professor-aluno e aluno-aluno. Ficou clara a necessidade do despojamento acerca das expectativas preconceituosas sobre o desempenho e/ou o comportamento dos alunos. Estas impedem a assunção de um sujeito singular e único, que ao mesmo tempo em que constitui a instituição, constrói a si mesmo e modifica a realidade. Evidenciou-se também a urgência em modificar os ambientes educacionais, para que estes sejam capazes de respeitar, valorizar e efetivamente educar os alunos e as suas famílias. A formação de um psicólogo escolar não pode ser completa sem uma experiência dessas, já que as crianças e o professor foram acompanhados no seu principal ambiente, que é a escola. Enfim, foi possível vislumbrar o que caracteriza o ambiente escolar com muita proximidade, propiciando reflexões que repercutirão nas práticas futuras. Além de ter possibilitado novas maneiras de enxergar a realidade, esta prática consolidou uma certeza de que a prática sem a teoria é vazia e inócua.

Palavras-chave: Formação do psicólogo, infância, avaliação institucional, teoria e prática.

ISSN 1981-2566

A IMPORTÂNCIA DO USO ADEQUADO DA LINGUAGEM ESTATÍSTICA NA COMUNICAÇÃO DE RESULTADOS DA PESQUISA CIENTÍFICA EM PSICOLOGIA

Claudia Borim da Silva

Tão importante quanto utilizar as técnicas estatísticas de forma adequada no tratamento dos dados da pesquisa em Psicologia é o uso adequado da linguagem e notação estatística na comunicação dos seus resultados. Infelizmente, no Brasil, ainda não há normas, nem diretrizes para a escrita dos resultados estatísticos. No máximo, há as normas da ABNT e do IBGE para a apresentação de Gráficos e Tabelas. Decorrente dessa situação, os pesquisadores interessados em publicar seus artigos, monografias, dissertações ou teses costumam reproduzir o padrão de publicação da revista ou instituição e, conseqüentemente, tem-se diversas formas de apresentação, muitas vezes incompleta, gerando dificuldades para o leitor na interpretação dos resultados. Algumas revistas científicas, por exemplo, costumam publicar os resultados do teste F, por exemplo, sem os graus de liberdade do numerador e do denominador seguido do símbolo ($p < 0,05$). Esta formatação impede ao leitor verificar o número de grupos e dados envolvidos na análise. Por outro lado colocar o valor menor que 5% era um recurso utilizado quando não se tinha acesso a saídas dos pacotes estatísticos, que hoje são capazes de calcular o nível de significância da amostra. Nesse sentido, publicar o valor p (p-value) permite tirar suas próprias conclusões. Esta palestra apresentará a notação estatística utilizada pelas principais revistas da área da Psicologia, bem como as normas da APA, na busca de sensibilizar a comunidade acadêmica da adoção de padrões na comunicação dos resultados estatísticos.

Palavras-chave: Educação estatística, ensino superior, psicometria.

ISSN 1981-2566

A INTERVENÇÃO DO PSICÓLOGO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL: PROJETOS DESENVOLVIMENTO INFANTIL E CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS

Bárbara Spinola Saddy
Renata Veloso de Albuquerque Maranhão
Iara Maria Farias
Lilian Ulup

A proposta de atuação do psicólogo do núcleo de estágio em psicologia escolar da Divisão de Psicologia Aplicada do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro funda-se numa visão crítica da psicologia e de suas relações com a educação, entendendo o psicólogo como parceiro do professor e colaborador nos processos de promoção da reflexão crítica, de ruptura de discursos naturalizados, e de circulação das falas, e nas atividades de formação continuada no ambiente escolar. Seu papel nesse contexto, lançando mão da observação participante e da escuta ativa, deve contrapor-se ao modelo clínico de atuação, deixando de restringir seu olhar à criança, ao individual e à sua patologização, para encarar a instituição como um todo: a qualidade da educação oferecida, os processos e práticas educativas, as relações entre os sujeitos envolvidos, com a compreensão de que os aspectos sociais e as condições concretas de cada instituição são agentes formadores de subjetividade. Este trabalho, assim fundamentado, pretende apresentar e discutir algumas estratégias de intervenção do psicólogo escolar envolvendo práticas que colaborem para a existência de um ambiente educacional onde não haja segregação entre os que pensam - os técnicos especialistas - e os que executam - os professores. Apresentará, a título de ilustração da proposta de atuação, dois projetos – Desenvolvimento Infantil e Contação de Histórias– concebidos e implementados a partir das observações realizadas e da demanda de professoras de duas instituições de educação infantil, que se constituem como campo de estágio, uma particular e outra comunitária, ambas localizadas no município do Rio de Janeiro. No que se refere à psicologia escolar, o referencial teórico centra-se na perspectiva sócio-histórica e na psicologia institucional de Bleger. Quanto ao Projeto Desenvolvimento Infantil, baseou-se nas abordagens interacionistas de Piaget e de Vygotsky; já o Projeto Contação de Histórias adotou como principal referencial teórico os estudos de Bettelheim. As intervenções em questão desenvolveram-se ao longo de quatro reuniões com cada equipe de professoras no primeiro projeto e em uma reunião no caso do segundo. Esses encontros tinham como objetivo a discussão dos diversos temas pertinentes, tendo sido utilizadas técnicas de dinâmica de grupo, além de material produzido especialmente para tais fins. Foi possível deixar mais claro para as professoras as estreitas ligações entre teoria e prática, além de proporcionar a circulação do discurso, a troca de experiências. No decorrer do trabalho conjunto, pôde-se observar a incorporação às práticas das educadoras e à rotina escolar de alguns dos conhecimentos discutidos. Os resultados obtidos corroboram o fato de que a psicologia tem uma colaboração importante a oferecer, mesmo como coadjuvante no processo educacional, aos profissionais das instituições educativas.

ISSN 1981-2566

A INDISCIPLINA NA ESCOLA VISTA PELO LADO DE FORA: O QUE A COMUNIDADE PENSA SOBRE O TEMA

Karina de Paula Rezende
Natália Galdiano Vieira de Matos
Paula Cristina Medeiros Rezende
Liliane dos Guimarães Alvim Nunes
Cláudia Silva de Souza
Lucianna Ribeiro de Lima
Maria José Ribeiro
Silvia Maria Cintra da Silva
Viviane Silva Barreto
Elina Machado Carrijo
Daniela Aparecida de Sousa Moreira
Renata Soares Duarte
Luciana Pereira Ferreira Davi

A questão da (in)disciplina tem sido um tema bastante estudado e é uma das principais queixas que o psicólogo escolar ouve quando vai à instituição de ensino. No entanto, a indisciplina deve ser vista pelos psicólogos escolares com uma postura crítica desconsiderando a concepção de desvio das regras e acreditando que o que é considerado indisciplina pela instituição pode ser trabalhado a fim de equilibrar as relações no meio escolar. O presente relato, de natureza qualitativa, encontra-se em andamento e faz parte de uma pesquisa maior da prática de Psicologia Escolar e Problemas de Aprendizagem I da Universidade Federal de Uberlândia. Essa pesquisa abrange alunos, pais, professores e funcionários de uma escola de educação básica da rede pública da cidade de Uberlândia a respeito da indisciplina e das contribuições da psicologia escolar em relação a este tema. Como complemento, procura conhecer como a comunidade externa à escola compreende a indisciplina. Para isso foi elaborado um roteiro de entrevista semi-estruturada que questiona como a comunidade entende o que é indisciplina na escola, a que essa indisciplina é atribuída, de que modo a sociedade contribui para que ela exista, o que a escola/ sociedade tem feito e pode fazer para lidar com o tema, bem como quais podem ser as contribuições da psicologia para lidar com a indisciplina na instituição. Os dados estão sendo analisados à luz dos pressupostos da teoria histórico-cultural enfatizando a importância das experiências de cada indivíduo no contexto escolar que são relevantes ao se tratar de indisciplina. Além disso, estão sendo utilizadas outras teorias relativas à (in)disciplina considerando-se sempre as contribuições da Psicologia Escolar para a compreensão e propostas de atuação referentes ao tema. É importante ressaltar as contribuições das idéias de Foucault que possibilitam uma visão diferenciada do contexto escolar. Já foram analisados oito relatos que em geral apontaram que a comunidade associa a indisciplina à ruptura de regras e normas estabelecidas pela escola, à má educação familiar e também à personalidade agressiva dos alunos. A idéia da pesquisa com a comunidade surgiu devido ao impacto causado em professores e alunos do curso de psicologia pelo modo com que as autoridades da cidade têm discorrido sobre a indisciplina, considerando-a uma situação policial. Essa idéia equivocada em relação à indisciplina tem sido vinculada constantemente na mídia impressa e televisiva. Desta forma a pesquisa pretende, com o estudo acerca da compreensão da indisciplina pela comunidade, desconstruir essas idéias, podendo ser expandida para outros aspectos referentes à indisciplina dentro e fora da escola e também servir de respaldo para a atuação e conhecimento do profissional psicólogo para possíveis intervenções em relação a essa problemática.

Palavras-chave: Indisciplina, psicologia escolar, comunidade.

ISSN 1981-2566

A IMPORTÂNIA DO PSICOLOGO DA FORMAÇÃO ESCOLAR

Ana Paula Díscola

Este trabalho é o resultado de um estagio realizado na Escola "EMEF Péricles Eugênio Silva Ramos", Localizado Profº José Ozi, nº 62 - Heliópolis – SP durante o ano letivo de 2006, onde o estagiário juntamente com sua orientadora iniciou um trabalho com adolescentes, falar sobre a adolescência é também falar em crise, em mudanças, no inesperado, enfim, em um tornar-se, em um vir-a-ser muito intenso. A adolescência é uma fase da vida onde ocorrem muitas mudanças, sejam fisiológicas, psicológicas ou sócio-culturais. Neste trabalho, abordamos alguns aspectos que caracterizam esta fase assim o objetivo no nosso trabalho com que estes adolescentes eram que eles conseguissem experimentar algo novo, mas não um novo imposto a eles, e sim algo que fizessem parte deles, algo que partissem de suas vontades, alguma coisa que de certa maneira plantasse uma semente em cada um, pois queríamos que eles pudessem simplesmente ser indivíduos livres de todo preconceito que não impostos àquela comunidade.O projeto foi realizado em intervenções coletivas, sendo que foi subdividido em 2 grupos, com alunos das 8º A e 8º B serem convidados para participarem do projeto,os temas discutidos, drogas e sexualidade, foram temas que os próprios alunos escolheram através de votação coletiva. Assim visamos propiciar a autonomia, para que os adolescentes sejam capazes de fazerem suas próprias escolhas, assim melhorar seus relacionamentos sociais, trabalharem cidadania, formação crítica e respeito. Este trabalho nos proporcionou uma experiência enorme onde podemos observar e trabalhar o lado que em muitas vezes são esquecidos em nossa sociedade o lado humanizado de uma sociedade onde ainda o preconceito e enorme obtivemos ao longo deste ano uma grande aprendizagem onde conseguimos inserir em nossa vida profissional tanto quando em nossa vida pessoal.

Palavras-chave: Adolescência, psicologo, vivencia.

ISSN 1981-2566

A 'NÃO-AULA' SOB A LUZ DA CONSCIÊNCIA CRÍTICA DE PAULO FREIRE - UM ESTUDO DE CASO

Débora Chammas

Esta fala pretende apresentar uma pesquisa realizada como parte da conclusão do curso de Licenciatura em Psicologia. Abordaremos a princípio o nascimento do interesse neste estudo específico, em seguida a proposta de pesquisa traçada (problematização e metodologia) e, por fim, os dados observados e a discussão final levantada.O problema pesquisado foi a 'não-aula' de psicologia num estudo de caso. Os objetivos gerais foram o de Estudar como vem sendo lecionada a disciplina de Psicologia no Ensino Médio. O objetivo específico foi o de observar o fenômeno da 'não-aula' para tentar definir o que ela é, como se dá, quais são as estratégias didáticas da professora e, por fim, quais são as estratégias dos alunos para que possam não fazer as tarefas pedidas. O Interesse da pesquisa nasceu em um estágio inicial (obrigatório do curso da Licenciatura) em que se realizou uma observação de 40h de aulas de aulas de psicologia, do período noturno, ministrada para alunos de 2ªs e 3ªs séries do E.M., numa escola Estadual tradicional da cidade de São Paulo, localizada na região central da cidade. Neste estágio constatou-se que as aulas estavam sendo dadas de forma a não haver ensino, muito menos aprendizagem. O horário destinado às aulas era ocupado com conversas dos alunos, que também ouviam música ou jogavam 'jogos de tabuleiro'. Por sua vez a professora permitia que isto acontecesse, raramente pedia silêncio e não dava aulas expositivas. Sua prática docente consista basicamente em quatro atividades: fazer a chamada, pedir aos alunos que resumissem capítulos da apostila, dar visto nos cadernos (sem lê-los) e passar as notas no diário. A este quadro denominamos 'não-aula'. Com base nesta situação decidiu-se fazer o presente trabalho que se propôs a, com outras 40h de observação não interventiva na mesma Instituição, investigar como ocorria o fenômeno da 'não aula', ou seja, por quais vias didáticas ele se dava. Os dados observados foram analisados sob a luz de alguns conceitos, abordados em três textos de Paulo Freire: "O Compromisso do Profissional com a Sociedade" e "A Educação e o Processo de Mudança Social", primeiro e segundo capítulos do livro Educação e Mudança (1979) e Pedagogia da Autonomia (1996). Foi feita uma análise textual dos capítulos escolhidos, concomitante a uma descrição e análise dos dados mais significativos e representativos do contexto observado. Recorremos aos conceitos de Compromisso e Esperança para descrever e explicitar melhor o que ocorria na situação observada. Entretanto, as causas deste fenômeno permaneceram obscuras e exigiriam uma nova pesquisa, com outra estratégia investigativa (como por exemplo, entrevistas e questionários ao docente e outros membros da equipe escolar) para que pudessem se evidenciar. Descreveremos ainda alguns aspectos históricos da escola, inaugurada em 1846; alguns aspectos físicos, arquitetônicos e dos cuidados atuais; aspectos do professor de psicologia na escola e de sua estratégia didática (formado na PUC-SP, está próximo de sua aposentadoria. Baseia sua aula no livro 'Psicologias' de Ana M. Boch, Oldair Furtado e Maria de Lourdes Teixeira) e aspectos gerais dos alunos.

Palavras-chave: Não-aula, compromisso, esperança.

ISSN 1981-2566

A MÚSICA COMO PROMOTORA DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL: UMA PESQUISA-INTERVENÇÃO NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Yolanda de Jesus Machado
Lilian Ulup

As aprendizagens empreendidas pela criança, incluindo as musicais, no contato com parceiros mais experientes, nos primeiros anos de vida, estimulam o desenvolvimento das funções psicológicas e de diversos processos como a socialização, a construção e o estreitamento de laços afetivos, a aquisição da linguagem, o desenvolvimento da psicomotricidade. A partir da experiência como membro de equipe de estágio em psicologia escolar em instituições de educação infantil, mostrou-se relevante desenvolver com as professoras um trabalho de sensibilização para o papel da música no desenvolvimento infantil. Fundamentada em uma visão crítica sobre o processo de musicalização e seu papel no desenvolvimento infantil, assim como nas orientações dos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil do MEC, tal intervenção justificava-se pela precariedade da formação das professoras nessa área, dado o currículo dos cursos por elas realizados. O presente trabalho tem por objetivo trazer à discussão o resultado das observações e intervenções realizadas com tal propósito. Pretendeu-se auxiliar na promoção de uma postura atenta e crítica em relação à importante contribuição da música para o desenvolvimento infantil, seguindo os parâmetros da proposta do estágio de psicologia em realização –inspirada na psicologia sócio-histórica e na psicologia institucional– que entende o psicólogo como coadjuvante no cenário educativo, parceiro do educador e atuante não só nas esferas familiar e infantil, mas também nos processos de formação continuada dos professores. Foram pesquisadas, em relação à temática em questão, as concepções dos professores de três instituições de educação infantil do município do Rio de Janeiro –duas comunitárias e uma particular. A metodologia constou de quatro etapas: observação participante do cotidiano escolar; aplicação de um questionário com perguntas abertas e fechadas a 29 educadoras; realização de 2 entrevistas semi-estruturadas com uma coordenadora psicopedagógica e uma estagiária de psicologia atuante na instituição comunitária; e a realização de duas oficinas de musicalização com as professoras. A estrutura da oficina, que teve duração média de duas horas, era composta de atividades de sensibilização sobre o papel da música na vida da criança, discussão a respeito das possibilidades de trabalho pedagógico e utilização de recursos musicais, confecção de instrumentos e apresentação de cantigas. A análise de conteúdo do material colhido e das observações realizadas indicam que as educadoras demonstram interesse tanto pela música quanto pela dança e utilizam esses recursos com muita freqüência, mas geralmente em atividades de rotina, atividades pedagógicas e atreladas à contação de histórias. Os principais resultados obtidos com a intervenção foram a circulação entre as professoras de práticas inovadoras, algumas empregadas por elas a seguir com sucesso, a troca de experiências profissionais e pessoais, a valorização de seu trabalho e conhecimento, além de reflexões e debates direcionados para uma visão crítica a respeito da música e sua utilização na educação infantil. Pode-se concluir, pois, afirmando que a atuação mediadora do psicólogo escolar pode contribuir para o enriquecimento do trabalho educativo que, proporcionando uma aprendizagem mais diversificada, abre novas possibilidades para o desenvolvimento infantil.

ISSN 1981-2566

A FORMAÇÃO DO PSICÓLOGO ESPECIALISTA EM PSICOPEDAGOGIA

Ivete Pellegrino Rosa

O exercício da docência nos programas de formação do Psicólogo especialista em psicopedagogia traz desafios variados. Neste trabalho objetivamos discutir as questões que implicam no processo diagnóstico e na estruturação do tratamento psicopedagógico. Tem sido inquietante a definição do paradigma que norteia o trabalho prático de tais especialistas. Em decorrência, o preparo para atuação clínica exige um referencial que possa subsidiar os objetivos da formação e propiciar um atendimento de qualidade, tendo em vista a queixa escolar de crianças em processo de exclusão do saber, o processo diagnóstico e a estruturação dos atendimentos. Este trabalho busca promover nos psicólogos/alunos uma visão mais contextualizada, tendo em vista a multidimensão do problema, levando-se em conta as políticas publicas, as diversidades sociais e culturais as quais os jovens estão inseridos.Tem sido uma opção de trabalho os princípios da Epistemologia Convergente Visca (1995), que agrega a teoria Epistêmica Genética de Jean Piaget aos processos dinâmicos da Psicanálise Freud e as questões sociais de Pichon-Riviere.Entretanto, uma das inquietações do docente do Programa é como eqüalizar as ações desses profissionais que atendem uma demanda de crianças com queixa generalizada de problemas escolares. São crianças carentes e socialmente excluídas, comumente sem as competências acadêmicas básicas, provenientes de escolas que muitas vezes solicitam auxilio às clinica/escola das universidades na busca de uma ação conjunta, com a meta de evitar uma relação de não atendimento as necessidades das crianças ou mesmo chegar ao nível da educação de valores da intolerância, ocasionando mais frustrações e baixo auto-estima. Pensamos que se torna necessário uma discussão das diferentes dimensões do fracasso escolar e do avanço no referencial teórico que possa contemplar questões de natureza social e cultural, além das psicológicas específicas envolvendo criança e família. Pensamos também que a Psicopedagogia como uma área de especialização possa trazer ao Psicólogo aporte sobre as Políticas Públicas em Educação e uma discussão sobre os fenômenos psicossociais do professor, principalmente da Escola Básica.

Palavras-chave: Formação do psicólogo, trabalho psicopedagógico, psicologia da educação.

ISSN 1981-2566

A INTERVENÇÃO DO PSICÓLOGO NUMA ESCOLA PUBLICA

Maria Teresa Antunes Albergaria

Este projeto de extensão foi desenvolvido de abril a dezembro de 2006 numa escola estadual de São João del-Rei. O trabalho foi realizado no turno da manhã, no qual funcionam as turmas de 5ª a 8ª série. As atividades tiveram início com a exposição de uma proposta de atuação e formalização do contrato com a escola por meio de uma reunião entre a direção da escola e a equipe do projeto de extensão. A partir de então, a bolsista foi introduzida no cotidiano escolar para a realização do diagnóstico institucional. O presente projeto teve como proposta realizar uma análise da instituição escolar através da investigação do seu cotidiano. As atividades desenvolvidas foram: observação do cotidiano e das culturas escolares, entrevistas livres e análise documental, observação participante nas dependências da escola tais como: pátio, secretaria, diretoria, cantina, biblioteca, sala dos professores e salas de aula. As entrevistas livres complementaram as informações obtidas através da observação e foram realizadas com diretora, supervisora, secretária, cantineiras e alunos. A análise documental envolveu a leitura e exame do Regimento Escolar, da Proposta Político Pedagógica, de comunicados do governo estadual, do registro das turmas e de laudos sobre os alunos. Os dados obtidos foram analisados com base nas contribuições da Psicologia para o entendimento da escola enquanto espaço sócio-cultural. Concomitantemente, desenvolveu-se uma pesquisa bibliográfica sobre adolescência, sexualidade, uso de drogas, indisciplina e violência na escola. Este trabalho envolveu conhecimentos produzidos pela Psicologia Escolar e Educacional, Sociologia, História e Pedagogia. O aprofundamento teórico teve como objetivos: comparar a realidade específica desta escola com a de outras instituições educativas; subsidiar um diagnóstico da realidade escolar inserindo-a no contexto sócio-cultural brasileiro; fundamentar a produção e execução de projetos de intervenção bem como a avaliação e redimensionamento destes. Através do diagnóstico institucional, se verificou que uma das principais dificuldades da escola é a questão da indisciplina em sala de aula. Neste sentido, a queixa escolar envolve a conduta desorganizada dos alunos como: bagunça, tumulto, desrespeito às figuras de autoridade e às regras que regem o cotidiano escolar. Pôde-se notar também que a indisciplina não se restringe aos alunos, mas envolve a direção, os professores, secretárias e cantineiras. Outro ponto que se destaca é o clima de tensão que emerge nas relações professor-aluno, direção-aluno, direção-professor gerado pela indisciplina. A aproximação com a realidade educativa possibilita ao psicólogo escolar a construção de intervenções para atuação numa perspectiva psicossocial. O psicólogo, ao se inserir no cotidiano da escola, se apropria do modo de funcionamento e da cultura específicos de cada estabelecimento de ensino. Desta forma, este profissional adquire as ferramentas necessárias para a elaboração de modelos de atuação junto à instituição educacional condizentes com a realidade socio-cultural.

Palavras-chave: Análise institucional, psicologia escolar, escola.

ISSN 1981-2566

A PATOLOGIZAÇÃO DO FRACASSO ESCOLAR

Vanessa Fagundes

A organização escolar e a prática pedagógica atual, através de diferentes meios e instrumentos, contribuem para resultados insatisfatórios no processo ensino-aprendizagem, conduzindo os alunos, muitas vezes, ao fracasso. Estes são, em geral, avaliados de acordo com uma expectativa em relação aos resultados que devem apresentar e, quando estas não são satisfeitas e os resultados são insatisfatórios, surgem as queixas, tão freqüentes no cotidiano das escolas. As queixas, na maioria dos casos, são atribuídas aos alunos, isentando professores e escola de participação na sua produção, descartando a possibilidade de uma dificuldade do professor em lidar pedagogicamente com alguns aspectos do processo de alfabetização. Como normalmente a queixa é atribuída apenas ao aluno, é comum o encaminhamento para profissionais da área da saúde, tentando localizar as causas da não aprendizagem na própria criança, individualizando o problema. Esse tipo de encaminhamento revela a patologização do processo de escolarização, que busca situar as causas em aspectos orgânicos, individuais do aluno. Transforma-se, assim, problemas que são eminentemente escolares em problemas biológicos, pautados em preconceitos sobre os alunos e suas famílias, tais como os que consideram que o aluno pobre não possui capacidade cognitiva para aprender ou que os alunos pobres sofreram desnutrição tendo, portanto, capacidade cognitiva rebaixada. Moysés e Collares (1996) dizem que o "diagnóstico" da não aprendizagem, realizado em sala, baseia-se em preconceitos, pois o professor não tem conhecimento a respeito dos problemas que podem levar o aluno ao fracasso escolar, atribuindo-os à desnutrição, disfunção neurológica e deficiência mental, promovendo o encaminhamento dessas crianças a outros profissionais, como o psicólogo. Esse profissional, a exemplo de outros, também assume a concepção de que as dificuldades de aprendizagem são resultado de fatores intrínsecos ao aluno, psicologizando a questão e atribuindo a esses fatores intrínsecos problemas de ordem afetivo-emocional. A psicologia, de forma geral, tem dado o aval científico à concepção de que as dificuldades das crianças no processo ensino-aprendizagem são decorrentes de problemas individuais, escamoteando o problema da desigualdade social, implícita no encaminhamento e nos procedimentos adotados posteriormente. Embora haja um predomínio da concepção de que as dificuldades escolares ou o insucesso do aluno se devem a questões individuais, próprias do aluno, deve-se considerar que há, também, outra concepção, segundo a qual a maioria dos problemas que causam o fracasso escolar relaciona-se a questões escolares, portanto pedagógicas. Desta forma, seria necessário acompanhar o processo de escolarização, a forma como a escola conduz o processo ensino-aprendizagem, para buscar soluções que superem o simples encaminhamento a outros profissionais, procurando identificar os fatores que possam estar contribuindo para o insucesso. Em outras palavras, para entender a não-aprendizagem, deve-se resgatar sua dimensão coletiva, analisando e solucionando o problema a partir da compreensão que se produz no interior da instituição escolar, ou seja, a questão da não-aprendizagem deve ser analisada através da própria escola, buscando entender como é produzida, para que possa ser solucionada.

Palavras-chave: Fracasso escolar, queixa escolar, processo ensino-aprendizagem.

ISSN 1981-2566

A PSICOLOGIA E O ECA NAS RUAS DO CENTRO DE SÃO PAULO

Mariana Peres Stucchi

Discutiremos dificuldades e perspectivas do trabalho com crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, a partir da experiência do Projeto Quixote/Moinho Luz, que atua no centro da cidade de São Paulo. Esta prática apresenta conflitos em vários âmbitos e dificuldades de implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente.Tratar a psicologia relacionada a qualquer lei parece complicado, uma vez que as leis são de um âmbito social, do coletivo e a psicologia, mesmo que social, procura sempre uma escuta do indivíduo. Falar sobre o ECA traz outro conflito, já que esta lei é muitas vezes mal entendida e lida superficialmente. Muitos reclamam ser uma lei que "passa a mão na cabeça das crianças", tirando qualquer autoridade dos educadores. Quando vamos falar no trabalho com crianças que vivem na rua estes conflitos disparam, pois falamos de uma situação limite. Vamos tratar da psicologia atuando em âmbito social, cuidando de casos individuais, permeados por uma lei mal compreendida. Parece bastante complicado compreender a vida nas ruas. Uma "escolha", pois o contexto de vida dos meninos que vivem nestas condições é sempre muito complicado, com laços afetivos cortados, perdas afetivas intensas, grandes dificuldades econômicas, dependências químicas, agressões, confusões: uma posição na sociedade que desconsidera tudo o que é garantido pelos 267 artigos do ECA – sobre o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além dos direitos de proteção contra maus tratos, discriminação, violência...Quando os educadores terapêuticos se aproximam e ,com o tempo, procuram criar um vínculo com estes meninos, não há como não se revoltar com a situação de negligência geral em que se encontram, já que o ECA determina a responsabilidade de garantia de direitos ao Estado, à família e à toda sociedade. Por outro lado, é preciso olhar o que há por trás desta realidade: essas crianças e adolescentes não estão ali por simples escolha, porque viver na rua é mais divertido; todos sofrem muito, carregam muita raiva, muita mágoa e tristeza. Assim, é com cuidado que estes educadores se aproximam das histórias destes meninos, das famílias deles e procuram entender a dinâmica daquela situação, atendendo à demanda deles – do menino na rua em primeiro lugar – e não procurando cumprir leis que não podem ser cumpridas à risca na realidade social que temos. Forçar mudanças na dinâmica de vida destes garotos, sem que eles as construam e as desejem, não tem a sustentabilidade necessária para a efetivação da transformação.O problema é bastante complexo e há muito o que se pensar sobre como respeitar esta "escolha" ou reação destes meninos ao irem viver na rua, entender o que eles expressam com isso e poder ajudá-los a se ver como sujeitos de direitos, dignos de uma política de proteção integral, sem fazê-los sentir presos e agredidos e ao mesmo tempo fazê-los compreender o abismo social que encontramos embaixo de nossos narizes

Palavras-chave: Psicologia, Estatuto da Criança e do Adolescente, moradores de rua,

ISSN 1981-2566

A QUEIXA ESCOLAR NA FORMAÇÃO DO PSICÓLOGO

Fabiola Almeida Braga

O presente estudo busca apresentar o trabalho de uma acadêmica do 5º período do curso de Psicologia da Universidade Tiradentes (UNIT), no ano de 2006. A relevância deste trabalho esta na reflexão sobre os desafios e perspectivas do psicólogo em formação sobre a queixa escolar, vinculada à escola do futuro. O trabalho realizado desenvolveu um processo de questionamento, na medida em que foi aplicado um questionário aos estudantes do 9º e 10º períodos do curso de Psicologia da Universidade Tiradentes (UNIT), da Universidade Federal (UFS) e da Faculdade Pio Décimo, todas da cidade de Aracaju-SE. O questionário tem como proposta identificar o nível de preparação desses acadêmicos ante aos problemas escolares. Foram questionados 22 estudantes, de forma aleatória, levando em conta a disponibilidade e acessibilidade, e alguns se recusaram a responder as seguintes questões: O que você entende por dificuldades no processo de escolarização? ; Sentem-se preparado para trabalhar com a queixa escolar? ; Quais são as praticas terapêuticas que você utiliza diante do problema citado acima? ; Em que pressupostos teóricos se baseiam? Que preocupações se fazem presentes na formação do psicólogo referente à queixa escolar? E como resultado podê-se verificar uma realidade pouco promissora como propunha Del Prette em seu livro Psicologia Escolar e Educacional, saúde e qualidade de vida, 2001, a formação acadêmica em psicologia escolar pode ser considerada inadequada e não priorizada na grade curricular; há uma dicotomia entre teoria e prática; os estágios estão sendo realizados em diferentes abordagens teórico-metodológicas; a identidade profissional do psicólogo parece situar-se entre dois modelos, o clinico (curativo-terapêutico) e o preventivo (educacional e pedagógico). Os acadêmicos ressaltaram que para a pratica em relação à queixa escolar seria necessário especializações, visto que as instituições não dão suporte. Em virtude de uma formação deficitária, estão lançados os desafios para os psicólogos escolares do novo milênio: uma configuração de identidade própria e singular, que seja capaz de reunir habilidades, capacidades e competências de atuação, na instituição social escolar; ajudar a construir a revolução educacional, aquela que devolvera à escola o seu verdadeiro papel de espaço institucional para o desenvolvimento integral, visto que, segundo este autor a escola do futuro será um espaço institucional onde os alunos e professores possam se desenvolver, aprender uns com os outros.

Palavras-chave: Psicologia escolar, formação acadêmica em psicologia escolar, desafios para o psicólogo escolar.

ISSN 1981-2566

A PSICOLOGIA ESCOLAR E A FORMAÇÃO DE PSICÓLOGOS E PROFESSORES: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Marcela Cristina Moraes
Viviane Prado Buiatti Marçal
Silvia Maria Cintra da Silva

Acreditamos que a psicologia pode contribuir para a reflexão e construção de uma prática que se aproxime e atenda às reais necessidades da escola. Para isso, temos procurado desenvolver na disciplina: Psicologia Escolar e Problemas de Aprendizagem I, ministrada para o 6º período de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, uma prática em que graduandos atuem como psicólogos escolares junto a grupos de docentes e de alunos das escolas públicas do Ensino Fundamental de Uberlândia - MG. Objetivamos com esta ação possibilitar aos estudantes em formação, além do contato com a prática, a conscientização e discussão sobre os aspectos políticos e históricos que permeiam o processo de ensino-aprendizagem, contribuindo para a formação de um profissional de psicologia que se proponha a atuar na instituição escolar de forma crítica, reflexiva e contextualizada. Em nossa proposta, a docente da disciplina foi à escola com os alunos, para simultaneamente realizarem grupos com as crianças e as professoras. As professoras que aceitaram participar foram reunidas em um grupo, a fim de desenvolver um trabalho que pudesse colaborar com sua prática cotidiana e valorização do trabalho docente, possibilitando um olhar diferenciado sobre a sua atuação. Cada sala de aula recebeu dois ou três alunos da Psicologia que desenvolveram atividades de acordo com a faixa etária, mas que de um modo geral pudessem contribuir para o respeito às regras e pelo outro, trabalho em grupo e interesse pela aprendizagem de maneira geral. Percebemos que este trabalho possibilitou às educadoras das escolas a abertura de um espaço em que o puderam ressignificar suas próprias aprendizagens, compartilhando e refletindo sobre suas dificuldades com o grupo, ao oferecer-lhes condições para a construção de projetos que apontassem outros caminhos. Aos alunos foi possibilitado ter contato com atividades diferenciadas que valorizam a arte e a cultura, com a proposta de favorecer o seu desenvolvimento integral. Os graduandos em Psicologia, foram orientados por textos e teorias críticas que pudessem sustentar a prática e permitir a interlocução entre essas duas partes da disciplina que nem sempre podem ser relacionadas na graduação. Antes e após cada atividade realizada na escola os estudantes de psicologia receberam supervisões com vistas à orientação e discussão da proposta para cada encontro. Ao final da disciplina os alunos confeccionaram relatórios individuais sobre sua atuação, revelando que aprenderam muito com a atividade prática, chegando a apontar que talvez essa tenha sido a única experiência que terão em uma instituição escolar durante a formação, já que o currículo do curso exige somente estágio em duas áreas da psicologia. Assim, percebe-se a relevância desta prática tanto para a formação do psicólogo como para a população das instituições onde a proposta foi realizada.

ISSN 1981-2566

AS DIFICULDADES QUE PERPASSAM O PSICÓLOGO ESCOLAR - O RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UM ESTAGIÁRIO

Aline Akeme Tamashiro
Alba Cristhiane Santana

O presente trabalho foi realizado como requisito parcial da graduação do curso de psicologia da Universidade Católica de Goiás. Ele é prática do Estágio Supervisionado II na área de psicologia escolar e aborda, a partir da perspectiva sócio-histórica, as principais dificuldades que o estagiário pode enfrentar nessa área, que podem refletir nas dificuldades encontradas pelos profissionais da área, seja ele dentro ou fora da escola. O estudo discute a visão das pessoas que compõe as instituições educativas em relação a esse profissional. O trabalho foi construído a partir de três propostas de estágio sob a ótica da psicologia escolar crítica em diferentes contextos; sendo elas: um trabalho com os alunos do primeiro período do curso de psicologia da própria universidade, tendo por objetivo estar trabalhando suas principais angústias, dúvidas e anseios em relação ao curso; outro com as crianças da clínica-escola encaminhadas com queixa de dificuldade de aprendizagem, em um trabalho multidisciplinar com os estagiários clínicos e por fim, com alunos do 3º ano de um colégio de ensino público de Goiás, onde seria realizado um trabalho de orientação profissional. Apenas a última proposta foi concretizada. Assim, pôde-se concluir através das dificuldades que a estagiária passou, que as pessoas têm uma visão equivocada do papel do psicólogo escolar, voltado ao modelo clínico de atuação e pouco conhecimento sobre um trabalho multidisciplinar que possa envolver todos os profissionais do contexto educativo, o que dificulta o trabalho coletivo para uma prática de planejamento e ação na instituição envolvida. Essa situação pode dificultar a inserção do psicólogo nesse espaço, como dificultou a realização do estágio. Diante disso, acredita-se na importância de se estar repensando a estruturação curricular dos cursos de psicologia, que não possuem disciplinas suficientes referentes à educação e apresenta o estágio curricular focalizado apenas no final do curso e reduzido a dois semestres, dessa forma, não sendo possível desenvolver habilidades entrelaçadas com os conhecimentos teóricos satisfatórias e uma prática consistente. Com essa reestruturação, o estagiário teria um suporte maior, minimizando erros ou dificuldades quanto ao papel do psicólogo escolar. Seus conhecimentos teóricos acerca do contexto educacional proporcionariam ao estagiário mais segurança quanto à sua prática, havendo um maior preparo para lidar com as frustrações inerentes a esse contexto, devido à complexidade envolvida em uma instituição educacional; além de dificuldade que poderia surgir durante um estágio, como o de não serem aceitos pela instituição ou não conseguirem realizar o trabalho proposto. É de suma importância que as instituições formadoras, os Conselhos Federal e Regional de Psicologia e as Associações como a ABRAPEE, participem como elementos ativos que são, dessa nova proposta do papel do psicólogo escolar, continuando a divulgar e auxiliar na construção de um profissional mais sólido.

Palavras-chave: Psicologia escolar, psicólogo escolar, dificuldades de inserção.

ISSN 1981-2566

ASPECTOS DA DIFERENÇA ENTRE GÊNEROS NA LEITURA DE ALUNOS UNIVERSITÁRIOS

Katya Luciane Oliveira
Raquel Ávila Maia de Oliveira

Alguns estudos indicam que pode haver diferença entre os gêneros masculino e feminino no processamento cognitivo de diferentes habilidades e comportamentos. Tais estudos não são conclusivos, mas apontam que em algumas habilidades como a compreensão em leitura os gêneros se diferenciariam em razão do desempenho em um teste de compreensão textual. Essas investigações não pretendem estabelecer que homens são melhores compreendedores do que mulheres ou vice e versa, mas sim entender as peculiaridades de cada gênero, a fim de se definir parâmetros mais eficazes para o ensino de estratégias de leitura adequadas, entre outras medidas pró-ativas. Com base nessas considerações, este estudo visou comparar de forma exploratória a compreensão em leitura de estudantes universitários do gênero masculino e feminino. Participaram 82 estudantes de um curso de ciências contábeis de uma universidade particular do sul do estado de Minas Gerais, Brasil. A idade mínima levantada foi 19 anos e a máxima 45. O gênero masculino representou 52,4% (n=43) da amostra e o feminino 47,6% (n=39). Para mensurar a compreensão em leitura um texto de 250 vocábulos foi preparado de acordo com a técnica de Cloze, que se baseia na deleção sistemática de todas as quintas palavras do texto. Assim, foram omitidas 40 palavras. Os participantes após consentirem na participação por meio da assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido, responderam em uma sessão coletiva ao teste de Cloze. Os dados foram organizados em planilha e submetidos ao teste t de Student para se aferir eventuais diferenças entre os gêneros masculino e feminino no desempenho no Cloze. Os resultados mostraram os estudantes do gênero feminino apresentaram um desempenho um pouco melhor (M=12,5) do que os estudantes do gênero masculino (M=11,9). Contudo, embora as mulheres tenham se saído um pouco melhor do que os homens, o teste t de Student não indicou diferença estatisticamente significativa no desempenho do Cloze em relação ao gênero (t=0,682; p=0,497). Com esses resultados pode-se aventar que os estudantes universitários, não importando o gênero, apresentam sérias dificuldades de compreensão e possivelmente isso se reverte de forma negativa no desempenho acadêmico como um todo. Observa-se a necessidade de que novas pesquisas sejam realizadas visando explorar melhor as variáveis envolvidas neste estudo.

Palavras-chave: Compreensão, universidade, gênero.

ISSN 1981-2566

ANALISANDO O CURSO DE PSICOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA PARA A FORMAÇÃO DO PSICÓLOGO ESCOLAR

Iracema Neno Cecilio Tada

O curso de Psicologia da Universidade Federal de Rondônia encontra-se inserido no Núcleo de Saúde, tendo, portanto, em sua grade curricular seis disciplinas da área da saúde: Genética e evolução, Anatomia, Fisiologia, Psicofisiologia I e II e, Introdução à saúde pública, somando-se 315hs de carga horária. Nesse sentido, enfatiza-se o conhecimento sobre o desenvolvimento do indivíduo saudável organicamente, o que de certa forma, contribui para uma formação clínica, do modelo médico que busca um diagnóstico do aluno com queixa escolar comprometendo a atuação do psicólogo frente à complexidade dos processos de escolarização. Temos ainda, cinco disciplinas da área da psicometria: Testes psicológicos I e II, Técnicas de exames psicológicos I e II e Psicodiagnóstico, totalizando uma carga horária de 330hs, que favorecem a atuação do psicólogo escolar por meio de avaliações individuais, que tendem a culpabilizar o aluno pelo insucesso escolar, comprometendo a análise sobre o cotidiano escolar. As disciplinas oferecidas com enfoque escolar são apenas duas: Psicologia Escolar e Problemas de Aprendizagem I e II, com um total de carga horária de 120hs teóricas, e apenas uma disciplina que aborda sobre a temática da instituição: Psicologia Institucional com 60hs. Tal formação tem contribuído para uma formação clínica do Psicólogo Escolar em nosso Estado e no Acre, visto termos muitos alunos deste Estado em virtude da Universidade Federal do Acre não oferecer o curso de Psicologia. Desde o ano passado, iniciou-se no Departamento de Psicologia uma discussão sobre a grade curricular, buscando adequar a formação de nossos alunos para uma atuação crítica e social, reformulando os ementários das disciplinas, aumentando a carga horária, oferecendo disciplinas optativas e questionando a manutenção de algumas disciplinas da grade atual. Uma problemática de nosso curso, que de certa forma pode estar contribuindo para o enfoque clínico da Psicologia Escolar, além do número reduzido de disciplinas na área escolar, centra-se no pequeno número de docentes, somos apenas treze professores do departamento de Psicologia destes, oito são doutores três em doutorado e dois mestres, o que leva a uma sobrecarga de atividades acadêmicas. Ressalta-se que somente três professores têm buscado contribuir para uma formação crítica do psicólogo escolar, de análise reflexiva sobre o contexto escolar, buscando atuação coletiva deste profissional na escola. Algumas mudanças na área da formação em Psicologia Escolar começaram a serem desenvolvidas neste ano, como a realização do primeiro estágio curricular em Psicologia Escolar em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, tendo sete estagiários do último ano do curso e o Projeto de Extensão que será apresentado a seguir. Outro ponto que merece destaque, é termos uma representação da ABRAPEE em Rondônia, havendo vinte e dois sócios o que contribui para uma reflexão sobre formação e atuação do psicólogo escolar em nosso Estado, havendo alunos associados.

Palavras-chave: Psicólogo escolar, formação, queixa escolar.

ISSN 1981-2566

A REFLEXÃO CRÍTICA NAS PRÁTICAS PSICOLÓGICAS E DOCENTES NO AMBIENTE ESCOLAR

Natália Teixeira Oliveira

Este trabalho visa debater estratégias de intervenção do psicólogo no ambiente escolar trazendo à baila a discussão da pertinência dos conceitos de Schön de conhecimento-na-ação, reflexão-na-ação e reflexão-sobre-a-ação-e-sobre-a-reflexão-na-ação, concebi-dos e aplicados originalmente em relação à atividade do professor, para se pensar também a prática do psicólogo escolar. Parte-se do pressuposto de que o psicólogo não chega à escola sozinho. Junto com ele, os estigmas da onipotência, ressonância do modelo clínico de atuação, trazem para o ambiente escolar a mística de um poder sobre o outro semelhante ao portado e praticado muitas vezes na prática de consultório –é o profissional que sabe mais de seu paciente do que o próprio. O psicólogo que atua em instituições educativas carrega consigo esse peso do saber, uma imagem que ele próprio não construiu, mas que lhe confere uma suposta identidade e aparente razão de ser. Com isso, sua atuação provoca com freqüência resistência e desconfiança da parte dos demais profissionais, e ele é visto muitas vezes como um elemento persecutório. No curso da prática de estágio em psicologia escolar oferecida por instituição federal de ensino do município do Rio de Janeiro, realizada em instituições de educação infantil particulares, comunitárias e institucional, foram observadas práticas pedagógicas que serviram de base para uma pesquisa teórica, reflexões e discussões sobre as formas vivenciadas pelo psicólogo na teia de relações sociais no contexto escolar. Os elementos colhidos por meio da observação participante permitiram a formulação da seguinte questão: como podem os psicólogos criar formas de desconstruir, para os outros e para si mesmos, essa onipotência que a profissão encerra, produzindo a reflexão com o outro e não pelo outro? Este trabalho propõe que o psicólogo escolar, no delineamento de seu campo de atuação, comece problematizando sua posição dentro da instituição educacional, minimizando as expectativas equivocadas sobre seu papel, construindo suas práticas num processo reflexivo juntamente com o professor, e não, ao contrário, fazendo foco na busca de problemas e suas pretensas soluções, individualizando fenômenos multi-determinados, executando ações voltadas para o tratamento individual de problemas de cunho fundamentalmente psicossocial, privilegiando soluções pontuais e não sistemáticas. Eis a razão de os conceitos mencionados acima de conhecimento-na-ação, reflexão-na-ação e reflexão-sobre-a-ação-e-sobre-a-reflexão-na-ação terem sido colocados como norte do presente trabalho, por sua pertinência e possibilidade de aplicação à prática profissional do psicólogo escolar. Conclui-se lembrando que melhor do que falar de identidade profissional caberia, na verdade, falar de processo identitário, lugar de lutas e conflitos, em constante movimento de constituição e transformação, e que o psicólogo pode, juntamente com o professor, produzir, num processo dialético, o enquadramento gradativo das tarefas que lhe cabem, modelando seu espaço no cenário educacional, ao mesmo tempo em que contribui para o resgate da autonomia do professor e com ele compartilha responsabilidades no sentido da consecução do que lhes cabe em relação à função social da educação.

Palavras-chave: Psicologia escolar, reflexão-na-ação, professor reflexivo.

ISSN 1981-2566

A PSICOLOGIA ESCOLAR NAS DIRETRIZES CURRICULARES: ESPAÇOS CRIADOS, DESAFIOS INSTALADOS

Claisy Maria Marinho-Araujo

O cenário atual das produções teóricas e das práticas profissionais relativas à Psicologia Escolar tem gerado intensas reflexões na busca de maior criticidade à formação e atuação do psicólogo escolar. Tais reflexões influenciaram avanços que se refletiram nas Diretrizes Curriculares para os Cursos de Psicologia, homologadas em fevereiro de 2004, e que vêm direcionando ampla reformulação dos cursos de graduação em Psicologia no país. De forma geral, as Diretrizes Curriculares objetivam uma formação generalista, a partir do domínio de conhecimentos, saberes e competências, subsidiados por um "núcleo comum", que prevê uma quantidade mínima de temas amplos a serem tratados ao longo dos anos de formação. A novidade está na possibilidade do aluno escolher, no decorrer da graduação, ênfases curriculares, que ampliam o perfil profissional em contraponto à formação de um especialista.Especificamente os itens "b", "c", "d" e "f", do parágrafo 1º do art. 12 das Diretrizes, apontam ênfases favoráveis à construção do perfil profissional do psicólogo escolar. As ênfases seriam entendidas como "enfoques privilegiados", tanto nas disciplinas como no estágio, com o foco da natureza da intervenção contemplando uma atuação institucional multidisciplinar. O conjunto de competências para tal inserção profissional segura e intencional, poderia desenvolver-se a partir de ênfases como: relação instituição-comunidade; relações interpessoais nos contextos profissionais; pesquisa e promoção da saúde; processos de gestão; compromisso social. Os estágios em psicologia escolar, articulados às ênfases de forma diversificada, interdisciplinar e processual, poderiam consolidar-se como espaços privilegiados de formação assistida.Há significativos avanços nas Diretrizes, principalmente quando comparadas ao antigo Currículo Mínimo; entretanto, dois grandes eixos ainda merecem discussões e reflexões: a ampliação conceitual da noção de competências para maior clareza do perfil profissional desejado; os indicadores para ênfases curriculares e sua diferenciação com as áreas de formação, de tal forma a oportunizar um desenho curricular mais adequado à formação do psicólogo escolar.Por fim, sabe-se que apenas a implantação de novas alternativas na formação não garante a modificação profunda do panorama crítico em que se encontra a psicologia escolar. Inúmeros outros fatores, de ordem política, econômica e legal contribuem para a complexidade deste cenário. As transformações necessárias à constituição do novo não se concretizarão apenas com reformulações institucionais, mas, antes, pela inserção ativa e interativa de sujeitos conscientes de seus papéis e funções, da diversidade teórica e metodológica da Psicologia, da especificidade do conhecimento psicológico nos contextos de atuação profissional multidisciplinar.

ISSN 1981-2566

ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO EM ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS NA ÁREA DA EDUCAÇÃO

Luciana Dadico

Esta exposição tem por objetivo discutir a atuação profissional do psicólogo em organizações não-governamentais na área da educação. Tal discussão recupera os resultados de pesquisa finalizada no ano de 2003, e que deu origem à dissertação de mestrado de mesmo título, defendida na Universidade de São Paulo. A pesquisa tem por horizonte o contexto de transformações nos discursos e práticas educacionais, que acompanham até os nossos dias a globalização e a crise econômica dos Estados nacionais, e que atribui a personagens aparentemente alheios à estrutura governamental e mercantil, as organizações não-governamentais, a tarefa de promover melhoria no atendimento escolar. Esses discursos vêm promovendo no país, especialmente no período que se segue à década de 1990, o incremento na quantidade de organizações não-governamentais e no seu papel político. O objetivo principal da pesquisa, ora publicado, foi conhecer o trabalho de psicólogos que atuam em organizações não-governamentais no campo educacional, com ênfase nas especificidades deste trabalho, bem como nas principais questões relacionadas à atuação dos profissionais. Assim, constituíram informações importantes para a pesquisa as características das organizações não-governamentais que afirmavam ter como missão atuar na área educacional, as características do trabalho realizado pelos psicólogos que atuavam nessas instituições e as questões que os psicólogos destacaram enquanto constituintes do trabalho realizado na área da educação. Os resultados da pesquisa apontaram, por um lado, uma variedade de práticas educacionais características da ação não-governamental na área da educação, e por outro, para aspectos da relação estabelecidas entre os diversos atores institucionais – como a própria ONG, o governo em suas diversas esferas, empresas financiadoras, público atendido, profissionais – que trazem limites à atuação do psicólogo frequentemente ocultados nos discursos tecidos na defesa do campo de ação das ONGs. Para a realização do estudo, baseou-se principalmente nos conceitos de sociedade civil de Gramsci e nos princípios que norteiam uma educação libertadora e uma Psicologia comprometida com o oprimido, que, outrossim, trouxeram configuração aos conceitos empregados e à análise do jargão utilizado no setor, como responsabilidade social, organização não-governamental, terceiro setor e outros. Espera-se, como resultado desta apresentação, contribuir para a reflexão que vêm se operando no terreno em que confluem a atuação das ONGs, a educação pública e a prática profissional em Psicologia no país, fornecendo subsídios, de modo mais direto, aos estudiosos e profissionais que atuam nestas áreas. Trata-se de um estudo que visa propiciar aos psicólogos que irão atuar ou vêm atuando em organizações não governamentais, em particular na área da educação, um estímulo à reflexão acerca de sua práxis.

Palavras-chave: Organizações não-governamentais, atuação do psicólogo, Psicologia Escolar.

ISSN 1981-2566

AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA NA ESCOLA: CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA HISTÓRICO CULTURAL

Záira Fátima de Rezende Gonzalez Leal

O objetivo deste trabalho é trazer algumas considerações sobre o processo de avaliação, possibilitando um debate acerca de uma alternativa que utiliza os pressupostos da Psicologia Histórico-Cultural, considerada por nós como um caminho para a superação de avaliações estandardizadas e classificatórias, que tem-se constituído no modelo atual. É necessário ampliar-se o debate sobre as queixas escolares, considerando todas as variáveis histórico-sociais que permeiam o processo de ensinar e aprender, que tem impedido que grande parte dos alunos tenha acesso aos conhecimentos científicos que permitem a humanização. A Psicologia continua contribuindo para explicar as dificuldades escolares através dos procedimentos de medida da inteligência, afirmando a existência de alunos aptos e não aptos à aprendizagem. Ainda é alta a incidência de encaminhamentos de crianças com queixas de dificuldades de aprendizagem, com explicações que recaem sobre o aluno, suas condições de vida ou seus pais. No entanto não se deve permanecer no limite do cotidiano escolar, mas buscar compreender as relações de determinação deste cotidiano, que se apresenta repleto de problemas. A padronização dos testes psicológicos desconsidera fatores sociais e culturais, avaliando as capacidades das crianças como se fossem desvinculadas da realidade histórica, conduzindo à estereotipias. Os laudos também deixam a desejar, não oferecendo informações suficientes para a superação do problema e, em geral, nada sugerindo sobre como a queixa deve ser compreendida e trabalhada com vistas a auxiliar a criança e o professor no processo ensino-aprendizagem. A Psicologia Histórico Cultural apresenta uma metodologia que estuda o desenvolvimento da criança sem dissociá-la do processo educativo, possibilitando vislumbrar alternativas de avaliação que ultrapassem as questões técnicas, tendo como meta analisar o potencial do indivíduo. Nesta perspectiva, a preocupação não é estudar as funções psíquicas já formadas, mas aquelas que estão se formando e o pesquisador pode e deve intervir para favorecer o surgimento dessas novas funções psíquicas. Torna-se importante destacar que o modelo de avaliação ainda imperante não possibilita o conhecimento sobre como se dá a aprendizagem e quais as estratégias utilizadas pela criança no seu processo de aprender. Beatón (2001), critica a vulgarização e a prática anticientífica do uso dos testes, a falta de base teórica que os fundamente, a utilização de resultados somente para diagnóstico e não para propor alternativas de trabalho, a padronização inadequada para determinadas classes sociais e sua utilização somente para classificar e discriminar. Consideramos importante, pois, a proposição de novas formas de avaliação, levando em conta os pressupostos vigotskianos, permitindo a mediação do psicólogo na solução das atividades propostas para avaliar o desenvolvimento psicológico dos alunos, considerando o desenvolvimento próximo dos sujeitos na resolução das tarefas e o contexto histórico-social em que as queixas são produzidas. Enfatizamos, portanto, que o aprofundamento de alguns aspectos dessa teoria é fundamental para a proposição de alternativas para a análise e avaliação das queixas escolares, o que é favorecido pela ampliação do debate em torno do tema.

Palavras-chave: Avaliação psicológica, psicologia histórico cultural, queixa escolar.

ISSN 1981-2566

BUSCANDO UMA FORMAÇÃO CRÍTICA DO PSICÓLOGO ESCOLAR EM RONDÔNIA

Iracema Neno Cecilio Tada

Esta mesa-redonda tem como objetivo discutir a formação do psicólogo escolar em Rondônia. Embora desde a década de 80 tenha-se discutido sobre esta formação, buscando uma atuação comprometida com aspectos sócio-culturais, ainda observa-se à prática clínica. Assim sendo, pretendemos discutir a temática sob dois ângulos: a) o curso de Psicologia da Universidade Federal de Rondônia e a formação do psicólogo escolar; b) a apresentação de um Projeto de Extensão que possibilitou alunos do terceiro, quarto e oitavo períodos a conhecerem a realidade de uma escola pública na periferia de Porto Velho/RO.

Palavras-chave: Psicólogo escolar, formação, queixa escolar.

ISSN 1981-2566

CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA À PRÁTICA EDUCACIONAL

Débora Chammas

Esta apresentação do simpósio pretende levantar algumas contribuições e críticas de duas diferentes áreas da psicologia - psicanálise e cognitivismo - traçadas ao longo do século XX, à prática educativa.Em primeiro lugar abordaremos as contribuições psicanalíticas, sob a luz de dois autores, Freud, S. e Kupfer, M.C. Em seguida levantaremos algumas contribuições de Piaget ao traçar o princípio do que seria uma 'Escola Ativa'. Evidenciar-se-á aproximações existentes nas críticas destas duas diferentes abordagens da Psicologia.As contribuições da psicanálise ao discurso tradicional da educação se iniciaram com Freud, em 1913, no texto 'O interesse da psicanálise para as ciências não-psicológicas'. Adverte que seria essencial o educador conhecer os estudos psicanalíticos sobre a infância, afim de compreendê-la, possibilitando melhorias na educação. Nas palavras do autor, "Quando os educadores se familiarizarem com as descobertas da psicanálise: vão se abster de qualquer tentativa de suprimir esses impulsos pela força, quando aprenderem que esforços desse tipo com freqüência produzem resultados não menos indesejáveis que a alternativa, tão temida pelos educadores, de dar livre trânsito às travessuras das crianças" (Freud, 1913). Critica uma prática repressora e rígida na educação, afirmando que geram "uma predisposição a doenças nervosas no futuro" (idem) e advoga um trabalho que permita a real sublimação dos impulsos infantis.Selecionamos o pensamento de Kupfer para apresentar estudos psicanalíticos críticos mais recentes. A autora defende uma prática educativa a serviço do sujeito, em que o educador "abandona técnicas de adestramento e adaptação, renuncia à preocupação excessiva com métodos de ensino e com conteúdos estritos, absolutos, fechados e inquestionáveis" (Kupfer, 2000). Lança mão de um olhar lacaniano ao educando, que por ser sujeito faltante e sujeito do desejo, realizará um percurso próprio na tentativa de "resolver seus paradoxos, que lhe permitam obter a ilusão da satisfação plena, que preencham a falta com que iniciou necessariamente seu percurso subjetivo" (Idem). A educação "apenas coloca os objetos do mundo a serviço de um aluno que ansioso por encontrar suas respostas ou simplesmente fazer-se dizer, escolherá nessa oferta aqueles que lhe dizem respeito" (idem). Aborda ainda a questão da relação transferencial da criança para com o professor. Dentre as inúmeras contribuições de Piaget à Educação tal como exercida tradicionalmente, focaremos aqui os: princípios da escola ativa, "Só concebemos uma disciplina autônoma e interior numa classe escolar na medida em que o trabalho admite maior parte de iniciativa e atividade espontânea por parte da criança (...). Só a Escola Ativa, isto é, aquela em que não fazemos a criança trabalhar por meio de coação exterior, mas onde ela trabalha do ponto de vista psicológico, está em condições de realizar a cooperação e a democracia na escola" (Piaget, 1932). Aborda a necessidade da participação ativa para a conquista de uma autonomia da consciência, "Não somente compreender este estado de espírito, mas encorajá-lo e utilizá-lo, assim fazendo o aluno descobrir tudo e não impor as coisas a eles" (idem).Como vemos os três discursos da psicologia culminam na contribuição ao aluno participativo e ativo na escola.

Palavras-chave: Sujeito, educação, psicologia.

ISSN 1981-2566

CRIANÇAS PRÉ-ESCOLARES E PRISÃO PATERNA: PERCEPÇÃO DE FAMILIARES.

Marcia Valeria Reis Beckman
Raquel Souza Lobo Guzzo

O presente trabalho está inserido em um projeto chamado Vôo da Águia que visa promover o desenvolvimento emocional e social de crianças por meio da intervenção preventiva, cujos objetivos consistem em identificar os fatores de risco e proteção ao desenvolvimento das crianças pertencentes às comunidades participantes e promover a consciência dos pais, crianças, educadores e profissionais, a respeito da realidade em que vivem ou atuam, com vistas a uma maior mobilização, participação e o fortalecimento das redes de apoio. Nesse sentido, considerando a diversidade e adversidade dos contextos de desenvolvimento da criança, sobretudo de famílias excluídas sócio-economicamente, esta pesquisa teve por objetivo compreender a percepção dos familiares em relação à vida de crianças pré-escolares e a prisão paterna e foi desenvolvida em uma pré-escola municipal de Campinas. Participaram desta pesquisa quatro crianças, três mães e uma avó, familiares das respectivas crianças. No processo de análise dos dados colhidos, organizamos as informações obtidas em duas partes: a primeira discutiu os resultados obtidos por meio das entrevistas com os familiares das crianças filhas de presidiários e a segunda, trabalhou com os dados coletados durante as observações participantes e dos diários de campo da pesquisadora. Este estudo adotou como metodologia a pesquisa qualitativa, tendo três fontes de coleta de dados: a observação participante, as entrevistas e os diários de campo da pesquisadora. O processo da observação teve como finalidade verificar como as crianças que possuem o pai preso se comportavam durante as atividades e interagiam com os colegas, as educadoras e com a pesquisadora. As entrevistas foram realizadas na escola, e cada familiar foi entrevistado individualmente, uma vez com média de uma hora de duração. A observação participante acontecia durante as atividades realizadas pelas crianças no pátio ou na classe, uma vez por semana e as observações eram relatadas nos diários de campo da pesquisadora. Os resultados indicaram que a prisão paterna gera impactos no desenvolvimento das crianças, e que a família funciona como fator de risco e de proteção dependendo da maneira como lida com esta questão. Além disso, percebeu-se que a escola não estava preparada para lidar com essa questão, e, portanto, associava o comportamento “agressivo” das crianças a situação prisional do pai. E por fim, evidenciou-se a não existência de políticas públicas voltadas para familiares de presos.

Palavras-chave: Pré-escola, desenvolvimento infantil, prisão paterna.

ISSN 1981-2566

CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA COGNITIVA PARA A EDUCAÇÃO: ESTUDOS EMPÍRICOS E DE INTERVENÇÃO

Patrícia Maria Uchôa Simões

O interesse pela cognição humana tem registros históricos desde os gregos, em suas especulações sobre pensamento, memória e conhecimento. Essas discussões, essencialmente filosóficas,se desenvolveram num debate que dura séculos e que, muitas vezes, se desloca para o campo psicológico de estudo sobre o funcionamento da mente.Apesar do acirrado debate filosófico, apenas no final do século XIX foi aplicada uma metodologia científica para o estudo da cognição. No século XX, a Psicologia emergiu como uma área do conhecimento bem definida e, entre as décadas de 50 e 70, a Psicologia Cognitiva tomou forma e se consolidou como um campo de investigações, com objetivos e métodos de pesquisa próprios. Para o surgimento dessa nova área foram muito relevantes as pesquisas em lingüística, memória e psicologia do desenvolvimento bem como a contribuição das abordagens do processamento da informação, da neurociência e da inteligência artificial. Diferentes modelos teóricos foram propostos para explicar como adquirimos, armazenamos, transformamos e aplicamos o conhecimento. O curso tem como objetivo discutir as implicações desses modelos para a Educação, no sentido do aprimoramento da prática pedagógica pela compreensão dos processos cognitivos de ensino e aprendizagem. Pretende-se ressaltar os estudos de intervenção que focalizam, por um lado, os saberes e as práticas docentes e, por outro, o conhecimento pelo aluno do funcionamento e monitoramento do seu aprendizado. Serão abordados aspectos da história do surgimento da Psicologia Cognitiva e apresentados estudos empíricos recentes, procurando trazer uma discussão sobre a origem dessa área do conhecimento e os fatores que contribuíram para o seu desenvolvimento. Nesse sentido, serão discutidas as formas com as quais os psicólogos cognitivos ampliam e aprofundam sua compreensão da cognição pelas pesquisas em ciência cognitiva, um campo interdisciplinar que utiliza idéias e métodos da psicologia cognitiva, da psicobiologia, da inteligência artificial, da filosofia, da lingüística e da antropologia, se beneficiando também dos estudos em psicologia social e psicanálise. Serão abordados os objetivos, os problemas e os métodos de pesquisa utilizados e as principais temáticas da área: percepção, aprendizagem, memória e linguagem. Também serão debatidos temas de investigação mais recentes como imaginação, resolução de problemas e criatividade. A discussão será conduzida com ênfase na busca do entendimento de como os problemas debatidos no campo da Psicologia Cognitiva podem trazer subsídios para a compreensão de questões relacionadas ao campo educacional e de como o conhecimento gerado nessa disciplina pode favorecer a aprendizagem e o desempenho de tarefas. O curso apresentará a Psicologia Cognitiva como uma disciplina que, além da influência sobre outros campos da Psicologia e das contribuições para outras áreas conhecimento, tem implicações na prática educacional.Objetivos: -apresentar os aspectos históricos e os fatores que contribuíram para o desenvolvimento da Psicologia Cognitiva; -conhecer os principais temas de investigação e alguns resultados de estudos empíricos e de intervenção; -discutir implicações educacionais dos estudos da Psicologia Cognitiva.Conteúdo Programático:-Antecedentes históricos, surgimento da Psicologia Cognitiva e questões teóricas atuais;-Temas e Métodos de estudo da Psicologia Cognitiva-Desenvolvimento cognitivo e diferenças individuais na cognição; -Implicações para a prática educacional.

Palavras-chave: Psicologia cognitiva, cognição, educação.

ISSN 1981-2566

DIÁLOGOS ENTRE EDUCAÇÃO E SAÚDE SOBRE A AVALIAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA MENTAL

Alexandra Ayach Anache

Este trabalho resulta da experiência que se dedicou a construir junto com os profissionais de uma instituição especializada no atendimento ao deficiente mental, o processo de avaliação. Para esse fim, realizamos estudos com os profissionais envolvidos nesta tarefa, visando fomentar discussões sobre a prática da avaliação que pudesse favorecer o processo educativo da pessoa que apresenta deficiência mental. Com base no referencial da teoria histórico cultural, construímos em conjunto com os profissionais, coordenadores, estagiários do curso de psicologia proposições acerca da avaliação. A metodologia adotada foi a pesquisa-ação, uma vez que a demanda foi gerada da coordenação da referida instituição, que demonstrava expectativas sobre a possibilidade do diálogo entre educação e saúde. Ancoradas no princípio de que saúde é um processo de construção coletiva, objetivou-se se superar a visão de desvios patológicos, onde os fatores internos são tidos como determinantes fundamentais da saúde ou doença dos sujeitos, minimizando outros aspectos, entre eles, os de natureza social, econômica e cultural. Promover saúde não é projeto isolado de um e de outro profissional, é uma cultura que deve ser perseguida enquanto projeto político. Isso exige afinamento, e não homogeneização. Há que se respeitar as nossas diferenças, bem como as nossas contradições, seja no plano interpessoal quanto intraprofissional. Há que superar a visão cartesiana de sujeito, que privilegia a razão em detrimento das emoções. Não somos mais Isto ou aquilo, mas Isto e Aquilo e muito mais, ou seja, não somos individual ou social. Somos social e individual.

ISSN 1981-2566

DEMANDAS PSICOSSOCIAIS E INOVAÇÕES NA FORMAÇÃO DO PSICÓLOGO

Luiz Claudio Ferreira Alves

As preocupações com a formação do psicólogo não são recentes (CFP, 1995), (ALVES, 1999), O que tem surgido atualmente é a preocupação com uma formação que adeque o egresso dos cursos de psicologia com as demandas de nossa sociedade. Nessa perspectiva, o processo de formação oferecido pelas escolas de Psicologia, que não param de crescer como ramo empresarial, deve ser considerado. A criação e atuação da ABEP - Associação Brasileira de Ensino de Psicologia bem como as inovações metodológicas (KODJAOGLANIAN e outros, 2003), (VILLAS BOAS, 2006) são exemplos claros de que o dinamismo da formação do psicólogo deve acompanhar tanto as mudanças sociais de início de novo século como as conseqüências resultantes da implantação da LDB/Lei 9.394 há pouco mais de dez anos e a reforma universitária em curso. Com a promulgação das novas Diretrizes Curriculares para os cursos de Psicologia e com as ações conjuntas do Ministério da Educação e Ministério da Saúde buscando a integralidade na formação superior dos profissionais de saúde, as instituições formadoras se depararam com uma exigência legal para as mudanças. Como garantir de fato avanços na formação do psicólogo considerando a necessidade de implantações de mudanças e inovações nas escolas de Psicologia no país? Mais do que maquiagens institucionais que camuflem a mesmice na formação do psicólogo, são necessárias em nossas escolas mudanças que façam diferenças e insiram de vez o egresso dos cursos de Psicologia no pensar e fazer Psicologia reclamados em nosso país. Algumas experiências de mudanças na formação do psicólogo já estão em curso, necessárias se faz a discussão e a socialização dessas ações e a articulação das instituições formadoras, entidades da categoria e crença firme de que os processos de mudanças são percursos históricos que estão escrevendo uma nova e importante página da Psicologia em nosso país. Como coordenador do curso de Psicologia da FAMINAS - Muriaé e especialista em ativação de processos de mudanças nos cursos superiores de saúde pela ENSP - Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, o autor traz para discussão os processos de mudanças vividos e as relações institucionais que engendra. Com isto pretende refletir teoricamente e socializar a experiência vivida, seja do ponto de vista institucional seja do perfil do egresso dos cursos de Psicologia neste novo século.

Palavras-chave: Formação do psicólogo, relações institucionais, processos de mudanças.

ISSN 1981-2566

CRIATIVIDADE E METACOGNIÇÃO: UMA REFLEXÃO TEÓRICO-PRÁTICA DO PONTO DE VISTA DA PSICOLOGIA ESCOLAR

Luiz Antônio Alves

Metacognição é, em uma definição simplificada, ter consciência das operações que utilizamos para compreender as coisas, memorizar fatos, recuperar informações, resolver problemas, compreender um texto. O aluno metacognitivo exerce, assim, uma experiência crítica sobre sua própria aprendizagem e, além de não ter receio de questionar seus mestres, não se contenta com conteúdos prontos, pouco desafiadores e nada criativos. Este minicurso visa, então, na sua parte teórica, discutir a relação entre metacognição, afetividade e criatividade. No aspecto prático, tem o objetivo de partilhar estratégias com psicólogos e profissionais da educação no sentido de favorecer a experiência metacognitiva nas crianças em idade escolar. Conteúdo: 1-Definição de Metacognição/a experiência metacognitiva na escola; 2-Relação entre Metacognição, criatividade e afetividade; 3-Estratégias para o desenvolvimento da Metacognição em um ambiente criativo.

Palavras-chave: Criatividade, metacognição, afetividade.

ISSN 1981-2566

DEMOCRACIA NA ESCOLA: INCENTIVO À FORMULAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

Aline Wanderer
Esdras Almeida de Paula Ribeiro
Regina Lucia Sucupira Pedroza

Este trabalho propõe uma atuação do Psicólogo Escolar a partir da reflexão crítica e politicamente consciente, engajada num movimento de denúncias e anúncios apoiados na concepção sócio-histórica. Abdicando da autoridade de especialista a serviço da normatização, o Psicólogo pode promover questionamentos das relações de hierarquização escolares, bem como a sensibilização para a idéia de que a identidade da escola é historicamente construída e, portanto, sua realidade pode ser modificada pela ação coletiva da comunidade escolar. A proposta constituiu-se em incentivar a elaboração do Projeto-Político-Pedagógico (PPP) numa escola pública de Ensino Fundamental, séries iniciais, de Brasília-DF. Esse é previsto na LDB, segundo três eixos: flexibilidade – autonomia das escolas para realizarem seu trabalho pedagógico; avaliação; e liberdade – pluralismo de idéias e concepções pedagógicas bem como gestão democrática do ensino. Requerendo a participação de todos os seguimentos envolvidos no processo educacional, o PPP é importante mecanismo de trabalho coletivo, permitindo a constituição da identidade da escola, de posicionamentos políticos e diretrizes de trabalhos coerentes com cada realidade. O esvaziamento de conceitos como o de gestão democrática e a ausência da possibilidade de autonomia na historicidade da maioria dos indivíduos dificultam a elaboração do PPP numa perspectiva emansipatória, fazendo que este se torne instrumento de burocratização da instituição educativa. Visou-se incentivar a construção do PPP nessa escola, passando pelos momentos de discussão de sua importância com a comunidade; análise da realidade escolar e busca de suas peculiaridades; construção de metas e meios para seu alcance; estabelecimento de cronograma de atividades; acompanhamento e reavaliação da inserção das medidas propostas no cotidiano. A ênfase foi dada à consolidação de um processo de reconhecimento da possibilidade de autonomia na construção do PPP pela equipe pedagógica da escola. O método da observação participante foi utilizado em reuniões semanais com a equipe, exercendo, os estagiários, papel de mediadores da discussão. Os primeiros contatos denunciaram expectativas de que os estagiários assumissem posição de autoridade, trazendo propostas fechadas à escola. Ao longo dos encontros, o espaço proporcionado permitiu a colocação das dificuldades do grupo para a elaboração do PPP e para o reconhecimento de sua realidade (pelo desconhecimento da clientela e da história de 30 anos da Instituição). Concomitantemente, surgiram lembranças de iniciativas passadas que apontaram caminhos para a superação de algumas dessas dificuldades, permitindo a elaboração de sugestões de novos projetos visando supri-las. Notou-se aumento na participação do grupo nas discussões, havendo maior disposição para que fossem assumidas opiniões e discordâncias. As ações dos profissionais estenderam-se a momentos diversos daqueles reservados aos encontros com os estagiários. Foram elaborados projetos para inclusão da comunidade escolar na discussão acerca do PPP; aproximação desta da escola e seu conhecimento pelo corpo pedagógico; o resgate histórico da Instituição; e início do levantamento dos problemas atuais com propostas introdutórias de processos de melhoramento. Considera-se que foi proporcionado rico espaço para que a equipe pedagógica se percebesse competente para assumir posturas autônomas passíveis de valorização e capazes de promover modificações na sua realidade.

Palavras-chave: Psicologia Escolar, Projeto-Político-Pedagógico, Autonomia.

ISSN 1981-2566

DO CAMPO DE PRÁTICA À VIVÊNCIA NO CAMPO: A FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO - A DISCIPLINA

Mariangela da Silva Monteiro

Este estudo apresenta a prática de formação do aluno do curso de graduação em Psicologia da Puc-Rio, na disciplina Psicologia e Educação, ressaltando o processo de campo de prática como significativo para a mudança de perspectiva quanto à atuação do psicólogo na área da Educação. Como etapa de caráter obrigatório, com uma proposta curricular de 6 créditos, a disciplina tem como objetivo a construção de bases conceituais e históricas que possibilitem uma análise crítica sobre as contribuições da Psicologia e do papel do psicólogo, no âmbito das instituições escolares e do sistema educacional. Com este propósito, o programa abrange 3 aspectos: reflexões teóricas, leitura de textos, inserção no campo de práticas escolares / educacionais. Assim, visa incentivar o debate sobre a formação dos padrões éticos de atuação neste campo, no qual os alunos participam durante todo o período, realizando: observações, entrevistas, análises e relatórios. Com uma proposta participativa, as diversas atividades são integradas. As reflexões teóricas, as leituras e o campo de práticas constituem um entrelace entre as práticas educacionais e as teorias psicológicas. Como referência, adota-se um viés sócio-histórico, para que possam ser sugeridos planos de ações frente à realidade encontrada. Assim, a proposta encaminha a análise crítica sobre as possibilidades e os desafios do psicólogo na educação contemporânea. No campo de prática os alunos identificam demandas socialmente relevantes e concebem alternativas de intervenção significativas e viáveis para um dado momento e contexto. Ao analisarem as demandas surgem debates sobre a realidade educacional brasileira, o que permite um constante movimento de busca para possibilidades de atuações do psicólogo. Esta ação aponta perspectivas até então desconsideradas pelos alunos, despertando o interesse por estudos , pesquisas, estágios e trabalhos na área. Da inserção no campo de prática surge a articulação dos alunos com o compromisso político relacionado à educação de crianças , jovens e adultos. Isto aproxima a prática da Psicologia dos contextos sociais, por vezes distantes das experiências dos alunos. Neste processo, ao mesmo tempo em que se apropriam do conhecimento, se aliam aos movimentos sociais e entendem melhor as suas causas, trajetórias, necessidades.Daí nascem as vivências com as creches comunitárias, a educação de jovens e adultos, os pré-vestibulares comunitários, a educação de alunos com necessidades especiais, a educação nos assentamentos dos sem-terra ... A elaboração de conhecimentos nas relações entre a Psicologia e a Educação constitui-se então em processos de pesquisa-intervenção, trazendo para o cenário o cotidiano das instituições, como espaço /tempo privilegiado ao exercício de articulação das análises micro e macropolíticas. Observa-se a possibilidade do deslocamento do lugar historicamente reservado ao psicólogo escolar / educacional, como aquele que atende e trata os problemas, para alguém que, ao exercer uma ação crítica e implicativa, amplia as condições de um trabalho compartilhado, de um processo de criação com outros educadores.

Palavras-chave: Formação, campo, prática, desafios, possibilidades.

ISSN 1981-2566

DO CARÁTER HISTÓRICO DO IDEAL DE ALUNO E SUA CONTRA FACE: A QUEIXA ESCOLAR

Cynthia Medeiros

Este trabalho, realizado no âmbito da disciplina de Psicologia Escolar/Educacional da UFRN, visou investigar as principais queixas de profissionais da pré-escola e anos iniciais do ensino fundamental, na perspectiva de ampliar a reflexão dos alunos em formação, não só acerca dos modos de produção de tais queixas, quanto de novas possibilidades e limites de atuação do psicólogo escolar/educacional. Foram realizadas observações em onze escolas da rede pública do município de Natal-RN, bem como entrevistas com diferentes profissionais da instituição (diretores, equipe técnico-administrativo-pedagógica e professores). A análise dos dados mostrou a predominância de queixas relativas à (in)disciplina escolar, dificuldades de aprendizagem da leitura e da escrita e forte culpabilização das famílias. Tais resultados, submetidos à análise a partir da perspectiva crítica em psicologia escolar, bem como do referencial teórico foucaultiano, que revelam o caráter histórico e construído dos ideais de criança, escola e disciplina, mostram a necessidade (e dificuldades) de construção de modos de atuação que ajudem os profissionais da escola a reconhecerem no seu discurso e em sua práxis a influência de tais ideais, posto que estes recortam como problema as vicissitudes do cotidiano escolar. Acreditamos que tal reconhecimento se fará acompanhar da invenção de novos modos de atuação por parte dos profissionais da educação e, conseqüentemente, da transformação das demandas endereçadas ao psicólogo escolar/educacional.

Palavras-chave: Pesquisa em psicologia escolar, atuação do psicólogo escolar/educacional, formação em psicologia escolar.

ISSN 1981-2566

ESTÁGIO NA ESCOLA: O PAPEL DA SUPERVISÃO NA FORMAÇÃO DO PSICÓLOGO ESCOLAR

Denise da Silva Maia

Este trabalho se propõe a refletir sobre a experiência de supervisão de estagiários na escola, e o impacto do estágio na formação de novos profissionais, especialmente daqueles que futuramente se dedicarão à área escolar/educacional.Partindo da premissa que o estágio se constitui em elemento vital na formação na graduação, consideramos essencial que aos estagiários sejam oferecidas oportunidades diversificadas e significativas, que lhes possibilitassem construir uma visão da psicologia integrada ao dia a dia da escola. É fundamental que o estagiário seja capaz de fazer a leitura das demandas e necessidades da instituição e, ao mesmo tempo, assumir um papel singular, de autoria, que promova o seu crescimento pessoal e profissional.Nesse sentido, consideramos que a qualidade da relação supervisor-estagiário é fator central para uma experiência bem-sucedida, e que a mesma é influenciada pelas concepções – implícitas ou explícitas – dos envolvidos acerca do papel da psicologia, função da educação e das relações com os demais profissionais presentes na escola.

ISSN 1981-2566

ÉTICA PROFISSIONAL E PSICOLOGIA ESCOLAR:FORMAÇÃO, ATUAÇÃO E COMPROMISSO COM A PROFISSÃO

Walter Mariano Silva Neto
Helena Ornellas Sivieri Pereira
Tulio Louchard Picinini Teixeira

Este mini-curso pretende tratar de questões relativas à associação entre ética, formação e exercício profissional do psicólogo no campo escolar/educacional, aqui compreendido como toda intervenção ligada aos processos de desenvolvimento e aprendizagem, sejam eles inseridos ou não no âmbito da escolarização formal. Num primeiro momento, a discussão circulará nas contribuições acerca da ética profissional na formação dos psicólogos nos seguintes aspectos: reconhecimento dos processos de subjetivação que permeiam a concepção de homem e sua derivação para o campo da psicologia enquanto ciência e profissão, inclusive em seus desdobramentos teóricos, epistemológicos e ideológicos e das relações práticas com outras áreas do conhecimento e do fazer humano; a implicação ética na concepção de competência profissional; as interações entre ética, saúde e política. Na segunda parte serão abordados, a partir da análise das atribuições referentes à prática profissional do psicólogo escolar/educacional em interface com os demais membros da comunidade escolar os seguintes aspectos: interdisciplinaridade; relação com o corpo docente sobre a interação criança, família, escola e comunidade; a interface com os demais profissionais da comunidade escolar, a atuação do psicólogo em relação à diversidade (cultural, étnica, de gênero e orientação sexual), e desafios específicos no campo do diagnóstico e intervenção do psicólogo como consultor ou membro da comunidade escolar. Finalizando o curso, serão retomadas as discussões anteriores na relação com os princípios éticos inscritos no código deontológico da profissão, orientadores das condutas descritas como próprias ou impróprias ao psicólogo. Assim, serão tratados temas como a conduta ética do psicólogo escolar/educacional e os direitos humanos, o compromisso social da psicologia, o conhecimento da ciência psicológica e sua imagem social, dignidade profissional e relações de poder. Ainda, serão apresentados alguns casos da Comissão da Comissão de Ética do CRP-MG que envolvem a prática do psicólogo escolar/educacional.

Palavras-chave: Atuação profissional, julgamentos éticos, ética filosófica.

ISSN 1981-2566

ESTÁGIOS E ESTAGIÁRIOS: DESAFIOS E DIFICULDADES NA FORMAÇÃO PARA INTERVENÇÃO EM CONTEXTOS EDUCATIVOS

Raquel Souza Lobo Guzzo

Esta apresentação pretende relatar a experiência do processo de formação de psicólogos nos Estágios Profissionalizantes para intervenções em contextos educativos e comunitários destacando a importância do conhecimento da realidade, da formação política para o exercício da função e do perfil dos estudantes de psicologia que se distanciam da realidade para a qual estão sendo preparados para o exercício profissional. O momento dos estágios profissionalizantes no Curso de Psicologia tem sido um dos indicadores mais acurados para a avaliação de como o estudante se posiciona em relação ao que viveu no curso todo. É por meio da inserção nos espaços de trabalho e da elaboração de projetos que respondam às demandas e necessidades da comunidade em que estão inseridos, que os estagiários de Psicologia reconhecem suas limitações pessoais e técnicas, alem de viverem um processo de tomada de decisões, que servirá como orientador para suas vidas. A história dos estágios desenvolvidos de 2000 a 2006 envolvendo um projeto de intervenção preventiva em contextos educativos e comunitários na cidade de Campinas aponta para as dificuldades encontradas neste momento de formação e para os desafios na organização curricular dos programas de Psicologia, especialmente no tocante aos Estágios Profissionalizantes.

ISSN 1981-2566

ESTÁGIO EM PSICOLOGIA ESCOLAR: CURSO PREPARATÓRIO PARA O VESTIBULAR COMO UM POSSÍVEL CAMPO DE ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO ESCOLAR

Thiago Rodrigo Rodrigues Maynhone
Rafael Alvarenga dos Santos
Claisy Maria Marinho-Araujo

O estágio realizado na área de Psicologia Escolar sob a supervisão da Profa. Dra. Claisy da UnB, foi realizado no segundo semestre de 2006. O objetivo foi capacitar os estudantes para trabalhar e realizar pesquisas nessa área. Para atingir tais objetivos diversas atividades foram planejada, como o mapeamento institucional, a criação e aplicação de um instrumento, o planejamento de intervenções, e o desenvolvimento de uma orientação vocacional. Entende-se que no Distrito Federal há um forte e competitivo mercado na área da educação devido a existência de apenas uma universidade pública, a UnB. Escolas de ensino Fundamental e Médio usam como propaganda de seus serviços o índice de aprovação no vestibular. Esse mercado vai além do ensino regular, surgindo uma demanda por cursos específicos preparatório para o ingresso no curso superior, os cursinhos. Com o objetivo de se conhecer melhor o funcionamento da instituição de ensino Dínatos, foi realizado um mapeamento institucional, que consistiu em uma análise das práticas pedagógicas, da utilização do espaço físico, e uma breve visão sobre o funcionamento organizacional. Tanto para a elaboração do mapeamento institucional quanto para as outras atividades realizaram-se entrevistas livres com funcionários (n=1), professores (n=2) e monitores (n=3), além de observações livres e sistemáticas durante uma semana e análise do portal do Dínatos. Realizou-se também observação livre das atividades e inter-relações dentro de um dos cursinhos. Para se investigar diferenças nas percepções – sociais, psicológicas e ambientais – de alunos que estudam em Cursos preparatório do tipo Pré-Vestibular, a respeito das diferenças entre a Escola que cursaram o Ensino Médio e Cursos pré-vestibulares (cursinhos) foi criado e aplicado um instrumento. Esse é constituído por um questionário de escala semântica e por um de concordância. Verificou-se que existem diferenças significativas na percepção dos alunos; estes identificam a escola como um ambiente mais natural e próximo de suas vidas, enquanto o cursinho é tido como uma etapa a ser evitada, um ambiente mais aversivo e artificial. A relação dos professores com os alunos é percebida com menor significado educacional e de formação de cidadão dentro de alguns cursinhos, comparativas àquelas vivenciadas em escolas. Recomendam-se possíveis intervenções do Psicólogo Escolar, como: auxílio na significação do trabalho do professor e do estudo do aluno; o desenvolvimento de uma proposta pedagógica (geralmente inexistes) para os cursinhos; mediação nos processos de desenvolvimento psicológico dos atores nesse contexto educativo.

ISSN 1981-2566

ESTÁGIO EM PSICOLOGIA ESCOLAR DA UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO: COMPARTILHANDO EXPERIÊNCIAS INTERVENTIVAS

Eliane Porto di Nucci
Lucicleide Maria de Cantalice
Katya Luciane Oliveira
Cássia Bighetti

As universidades são centros de produção do conhecimento científico e prático, esses contextos assumem grande importância na formação técnica do futuro profissional, especialmente quanto este se direciona para uma área relacionada à educação. Contudo, diversos autores apontam, que há uma dificuldade de articulação entre o campo acadêmico de produção do conhecimento e o campo prático de atuação. No Brasil, embora a produção científica na área de psicologia escolar e educacional tenha crescido significativamente nos últimos anos, ainda é notório a escassez de trabalhos que trazem considerações práticas acerca das implicações do fazer psicológico na escola com o devido rigor científico e metodológico. Tais dificuldades podem estar associadas à qualidade da formação dos cursos de graduação que oferecem estágios de concentração na área de psicologia escolar e que, de um modo geral, apresentam pouca familiaridade com as demandas atuais da área de escolar resultando em uma formação insuficiente do psicólogo escolar. A formação inadequada demonstra a distância entre os profissionais da área de psicologia escolar que têm um fazer prático na escola e aqueles que têm uma vivência centrada no contexto acadêmico. Esse fato se reflete na consolidação do papel do psicólogo na escola que necessita ainda de um maior reconhecimento por parte de outros profissionais que atuam nesse contexto. As demandas emergentes na escola desafiam a todo instante o psicólogo escolar a ser criativo, dinâmico e atualizado, esse novo paradigma de atuação confronta o modelo vigente que ainda apresenta uma visão 'medicalizante' da atuação do psicólogo. A nova proposta de atuação oferece, ainda, a possibilidade de se atuar de forma preventiva na escola, que afinal deveria ser o foco de atenção primária do psicólogo escolar. Dentro dessa perspectiva, o objetivo deste painel é constituir um espaço para a apresentação e a discussão de intervenções atuais no campo da psicologia escolar. Tais intervenções focam três aspectos de atuação: orientação profissional, queixa escolar e aspectos psicopedagógicos envolvidos no contexto escolar. Assim, visando estabelecer um intercâmbio entre as experiências práticas interventivas desenvolvidas na Universidade São Francisco sob o ponto de vista institucional, do aluno e da disciplina este painel irá abrir espaço para a circulação de discursos e entendimentos das atuações diversas advindas do contexto escolar.

Palavras-chave: Estagio supervisionado, intervenção, formação de psicólogo.

ISSN 1981-2566

DO GESTO AO SÍMBOLO: A TEORIA DE HENRI WALLON SOBRE A FORMAÇÃO SIMBÓLICA

Dener Luiz da Silva

Henri Wallon, filósofo, médico e psicólogo francês, contribuiu para a psicologia não apenas com uma teoria da emoção ou ainda com suas discussões e divergências com Jean Piaget. Dentre suas contribuições pouco discutidas estão sua teoria sobre a inteligência, suas discussões sobre a origem e o desenvolvimento do pensamento discursivo nas crianças e, talvez menos conhecido, suas reflexões e proposições sobre a transição entre uma inteligência sensório-motora (caracterizada pela capacidade de resolver problemas práticos mas sem o auxílio da reflexão, também denominada de inteligência das situações) e uma outra, inteligência discursiva (caracterizada pela utilização e intermediação dos símbolos e representações). Sabe-se que sua proposição para esta transição, diversamente de Piaget que ressalta a continuidade e a preparação do simbólico pelo esquematismo sensorio-motor, é marcada justamente pela não continuidade entre uma inteligência e outra, pela intromissão de fatores externos tais como a cultura, o social e a linguagem e pela complexidade na interação entre todos estes fatores.Para melhor compreender a proposta Walloniana sobre a formação do símbolo é necessário, pois, que adentremos na sua teoria como um todo buscando decifrar seus conceitos de comportamento, simbólico, inteligência, fatores de desenvolvimento etc. Pretende-se dar o suporte para a melhor compreensão desta transição auxiliando o aluno no entendimento dos conceitos básicos da teoria de Wallon, bem como na comparação e aproximação desta teoria com teorias discutidas na atualidade (Vigotski, Leontiev, teorias de “embodiment” etc.). Ao final, poderemos julgar com maior clareza a pertinência e riqueza das idéias de Wallon sobre a relação entre o gesto e o simbólico e de suas possibConteúdo:- Henri Wallon: biografia contextualizada- A teoria Walloniana: uma visão de todo.- A teoria Walloniana: conceitos básicos- Do gesto ao simbólico: Contextualização do problema- Do gesto ao simbólico: Wallon sobre a formação do símbolo- A Divergência com Piaget – em busca de uma teoria psicológica geral- Aproximações com teorias da atualidade (Vigotski, Leontiev, teorias de “embodiment”)- Reflexões finaisilidades para a psicologia na atualidade.

Palavras-chave: Atividade, Pensamento, Henri Wallon.

ISSN 1981-2566

ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NA EDUCAÇÃO E LEGISLAÇÃO ATUAL

Beatriz Belluzzo Brando Cunha

Constatamos, nos últimos anos, diversas iniciativas parlamentares  em níveis municipal, estadual e federal  na direção da elaboração de projetos de lei, que prevêem a participação de psicólogos no campo da educação. Diante desta constatação, a ABRAPEE, neste VIII CONPE, por meio deste Fórum, propõe a criação de um espaço coletivo para a avaliação das propostas em tramitação e construção de subsídios para uma ação profissional da psicologia no campo da educação, a partir de pesquisas recentes e experiências bem sucedidas na área. A despeito das diversas linhas teórico-metodológicas de atuação na psicologia escolar, há uma compreensão comum de que a atuação do psicólogo no campo da educação deve pautar-se pela dimensão educacional. Ou seja, pressupõe-se a centralidade da prática do psicólogo no âmbito escolar e educacional, a articulação com os diversos atores escolares e a co-responsabilidade do processo educativo, exigindo a constituição de metodologias coletivas de trabalho, que considerem a multiplicidade dos elementos que compõem a escolarização. Tendo em vista esse conhecimento acumulado pela área, a intenção deste Fórum é oferecer elementos para ações efetivas no plano político, na perspectiva da Psicologia Escolar e Educacional. Este Fórum tem os seguintes objetivos: (a) Apresentar levantamento preliminar da tramitação de leis sobre a atuação do psicólogo no campo da educação pública. (b) Discutir os conteúdos, as propostas de atendimento psicológico, as modalidades de práticas psicológicas, expressando tendências do ponto de vista teórico-metodológico da psicologia no campo de Educação e da participação da psicologia nas políticas públicas de Educação. (c) Encaminhar proposições de atuação do psicólogo no campo da educação que garantam perspectivas educacionais contribuindo para uma escola de qualidade social. Para tanto, serão expostos os projetos de lei e as leis aprovadas nos Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Minas Gerais, que tratam da atuação do psicólogo no campo da educação pública. Para realizar a análise e a discussão destes, recorremos a um roteiro orientador composto dos seguintes aspectos: finalidade, justificativas e pressupostos, modalidades de práticas psicológicas, setor/área/nível de atuação, articulação com outras áreas profissionais, envolvimento com os educadores, partido político/deputado(a) proponente, data das proposituras. Como resultado desta análise, este Fórum deverá elaborar um documento que especifique diretrizes para proposituras parlamentares de projetos de lei no campo da atuação do psicólogo escolar e educacional. Além disso, esse documento deverá ser encaminhado para a Assembléia da ABRAPEE para que seja referendado como uma proposta da Entidade para os parlamentares recentemente eleitos, a fim de subsidiá-los em suas ações políticas neste âmbito.

ISSN 1981-2566

ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NA REDE PÚBLICA DE EDUCAÇÃO FRENTE À DEMANDA ESCOLAR

Anabela Almeida Costa e Santos
Aline de Araújo Leite Santos
Aline Morais Mizutani
Ana Karina Checchia
Jane Teresinha Domingues Cotrin
Juliana Sano de Almeida Lara
Katia Yamamoto
Lygia de Sousa Viégas
Marcelo Roman
Marilene Proença Rebello de Souza
Roseli Fernandes Lins Caldas
Tatiana Platzer do Amaral
Záira Fátima de Rezende Gonzalez Leal

A área de Psicologia Escolar e Educacional tem desenvolvido, pelo menos nos últimos vinte anos, uma importante discussão em relação à formação/atuação do psicólogo no campo educacional em busca de perspectivas que superem modelos subjetivistas e objetivistas de conceber o fenômeno educacional. Estes novos rumos da psicologia escolar e educacional buscam formas de aproximação com a escola ou a instituição educacional, coerentes com determinadas concepções de homem e de mundo que considerem a escolarização como um bem universal, um direito de todos e que precisa ser efetivado com qualidade. Mas o que fazem os psicólogos que atuam na área da educação, que concepções apresentam em relação à queixa escolar? Estas são algumas das perguntas que esta pesquisa pretende conhecer o trabalho de psicólogos que atuam em seis estados brasileiros: São Paulo, Paraná, Minas Gerais, Bahia, Rondônia e Acre. Objetivo geral desta pesquisa é identificar e analisar concepções e práticas desenvolvidas pelos psicólogos da rede pública frente às queixas escolares, oriundas do sistema educacional, visando compreender em que medida apresentam elementos inovadores e pertinentes às discussões recentes na área de Psicologia Escolar e Educacional em busca de um ensino de qualidade para todos. São objetivos específicos da pesquisa: a) caracterizar as modalidades de atuação profissional na rede pública que atende às demandas escolares; b) contextualizar historicamente a inserção e atuação do profissional de psicologia na educação básica; c) compreender as concepções que respaldam as práticas psicológicas identificadas pela pesquisa sobre o processo de triagem, atendimento e acompanhamento da queixa escolar; d) identificar as práticas realizadas pelos profissionais de psicologia no âmbito educacional; e) identificar e analisar o caráter inovador das práticas psicológicas realizadas; f) caracterizar como a psicologia tem sido inserida nas políticas públicas da área de Educação. Neste resumo, focaremos nos dados obtidos no estado de São Paulo. A pesquisa prevê três etapas de coleta de dados: a) contato com os psicólogos que atuam em prefeituras no Estado de São Paulo, visando confeccionar um cadastro dos serviços de psicologia oferecidos na área de educação; b) aplicação do questionário preliminar sobre atuação do psicólogo na rede pública; c) entrevista com os psicólogos/equipes selecionados a partir da análise de questionários, visando detalhar as práticas vigentes. Até o momento realizamos: a) levantamento bibliográfico das publicações em livro na área de Psicologia Escolar, identificando 68 títulos que se referem à Psicologia Escolar em sete editoras e que serão devidamente analisados; b) contato telefônico com 30 prefeituras; c) realização de 40 cadastros; d) envio de 60 questionários; e) totalizando 60 psicólogos que atuam na área. Deste levantamento inicial pudemos constatar uma grande diversidade dos serviços oferecidos para a Educação Infantil, Ensino Fundamental e área de educação especial, com ênfase na implantação de políticas de inclusão de pessoas com deficiência no ensino regular. Consideramos que este trabalho trará contribuições importantes para a compreensão da atuação profissional de psicólogos no campo da educação e abrirá novas perspectivas para outras temáticas derivadas das discussões e questões que puderem ser identificadas por meio desta pesquisa.

Palavras-chave: Atuação de psicólogos, formação de psicólogos, pesquisa qualitativa.

ISSN 1981-2566

EXCLUSÃO SOCIAL E A VIOLÊNCIA NA ESCOLA

Clodine Janny Teixeira

Há relações entre a exclusão social e a violência? A presente apresentação tem como objetivo discutir este tema no âmbito escolar. Para tanto, deve-se levar em conta o contexto sócio - político -econômico no qual vivemos. Com a falta de participação do Estado nas políticas públicas, boa parte da população é excluída do acesso aos bens culturais. No Brasil se por um lado há modernização cultural e ampliação do mercado de bens materiais e simbólicos, por outro, não há modernização social. Os jovens pobres vêem-se limitados quanto à possibilidade de participação efetiva do mercado de consumo, das formas de lazer, dos direitos de vivenciar a própria adolescência e são privados da esperança. A desregulamentação social afeta mais diretamente os jovens pobres, que se socializam através da exclusão (Dayrell, 2005).As instituições clássicas responsáveis pela inserção de jovem na sociedade estão desestruturadas. A escola perde também seu status de referência de valores e normas, entra em crise e já não contempla as necessidades dos jovens de acordo com aquilo que enfrentam em suas vidas e já não representa um instrumento para ascensão social. Acaba representante de exclusão através das classificações como “mau aluno” e das repetências.Autores como Candau (1999) estudam como a violência sofrida através de experiências de exclusão se refletem no comportamento dos jovens. Indica que há diversas formas de violência na escola, desde invasões na escola de “alunos insistentes” para desfrutar maior convívio social, até o tráfico, brigas e agressões entre alunos, e agressões entre alunos e adultos. Muitas vezes os alunos sentem-se feridos em sua auto-imagem quando ocorre injustiça nos resultados escolares, podendo buscar compensação em uma auto-valorização de acordo com os padrões da rua, de violência. As brigas entre os alunos podem ser explicadas como uma construção e auto-reprodução de uma cultura de violência, onde o mais “forte” sobrevive. No caso da violência entre alunos e adultos, pode ser uma forma de protesto contra o mau exercício da profissão por parte dos professores. Há ainda a violência familiar, que gera uma matriz modelo de reprodução da violência e se reflete no desempenho escolar.Há, por outro lado, iniciativas na área escolar que têm visado práticas inclusivas. Elas seguem uma tendência que se expressa na legislação. As escolas se deparam com a necessidade de se adaptaram para receber as crianças com necessidades especiais, mas nem sempre ocorrem reformulações que tornam a escola realmente inclusiva no sentido social. Através de estágios realizados pude obter dados que confirmam uma perspectiva mais desoladora com relação à questão da inclusão/exclusão na rede pública de ensino. Os jovens apontam como violência aquilo que sofrem e de que não tem controle. Sofrem com a desigualdade social no sentido da falta de acesso bens de consumo, com a discriminação, com a falta de acesso ao conhecimento e ao aprender como algo prazeroso, e com a violência que lhes invade ameaçando a vida.

Palavras-chave: Violência, escola, exclusão.

ISSN 1981-2566

FORMAÇÃO DO PSICÓLOGO ESCOLAR: INCLUSÃO SOCIAL POR MEIO DA EDUCAÇÃO NÃO FORMAL

Luana Carramillo Going
Fraulein Vidigal de Paula

No nosso cotidiano constatamos que os fatores políticos e sócio-econômicos são os principais responsáveis pela violência sofrida e gerada na população infanto-juvenil, o que nos faz pensar que, ao contrário, políticas básicas deveriam promover ações que privilegiassem o direito de cidadania e dignidade humana desses jovens. Apesar de não concordarmos de maneira geral com a situação do nosso país, nos parece que como sujeitos epistêmicos também estamos mergulhados em relações individuais e sociais e dificilmente conseguimos estabelecer novas relações morais e cognitivas com o meio, substituindo-as por atos mais humanos e solidários. De certa forma, estamos impossibilitados de fazer mudanças significativas, tornando-nos cúmplices das desigualdades sociais assistindo o suplicio de crianças com frio, fome e sujeitas a todas as formas de riscos. Tal fato convida-nos a propor como supervisores do estágio em Psicologia Escolar do curso de Psicologia da UMESP, uma ação conjunta à comunidade em um trabalho de educação não formal. O estágio tem como objetivo construir atividades fundamentadas nas teorias psicológicas e na interdisciplinaridade com os aspectos epistemológicos, éticos e políticos. Tal processo torna-se viável aos estudantes, por meio da construção da consciência autônoma rumo a uma ação psicológica comprometida com a dignidade humana, atendendo a políticas públicas, na busca da redução das desigualdades sociais e regionais. Promove também o conhecimento e a reflexão sobre pesquisas e estudos de psicologia com a meta de garantir-lhes competências e habilidades para a realização do diagnóstico e intervenção em crianças e adolescentes com possíveis comportamentos de risco para si e para os outros, das comunidades menos favorecidas do grande ABCD. O trabalho vem sendo desenvolvido por aproximadamente 30 estagiários desde 2003 e atende 120 crianças das favelas da região. Nos encontros diários dos estagiários com os jovens buscamos favorecer o progresso da autonomia moral por meio de estudos psicológicos mediados por jogos de regras Macedo (1994), dilemas morais Puig (1996), literatura e dilemas morais Carramillo-Going (2000) entre outros. Temos também como meta beneficiar nessas crianças e adolescentes a construção sobre princípios essenciais para uma relação democrática com os saberes, fundada no exercício da cidadania. Tivemos como resultado nesses quatro anos a evolução da autonomia moral desses jovens - segundo Piaget (1994), inicialmente interagiam às atividades propostas pelos estagiários sem respeito às regras propostas e a coação verbal externa era necessária para a proteção da integridade física dos mesmos, pois as controvérsia e conflitos de valores acabavam em agressões físicas e morais. Apresentavam juízos morais estáticos, pensamentos egocêntricos e eram incapazes de ouvir o outro ou mesmo separar o seu eu das sugestões do grupo. Constatamos a ascensão do respeito mútuo e da igualdade entre os participantes que passaram a aceitar as normas por reciprocidade. Esse estudo nos fez refletir sobre a co-responsabilidade pela construção da história política e social na perspectiva da psicologia aplicada a educação não formal.

Palavras-chave: Educação não-formal, autonomia moral, epistemologia genética.

ISSN 1981-2566

FORMAÇÃO CONTINUADA: O ESTÁGIO INTERDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO CONTINUADA E SUA IMPORTÂNCIA PARA A FORMAÇÃO INICIAL DO PSICÓLOGO

Rita Martins Godoy Rocha

O presente trabalho contempla a análise da atuação de um estagiário de Psicologia num Programa de Formação Continuada para Docentes do Ensino Básico correspondente a um projeto de extensão da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) durante o ano de 2006. O projeto baseou-se numa metodologia em que a partir dos 3 eixos temáticos: Linguagens e Culturas; Gênero, Raça e Etnia e Meio Ambiente e Patrimônio foram propostas atividades de cursos, palestras, oficinas, mesa redondas debates, feiras de trabalhos entre outras, contando com o público de docentes do Ensino Superior e Básico, técnico-administrativos e graduandos da UFU, bem como profissionais das redes Municipal e Estadual de Ensino de Uberlândia. O objetivo central do projeto era o de contribuir com o debate e a reflexão sobre a prática pedagógica e, sobretudo, com a Formação Continuada dos profissionais da área de Educação Básica, já em relação às metas buscava promover intercâmbios entre as escolas e a universidade, favorecer o desenvolvimento de projetos de pesquisa e atuação nas escolas, incentivar a formação em serviços por meio de cursos e procedimentos de educação á distância, participação e envolvimento dos cursistas, juntamente a análise do impacto do programa no trabalho cotidiano das escolas. Nesse sentido, a apresentação do presente estudo tem por objetivo compartilhar e retratar uma prática interdisciplinar de extrema relevância na formação do psicólogo dentro do contexto da escola pública aliada a conhecimentos das diversas esferas: História, Geografia, Pedagogia, Matemática, Letras, Artes Plásticas, Música na ação em eixos temáticos, além da oportunidade de colaborar na ressignificação da prática pedagógica e de adquirir uma percepção mais concreta das limitações e em contrapartida, dos possíveis avanços para uma ação pedagógica constantemente reflexiva e crítica. A explanação terá como cerne a idéia de formação continuada que leve em conta a demanda dos docentes, no intuito de evitar uma heteronomia entre os idealizadores do programa e aqueles que dele usufruíram, sendo o pressuposto inicial do Programa. Para tanto, se fez necessário atentar para a educação continuada referendada no contexto real das escolas enquanto instituições sociais, entrelaçadas por uma história própria em constante mudança que exigem um processo de permanente problematização, entendendo o quê elas representam para o professor e quais as expectativas dele em relação à formação continuada. É, pois uma prática que merece ser compartilhada, já que evidencia uma melhoria do ensino que perpassa por uma questão institucional exigente de reflexões conjuntas do professor junto aos envolvidos no processo. Processo qual o psicólogo pode se inserir, favorecendo-o numa tarefa coletiva do projeto escolar.

Palavras-chave: Educação continuada, atuação do psicólogo, interdisciplinaridade.

ISSN 1981-2566

FORMAÇÃO E ATUAÇÃO NA ÁREA ESCOLAR E EDUCACIONAL: AVANÇOS E DESAFIOS

Alacir Villa Valle Cruces

Resultados de pesquisa realizada para acompanhar egressos de cursos de Psicologia e verificar preferências, especializações, oportunidades de trabalho e atuação na área educacional revelou avanços e desafios a serem enfrentados pelos formadores. Mudanças significativas nas concepções dos egressos puderam ser encontradas anunciando possibilidades de práticas transformadoras e com maior compromisso social. Na área escolar e educacional as práticas valorizadas são aquelas que envolvem a instituição como um todo e nas quais todos participam; as criticadas são as que se centram no aluno e direta ou indiretamente os culpam pelas dificuldades apresentadas. As concepções sobre o fracasso escolar também mostram alterações e se refletem nas ações diferenciadas encontradas naqueles que estão inseridos profissionalmente na área da educação. Locais de atuação diferenciados, principalmente instituições onde são desenvolvidas atividades preventivas e curativas, eminentemente grupais e multidisciplinares, demonstram a ampliação da área. São mencionadas, em paralelo, dificuldades para o desenvolvimento de um trabalho de qualidade e índices ainda relativamente altos de práticas com caráter médico curativo, indicativas de concepções preconceituosas sobre a criança das classes populares, suas famílias e o fracasso escolar, apontando necessidade de mudanças na formação, talvez contempladas pelas novas diretrizes, e de possibilidades de formação continuada aos profissionais em serviço.

ISSN 1981-2566

FÓRUM DA ABRAPEE: INSERÇÃO DO PSICÓLOGO NO CONTEXTO EDUCACIONAL BRASILEIRO

Celso Francisco Tondin

O Fórum pretende discutir a inserção do psicólogo no contexto educacional brasileiro,em uma perspectiva de construção de políticas públicas que atendam as demandas sociais.Dessa forma,faz parte do esforço de se empreender ações que favoreçam o exercício profissional comprometido com a Educação Inclusiva e com o fortalecimento dos movimentos sociais em defesa da escola pública.Para efetivar este intento,é imprescindível debater sobre a formação do psicólogo,no sentido de avaliar se o ensino,a pesquisa e a extensão têm preparado-o para o trabalho em instituições escolares a partir de uma concepção de compromisso com a melhoria das condições da educação brasileira.Intimamente relacionada à formação encontra-se a discussão entre os profissionais psicólogos,visando à definição da posição técnica e política a respeito das funções do psicólogo no campo da educação,tanto na prática quanto na gestão e no controle social.Especial atenção precisa ser dada para a atuação dos psicólogos nas instâncias de controle social,especialmente nos conselhos municipais,estaduais e nacional de Educação.Estes são espaços privilegiados para intervir nas decisões dos rumos dados às políticas que afetam cotidianamente a educação em todos os seus níveis.Por fim entende-se que é preciso considerar o marco legal,especialmente a Lei nº9394/96–Lei de Diretrizes e Bases–LDB–e a recém aprovada Emenda Constitucional nº53,que criou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação–Fundeb,a fim de discutir o financiamento do trabalho do psicólogo na escola.Há diversas Leis municipais e estaduais,já aprovadas que prevêem a inserção do psicólogo na escola,bem como programas relacionados à inclusão de crianças e adolescentes com necessidades educacionais especiais,seja deficientes ou com altas habilidades/superdotação,mas o que falta em muitos casos,é a devida regulamentação para a implementação das mesmas.Até então,a interpretação do Ministério da Educação–MEC–é de que o trabalho do psicólogo faz parte dos denominados programas suplementares e que,por conta disso,não é possível o uso de recursos do Fundeb.Temos portanto,muitas dimensões interrelacionadas colocadas para o Fórum:formação,atuação profissional,participação no controle social e financiamento.Por envolver a legislação brasileira é necessário estratégias de ação que envolvam os poderes executivo e legislativo federal, bem como os movimentos sociais, o controle social e as entidades nacionais da Psicologia, que lutam pela educação pública com qualidade social. O Fórum pretende dar continuidade à aproximação, diálogo e articulação permanente iniciada em 2005 entre o GT Nacional Psicologia e Educação do Sistema Conselhos de Psicologia e entidades nacionais da Psicologia brasileira – ABRAPEE (Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional), ANPEPP (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia), ANPED (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação), ABEP (Associação Brasileira de Ensino de Psicologia) e FENAPSI (Federação Nacional dos Psicólogos) –, e o Sindicato dos Psicólogos de São Paulo, tendo como meta o estabelecimento de pauta e calendário comum de ações entre as entidades, para se alcançar uma contribuição mais efetiva na construção de referências para a formação e a atuação profissional do psicólogo no campo da Educação.

ISSN 1981-2566

GRUPOS COM PROFESSORES – POSSIBILIDADES DE FORMAÇÃO PARA O PSICÓLOGO ESCOLAR

Cárita Portilho Lima

Acreditamos que a formação do psicólogo escolar deve oferecer-lhe a possibilidade de conhecer o sistema educacional, capacitá-lo a analisar as questões psíquicas, sociais, políticas, econômicas e científicas que envolvem seu trabalho. O psicólogo escolar deve construir uma visão crítica de sua atuação no contexto escolar, sendo capaz de reconhecer as necessidades de todas as crianças, atuando no sentido de promover o desenvolvimento dos alunos da instituição na qual está inserido. É também parte do trabalho do psicólogo escolar estar perto do professor em seu cotidiano, entendendo suas dificuldades e ajudando-o a construir soluções. E, a partir desta visão de atuação do psicólogo escolar o objetivo deste resumo é apresentar o relato de experiência de um projeto realizado com um grupo de professoras de uma escola pública da cidade de Uberlândia-MG. O trabalho foi elaborado como atividade prática da disciplina Psicologia Escolar e Problemas de Aprendizagem I (PEPA I) do curso de psicologia de uma universidade pública e teve o objetivo de proporcionar aos alunos um contato mais próximo com a realidade educacional. Foram realizadas duas visitas à escola com o intuito de se conhecer o contexto no qual o projeto seria desenvolvido e de realizar um diagnóstico institucional; além disso, foram realizadas entrevistas com as treze professoras que aceitaram participar do grupo, coordenado por duas estudantes da graduação e uma do mestrado. Após as visitas iniciais, programamos três encontros nos quais discutimos temas como: relacionamento entre as docentes; conceito de “profecias auto-realizadoras”; a relação escola-família-aluno, porque o discurso inicial das professoras responsabilizava as crianças e suas famílias pelos problemas escolares. Nos encontros utilizamos os seguintes recursos: músicas, literatura infantil, textos relacionados às temáticas a serem discutidas, dinâmicas de integração e aquecimento, brincadeiras tradicionais, entre outros. A partir desta experiência percebemos que as alunas responsáveis pelo trabalho conseguiram construir um vínculo de confiança entre as professoras que facilitou a criação de um espaço de discussão, reflexão e partilha; o grupo proporcionou um ambiente onde as docentes puderam tecer juntas estratégias para melhorar suas relações; as discussões realizadas colaboraram para que as professoras refletissem sobre o que sentiam em relação a si mesmas, às colegas de trabalho e aos alunos; as educadoras puderam refletir sobre a importância de sua função de mediadoras no processo de aprendizagem e construção do conhecimento de seus alunos. As docentes continuaram repetindo que os problemas de seus alunos estavam estreitamente ligados às suas “famílias desestruturadas”; acreditamos que seria necessário um trabalho mais longo e consistente para auxiliar as professoras a construírem uma visão mais ampla e crítica do fracasso escolar e dos problemas de aprendizagem abarcando-os em toda sua complexidade, no entanto, percebemos que a realização deste grupo de discussão possibilitou às docentes um breve contato com um olhar diferente sobre a realidade educacional. Concluímos que este projeto construiu um importante espaço de diálogo entre as professoras e uma grande possibilidade de aprendizagem para as alunas envolvidas, contribuindo para formação acadêmica, profissional e pessoal destas.

Palavras-chave: Formação docente, formação de psicólogos, ensino e aprendizagem.

ISSN 1981-2566

FORMAÇÃO INICIAL EM PSICOLOGIA ESCOLAR: QUESTÕES APONTADAS POR ALUNOS DE GRADUAÇÃO

Marisa Maria Brito da Justa Neves

A questão da pós-graduação em Psicologia, notadamente na área da Psicologia Escolar, nos remete às questões de base que são colocadas no ensino de graduação. A natureza e a qualidade da informação recebida na graduação é primordial, tanto para que a futura ação do Psicólogo Escolar atenda às demandas sociais de maneira ética e socialmente comprometida, como, também, para habilitá-lo a pensar em questionamentos que alimentem teses a serem tratadas em nível de pós-graduação. A Psicologia Escolar é uma das áreas de atuação mais tradicional da Psicologia; no entanto, diante das atuais questões que permeiam a escola brasileira, a preparação profissional do psicólogo escolar deve privilegiar o entendimento do sistema educacional em suas dimensões social e política; o estudo do sucesso acadêmico e das formas de implementá-lo; e o desenvolvimento de competências, que possibilitem o psicólogo escolar lidar com os problemas que se apresentam no campo educativo.A falta de clareza e a abrangência das funções possíveis a serem desenvolvidas na escola como, também, a dificuldade de estabelecer os limites com outras áreas de fronteira e interfaces da Psicologia, constituem-se como fatores importantes a serem investigados pela Psicologia Escolar.Neste trabalho, discutiremos intervenções propostas por alunos de graduação do Curso de Psicologia da Universidade de Brasília. Os dados foram construídos a partir dos trabalhos finais desenvolvidos por 40 alunos da disciplina Pedagogia Terapêutica, no 1º semestre de 2005. Foram produzidos 16 trabalhos de intervenção e os temas foram livremente escolhidos pelos alunos.Os trabalhos foram agrupados em quatro categorias. Seis trabalhos foram realizados com professores e tiveram como objetivo o conhecimento das concepções dos professores sobre questões atuais da educação. Cinco trabalhos foram realizados com psicólogos escolares e priorizaram coletar informações sobre a atuação e a formação desses psicólogos. Quatro trabalhos consistiram-se em intervenções diretas com grupos de crianças e refletiram o interesse dos alunos em conhecer e vivenciar formas de mediação do conhecimento e questões do ensino. Um trabalho foi realizado com uma psicóloga clínica e buscou investigar com se processa a avaliação de alunos encaminhados com queixas escolares.A análise desses dados possibilita o conhecimento das concepções dos alunos de graduação de Psicologia sobre as possibilidades de atuação dos psicólogos escolares e sobre as questões que lhes suscitam interesse de investigação. Oferece, também, subsídios para o debate sobre a relação graduação / pós-graduação em Psicologia.

ISSN 1981-2566

IMAGINAÇÃO E CRIAÇÃO NA PERSPECTIVA DA PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL

Sueli Ferreira

Nesta abordagem, discuto, a partir da psicologia histórico-cultural de Lev. S. Vygotsky, as intrínsecas relações dos processos da imaginação e criação na produção cultural do homem. A imaginação, referindo-se ao manejo de imagens e experiências armazenadas na memória, cria outra realidade, modificando a realidade presente e projetando o homem para o futuro. O construído pela imaginação representa algo novo, cujas características projetam na realidade constituída seus próprios significados. A criação cobra realidade a partir de sua existência e exige inadaptação, não pressupondo relação harmônica entre o sujeito e o mundo. Portanto, supõe-se que o homem adaptado à realidade, nada pode desejar, nada pode experimentar e nada pode criar. A inadaptação é fonte de desejos, necessidade e criação. O processo de criação ancora-se tanto nas possibilidades psicológicas do homem quanto nas possibilidades de seu contexto social. Nesse sentido, todo produto da imaginação traz em si as marcas de que os sujeitos são constituídos nas redes textuais da cultura

Palavras-chave: Imaginação, criação, constituição social do homem.

ISSN 1981-2566

IDENTIDADE E CARREIRA DOCENTE

Ruben de Oliveira Nascimento

O Psicólogo Escolar/Educacional atua em um contexto de produção escolar onde condições de trabalho, de supervisão de atividades escolares, de formação e desenvolvimento dos indivíduos, de realização do ensino e da aprendizagem e de promoção de relações humanas e profissionais ocorrem cotidianamente, junto com outras variáveis próprias do sistema educacional e seus entornos. Além disso, esse profissional localiza-se no interior de um sistema institucional constituído por subsistemas com características próprias, que seriam: gestores, funcionários, professores e alunos. Cada um concorrendo para o funcionamento geral da escola, porém com demandas e necessidades específicas. Esse fator é muito importante e, nesse caso, é necessário que o Psicólogo Escolar/Educacional compreenda aspectos inerentes à inserção, atuação e desenvolvimento profissional e pessoal dos representantes desses subsistemas, a fim de poder melhor interpretar a relação de cada um com o contexto escolar de trabalho e com sua profissão ou função. Sem ignorar a importância de todos os representantes acima citados, queremos destacar os professores e analisar sua relação com o contexto escolar e de ensino, com o objetivo de estudar um pouco mais sua inserção, atuação e interação com a escola, visto que sobre eles normalmente acontecem pressões psicológicas, administrativas e pedagógicas diversas, oriundas de diferentes fontes dentro e fora do sistema, às quais precisa cotidianamente elaborar e assimilar em sua atuação profissional e função. Dentro desse quadro, um dos produtos psicológicos é a formação da identidade docente, que tem efeitos significativos na atuação do professor. Para tanto, propomos o estudo e a discussão de questões psicológicas e contextuais que participam da formação da identidade profissional do professor e de sua carreira docente, contribuindo com a compreensão de aspectos da atuação desse profissional dentro da Escola. Entendemos que esse tipo de conhecimento pode contribuir diretamente com a formação e o trabalho do Psicólogo Escolar/Educacional porque o mesmo precisa lidar também com aspectos objetivos e subjetivos presentes no modo como os atores escolares pensam e concretizam sua interação com o contexto escolar. O curso é voltado para estudantes e profissionais da área de Psicologia Escolar/Educacional e tem como base estudos e contribuições de autores das áreas de Educação, Psicologia da Educação e Psicologia Geral, que abordam temas como formação de identidade psicológica, identidade docente, carreira docente, psicologia do ensino e contexto simbólico escolar. Ementa: Identidade psicológica e identidade docente: inter-relações conceituais e práticas. Bases psicológicas e pedagógicas da identidade docente. Carreira docente: fases, questões profissionais, institucionais, psicológicas, pedagógicas e desenvolvimentistas. Identidade e carreira docente: pontos de encontro. A relação do professor com a escola, com seu saber profissional e com o saber pedagógico requisitado. Conflitos e dilemas do exercício da docência e da pessoa do professor no contexto de produção escolar.

Palavras-chave: Carreira docente, identidade docente, professor.

ISSN 1981-2566

IMAGINAÇÃO E IMAGEM DO OUTRO: PERSPECTIVAS E OLHARES PARA POSSÍVEIS ENCONTROS ENTRE PSICOLOGIA, EDUCAÇÃO E ESTÉTICA

César Donizetti Pereira Leite

Tomando como ponto de partida a estreita relação entre Psicologia e Educação e procurando buscar interfaces destas duas áreas do conhecimento com outras possibilidades que surgem em nossa cultura, entre elas destacamos o cinema; este trabalho terá como foco central refletir espaços de inter-constituição entre, a imaginação, a criação e os processos de constituição da subjetividade, pensando esta como algo que se produz, se efetiva, a partir do olhar do outro e nas práticas culturais do sujeito. Tendo como ponto de partida as idéias de W. Benjamin e G. Agamben, a discussão ocorrerá a partir do filme 'Pinóchio' de Benigni e buscará encontrar indicativos para uma reflexão entorno das muitas possibilidades entre a Psicologia e a Educação.

Palavras-chaves: Imaginação, subjetivação, imagem do outro.

ISSN 1981-2566

FEBEM/SP: QUE EDUCAÇÃO É ESSA A QUE OS ADOLESCENTES TÊM DIREITO?

Natália Felix de Carvalho Noguchi

A FEBEM (Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor), atualmente nomeada CASA (Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente) é a entidade, em São Paulo, responsável por cumprir as normas e diretrizes dispostas no ECA no que se refere a medida privativa de liberdade para adolescentes autores de ato infracional. Esta deve incluir a inserção dos adolescentes em programas sócio-educativos específicos, profissionalização e reintegração social. No entanto, o contato com a rotina das unidades de internação, faz saltar aos olhos a institucionalização pela qual passam os jovens, que são despidos de seus bens pessoais, têm seus cabelos cortados e usam uniformes semelhantes, perdendo, assim, aspectos que marcam sua identidade. São obrigados a obedecer normas que levam a humilhação, como andar com as mãos para trás e cabeça baixa, além de falar "senhor" e "senhora" ao tratar funcionários no geral – disciplinarização que molda o comportamento. Adolescentes ficam em espaços cercados por grades e janelas, na companhia constante de funcionários que os observam e relatam suas ações para constar em um relatório confeccionado por técnicas (assistentes sociais e psicólogos) e enviado periodicamente ao juiz responsável pela sentença – vigilância constante, marca do panoptismo. Essas marcas evidenciam que a FEBEM pode ser pensada como uma instituição disciplinar que modela os corpos segundo um esquema de poder e submissão. Além disso, desde 1999 – a data foi escolhida com base na violenta rebelião do Complexo Imigrantes, em que ficaram escancarados os maus-tratos existentes na instituição - a FEBEM foi palco de inúmeras rebeliões, combatidas pelas autoridades com contenção extrema e espancamentos. Por fim, a atual gestão é encabeçada por ex-membros da secretaria responsável pelo sistema penitenciário, o que denota uma mudança de visão quanto ao caráter das medidas sócio-educativas. A discussão aqui proposta é fruto da dissertação de mestrado "Seguro na FEBEM/SP: universo moral e relações de poder entre adolescentes internos", apresentada em 2006, que revela um esquema de organização entre os próprios internos resultado da disciplinarização e vigilância constante. O Seguro – grupo de adolescentes excluído do convívio e/ou ameaçado de morte pelo desrespeito a normas por eles mesmos determinadas ou devido ao crime cometido – põe à mostra a produção de uma delinqüência que vigia a si própria e reforça a heteronomia a partir de relações pautadas, cada vez mais, em violência. A presente fala toma como base o discurso dos adolescentes internos sobre a institucionalização e violências a que são submetidos e propõe discutir, a partir as normas previstas no ECA: Que tipo de trabalho é feito nessas unidades? Que tipo de educação é proposta? Quem e como são os adolescentes que da FEBEM saem em liberdade? Por fim: considerando também que o corpo técnico é composto, em sua grande parte, por assistentes sociais, psicólogos e educadores, que papel é possível para cada um desses atores institucionais num contexto como esse?

Palavras-chave: Adolescente autor de ato infracional, privação de liberdade.

ISSN 1981-2566

POR UMA FORMAÇÃO NÃO SEGMENTADA: REFLEXÃO A PARTIR DE UMA EXPERIÊNCIA NA SAÚDE PÚBLICA

João Leite Ferreira Neto

Discute-se a formação do psicólogo a partir de um trabalho realizado junto a uma escola estadual, por profissionais de uma unidade de saúde próxima. A demanda inicial que partiu da Escola era que o Centro de Saúde atendesse um amplo contingente de crianças com dificuldades de aprendizagem e/ou comportamento. Essa demanda inicial se desdobrou a partir de contra propostas em um grupo de estudos sobre o tema, discussão junto à direção e especialistas, e discussão de cada caso com a professora do aluno antes e depois da avaliação inicial. A demanda de palestras sobre educação sexual foi transformada na realização de oficinas sobre sexualidade junto ao corpo docente. As queixas sobre indisciplina foram transformadas numa intervenção ampliada de oficinas às grandes assembléias onde a gestão do coletivo da Escola e dos atravessamentos institucionais foi analisada e modificada. Como toda boa intervenção o trabalho teve início e fim, restabelecendo a autonomia da Escola na gestão de seus próprios problemas. Passados 12 anos, a Escola permanece sendo a única da região a não psicologizar os alunos com encaminhamentos desnecessários às unidades de saúde, assumindo e ampliando seu campo de ação pedagógica, sem remetê-las à saúde, através da implementação de variadas estratégias institucionais. Esta intervenção associou tanto habilidades oriundas do campo da psicologia clínica, quanto do campo da psicologia social. Defende-se o ponto de vista que a segmentação freqüente em nossos cursos de graduação entre clínica e social, acarreta mais prejuízos que benefícios, para a preparação de futuros profissionais. Estes cada vez mais encontram espaços de trabalho com características multiprofissionais e interdisciplinares, carecendo, portanto, de uma formação que associe as riquezas da produção de conhecimento e de práticas plurais que marca nosso multifacetado campo.Palavras-chave: formação do psicólogo, psicologia escolar, saúde publica

Palavras-chave: Formação do psicólogo, psicologia escolar, saúde pública.

ISSN 1981-2566

POLÍTICA NEOLIBERAL, CURRÍCULO E ENSINO DE PSICOLOGIA NO ENSINO MÉDIO: REMANDO CONTRA OU A FAVOR DA MARÉ?

Kelly Regina Sobral

O intuito do trabalho é trazer uma reflexão sobre as diferentes visões existentes acerca do currículo, com base nas análises realizadas por Michel W.Apple (2000), Tomás Tadeu da Silva (2001) e J.Gimeno Sacristán (2000), apontando para a importância de uma perspectiva dinâmica do mesmo, que enfatiza seu aspecto produtor de identidades sociais. Apresenta-se a correspondência entre visão de currículo e concepção de cultura e conhecimento subjacentes, estabelecendo-se uma crítica às epistemologias realistas argumentando-se que, ao considerar o conhecimento como simples reflexo da realidade, estas escondem as pistas do processo social de sua construção, tornando-se ideologia.Será colocado que o currículo, visto como processo, envolve diversos âmbitos (disposições da administração, objetivos, conteúdos, materiais, prática docente, experiência do aluno, entre outros), os quais são freqüentemente divergentes por abarcar atores com interesses e percursos diferenciados. A partir disso, salienta-se a importância da participação dos diversos agentes escolares (professores, alunos, pais, forças sociais, intelectuais) na formulação das diretrizes e propostas curriculares de forma a colocar as diferentes posições em debate. São abordadas as características que facilitam a efetivação de um currículo criador em detrimento de um currículo reprodutor: campo aberto, polissêmico, produtor de identidades voltadas para a crítica, que abre a significação para a produtividade. Como produtor de identidade, aponta-se para a mescla entre auto-reflexão e reflexão social neste domínio.A fim de possibilitar uma reflexão sobre a situação institucional do ensino de psicologia no Ensino Médio, será apresentado um breve histórico da disciplina enfatizando-se a pouca importância dada para a mesma e analisado como a disciplina está presente nos Parâmetros Curriculares Nacionais. Será feito um contraponto entre o projeto de educação instrumental afinado com a Política Neoliberal e uma proposta curricular emancipatória evidenciando que, enquanto no primeiro projeto a educação é vista como instrumental à obtenção de metas econômicas, considerando as teorias, diretrizes e práticas exclusivamente no âmbito da técnica, o projeto de educação para a emancipação do sujeito vai de encontro aos valores da sociedade atual e coloca as decisões da área da educação como sendo intrinsecamente do domínio da ética e da política. Se no primeiro caso os valores centrais são competitividade, flexibilização, ajuste, globalização, privatização, desregulamentação, consumidor e mercado, no segundo caso as práticas são pensadas a partir de valores como igualdade, direitos sociais, justiça social, cidadania e espaço público. Por fim, será apresentado um resumo da Proposta Curricular de Psicologia para o Ensino de 2o grau (1992), considerando-a como uma possibilidade interessante de norte para o docente de psicologia dada a relevância social e a densidade teórica com que os temas são apresentados, enfatizando a formação crítica do professor e do aluno. Será feito um questionamento acerca da não apropriação da proposta pelo corpo docente da área apesar de sua relevância e uma reflexão final acerca da responsabilidade do educador em seu trabalho.

Palavras-chave: Currículo, psicologia, Ensino médio.

ISSN 1981-2566

POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES DO PSICÓLOGO LICENCIADO NO TRABALHO DOS TÉCNICOS DE ENFERMAGEM

Carolina Silva Bandeira Melo
Sérgio Dias Cirino

De acordo com a Lei de Bases e Diretrizes da Educação (LDB/ 1996), para ministrar disciplinas nos cursos técnicos, os profissionais devem ser licenciados. A caracterização dos técnicos de saúde previstas na resolução CEB (Câmara de Educação Básica) n.º 4 de 8 de dezembro de 1999 explicita que as ações do profissional devem abranger todas as dimensões do ser humano, incluindo: a dimensão psicológica, sociológica e a dimensão espiritual. As competências profissionais gerais do técnico, dentre outras são: realizar em sua prática a orientação de clientes ou pacientes para assumirem, com autonomia, a própria saúde; e o trabalho em equipe, tendo em vista o caráter interdisciplinar da área (CEB/1999). A ênfase dada nos cursos técnicos, de acordo inclusive com o processo histórico desses, está na aquisição do conhecimento e de técnicas. As principais dificuldades encontradas na prática, em destaque na literatura da área é o trabalho em equipe; as pressões do doente, da família e da equipe; muita responsabilidade; ambiente de trabalho hostil; o contato com a morte e não-cura. Objetiva-se no presente estudo investigar quais as dificuldades mais descritas pelos técnicos de enfermagem na prática profissional e relacionar essas dificuldades com possíveis contribuições do psicólogo licenciado nos cursos técnicos. O método utilizado foi pesquisa literária sobre cursos técnicos de enfermagem e sobre a prática do profissional da saúde, além de entrevistas com técnicos em atuação; análise qualitativa das entrevistas, correlacionando-as ao material bibliográfico encontrado. O resultado das entrevistas foi similar ao encontrado na literatura. Os técnicos descreveram dificuldades para trabalhar em um contexto diferente da enfermaria, o trabalho com criança, o manejo de aparelhos sofisticados, medo de tocar no paciente, de prejudicá-lo, insegurança inicial, lidar com o óbito diante da família e de suas próprias emoções, a presença e perguntas dos familiares dos pacientes, grandes responsabilidades e exigências. Uma parcela pequena dos profissionais entrevistados relataram que aprenderam a lidar com o paciente, o familiar e a equipe, já em seu curso, mas percebem que a maioria de seus colegas não o sabe. As principais críticas aos cursos: oferecerem poucos estágios, serem muito técnicos e pouco reflexivos, terem pouca prática. O que os profissionais esperam da disciplina de psicologia é que esta trate o tema da morte, dê orientação sobre a abordagem com as famílias dos pacientes, aborde as possíveis manipulações dos pacientes e os recursos para os trabalhadores manterem o próprio equilíbrio emocional, além de orientar o trabalho em equipe. Com o trabalho, ficou clara a necessidade da psicologia aplicada para contribuir na formação de muitos técnicos de enfermagem. Os psicólogos licenciados têm mais ferramentas para assumirem essas disciplinas, pois aprenderam na licenciatura formas de adaptar os conteúdos à realidade dos alunos e a refletirem constantemente sobre o que ensinam, além de conhecerem o processo de ensino-aprendizagem. É necessário repensar as ementas de psicologia nos cursos técnicos de enfermagem, além de promover formação continuada para os profissionais no mercado.

Palavras-chave: Psicólogo licenciado, curso técnico, enfermagem.

ISSN 1981-2566

POSSIBILIDADES DO LICENCIADO EM PSICOLOGIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Alessandra Maia Vitor
Sérgio Dias Cirino

Segundo a lei nº 4119 de 1962, que dispõe sobre os cursos de formação em Psicologia e regulamenta a profissão, ao aluno que conclui os cursos de Psicólogo e de Licenciatura em Psicologia se confere o diploma de Psicólogo e de licenciado em Psicologia, respectivamente. Portanto, o Psicólogo licenciado, muitas vezes, é aquele profissional que concluiu ambos os cursos e seu pré-requisito (bacharel em Psicologia). Este trabalho visa explorar diferentes possibilidades de inserção do Psicólogo licenciado no campo da Educação Infantil. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (LDB), a Educação Infantil é componente da Educação Básica, e compreende a primeira etapa desta, atendendo crianças de zero a seis anos. Ainda segundo a LDB, a principal finalidade da Educação Infantil é o desenvolvimento integral da criança, o que abrange diferentes aspectos: físico, intelectual, social, e psicológico. Portanto, levantou-se a hipótese de que o Psicólogo licenciado pudesse contribuir em algumas atividades essenciais na Educação Infantil, indicadas pela própria LDB, e pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Foram levantados sete tópicos a respeito dessas atividades: integração entre escola, comunidade e família; promoção do desenvolvimento integral da criança; integração entre os aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivo/lingüísticos e sociais da criança; formação de professores; avaliação da criança; criação e desenvolvimento de estratégias que levem à otimização do ensino e da aprendizagem; e desenvolvimento pleno da criança enquanto pessoa, voltado para a promoção da cidadania. Realizaram-se entrevistas semi-estruturadas a partir dos tópicos, em três instituições de Educação Infantil de Belo Horizonte. Nas entrevistas foram abordados os seguintes aspectos: 1) Descrição da equipe de profissionais que lidavam diretamente com as crianças; e 2) Qual a formação de cada um destes profissionais 3)Atividades relacionadas com os tópicos; 4) Quais profissionais estão envolvidos nestas atividades. As instituições pesquisadas são duas Escolas Infantis particulares, e uma Creche Comunitária, portanto não paga. Em todas as instituições foi possível notar, de alguma forma, a atuação do Psicólogo e a necessidade desse tipo de profissional. Porém, não há nenhum Psicólogo compondo a equipe da creche comunitária. Muitas vezes, eles contam com a participação voluntária de Psicólogos. Nas outras instituições, foi possível constatar a atuação do Psicólogo em muitas das atividades relacionadas. No entanto, em nenhum momento o Psicólogo foi citado como licenciado em Psicologia. Portanto, pode-se concluir que este profissional ainda se vê pouco valorizado enquanto licenciado, no mercado de trabalho em estudo. Também é possível citar a necessidade de maior investigação sobre o assunto, em pesquisas que abranjam uma quantidade significativa de instituições de ensino infantil, e que possam pesquisar outros aspectos sobre o funcionamento da escola e a formação de cada profissional da equipe.

Palavras-chave: Psicologia, educação infantil, licenciatura.

ISSN 1981-2566

PSICOLOGIA COMO INSTITUIÇÃO E NA INSTITUIÇÃO ESCOLAR: REFLEXÕES A PARTIR DE UMA EXPERIÊNCIA SEGUNDO A PSICOLOGIA INSTITUCIONAL

Rafaela Santos Kamaroski
Luciana Albanese Valore

A Psicologia enquanto campo do conhecimento propaga e legitima conhecimentos sobre o desenvolvimento humano. Assim há definições de como as crianças serão e agirão. O dito saber psicológico assume para si e a ele é atribuído a responsabilidade de julgar o que é certo/errado, normal/patológico e tratar. Soma-se a isso a pedagogia com a preocupação de estipular diferentes maneiras de promover este desenvolvimento transmitindo "um saber positivo sobre como ajustar meios de ação a fins existenciais estabelecidos a priori". (LAJONQUIÈRE, 1999 in KUPFER, 2001). Ou seja, a formação dos professores baseia-se na aquisição de certezas sobre como ensinar para alcançar os objetivos da série. Manter algo em suspensão, sem resposta, como uma questão, é algo para o qual nem sempre estão preparados. A Psicologia é vista então como a "galinha dos ovos de ouro" por que possue aparentemente todas as respostas. No contato com uma escola particular, a atuação segundo o referencial da Psicologia Institucional possibilitou a percepção das conseqüências de tais concepções: a presença de um intenso sentimento de desamparo. Professores e coordenadoras solicitam constantemente aos profissionais "psi" amparo, suporte. LAJONQUIÈRE (2004) utiliza a expressão "ilusão (psico) pedagógica" para refletir sobre isto. Segundo ele, as escolas preocupam-se em ajustar a educação escolar de acordo com as necessidades das crianças. Constantes mudanças ocorrem, pois tais necessidades são a expressão de três outras realidades: o mercado, a família e os saberes sobre o organismo. No colégio em questão, a particularidade no discurso que perpassou as últimas mudanças pedagógicas é tal necessidade constante de reciclar os saberes. Nos discursos dos integrantes estão presentes expressões como "estar sempre correndo atrás do prejuízo", "ser crus", transmitindo a idéia de que a escola como um todo e eles mesmos estão constantemente em dívida. A busca de amparo na Psicologia evidenciou-se através da representação da mesma como um "olhar além". Como resultado ocorreu uma anulação dos demais saberes existentes. O trabalho de Psicologia Institucional ocorreu em tais relações estabelecidas com a instituição no que GUIRADO (1987, p.75) denomina de transferência institucional: "o lugar que os sujeitos e grupos vêm ocupando no seu fazer na relação com outros sujeitos e grupos da instituição". O foco do trabalho foi a promoção de um amparo as profissões através da valorização dos saberes que os profissionais possuem. As atividades realizadas (dinâmicas, discussões) evidenciaram um aprisionamento a conhecimentos tidos como científicos, relacionado diretamente ao funcionamento da instituição: a presença de um encantamento por parte das professoras pela proposta pedagógica e a falta de reconhecimento e valorização do trabalho de cada uma. O lugar dos conhecimentos científicos foi então discutido. Os profissionais se colocaram quanto atores institucionais falando sobre seus ideais, suas frustrações, suas buscas por reconhecimento, os modos como vivenciam a prática e como vêem a instituição, os colegas e a clientela: de passivos, tornaram-se ativos, agentes. Os comportamentos institucionalizados, repetidos constantemente, foram relatados: diferentes posicionamentos e crenças emergiram possibilitando um movimento nas representações.

Palavras-chave: Psicologia, educação, psicologia institucional.

ISSN 1981-2566

PROCESSOS DE IMAGINAÇÃO E CRIAÇÃO - A UNIVERSIDADE E A FORMAÇÃO DO PSICÓLOGO ESCOLAR

Silvia Maria Cintra da Silva

As capacidades de imaginação e criação são imprescindíveis para a atuação profissional do psicólogo escolar. A instituição escolar deve ter, como uma de suas funções primordiais, o desenvolvimento dos processos de imaginação discente. Nesse sentido, é preciso que a universidade propicie momentos e espaços formais e informais para que o futuro psicólogo, durante sua formação acadêmica, tenha possibilidades de acesso aos artefatos culturais que privilegiem esses processos psicológicos superiores. Atividades baseadas nas diferentes linguagens artísticas, como filmes, músicas e literatura apresentam-se como excelentes oportunidades para que os estudantes possam ampliar suas experiências, transformando seu psiquismo, ao ir além de suas vivências concretas, mais circunscritas aos limites do empírico. Tais experiências são fundamentais tanto para a formação pessoal quanto profissional.

Palavras-chave: Imaginação, criação, teoria histórico-cultural, psicologia escolar.

ISSN 1981-2566

PROJETO ÉTICA, DIVERSIDADE E EDUCAÇÃO: UMA PROPOSTA DE TRABALHO DO PSICÓLOGO NO CONTEXTO ESCOLAR

Leonardo Lemos de Souza

O Projeto Ética, Diversidade e Educação foi idealizado com o propósito de fundamentar novas formas de inserção do psicólogo no espaço escolar, que integre as diferentes dimensões envolvidas nos processos de produção de exclusão nesse contexto. Seu objetivo principal é viabilizar uma prática profissional do psicólogo na educação partindo de uma concepção de educação como espaço de experiências com a diversidade e de construção de valores éticos intrapessoais e interpessoais. Os referenciais teóricos que orientam esta proposta, em suas interfaces com a Psicologia, são: o paradigma da complexidade proposto por Edgar Morin; os Estudos Culturais; as discussões de Postman sobre a infância e educação; Os trabalhos de Araújo, Puig e La Taille sobre práticas educativas, ética e moralidade. O referido projeto tem sido realizado por estagiários do curso de Psicologia da Unesp – Assis e atualmente no curso de Psicologia da UFMT. Como projeto de estágio profissionalizante nos preocupamos com a produção de práticas que contribuam para a formação dos profissionais de psicologia problematizando a concepção de educação e modos de intervenção articulados a uma fundamentação teórica que não exclua os atores envolvidos no processo de educar. Durante o ano de 2005 o projeto teve seu início e consistiu em ações planejadas para: a) pesquisa sobre o cotidiano da instituição escolar; b) atividades grupais com alunos, trabalhando o levantamento das narrativas sobre as suas vivências no cotidiano escolar, dando destaque para os conflitos nas relações interpessoais; c) atividades grupais com professores para o levantamento de suas narrativas sobre o cotidiano escolar; c) conversas informais e entrevistas com outros agentes escolares (inspetores e demais funcionários); d) com base nos temas levantados na atividade anterior, fomento de grupos de discussão e de orientação junto aos agentes escolares (professores, diretores, coordenadores e funcionários), com o objetivo de promover práticas educativas que respeitem às diferenças e que levem a construção de valores éticos. Neste ano, o trabalho está sendo desenvolvido numa escola pública municipal de uma cidade no interior do estado de Mato Grosso. Foram realizadas atividades grupais com alunos do Ensino Fundamental e Médio (grupos com crianças de primeira a quinta série; grupos com alunos da sexta a oitava série e grupos com alunos do primeiro ano ao terceiro do Ensino Médio). Dessa maneira, pudemos levantar narrativas diversas sobre os conflitos no cotidiano escolar, entre os quais, destacam-se, os que resultam em humilhação, violência física e moral a partir das categorias gênero, raça/etnia, classe social e necessidades especiais (físicas e mentais) por parte de professores, funcionários e na relação entre alunos. No momento direcionamos o trabalho para professores e funcionários, organizando atividades de valorização de seu papel como agentes fomentadores de um espaço para a construção de valores éticos e na resolução de conflitos de forma pacífica e democrática.

ISSN 1981-2566

O PSICÓLOGO NO CENÁRIO EDUCACIONAL: DIRETRIZES PARA UMA AÇÃO MAIS EFETIVA

Mônica F. B. Correia

Nos últimos tempos tem-se observado esforços em direção à qualidade na educação– elaborações de diretrizes educacionais, elaboração de materiais didáticos, ampliação de vagas – mas ainda nos encontramos distantes de um panorama satisfatório. Tais ações, embora necessárias, têm sido insuficientes frente aos índices de repetência, evasão, desigualdades culturais e da desmotivação. Pesquisas apontam um problema estrutural como cerne das questões educacionais: a postura dos educadores junto ao processo ensino-aprendizagem. Neste sentido, têm apontado a prática pedagógica como elemento decisivo na produção do fracasso escolar. Este fracasso, portanto, vem denunciar falhas da Pedagogia, no tocante à prática docente, mas também da Psicologia, no que se refere à mediação de conhecimentos que contribuiriam para a eficiência deste processo. O profissional da Psicologia, neste sentido, não tem se mostrado suficientemente preparado para a atuação no contexto escolar. As investigações denunciam o distanciamento entre idéias que ampliaram nossa visão a respeito da construção de conhecimentos – especialmente aquelas que abordam as relações entre cultura e cognição e as práticas de psicólogos(as) no cenário educacional – e a prática educativa. Idéias referentes à cognição não estão sendo compartilhadas no contexto mais fértil para sua discussão e cujo objetivo, supostamente, é a promoção de desenvolvimento e aprendizagem. Inserções neste cenário têm confirmado a desinformação sobre conhecimentos fundamentais para ações dirigidas à construção do saber – principalmente entre psicólogos(as), que deveriam atuar como mediadores entre tais fundamentos e o cenário educacional. Diferentes fatores têm contribuído para essa realidade, desde deficiências na formação profissional até escassez de programas de formação continuada. Encontramos "equipes" técnicas ou pedagógicas que não trabalham em conjunto, profissionais que atuam de maneira descontextualizada e fundamentados em conhecimentos superficiais ou inadequados para o dinamismo do processo educacional. Este curso foi elaborado para atender às necessidades observadas sistematicamente no cenário educacional. Objetiva instigar reflexões que levarão a iniciativas mais produtivas, envolvendo as interrelações existentes na escola, o trabalho em equipe até apontamentos sobre problemas de aprendizagem e indisciplina – onde os reflexos são mais observados. Um curso nesta perspectiva é relevante porque subsidiará uma demanda ostensiva, de modo a melhorar a qualidade da relação dos estudantes com a construção do saber. Desafio que é enfrentado de maneira eficiente pelo psicólogo quando ciente dos pontos nevrálgicos do cotidiano escolar e munido de suporte teórico adequado. O curso é relevante por atingir nossas maiores limitações e por mediar a consciência sobre a necessária aproximação entre avanços realizados no campo acadêmico e as prioridades relacionadas ao cotidiano educacional. Os objetivos incluem a discussão de relevantes contribuições da Psicologia, principalmente cognitiva, para a eficiência do processo educacional, a aprendizagem e suas interrelações; o fornecimento de subsídios para uma atuação contextualizada e em equipe; a construção de diretrizes que levarão a ferramentas e fundamentos para abordagem adequada das situações consideradas problemáticas no cotidiano escolar. Pretende-se compartilhar subsídios demonstradamente necessários para maior competência na participação do profissional da Psicologia na escola e da ciência psicológica no contexto educacional-campo de atuação marcado historicamente pela remediação de “problemas de aprendizagem”; modelo equivocado, porém ainda encontrado.

Palavras-chave: Atuação do psicólogo no contexto escolar, contribuições da psicologia, processo educativo.

ISSN 1981-2566

OLHARES SOB O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: O QUE A PSICOLOGIA TEM VISTO?

Luis Fernando de Oliveira Saraiva

Considerando que a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estabelece mudanças significativas nas políticas públicas e avanços fundamentais no atendimento às crianças e adolescentes brasileiros, propomos resgatar, na formação profissional do psicólogo, olhares e práticas críticos e comprometidos com uma concepção política emancipatória, pautada em uma ética profissional que resida na indignação diante da humilhação e de práticas alienantes. Para isso, utilizaremo-nos da experiência da parceria entre o Instituto de Psicologia da USP e um Conselho Tutelar (CT) da cidade de São Paulo, realizada em um projeto de extensão universitária. Nesta parceria, procuramos romper com modelos padrões de atendimento e com a psicopatologização de problemas políticos e sociais, construindo um trabalho participativo, com a circulação e troca de saberes, desenvolvendo ações coletivas e desnaturalizadoras, que procuravam se apropriar da multideterminação dos fenômenos em questão, tendo em vista o aprimoramento da defesa de direitos previstos pelo ECA. Assim, procuramos a (re)invenção de nossos fazeres, através de uma prática psicológica voltada à intervenção nas relações, sobretudo nas relações entre o CT e escolas atendidas por ele.Tal experiência possibilitou um aprofundamento no questionamento sobre a participação do psicólogo na conservação de uma sociedade a serviço da adaptação, exploração, desigualdade e exclusão. Romper com esta participação e, assim, comprometer-se com a transformação da realidade social e com a consolidação dos direitos humanos, aponta a necessidade da superação de uma formação teórico-prática individualizante, que coisifica o sujeito e entende o fenômeno psicológico de forma isolada e naturalizante.Entendemos que o ECA é um discurso que se propõe a provocar todas as instâncias da sociedade, convocando-a para uma alteração de concepções e padrões de conduta e comportamento e, portanto, da própria realidade social. O ECA é, desta maneira, um dispositivo que se propõe a fazer funcionar novas concepções sobre a infância e a adolescência, produzindo sujeitos de direitos e rompendo com o contrato social até então vigente, no qual crianças e adolescentes eram tratados como “menores”, pessoas sem direitos. Isto coloca uma importante questão à Psicologia: como pretendemos trabalhar com a infância se sequer sabemos que tipo de criança e adolescente o Estatuto pretende imprimir à realidade, que transformações conceituais ele quer promover?

Palavras-chave: Psicologia, formação profissional, conselho tutelar.

ISSN 1981-2566

PSICOLOGIA E A ESCOLA – ENLACES NA CONSTITUIÇÃO DE UM CAMPO DE ATUAÇÃO

Katia Aguiar
Anne Louise Siqueira de Azevedo
Tatiana Clarkson Mattos

A proposta dessa comunicação oral é a de abordar o tema da formação do Psicólogo Escolar, contribuindo com elementos crítico-propositivos aos debates atuais. Partindo da idéia de que a formação se efetiva em redes que agenciam experiências diferenciadas, complementares e divergentes, propõem-se como referencial teórico-metodológico das análises veiculadas pelos palestrantes, as contribuições da socioanálise (R. Lourau) e da filosofia da diferença (G. Deleuze e F. Guatarri). Tem-se como hipótese inicial de trabalho que a ausência de ações inventivas por parte dos psicólogos no campo da educação escolarizada, decorre do predomínio da perspectiva macropolítica nas análises das demandas que são dirigidas a esses profissionais. Tal postura tem como efeito o engessamento limitador de suas práticas cotidianas, observado na naturalização de um campo de intervenção marcado pela individualização, privatização e medicalização do que se apresenta como problema. No Rio de Janeiro, a principal demanda dirigida ao psicólogo, quando se lhe apresenta a oportunidade de entrada na escola, é o da solução de problemas. Estes explicitam uma tendência culpabilizadora, por parte da comunidade escolar, na abordagem dos desafios gerados nos processos educativos eminentemente coletivos e, portanto, com inscrições sócio-históricas bem precisas. Diante dessa realidade, cabe colocar em análise as interferências dos saberes e fazeres “psi” nesse campo, tanto em sua dimensão de ruptura quanto de suporte à privatização das problemáticas sociais. Em lugar da solução de problemas, propõem-se a problematização do que se apresenta, no relato de três experiências, destacando diferentes aspectos que incidem na formação do psicólogo escolar. As experiências são: uma pesquisa-intervenção realizada através de oficinas com alunos e professores com diferentes inserções escolares; um estágio de licenciatura em psicologia desenvolvido numa escola de formação de professores e um projeto de monitoria vinculado à disciplina Psicologia e Escola, do curso de formação de psicólogo. Essas experiências forneceram matéria prima para a investigação e os debates de um grupo de trabalho coordenado por uma professora do Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense, no ano de 2006. O grupo de trabalho contou com a participação efetiva de oito discentes da graduação em psicologia e convocou a co-operação de discentes e psicólogos que atuam na rede de ensino – envolvendo escolas públicas e privadas. Evidencia-se, com essa iniciativa, a necessária politização dos processos de trabalho e da produção do conhecimento, bem como a urgente revisão das ferramentas de análise e de intervenção disponibilizadas na formação do psicólogo escolar. No caminho de construção de ferramentas que sustentem ações inventivas, a formação deve favorecer o exercício do pensamento em favor de uma releitura das práticas. Conclui-se que a possibilidade de uma formação crítica problematizadora, implica a abordagem da sala de aula como espaço/tempo de experimentação, acolhendo o tensionamento dos encontros, na direção de reinvenção do lugar do psicólogo escolar, afirmando sua participação na construção de territórios existenciais. Destaca-se, como desdobramento dessa iniciativa, a implantação do estágio curricular em Psicologia Escolar, no Serviço de Psicologia Aplicada, na referida universidade.

ISSN 1981-2566

PSICOLOGIA EM EXTENSÃO E INTENÇÃO: UM ESPAÇO DE COMPROMISSOS

Irene Piconi Prestes

Este estudo está fundamentado no crédito da leitura psicanalítica e sua articulação às leituras educacionais. Em consonância com a realidade contemporânea torna-se preemente analisar a extensão e intenção da Psicologia articulando aspectos históricos e atuais; a fim de garantir limites e perspectivas profissionais mais claros e maior inserção do psicólogo nos espaços educativos formais e não formais. É necessário refletir sobre a diversidade teórica que orienta e embasa a ação do psicólogo escolar/educacional, no que o distingue e o aproxima de outras áreas do conhecimento, de trabalhos interdisciplinares e, da sua atuação terapêutica-educacional. Essas discussões são pertinentes tendo em vista a preocupação com desenrolar da educação no Brasil, para atender às mudanças aceleradas do mundo globalizado, tecnológico, imediatista que impulsionam e exigem da educação e da escola constantes atualizações. A competência para a solução destas questões advém da ação conjunta de todos, a formulação da questão sobre a queixa escolar, para eliminar os problemas de aprendizagem seriam mais eficazes se colocássemos a questão não apenas na criança como sede de seus problemas. Urge que o psicólogo se apresente diante deste contexto e trabalhe com a escola, assessorando-a nos aspectos psicopedagógicos, visando o pleno exercício da cidadania.

Palavras-chave: Psicanálise, educação, saber.

ISSN 1981-2566

PSICOLOGIA ESCOLAR: PERSPECTIVAS E COMPROMISSOS NA FORMAÇÃO CONTINUADA

Claisy Maria Marinho-Araujo
Marisa Maria Brito da Justa Neves

No trabalho realizado há 10 anos junto aos psicólogos escolares da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEEDF, constatou-se que a formação inicial do psicólogo escolar não tem fornecido o suporte necessário à sustentação de demandas mais integradas e preventivas, contextualizadas às exigências das práticas profissionais quando realizadas nos espaços educativos.Buscando minimizar as contradições entre as escolhas teóricas e as modalidades de intervenção utilizadas pelos psicólogos escolares do Distrito Federal, desenvolveu-se um processo de formação continuada em serviço junto a esses profissionais.Tal formação, entendida como uma alternativa de reconstrução da própria história e de tomada de consciência de possibilidades e potencialidades desses profissionais, desenvolveu-se por meio de duas grandes ações: cursos de aprofundamento teórico e assessoria à prática profissional.Os cursos têm por objetivo a sistematização teórica-conceitual sobre as implicações da relação entre Psicologia e Educação, as teorias do desenvolvimento humano, as abordagens teórico-metodológicas para o estudo das interações e relações sociais, articuladas às intervenções psicológicas na instituição escolar. Foram organizadas, desde 2000, sete turmas, totalizando 250 profissionais participantes, integrantes das equipes de apoio psicopedagógico da SEEDF. Os cursos foram estruturados em núcleos integrados, com carga horária de 60 horas-aula. Os resultados apontam para a importância da formação teórica articulada ao exercício profissional, especialmente no que tange às leituras sugeridas, às situações didáticas desenvolvidas, aos procedimentos de apropriação e aperfeiçoamento do conhecimento e das competências e às estratégias avaliativas.O assessoramento à prática profissional constituiu-se em outra forma de imersão na realidade investigada, oportunizada por meio do acompanhamento sistemático dos avanços e dificuldades na atuação dos profissionais envolvidos; de discussão sobre a especificidade do processo de construção da identidade desses profissionais; e de oportunidade para o desenvolvimento compartilhado e reflexivo de competências necessárias à intencionalidade da prática profissional.Acreditando que o locus da escola é rico em manifestações concretas de transformações e que essas podem permear atividades simples e cotidianas, a assessoria tem contemplado temas como relação família-escola, formação de professores em serviço, processos de gestão nas ações e espaços educativos, desenvolvimentos de competências pessoais e na equipe escolar.Os resultados dessas ações demonstraram que a formação assistida adquiriu proporções formativas fundamentais à construção da identidade profissional dos psicólogos escolares. A análise dos desdobramentos advindos dessa formação assistida indicou a necessidade de continuidade no investimento de outros níveis de desenvolvimento de competência na formação continuada desses profissionais.

ISSN 1981-2566

REALIDADE ESCOLAR E O PSICÓLOGO COMO AGENTE DE MUDANÇAS

Iria Aparecida Stahl Merlin
Carolina Singolani Dinoné
Natalia Moreira Soares
Patricia Gratão Gregui
Mariana Festti

O presente trabalho busca apresentar a atuação da Equipe de Estágio do 5º ano de Psicologia da Universidade Estadual de Londrina (UEL), em uma escola pública, no ano de 2006. A realização do estágio, estabeleceu-se semanalmente, obedecendo o cronograma do colégio e o trabalho aconteceu com classes do ensino fundamental (2ª fase) e ensino médio. A realização do estágio, estabeleceu-se semanalmente, obedecendo o cronograma do colégio. A importância deste trabalho está na reflexão sobre o papel do psicólogo escolar, bem como de suas práticas. O objetivo consistiu em apresentar o papel e as possíveis atuações do psicólogo no âmbito escolar, contribuir para a melhoria do processo ensino-aprendizagem e das relações interpessoais envolvidas nesse processo educativo, analisar e compreender a dinâmica educacional presente na escola e intervir junto às pessoas envolvidas.O método utilizado para o desenvolvimento desse trabalho foi com base em uma metodologia qualitativa, caracterizada por uma proximidade entre o pesquisador e o pesquisado.Foram realizadas observações iniciais em sala de aula e intervalos, conversas informais com professores e equipe pedagógica. As ações de intervenção foram dirigidas aos alunos do Ensino Médio com a organização de um programa de educação vocacional e reuniões com os professores e equipe. O trabalho desenvolvido com os professores consistiu na realização de duas reuniões. Durante o período inicial de observação da demanda, os professores agiram de maneira pouco receptiva, demonstrando receio quanto à presença das estagiárias. Essa situação se modificou no decorrer do estágio e pode ser notada na segunda reunião que teve como objetivo proporcionar um momento de trocas de experiência e de reflexão a respeito da atuação e do papel do professor. Porem abriram pouco espaço para as intervenções e não apresentaram uma postura de enfrentamento com relação a dificuldades da escola. A análise dos dados constou de um estudo das descrições feitas em diário de campo e uma organização dessas informações em três grupos de questões: observações e escuta da escola, ações com professores e com alunos. Como resultado, foi possível observar que os professores assumem uma posição de não implicação com as dificuldades encontradas no processo de ensino-aprendizagem, buscando responsabilizar governo, sociedade e os próprios alunos pelo fracasso escolar. Junto a essa percepção de atuação, somam-se um sistema educacional falho, a não valorização do profissional de educação e o contexto sócio-econômico, gerando a impressão de não haver possibilidades de mudanças significativas para o sistema educacional, exigindo do psicólogo maior atenção para com suas intervenções especialmente quanto ao distanciamento do seu papel como agentes de mudanças. A flexibilidade constitui a marca dessa atuação, no qual o material obtido qualitativamente exigiu uma capacidade integrativa e analítica que por sua vez, intensificou o desenvolvimento de uma capacidade criadora e intuitiva dos estagiários.

Palavras-chave: Processo ensino aperndizagem, orientação profissional, papel do professor, função do psicólogo escolar.

ISSN 1981-2566

PSICOLOGIA ESCOLAR E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: A EXPERIÊNCIA DO DISTRITO FEDERAL

Marcos Corrêa Terra Amaral
Claisy Maria Marinho-Araujo
Marisa Maria Brito da Justa Neves

A literatura atual aponta que, dentre os fatores que permeiam e problematizam a Psicologia Escolar, os principais se constituem em torno da carência na formação, pouca clareza quanto ao espaço de atuação e a indefinições na fundamentação teórica. As demandas dirigidas ao psicólogo escolar instalam a urgência por uma formação que considere a complexidade do perfil profissional articulada a um mergulho em uma prática real. No enfrentamento da demanda de serviços contínuos que respondam à necessidade de consolidação de um plano de formação adequado para o psicólogo escolar e suas implicações na definição de um perfil de atuação mais competente e comprometido eticamente, este trabalho tem por finalidade relatar a experiência do Projeto de Extensão de Ação Contínua, planejado e coordenado pelo Laboratório de Psicogênese do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília. Como meta principal, o Projeto busca proporcionar um aperfeiçoamento continuado da formação profissional dos psicólogos escolares que atuam no sistema público de ensino da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federa bem como, através da oferta de estágios e incremento a pesquisas, fortalecer a formação inicial de estudantes de graduação em Psicologia. Para o alcance desta meta, o projeto, planejado para atender as singularidades da atuação do psicólogo escolar, tem como objetivos realizar, além de cursos de extensão universitária enfatizando aspectos teórico-metodológicos da Psicologia e da Educação, o acompanhamento e assessoria em serviço à atuação dos psicólogos escolares, favorecendo a inserção, compreensão, análise e intervenção no cenário escolar sob uma perspectiva institucional relacional. Por meio de ações interventivas de nível institucional e acompanhamento de casos de queixa escolar, alunos de graduação também têm a oportunidade de confrontar sua formação com o contexto escolar de fato. Como meta mais ampla e última, o projeto visa atingir diretamente a comunidade, melhorando a qualidade do ensino público como um todo. É primordial a construção de uma postura do psicólogo escolar permeada pela ética e por habilidades e competências através de iniciativas de formação crítica e reflexiva. Assim, o projeto tem fortalecido a fundamentação teórico-metodológica e conceitual para a produção de um conhecimento sólido e coerente na área de psicologia escolar e promovido a reflexão e conscientização na definição de papéis e funções, possibilitando uma intervenção preventiva, institucional e intencional nas escolas.

Palavras-chave: Psicologia escolar, extensão universitária, intervenção institucional.

ISSN 1981-2566

PSICÓLOGO-PROFESSOR: DESVELANDO IDENTIFICAÇÕES E TECENDO PARCERIAS

Lilian Ulup

Tomando como cenário a instituição de educação infantil, cuja função social continua até hoje ambígua para muitos que nela trabalham, este trabalho discute os processos de constituição identitária profissional do professor e do psicólogo escolar, nesse espaço-tempo em que a própria criança está em processo de construção de sua identidade pessoal. Com base em reflexões sobre a prática e fundamentados na perspectiva sócio-histórica, na psicologia institucional e nos estudos culturais sobre identidade social, entende-se a prática profissional como uma construção coletiva e solidária, necessariamente atravessada por uma visão interdisciplinar do conhecimento; entende-se a constituição das identidades, na verdade, como processos identitários, como lugares de lutas e conflitos, de identificações e de diferenças, ou seja, maneiras permanentemente construídas e reconstruídas socialmente de ser e de estar na profissão, que necessitam de tempo e de movimento. Assume-se uma posição crítica em relação à adoção do modelo clínico como referência para as práticas do psicólogo na escola, embora entendendo que este ainda carrega sobre os ombros a representação, e a expectativa correspondente, de que vá solucionar os casos das "crianças-problema" e de suas famílias; alguns, muitas vezes, buscam atender a essa demanda distorcida; outros conseguem romper com essas práticas e buscam criar novas maneiras de ser psicólogo na e da escola. A assunção dessas posições identitárias, calcadas nas práticas no cotidiano escolar, numa perspectiva crítica e de parceria com o professor, pressupõe encarar-se como alguém com um trabalho a realizar na instituição educativa, como um parceiro na produção da circulação das falas e dos sentidos produzidos, no cenário em que o professor é ator principal. Este, por sua vez, apesar das mudanças relativas à educação infantil na legislação, que convocam a uma atuação pedagógica e profissional, muitas vezes representa-se e é representado como mero cuidador; precisaria abandonar o lugar ambíguo do privado-doméstico, ou, pelo menos, entender a posição profissional como devendo ser hegemônica nesse universo. Cabe tanto a ele quanto ao psicólogo recorrer à reflexão-na-ação, problematizando o que está sendo feito enquanto se atua, e deliberando sobre o que se passa, situação freqüente na instituição educativa; buscar, além disso, praticar a reflexão sobre a ação e sobre a reflexão-na-ação, ou seja, desenvolver a reflexão crítica sobre a realidade. Quanto à própria instituição de educação infantil, sua função pedagógica seria a de en-sinar à criança, ou seja, apontar signos, ajudando-a a construir significações relativas a afetos e conhecimentos. Ressalta-se a importância de uma prática profissional voltada para a promoção da saúde psíquica e da qualidade de vida da comunidade escolar e da conveniência, para o processo de formação da equipe, de projetos comuns aos sujeitos envolvidos e da inter-formação identitária: no processo de participação na formação do outro, os sujeitos parceiros constituem-se como professores, como psicólogos, o que implica trans-formação. Conclui-se afirmando que, dessa forma, os psicólogos vão se constituindo como profissionais e construindo uma Psicologia crítica como ciência e profissão, conhecimento e arte.

Palavras-chave: Psicólogo escolar, identidade profissional, práticas profissionais, educação infantil.

ISSN 1981-2566

PSICOLOGIA ESCOLAR/EDUCACIONAL: MULTIPLICAÇÃO DE CAMINHOS E TENDÊNCIAS ATUAIS

Celia Vectore

As transformações ocorridas na sociedade, no final do século passado e no início do terceiro milênio têm sido responsável por um inquietante repensar da figura do psicólogo escolar que, em suas origens em contexto brasileiro teve o início de sua trajetória marcada pela questão do diagnóstico dos problemas de aprendizagem e suas possibilidades de superação; observa-se que a própria disciplina era tratada como "Psicologia Escolar e Problemas de Aprendizagem Escolar", parecendo sugerir uma identificação ou uma continuação natural entre o objeto da psicologia escolar e os problemas de aprendizagem. Em meados dos anos setenta e início dos anos oitenta, há a exacerbação de um tipo peculiar de instituição educacional, denominada de pré-escola, porém qual era a função do psicólogo escolar, num contexto em que problemas de aprendizagem são ou eram pouco freqüentes? O que fazer efetivamente para justificar a presença do psicólogo dentro da pré-escola? Eram as questões que afligiam os profissionais daquele período, considerando que era praticamente inexistente a produção científica nacional de trabalhos que lançassem uma luz sobre o que fazer e o como fazer dentro de tais espaços. Aos poucos, entre acertos e desacertos, as possibilidades de atuação do psicólogo escolar foram sendo construídas e várias frentes de trabalhos foram sendo criadas. A partir de uma escuta acurada da demanda institucional foi-se estabelecendo caminhos e trabalhos foram surgindo. De lá para cá, muita coisa mudou e a Psicologia Escolar tem acompanhado as demandas sociais, possibilitando o desbravamento de novas possibilidades de exercício, dentro e fora das instituições tradicionalmente concebidas como escolares. Para atestar tal movimento, é possível elencar as áreas de atuação e o número de trabalhos produzidos no VII CONPE, evento promovido pela Associação Brasileira de Psicologia Escolar/Educacional. Ei-las: 1. Avaliação e Medidas no Contexto Escolar, com 26 trabalhos; 2. Desenvolvimento Humano, com 46 trabalhos; 3. Educação Infantil - Pré-escola com 37 trabalhos; 4. Educação Informal, com 2 trabalhos; 5. Ensino de Psicologia, com 13 trabalhos; 6. Ensino Fundamental, com 26 trabalhos; 7. Ensino Médio , com 12 trabalhos; 8. Ensino Superior com 37 trabalhos; 9. Família, com 17 trabalhos; 10. Formação do Educador, com 61 trabalhos; 11. Formação do Psicólogo Escolar/ Educacional, com 67 trabalhos; 12. Fracasso Escolar/Evasão com 17 trabalhos; 13. Leitura/Escrita com 17 trabalhos; 14. Necessidades Especiais/Inclusão com 43 trabalhos; 15. Orientação Profissional, com 12 trabalhos; 16. Pesquisa em Psicologia Escolar/ Prevenção, com 26 trabalhos; 13. Terceira idade, com 15 trabalhos. Este breve resumo constata o quanto a Psicologia Escolar/Educacional tem se desenvolvido num contínuo exercício de reflexão, haja vista que, não há um modelo a se seguir, porém é necessário a competência técnica e teórica dos profissionais que a ela se dedicam. Para terminar, gostaríamos de propor uma reflexão sobre o impacto na formação/atuação do psicólogo escolar/educacional da recente criação de cursos de 3º grau de formação do profissional de Psicopedagogia.

ISSN 1981-2566

REDES DE PROTEÇÃO À CRIANÇA: O PSICÓLOGO ESCOLAR COMPROMETIDO COM AS POLÍTICAS INFANTO-JUVENIS.

Mara Aparecida Lissarassa Weber
Raquel Souza Lobo Guzzo

Diferentes equipamentos públicos de atendimento podem fazer parte da vida da criança desde muito cedo. Caso os serviços do posto de saúde, da escola, da assistência social e do Conselho Tutelar trabalhem de maneira interligada, passarão a constituir uma rede de atendimento tendo como foco o desenvolvimento integral infantil. Frente a isso, o presente trabalho pretende discutir o compromisso do psicólogo escolar diante de um caso de crianças vítimas de violência doméstica e as dificuldades para o trabalho interligado entre os serviços públicos, a fim de constituírem uma rede de atendimento. Esse estudo insere-se no projeto "Vôo da águia: prevenindo problemas sócio-emocionais e promovendo saúde", cujo objetivo é a promoção do desenvolvimento saudável de crianças e de adolescentes, por meio do acompanhamento e da discussão com educadores e famílias sobre os processos educativos em diversos contextos e situações do cotidiano. Essa proposta de intervenção está sendo desenvolvida em uma escola de educação infantil da rede pública, do município de Campinas e envolve dentre outras ações, o acompanhamento de crianças e a discussão de casos envolvidos ou não com denúncias no Conselho Tutelar em conjunto com os equipamentos públicos responsáveis pela proteção à infância. Partimos de um estudo de casos de crianças com suspeita de violência doméstica que estavam inseridas nessa instituição educacional. Essas crianças foram acompanhadas durante dois anos pelo serviço de psicologia na escola, que participou de reuniões mensais com representantes de diferentes setores públicos para a discussão desses casos. Nesse percurso, foram enfrentadas diversas dificuldades pelos profissionais da escola e da assistência social na busca por encaminhamentos que visassem proteger as crianças envolvidas na situação de suspeita da violência doméstica. Por fim, são apontados e discutidos os alguns aspectos relevantes sobre a atuação do psicólogo escolar nesse contexto, principalmente sobre a importância da atuação desse profissional romper com o modelo de culpabilização da criança e de sua família, com base num processo de reflexão e problematização da realidade a fim de garantir os direitos preconizados nas políticas de proteção infanto-juvenis.

Palavras-chave: Redes de proteção à infância, psicólogo escolar, políticas de proteção infanto-juvenis.

ISSN 1981-2566

PSICÓLOGO ESCOLAR: RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA DE FORMAÇÃO EM PROCESSO CRÍTICO

Rosa Mara Santos Cassis
Mariana Vaz Tassi

O trabalho trata de questões relativas a uma experiência de estágio supervisionado em psicologia escolar em uma escola pública de ensino fundamental em Taguatinga, DF. As reflexões e atuação foram baseados na abordagem sócio-histórica, que formula que modos de pensar e agir do ser humano são construídos histórica e socialmente, dialeticamente em constante transformação, contrapondo-se à dicotomia entre indivíduo e mundo e à postulação de uma natureza intrínseca ao homem. Foram realizados primeiramente encontros semanais com os professores e a coordenadora educacional. Posteriormente, a partir de uma demanda da coordenadora, foram feitas dinâmicas com alunos de turmas caracterizadas por alto índice de repetentes. Os resultados dessas atuações levaram à reflexão acerca da formação do psicólogo escolar e dos desafios à sua prática. Dentre elas, destacam-se: resistência da escola à sua atuação; formação de vínculos entre o psicólogo e os diversos atores do contexto escolar; crítica ao modelo educacional reprodutivista que tem caracterizado os contextos escolares; diferenciação da atuação, ainda confundida com a atuação do psicólogo clínico; e crítica à visão da indisciplina e do fracasso escolar como fenômeno localizado no aluno, desconsiderando a multiplicidade de fenômenos envolvidos. Observou-se que a resistência surge principalmente quando se quebra a expectativa de que o psicólogo irá atender a demanda de queixas escolares em atendimento individual dos educandos, esperando que estes sejam modificados para a sua reinserção em sala de aula. Buscou-se inserir de maneira diferenciada no contexto escolar, acreditando-se que a retirada ou adaptação dos elementos que evidenciam os problemas nada contribui para a resolução destes, ao contrário, contribuem com a exclusão. Mesmo assim, em alguns momentos reconheceu-se estar em atitudes aqui criticadas, reproduzindo modelos com os quais discorda-se. A perspectiva de autocrítica torna-se essencial, pois os modelos reproduzidos historicamente não estão localizados nos indivíduos ou na escola, mas fazem parte de um todo relacional que abarca toda a sociedade. A indisciplina e o fracasso escolar são originados no contexto educacional, em suas práticas, atividades, fundamentações ideológicas, carga histórica, e não intrínsecos a alguns indivíduos. Através de discussões teóricas e a vivência na escola, conclui-se que a inserção do psicólogo escolar na instituição é permeada por resistências e desafios que refletem uma estrutura e dinâmica educacional marcadas por uma pedagogia reprodutivista, com modos de funcionamento originados na formação de uma sociedade capitalista e industrial. Entretanto, na busca constante em facilitar o ensino de qualidade e o cumprimento da função educativa, esse profissional deve considerar a complexidade dos fatores envolvidos, olhando para a história coletiva de formação de visões sem desconsiderar as histórias individuais presentes, lidar com as resistências e frustrações decorrentes e ter criticidade em relação ao próprio trabalho. A abordagem sócio-histórica contribui na formação do psicólogo a partir da aprendizagem de uma postura crítica e contextualizada histórica e socialmente, por meio da qual é possível compreender as concepções dos grupos sociais envolvidos transpondo limites teóricos e metodológicos, aproximando-o de uma maior conscientização e comprometimento com a sociedade e com o ser humano.

ISSN 1981-2566

PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL: COMPROMISSOS COM A EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Albertina Mitjáns Martínez

Os sérios problemas presentes no cenário educacional brasileiro constituem um importante desafio para todos os interessados em contribuir com as necessárias mudanças que esta situação demanda: políticos, economistas, educadores, profissionais diversos e membros da sociedade em geral. A psicologia como área de conhecimento científico e muito especialmente os psicólogos que trabalham nos contextos educativos, se sensibilizados com a situação social do país, com certeza compreendem sua responsabilidade perante esta situação. Mesmo que ainda não suficientemente forte e generalizado, percebemos um crescente debate em relação ao que fazer, quais as possibilidades? Quais os limites? Qual formação se precisa nestas circunstancias? Realmente podemos fazer "algo"? ... Sem pretender responder de forma simplista estas e outras perguntas tão comuns nos psicólogos que procuram um trabalho profissional socialmente significativo abordaremos nesta conferencia algumas possíveis direções de trabalho que consideramos podem contribuir ao fortalecimento do papel da psicologia no cenário educacional brasileiro. Entre elas: • O psicólogo perante as políticas públicas no campo educacional: sua contribuição crítica e criativa nos processos de implantação. Uma análise a partir de uma situação concreta: os psicólogos perante as políticas de "educação inclusiva". • Suas possibilidades de ação, como parte da equipe multidisciplinar, na democratização e na melhoria da qualidade dos processos educativos especialmente na educação básica. • Sua ação como parte do coletivo escolar no fortalecimento do funcionamento institucional da escola e dos processos de participação na gestão pedagógica.• Suas possibilidades de ação perante os sérios problemas sociais que se expressam de diferentes formas nos contextos educativos: violência, discriminação, individualismo, uso de drogas, roubo, degradação moral e outros. • O compromisso na produção e a utilização de conhecimento científico em prol da melhoria dos processos educativos. •O trabalho de reformulação da formação inicial e continuada priorizando a formação pessoal com destaques para a sensibilidade humana e social, as posturas éticas e o compromisso com o aprimoramento constante do trabalho científico-profissional. Estes e outros aspectos serão analisados a partir de resultados de pesquisas e de experiências profissionais em diferentes contextos tentando salientar a necessidade e as possibilidades reais de ações criticas, criativas e inovadoras dentro dos inevitáveis limites que qualquer realidade social impõe aos sujeitos que constituem-na. Cada um no seu contexto pode e deve fazer sua parte, organizados podemos fazer também muito mais.

ISSN 1981-2566

PSICOLOGIA ESCOLAR E INTERVENÇÃO: OS PROBLEMAS DE APRENDIZAGEM EM FOCO

Edna Salete Radigonda Delalibera

Embora muitos teóricos e estudiosos da psicologia que atuam, direta ou indiretamente, no âmbito da psicologia escolar/educacional têm, incansavelmente, se debruçado sobre o seu objeto de estudo, divulgado seus saberes e compartilhado suas experiências, podemos dizer que isso ainda é pouco diante da grande diversidade, pluralidade e especificidade das instituições educacionais e, consequentemente, do "fazer" possível e necessário do psicólogo escolar. Nossa intenção, livre de grandes pretensões, é refletir sobre a ação efetiva do psicólogo escolar em um grande "nó" que o acompanha em todo a sua trajetória, a saber, os problemas de aprendizagem. Percebe-se, através das publicações específicas da psicologia escolar, avanços teórico-metodológicos consideráveis que abordam tanto as questões acerca das queixas escolares como também a respeito da avaliação psicológica na escola. Diante disto, creio que já podemos seguir um passo além, que implica a intervenção do psicólogo escolar no que diz respeito às dificuldades de aprendizagem. Será que este profissional está realmente preparado para intervir, respaldado nos conhecimentos, não só da psicologia, mas da pedagogia, da neurociência, da fonoaudiologia, da neurologia, entre outras, junto aos alunos e professores principalmente, de modo a garantir que o professor possa ensinar o aluno e este possa efetivamente aprender? Que conhecimentos são imprescindíveis a este profissional que lhe permitam contribuir de forma eficaz com este professor e este aluno? Será que os currículos dos cursos de psicologia estão formando profissionais capazes de atuar nesta área específica? Infelizmente não é o que vemos acontecer. Neste sentido, a luta por uma psicologia crítica, comprometida com uma visão de homem como ser histórico e social, precisa urgentemente fazer-se no interior da escola e acreditamos que é papel do psicólogo contribuir com o professor, de modo que ele possa efetivamente ser mediador do conhecimento para o aluno, de modo que este possa realizar a grandeza maior de seu papel que é conduzir o aluno a novas aprendizagens que promovam e desenvolvam as funções psicológicas superiores.

Palavras-chave: Psicologia escolar, intervenção, problemas de aprendizagem.

ISSN 1981-2566

REFLETINDO SOBRE O COTIDIANO DA PSICOLOGIA ESCOLAR

Cristina Toledo

No percurso da Psicologia Escolar, percebemos que seu surgimento ocorreu da necessidade de criação de testes psicométricos com o objetivo de medir as capacidades intelectuais dos alunos e das alunas. Sua função era trabalhar os problemas de aprendizagem, centralizados sempre nos(as) alunos(as). As práticas que deram origem a esta área do conhecimento buscavam demarcar as diferenças entre as crianças através de um ideal da Modernidade de "criança padrão" e de homogeneização dos processos de aprendizagem e desenvolvimento. Essa concepção de homem que marca o nascimento da Psicologia Escolar não pode ser desvinculada da história das ciências humanas. Ao reivindicar o status de ciência, a Psicologia tomou como base as ciências naturais, buscando na lógica matemática a explicação para o humano. Predominava uma concepção de homem com uma visão determinista e mecanicista. Não considerando a totalidade histórica, social e cultural que constitui o ser humano, este ganha uma imagem abstrata e idealizada que as ciências humanas cultivaram por muito tempo através da busca da objetividade e da neutralidade científicas. Atualmente, o discurso presente no contexto da Educação e da Psicologia Escolar, busca uma reflexão sobre a necessidade de compreensão da diversidade e da complexidade presente em seu contexto. Assim, o objetivo da Psicologia Escolar passa a ter um foco diferenciado daquele que lhe deu origem. Questionando sobre como este discurso tem ocorrido na prática, o presente estudo teve como objetivo refletir sobre algumas concepções e práticas deste(a) profissional. Para tal, buscamos uma reflexão no/do cotidiano vivenciado por duas psicólogas escolares, assim como suas concepções sobre infância, desenvolvimento e aprendizagem. Para a realização do mesmo optamos por utilizar uma abordagem qualitativa de pesquisa, buscando como recurso metodológico a Análise de Discurso Francesa, baseando no trabalho de Eni Pulcinelli Orlandi. O corpus discursivo foi constituído de quatro observações no/do cotidiano das psicólogas e de uma entrevista com cada uma. O ambiente escolar tem se constituído como um campo de trabalho cada vez mais abrangente para o psicólogo, o que torna as discussões sobre tal temática de extrema importância. No entanto, em nosso trabalho, percebemos que, apesar das mudanças que têm sido propostas, o trabalho das psicólogas acabou se restringindo a práticas centralizadas no(a) aluno(a) e nas suas dificuldades de aprendizagem, caracterizando o modelo clínico na prática dessas profissionais. Surge, então, a necessidade de uma reflexão sobre o papel da psicologia escolar, buscando a construção de uma prática desenvolvida no coletivo da escola e passando a considerar todos os agentes que a constituem, assim, como o contexto histórico-cultural em que está inserida.

Palavras-chave: Psicologia escolar, concepções, práticas.

ISSN 1981-2566

REFLEXÕES A RESPEITO DA ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NO CAMPO DA PSICOLOGIA ESCOLAR/EDUCACIONAL EM UMA PERSPECTIVA CRÍTICA

Marilene Proença Rebello de Souza

Podemos afirmar que há, no Brasil, um movimento de superação de modelos psicológicos tradicionalmente utilizados, buscando formas de aproximação com a escola ou a instituição educacional, enquanto objetos de estudo, coerentes com concepções de homem e de mundo referenciadas em uma perspectiva crítica em Psicologia. Identifico, em princípio, dois estudos que considero marcos históricos importantes na discussão da formação do psicólogo e sua atuação em uma perspectiva crítica ao modelo tradicional de psicologia. São eles os trabalhos de Mello (1978) e Patto (1981). Mello, ao analisar os primeiros currículos de formação em Psicologia, aponta para o fato de que foram fortemente influenciados pelo caráter clínico e de profissional liberal do psicólogo, com disciplinas que enfatizam na formação o Psicodiagnóstico, as Psicoterapias e as Técnicas de Exame Psicológico, priorizando o atendimento individual do cliente, nos moldes do modelo médico de consultório. Patto, considera que a Psicologia Escolar, por sua vez, sofreu diretamente as influências deste modelo de atuação profissional cujo trabalho baseou-se em um modelo clínico de atendimento ao escolar, fortemente marcado por uma prática psicodiagnóstica (psicométrica), psicoterapêutica e reeducativa, centrada em um referencial positivista de ciência. A crítica à Psicologia e à Psicologia Escolar instaura, a partir de meados dos anos 1980, no Brasil, um movimento de crítica aos aspectos de formação e de atuação profissional, como demonstram os trabalhos de Tanamachi (1992, 1997, 2002); Maluf (1994) e Souza & Salgueiro (2005). Segundo Meira(2002) e Tanamachi (2002), os principais pressupostos norteadores da crítica à Psicologia Diferencial e Psicométrica no campo da Psicologia Escolar partem de: a) concepções progressistas de Educação que, criticamente, buscam entender o homem concreto como produto das relações sociais; b) pressupostos teórico-metodológicos que permitam analisar criticamente temas e teorias da Psicologia, buscando explicar o homem como um ser social e histórico; c) concepções críticas em Educação e em Psicologia que apresentam respostas para a dicotomia posta entre sociedade e indivíduo. Procedimentos tais como: trabalho participativo; compreensão da demanda escolar entendida como ponto de partida para uma ação na escola; fortalecimento do trabalho do professor e circulação da palavra permitiriam práticas coerentes com um olhar crítico e comprometido com uma concepção política educacional emancipatória (Checchia & Souza, 2004). Ao compreender as raízes sócio-históricas da constituição do processo de escolarização/educação, ou ainda, ao defrontar-se com a complexidade do fenômeno escolar, o psicólogo poderá, de fato, construir sua práxis profissional.

ISSN 1981-2566

SUPERVISÃO DE ESTÁGIO EM PSICOLOGIA ESCOLAR – FORMAÇÃO DO PSICÓLOGO E ATENDIMENTO A DEMANDAS DA COMUNIDADE

Patricia Unger Raphael Bataglia

A idéia de aproximação entre a formação do psicólogo escolar e a comunidade não é recente. Na verdade, estudando a história da cadeira que se chamava "Psicologia do Escolar e Problemas de Aprendizagem", desde a década de 60, notamos uma preocupação em criar anexo ao curso um serviço de atendimento. Inicialmente esse atendimento estava centrado na avaliação e o foco exclusivo era no aluno (já que a psicologia era "do escolar"). Atualmente temos uma preocupação muito mais ampla e direcionada à compreensão da instituição escolar sem abandonar as características da comunidade que a compõe. O papel do psicólogo, nesta perspectiva, é compreendido como contrário a manutenção de visões reducionistas e estereotipadas a respeito daquele que aprende e daquele que ensina. Os discursos cristalizados da instituição escolar devem ser quebrados para que o "atendimento" aconteça. Nesse sentido, este artigo trás a reflexão sobre uma experiência bem sucedida de estagio supervisionado em Psicologia Escolar. O estágio se desenvolve nos moldes de uma pesquisa-ação (Thiollent, 1985) em que pesquisadores e participantes descobrem o problema e elaboram a forma de resolução. Aqui será relatada a forma de funcionamento do estágio e focalizado alguns casos que ilustram bem a relação do estágio com o atendimento de demandas da escola. Os alunos do terceiro ano da Instituição na qual se desenvolve este trabalho cumprem o estágio realizando um período de análise e diagnóstico das relações estabelecidas entre os atores da instituição escolar, a instituição e a comunidade. Tendo elementos suficientes, identificam a demanda e propõem uma intervenção. Esta rotina freqüente em cursos de graduação tem se mostrado merecedora de uma reflexão mais aprofundada, pois tem suprido carências da instituição e da comunidade na qual o estágio é realizado e por isso, cumprido um papel de suma importância, ou seja, a identificação de possíveis fontes de dificuldades e a prevenção de agravamentos. As escolas em que os alunos, via de regra, realizam a intervenção são escolas públicas da periferia da região oeste da cidade de São Paulo ou de cidades próximas. A chegada dos alunos é na quase totalidade dos casos bem recebida, mas as expectativas são carregadas de idéias pré-concebidas e ultrapassadas. Alguns diretores dizem: "Agora os problemas estão resolvidos, vou encaminhar a lista dos alunos problema". Ou "Vocês vão tratar os professores ou os alunos?". Um primeiro trabalho é justamente o de adequar as expectativas com as possibilidades e com a perspectiva teórica do estágio. Nesse momento é que percebemos as imensas necessidades em vários níveis nessas escolas visitadas. Há praticas consolidadas de segregação, discursos cristalizados de exclusão e profissionais que não conseguem vislumbrar outra possibilidade senão a confirmação do que já existe. A violência vivida no ambiente escolar também tem sido motivo de atenção, advinda do sistema de exclusão, dos alunos ou da comunidade que não percebe a escola como um espaço a que tenha acesso. O estágio supervisionado oportuniza a educação como processo pelo qual os alunos aprendem mais do que teoria, nas palavras de Rubem Alves, aprendem uma forma de humanidade.

ISSN 1981-2566

SUPERVISÃO DE APOIO PSICOSSOCIAL PARA EDUCADORES

Fernanda Fochi Nogueira Insfrán
Edson A. de Souza Filho

Este mini-curso tem como objetivos discutir e construir com psicólogos e estudantes, que trabalham ou têm intenção de trabalhar no ambiente escolar, uma nova forma de atuação do psicólogo escolar, fundamentada na Abordagem Centrada na Pessoa: a supervisão de apoio psicossocial para profissionais de educação. Para tanto, iniciaremos discutindo com eles, qual o papel do psicólogo escolar atualmente, ou seja, as representações sociais que têm sobre o próprio papel na escola. Discutir as representações sociais dos participantes deste mini-curso visa à compreensão da forma pela qual crenças, valores, teorias, enfim, pensamentos sociais se integram com as práticas desses profissionais em contato com alunos e educadores (Moscovici, 1978). Partindo dessa discussão, iremos apresentar um modelo de intervenção, a supervisão de apoio psicossocial, que advém das contribuições da Abordagem Centrada na Pessoa no trabalho com grupos (Rogers, 1983, 2002; Rocha 1999) e consiste num grupo reflexivo com profissionais de educação, no qual o psicólogo facilitador deve propiciar aos participantes um espaço de fala, onde estes possam expor e refletir sobre suas vivências cotidianas como educadores, re-significando, ampliando e tornando comunicáveis estas experiências frente ao grupo. Acreditamos que o psicólogo facilitador contribua para a reflexão dos educadores sobre novas formas de pensar e agir na escola, na medida em que, cria um espaço de compreensão não ameaçador, onde estes podem nomear sentimentos e repensar vivências conflituosas de seus cotidianos profissionais. Assim, esta atuação como supervisores de educadores baseia-se em autenticidade, empatia e consideração positiva incondicional (Rogers, 1994). E desta forma, os psicólogos facilitadores podem permitir a “expressão, reflexão, elaboração e busca de alternativas” (Rocha, 1999, p.252) para os problemas enfrentados pelos educadores.Organização do mini-curso: (6 horas-aula)1º dia: Discussão sobre o papel do psicólogo na escola; Apresentação dos pressupostos teóricos da Abordagem Centrada na Pessoa e da Supervisão de Apoio Psicossocial e; Discussão dos princípios da Teoria das Representações Sociais, implicados nas Representações Sociais da atuação profissional do Psicólogo Escolar..2º dia: Apresentação e discussão de casos, de acordo com a bibliografia apresentada e com a experiência dos proponentes do curso. Vivência do grupo de supervisão de apoio psicossocial, facilitado pela autora do mini-curso; 3º dia: Dinâmica de simulação de supervisões de apoio psicossocial, facilitadas pelos participantes do mini-curso; Discussão dos resultados da dinâmica e avaliação da viabilidade da proposta nos ambientes profissionais dos participantes do mini-curso.

Palavras-chave: Abordagem centrada na pessoa, representações da atuação profissional, cotidiano escolar.

ISSN 1981-2566

UMA CARACTERIZAÇÃO DO ATENDIMENTO PSICOEDUCACIONAL NO PROJETO SEAPE-CPA/UFJF

Marisa Cosenza Rodrigues
Fernanda do Carmo Gonçalves
Cristiane Schumann

O Projeto SEAPE – Serviço de Atendimento em Psicologia Escolar e Educacional insere-se na proposta de extensão da Universidade Federal de Juiz de Fora (MG) desde o ano de 1998. O objetivo do projeto SEAPE é divulgar, integrar e formalizar, por meio do Centro de Psicologia Aplicada da Universidade Federal de Juiz de Fora(CPA/UFJF), a prestação de serviços e atendimento psicoeducacional à demanda espontânea que procura atendimento especializado e acessível, viabilizando o atendimento à pais, crianças, adolescentes, professores, equipes pedagógicas e agentes educativos que apresentam queixas relacionadas à escolarização nos diferentes níveis de ensino das redes pública e privada. O trabalho vem sendo realizado nas seguintes áreas: 1)Atendimento à população que procura o CPA/UFJF por meio do atendimento direto às crianças e adolescentes, orientação aos pais e professores; 2)Análise da situação escolar e do desenvolvimento do educando, envolvendo a percepção do processo do ponto de vista da criança (adolescente), pais e professores (realização de entrevistas, observações no contexto e aplicação de instrumentos de sondagem e avaliação); 3)Planejamento da intervenção, execução e avaliação das ações psicoeducacionais desenvolvidas; 4)Atuação junto às escolas solicitantes (professores, direção, equipe pedagógica, pessoal de apoio, pais e de alunos). Durante o ano de 2006 o trabalho envolveu: um total de 21 casos atendidos no próprio CPA/UFJF (02 crianças de 0-6 anos, 09 crianças de 6-12 anos, 09 adolescentes de 12-18 anos, um adulto de 43 anos). Foram atendidas 15 equipes pedagógicas (incluindo direção, supervisores e orientadores). Foram realizadas 19 orientações a professores (rede pública e privada de ensino), 34 atendimentos/orientações com pais de crianças e adolescentes e 10 orientações de estudos considerando variados níveis de escolaridade. Os atendimentos envolveram demandas diversificadas: queixas relacionadas à escolarização, indisciplina na escola, agressividade e hostilidade, baixa auto-estima, agitação, desinteresse e pouca motivação para os estudos, timidez, hiperatividade, dente outros. Pela avaliação dos estagiários que atuam no projeto bem como pelo próprio funcionamento e fluxo de atendimento do CPA/UFJF pode-se considerar que o projeto vem atendendo de forma satisfatória a demanda delimitada na sua proposta de extensão contribuindo para a criação e manutenção adequada de um espaço de interlocução entre a comunidade e a universidade bem como, no âmbito mais particularizado da dinâmica do CPA, para uma interlocução mais contextualizada das queixas escolares e para uma atuação comprometida e crítica do psicólogo escolar.

Palavras-chave: Psicologia escolar, queixas escolares, atendimento psicoeducacional.

ISSN 1981-2566

TÓPICOS ESPECIAIS EM PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL: AS CONTRIBUIÇÕES DE UMA DISCIPLINA PARA A FORMAÇÃO DO PSICÓLOGO

Cárita Portilho Lima
Denise Silva Rocha
Paula Cristina Medeiros Rezende

A atuação profissional do psicólogo Escolar e Educacional tem se caracterizado pela multiplicidade de ações propiciadoras de avanços nessa complexa área de conhecimento e prática. Uma das atividades que tem contribuído para tal avanço é a produção científica que deve ocupar espaço importante durante a graduação dos psicólogos. O presente trabalho visa propor reflexões sobre a formação do Psicólogo Escolar/Educacional a partir da descrição das atividades práticas desenvolvidas na disciplina "Tópicos Especiais em Psicologia Escolar e Educacional" na Universidade Federal de Uberlândia. A disciplina teve por objetivo enfatizar o estudo e a discussão de pesquisas recentes realizadas na área, proporcionando aos alunos reflexões sobre a formação e a atuação do Psicólogo Escolar, a partir das seguintes atividades práticas: leitura e discussão de artigos científicos atuais publicados em revistas indexadas e capítulos de livros recentes da área; leitura, análise e apresentação de dissertações e teses do Programa de Pós-Graduação do Instituto - UFU e dos docentes da área; entrevista com os docentes do núcleo de Psicologia Escolar/Educacional; além da construção de um anteprojeto de pesquisa relacionado ao tema. A partir das atividades propostas, pôde-se observar que os alunos refletiram criticamente sobre as pesquisas consultadas e sobre as concepções epistemológicas que embasam a realização das mesmas e que norteiam a prática de seus autores. A disciplina possibilitou reflexões e discussões sobre questões polêmicas, sobre as múltiplas possibilidades de atuação prática do psicólogo escolar em diferentes contextos, aproximando os alunos do cotidiano profissional. Possibilitou ainda o contato com as normas científicas para a elaboração de teses, dissertações e monografias; apropriação do pensamento científico e das mais recentes produções da área na pós-graduação do Instituto de Psicologia da UFU. Através das entrevistas com os docentes, os alunos tiveram acesso ao histórico acadêmico de seus professores e à trajetória percorrida por eles até a docência, experiência esta que foi descrita como muito interessante por ter permitido uma aproximação da prática dos docentes. A avaliação final da disciplina, realizada pelos alunos, apontou ter contribuído como uma importante faceta em sua formação acadêmica. Tal experiência permitiu analisar de forma consensual a relevância das atividades práticas para a formação dos futuros psicólogos, no sentido de incentivar o desenvolvimento de pesquisas na graduação, reconhecer que a atuação do Psicólogo Escolar/Educacional deve ser norteada por um olhar curioso de pesquisador que observa, analisa, avalia e discursa sobre novas possibilidades de atuação e ampliar a visão dos estudantes sobre a área da Psicologia Escolar/Educacional. Nesse sentido, ressalta-se a necessidade de espaços dentro da Universidade que contemplem a pesquisa na área Escolar. Além disso, a análise crítica da contribuição da Psicologia à Educação foi fundamental na medida em que proporcionou elementos para uma reflexão acerca da pesquisa científica e atuação profissional sob diferentes perspectivas, incentivando a interlocução entre os estudantes, pesquisadores e docentes.

Palavras-chave: Psicologia escolar/educacional, análise crítica, formação de psicólogos.

ISSN 1981-2566

TEMPOS DIFICEIS: NARRATIVAS SOBRE A VIDA ESCOLAR DE ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Leonardo Lemos de Souza

Em sua história a Psicologia têm buscado novos modelos teóricos e práticos que fundamentem formas de atuação não excludente e que seja reflexiva sobre os conhecimentos teóricos e práticos produzidos. Com as Novas Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Psicologia procura-se superar contextos e modelos clássicos de atuação e concentrar a formação de psicólogos para o trabalho com temas e/ou ênfases que são objeto de intervenção e pesquisa. Apesar de diversas críticas sobre as Novas Diretrizes, elas contribuem para uma visão interdisciplinar e para a problematização dos modelos tradicionais de atuação. Para adequar-se às Novas Diretrizes o curso de Psicologia da UFMT, criado em 2004, estruturou a formação profissional em duas ênfases, sendo uma delas denominada Processos de Subjetivação, Educação e Sociedade. Durante os primeiros anos de formação dos alunos ingressantes em 2004 percebemos uma imagem da Psicologia como ciência e profissão atrelada a um modelo clínico descontextualizado de atuação. No ano de 2006 a disciplina Psicologia e Contextos Educativos. Iniciou suas atividades com resistências e aversão a novas formas e contextos de trabalho. Isso, nos fez empreender uma pesquisa-intervenção junto aos 35 alunos da disciplina com a finalidade de investigar quais representações sobre a educação e a educação escolar que contribuem para as barreiras construídas por eles. Um dos propósitos da disciplina é conhecer e produzir leituras críticas sobre os aspectos históricos, sociais e epistemológicos envolvidos nas relações entre a Psicologia e a Educação. Desse modo, um psicólogo que atua na educação deve conhecer os fenômenos e aspectos envolvidos na educação escolar, sem os quais não pode atuar de forma crítica e não excludente. Assim, solicitamos aos alunos que escrevessem sobre sua história de vida escolar a partir dos elementos que eles achassem necessários para descrever: os fatos, acontecimentos e significados da escola ao logo de suas vidas até chegar à universidade. Esta autobiografia escolar era também parte das atividades de avaliação com a finalidade de proporcionar um espaço de reflexão sobre os acontecimentos marcantes (negativos e positivos) da vida dos alunos na escola para se implicassem nos processos de escolarização estudados pela disciplina. As entrevistas foram analisadas elegendo categorias temáticas; em seguida realizamos entrevistas com os alunos para que detalhassem e/ou esclarecessem outros aspectos de suas histórias, a fim de delinear melhor as categorias de análise. Na análise percebe-se que as histórias de vida escolar são marcadas por dificuldades de diversas ordens (econômicas, familiares e de relações intra-escolar) que orientam suas escolhas e ações futuras. A escola aparece como espaço que deve ser valorizado como lugar de aprendizagem e de ascensão social, cujas referências são professores e colegas. No entanto, percebe-se que há uma desvinculação da vida escolar e da universidade, no sentido de que na universidade o assunto educação desvincula-se do cotidiano. A escola é vista como lugar obrigatório e de cumprimento de um dever (não direito) de educar e a universidade aparece como lugar (ou ponte) para a liberdade e desvinculação do processo educativo escolar e familiar.

Palavras-chave: Formação de psicólogos, psicologia escolar/educacional, escola.

ISSN 1981-2566

UMA EXPERIÊNCIA DE INTERLOCUÇÃO CRÍTICA NA ESCOLA

Kelly Regina Sobral

Este relato tem o intuito de compartilhar a experiência de estágio de licenciatura em psicologia realizada em duas salas de terceira série de Ensino Médio de uma escola estadual em Guarulhos. Como uma apaixonada pela educação, vendo nesta esfera a porta de entrada para o caminho da emancipação do sujeito, o objetivo que se teve com o estágio foi analisar a articulação da escola nesta direção (enquanto agente emacipatório), sobretudo nas aulas de psicologia acompanhadas. Analisou-se também que função o estágio poderia assumir a fim de contribuir para que este caminho tivesse início ou fosse potencializado. Trata-se, portanto, de um estudo de caso no qual o pesquisador-estagiário participou diretamente ao estar inserido na situação a ser descrita e refletida, visando pensar sobre suas possibilidades de atuação enquanto interlocutor crítico dentro da escola e como essa ação interferia no cotidiano da mesma.O trabalho indicou que a presença de uma pessoa que vai à escola com o objetivo de dialogar, trocar e construir caminhos com os atores escolares pode iniciar a desnaturalização de práticas cotidianas cristalizadas e o repensar acerca do funcionamento da escola. O estagiário, por estar em processo de formação e iniciando na carreira, pode ter importante papel na mobilização da escola ao problematizar seu cotidiano e trazer novos olhares e informações.Notou-se também que, em consonância com o apontado por Souza (2002), as dificuldades que os professores enfrentam na sala de aula não podem ser tratadas como questões individuais, como incompetência ou desinteresse dos mesmos, mas sim como decorrente de uma condição de trabalho que tende a paralisá-lo, dificultando a reflexão sobre a prática e a busca por novos caminhos.Nesse sentido, a diferença de posição da estagiária-pesquisadora em relação à do professor (de não estar sob condições de trabalho paralisantes), muito mais que uma habilidade pessoal, pareceu favorecer ao estabelecimento de uma relação mais próxima com os alunos e o pensar sobre novas práticas de ensino.A experiência mostrou que a interlocução crítica na escola é possível sobre diversos aspectos e o que a fundamenta é a prática de problematização do senso comum, realizada a partir de um vínculo de amizade e respeito pelo interlocutor. A interlocução com o estagiário, ainda que tomando o professor isoladamente, parece ser bastante fértil, pois ajuda o docente a sair da paralisia provocada pelas questões institucionais e também a percebê-las como tais e não como um problema individual; quando há algum alcance a outros indivíduos da equipe escolar, torna-se ainda mais interessante, possibilitando um movimento coletivo de reflexão sobre a prática. A presente intervenção resultou, principalmente, em mudanças significativas dentro da sala de aula no sentido da ocorrência de maior diálogo entre os alunos e o professor, fazendo da aula uma construção conjunta desses atores, juntamente com o estagiário, estabelecendo-se um espaço educativo com mais sentido e potencial emancipatório para todos.

Palavras-chave: Estágio, interlocução crítica, emancipação.

ISSN 1981-2566

CONSTITUIÇÃO SOCIAL DE SUJEITOS EM APRENDIZAGEM: O LUGAR DA DIFICULDADE E DO FRACASSO À LUZ DA CONCEPÇÃO HISTÓRICO-CULTURAL

Elizabeth dos Santos Braga
Sueli Cristina Graciano

O “fracasso escolar” e/ou as chamadas “dificuldades de aprendizagem” constituem tema recorrente na Educação. Após quase três décadas de aparente superação do paradigma de culpabilização do aluno pelo fracasso escolar - realidade evidenciada no trabalho de Patto (1996) que analisa a questão, utilizando pesquisa desenvolvida já na década de 80 - ainda nos debatemos, no cotidiano educacional, com tentativas de superação da condição de dificuldade, invariavelmente tida como problema “do aluno”. Nossa pesquisa se desenvolve em uma Sala de Apoio Pedagógico denominada Laboratório de Aprendizagem. Trata-se de um programa implantado na Rede de Educação do Ensino Fundamental em São José dos Campos - SP, destinado ao trabalho com os alunos tidos como com “dificuldades de aprendizagem”, sem diagnóstico médico. Além de Patto (1996), apoiamos nossos estudos nos trabalhos de Collares e Moysés (1996), Soares (1986), Padilha (2000), Góes (2004), Laplane (2004), dentre outros, que descrevem e analisam as condições de práticas educativas, onde a diferença é tida como problema, apontando que o contexto cultural ou as condições de escolarização, como denomina Proença (2002), raramente são consideradas. A partir dos pressupostos teóricos da perspectiva histórico-cultural, inaugurada por Vigotski, tomando o sujeito como interativo, constituído nas relações e interagindo com o mundo de forma sempre mediatizada (e.g. Góes, 1991; Smolka, 2000; Pino, 2000; Braga, 2000), assumimos a “lei genética do desenvolvimento cultural”, segundo a qual as funções psicológicas humanas só emergem na relação social, na cultura. Considerando que a constituição do sujeito se dá através dos signos, notadamente da linguagem, aproximamo-nos dos estudos de Bakhtin, que concebe os signos como emergentes do/no processo de interação entre uma consciência individual e outra e que a consciência individual nada pode explicar, devendo ela mesma ser explicada a partir do meio social e ideológico. Em diálogo com esses autores, trazemos os estudos sociológicos de Bourdieu e Elias. Contribuem particularmente para o nosso trabalho suas análises sobre as desigualdades escolares e os conceitos de capital cultural, campo e habitus (Bourdieu, 1998), e a idéia de rede de interdependência entre os seres humanos ou configuração (Elias, 1995). Alicerçados nos pressupostos escolhidos, buscamos compreender as condições de escolarização de alguns alunos, analisando os significados que têm se constituído ao longo do trabalho desenvolvido, tanto em situação de ensino regular, quanto na sala de apoio, investigando ainda a posição de pais e professores envolvidos com a situação do “fracasso escolar”. A pesquisa é realizada numa abordagem qualitativa, combinando elementos da etnografia e da abordagem microgenética, derivada dos princípios explicitados por Vigotski. Dentre as questões que emergem no processo de análise: Que interações e significações têm constituído mais as dificuldades que o sucesso na escola? De que forma conceitos como o de capital cultural e configuração ajudam a analisar a complexa rede de interdependência que caracteriza as situações vivenciadas?

Palavras-chave: Aprendizagem, condições de escolarização, práticas educativas.

ISSN 1981-2566

APRENDIZAGEM E CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS

Marcelo Loures Santos

A questão do fracasso escolar pode ser pensada sob o universo do aluno, seja em função da realidade socioeconômica e cultural em que está inserido, ou então, nas relações e nas condições que a escola oferece ás crianças em seu processo de apropriação do conhecimento. A vertente que explica o fracasso escolar em função da realidade socioeconômica e cultural da criança aponta o meio sociocultural, as condições de vida e as formas de socialização das crianças advindas das camadas populares como desfavoráveis à aquisição de habilidades e atitudes necessárias à aprendizagem escolar. Para esta concepção a ausência de tais aquisições desencadearia os problemas de aprendizagem.De acordo com Patto (1991) em sua obra “A Produção do Fracasso Escolar” esta teoria mascara uma ideologia na qual as crianças das classes dominantes são valorizadas por seus hábitos considerados corretos em detrimento dos valores das crianças de classe social economicamente desfavorecida. Na tentativa de justificar o fracasso escolar das crianças marginalizadas, dentro da Teoria da Carência Cultural, o que ocorre é uma “superioridade” do contexto cultural das classes dominantes em confronto com a “pobreza cultural” do contexto em que vivem as classes dominadas. Neste sentido, nega a existência de cultura de grupos desprivilegiados, transformando as diferenças, em deficiências. Podemos perceber que os educadores se apropriam de uma visão preconceituosa das crianças pobres e de suas famílias, impedindo-os, assim, de olhar para a escola e a sociedade em que vivem com um olhar crítico. Na obra de Patto são apontadas algumas reflexões sobre a política educacional que consideram que as explicações sobre o fracasso escolar baseadas nas teorias do déficit e da diferença cultural precisam ser revistas a partir do conhecimento dos mecanismos escolares produtores de dificuldades de aprendizagem. Estudo recente sobre o “estado da arte” em pesquisas sobre o fracasso escolar revelam a presença significativa de pesquisas que continuam a conceber o fracasso escolar como fenômeno estritamente individual (Angelucci et al.,2004). Estas informações sugerem que a situação do ensino público não se alterou significativamente após a pesquisa realizada por Patto na década de 80.Outra justificativa para o fracasso escolar surge das teorias reprodutivistas que acreditam que o insucesso escolar dos alunos pobres é causado pela própria estrutura da escola e pelo resultado inevitável de um sistema educacional congenitamente gerador de obstáculos á realização de seus objetivos. Acompanhando as discussões sobre o fracasso escolar e procurando contribuir para o debate suscitado por essas discussões, este trabalho relata uma pesquisa desenvolvida com alunos de uma favela de Belo Horizonte, investigando como as condições sócio-econômicas influenciam no desenvolvimento escolar de crianças pertencentes a famílias de baixa-renda. A partir do estudo de caso de 6 alunos do primeiro ano de alfabetizaçao, pretende-se analisar suas experiências escolares a partir de duas óticas de interpretação: os conceitos de habitus e de capital cultural, desenvolvidos por Bourdieu; e a teoria da subjetividade de González Rey.

Palavras-chave: Fracasso escolar, aprendizagem, condições socioeconômicas, subjetividade.

ISSN 1981-2566

A ESCRITA E O AUTOCONCEITO ESCOLAR

Adriana Regina Marques de Souza Pelissari

Com o objetivo de delinear aspectos que favoreçam a aprendizagem escolar dos alunos o presente estudo tem como objetivo analisar possíveis relações entre dificuldades de aprendizagem em escrita e autoconceito escolar de crianças da segunda série do ensino fundamental. Escolhemos as dificuldades de aprendizagem em escrita para serem estudadas neste trabalho, por acreditar que escrever é uma atividade complexa, que envolve diversos níveis e tipos de habilidades por parte dos sujeitos, o que engloba seu autoconceito. Pois, de modo geral, o autoconceito da criança, em situações de ensino e aprendizagem, durante o ensino fundamental, tem favorecido inúmeras construções e conhecimentos, dentre essas destacamos a aprendizagem da escrita, que será analisada. Neste estudo, a dificuldade em escrever não será apenas em disortografia baseada nos erros e trocas das palavras, mas sim considerará todo e qualquer erro relacionado ao domínio da escrita. Esta análise será realizada segundo os critérios do instrumento de Avaliação de Dificuldades na Aprendizagem da Escrita – ADAPE (Sisto, 2001). Para análise do autoconceito escolar utilizou-se um instrumento que contém 13 questões relativas a relações interpessoais que ocorrem no contexto escolar e que possibilitam que a criança se perceba como líder, esperto, bom e divertido, tanto no sentido positivo quanto negativo. Este estudo contou com 226 participantes da segunda série do ensino fundamental de quatro escolas da rede pública de Campinas/SP. Os resultados analisados estatisticamente pela análise de variância demonstrou significância para a relação entre o autoconceito escolar e as dificuldades de aprendizagem em escrita ($F=4,892$ e $p = 0,003$). De modo gera, conforme diminui o autoconceito escolar das crianças aumenta as dificuldades de aprendizagem em escrita, confirmando, assim, a hipótese de que a conquista em aprender está relacionada ao autoconceito escolar das crianças e o autoconceito é fundamental para que a criança acredite em si mesma, em sua capacidade de realização e tenha mais motivação para superar suas dificuldades.

Palavras-chave: Autoconceito, dificuldades de aprendizagem, escrita.

ISSN 1981-2566

A QUEIXA E A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NO CONTEXTO ESCOLAR

Claudia Helena Gonçalves Moura
Maria Teresa Antunes Albergaria

O presente trabalho apresenta e discute os resultados de uma extensão em Psicologia Escolar realizada numa escola pública de São João del-Rei entre agosto de 2005 e novembro de 2006. A partir da demanda inicial de atendimento a sete alunos com "dificuldades de aprendizagem", foi construída uma intervenção frente à queixa escolar no contexto desta instituição, tendo como foco a participação de alunos, professores, direção e família.Baseando-se nos Procedimentos de Avaliação e Intervenção das Queixas Escolares - PAIQUE segundo Neves & Almeida (2003), neste trabalho foram desenvolvidas as seguintes etapas: contrato com a escola, encontros individuais e grupais com as professoras, análise da história escolar dos alunos, encontros com familiares, encontros individuais e grupais com os alunos, observações em sala de aula, e entrevistas devolutivas com as professoras e direção. Paralelamente foram realizados grupos de estudos para análise e reflexão desta problemática, tomando como referenciais as produções de Patto (1990, 2005), Souza (1997), Machado (1997), dentre outros.A realização do trabalho no contexto escolar permitiu a problematização da queixa à medida em que se buscou a participação de todos envolvidos; o contato com os alunos nos encontros e nas observações em sala possibilitou conhecer o lugar que ocupam na escola, como são vistos pelos pares e professoras e como se vêem e reagem em relação a tal posição; foi possível ver que as condições de trabalho do professor dificultam a realização de aulas mais dinâmicas e que se dê uma atenção mais individualizada aos alunos em sala. Percebemos ainda que a forma de estruturação do cotidiano desta escola é um dos fatores que não vêm viabilizando uma reflexão profunda das professoras sobre sua prática educativa; o que nos leva a propor a criação e o desenvolvimento de espaços para a discussão e reflexão acerca do projeto pedagógico da escola e do fazer docente, e o apontamento da escola sobre a família, por sua vez, leva-nos a pensar em estratégias de aproximação família-escola, de modo a construir formas de relação mais efetiva. O apoio da direção foi fundamental para a realização deste trabalho e propicia a continuidade do mesmo, tendo acontecido uma devolutiva para discutir estes resultados. O entendimento/atendimento à queixa visando uma problematização coletiva das questões escolares leva em conta os diversos fatores que produzem a "dificuldade de aprendizagem", pedindo formas de atuação do psicólogo voltadas ao interior da instituição e à promoção da saúde psicológica de todos.

Palavras-chave: Intervenção, dificuldade de aprendizagem, psicólogo escolar.

ISSN 1981-2566

ATRIBUIÇÃO DE CAUSALIDADE AO FRACASSO E SUCESSO ESCOLAR DE ACORDO COM ADOLESCENTES DE ESCOLA PUBLICA

Tiago Siqueira Fernandes
Vanessa Coelho Sousa
Fábio Alves dos Reis
Mara de Souza Leal
Rui de Moraes Júnior

Normalmente um mau desempenho acadêmico é visto como conseqüência de limitações pessoais do aluno, como por exemplo, um déficit de aprendizagem, ou o aluno não gosta de estudar, atribuindo, assim, sempre a culpa de tal resultado ao próprio estudante. Porém, desta forma se esquece verificar como o aluno vê o seu desempenho, e as causas que ele atribui a este. Perante esta realidade o presente trabalho teve como objetivo verificar os mecanismos atribuicionais de alunos do terceiro ano do ensino médio, de uma escola pública da cidade de Uberlândia Minas Gerais, ao explicarem o seu sucesso e fracasso escolar. A amostra é composta de 45 sujeitos, com idades entre 16 e 23 anos (média de 19,5) de ambos os sexos (17 do sexo feminino e 23 do sexo masculino). Foi aplicado um questionário contendo três questões fechadas, sendo a primeira visando verificar a visão do aluno em relação ao seu desempenho escolar, classificando suas notas em altas, regulares e ruins. A segunda questão objetivava analisar a atribuição de causalidade de seu fracasso escolar. Já a terceira buscava verificar a atribuição de causalidade do sucesso escolar de acordo com a visão do aluno. A segunda e a terceira questões eram compostas por oito alternativas abrangendo atribuições internas como a inteligência, o esforço do aluno, e externas como, por exemplo, a dificuldade da prova e a qualidade do professor e o apoio dos colegas. A coleta de dado ocorreu na própria sala, durante o período da aula. Os participantes foram primeiramente informados dos objetivos do estudo e, em seguida, procederam ao preenchimento dos questionários, em tempo livre. No geral os alunos consideraram suas notas regulares (62%), 20% consideraram suas notas altas, e o restante (18%) as consideraram ruins. Os resultados obtidos demonstraram um certo equilíbrio entre as causas internas e externas. Em relação à atribuição de causalidade ao sucesso escolar, uma boa qualidade da explicação do professor foi apontada como a principal causa das notas boas (52%, causa externa), seguida por o esforço do aluno (17%, causa interna). Em contra partida, as causas do fracasso escolar foi atribuída à má qualidade de ensino do professor (33%, causa externa), seguido por falta de atenção do aluno (30%, causa interna). Assim, pode-se verificar que a principal causa tanto do mal quanto do bom desempenho escolar foi atribuído à qualidade de ensino dado pelo professor (fator externo), seguido pelo esforço do próprio aluno (fatores internos), o que contradisse a idéia de que desempenho escolar é visto como conseqüência de limitações pessoais do aluno, pois se pode perceber que para o próprio aluno, o professor possui uma maior atuação no desempenho escolar do estudante.

Palavras-chave: Atribuição de causalidade, desempenho escolar, adolescentes.

ISSN 1981-2566

A EXCLUSÃO DE JOVENS E ADULTOS DA ESCOLA E SUA TRANSMUTAÇÃO EM INCLUSÃO SOCIAL

Maria Betania Gondim Costa

O acesso e a permanência na escola é um direito de todo cidadão, entretanto o que temos percebido é que a escola não está estruturada para garantir este direito. A escola ainda apresenta-se como uma instituição excludente e seletiva por manter uma estrutura que privilegia uma organização geradora da cultura de exclusão, bem como as práticas pedagógicas que incentivam o individualismo, a homogeneização, a competição, desconsideram as experiências dos alunos, desvalorizam sua linguagem, tornam mecanicista o processo ensino-aprendizagem e penalizam o erro. No tocante a exclusão, podemos salientar que esta marca, necessariamente, a relação dialética com a inclusão. Uma vez excluído, necessariamente, incluído, mesmo que esta inclusão aconteça em grupos ainda mais marginalizados. Portanto, estar incluído/excluído remete processos antagônicos. A exclusão é atualmente uma das especialidades de nossa sociedade, no entanto, pouco se relata a respeito de suas conseqüências. Outro destaque de nossa sociedade é o poder de ludibriar as pessoas, fazendo-as acreditar que a partir de sua situação de oprimida ela é acolhida e incluída ao meio social. O Brasil evidencia políticas e práticas que demonstram um quadro inquietante nesse processo, sobretudo a política de exclusão de jovens e adultos no ensino regular, mais especificamente, no processo de alfabetização. Assim as desigualdades sociais e as prioridades de investimento na área não podem deixar de ser consideradas como agravantes para o resultado que se espera no campo da alfabetização de adultos. Dessa feita, faz-se necessário pensar a realidade e repensar a política educacional, visualizando a escola não apenas como um espaço de ensinar-aprender, mas como um espaço de relações, nas quais psicólogos e professores, além dos demais membros que compõem a instituição escolar combinem esforços, trabalhando transdisciplinarmente. Faz-se necessário ainda, investir em políticas públicas coerentes às necessidades populares de uma sociedade injustiçada sobre todas as formas. Esta apresentação foca a visão de jovens e adultos analfabetos sobre o processo de exclusão/inclusão escolar e a colaboração da psicologia escolar para minimizar o problema que atinge vários países, sobretudo o Brasil. Para tanto, julgamos imprescindível estabelecer um diálogo interdisciplinar e uma relação de colaboração. Assim todos se beneficiam com esse processo, pois, para ser efetivamente inclusiva, é necessário que não ocorra a exclusão. Vale ressaltar ainda que o momento de transição de exclusão para inclusão está se transformando em um novo estilo de vida, o estilo de vida do excluído que tenta ser incluído. É justamente este estilo de vida que vem a comprometer a sua dignidade, sua capacidade de ser cidadão, sua condição humana, tanto do ponto de vista moral, como do ponto de vista político, e, conseqüentemente, delimitando e firmando cada dia mais, o cruel círculo das exclusões.

Palavras-chave: Educação de jovens e adultos, exclusão escolar, inclusão social.

ISSN 1981-2566

A PSICOLOGIA ESCOLAR COMO MEDIADORA DE PRÁTICAS INOVADORAS NO ENSINO PÚBLICO

Maria Betania Gondim Costa

A meta de oferecer desenvolvimento social e acadêmico para todos os alunos depende prioritariamente das políticas educacionais oferecidas pelo sistema, em especial o sistema público, na qual está inserida maior parte da população brasileira. A escola atual, apesar de todos os seus defeitos e deformações, não é mais a mesma de vinte, trinta anos atrás. A forma que a escola assume em cada momento é sempre o resultado precário e provisório de um movimento permanente de transformação, que é continuamente impulsionado por tensões, conflitos, esperanças e tentativas alternativas. Para acompanhar essa mudança, faz-se necessário que todos os profissionais da educação em parceria com a psicologia escolar posicionem-se efetivamente neste processo, impulsionados a reconhecerem o sujeito concreto, na sua singularidade. É preciso que ocorra inovações sérias, comprometidas socialmente, que levem em conta as necessidades, limitações e aspirações dos sujeitos envolvidos no processo de ensinar e aprender, sobretudo daqueles que querem estudar e não têm condições. Faz-se necessário ainda, que a escola seja reconhecida como um espaço privilegiado, onde ações efetivas podem ser implementadas com vistas ao atendimento das necessidades da população e a promoção de seu desenvolvimento. Sendo assim, este trabalho tem como objetivo discutir ações que viabilizem condições para que o aluno tenha interesse, sobretudo condições de estudar, visualizando-os como sujeitos ativos no espaço na qual estão inseridos. Considera-se que, enquanto estes sujeitos não forem compreendidos como sujeitos ativos deste processo, eles não poderão assumir sozinhos a responsabilidade do fracasso escolar, muito menos da evasão. Desta forma cabe a instituição escolar buscar alternativas que viabilizem o aluno estudar, pois muitas vezes ele é obrigado pelas circunstâncias a abandonar a escola. Vale ressaltar ainda, que pensar a educação exige pensar nos sujeitos inseridos nesse contexto, portanto, pensar em o que fazer para ter o aluno na escola passa necessariamente pelas políticas educacionais oferecidas. Sem levar em conta as necessidades, não se leva em conta a educação. Assim, como os psicólogos escolares têm uma responsabilidade ética de exercer influência sobre as políticas sociais e educacionais, devem sair de seus “gabinetes” e assumirem posições de maiores riscos na defesa de questões sociais e políticas em prol da educação. Somente por meio do compromisso e da conscientização é possível mudar a realidade atual das escolas brasileiras, visto que uma ação transformadora é capaz de atuar nos setores em que a instituição mais necessita. Para tanto, faz-se necessário também que todos os níveis de ensino sejam planejados e articulados, no seu crescimento, de forma integrada pelo sistema público. É preciso ainda participar da elaboração e da avaliação das políticas públicas de educação e definir e defender o que é público.

Palavras-chave: políticas públicas, educação, psicologia escolar.

ISSN 1981-2566

O QUE FAZER COM OS "ALUNOS IMPOSSÍVEIS"? EXPERIÊNCIA DE ACOMPANHAMENTO DE ALUNO COM QUEIXA ESCOLAR EM EMEF

Ana Carolina Bastides Horibe
Fabiana Olivieri Catanzaro

O presente trabalho é fruto da experiência na disciplina de graduação "Psicologia Escolar e Práticas Institucionais" (IPUSP) – 1º semestre de 2006, cujas aulas teóricas e estágio possibilitou pensar um projeto pontual e intervir na EMEF Brasil Japão, fundamentadas em uma perspectiva crítica em psicologia escolar, proposta por Machado (2004) e Souza (2002). Aprendemos a buscar o funcionamento institucional, compreendendo a realidade presente da escola como construção histórica. Percebemos que as estratégias pedagógicas tem efeitos afetivos, e que devemos problematizar as relações e o processo que cria a ilusão de que os problemas são individuais. Apresentaremos o acompanhamento realizado com uma aluna em quem se concentrava várias queixas escolares, incluindo queixas de aprendizagem e comportamento. No momento de nossa chegada na escola, a situação era de muita tensão, devido à decisão, tomada pelo conselho da escola, de solicitar a transferência da aluna para outra instituição. Nosso objetivo foi problematizar os efeitos das práticas escolares instituídas, que compunham o campo de forças da produção da queixa escolar. Queríamos provocar encontros com pessoas e criar um tipo de relação em que fosse possível investigar o outro; afetar professores e alunos de forma a podermos pensar os problemas não como causa, mas sim como efeito de um funcionamento institucional. Enfim, desejávamos tornar potentes alunos, professores e equipe para falar, pensar e agir sobre o que acontecia na escola. Promover a circulação das informações na rede, buscando soluções conjuntamente. A intervenção aconteceu em diferentes momentos e espaços: - Conhecendo o território: momento de conhecer a instituição e as relações existentes, os diversos atores institucionais, buscando diferentes versões sobre as problemáticas. - Acompanhando a aluna Ana Carolina: criação de maneiras de investigar e intervir na produção das queixas; conversas com a aluna, família, professoras, coordenação e diretoria. Elaborar junto com as pessoas envolvidas estratégias de alteração do campo em que a queixa fora produzida. Práticas de bastidores.- Participando em JEIs: devolutiva do que pensamos a partir do acompanhamento da aluna, conversa com a professora e participação em sala de aula. A partir desta experiência de estágio em instituição escolar pública, aprendemos a olhar a produção da queixa e seu contexto histórico, retirando o foco da culpabilização individual de circunstâncias exteriores à instituição. Passamos a entender a queixa escolar como um processo de produção que ocorre nas relações institucionais ao longo de sua história. As queixas em relação ao desrespeito, bagunça, agressividade, desvalorização do ambiente escolar tinham um sentido de descaso, produzido pelos modos de relação aos quais os sujeitos habitam. Assim, pudemos refletir que nossas intervenções devem caminhar no sentido de produzir, nas relações que se estabelecem entre o psicólogo e os atores institucionais, a necessidade de maior implicação dos personagens da instituição na produção das queixas, como participantes ativos na construção de processos de subjetivação.

Palavras-chave: Psicologia escolar, produção de queixa escolar, intervenção institucional.

ISSN 1981-2566

O PSICÓLOGO ESCOLAR EM MEIO ÀS PRÁTICAS EDUCACIONAIS ATUAIS: PARTICIPAR PARA PENSAR

Maria Betania Gondim Costa

Desenvolver e implementar práticas educacionais participativas constituem um dos principais desafios no âmbito escolar atualmente. Geralmente as decisões vêem de cima para baixo, cabendo ao professor apenas executar. Essa postura usual tem trazido repercussões negativas para o ensino, visto que nem sempre as decisões tomadas são as melhores, do ponto de vista de alunos e professores, que se sentem marionetes nas mãos daqueles que julgam entender de educação. Na verdade, o que ocorre é apenas interesse de autopromoção das equipes de assessores das Secretarias de Educação estaduais ou municipais que apresentam processos massivos de capacitação ou apresentam páginas e páginas de resoluções como se fosse a única palavra válida sobre o processo de ensino-aprendizagem. Apresentam ainda, modismos psicológicos, onde os professores são "chamados" a aderirem a uma nova fórmula mágica, desvalorizando a si próprios e, ao mesmo tempo, o conhecimento até ali construído, sem que nenhuma transformação substancial, de fato, aconteça nas condições estruturais do trabalho docente. Dessa feita, o resultado desejado se torna cada vez mais distante de ser alcançado, pois pensar educação requer pensar concretamente, requer tomar o ser humano em sua multidimensionalidade. Assim, essa difícil tarefa de melhorar o ensino só será efetivamente levada a cabo, se os educadores forem ouvidos, participando ativamente das discussões pedagógicas, mostrando-se ativos. Somente por meio da reflexão da prática vigente na maioria das escolas brasileiras é possível mudar esta realidade desumana, cruel e excludente, que em nada contribui para uma educação de qualidade, e o psicólogo escolar muito pode contribuir para a mudança desse quadro inquietante, visto que é seu papel pensar a realidade escolar como um processo de construção coletiva. Esta apresentação foca uma parte desse esforço coletivo: a cooperação entre professores e psicólogos escolares como ferramenta para a qualidade do ensino. Mais especificamente, construir referenciais teóricos-práticos sobre os conteúdos, as competências e habilidades dos educandos da educação básica, nos anos iniciais e finais, embasados nos PCN's e na realidade escolar. Nesse modelo de trabalho, os profissionais envolvidos colaboram em todas as etapas do processo; da construção à avaliação. Para tanto, estabelecer um diálogo interdisciplinar e uma relação de colaboração é indispensável, proporcionando uma interação entre todos os docentes das diversas áreas, a troca de experiências e a discussão entre professores de áreas específicas e professores de recurso que lhe dão com a inclusão escolar. Para a concretização deste trabalho é imprescindível a participação de todos, visto que a organização, a execução e a sistematização compartilhada possibilita a dinâmica do processo de ação-reflexão-ação da prática educacional, efetivando a interação do saber teórico e o fazer escolar, resultando uma construção sólida, democrática e dentro da realidade local.

Palavras-chave: Psicológo escolar, professor, participação.

ISSN 1981-2566

ORIENTAÇÃO DE ESTUDOS

Fernanda do Carmo Gonçalves
Marisa Cosenza Rodrigues

Estudar é uma das tarefas essenciais para um bom desempenho acadêmico. Muitos consideram ser um comportamento natural, o qual não necessita ser orientado. No entanto, estudar é muito mais que ler e fazer atividades. Estudar é um processo dinâmico que busca a aprendizagem, o pensamento crítico e reflexivo que exige comprometimento e empenho. É importante ter uma técnica racional de estudo como meio de tornar efetiva e significativa a aprendizagem. Muitos estudantes são prejudicados por nunca terem aprendido a estudar de maneira apropriada, não possuindo técnicas e planejamentos de estudos. Desenvolvem maus hábitos de estudos e com isso têm seu desempenho rebaixado ficando, muitas vezes, rotulados como alunos incapazes e preguiçosos. Por mais que se esforcem e estudem horas ininterruptas, não alcançam um bom desempenho na prova ou em um trabalho escolar. Neste sentido, torna-se importante desenvolver um trabalho intencional que leve o aluno a aprender a estudar, necessitando-se envolver, nesse processo, a participação de pais e professores. O Centro de Psicologia Aplicada da Universidade Federal de Juiz de Fora- MG, vem recebendo cada vez mais crianças e adolescentes cuja demanda, freqüentemente se concentra nas dificuldades de aprendizagem (desmotivação para o estudo, dificuldades de leitura e escrita, baixo rendimento escolar, entre outros). Essa demanda tem sido encaminhada para um dos projetos desenvolvidos no CPA, o projeto SEAPE (Serviço de Atendimento em Psicologia Escolar e Psicoeducacional). No atendimento, tem-se constatado freqüentemente a falta de um planejamento de estudos relacionada com a inadequação do ambiente, condições físicas e materiais, organização das atividades escolares, horários e técnicas de estudo relacionadas a disciplinas específicas, entre outros fatores correlacionados. Durante o ano de 2006, foi feita uma média de 8 encontros para cada uma das 10 orientações de estudos realizadas neste ano, sendo atendidas 8 crianças (entre 8 e 13 anos), 1 adolescente (16 anos) e 1 adulto (45 anos). Primeiramente, é aplicado um inventário de estudos uma entrevista para análise e avaliação, visando o levantamento dos hábitos de estudos. São realizadas também entrevistas com os pais e os professores. Com foco nestas informações, faz-se um planejamento do trabalho a ser realizado, considerando condições, horário e o contexto em que o aluno está inserido. Na orientação de estudos, propriamente dita, são abordados aspectos pertinentes às disciplinas que o aluno apresenta mais dificuldade, focalizando-se em técnicas e recursos mais racionais que facilitam o aprendizado, o estudo e o preparo para a avaliação. Os pais são orientados no sentido de terem maior comprometimento e participação na trajetória escolar de seus filhos por meio de recursos que tornem o hábito de estudo mais efetivo para o sucesso na escola.

ISSN 1981-2566

PSICOPEDAGOGIA E DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM: ANÁLISES E PROPOSIÇÕES

Maria Carmen Tacca

Historicamente, os alunos que enfrentam descompassos em seu processo de aprendizagem são identificados como tendo ”dificuldades de aprendizagem”. A área de estudos da Psicopedagogia tem sido chamada na atualidade para dar respostas e propor alternativas e estratégias tendo em vista os processos de aprendizagem e seus problemas, procurando compreender e apoiar as trajetórias escolares de crianças e jovens. No entanto, questiona-se as concepções que subsidiam a compreensão de aprendizagem e da “dificuldade de aprendizagem” na literatura, no espaço educacional e até profissional, por se apoiarem em uma visão mecanicista e organicista do desenvolvimento humano. No horizonte de uma nova compreensão, os estudos sobre defectologia de Vygotski merecem ser objeto de reflexão cuidadosa, uma vez que se constituem em uma abordagem revolucionária na consideração das especificidades humanas que conduzem a formas particulares e diversas de desenvolvimento. As propostas de Vygotski encaminham-se para críticas de que, na constatação de que qualquer característica individual que fuja daquilo que é mais comum no ambiente social, ela tende a causar um impacto ao que a sociedade volta-se para compreendê-la em termos quantitativos, dimensionando-a como estando a mais ou a menos em comparação a um padrão. Os defeitos ou as dificuldades são então, para ele, socialmente instituídos, aparecendo como uma construção social. Para Vygotski o desenvolvimento das funções psicológicas está acoplado à situação social na qual o indivíduo transita. As relações sociais inauguram mudanças no desenvolvimento o que indica a importância propulsora da coletividade e da inserção social do sujeito, tirando o foco dos determinismos biológicos tão comumente vistos como limitadores do desenvolvimento. Ele firma suas argumentações na necessária eficiência dos processos pedagógicos, colocando a educação, como a base essencial da integração social da criança, ganhando proeminência a atividade do sujeito no contexto sócio-cultural e histórico. Nas situações em que a aprendizagem dos conteúdos escolares apresente-se com focos de estrangulamento, o empenho do professor precisará estar em conhecer as formas do funcionamento psicológico do aluno, o que implica considerar a unidade cognição-afeto. Há a necessidade de serem identificados os percursos dos processos de significação que acompanham as experiências de aprendizagem, retirando-se o foco do conteúdo para alcançar os processos de pensamento, o que implica uma atenção aos recursos da personalidade como um todo. Assim, conclusivamente, podemos pensar que as posturas que ajudariam o trabalho do professor seriam a abertura para o diálogo intervindo a partir das especificidades de cada aluno. Esta se constitui uma prática imbricada nos processos relacionais autênticos que oportunizam mudanças no aluno e no professor. Parece ser importante e necessário conduzir uma reflexão do quanto precisa haver uma atenção para as atitudes dos alunos que denunciam seus interesses, necessidades e motivações e o quanto isso merece ser negociado na sala de aula. Todo o esforço deve se concentrar no sentido de fazer desaparecer as idéias preconcebidas de deficiências, distúrbios, atrasos ou dificuldades de aprendizagem, evitando-se que muitos alunos sejam estigmatizados, rotulados e marginalizados por apresentarem uma forma diversa na construção de sua aprendizagem.

Palavras-chave: Dificuldade de aprendizagem, relação professor-aluno, psicologia histórico-cultural, psicopedagogia.

ISSN 1981-2566

PROBLEMAS DE APRENDIZAGEM, AUTOCONCEITO GERAL E ESCOLAR DE CRIANÇAS NO ENSINO FUNDAMENTAL

Adriana Regina Marques de Souza Pelissari

O atual estudo objetivou estudar as possíveis relações entre dificuldades de aprendizagem em escrita (DA) e autoconceito familiar e autoconceito geral de crianças da segunda série do ensino fundamental. De modo geral, foi considerado que o autoconceito familiar e geral das crianças influencia em suas aprendizagens e conhecimentos. Para esta constatação considerou – se o autoconceito como a percepção que a criança tem de si em situações gerais e especificamente em situações familiares. Tais percepções foram realizadas por meio de um instrumento, elaborado por Sisto (1998), que engloba a maneira em que a criança se percebe como, esperto, bom e divertido, tanto no sentido positivo quanto no sentido negativo nas relações interpessoais no ambienete familiar e em diferentes ambientes. Para essa análise foi utilizado um instrumento com 13 questões para o autoconceito escolar e 52 para o autoconceito geral. Para a análise das dificuldades de aprendizagens em escrita das crianças, considerou-se como dificuldade de aprendizagem em escrita não apenas a disortografia baseada nos erros e trocas das palavras, mas sim a todo e qualquer erro relacionado ao domínio da escrita. Para essa análise utilizou-se um instrumento de Avaliação denominado Avaliação de Dificuldades de Aprendizagem em Escrita - ADAPE (Sisto 2001) que apresenta 4 nível de dificuldades de aprendizagem. O atual estudo contou com 226 participantes da segunda série do ensino fundamental de quatro escolas da rede pública de Campinas/SP. Dos participantes 62 (27,4%) se encontram no Nível 0 de DA, não apresentam dificuldades de aprendizagem; 108 (47,8%) estão no Nível 1, intervalo entre as crianças que não apresentam dificuldades de aprendizagem e as crianças que apresentam dificuldades de aprendizagem leve; 33 participantes (14,6%) estão no nível 2, dificuldades de aprendizagem leve e 23 participantes (10,2%) estão no nível 3, dificuldades de aprendizagem no nível médio. Os resultados foram analisados estatisticamente pela análise de variância relacionando as dificuldades de aprendizagem em escrita e autoconceito familiar (F=3111 e p=0,027) e as dificuldades de aprendizagem em escrita e autoconceito geral (F=3,343 e p=0,020). O que se percebe na leitura dos dados é que conforme diminui o autoconceito familiar das crianças aumenta o nível de dificuldade de aprendizagem em escrita e o mesmo acontece com o autoconceito geral.

Palavras-chave: Autoconceito, escrita, dificuldades de aprendizagem.

ISSN 1981-2566

SUCESSO E FRACASSO NA ESCOLA RURAL: UMA QUESTÃO DE APROPRIAÇÃO DO DISCURSO ESCOLAR

Magno Geraldo de Aquino

O que leva grande parte dos alunos da zona rural a falharem na educação formal? Para chegarmos a uma resposta apropriada a tal questão temos que considerar não o aluno que falha, mas aquele que tem sucesso na escolarização. Apenas dessa forma, poderemos compreender os motivos que levam os demais a falharem. É certo, no entanto, que qualquer análise descuidada desse fenômeno só poderá gerar conclusões absurdas e inapropriadas. A hipótese com a qual trabalhamos é que o aluno que tem sucesso, ainda que parcial, na escolarização na zona rural nem sempre é o aluno que realmente aprendeu o conteúdo escolar, mas aquele que aprendeu e adotou o discurso escolar. É aquele que aprendeu a responder o que a escola espera dele. Tendo adotado e substituído, sem maiores problemas, o conhecimento escolar pelo seu conhecimento cultural. Em outras palavras, o aprendizado escolar é, em verdade, a apropriação do discurso escolar, em termos dos conteúdos considerados essenciais para o aprendizado do aluno. O contrário também pode ser considerado uma verdade: o aluno que não responde corretamente à escola, não é aquele que não aprendeu. Apenas não aprendeu a responder o que lhe era solicitado em sala de aula, de acordo com o discurso escolar. Este aluno não conseguiu fazer uma conexão adequada entre o conhecimento escolar e o seu conhecimento cotidiano. Portanto, falhou no processo de escolarização. O discurso escolar é baseado em modelos pré-determinados. Modelos que crianças dos grupos urbanos possivelmente já mantiveram contatos anteriores à sua entrada na escola. O que pode não ter acontecido com a maioria das crianças do meio campesino. Ensinar não é repetir um modelo até que se aprenda, mas compartilhar as dificuldades do aluno e sugerir soluções adequadas de acordo com sua realidade objetiva, subjetiva e simbólica. No entanto, penetrar no mundo da aprendizagem é uma tarefa difícil, pois equivale a descobrir como as pessoas pensam. As crianças aprendem o que for, desde que seja dado a elas oportunidades de aprendizagem, oportunidades de vivências com aquilo que precisam aprender, para que a aprendizagem se torne significativa. Dessa forma, permite ao aluno, ressignificar o que aprende de acordo com seu aparato cultural. Não se trata aqui de reforçar o velho discurso sobre a necessidade de se trabalhar com a realidade do aluno ou a partir de sua realidade, como se bastasse ao professor inserir elementos concretos do ambiente do aluno. Nessa perspectiva, torna-se essencial considerar o espaço rural não como o espaço da falta, demarcando elementos de uma contradição, quando posto em contraste ao espaço urbanos, mas ao contrário, compreender o espaço rural constituído como um espaço de referência particular a partir de um contexto concreto e simbólico, onde os indivíduos efetivam a construção de referenciais e estratégias para a aquisição do conhecimento cultural e escolar, articulados às suas relações com os aspectos culturais mais amplos com os quais participam ativamente, distintos da zona urbana.

Palavras-chave: Escola, discurso, rural.

ISSN 1981-2566

REPENSANDO AS RELAÇÕES ENTRE O FRACASSO ESCOLAR E A FAMÍLIA: AS CONTRIBUIÇÕES DA PSICANÁLISE

Margaret Pires Couto

O trabalho tem como objetivo discutir como se tem pensado tradicionalmente as relações entre o fracasso escolar e a família e apresentar as contribuições da psicanálise para o tema. Para tanto, pretende-se analisar o discurso que supõe que a desestruturação da família seria a causadora do fracasso escolar, a fim de explicitar a concepção de família presente nessa produção e dessa forma, elucidar os efeitos dessa leitura para a relação estabelecida entre família/escola. Contrapondo-se a esse discurso generalizante, propõe-se, a partir da discussão de fragmentos de casos clínicos atendidos em uma clínica-escola, apresentar como os impasses familiares pode interferir, de modo singular, na aprendizagem das crianças.

Palavras-chave: Fracasso escolar, família, psicanálise.

ISSN 1981-2566

UM ESTUDO EXPLORATÓRIO SOBRE A QUESTÃO DO FRACASSO ESCOLAR EM MONOGRAFIAS DE ESPECIALIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

Vanessa Fagundes
Záira Fátima de Rezende Gonzalez Leal

O trabalho teve como objetivo investigar como vem sendo tratada a educação e a produção do insucesso escolar, tão recorrente em nossas escolas, nas produções dos cursos de pós-graduação lato-sensu (especialização), da Universidade Estadual de Maringá e analisar se, nessas produções, havia a superação da patologização, que atribui a aspectos inerentes à criança a responsabilidade sobre o fracasso, individualizando a questão. O interesse por realizar esse trabalho deveu-se à percepção da desvalorização da escola como promotora do desenvolvimento humano, ao atribuir a questões externas a ela a responsabilidade das questões escolares. Acreditamos, no entanto, que a educação, como aponta a Teoria Histórico-Cultural, é fundamental para o desenvolvimento das potencialidades máximas do ser humano e que a humanização não é garantida ao nascermos, sendo a educação responsável pela humanização do homem, através da transmissão/assimilação dos conhecimentos produzidos no decorrer da evolução histórica da sociedade. Entendemos que toda criança pode ser levada a desenvolver sua humanidade de forma plena. Porém, normalmente nos deparamos com preconceitos sobre algumas crianças, que acabam sendo responsabilizadas por dificuldades eventuais no processo de aprendizagem e, a criança em conseqüência não é estimulada a aprender, não se desenvolvendo e fracassando na escola. Consideramos que o fracasso escolar da criança deve ser compreendido a partir da própria instituição escolar, da forma como esta instituição está estruturada e organizada e de como organiza o processo ensino-aprendizagem. Assim, o fracasso escolar é uma produção coletiva, não se restringindo apenas ao aluno, fruto das relações instituídas no cotidiano escolar e das condições oferecidas no processo de escolarização. Desta forma, é a partir destes aspectos que devemos buscar compreendê-lo, sem individualizar ou patologizar o problema. Buscando compreender de que forma essas questões são percebidas e tratadas no meio acadêmico, foram analisadas seis monografias, onde nós pudemos perceber justamente essa visão que individualiza e patologiza o processo de escolarização, responsabilizando principalmente a criança pelas dificuldades que por ventura possam ocorrer durante a aprendizagem. Isto demonstra que há uma dificuldade em perceber a parcela de responsabilidade da instituição escolar e dos profissionais que nela atuam na produção do insucesso. Sendo assim, podemos dizer que não há um avanço no sentido de recolocar o fracasso em seu devido lugar, como responsabilidade da instituição escolar, portanto coletivo, onde todos devem se envolver para a sua solução. Apenas uma das monografias pesquisadas apresenta uma concepção de que o professor é responsável por fazer o aluno desenvolver-se através da aprendizagem e que isso é possível, independente das características individuais da criança. Ou seja, o professor, atuando na zona de desenvolvimento próximo, pode transformar aqueles conhecimentos que estão em vias de se consolidar em desenvolvimento real, fazendo as funções psicológicas superiores desenvolverem-se e, portanto, humanizando o aluno. Por considerarmos a educação responsável pela humanização do homem, ao possibilitar que os conhecimentos produzidos pelas gerações passadas sejam apropriados pelas novas gerações, instrumentaliza o indivíduo na compreensão da realidade na qual se insere, possibilitando que a humanização se dê de forma plena.

Palavras-chave: Fracasso escolar, patologização, educação.

ISSN 1981-2566

FRACASSO ESCOLAR: UM SINTOMA DA CONTEMPORANEIDADE?

Francisco Ramos de Farias

Abordar o fracasso escolar no bojo dos sintomas sociais requer situar uma ordem subjetiva atrelada a uma dimensão histórica própria das relações sociais que caracterizam uma determinada época. Quando rastreamos, no pensamento lacaniano, a indicação de que o inconsciente é o social, estamos nos desvinculando das abordagens que colocam em oposição individuo e sociedade, para pensar o fracasso escolar na ordem social como reflexo de um conjunto de contingências e transformações históricas. Assim adentramos no campo educacional no sentido de circunscrever o chamado fracasso escolar a partir de uma leitura que considera a dinâmica do funcionamento psíquico. À luz das determinações inconscientes, o fracasso escolar deve ser pensado como o sintoma que somente tomou corpo na atualidade, era tecnológica ou pós-modernidade. Inicialmente, formulamos que a estrutura do sintoma social é o reflexo de uma produção a partir do discurso dominante de uma época. Nessa sentido, afastamos-nos da idéia de fracasso escolar como a conseqüência da utilização de métodos de ensino inadequados, do despreparo de professores e de condições materiais desfavoráveis para, enfim, compreendê-lo como uma produção atrelada a uma história singular inscrita no discurso dominante vigente de uma sociedade numa época. Para isso, faz-se necessário situar o referido discurso e a prática pedagógica relativa a esse discurso que fez seu advento na revolução conhecida como modernidade. Em principio, temos que salientar que a expressão fracasso escolar vai de encontro aos ideais esperados pela escola em termos de sucesso baseado num funcionamento ideal de aprendizagem. Em suma, se o sintoma resulta de uma verdade recalcada, que verdade estaria em pauta no fracasso escolar considerado como sintoma social? Certamente, trata-se do retorno e insistência decorrentes do destino que a civilização confere ao mal-estar próprio do estado civilizatório. Sendo assim, o fracasso escolar, como retorno de uma verdade, está atrelado à contingência histórica, ou seja, concerne às patologias que são produzidas na atualidade em que persiste o ideal da tradição iluminista de transformar e melhorar a sociedade pelo aprimoramento da técnica e progresso científico, condições para a libertação e a felicidade do sujeito. A lógica que comanda os indícios de felicidade assenta-se no consumo abundante cujo objeto torna-se, mediante reviravolta curiosa, objeto de desejo. Sendo assim, o fracasso escolar é indício da impossibilidade de acesso aos bens de consumo, protótipo de felicidade. Mas, o significado de felicidade é seguir na escalada do sucesso para produzir condições de consumo. Com isso, o contexto dominante forja um modelo ao qual a criança deverá se enquadrar, mesmo que para isso, viva uma infância tecnicizada. Então, o fracasso escolar se insinua na contramão das demandas sociais que exigem igualdade pois ceifam todas as expressões de singularidade. Desse modo, o fracasso escolar pode estar revelando, a alto custo, uma verdade subjetiva que não tem lugar nos espaços instituídos pelo discurso dominante que prima por modalidades ortopédicas para sustentar o ideal de homens perfeitos.

Palavras-chave: Fracasso escolar, sintoma social, desejo do aprendente, posição do ensinante, transmissão de saber.

ISSN 1981-2566

DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM: O ENTORNO CULTURAL E A SUBJETIVIDADE

Nadia Aparecida Bossa

O presente trabalho é parte do projeto de pesquisa inserido no âmbito da Linha de Pesquisa "Intervenções Psicopedagogicas nas Dificuldades de Aprendizagem" no curso de Mestrado Acadêmico da UNIFIEO. O objetivo da pesquisa é contribuir para a constituição do campo epistemológico da psicologia educacional aproximando-nos do seu objeto e método através da investigação clínica e produção teórica.A estratégia de investigação adotada consiste na análise das dimensões individual e cultural envolvidas na produção do fenômeno em questão: as dificuldades de aprendizagem escolar.Na apresentação desta mesa pretende-se abordar o papel na escola e da aprendizagem escolar na constituição do sujeito, considerando a dificuldade de aprendizagem enquanto expressão da subjetividade. A literatura nos mostra que as vicissitudes da Pedagogia estão intimamente vinculadas aos caminhos traçados pela Filosofia. A Pedagogia e, conseqüentemente, a escola são resultado da maneira como a Filosofia Moderna concebeu a figura do sujeito e como, contemporaneamente, criticou essa noção de sujeito, bem como a forma como ele, em sua história, entendeu e relacionou-se com a infância "normal" e a "anormal". A dificuldade de aprendizagem escolar que surge como sintoma cultural, diz respeito ao aniquilamento da infância pela escola, que não é pensada do ponto de vista das necessidades da criança, e tampouco sabe o que é a criança, visto que lida com a criança real, como se fosse a ideal, a desejada, negando suas verdadeiras demandas.O discurso médico-higiênico criou a ilusão de uma sociedade perfeita, sem doenças, mortes e mal-estar.No entanto, segundo Freud (1980,v.7), a criança ideal é uma ilusão; segundo a concepção foucaultiana, é uma ficção.A criança de que fala Freud não é a criança disciplinada, controlada; antes, há uma impossibilidade de ser completamente educada, policiada, reprimida. A inversão ética do discurso de Freud, vai na direção contrária aos ideais,e possibilita o questionamento da norma e da moral.Com a missão de transmitir às crianças o conhecimento socialmente adquirido, a educação impõe renúncias, da mesma forma que a vida na civilização aponta limites às satisfações pulsionais. O mundo moderno, ao postular a criança ideal, supostamente universal, acabou por realizar a negação das diferenças e, conseqüentemente, da subjetividade de toda criança que não conseguisse responder a esse ideal. Ao mesmo tempo que promoveu a segregação, mascarou a divisão existente no seio da própria infância. De um lado, crianças supostamente ideais, postas na condição de puro objeto do desejo parental e social; de outro, "crianças problemas" que insistem em existir e apontar a ilusão do mundo ideal criado onipotentemente pelo homem moderno. Quando se postula um ideal, acaba-se por impedir a emergência do singular, daquilo que, como diferença, distancia-se do ideal. Se o sujeito está para além dos ideais, se sua subjetividade está naquilo que escapa para o existir da criança no mundo atual, não resta outra solução senão a de fazer sujeito através do seu sintoma. Como nos ensina a Psicanálise: não há sintoma em si, só há sintomas particulares, há um sujeito que, uma vez eclipsado, só pode ser ouvido a partir do seu sintoma.

Palavras-chave: subjetividade, aprendizagem, psicanálise e cultura.

ISSN 1981-2566

ESTUDOS SOBRE DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM: UMA BREVE REVISÃO DE LITERATURA

Letícia Fonseca Reis Ferreira de Castro
Débora Cristina Piotto

As chamadas dificuldades de aprendizagem é um tema bastante estudado na educação e em áreas afins, em especial, na Psicologia. A partir dos anos 1980, surgiram várias pesquisas que, a partir de uma visão crítica de sociedade, apontaram e discutiram a participação da escola na produção dessas dificuldades, nomeadas, mais genericamente, de fracasso escolar. Tais estudos mostraram, de modo geral, como muitas das dificuldades atribuídas às crianças são, na verdade, produto do sistema de ensino. Pesquisas como as de Patto (1990, 1997), Souza (1997, 2002), Collares e Moysés (1992, 1996) , são alguns exemplos de estudos que discutem a influência da instituição escolar na produção das chamadas dificuldades de aprendizagem. Estas pesquisas mostraram, partindo das reais condições das escolas públicas brasileiras, como muitas das dificuldades atribuídas às crianças são produzidas dentro das próprias escolas. Partindo desses estudos, a presente pesquisa buscou verificar quais as concepções de dificuldades de aprendizagem presentes em pesquisas que tratam do tema. Mais especificamente, o objetivo da pesquisa é analisar tais concepções e discutir suas implicações para a área educacional. A partir disso, foram selecionados dezesseis artigos que tratavam do tema, publicados nos últimos cinco anos por mestrandos e doutorandos do programa de pós-graduação do Departamento de Psicologia e Educação da FFCL-RP, da Universidade de São Paulo. A restrição para análise de artigos divulgados entre 1999 e 2004 ocorreu devido ao grande número de pesquisas já realizadas sobre o assunto, e a escolha pelos artigos deste programa deveu-se à proximidade do local da realização das pesquisas, já que a maior parte delas foi realizada nas redondezas de Ribeirão Preto. Posteriormente, realizaram-se leituras e análises de cada artigo, organizando-os de acordo com questões específicas abordadas por cada um, resultando em cinco categorias. Os resultados apontaram que em apenas uma das categorias analisadas, composta por quatro artigos, a escola aparece fazendo parte da discussão central. Desta forma, pelo menos doze artigos concebem as dificuldades de aprendizagem como um problema individual, propondo para seu diagnóstico e enfrentamento programas de assistência psicológica, retirando da escola as causas para tais dificuldades e atribuindo-as às próprias crianças. A categoria que difere das demais é composta por artigos que possuem uma visão de dificuldade de aprendizagem focalizada no contexto de aprendizagem, retirando do âmbito individual e contextualizando a família e a escola como possuindo influências no desempenho escolar. A partir dos dados disponíveis, pode-se dizer que, de modo geral, os artigos analisados que tratam das questões relacionadas às chamadas dificuldades de aprendizagem não consideram as condições de produção das referidas dificuldades, ou seja, não discutem a influência da escola, e acabam por restringir as análises a questões particulares do ambiente familiar e a características individuais das crianças.

Palavras-chave: Dificuldades de aprendizagem, aluno, escola.

ISSN 1981-2566

UM ESTUDO PARA ATUAÇÕES ESTRATÉGICAS MULTIPROFISSIONAIS EM CASOS DE DISLEXIA E DISORTOGRAFIA

Merie Bitar Moukachar

Os distúrbios de linguagem ocupam lugar de destaque nos problemas de aprendizagem, visto serem uma das principais queixa de pais, professores, educadores e causa de encaminhamento a especialistas. O distúrbio específico na aquisição da leitura e escrita é denominado dislexia disortografia e tem exigido novas parcerias entre estudiosos do fenômeno para sua compreensão, prevenção e tratamento. Se, ao ingressar no mundo das representações pela leitura e escrita, o desempenho social, escolar e psicoafetivo dos portadores deste distúrbio são avaliados negativamente, seus desempenhos futuros podem se tornar comprometidos. Busca-se neste trabalho de pesquisa qualitativa em Psicologia Social, mais especificamente fundamentando-se nos pressupostos da Psicologia Sócio-histórica, e a partir da pesquisa-ação, uma compreensão crítica da dislexia-disortografia, para a elaboração de instrumentos que possam contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos portadores deste distúrbio. Acredita-se, que os portadores de dislexia-disortografia, após intervenção por meio de técnicas e ações multiprofissionais específicas, obtêm melhorias em áreas identificadas como passíveis de mudança (psicoafetiva, social e escolar). A metodologia utilizada, ou seja, a pesquisa-ação, está dividida, nesta pesquisa, em cinco etapas, sendo que a primeira consistiu em pesquisa bibliográfica, que perpassará todas as etapas, exploração do ambiente, formulação precisa do problema, construção de (novas) hipóteses e realização do seminário; a segunda consistiu na pré-seleção dos sujeitos participantes da pesquisa e aplicação dos instrumentos de coleta de dados; para a terceira etapa pretende-se tratar, analisar e interpretar as informações obtidas; já a quarta etapa constará a elaboração do plano de ação baseado nas etapas anteriores e finalmente na quinta etapa será implementada as estratégias de intervenção. Optou-se para o presente estudo a definição do termo dislexia como sendo uma dificuldade de aquisição da leitura em crianças após o período considerado normal para que o processo de alfabetização seja concluído; associada à dislexia e como uma de suas consequências, ocorre a disortografia, que é a escrita incorreta de letras e palavras. Na literatura são relatadas divisões e sub-divisões do conceito de dislexia e nessa pesquisa será utilizado o conceito de dislexia específica, pois acredita-se que sua origem seja neurológica (MARTINS, 2005), sendo que é uma síndrome rara e o tratamento consiste na reabilitação da escrita e da leitura com o objetivo de possibilitar à criança o convívio com suas dificuldades, visto não haver cura possível nesses casos.

Palavras-chave: Dislexia-disortografia, psicologia social, estratégias multiprofissionais.

ISSN 1981-2566

O COTIDIANO DA SALA DE AULA: POSSÍVEIS REFLEXÕES ACERCA DAS DIFICULDADES VIVIDAS NO SISTEMA ESCOLAR

Claudia Helena Gonçalves Moura
Maria Teresa Antunes Albergaria

Este trabalho traz reflexões acerca de uma das etapas de uma extensão em Psicologia Escolar realizada numa escola pública da cidade de São João del-Rei, partindo da queixa da escola acerca da "dificuldade de aprendizagem" de sete alunos. Considerando que o entendimento da queixa passa também pelo conhecimento da vivência do aluno na sala de aula, pretende-se discutir acerca dos dados provenientes das observações realizadas.Foram realizados três períodos de observação em cada uma das três salas da Fase IV do 1º Ciclo, nas quais estudam os alunos que nos foram encaminhados, totalizando 20 horas. O objetivo destas observações foram o conhecimento da dinâmica da sala de aula, das relações que a professora estabelece com o conhecimento e com os alunos bem como destes com o que lhes é ensinado. Para isso, foram levantadas categorias de análise a partir do que foi observado, que puderam ser elucidadas com base nos estudos sobre a educação de autores frankfurtianos como Adorno e na literatura de Patto acerca desta problemática.Percebeu-se que a dificuldade do aluno é, de alguma forma, produzida em sala de aula e/ou mantida à medida em que o lugar que este ocupa para o professor e seus pares é, muitas vezes, um lugar de não-saber e de enigma frente a qualquer tentativa pedagógica. Nas observações pôde-se notar que a forma de organização das aulas leva-nos a discussão sobre as condições de trabalho do professor que o impedem de realizar seu papel de uma forma mais satisfatória e dinâmica, e em intrínseca relação com isso, a reflexão sobre metodologias de ensino que favoreçam a aprendizagem, sobretudo para alunos que não apresentam o que deles se espera. Nesse sentido, segundo Patto (2005), a verticalidade do sistema escolar, levando à exclusão do professor na tomada de decisões - sejam administrativas e/ou pedagógicas - que afetam sua prática, a imposição constante de novas diretrizes e a desinformação sobre elas mostram que o sistema escolar rebaixou seu principal componente, o professor, ao nível de executor de tarefas previamente estabelecidas. Assim, os professores, frente à desvalorização da profissão aliada à baixa remuneração e a condições precárias de trabalho como escassez de material didático e salas cheias, recorrem a modos de sobreviver em tais situações como faltar, tirar licença ou adotam estratégias na tentativa de controlar a situação - guiando-se por atitudes, valores, preconceitos e estereótipos que agridem e humilham os usuários da escola, o que pôde ser constatado no cotidiano da escola. Considerando-se que a educação só tem sentido enquanto auto-reflexão crítica, contrapondo-se, portanto à barbárie (Adorno), é necessário a uma proposta de psicologia escolar que seja crítica, que se propicie a reflexão sobre os fatores sociais e políticos causadores das dificuldades vividas na escola em vez de se corroborar com os mesmos, o que contribuiria para uma maior exclusão e estigmatização de alunos e professores.

Palavras-chave: Sala de aula, observações, psicologia.

ISSN 1981-2566

A CONSTRUÇÃO DE UMA PSICOLOGIA CONCRETA DO HOMEM: AS PROPOSIÇÕES DA ESCOLA DE VIGOTSKI E DA TEORIA DE WALLON

Sandro Henrique Vieira de Almeida

Durante o século XX diversas foram as teorias psicológicas elaboradas com o intuito de investigar e explicar a gênese e funcionamento do psiquismo humano. Dentre as diversas elaborações há aquelas que fundaram suas proposições na tradição epistemológica do materialismo histórico e dialético, e assim elaboraram uma psicologia que compreende os homens no desenvolvimento de sua produção material, sendo que as suas relações materiais transformam o seu pensamento e os produtos desse pensamento, ou seja, construíram uma psicologia que entende o homem como um ser ativo, ontogeneticamente social, cujas relações com a realidade objetiva são mediadas pela atividade sendo esta orientada pelas finalidades, assim como determinadas tanto pela experiência passada como pelas perspectivas futuras. Os principais expoentes dessas proposições são Politzer, Séve e Wallon na França, Merani e Lane na América Latina e as três principais escolas psicológicas soviéticas representadas aqui pelos nomes de Vigotski, Rubinstein e Uznadze. Este mini-curso tem como objetivo central discutir, apresentando e debatendo as semelhanças e diferenças, as proposições desenvolvidas pela escola de Vigotski – representada aqui principalmente pelas obras de Vigotski, Luria e Leontiev – e pela teoria elaborada por Wallon. Tal discussão será desenvolvida inicialmente com uma apresentação sobre a epistemologia de referência das proposições francesas e soviéticas, ou seja, o materialismo histórico e dialético, e como as diferentes teorias se apropriaram desta epistemologia. Em continuidade será discutido o desenvolvimento das investigações experimentais nessas perspectivas, para que se possa em seguida tratar das elaborações teórico-prática tanto da produção da escola de Vigotski quanto da produção walloniana, e as principais contribuições e implicações dessas produções para a psicologia e educação brasileiras.Conteúdo:1. fundamentação epistemológica: materialismo histórico e dialético2. desenvolvimento histórico da teoria walloniana e da Escola de Vigotski3. as investigações experimentais4. principais elaborações teórico-práticas das respectivas produções francesa (Wallon) e soviética (Vigotski e continuadores)5. algumas das principais contribuições e implicações dessas produções para a psicologia e educação brasileiras

Palavras-chave: Teorias psicológicas, fundamentação epistemológica, desenvolvimento histórico da teoria walloniana.

ISSN 1981-2566

CRIATIVIDADE E EPILEPSIA: MITOS E TABUS SOBRE ALUNOS EM AMBIENTE ESCOLAR

Sebastião Rogério Gois Moreira

O objetivo deste trabalho é o de desmistificar características equivocadas sobre a criatividade de crianças epilépticas, bem como aspectos de ordem emocional, comportamental e de aprendizagem quando comparadas com outras não epilépticas. A metodologia utilizada aborda aspectos qualitativos e quantitativos, sendo sujeitos da pesquisa um grupo de alunos epilépticos e outro não epiléptico de ambos os sexos, idade variando entre 8 e 15 anos de uma escola pública municipal da região metropolitana de Belo Horizonte – MG, sendo todos oriundos de classe economicamente desfavorecida. Foram utilizados como instrumentos de coleta de dados Teste de Criatividade de Torrance (1966), e Questionário de Características Emocionais / Comportamentais e de Aprendizagem elaborado pelo próprio autor da pesquisa e Ficha de Identificação e Saúde preenchidas pelos pais ou responsáveis pelos alunos participantes da pesquisa. Os Instrumentos foram aplicados individualmente a cada aluno no seu próprio ambiente escolar em sala reservada aprimore pela direção da escola. Concluindo a partir das analises estatísticas utilizando o teste de Spearmam para correlacionar variável de criatividade, aspectos emocinal/comportamental e aprendizagem entre os dois grupos podemos observar, índices mais elevados entre grupos grupos de epilépticos e grupos de não epilépticos, foram: fluência, flexibilidade, perspectivas internas e perspectiva incomum. Quanto a valores de características similares, quando comparadas entre os dois grupos, foram: movimento, elaboração, extensão de limites, contexto, fantasia e títulos expressivos. Quanto aos valores inferiores das características, comparando os dois grupos foram apresentados: originalidade e emoções. Concluindo a partir dos resultados encontrados sobre criatividade entre o grupo de alunos epilépticos e do outro de não epilépticos, pudemos observar uma relação significativa entre, fluência, flexibilidade e originalidade. Quanto as variáveis aprendizagem, e as de ordem emocional/comportamental, pode ser observada uma relação positiva bastante significativa no grupo dos alunos epilépticos, podendo considerar que quanto maior o controle do aspecto emocional do aluno epiléptico, melhor será seu desempenho de aprendizagem acadêmica e sua boa adaptação escolar. Finalizando, podemos considerar que a relação entre as variáveis de aprendizagem e as emocionais/comportamentais, não foram significativas para o grupo de não epiléptico, não acontecendo com o grupo oposto. Portanto, podemos concluir que os alunos epilépticos precisam de muito mais controle sobre suas emoções a fim de melhorar seu rendimento acadêmico, dos que os não epilépticos.

Palavras-chave: Criatividade, Epilepsia, crianças, aprendizagem, escola.

VIII Congresso Nacional de Psicologia Escolar e Educacional
26 a 29 de Abril de 2007
ISSN 1981-2566

ESCOLA DE GENEBRA E A HISTÓRIA DA PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

Regina Helena Freitas Campos
Lilian Erichsen Nassif

Análise dos diálogos entre a Escola de Genebra (Édouard Claparède, Jean Piaget, Helena Antipoff) e a psicologia da educação no Brasil, ao longo do século XX – contribuições e propostas.ConteúdoSerão abordadas as relações entre os pesquisadores oriundos do Instituto Jean-Jacques Rousseau, fundado em 1912 em Genebra como uma das primeiras escolas de ciências da educação na Europa, e o desenvolvimento da psicologia da educação no Brasil. Na perspectiva do Instituto Rousseau, a psicologia seria a principal entre as ciências da educação, por permitir conhecer melhor o educando, foco da educação. Serão analisadas especialmente as contribuições de Édouard Claparéde, Jean Piaget e Helena Antipoff,.

Palavras-chave: Escola de Genebra, psicologia da educação no Brasil, contribuições e propostas.

ISSN 1981-2566

FONTES PARA O ESTUDO DA HISTÓRIA DAS IDÉIAS PSICOLÓGICAS NO SÉCULO XIX NO BRASIL: AS CARTAS PARA A EDUCAÇÃO DE CORA

Nádia Maria Dourado Rocha

José Lino dos Santos Coutinho (1784-1836) foi um estadista, médico, professor e político baiano. Estudou medicina na Universidade de Coimbra. Representando a Bahia, foi um dos 72 brasileiros eleitos deputados do Brasil para participar, no ano de 1822, em Lisboa das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, que transformaria o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves de monarquia absoluta à monarquia constitucional. Junto com outros poucos brasileiros opõe-se às medidas colonizadores de lusitanas, que o obrigou a exilar-se em Londres (UFBA, s.d.). De volta ao Brasil, foi Deputado Geral do Império por duas legislaturas, fazendo constante oposição ao imperador D. Pedro I. Interessado por questões de instrução pública, integrou a comissão que realizou trabalhos sancionados em lei de 15/10/1827, considerada por PEIXOTO (1946) como única manifestação nacional pela instrução popular. Nomeado conselheiro e médico honorário do imperador d. Pedro I, conciliou esta função com a de deputado. Ocupou a pasta da Justiça após a abdicação de D. Pedro I (1831-1833).(Campos, 2001). Foi o primeiro diretor oficial da Faculdade de Medicina da Bahia – FAMEB. Em 1821 teve uma filha, fruto de relação extra-conjugal com a poetisa Ildefonsa Laura César. Ele assumiu a educação de Cora, que foi criada por uma preceptora, de identidade ignorada. Escreveu Lino mais de quarenta cartas, ques foram postumamente publicadas, em 1849, sob o título Cartas sobre a educação de Cora. Na avaliação de PEIXOTO (1946), a proposta de educação de Cora é muito mais liberal e útil que a de Sofia, personagem de Jean-Jacques Rousseau. Consistia de orientações referentes à formação de atitudes e ausência de castigo corporal. A educação assim conduzida pela preceptora, ainda anônima, foi altamente eficaz, tendo sido Cora ancestral de importante família. Casada com Francisco Pereira Sodré - agraciado com o título de Barão de Alagoinhas, tendo sido mãe de onze filhos, um dos quais foi Presidente da Província de Sergipe.

ISSN 1981-2566

CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTORIOGRAFIA DA PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO: OS ESTUDOS BIBLIOGRÁFICOS

Mitsuko Aparecida Makino Antunes

Muitas são as fontes possíveis para os estudos em História da Psicologia. O estudo de publicações, particularmente de livros, tem sido uma importante fonte de investigação nesse campo. Particularmente para a pesquisa sobre a História das relações entre Psicologia e Educação no Brasil, o estudo de publicações tem fornecido elementos muito ricos para a compreensão dos conteúdos aqui veiculados, apontando para teorias, autores, conceitos e articulações teóricas entre a área da Psicologia e o campo da Educação; por essa via, tem sido possível compreender importantes elementos do ensino dessa ciência nas Escolas Normais e, posteriormente, nos Cursos de Pedagogia e Filosofia, bases para a formação de psicólogos, mais tarde, já nos cursos específicos de Psicologia; também é possível proceder-se à análise da produção e formas de reprodução do conhecimento na área; embates teóricos em busca de hegemonia conceitual e prática; a presença da Psicologia na prática educacional e pedagógica e suas conseqüências para a educação e para o pensamento educacional brasileiro etc. Tais estudos exigem opção e rigor metodológicos, que devem dar base aos procedimentos específicos de busca e identificação, seleção, formas de organização e sistematização dos conteúdos, análise e interpretação das obras, procedimentos estes que devem ser pautados em necessárias articulações com a Psicologia em geral e com o momento e condições sócio-históricas em que tais produções são concretizadas, com vistas a compreendê-las como totalidade histórico-social.

ISSN 1981-2566

O ESTADO DA ARTE DA PESQUISA EM HISTÓRIA DA PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

Regina Helena Freitas Campos

A pesquisa em história da psicologia da educação teve um desenvolvimento consistente no Brasil nos últimos anos. Este desenvolvimento tem sido potencializado com a institucionalização de grupos de pesquisa na área da história da psicologia em diversas universidades brasileiras, e com o aumento da produção científica por programas de pós-graduação com linhas de pesquisa voltadas para os estudos historiográficos. O campo da psicologia da educação tem sido especialmente explorado, tendo em vista a forte conexão, apontada por diversos autores, entre a expansão dos modernos sistemas de ensino de massa e o surgimento dos primeiros ensaios de aplicação da moderna psicologia cientifica na solução de problemas sociais e educacionais, especialmente a partir de meados do século XIX, na Europa, e nas primeiras décadas do século XX, no continente americano. No Brasil, a história da psicologia da educação tem sido objeto de estudos desde os anos de 1950, quando se iniciaram os trabalhos que documentavam o progressivo estabelecimento de instituições dedicadas à aplicação dos conhecimentos da moderna psicologia científica no contexto educacional. Mais tarde, durante os anos de 1980, surgiram os primeiros estudos críticos, a partir dos trabalhos pioneiros de Maria Helena de Souza Patto e Silvia Leser de Melo, com o objetivo de apontar os problemas decorrentes da aplicação indiscriminada dos conceitos e teorias psicológicos a questões geradas pelo sistema de ensino contraditório e excludente que se instalou no país. Nos últimos anos, novos estudos tem sido feitos, buscando analisar com maior precisão os problemas apontados nesses estudos críticos, e os efeitos sociopsicológicos e culturais provocados por diferentes utilizações feitas por psicólogos e educadores dos conhecimentos gerados pela psicologia científica. Sabemos hoje que a ciência não é única, e que o avanço científico opera por meio do debate entre perspectivas rivais. Neste projeto, a evolução dessas diferentes perspectivas será focalizado, visando determinar em que medida a pesquisa histórica tem contribuído para se compreender melhor as relações entre psicologia e educação no Brasil.

ISSN 1981-2566

HISTÓRIA DA PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL

Mitsuko Aparecida Makino Antunes

Pretende-se apresentar um quadro das relações que se estabeleceram entre educação e idéias psicológicas (conhecimentos produzidos antes do reconhecimento da psicologia como ciência autônoma) e psicologia no Brasil, com a finalidade de demonstrar em que situações e frente a que demandas o conhecimento e a prática psicológicos são chamados, as respostas que foram dadas, os interesses a que estavam elas vinculadas e suas contradições. Serão abordadas, resumidamente, as produções relativas ao período colonial e século XIX, com a finalidade de demonstrar os temas e as preocupações próprios da época, procurando identificar suas articulações com os interesses dominantes e suas contradições. Serão abordados, a seguir, o momento em que a psicologia gradativamente conquista seu reconhecimento como área específica de conhecimento, tendo a educação como seu principal alicerce, vinculada sobretudo à emergência das idéias escolanovistas, manifestando-se no ensino, na produção de obras escritas e reformas educacionais da década de 1920; a consolidação da psicologia como ciência e profissão, que tem na educação a mais ampla base para seu desenvolvimento, assim como se torna ela o principal fundamento da prática pedagógica, baseada principalmente na utilização de testes e no conhecimento relativo à aprendizagem e ao desenvolvimento; a regulamentação da profissão de psicólogo e a maneira como se constitui, com base no desenvolvimento anterior, a prática da psicologia escolar. Pretende-se discutir, a partir desses elementos, as contradições que permearam a relação entre psicologia e educação no Brasil, as críticas a esse processo e as tentativas de superação, com o objetivo de se produzir uma psicologia, como ciência e profissão, comprometida com uma educação efetivamente democrática, que garanta a todos o acesso ao conhecimento acumulado pela humanidade ao longo de sua história.

ISSN 1981-2566

HISTÓRIA E MEMÓRIA DA PSICOLOGIA

Carmem Silvia Rotondano Taverna
Andréia Garbin
Janaína Cristina Barêa

Implantado pelo CRP de São Paulo, desde 1999, o Projeto História e Memória da Psicologia tem por objetivo registrar o desenvolvimento da Psicologia brasileira, contribuindo na construção da identidade do psicólogo brasileiro. Ao resgatar a memória dessa área, preservá-la e compreendê-la como construção histórica, busca encontrar as concepções que a fundamentam em suas bases teóricas e metodológicas e as relações que estabelecem com a sociedade brasileira e, portanto, construir novos conhecimentos, na perspectiva de ampliar o campo de reflexão sobre a função social do psicólogo; dos seus limites e das suas potencialidades. Este Projeto é composto por: Projeto Memória da Psicologia em São Paulo e Linha do Tempo da Psicologia Brasileira. (1) Com o objetivo de estabelecer bases para uma ampla pesquisa sobre o desenvolvimento da Psicologia, o Projeto Memória da Psicologia em São Paulo produz documentários em vídeos, registrando a trajetória de alguns psicólogos pioneiros paulistas, bem como de diferentes áreas da psicologia. Inaugura a série de vídeos Imagens de Magui – apresentando a trajetória profissional da psicóloga Maria Margarida Moreira Jorge de Carvalho, seguindo: Pioneiro da Psicologia do Esporte, João Carvalhaes; Betti Katzentein, uma psicóloga do século XX; A Psicologia no Serviço Público em Campinas – Reflexos da História e o documentário sobre a trajetória profissional de Aniela Meyer-Ginsberg. Até o momento, o CRP São Paulo lançou os vídeos temáticos: História da Psicologia Jurídica em São Paulo e História da Psicologia Hospitalar em São Paulo.A pesquisa para cada produção seguiu o procedimento de coleta de depoimentos orientados por pesquisa inicial sobre o material existente a respeito do personagem ou tema pesquisado; de pesquisa documental, iconográfica e bibliográfica; de pesquisa para contextualização histórica. O material coletado foi organizado em fichas de identificação de catalogação de documentos, fotos e objetos e da bibliografia consultada. Os documentos em vídeos têm em média 40 minutos, envolvendo depoimentos, imagens ilustrativas, imagens gravadas em ambientes de vivência dos psicólogos pesquisados. (2) O Projeto Linha do Tempo da Psicologia Brasileira – 1ª etapa (1830 a 1965) tem por objetivos registrar, em mídia eletrônica (www.crpsp.org.br/linha) a Psicologia brasileira, estabelecer bases para uma ampla pesquisa sobre seu desenvolvimento e, contribuir para a construção de novos conhecimentos. É o produto resultante de pesquisa sobre os acontecimentos, cientificamente reconhecidos como importantes para o desenvolvimento da Psicologia no Brasil e, sobre alguns dos personagens que os protagonizaram, apresentados na forma de verbetes. Respeitando a perspectiva histórica, enfatizou-se, em relação ao tempo, a ordem cronológica dos acontecimentos e as datas de nascimento, ou de nascimento e morte dos personagens. Em relação ao espaço, e, na perspectiva de apresentar a História da Psicologia no Brasil, destacamos as cidades e/ou estados nos quais os fatos ocorreram, o local de nascimento dos personagens a eles envolvidos, além do local de formação e dos órgãos e/ou entidades nos quais trabalharam. Nos verbetes biográficos, ainda, destaca-se a área de formação dos personagens, com o objetivo de apontar a importância de diferentes formações e especialidades, no desenvolvimento da psicologia brasileira.

Palavras-chave: Memória da psicologia, história da psicologia no Brasil, produção de vídeo documentário.

ISSN 1981-2566

PRIMÓRDIOS DA PSICOMETRIA NO BRASIL: O LABORATÓRIO DE PEDAGOGIA EXPERIMENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Carla Mercês da Rocha Jatobá Ferreira

Consideramos como um marco no surgimento da psicometria no Brasil a inauguração do Laboratório de Pedagogia Experimental, na Escola Normal de São Paulo, em 1914. Outro evento posterior ao aparecimento do Laboratório foi a publicação do livro "Os testes para a medida do desenvolvimento da intelligencia, nas crianças"- da autoria de Alfred Binet e Théodore Simon, traduzido pelo professor Lourenço Filho, em 1929.De maneira semelhante ao ocorrido na França durante os primeiros anos de expansão do ensino primário e público, quando diante do fracasso de crianças diante das aprendizagens iniciais (leitura, escrita e cálculo), autoridades do sistema educacional, influenciados por ideais psicológicos e avaliativos vigentes, passam a desconfiar das possibilidades de aprendizagem de um número significativo de crianças. Pesquisadores brasileiros também assinalam que a deficiência mental ganhou, no Brasil, um novo estatuto com a expansão da escolarização primária e pública no período republicano.Sabemos que o início da República caracteriza-se como um período cheio de contradições. Entretanto, entusiasmado pelo desenvolvimento da cafeicultura e da industrialização, o governo buscava disseminar ondas de otimismo, confiança e certeza na população.A população-vítima de um crescimento desorganizado e sofrendo com a ausência de infra-estrutura básica nas cidades que se avolumavam- passa a ser alvo de políticas médicas, fundamentadas em princípios higienistas, e justificadas através da necessidade de 'organização e disciplina'. Vemos o surgimento de mecanismos de controle social através de preceitos científicos (imposição de modelos e naturalização de padrões morais).A escola entra em cena como uma instituição vinculada ao projeto de educação do povo, envolvendo ideais regenerativos e dominadores. Assinalamos que a Psicologia como ciência chega ao país referendada por questões escolares para as quais, utilizando-se do seu aparato teórico e instrumental, procuraria oferecer suporte científico.O Laboratório de Pedagogia Experimental da Escola Normal da cidade de São Paulo tem seu aparecimento enlaçado ao contexto acima mencionado. A busca por ideais de cientificidade (comparação e classificação) já se fazia presente no cenário educacional brasileiro. Portanto, a inauguração e o funcionamento do Laboratório nos trouxe a comprovação que concepções psicométricas relativas ao medir, quantificar e classificar propostos pela psicologia cientifica às escolas seriam procedimentos esperados por nossas autoridades educacionais como também por alguns professores da época.O Laboratório, após seu primeiro ano de funcionamento, convida um especialista estrangeiro, o professor Ugo Pizzoli, da Universidade de Modena para iniciar nossos professores na 'tarefa da pesquisa e avaliação com uso de instrumentos'. Ressaltamos que a inauguração e funcionamento do Laboratório, como também de todo o aparato técnico-científico que o envolvia, representam fatos históricos muito significativos na introdução da psicometria no Brasil.

Palavras-chave: Psicometria, laboratório, testes, inteligência.

ISSN 1981-2566

A BIOGRAFIA COMO MÉTODO DE ESTUDO DA HISTÓRIA DA PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO: O CASO DE HELENA ANTIPOFF

Érika Lourenço

Na história da psicologia da educação no Brasil,uma das figuras de grande destaque é Helena Antipoff. Russa de nascimento e com formação na França e Suíça, Helena Antipoff veio para o Brasil no final da década de 1920, a convite do governo do estado de Minas Gerais. Figura ativa na implantação da reforma que então se fazia no ensino mineiro, a educadora e psicóloga russa envolveu-se não só nas atividades de ensino e pesquisa para as quais fora contratada, mas também em atividades relacionadas à educação especial e à educação rural. A pesquisa aqui apresentada teve como objetivo investigar a psicologia da educação presente na obra de Helena Antipoff. As fontes usadas para a pesquisa foram principalmente os documentos deixados por Helena Antipoff, muitos dos quais inéditos. Esses documentos permitiram a compreensão não só do pensamento e da obra da autora em psicologia da educação, como também a compreensão dos contextos científico e social nos quais se inseriu nos diferentes momentos de sua atuação profissional. A psicologia da educação antipoffiana pode ser dividida em três grandes momentos: formação e primeiras experiências profissionais; atuação como professora de psicologia da educação no Brasil; e, propostas de assistência aos excepcionais. O primeiro momento foi marcado pela presença da psicologia funcional e das idéias escolanovistas difundidas pelo Instituto Jean Jacques Rousseau onde se formou e iniciou sua vida profissional. Nesse momento também se deram suas experiências profissionais na Rússia pós-revolução e na Alemanha. O segundo momento se iniciou com a vinda da psicóloga para o Brasil. No contexto do ensino da psicologia da educação na Escola de Aperfeiçoamento de Professores de Belo Horizonte, divulgou as idéias da escola nova genebrina e orientou as professoras mineiras na realização de pesquisas em psicologia da educação. Defendeu e divulgou a importância de se conhecer os principais aspectos do funcionamento psicológico da criança antes de se apresentar qualquer proposta educacional. O terceiro momento, em parte, sobrepõe-se temporalmente ao segundo e resultou do contato de Helena Antipoff com a realidade escolar brasileira. Identificando problemas relacionados à educação e tratamento de crianças com necessidades educacionais especiais nas escolas públicas mineiras, nesse momento, dedicou-se à aplicação da psicologia da educação à educação especial, fez a crítica do uso indiscriminado dos testes psicológicos e passou a defender a importância do meio sócio-cultural para os processos de desenvolvimento das crianças excepcionais. Percebeu-se que a trajetória de Helena Antipoff na psicologia da educação pode ser equiparada à própria trajetória do desenvolvimento desta área: formou-se no mesmo período em que, na Europa a psicologia da educação se configurava como área aplicada da psicologia; teve suas primeiras experiências profissionais e realizou suas primeiras pesquisas em psicologia da educação no mesmo momento em que a área se firmava como portadora de certa autonomia com relação à psicologia; e, finalmente, partiu para a produção de novos conhecimentos na área no mesmo momento em que autores como Piaget e Vigotsky criticavam as principais abordagens existentes em psicologia da educação e sobre os processos de aprendizagem e elaboravam suas propostas.

ISSN 1981-2566

A INFLUÊNCIA DE ATIVIDADES DE NATUREZA METATEXTUAL SOBRE O DESENVOLVIMENTO DA ESCRITA DE HISTÓRIAS POR CRIANÇAS:

Sulamita Pires Ferreira
Jane Correa

A habilidade de escrita, dentre outros fatores, está relacionada à nossa familiaridade com o gênero ao qual nosso texto estaria vinculado. Dar às crianças exemplos e oportunidades de refletir sobre a estrutura narrativa de um determinado gênero textual pode influenciar a capacidade da criança de formular textos deste gênero. Dentro desta perspectiva, foi realizado um estudo de intervenção onde crianças tiveram acesso a exemplos de histórias prototípicas e também a oportunidade de refletir sobre as principais características deste gênero textual. Participaram deste estudo 73 crianças de 1ª e 2ª séries, divididas em três grupos: um de controle e dois de intervenção. Os grupos de intervenção realizaram um pré-teste, atividades de intervenção e um pós teste. Como pré-teste, foi pedido inicialmente às crianças que escrevessem uma história inventada por elas. As histórias foram classificadas em cinco categorias: uma referente à textos que não fossem histórias e outras quatro categorias relacionadas a níveis crescentes de complexidade no domínio pela criança das convenções de escrita de história. Foram tomadas como referência as categorias de análise presentes na literatura, especificamente aquelas descritas por Lins e Silva e Spinillo (2000) e Rego (1986). As intervenções foram realizadas na própria escola. A título de pós-teste, cerca de vinte dias após a série de quatro intervenções para os grupos experimentais, foi pedido, a todas as crianças que escrevessem uma história inventada por elas mesmas. Analisando-se os resultados é possível perceber que dar instruções explícitas às crianças acerca da estrutura narrativa de histórias parece ser uma boa forma de ajudá-las na produção de histórias mais elaboradas, corroborando as evidências obtidas por Ferreira e Spinillo (2003), quando nos mostra que a realização de atividades de natureza metatextual auxiliaria: a) o desenvolvimento do esquema narrativo de histórias e b) as atividades de natureza metatextual produzem bons resultados sobre a produção de histórias por crianças tanto em contextos experimentais quanto em contextos de intervenção realizados em condições similares as de sala de aula, ndependente das crianças serem assistidas de forma individual ou em grupo, atividades de natureza metatextual são instrumentos eficazes no desenvolvimento da habilidade da criança em produzir histórias seja oralmente ou por escrito. A capacidade de produzir histórias avança com o decorrer da idade e da escolaridade (Spinillo & Simões, 2003). Tudo indica que a maioria das crianças que freqüentam regularmente a escola atingirá um bom domínio do esquema narrativo. No entanto, acreditamos que as atividades de reflexão como as realizadas nos contextos de intervenção descritos acima possam acelerar este processo como também aprimorá-lo. As atividades de natureza metatextual seriam atividades que poderiam ser usadas também com crianças que encontram dificuldades relacionadas à escrita de histórias.

Palavras-chave: Produção de textos, habilidade metatextual, intervenção.

ISSN 1981-2566

A ARGUMENTAÇÃO ESCRITA E SEU JULGAMENTO POR CRIANÇAS: UM ESTUDO SOBRE A AVALIAÇÃO DO TEXTO ARGUMENTATIVO

Ana Lucia Sampaio Ferreira Gomes
Jane Correa

A argumentação consiste em um discurso oral ou escrito que apresenta um conjunto de estratégias lingüísticas cuja função é desenvolver um debate de forma ordenada e coerente, visando modificar a opinião do interlocutor a respeito do problema discutido. A natureza dialética do texto argumentativo permite o enfoque de temas com múltiplas perspectivas viabilizando o confronto de idéias de forma a garantir a dinâmica textual entre os participantes do discurso. A estrutura argumentativa é formada por dados que se coordenam, através do uso de recursos lingüísticos, de modo a sustentar, refutar e negociar o ponto de vista, implicando um processo de sucessivas regulações, tendo a persuasão como objetivo. O corpo textual é composto por três partes: introdução, onde a questão é apresentada indicando o posicionamento do autor; desenvolvimento, composto por argumentos que visam sustentar a questão desenvolvida, atribuindo a ela, credibilidade; e conclusão, onde se retorna à questão problematizada, enfatizando seus aspectos mais relevantes. Quando o texto argumentativo se apresenta oralmente a presença física do interlocutor faz com que a interação entre os participantes do discurso ocorra diretamente e de forma colaborativa, permitindo ao locutor reorganizar seu discurso, rever seus conceitos, acertar o que for preciso no texto para validar sua concepção. Por outro lado, na argumentação escrita há a materialização do discurso onde a presença do interlocutor se manifesta através de antecipações de possíveis objeções às idéias apresentadas. Essa diferença quanto à ausência/presença do interlocutor marca o antagonismo entre a argumentação oral e escrita, no que diz respeito à sua construção e desenvolvimento. A argumentação sob a forma de um texto argumentativo escrito compreende um processo mais complexo comparativamente à oralidade, ocorrendo a partir dos 10 anos, na sua forma básica. Em contrapartida, desde cedo, (4/5 anos), as crianças são capazes de argumentar oralmente usando argumentos mínimos, compostos por apenas um ponto de vista seguido de justificativa. Este trabalho examinou como crianças da 1ª a 4ª série julgam o texto argumentativo escrito comparativamente a outras tipologias, a partir da função persuasiva que a argumentação desempenha. Foram apresentados às crianças cinco tipos de textos diferentes, sendo apenas um deles argumentativo. Elas deveriam escolher qual dos textos foi o melhor para fazê-las entender que não poderiam brigar na escola e, posteriormente, escolher qual seria melhor para fazer com que outra criança entendesse que também não poderia brigar na escola. Os resultados indicaram que as crianças não levaram em conta a forma como os textos se apresentam, não importando para elas a estrutura que o texto possuía. A função persuasiva foi atribuída a trechos dos textos que apresentavam relação com os valores das crianças. Esses trechos eram transformados em argumentos para compor as justificativas. O trabalho oral com os segmentos dos textos indica a possibilidade e a necessidade de se trabalhar com textos argumentativos a partir das séries iniciais do ensino fundamental. (CNPq).

Palavras-chave: Argumentação, escrita, texto.

ISSN 1981-2566

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: PARA ALÉM DO VOVÔ VIU A UVA

Sérgio Antônio da Silva Leite

Nos últimos meses, a questão da Alfabetização escolar tem sido discutida na mídia como um problema de opção metodológica entre os defensores da abordagem, construtivista e os defensores do chamado método fônico. Neste depoimento, pretende-se desenvolver os seguintes argumentos: a) o processo de Alfabetização escolar passou, nas últimas duas décadas, por profundas alterações teóricas e metodológicas; b) tais mudanças foram motivadas por fatores sociais, econômicos e culturais; c) nenhuma teoria psicológica ou lingüística constitui-se como uma proposta pedagógica na área, embora seja indiscutível o caráter multideterminado do processo de Alfabetização escolar; d) não é possível, atualmente, discutir e desenvolver o processo de Alfabetização escolar desvinculado do processo de Letramento, razão pela qual o retorno do vovô viu a uva caracteriza-se como um retrocesso inaceitável; e) o papel do professor na mediação pedagógica entre o sujeito (aluno) e o objeto de conhecimento (escrita) é fundamental, defendendo-se, porém, que o processo de Alfabetização escolar deve ser assumido como uma tarefa coletiva pelo corpo docente; f) a Alfabetização escolar não é um processo neutro do ponto de vista político e ideológico; g) a Psicologia (e o psicólogo) tem uma inegável contribuição para o processo.

ISSN 1981-2566

ALUNOS COPISTAS: UMA ANÁLISE DO PROCESSO DE ESCRITA A PARTIR DA PERSPECTIVA HISTÓRICO-CULTURAL

Giuliana Carmo Temple

Esta pesquisa visa ampliar o conhecimento no campo da Psicologia Escolar e Educacional a respeito do processo de escolarização das crianças das classes populares. Para tanto, centra-se na constatação de um fenômeno presente no dia-a-dia do processo de aquisição da escrita das crianças das séries iniciais das escolas públicas paulistas. Trata-se do "aluno copista", ou seja, aquele que somente copia atividades de escrita sem, no entanto, compreender de fato o sentido do que está escrevendo. O objetivo dessa pesquisa é analisar como esse fenômeno se constitui na vida escolar desses alunos e que sentido a escrita adquire para este grupo de alunos copistas, a partir de uma perspectiva histórico-cultural. Propusemo-nos a observar as práticas pedagógicas referentes às solicitações de escrita no contexto escolar, bem como realizar a reconstrução do percurso escolar dos alunos copistas. Utilizamos a abordagem etnográfica como perspectiva teórico-metodológica no campo da psicologia da educação. Partimos de concepções teóricas críticas no campo da Psicologia Escolar e Educacional para entender a vida diária escolar desses alunos, o contexto escolar em que tais situações de aprendizagem são produzidas, e analisamos esta produção à luz da concepção de Luria a respeito da apropriação da escrita pela criança. Durante o ano letivo de 2005, realizamos observações participantes na sala de aula e em outros espaços da escola, entrevistas com os alunos, professoras e diretora, bem como análise dos cadernos que os alunos utilizavam em sala de aula, acompanhando as atividades escolares de quatro alunos da terceira série do Ensino Fundamental. Dentre os aspectos analisados, destacamos: a) a organização das atividades pedagógicas, b) a presença de uma professora substituta, c) os alunos convivendo com o adoecimento da professora, d) as solicitações de escrita, e) as explicações sobre o processo de alfabetização, f) as práticas pedagógicas produzindo alunos copistas e a identificação das marcas subjetivas e, g) o interesse dos alunos copistas pelas atividades pedagógicas. Constatamos que o percurso escolar desses alunos foi marcado pela exclusão em sala de aula, visto que pouco ou nada se lembravam dos dois anos escolares precedentes. No contexto da sala de aula, a cópia ocupava espaço de destaque dentre as atividades propostas, indo muito além de suas funções auxiliares no processo de aquisição da escrita. Embora o contexto concreto do processo de alfabetização tenha afastado essas crianças do significado do trabalho pedagógico, principalmente pela ausência dos motivos que levam à escrita, havia um interesse visível desses alunos para o aprendizado. Por fim, consideramos que a prática da cópia esvaziada de significado não possibilita a apropriação da linguagem escrita e muito menos a formação de sentido pessoal. Entendemos que para reverter esta realidade e possibilitar que os alunos copistas aprendam a escrever, é preciso um comprometimento político e uma prática intencional do professor alfabetizador com os estudos referentes à apropriação da linguagem escrita, visando superar práticas pedagógicas inconsistentes e empíricas, bem como a melhoria das condições de funcionamento e de estrutura do espaço escolar e do trabalho de seus profissionais.

Palavras-chave: Psicologia escolar, educação básica, alfabetização, psicologia histórico-cultural, etnografia.

ISSN 1981-2566

AVALIAÇÃO EXPLORATÓRIA DA COMPREENSÃO EM LEITURA COM A TÉCNICA DE CLOZE

Lucicleide Maria de Cantalice
Katya Luciane Oliveira

Avaliação exploratória da compreensão em leitura com a técnica de ClozeA leitura como instrumento de comunicação assume importante papel na vida das pessoas, como possibilidade de alcançar metas pessoais e sociais. Todos os níveis educacionais das sociedades letradas envolvem o comportamento de ler, sendo que a compreensão em leitura representa uma importante habilidade principalmente para o ensino superior, considerada a última etapa de escolarização formal. Nessa direção, o objetivo deste estudo foi realizar uma investigação exploratória visando levantar a compreensão em leitura de universitário por meio da técnica de Cloze. Participaram 24 estudantes universitários de uma universidade particular do estado de São Paulo. A média de idade foi de 23 anos e seis meses (Dp=3,1). A idade mínima foi de 20 anos e a máxima 33. O gênero feminino foi predominante na amostra (87,5%; n=21). Para a coleta de dados utilizou-se um texto preparado segundo a técnica de Cloze em sua versão tradicional no qual se omite todos os quintos vocábulos do texto. O texto continha 46 omissões. A aplicação ocorreu de forma coletiva, em uma única sessão que durou aproximadamente trinta minutos. A coleta ficou condicionada ao consentimento do participante na investigação. Os dados indicaram que a média de acertos no Cloze foi de 23, 6 pontos (Dp=4,7). A pontuação mínima foi de 20 pontos e a máxima 33. Constatou-se que 25% (n=6) da amostra obtiveram de 11 a 20 pontos. 33,3% (n=8) acertaram de 21 a 24 pontos. 41,6% (n=10) acertaram de 26 a 31 pontos. Tais resultados indicam que a média de acertos foi igual à metade de acertos possíveis (23 pontos). Considera-se que tal média de acertos tenha sido positiva, considerando também que a maior parte dos participantes, isto é 41,6%, acertaram na faixa de 26 a 31 pontos. Contudo, há que se ressaltar que o teste por apresentar 46 omissões a pontuação poderia variar de 0 a 46, assim nenhum estudante conseguiu atingir a pontuação máxima ou superior a 31 pontos. Nesse sentido, também se considera que a compreensão em leitura desses jovens mereça mais atenção, visto que é por meio dessa habilidade que a aprendizagem se concretiza, especialmente, por se tratar de um curso que apresenta muitos conteúdos teóricos específicos à formação de psicólogo. Além disso, a leitura deve fazer parte da construção do profissional, havendo necessidade do professor instrumentalizar os seus alunos na aproximação com os textos, na seleção de informações significativas e na postura crítica e criativa do bom leitor.

Palavras-chave: Compreensão em leitura, universitários, técnica de Cloze.

ISSN 1981-2566

AS IMPLICAÇÕES AFETIVAS DO ERRO PARA A REVISÃO E ESCRITA EM BRAILLE

Clarissa de Arruda Nicolaiewsky
Jane Correa

A capacidade de tomarmos consciência de quem somos é constituída no contexto das relações interpessoais estabelecida ao longo do desenvolvimento. Ao entrar na escola, um novo papel é reservado à criança, sendo novas expectativas estabelecidas sobre seu desenvolvimento. O aprendizado da escrita representa um momento crucial da iniciação da criança no processo de escolarização além de requisito fundamental para o sucesso acadêmico, pois é primordialmente através da leitura e da escrita que o saber é veiculado pela escola. Na escrita de textos, a criança se depara com mais freqüência com a presença de erros em suas produções escolares. Em realidade, o erro está presente em qualquer processo de aprendizagem, dentro ou fora da escola. Contudo, o erro geralmente não é visto no contexto escolar como parte integrante e imprescindível do processo de aprendizagem. Pelo contrário, deve ser apagado e evitado. Assim os aprendizes, ao se depararem a cada vez com seus próprios erros os tomarão como sinais de seu próprio fracasso. Para alunos cegos esta questão se torna ainda mais complexa. O Sistema Braille possui especificidades que o tornam mais difícil de ser aprendido. Suas características incitam uma maior propensão a erros, além da dificuldade que é para o aprendiz apagar os erros de sua produção escrita. É fundamental, portanto, que a criança cega estabeleça uma relação positiva com o erro para que sua ocorrência não afete o conceito que faz de si mesma como aprendiz. Nosso objetivo é o de relatar intervenções psicopedagógicas que possibilitem a construção de uma relação com o erro através da qual a criança possa refletir e aprender com o mesmo. Descreveremos, como estudo de caso, o percurso de uma criança cega na revisão de sua própria produção textual nas Oficinas de Leitura e Escrita, projeto de pesquisa-intervenção realizado com apoio da FAPERJ e do CNPq. O processo de revisão de texto assume um caráter metatextual, pois demanda a reflexão sobre as operações a serem realizados sobre o texto para editá-lo. Para o sucesso deste processo, é imprescindível a reflexão a ser realizada pela criança sobre os próprios erros. Maria (nome fictício), 12 anos, demonstrava insegurança e ansiedade ao errar, duvidando de seus conhecimentos, o que se tornava um obstáculo para sua produção escrita em Braille. Minimizando a reação afetiva de Maria no momento de revisão, inicialmente foram realizadas diferentes atividades de revisão sobre a produção textual de uma criança imaginária, com erros semelhantes aos que Maria produzia em sua própria escrita. Paralelamente, foram realizadas atividades de leitura e reescrita de texto narrativos, com a discussão de sua estrutura e organização bem como atividades de reordenação, finalização e produção de histórias, sem que sobre tais atividades incidisse qualquer proposta de revisão. Desta forma, Maria pode reconstruir sua relação com o erro para, então, passar a revisar espontaneamente seus próprios textos, tornando-se mais confiante e reflexiva em relação ao seu aprendizado.

Palavras-chave: Braille, revisão textual, escrita.

ISSN 1981-2566

A PRODUÇÃO DE TEXTOS NARRATIVOS E O ENSINO DE ESTRATÉGIAS DE APRENDIZAGEM

Elis Regina da Costa

A presente investigação, de natureza exploratória e quase experimental, teve como um dos objetivos verificar a ocorrência de mudanças, na articulação de idéias no texto narrativo em crianças submetidas a uma intervenção em estratégias de produção de textos. Investigações nesta área no Brasil são escassas.A amostra total foi constituída por 35 participantes da 6ª série de uma escola pública da cidade de Catalão, Goiás, dos quais 18 pertenciam ao grupo experimental e 17 ao grupo controle, com faixa etária de 11 a 16 anos, provenientes de camadas sociais desfavorecidas. A composição dos grupos se deu por meio de sorteio. O estudo foi desenvolvido em 3 etapas: pré-teste, intervenção e pós-teste. Foi solicitado aos alunos que escrevessem um texto narrativo, individualmente, antes e após a intervenção ser realizada. Analisou-se os textos produzidos por cada aluno, pontuando-os em relação a 4 categorias hierárquicas que combinavam estrutura do texto e articulação de idéias. Entendeu-se por articulação à habilidade do aluno em integrar os elementos básicos de uma narrativa, (personagens, cenários, tempo, enredo, problema, conclusão e emoções) com as idéias que ele pretendia expressar e desenvolver no texto, estabelecendo nexos entre as partes do texto e suas idéias. Atribuiu-se a cada texto, notas que variaram de 1 a 4, sendo 4 a melhor pontuação. Em termos de hierarquia, as categorias variaram de História estruturalmente incompleta– articulação pobre (Categoria 1) à História completa – bem articulada (Categoria 4). Verificou-se, no pré-teste, que os alunos dos dois grupos eram comparáveis quanto desempenho na escrita de textos e em outras variáveis de interesse. A análise de variância para medidas repetidas demonstrou ausência de diferença significativa na comparação entre os grupos controle e experimental ($F(1,33)=0.07$; $p=0.798$). Contudo, os dados demonstraram diferenças altamente significativas na comparação entre tempos ($F(1,33)=8.14$; $p=0.007$) e no efeito da interação grupo versus tempo ($F(1,33)=8.14$; $p=0.007$) para o grupo experimental. Mudanças qualitativas expressivas ocorreram. Constatou-se que 11 (61,1%) participantes num total de 18 (100%) do grupo experimental passaram de uma categoria inferior para uma superior, 38,8% (7) alcançaram o nível máximo (categoria 4), e nenhum piorou. Já no grupo controle, dos 17 alunos, somente 5 (29,4%) apresentaram mudança de uma categoria inferior para uma superior, 23,5% (4) passaram de uma categoria superior para uma inferior, e 47% (8) se mantiveram na mesma categoria. Não houve passagem de um nível superior para um nível inferior por parte dos participantes do grupo experimental. Tais dados foram confirmados ao se analisar a evolução do desempenho dos alunos do pré para o pós-teste por meio do teste exato de Fisher ($p=0.043$). Observou-se, também, no transcorrer do pré para o pós-teste, que os alunos do grupo experimental que mais melhoram foram os mais velhos e os repetentes. Acredita-se que a intervenção realizada possa ter representado uma oportunidade diferenciada de aprendizagem para esses alunos. Essa tendência não foi observada entre os integrantes do grupo controle.

Palavras-chave: Ensino de estratégias de aprendizagem, textos narrativos, intervenção psicopedagógica.

ISSN 1981-2566

AS ESTRATÉGIAS METACOGNITIVAS DE LEITURA FACILITANDO A COMPREENSÃO

Janete Aparecida da Silva Marini
Lucicleide Maria de Cantalice

A leitura está presente nos vários níveis educacionais das sociedades letradas, propiciando ao homem prazer, aprendizagem e busca de desenvolvimento. É um comportamento complexo e multideterminado que leva as pessoas ao desenvolvimento pessoal e social, sendo considerada como uma importante habilidade para qualquer indivíduo na sociedade atual. Considerando que um dos propósitos da leitura na escola é construir significado, o leitor pode aprender a adaptar e a usar estratégias de leitura de acordo com o tipo e a complexidade do texto a ser lido. O ensino assume grande importância na eficácia da aprendizagem e utilização das estratégias de leitura. Existem muitas pesquisas enfatizando a necessidade do ensino, uma vez que para os alunos compreenderem um texto e usarem estratégias de leitura, necessitam conhecer quais estratégias podem usar, como, quando, onde e por quê usá-las.As estratégias cognitivas levam o sujeito a um objetivo cognitivo, enquanto que as estratégias metacognitivas tem como objetivo avaliar a eficácia das primeiras. Por exemplo, algumas vezes realizamos uma leitura lenta simplesmente para aprender o conteúdo (estratégia cognitiva); outras vezes, lemos rapidamente para ter uma idéia acerca da dificuldade ou facilidade da aprendizagem do seu conteúdo (estratégia metacognitiva). Assim, verifica-se que as estratégias metacognitivas de leitura são um conjunto de ações, técnicas e recursos que podem ser usados antes, durante e após a leitura, com o objetivo de promover a compreensão do texto, indicando ao aluno a direção e a autoregulação da própria aprendizagem. O termo metacognição vem se firmando na teoria do desenvolvimento cognitivo e da leitura, dando ênfase ao modo como os leitores planejam, monitoram e regulam a própria compreensão. A metacognição tem se mostrado importante no processo de ensino-aprendizagem, porque enfatiza a participação ativa do leitor na análise da tarefa e seleção das estratégias de leitura a serem usadas. As pesquisas realizadas indicam que os leitores pouco hábeis raramente usam estratégias de leitura para auxiliar a compreensão, enquanto que os leitores habilidosos usam com freqüência uma variedade de estratégias para tal fim (Jacobs & Paris , 1987). A literatura tem destacado que o bom leitor ou leitor hábil utiliza estratégias cognitivas e metacognitivas, envolvendo na leitura atividades de planejamento, estratégias flexíveis de auto-monitoramento. Este mostra-se ativo diante do texto, possuindo objetivos claro sobre o que irá ler, utilizando estratégias metacognitivas de leitura, fazendo uso dos conhecimentos prévios e realizando inferências. Assim, os leitores que sabem o que são estratégias de leitura, como usá-las e quando elas são apropriadas, são considerados pela literatura como leitores. Neste sentido, o objetivo deste curso é apresentar as estratégias metacognitivas de leitura que devem fazer parte do ensino visando proporcionar uma melhor compreensão dos estudantes em relação aos textos que são lidos.

Palavras-chave: Estratégia de leitura, metacognição, compreensão.

ISSN 1981-2566

COMO ENSINAR A LER E ESCREVER: PESQUISAS BRASILEIRAS NO ENFOQUE METALINGÜÍSTICO

Maria Regina Maluf

Aprender a ler e escrever é um processo que ocorre nos primeiros anos de escolarização, tem caráter refletido e intencional e é inerente à atividade estritamente metalingüística. Um primeiro nível de controle cognitivo sobre as atividades e conhecimentos lingüísticos aparece precocemente na criança. Esses comportamentos precoces que têm a linguagem como objeto, são mobilizados por habilidades epilinguísticas subjacentes, que são ativadas espontaneamente, sem que a criança tome consciência dos conhecimentos que elas mobilizam. No entanto, as tarefas inerentes à aprendizagem da leitura e da escrita necessitam um tratamento atencional para serem efetivadas, o que só ocorrerá de modo "meta", ou seja, conscientemente. Assim, muitos estudos já mostraram que as habilidades metalingüísticas são essenciais para o sucesso da alfabetização. A aprendizagem da linguagem escrita difere radicalmente da aquisição da linguagem oral. A criança aprende a falar sem conhecer conscientemente a estrutura formal ou as regras que ela usa no tratamento dessa estrutura. Em contrapartida, a linguagem escrita, para ser aprendida como sistema convencional, exige que o aprendiz-leitor exercite capacidades de controle intencional dos tratamentos lingüísticos. A literatura estrangeira das últimas décadas é pródiga em resultados de pesquisa a respeito das associações entre habilidades metalingüísticas e alfabetização. Também no Brasil as pesquisas sobre esse assunto se multiplicaram nos últimos anos e estão dando origem a procedimentos de ensino coerentes com os resultados encontrados, os quais resultam também de pesquisas-intervenção. Nesta apresentação será feita uma exposição a respeito dos resultados de uma revisão e análise de literatura dos trabalhos encontrados, incluindo artigos de periódicos, teses e dissertações. As pesquisas analisadas evidenciam fortes associações entre desenvolvimento de habilidades metalingüísticas e aprendizagem da linguagem escrita. Os estudos com manipulação de dados predominam sobre textos exclusivamente teóricos, o que sugere saudável preocupação com a geração de evidências na produção de conhecimentos voltados para as peculiaridades do Português Brasileiro. A maioria das pesquisas investiga crianças no início da aprendizagem, contudo o estudo de adultos e de indivíduos com necessidades especiais no processo de aprender a ler e escrever também vem despertando o interesse dos pesquisadores da área, o que aponta para esforços no sentido de contribuir efetivamente para a democratização do acesso ao sistema de escrita e garantia desse direito de cidadania. Os resultados desta revisão de literatura apontam também para a necessidade de maior divulgação das pesquisas realizadas, uma vez que a freqüência de trabalhos encontrados é maior em teses e dissertações defendidas em cursos de pós-graduação, cuja divulgação é bastante limitada pelas dificuldades de acesso às mesmas.

Palavras-chave: Metalinguagem, alfabetização, linguagem escrita.

ISSN 1981-2566

CONHECIMENTO DE PORTUGUÊS, REDAÇÃO E COMPREENSÃO DE LEITURA EM ESTUDANTES DE PSICOLOGIA

Elza Maria Tavares Silva
Geraldina Porto Witter

A aptidão para ler e produzir textos com proficiência é o mais significativo indicador de bom desempenho de uma pessoa. Ler com proficiência implica ser capaz de apreender os significados inscritos no interior de um texto e de correlacionar tais significados inscritos no interior de um texto e de correlacionar, tais significados, com o conhecimento de mundo que circula no meio social em que o texto é produzido. Por sua vez, produzir bom texto implica a capacidade de por meio dele, atingir o resultado que se tem em mente. Assim, a utilização dessa dupla aptidão é indiscutível, principalmente, no âmbito escolar. Dessa forma, espera-se que universitários tenham bom domínio da leitura, da escrita e, pelo menos, da língua pátria. Também é esperado que estas competências se correlacionem entre si. A pesquisa teve por objetivos verificar o desempenho dos alunos nas três áreas da linguagem citadas e verificar se havia correlação entre elas. Foram participantes 19 calouros de um curso de Psicologia de universidade privada, sendo dois do sexo masculino e 17 do sexo feminino, com idade variando de 42 a 19 anos e a média de 30,5 anos. Procedimento: os participantes foram submetidos a uma prova de Português, solicitados a fazer uma redação (Eu leitor) e a um teste Cloze tradicional para medir compreensão em leitura. As aplicações foram coletivas e após os sujeitos assinarem o termo de consentimento livre e esclarecido. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética (Parecer Nº 017/2005). Os resultados mostraram que as notas de Português variaram de 2.5 a 9.0, com média de 5.75 as de redação de 5.5 até 9.0, com média de 7.25 e o Cloze (tradicional, ou seja, lacunas na quinta palavra) variou de oito a 28 acertos, com média 18. Verificou-se as seguintes correlações: conhecimento da língua portuguesa vs escrita = 0,11; conhecimento da língua portuguesa vs compreensão = -0,06 e escrita vs compreensão = 0,40. Sendo N=19, n.sig. 0,05, rc = 0,43, Conclui-se que nenhuma correlação alcançou significância, o que indica haver necessidade de treino específico para cada competência. Resultado do Cloze: para esta análise do desempenho dos sujeitos, utilizou-se uma escala de desempenho com quatro níveis de inteligibilidade, a saber: Muito baixo de 0 a 8 acertos (0% a 20%) correspondente à quase ausência de compreensão; Baixo de 9 a 14 acertos, (21% a 35%) a inteligibilidade do texto é muito difícil; Mediano de 15 a 20 acertos (36% a 50%) boa compreensão; Alto mais de 21 acertos (+ de 51%) pleno desempenho de compreensão. Daí decorre a importância de saber ler bem e compreender significativamente um texto, como também saber se expressar por meio da escrita, portanto, utilizá-las apropriadamente para o exercício da cidadania.

Palavras-chave: Escrita, desempenho acadêmico, nível de compreensão.

ISSN 1981-2566

DESENVOLVIMENTO DAS HABILIDADES METASSINTÁTICAS E RELAÇÕES COM A APRENDIZAGEM DA LEITURA

Édiva de Sousa Martins

A literatura apresenta fortes evidências de relação entre habilidades metassintáticas e aprendizagem inicial da leitura. Resultados de pesquisa parecem dar suporte á hipótese de que a sensibilidade à estrutura morfológica das frases favoreceria o desempenho no reconhecimento de palavras, e que a sensibilidade à ordem das palavras na frase influenciaria positivamente a habilidade de compreensão. Por outro lado, as habilidades de reconhecimento de palavras facilitariam o controle consciente da estrutura morfológica da frase e as habilidades de compreensão facilitariam o desenvolvimento de habilidades de controle consciente da estrutura sintática da frase. A presente pesquisa buscou investigar: 1) o efeito preditor da habilidade de julgar e corrigir frases com violações morfológicas (consciência morfossintática, de natureza implícita) no reconhecimento de palavras; e o efeito preditor da habilidade de julgar e corrigir frases com violações na ordem das palavras (consciência sintática, de natureza implícita) na compreensão de frases; 2) o efeito preditor do reconhecimento de palavras para o desenvolvimento da habilidade de repetir e corrigir frases com violações morfológicas (consciência morfossintática, de natureza explícita); e o efeito preditor da compreensão de frases na habilidade de segmentar frases (consciência sintática, de natureza explícita). O estudo foi baseado em provas experimentais, aplicadas individualmente a 31 crianças da 1ª série do ensino fundamental, com idade média de 7 anos de idade. No início do ano, foram aplicadas três provas: memória verbal, julgamento e correção de frases com violações morfológicas, julgamento e correção de frases com violações na ordem das palavras. No meio do ano foi aplicada uma prova de reconhecimento de palavras e uma de compreensão de frases. No final do ano foi aplicada uma prova de repetição e correção de frases com violações morfológicas e uma de segmentação lexical. Os dados foram submetidos ao teste de correlação de Pearson e a testes de regressão com variáveis fixas. Os resultados mostraram que a habilidade de julgar e corrigir frases com violações morfológicas mostrou-se preditora da habilidade de reconhecer palavras, como previsto, mas também da compreensão de frases. O reconhecimento de palavras mostrou-se preditor da habilidade de julgar e corrigir frases com violações na ordem das palavras, mas também da habilidade de segmentar frases. Tais resultados parecem confirmar a idéia presente na maioria dos estudos da área de que a habilidade metassintática de natureza implícita pode ser essencial na aquisição do conhecimento da correspondência fonema-grafema (decodificação) influenciando, conseqüentemente, a compreensão. Demonstram, também, que a habilidade de reconhecimento de palavras é essencial para o desenvolvimento das habilidades sintáticas de nível consciente, sendo, portanto, uma habilidade de base para que outras de tipo mais complexo possam ser desenvolvidas. A compreensão, por outro lado, não parece ter o mesmo efeito para o desenvolvimento as habilidades metassintáticas de natureza explícita. Esses achados têm implicações pedagógicas e são discutidos em face de outros encontrados na literatura da área.

Palavras-chave: Habilidade metassintática, metaliguagem, leitura.

ISSN 1981-2566

DESENVOLVIMENTO DA EXPRESSÃO ORAL EM LÍNGUA PORTUGUESA: MEDIAÇÕES SIGNIFICATIVAS NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM.

Márcio Gonçalves dos Santos

Este relato visa compartilhar uma experiência em Língua Portuguesa no ensino superior do Centro Universitário Nilton Lins, em Manaus. O projeto de aprendizagem caracterizou-se por uma revista falada com fatos históricos ocorridos nos anos 20 que evidenciavam de forma mais sólida a Semana da Arte Moderna de 1922. A atividade tinha como objetivo não somente o desenvolvimento da expressão oral em língua materna mas também perceber como cada grupo, de cursos distintos, criavam suas estratégias para aprender. Os alunos a partir da pesquisa sobre cada fato histórico teriam de transformar tais acontecimentos em notícia e apresentá-las, em forma de telejornal, como se eles estivessem acontecendo hoje, no século XXI. Além disso, foi fundamental perceber a relevância do psicólogo escolar enquanto co-autor do repensar sobre as estratégias de desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, bem como recurso essencial para o trabalho do professor. Para executar tal observação tomei como pressuposto teórico as abordagens construtivistas de Piaget e Vygotsky. Participaram da atividade alunos do primeiro período de Educação Física, Pedagogia e Comunicação Social. Observou-se como cada grupo tem uma forma e um estilo singular na organização da aprendizagem. O curso de educação física, pelo perfil de aluno, sendo predominantemente masculino, apresentou dificuldades em organizar o trabalho, que era transformar textos informativos em notícias, e por essa razão demandou um maior tempo para organizar a atividade e executá-la. Percebeu-se também que tal dificuldade tornava o aluno mais dependente da mediação do professor, que precisava fomentar instrumentos e ferramentas para o desenvolvimento da competência e habilidade comunicativas do aluno. Os alunos dessa turma pareciam ter uma tendência de entender melhor o trabalho quando íamos para exemplos mais concretos, ou seja, eles aprendiam melhor experienciando ou observando modelos. A partir da identificação do estilo e do processo de assimilação do aluno, direcionavam-se diferentes estratégias de aprendizagem. Os alunos do curso de Pedagogia, predominantemente feminino, tiveram processos parecidos com os da Educação Física, apresentando de diferencial um alto nível de ansiedade e nervosismo na execução do trabalho. Aqui o trabalho direcionava-se mais na redução e manejo da ansiedade para que a mesma não comprometesse o resultado do trabalho na turma. Por outro lado, o Curso de Comunicação Social demonstrou possuir mais ferramentas no desenvolvimento da atividade, apresentando autonomia em executar com precisão o trabalho, não possuindo dificuldades em entender as instruções que foram passadas, estando dessa forma situados no campo da experiência abstrata. Dessa forma, foi possível concluir que cada grupo possui um estilo próprio de aprendizagem que deve ser levado em consideração durante o processo educacional, independente de nível. Ao professor cabe fomentar instrumentos pedagógicos que forneçam ao aluno oportunidades de participar ativamente de seu próprio processo, construindo pessoas reflexivas e críticas perante seus universos distintos de ver e conhecer a realidade. Ao psicólogo escolar e educacional cabe repensar junto aos professores e membros do grupo escolar acerca dos processos educativos, criando um espaço onde tudo possa ser experimentado, investigado, discutido, dando aos diferentes indivíduos oportunidades de desenvolvimento.

Palavras-chave: Mediação, aprendizagem, estilos de aprendizagem.

ISSN 1981-2566

CONSCIÊNCIA MORFOSSINTÁTICA E COMPREENSÃO DE TEXTO

Thaís Amaral do Canto
Cristina Fatima Gomes Barroso
Joyce Lys Saback Nogueira de Sá

O bom desempenho em tarefas compreensão parece estar intimamente relacionado com os conhecimentos de vocabulário (Capovilla, 2005). O desenvolvimento do vocabulário, por sua vez, está atrelado a diversos fatores, entre os quais o uso de estratégias para aprender novas palavras durante a leitura. A tarefa de inferir o significado de uma palavra desconhecida pode ser facilitada, por exemplo, pela consciência das regras de formação das palavras: saber que a adição de um prefixo representa a alteração do significado de uma palavra pode ajudar a identificar o significado mais rapidamente; relacionar a ortografia com a posição da palavra na sentença também pode facilitar a tarefa do leitor. Em "A moça troviu o pacote" é possível, através da observação da ortografia e da posição da palavra na sentença, reconhecer troviu como uma ação praticada pela moça e descartar a possibilidade da palavra representar o nome de um objeto. A consciência morfossintática constitui uma habilidade metalingüística que implica reflexão intencional a respeito das normas morfológicas e sintáticas da língua e de sua aplicação (Sá, 2006). A consciência morfossintática, portanto, pode ser um importante instrumento na busca do significado das palavras e, consequentemente, do aumento do vocabulário. É possível, então, pensar que bons compreendedores têm bom nível de consciência morfossintática. Visando explorar uma possível relação entre consciência morfossintática e compreensão de textos, este estudo comparou o desempenho em tarefas de compreensão de textos e consciência morfossintática de 60 crianças do Ensino Fundamental de duas escolas da Rede Municipal de Ensino da Cidade do Rio de Janeiro: 20 crianças do ciclo final; 20 da classe de progressão e 20 da 3ª série. Todos os participantes foram submetidos a teste de inteligência (RAVEN). A tarefa para avaliar a compreensão era composta de duas histórias e 20 perguntas, 10 literais, 5 de cada texto, e 10 inferenciais, 5 de cada texto. Na aplicação desta tarefa, o primeiro texto era lido pelas crianças, e o segundo era primeiramente lido pelas crianças que após a sua leitura ouviam a mesma história gravada previamente por uma das experimentadoras. Para avaliação da consciência morfossintática foi selecionada uma tarefa presente na literatura: Tarefa de Replicação (ver Sá, 2006). Essa tarefa é composta de oito itens com erros de concordância nominal e oito itens de concordância verbal. Primeiramente, é apresentada, oralmente, uma frase incorreta ao aluno para que ele a corrija. Depois, solicita-se ao aluno que tente repetir o erro que ele acabou de corrigir em duas outras frases, uma oral e outra escrita.. Os dados obtidos na pesquisa sugerem que o desempenho dos alunos na tarefa de compreensão de texto correlaciona-se positiva e significativamente com o desempenho dos mesmos na tarefa de consciência morfossintática. Esses resultados apontam para a relevância de se adotar práticas pedagógicas que favoreçam o desenvolvimento da consciência morfossintática. Para entendermos melhor a natureza dessa correlação, no entanto, faz-se necessário a realização de outros estudos que aprofundem o tema.

Palavras-chave: Desenvolvimento de vocabulário, consciência morfossintática, compreensão de texto.

ISSN 1981-2566

DIVERSAS FACES DO PROCESSO DE LEITURA: ATENÇÃO, VOCABULÁRIO E ESTRATÉGIAS

Lucicleide Maria de Cantalice
Gerusa Marcondes Pimentel Issa
Alessandra Rodrigues Almeida

A leitura é uma atividade complexa e ocupa um importante papel na vida do ser humano, especialmente no processo de escolarização. A competência para ler envolve dois componentes essenciais, a decodificação, que se refere aos processos de reconhecimento da palavra escrita, e a compreensão que é o processo pelo qual palavras, sentenças e textos são interpretados.Trata-se de uma competência difícil, pois, envolve tanto habilidades específicas pautadas ao processamento da informação escrita, quanto habilidades de domínios mais gerais como, a atenção que é uma habilidade cognitiva avaliada como fundamental para o processo de aprendizagem atenção, raciocínio e conhecimentos gerais previamente armazenados. A aquisição da leitura bem como o bom desempenho em atividades que requerem essa habilidade depende de diversos fatores, dos quais se destaca o vocabulário, que é conhecimento sobre o significado das palavras, que pode estar armazenado na memória do indivíduo, ou ser encontrado em fontes externas de informação como dicionários, auxílio de professores, entre outros. As estratégias de leitura também são habilidades que usadas intencionalmente, deliberadamente, e seletivamente, podem auxiliar no processo de compreensão de leitura. Sendo assim, desenvolver os diversos aspectos que envolvem a leitura, como a atenção, o vocabulário e o ensino de estratégias de leitura possibilita ao leitor uma instrumentalização de recursos para a aquisição da compreensão no ato de ler.

Palavras-chave: Atenção,vocabulário,estratégias de leitura.

ISSN 1981-2566

ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO: UM ESTUDO DE CASO DE ABORDAGEM ETNOGRÁFICA DO DIAGNÓSTICO DAS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO

Karina Fideles Filgueiras

A presente pesquisa teve por objetivo investigar as formas de diagnóstico trabalhadas com alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem no processo de alfabetização, tanto numa escola da rede pública estadual quanto numa escola da rede particular, de Minas Gerais.Na escola pública focalizei duas salas de 3º ano do Ciclo Básico dentre as três existentes. Na escola particular observei uma sala, dentre as quatro que trabalham com a alfabetização no turno vespertino.Para atingir o objetivo proposto, tive questões norteadoras, mais específicas. Foi preciso: (a) compreender como se deu o processo de seleção e enturmação; (b) entender a forma de diagnóstico desses alunos; (c) investigar as causas apontadas pela equipe escolar, responsável pelo encaminhamento dos alunos para um atendimento fora da sala de aula, mas dentro do espaço escolar; e, por fim, (d) tentar compreender o processo de alfabetização que ocorre tanto na escola pública quanto na particular.O plano de investigação orientou-se para um estudo de caso em que pude fazer um acompanhamento sistemático do cotidiano escolar. Procurei captar os elementos necessários para entender/analisar o processo de alfabetização e investigar como é feito o diagnóstico dos alunos com dificuldades de aprendizagem no processo de alfabetização. Nesse contexto, a abordagem etnográfica permitiu uma descrição minuciosa da entrada no campo de pesquisa e as possibilidades interpretativas geradas possibilitaram a elaboração de quadros para análises nos dois contextos observados.Durante a coleta de dados, as observações, participante e sistemática, nas salas de aula foram diretas, com início na segunda semana de aula do ano letivo de 2003 estendendo-se por quatro meses, até o fim da primeira etapa do calendário escolar, em ambas escolas.Os processos de diagnóstico dos alunos com dificuldades de aprendizagem nas escolas pesquisadas demonstraram-se distantes. Enquanto na escola particular o processo de diagnóstico foi composto por várias atividades de escrita sistematizadas, as atividades que vinham sendo propostas na sala de aula eram atividades de escrita espontânea, leitura de livros e revistas em quadrinhos, o que não condiz com o tipo de atividade diagnóstica avaliativa. Na escola pública, o diagnóstico se deu pela atividade que as professoras e supervisora determinaram como “tomar leitura”, diagnóstico esse não condizente com as atividades que eram propostas nas salas de origem, salas de 3º ano do Ciclo Básico: leitura e interpretação de textos e livros de história e produção de textos.As conclusões dos diagnósticos em ambas escolas foram apontaram diferenças e semelhanças. A diferença se deu na escolha de atividades diagnósticas para as dificuldades de aprendizagem e a semelhança se apresentou na conduta eleita para encaminhar tais alunos diagnosticados: a segregação da sala de aula. Em ambas escolas os alunos diagnosticados como tendo dificuldades de aprendizagem no processo de alfabetização foram encaminhados para salas de reforço, no período de aula, fora de suas salas de origem.A proposta desta pesquisa, em descrever e analisar os processos de diagnóstico dos alunos com dificuldades de aprendizagem no processo de alfabetização, acabou por revelar uma aproximação e um distanciamento entre o ensino público e o privado.

Palavras-chave: Diagnóstico, alfabetização, dificudades de aprendizagem.

ISSN 1981-2566

HABILIDADES METALINGUÍSTICAS E SUA IMPORTÂNCIA NA APRENDIZAGEM DA LINGUAGEM ESCRITA

Maria Regina Maluf

Nos últimos trinta anos um grande número de pesquisas tem reunido evidências que mostram a importância das habilidades metalingüísticas para alfabetização. Habilidade metalingüística é a habilidade de se refletir sobre a língua como objeto do pensamento. Há um relativo consenso entre pesquisadores da área de que algum grau de consciência metalingüística é necessário para se aprender a ler e escrever. Dentre as habilidades metalingüísticas associadas à alfabetização encontram-se a consciência fonológica, a consciência morfossintática e a consciência morfológica. A escrita combina dois tipos de princípios: o princípio fonográfico e o semiográfico. O primeiro envolve estabelecer como unidades gráficas, os grafemas ou letras, correspondem aos sons que compõem a fala, ao nível dos fonemas ou sílabas. O segundo princípio, o semiográfico envolve estabelecer como os grafemas representam significados. A habilidade de refletir sobre os morfemas da fala, consciência morfológica está mais fortemente associada ao princípio semiográfico, enquanto que a consciência fonológica, habilidade de refletir sobre os sons da fala ao princípio fonográfico. O papel que estas diferentes habilidades têm no processo de alfabetização tem sido razão de debates nas pesquisas recentes. À medida que esse campo de pesquisa avança novas questões teóricas e metodológicas vão sendo levantadas, entre elas a especificidade da relação entre consciência morfológica, consciência fonológica e a leitura e a escrita, a idade de aquisição destas habilidades e as implicações pedagógicas destas descobertas. Além disso, diferentes ortografias podem requerer diferentes níveis de habilidades metalingüísticas e cognitivas para o seu processamento. Comparada ao número de pesquisas realizadas internacionalmente a produção nacional sobre esse assunto ainda é relativamente pequena. Neste simpósio são reunidos quatro trabalhos que versam sobre associações entre habilidades metalingüísticas e aprendizagem da linguagem escrita. No primeiro trabalho, Maria Regina Maluf introduz o tema apresentando uma revisão da literatura sobre o desenvolvimento metalingüístico e sua relação com a alfabetização, no segundo trabalho Márcia da Mota apresenta resultados de uma pesquisa que investigou o papel da morfologia derivacional para a leitura e escrita no Português, no terceiro trabalho Jane Correa discute o papel do desenvolvimento da consciência morfossintática e o domínio das convenções do sistema de escrita em português e no quarto trabalho Maura Spada Zanella apresenta os resultados de uma pesquisa sobre as estratégias cognitivas e as habilidades de leitura e ortográficas envolvidas no processamento da linguagem escrita. Os resultados destes trabalhos serão discutidos sob a luz das suas implicações para a prática pedagógica no ensino da linguagem escrita.

Palavras-chave: Metalinguagem, alfabetização, linguagem escrita.

ISSN 1981-2566

AVALIANDO O USO DAS ESTRATÉGIAS METACOGNITIVAS DE LEITURA NO ENSINO MÉDIO

Janete Aparecida da Silva Marini
Maria Cristina Rodrigues Azevedo Joly

O presente estudo considerou relevante para a avaliação psicoeducacional pesquisar o uso das estratégias de leitura no Ensino Médio. Visto que, nesse segmento há ausência de instrumentos que permitam aos psicólogos, professores e demais profissionais envolvidos com a Educação, diagnosticarem o uso da metacognição como estratégia facilitadora para a compreensão em leitura dos estudantes para que intervenções sejam realizadas com vistas a formar leitores hábeis. As estratégias de leitura são habilidades metacognitivas usadas para promover a compreensão, caracterizamdo-se por serem planos flexíveis que podem ser adaptados a situações diferentes, variando de acordo com a complexidade do texto a ser lido, exigindo uma participação ativa e reflexiva do leitor. Os objetivos do estudo foram identificar a freqüência de uso das estratégias metacognitivas de leitura por estudantes do Ensino Médio, verificando se havia influência das variáveis idade, gênero, série, turno e rede de ensino freqüentada. Participaram 641 estudantes de escolas públicas e particulares de três cidades do estado de São Paulo, com idade variando entre 14 e 17 anos. O instrumento utilizado foi a Escala de Estratégias Metacognitivas de Leitura. A análise dos resultados revelou que as estratégias metacognitivas de solução de problemas são as mais utilizadas (M =15,38; DP =4,78) entre os participantes desse estudo. Os estudantes revelaram usar com mais freqüência estratégias metacognitivas durante a leitura (M =26,81; DP =7,91). Verificou-se que as estudantes do sexo feminino fazem mais uso das estratégias (M = 41,12 e DP = 11,28) que os estudantes do sexo masculino (M = 34,12 e DP = 10,83). Constatou-se diferenças quanto a idade, rede de ensino, série e turno freqüentado.

Palavras-chave: Estratégias, metacognição, leitura, ensino médio.

ISSN 1981-2566

COMPREENSÃO E ESTÍMULO PARA LEITURA NA QUINTA SÉRIE DO ENSINO FUNDAMENTAL

Hérica Rocha Phelippe
Geraldina Porto Witter

A comunicação pode ser expressa de várias formas: por meio da expressão oral, visual, tátil e escrita. Todas essas formas, sem dúvida, possibilitam ao indivíduo obter conhecimento, trocar experiências e desenvolver-se enquanto pessoa. Entretanto, as formas mais conhecidas e utilizadas para tornar efetiva a comunicação são a leitura e a escrita. A leitura e a escrita são atividades que permitem que o indivíduo seja capaz de se expressar melhor no mundo, além disso, proporcionam uma interação com o meio em que a pessoa vive. Por meio da leitura o indivíduo tem acesso a todo tipo de informação: saúde, cultura, lazer, educação, política, informações essas que permitem que o mesmo possa viver e participar ativamente da sociedade em que está inserido. Essas informações, muito embora sejam disponibilizadas a todos, só podem ser conhecidas por aqueles que tenham a compreensão da leitura. O presente estudo teve por objetivos verificar o nível de compreensão da leitura entre meninos e meninas, verificar a estimulação para a leitura recebida tanto no lar como por parte das professoras comparando por gênero, e correlacionar compreensão e estimulação, comparando os que tiveram com os que não tiveram estimulação. Método. Participantes: foram 19 crianças da 5ª série do ensino fundamental de uma escola pública sendo 13 do gênero feminino e 06 do gênero masculino, com média de idade de 9 anos e seis meses. Material: Para a coleta dos dados foi utilizado um Questionário para verificar se os participantes tiveram estímulo familiar e/ou escolar. O teste Cloze foi aplicado para verificar o nível de compreensão dos participantes quanto à leitura. Procedimento: Foi aplicado o termo de consentimento livre e esclarecido ao diretor da escola, à professora, aos pais e aos alunos. Em seguida foi aplicado o texto em cloze e o questionário. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética da UMC (0002.0.237.000-5). Os resultados mostram que 50% conhecem biblioteca sendo a maioria feminina, mas não houve diferença estatística de gênero. A Biblioteca conhecida (47,8%) é predominantemente a da escola. A maioria acha que a escola os fez gostar de ler (78,99%) sendo esta influência mais percebida pelos meninos (ro =0,85). Tendo a considerar que as professoras gostam de ler (89,5%). A compreensão em leitura está aquém do esperado e há similaridade entre a estimulação recebida por meninos e meninas, mas não houve correlação entre estimulação e compreensão. Não basta estimular para a leitura, é necessário dispor de material compatível com o nível de compreensão e com a motivação da criança. Há necessidade de aplicar tecnologias que viabilizem o desenvolvimento da compreensão.

Palavras-chave: Compreensão, estímulo, escola.

ISSN 1981-2566

INTERVENÇAO EM ESTRATÉGIAS DE APRENDIZAGEM EM SALA DE AULA: AVALIANDO OS ELEMENTOS BÁSICOS DE UMA NARRATIVA

Elis Regina da Costa
Evely Boruchovitch

A presente investigação, de natureza exploratória e quase-experimental, teve como um dos objetivos verificar se houve melhora nos aspectos estruturais (elementos básicos) de textos narrativos de crianças submetidas a uma intervenção em estratégias de produção de textos. Investigações nesta área no Brasil são escassas.A amostra total foi constituída por 35 participantes da 6ª série de uma escola pública da cidade de Catalão, Goiás, dos quais 18 pertenciam ao grupo experimental e 17 ao grupo controle, com faixa etária de 11 a 16 anos, provenientes de camadas sociais desfavorecidas. A composição dos dois grupos foi realizada por meio de sorteio. O estudo foi desenvolvido em 3 etapas: pré-teste, intervenção e pós-teste. A intervenção foi planejada de acordo com um modelo de auto-regulação na escrita. Realizou-se sete sessões, com duração de 50 minutos cada uma. Foi solicitado aos alunos que escrevessem um texto narrativo, individualmente, a partir de uma história lida pela pesquisadora. O propósito deste procedimento foi avaliar e comparar o desempenho dos alunos na escrita de uma narrativa, antes e após a intervenção realizada. Durante uma das sessões de intervenção foram trabalhados os seguintes aspectos estruturais: introdução do assunto, personagens, ambiente, problema ou propósito, ação, conclusão e emoções. Aspectos esses que foram levados em conta para análise das narrativas. A presença de cada um deles nas narrativas equivaleu a um ponto.A análise de variância para medidas repetidas, mostrou que não houve diferença significativa em relação ao aspecto estrutural no grupo experimental e controle na comparação entre grupos ($F(1,33)=1.15$; $p=0.292$) e na interação grupo versus tempo ($F(1,33)=1.16$;$p=0.289$). Já na comparação entre tempos, houve uma diferença significativa para os dois grupos, com aumento significativo entre tempos para ambos os grupos ($F(1,33)=7.08$; $p=0.012$). Em termos qualitativos, percebeu-se que 50% (9) do grupo experimental e 35.29% (6) do grupo controle melhoraram seu conhecimento a respeito dos elementos básicos constituintes de uma narrativa. Esses dados foram confirmados ao se analisar a evolução do desempenho dos alunos do pré para o pós-teste por meio do teste exato de Fisher ($P=0.057$), cujos resultados mostraram ser marginalmente significativos. Na presente pesquisa, os estudantes que participaram da intervenção, apresentaram, sem dúvida, um avanço no conhecimento a respeito dos elementos básicos constituintes de uma narrativa, apontando para a eficiência do ensino de estratégias de aprendizagem na melhoria do aspecto estrutural de uma narrativa. Contudo, os dados obtidos mostraram ser marginalmente significativos. É possível supor que, se amostra fosse maior, haveria maior probabilidade de que os resultados alcançassem à significância estatística. A ausência de estudos nacionais abordando este tema, neste grau de escolaridade e utilizando o modelo adotado torna comparações difíceis. Espera-se que o presente estudo abra caminhos para novas investigações nas quais as possíveis limitações encontradas sejam verificadas e refinadas.

Palavras-chave: Intervenção em estratégias de aprendizagem, produção de textos, elementos básicos de uma narrativa.

ISSN 1981-2566

MORFOLOGIA DERIVACIONAL E ALFABETIZAÇÃO NO PORTUGUÊS DO BRASIL

Márcia Maria Peruzzi Elia da Mota

Estudos realizados em língua inglesa mostram que a habilidade de refletir sobre os morfemas que compõem as palavras, consciência morfológica, está associada ao sucesso no reconhecimento de palavras, compreensão da leitura e escrita. Embora, o inglês seja uma língua alfabética, muitas palavras não obedecem às regras de correspondência entre letra e som, neste caso o conhecimento da morfologia da língua pode contribuir para a compreensão das palavras e para decisões sobre a ortografia. O português é uma língua com uma ortografia bem mais transparente em termos das correspondências entre letra e som do que o inglês. È possível que o processamento morfológico não apresente a mesma importância do que no inglês. As palavras poderiam ser lidas e escritas só com base da aplicação das regras de correspondência entre letra e som. Neste estudo investigamos se o processamento da morfologia derivacional contribui para leitura e escrita no português e se essa contribuição é independente da consciência fonológica. Amostra do estudo foi constituída de 51 crianças, sendo 27 da 1ª série e 24 da 2ª série, ambas do ensino fundamental do Colégio Aplicação João XXIII, situado na região urbana de Juiz de Fora. A média de idade das crianças de 1ª série foi de 91.1 meses (d.p 4.8) e a da segunda série 103,9 meses (d.p. 5,53). As crianças realizaram várias tarefas de consciência morfológica (analogia gramatical, decisão morfo-semântica envolvendo prefixos, sufixos e raízes, decisão morfo-semântica controlando a fonologia), consciência fonológica (rima e aliteração), o Teste de Desempenho Escolar e três subsets do WISC (compreensão, dígitos e vocabulário). Correlações estatisticamente positivas e significativas foram achadas entre as medidas de consciência morfológica e fonológica e os escores de escrita, mas para a leitura somente os escores de consciência morfológica foram significativos. Estes resultados sugerem que a consciência morfológica contribui para leitura e para escrita no português do Brasil. Os resultados de regressões múltiplas que controlaram a consciência fonológica mostram também que a habilidade de refletir sobre os morfemas medida pela tarefa de analogia gramatical contribui tanto para leitura quanto para escrita no português mesmo tendo-se controlado a consciência fonológica. Conclui-se então que a contribuição da consciência morfológica é até certo ponto independente do processamento fonológico no português, porém mais estudos precisam ser realizados para explorarem a contribuição destas variáveis para o processo de aquisição da leitura e da escrita. Os resultados serão discutidos sob a luz de suas implicações para os modelos de aquisição da leitura e escrita e as possíveis implicações pedagógicas.

Palavras-chave: Alfabetização, consciência metalingüística, linguagem escrita.

ISSN 1981-2566

O APRENDIZADO DA LEITURA E DA ESCRITA E A COMPLEXIDADE DA LÍNGUA NACIONAL

Rosane Braga de Melo
Nayara Cerqueira Alvim
Priscilla Costa Correia
Priscila Rodrigues Guimarães

O objetivo do presente trabalho é discutir a importância das complexidades fonológicas e ortográficas da língua para o aprendizado da leitura e da escrita. Nos último anos, pesquisas comparadas indicam que as características da estrutura fonológica e as complexidades ortográficas das línguas são fatores relevantes para as fases iniciais do ensino da leitura de crianças (Wimmer & Goswami, 1994; Goswami,1999) e de adultos (Adrian, Alegria, & Morais,1995; Jiménez & Venegas,2004; Durgunoglu & Öney, 2002; Lukatella, Shanweiler, & Liberman, 1995). Evidências empíricas mostram que fatores como a complexidade silábica e a regularidade nas relações grafema-fonema afetam o aprendizado da língua escrita, principalmente, no que diz respeito à habilidade de conversão de seqüência de letras em seqüência de sons no início dessa aprendizagem (Seymour, Aro, & Erskine, 2003). A complexidade silábica, por exemplo, desempenha papel menor no desenvolvimento das competências de leitura de crianças sem dificuldades de aprendizagem quando comparada com a regularidade grafofonêmica (Seymour, Aro, & Erskine, 2003). Estudos de comparação entre crianças disléxicas e não-disléxicas demonstram que a severidade nos prejuízos na aprendizagem da língua escrita tem relação com o grau de regularidade ortográfica das línguas, ou seja, quanto menor o grau de regularidade maior a dificuldade de aprendizagem (Frith, Wimmer, & Landerl, 1998; Wimmer, Landerl, & Frith, 1999). Tais estudos têm implicações pedagógicas importantes à medida que contribuem para esclarecer a dificuldade relativa da alfabetização em Português em relação a outras línguas, além de advertir sobre a necessidade de professores alfabetizadores adquirirem conhecimento sobre essas complexidades fonológicas e ortográficas da língua. Do ponto de vista dos estudos empíricos realizados no âmbito da psicologia cognitiva e que têm por objetivo associar habilidades cognitivas e aprendizagem da leitura e escrita, por sua vez, tais estudos contribuem para uma discussão sobre o fator “diferenças entre as línguas” na confecção de tarefas que avaliam as habilidades de leitura e escrita. À luz dos resultados de estudos como de Seymour, Aro, e Erskine (2003), torna-se necessário que os itens incluídos nas tarefas formuladas para uma pesquisa realizada em uma dada língua sejam adaptados às condições da língua nacional em questão. Pesquisar o aprendizado da leitura e da escrita de crianças brasileiras e elaborar projetos de intervenção para esse setor supõe levar em conta a complexidade da língua nacional, uma vez que o Português do Brasil também apresenta um grau de regularidade diferente daqueles encontrados em línguas nas quais foram realizados grande parte dos estudos empíricos nessa área.

Palavras-chave: Leitura, escrita, complexidade fonológica e ortográfica.

ISSN 1981-2566

O APRENDIZADO DA ORTOGRAFIA EM ADULTOS

Joyce Lys Saback Nogueira de Sá
Jane Correa

Estudos com aprendizes de diferentes línguas (Post, 2000; Viise, 1996) mostram que os adultos tardiamente escolarizados parecem enfrentar os mesmos tipos de dificuldades que as crianças, no que tange à aprendizagem da ortografia. Em se tratando de adultos falantes do português brasileiro, no entanto, os estudos realizados para descrever e explicar o progresso em leitura e escrita na etapa que se segue à apropriação do princípio alfabético são especialmente escassos. O objetivo desse estudo foi, portanto, iniciar uma investigação acerca do desenvolvimento da escrita ortográfica em adultos brasileiros tardiamente escolarizados. Para tanto, foi avaliada a ortografia de cento e quatorze adultos, alunos das quatro primeiras séries do Ensino Fundamental. Todos os participantes tinham mais de vinte e um anos e freqüentavam programas de educação de jovens e adultos em duas escolas, uma particular e uma pública, da Cidade do Rio de Janeiro. Os participantes foram solicitados a escrever 80 palavras ditadas pela experimentadora inseridas em sentenças. A avaliação com base no número de acertos no ditado não mostrou diferença significativa entre os quatro níveis escolares pesquisados e, de uma maneira geral, os participantes apresentaram um mesmo padrão de dificuldade. O fato de existirem na literatura evidências empíricas de que adultos são capazes de se benefiar da instrução da mesma forma que crianças na aprendizagem da ortografia (Post, 2000), associado ao fato de se ter observado diferenças marcantes na organização dos programas de educação de adultos em comparação à escola regular freqüentada pelas crianças, no entanto, permite questionar a idéia de ausência de participação da escolaridade no desenvolvimento da ortografia. Os erros ortográficos cometidos pelos adultos no ditado, por sua vez, foram classificados por dois juízes independentes de acordo com a categorização de erros ortográficos proposta por Meirelles (2004). Os resultados dessa análise indicam que não há simultaneidade na aquisição das regularidades ortográficas. Erros de natureza morfossintática foram observados em maior número que erros de outras naturezas. Embora não tenha sido observado um padrão de desenvolvimento da ortografia com base no desempenho dos participantes das diferentes séries, esses resultados permitem supor que o aprendizado da ortografia em adultos, assim como em crianças, ocorre de forma gradual, seguindo uma seqüência evolutiva. Nesse processo, considerações sobre aspectos morfológicos e sintáticos da língua passariam a ser realizadas quando o aprendiz já apresentasse algum domínio das correspondências grafofônicas. Esse estudo buscou colaborar para um melhor entendimento do desenvolvimento da ortografia em adultos brasileiros, tardiamente escolarizados. Outros estudos, entretanto, são necessários para maiores esclarecimentos sobre o tema.

Palavras-chave: Ortografia, educação de adultos, erros ortográficos.

ISSN 1981-2566

O DESENVOLVIMENTO DA CONSCIÊNCIA FONOLÓGICA EM CRIANÇAS COM DIFICULDADES NO APRENDIZADO DA LINGUAGEM ESCRITA

Clarissa de Arruda Nicolaiewsky
Jane Correa

O desenvolvimento de competências metalingüísticas é essencial no processo de aquisição de uma ortografia alfabética. São estas habilidades que possibilitam a construção da escrita e seu manuseio de forma reflexiva e funcional. Entre as competências metalingüísticas iremos destacar a consciência fonológica. A consciência fonológica está relacionada à conscientização dos sons da fala em seus diversos níveis. É, na realidade, um conjunto de competências, dentre elas: as capacidades de detecção de semelhanças e diferenças entre sons iniciais, sejam eles sílabas ou fonemas, de segmentação, de contagem, de subtração, de adição, de substituição e de combinação de sílabas e fonemas e de detecção e produção de rimas. Há evidências empíricas de uma relação de causalidade recíproca entre consciência fonológica e alfabetização. Um nível mínimo de consciência fonológica é necessário para o início do processo de alfabetização. Por sua vez, a maior experiência da criança com a leitura e a escrita propicia um maior desenvolvimento da consciência fonológica, principalmente das competências de níveis mais complexos, como é o caso da consciência fonêmica, que fornecerão um feedback positivo para a própria escrita e leitura. Assim, um programa de atividades visando o desenvolvimento da consciência fonológica é capaz de trazer, em conseqüência, benefícios ao processo de alfabetização. O objetivo deste trabalho é, portanto, examinar o papel de atividades de natureza metalingüística, que visem especificamente o desenvolvimento da consciência fonológica, para crianças com dificuldades no aprendizado da leitura e da escrita, bem como descrever os parâmetros que possam ser tomados como referência para o planejamento destas atividades. Dentre tais parâmetros são discutidos: a diversidade das atividades, a quantidade de itens da tarefa bem como os critérios de escolha das palavras baseados na sua quantidade de sílabas e nos seus padrões silábico-fonológicos. O trabalho realizado estava inserido no âmbito das Oficinas de Leitura e Escrita, projeto de pesquisa e intervenção realizado com apoio da FAPERJ e do CNPq. Em sessões individuais, em uma freqüência de duas vezes por semana, foram realizadas atividades específicas que tinham como objetivo desenvolver as habilidades de segmentação de sílabas e de detecção de semelhanças e diferenças entre sílabas iniciais. A utilização dessas atividades possibilitou o desenvolvimento de habilidades cruciais para o desenvolvimento da leitura e da escrita, facilitando, assim a sua aquisição.

Palavras-chave: Consciência fonológica, leitura e escrita, crianças.

ISSN 1981-2566

O DESENVOLVIMENTO DA LEITURA E DA ESCRITA EM ADULTOS: OS BONS E OS MAUS LEITORES, OS BONS E OS MAUS ESCRITORES

Rosane Braga de Melo
Jane Correa

Embora haja um volume maior de evidências sobre os fatores que participam do desenvolvimento da leitura em relação ao da escrita em um sistema alfabético de escrita, alguns autores buscam comparações entre essas duas habilidades nos estágios iniciais do seu aprendizado e demonstram que elas são fortemente correlacionadas (Alegria & Mousty, 1996; Bruck & Waters, 1988; Caravolas et al., 2001). É comum encontrarmos descrições de pólos de sucesso e de fracasso: ou os aprendizes são bons leitores e bons escritores, ou eles são maus leitores e maus escritores. Entretanto, alguns resultados apontam uma mistura de padrão, indicando que os aprendizes podem ser bons leitores e maus escritores (Alegria & Mousty, 1996; Bruck & Waters, 1988). As discrepâncias entre o desenvolvimento da leitura e da escrita sugerem uma reflexão sobre o quanto o desenvolvimento da escrita depende do desenvolvimento da leitura. O presente estudo investigou os processos específicos que fazem parte do desenvolvimento da leitura e da escrita de adultos matriculados em turmas de alfabetização, realizando comparações entre os desempenhos dos bons e maus leitores e entre os bons e os maus escritores ao final de um ano letivo. Participaram da pesquisa 38 adultos matriculados em duas classes de alfabetização no Rio de Janeiro, com idade média de 38 anos e dois meses. Todos os participantes foram entrevistados no início e ao final do ano letivo. Na primeira etapa, foram apresentadas tarefas de conhecimento de letras, leitura, escrita, consciência fonológica e sete subtestes verbais da escala Wechsler de inteligência para adultos (WAIS-III). Ao final do ano letivo foram aplicadas as mesmas tarefas de leitura e de escrita. Os resultados mostraram que o nível inicial de leitura e a habilidade de segmentação foram os melhores preditores para o sucesso dos adultos no desenvolvimento tanto da leitura quanto da escrita. As comparações entre os desempenhos dos bons e maus leitores e entre os bons e os maus escritores ao final do ano letivo revelaram habilidades cognitivas que participam de modo específico na aquisição da leitura e da escrita por adultos, e que a consciência fonológica contribui de modo particular na aquisição da escrita. Os resultados são discutidos tanto com ênfase nos processos cognitivos envolvidos na aquisição do sistema alfabético de escrita por adultos, como nas implicações daí advindas para a educação dado que no Brasil os programas de Educação de Jovens e Adultos contam com reduzido aparato teórico próprio de seu campo de intervenção.

Palavras-chave: Consciência fonológica, educação de jovens e adultos, leitura e escrita.

ISSN 1981-2566

O DESENVOLVIMENTO DA CONSCIÊNCIA MORFOSSINTÁTICA E O DOMÍNIO DAS CONVENÇÕES DO SISTEMA DE ESCRITA EM PORTUGUÊS

Jane Correa

A identificação do limite entre as palavras é importante para o aprendizado da leitura e da escrita. No entanto, estabelecer tal limite é uma tarefa complexa para quem inicia o aprendizado da escrita uma vez que tanto em termos psicológicos quanto lingüísticos, a conceituação de palavra não é uma noção intuitiva cuja existência independa daquela que a própria escrita lhe confere. A segmentação das palavras na escrita não pode ser decidida com base na linguagem oral já que a fala é contínua. Uma vez que a colocação de espaços em branco entre as palavras na escrita não pode ser também decidida pela criança com base na correspondência grafofônica é de se esperar a ocorrência segmentações não-convencionais nos textos escritos pelas crianças que iniciam o aprendizado da língua escrita. As segmentações não-convencionais encontradas nos textos infantis podem tomar a forma de hipossegmentações (junturas vocabulares, como em medá) ou hipersegmentações (segmentação além daquela prevista pela norma, como em a gora). Na Língua Portuguesa, a segmentação da escrita é realizada utilizando as classes morfológicas como critério. A sensibilidade à organização morfossintática tem um papel importante no aprendizado da ortografia, entretanto não há ainda evidência empírica relacionando a habilidade da criança em segmentar convencionalmente seu texto escrito com seu nível de consciência morfossintática. Apesar das hipossegmentações e hipersegmentações serem parte da escrita de crianças com desenvolvimento típico, a intensidade de sua ocorrência bem como sua permanência podem dificultar o desenvolvimento ulterior pela criança de suas habilidades de leitura e de escrita. Este trabalho pretende então examinar o papel da consciência morfossintática no domínio das convenções da escrita pela criança através da habilidade da criança em segmentar convencionalmente o seu texto escrito. Desta forma examinamos se crianças que apresentam relativamente mais ocorrências de hipossegmentações ou hipersegmentações em seu texto possuem um perfil diferente em termos de suas habilidades morfossintáticas das crianças que apresentam poucas ocorrências de segmentações não-convencionais em sua escrita. Foram realizadas separadamente duas análises de conglomerados, para as ocorrências de hipossegmentações e hipersegmentações, em um corpus de 72 textos escritos por crianças com escolaridade entre o 1º. e 3º. ano do 1º. ciclo do Ensino Fundamental, incluindo como fatores além da consciência morfossintática, medidas das habilidades verbais e não-verbais das crianças e seus níveis de leitura. Os resultados mostraram a existência de uma relação de co-variação inversa entre a consciência morfossintática e o domínio da segmentação na escrita. Crianças com maiores escores na tarefa de consciência morfossintática, apresentaram poucas ocorrências tanto de hipossegmentações quanto de hipersegmentações em seus textos. As evidências empíricas de nosso estudo sugerem a existência de uma outra forma pela qual o desenvolvimento da consciência morfossintática contribui para o domínio das convenções escritas. Para segmentar convencionalmente as palavras na escrita, as crianças são guiadas por sua sensibilidade à gramática no que se refere tanto a separar preposições e artigos dos substantivos e verbos nas frases que escrevem, como em manter a integridade de substantivos e verbo cujas sílabas iniciais se assemelham a grafia de preposições ou artigos. (CNPq).

Palavras-chave: Escrita, hipossegmentação, hipersegmentação.

ISSN 1981-2566

O USO DO ENSINO DE HABILIDA DES DE LEITURA E ESCRITA COMO MODELO NA FORMAÇÃO DO EDUCADOR.

Fátima Regina Pires Assis
Natália de Mesquita Matheus

Este relato refere-se à experiência de estágio supervisionado realizado em Núcleo Sócio-Educativo (NuSE) de São Paulo. Dentre os objetivos desta instituição encontram-se: o proporcionar às crianças atendidas um espaço de socialização e promover o desenvolvimento da cidadania. A preocupação especial de seus educadores tem sido a aprendizagem da leitura e escrita, pois, a maioria dos que freqüentam aquela instituição não são capazes de ler e escrever; além de desinteresse pelas atividades escolares; salientam que um jovem não poderá exercer sua cidadania se não estiver alfabetizado. Percebeu-se no relato dos educadores a concepção de que essas características dos comportamentos das crianças se deviam a três possíveis causas: problemas no desenvolvimento e/ou maturidade da criança; problemas concernentes à escola e questões familiares, sem alguma reflexão a respeito da própria prática enquanto mantenedora dessas características. Esta intervenção teve dois objetivos principais: (1) produzir contingências de ensino que favorecessem o desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita do aluno, a fim servir de modelo para os educadores e (2) discutir os fundamentos teóricos que embasam tais técnicas, indicando que os alunos com dificuldades são capazes de aprender mediante a utilização crítica de técnicas ao alcance do educador. Escolheu-se um dos alunos indicados para a realização do trabalho, por apresentar, séria dificuldade de aprendizagem, segundo os educadores. O procedimento utilizado, baseado em princípios da análise do comportamento, especificamente nas propostas de Fred Keller, consistiu em: avaliar o repertório inicial de leitura da criança, dividir as atividades em pequenos passos, partindo do que o aluno já demonstrava saber, apresentação sistemática de livros de histórias com dificuldade crescente na construção das frases; apresentação prévia de palavras isoladas que apareceriam nos livros para aumentar as chances de acerto durante a leitura e atividades lúdicas que requisitavam leitura e escrita. Ao final da intervenção (20 semanas) o aluno havia lido os 19 livros apresentados, começando a adequar sua fluência de leitura à pontuação e, de acordo com os relatos da mãe e da educadora, demonstrando grande interesse pelas atividades acadêmicas e prazer na leitura. O aluno passou a solicitar mais material para ler, além de produzir as próprias histórias e modificar os desfechos de histórias lidas. Quanto ao segundo objetivo, a educadora passou a identificar princípios básicos de aprendizagem na sua relação com os educandos, e solicitou auxílio da estagiária na construção do planejamento de ensino do ano seguinte. Notou-se também alteração no relato da educadora quanto à atribuição das causas dos comportamentos dos alunos: passou a referir-se as relações que se estabeleciam dentro da instituição e não à criança ou a família.

ISSN 1981-2566

O SOFRIMENTO ESCOLAR E O LIMIAR DA CLÍNICA

Miriam Aparecida Graciano de Souza Pan
Cláucia Janiana Marchiori
Franciele Engelmann

Este trabalho é resultado de uma experiência de supervisão de estágio profissional no Curso de Psicologia da Universidade Federal do Paraná, na área de Saúde, em 2006. Tem por objetivo o questionamento sobre o limiar da clínica em casos de crianças que apresentam demasiado sofrimento para a aprendizagem escolar. Dirige o olhar e a escuta a este sofrimento, analisando-o a partir das práticas de letramento (Pan, 2003) que se dão na interdiscursividade (Smolka, 1993). Conforme constatado em nossa experiência clínica, a relação da criança com os objetos de leitura e escrita deixa de suscitar prazer, tornando-se motivo de medo e dor, o que leva a um importante questionamento a ser investigado: "Qual a possibilidade da clínica contribuir no resgate do laço afetivo entre a criança e a escrita de sua própria língua?" Em resposta a esta questão, são relatados dois casos clínicos atendidos no Centro de Psicologia Aplicada desta instituição, encaminhados por duas escolas da rede pública de ensino de Curitiba. O primeiro critério de seleção de escolas para o encaminhamento de crianças é sua participação no Projeto de Extensão Letramento e Inclusão Social, e que, portanto, já tenham passado por um processo de intervenção institucional. O segundo critério é a indicação de crianças com queixas persistentes de dificuldade escolar. O terceiro critério é a implicação da família e da escola no trabalho terapêutico. O primeiro caso refere-se a um aluno da primeira série do ensino fundamental, com sete anos de idade, que passou por trinta e quatro sessões de cinqüenta minutos. Verificou-se durante os atendimentos que o paciente apresenta bloqueio frente ao conhecimento escolar, manifestando reação de excessivo sofrimento. Esta posição modificou-se ao longo da terapia até que a criança começou a se colocar de modo diferente, mostrando-se capaz de aprender. O segundo caso trata-se de uma criança de sete anos de idade, repetente da primeira série, que passou por nove sessões semanais de uma hora e meia. A interpretação e o jogo constituíram–se instrumentos fundamentais de interação com o mundo imaginário do paciente, o que proporcionou condições para se compreender, trabalhar e re-significar o sintoma advindo da relação estabelecida com o ler e o escrever. Em ambos os casos, a imaginação possibilitou identificar a circulação dos discursos na relação estabelecida com a leitura e a escrita, e seus efeitos na produção subjetiva. A perspectiva Histórico-Cultural e os pressupostos da Análise do Discurso subsidiaram o processo terapêutico aqui apresentado, proporcionando condições para se oferecer um espaço para a criança tomar consciência dos sentidos de si mesma e resgatar seu laço afetivo com a língua escrita. Nesta perspectiva constata-se que a clínica pode extrapolar os limiares de intervenção individual, constituindo-se um potente instrumento no trabalho psicológico, extensivo à família e à escola, o que nos leva à conclusão sobre a importância da reflexão acerca das fronteiras entre saúde e educação na intervenção psicológica.

ISSN 1981-2566

RELAÇÕES ENTRE A AQUISIÇÃO DA LÍNGUA ESCRITA, O ERRO E O OUTRO NOS CONTEXTOS DE ESCOLAS PÚBLICAS E PRIVADAS

Leonor de Santana Guimarães

No processo de aquisição da língua escrita, a criança percebe a função social da linguagem e sua constituição como sistema de regras que vão da grafia à leitura; inserindo-se, deste modo, em uma realidade histórico-cultural específica. É inerente neste processo o estabelecimento de conflitos cognitivos, os quais podem desencadear o erro e/ou o acerto. Há na criança não só uma capacidade biológica, isto é, predisposições inatas específicas que favorecem a aprendizagem da linguagem e da escrita, mas, também propicia o desenvolvimento de outros domínios cognitivos. Aliada a essa influência biológica, há ainda a influência marcante da dinâmica e da interação entre a mente e o meio. Apesar das discordâncias sobre as raízes genéticas do desenvolvimento há unanimidade sobre o caráter processual da construção do código da escrita, sendo portanto, complexo e contínuo, ultrapassando inclusive as barreiras da escola formal.A aquisição da língua escrita, como processo cognitivo, ocorre em uma relação de intersubjetividade, onde o aprendiz não apenas reproduz o código, mas se constitui enquanto sujeito. A internalização de conceitos e a dinâmica de individuação propiciadas pela cultura traz a linguagem como processo de ação e interação focalizadas nas práticas sócio-culturais. Logo, a linguagem supõe um ato particular e individual (sujeito agente), bem como uma aquisição do que lhe é imposto de fora.No momento de confronto com a nova linguagem que a escrita representa, a criança como sujeito ativo, cria hipótese, busca compreender o conteúdo recebido em um processo de assimilação desta realidade nova e desconhecido. A linguagem escrita é entendida de maneira própria e particular dentro da perspectiva infantil. O processo de assimilação busca trazer para o aluno o que lhe é familiar e inicialmente “aceitável”.A imposição da correção por parte da sociedade pode exercer um efeito inibitório da expressão autônoma da linguagem. É importante destacar o erro como etapa construtiva e potencializadora da aprendizagem superando a concepção de erro como sinônimo de fracasso. Assim, o trabalho realizado teve como objetivo comparar a influência do erro na aquisição da língua escrita em crianças de escolas públicas e privadas da cidade do Salvador - Bahia, no ano de dois mil e seis. Para tanto, realizou-se uma pesquisa de enfoque qualitativo, com observações de crianças na faixa etária entre cinco e nove anos, em processo de alfabetização; analisando seu comportamento e suas produções escritas diante das atividades propostas pelos pesquisadores. Adotou-se como fundamento teórico as idéias de Piaget e Vygotsky acerca do erro e das interações sociais na dinâmica da aprendizagem. Conclui-se que ignorar os saberes espontâneos da criança constituídos a partir do contato com o saber científico trazido pelo outro, influencia decisoriamente na aquisição da língua escrita, o que corroborou com a literatura.

Palavras-chave: Alfabetização, erro, outro.

ISSN 1981-2566

O ASSASSINATO DA LINGUAGEM ORAL CULTURAL PELA LINGUAGEM ESCOLAR: O LUTO, A REVOLTA E AS SEQÜELAS NAS CRIANÇAS

Sérgio Eduardo Silva de Oliveira

A linguagem escrita é uma linguagem ainda não dominada pela criança, quando do seu ingresso nas séries iniciais da escolarização formal. Essa afirmação é verdadeira quando se refere às crianças oriundas de contextos com baixos índices de letramento, isto é, crianças que vivem em contexto onde há baixa circulação de materiais escritos e contatos restritos com interlocutores letrados, acarretando acesso limitado aos bens culturais fornecidos através da escrita, e onde as práticas com a linguagem oral constituem um espaço comunicativo privilegiado na produção e transmissão de conhecimentos. Inspirado nos trabalhos desenvolvidos pelo Prof. Dr. Carlos Henrique S. Gerken (1991, 1999), pode-se experimentar um diálogo mais intenso com a temática da aquisição da linguagem escrita por sujeitos oriundos de contextos mais afastados do convívio com este sistema de signos permanentes. Nesse processo é que se pode iniciar uma reflexão a respeito da natureza complexa das culturas orais, em que se suspeita que as maiores dificuldades enfrentadas pelas crianças, em seu processo de alfabetização, deveriam estar relacionadas com a distância concreta existente entre sua cultura e a cultura e linguagem trabalhadas na escola. Em diferentes oportunidades em que o uso da linguagem escrita se faz presente pode-se observar uma certa estranheza e a perplexidade com que as crianças e mesmo os adultos tinham com a linguagem escrita. Não seria exagero pensar que lidam com este sistema de signos como se fosse a expressão de uma outra língua (Hébrard, Clesse e Chartier, 1996). Observações preliminares, restritas apenas a aspectos externos da aquisição e apropriação do código alfabético, apontam para o fato de que o ensino sistematizado veiculado na zona rural traria para os seus alunos um conhecimento que não estaria contextualizado com seu ambiente; portanto, as dificuldades das crianças em relação à aprendizagem da leitura e escrita seria devido à não compreensão das palavras e palavras escritas, por não fazerem parte dos seus universos simbólicos. Assim sendo, diferenças entre a linguagem dos sujeitos que aprendem e a linguagem oficial veiculada pela escola, uma linguagem mais urbanizada, em detrimento dos elementos que compõem o cenário rural, teriam influências cruciais na apreensão do sistema escrito alfabético. Por outro lado, observações mais sistematizadas das leituras dos alunos, apontam claramente para um processo de decodificação mecânica da linguagem escrita, onde a leitura parece se dar desvinculada de significações, resultando em uma não compreensão da palavra como possibilidade de remeter a algum significado. Esse processo é mais bem observado em sala de aula quando a leitura é feita coletivamente (em voz alta), quando um aluno dá seqüência à leitura de seu colega. Neste trabalho tenho por objetivo apresentar algumas reflexões sobre o processo de aquisição da linguagem escrita por crianças pertencentes a contextos de baixo letramento, bem como algumas das conseqüências que este processo produz, como o luto e a revolta que a criança vivencia devido à perda da sua linguagem oral cultural que a escola, às vezes, brutalmente, assassina e as seqüelas que este evento pode causar nas crianças de contextos fundamentalmente orais.

Palavras-chave: Letramento, linguagem escrita, cultura.

ISSN 1981-2566

LEITURA (4ª SÉRIE DO FUNDAMENTAL): FORMAÇÃO, MOTIVAÇÃO, COMPREENSÃO E DIFICULDADES

Rafaela Ardoino Roberto

Por muitos motivos a leitura torna-se importante na vida das pessoas. É por meio da leitura que podem ter acesso as informações que fazem parte do nosso cotidiano, tais como ler um cardápio ou mesmo um guia de endereços. Sendo assim a pessoa que não possui capacidade para a ler provavelmente terá tanto seu desenvolvimento intelectual quanto social prejudicado. Como qualquer atividade a leitura envolve vários aspectos dentre estes alguns estão sendo discutidos neste trabalho: formação, motivação, compreensão e dificuldades. O aprendizado da leitura se inicia na infância e se faz necessário que os adultos estimulem as crianças, despertando o interesse por ela. Nesse ponto cabe ressaltar a relevância da pré-escola, lugar onde as crianças têm a oportunidade de entrar em contato com atividades que irão desenvolver habilidades que serão de extrema importância para o aprendizado da leitura. A motivação parte de dentro de cada um, porém outras pessoas podem estimular ou influenciar a motivação. A falta de compreensão tem sido um grande problema relacionado à leitura, porque compreender é muito além que decifrar símbolos. As dificuldades relacionadas a leitura têm suas causas orgânicas, psicológicas, sociais e mesmo decorrentes do processo ensino-aprendizagem e carecem de pesquisas no contexto nacional especialmente. A pesquisa teve por objetivo geral verificar as dificuldades de aprendizagem em leitura e como objetivos específicos analisar a compreensão em leitura, verificar a ocorrência de dificuldades, verificar na opinião dos alunos as possíveis razões para as dificuldades, verificar se os alunos são motivados pela família e fazer comparações em todos os objetivos quanto a variável gênero. Participaram da pesquisa 26 crianças sendo 61,5% do sexo feminino e 38,5% do sexo masculino com idade variando entre 9 e 10 anos, todas freqüentando a 4ª série do ensino fundamental. Para a coleta de dados foi utilizado um questionário com 13 questões e para verificar o nível de compreensão foi aplicado o Teste de Cloze. Os resultados mostram que 96,2% da amostra receberam ajuda para a aprendizagem da leitura, também a maioria costuma ler livros (92,3%) e revistas (76,9%). Dos participantes da pesquisa 34,6% aprenderam a ler com 7 anos e 76,9% possuem o hábito de ler revistas. Conclui-se que a maioria dos participantes tanto meninas quanto meninos apresentam nível de compreensão mediano e as maiores dificuldades encontradas na leitura são Confundir letras e Juntar sílabas. Quanto aos possíveis motivos das dificuldades estão as variáveis Porque ler é uma tarefa difícil e Porque eu não costumo ler para treinar e a maioria dos participantes Às vezes recebem livros e revistas de familiares que é uma forma de motivar as crianças para o hábito de ler.

Palavras-chave: Formação de leitores, hábitos de leitura, problemas de aprendizagem.

ISSN 1981-2566

LEITURA E APRENDIZAGEM DE REGRAS ORTOGRÁFICAS

Maura Spada Zanella

As questões de ordem ortográfica há muito vêm incomodando professores e alunos, não apenas nos níveis iniciais da escolarização, mas se prolongando nos níveis mais avançados, sendo motivo de censura e discriminação na escola e fora dela. No processo de aprendizagem da linguagem escrita, superada a fase inicial do domínio do código alfabético, é importante que a criança perceba que a grafia correta das palavras depende não somente da relação grafema/fonema, mas de convenções ortográficas. Na prática pedagógica é frequentemente aceita a existência de uma relação entre a atividade de leitura e a habilidade de ortografar corretamente as palavras. Admite-se que a manipulação de textos por meio da leitura tem influência positiva sobre a aprendizagem de regras ortográficas. Revisando a literatura da área não encontramos evidências empíricas que dêem suporte a essa hipótese. Resultados de pesquisas mostram que leitores hábeis fazem uso de diferentes rotas para identificar as palavras e podem utilizar dois tipos de estratégias: a forma direta de reconhecimento lexical ou a rota indireta que se apóia na decodificação fonológica. A utilização dessas rotas não parece ser excludente, ou seja, ambas estão presentes no leitor hábil e se complementam num processo interativo. Contudo há evidências de que os leitores podem diferenciar-se em função do uso predominante de uma dessas estratégias. Serão apresentados alguns resultados de uma pesquisa realizada para verificar em que medida as associações entre leitura e habilidade ortográfica, se verificadas, estariam associadas também ao tipo de estratégia de leitura utilizada, se mais fonológica ou mais semântico-lexical. Na presente pesquisa adotou-se a denominação leitor semântico/lexical para o leitor que se apóia mais no reconhecimento global da palavra sem efetuar uma decodificação pontual e leitor fonológico o leitor que analisa mais detidamente a fonologia da palavra decodificando-a. A pesquisa foi realizada com 267 alunos de 4ª, 5ª e 6ª series do ensino fundamental de uma escola da rede municipal de ensino da cidade de São Paulo. Foram utilizadas tarefas para avaliar habilidades de leitura e ortografia. Os desempenhos nas tarefas foram submetidos a testes estatísticos. Os achados mostram diferenças significativas entre os desempenhos em escrita do leitor que se apóia mais no reconhecimento global da palavra (leitor semântico/lexical) e do leitor que se apóia mais na fonologia (leitor fonológico), tendo estes últimos melhores desempenhos que os primeiros. Conclui-se que o perfil do leitor é fator importante quando se trata de aprimorar a ortografia. O leitor fonológico se beneficia mais na ortografia do que o leitor semântico/lexical. Considera-se que o estudo possui uma relevância pedagógica na medida em que os resultados obtidos poderão vir a ser utilizados nas reflexões sobre o ensino da ortografia no contexto das escolas brasileiras.

Palavras-chave: Linguagem escrita, leitura, ortografia.

ISSN 1981-2566

MAPEAMENTO DAS DIFICULDADES DA LÍNGUA PELA COMPARAÇÃO DE DUAS AVALIAÇÕES INFORMATIZADAS

Ana Paula Casagrande Silva
Mariana Simões
Júlia Zanetti Rocca
Deisy das Graças de Souza

Muitas das palavras da língua portuguesa são formadas por unidades regulares, nas quais vogais acompanham consoantes e há correspondência ponto-a-ponto entre grafema e fonema. Entretanto, existem outras palavras da língua que envolvem unidades irregulares, como encontros consonantais ou letras que correspondem a sons distintos dependendo do contexto. A aprendizagem de cada uma dessas unidades complexas ocorre como um processo independente, solicitando discriminações específicas entre os grafemas, os fonemas e o contexto em que estes aparecem. A análise separada das discriminações envolvidas pode ser uma ferramenta de grande auxílio no processo de ensino-aprendizagem, orientando o professor a selecionar conteúdos e tarefas específicas para a necessidade de cada aluno. Com esse objetivo, foi criada uma avaliação informatizada denominada Diagnóstico de Habilidades Componentes da Rede de Leitura e Escrita 2 (DLE-2), incluindo tarefas de nomeação, seleção, cópia e ditado com palavras contendo 25 unidades textuais complexas. Esse instrumento avalia as chamadas dificuldades da língua separadamente para 12 habilidades, isolando os componentes discriminativos que podem interferir na aprendizagem do aluno. Para a primeira aplicação dessa avaliação, foram selecionadas crianças de terceiras e quarta séries do ensino fundamental que apresentavam dificuldades na escrita de palavras complexas. Essa dificuldade foi constatada por meio do ditado em sala de aula de 16 palavras contendo unidades complexas. Das 108 crianças que realizaram o ditado, 20 crianças obtiveram índices de acerto menor que 66,7% no ditado em sala de aula e então realizaram a avaliação informatizada DLE-2. Com base nos resultados dessas crianças foi realizado um mapeamento do desempenho em habilidades envolvendo palavras com unidades textuais complexas, apresentando quais delas obtiveram mais ou menos índice de acerto nas diferentes tarefas. Entretanto, os dados obtidos poderiam ser explicados por características do teste e das palavras que o compõem ao invés de uma função das unidades investigadas. Para aumentar a generalidade do mapeamento, seus resultados foram comparados com outro instrumento de avaliação desenvolvido anteriormente por esse grupo de pesquisa que também trabalhava com as 25 unidades textuais complexas, mas contendo outras palavras e apenas três tarefas: uma de leitura e duas de ditado. 30 crianças realizaram a segunda avaliação, sendo que 13 delas realizaram ambas. Os resultados comparados dos dois instrumentos demonstraram que a hierarquia obtida era similar em sua distribuição em ambas as avaliações. As dificuldades com menor índice de acerto em ambas foram: consoante-l-vogal, x com som de z, gue-gui, consoante-r-vogal, vogal-n-consoante e lh. Já as dificuldades acertadas com maior freqüência pelos participantes foram: z, x com som de ch, ss, ce-ci, nasalização e til. Os resultados desse estudo são preliminares, mas apontam a importância da avaliação eficiente e diferencial das habilidades na leitura e escrita de palavras com unidades textuais complexas.

Palavras-chave: Procedimentos de avaliação, leitura e escrita, dificuldades da língua.

ISSN 1981-2566

RELAÇÕES ENTRE CONHECIMENTO MORFOLÓGICO DERIVACIONAL E DESEMPENHO EM LEITURA E ESCRITA DO PORTUGUÊS

Fraulein Vidigal de Paula
Maria Isabel da Silva Leme
Jean-Emile Gombert

O objetivo deste estudo foi investigar as relações entre conhecimentos morfológico derivacionais e o desempenho em leitura e escrita de estudantes em diferentes faixas de escolarização. A morfologia derivacional trata das unidades mínimas de significado de uma língua, os morfemas derivacionais, que servem para a formação de novas palavras (quando, por exemplo, se acrescenta o sufixo -ar a cruz, formando cruzar, e o prefixo des-, formando descruzar) ou a mudança de classe gramatical das mesmas (quando, por exemplo, trocamos o sufixo -ar por –eiro, passando de verbo para substantivo). Pesquisas recentes, principalmente, francesas e inglesas, demonstram a importância deste conhecimento no processo de alfabetização, em suas relações com aprendizagem da leitura e da escrita. No entanto, estas relações começam a serem exploradas no âmbito da pesquisa em psicologia cognitiva no Brasil. Partimos da compreensão de que a aquisição deste conhecimento morfológico acontece, inicialmente, de modo implícito, ou seja, de modo intuitivo, sem o reconhecimento de sua existência ou origem. Isto de dá a partir do contato com a escrita dentro e fora da escola, assim como a partir de generalizações de conhecimentos adquiridos no plano da linguagem oral. No entanto, em função, principalmente do ensino formal da língua na escola, a criança é submetida a condições que favorecem a explicitação deste conhecimento, criando a possibilidade para que este seja refinado e utilizado para decodificar, compreender ou produzir a língua escrita. Estas aprendizagens explícitas tentem a consolidar e enriquecer os conhecimentos adquiridos implicitamente. No que se refere à escrita do português, em que a ortografia não corresponde a uma transcrição literal da fala, mas é também estruturada, dentre outros fatores, em função de regularidades morfológicas, considera-se a importância de se investigar em que medida o conhecimento sobre o morfema é também aprendido e pode influenciar a aquisição da leitura e da escrita do português. O estudo foi realizado com um total de 260 estudantes de 1ª, 3ª, 5ª e 7ª série do ensino fundamental, de uma escola particular em São Paulo. Foram utilizadas duas tarefas para avaliar, respectivamente, conhecimento morfológico implícito e explícito, além de uma tarefa de leitura em voz alta de palavras em um minuto e uma de ditado de palavras e de pseudopalavras. Pode-se constatar a presença de uma sensibilidade à morfologia derivacional já na 1ª série, principalmente com relação aos sufixos e de conhecimento morfológico explícito, tanto a respeito de sufixos, quanto de prefixos, a partir da 5ª série, permitindo confirmar que esses conhecimentos são adquiridos primeiramente de modo implícito. Observou-se que o desenvolvimento de conhecimentos morfológicos derivacionais é acompanhado de aumento no desempenho em leitura e escrita ortográfica de palavras. Por último, verificou-se que desempenho em leitura é fortemente ligado ao conhecimento morfológico derivacional implícito e o desempenho em escrita fortemente relacionado ao conhecimento explícito. Este estudo apresenta implicações teóricas, na medida em que clarifica aspectos do conhecimento morfológico, no caso, derivacional em suas relações com a leitura e escrita em português que não haviam sido investigados anteriormente.

Palavras-chave: Morfologia derivacional, leitura e escrita, conhecimento implícito e explícito.

ISSN 1981-2566

A DIMENSÃO DIALÉTICA DA INCLUSÃO/EXCLUSÃO NO ENCONTRO COM A DEFICIÊNCIA

Claudia Marques Comaru
Mariangela da Silva Monteiro

A reflexão proposta visa compreender os mecanismos de inclusão e exclusão dos deficientes na sociedade. Da mesma forma, pretende-se apresentar a dialética existente entre as duas esferas, apontando para a problematização do tema. A partir do cotidiano da deficiência e da dialética inclusão/exclusão, busca-se meios de superar a realidade vivida pelas pessoas deficientes. A análise histórica, via compreensão das representações sociais da deficiência ao longo dos tempos, assim como dos movimentos excludentes e includentes gerados pela sociedade, viabiliza pensar em novos modos de apreender a vivência destas pessoas calcadas em suas próprias experiências. Neste momento, cabe às instituições o dever de propagar concepções que quebrem com o paradigma estabelecido até então. Tais considerações foram despertadas pelas experiências e sensações vivenciadas na relação com os sujeitos deficientes. A percepção da inexistência de aparato prévio que instrumente o agir psi gerou reflexões a partir das experiências de campo em que, ao lidar com o outro, tornava-se possível (re) pensar a deficiência, os limites da Psicologia como saber e fazer, assim como as dinâmicas institucionais. A experiência é, portanto, elemento mobilizador deste estudo. A memória da experiência vivida possibilita um diálogo com autores que descrevem teorias acerca da exclusão social em todos os tempos. Em paralelo, presenciamos movimentos que lutaram pelos direitos da pessoa deficiente, que inspiraram os atuais movimentos em defesa da inclusão. A dialética inclusão/exclusão pode ser contemplada tendo as duas instâncias análises distintas para fins didáticos. No entanto, tal dialética permanece presente nas ações do cotidiano das instituições; uma luta contínua que indica a persistência na construção de uma sociedade capaz de viabilizar oportunidades a todos. De modo a aliar novamente a teoria à prática, consideremos as representações sociais da deficiência ao longo dos séculos; revelando atitudes e crenças sobre o sujeito deficiente. Aliado a essas narrativas, o confrontamento com o diferente e a marca do estigma são alguns dos temas capazes de ampliar a análise da temática. As práticas destinadas aos deficientes são condensadas nas instituições, espaços de produção e criação de atitudes que visam à construção de uma sociedade fiel à ideologia da inclusão. No entanto, o paradigma apresentado no Modelo de Desenvolvimento Inclusivo do Banco Mundial expressa a defesa por uma sociedade inclusiva. A partir da constatação da ineficácia dos modelos propostos até hoje na geração de bem-estar e qualidade de vida à população, e devido à grande parcela de excludentes produzidos pelas políticas públicas até então elaboradas, foi criado um novo modelo que pretende estender-se a todos os espectros da população, pretendendo viabilizar o aparato social à inclusão. Considerando que o alicerce das práticas institucionais vigentes se encontra na elaboração de leis e políticas públicas, a elaboração de um modelo que considere a inclusão sua natureza antes que seu fim promoverá a construção de uma sociedade cujos valores e práticas produzam novos meios de lidar, através do respeito e da oportunidade de direitos, com todas as diferenças.

Palavras-chave: Educação, inclusão/exclusão, dialética.

ISSN 1981-2566

A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O DEFICIENTE MENTAL

Paula Sampaio Meireles De Sousa
Ana Caroline Leite de Aguiar
Hélida Arrais Costa

O deficiente mental, enquanto sujeito cognoscitivo, almeja uma educação que favoreça ao máximo o desenvolvimento de suas potencialidades. Não adianta, contudo, propalar uma educação para todos como meta prioritária governamental se, para uma parcela da população, a responsabilidade recai sobre um segmento do sistema geral de ensino – a educação especial, que permanece, até hoje, tentando, de forma isolada e solitária, buscar mecanismos e estratégias para educar alunos com necessidades educativas especiais. Assim, "o desafio que confronta uma escola inclusiva é no que diz respeito ao desenvolvimento de uma pedagogia centrada na criança e capaz de, bem-sucedidamente, educar todas as crianças, incluindo aquelas que possuam desvantagens severas" (Declaração de Salamanca, 1994).O referido trabalho pretende explicitar o que se entende por educação inclusiva e estabelecer algumas características fundamentais de uma escola que se proponha a trabalhar com inclusão de portadores de necessidades especiais. Com o respaldo de tais características, buscar-se analisar uma amostra de escolas fortalezenses no intuito de apreender como estas estão lidando com o assunto da inclusão.Para tanto, foram realizadas visitas a instituições voltadas para a educação especial e a escolas regulares, públicas e particulares, de Fortaleza, entrevistas com profissionais de ambas e, quando possível, com os portadores de necessidades especiais.Por educação inclusiva, entende-se o processo de inclusão dos portadores de necessidades especiais ou de distúrbios de aprendizagem na rede comum de ensino em todos os seus graus. No entanto não se trata apenas de levá-los às classes comuns ignorando suas limitações e necessidades específicas ou, muito menos, suas potencialidades. O professor, como elemento mediador desse processo ensino-aprendizagem, é parte fundamental para a reformulação de um novo projeto pedagógico que atenda as diferenças individuais de cada um. Dentre outros aspectos, uma escola considerada inclusiva caracteriza-se por: objetivar uma participação ativa do portador de deficiência mental na sociedade na qual está inserido; viabilizar um diálogo entre pais, alunos, professores e outros profissionais para facilitar o processo de inclusão escolar; explorar o potencial máximo de cada aluno e avaliá-los respeitando suas limitações e formas de aprendizagem. Valendo-se de tais características, traçadas a partir de um contato com alunos e profissionais de duas instituições de educação especial em Fortaleza, foram visitadas, entre três e 12 de novembro de 2004, nove escolas fortalezenses, selecionadas por facilidade de acesso, onde foram aplicados questionários semi-estruturados a psicólogos, coordenadores e/ou diretores destas a fim de observar como tais estabelecimentos estariam lidando com a questão da inclusão.Em se tratando do tema educação inclusiva, percebeu-se uma realidade bastante heterogênea e complexa. A inclusão escolar, em Fortaleza, considerando a amostra de escolas visitadas, parece constituir-se como algo incipiente e em constante construção, urgindo uma discussão mais ampla sobre o tema, da qual pais, alunos e profissionais possam participar e contribuir para a efetivação de uma educação inclusiva de qualidade.

Palavras-chave: Deficiente mental, inclusão, escola inclusiva.

ISSN 1981-2566

A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Marie Claire Sekkel

A pesquisa "A construção de ambientes inclusivos na Educação Infantil", vem sendo desenvolvida junto a uma Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI) na cidade de São Paulo. O objetivo da pesquisa é identificar as barreiras que impedem ou dificultam a inclusão de crianças com necessidades especiais, bem como os determinantes que contribuem na construção de ambientes inclusivos. Entre estes, especial atenção é dirigida ao envolvimento dos profissionais, das famílias e das crianças, e também à necessidade de construção de um coletivo que possibilite a articulação em todos os níveis institucionais. De acordo com a concepção de ambiente inclusivo adotada, acreditamos ser necessária a participação de todos os profissionais da escola, além das crianças, famílias e comunidade na construção do projeto educacional e no desenvolvimento do mesmo. A metodologia consta dos seguintes passos: observações das rotinas dos profissionais da escola (professores, técnicos e profissionais de apoio ao trabalho pedagógico), observações da rotina dos grupos de crianças, levantamento de registros institucionais (relatórios, fotos, diários, vídeos etc.), entrevistas com pequenos grupos de crianças, entrevistas individuais com alguns profissionais, entre os quais as professoras das salas observadas, coordenadora e auxiliares da cozinha e da limpeza. A pesquisa está em andamento desde fevereiro de 2006 e até o momento foram realizadas: a) observações nas turmas de Estágio I (crianças de 3 e 4 anos), Estágio II (crianças de 4 e 5 anos) e Estágio III (crianças de 5 e 6 anos); b) levantamento dos registros da escola; c) entrevistas com grupos de crianças dos três estágios mencionados. As entrevistas foram realizadas com grupos de 3 a 5 crianças, com duração muito variável. A partir do que já foi realizado temos dados significativos de como se dão as relações na escola e também do envolvimento dos diversos profissionais na instituição. Existem contradições evidentes entre as concepções de criança e educação adotadas por cada professora observada, e também entre o discurso e a prática institucional. É importante que a pesquisa consiga identificar a que se devem tais contradições a as possíveis formas de superá-las, entre as quais destaca-se a necessidade de construção de um coletivo. O isolamento e suas conseqüências, como o desconhecimento em relação ao trabalho realizado, a falta de confiança entre os profissionais e o abandono, provocam problemas que se reproduzem em todas as relações e que criam uma cultura institucional que precisa ser conscientizada e transformada. Estes dados abrem espaço para a discussão sobre as dificuldades enfrentadas no desenvolvimento da educação inclusiva nas instituições de Educação Infantil em nosso país.

ISSN 1981-2566

A EXPERIÊNCIA EDUCACIONAL DE PESSOAS SURDAS EM TEMPOS DE INCLUSÃO E SUAS IMPLICAÇÕES PARA OS PROCESSOS DE SOCIALIZAÇÃO

Carla Biancha Angelucci

Em uma perspectiva winnicottiana, o encontro entre os homens é aquilo que constitui a humanidade mesma. Os vários momentos pelos quais esse encontro passa, desde a relação mãe-bebê até a realidade compartilhada, demonstram o quanto o homem se constitui nas várias modalidades que a relação com o outro comporta. O tempo subjetivo e o tempo transicional revelam elementos do jogo de apresentação, manipulação, apropriação do mundo, para que, enfim, possa-se compartilhar a experiência de estar no mundo com o outro. Outro aspecto relevante no processo de constituição da subjetividade refere-se à possibilidade de realização de experiências e de acesso a objetos culturais a elas relacionados; objetos que sejam significativos, que tenham sentido, mais do que tudo, que revelem a existência do homem no mundo. Entre os objetos culturais, cabe destacarmos os objetos étnicos e os objetos transicionais, que são elementos fundantes da humanidade de cada um de nós. Os primeiros, estando relacionados à história familiar, do grupo cultural a que pertence o sujeito, ou seja, apontando para o entroncamento das várias vidas humanas que constituem e se presentificam nas relações. Já os objetos transicionais se apresentam como a possibilidade de conhecer o mundo, vendo-se nele e transformando-o. São como matéria-prima que, ao emprestar suas formas para dar lugar ao jogo da criança, permite-lhe conhecer a si mesma e ao mundo, habitando-o.Porém, quando acompanhamos a produção daqueles que se debruçam sobre a questão da formação da identidade individual e grupal de pessoas surdas, encontramos, via de regra, relatos de experiências de impedimento da possibilidade de se reconhecer no outro e no mundo. Sua língua, suas formas expressivas de comunicar-se, de produzir e re-editar sua compreensão de si e do mundo, estão impedidos. E com isso, muitas vezes, a única forma de existência possível é aquela que se dá a partir do sofrimento, do não reconhecimento do próprio rosto como humano. A escolarização das pessoas com necessidades educativas especiais e, dentre elas, as pessoas surdas, põe na ordem do dia a discussão sobre em que condições temos nos socializado, que padrão de sociabilidade temos valorizado. Na escola de hoje as diferenças não podem comparecer. Homogeneízam-se as idéias, as práticas e as avaliações. Homogeneízam-se as pessoas; educadores e alunos. Há uma socialização em curso na escola, não podemos esquecer, e que vale para todos: crianças ou adultos, bem formados ou mal formados, deficientes, pobres ou “normais”: a formação do sentimento inevitável de que aquilo que somos não é compatível com este mundo, que é preciso que nos adequemos, custe o que custar, doa o quanto doer. Entendemos que a escolarização das pessoas surdas, comprometida com a emancipação do homem, só será possível no arco de um projeto de socialização em que cada um de nós possa estar presente, com direito a pensar, expressar-se e participar da decisão sobre os rumos de nossa sociedade. Ou então, estamos condenados ao maior sofrimento de todos, segundo Simone Weil, o esvaziamento dos sentidos de nosso sofrimento. E é esta a socialização que está em curso, hoje.

Palavras-chave: Psicologia escolar, surdos, subjetividade.

ISSN 1981-2566

A FORMAÇÃO DE PSICÓLOGOS PARA ESCOLAS INCLUSIVAS: O ESTÁGIO EM QUESTÃO

Altemir José Gonçalves Barbosa

As Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Psicologia estabelecem que a formação inicial na área deve ter como princípio e compromisso, dentre outros, a "atuação em diferentes contextos considerando as necessidades sociais, os direitos humanos, tendo em vista a promoção da qualidade de vida dos indivíduos, grupos, organizações e comunidades". Ressaltam, também, a necessidade de "práticas integrativas voltadas para o desenvolvimento de habilidades e competências em situações de complexidade variada, representativas do efetivo exercício profissional, sob a forma de estágio supervisionado". Bastam apenas estes dois trechos das Diretrizes para evidenciar a importância de que os futuros psicólogos que atuarão em escolas façam estágio em salas de aula inclusivas. Dentre as atividades que geralmente compõem os cursos de graduação em Psicologia, o estágio é, sem dúvida, um dos momentos críticos, uma vez que ele será fundamental para a integração de conhecimentos aprendidos em disciplinas teóricas, para favorecer a formação de uma identidade profissional, para exercitar modelos, papéis e técnicas que serão demandadas pelo mercado de trabalho etc. Assim, o estágio constitui um dos únicos momentos da formação profissional do psicólogo em que ocorre uma educação experiencial. Vários estudos revelam que ter experiências diretas com pessoas com necessidades educacionais especiais desempenha um papel importante na formação de crenças, sentimentos e tendências de ação em relação a essas pessoas, ou seja, atitudes. Apesar da relevância de uma experiência bem sucedida de estágio em escolas inclusivas, muitas são as barreiras para que tal meta seja atingida. A manutenção de modelos de atuação e papéis profissionais há muito criticados, a proliferação de uma perspectiva simplista de educação inclusiva, a dificuldade que os psicólogos têm em estabelecer uma relação de colaboração com os educadores, as carências do ensino de Psicologia no país (estudantes trabalhadores, ensino noturno, a quantidade de estagiários por supervisores, o "comércio" de diplomas etc.), o número limitado de pesquisas empíricas sobre o tema, a presença de atitudes contrárias à inclusão escolar e a profunda crise do ensino público no país constituem uma pequena amostra dos percalços para que se formem psicólogos escolares aptos a trabalharem para o estabelecimento de uma educação inclusiva de fato. É preciso destacar que os próprios estudantes de graduação se sentem pouco ou nada preparados para esse desafio. Também há que se ressaltar que algumas iniciativas importantes, ainda que tardias e com resultados limitados, têm sido propostas para destacar o compromisso da Psicologia com uma escola de qualidade para todos os alunos, com e sem necessidades educacionais especiais. A título de ilustração, merece menção a campanha lançada em 2004 pelo Conselho Federal de Psicologia: "Educação Inclusiva, os Direitos Humanos na Escola". Muitas mudanças são necessárias para que os cursos de graduação formem psicólogos para atuar em escolas inclusivas, porém o momento é bastante oportuno para que elas sejam implementadas.

Palavras-chave: Ensino de Psicologia, estágio, inclusão escolar.

ISSN 1981-2566

A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DE TEMAS LIGADOS À EDUCAÇÃO SEXUAL PARA JOVENS SURDOS NAS CLASSES ESPECIAIS

Karla Paulino Tonus

Um dos ambientes de grande importância na vida de pessoas com deficiência auditiva é a escola. Na escola, o adolescente estabelece relações sociais com professores, diretores, funcionários e demais alunos e, nesses relacionamentos podem surgir manifestações de sua sexualidade, bem como a necessidade de esclarecimento de temas relacionado a ela. Existem muitas polêmicas a respeito do tema sexualidade, sobretudo quando se refere à sexualidade de deficientes; desta forma, a idéia de que um deficiente físico, mental ou sensorial possa ter desejos sexuais, costuma ser incômodo para a maioria das pessoas. Comumente, ao iniciar as manifestações da sexualidade no deficiente, os pais tendem a envolvê-los em atividades físicas, a fim de deslocar a energia sexual para outras atividades, quando não, tentam reprimir estas manifestações de maneira punitiva e severa. Neste sentido, uma educação sexual correta contribui para a possibilidade historicamente acumulados; a educação sexual representa, portanto, a possibilidade de superação da individualidade em-si em direção à individualidade para-si. A educação sexual do deficiente auditivo é prejudicada pela dificuldade de comunicação entre ele e os ouvintes que deveriam iniciar esta educação. Assim, realizamos um trabalho em campo com o intuito de levantarmos informações sobre como ocorre a educação sexual para alunos deficientes auditivos em uma sala especial de uma escola regular estadual. Este levantamento teve os seguintes objetivos: a) colaborar para o esclarecimento em relação às necessidades da educação sexual dos deficientes auditivos; b) contribuir com a educação sexual destes adolescentes, abordando temas como afetividade, namoro, sentimentos, sexo, gravidez, DSTs, prevenção e abuso sexual e esclarecendo sobre a importância do conhecimento do próprio corpo, do prazer e do respeito. Para tal, estivemos na escola citada acima, onde realizamos sete intervenções, de duas horas cada, com tema, objetivos e estratégias específicos; essas estratégias eram feitas com o apoio material de fita de vídeo, panfletos informativos, cartazes, revistas e materiais de métodos contraceptivos e contaram com o auxílio da professora da turma, que é especialista em LIBRAS e traduziu nossa comunicação. Constatamos que houve aprendizagem em relação aos temas, contudo, verificamos que os conhecimentos desses adolescentes não são efetivos, o que indica a importância de se qualificar profissionais capazes de ensinar e respeitar, assim, a escola precisa estar preparada para abordar temas ligados à sexualidade dos adolescentes, sejam eles deficientes ou não. A Psicologia sócio-histórica, ao compreender o homem enquanto síntese de múltiplas determinações, enquanto indivíduo que está em constante transformação a partir das condições sociais e históricas, é o nosso referencial teórico utilizado para uma compreensão acerca da sexualidade enquanto manifestação de características humanas apropriadas socialmente, ou seja, as manifestações da sexualidade mudam conforme a sociedade e o período histórico.

Palavras-chave: Sexualidade, educação sexual, deficiente auditivo.

ISSN 1981-2566

A INCLUSÃO E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NAS UNIVERSIDADES

Jane Teresinha Domingues Cotrin

Discutir a questão da formação de professores para esse novo cenário que desponta na educação no país nos coloca um outro objetivo: refletir sobre questões como preconceito, grupo e fracasso escolar.O sistema educacional brasileiro convive há séculos com o problema do fracasso escolar. Milhares de alunos não aprendem ou não atingem os objetivos propostos pela escola durante o ano letivo. Isso ocorre em todos os níveis educacionais – da educação infantil ao ensino superior e em todas as áreas de conhecimento: língua portuguesa, matemática, ciências biológicas, ciências sociais etc. Como as escolas enfrentam o problema do fracasso escolar? Como isso é tratado nas universidades? Como o grupo de professores de uma escola vivencia essa situação que se tornou tão corriqueira?Historicamente temos assistido a uma infinidade de propostas para a questão. Ora culpabiliza-se o aluno, ora o professor, também a família é responsabilizada e em poucos casos olha-se para a própria escola e suas "metodologias" como produtora desse fracasso. Quando culpabilizamos terceiros por um problema que é da escola, muito pouco pode ser feito, mas quando enfrentamos o problema como produzido no próprio ambiente escolar muito pode se fazer. Vejamos o caso do ensino da matemática. Milhares de alunos têm dificuldade para aprender matemática. Esse dado está posto inclusive em documentos como os PCNs. Podemos entender que para aprender matemática é necessário ter raciocínio lógico, atenção concentrada e memória a longo prazo funcional. Se não levarmos em consideração o ensino e o meio em que se aprende, podemos inferir que uma quantidade razoável da população brasileira não é inteligente!!! Mas, se levarmos em consideração o ensino e o meio em que se aprende, podemos inferir que deve haver algum problema com o ensino de matemática que deixa á margem uma infinidade de alunos. Discutir sobre essa questão é extremamente relevante para o processo. A forma com que se discute também. Buscar alternativas de ensino e se amparar nas experiências do próprio grupo de professores é o início do caminho que tem continuidade no estudo das várias teorias de aprendizagem propostas. Mas, esse é um caminho que encontra resistências no próprio grupo que tem dificuldade de se articular enquanto tal. Algumas pesquisas indicam o quanto os professores são solitários na sua prática cotidiana na escola.Essas considerações já apontam dois problemas: a eficiência do ensino e a articulação do grupo de profissionais da escola. Some-se a isso uma perspectiva da deficiência cercada de mitos e preconceitos (digo preconceitos porque deficiência não é sinônimo de não aprendizagem). O que temos então? Temos uma equação impossível de ser resolvida. Mas, se considerarmos que é imperativo resolver o problema da qualidade de ensino que oferecemos e compreendermos a deficiência sem medo e dentro de suas reais possibilidades, o que precisamos aprender na formação é lidar com a própria escola, com a teoria e as alternativas de ensino, com os caminhos que os alunos nos mostram e colocar a reflexão grupal como ponto de partida para o enfrentamento de qualquer situação

Palavras-chave: Bullying, inclusão, formação docente.

ISSN 1981-2566

A INCLUSÃO DE SOFIA NA CRECHE

Candice Marques de Lima

A inclusão de Sofia na creche faz parte de uma pesquisa de mestrado em Psicologia na qual buscamos compreender a interação entre as agentes educativas e as crianças de uma creche e como essa interação poderia se constituir em inclusão ou exclusão dessas crianças nesse contexto educacional. A partir de uma pesquisa qualitativa, que se desenvolveu baseada no referencial teórico da perspectiva histórico-cultural, observamos por meio de filmagens e entrevistas a relação comunicativa entre Sofia, as agentes educativas e as outras crianças do agrupamento em que a menina estava inserida. Compreendemos o processo de inclusão como dialético e complexo, constituindo-se em alguns momentos também em processo de exclusão e procuramos entender tal processo a partir das relações intersubjetivas que acontecem no contexto educacional. Na história de Sofia lançamos um olhar para seu desenvolvimento e sua constituição subjetiva a partir das suas interações nesse contexto. Sofia é uma menina de 3 anos, mora com os pais e com dois irmãos mais novos. Sua mãe é empregada doméstica e tem epilepsia, fator fundamental para que a menina seja considerada uma criança com necessidade educacional especial pelas agentes educativas e pela diretora da creche. A anamnese de Sofia que obtivemos na ficha da creche apresenta informações sucintas: nasceu aos 7 meses de gestação de parto cesariana, não foi amamentada por sua mãe, por esta ser epiléptica e tomar medicamentos controlados; começou a falar aos 2 anos e a andar com 1 ano e 3 meses de idade. Durante a pesquisa Sofia apresenta-se como uma criança que tem uma linguagem oral pouco desenvolvida e que não consegue acompanhar a fala da educadora. A avaliação que Selma, uma das agentes, faz sobre Sofia durante uma entrevista desenvolve-se a partir de elementos negativos que a educadora vê em Sofia, não se configurando no que a menina poderia fazer com o auxílio de outras pessoas, mas no que ela consegue fazer sozinha sem a interação com o outro. Para Selma o desenvolvimento de Sofia está aquém de outras crianças de sua idade, pois a agente só investe no limite de Sofia, na sua zona de desenvolvimento real, e não em sua zona de desenvolvimento proximal. A interação com o outro não é compreendida pela educadora como uma proposta para o desenvolvimento e inclusão de Sofia. Para Selma, somente o aspecto cognitivo do desenvolvimento da menina é levado em consideração. Assim, percebemos durante a pesquisa que para que Sofia possa ser incluída nas atividades e brincadeiras da creche e se constituir como sujeito é necessário que uma pessoa se sensibilize e a mediatize em suas relações; e que, por meio de uma relação afetiva que Sofia estabeleça com essa pessoa, gere nela a necessidade de expressão mais complexa de sua emocionalidade, para que dessa forma ela consiga articular melhor sua fala para se comunicar e se constituir como sujeito em suas redes de relações.

Palavras-chave: Inclusão, exclusão, interação, desenvolvimento, subjetividade.

ISSN 1981-2566

A CRIANÇA DEFICIENTE MENTAL NA REDE DE ENSINO PÚBLICO MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA: CARACTERIZAÇÃO DOS ALUNOS

Juliene Madureira Ferreira
Claudia Dechichi
Arlete Aparecida Bertoldo Miranda

O trabalho aqui exposto tem origem em uma das etapas da pesquisa de iniciação científica apoiada e financiada pelo CNPQ, iniciada em 2006 e ainda em andamento na fase de análise dos dados coletados realizada pela aluna bolsista Juliene Madureira Ferreira. A pesquisa visa entre outros objetivos, caracterizar dentro do contexto educacional público a população de alunos identificados e atendidos pelas Escolas Municipais, como crianças ou jovens com necessidades educacionais especiais em decorrência de um quadro de deficiência mental, e que por isso freqüentam as salas de Ensino Alternativo na Rede Municipal de Ensino Público de Uberlândia. A coleta de dados foi realizada por meio de visitas e buscas aos arquivos escolares dos alunos deficientes mentais em onze das treze Escolas Municipais que oferecem e desenvolvem o atendimento à crianças e jovens com necessidades educacionais especiais através do Ensino Alternativo, que conta com a coordenação e o apoio do NADE – Núcleo de Apoio as Diversidades da Secretaria Municipal de Educação. A pesquisa documental aqui descrita foi baseada nos registros escolares desses alunos identificados e atendidos pelas Escolas como sendo alunos deficientes mentais, os documentos que continham além de informações sócio-econômicas das famílias e informações acadêmicas, quando existentes, traziam laudos médicos com confirmações das necessidades de atendimento especial e pedidos de encaminhamentos para salas especiais ou para um atendimento especial, todo o acervo foi cedido pelas Escolas durante as visitas às instituições. Essa pesquisa, fruto da orientação conjunta entre professoras do Instituto de Psicologia e Faculdade de Educação, revela resultados que permitiram fazer uma caracterização sobre o perfil das crianças e jovens que são identificadas como alunos com necessidades educacionais especiais por essas Instituições de Ensino Público, tais como: sexo, idade, grau de escolaridade, tempo de permanência na escola, correlação entre idade e escolaridade são, entre outros, foram aspectos contemplados na pesquisa. Todos os resultados das análises dos dados serão publicados em formato de artigo e atenderão à demanda do NADE servindo como relato de avaliação do Atendimento Especial do Município de Uberlândia, para crianças com deficiência mental. Além disso, os dados presentes ampliam nossa visão acerca de importantes aspectos da prática pedagógica dos professores de alunos com deficiência mental, ao longo do processo de inserção escolar dos mesmos.

Palavras-chave: Prática pedagógica, deficiência mental, ensino público.

ISSN 1981-2566

A COMPREENSÃO TEXTUAL EM ALUNOS COM SÍNDROME DE ASPERGER: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO

Izabel Cristina Silva Moura
Adriana Benevides Soares

Este estudo teve o propósito de investigar a capacidade compreensão textual em alunos com Síndrome de Asperger matriculados no Ensino Fundamental, na Rede Municipal de Educação do Rio de Janeiro atendidos pela Educação Especial. Utilizamos o enfoque da Psicologia Cognitiva na presente pesquisa dentro de uma abordagem de Processamento da Informação. A compreensão textual foi analisada segundo o Modelo de Compreensão Textual de Kintsch e van Dijk (1978). Inicialmente foi necessária a aplicação dos instrumentos de compreensão textual em alunos de turma regular que não apresentam necessidades educacionais especiais para a validação. A análise de compreensão textual nos instrumentos 1 e 2 foram realizadas pelo método de consistência interna considerando o coeficiente Apha de Cronbach obtendo 0,717 no instrumento 1 e 0,494 no instrumento 2. Após validação os instrumentos foram aplicados em 20 alunos com Síndrome de Asperger que responderam a dois instrumentos com quatorze perguntas cada: Instrumento 1 com perguntas abertas e instrumento 2 com perguntas de múltipla escolha. Os sujeitos foram classificados em bons ou maus compreendedores de texto nos dois instrumentos utilizando o cálculo da mediana. Utilizamos o Teste de Friedman para verificar a diferença percentual de acertos nos diferentes níveis de compreensão textual: macroestrutura, argumentação, detalhes e inferências. Comparamos o percentual de acertos nos instrumentos 1 e 2 para verificar o melhor desempenho dos sujeitos e utilizamos o Teste de Mann-Whitney verificando se a ordem de aplicação do instrumento determinaria um melhor desempenho no primeiro instrumento utilizado.Os resultados deste estudo apontaram que os que os alunos com Síndrome de Asperger, sujeitos desta pesquisa, podem ser considerados bons compreendedores de textos nos dois instrumentos utilizados em todos os níveis, com exceção no nível Inferências, onde podem ser classificados como maus compreendedores textuais. Quanto à ordenação dos níveis por desempenho os resultados seguiram a previsão: Inferências (3) < Argumentação (2) < macroestrutura (1) < Detalhes (4). Foi verificado que a ordem de aplicação do instrumento não determinou um melhor desempenho no primeiro instrumento utilizado.Os resultados apontam a necessidade de refletir sobre as especificidades desses sujeitos e sua maneira peculiar de interpretação textual e a urgência de pensar suas necessidades educacionais especiais e as respostas educacionais necessárias para seu pleno desenvolvimento e a concretização de uma verdadeira inclusão escolar.

Palavras-chave: Compreensao textual, Asperger, educação especial.

ISSN 1981-2566

A DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NO ENSINO SUPERIOR: NOVOS DESAFIOS AOS PROFESSORES

Marian Ferrari

O ingresso de uma aluna com deficiência intelectual numa universidade particular de São Paulo é ponto de partida para discutir os desafios ligados à entrada de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino superior no atual cenário brasileiro. Para tanto, retomamos a história do nascimento das universidades – origem de todo ensino superior - a fim de melhor compreender o papel desta instituição educacional. Destaca-se neste resgate a questão da autonomia como uma de suas marcas identitárias fundamentais, presente também na fundação das primeiras universidades brasileiras. O crescimento desordenado das instituições particulares de ensino superior a partir da década de 90 impõe novas características a esse espaço. O aumento de vagas no ensino particular teve como uma de suas conseqüências o surgimento de uma nova situação em que alguns cursos passaram a oferecer mais vagas do que os candidatos neles inscritos. Neste novo panorama de alunos, destacamos aqueles com deficiência intelectual e outras necessidades educacionais especiais relacionadas a dificuldades de aprendizagem que têm – assim como os demais alunos – ingressado legitimamente nesse espaço acadêmico. Analisamos também o percurso da educação inclusiva no cenário nacional. A educação brasileira tem passado por intensas transformações nessa área com assinatura de declarações internacionais e a promulgação de leis inclusivas. Porém, as ações nessa área ainda suscitam controvérsias. A presença do especialista, a elegibilidade do aluno nos diferentes níveis educacionais, a aplicação de provas especiais e a alteração do currículo, por exemplo, permanecem temas centrais do debate. Com relação à experiência específica da entrada da aluna com deficiência intelectual na instituição em questão, observou-se que para os professores, além das questões mais emergentes, tais como a avaliação e a elegibilidade da aluna para as disciplinas, ocorreram também dificuldades nas relações professor-aluno decorrentes do preconceito. O ataque à aluna, desqualificando-a sem mesmo conhecê-la e a fuga diante da aluna, evitando o contato foram algumas das atitudes observadas. As atitudes do professor em sala de aula podem revelar uma predisposição positiva ou negativa anterior a um conhecimento real do aluno com deficiência. Tal predisposição pode se constituir em mais um dos obstáculos à implantação da educação inclusiva, o que impõe aos educadores um novo desafio: lidar com os próprios preconceitos. Outro desafio cabe às instituições de ensino superior. Seus objetivos devem ser claramente definidos e compartilhados com a comunidade universitária tanto no que diz respeito à sua finalidade quanto à elegibilidade de seu alunado, sustentando e incentivando o trabalho docente.

ISSN 1981-2566

A CONSTRUÇÃO DE AMBIENTES INCLUSIVOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: RELATO DE UMA PESQUISA

Suely de Barros Brandão

Esta comunicação tem como propósito apresentar os dados obtidos no projeto de pesquisa "A construção de ambientes inclusivos na Educação Infantil", que vem sendo desenvolvida junto a uma Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI) localizada no bairro do Butantã, na cidade de São Paulo. Foi decidido que a pesquisa aconteceria numa escola pública e regular, que tivesse crianças com necessidades educacionais especiais matriculadas, uma vez que a presente pesquisa tem como foco a inclusão de crianças deficientes na Educação Infantil. O objetivo da pesquisa é identificar as barreiras que impedem ou dificultam a inclusão, bem como os determinantes que contribuem na construção de ambientes inclusivos, entre os quais destacamos o envolvimento dos profissionais e das famílias. Para a analise destas questões utilizamos o referencial teórico da teoria critica da sociedade. Acreditamos que para a construção de um ambiente inclusivo é necessária a participação de todos os profissionais da escola, além das crianças, famílias e comunidade. Para alcançarmos os objetivos da pesquisa utilizamos uma metodologia extensa e diversificada, organizada a partir dos seguintes passos: observações das rotinas dos profissionais da escola (professores, técnicos e profissionais de apoio), observações da rotina dos grupos de crianças, levantamento de registros institucionais, entrevistas com as crianças e profissionais, discussões e análise dos dados. A pesquisa ainda está em andamento e até o presente momento realizamos: a) observações em uma turma do Estágio I (crianças de 3 e 4 anos), uma de Estágio II (crianças de 4 e 5 anos) e uma de Estágio III (crianças de 5 e 6 anos); b) levantamento dos registros da escola: projeto político pedagógico, diários de classe, atas de reuniões de planejamento, relatos de desenvolvimento das crianças, fotos e outras formas de registro; c) entrevistas com crianças. Até o momento as entrevistas foram realizadas com grupos de 3 a 5 crianças. A partir do que já foi realizado temos dados significativos de como se dão as relações na escola e também do envolvimento dos diversos profissionais na instituição. Existem contradições evidentes entre as concepções de criança e educação adotadas por cada profissional, e também entre o discurso e a prática institucional. É importante que a pesquisa consiga identificar a que se devem tais contradições a as possíveis formas de superá-las. Estes dados abrem espaço para uma vasta discussão sobre as dificuldades enfrentadas no interior das instituições de Educação Infantil.

Palavras-chave: eduacação inclusiva, educação infantil, preconceito.

ISSN 1981-2566

ALUNO OU BANDIDO? UMA REFLEXÃO ACERCA DOS ESTEREÓTIPOS QUE PERPASSAM A RELAÇÃO PROFESSOR-ALUNO NO INTERIOR DA FEBEM-SP

Juliana Silva Lopes

Diversas pesquisas apontam para o fato de que as relações escolares, muitas vezes, são atravessadas pelos preconceitos de classe, raça, gênero e geração. O discurso que permeia a educação pública brasileira centra a responsabilidade pelo fracasso escolar no aluno ou em suas famílias, a partir de teorias ideológicas, como a Teoria da Carência Cultural. Mesmo criticado duramente há pelo menos duas décadas, pesquisas recentes mostram a permanência desse discurso entre os educadores. Este trabalho visa discutir sobre como as representações que os professores constroem sobre seus alunos são determinantes das relações escolares e, conseqüentemente, do processo de ensino-aprendizado. Para tanto, o cenário dessa discussão é uma escola situada no interior de um Complexo de Internação da FEBEM-SP. Os Complexos de Internação da Febem-SP incluem escolas. Os internos são matriculados em escolas estaduais localizadas na região do Complexo de Internação que recebem o nome de Escolas Vinculadoras. Destas escolas também fazem parte o corpo docente, assim como a administração e a direção escolar. A educação escolar que se dá no interior da FEBEM-SP enfrenta problemas e dificuldades semelhantes aos encontrados em qualquer escola pública do país, com a agravante de acontecer dentro de uma instituição de reclusão, onde a população atendida é depositária de todos os preconceitos de raça e de classe, além da responsabilidade pela violência que aflige o cotidiano dos cidadãos. Quando a população a ser educada é formada de adolescentes, majoritariamente negros, mestiços, pobres e, além de tudo, infratores, é preciso atentar para os perigos de uma visão preconceituosa, principalmente, porque algumas concepções ditas científicas, a serviço das relações sociais de poder, depreciam essa população. A educação escolar nunca teve um lugar de destaque na vida desses adolescentes. Para a maioria, o período passado nos bancos escolares é lembrado com descaso ou desgosto. Repetidas histórias de fracasso e discriminação são relatadas por eles em diversas ocasiões. Na FEBEM, o trabalho escolar é controlado pelas diretrizes e pelo cotidiano das Unidades, que funciona no registro da contenção e não da educação, tendo a escola (professores e direção) pouca autonomia na realização de seu trabalho. O trabalho docente deve ser enquadrado nas regras da Unidade de Internação, onde a prioridade é o controle e o disciplinamento. Não só os alunos são vigiados em sala de aula por funcionários da segurança; os professores também o são. No entanto, muitos professores que lá trabalham, ao proporem construir, não sem ambigüidade, uma relação com os alunos pautada no respeito e no diálogo, sem repetir o ciclo de discriminação a que esses adolescentes são constantemente submetidos, trazem a possibilidade de produzir fendas na forma dominante de tratamento dos internos, ou seja, podem atuar como “artífices das brechas”, criando rachaduras no instituído. Por não serem tratados como bandidos e, sim, como alunos, os adolescentes, ainda que em espaço restrito e em breves momentos, podem viver experiências intersubjetivas que repercutam positivamente em sua subjetividade, em especial, sobre a sua identidade, para o que o número reduzido de alunos em sala de aula pode contribuir.

Palavras-chave: Preconceito, relações escolares, FEBEM-SP.

ISSN 1981-2566

ATENDIMENTO AO SUPERDOTADO

Edileusa Borges Porto Oliveira
Vivianne Bezerra Figueiredo Lima

O atendimento a alunos superdotados é uma área que vem recebendo de longa data, uma maior atenção em inúmeros países preocupados em oferecer aos indivíduos que se destacam por suas habilidades excepcionais, uma educação de qualidade e o incentivo ao desenvolvimento e expressão de suas potencialidades superiores. Também no Brasil, o interesse pelo atendimento diferenciado a esses indivíduos vem crescendo nas últimas três décadas. Em alguns estados do país existem programas de atendimento ao superdotado que vêm, apesar das limitações encontradas na área, se mantendo e implementando melhores condições de atendimento a alunos das redes pública e privada de ensino. A educação para alunos especiais tem recebido um foco mais centrado, entretanto, ao incluir o aluno com altas habilidades/superdotação preconceitos e mitos vem à tona dificultando, ainda mais, a identificação, desenvolvimento e aprimoramento das habilidades daqueles que têm um potencial mais avançado. É imprescindível investir na formação do indivíduo com altas habilidades/superdotação em seus aspectos cognitivo, emocional, social, moral para que seu potencial não seja direcionado de maneira errônea e para que possa contribuir, de uma forma mais efetiva, com a sociedade como um todo. Dessa forma, salienta-se a importância de se conhecer a percepção dos profissionais que atuam diretamente no atendimento a crianças e jovens com altas habilidades/superdotação para que os equívocos que foram apresentados no passado e que são observados no presente não venham sufocar o potencial daqueles que necessitam de um olhar diferenciado. Sendo assim, este trabalho apresenta os resultados e análise de uma pesquisa exploratória realizada com professores integrantes do Programa de Atendimento a Superdotados da Gerência de Apoio à Aprendizagem do Superdotado e do Hiperativo da Secretaria de Educação do Distrito Federal, que teve o objetivo de investigar a percepção dos profissionais que atuam diretamente no atendimento a crianças e jovens com altas habilidades quanto aos seguintes aspectos: participação dos alunos no programa; habilidades percebidas com maior freqüência; atividades específicas para cada tipo de habilidade; contribuição das atividades para o desenvolvimento dos talentos; dificuldades encontradas no desenvolvimento do programa; a socialização dos alunos e o perfil necessário ao professor que trabalha com alunos superdotados. A coleta de dados foi realizada a partir de entrevistas semi-estruturadas e da análise qualitativa dos discursos, tendo, os resultados obtidos, principalmente, evidenciado aspectos relacionados a algumas das maiores dificuldades encontradas por esses profissionais no atendimento aos indivíduos com altas habilidades/superdotação, a contribuição das atividades propostas para o desenvolvimento dos talentos e a importância da capacitação e sensibilidade dos professores que atuam no Programa.

Palavras-chave: Superdotação, atendimento ao superdotado, professor.

VIII Congresso Nacional de Psicologia Escolar e Educacional
26 a 29 de Abril de 2007
ISSN 1981-2566

ATITUDES DOS PARES EM RELAÇÃO AOS COLEGAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS: A PERCEPÇÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA MENTAL

Patrícia Rocha de Azevedo
Altemir José Gonçalves Barbosa
Priscilla Caselatto

Nos últimos anos, muitos países, dentre eles o Brasil, optaram por uma política educacional que busca assegurar o acesso de pessoas com necessidades educacionais especiais (NEE) às escolas e salas comuns do sistema regular de ensino. Apesar do processo de inclusão escolar ser recente, já há fortes evidências de que a educação inclusiva pode favorecer o desenvolvimento sócio-emocional de estudantes do ensino fundamental que têm NEE. A inclusão escolar é fundamental para estes alunos, pois as interações estabelecidas no meio escolar, especialmente o relacionamento com os pares, são fundamentais para o desenvolvimento social de todas as crianças, com e sem NEE. Dentre os múltiplos fatores que exercem papel decisivo na acessibilidade, na permanência e no sucesso dos alunos com NEE nas escolas e salas comuns do sistema regular de ensino, optou-se por estudar as barreiras atitudinais, isto é, as atitudes em relação à educação inclusiva, mais especificamente como as atitudes de estudantes do ensino fundamental em relação aos pares em inclusão são percebidas pelos discentes com NEE. O estudo foi realizado com quatro crianças com NEE, do primeiro ciclo do ensino fundamental (1ª a 4ª série), de duas escolas públicas da cidade de São Paulo. Todos os participantes são classificados pelas escolas como pessoas com deficiência mental. Para tal pesquisa foi elaborada uma escala que teve como base outro instrumento utilizado em estudo transcultural sobre as atitudes em relação à Síndrome de Down. A escala foi adaptada à realidade dos alunos participantes e, conforme o interesse dos autores, passou a abranger todas as NEE. Dois fatores foram investigados: inclusão escolar; e socialização. O instrumento foi aplicado na forma de entrevista semidirigida. A coleta de dados foi precedida por cuidados éticos: aprovação por um Comitê de Ética em Pesquisa; obtenção do consentimento livre e esclarecido; etc. Os resultados revelam que os estudantes com NEE percebem de forma positiva as atitudes dos pares em relação à socialização. A percepção deles sobre a inclusão escolar tende ser ainda mais positiva se comparada à socialização. Assim, parece que as atitudes dos pares não constituem um impeditivo para que a inclusão escolar aconteça de maneira efetiva. Isto já é, no mínimo, um indicador de que é possível obter alguns benefícios sociais quando se têm sistemas educacionais inclusivos, visto que a escola é um contexto não só de ensino-aprendizagem, mas também um espaço essencialmente social, assim sendo, o desafio para os educadores é tornar a escola um contexto social em que todas as crianças se desenvolvam com respeito mútuo, valorizando tanto suas características comuns quanto suas diferenças individuais. Há que ressaltar a necessidade de que as pesquisas sobre educação inclusiva “dêem voz” aos maiores interessados: os estudantes com NEE.

Palavras-chave: Atitudes, inclusão escolar, socialização.

ISSN 1981-2566

AVALIAÇÃO DE PSICÓLOGOS QUANTO À SUA ATUAÇÃO JUNTO À CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA

Maria das Graças Araújo
Maria Jésia Vieira

Sob a perspectiva de uma sociedade inclusiva e do compromisso social assumido pela Psicologia com os direitos humanos e as políticas públicas, a atuação do psicólogo junto às crianças com deficiência mental ganha acento em importância e complexidade face às novas demandas que se estabelecem na Educação, exigindo profissionais habilitados para esse exercício. Dada aimportância das necessidades humanas básicas para o desenvolvimento saudável de qualquer criança, realizou-se pesquisa que analisou como psicólogosavaliam seu preparo profissional para atender tais necessidades em crianças com deficiência mental. Para tanto, na fase exploratória, identificou-se as necessidades básicas destas crianças, em escola especial da rede pública estadual de ensino de Aracaju/Sergipe, através de observação participante com uma amostra de 07crianças em idade escolar. Os dados dessa fase foram submetidos à análise de conteúdo, tendo como referencial teórico a Hierarquia das NecessidadesHumanas Básicas sistematizadas por Maslow. Como resultado, obteve-se um inventário constando de 31 necessidades identificadas, com base no qual foiconstruído um instrumento de coleta de dados da pesquisa com os profissionais, a qual caracterizou a sua atuação em relação às necessidadeslevantadas; identificou as fontes de preparo para essa atuação e estabeleceu um paralelo entre o elenco dessas necessidades e a demanda de atendimento específico do profissional de psicologia. O instrumento, denominado deinstrumento misto, constou de um check-list incluído no corpo de uma entrevista estruturada, realizada com uma amostra de 15 psicólogos comexperiência no atendimento a crianças com deficiência mental. Os dados obtidos através do check-list foram analisados por procedimentos quantitativos e as falas dos entrevistadosanalisadas por meio de análise de conteúdo. Os resultados mostraram que 60% da amostra se sente preparada para atender às necessidades básicas dascrianças em sua totalidade, sendo a prática profissional destacada como a principal fonte desse preparo com 24,6% das respostas, sendo esta prática entendida, também como lugar para a construção de uma metodologia assistencial específica, apontando para a necessidade de sistematização do atendimento psicológico com essa clientela. A graduação aparece em segundo lugar de importância com 21,4% das respostas. No geral, os resultados da pesquisa apontaram para a necessidade inadiável da graduação em psicologiafazer um investimento no sentido de atender às necessidades de inclusão propostas pelas políticas públicas atuais de inclusão social que reconhecem o direito de todos aos bens e serviços da comunidade. Nesse sentido, é preciso reconhecerque a pessoa com deficiência mental ou com outra especificidade também é objeto de atenção psicológica, de modo que essa temática deve ser integrada às diferentes disciplinas da graduação, com base em discussões do corpo docente, discente e demais autoridades, considerando os preceitos das novas Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia, que prevê a formação profissional articulada com as demandas da sociedade.

Palavras-chave: Atuação profissional do psicólogo, deficiência mental, necessidades humanas básicas.

ISSN 1981-2566

AVALIAÇÃO E REABILITACÃO DE PROBLEMAS DE APRENDIZAGEM - SISTEMA COLABORATIVO

Ameli Gabriele Batista Fernandes
Altemir José Gonçalves Barbosa

Na busca de uma alternativa de atendimento para a demanda de crianças, adolescentes e adultos que chegavam ao Centro de Psicologia Aplicada com a queixa de "problemas de aprendizagem", implementou-se o projeto Avaliação e Reabilitacão de Problemas de Aprendizagem - Sistema Colaborativo (ARPA-SISCO) que tem por objetivo ofertar à comunidade de Juiz de Fora um serviço do CPA de avaliação e reabilitação psicoeducacional colaborativas que servisse como alternativa às formas tradicionais – e ineficientes – de trabalho com as dificuldades de aprendizagem. O serviço objetiva, também, aliar pesquisa aplicada e extensão por meio do desenvolvimento de instrumentos e tecnologias de avaliação psicoeducacional das dificuldades de aprendizagem. Se for considerada a estrutura geral, a metodologia do projeto não difere das formas tradicionais de psicodiagnóstico e tratamento das dificuldades de aprendizagem: avaliação – tomada de decisão – intervenção ou desligamento. Todavia, a essência é diferente, uma vez que terá como princípio norteador ser um trabalho colaborativo entre psicólogos, educadores, pais e, se necessário, outros profissionais de saúde. O projeto ARPA-SISCO está em funcionamento há um ano. Assim, este relato de experiência tem como objetivo compartilhar as vivências, especialmente as dos estagiários, ao longo deste período. Atualmente, há cinco estagiários atendendo a treze crianças e adolescentes, com demandas diversas como altas habilidades, dificuldades de leitura e escrita, e dificuldades gerais de aprendizagem. A partir do contato com os pais, busca-se, logo no inicio da avaliação, saber quais os tratamentos e trabalhos que já tenham sido ou estejam sendo desenvolvidos com o cliente. De acordo com a relevância para a compreensão e manejo do caso, estes profissionais (professores, fonoaudiólogos, médicos) serão entrevistados, e possivelmente se tornarão parceiros dos estagiários na fase de avaliação e, principalmente, durante a reabilitação. É neste aspecto que reside uma das maiores dificuldades do trabalho, pois muitos deles não estão dispostos a repensar seus conceitos, dialogar com outras áreas, modificar sua forma tradicional de trabalhar. Esta experiência vem promovendo entre os estudantes o aprendizado de que o trabalho só consegue ser eficaz a partir de uma parceria que consiga abarcar diferentes âmbitos da existência dos pacientes, e que para alcançar tal objetivo, por vezes, é necessário saber adequar o discurso de modo a convidar pais e profissionais à pensarem de uma forma bem diferente da tradicional, a apostarem no desconhecido e sobretudo, na capacidade dessas pessoas. O projeto propõe, ainda, o acompanhamento destes durante certo tempo após a reabilitação, visando analisar a eficácia do trabalho no que concerne à potencialização das capacidades dos sujeitos por ele assistidos.

ISSN 1981-2566

AVALIAÇÃO EDUCACIONAL E O PROCESSO DE APRENDIZAGEM DA PESSOA COM RETARDO MENTAL NA PERSPECTIVA HISTÓRICO-CULTURAL

Alexandra Ayach Anache

A discussão sobre o processo ensino-aprendizado sempre foi objeto de estudo, constituindo-se fundamento para pesquisas relacionadas à escolarização de crianças, sobretudo daquelas que apresentam retardo mental. No caso destas pessoas é preciso considerar que além do direito à educação no âmbito escolar, elas devem ter acesso aos conhecimentos e habilidades socialmente construídos e acumulados ao longo da história. Embora, alguns alunos tenham acesso à escola, tal acesso não lhes garante à aprendizagem, uma vez que as práticas pedagógicas pautam-se numa visão "tecnicista" de aprendizagem da leitura e da escrita, bem como de outros conteúdos acadêmicos. Sabe-se que, os trabalhos realizados com pessoas que apresentam retardo mental são baseados em experiências adquiridas no senso comum, como pouca reflexão. Registre-se que essa prática é milenar, sobretudo no que diz respeito ao trato com sujeitos que apresentam estas características. O desenvolvimento e a aprendizagem não são observados como objetos que viabiliza o conhecimento dos alunos que dariam forma ao processo de ensino. Estes estão sendo tomados com sinônimos, o que tem implicados na compreensão de que os sujeitos aprendem e se desenvolvem ao mesmo tempo, dificultando a leitura de situações permeadas por conquistas a serem realizadas pelos sujeitos. Interessa-nos discutir com os profissionais outras possibilidades de compreensão sobre a avaliação educacional de sujeito que apresentam retardo mental, vislumbrando criar subsídios para a prática pedagógica. Conteúdo: 1) Aprendizagem na histórico-cultural 2) O processo de aprendizagem na versão da educação de pessoas com retardo mental 3) A prática da avaliação educacional de pessoas com retardo mental

ISSN 1981-2566

BRINCAR E INCLUIR: UMA PROPOSTA DE ATENDIMENTO PARA CRIANÇAS COM QUEIXA ESCOLAR E DEFICIÊNCIA VISUAL

Dorinha Maria dos Santos
Celia Vectore

Trata-se de uma proposta de atendimento de crianças com queixa escolar. O trabalho foi realizado em uma sala com 18 crianças entre 7 e 10 anos da fase introdutória do ensino fundamental, com queixas escolares de uma instituição pública, localizada em Uberlândia, MG. O objetivo da intervenção foi estimular a criatividade, o desenvolvimento psicomotor e a integração social. Para tanto, foi adotado o seguinte procedimento: 1º observação em contexto escolar e aplicação de provas do protocolo de avaliação psicomotora; 2º intervenção junto às crianças e professora, por meio da utilização de brincadeiras, histórias, confecção de brinquedos e confecção de um livrinho de história, a qual foi encenada em uma apresentação pelas crianças, no encerramento do trabalho. O mesmo livrinho foi, posteriormente,adaptado para as crianças deficientes visuais transformando as imagens visuais em imagens táteis. Por meio de observações foi possível constatar uma melhora na performance tanto nas interações sociais em sala de aula, quanto no desenvolvimento psicomotor dos alunos. Espera-se, que os dados desta intervenção possam corroborar com outros achados que apontam a dimensão efetiva do brincar e da literatura, enquanto fator de desenvolvimento humano, como por exemplo, o enriquecimento do banco de imagens táteis-cinestésicas da criança cega através do manuseio dos livrinhos de imagens táteis.

Palavras-chave: Imagens táteis, psicomotricidade, brincar, interação social.

ISSN 1981-2566

CENTRO PARA DESENVOLVIMENTO DO POTENCIAL E TALENTO - CEDET *– 2006

Zenita Cunha Guenther

O CEDET é um espaço de apoio especializado e suplementação educacional ao aluno dotado e talentoso, criado em Lavras, Minas Gerais, em 1993, com suporte dos sistemas públicos de educação. Seu referencial teórico é construído sobre bases do pensamento humanista, focalizando o potencial sinalizado pelo aluno, e as áreas básicas à formação humanista: Desenvolver o "auto-conceito"; Cultivar sensibilidade e respeito ao "outro"; e Construir um quadro referencial de "visão de mundo", amplo, rico e bem informado. A organização pedagógica envolve três áreas de enriquecimento: a) Organização Social, Comunicação e Humanidades -focalizando a idéia e presença do "Outro"; b) Ciência, Investigação e Tecnologia – voltada para a compreensão e formação da "visão de mundo"; c) Criatividade, Habilidades Especiais e Expressão - promovendo auto-conhecimento e formação pessoal. O processo de Identificação orienta-se por observação direta, em sala de aula, seguida de um período de "observação assistida". A ação educativa centra-se no Plano Semestral elaborado com cada aluno, para 8 a 10 horas semanais de trabalho, incluindo medidas administrativas, como aceleração, e atividades de enriquecimento e estimulação que atendam a suas características, interesses, necessidades, estilo e ritmo de aprendizagem. A metodologia desenvolvida para o CEDET inclui uma combinação de Grupos de Interesse, iniciados quando pelo menos 5 crianças apontam um tronco comum de interesse, assunto ou tema; Projetos, para responder a um interesse específico a que desejem explorar um assunto em profundidade; Grupos de Trabalho, para tarefas de execução, Encontros Gerais, onde são abordados interesses amplos e transversais; Estudo Independente e Orientação Pessoal. A equipe especializada é mantida pelos sistemas municipal e estadual de educação. Para orientar os conteúdos estudados são recrutados voluntários na comunidade, acionados de acordo com as necessidades detectadas no Plano de Trabalho dos alunos. A avaliação do processo educativo segue um plano em espiral, com sessões regulares de acompanhamento semanal, e avaliação sistematizada ao final do semestre letivo, devidamente documentada e registrada. Nas sessões semanais da equipe são discutidos casos individuais, avaliado e planejado o andamento das atividades, assistência aos voluntários e orientação a escolas e famílias, e discutidos estudos, pesquisas, publicações e eventos de realce na área, realizados no Brasil e exterior. A formação básica da equipe é assegurada desde 2001, quando foi instalado na UFLA, em convênio com a ASPAT / CEDET, o Curso de Especialização na modalidade semi-presencial, sob o título - Educação para Talentosos e Bem Dotados, que recebe alunos de vários Estados do Brasil.

ISSN 1981-2566

CEDET: CENTRO PARA O DESENVOLVIMENTO DO POTENCIAL E TALENTO

Altemir José Gonçalves Barbosa
Carlos Eduardo de Souza Pereira
Élida Aparecida de Oliveira
Fernanda do Carmo Gonçalves
Natália Nunes Scoralick
Tatiana de Castro Amato

Existiam 640.317 estudantes com necessidades educacionais especiais (NEE) matriculados em escolas especiais/classes especiais ou em escolas regulares/classes comuns em 2005, segundo o Censo Escolar. Apenas 0,3% (n= 1.928) desses alunos eram considerados discentes com altas habilidades/superdotação. Os restantes (99,7%; n= 638.389) aparecem distribuídos entre as demais NEE, representadas principalmente por deficiências. É relevante destacar que somente surdocegueira (0,17%; n = 1.127) apresenta um escore inferior ao de altas habilidades. Os dados do Censo Escolar revelam que há certa negligência em relação aos talentos do país, uma vez que os percentuais relativos às "deficiências" superam em muito o de "elevada eficiência". O percentual de estudantes talentosos pode chegar à 15% da população. Como o aluno talentoso pode ter que suportar muito tédio em sala de aula regular, pois normalmente termina as tarefas e aprende o tema mais rápido que os demais, ele necessita de uma educação diferenciada, na qual suas características individuais não sejam consideradas empecilhos ao oferecimento de oportunidades de aprendizagem, conforme habilidades, interesses, estilos de aprendizagem e potencialidades dos alunos. Propiciar condições que permitam a expressão de seus interesses e o desenvolvimento de possíveis talentos deveria ser o ponto de partida de uma educação realmente democrática. No Brasil, ainda é difícil encontrar trabalhos efetivos de inclusão escolar entre as pessoas com necessidades especiais. Com relação a trabalhos realizados com crianças talentosas o número é ainda menor e limita-se a serviços extremamente pontuais em cerca de dez cidades em todo o país. Esta comunicação científica tem como objetivo apresentar e analisar um deles: o Centro para Desenvolvimento do Potencial e Talento – CEDET, de Lavras, MG. Ele foi fundado em 1993 e atende a população em idade escolar. Seu principal objetivo é procurar talento e capacidade nos escolares, acompanhar e estimular esse potencial. Não se restringe ao desenvolvimento das características de dotação, mas abrange também a formação integral dos estudantes dentro de valores humanistas de auto-realização pessoal, consideração e respeito aos outros, visão de mundo ampla e informada, contribuição consciente e intencional para com o aperfeiçoamento da sociedade e da qualidade de vida humana. A organização pedagógica do CEDET compreende três áreas básicas: comunicação, organização e humanidades; ciência, investigação e tecnologia; e criatividade, habilidades e expressão. O ingresso nos projetos é possibilitado pela observação do aluno em sala de aula, por professores capacitados, e não se limita ao desempenho acadêmico, pois a forma como ele se comporta e se relaciona com outros, assim como seu estilo de ser, perceber, analisar e abordar as situações nas quais se encontra, também é considerado. Os alunos identificados são convidados a participar do CEDET, sob a supervisão constante de um facilitador e compreende o desenvolvimento de um plano semestral de trabalho com a participação do aluno e ajuda de voluntários da comunidade. Atualmente são observadas 347 crianças e 348 participam de projetos no Centro. A participação da comunidade, o amplo alcance do Programa e seu caráter público representam uma alternativa viável para implementação de propostas realmente inclusivas na educação.

ISSN 1981-2566

ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DE ALUNOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA VISUAL EM PROCESSO DE INTERAÇÃO COM O PROFESSOR

Beatriz Schmidt
José Gonçalves Medeiros

Ensinar e aprender refere-se a um processo que ocorre, pelo menos, entre dois personagens. Para compreendê-lo é necessário descrever a interação entre o que faz o professor e o que acontece com o aluno em decorrência desse fazer. Assim, descrever as situações em que esses personagens atuam é fundamental para entender a reciprocidade presente entre professores e alunos, onde uns propiciam condições para o desempenho dos outros. O presente trabalho teve como objetivo observar e descrever as respostas emitidas por alunos portadores de visão subnormal em processo de interação com o professor. Foram realizadas sessões de observação na Fundação Catarinense de Educação Especial, durante aulas avaliativas de uma profissional da área de Pedagogia, com alunos portadores de baixa acuidade visual. O procedimento ocorreu em três fases distintas. Durante a primeira fase foi utilizada a técnica de registro contínuo cursivo, que consiste em registrar, dentro de um período ininterrupto de tempo de observação, os eventos tais como eles se apresentam, obedecendo à seqüência temporal em que ocorrem. Num período de 15 minutos, o registro contínuo cursivo foi efetuado, possibilitando o levantamento do repertório comportamental do aluno portador de visão subnormal. Na segunda fase do procedimento, utilizando os dados obtidos por meio do registro contínuo cursivo, foram organizadas e definidas 14 categorias de análise referentes tanto a aspectos morfológicos quanto a aspectos funcionais das ações dos participantes. Durante a terceira fase do procedimento, a partir das 14 categorias de análise definidas, foram efetuadas observações utilizando a técnica de registro de eventos, que consistiu em anotar, minuto a minuto, o número de respostas emitidas pelo aluno portador de baixa acuidade visual, durante um período de 15 minutos. Os resultados apontam uma maior porcentagem de categorias de análise de interação em contraposição a uma menor porcentagem de outras categorias de análise que não as de interação relativas aos participantes. Além disso, há predominância na atividade de orientação das tarefas por parte da pedagoga. A discussão dos resultados mostra a importância da observação direta como instrumento de coleta de dados, ao criar condições para conhecer a relação entre professor e aluno e os processos de ensino e aprendizagem desenvolvidos no contexto da educação especial. Mostra-se, também, a importância da interação como recurso educacional no sentido de que o aluno portador de visão subnormal, por meio de aprendizagens resultantes do ensinar-aprender, tem condições de conhecer e se relacionar melhor com o meio que o rodeia.

Palavras-chave: Interação professor-aluno, deficiência visual, educação especial, observação direta.

ISSN 1981-2566

ATENDIMENTO A ALUNOS COM ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO PARA A FORMAÇÃO DE NOVOS PROFISSIONAIS

Cristina Maria Carvalho Delou

Este projeto foi desenvolvido através de pesquisa-ação a fim de formar licenciandos de Psicologia (1), Pedagogia (6), História (1), Física (1) e Matemática (1) interessados na identificação e escolarização de alto nível para alunos com altas habilidades/superdotação. Constatou-se que os universitários não possuíam conteúdos específicos sobre alunos com necessidades educacionais especiais na formação para magistério. Os primeiros contatos teórico-práticos foram pela Lista Base de Indicadores de Superdotação - parâmetros de observação na sala de aula (Delou, 2001), relatos e entrevistas das histórias de vida e o resultado da avaliação psicológica de inteligência (percentil maior que 95 nas Matrizes Progressivas de Raven, Escala Geral e Avançada). Os licenciandos leram textos sobre altas habilidades/superdotação, planejaram atividades individuais e coletivas para encontros semanais de duas horas com alunos com altas habilidades/superdotação (exercícios de criatividade, julgamento moral, e outros), participaram de eventos temáticos, fizeram contatos com professores universitários parceiros e acompanharam alunos incluídos, precocemente, no ensino superior para a realização de projetos de aprendizagem ou como ouvintes. Constataram que alunos com altas habilidades/superdotação atendidos em programa de enriquecimento escolar e tutoria pedagógica apresentaram maior auto-estima, capacidade de julgamento moral amadurecida e capacidade de pensamento criador em desenvolvimento. Tiveram maior conhecimento sobre o perfil, emoções, pensamentos, atitudes, desempenho escolar, adaptação social daqueles alunos. Mostraram que, uma vez qualificados para o trabalho com alunos especiais, foram capazes de desenvolver práticas pedagógicas inclusivas de alto nível, de se colocar humanamente como professor-pesquisador com sentimentos e atitudes, de promover mudanças dentro de si mesmos, construindo conhecimentos e sentido na formação profissional. Espera-se que sejam educadores menos preconceituosos.

Palavras-chave: Altas habilidades, superdotação, superdotados.

ISSN 1981-2566

ANÁLISE INSTITUCIONAL DO CENTRO INTEGRADO DE ENSINO ESPECIAL SGAS 912-BRASÍLIA-DF

Cristina Massot Madeira-Coelho

Este trabalho propõe a análise institucional de uma instituição pública de ensino especial do Distrito Federal, o Centro Integrado de Ensino Especial (CIEE) da Secretaria de Ensino Especial do Distrito Federal (SEDF). Parte da discussão apresentada na análise institucional é contextualizada pela apresentação de três estudos de caso. Inaugurado em 1973, com um arrojado plano arquitetônico que ocupa um parque de área verde de 20 mil metros quadrados no Plano Piloto, o CIEE pode ser considerado, para aquele momento histórico, um grande avanço na política pública de atendimento à clientela a Educação Especial. Ao todo são 8 módulos interligados e subdivididos em diferentes números e ambientes, compõe o conjunto 1 hall social, 1 auditório, 1 quadra de esportes, 1 piscina, 1 guarita, 1 parque juvenil desativado e 1 horta escolar. Com o programa de inclusão educacional, atualmente, o CIEE passou a atender exclusivamente alunos com idade superior a 14 anos e com deficiências de diferentes graus e tipos. São 94 alunos, entre o matutino e vespertino, atendidos por 71 professores, dos quais 18 têm contratação temporária. Da excelência como política pública, representada à época de sua inauguração, nos dias de hoje os centros de ensino especial são considerados instituições educacionais que evidenciam o caráter segregador no atendimento a pessoas com deficiência. A filosofia da educação para diversidade, insiste no convite aos CEEs para continuamente repensar e redefinir seu atual formato questionando até mesmo a função da sua existência. Esse jogo de valores dicotômicos conferidos à instituição, entre um bem supremo e o mal maior, contextualiza histórica e simbolicamente a análise aqui proposta e orienta a compreensão dos aspectos da subjetividade social (Rey, 2002, 2003, 2004) que se configuram. Assim, são abordados aspectos da Estrutura Física, da documentação que rege a dinâmica da instituição, das Práticas Educativas e da Gestão Escolar. Nesses quatro componentes da dinâmica da instituição, procurou-se identificar, aspectos problematizadores que impactam os sujeitos que aí convivem. Aborda-se, por exemplo, como a falta de uso do Currículo da Educação Básica como norteador do planejamento e das ações pedagógicas, somada à forma de Avaliação realizada por relatório descritivo e individual de acompanhamento semestral com livre redação por parte do professor e ampliada pelo Atendimento pedagógico realizado sem planejamento de ensino e sem definição dos objetivos para o avanço nas competências já adquiridas impactam os sujeitos e indicam para a desmotivação e desinteresse dos alunos e baixo nível de exigência da clientela como um todo. Os três estudos de caso apresentados procuram discutir e evidenciar como as reflexões histórica, simbólica e institucional se organizam como formas da subjetividade social e impactam as histórias dos sujeitos e suas subjetividades individuais.

Palavras-chave: Educação Especial/Inclusiva, subjetividade, análise institucional, sujeito.

ISSN 1981-2566

CONCEPÇÕES DE DEFICIÊNCIA E INCLUSÃO DE EDUCADORES E ACOMPANHANTES TERAPÊUTICOS DE DUAS INSTITUIÇÕES QUE ATENDEM PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS MÚLTIPLAS

Ricardo Schers de Góes
José Fernando Bitencourt Lomônaco

Concepções de deficiência e inclusão de educadores e acompanhantes terapêuticos de duas instituições que atendem pessoas com deficiências múltiplas.O presente trabalho foi realizado em duas instituições voltadas para o atendimento de pessoas com deficiências múltiplas, ambas de pequeno porte, localizadas no estado de São Paulo. Participaram da pesquisa os educadores e os acompanhantes terapêuticos destas instituições. Aos sujeitos foram entregues um bloco de papel com três páginas. Na parte superior da primeira página, o participante deveria informar alguns dados pessoais (nome, sexo, profissão, cargo e função); na parte inferior estavam impressas instruções para a realização da tarefa. Na parte superior das páginas 2 e 3, respectivamente, estavam impressas em letras maiúsculas as palavras DEFICIÊNCIA e INCLUSÃO, estando todo o restante destas páginas em branco. As instruções solicitavam que os participantes escrevessem, no período de 90 segundos, todas as associações que lhes viessem à mente diante desses estímulos verbais. Após a realização da tarefa para o primeiro estímulo, o pesquisador solicitou aos sujeitos que virassem a folha e repetissem o procedimento diante do termo INCLUSÃO. A partir dos protocolos, todas as respostas dos sujeitos às palavras “deficiência” e “inclusão” foram digitadas e organizadas por ordem alfabética. As listas de respostas foram, então, lidas diversas vezes pelos pesquisadores, no intuito de identificar aspectos comuns que permitissem a criação de categorias para agrupamento dos dados. Adotou-se como critério de criação de uma categoria o fato de esta englobar, no mínimo, 5% do total de respostas dos participantes, a fim de eliminar respostas idiossincráticas e/ou com número muito pequeno de citações. Os dados foram, então, agrupados em cinco categorias para o conceito de deficiência (“Dificuldade/incapacidade/inclusão”, “Afastamento da normalidade”, “Causas da deficiência”, “Necessidade de apoio emocional” e “Exclusão social/preconceito”) e quatro para o conceito de inclusão (“Aproximação da normalidade”, “Respeito/aceitação/contemplação da diversidade”, “Emoções positivas” e “Emoções negativas”). A análise estatística dos dados por meio do qui-quadrado permitiu eliminar a hipótese de nulidade e aceitar que as categorias não se distribuíram aleatoriamente. A análise dos dados revela que, ao lado de respostas indicativas de uma maior aceitação da pessoa com deficiência por parte de profissionais diretamente envolvidos com elas, ainda persiste uma certa incompreensão e mesmo alguns preconceitos em relação às mesmas.

Palavras-chave: Formação de conceitos, deficiência, inclusão.

ISSN 1981-2566

ANÁLISE DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM RELAÇÃO AO USO DA INFORMÁTICA EDUCATIVA NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS INCLUÍDOS NO ENSINO REGULAR

Eromi Izabel Hummel
Celia Regina Vitaliano

A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais (NEE) no sistema regular de ensino, bem como a informatica educativa vem sendo alvos de muitos estudos e discussões no cenário educacional nacional. Tais discussões envolvem diversas instâncias desde legislação, formação de professores, recursos adaptados, como também atitudes e práticas pedagógicas dos profissionais da área de educação. Neste contexto, a presente pesquisa se propôs a analisar a formação de professores para atender alunos com NEE que utilizam o computador no desenvolvimento das atividades acadêmicas em sala comum do ensino regular. Diante dessa questão, a presente pesquisa objetivou investigar a formação adquirida pelos professores atuantes nas séries iniciais, durante o processo de vida acadêmica e profissional em relação à utilização do computador como ferramenta de apoio pedagógico junto aos alunos com NEE em sala de aula, bem como a forma que utilizam o referido recurso tecnológico com vistas a organizar diretrizes para aprimorar a formação em serviço destes. Foram participantes desta pesquisa 13 (treze) professoras do sistema regular de ensino que pertenciam à rede Municipal na cidade de Londrina-Pr e tinham a experiência de atender alunos com necessidades especiais que necessitavam utilizar o computador em sala de aula para realizar as atividades acadêmicas. As participantes foram divididas em dois grupos. O grupo 1 foi constituído por 4 professoras que atenderam os alunos com NEE no ano de 2005 e o grupo 2 foi constituído de 9 (nove) professoras que atenderam os alunos com NEE em 2006. O instrumento utilizado para a coleta de dados foi um roteiro de entrevista semi-estruturado contendo 32 questões que abrangiam os objetivos da pesquisa. As entrevistas foram gravadas e transcritas. Os dados coletados foram organizados em 4 temas com suas respectivas categorias de análises. Na análise do tema: Formação para o uso da tecnologia computacional, identificamos que os professores em sua maioria não receberam formação acadêmica sobre esta questão. No tema: Prática pedagógica com a utilização do computador, constatamos que o computador é utilizado como caderno digital e os professores apresentam dificuldades, especialmente para integrar os conteúdos referentes à matemática. No tema: Sugestões para melhorar a formação inicial e em serviço as participantes destacaram a necessidade dos cursos de graduação oferecerem disciplinas relacionadas a esta questão e a formação em serviço ocorrer de modo mais completo, com maior carga horária abrangendo conteúdos referentes às possibilidades de utilizar o computador no desenvolvimento das atividades acadêmicas das diversas áreas curriculares. No tema: Diretrizes para a formação dos professores para a utilização do computador no atendimento a alunos com NEE propomos que os cursos atendam as necessidades e dificuldades apresentadas pelas participantes, contemplem conhecimentos teóricos sobre informatica educativa e orientações aos professores sobre o processo de inclusão dos alunos com NEE no sistema regular de ensino.

Palavras-chave: Educação inclusiva, formação de professores, recurso computacional.

ISSN 1981-2566

DIVERSIDADE EM SALA DE AULA: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO SOBRE A RELAÇÃO PROFESSOR-ALUNO.

Altemir José Gonçalves Barbosa
Renata Araújo Campos
Tássia Azevedo Valentim

A relação professor-aluno é fundamental para o desenvolvimento da criança, tanto no que se refere aos aspectos sócio-afetivos, quanto à cognição. A partir da relação com os docentes, ela adquire conhecimentos fundamentais para todo o ciclo de vida, mas, também, tem suas capacidades psicossociais promovidas. Para o docente, favorecer o desenvolvimento dos discentes é, simultaneamente, um imperativo e um desafio. Cada vez mais, demanda-se do educador que ele seja um promotor de desenvolvimento humano e não só um "transmissor de informações". Além disso, compete a ele, especialmente no sistema público de ensino, lidar com uma diversidade de estudantes em sala de aula, seja ela referente ao gênero, à presença de alunos com necessidades educacionais especiais (NEE) e/ou à etnia, que são focos do presente estudo. Um procedimento bastante usado em estudos para estudo da relação professor-aluno consiste em aplicar instrumentos de auto-preenchimento, especialmente escalas tipo Likert, para que os docentes auto-avaliem sua relação com os discentes. A STRS – Student-Teacher Relationship Scale – em língua portuguesa (Escala de Relacionamento Professor-Aluno – ERPA) - é um exemplo deste método. Este instrumento, em sua versão abreviada, permite avaliar dois fatores: 1) afinidade do educador com a criança; e 2) o conflito do educador com a criança. É possível, ainda, obter um escore sobre a relação positiva total do educador com a criança. Com o objetivo de efetuar uma pré-análise da versão abreviada da ERPA, foi efetuada uma aplicação piloto do instrumento em três professoras de escolas públicas escolhidas de forma não probabilística. As docentes desse estudo piloto avaliaram a relação que mantêm com todos discentes de suas turmas, perfazendo um total de 87 estudantes nas três salas-foco. A coleta de dados foi precedida pelos cuidados éticos necessários. No que se refere ao gênero, constatou-se que a relação positiva total das educadoras com as crianças é superior quando se trata de alunas e que o escore de conflito tende a ser mais elevado no caso dos alunos. Não foi constatada diferença significante entre os gêneros no fator afinidade do educador com a criança. Em nenhum dos três escores da ERPA – afinidade, conflito e relação positiva total – foram obtidas diferenças estaticamente significativas quando se considerou a presença ou não de NEE. Quanto à etnia, solicitou-se aos professores que indicasse a raça dos discentes utilizando a classificação do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. A partir da percepção docente, os alunos foram agrupados em brancos e "não brancos". Os escores de conflito e de relação positiva total do educador com a criança não apresentaram diferença significante quando se considerou esta variável. Contudo, o resultado de afinidade tende a ser inferior quando se trata de discentes "não brancos". Os resultados obtidos denotam que a versão abreviada ERPA possui condições suficientes para ser usada em estudos que objetivem validação. Os resultados obtidos devem ser analisados com extrema cautela. Todavia, pode-se propor a hipótese de que a relação professor-aluno tende a ser menos positiva, afetiva e conflituosa quando se trata de meninos "não brancos".

Palavras-chave: Desenvolvimento psicossocial, diversidade em sala de aula, relação professor-aluno.

ISSN 1981-2566

DIAGNÓSTICO DAS NECESSIDADES DE PREPARAÇÃO DOS PROFESSORES DE CURSOS DE LICENCIATURA PARA INCLUIR ESTUDANTES COM NECESSIDADES ESPECIAIS E FORMAR FUTUROS PROFESSORES APTOS A PROMOVER A INCLUSÃO.

Celia Regina Vitaliano

Tendo em vista que a inclusão social das pessoas com necessidades especiais é uma tendência mundial e está se tornando presente em nossa realidade, consideramos que as universidades se constituem em espaços fundamentais de desenvolvimento de ações para efetivar a inclusão. Dentre estas ações, destacamos a de oferecer atendimento adequado aos alunos que apresentam necessidades especiais e propiciar a formação dos futuros profissionais para que estes possam vir a atuar de modo a promover a inclusão. Neste contexto os objetivos deste estudo foram: 1)caracterizar as concepções, práticas e dificuldades dos professores dos cursos de Licenciatura da Universidade Estadual de Londrina (UEL) referente à inclusão dos alunos com necessidades especiais. 2) Identificar se estes professores percebem a necessidade de preparação pedagógica para incluir alunos com necessidades especiais e de que maneira deveria se dar esta preparação e; 3) Identificar se estes professores percebem a necessidade de adequar o currículo dos cursos de Licenciatura para melhorar a formação dos futuros professores com vistas à inclusão de alunos com necessidades especiais no ensino regular e de que forma deveria ocorrer esta adequação. A coleta dos dados foi realizada mediante a aplicação de um questionário a todos os professores (700) atuantes nos quatorze cursos de licenciatura da UEL distribuídos em 26 departamentos. Os resultados obtidos evidenciaram que em média apenas 10% a 50% dos docentes dos departamento responderam ao questionário. As análises dos questionários respondidos mostram que 70% dos docentes já tiveram alunos com necessidades especiais em suas salas de aula, sentiram dificuldades para ensinar tais alunos e gostariam de participar de um curso de formação pedagógica com vistas ao desenvolvimento de habilidades e conhecimentos que os possibilitem promover a inclusão de alunos que apresentam necessidades especiais. Os professores também informaram sobre os conteúdos que gostariam que fossem abordados neste processo de preparação, dentre eles destacaram a caracterização dos alunos com necessidades especiais. Em relação à preparação oferecida nos cursos em que atuam para favorecer a formação dos futuros professores para incluir alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular, 80% dos professores responderam que o curso, no qual atuam não contempla tal preparação e assinalaram algumas sugestões para melhorar a qualidade dos cursos em relação a esta questão, especialmente a inserção de tópicos sobre inclusão nas disciplinas pedagógicas dos cursos. Muito embora, mais de 50% dos professores alvo desta pesquisa tenham optado por não participar avaliamos que atingimos parcialmente os objetivos pretendidos. Consideramos que os dados levantados nos permite derivar ações institucionais que venham a favorecer a UEL assumir seu papel na promoção da inclusão das pessoas com necessidades especiais.

Palavras-chave: Necessidades especiais, inclusão, formação de professores.

ISSN 1981-2566

EDUCAÇÃO ESPECIAL - CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA NO PROCESSO DE INCLUSÃO DE ALUNOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS: QUESTÕES PARA UMA INTERVENÇÃO

Sabrina Simões Castilho
Marcos Vieira Silva

Introdução: A musicalidade do aluno portador de necessidades especiais precisa ser bem desenvolvida. A partir dela é possível realizar um trabalho em sintonia com suas características pessoais e lidar com as dificuldades, sejam corpóreas ou cognitivas, buscando ampliar as relações com a música e através dela com o mundo. Atualmente, o movimento para inclusão de portadores de necessidades especiais, nas instituições públicas de ensino regular, tem ocorrido de forma significativa. Este ano, o Conservatório Estadual de Música Pe José Maria Xavier, de São João del-Rei/MG, efetivou a matrícula de doze alunos no ciclo da iniciação musical. Esses são oriundos, de distintas classes sociais, com idades variadas e se encontram em diferentes níveis de desenvolvimento cognitivo, físico e social. Metodologia: entrevistas semi-dirigidas com professores e pais; acompanhamento das atividades em sala de aula; palestras; vivências grupais. Resultados: A mudança significativa quanto ao elevado número de alunos portadores de necessidades especiais freqüentes, fez emergir no trabalho cotidiano do corpo docente do conservatório, a solicitação para intervenção de um profissional de Psicologia. Tal demanda se deu em função das dificuldades de manejo com os alunos em situações de sala de aula, tanto no contexto individual (aprendizagem do instrumento), quanto no contexto de grupo (aulas coletivas). As dificuldades mencionadas referem-se a dúvidas quanto à melhor maneira de atender às necessidades de diferentes alunos; como manejar as reações afetivo-emocionais dos mesmos no contato com os demais e como lidar com as situações inusitadas ligadas ao comportamento em sala de aula. Outra questão mencionada refere-se à falta de um plano pedagógico direcionado para cada aluno “especial” e, consequentemente, qual o melhor método de avaliação do rendimento escolar dos mesmos. A orientação dada aos pais quanto ao desenvolvimento educacional dos alunos, também é uma importante questão considerada. Conclusões: É fato que a motivação para qualquer tipo de trabalho está relacionada às condições tanto físicas quanto psicológicas favoráveis, para que qualquer tarefa possa ser realizada de forma satisfatória. No que diz respeito aos aspectos psicossociais, a Psicologia, como campo das ciências humanas, tem muito a contribuir na formação de professores, principalmente em um contexto no qual a emergência de uma nova demanda os tem levado a repensar a própria atuação. Face ao exposto, este trabalho propõe-se iniciar uma intervenção psicológica, a partir do primeiro semestre letivo de 2007, em uma escola de música de São João del-Rei, com o intuito de ampliar as relações estabelecidas entre alunos portadores de necessidades especiais, professores, demais estudantes da instituição e familiares. Pretende-se promover a integração desses alunos “especiais” para além do mero ingresso dos mesmos no âmbito físico da escola. Para tal, propõe-se o atendimento das necessidades educacionais desses alunos, através do desenvolvimento de estratégias de trabalho junto aos professores, que auxiliem o processo de aprendizagem, o convívio diário e a promoção da interação social dos mesmos.

Palavras-chave: Educação especial, música, inclusão.

ISSN 1981-2566

DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM":O DISCURSO PRESENTE NO ENCAMINHAMENTO

Ana Lucia Adriana Costa e Lopes

O presente trabalho faz parte da analise de documentos da dissertação de mestrado em educação intitulada: A criança nomeada e seus lugares ocupados: (des)montando os discurso sobre "dificuldades de aprendizagem", desenvolvida no município de juiz de fora , que indagava sobre quais os sentidos de infância estavam presentes nas nomeações dadas às crianças que eram encaminhadas para o atendimento especializado, a partir da analise de discurso das fichas de encaminhamento de crianças com ditas "dificuldades de aprendizagem" preenchidas pelas professoras das mesmas para o programa especializado de atendimento à criança escolar-PEACE. O intuito inicial era que, através da análise de tais registros, pudesse observar o tipo de "dificuldade" que mais se evidenciava, numa tentativa de mapear o que as professoras da Rede municipal de Juiz de Fora consideravam "dificuldades de aprendizagem". Ainda dentro deste levantamento, buscava identificar as escolas de onde procediam o maior número de encaminhamentos, já que pretendia escolher os sujeitos da investigação em tais instituições. Estes registros se tornaram fonte rica da investigação uma vez que fornecerem detalhes fatuais de como os professores que produziram os materiais pensavam ou concebiam as crianças com as quais lidavam.A partir de um olhar mais detido sobre essas fichas, pude compreender que não só a Secretaria Municipal de Educação emanava um discurso em sua formulação, mas que as professoras também tinha suas vozes naquelas fichas, pois os materiais escritos produzidos pelos sujeitos são textos que participam de um discurso. Entretanto, mais do que o entendimento sobre por que encaminhavam, alguns itens que constavam nas fichas me levaram a novas constatações e indagações: a nomeação dada às crianças, ora designando as características que as levavam a não aprender como "apáticas", "agressivas", "agitadas", "tímidas", "inseguras" e outras; ora justificando a não aprendizagem: com "déficit de atenção", com "problema psicológico", com "deficiência de comportamento", com "rebeldia". Nas interpretações desvelo, consecutivamente, as análises sobre as "dificuldades de aprendizagem" e suas filiações discursivas; as nomeações e os sentidos de infância que são atribuídos às crianças pelos professores pesquisados

Palavras-chave: Discurso, encaminhamento, atendimento especializado.

ISSN 1981-2566

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM CAMINHO EM CONSTRUÇÃO.

Margareth Campos Moreira

O movimento pela Educação Inclusiva tem como meta primordial oferecer um ensino público com qualidade social, que se contraponha a qualquer idéia de segregação e exclusão, a todas as crianças e jovens independentemente de suas diferenças raciais, sociais, econômicas, sensoriais, físicas, cognitivas, de gênero, culturais entre outras. Tal movimento provoca uma mudança no paradigma educacional vigente, na medida em que propõe a reorganização da escola para que esta possa atender e contemplar as inúmeras manifestações da diversidade humana, pois incluir não é somente permitir a presença de alunos com deficiência nas escolas comuns, introduzir a história da África nos currículos escolares ou oferecer bolsa-escola aos alunos que estão abaixo da linha de pobreza, embora tais ações sejam imprescindíveis, incluir significa ir mais além. Trabalhar com os princípios da Educação Inclusiva é compreender que o "todo" formado por nossos alunos não é um bloco monolítico, mas que esse "todo" traz a pluralidade em si, através da troca constante de cada uma de suas partes, ou seja, incluir é perceber a diversidade como algo fundamental e desejável por propiciar o respeito, a convivência, o aprendizado e o desenvolvimento de todos. Para a transformação destes ideais em realidade é preciso ousar mudar e romper com concepções de sujeito, de desenvolvimento e de educação pautadas em conceitos de normalidade ou na existência de uma criança linear, única e idealizada como um padrão a ser seguido por toda a humanidade, pois só caminharemos no sentido de garantir EDUCAÇÃO PARA TODOS com vontade política, abertura à mudança, ação refletida, trabalho coletivo e responsabilidades compartilhadas. Não concretizaremos tais ideais na solidão das práticas isoladas, assim como não é possível nos prepararmos ou estarmos prontos para uma realidade vindoura, pois inclusão é encontro e acontece no chão das escolas, a partir das reflexões e do fazer coletivo sobre um cotidiano que se quer novo, repleto de possibilidades e desafios. Com base nesses princípios, a Supervisão de Atenção à Educação na Diversidade - SE/JF, tem trabalhado, em articulação com os demais setores da Secretaria de Educação e as escolas municipais, na construção de uma nova maneira de pensar e fazer educação, para tanto tem investido na formação continuada e em contexto aos seus profissionais, na implementação de serviços de suporte ao trabalho escolar, no fortalecimento da gestão democrática nas unidades escolares e da discussão permanente e coletiva acerca do direito de todas as crianças e jovens, independentemente de suas diferenças, a uma educação pública comprometida com o aprendizado e o desenvolvimento de todos. Tendo em vista que educação é processo e construção, acreditamos que, dessa forma, estamos começando, dando os primeiros passos no sentido de assegurar e garantir o direito constitucional de todas as crianças e jovens a uma educação justa, solidária e igualitária.

Palavras-chave: Diversidade na escola, psicólogo escolar, formação de gestores e educadores.

ISSN 1981-2566

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E POLÍTICAS PÚBLICAS EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE FORTALEZA

Hélida Arrais Costa
Tatiana Marcelino Carmo

A presente pesquisa foi realizada como critério de avaliação da disciplina de Psicologia Escolar II da Universidade Federal do Ceará. O interesse pela temática da Educação Inclusiva já existia na equipe, uma vez que outra pesquisa havia sido realizada anteriormente abordando tal assunto. Contudo, outro fator se somou a esse interesse: o grupo teve conhecimento de uma denúncia ao CEDECA – Ce (Centro de Defesa da Criança e do Adolescente): uma criança com necessidades educativas especiais havia sofrido preconceito e exclusão em uma escola municipal de Fortaleza. A partir de então, buscou-se averiguar de que modo as políticas públicas para a Educação Inclusiva e a forma como estas são implementadas poderiam sinalizar a possível causa geradora de tal acontecimento na determinada escola. Objetivou-se portanto, que a pesquisa abordaria a problemática da relação entre a criação de políticas públicas sobre a Educação Inclusiva e como elas se refletem no processo de implementação da inclusão escolar. Para averiguar tais aspectos a equipe realizou entrevistas semi-estruturadas com professores da escola pesquisada e com profissionais responsáveis pela capacitação oferecida aos professores pela Secretaria Municipal de Educação e Assistência Social (SEDAS). Além das entrevistas foram feitas visitas sistemáticas, com observação não-participante, à escola e à capacitação. Tais meios buscavam obter e analisar os discursos de ambos os lados – professores e representantes do governo municipal – para perceber suas possíveis concordâncias e desavenças. Através da confrontação desses discursos, pôde-se perceber uma falta de diálogo entre poderes públicos e a escola. Embora as políticas públicas estivessem regulamentadas, havia dificuldades em sua implementação, pois não se atentava às reais necessidades da escola. Tal postura refletiu diretamente na ação dos professores, colaborando para que não aderissem à causa. As diversas dificuldades por eles encontradas para receber, conviver e ensinar os alunos com necessidades especiais contribuíram para aumentar a resistência à Educação Inclusiva. Conclui-se então que o ocorrido na escola pesquisada caracterizou-se como um processo de integração e não de inclusão, já que os recursos pedagógicos e estruturais disponibilizados eram insuficientes, estando a criança apenas presente no estabelecimento, mas não efetivamente convivendo e aprendendo. Além disso, pôde-se verificar a ocorrência de uma imposição por parte do município e não de uma implementação da Educação Inclusiva, uma vez que aconteceu sem sensibilização prévia, sem apoio à escola, sem reestruturação e disponibilidade de recursos, sem diálogo e planejamento conjunto e, por fim, sem capacitação continuada dos professores.

ISSN 1981-2566

"ELE PODE PARECER DIFERENTE, MAS AINDA É UM FÓSFORO": UMA ANÁLISE DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS CONSTRUÍDAS EM ESCOLAS INCLUSIVAS E NÃO INCLUSIVAS PARTICULARES DE FORTALEZA

Ana Caroline Leite de Aguiar
Paula Sampaio Meireles De Sousa

Esse trabalho insere-se no cenário da educação inclusiva e protagonizou uma investigação acerca das representações sociais de alunos não portadores de necessidades especiais, de escolas inclusivas e não inclusivas fortalezenses, sobre os deficientes físicos. Tal propósito alicerçou-se na intenção de contribuir com uma proposta de inclusão escolar de qualidade, uma vez que práticas educacionais com este caráter estão, cada vez mais, sendo abordadas pela mídia e ganhando atenção do governo federal.Para efetuar a investigação referida inicialmente, recorreu-se a autores como Moscovici, Jodelet, Pereira e Soares, Freitas e Castro, buscando elucidar o conceito de representações sociais. No que tange à perspectiva da educação inclusiva, a pesquisa foi embasada em idéias de Leny Mrech, Rita Vieira e Ana Lage.Objetivou-se, então, realizar uma comparação entre as representações sociais de estudantes oriundos de escolas inclusivas e não inclusivas e, a partir desta, verificar a possível influência de uma educação inclusiva sobre o modo de esses alunos representarem os deficientes físicos.Metodologicamente, foram utilizados grupos focais com alunos de oitava série de ambas as modalidades educativas. A seleção dos estudantes foi submetida ao critério de tempo na escola, sendo exigido que tivessem ingressado na instituição há, pelo menos, sete anos e, no caso dos estudantes de escolas inclusivas, acrescentou-se o critério de convivência com, no mínimo, um deficiente físico em sala de aula.A escolha das escolas ocorreu por facilidade de acesso e por sua disponibilidade em participar da pesquisa. Assim, foram selecionadas duas escolas, sendo uma inclusiva e a outra não, e ambas particulares e de mesmo porte.Finalmente, apreenderam-se algumas representações sociais dos alunos não portadores de necessidades especiais sobre os deficientes físicos. A saber: os deficientes são vistos pelos estudantes da escola inclusiva como incompletos (sendo essa incompletude adquirida), inferiores, possuindo limitações e potencialidades, excluídos socialmente, com pouco apoio da sociedade, e persistentes, podendo adaptar-se a uma nova vida com o auxílio de instrumentos (braille, próteses, etc). Os alunos da escola não inclusiva, por sua vez, demonstraram perceber os deficientes como incompletos, excluídos e ajudados pela sociedade, capazes de adaptar-se a uma nova vida, bastando que tenham "força de vontade", merecedores de igualdade de oportunidades em relação às demais pessoas. Percebeu-se uma ambigüidade em relação aos discursos desses alunos acerca da consciência e ignorância das potencialidades e limitações dos deficientes físicos.Pode-se dizer que esse trabalho levanta questionamentos importantes acerca da prática da educação inclusiva, a partir dos quais poderão surgir outros estudos que busquem investigá-los.

Palavras-chave: Representações sociais, deficiência física, inclusão.

VIII Congresso Nacional de Psicologia Escolar e Educacional
26 a 29 de Abril de 2007
ISSN 1981-2566

ESTUDO DE CASO DE UMA CRIANÇA COM DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM COM SUSPEITA DE DEFICIÊNCIA MENTAL

Luciana de Jesus Correia Neto
Lígia Vânia Corrêa

As escolas em geral, principalmente as de periferia apresentam muitos casos de crianças com dificuldades escolares. Essas crianças são em sua maioria rotuladas e tanto pedagogos quanto professores e suas famílias não sabem de onde advêm essas dificuldades que de maneira geral são atribuidas às condições sócio-econômicas e às próprias crianças que já carregam desde cedo, o estigma de menos capaz ao contexto e às exigências escolares.os problemas de aprendizagem e ajustamento escolar são multifatoriais e entre os mais importantes podemos apontar as causas: orgânicas, emocionais, educacionais e sócio-econômicas.as causa orgânicas englobam perturbações transitórias, fatores neurológicos que interferem no campo da aprendizagem como deficiências mentais, falta de estimulação para que ocorra o desenvolvimento normal, lesões cerebrais, problemas genético ou congênitos, distúrbios da inteligência, etc.causas emocionais são também um componente importante no processo de aprendizagem uma vez que agem diretamente no querer aprender. Os distúrbios de uma educação familiar mal orientada podem resultar em problemas de aprendizagem, pois há uma estreita relação entre lar e escola.dentro do contexto sócio-econômico entendemos que a escola foi idealizada para aquelas crianças de classes mais favorecidas, por isso essas crianças já chegam à escola de posse do capital cultural e lingüístico considerado o legítimo e adquirido em seu grupo social, o que lhes possibilitam maiores chances de sucesso na escola. Já as crianças das camadas populares não dispõem desse capital cultural (o que não é levado em conta pela escola), porque adquiriram em seu meio, uma outra linguagem considerada não-legítima, e por isso, na maioria das vezes, fracassam na escola.assim, mesmo que se encontre uma psicodinâmica familiar ou outros tipos de problemas que a criança carrega, dificultadora do bom rendimento escolar, não se pode entender o comportamento escolar de uma criança sem levar em conta a escola, sua metodologia e também como se relaciona com a subjetividade da criança e da família desta.baseando nestas consideraçoes, o objetivo deste estudo foi observar e entender na prática, problemas de aprendizagem escolar, interações sociais e de comportamento articulado com possível deficiência mental ou atraso de desenvolvimento apresentados pela criança em estudo.esta pesquisa foi do tipo delineamento sujeito único, de escolha intencional para traçar o perfil e posterior hipótese diagnóstica de uma criança que está há 3 anos na fase introdutória do ensino fundamental de uma escola pública regular.na coleta de dados utilizou-se anamnese com os pais, entrevistas com a professora e supervisora da criança; provas operatórias de piaget; avaliação do desenvolvimento infantil; testes projetivos: da árvore, desenho livre, desenho de família e h.t.p; caixa de brinquedos contendo uma família e acessórios de casa.os dados foram analisados descritivamente de acordo com os resultados obtidos em cada atividade aplicada e também nas observações diretas da criança em seu contexto familiar e escolar.

ISSN 1981-2566

CONSTITUIÇÃO DA IDENTIDADE E PRODUÇÃO DE SIGNIFICADOS E SENTIDOS NA FORMAÇÃO DO PROFESSOR EM POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Mitsuko Aparecida Makino Antunes

A presente pesquisa é produto de uma demanda advinda do Departamento de Orientações Educacionais e Pedagógicas da Secretaria Municipal de Educação de Guarulhos, que vem desenvolvendo um importante trabalho de educação inclusiva, com significativa ampliação de vagas para educandos com deficiência, incremento de sua Rede de Apoio e, sobretudo, investimento maciço na formação de professores. Com base no trabalho de profissionais da Secretaria (pedagogos, psicólogos, fonoaudiólogos, psicopedagogos, professores especializados, terapeutas ocupacionais) são realizadas reuniões pedagógicas, acompanhamento integrado nas escolas, cursos com especialistas (Lugar de Vida, Derdic, Fundação Pró-surdo etc., abrangendo a educação de crianças com deficiência auditiva, visual, mental e distúrbios globais do desenvolvimento, além do ensino de LIBRAS), semanas temáticas e outras atividades de acompanhamento à inclusão. Percebe-se que essas iniciativas são fundamentais para a concretização de uma escola verdadeiramente inclusiva. Entretanto, em que pesem os bons resultados que vêm sendo obtidos na maioria das escolas, ainda são identificados elementos de resistência em várias unidades escolares e especialmente em seus professores. Pretende-se, com esta pesquisa, conhecer mais profundamente os significados e sentidos atribuídos por professores em relação à deficiência e à educação inclusiva, assim como estes se constituem em fatores determinantes dos processos de transformação da identidade pessoal desses sujeitos, condição para a ruptura das resistências que dificultam ou impossibilitam uma educação inclusiva plena e efetiva.

ISSN 1981-2566

CONSULTORIA COLABORATIVA E SUPORTE COMPORTAMENTAL POSITIVO

Gabriela Pavarini
Ana Paula Casagrande Silva
Marília Bueno
Bárbara Kolstok Monteiro
Tássia Nogueira Eid Mendes
Enicéia Gonçalves Mendes
Maria Amelia Almeida

Lidar com crianças que apresentam problemas de comportamento na escola representa, talvez, um dos maiores desafios para educadores e a intervenção junto a essas crianças no ambiente escolar configura-se como um importante espaço de atuação para profissionais de Psicologia. Buscando favorecer a participação desses alunos na sala de aula e promover o respeito à diversidade, uma estratégia que tem se mostrado promissora é a Consultoria Colaborativa, uma parceria na qual um profissional de Psicologia trabalha numa relação igualitária e não hierárquica com professores de alunos com necessidades educacionais especiais, ajudando-o a tomar decisões e concretizar planos para promover melhoras sócio-educacionais. Compreendendo que comportamentos desafiadores são respostas a acontecimentos específicos no ambiente, uma intervenção que tem trazido resultados favoráveis é o Suporte Comportamental Positivo (SCP), que tem por objetivo reduzir problemas de comportamento e construir repertórios apropriados, levando a mudanças duradouras. O SCP é baseado na análise funcional dos comportamentos, e em dois tipos de intervenção principais: mudanças nas condições ambientais deficientes ou nos repertórios comportamentais deficientes. O objetivo do presente trabalho consiste em relatar uma experiência de estágio curricular de alunos de Psicologia da UFSCar, teoricamente fundamentado nos princípios da inclusão escolar, da consultoria colaborativa e do SCP, cujas atividades foram realizadas em escolas e creches municipais ao longo do ano de 2006. Cada graduando, em parceria com o professor, foi responsável pelo acompanhamento de uma criança com comportamentos desafiadores. As atividades envolveram observação participante em sala de aula, e em conjunto com o professor, avaliação baseada no currículo da escola, análise funcional, planejamento de atividades de ensino e de intervenções, execução dos planos/atividades e acompanhamento das mudanças. Ademais, foram realizadas análises de documentos (prontuários, livros de ocorrências) e reuniões com as famílias. Todas as atividades foram documentadas em diários de campo e relatórios de estudo de caso. Os estagiários avaliaram a participação como bastante positiva e relataram ter adquirido habilidades importantes para a formação profissional. As principais habilidades citadas foram as interpessoais e de comunicação, importantes para construir um espaço de crescimento mútuo e de cooperação com os professores, as de avaliar o desenvolvimento da criança e identificar a função de comportamentos específicos, as de planejar intervenções, as de lidar com possíveis insucessos do trabalho e as de documentar avanços no processo de intervenção. Os resultados permitem concluir que houve desenvolvimento pessoal e profissional de todos os envolvidos (professores, alunos e estagiários). Pretende-se, através deste relato de experiência, discutir propostas de atuação do psicólogo na escola, que não se baseiem exclusivamente em atendimentos envolvendo a retirada das crianças da sala de aula, e estimular trabalhos em colaboração e que promovam o respeito à diversidade na sala de aula e na escola, de forma que futuros psicólogos/estagiários de psicologia possam potencializar o aprendizado acadêmico e sócio-emocional de crianças com necessidades educacionais especiais e atuar numa perspectiva mais preventiva do que remediativa.

Palavras-chave: Comportamentos desafiadores, consultoria colaborativa, suporte comportamental positivo.

ISSN 1981-2566

CRIANÇA ESTRANHA, ESCOLA DESPREPARADA: POSSIBILIDADES DE TRABALHO EM PSICOLOGIA ESCOLAR.

Cárita Portilho Lima
Claudia Dechichi

A inserção escolar fundamentada nos princípios do paradigma da inclusão social implica no acolhimento de todas as crianças que estão em situação de exclusão escolar, garantindo um atendimento educacional escolar democrático e com qualidade, de modo a garantir-lhes um desenvolvimento emocional, social e cognitivo adequado. Neste sentido, o paradigma da inclusão escolar pressupõe que a escola fundamente o atendimento escolar oferecido no respeito pelas diferenças, na valorização de cada pessoa, na convivência harmônica na diversidade e no sistema de aprendizagem por cooperação. O presente trabalho apresenta os resultados parciais de atividades desenvolvidas pelo Projeto de Extensão "Inclusão Escolar de crianças com transtornos mentais graves: reflexões sobre a formação e a prática docente" cujo objetivo principal é acompanhar e assessorar os processos de inserção escolar de crianças com transtornos mentais graves atendidas pelo CAPSi (Centro de Atenção Psicossocial da Infância e Adolescência de Uberlândia/MG), desenvolvendo ações psicoeducacionais que contribuam na implementação destes processos. O referido projeto é fruto de uma parceria entre o Instituto de Psicologia da UFU/MG e o CAPSI e dele participam como coordenadoras uma professora do IPUFU, duas psicólogas do CAPSi, além de doze estagiárias, alunas do Curso de Psicologia da UFU. Entre as atividades do projeto de extensão, sob a supervisão das coordenadoras, as estagiárias acompanham estes alunos em seu processo de inserção realizando: (a) observações no ambiente escolar; (b) entrevistas com a equipe pedagógica; (c) reuniões periódicas com suas professoras; e, (d) orientações aos seus familiares. O presente trabalho relata resultados do projeto em relação ao processo de inserção escolar de uma adolescente de doze anos de idade, em escola da rede pública municipal. A análise parcial dos resultados revelou aspectos importantes, tais como: (1) a escola se propõe a realizar o processo de inserção da aluna, contudo não reconhece a necessidade de implementar transformações estruturais no ambiente acadêmico; (2) a equipe pedagógica e os professores não estão devidamente esclarecidos sobre os pressupostos e princípios acerca do paradigma da inclusão escolar; (3) existe uma clara contradição entre o discurso oficial da escola legitimando a filosofia da inclusão escolar e a resistência afetivo-ideológica manifestada pelos educadores, o que resulta na construção de significativa barreira atitudinal impedindo as mudanças necessárias para a efetivação do processo de inserção escolar; e, (4) as professoras que lidam diretamente com as crianças com necessidades educacionais especiais não receberam formação acadêmica adequada para desempenhar tal função. A discussão em torno do acompanhamento desta aluna, juntamente com a análise dos demais casos, levou a equipe do projeto de extensão a concluir que se fazem necessárias algumas mudanças na estruturação em suas atividades, tais como: oferecer um acompanhamento mais sistemático à professora regente no sentido de auxiliá-la na realização de algumas atividades em sala; oportunizar situações de formação continuada sobre temas referentes à inclusão escolar aos educadores da escola; realizar avaliações psicoeducacionais prévias dos alunos participantes do projeto de modo a obter maiores informações sobre seu desenvolvimento e aprendizagem; e, oferecer orientações regulares aos familiares dos alunos.

Palavras-chave: Inclusão escolar, psicologia escolar, transtornos mentais graves.

ISSN 1981-2566

EXPERIÊNCIA COM TENTATIVA DE INCLUSÃO ESCOLAR DE UM ADOLESCENTE COM TRANSTORNO MENTAL GRAVE

Thatiane Duarte Mendes
Hérika Beatriz Mota Oliveira
Claudia Dechichi
Vilma Valeria Dias Couto
Roberta Augusta Borges Calixto

A psicologia escolar cada vez mais tem contribuído com o trabalho da escola em todas suas esferas, inclusive em trabalhos voltados para a inclusão escolar. Com a proposta de favorecer e acompanhar o processo escolar de algumas crianças e adolescentes com transtorno mental grave criou-se uma parceria entre a Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e Centro de Atenção Psicossocial da Infância e Adolescência de Uberlândia (CAPSi) e iniciou-se um trabalho de extensão universitária no segundo semestre de 2006. Dentre os objetivos podemos destacar a proposta de facilitar a promoção da inclusão escolar de crianças e adolescentes atendidos no CAPSi, e a formação do corpo docente e discente envolvidos no trabalho. Participam deste trabalho estagiárias do curso de psicologia da UFU supervisionadas pelas coordenadoras do projeto. Uma dupla de estagiárias trabalhou em um caso de um adolescente T. de dezesseis anos do sexo masculino que apresenta o diagnóstico de autismo, que freqüentava a segunda série do ensino fundamental de uma escola da rede publica na cidade de Uberlândia. A primeira etapa consistiu em uma avaliação das condições escolares do jovem, que incluiu observações em sala de aula, entrevista com professores, coordenação e direção. A segunda etapa consistiu em uma proposta de intervenção junto a professora a fim de colaborar com a prática da mesma em relação a inserção do adolescente acima referido. A proposta interventiva era de fazer observações em sala de aula que seriam transcritas e discutidas com a professora com vistas a fazê-la repensar sobre suas posturas e atitudes frente aos alunos como um todo e em especial à T. o aluno foco deste trabalho. Encontrou-se uma escola que não se conscientizava de que para haver a inclusão eram necessárias mudanças físicas e acadêmicas. Este fato foi confirmado pela percepção de uma professora muito resistente a inovações, considerando que o processo de inclusão escolar prescinde de importantes questões afetivas que refletem nas relações sociais escolares, verificou-se ainda que os profissionais que receberam este adolescente não estavam sensibilizados e informados do real sentido da inclusão e não se encontram capacitados para tal trabalho. Na segunda etapa a professora se mostrou novamente profundamente resistente a repensar sua prática docente e em aceitar a proposta de mudança. Ela se mostrou muito incomodada frente a transcrição da observação de sua sala de aula demonstrando a dificuldade de pensar sobre sua própria prática. O presente trabalho foi de enorme importância e valia para a formação das estagiárias e docentes do projeto, visto que foi possível entrar em contato direto com uma tentativa de inclusão e se deparar com as dificuldades deste processo, além de perceber o quanto é importante a formação e informação de educadores e equipe escolar dos princípios da inclusão para que haja um bom trabalho com o individuo com necessidades educacionais especiais.

Palavras-chave: Inclusão escolar, adolescente, escola.

ISSN 1981-2566

INCLUSÃO ESCOLAR: UM DESAFIO A SER CONQUISTADO.

Odoisa Antunes Queiroz
Cristina Durão Marques
Erika da Silva Ferrão
Lorena Valfré
Simone Chabudee Pyrlo
Thelma Lúcia Viola Andrade

(Introdução) Nos últimos anos a inclusão de alunos com necessidades educativas especiais (NEE) tem sido um tema bastante discutido por profissionais e pesquisadores da área educacional, impulsionados pelas resoluções da Conferência Mundial sobre Educação Especial, realizada pela UNESCO, em Salamanca/Espanha (1994), que instituiu uma declaração garantindo a todas as crianças o direito de estudarem juntas quaisquer que sejam as dificuldades ou diferenças que apresentem. Com base nestes princípios, em 2005 foi divulgado pelo governo do Brasil, o Programa Nacional de Educação Inclusiva Brasileira. Esta proposta foi retratada para a sociedade de forma simplista, como um advento possível e viável de acontecer, sendo necessário a ocorrência de ajustes na estrutura física e na capacitação dos recursos humanos das escolas regulares. (Objetivo) Assim, acreditando que a questão vai além do discurso divulgado pela mídia, esta pesquisa objetivou investigar a realidade de três escolas do município de Linhares-ES, no que diz respeito à tentativa de se adequarem ao modelo inclusivo. Este trabalho foi fruto de uma atividade integrada entre as disciplinas de Psicologia Escolar e de Estudo de Pessoas com Necessidades Especiais, as quais foram utilizadas como ferramentas de análise e discussão. (Metodologia) A investigação foi realizada nos meses de outubro e novembro de 2005 em duas escolas públicas do ensino fundamental (uma estadual e a outra municipal) e uma privada do ensino fundamental e médio. Três educadores que trabalhavam nas respectivas escolas (uma diretora escolar e duas supervisoras pedagógicas), responderam um roteiro estruturado contendo questões acerca de: (1) quantidades de alunos com NEE; (2) modificações físicas e capacitação profissional realizadas pela instituição; (3) programa de acompanhamento pedagógico do aluno com NEE; (4) participação da família na escola; (5) e a existência de profissionais da área psicoeducacional no ambiente. (Resultados) Os resultados encontrados revelam que nas 3 escolas apenas 0,5% dos 2.334 alunos possuem NEE. No que se refere ao espaço físico, a escola municipal está mais adequada; quanto a capacitação a maioria dos profissionais foram treinados, mas a articulação entre teoria e prática ainda não se apresenta de forma efetiva. No que concerne ao acompanhamento pedagógico, as escolas procuram estratégias para equacionar a questão, mas estas ainda não estão consolidadas. Quanto da participação da família, as escolas reconhecem a importância e sabem que esta aliança se constrói aos poucos. Com relação ao último item, as escolas públicas ainda não possuem este atendimento no município; na escola privada, não existe este profissional no quadro funcional, mas a instituição utiliza serviços particulares. (Conclusão) Diante dos dados, conclui-se que a inclusão do aluno com NEE é um grande desafio, pois não se trata apenas de aceitar a diferença, repensar atitudes, posturas éticas e estratégias de ação, há questões mais amplas que devem ser discutidas tais como: a falência do sistema escolar brasileiro; a falta de formação adequada dos professores para trabalhar com as adversidades apresentadas pelos alunos; salas de aula com número excessivo de alunos; e políticas públicas educacionais verticais incoerentes com a realidade escolar.

Palavras-chave: Inclusão escolar, capacitação de professores, políticas públicas educacionais.

ISSN 1981-2566

INCLUSÃO ESCOLAR: PERSPECTIVAS E DESAFIOS

Claudia Gomes

A meta de atender e desenvolver a todos os alunos, indistintamente, (proposta da educação inclusiva), depende, prioritariamente, de que todos os profissionais da educação da instituição, se posicionem, efetivamente, quanto à ação educacional, que sejam impulsionados a reconhecer sua unicidade dentro deste contexto e que identifiquem quais as contribuições a serem assumidas frente ao processo. Ao se aprofundar, especificamente, as representações compartilhadas em relação ao processo de inclusão de alunos portadores de necessidades educativas especiais, pôde-se explorar núcleos representativos, que, diferentemente, impulsionam a compreensão frente a proposta educacional inclusiva, e que formam as configurações de sentidos subjetivos vivenciadas na instituição escolar. Uma frágil representação, que permeia as escolas brasileiras, parece relacionar o processo de inclusão escolar de alunos com necessidades especiais, à possibilidade de aprendizagem, com realce a necessidade de adaptação de atividades, com a formação de um ambiente mais afetuoso que respeite a singularidade de todo e qualquer aluno, reiterando a importância a ser atribuída ao resgate do professor, como sujeito ativo e construtor de suas relações e configurações subjetivas. No entanto, ainda de modo geral, o processo de inclusão escolar é configurado pela grande maioria dos profissionais, delimitando a ação profissional a possibilidade de sociabilização do aluno. Configuração esta, que vem a refletir os sentidos subjetivos de alguns professores, que ainda calcados, na padronização, delimitação e estigmatização do processo de ensino aprendizagem, assumem um posicionamento mais estático e passivo na construção de uma escola para todos, mas, que impulsiona, destaque as inúmeras deficiências do sistema público de ensino, no que se refere a formação adequada de professores, a inexistência de materiais destinados a instrumentalização da proposta inclusiva, os aspectos mais explícitos como carências prediais, financeiras e assistenciais a serem oferecidas as instituições escolares. Assim como, uma outra representação que configura sentidos acerca da inclusão escolar de alunos portadores de necessidades especiais vem a enfatizar na maioria das vezes, práticas e posturas compensatórias, que são expressas por caridade, sentimentos depreciativos ou ainda de valorização subalterna do aluno. O campo subjetivo dos professores em relação a determinados alunos é embasado no por diferentes sentidos subjetivos, tanto discriminatórios e de competências, quanto políticos e econômicos. Estas representações compartilhadas é que explícita e implicitamente vêm configurando o sistema organizacional, ao tema especifico da inclusão escolar, e que são fundadas na contradição e complementaridade da subjetividade social, e da subjetividade individual, que pouco vem, a reconsiderar os alunos, como sujeitos ativos e potenciais de seu desenvolvimento, prática que necessariamente vem a se contrapor às divulgadas ações inclusivas e distanciar cada vez mais estes alunos da possibilidade de assumirem efetivamente novas possibilidades de ações individuais e sociais. Desta forma, conclui-se que somente a configuração de novos sentidos (sociais e individuais), quanto ao processo de desenvolvimento de sujeitos portadores de necessidades especiais, não mais focada na desigualdade, mas, sim, com ênfase a pluralidade de desenvolvimento, poderá vir a alavancar, efetivamente, espaço aos excluídos, com o resguardo de suas singularidades e, necessariamente, identidades diferenciadas.

Palavras-chave: Educação inclusiva, subjetividade, necessidades educacionais especiais.

ISSN 1981-2566

INCLUSÃO ESCOLAR: PERCEPÇÕES DE ALUNOS COM E SEM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS

Nilza Sanches Tessaro

O presente estudo trata de questões referentes à inclusão de alunos com necessidades educativas especiais em classes comuns do sistema regular de ensino. Teve por objetivo verificar as percepções de alunos com e sem necessidades educativas especiais sobre inclusão escolar. Participaram da pesquisa 20 alunos de escolas especiais (cinco com deficiência mental, cinco com deficiência visual, cinco com deficiência auditiva e igual número com deficiência física) de uma cidade localizada no interior do Estado do Paraná e 60 alunos de escolas públicas do ensino básico do sistema regular de ensino da mesma cidade, sendo que 20 eram alunos com deficiência (cinco com deficiência mental, cinco com deficiência auditiva, cinco com deficiência física e igual número com deficiência visual), 20 eram alunos que não possuíam deficiência, mas que participavam da inclusão escolar, ou seja, estudavam em classes que tinham alunos incluídos e 20 alunos que também não tinham deficiência e não participavam da inclusão. Para coleta de dados foi utilizado um questionário composto por quatro questões abertas, englobando as seguintes dimensões: conceito de inclusão escolar (conhecimento, crenças, idéias, etc que possuem sobre inclusão escolar); opinião sobre a inclusão escolar (o que pensam, qual a posição, expectativas sobre esse processo); a opinião sobre as dificuldades envolvidas no processo de inclusão escolar (os dificultadores/facilitadores da inclusão escolar); a manifestação dos próprios sentimentos em relação à inclusão escolar (como se sentem diante da inclusão – sentimentos positivos, sentimentos negativos e sentimentos às vezes positivos). Os dados foram examinados mediante análise de conteúdo e análise estatística (qui-quadrado). Tais dados revelaram que os conceitos dos participantes sobre inclusão são insatisfatórios e que não houve diferenças entre os grupos quanto a esta dimensão. Os alunos deficientes demonstraram dar menos crédito à inclusão escolar que os alunos sem deficiência, apontando muitos aspectos negativos tais como: “é ruim” “é errado”, “não terão atenção adequada”, "falta recursos”, “os professores não estão preparados” etc. Os sentimentos decorrentes da educação inclusiva que predominaram entre os alunos com deficiência foram negativos do tipo: “medo”, “mal”, "insegurança”, “desespero”, “angustiado” etc., enquanto que entre os alunos não deficientes prevaleceram os positivos – “tranqüilo”, “normal”, “bem” etc. Os participantes apontaram várias dificuldades envolvidas nesse processo, destacando-se a falta de preparo dos profissionais, falta de infra-estrutura das escolas e a discriminação social. Esses resultados, portanto, permitem inferir que à educação inclusiva está sendo implantada de forma inadequada, sem os devidos cuidados e com pouco ou nenhuma preocupação com o bem-estar das pessoas envolvidas diretamente nesse processo, em específico os alunos com deficiência, ficando evidente que ainda se faz necessário muito investimento, bem como estudo e conhecimento em relação à inclusão escolar, pois não se trata de um processo simples, é complexa e requer muito mais do que do simplesmente possibilitar o mesmo espaço físico a todos.

Palavras-chave: Aluno com deficiência, escola, compromisso social.

VIII Congresso Nacional de Psicologia Escolar e Educacional
26 a 29 de Abril de 2007
ISSN 1981-2566

INCLUSÃO ESCOLAR E O DILEMA SOCIALIZAÇÃO VERSUS APRENDIZAGEM: ESCLARECENDO ALGUNS CONCEITOS A PARTIR DA PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL

Claudia Lopes da Silva

O presente trabalho visa discutir a relação entre o processo de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais na escola regular e o processo de socialização e as concepções correntes na escola acerca deste,a partir do enfoque histórico-cultural.Para atingir tais objetivos,é feito um percurso através do conceito de socialização,com destaque para as idéias de Charlot,Marx e Vigotski,sempre dentro de um recorte que coloca em destaque a escolarização,ou as formas de socialização que são proporcionadas pela participação dos alunos na escola enquanto instituição social.É discutida a definição do conceito de socialização no senso comum,observada pela autora em seu trabalho junto a professores da rede pública de ensino,que é recorrente na escola e que muitas vezes se presta a justificar o tipo de trabalho que é desenvolvido com alunos com necessidades educacionais especiais em processo de inclusão escolar,principalmente no que se refere ao tipo de intervenção pedagógica proposta.São discutidas algumas questões colocadas por professores quanto à validade da inclusão destes alunos, uma vez que seu desempenho pedagógico muitas vezes não corresponde às expectativas da escola.A socialização é apontada então como um ganho secundário,e o trabalho visa problematizar esta colocação.Questiona-se ainda a suposição comumente encontrada de que basta matricular um aluno na escola para garantir seu processo de socialização.As concepções correntes na escola são questionadas considerando-se que as idéias correntes sobre socialização são contraditórias, porém é no confronto e na reflexão sobre tais contradições que se pode atingir um grau maior de profundidade e clareza sobre as concepções que cercam o processo de inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais. Pode-se destacar a questão da inclusão escolar de alunos com deficiência intelectual, que demandam da escola um oferecimento curricular que proporcione a ele oportunidades diferenciadas de aprendizagem e desenvolvimento, o que geralmente configura-se como um processo conflituoso para a escola,uma vez que deve para tanto questionar a forma tradicional de trabalhar conteúdos pedagógicos de forma que estes alunos possam ter acesso aos mesmos. Na dificuldade em realizar tais ajustes, a escola acaba apegando-se à idéia de que o aluno está sendo trabalhado do ponto de vista do que chama “socialização”,deixando em segundo plano os objetivos propriamente conteudinais. Questiona-se aqui se a dificuldade é do aluno para acessar tais conteúdos ou da escola para adaptá-los de forma que todos possam acessá-lo. Por outro lado, de forma contraditória, a crença de estar proporcionando ao aluno uma forma de “socialização” escolar contribui para que sejam vencidas algumas resistências iniciais da escola quanto a receber alunos com deficiência intelectual. Essas reflexões são respaldadas teoricamente pelos pressupostos da psicologia histórico-cultural, colocando-se como indiscutível a necessidade de todos os alunos, independente do tipo de necessidade educacional apresentada, participarem da escola, uma vez que esta instituição tem um papel de destaque numa sociedade altamente escolarizada quanto a atual, podendo considerar-se que a inclusão escolar é uma forma de humanização da criança em tal sociedade, ressaltando-se ainda a importância do papel da escola e do professor como instituição responsável pela disseminação do conhecimento historicamente acumulado pela sociedade.

Palavras-chave: Inclusão escolar, psicologia histórico-cultural, socialização.

ISSN 1981-2566

INSERÇÃO ESCOLAR: UMA PROPOSTA DE TRABALHO COM ARTE EM ITUMBIARA - GO

Marcela Cristina Moraes
Silvia Maria Cintra da Silva

A inserção escolar de crianças com necessidades educacionais especiais no ensino regular é garantida pela lei 9.394/96. A presença dessas crianças na escola regular exige mudanças em todo o contexto, a fim de contribuir para o seu desenvolvimento. A Secretaria de Educação do Estado de Goiás criou o Projeto Espaço Criativo, que visa promover a inclusão por meio da arte. Nos propusemos a investigar a mediação/ação pedagógica das professoras da 4ª série do Ensino Fundamental que se propõem a incluir seus alunos deficientes mentais usando a arte. A individualidade é construída a partir das relações sociais e por isso, objetivamos conhecer e analisar a mediação na prática pedagógica das docentes regente, de apoio e de recursos, visto que essas são as três categorias de professoras que trabalham com a série investigada. Realizamos observações e videogravações do contexto focalizado para identificar a origem das interações e ainda fizemos entrevistas com as três professoras e três alunos deficientes mentais, o material foi analisado microgeneticamente para a organização das categorias. Com relação à mediação percebeu-se que ela é diferenciada para os deficientes mentais; a professora regente não os considera como seus alunos e a professora de apoio se propõe a trabalhar em um canto da sala, passando palavras e números para eles copiarem e ainda tarefas de recorte e colagem. A mediação da professora de recursos ocorre por meio dos materiais que prepara, isto é, atividades mimeografadas e desenhos ampliados para pintura. Assim, as atividades oferecidas pelas professoras são padronizadas e monótonas, não favorecendo a autonomia e nem o raciocínio abstrato. As professoras usam as atividades artísticas para ocupar o tempo dos alunos deficientes mentais quando eles não conseguem acompanhar o restante da sala. O Projeto Espaço Criativo não acontece e as professoras desconhecem a importância da arte no desenvolvimento afetivo e cognitivo. Contudo, estas falhas podem ter como responsáveis os idealizadores do projeto que tiveram a idéia mas não ofereceram os recursos necessários para o seu desenvolvimento. As professoras revelaram que não fizeram cursos específicos para trabalhar com arte e reclamaram muito da falta de materiais. Pudemos constatar que a inclusão não ocorre efetivamente, havendo momentos de segregação apontados pelos deficientes mentais, como o fato de não irem ao quadro resolver os exercícios, alguns colegas não brincarem com eles e ainda os xingarem de “doido”, e que a “tia não ensina a ler nem a escrever”, ou seja são colocados de lado até na distribuição das carteiras onde ocupam o canto direito do fundo da sala. Diante destas questões, torna-se relevante discutir a necessidade da formação de professores voltada para a presença de alunos com necessidades educacionais especiais em suas salas; o paradigma da inclusão é uma mudança que envolve todo o contexto escolar e não simplesmente colocar os alunos dentro da sala de aula. As práticas que visam à inclusão precisam ser constantemente questionadas para que ao longo do tempo possam ser construídas metodologias adequadas, sendo que a arte, se adequadamente utilizada, mostra-se como uma alternativa promotora de desenvolvimento e aprendizagem.

Palavras-chave: Arte, mediação pedagógica, inclusão escolar.

ISSN 1981-2566

INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO MENTAL GRAVE - PARCERIA CAPSI E UFU

Nidiamara Guimarães
Claudia Dechichi
Mariana Custódio Afonso

A partir dos anos 80, intensas discussões em torno do paradigma da inclusão social têm suscitado mudanças em diversos segmentos sociais que lutam pelo direito a uma inclusão social com qualidade de vida e resgate da cidadania, entre estes, as pessoas com grave sofrimento psíquico. Desde 2002, o CAPSi - Centro de Atenção Psicossocial para Infância e Adolescência (1999,UDI/MG), em parceria com o Instituto de Psicologia da UFU, vem desenvolvendo um projeto de extensão sob a coordenação de uma professora do IPUFU/UFU e duas psicólogas do CAPSi, além de contar com a participação de 12 estagiárias do Curso de Psicologia. O objetivo principal do projeto é implementar ações psicoeducacionais que contribuam na implementação de processos de inclusão escolar de crianças e jovens com transtornos mentais graves atendidos pelo CAPSi. Visando facilitar o processo de inclusão escolar, estagiárias acompanham estes alunos em seu processo de inserção realizando observações no ambiente escolar, reuniões com a equipe pedagógica, entrevistas periódicas com as professoras e reuniões com familiares. O presente trabalho relata resultados do projeto em relação ao processo de inserção escolar de uma menina de sete anos de uma escola da rede municipal. Apesar de matriculada no ensino comum, a aluna não freqüentava sala de aula, participando apenas do atendimento escolar especializado (50', três vezes por semana), além de ser atendida em psicomotricidade e arteterapia (01 vez por semana). A permanência fora da sala justificava-se, segundo a equipe pedagógica, pela falta de estrutura da escola para trabalhar com alunos considerados atípicos. Resultados do processo de acompanhamento da criança nos atendimentos especializados revelaram que: não existe projeto pedagógico norteador para este atendimento; as atividades eram repetitivas, restringindo-se a execução de tarefas simples com pouca ou nenhuma participação da aluna; e, não havia relação entre as atividades e os conteúdos acadêmicos. A análise parcial dos resultados do projeto revelou existência de significativas dificuldades dentro do contexto escolar que se transformaram em barreiras atitudinais, comprometendo o desenvolvimento do processo de inserção da criança, dentre elas: (1) falta de formação acadêmica dos educadores para realização do atendimento educacional especial; (2) falta de interesse e envolvimento da escola na proposta de inclusão escolar; (3) falta de informações e orientações da professora para lidar com alunos com transtornos mentais graves em situação escolar; (4) falta de participação da família no processo de inserção escolar. O atendimento à criança foi suspenso antes do término do semestre letivo em função da recusa da professora do atendimento especializado em continuar participando do projeto. Concluímos, então que: o sucesso da inserção escolar de crianças e jovens com transtornos mentais graves demanda um acompanhamento cuidadoso e sistemático conforme foi realizado pela equipe do projeto de extensão; a escola deve abrir espaço para a conscientização e esclarecimento do que vem a ser inclusão escolar, facilitando assim a eliminação das barreiras atitudinais; a professora da criança também deve ser orientada sistematicamente e receber formação para desempenhar adequadamente sua tarefa junto à essa criança; e, por fim, a família deve estar envolvida no processo de inserção escolar.

Palavras-chave: Inclusão escolar, transtorno mental, necessidades educacionais especiais.

ISSN 1981-2566

INDICADORES COMPORTAMENTAIS DE EMPATIA EM CRIANÇAS DEFICIENTES VISUAIS E VIDENTES

Bárbara Carvalho Ferreira
Zilda A. P. Del Prette

Uma pessoa é considerada empática quando ela apresenta comportamento de reconhecer o sentimento do interlocutor, nomear o sentimento do outro, expressar emoções positivas na interação, falar sobre emoções e sentimentos, prestar atenção no interlocutor, demonstrar interesse pelo outro, compreender a situação do interlocutor, expressar compreensão pelos sentimentos de outra pessoa e oferecer ajuda. Dados de pesquisas têm indicado uma relação positiva entre um repertório empático e popularidade entre os pares, relações saudáveis, aumento de vínculo, inibição de comportamentos agressivos. A necessidade de avaliar a forma como as crianças deficientes visuais demonstram empatia é de extrema importância no processo de inclusão no ensino regular, pois esta habilidade é essencial para uma integração mais satisfatória e proveitosa na escola, especialmente para conquistar e manter amizades e criar um ambiente propício para o fortalecimento desta habilidade. Pesquisas voltadas para a avaliação das habilidades de alunos com deficiência visual podem contribuir para "desenvolver instrumentos e procedimentos válidos e confiáveis (...) para investigar fatores associados a diferentes grupos diagnósticos" (Del Prette & Del Prette, 2006). Tendo em vista a escassez de pesquisas no Brasil sobre a empatia destas crianças, este estudo comparativo teve como objetivo caracterizar o repertório empático das crianças cegas e videntes por meio de uma avaliação multimodal, com diferentes informantes (pais e professores). Participaram, como informantes, pais e professores das crianças, que foram emparelhadas em dois grupos: um composto por 16 crianças cegas e outro de 16 crianças videntes, com idade variando de sete a 10 anos e matriculadas entre a primeira e terceira série do Ensino Fundamental de escolas regulares, públicas e privadas. Para coleta dos dados utilizou-se o Questionário de Avaliação dos Indicadores Comportamentais de Empatia das Crianças pelos Pais e Professores, composto por 18 questões de interação da criança no ambiente de casa e escolar. Os resultados, calculados por meio de análise estatística descritiva (média e desvio padrão), indicaram na avaliação dos pais que o escore médio atribuído às crianças cegas foi de 26,00 (dp= 5,89) e das crianças videntes foi de 27,96 (dp=3,65); na avaliação dos professores a média do grupo de criança cegas foi de 25,19 (dp=4,53) e do grupo de videntes o escore médio foi de 28,5 (dp=3,54). Além disso, os resultados revelaram que na avaliação dos pais, das 16 crianças cegas, sete apresentaram médias superiores aos seus pares videntes. Na avaliação dos professores, somente quatro crianças com deficiência visual obtiveram médias superiores a de seus pares. Os dados encontrados revelam: que os pais das crianças videntes avaliaram mais positivamente o repertório de habilidades empáticas de seus filhos do que os pais das crianças com deficiência visual, assim como os professores; que na avaliação dos professores o número de crianças cegas com maior repertório empático foi menor do que na avaliação dos pais, o que pode sugerir que no contexto escolar estas crianças apresentam menos comportamentos empáticos do que no ambiente de casa.

Palavras-chave: Empatia, avaliação multimodal, deficiência visual.

ISSN 1981-2566

INSTITUTO ROGERIO STEINBERG

Claudia Hirszman

A Empresa Servenco, fundada em 1948, por Jacob e Clara Steinberg é uma das mais tradicionais e respeitadas empresas do setor imobiliário, sendo responsável por construções que se tornaram marcos da cidade do Rio de Janeiro. Seus fundadores sempre prezaram o atendimento diferenciado aos seus clientes e funcionários, se preocupando com questões ambientais, através de áreas ajardinadas, com a arte, através da inserção de painéis decorativos e pintura de artistas colocados nos seus prédios e com a atualização de seus empregados. Além da ampla atuação interna, a Servenco sempre apoiou diversas iniciativas artísticas, culturais, educacionais e comunitárias, como exposições, filmes, lançamentos de livros e outros. Diante do reconhecimento da importância do lazer e da afetividade para o desenvolvimento das crianças e adolescentes, a Servenco criou, em 1970, um Programa Sócio-Recreativo, amplamente divulgado e reconhecido no Brasil e no exterior. Os prédios passaram a contar com espaços para atividades artísticas, quadras polivalentes, teatro de arena e etc. Uma equipe interdisciplinar planejava atividades de acordo com as especificidades e interesses de cada condomínio. Jacob e Clara Steinberg tiveram dois filhos com aptidões diferentes, um artista e outro acadêmico, e desde cedo percebeu a importância de estimular as diferenças individuais. Procurando conciliar seu exemplo de vida, a experiência acumulada em atividades educacionais, sociais e culturais e a preocupação com a desigualdade social, o Grupo Servenco criou, em 1997, o Instituto Rogerio Steinberg. O IRS realiza dois Programas independentes e complementares, Despertando e Desenvolvendo Talentos, voltados para estudantes de escolas públicas do ensino fundamental e médio, com idade entre 7 e 16 anos. Nessa proposta de educação complementar o principal objetivo é despertar e desenvolver o potencial criativo de crianças e adolescentes, identificando talentos e facilitando a inserção produtiva na sociedade. Em 9 anos de atuação, 14 mil alunos foram beneficiados e mais de 30 professores/recreadores foram capacitados, como parte do compromisso do processo educacional dos programas. Uma das atuações diferenciadas são as Oficinas de Criação e do PEI que partem do princípio que a afetividade e a cognição devem ser trabalhadas conjuntamente para que a aprendizagem seja interiorizada e conscientizada. Para isso, são promovidas atividades de artes integradas (expressiva, literária, plástica e dramática) e exercícios de estratégias mentais, através da ampliação das referências, do vocabulário e da conscientização e prática do espírito empreendedor. Como casos de sucesso, 9 alunos foram aprovados para o Colégio Pedro II e 12 para o Instituto de Tecnologia ORT. Uma ex-participante está formada e atuando com Estilismo, outra cursando Psicologia e atuando como estagiária dentro do Programa Desenvolvendo Talentos e outro ainda, está se formando em Museologia.

ISSN 1981-2566

FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM ESTUDO TRANSVERSAL

Altemir José Gonçalves Barbosa
Carolina Ferreira Conti

Com o objetivo de analisar a formação na graduação em Psicologia para a educação inclusiva, aplicou-se um questionário em 163 estudantes de duas instituições de educação superior (IES), sendo 85 (52,15%) deles de uma universidade pública e, conseqüentemente, 78 (47,85%) do ensino privado. A coleta de dados foi feita coletivamente em sala de aula e em períodos (2o, 4o, 6o, 8o e 10o) equivalentes das duas IES. A coleta de dados foi precedida por cuidados éticos necessários para pesquisas envolvendo seres humanos, tais como aprovação por um Comitê de Ética em Pesquisa (CAAE - 0132.0.180.000-06) e obtenção do consentimento livre e esclarecido por parte dos participantes. Predominaram os participantes que não possuem alguém com necessidade educacional especial (NEE) na família (n = 131; 82,39%) e que têm/tiveram contato próximo com pessoas com NEE (n = 127; 78,88%). Não foi obtida diferença significante ao se comparar a proporção de discentes que já tiveram colegas com NEE em sala (n = 69; 42,59%) e que não tiveram (n = 93; 57,41%). Porém, quando se considera o tipo de IES, verificou-se que no ensino público prevalecem estudantes que não tiveram pares com NEE (n = 55; 64,71%), enquanto na universidade privada há uma proporção equivalente de alunos que já tiveram (n = 39; 50,65%) e que não tiveram (n = 38; 49,35%) um colega com NEE em sala de aula. Tanto na IES privada (n = 51; 65,38%) quanto na pública (n = 47; 55,29%) a tendência é existir disciplinas e/ou atividades sobre inclusão escolar. No primeiro tipo de universidade, o conhecimento tende a ser ofertado a partir do 4o período enquanto no segundo tipo de IES a formação sobre inclusão escolar tem início mais tarde (6o e 8o períodos). Os participantes não estão nem satisfeitos nem insatisfeitos com a formação que têm recebido para atuar em escolas inclusivas (n = 65; 41,14%). Todavia, se a este escore for somado o de alunos com algum tipo de insatisfação (n = 53; 33,54%), tem-se um resultado que é, no mínimo, preocupante. Obtiveram-se escores significantes de concordância com a inclusão escolar no geral: 41,98% (n = 68) concordam totalmente; e 42,59% (n = 69) concordam. No que diz respeito especificamente às NEEs que constam no Censo Educacional do Ministério da Educação (altas habilidades/superdotação, autismo, condutas típicas, deficiência auditiva, deficiência física, deficiência mental, deficiência múltipla, deficiência visual, surdocegueira e Síndrome de Down), constatou-se diferenças significantes no nível de concordância, sendo que os participantes concordam mais com a inclusão de pessoas com deficiência física e discordam mais da inclusão de estudantes com deficiência mental e com múltiplas deficiências. Não foram constatadas diferenças significantes entre os períodos no que se refere à satisfação com a formação recebida para atuar em escolas inclusivas e à concordância com a inclusão escolar no geral e de NEEs específicas. Os resultados obtidos evidenciam que a formação recebida na graduação não tem sido capaz de alterar o posicionamento dos estudantes de Psicologia no que se refere à educação inclusiva.

Palavras-chave: Necessidades educacionais especiais, inclusão escolar, ensino de Psicologia.

ISSN 1981-2566

FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO INFANTIL: TRABALHANDO O TEMA DA "INCLUSÃO ESCOLAR" A PARTIR DE OBRAS DE SALVADOR DALI

Rui Moreira Ribeiro Silva
Juliene Madureira Ferreira
Claudia Dechichi

A partir de um estágio realizado junto a uma escola da rede municipal de educação infantil da cidade de Uberlândia, alunos do curso de Psicologia buscaram trabalhar temas pertinentes à realidade vivenciada por professores e educadores da instituição, almejando fomentar novas discussões sobre conhecimentos necessários ao fazer diário do professor. Dentre os principais assuntos apontados por estes profissionais como suscitadores de dúvidas e dificuldades em sua prática estava a "Inclusão Escolar". Em formato de oficinas, foi realizado um total de cinco mini-cursos, com quatro horas de duração cada, sendo um deles destinado ao tema da "Inclusão Escolar". Os participantes, treze professoras e educadoras, lecionavam em classes de alunos de dois a seis anos de idade e trabalhavam em horários mistos. Como atividade primeira e fundamental para o mini-curso, solicitou-se que cada participante apresentasse ao grupo um quadro do espanhol Salvador Dali, como se fossem curadores de exposições do artista. O objetivo maior da atividade era expor estes profissionais, de forma lúdica, a experiências que remontassem situações de confronto com a diferença. Elegeu-se o referido pintor e escultor em virtude da complexidade e riqueza simbólica de suas obras e por se tratar de um artista desconhecido de todos os participantes. Assim, surgiram discussões fundamentais sobre sentimentos e crenças com relação ao diferente e ao inesperado, bem como à condição de responsável por este objeto. Foi possível, então, transpor estas representações para a prática do professor e do educador do aluno com necessidades educacionais especiais e trabalhar sub-temas como a história da deficiência na humanidade, as diferenças em cada deficiência, o paradoxo entre integração e inclusão, o lugar e papel da escola no processo de inclusão e as possíveis formas de se trabalhar, enquanto professor e educador, de forma inclusivista. Acreditamos que lançar mão do uso de obras de arte, como uma representação do diferente, foi uma estratégia extremamente válida para simbolizar várias das principais questões concernentes ao fenômeno da Inclusão Escolar e acessar de forma cuidadosa e bem-sucedida as significações pessoais que cada participante tinha com relação à diversas deficiências e à diferença em si. Foi possível discutir e reelaborar aqueles que identificamos como mitos referentes à temática e propor de maneira prática a construção de um novo olhar para o fenômeno da Inclusão. Relatos espontâneos e avaliações sistematizadas realizadas com os participantes acerca do aproveitamento dos mini-cursos sugerem que a estratégia do uso de obras de arte se fez condição sine qua non para o envolvimento dos mesmos com a proposta da atividade e para uma conseqüente ressignificação de postura pessoal e profissional frente à diferença.

Palavras-chave: Inclusão escolar, formação de professores, educação infantil, Salvador Dali, artes.

ISSN 1981-2566

HISTÓRIAS DE VIDA DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: UMA ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA.

Katia Regina Moreno Caiado

A proposta de discussão que trago sobre a utilização de Histórias de Vida na pesquisa em educação, e em educação especial, não se circunscreve aos fundamentos da pesquisa qualitativa que a caracterizam, dentre outros, como descritiva e particular. Aqui, se compreende a história de vida enquanto realidade empírica, como um fragmento, ou uma síntese, que conserva múltiplas e complexas determinações da vida humana. Portanto, enquanto realidade empírica a história de vida de um indivíduo pode ser conhecida na sua aparência a partir de diferentes fontes, como: depoimentos orais, indicadores sociais, fotografias, documentos clínicos, escolares, trabalhistas. De posse de todos os dados orais e documentais deve-se passar para uma análise categorial que relacione essa vida particular às relações sociais que a engendraram e, assim, possa-se apreender os processos de constituição de um indivíduo concreto, síntese de múltiplas e complexas determinações. Mesmo com a utilização de diferentes e variadas fontes, não se nega aqui a primazia da escuta do depoimento oral como fonte relevante na construção dos dados. As fontes orais são relatos ou depoimentos orais registrados. Esses relatos ou depoimentos são induzidos, estimulados a partir de um roteiro (perguntas, fotografias, recortes de jornal, etc) que o pesquisador apresenta ao entrevistado com o objetivo de 'aquecer' a memória, de conduzir a entrevista a partir dos objetivos do trabalho. Portanto, a fonte oral se concretiza como corpo documental quando ela é transcrita para ser então trabalhada pelo pesquisador. A proposta aqui é trabalhar com a unidade história de vida enquanto dado empírico que traz um potencial de síntese das múltiplas determinações que se aglomeram na história individual. Ao tomar a história de vida como fonte empírica, compreende-se que o depoimento oral é uma das fontes para compreensão das diferentes dimensões que engendram aquela vida. Assim, para análise abstrata e categorial considera-se a história de vida constituída na relação com outros homens, num determinado momento histórico e lugar social compreendendo ainda as dimensões biológicas e psicológicas que engendraram aquela vida e que nos permite após essa análise abstrata, captar uma vida concreta, porque relacionada nas suas múltiplas determinações, no conglomerado das múltiplas e complexas relações de um dado acontecimento com outros.A partir desse referencial, os objetivos deste mini-curso são: aprofundar o estudo sobre a pesquisa com histórias de vida com segmentos historicamente silenciados; instrumentalizar o pesquisador para trabalhar com fontes orais. Os conteúdos a serem abordados são: conceituar e analisar os fundamentos da história oral enquanto um procedimento teórico metodológico de pesquisa; estudar o percurso histórico dessa perspectiva; conhecer diferentes abordagens e tratamentos adotados em pesquisas com essa metodologia no trabalho com pessoas com deficiência.

Palavras-chave: Histórias de vida, educação especial, fontes orais.

ISSN 1981-2566

IDENTIFICAÇÃO E ATENDIMENTO EDUCACIONAL INCLUSIVO DE ALUNOS COM ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO

Cristina Maria Carvalho Delou

O atendimento educacional de alunos com necessidades educacionais especiais é, hoje, medida que requer ações de urgência. Há alguns anos vinha sendo recomendado pelo Ministério de Educação, através de incentivos e de ações desenvolvidas pela Secretaria de Educação Especial, uma vez que já se tinha consciência dos direitos que as crianças e os adolescentes tinham de ter acesso a uma educação de qualidade e com igualdade de oportunidades. Entretanto estas ações, quando existiram, foram tímidas, descontínuas e tiveram que contar com o despreparo do professor no lidar com estas questões. Hoje, a situação é bastante diferente, uma vez que a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9394/96, estabelece, em seu Art. 40, "o dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: ... III - Atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino e V- Acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo as capacidades de cada um". Em relação ao aluno com altas habilidades/superdotação a Lei é rica em dispositivos e previsões nos níveis da educação básica e ensino superior, além de contemplar, em um capítulo próprio, o atendimento escolar no âmbito da Educação Especial. Estão previstos apoio especializado na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela da Educação Especial; atendimento educacional feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre em função das condições específicas dos alunos através de currículos, métodos, recursos educativos, e organizações específicos, para atender às suas necessidades; aceleração e avaliações para eliminar etapas vencidas em nível cognitivo e para concluir em menor tempo o programa escolar; professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns; educação especial para o trabalho, visando efetiva integração na vida em sociedade, para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora. Com tantas inovações há que se preparar o professor para identificar e atender adequadamente estes alunos no sistema regular de ensino, pois, na verdade, os alunos com altas habilidades/superdotação são tão excluídos quantos os alunos com deficiências sensoriais, físicas ou mentais. Os alunos com altas habilidades/superdotação estão, com certeza, matriculados nas classes comuns, contudo, muitas vezes passam desapercebidos. Podem ser excelentes alunos ou apresentar problemas específicos de aprendizagem. Mas não estão integrados aos seus grupos escolares. Integrar prevê a interação e, freqüentemente, estes alunos, estão solitários no grupo de colegas e nos pátios dos recreios escolares, pois não têm pares para intercambiar interesses. É nossa responsabilidade contribuir para a diminuição destas distâncias e favorecer que estes alunos encontrem caminhos de se formarem cidadãos de forma mais ética e solidária, menos atingidos por estigmas e preconceitos. OBJETIVO: Capacitar profissionais da Educação e da Psicologia no trabalho de identificação e atendimento educacional escolar a alunos que apresentem características de altas habilidades/superdotação, contribuindo para a formação de cidadãos menos atingidos por estigmas e preconceitos.

Palavras-chave: Altas habilidades/superdotação, inclusão, parâmetros de observação.

ISSN 1981-2566

INSTITUTO SOCIAL MARIA TELLES

Inês Boaventura França

Criado em 1999, o Instituto Social Maria Telles – ISMART, é uma instituição filantrópica com a missão de concretizar o potencial pleno dos talentos acadêmicos de baixa renda, oferecendo oportunidades que possam transformá-los em profissionais de sucesso por meio de programas calcados na valorização da excelência, da ética e na criatividade produtiva. Para o ISMART: diferentes formas de talento se distribuem por todas as classes sociais; talento só se concretiza pelo esforço pessoal; bons exemplos têm efeito multiplicador; boas oportunidades catalisam a promoção social; excelência é a base para os resultados desejados; definição de sucesso é o resultado de uma atividade produtiva, da responsabilidade social e da realização pessoal. Temos consciência do que uma educação de qualidade pode fazer para transformar a vida de pessoas. Por isso seus programas garantem o ensino formal, oferece apoio material, psicopedagógico e atividades extracurriculares que colaboram para o desenvolvimento acadêmico dos jovens atendidos, preparando-os para que possam participar dos exames vestibulares em condições de igualdade com seus pares cronológicos. O Instituto desenvolve projetos próprios e em parceria com instituições de objetivos semelhantes e voltados para o mesmo público alvo. Projetos: Espaço Talento: Projeto pioneiro do Ismart, o Espaço Talento tem sede no Rio de Janeiro. Atende estudantes da 3ª série do ensino fundamental ao primeiro ano da Universidade, propiciando-lhes ensino formal em escolas públicas ou privadas de primeira linha e atividades extracurriculares voltadas para o desenvolvimento cognitivo, cultural, moral, ético e profissional. Alicerce: tendo como público alvo alunos matriculados na 6ª série de escolas da rede pública de ensino, o Projeto Alicerce apresenta a seguinte estrutura: a) Curso prepartatório com duração de dois anos, no contra-turno do ensino formal, durante a 7ª e 8ª séries do Ensino Fundamental; b) Atendimento psicopedágogico – envolve acompanhamento da aprendizagem e do desempenho acadêmico, integração à nova rotina de estudos, orientação profissional e trabalho com as famílias para estimular a co-responsabilidade na educação dos jovens; c) Bolsa de estudos integral para o aluno cursar o ensino médio nas escolas de “primeira linha”. Bolsa Talento: voltado para alunos que estejam cursando a partir da 7ª série nas escolas da rede pública de ensino, com histórico de excepcional desempenho e/ou grandes realizações, considerando a sua origem sócio-econômica. Para se tornar um bolsista do Ismart, todos os estudantes interessados passam por um rigoroso processo de seleção. São nas definições de “superdotação/altas habilidades” propostas pela Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação e Desporto e na concepção de que “os indivíduos que se destacam por suas contribuições apresentam: habilidade acima da média, criatividade e envolvimento com a tarefa” (Renzulli, 1978; 1986a) que o processo de seleção dos alunos para os Projetos do Ismart se fundamenta. A seleção dos alunos se dá em quatro etapas: 1- Avaliação do potencial cognitivo; 2- Entrevista individual; 3- Entrevista com a família, incluíndo visita domiciliar; 4- Dinâmica de grupo. A abrangência do Ismart, hoje, atende 375 bolsistas distribuídos entre Rio de Janeiro, São Paulo e Fortaleza.

ISSN 1981-2566

O CONCEITO DE AMBIENTE INCLUSIVO

Raquel Zanelatto Alves da Silva

Esta comunicação tem como propósito apresentar um recorte da pesquisa “A construção de ambientes inclusivos na Educação Infantil”, que vem sendo desenvolvida junto a uma Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI) localizada na cidade de São Paulo. O foco deste estudo consiste em identificar as barreiras que dificultam a inclusão de crianças deficientes e os determinantes que contribuem na construção de ambientes inclusivos. Para alcançar este objetivo julga-se necessário conhecer a dinâmica das relações institucionais horizontais e verticais presentes em uma EMEI, buscando identificar os indicadores do envolvimento dos profissionais que trabalham na instituição com o trabalho educativo desenvolvido, bem como os caminhos de tomada de decisão na definição do projeto educacional, além de analisar as possibilidades de participação de crianças, pais, professores e funcionários de apoio nesse processo. A metodologia está organizada em quatro momentos: observação das rotinas dos profissionais e das crianças matriculadas nos três estágios da Educação Infantil (crianças de 3 a 5 anos); levantamento de registros institucionais (relatórios, projeto político pedagógico, foto, etc.); entrevistas com as crianças observadas, professoras, equipe técnica (coordenadores e diretor) e funcionários de apoio ao trabalho educativo (porteiro, merendeira, inspetores, etc) e discussões entre os pesquisadores envolvidos no projeto e a supervisora do mesmo, visando à análise dos dados levantados de acordo com o referencial teórico da teoria crítica da sociedade, tendo como principal autor de referência Theodor Adorno. Uma vez que a pesquisa está ainda em andamento, propõe-se uma discussão a respeito do conceito de ambiente inclusivo, central nesta pesquisa, que amplia o foco da discussão sobre a forma de inclusão de crianças deficientes em pré-escolas regulares, para a forma de inserção dos professores, dos profissionais de apoio, da equipe técnica, das crianças, dos pais e da comunidade no processo educacional escolar. A partir deste conceito justifica-se o método empregado: conhecer e ouvir todos os segmentos da escola, retirando o foco da criança com deficiência ou do professor, como se fossem os únicos envolvidos nas dificuldades que surgem quando a criança deficiente é matriculada na escola regular. A escola e o meio cientifico, nos últimos dez anos, têm se perguntado com freqüência se a criança deficiente está incluída na escola ou como deve ser feita esta inclusão. Entrando em contato com o Projeto Pedagógico da EMEI que está sendo observada percebe-se que este está em consonância com as orientações do MEC a respeito do tema, no entanto observando a escola e ouvindo aqueles que a compõem percebem-se barreiras à inclusão das crianças que nos levam a outros questionamentos: onde estamos querendo incluir estas crianças? São somente as crianças deficientes que precisam ser “incluídas”? Qual a concepção de educação e de infância que os profissionais da escola apresentam? Defende-se a importância deste tipo de discussão, pois quanto o processo de inclusão é feito de forma irrefletida, sem que se leve em conta o ambiente como um todo, mas apenas relações individuais (professor/criança deficiente) ele pode transformar-se, ao contrário do que se propõe, em gerador de exclusão.

Palavras-chave: Educação infantil, educação inclusiva, ambiente inclusivo.

ISSN 1981-2566

O ENCONTRO ENTRE A ESCOLA PÚBLICA E A PRIVADA - OS DESAFIOS DE UM PROCESSO DE INCLUSÃO

Roseli Fernandes Lins Caldas

O processo de inclusão produz diferentes emoções que podem ser vivenciadas a partir do convívio com o outro, como decorrência das modificações que o contato com o outro traz. Há sempre uma nova acomodação quando alguém entra em um grupo. Quando este alguém é de outra classe social – uma das principais barreiras quanto à inclusão - este processo de acomodação produz ambigüidades de sentimentos e atitudes. O presente trabalho tem como objetivo discutir a inclusão, a partir de uma experiência real vivida há alguns anos, fruto de um processo de fusão institucional que gerou a aproximação de crianças de duas escolas localizadas na cidade de São Paulo – uma escola de Educação Infantil da rede pública de ensino e outra, uma centenária escola da rede privada. Por meio de um acordo administrativo em função da reiteração de posse de um terreno, a contrapartida oferecida pela escola particular foi a cessão de 150 bolsas de estudos aos alunos da EMEI – Escola Municipal de Ensino Infantil. Alunos de prédios fisicamente tão próximos, mas que guardavam imensas distâncias entre eles. A intenção de fundir estes dois espaços carregou consigo as marcas da exclusão e do preconceito, marcas que pareciam tão afastadas dos educadores, com as quais tiveram que aprender a lidar individual e coletivamente na escola. Tal processo levou a confrontações sobre as diferenças sociais implicando, necessariamente, em reflexões sobre a divisão de classes e a má distribuição de renda, num país em que poucos têm acesso a uma educação de qualidade e a grande maioria das crianças e jovens só pode valer-se da educação sucateada, cujos investimentos, muitas vezes, não passam de engodos políticos, com o objetivo de figurarem nas estatísticas. Parece impossível discutir o tema da inclusão escolar sem considerar esta explicação fundamental à solidificação de preconceitos e exclusão social. É preciso discutir o preconceito na escola, pois apropriar-se ou não do preconceito pode ser uma escolha difícil e pessoal, uma vez que, por mais difundido e universal que seja um preconceito, sempre depende de uma escolha relativamente livre o fato de que alguém se aproprie ou não dele, pois cada um é responsável pelos seus preconceitos, e, neste sentido, a escolha pelo caminho precisa ser trabalhada por meio da Educação. Os referenciais da chamada “escola para pobres” ficam impregnados em muitos educadores, mesmo naqueles cujas intenções parecem voltadas à inclusão. O que aconteceu com as pessoas envolvidas no processo educacional de inclusão aqui retratado foi de grande valia pessoal e profissionalmente. Viver esta história e olhar de frente para os preconceitos trouxe transformações a professores, técnicos, pais e alunos destas duas escolas.

Palavras-chave: Inclusão, classe social, escola pública, escola privada.

ISSN 1981-2566

O PAPEL DO DIRETOR ESCOLAR NA IMPLANTAÇÃO DE UMA CULTURA ESCOLAR INCLUSIVA A PARTIR DE UM ENFOQUE SÓCIO-HISTÓRICO

Claudia Lopes da Silva

Este trabalho investiga o papel do diretor escolar na formação de uma cultura escolar inclusiva tendo como base teórica a psicologia sócio-histórica de Vigotski. Investigaram-se os conceitos de cultura escolar, educação inclusiva e ambiente inclusivo, de forma a estabelecer a importância do contexto da escola na inclusão escolar de alunos com deficiência, bem como o conceito de gestão escolar, com foco na atuação do diretor. Também foi discutida a contribuição feita por Vigotski na questão da educação inclusiva, a partir de textos do autor sobre a importância do contexto no desenvolvimento cultural da criança com deficiência. Como hipótese de pesquisa, considerou-se que a opinião pessoal, aspirações, atitudes, concepção de educação, compromisso ético-profissional, enfim, os aspectos idiossincráticos do diretor influenciam de maneira decisiva a forma como se constitui a cultura escolar e facilitam ou dificultam a implantação da inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais, considerando-se que sua constituição individual se dá histórica e socialmente, de acordo com o referencial teórico adotado. Propõe-se que isso se deva em grande parte à liderança e autoridades conectadas ao papel central que o diretor exerce na instituição escolar, bem como se relaciona com as dificuldades que a democratização dos processos de gestão escolar encontra para uma atuação efetiva. O papel do diretor enquanto um articulador do projeto pedagógico sobre o qual deve estar apoiado o projeto da escola tornar-se inclusiva seria então fundamental. A pesquisa busca estabelecer uma relação entre a democratização da escola e a implantação de uma cultura escolar inclusiva, através da atuação do diretor escolar, relacionando o papel do diretor ao contexto escolar e social. O trabalho apresenta-se como um estudo de caso, tendo sido utilizados como procedimentos de pesquisa o relato de experiência, a análise documental e a entrevista com uma diretora escolar. Pode-se destacar a ênfase no trabalho com o grupo de professores de forma coletiva como uma estratégia favoredora no sentido de estabelecer uma prática educacional inclusiva. Como resultados, concluiu-se que a democratização da gestão e a educação inclusiva se relacionam de forma importante, sugerindo-se que uma escola inclusiva é, antes de tudo, uma escola democrática. Propõe-se investir na produção de contextos escolares que favoreçam a construção de práticas democráticas, bem como que os sistemas educacionais assumam sua importante cota de responsabilidade nesta tarefa, que se traduzem principalmente na formação de professores e gestores. Considerou-se também que a luta pela escola inclusiva é a mesma luta já conhecida por uma educação de qualidade para todos, e que continua demandando o engajamento de todos os educadores preocupados com essa questão. O trabalho em questão foi apresentado em 2006 na forma de dissertação no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, no programa de Psicologia Escolar, sob a orientação da profa. Dra. Maria Isabel da Silva Leme.

Palavras-chave: Inclusão escolar, administração educacional, psicologia histórico-cultural.

ISSN 1981-2566

MONITORIA ESPECIAL: UMA EXPERIÊNCIA INCLUSIVA NO ENSINO SUPERIOR.

Maria Júlia Lemes Ribeiro

O atendimento educacional de pessoas com necessidades especiais tem se norteado pelas diferentes formas de entendimento do homem e conseqüentemente da diversidade no contexto social. O que originou diferentes encaminhamentos educacionais que foram sendo implementados de acordo com as políticas públicas em educação vigentes. No Projeto de Pesquisa desenvolvido na Universidade Estadual de Maringá, acerca da monitoria em Educação Especial no Ensino Superior, a atenção se voltou para os encaminhamentos originados a partir do enfoque assumido em nível nacional e internacional de uma educação que atenda a todos os educandos incluindo os que apresentam necessidades educativas especiais.Tal proposta de encaminhamento tem merecido discussões e preocupações não apenas em nível de educação fundamental, mas também com o aluno portador de necessidades especiais que se encontra no ensino superior. Neste sentido, estudos e discussões têm sido encaminhados pelos interessados na área, gerando um questionamento fundamental, que inclui desde a entrada até a permanência destes estudantes na Universidade, a qual depara-se com o compromisso de EDUCAÇÃO PARA TODOS. Um desafio para as academias que têm procurado implementar estratégias e metodologias específicas, como neste caso, o da Monitoria Especial, que objetiva se constituir em um apoio pedagógico para o estudante deste nível de ensino, que tenha necessidades especiais. Esta, vincula-se ao Programa Interdisciplinar de Pesquisa e Apoio a Excepcionalidade - PROPAE, dentro da Universidade, e tem a característica de um trabalho que assessora o estudante universitário para que possa se beneficiar do aprendizado da mesma forma que os outros, cumprindo um dos princípios básicos em educação que é o respeito á diversidade. Caracterizando-se como um primeiro trabalho proposto desta natureza, o trabalho de Monitoria Especial, vem sendo acompanhado através de uma coordenadoria específica. O trabalho inclui fornecer subsídios para o monitor (um acadêmico de sala de aula) com informações acerca das diferentes deficiências e suporte para a viabilização da monitoria proposta, que seria concretamente através de: grupos de estudos, reuniões de avaliação e acompanhamento mensal e atendimentos eventuais. Além disso, o trabalho se estende ao corpo docente que, após informado de que receberá no curso que leciona, alunos especiais, tem quando necessário, encontros com a coordenadoria da Monitoria Especial que procura passar informações sobre as necessidades especiais do aluno propriamente ditas e as potencialidades de aprendizagem do mesmo. Com estes esclarecimentos, acadêmicos com necessidades especiais, professor e coordenadoria, levantam estratégias que possam suprir as dificuldades que por ventura surjam no processo. Também as famílias têm sido envolvidas no sentido de intermediar o contato com o órgão PROPAE e a coordenadoria, acompanhando o trajeto acadêmico do estudante. O trabalho tem mostrado eficientes resultados no que diz respeito à permanência e aproveitamento dos conteúdos pelo acadêmico especial na Universidade, além de se constituir em uma importante experiência concreta de convivência com a diversidade para os estudantes monitores.

Palavras-chave: Aluno com necessidades especiais, monitoria especial, ensino superior.

ISSN 1981-2566

O PROFESSOR COMO AGENTE DE INCLUSÃO NO CONTEXTO ESCOLAR: UM ESTUDO SOBRE O FENÔMENO BULLYING

Mônica Cintrão França Ribeiro

De acordo com a ABRAPIA (2006), o termo bullying compreende atitudes agressivas, intencionais e repetidas, que ocorrem sem motivação evidente, adotadas por um ou mais estudantes contra outro(s), causando dor e angústia, sendo executadas em uma relação desigual de poder. Portanto, os atos repetidos entre iguais (estudantes) e o desequilíbrio de poder são as características essenciais, que tornam possível a intimidação da vítima. O presente trabalho tem como objetivo discutir o processo de inclusão escolar a partir da análise do fenômeno bullying e suas implicações na formação do professor, especialmente daqueles que atuam na segunda fase do Ensino Fundamental. Foi realizado um estudo a fim de identificar situações de agressão e desrespeito entre alunos da segunda fase do Ensino Fundamental de uma escola particular na cidade de São Paulo e o papel da intervenção de professores nessas situações. Para isso, foi aplicado um questionário aos alunos a fim de verificar se já haviam presenciado ou vivenciado situações de agressão no contexto escolar e como ele mesmo ou os professores reagiam a isso. Os resultados indicaram que a maior parte dos alunos já presenciou ou sofreu, na sala de aula ou no recreio, uma situação de constrangimento, por parte dos colegas e as palavras mais citadas para exemplificar isso foram: colocar apelidos, gozação, humilhação, isolamento, medo, agressão física. Da mesma forma, o relato dos alunos indica que alguns professores são testemunhas de episódios de agressão e, muitas vezes, não manifestam atitudes de ajuda aos alvos dos ataques. Observa-se que, enquanto certos problemas e conflitos são inevitáveis, outros podem ser motivados pelos próprios professores que demonstram inabilidade para tratar de questões psicopedagógicas, uma vez que se consideram responsáveis apenas pelo conteúdo das disciplinas que ministram. Ao mesmo tempo, observa-se que as pressões institucionais e o desrespeito dos alunos levam o professor ao esgotamento, com atitudes de exasperação e ressentimento com a profissão que inicialmente foi escolhida com entusiasmo. O preconceito e a discriminação são problemas que muitas escolas enfrentam em seu cotidiano, por isso não podem ser analisados por atos isolados dos indivíduos envolvidos, mas a partir da análise de uma gama de fatores que contribuem para a existência desses problemas e afetam a vida acadêmica dos alunos e professores.Discute-se a importância do papel do psicólogo escolar como profissional competente para fazer uma leitura das relações institucionais e organizar procedimentos de intervenção que beneficiem essas relações e promovam o ensino e a aprendizagem de qualidade na escola.O estudo possibilita a organização de estratégias para elaboração de projetos de intervenção que trabalhe a formação do professor, preparando-o para lidar com situações do cotidiano escolar que envolva a inclusão escolar e social.

Palavras-chave: Bullying, inclusão, formação docente.

ISSN 1981-2566

O PROFESSOR COMO MEDIADOR NO PROCESSO DE INCLUSÃO EDUCACIONAL DE CRIANÇAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS: ANALISANDO O PADRÃO DE INTERAÇÃO EM SALA DE AULA

Renata Veloso de Albuquerque Maranhão
Iara Maria Farias

A questão da inclusão da criança com necessidades educativas especiais (NEE) tem sido amplamente discutida e a escola tem sido indicada como o lugar mais propício para realizar essa inclusão, o que vem sendo incentivada e regulamentada por decretos e leis como, por exemplo, a LDB. Nesse contexto, a importância da relação professor–aluno para o desenvolvimento da criança com NEE é inquestionável, já que o professor nesse processo de inclusão educacional desempenha papel fundamental, quando preparado, para promover um ambiente favorável ao desenvolvimento da criança com NEE. Com base na Teoria da Experiência de Aprendizagem Mediatizada (EAM) de R. Feuerstein, na qual o mediador (professor) se interpõe entre o mediado (criança) e o meio (situações, pessoas, objetos etc.) proporcionando um melhor desenvolvimento cognitivo estrutural da criança e preparando-a para aprendizagens futuras, o objetivo deste estudo foi identificar e refletir acerca da atuação profissional de duas professoras de educação infantil (A e B) de uma escola inclusiva da rede privada da Zona Sul do Rio de Janeiro, a partir de entrevistas e observação da sua interação com a turmas e o aluno com NEE. Nas turmas de ambas as professoras freqüentava apenas uma criança com NEE, diagnosticadas como portadoras de transtorno invasivo do desenvolvimento (autismo), com 3 anos de idade. A professora A contava com a presença de um facilitador em sala de aula, uma estudante de Psicologia que auxiliava em todas as atividades escolares da criança com NEE. Foi utilizado um roteiro de entrevista semi–estruturada elaborada pelas autoras, a Escala de Experiência de Aprendizagem Mediada, operacionalizada por Cunha, além de protocolos de observação da interação professor-aluno, baseados nesta escala. As entrevistas, que duraram cerca de 50 minutos, foram transcritas e analisadas de acordo com a metodologia de análise de conteúdo, de Bardin. As professoras foram filmadas e sua interação com a criança com NEE foi registrada em 6 sessões de 10 minutos e analisada de acordo com a escala, em que cada comportamento interativo da professora foi categorizado e o seu padrão de interação foi classificado em níveis de mediação que variavam de nível 0 (ausência de mediação) até nível 3 (nível ótimo de mediação) em 11 critérios de mediação. Os resultados da análise do relato verbal das professoras revelaram que ambas percebem a inclusão como tendo sido mais incentivada após a obrigatoriedade legal da inserção da criança com NEE no ensino regular. Além disso, ambas relataram ser necessário uma formação específica para saber lidar com a deficiência do aluno incluído na classe regular. O padrão de mediação das professoras foi diferente em termos dos principais critérios de mediação: Intencionalidade, Significação e Transcendência. Enquanto que a professora A, apresentou nível 0 em Significação a professora B apresentou nível de mediação satisfatório, nível 3. Esse dado sugere que a presença do facilitador pode ser entendida como um suporte para a realização de atividades da criança com NEE, mas também pode contribuir para que a professora não necessite interagir o tempo todo com a criança.

ISSN 1981-2566

O QUE OS PROFESSORES SABEM SOBRE A RINITE ALÉRGICA E A RESPIRAÇÃO ORAL?

Olinda Teruko Kajihara
Paula Meneguetti Blanco
Miriam Adalgisa Bedim Godoy

Muitos professores que atuam nas Salas de Recursos da Educação Especial não conseguem oferecer um atendimento adequado pela dificuldade de identificar as variáveis que interferem no processo de aprendizagem de seus alunos. Um desses fatores é a respiração oral, provocada, por exemplo, pela rinite alérgica, que tem como principais sintomas: tosse, espirros, prurido nasal, obstrução nasal, halitose, dificuldade respiratória e voz anasalada. A obstrução nasal causa déficit na aeração das cavidades paranasais, e por isso o respirador oral tem crescimento facial vertical, palato ogival, lábio superior curto e flacidez da musculatura perioral. A respiração oral provoca problemas de oclusão dentária, de alimentação e posturais. O ronco e os despertares freqüentes prejudicam a qualidade do sono, e por isso a criança tem sonolência, fadiga diurna e dificuldade de concentração. Com isso, o seu desempenho escolar acaba sendo prejudicado, principalmente em nível de cópia de texto e de matemática. O professor, principalmente o que atua nas Salas de Recursos, pode contribuir para a identificação do aluno com problemas de aprendizagem associados à respiração oral, e por isso deve ter conhecimento sobre o assunto. Este estudo teve como objetivo comparar o nível de conhecimento dos professores do Ensino Regular (GI, n = 42) e das Salas de Recursos (GII, n = 48) do Paraná sobre rinite alérgica e respiração oral, por meio de aplicação de um instrumento composto por 08 questões abertas. A maioria dos professores disse ter tido alunos com rinite alérgica em suas turmas (GI = 74%, GII = 76%, Teste de Diferença entre Duas Proporções, p = 0,414), mas demonstrou dificuldade em definir essa doença, sendo que a resposta mais freqüente foi: “é uma alergia provocada por poeira, perfume, pêlo de animais etc” (GI = 60%, GII = 46%, p = 0,094). Os dois sintomas da rinite alérgica mais conhecidos pelos dois grupos foram “espirros” (GI = 36%, GII = 75%, p = 0,000) e “coriza” (GI = 40%, GII = 54%, p = 0,094). Uma maior porcentagem de professores das Salas de Recursos disse que o mal estar provocado pela doença faz com que o aluno tenha dificuldade de atenção (GI = 33%, GII = 71%, p = 0,000). Os dois grupos demonstraram pouco conhecimento sobre respiração oral, pois a definição mais freqüente nos dois grupos foi “é respirar pela boca” (GI = 36%, GII = 85%, p = 0,000). A grande maioria disse que não sabe identificar um aluno respirador em sala de aula ou que o identifica por “ficar de boca aberta” (GI = 86%, GII = 73%, p = 0,067). Os dois grupos desconhecem o tipo de tratamento a que deve ser submetido o respirador oral (GI = 54%, GII = 50%, p = 0,318) e não souberam dizer se ela pode prejudicar a aprendizagem escolar (GI = 48%, p = 31%, p = 0,051). De forma geral, os dois grupos de conhecimento têm poucos conhecimentos sobre a rinite alérgica e sua associação com a respiração oral.

Palavras-chave: Respiração oral, problemas de aprendizagem, educação especial.

ISSN 1981-2566

"Ô TIA, EU POSSO DESENHAR MEU AMIGO QUE ANDA EM CADEIRA DE RODAS?" – PSICOMOTRICIDADE E RESPEITO ÀS DIFERENÇAS : RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA EM UMA ESCOLA INCLUSIVA DE FORTALEZA

Tatiana Marcelino Carmo

O presente trabalho é fruto da disciplina de Psicomotricidade, oferecida pela Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará, sendo um critério de avaliação da disciplina. O objetivo de tal trabalho era o aprendizado, na prática, de conceitos a priori aprendidos em sala de aula no que diz respeito à psicomotricidade infantil. Contudo, por já ter o interesse pela temática da Educação Inclusiva e trabalhar em uma escola cuja proposta pedagógica se categorizava como inclusiva, decidi que uniria o tema da Psicomotricidade à Educação Inclusiva, aprendendo, a partir da prática, os conceitos da Psicomotricidade e, ao mesmo tempo, abordando com as crianças da sala visitada o respeito à diversidade, quaisquer que fossem as diferenças. O trabalho foi realizado em quatro dias, sendo dois deles para observação da dinâmica da sala e dois para a realização das atividades. A turma era de Infantil VI (hoje equivalente ao Fundamental I), com dez crianças de cinco a seis anos de idade, havendo, contudo, a exceção de uma com nove anos. Dentre as crianças, havia três com necessidades especiais: uma apresentava deficiência mental leve, outra apresentava síndrome de down e a terceira não tinha diagnóstico definido, uma vez que a escola não prioriza o diagnóstico, mas as intervenções que podem ser feitas com a criança a partir de sua demanda. Durante as oficinas, foram realizadas atividades que revelassem o desenvolvimento de todas as crianças em relação a conceitos funcionais como equilíbrio, coordenação motora fina e ampla, ritmo, esquema corporal, lateralidade, orientação espaço-temporal e percepção; como também conceitos relacionais como expressão, comunicação e afetividade. As propostas para a apreensão de tais conceitos eram bem diversificadas, variando de amarelinha, leitura de livros, até atividades de mesa (desenho). Todas elas foram escolhidas a partir de um tema que as nortearíam sempre: "Somos diferentes"; tema este que via enquanto necessidade de ser contemplado junto às crianças, haja vista que havia na sala certa segregação em relação às crianças que apresentavam deficiência, ainda que grande parte da turma se relacionasse bem com estas últimas. Três livros foram utilizados como base para todas as dinâmicas e cada um deles privilegiava um assunto que girava em torno das diferenças – fossem estas de personalidade, de habilidades, de cor, de sexo etc. Ao fim da oficina, o saldo foi muito positivo: pude perceber certos conceitos que tinha dificuldade de imaginar enquanto prática e, sobretudo, percebi mudanças muito claras no relacionamento das crianças entre si. No decorrer das atividades, era explícito que elas estavam tratando-se de forma diferente e respeitando mais uns aos outros. Até mesmo nas brincadeiras já era clara a inclusão que, aos poucos, faziam em relação a todos. Para mim, essa experiência foi extremamente enriquecedora tanto no nível de prática profissional, quanto a nível pessoal.

Palavras-chave: Psicomotricidade, educação inclusiva, respeito às diferenças.

ISSN 1981-2566

O TRABALHO DO NÚCLEO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE RONDONÓPOLIS, MT

Molise de Bem Magnabosco
Sílvia Raposo Munhoz
Elaine Cristina Bárbara
Magda Morbidelli Araújo
Vanuza Santana Pereira
Maria Helena Guimarães
Marisa Inês Brescovici Araújo

A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no sistema regular de ensino – direito assegurado pelo artigo 208 da Constituição Brasileira – vem se contrapor às tendências, antes homogeneizadoras das escolas, nas quais os professores eram capacitados para ensinar alunos-padrão que não apresentassem dificuldades de aprendizagem, estivessem motivados para aprender e tivessem um núcleo familiar sólido e bem instruído. Apesar de este direito ser garantido desde 1988, sua prática é recente e ainda apresenta dificuldades de implementação na maior parte do país, pois é certo que a inclusão escolar é uma parte daquilo que chamamos de inclusão social. A Rede Municipal de Ensino de Rondonópolis é composta, atualmente, por 40 escolas de ensino fundamental e nove unidades de educação infantil. Atende, aproximadamente, 13 mil alunos e há demanda crescente. Para efetivar a inclusão escolar, esta rede conta com um Núcleo de Educação Especial, composto, em 2006, por 01 coordenadora, 01 psicóloga, 01 psicopedagoga, 02 fonoaudiólogas e 01 instrutora da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Nesse ano, foram implantadas também 02 Salas de Recursos Multifuncionais em dois pólos e ministrada a formação docente: Educar na Diversidade, tal como proposto pela Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação do Brasil (2005), em duas escolas. Este núcleo tem como proposta auxiliar e orientar os professores na realização de trabalhos com os alunos, avaliar os alunos encaminhados pelas escolas, encaminhá-los para atendimentos ou exames específicos realizados pelos profissionais da área da Saúde, acompanhar estes casos e orientar os familiares dos alunos. Também é responsabilidade destes profissionais auxiliar os professores das Salas de Recursos Multifuncionais em seus diversos trabalhos. Trata-se de um trabalho novo nesta Rede, que passa por reformulações e adaptações. Por ser novo, havia dúvidas, vindas de toda a Rede Municipal de Ensino, a respeito de sua metodologia e de seus objetivos. Consideramos uma de nossas maiores conquistas, em 2006, promover o esclarecimento de sua forma e finalidade. Há entraves que dificultam a realização do trabalho de forma eficiente: o pequeno número de profissionais do Núcleo – fato esse que impossibilita a absorção da demanda; o vínculo empregatício da maior parte da equipe, que é sob a forma de contrato (dos 6 membros, 4 são contratados), gerando bastante instabilidade; a deficiência na formação dos professores para a educação especial, presente desde a graduação, que dificulta o trabalho do professor em classe. A inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais, na Rede Municipal de Ensino de Rondonópolis, é uma realidade. Todavia, o processo se encontra ainda em construção. Há muitas dificuldades, mas houve avanços. Planeja-se, para o ano de 2007, a implantação de mais 06 Salas de Recursos Multifuncionais e a ampliação da Educação Continuada: Educar na Diversidade para mais 06 escolas. O caminho a se percorrer é longo, mas o primeiro passo foi dado.

Palavras-chave: Inclusão, educação especial, equipe multiprofissional, ensino básico.

ISSN 1981-2566

LETRAMENTO E A PRODUÇÃO DA ANORMALIDADE: UMA REFLEXÃO SOBRE AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E A INCLUSÃO ESCOLAR

Miriam Aparecida Graciano de Souza Pan

Esta reflexão resulta dos resultados parciais de uma pesquisa desenvolvida no Núcleo de Psicologia, Educação e Trabalho, que tem por objetivo analisar as práticas de exclusão presentes nas instituições de ensino e de trabalho, suas implicações com as práticas de letramento e seus efeitos sobre os processos subjetivos. Objetiva também a construção de formas de intervenção institucional que possibilitem a problematizacão das práticas instituídas e, conseqüentemente, a abertura para que a diferença possa ser acolhida, tornando possível a inclusão. A metodologia inclui Oficinas de Arte, Seminários e Reuniões, caracterizados como um espaço de troca de experiências, cujo objetivo é a oportunizar a re-significação do lugar subjetivo recorrente nas experiências de fracasso, marcado pelas práticas geradoras de exclusão. Sob a perspectiva bakhtiniana do sentido faz-se uma análise da infância no mundo contemporâneo, do papel da escola na produção de modos de subjetivação e seus efeitos sobre a construção dos sentidos de normalidade e anormalidade nas práticas de letramento escolar. Os dados até aqui analisados nos permite afirmar que as representações de si, do outro e do mundo, refletem e refratam um modo de produção de subjetividades homogeneizadas e normalizadas, próprias das sociedades de consumo no universo do capitalismo globalizado. A inclusão deixa de ser compreendida como possibilidade de uma aceitação incondicional do outro, figurando como uma maquinaria de produção subjetiva, na qual a diferença é interpretada como desvio; anormalidade. Esta análise nos permite uma reflexão sobre a inclusão escolar a qual ganha destaque nas políticas públicas brasileiras nas últimas décadas e passa a enredar os discursos dos educadores e demais profissionais envolvidos com o atendimento escolar e terapêutico de pessoas com necessidades especiais. Novos cenários são delineados por estes discursos, convocando-nos a uma análise cuidadosa dos processos subjetivos deles decorrentes. Resgatamos os sentidos da inclusão na Modernidade, evidenciando a necessidade de uma reflexão profunda sobre alteridade e diferença. A educação para todos, conquista dos direitos humanos, visa romper a homogeneidade reinante, levando a figurar a possibilidade da diferença no cenário escolar. Entretanto, analisando o letramento escolar e o sofrimento psíquico pelo viés da análise do discurso pedagógico e de seus efeitos na produção de modos de subjetivação, constatamos que “o outro diferente” figura no cenário despertando apenas a tolerância, o que em muito se aproxima da indiferença. As práticas institucionais reproduzem um modelo de inclusão/exclusão com vistas à produção da normalidade e exclusão da anormalidade, mostrando-se incapazes de lidar com a diferença, portanto, incompatíveis e até contraditórias às políticas educacionais inclusivas. A partir desta análise nos posicionamos frente à inclusão como uma forma de compreensão, significação/ re-significação, de si e do outro; como um compromisso ético com a singularidade humana, conquista dos direitos humanos, portanto, oportunidade, abertura, possibilidade; não imposição, obrigação ou indiferença.

Palavras-chave: Letramento, discurso pedagógico, produção subjetiva.

ISSN 1981-2566

JUVENTUDE COMO SINTOMA DA CULTURA

Renata Nunes Vasconcelos

O reconhecimento de um tempo na vida, caracterizado por um intervalo entre a infância e a vida adulta, segundo alguns autores sempre existiu em diferentes sociedades. Púbere, adolescente, jovem ou imberbe os nomes diferentes recebidos mostram a diversidade de classificações que, no entanto não se associava a idéia de etapa biológica, mas a funções sociais desempenhadas pelos homens, podendo inclusive variar de regiões, direitos e costumes conforme encontramos em Philippe Ariès (1981) e Michael Pasterreau (1996). Como a idade não era até a Idade Média uma referencia cultural para testemunhar, casar, receber sacramentos, entrar em ordem religiosa, mandato de prisão, possuir uma ou outra capacidade jurídica não havia regra fixa. Nas palavras de Pasterreau (op.cit) os jovens parecem rebeldes a todas as generalizações.Juventude, infância e vida adulta então, seguem indistintamente até o século XVII quando a infância é marcada pelo sentido moderno e a juventude passa a significar " força da idade". À infância definida o intervalo passa então a ser também nomeado. Nesse tempo até meados do século XX juventude carrega a marca da novidade; tempo da vida que revigora a velha sociedade, trás novos ideais, valores novos, à vontade de mudar e transformar, sendo inclusive um discurso presente entre moralista e políticos do final do século XIX. De novidade que revigora a sociedade quais nomes recebe hoje? Problemáticos, chatos, "aborrescentes", indisciplinados, rebeldes, erupção de vida, violentos; tempo de crise, tempo de risco, idade de risco social; confusão, insegurança; transição, inquietações, duvidas, conflito; liberdade, esperança de futuro, ousadia, vigor. Há um sentimento de ambivalência diante da juventude; sua situação é emblemática: tempo de crise esperança do futuro. Há um lugar social ambíguo para a juventude. Será esta ambigüidade um problema?Para a psicanálise juventude é posição subjetiva diante do que Freud nomeia de passagem do autoerotismo para o altruísmo. Tempo de transformações psíquicas que se operam em indagações acerca das relações parentais; Tempo de dúvida em relação às respostas recebidas e elaboradas sobre o enigma da incompletude do sujeito, do gozo infinito sonhado, da impossibilidade da relação sexual; Tempo de duas marcas subjetivas importantes: longo período de elaboração de escolhas e tempo de elaboração da falta do Outro; momento de elaborar perdas; submeter-se à castração simbólica. Para isso as referências para o laço social são importantes. Segundo Sonia Alberti (2004) a juventude tem a função na cultura de brigar para fazer valer as suas contribuições desde que as instituições contribuam para isso fornecendo modelos pelos quais os jovens vão se posicionar. Como a instituição escola, com suas práticas discursivas tem se apresentado como projeto para a juventude? Quais projetos ela tem oportunizado enquanto política pública? A escola situa a juventude para além do problema? Estas são algumas das questões que este trabalho se propõe tendo como interlocução o dialogo psicanálise e educação.

Palavras-chave: Psicanálise, juventude, políticas públicas.

ISSN 1981-2566

LETRAMENTO E INCLUSÃO SOCIAL: UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO PSICOLÓGICA NA EDUCAÇÃO.

Germano Manoel Pestana
Miriam Aparecida Graciano de Souza Pan
Cláucia Janiana Marchiori
Marlon Reikdal
Franciele Engelmann
Maiana Jugend

Este trabalho apresenta o Projeto de Extensão Universitária intitulado "Letramento e Inclusão Social", desenvolvido pelo Núcleo de Psicologia, Educação e Trabalho (NUPET) do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Paraná, desde o ano de 2004. Tem por objetivo analisar as práticas de exclusão presentes nas instituições de ensino e de trabalho, assim como suas implicações com as práticas de letramento e seus efeitos sobre os processos subjetivos. Objetiva também a construção de formas de intervenção institucional que possibilitem a problematização das práticas instituídas e a reflexão acerca das diferenças humanas na produção escolar, possibilitando assim, a inclusão. O Projeto de Extensão baseia-se nos fundamentos da Psicologia Histórico-Cultural e nos pressupostos da Análise do Discurso, concebendo o sujeito como constituído nas relações interdiscursivas e orientadas axiologicamente pelas práticas institucionais. A metodologia utilizada para a investigação e intervenção prioriza o desenvolvimento de: 1) de Oficinas de Arte e de Letramento, que objetivam criar um espaço de re-significação do lugar da criança e do professor na instituição escolar, bem como o resgate das experiências escolares dos trabalhadores, ressignificando suas marcas identitárias frente à escrita; 2) Seminários, que proporcionam reflexões acerca das práticas escolares geradoras de exclusão; 3) Grupo de Estudo, que proporcionam o diálogo e a troca de experiências entre professores sobre a temática da inclusão escolar. No ano de 2006 o projeto atuou em quatro Escolas da Rede Pública Estadual de Curitiba, realizando oficinas de arte com crianças; seminários com professores e funcionários, visando promover a reflexão acerca das práticas geradoras e mantenedoras de exclusão nas instituições escolares; oficinas de letramento em uma Cooperativa Popular; dois Grupos de Estudos para Professores, espaço de diálogo para que professores possam trocar suas experiências frente à inclusão e dois Seminários sobre educação inclusiva, os quais ocorreram na própria Universidade, sendo o primeiro voltado a todos os profissionais que atuam na educação e interessados no tema da inclusão escolar, e o segundo direcionado a educadores e demais profissionais com experiência de exclusão escolar com jovens em privação de liberdade. Em todas as experiências do Projeto constatam-se as dificuldades enfrentadas nas práticas cotidianas institucionais para lidar com as diferenças humanas em face de seus critérios de classificação e seriação, e, portanto, a limitação para a implantação das políticas públicas de inclusão. Neste sentido, as propostas do Projeto tem se consolidado como um importante instrumento de intervenção psicológica em busca da consolidação do direito constitucional de educação para todos.

Palavras-chave: Letramento, intervenção psicológica, inclusão.

ISSN 1981-2566

OFICINAS DE ARTE: A PSICOLOGIA NA ESCOLA TRABALHANDO PELA INCLUSÃO

Miriam Aparecida Graciano de Souza Pan
Marlon Reikdal
Germano Manoel Pestana

Este trabalho resulta da atuação do projeto de extensão "Letramento e Inclusão Social", em parceria com o projeto de pesquisa "Práticas de Letramento e Processos Subjetivos: um estudo sobre exclusão escolar". Objetiva uma forma de atuação profissional que se propõe a superar a dicotomia histórica das práticas psicológicas nas escolas – clínica ou institucional – através de oficinas de arte. Promove ainda uma reflexão sobre a atuação do psicólogo na escola, por meio da articulação dos conceitos: processos subjetivos, práticas institucionais de letramento e inclusão/exclusão escolar. Os projetos foram realizados em cinco escolas públicas da rede de ensino de Curitiba durante o ano de 2006, das quais duas serão apresentadas. Foram selecionadas as oficinas que merecem destaque como experiências criativas e bem sucedidas a serem compartilhadas. As oficinas são trabalhos realizados em vários encontros com grupos de alunos, tendo a arte (música, teatro, pintura, desenho, textos) como instrumento de expressão e presentificação dos sujeitos, sendo também a possibilidade de ressignificação dos sentidos atribuídos a si, ao outro, e ao processo de letramento escolar. O trabalho denominado "oficina de contos: aprendendo a organização e o diálogo", envolveu 21 crianças de uma terceira série, as quais se reuniram durante oito encontros de uma hora e meia. Iniciou com grupos de quatro alunos, os quais foram aumentando gradativamente, tendo como produto final a criação de uma história e a confecção de um livro. As histórias possibilitaram a discussão sobre as relações sociais na escola e promoveram a possibilidade de tomada de consciência por parte dos alunos e professores acerca dos sentidos das práticas escolares, bem como de sua orientação avaliativa acerca de si, do grupo e da escola. Na segunda escola, trabalhou-se com uma turma de 20 crianças de uma segunda série. O diagnóstico institucional possibilitou compreender que a escola é significada para seus integrantes como "a escola perfeita", o que levou ao agrupamento dos piores alunos em uma turma considerada "problema". Nesta série a impossibilidade do uso da leitura e da escrita imperava entre os alunos. A proposta de intervenção deu-se por meio de uma oficina que teve como instrumento-chave as histórias em quadrinhos. A partir delas, os alunos puderam tomar contato de maneira mais informal com textos, contando suas próprias histórias e nelas se presentificando em relação aos sentidos das suas experiências de leitura e escrita. Deste modo, possibilitou-se a recuperação do laço das crianças com a escrita de sua própria língua, na qual elas não se reconheciam. Evidenciando que a reflexão sobre os processos discursivos deve estender-se a todos os participantes das instituições escolares e não apenas aos "alunos problema", a fim de que possam ressignificar suas práticas discursivas em relação à dicotomia historicamente produzida na divisão da normalidade e anormalidade, e seus efeitos sobre a produção de subjetividade. Neste sentido, a escola pode ser levada a criar espaços para que a criança seja compreendida em sua singularidade, proporcionando sua presentificação no processo de ensino-aprendizagem, como também oportunizando a ressignificação dos sentidos atribuídos a si e ao outro.

ISSN 1981-2566

PRECONCEITO, ADOLESCÊNCIA E ESCOLARIZAÇÃO: UMA COMPLEXA RELAÇÃO

Ana Karina Checchia

A concepção vigente e hegemônica acerca da adolescência no campo da Psicologia é marcada por uma visão estereotipada, naturalizante e patologizante sobre esse fenômeno. De acordo com essa concepção, a adolescência é natural e universal, inevitavelmente atravessada por turbulências, conflitos, crises e instabilidades que são atribuídas ao funcionamento psíquico dos jovens. Sendo assim, aos adolescentes são vinculadas características tidas como típicas a essa fase, tais como a irresponsabilidade, a rebeldia (no sentido pejorativo do termo), o vandalismo e o desequilíbrio emocional. Esses estereótipos estão presentes no discurso acadêmico e no senso comum, sendo a imagem socialmente difundida sobre a adolescência atravessada por referências à violência, criminalidade, drogadição, marginalidade, vandalismo, rebeldia e displicência. Neste trabalho, pretende-se atentar para o modo como o preconceito vinculado à adolescência atravessa o processo de escolarização de jovens alunos de classes populares, com base no discurso de alunos da oitava série do Ensino Fundamental de uma escola estadual em São Paulo. Oito jovens alunos (quatro moças e quatro rapazes) entre quatorze e dezesseis anos de idade participaram de encontros em grupo e entrevistas individuais em que apresentaram sua versão sobre a experiência escolar na adolescência. Em seu discurso, enfatizam a necessidade de se romper com os estereótipos socialmente difundidos sobre os adolescentes e relatam situações em que o preconceito relativo à adolescência se articula ao relativo à classe social; ou seja, explicitam que estereótipos atribuídos aos adolescentes se intensificam diante do fato de pertencerem a classes populares. Revelam um processo de escolarização atravessado pelo preconceito, referindo-se à relação entre os participantes do contexto escolar marcada por desrespeito, não-escuta e rotulações, em que se associam estereótipos vinculados à condição de alunos, adolescentes e de classes populares, ao ilustrar: o medo e ameaça presentes na relação entre estudantes e professores que vêem seus jovens alunos como vândalos ou marginais; o fato de não serem ouvidos no contexto escolar (de suas idéias serem menosprezadas ou ignoradas); a culpabilização do jovem aluno pelo fracasso escolar; a concepção de que indisciplina é tida como vandalismo; a humilhação e o preconceito racial presentes no contexto escolar. A partir do discurso desses jovens alunos, evidencia-se a necessidade e relevância de se questionar e romper com os estereótipos que lhes são socialmente atribuídos, veiculados pela opinião pública e endossados pela produção acadêmica, tendo a Psicologia como forte aliada para a legitimação do preconceito.

Palavras-chave: Adolescência, escola, preconceito.

ISSN 1981-2566

PRÁTICAS SIGNIFICATIVAS PARA A EDUCAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Suad Nader Saad

Práticas significativas para a educação da pessoa com deficiência intelectualEste trabalho apresenta uma reflexão na perspectiva histórico-cultural sobre práticas pedagógicas alternativas e inovadoras para jovens com deficiência intelectual realizada numa Escola Especial de um bairro de classe média de São Paulo, com alunos advindos de famílias de baixo e médio poder aquisitivo, cujo programa diferençava-se de outros da maioria das escolas especiais ou regulares. Mesmo dentro da Escola Especial, porém com vistas à inclusão social, foi possível constatar resultados gratificantes quanto ao desenvolvimento cognitivo e social das pessoas com deficiência intelectual que a freqüentaram. Alguns dos sujeitos da pesquisa ao chegar ao programa já demonstravam interesse e potencial no desempenho de algumas atividades sendo valorizados e estimulados para o aprimoramento das mesmas. Outros, ainda com suas potencialidades em estado de latência, foram estimulados a atualizá-las pelo programa e prática pedagógica a que foram expostos. Esta unidade escolar se propunha a preparar jovens entre 14 e 25 anos para o mercado de trabalho. As disciplinas oferecidas a estes alunos dividiam-se em três áreas: pedagógica, de trabalho e de apoio, com conteúdos funcionais. Uma série de aspectos fazia a diferença na prática pedagógica desta escola, com atendimento em período integral. A escola tinha como princípio norteador o respeito para com a pessoa com deficiência intelectual, no que tange às suas condições intelectuais, físicas, emocionais, no sentido de se conseguir a máxima realização possível de seu crescimento maturacional e cognitivo. Entre os aspectos que merecem menção estão a heterogeneidade dos grupos, currículo funcional dentro da interdisciplinaridade voltado para independência e autonomia do aluno, ênfase na alfabetização, cuidados pessoais, atividades recreativas ressignificando o espaço escolar e valorizando as interações, participação direta da equipe técnica da escola em algumas atividades com os alunos, destacando-se ainda as vivências de trabalho. Estas eram experiências diretas em situações reais fora da escola, bastante significativas para os alunos e representavam a inclusão real entre outras formas de interação dos mesmos com a sociedade, determinante e aceleradora de seu desenvolvimento, alimentando e sintetizando seu aprendizado. Também as reuniões dos alunos como um todo para avisos, tomada de opiniões, reflexões sobre atitudes, desenvolvimento de hábitos adequados na comunicação foram muito importantes na formação dos alunos como pessoas e como cidadãos. Eram valorizadas a vez e a voz de cada um. Por outro lado, o atendimento desenvolvido pela psicóloga em pequenos grupos de alunos os ensinava, por meio do diálogo, a situar, avaliar e buscar soluções para seus problemas visando a aprimorar e a desenvolver a linguagem e o pensamento. Assim, a escolarização orientada para a ampliação do mundo de significados muito contribuiu, para o desenvolvimento integral dos alunos submetidos a este programa uma vez que, atendendo aos objetivos educacionais, possibilitou a potencialização de suas capacidades e desenvolvimento das funções mais superiores propiciadas pela interação social. Palavras-chave: deficiência intelectual, educação especial, inclusão.Obs: Este trabalho é parte da dissertação de mestrado realizada na Faculdade de Educação da USP sob a orientação da Profa. Dra. Idméa Semeghini Siqueira.

ISSN 1981-2566

PROFESSORES, PROFESSORAS E SABER

Margareth Diniz

A profissão docente é uma tarefa complexa, dado que os/as professores/as, como sujeitos, são marcados pela divisão subjetiva e têm como objetivo ou função, a transmissão de conhecimentos a um outro sujeito, também marcado pela divisão subjetiva. Essa transmissão é geralmente marcada por um ideal: ensinar tudo a todos em um tempo determinado. Esse é o lema da Didática, a qual perpassa toda a estrutura da formação docente. De acordo com a Psicanálise, essa empreitada fracassa. Nas profissões que lidam com o sujeito, é necessário considerar que há uma parcela de fracassos inerente, e este é o caso da educação. Alguns elementos poderiam ajudar-nos a pensar sobre isso: o resultado das transmissões de conhecimento não é previsível, nem passível de um cálculo coletivo. Da parte dos alunos, observa-se que uns aprendem, outros não; às vezes, o aprendizado é marcado por sérias distorções, por erros grosseiros, ou, simplesmente, pelo não-aprendizado. Outras vezes, a atitude dos alunos de aceitação, desafio, provocação ou recusa da pessoa do/a professor/a é que determina as relações de aprendizagem. Sejam quais forem os métodos pedagógicos utilizados, se se admite a existência do inconsciente, não é possível fixar uma relação de causalidade. Não são muitos os textos que abordam o tema saber, deslocando-o da perspectiva daquilo que é entendido como conhecimento. Nem mesmo se encontram, facilmente, estudos e investigações que privilegiem as concepções de saber numa perspectiva mais ampla. Aqui, conhecimento é entendido como já formalizado e legitimado, e saber abrange uma dupla dimensão: consciente e inconsciente. Saber objetivante que circula no nível da consciência e saber tomado como ato, como relação de alguém com alguma coisa que, em última instância, é relação de alguém consigo mesmo. Ao consideramos a dimensão inconsciente do saber, essa dimensão articula o sujeito a um desejo de saber movido pelos enigmas que se lhe apresentam. Presente nos atos e nas escolhas que o sujeito faz, nem sempre, porém, esse saber pode ser nomeado.Os atravessamentos de ordem inconsciente estão presentes o tempo todo no processo do ensino e da aprendizagem, pois o sujeito do conhecimento está submetido a um não-saber, ao qual não se tem acesso. É o fato de que sempre resta algo que não é passível de teorização, que funciona como empecilho ao ideal da Didática. O grande desafio que se colocou então para mim, na passagem da sala de aula da educação fundamental, para a função de professora do ensino superior, especialmente formadora de professoras/es que, por sua vez, irão atuar no ensino fundamental, é a questão de como transmitir aos sujeitos ensinantes a posição que consente que em todo saber há algo de não saber, evidenciando a tensão entre conhecer e saber.Pensar as relações educativas e de produção de conhecimento remete a essa rede de processos e relações sociais encarnadas em sujeitos singulares e tecidas em torno desse objeto: o saber. Saber sempre incompleto, mobilizador do desejo de saber que, por sua vez, pode se apresentar como desejo de não saber.

Palavras-chave: Profissão docente, sujeito do inconsciente, saber.

ISSN 1981-2566

PRODUÇÃO DE SENTIDOS, CONSCIÊNCIA E CONSTITUIÇÃO DA IDENTIDADE NA PRÁTICA PEDAGÓGICA: UM ESTUDO SOBRE PROFESSORES ENVOLVIDOS EM UM PROJETO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Wanda Maria Junqueira Aguiar

O objetivo deste simpósio é apresentar a demanda social e científica, o referencial teórico e metodológico e os resultados de uma pesquisa intitulada “Produção de sentidos e significados: um estudo sobre professores envolvidos em um projeto de educação inclusiva”. A realização desta pesquisa partiu de uma demanda da Secretaria Municipal de Educação de Guarulhos, município da Grande São Paulo, com a finalidade de obter subsídios para aprofundar e qualificar a formação de professores envolvidos no projeto de educação inclusiva. Para isto, entende-se como fundamental o aprofundamento do conhecimento a respeito do processo de constituição de sentidos e significados produzidos por eles em sua prática pedagógica no âmbito de um projeto de educação inclusiva. As exposições que constituem este simpósio serão realizadas pelas coordenadoras da pesquisa em questão. Em primeiro lugar será apresenta, por Mitsuko Aparecida Makino Antunes, a proposta de educação inclusiva do referido município, os objetivos da pesquisa, sua relevância e implicações para as políticas publicas voltadas à educação. A segunda apresentação será feita por Wanda Junqueira Aguiar, referente ao referencial teórico adotado e suas mediações com a temática em questão. Para finalizar, Claudia Leme Ferreira Davis apresentará os procedimentos metodológicos adotados e os resultados obtidos.

ISSN 1981-2566

PROMOÇÃO DE SAÚDE NA EDUCAÇÃO ESPECIAL PARANAENSE

Franciele Engelmann
Miriam Aparecida Graciano de Souza Pan

Esta proposta é uma iniciativa da Federação Estadual das APAES do Paraná junto à Universidade Federal – UFPR, a partir da necessidade desencadeada pelo credenciamento das equipes multidisciplinares das escolas especializadas com o SUS. É desenvolvida no Núcleo de Psicologia, Educação e Trabalho, do departamento de Psicologia, em parceria com Centro de Estudos e Assessoria em Psicologia e Educação desta Universidade. Tem por finalidade elaborar e implementar um programa interdisciplinar de atenção à saúde para as pessoas com deficiência no Estado. A metodologia prevê a construção de uma proposta teórico-metodológica que direcione a implantação dos serviços de saúde nas entidades, em resposta às demandas de qualidade do credenciamento com o SUS. A amostra das instituições participantes é constituída por 50% das entidades credenciadas (total de 250 até a presente data), as quais serão selecionadas para o procedimento de pesquisa através de três critérios de inclusão: tempo de funcionamento da instituição (no mínimo 5 anos), equipe multiprofissional (no mínimo 4 profissionais de diferentes áreas) e localização (no mínimo três e no máximo 5 instituições por região. Participa diretamente da proposta um representante de cada unidade regional de Saúde (22) e um representante de cada coordenadoria das APAEs do Estado do Paraná (27), os quais serão preparados pela equipe da UFPR para coordenar as atividades nos municípios, atuando como multiplicadores. Os instrumentos utilizados são: análise documental, seminários, reuniões e questionários. Os procedimentos seguem os pressupostos das metodologias participativas que fundamentam a educação permanente. Buscam conceder um lugar ativo aos sujeitos, uma vez que estes constituem-se componentes do objeto de estudo em questão; e podem, mediante a interação social com os outros e com o pesquisador, se confrontar com a realidade institucional em que estão inseridos, possibilitando a construção de um conhecimento vinculado à transformação da realidade (Minayo, 1996). Os resultados prevêem a reconstituição das memórias das entidades e de seu papel histórico na comunidade; o levantamento do perfil das instituições; a reflexão acerca da realidade das instituições estudadas e da projeção de mudanças indicadas pelo credenciamento com o SUS, bem como a consolidação de um modelo de saúde pública que subsidie as práticas das entidades, estabelecendo parâmetros de qualidade para a implantação e fiscalização do credenciamento. Um dos avanços qualitativos que este projeto trará para a sociedade paranaense é a capacitação média de 500 profissionais que atuam nas equipes multidisciplinares da educação especial. Acredita-se que a reflexão sobre a atuação profissional pautada na criatividade e criticidade, contribui para o fomentar de novas práticas que objetivam cada vez mais a construção de um saber e de uma intervenção onde o respeito e a celebração da diferença possam ser incluídas nas práticas sociais. Esta capacitação proporcionará condições para a promoção de saúde, uma vez que ela busca como princípio a unidade dialética entre educação e saúde, com vistas à qualidade de vida e cidadania. A proposta teve início em de agosto de 2006 e deve consolidar-se até dezembro de 2008.

Palavras-chave: Saúde na educação especial, educação em saúde pública, promoção de saúde.

ISSN 1981-2566

PROJETO B A BA DA VIDA

Heloisa Da Piedade Machado Azevedo
Ana Maria Coelho Marques
Ermelinda Nascimento Salem Muniz

Iniciado em 2004, o Projeto B A BA da Vida integra um conjunto de ações que visa desenvolver um trabalho terapêutico com pessoas e grupos em condições vulneráveis à ruptura do vínculo social, envolvendo vinte e um pacientes de longa internação do Centro Psiquiátrico Psiquiátrico Eduardo Ribeiro, em Manaus. A experiência foi definindo os procedimentos metodológicos e iniciando um processo de ensino, onde privilegiamos procedimentos e manejos capazes de quebrar as amarras do ensino tradicional e criar uma forma de aprender a partir do vínculo individual e grupal. Em 2005, a criação da ONG Instituto Silvério de Almeida Tundis – ISAT deu um suporte administrativo ao projeto. A sala de aula promove o resgate da dignidade humana, identidade pessoal, integração e interação coletiva, estabelece vínculos afetivos e gera confiança mútua, imprescindível em qualquer tratamento terapêutico. A execução deste Projeto proporciona o desenvolvimento de habilidades tais como ler, escrever, executar operações numéricas, importantes para uma vida em comunidade o mais autônoma possível, ampliando oportunidades de inserção social e resgate da cidadania . A essência do Projeto "B A BA da Vida" é de natureza educacional. Consiste no desenvolvimento de um novo sistema de informação e comunicação, através do ensino/aprendizagem de aspectos que vão desde a educação formal (leitura, escrita, aritmética dentre outros códigos), até a educação para o convívio social solidário. Sua proposta de sala de aula está pautada em várias concepções de educação que perpassam a prática tradicional, comportamentalista, humanística, cognitivista e sócio-cultura.Busca a construção de uma metodologia de ensino diferenciada que venha ao encontro das necessidades básicas de convívio social dos pacientes referidos e outros, com o objetivo de conduzi-los no processo de efetivação das medidas preconizadas na Lei da Reforma Psiquiátrica Brasileira – Lei 10.216 de 06/04/2001, bem como da Portaria Nº. 224 do Ministério da Saúde de 29/01/1991 e da Portaria / GM nº. 106/00 de 11/02/2000 (cria os Serviços Residências Terapêuticos). Um pressuposto básico de qualquer planejamento de ensino, é a flexibilidade que permeará este trabalho em processo de construção contínua e permanente. Uma abordagem que nos dá embasamento é a metodologia de alfabetização de jovens e adultos, preconizada pelo educador brasileiro Paulo Freire, por entender que a aprendizagem ocorrerá quando emanar da realidade do educando, do seu vocabulário e experiências individuais e coletivas. Outra contribuição de Paulo Freire são os temas geradores que vem sendo adotados como caminhos para remeter-se a outros horizontes e viagens à memória dos educandos em busca do resgate de conhecimentos já adquiridos. A carga horária de nove horas de aulas semanais, distribuídas em 3h (três horas) diárias; como plano de aula, as atividades foram sistematizadas com dois roteiros e seus ítens condutores Espera-se construir uma metodologia de ensino que possibilite ao portador de sofrimento psíquico, dentro das suas limitações e possibilidades, ser capaz de resgatar e ampliar seus conhecimentos. Acreditamos que tais conhecimentos contribuam para o processo de reestruturação de papéis sociais perdidos ao longo do isolamento manicomial, contribuindo para a reinserção social dos mesmos.

Palavras-chave: Vínculo, ensino, inserção.

ISSN 1981-2566

PSICANÁLISE E EDUCAÇÃO INCLUSIVA NAS INSTITUIÇÕES ESPECIALIZADAS

Leny Magalhães Mrech

Este trabalho tem o objetivo de discutir os efeitos do processo de inclusão para as instituições especializadas, a partir do campo de interlocução Psicanálise e Educação Inclusiva. Para tanto, abordarei questões que emergiram durante assessoria realizada junto ao Setor educacional da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), da cidade de São Paulo, no ano de 2006. Por muitos anos, as instituições especializadas no atendimento à pessoa com necessidades especiais ocuparam um lugar central no atendimento a esse público, constituindo-se, muitas vezes, no seu único espaço de convivência, além da família. Em muitas instituições, tratamento e escolarização se alternavam, visando promover a reabilitação dessas pessoas e, quiçá, uma ampliação de suas possibilidades de inserção social. A partir da década de sessenta, essas instituições passaram a ser questionadas por sua dimensão totalizadora, pelo fato de cumprirem um "papel social" que reforçava a segregação à qual estavam submetidas as pessoas com necessidades especiais e, por fim, por não implicarem a sociedade na sua relação excludente com as pessoas consideradas diferentes. Nesse contexto surgiu o movimento denominado "integração", que visava promover uma maior participação desses grupos nas diferentes dimensões que perfazem a vida em sociedade. A partir da década de noventa, com a "Declaração de Salamanca: sobre princípios, política e prática em Educação Especial" (1994), e, posteriormente, com a promulgação da "Convenção interamericana para eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência" (1999), a questão da escolarização, tratamento e inserção social da pessoa com necessidades especiais em instituições especializadas passou a ser questionada, provocando, de maneira geral, um reordenamento no atendimento que a elas era anteriormente oferecido. Não se tratava mais de adequar essas pessoas às instituições, mas, sim, das instituições a elas se adequarem. E como se situa a APAE nesse cenário? A APAE surgiu no Rio de Janeiro, em 1954, agregando pais, amigos, professores e médicos de pessoas com necessidades especiais. Poucos anos depois, outras APAEs foram fundadas em várias cidades brasileiras, dentre as quais a APAE de São Paulo. Atualmente, são quase 2000 em diferentes municípios brasileiros. Se num primeiro momento as proposições em torno de uma educação inclusiva pareciam distantes e bastante idealizadas de sua realidade, hoje constatamos que vários municípios – dentre os quais o de São Paulo – adotaram essa perspectiva e criaram, ainda que minimamente, alguns mecanismos para viabilizar sua implementação. É nesse contexto que o processo de assessoria se desencadeou, tendo como orientação teórico-metodológica a psicanálise. Essa abordagem nos permitiu fazer uma leitura mais articulada da relação sujeito-instituição, possibilitando a formulação de propostas que tornassem a instituição mais aberta aos seus atuais desafios. Diante disso, observamos que esse trabalho trouxe desdobramentos significativos para a relação da instituição com os alunos, famílias e comunidade em geral, sobretudo por permitir que a perspectiva inclusiva provocasse alterações no ordenamento do trabalho institucional.

Palavras-chave: Psicanálise, educação inclusiva, instituições especializadas.

ISSN 1981-2566

PSICANÁLISE E EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Mônica Maria Farid Rahme

A Educação Inclusiva tem se tornado possibilidade em várias escolas brasileiras a partir da década de noventa, como desdobramento de ações do movimento social, da crise das instituições consideradas segregadoras, da circulação de documentos internacionais e da implementação de políticas públicas educacionais com esse enfoque. Contribuem, ainda, fortemente para esse processo, perspectivas teóricas que enfatizam as possibilidades de produção do sujeito, em detrimento de concepções que reforçam a dimensão do déficit e do enquadramento aos padrões instituídos de normalidade. Tratam-se de práticas que tentam modificar a lógica escolar de adequação dos sujeitos à estrutura rígida do ensino, abrindo brechas para as singularidades e diferenças.Por outro lado, a segregação continua sendo uma marca de nossa sociedade, sobretudo na contemporaneidade, ou na hipermodernidade, como propõe Lypovetsky (2004), quando os três pilares da modernidade: o indivíduo, o mercado e a eficiência técnica, são elevados à potência, aguçando os índices de exclusão e de apartheid social.É nesse contexto que emerge a Educação Inclusiva como ideário educacional, e é nessa mesma ambiência histórica que verificamos, como talvez em nenhum outro momento, as pessoas com necessidades especiais ocupando, de maneira geral, uma posição de maior horizontalidade nas relações sociais, na cidade, na família, na inserção profissional e escolar. Vemos filmes abordando o assunto, seja no gênero ficção ou documentário, uma multiplicação de livros e pesquisas sobre o tema – alguns deles sendo escritos pelas próprias pessoas com necessidades especiais – um maior número de sujeitos interessados nessa discussão, disciplinas em cursos de graduação, enfim, modificações que tocam o cenário social.Certamente, as pessoas com necessidades especiais ainda ocupam uma posição consideravelmente marcada pela tutela e pela marginalização, mas com alguns indícios de mudanças.A Psicanálise tem uma função importante nesse contexto, que é, a meu ver, a de problematizar a relação particular-universal na proposta inclusiva, considerando os diferentes processos de subjetivação que a perfazem, por meio de suas elaborações sobre a relação eu-outro, os processos de identificação, enfim, o que se nomeia como alteridade. Nessa direção, vários trabalhos de orientação psicanalítica têm investigado as peculiaridades desse processo, no que se refere ao percurso escolar de alunos com necessidades especiais, de uma maneira geral, e a temáticas específicas, relacionadas à formação de professores, à relação professor-aluno e à interface educação-tratamento. Diante disso, esse trabalho busca colocar em discussão os aspectos que têm sido apontados pelo campo Psicanálise-Educação Inclusiva, indicando questionamentos e análises que possam contribuir para uma educação menos excludente e mais aberta às diferenças subjetivas.

Palavras-chave: Psicanálise, educação inclusiva, necessidades educacionais especiais.

ISSN 1981-2566

PARCERIA COLABORATIVA: DESCRIÇÃO DE UMA EXPERIÊNCIA ENTRE O ENSINO REGULAR E ESPECIAL

Bárbara Carvalho Ferreira
Enicéia Gonçalves Mendes
Maria Amelia Almeida
Zilda A. P. Del Prette

As políticas públicas no Brasil têm, nas últimas décadas, voltado sua atenção para a construção de sistemas educacionais inclusivos. A escolarização de crianças com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino é uma realidade imposta por várias diretrizes de políticas educativas, porém ainda persistem muitas dúvidas e impasses sobre como deve ser o processo de escolarização desses alunos. Um modelo de ensino muito promissor é o ensino colaborativo, que consiste em uma parceria entre os professores de Educação Regular e os professores de Educação Especial no qual um educador comum e um educador especial dividem a responsabilidade de planejar, instruir e avaliar os procedimentos de ensino a um grupo heterogêneo de estudantes. Algumas condições são imprescindíveis para que haja um trabalho de colaboração: os professores devem ter um objetivo em comum, ambos devem ter espaço e autonomia equivalentes quanto ao ensino e a colaboração envolve a participação de todos (professores, pais, diretoria da escola e demais funcionários), compartilhamento de responsabilidades e recursos e participação voluntária. No contexto brasileiro, com a disseminação das propostas de inclusão, o co-ensino poderia ser considerado uma opção válida de serviço junto a alunos com necessidades educacionais especiais inseridos na rede regular de ensino. Tendo em vista a relevância deste modelo de parceria este estudo teve como objetivo relatar a experiência de um trabalho colaborativo que visou melhorar a qualidade do ensino para uma criança deficiente visual (cega) na sala regular, explorando-se a possibilidade de um intercâmbio produtivo entre a Educação Regular e a Educação Especial. Participaram deste estudo um aluno com deficiência visual (cego congênito), 37 crianças, da mesma faixa etária, sem diagnóstico médico de cegueira ou baixa visão, bem como uma professora de língua portuguesa, a diretora da escola, a educadora especial e três professoras do Programa de Pós-Graduação em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Para o estabelecimento desta parceria colaborativa a educadora especial acompanhou as aulas um dia da semana por um semestre o que possibilitou o planejamento de atividades acadêmicas, adaptações de materiais, manejos ambientais e compartilhamento de informações, expectativas e frustrações com os pais, a professora da sala de recurso, a professora do ensino regular e a direção da escola. Por meio deste trabalho, buscou-se criar oportunidade de se pensar e refletir sobre o processo de inclusão no Brasil e de se perceber que pequenos manejos ambientais podem ter forte significado na entrada de alunos com necessidades educacionais especiais nas escolas regulares e na aceitação dos demais em relação a esse processo.

Palavras-chave: Ensino colaborativo, educação especial, educação regular.

ISSN 1981-2566

OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL E SUA INTERFACE COM A POLÍTICA DE PROTEÇÃO ESPECIAL.

Maria de Lourdes Jeffery Contini
Lilian Regina Zeola

Nesta fala pretendemos discutir o panorama da Educação Infantil e sua interface com a Política de Proteção Especial, especialmente às modalidades de Abrigo para crianças no município de Campo Grande - MS, tomando como referência uma pesquisa em desenvolvimento do quadro atual constituído na rede de atendimento (organizações governamentais e não governamentais), bem como da análise dos documentos oficiais sobre a temática. Mesmo diante do modelo neoliberal e de seus desdobramentos, a infância e a adolescência no Brasil ganham novos rumos. O Estatuto que fora promulgado no bojo de um processo de abertura política, após duas décadas de regime ditatorial e quase 60 anos de tentativas de reformulação do Código de 1927, parte da concepção de infância investida de direitos pessoais e sociais.Diante disso a questão das políticas públicas e a proteção à infância inscrevem-se como um direito social, a questão que se vislumbra a partir deste momento histórico é o de garantir efetivamente a materialização deste direito. O novo sistema que se apresenta para a sociedade é a Política de Proteção Especial, que atua na garantia de direitos, e garantia de proteção às crianças quando esses direitos forem violados através da medida de abrigamento. O abrigamento dessas crianças é conseqüência de vários fatores: morte dos pais, abandono espontâneo (a família entrega a criança no abrigo ou no juizado), denúncia de violação dos direitos da criança, condições de moradia em áreas de alto risco e insalubres à criança, e outros fatos que colocam a criança em situação de risco pessoal e social. A reflexão que se faz necessária é como a escola trabalha com essas crianças? Como garantir à essas crianças a qualidade das significativas relações sociais construídas nos Centros de Educação Infantil, nos processos de aprendizagem grupal e na troca de informações. Parece, portanto, importante discussões, que apontem análises consistentes das políticas públicas no que concerne às ações que buscam dar executoriedade às leis, ou seja, as ações voltadas para a concretização da garantia de direitos à educação infantil e a proteção especial a que estão submetidas às crianças em situação de risco pessoal e social, institucionalizadas em abrigos.

Palavras-chave: Educação infantil, proteção, abrigamento.

ISSN 1981-2566

POSIÇÃO DE PROFESSORES ACERCA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

José Leon Crochík

A educação inclusiva vem sendo paulatinamente implantada em nosso meio. Pesquisa anterior (Crochík, 2006) mostra, contudo, que parte dos educadores tem resistência a ela. Parte dessa resistência é devida a preconceitos e a um tipo de ideologia que se expressa por uma forma técnica de pensar. Com o objetivo de verificar a presença do preconceito e dessa ideologia em professores do ensino fundamental, foram entrevistados 15 professores de escolas públicas e particulares da cidade de São Paulo, com e sem experiências com alunos com deficiência. Foi elaborado um roteiro de entrevista semi-estruturada com base na escala de atitudes em relação à educação inclusiva, criada para a pesquisa anterior; esse roteiro foi constituído por questões que avaliam três fatores: se os professores são ou não favoráveis a esse tipo de educação; se julgam que os alunos com deficiência atrapalham os outros alunos; se defendem algumas condições para a existência da educação inclusiva, tais como supor que é necessário que o professor seja especialista para dar aulas a alunos com deficiência ou que devam ser poucos os alunos com deficiência em sala de aula. Os resultados indicam que a atitude dos professores tende a ser favorável à educação inclusiva, independentemente de ter tido ou não experiências com alunos com deficiência e se trabalha em escola particular ou pública. Julgam, de uma forma geral, que os alunos com deficiência não atrapalham os demais alunos; ao contrário, pensam que é bom para esses últimos, pois aprendem a ser mais solidários. Parte dos professores pensa que é importante os professores terem conhecimentos específicos sobre as deficiências e a maioria defende que devem ser poucos os alunos com deficiência em sala de aula. A maior parte dos professores com experiência em educação inclusiva continuam favoravelmente a essa; de outro lado, poucos professores sem essa experiência tem receio que os alunos com deficiência possam ser agressivos. Professores da escola pública se queixaram do excesso de alunos, com e sem deficiência, em sala de aula e que é necessário um auxiliar para acompanhar mais de perto os alunos com deficiência. De uma forma geral, os professores não apresentaram preconceitos em relação à educação inclusiva, ainda que a defesa da especialização nessa área e do pequeno número de alunos com deficiência em sala de aula possam indicar um tipo de discriminação que, em princípio, distinga esses alunos dos regulares; essas mesmas variáveis – especialização e pequeno número de alunos com deficiência em sala de aula – podem também indicar uma forma técnica de pensar. Tendo em vista que parte de nossa amostra trabalhou com alunos com deficiência, cabe lembrar que a experiência, segundo a literatura, nem sempre combate o preconceito e a forma de pensar dos indivíduos. Assim, concluímos a partir desses dados que se há uma disposição favorável dos professores em relação à educação inclusiva, deve-se tomar o cuidado de que não seja criada uma ‘classe especial’ dentro da classe regular de ensino.

ISSN 1981-2566

PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS NA ESCOLA – CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA PARA AS CONQUISTAS DE UM SEGMENTO HISTORICAMENTE EXCLUÍDO DOS DIREITOS SOCIAIS

Tatiana Platzer do Amaral
Iracema Neno Cecilio Tada
Carla Biancha Angelucci

Conteúdos: Módulo I Aspectos históricos da relação entre Psicologia e Educação Especial: da legitimação da exclusão ao reconhecimento da diversidade humana. Módulo II Dominação e humilhação como elementos constituintes da educação: desafios para a intervenção psicológica. Módulo III O trabalho do psicólogo pela garantia irrestrita do direito à educação: um imperativo ético.

Palavras-chave: Pessoas com necessidades especiais na escola, contribuições da psicologia, direitos sociais

ISSN 1981-2566

PSICOLOGIA E AUTISMO NUMA ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Marina Figueredo Machado
Lúcia Helena Pulino

Este trabalho relata uma experiência de estágio em Psicologia da Universidade de Brasília, realizado no ano letivo de 2006, que teve como tema a inclusão de um menino autista numa escola de Educação Infantil do Distrito Federal. O autismo foi descrito inicialmente em meados dos anos 40, por Asperger na Alemanha e por Kanner nos Estados Unidos. A categorização do autismo ocorreu por meio da descrição de sintomas comportamentais (e não de sua natureza), divididos em três classes tratadas distintamente: interações sociais; comunicação e linguagem; e espectro de interesses. Para que uma pessoa fosse considerada autista ela deveria apresentar impedimentos nessas três áreas. No entanto, essa é uma visão extremamente estanque, fragmentada e pouco dialética de ser humano, uma vez que entende a constituição do sujeito pela soma de fatores e não como processos constitucionais, impossíveis de serem compreendidos separadamente. A partir da proposta educacional da Associação Pró-Educação Vivendo e Aprendendo e do percurso de formação profissional em Psicologia da estagiária, essa visão fossilizada de autismo foi questionada, propondo-se um olhar sócio-histórico sobre essas questões, que permitisse pensar o indivíduo autista como uma maneira de estar no mundo, num processo de vir a ser humano. Essa escola caracteriza-se por uma proposta de educação e gestão democráticas e por ser uma escola sem fins lucrativos. Sua proposta tem por princípio que a criança é ativa e dinâmica no seu processo de desenvolvimento e construção do conhecimento, o que guia o trabalho pedagógico. Assumindo a proposta de educação inclusiva, o trabalho foi pensado conjuntamente pelos professores, psicóloga, estagiária e sua orientadora, de modo a não provocar uma maior segregação da criança do grupo, mas ao contrário, auxiliar no seu processo de socialização, visto que essa é uma questão central no autismo. Para isso, promoveu-se a inserção da estagiária em sala, como novo membro do grupo, porém com o olhar focalizado na criança, exercendo o papel de mediadora do seu processo de desenvolvimento e socialização. O início do trabalho, num processo de estabelecimento de vínculos com toda a turma e especialmente com a referida criança foi extremamente importante para a realização da proposta. Ao longo do tempo, foi-se percebendo a impossibilidade de se separar a comunicação do processo de socialização, já que aquela depende da presença e da significação dada por um outro para se desenvolver. Diante da atipicidade das formas de comunicação da criança autista, o exercício de questionamento dos padrões rígidos estabelecidos pela cultura e a abertura para novas possibilidades se tornou atitude central no desenvolvimento do trabalho. O olhar da estagiária sobre si mesma e suas expectativas também foi muito importante para que as frustrações fossem trabalhadas e a comunicação verbal com a criança não fosse interrompida. O trabalho revelou a existência de um limite muito tênue entre o respeito à criança autista pelas suas singularidades e o que se procuraria desenvolver para que ela possa fazer parte de um mundo estruturado diferentemente dela.

ISSN 1981-2566

REFEXÃO DA PRÁTICA DE UMA PROFESSORA FRENTE AO PROCESSO DE INSERÇÃO ESCOLAR

Morgana Pereira Neves
Claudia Dechichi
Vilma Valeria Dias Couto
Roberta Augusta Borges Calixto
Angélica Alves Melo

A inclusão escolar visa garantir que todas as crianças possam freqüentar a sala de aula de escolas do ensino regular e que estas escolas, por sua vez, adaptem-se para atender adequadamente todos os alunos. Considerando o tripé ensino, pesquisa e extensão que sustenta as atividades da Universidade Pública foi criado um projeto de extensão, desenvolvido pelo Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia em parceria com o Centro de Atenção Psicossocial da infância e adolescência de Uberlândia (CAPSi), cujo objetivo é promover o processo de inserção escolar de crianças e adolescentes com grave sofrimento psíquico. O projeto conta com a participação de estudantes do curso de Psicologia, e é supervisionado por duas psicólogas do CAPSi e uma professora do Instituto de Psicologia da UFU. O objetivo do presente trabalho é descrever o acompanhamento do processo de inserção escolar de uma criança de 10 anos, do sexo masculino, aluno da terceira série de uma escola regular da rede pública municipal de Uberlândia. A escola solicitou a ajuda da equipe do CAPSi, que então incluiu ele e a escola no projeto. A primeira etapa do trabalho teve o propósito de avaliar a situação da criança na escola. Foram realizadas reuniões com a equipe psicopedagógica, entrevistas com as professoras e observação da criança em ambiente escolar. A criança foi descrita como cativante, respeitada e aceita tanto pelos funcionários quanto pelos colegas. Segundo a professora, o aluno apresentava comportamento de intensa agitação, manifestado principalmente por verbalização constante e repetida em sala, o que, na opinião dela, comprometia o bom andamento das aulas. Os resultados da etapa de avaliação do aluno em sala de aula revelaram que a professora na tentativa de responder às situações desencadeadas por ele, dirigia-lhe excessiva atenção, a ponto de permanecer vários minutos da aula ao seu lado, segurando sua mão. Tal comportamento foi avaliado como inadequado pela professora, que solicitou ajuda para modificá-lo. Diante disso, iniciou-se a segunda etapa do trabalho, que adotou como metodologia, com a professora, a Entrevista Reflexiva a Partir do Registro Sistemático de Observações. O objetivo fundamental desta estratégia foi promover, com ela, uma reflexão crítica sobre a realidade de sua sala de aula, de sua prática pedagógica e o vínculo professora-aluno. Além disto, foi possível perceber significado para as interações da criança dentro do contexto da sala de aula. Isso indica que ele interage com a professora e com seus colegas, mesmo que fora dos parâmetros de comportamento desejados pela escola. Os resultados demonstraram que essa escola e a professora estão comprometidas com a escolarização da criança de modo responsável, que a metodologia adotada se colocou como interessante recurso de intervenção para promover o processo de inserção escolar e que os impasses advindos na escolarização de crianças com transtorno mental demandam esforço coletivo, que nesse caso envolveu a parceria escola, Universidade e CAPSi. Após avaliação conjunta que envolveu a equipe pedagógica da escola e a equipe do projeto de extensão resolveu-se pelo prosseguimento do projeto com a escola.

Palavras-chave: Escolas de Uberlândia, inserção escolar, CAPSi.

ISSN 1981-2566

QUEIXA ESCOLAR HOJE: A DEMANDA PARA O PSICÓLOGO ESCOLAR QUE TRABALHA EM ESCOLA PÚBLICA EM FACE DA POLÍTICA DE INCLUSÃO ESCOLAR

Claudia Lopes da Silva

O objetivo deste relato é discutir o tipo de demanda que chega para o serviço de psicologia escolar atualmente (2006-2007), buscando confrontar com estudos anteriores, a fim de avaliar a evolução no tipo de queixa apresentada pela escola. É feito um recorte considerando a atual política pública de inclusão escolar, onde se busca o atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais na escola regular. O contexto analisado é de um município da região metropolitana de São Paulo que conta com o profissional psicólogo escolar como parte integrante da equipe técnica que acompanha a rede municipal de escolas de fundamental I (quatro anos iniciais). O município optou pela inclusão escolar a partir do sistema de cascata, ou seja, baseado em apoios sucessivos ao aluno, como apoio pedagógico, sala de recursos e classes especiais. Neste contexto, busca-se compreender até que ponto a escola toma como tarefa pedagógica a inclusão escolar de todos ou alunos e lança mão em maior ou menor grau do sistema de apoios. Como o psicólogo escolar participa das decisões referentes ao encaminhamento de alunos para o serviço de apoio, este profissional tem uma posição privilegiada para refletir sobre esta questão. A forma de encaminhamento de alunos praticada no município estudado está de acordo com o preconizado pela Resolução CNE/CEB Nº 2, de 2001, que institui diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica. De acordo com esta resolução, em seu artigo 6º, as tomadas de decisão quanto ao atendimento de alunos com NEE devem contar com a experiência do corpo docente, diretores, coordenadores, orientadores e supervisores educacionais, bem como o setor responsável pela educação especial do respectivo sistema e a colaboração da família. Desta forma, procura-se desvincular da figura do psicólogo a tarefa pelo encaminhamento de alunos, compartilhando as responsabilidades e utilizando como instrumento de avaliação as atividades pedagógicas propostas pela escola ao aluno. O objetivo é que a escola tome para si a responsabilidade pela aprendizagem de todos os alunos, porém, as queixas escolares trazidas parecem indicar que esta é uma tarefa ainda em construção. De acordo com dados coligidos no início de 2006, numa amostra de 28 alunos, as queixas escolares referiam-se principalmente a questões de comportamento (29%), aprendizagem (61%) ou ambas (7%). Em relação a diagnósticos clínicos de questões de origem orgânica, 36% dos alunos os apresentavam, e 3% apresentavam a hipótese diagnóstica de transtorno global do desenvolvimento. A partir destes dados, verifica-se que a inclusão de alunos com deficiências ou transtornos diagnosticados não significa necessariamente que estes tragam os maiores desafios para a escola, pois a maior parte dos alunos trazidos na queixa escolar, ou 61%, não possuía nenhum tipo de diagnóstico. Cerca de 64% dos alunos, contudo, participavam ou tinham indicação da escola para o serviço de Sala de Recursos. Verificou-se também que os achados de pesquisas anteriores (SILVA, 2005; BUENO, SALUM E MORAIS e URBINATTI, 2000; SOUZA, 1996), quanto a sexo, faixa etária, defasagem idade-série e tipo de queixa escolar continuam bastante atuais.

ISSN 1981-2566

RACISMO E ESCOLA: O QUE PENSAM OS ADOLESCENTES?

Sylvia da Silveira Nunes

Se a existência do racismo na realidade brasileira não é mais tão questionada, o conceito de raça merece atenção quanto a sua validade científica e uso. Embora raça não seja um termo criado pela ciência, ele recebeu o aval científico principalmente no século XIX. Porém, no decorrer do século XX, pesquisas puderam comprovar que raça não existe, pois não há diferenças biológicas entre os homens. Isto é, todo ser humano tem a mesma capacidade de desenvolvimento em todos os domínios. Mas se raça não existe, e se o racismo é a discriminação de pessoas por meio da idéia de raça, esses termos podem ser utilizados? O problema é que a utilização do conceito de raça desde o século XVII não é apenas no sentido de mostrar diferenças físicas entre grupos humanos, mas sobretudo em hierarquizá-los, ou seja, definir, defender e justificar grupos de pessoas naturalmente superiores e inferiores. E se a ciência já superou a idéia de raça, o mesmo não aconteceu com a necessidade social de hierarquizar grupos de pessoas, a fim de manter a organização social estruturada em classes privilegiadas e subordinadas. Assim, raça continua a ser um conceito utilizado no cotidiano para separar e hierarquizar pessoas. Podemos afirmar que o racismo contra negros está cada vez mais em discussão, no entanto, tal preconceito não é tão facilmente assumido, pois muitas vivências de preconceitos são mais flagradas nas entrelinhas, nos olhares, nas ausências. Ou quando são explícitas, restringem-se mais à esfera privada das relações intersubjetivas do que ao domínio público. A escola, como palco de relações humanas, é um lugar privilegiado de expressão, vivência e aprendizado de preconceitos e discriminações. Mas, como espaço também da construção da cidadania, permite a reflexão desses preconceitos e sua superação. Com o objetivo de estudar como adolescentes percebem o fenômeno do racismo na escola, seis alunos de duas salas de 8a série do Ensino Fundamental de uma escola pública, dentre eles duas meninas e quatro meninos foram entrevistados. Os adolescentes foram identificados pela cor da pele como 1 branco, 2 negros e quatro mestiços. Foram realizadas entrevistas individuais com o intuito de apreender como os participantes concebem: as vivências de diferença e racismo dentro da escola; o racismo na sociedade brasileira e na escola; a influência do racismo na identidade. As entrevistas foram gravadas e transcritas. A partir dessas entrevistas algumas questões sobre o racismo foram refletidas, tais como: a dificuldade em abordar o assunto; o temor pela acusação de ser racista; a dificuldade de se identificar como negro; a relação entre classe e raça; a percepção do racismo como algo violento e desumano; a presença do racismo na escola, de forma subliminar, em alguns casos, de forma explícita em outros, por meio de falas e xingamentos; a escassa problematização do tema tanto na escola, como nos círculos de amizades.

Palavras-chave: Racismo, preconceito racial, racismo na escola.

ISSN 1981-2566

PSICÓLOGO ESCOLAR E INCLUSÃO: OPINIÕES DE PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DA MOOCA.

Luciane Lunaro Jorge Borges
Ana Paula Castro de Barros Passos

O presente trabalho teve como objetivo geral verificar a opinião de professores da rede municipal da região da Mooca na inclusão escolar, e a necessidade da atuação do psicólogo escolar neste processo. E, por objetivo específico propiciar subsídios para a reflexão sobre os modelos de atuação do psicólogo escolar, junto aos professores da rede municipal de ensino. A amostra foi composta por dez professores, sendo oito do sexo feminino e dois do sexo masculino, com idade média de 28 a 48 anos. Todos participantes trabalhavam nas escolas municipais da prefeitura de São Paulo, pertencentes à região da Mooca. Foi utilizado um roteiro de entrevista semi-dirigida com nove questões. Os dados obtidos foram analisados quantitativa e qualitativamente utilizando a análise de conteúdo em torno de dois eixos temáticos: inclusão e necessidade da atuação do psicólogo escolar no processo de inclusão. Análise dos dados revelou que 80% os professores ainda confundem inclusão com integração e em suas respostas foram encontradas idéias que indicam preconceito que os levam a práticas pedagógicas discriminatórias. Para 50% é nítido que não existe verdadeira inclusão. As principais dificuldades apontadas foram à falta de apoio da escola e da coordenadoria, mencionada por 80% dos professores, a falta de apoio da família, mencionada por 70% e o fato de não terem participado do processo de inclusão desde seu início, mencionada por 60% dos docentes. Os dados revelam que sentimentos de inadequação como incapacidade, desorientação e desânimo emergem nos professores perante as dificuldades vividas com o aluno portador. Quanto à atuação do Psicólogo na escola 70% dos professores entendem como necessária, porém voltada para uma atuação clínica ou como assessor do professor. Conclui-se através deste trabalho que muitos são os impasses para a realização plena da inclusão escolar, e que a presença do Psicólogo Escolar é de suma importância, pois caberia a ele ser o agente transformador deste processo, realizando um trabalho conjunto com a comunidade escolar, a fim de possibilitar mudanças nas práticas pedagógicas, que hoje se mostram insuficientes e inadequadas, e criar condições para uma educação de qualidade para todos que possa contribuir para o desenvolvimento humano.

Palavras-chave: Educadores, escola inclusiva, psicologia escolar, portadores de necessidades educativas especiais, educação.

ISSN 1981-2566

SENTIDOS E SIGNIFICADOS ATRIBUÍDOS POR PROFESSORES DE ENSINO FUNDAMENTAL À EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Claudia F. Davis

A pesquisa teve por objetivo conhecer os sentidos e os significados de Educação Inclusiva para professoras que lecionavam em escolas em que essa política já tinha sido adotada. Participaram do estudo duas escolas municipais que fazem parte de uma cidade localizada na Grande São Paulo, ambas indicadas pela prefeitura. Uma delas era uma escola construída especialmente para acolher alunos com necessidades especiais. Já a outra tinha sido adaptada para poder receber essa clientela. O estudo envolveu duas professoras de uma das unidades escolares e três da outra. Dessas cinco professoras, quatro davam aulas no ensino fundamental regular e uma lecionava na classe especial, para alunos com deficiência auditiva. Contatos foram mantidos com as coordenadoras das duas escolas, para conhecer melhor o contexto pedagógico do projeto de inclusão. Os instrumentos de coleta de dados foram um roteiro de observação da escola e entrevistas recorrentes com os docentes. A análise, pautada na perspectiva sócio-histórica em Psicologia, compreendeu os seguintes passos: transcrições das fitas; leitura e identificação dos principais temas relatados, agrupamento desses temas em núcleos de significado, identificação dos núcleos que eram recorrentes nas várias entrevistas e, ainda, daqueles singulares, que marcavam o relato de cada um dos participantes. Os resultados mostraram que a educação inclusiva está longe de ser assegurada: do ponto de vista dos professores, ela é somente eficaz como instrumento de 'sociabilidade', de modo que nem mesmo consideram a possibilidade de promover, deliberadamente, um ensino que contemple as necessidades dos alunos incluídos. A conclusão, inesperada, foi a de que os professores não se consideram aptos a ensinar esse grupo de estudantes, de modo que a classe especial parece-lhes ser o local mais adequado e, sobretudo, mais legítimo, para a escolarização daqueles com necessidades especiais.

ISSN 1981-2566

RELAÇÕES FAMILIARES E INCLUSÃO

Marlene Aparecida Wischral Simionato

A literatura que trata da inclusão e das relações familiares das pessoas com deficiência é bastante significativa, realidade que não se aplica aos estudos sobre o adulto nas mesmas condições, pois a maioria desses estudos está mais voltada às experiências da criança e do adolescente. Conseqüentemente, pouco se sabe sobre o aluno deficiente no universo do ensino superior e menos ainda sobre o contexto de seu cotidiano familiar. Este trabalho focaliza o papel da família no processo de inclusão das pessoas com deficiência, a partir de uma compreensão do próprio desenvolvimento da família no âmbito da sociedade. Sabe-se que ao longo do tempo, a instituição familiar passou por transformações, ocupando lugares distintos e realizando funções específicas, conforme assim exigiam os modos de pensar e agir da sociedade em diferentes momentos históricos. Nesta trajetória, comumente se fez a associação da família com o processo perene de humanização e socialização das pessoas, identificando-a como unidade essencialmente cuidadora. Dentre todas as instituições sociais, a família é a que melhor encarna os principais atributos do cuidado, que se expressa pela presença, proteção, inclusão, promoção e orientação para a vida, o qual, por sua vez, situa-se na raiz primeira de todo ser humano como nosso grande diferenciador em relação a outros seres vivos. É na família que se desenvolvem as primeiras noções de pertença e se adquirem os valores quanto ao que é correto, aceitável, esperado, desejado tanto para o indivíduo quanto para o grupo familiar, numa espécie de guia internalizado por cada um dos membros da família. Com efeito, é na família que se transmite não apenas a vida, mas o seu significado, o conjunto de parâmetros que orientam toda conduta e que fazem perceber a existência de cada um como digna de ser vivida; lugar primeiro onde se aprende a conviver com a diferença. Independentemente de sua composição, estruturação econômica e localização geográfica, famílias com filhos deficientes rearranjam sua estrutura de funcionamento, em cujo território ambíguo de relações se conjugam e se potencializam continuamente o amor e o ódio, esperança e desesperança, companhia e solidão. Seja pela intuição, seja pelo conhecimento, as famílias podem difundir e exercitar conceitos inclusivistas, definindo-se como matrizes de cuidado, como pontos de partida e de retorno para as experiências mais significativas de seus filhos, principalmente daqueles que têm alguma necessidade especial. Atualmente, a família vem ganhando destaque na medida em que têm crescido, de um lado, a sua responsabilização social como a principal promotora do desenvolvimento, saúde e bem-estar de seus membros, e de outro lado, a sua participação social nos movimentos e organizações que atuam em defesa das pessoas portadoras de necessidades especiais, enquanto locus de afiliação e reafiliação destas, mas também na relação com o Estado, enquanto instituição social decisiva ao desenvolvimento de relações acolhedoras, combatendo o preconceito, favorecendo o processo de inclusão.

Palavras-chave: Relações familiares, inclusão, cuidado familial.

ISSN 1981-2566

SUBJETIVIDADE E APRENDIZAGEM NA PERSPECTIVA HISTÓRICO-CULTURAL

Mercedes Cupolillo

Este trabalho foi elaborado durante o processo terapêutico de uma criança encaminhada com dificuldades de aprendizagem em fase de letramento. Apresenta uma visão histórico-cultural da subjetividade humana e enfoca a produção de sentidos subjetivos como elo propulsor do desenvolvimento. A definição de padrões de desenvolvimento herdada de referenciais racionalistas da constituição humana nos remete à descrição de habilidades e competências sem que possamos alcançar uma explicação sobre os referidos processos. Partindo de uma visão complexa de desenvolvimento podemos incluir a necessidade de redefinição de conceitos e categorias relacionados a esse processo. Nesse sentido, tanto o processo de desenvolvimento humano quanto a concepção de subjetividade são discutidos e abordados. Nesse trabalho, ao realizarmos o acompanhamento terapêutico com uma criança encaminhada por seu pai, com queixa de dificuldade de aprendizagem, pretendemos compreender o processo de constituição subjetiva da criança, denominada por nós “Gabriela”, a partir de sua produção de sentidos subjetivos. O acompanhamento ocorreu em consultório e na(s) escola(s) por ela freqüentadas, durante um período de um ano e seis meses. Durante o acompanhamento terapêutico foram realizadas duas entrevistas semanais com a criança, com a eventual participação da família. O acompanhamento foi estendido à escola, espaço em que dialogávamos com professores e coordenadores, investigando e criando estratégias conjuntas para a otimização do aprendizado da criança. Após o período de acompanhamento, Gabriela conseguiu uma inserção no espaço escolar, sendo reconhecida como capaz de aprender. A proposta do trabalho é a de oferecer subsídios para a compreensão da constituição da subjetividade baseada na experiência terapêutico-educacional de Gabriela, aos sete e oito anos de idade, na relação com a família e a escola. Trata-se de uma contribuição, junto aos teóricos e profissionais que lidam com o desenvolvimento humano, para uma discussão sobre as recentes formas de abordar o sujeito, sua constituição na perspectiva histórico-cultural, com ênfase na abordagem da subjetividade construída a partir da Epistemologia qualitativa de González Rey.

ISSN 1981-2566

PSICOLOGIA, EDUCAÇÃO E A PESSOA SURDA PRECOCE: REFLEXÕES INTRODUTÓRIAS.

Carla Biancha Angelucci

Nos últimos anos, muito tem-se discutido sobre o processo educacional inclusivo. No Brasil, tem havido um esforço governamental que visa permitir a existência de uma escola que, efetivamente, seja para todos. No entanto, a efetivação de tal política da igualdade de direitos pode se tornar reducionista e, conseqüentemente, desumanizadora, se não puder atentar às diferentes expressões humanas advindas de uma diversidade maior do que a contemplada pelo termo "deficiente" ou qualquer outro termo deste tipo. Portanto, trata-se de, para além dos aspectos quantitativos e estatísticos do sucesso da inclusão educacional, pensar sobre a qualidade formativa desta política na constituição de cidadãos emancipadas e críticos. Neste sentido, a situação do aluno surdo é bastante delicada. No Brasil, às divergências em torno de qual a língua a ser utilizada na educação da pessoa surda (português oral ou Língua Brasileira de Sinais) calorosamente debatidas nos últimos quinze anos soma-se, mais nos últimos dez anos, às questões referentes ao tipo de escola mais adequada para este público: regular inclusiva, regular com sala especial para alunos com deficiência, regular com sala especial para alunos surdos, escola especial para surdos, escola para surdos. Para que tal situação, a qual os profissionais da educação tem-se deparado cada vez mais freqüentemente, possa ser compreendida de forma não simplista, há a necessidade de um reflexão sobre as condições concretas e historicamente construídas em torno deste público. Assim, a presente apresentação terá como objetivo principal introduzir e levantar questões significativas para se pensar o processo formacional da pessoa surda precoce no que concerne tanto às questões educacionais quanto às da constituição psíquica. Para isso, partir-se-á do viés da psicologia crítica de base materialista histórica pontuado, quando o foco for o da constituição psíquica e das expressões da subjetividade, pelas contribuições da psicanálise winnicottiana. Como compromisso ético deste trabalho está a preocupação com a formação crítica-reflexiva do indivíduo, o desvelamento de práticas sociais e educacionais reificadoras e alienantes causadoras de sofrimento psíquico e a busca pelo desenvolvimento de espaços e olhares potencializadores do humano e contempladores da subjetividade, neste caso, da pessoa surda. A fim de apresentar o público-tema, discorrer-se-á sobre as características gerais desta população englobando aspectos mínimos inter-relacionados (orgânicos, históricos, representações sociais, lingüísticos, educacionais, políticos, legais e familiares) propiciando, assim, uma contextualização que permita se pensar a qualidade do processo formacional (educacional, social e psíquico) da pessoa surda precoce enquanto produto de um determinado contexto. Como destaque, serão considerados os fatores que permitem uma leitura mais ampla da queixa escolar, da produção de sofrimento psíquico e das possíveis intervenções em psicologia junto a este público.

Palavras-chave: Psicologia escolar, surdos, subjetividade.

ISSN 1981-2566

TRANSTORNO DE DÉFICIT DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE: UMA QUESTÃO DIAGNÓSTICA

Hélida Arrais Costa
Tatiana Marcelino Carmo

O presente trabalho foi formulado e apresentado na disciplina de "Psicologia Escolar II" por estudantes de Psicologia da Universidade Federal do Ceará, visando a uma maior informação dos alunos de Psicologia dos problemas de aprendizagem existentes na escola. O trabalho foi construído embasado na literatura existente, assim como na experiência de uma das autoras no NPDAH, um núcleo de atendimento a pessoas com déficit de atenção e hiperatividade, vinculado ao Hospital Universitário Walter Cantídio - UFC. O Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) é um transtorno neurobiológico, de causas genéticas, que aparece na infância e freqüentemente acompanha o indivíduo por toda a sua vida. Ele se caracteriza por sintomas de desatenção, inquietude e impulsividade. É um transtorno reconhecido pela Organização Mundial de Saúde e comumente diagnosticado em crianças e adolescentes. O diagnóstico é através da identificação de sintomas, utilizando-se da avaliação psiquiátrica, neurológica, neuropsicológica e psicopedagógica. Na avaliação psiquiátrica realiza-se uma entrevista de anamnese e de diagnóstico, buscando compreender a história de vida do indivíduo, bem como, possíveis indícios para o transtorno. Um teste é utilizado para auxílio no diagnóstico, o SNAP-IV, baseado nas diretrizes diagnósticas fornecidas pela Organização Mundial de Saúde. Outro aspecto enfocado durante a avaliação psiquiátrica é a busca por possíveis co-morbidades, sendo as mais comuns: Transtorno Desafiador de Oposição, Transtorno de Conduta, Abuso de Substâncias Psicoativas, Depressão, Transtorno de Humor Bipolar, Transtorno de Ansiedade, Transtorno de Tiques. A Avaliação neurológica é procedida em busca de correlatos orgânicos para o TDAH, bem como, possíveis alterações que indiquem outro diagnóstico. A Avaliação Psicopedagógica, realizada por uma psicopedagoga, avalia aonde se concentram as dificuldades de aprendizagem do paciente, focando-se nos seguintes aspectos: habilidades metalingüísticas, leitura, escrita, matemática, entre outras coisas. A avaliação neuropsicológica busca, além da avaliação dos déficits de memória, atenção, lateralidade, noção espaço-visual, verificar também as capacidades executivas, normalmente afetadas em pessoas com TDAH. Tal avaliação possibilita o planejamento de estratégias de re-habilitação e para enfrentamento das possíveis dificuldades. O tratamento realizado envolve tanto terapia medicamentosa (metilfenidato, antidepressivos, antipsicoticos, estabilizadores do humor) como terapia psicológica (terapia cognitivo-comportamental). A questão diagnóstica é problemática por alguns pontos: 1) Proliferação do diagnóstico de crianças com TDAH. Muitas vezes ele é precipitado, sem uma boa avaliação, baseado apenas nas informações obtidas através dos testes; 2) O TDAH muitas vezes é utilizado como desculpa da ineficiência escolar, culpabilizando o aluno por sua dificuldade de aprendizado, quando muitas vezes o sistema de ensino encontra-se desorganizado e pouco estruturado, sem prover um enfoque adequado no aluno e 3) O TDAH é muitas vezes utilizado como desculpa para impaciência e despreparo de professores e outros cuidadores, classificando a criança como inadequada, quando muitas vezes tais adultos não conseguem entender o mundo infantil, suas necessidades e demandas. Conclui-se que o TDAH é um transtorno que atinge muitas crianças e afeta de modo decisivo as suas vidas. Cabe aos profissionais da área da saúde e educação estarem preparados para seu enfrentamento, evitando estigmatização destas crianças e ajudado-as a conquistar uma melhor qualidade de vida.

Palavras-chave: Transtorno Déficit de Atenção e Hiperatividade, diagnóstico, problemas de aprendizagem.

ISSN 1981-2566

UMA INTERVENÇÃO EM ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL A PARTIR DA TEORIA HISTÓRICO-CULTURAL

Ana Caroline Leite de Aguiar
Paula Sampaio Meireles De Sousa

A identidade profissional alicerça-se principalmente no autoconhecimento e no conhecimento da realidade das diversas profissões, constituindo um processo que se dá à guisa de experiências intersubjetivas. Na constituição de nossa identidade, subjetivamos a realidade que nos é dada e objetivamos nossa subjetividade ao exteriorizá-la, de modo a transformarmos o contexto no qual estamos inseridos e sermos, também, por ele transformados. Munindo-se de tais entendimentos, criou-se uma possibilidade de acompanhar estudantes oriundos de escolas públicas nesse processo, facilitando-lhes momentos de autoconhecimento e de conhecimento das profissões, em termos de habilidades que requerem, áreas que podem ser exploradas, mercado de trabalho, representações sociais, etc. Abriu-se, por conseguinte, um espaço no qual foi possível significar e ressignificar escolhas profissionais, tornando-as mais providas de sentido.Assim, esse trabalho visou prestar um serviço à comunidade, mais especificamente, fornecer um espaço de escuta e diálogo para os estudantes de escolas públicas, no qual eles puderam discutir os mais diversos conflitos e questões em relação à escolha profissional. Ademais, buscou-se refletir sobre uma intervenção em orientação profissional à luz da Teoria Histórico-Cultural.Com o respaldo dessa teoria, utilizou-se uma metodologia participativa, permeada por recursos lúdicos, rodas de conversas e técnicas de visualização criativa.A divulgação do serviço de orientação profissional ocorreu entre os estudantes de um projeto intitulado “Novo Vestibular”, referente a um curso pré-vestibular oferecido pela Universidade Federal do Ceará (UFC) a alunos carentes financeiramente. A partir daí, o grupo de orientandos aqui aludido teve nove participantes e foi facilitado nos meses de abril e maio de 2006, nas salas da universidade. As facilitadoras foram supervisionadas por uma professora doutora da referida instituição.Todos os membros do grupo tiveram oportunidade de problematizar sua escolha, no sentido de que aqueles mais decididos quanto a uma profissão passaram a vislumbrar, também, outras possibilidades, não se fechando em uma idéia desprovida de maiores questionamentos e os mais indecisos foram, gradativamente, reconhecendo-se em termos de interesses e habilidades e conhecendo as profissões de modo menos estereotipado.Foi perceptível, ademais, um amadurecimento do grupo no tocante à responsabilidade de cada um por suas escolhas. Observou-se que os orientandos sentiram-se, ao final da orientação profissional, co-responsáveis pelo estado de maior segurança que haviam atingido em relação à escolha da profissão.Alcançaram-se, ainda, satisfações recíprocas quanto ao resultado do processo, não só no que se refere a essa escolha, mas aos ganhos obtidos em nível de desenvolvimento pessoal, partindo do princípio de que somos seres em formação, modificadores de experiências e por elas modificados a todo momento.

Palavras-chave: Orientação profissional, processo grupal, teoria histórico-cultural.

ISSN 1981-2566

TRABALHANDO ARTE NA INSTITUIÇÃO PRESIDIÁRIA

Sandra Margarete Nichellatti Torres

As relações humanas tornam-se o principal objetivo de estudo da Ciência Psicológica ao dirigir sua ação no sentido da saúde social. Permeadas na saúde social e ressocialização dos indivíduos infratores, optamos por desenvolver um trabalho de Educação Profissionalizante, preparando-os para o egresso e pró-egresso dos mesmos a sociedade.A adoção de medidas Sócio-Educativas apresenta uma reação contra a reincidência infracional, aspirando ao resgate de suas identidades, cidadania e autoconfiança, profissionalizando-os e preparando-os para sua volta ao convívio social. Com a constatação do fenômeno 'Medo da liberdade', viu-se a necessidade de providências urgentes neste campo, o que possibilitou a elaboração de dois projetos paralelos, sendo o Projeto Acolher-te e o Projeto Trabalharte. O Projeto Acolher-te visa ministrar ações de acolhimento, no que resulta em auto-conhecimento, possibilitando ao detento identificar-se consigo mesmo, podendo visualizar a si e ao outro. A proposta do Projeto Trabalharte revela dois sentidos. O primeiro é trabalhar com arte como função profissional e modo de reintegração na sociedade e no mercado de trabalho. O outro sentido, o sujeito se trabalha, ou seja, toma consciência de sua vida, seu modo de ser, suas ações e reações no mundo com possibilidades de transformação. Ambos os sentidos possibilita a busca profissional. Neste percurso compreende-se o movimento pelo qual as significações das atividades são transformadoras e apropriadas pela referida população. A Educação é o caminho pelo qual a reflexão sobre modos de ser e estar no mundo são percorridos pela consciência, responsabilidade e liberdade. Para tanto, resgatar a identidade e elementos subjetivos que a compõe implica em perceber o que é saúde, o que é educação e como, a Psicologia vem contribuir para formação social e profissional dos sujeitos reclusos. Concretizar a proposta de resgatar a identidade dos sujeitos reclusos visa refletir sobre os princípios éticos das ações que são aplicadas nas instituições presidiárias no momento atual, e assim visualizando como este meio se estrutura. Logo, atentar os princípios éticos é direcionar o olhar para educação, prática que viabiliza a manutenção do pensar criticamente, que resulta na ação de restaurar, e/ou inovar as leis que protegem a raça humana.

ISSN 1981-2566

ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL EM GRUPO: UMA PROPOSTA DE REFLEXÃO

Priscila Fidelis de Souza Lima

Orientação profissional em grupo: uma proposta de reflexãoO presente resumo descreve o trabalho de Orientação Profissional desenvolvido em um pré-vestibular de Belo Horizonte. O departamento de psicologia oferece espaços de apoio e reflexão para os alunos, privilegiando ações criativas e transformadoras a partir de uma escuta marcada pelo respeito ao outro como sujeito de sua própria história, inserido em um contexto social. A proposta da Orientação Profissional é ajudar os candidatos ao vestibular na escolha da profissão, através de um processo reflexivo que envolva o vestibulando como sujeito de sua escolha. Isso significa ir além de uma escolha do curso superior evolvendo relação de cada sujeito com seus desejos, talentos, limitações e com seu futuro e perspectivas de vida.O enfoque é de uma escuta diferenciada que permita auto-reflexão através das técnicas e do processo grupal. Várias abordagens psicológicas ajudam a compor o trabalho, mas é a perspectiva psicodinâmica, a psicossociologia e a psicoterapia breve sustentam o planejamento e desenvolvimento das oficinas.As oficinas se constituem como grupos de reflexão sobre a escolha profissional. Cada participante escolhe o horário do grupo do qual deseja participar no momento da inscrição. O processo é realizado em 8 encontros de 1 hora e 30 minutos cada, uma vez por semana. Os grupos são fechados de 10 pessoas (em média), ou seja, após o fechamento das inscrições e início dos grupos não há entrada de novos participantes, a continuação no grupo é escolha do participante.O trabalho parte da idéia do planejamento flexível, sendo que cada coordenador deve estar atento ao movimento de cada grupo e manejar o uso das técnicas e intervenções de acordo com as especificidades, perfil e desenvolvimento de cada grupo. Cada coordenador tem autonomia para trabalhar com seus grupos, mas as mudanças são discutidas e avaliadas nas reuniões semanais de equipe. A equipe planeja um “roteiro” do trabalho. Este roteiro consiste em traçar um percurso para a oficina de orientação profissional, elencando técnicas e articulando o processo respeitando as fases do processo grupal. A partir de modelo o processo de orientação profissional deva conter pelo menos três etapas: 1) O que é escolher? Quais aspectos estão envolvidos em uma escolha? Quais são os elementos sociais, econômicos, subjetivos que interferem na escolha? O que significa escolher uma profissão?2) Quem sou eu? Como eu escolho? Quais são meus talentos? Quais são minhas dificuldades? Como me localizo em relação às minhas escolhas? 3) Como posso escolher melhor? Como minha postura diante das alternativas pode definir uma escolha consciente? Como me responsabilizo por minhas escolhas? Sou dono de minhas escolha e do meu futuro! O processo de escolha é contínuo! Associado às etapas de um processo de escolha profissional o psicólogo deve estar atento, aos processos de grupo como: identificação, formação de vínculo, apontamento de conflitos, desenvolvimento, luto, fechamento, entre outros. As reuniões de equipe são muito importantes para possibilitar um “olhar de fora” sobre o grupo, sistematizar os processos e aprofundar os estudos sobre grupos e suas interfaces.

Palavras-chave: Orientação profissional, psicossociologia, dinâmica de grupo.

ISSN 1981-2566

A FORMAÇÃO DO PSICÓLOGO E OTRABALHO EM ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL: CONTRIBUIÇÕES A PARTIR DA DOCÊNCIA

Walter Mariano Silva Neto
Eulália Henriques Maimone

Num contexto específico da formação do psicólogo no âmbito escolar/educacional, a presente reflexão parte da experiência na docência e supervisão de estágio na área de Psicologia Escolar na Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG - Campus Ituiutaba) e do oferecimento da disciplina Orientação Profissional na Universidade de Uberaba. Seu objetivo é discutir os dilemas e desafios de atuação no campo da Orientação Profissional do ponto de vista teórico e prático e suas decorrências para a formação do psicólogo. No âmbito teórico, acredita-se que é necessária a superação da visão dicotômica que situa o campo como pertencente à área da Psicologia Organizacional ou Escolar, sendo que a primeira muitas vezes tenta encaixar o indivíduo numa concepção de treinamento, seleção e avaliação de perfil e a segunda busca trabalhar com um sujeito que está fazendo sua escolha, muitas vezes com ênfase no período pré-vestibular e/ou na escolha de um curso universitário. Tal fragmentação presente na formação tem reflexos na atuação profissional e a integração do indivíduo nesse caso, passa pela reflexão sobre o processo de trabalho, ocupação e empregabilidade, simultaneamente com os processos de aprendizado e desenvolvimento. Torna-se então, essencial uma reflexão que possibilite a ruptura com o modelo tradicional de orientação, com foco nos indivíduos que já tendo escolhido o ensino superior, ou algum campo de trabalho específico, não encontraram satisfação pessoal e profissional, e possam orientar diferentemente sua formação a partir de cursos de formação técnica, universitária ou até mesmo em cursos de pós-graduação. A partir desse enfoque, amplia-se o campo da Orientação profissional, que perpassando os seguintes aspectos: a superação da dicotomia teoria-prática; a superação da visão clínica tradicional, pensando em uma análise não só das características pessoais do indivíduo, mas sim no amplo e complexo conjunto de aspectos presentes na sua realidade, como expectativas de status, remuneração, dentre outros; o papel do psicólogo num nível mais abrangente em que possa contribuir para que o indivíduo (re) signifique sua relação com o universo do trabalho; a superação da idéia de que o indivíduo escolhe a partir exclusivamente de interesses pessoais e influências grupais, além da determinação macro estrutural da escolha como por exemplo o modelo de divisão de classes da nossa sociedade; a possibilidade de intervenção do psicólogo em diferentes contextos que envolvam a área do trabalho; a necessidade de se trabalhar com os alunos dos cursos de Psicologia a questão de que também estão passando por um processo de escolha com relação às áreas de atuação profissional e sua contraditória inserção no mercado de trabalho; a compreensão que contribuir para a escolha profissional envolve questões intra e interpessoais e passa pela configuração do desejo de cada um sobre que objetivos profissionais lhe satisfarão e o rompimento da idéia de que o papel do psicólogo enquanto um profissional que "coloca o homem certo no lugar certo" e trazer para o campo da orientação profissional uma concepção mais crítica, dialética e problematizadora, que abarque a compreensão das dimensões históricas, políticas e sociais da escolha profissional.

Palavras-chave: Orientação profissional, formação do psicólogo, exclusão social.

ISSN 1981-2566

PENSANDO A PESQUISA NA ÁREA DA ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL ATRAVÉS DO ESTUDO DA CRIATIVIDADE EM ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO

Carmen Reis

Uma ocupação representa muito mais do que um conjunto de habilidades e funções é um meio de vida. Proporciona e determina muito do ambiente físico e social em que uma pessoa vive, seleciona traços que são utilizados com maior freqüência, fortalecendo-os, e, usualmente, tem seu status na comunidade, provendo papéis e padrões para viver. Por determinar que tipo de pessoa alguém vai ser durante parte da vida, uma vocação influencia marcantemente juízos de valor e padrões éticos. Nesta perspectiva, escolher uma profissão é uma tarefa complexa, de grande responsabilidade e seriedade na vida do indivíduo. Quando esta é feita de modo adequado e consciente, há maior probabilidade de benefícios não só para aquele que escolhe, mas também para a sociedade. Assim, a escolha profissional assume uma significativa importância no plano individual, já que se relaciona com uma definição de quem se deseja ser, muito mais do que fazer. O processo de escolha profissional é uma necessidade premente no bojo de nossa sociedade voltada para a idéia de produção. Entretanto, a cada dia, os jovens têm apresentado maior dificuldade para fazer as suas opções, já que um universo de cursos e especializações novas tem surgido, e que a tecnologia se faz presente em todas as áreas, exigindo um novo perfil profissional. Nesse sentido, uma série de características passa a ser valorizadas, como por exemplo, a criatividade que descreve uma pessoa arrojada, flexível e aberta a novas idéias. Pouco se conhece sobre a importância da criatividade no sucesso profissional e na auto-realização pessoal, que é promovida quando se dá o encontro do indivíduo com algo que lhe traz alta satisfação interna. Assim sendo, faz-se necessário que os profissionais da área complete seus olhares com informações sobre o potencial criativo do indivíduo na busca de uma profissão que lhe possibilite obter maior realização. Desse modo, o objetivo desta pesquisa foi investigar e demonstrar possibilidades de identificar o potencial criativo de estudantes do Ensino Médio para exercer determinadas profissões. Com este intuito, serão apresentados os materiais e as técnicas elaboradas pela autora utilizadas para desenvolver e estimular o perfil profissional criativo dos jovens estudantes. Desta maneira, pretende-se demonstrar como a informação dos perfis criativos dos jovens poderão lhes ajudar na realização profissional em áreas específicas, para as quais, até o momento, apenas se estudava as habilidades cognitivas envolvidas. Propostas de laudos vocacionais de perfis profissionais criativos também serão oferecidos a fim de melhor ilustrar os resultados advindos das diferentes áreas do conhecimento.

Palavras-chave: Criatividade, orientação profissional, perfil criativo.

ISSN 1981-2566

TUTORIA (MENTORING) NA FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL EM SAÚDE

Patrícia Bellodi
Maria de Fátima Aveiro Colares

Cada vez mais se reconhece a importância de compreender a formação profissional para além da aquisição de um conjunto de conhecimentos e habilidades específicos. Nesse sentido, insere-se a proposta da Tutoria (Mentoring) na formação do profissional em saúde – profissional este que tem "a dor e a morte como ofício" (Pitta) e, especialmente, tem ele mesmo, sua pessoa, como o melhor instrumento para sua prática, (Balint).Os programas de Mentoring (Bellodi e Martins, 2005) resgatam esse conceito de formação propondo, de modo planejado e institucionalizado, espaços para a troca de experiências (mais do que o ensino de conteúdos) entre um profissional mais experiente (o mentor) e um jovem iniciante (o mentee). Nesta relação, o trabalho de orientação, suporte e acompanhamento é pessoalizado (não se considera mais "o aluno" em geral, mas sim "aquele aluno", em particular) permitindo ao mentor colaborar para o desenvolvimento pessoal e profissional daquele que está iniciando seu percurso.Este mini-curso terá como objetivo apresentar e discutir as seguintes questões: 1. O que é Tutoria (Mentoring)? 2. Por que Programas de Tutoria (Mentoring) para profissionais da Saúde? 3. Como implementar?- Seus tutores (Perfil/Sensibilização/Recrutamento/Seleção/ Treinamento/ Supervisão)- Seus alunos (Características/Necessidades/Sensibilização/Parceria na elaboração/Participação)4. O encontro e a relação- Enquadre (Grupal x individual/Periodicidade/Obrigatoriedade? /Inserção na grade?Temas definidos? /Incentivos institucionais?)5. A administração- Tarefas administrativas (Equipe/ Comunicação/ Acompanhamento das atividades/ Informatização e Registro de dados)6. A avaliação- Como, quem e o quê avaliar no seu programa de Tutoria (Mentoring)7. Pecados e Virtudes em um Programa de Tutoria (Mentoring)- A experiência dos programas de Tutoria da FMUSP e da FMRP

Palavras-chave: Educação em saúde, mentoring, tutoria.

ISSN 1981-2566

TRABALHANDO PROJETO DE VIDA COM ESTUDANTES DA 8ª SÉRIE DO ENSINO FUNDAMENTAL

Franciele Engelmann
Luciana Albanese Valore
Aline Cristina Anselmo
Lucia Emile Pupo

Considerando que na sociedade contemporânea a escola é o espaço oficialmente designado para a construção do saber (SMOLKA, 2000) e que nela o indivíduo passa boa parte de sua vida, julga-se importante refletir sobre o papel que esta instituição exerce na construção da identidade profissional do estudante, uma vez que neste espaço diferentes discursos são articulados, os quais por sua vez produzem efeitos sobre a maneira como os alunos vêem a vida, as profissões e a si mesmos. Muito mais que preparar para o vestibular, a escola deveria ser o espaço onde fossem proporcionadas condições para o estudante falar de si, da vida, de seus projetos e sonhos para o futuro. Nesse sentido, ao lado da sistematização de conteúdos científicos, a escola estaria proporcionando a construção de um saber de si, do mundo e do estar neste mundo (VALORE, 2006); estaria preparando para a vida. Foi com base nesta motivação que esta experiência objetivou proporcionar condições para alunos da 8ª série falarem sobre si, sobre quem desejam ser no futuro; como almejam concretizar seus sonhos e quais as possíveis contribuições que podem dar à sociedade brasileira enquanto profissionais. Para tanto, utilizaram-se como instrumentos oficinas de auto-conhecimento, cada qual com duração de uma hora e trinta minutos, sendo desenvolvidas semanalmente no âmbito da própria escola. Durante as mesmas, conferiu-se um espaço para os sujeitos manifestarem-se livremente, procedimento que contribuiu para identificar diferentes representações sociais que influem na forma como os estudantes concebem a si, o mundo e a ocupação profissional que desejam vir a assumir. Projeto de Vida foi o tema que norteou o planejamento das oficinas, coordenadas e co-coordenadas por estagiárias do curso de Psicologia da UFPR, no período de setembro a novembro de 2006. O estágio profissional na área escolar foi supervisionado pela Professora Doutora Luciana Albanese Valore, coordenadora do Cresça e Apareça: uma Proposta de Orientação Profissional, Projeto de Extensão Universitária, ao qual esta experiência está vinculada. Uma das contribuições que esta experiência trouxe para a formação acadêmica em Psicologia Escolar é a de que quando se confere um espaço para o indivíduo expressar sua voz é possível significar e re-significar uma escolha, dialogar sobre os diferentes discursos sociais que influem sobre a mesma, buscando descolar-se de tais discursos, a fim de que a escolha esteja o máximo possível de acordo com os desejos pessoais, possa ser significada numa totalidade de vida significativa e seja condizente com a realidade em que se vive. No tocante à Educação, uma das maiores contribuições que a Orientação Profissional pode oferecer é permitir que o estudante tenha um espaço para falar de si, para vir a ser em sua potencialidade, instrumentalizando-o na aprendizagem de escolhas que favoreçam o viver em comunidade e o exercício da cidadania.

Palavras-chave: Projeto de vida, escolha profissional, viver em comunidade

ISSN 1981-2566

PRÉ-VESTIBULARES COMUNITÁRIOS EESCOLHA PROFISSIONAL: ALGUMAS QUESTÕES PARA A PSICOLOGIA

Diva Lúcia Gautério Conde
Ana Maria Szapiro

Este trabalho discute as possibilidades de contribuição da Psicologia no campo da Orientação Profissional (OP) realizada junto às populações pobres. Toma como base o Programa de Orientação Profissional do Pré-Vestibular Comunitário Caju, realizado em 2005, junto a alunos de um pré-vestibular comunitário, desenvolvido em parceria pela Faculdade de Educação/UFRJ e a Pró-Reitoria de Extensão/UFRJ. Inicia caracterizando o projeto desse pré-vestibular comunitário, quanto à sua concepção, pela universidade e apresenta os dados populacionais do bairro Caju, na região portuária do Rio de Janeiro. A seguir relata a experiência de proposição e desenvolvimento do programa, à luz dos princípios da abordagem sócio-histórica, tomando como referências os trabalhos de Ferretti, Bock e Bohoslovsky. Esses autores discutem as questões historicamente construídas em torno da temática da escolha profissional e a concebem a partir da articulação entre condições pessoais e as condições econômicas, sociais, culturais. A OP com populações com baixo acesso ao ensino universitário é radicalmente desafiado quanto às práticas tradicionalmente colocadas como a investigação de aptidões, que relaciona a escolha profissional a um potencial particular. Há um intenso questionamento nacional em torno das oportunidades de estudo universitário para as populações pobres, com a adoção de políticas públicas favorecedoras do ingresso, e que se encontra com os processos sociais e econômicos para os quais esses estudos devem encaminhar. A nova economia, globalizada, e que tem se marcado nos países que lhe são periféricos pela ausência de políticas de produção científica e tecnológica e pela introdução de novas tecnologias de automação, configurando o que Sennett chama de economia desterritorializada, base do que Castel vai descrever como sociedade pós-salarial, e que significa o desaparecimento das relações construídas com o trabalho, a partir da modernidade, como uma das faces de identificação das pessoas. Para Sennet, a fluidez marcada pela contínua reformulação tecnológica, é também contratual. Direitos, competências, valores do mundo do trabalho estão completamente modificados, centrados na economia que o direciona, a partir de seus interesses. A abordagem sócio-histórica em OP propõe o exame das determinações econômicas, sociais, culturais presentes nas escolhas profissionais, e traz para quem escolhe um esforço de conhecimento e análise não exigido dentro das abordagens psicométricas. Considerar tais condições e articulá-las a uma possibilidade de viabilizar sua reflexão por jovens pobres postulantes à formação universitária traz para a Psicologia, e psicólogos, a oportunidade de avançar sua capacidade de contribuir para questões vitais para uma população, da qual tem sido considerada apenas sua habilidade em manter seu presente.

Palavras-chave: Escolha profissional, pré-vestibulares comunitários, abordagem sócio-histórica.

ISSN 1981-2566

AVALIAÇÃO PSICOLOGICA EM ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL

Silvio Serafim da Luz Filho

O objetivo desse mini-curso é instrumentalizar os participantes (psicólogos e estudantes de psicologia a partir da oitava fase)para realizarem avaliação psicológica no domínio da orientação profissional. Principais conceitos: avaliação e medida psicológica, orientação profissional. Fenomenos e processos psicológicos que se avaliam em orientação profissional: inteligência, aptidão, interesse, valores, maturidade vocacional, indecisão vocacional, potencial de aprendizagem, motivação para a escolha. Instrumentos psicológicos, questionários, escalas, inventários. Testes psicológicos favoráveis pelo conselho federal de psicologia - Sistema de avaliação de testes psicológicos. Entrevista psicológica em orientação profissional. Operacionalização do processo: da coleta a interpretação dos dados. Informe psicológico. Elaboração do relatório psicológico - Resolução CFP N 007-2003. Contribuição da familia no processo. Honorário profissional de referência.

Palavras-chave: Avaliação psicológica, orientação profissional, testes psicológicos.

ISSN 1981-2566

CONSTRUINDO A ESCOLHA PROFISSIONAL: O PROCESSO DE ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL COM SEIS ALUNOS DE ESCOLAS PÚBLICAS DE FORTALEZA

Tatiana Marcelino Carmo
Hélida Arrais Costa

O presente trabalho é resultado de um processo de orientação profissional, realizado de maio e junho de 2006 com participantes do Projeto Novo Vestibular – P.N.V., curso pré-vestibular voltado para alunos oriundos de escolas públicas, coordenado por estudantes de graduação do curso de História da Universidade Federal do Ceará. Esta prática de orientação profissional, qualificada como projeto de extensão cadastrado junto à Pro - Reitoria de Extensão com o título de "Projeto de Atendimento e Orientação Vocacional aos alunos do P.N.V.", é vinculada à disciplina de "Técnicas de Exames Psicológicos II" no curso de Psicologia da Universidade Federal do Ceará. Tal processo visava à vivência do processo de orientação profissional pelos alunos de Psicologia, bem como, proporcionar ao estudante do P.N.V. uma possibilidade de reflexão crítica, de preparação e construção do processo de escolha profissional. Com o embasamento da teoria sócio-histórica em orientação profissional, pressupõe-se a participação ativa do orientando e não uma situação de diagnóstico de habilidades, aptidões e interesses. Constavam 6 participantes no grupo das autoras, com faixa etária entre 16 e 17 anos. Cinco deles eram estudantes do 3º ano do Ensino Médio e um já havia concluído esse nível. Foram realizados seis encontros com duração de 1 hora e 30 minutos cada. Na primeira sessão, utilizaram-se técnicas de apresentação, tais como: confecção de cartazes com a temática "Quem é você?" e posterior socialização; entrevista em duplas enfocando a questão profissional, interesses, expectativas quanto à orientação profissional; "Dinâmica da Escolha", onde cada um escolhia uma figura e dizia o porquê da escolha, objetivando uma discussão sobre a significação do ato de escolher. Na segunda sessão, foram realizadas duas dinâmicas: "Quem Sou eu?" e "Stop das Profissões", buscando aproximar os jovens das profissões; além disso, foi elaborado um questionário em conjunto que deveria ser utilizado em uma entrevista com um profissional escolhido por eles. Na terceira e quarta sessões, procedeu-se a aplicação da técnica R-O, que consta na criação de um lista de profissionais, que seriam subdivididos em três categorias escolhidas a critério dos orientandos. Posteriormente, iniciou-se uma reflexão sobre as profissões, a escolha de uma daquelas profissões e a realidade delas. Após esse momento, realizamos uma dramatização de um encontro entre todos os orientandos depois de 30 anos e com suas profissões já estabelecidas, que iriam pra uma festa e teriam que escolher três profissionais para acompanhá-los. O objetivo era se colocar no lugar de um profissional, identificar com quais profissionais havia uma maior identificação e perceber qual a representação que os profissionais escolhidos tinham para cada um. Na quinta sessão, realizou-se a "Dinâmica do Planejamento", onde eles se desenhavam daqui a um, cinco e dez anos, propiciando uma reflexão acerca do futuro profissional. Na última sessão, foram apresentadas as entrevistas com os profissionais escolhidos e a realização de uma carta de despedida, na qual avaliação o processo de orientação profissional. Conclui-se que, através das técnicas e debates, o grupo participante evoluiu, conquistando as escolhas de modo processual e reflexivo, tendo conseguido delimitar e até definir interesses.

Palavras-chave: Escolha profissional, processo de orientação profissional, alunos de escolas públicas.

ISSN 1981-2566

O QUE PODE SER DETERMINANTE NA ESCOLHA DO CURSO DE GRADUAÇÃO

Silvio Serafim da Luz Filho

Trata este trabalho de um estudo exploratório, de subtipo exploratório combinado, que inclui aspectos de descrições qualitativas e quantitativas. O objetivo do estudo foi verificar quais os fatores determinantes na escolha do curso de graduação com maior demanda em 1ª opção, em 3 IFES na região sul do Brasil: UFRGS, UFSC, UFPR. A amostra foi acidental, em função da disponibilidade das pessoas no momento da coleta de dados. Participaram desta pesquisa, alunos de cursos pré-vestibulares, escolas de ensino médio, profissionalizante, e universitários nas cidades de Florianópolis, Porto Alegre, Canoas e Curitiba. Totalizaram 1239 estudantes de ambos os sexos, sendo 634 regularmente matriculados no ensino médio, curso pré-vestibulares, candidatos aos cursos de direito, medicina e administração; e 605 alunos regularmente matriculados nas fases profissionalizantes dos referidos cursos. O instrumento utilizado para a coleta de dados foi um questionário sobre a escolha do curso de graduação elaborado pelo autor (com base em instrumentos similares, oriundos de questionários para levantamentos socioeconômico dos candidatos encontrados nos manuais institucionais de IES que os candidatos respondem quando se inscrevem em concursos vestibulares), composto de 17 questões, agrupadas em torno do tema central da pesquisa-fator determinante na escolha do curso de graduação e sete subtemas: dados de identificação; perfil econômico educacional: contribuição da orientação vocacional e âmbitos por ela favorecidos na escolha do curso; perspectivas do mercado de trabalho e função da universidade. Os resultados revelaram que os principais fatores que determinam a escolha do curso superior de graduação foram: realização pessoal, liberdade de escolha, Interesses e aptidões, respectivamente.

Palavras-chave: Fatores determinantes, escolha do curso, graduação.

ISSN 1981-2566

FUTURO, PROFISSÃO E PROJETO DE VIDA NO DISCURSO DE ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO

Luciana Albanese Valore
Renee Volpato Viaro
Rafaela Santos Kamaroski
Rodrigo Baltar Auffinger

Esta pesquisa - realizada com 114 estudantes do ensino médio público e privado de Curitiba, participantes de um projeto de orientação profissional desenvolvido na Universidade Federal do Paraná – investigou, através de questionários com perguntas abertas, como esses jovens concebem o futuro, seu projeto de vida e as contribuições sociais da profissão que pretendem escolher. Tendo como referencial a análise institucional de discurso (GUIRADO, 1995), objetivou-se configurar o campo interdiscursivo em que tais concepções são produzidas, entendendo que estas, ao serem legitimadas no discurso dos pesquisados, dizem também de um conjunto de práticas sociais que os constituem como sujeitos. Assim, buscou-se também evidenciar o modo como esses estudantes concebem a si mesmos no projeto de vida futura e na relação que constróem, em seus discursos, entre a profissão escolhida e a sociedade. A partir das questões formuladas, elencaram-se as categorias temáticas (futuro - projeto de vida - eu, meu projeto de vida e meu futuro - profissão e sociedade) em relação às quais procedeu-se a análise horizontal. Esta, baseada na identificação das recorrências e singularidades presentes nas diferentes respostas, permitiu estabelecer os eixos norteadores dos discursos produzidos para cada categoria temática previamente elencada, possibilitando o levantamento de novas categorias e subcategorias. Da análise dos enunciados pôde-se evidenciar um adolescente cuja principal preocupação em relação ao futuro refere-se à inserção no mercado de trabalho, sendo a profissão (e, mais especificamente, a possibilidade de retorno financeiro) o principal aspecto (seguido pelo sonho de constituição de uma família) a compor seu projeto de vida. A melhoria do mundo/sociedade, como plano a ser concretizado num projeto de vida futura, aparece apenas em 6 enunciados. Curiosamente, em que pese o reconhecimento das limitações do mercado de trabalho bem como, das restrições de vagas no ensino superior, a representação de si como alguém que tem tudo para ser bem sucedido no futuro profissional, desde que faça valer sua força de vontade, é uma imagem recorrente no discurso dos adolescentes pesquisados. Tal discurso produz-se em ressonância aos discursos instituídos nas práticas sociais contemporâneas, nos quais, a ênfase às capacidades individuais, aos projetos de vida privatistas e consumistas têm sido a tônica. Por outro lado – ainda que para a maioria tenha sido considerada como a questão mais difícil - em relação às contribuições sociais imaginadas no exercício profissional, a principal categoria evidenciada foi a das ações humanitárias. Tal fato, leva a considerar que, embora as lógicas globais e os novos modos narcisistas de viver pareçam ter tomado conta dos sonhos e dos receios desses adolescentes (independente de idade, sexo ou condição sócio-econômica, segundo pôde-se constatar), uma vez convidados a refletir sobre seu papel na transformação da sociedade e na concretização de projetos coletivos de melhoria de vida, conseguem se colocar numa outra posição subjetiva, a partir da qual a condição de protagonista social pode se fazer valer. Esses e outros resultados serão discutidos, no intuito de contribuir para a reflexão sobre novas formas de intervenção do psicólogo escolar junto a essa população.

Palavras-chave: Projeto de vida, profissão, adolescência, futuro.

ISSN 1981-2566

RE-PENSANDO A ESCOLHA PROFISSIONAL

Luciana Albanese Valore
Rafaela Santos Kamaroski
Washington Palandri Sigolo
Caroline Messas Cotarelli
Renee Volpato Viaro
Rodrigo Baltar Auffinger

O projeto Re-pensando a Escolha Profissional consiste na realização de processos de Orientação Profissional individual ou em grupo com universitários em dúvida quanto ao curso de graduação. É desenvolvido no CEAPE – Centro de Estudos e Assessoria em Psicologia e Educação, na Universidade Federal do Paraná. Teve início em 2005 e até o presente momento foram realizados duas Orientações Profissionais em grupo e dez individuais. A metodologia de trabalho adotada é a modalidade clínica em Orientação Profissional descrita por BOHOSLAVSKY (1979) como uma contraproposta a modalidade estatística, a qual se utiliza, fundamentalmente, do teste psicológico como instrumento para conhecer os interesses e as aptidões dos orientandos. A modalidade clínica, por outro lado, norteia-se pelo pressuposto de que tanto as estruturas do indivíduo quanto da sociedade são dinâmicas e que o processo de Orientação Profissional ajuda o indivíduo a perceber alguns aspectos essenciais desse dinamismo. A indicação de uma profissão ao término do trabalho não é o foco deste, mas sim o orientando aprender a escolher. Tanto nas orientações individuais quanto em grupo o trabalho consiste principalmente em atividades de auto-conhecimento através das quais o orientando gradativamente toma consciência da forma como efetua suas escolhas: os critérios utilizados e as influências presentes a partir da retomada da sua história de vida. Um segundo ponto abordado é a escolha do curso de graduação: como foi, quando, influências, opções de cursos cogitadas na época, expectativas existentes no início do curso escolhido e realidade vivida na graduação (frustrações, descobertas). Na seqüência é abordado a temática de projeto de vida através do levantamento de diferentes possibilidades de inserção no mercado de trabalho, após o contato com impressões diferentes de um mesmo curso (através da realização de entrevistas com professores do curso e profissionais da área, leituras...). A entrevista é utilizada como principal instrumento sendo complementada por dinâmicas, atividades lúdicas e outros instrumentos próprios da Orientação, segundo os temas a serem abordados. O processo todo é constituído por oito encontros. O desenvolvimento do trabalho trouxe à tona diversas questões pertinentes no campo da Orientação Profissional como o limite entre a OP e um processo terapêutico, o respeito aos orientandos, pois muitas vezes os orientadores possuem intenções que afloram durante o processo e que podem interferir neste. O principal resultado do projeto foi a promoção da saúde mental através da existência de um espaço onde os indivíduos em dúvida puderam expor seus medos, sonhos e conflitos quanto à escolha de um curso de graduação. Além disso, a partir da elucidação dos diferentes fatores envolvidos na escolha de cada um, puderam visualizar possibilidades de percurso profissional para o futuro.

Palavras-chave: Orientação profissional, universitários, modalidade clínica.

ISSN 1981-2566

SEMOV - SEMANA DE ORIENTAÇÃO VOCACIONAL ESCOLHAS E CAMINHOS

Flávia Henriques
Ivete Pellegrino Rosa
Luana Carramillo Going

O Setor de Estágio em Psicologia Escolar e da Aprendizagem do Curso de Psicologia da Universidade Católica de Santos realiza a SEMOV - SEMANA DE ORIENTAÇÃO VOCACIONAL, com o objetivo de atender a comunidade escolar em suas escolhas profissionais. O adolescente sente-se com dificuldade, despreparado e inseguro na escolha profissional quando se depara com um leque de opções. Este ato envolve diferentes questões como: diversidade cultural, diferenças sociais, exigências por parte das universidades de competências e habilidades especificas do estudante. A escolha da profissão torna-se difícil, já que o adolescente esta passando por uma fase de muitas mudanças, onde ao sair do ensino médio, entra em um mundo desconhecido. O projeto desenvolvido no estágio interno, no setor de Psicologia Escolar, pretende, além de dar condições aos adolescentes decidir sobre sua profissão, promover uma conscientização sobre projeto–vida de cada participante. Compreende, também, informações sobre as diversas profissões e suas diversidades, a reflexão sobre as expectativas acerca do mundo do trabalho e a compreensão das influências de suas escolhas. Refletir sobre as próprias escolhas profissionais e de vida. Identificar os valores que influenciam suas opções. Desenvolver um trabalho para que o adolescente tenha um maior conhecimento de si e de suas habilidades pessoais. O projeto é desenvolvido em duas frentes: uma, a longo prazo, com encontros semanais, em pequenos grupos, onde são realizadas atividades de acompanhamento às dúvidas e conflitos do momento da escolha; e outra, com duração de uma semana, de forma intensiva, com atividades mais objetivas e ilustrativas. Direcionado a alunos de segundo e terceiro ano do Ensino Médio de escolas da comunidade. Todo o trabalho é desenvolvido pelos estagiários na área de Psicologia Escolar e supervisionado pelas professoras supervisoras do curso. O projeto teve início em 2004 e já atendeu por volta de 300 adolescentes.

Palavras-chave: Adolescência, orientação vocacional, profissão.

ISSN 1981-2566

ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL EM ESCOLAS DE REDE PÚBLICA: CONTRIBUIÇÕES DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA FORMAÇÃO CRÍTICA DO ALUNO DO ENSINO MÉDIO

Helena Ornellas Sivieri Pereira

Nas duas últimas décadas, a Psicologia brasileira tem buscado uma participação cada vez maior em questões voltadas para o compromisso social, trabalhando sistematicamente contra a exclusão social. Considerando que na nossa sociedade a instituição escolar contribuiu durante décadas para o fortalecimento da exclusão social entende-se que o papel da ciência e da profissão Psicologia relaciona-se à busca de uma diminuição das distâncias produzidas pelo processo social. Nesse sentido, a superação do discurso da denúncia passa pela construção de práticas psicológicas libertadoras e emancipatórias que se constituem como uma necessidade do fazer deste profissional. Considerando que atualmente as escolas e seus alunos não aceitam mais o terceiro ano do Ensino Médio como o final da escolarização, percebe-se a necessidade de uma discussão mais abrangente do processo de superação do discurso liberal de que apenas o aumento dos índices de escolaridade são suficientes para a formação e a conseqüente inserção do indivíduo no mercado de trabalho. Aponta-se que, dentre as inúmeras possibilidades de intervenção do psicólogo em contextos educacionais, encontra-se o trabalho de Orientação Profissional. No contexto do estágio supervisionado da Universidade de Uberaba, busca-se trabalhar com o estudante do Ensino Médio, desde o primeiro ano, os processos de auto conhecimento, de descoberta e análise dos ônus e vantagens de saber fazer escolhas, superando a visão tradicional que traça perfis e enquadra o sujeito em áreas de acordo com demandas puramente mercadológicas. A prática de formação neste contexto é desenvolvida desde 2004 e atualmente ocorre em duas escolas públicas estaduais da cidade de Uberaba, dentro de uma perspectiva crítica, buscando trabalhar a dialética das relações intra e intersubjetivas na produção da atividade e problematização da questão da inserção do indivíduo no universo do trabalho, voltadas para a possibilidade de superação da exclusão social através do fortalecimento do pensamento crítico dos indivíduos sobre as questões mencionadas. Primeiramente os alunos são convidados a participar dos grupos de orientação que acontecem durante 12 sessões, nas quais são trabalhados os seguintes aspectos/ temáticas: a) o significado da escolha profissional, que tem como objetivo introduzir a questão da escolha profissional, discutindo valores, significados, importância, necessidade ou não desta opção para o sujeito, bem como a reflexão sobre os modelos de escolha que existem na sociedade; b) o mundo do trabalho, que discute o tema Trabalho, abordando desde o conceito até o módulo como ocorrem na sociedade atual; c) auto conhecimento e informação profissional, que busca fazer uma análise da trajetória de vida do sujeito, quanto às formas de escolha e à compreensão de como constitui sua individualidade. Nas atividades de Informação Profissional tem-se o objetivo de que o orientando amplie o conhecimento que tem das profissões. O trabalho ainda é novo, mas os resultados já se mostram através de relatos positivos nas avaliações de encerramento dos grupos, no aumento da demanda por parte das instituições escolares e nas informações passadas pelas escolas que participaram do estágio em relação às decisões tomadas pelos alunos quanto a seu futuro profissional.

Palavras-chave: Orientação profissional, estágio, exclusão social.

ISSN 1981-2566

ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL: COMPROMISSO COLETIVO NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE FUTUROS PROFISSIONAIS

Franciele Engelmann
Luciana Albanese Valore
Aline Cristina Anselmo
Lucia Emile Pupo

A adolescência é um período que se caracteriza por intensas transformações, desde as mudanças corporais até a mudança na postura tomada diante da família e da sociedade em geral (ABERASTURY, 1981). Considerando que na sociedade contemporânea a escolha profissional se constitui como uma das vias pela qual o indivíduo se insere no mundo adulto, julga-se importante trabalhá-la no todo da vida, articulando passado, presente e futuro. Esta experiência faz parte do Cresça e Apareça: uma Proposta de Orientação Profissional, Projeto de Extensão Universitária coordenado pela Professora Doutora Luciana Albanese Valore, que supervisionou o Estágio Profissional no Curso de Psicologia da Universidade Federal do Paraná, na área escolar, em 2006. Durante o período de abril a junho, as estagiárias coordenaram e co-coordenaram atividades de orientação profissional em um grupo de oito estudantes da 3ª série do Ensino Médio de escolas públicas e particulares da cidade de Curitiba/PR. Objetivou-se investigar como estes estudantes concebem seu projeto de vida futura e a si mesmos neste projeto. O trabalho orientou-se pelo método clínico, que busca proporcionar um lugar de sujeito àquele que escolhe, instrumentalizando a aprendizagem da escolha, sem esquecer, contudo, que ela é influenciada pelos inúmeros discursos sociais nos quais o indivíduo se encontra inserido. Nesse sentido, buscou-se identificar como tais discursos influem sobre a construção das concepções de projeto de vida, profissão e futuro. O conceito-chave que norteou o trabalho foi o de identidade profissional, compreendida como uma posição subjetiva do indivíduo diante da vida, do mundo e de seu papel nesse mundo; construída mediante as relações interpessoais e derivando de princípios e posturas pessoais, ora reconhecidos ora desconhecidos (VALORE, 2002). Assim, o trabalho com o auto-conhecimento recebeu um espaço privilegiado durante os encontros, pois acredita-se que para uma escolha ser realizada é importante conhecer a si mesmo, no tocante a desejos, interesses e habilidades, a fim de que possa ser configurada significativamente no todo da vida e re-significada quando necessária. A indecisão e a angústia de ter que fazer uma escolha certa e definitiva, mito fortalecido pelos discursos sociais, foram alguns dos aspectos presentificados durante o processo. Conforme constatado em nossa prática, as instituições educativas preocupam-se cada vez mais em preparar seus alunos para o vestibular. Diante disso, uma importante questão surge: “Haverá algum espaço nestas instituições para se falar de si, sonhos e projetos?” Possibilitar um espaço para o grupo dialogar sobre estes aspectos foi um procedimento significativo, que contribuiu para situar a escolha profissional para além do vestibular, ampliando a discussão para o horizonte da construção de um projeto de vida que venha favorecer o viver em comunidade e o exercício da cidadania. Nessa perspectiva, trabalhar com Orientação Profissional numa sociedade de curto prazo (SENNET, 2004), como a nossa, é muito mais que trabalhar com os aspectos individuais daqueles que buscam auxílio para a escolha profissional. É, antes de tudo, convocar as instituições de ensino para assumirem o compromisso de contribuir na construção da identidade profissional de seus estudantes, compromisso este que poderá se reverter em benefícios à coletividade.

Palavras-chave: Orientação profissional, escolha, compromisso coletivo.

ISSN 1981-2566

PROJETO DE ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL: DETERMINANTES QUE REGEM UMA ESCOLHA

Aline Akeme Tamashiro
Alba Cristhiane Santana

O presente trabalho foi realizado como requisito parcial da graduação do curso de psicologia da Universidade Católica de Goiás. Ele é prática do Estágio Supervisionado II na área de psicologia escolar e aborda, a partir da perspectiva sócio-histórica, que vê o homem como ativo e construtor de sua própria realidade, onde ele vai se constituindo na relação com o outro, um trabalho de orientação profissional com alunos do terceiro ano do ensino médio de um colégio de ensino público de Goiânia. Sendo o processo de escolha profissional um momento de importância significativa para o adolescente e repleto de dificuldades e conflitos, o trabalho de orientação profissional propicia ajuda nesse momento, oferecendo condições para uma experiência de auto-reflexão e aprendizado, visando uma escolha ajustada e madura, fazendo com que o adolescente tome consciência de quem é, do por quê faz ou sente. Os participantes eram alunos do 3º "I", ambos do sexo masculino, com 18 anos a quem se denominou de "X" e "Y". Para este trabalho, foram realizados quatro encontros, com média de uma hora e meia cada. No primeiro encontro foi realizada a devolutiva do questionário sócio-histórico aplicado, objetivando um momento em que os adolescentes em questão pudessem estar percebendo as características da turma em que estão inseridos. No segundo, o objetivo foi promover uma discussão sobre determinantes de escolha. Para isso foi realizada a vivência do trenzinho, onde cada um teria que desenhar um trem com três vagões e em cada um escrever as profissões que mais lhes interessavam. No final, eles acabariam ficando com apenas um dos vagões. O terceiro encontro objetivou fazer um resgate sobre as influências das escolhas da profissão, para isso foi feita uma reflexão sobre os dados trazidos sobre cada profissão escolhida, com a finalidade de tirar dúvidas e conhecer melhor cada uma delas. O quarto e último encontro teve como objetivo mostrar que existem fatores que influenciam as escolhas. Foi realizada uma vivência sensorial e posteriormente foi discutido sobre os fatores que podem influenciar uma escolha profissional e por fim, foi realizado um feedback dos alunos a respeito dos quatro encontros. Para o trabalho de orientação profissional, buscou-se uma tomada de consciência dos determinantes que regem a escolha profissional. Foram oferecidos aos alunos momentos de reflexão sobre si mesmo, sobre o mundo e as relações que o homem trava nos mais diversos tipos de relacionamentos. Também aparece como ponto de destaque a importância da Psicologia Escolar e a inserção deste profissional no contexto educacional, sendo esta prática caracterizada como um espaço propício para a expressão das angústias inerentes aos processos de formação, assim como a possibilidade de otimizar as relações sociais.

Palavras-chave: Projeto de orientação profissional, psicologia escolar, determinantes de uma escolha.

ISSN 1981-2566

PSICOLOGIA ESCOLAR E INCLUSÃO SOCIAL ATRAVÉS DE UM PROJETO DE ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL

Luciana Albanese Valore

As transformações nas relações de trabalho, nas ocupações e nos modos de viver da pós-modernidade têm instituído novas exigências para a qualificação profissional, lançando vários desafios para as práticas educativas. Frente ao que alguns autores nomeiam como cultura do narcisismo (LASCH) e sociedade de curto prazo (SENNET), a reflexão sobre a atuação de educadores e de psicólogos escolares impõe a questão: em que medida suas intervenções podem auxiliar a reverter os crescentes processos de exclusão, em que a construção de um projeto de vida tem sido favorecida apenas para uma minoria? Considerando a escola um lugar privilegiado para a elaboração de escolhas e de projetos de vida e considerando a orientação profissional como intervenção voltada à promoção da saúde e ao desenvolvimento de estratégias eficazes para a inserção no mundo do trabalho, entende-se que, sobretudo na escola pública, tal prática pode vir a contribuir para a inclusão social. Ao atuar na orientação profissional, além de propiciar a instrumentalização para a aprendizagem de uma escolha, o psicólogo poderá auxiliar na construção de imagens de si, nas quais seus orientandos possam vir a reconhecerem-se como protagonistas sociais, através de projetos de vida que articulem os anseios pessoais às necessidades coletivas. Para tanto, o trabalho de orientação deverá também levar em conta a reflexão sobre os modos de subjetivação –tantas vezes excludentes- produzidos pelas práticas educativas contemporâneas e, deste modo, não poderá limitar-se à atuação com os estudantes, incluindo a comunidade escolar como um todo. O presente relato visa, pois, compartilhar nossa experiência em um projeto de extensão universitária de orientação profissional em grupo com estudantes do ensino médio de Curitiba, a fim de situar alguns objetivos da orientação profissional no contexto escolar e de identificar possíveis ações do orientador junto aos alunos, pais e educadores. Quer pela excessiva preocupação quanto à aprovação no vestibular, nas escolas privadas, quer pelo sentimento de impotência frente à realidade sócio-econômica, nas escolas públicas, em nossa experiência, temos observado o quão pouco – ainda - as instituições educativas têm se comprometido com o processo de escolha de seus alunos, delegando tal tarefa à ação isolada do psicólogo. Acreditamos que, diante das usuais queixas em relação à indisciplina - sobretudo na adolescência - o trabalho voltado à discussão das angústias e das expectativas quanto à inserção na vida adulta, tanto com os alunos quanto com os seus professores, pode configurar-se como uma produtiva perspectiva na ação do psicólogo escolar. Nossa fala visa trazer alguns subsídios nesse sentido. Pretende-se também contribuir para o debate em torno da possibilidade de escolha em nossa sociedade, das relações indivíduo-trabalho-comunidade e, principalmente, do compromisso que os profissionais de Psicologia podem assumir diante destas questões.

Palavras-chave: Orientação profissional, escolha profissional, escola, inclusão social.

ISSN 1981-2566

A CONCEPÇÃO DE PROFESSORES A RESPEITO DE SEU PAPEL FRENTE ÀS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM

Thâmara Tozetto Alves
Izilda Malta Torres

O presente trabalho teve como objetivo conhecer os reais problemas encontrados por professores atuantes em instituições de ensino médio da rede pública e privada e verificar a concepção por eles construída a respeito do seu papel diante das dificuldades escolares. Para tanto, foram feitas entrevistas com professores e coordenadores pedagógicos e, posteriormente, observações sobre o cotidiano escolar e como se dão as relações dentro da escola. Constatou-se que, tanto na escola pública quanto na particular, a participação dos vários profissionais da educação na elaboração da proposta pedagógica e do regime escolar foi bastante efetiva, no que diz respeito a decisões tomadas pelo Conselho Escolar. O funcionamento do Conselho Escolar se dá através de quatro reuniões anuais ordinárias, e algumas extraordinárias por motivos especiais, com os pais, professores, alunos e direção da escola. Apesar desta participação de alunos e pais no conselho de escola, pode-se observar que no dia-a-dia nem sempre há a participação efetiva destes. No entanto, de acordo com os dados coletados, via entrevista, constatou-se discordância entre os professores da rede pública no que diz respeito a forma de lidar com as dificuldades dos alunos. Uma das professoras colocou como sua maior dificuldade na escola é sua forma “diferente” dos colegas de “encarar” as dificuldades de seus alunos procurando conhecer aspectos familiares e emocionais que possam influenciar nas suas dificuldades, enquanto que a maioria dos professores coloca que “sua obrigação é a de ‘passar’ a matéria na lousa e ir embora”. Ainda nesta escola foram apontados como problemas mais freqüentes, gravidez entre as adolescentes, busca de orientações para o vestibular. Já na escola particular, os problemas apontados são, segundo os professores, a “falta de compromisso dos alunos, das famílias e do governo”, sendo que uma das colocações foi de que “a família acha que a escola tem o dever de educar”, apontando como possível solução a redução do número de alunos por sala de aula e a proposta de salas “homogêneas como antigamente”, acreditando que esta seria a maneira de solucionar os problemas enfrentados. Com tais colocações por parte dos professores e das concepções dos mesmos, constatamos a real necessidade da presença do psicólogo escolar num trabalho de intervenção junto a professores, coordenadores e demais funcionários da escola, com o objetivo de conscientizá-los da importância de seu papel frente as dificuldades escolares e educacionais de seus alunos, num processo contínuo de reflexão para nova construção e transformação da subjetividade de educadores.

Palavras-chave: Psicologia e educação, escola, professores e alunos.

ISSN 1981-2566

A CONSTRUÇÃO DE INFORMAÇÕES NA PESQUISA QUALITATIVA EM PSICOLOGIA

Candice Marques de Lima

A construção de informações em nossas pesquisas é desenvolvida a partir da proposta de pesquisa qualitativa em Psicologia denominada Epistemologia Qualitativa por Fernando González Rey. Nessa perspectiva, a subjetividade individual e a subjetividade social se entrelaçam e se constituem mutuamente. Dessa forma, o indivíduo é constituído e constituinte de uma subjetividade social, um sistema complexo no qual os processos sociais deixam de ser vistos como externos em relação aos indivíduos, podendo-se observar o desenvolvimento humano, que, num primeiro momento, ocorre através da interação entre indivíduos e meios social e físico, para depois constituí-los subjetivamente. Assim, compreendemos o sujeito como constituído por sua história, condição socioeconômica, situação familiar, etnia e gênero, além de suas condições físicas e inatas, as quais repercutem em sua produção de sentido subjetivo nos diversos espaços sociais onde se desenvolve e nos quais interage com o outro. Esse sujeito ativo do qual falamos é também agente transformador de si e de seu contexto social, com uma "força" subjetiva que em muitos contextos adversos consegue sobressair e se desenvolver. Na Epistemologia Qualitativa, os instrumentos da pesquisa têm um caráter dialógico que auxiliam o pesquisador na produção de idéias e compreensão das expressões do sujeito estudado. O instrumento, dessa forma, não é um fim em si mesmo e não é definido a priori, com critérios de objetividade e de neutralidade, mas sua escolha se dá pela necessidade que o pesquisador apresenta para a construção e produção de informações na pesquisa. Desse modo, uma das formas pelas quais construímos informações é por meio da utilização da vídeo-filmagem de atividades cotidianas dos sujeitos participantes em interações intersubjetivas. A utilização desse instrumento dá subsídios sobre o que a simples observação não tem alcance e nos proporciona a percepção das expressões faciais e corporais dos participantes, suas entonações de voz, o clima de afetividade que ocorre nas interações, as quais, observadas posteriormente, nos ajudam a produzir construções interpretativas a respeito do fenômeno estudado. Depois da filmagem, outro instrumento por nós utilizado é a vídeo-entrevista, processo que consiste em uma entrevista gravada na qual os sujeitos participantes da pesquisa assistem as filmagens realizadas e falam sobre o que pensam a respeito das cenas, produzindo assim sentido subjetivo. A vídeo-entrevista também se converte em uma forma de devolução parcial das construções da pesquisa, pois levanta questionamentos aos participantes, gerando neles possibilidades de mudanças. Dessa forma, o instrumento auxilia o pesquisador e o sujeito participante a produzirem zonas de sentido sobre o fenômeno estudado. A construção de informações desenvolvida a partir desses aspectos possibilita uma compreensão da subjetividade humana em seus contextos múltiplos de interações, sendo ponto de partida para o desenvolvimento de programas sociais que visem a complexidade humana e social dos participantes da pesquisa.

Palavras-chave: Pesquisa qualitativa, subjetividade, desenvolvimento.

ISSN 1981-2566

A DESVENTURA DE UMA GERAÇÃO. SISTEMA EDUCACIONAL E FORMAÇÃO POLÍTICA DO JOVEM SUL-BRASILEIRO

Adriana Silveira Kessler
Leonardo Gedeon Flores

Compreendemos que não há nação que pretenda desenvolver-se social e economicamente sem investir numa educação de qualidade para sua juventude. Analisamos a formação histórica e política dos estudantes de escolas públicas estaduais, no terceiro ano do ensino médio, para que pudéssemos verificar o que conhecem da história de seu país, o que entendem que seja política e as conseqüências engendradas por esse entrelaçamento no panorama brasileiro contemporâneo. É conhecido o fôsso entre a escola pública e a privada no país, sendo que, para a primeira vão os estudantes que não conseguem custear um ensino de melhor qualidade. Foram jovens entre dezessete e vinte e um anos, de seis diferentes escolas, em Torres/RS e Criciúma/SC, que constituiram seis grupos focais, sendo esse o instrumento de coleta de dados. Proporcionamos espaços de discussão para que pudessem avaliar os mecanismos esducacionais, ou de outra natureza, que identificassem como potencializadores ou obstrutores das suas possibilidades de exercício da cidadania e construção de seus projetos de vida, no final de seus percursos escolares. Pela Análise de Conteúdo, de Bardin, foram trabalhadas as falas desses jovens e sua avaliação dos lugares que ocupam os outros que formam a relação ensino-aprendizagem - os/as educadores/as - estendendo-se tal avaliação ao sistema educacional oficial. Foi necessário um resgate histórico da educação no Brasil para que acompanhássemos a trajetória brasieilra da exclusão via escola pública, o que foi ao encontro dos sentimentos dos estudantes. Tivemos como marco histórico fundamental o período de exceção política no Brasil, regido pela ditadura militar pelo que representou em termos da supressão dos direitos de organização política dos estudantes no país e suas conseqüências. A psicologia sócio-histórica e a pedagogia crítica são o pano de fundo teórico deste trabalho, abrindo-de o caminho para a reflexão da necessidade de se recompor a formação educacional na direção da transdiciplinaridade para a superação do engessamento das consciências. Encaminhamos evidências que desocultam o discurso oficial e seus falsos compromissos, colocando-se como premente a necessidade de uma nova escola, conscientizadora, transdisciplinar, cidadã. Mais do que a falência da escola pública no Brasil, revela-se pela voz dos jovens a falência do próprio Estado brasileiro, desacreditado, pervertido no seu modelo sócio-econômico, destituído da ética humanitária inclusiva presente nos discursos e planos político-pedagógicos. Os estudantes posicionam-se no lugar dos deserdados da nação e manifestam-se envergonhados da condição de brasileiros.

Palavras-chave: Formação política dos estudantes brasileiros, sistema educacional público, Psicologia educacional/escolar, Psicologia sócio-histórica, transdisciplinaridade.

ISSN 1981-2566

A MOTIVAÇÃO NA ESCOLHA PROFISSIONAL: A PERCEPÇÃO DOS ALUNOS DE PEDAGOGIA

Luís Fernando Tavares Santos

A Motivação é um constructo que se relaciona intimamente com o ser humano e seu comportamento. Trata-se de um processo dinâmico envolvendo iniciativa, mudança, manutenção e direção de uma tarefa, resultante de uma interação do homem com o mundo, que sofre e gera modificações. Esse dinamismo leva o indivíduo a atuar na vida de forma particular, objetivada, ckom um comportamento específico canalizado em uma atividade fim. Nesse aspecto, o organismo age de maneira que consiga uma realização satisfatória do objetivo. Sendo assim, a motivação engloba uma perspectiva mais ampla desse processo integrador homem-meio, de maneira que mostra o comportamento como algo inacabado e persistente. A motivação envolve uso de energia para que se possa realizar tal atividade, bem como dar uma direção e equifinalidade numa ação intencional. É, portanto, inerente ao comportamento humano. Dessa forma, é possível perceber o grau de relação existente entre os conceitos de motivação e o trabalho escolar. A prática educativa possui um nível de interação entre seus elementos que se apoiam nessa relação motivacional, onde, por exemplo, as escolhas interferem nos interesses de alunos e professores, bem como em seus respectivos trabalhos. Dada tamanha importância de pesquisas que envolvam aspectos de motivação, assim como seus conceitos estudados, esse trabalho propõe-se como mais uma ferramenta para estudos sobre o trabalho educativo, que contribua para sua melhoria. O objetivo desse estudo foi validar a Escala de Motivação Acadêmica (EMA), desenvolvida por Vallerand e cols. (1992; 1993) e traduzida para o português por Sobral (2003). No entanto, Sobral não publicou os resultados da validação em português, de maneira que foi empregado aqui a estrutura proposta por Vallerand e cols. Tencionou-se fazer um levantamento do perfil motivacional dos estudantes de Pedagogia levando-se em conta sua escolha profissional e visão do curso. Participaram do estudo 265 estudantes de duas instituições de ensino superior, uma pública e outra privada. O instrumento de medição da EMA é composto de uma escala tipo Likert, rodada no aplicativo Statistical Package for the Social Scienses (SPSS) versão 12.0.

Palavras-chave: Motivação, estudantes de pedagogia, Escala de Motivação Acadêmmica.

ISSN 1981-2566

A DIALOGICIDADE ENQUANTO PROPOSTA METODOLÓGICA EM PSICOLOGIA ESCOLAR

Iracema Neno Cecilio Tada

A Psicologia Escolar na abordagem crítica tem buscado compreender como as relações entre os atores escolares são constituídas. Nesse sentido, a contribuição da proposta teórica sobre o dialogismo de Bakhtin é importante, por subsidiar metodologicamente as nossas ações na instituição escolar, permitindo entender não só os papéis de locutor ou ouvinte assumidos entre estes atores durante o diálogo, bem como a constituição desse discurso, considerando que o processo dialógico sofre influências do contexto no qual os interlocutores encontram-se inseridos como também da posição social de seus participantes, suas idades, o tipo da relação, do enunciado, determinando a forma do dialogismo a ser estabelecido entre eles assim como o domínio por um dos falantes desse processo. As pausas, o silêncio e a entonação também são alguns pontos importantes de serem avaliados no transcorrer do discurso. Em minha pesquisa com uma moça com síndrome de Down, com 24 anos, busquei conhecer a constituição de suas relações na escola regular. Para isso, realizei com ela, sua mãe e alguns de seus professores, individualmente ou em grupo, o que denominei de encontros dialógicos, por não encontrar na literatura científica nenhum termo que melhor se aproximasse daquilo que desenvolvi, onde dialogávamos sobre o processo de escolarização desta jovem. Considerando que, na pesquisa, o diálogo desenvolveu-se entre a pesquisadora e os participantes, acredito que, de alguma forma, o papel atribuído pelos participantes à figura do pesquisador assim como o papel que atribuí a eles tenha influenciado nossos encontros dialógicos. Vale destacar que os encontros com a jovem com deficiência mental constituíram-se como uma relação entre duas adultas (pesquisadora-participante), tendo a moça apresentado uma postura física e gestual comuns ao mundo adulto assim como uma preocupação em verbalizar corretamente as palavras em seu discurso. O registro destes encontros foram feitos após o seu término por mim de memória. Na análise destes encontros ficou claro o quanto que a deficiência mental da jovem mediava o discurso de seus professores e de sua mãe, que demonstraram não acreditarem muito na capacidade da jovem em apropriar-se do saber escolar. Tal percepção levou a escola a decidir pela aprovação da jovem em Conselho de Classe, em vez de rever suas práticas pedagógicas cristalizadas. A jovem por sua vez, considera importante estudar no Ensino Regular por considerar que no Ensino Especial o “aluno fica abandonado”. Ela percebe que os colegas sem deficiência evitam o contato, buscando em crianças mais novas a constituição de suas relações. O dialogismo como recurso metodológico permitiu compreender a constituição das relações dessa jovem com os demais atores escolares, que tende a ser mediado pela deficiência, bem como possibilitou aos participantes um importante espaço de problematização e de esclarecimento que precisa ser ocupado por aqueles que se propõem a discutir o processo de escolarização.

ISSN 1981-2566

A DIALOGICIDADE EM BAKHTIN E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A EDUCAÇÃO

Miguel Nenevé

Ultimamente tem aparecido um grande número de estudos sobre educação e diversidade, respeito às diferenças, práticas educativas que eliminem preconceitos, idéias que vão de encontro a conceitos e práticas pedagógicas tradicionais. Estas discussões são necessárias para que se abram perspectivas para que haja possibilidade de uma educação mais justa e mais democrática. Neste trabalho eu me proponho a discutir como a obra de Bakhtin (1981, 1984) sobre o dialogismo pode contribuir para construirmos um espaço de discussões sobre práticas educativas emancipadoras. Eu discuto o dialogismo proposto por Bakhtin e ilustro como a educação pode deixar de ser monológica e assim proporcionar um diálogo do educando com o seu mundo. Bakhtin acredita que a comunicação da vida cotidiana, parte importante da comunicação ideológica, deve ocorrer por meio das relações estabelecidas entre sujeitos socialmente organizados. A língua, carregada de ideologia, é o veículo de transmissão cultural para a estrutura e experiência do pensamento e saber social. Assim, os educadores devem reconhecer e aceitar as diversidades sociais existentes, ficarem atentos a estas questões para que proporcionem um crescimento dos seus educandos. Se o universo humano é constituído de seres cuja característica mais marcante é a diversidade de personalidades, de posições ideológicas, religiosas etc. o educador deve saber que não há definição exata do ser, nem há uma conclusão sobre a verdade, sobre o que deve ser dito, sobre o que deve ser orientado. A abertura para uma dialogicidade proporciona ao educador a oportunidade de aguçar o ouvido, de ouvir a vida social do educando, o seu mundo circundante, sabendo que qualquer avaliação ou conceito não pode ser esgotado, não pode ser algo concludente.

ISSN 1981-2566

A IMPORTÂNCIA DAS ABORDAGENS QUALITATIVAS NA COMPREENSÃO DO PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO

Marilene Proença Rebello de Souza

A Psicologia Escolar em uma perspectiva téorico-crítica têm se proposto a uma importante discussão que se refere ao método que deveremos empregar para nos aproximarmos da complexidade da vida diária escolar e dos processos de escolarização. Por um lado, há um consenso na área de que é fundamental que possamos analisar os aspectos institucionais, pedagógicos, relacionais e das políticas públicas presentes na escola, buscando compreender a intrincada rede de relações que ocorre no interior da instituição escolar. Por outro lado, tais constatações tem nos desafiado a encontrar formas de aproximação com esse real, de maneira a nos apropriarmos minimamente desses processos que constituem o dia a dia da escola e de suas relações. É nesse espaço contraditório, conflituoso, esperançoso, utópico que a pesquisa e o pesquisador transitam, encontrando, até o momento, nas abordagens qualitativas e, em especial, na perspectiva etnográfica, elementos para explicitar melhor essa complexa rede institucional de relações escolares. Ao analisarmos a vida diária escolar, partimos da concepção de que a escola se materializa em condições histórico-culturais, ou seja, que ela é constituída e se constitui diariamente, a partir de uma complexa rede em que se imbricam condições sociais, interesses individuais e de grupos, atravessada pelos interesses do estado, dos gestores, do bairro etc. A peculiaridade de uma determinada escola se articula com aspectos que a constituem e que são do âmbito da denominada rede escolar ou sistema escolar no qual são implantadas determinadas políticas educacionais. Além de compreendermos a escola como produtora e produto das relações histórico-sociais, consideramos que para apreender minimamente a complexidade da vida diária escolar precisamos construir procedimentos e instrumentos de aproximação com esse espaço tão familiar e ao mesmo tempo tão estranho para nós. Assim sendo, enquanto pesquisadores temos nos aproximado da escola por meio de um método de trabalho que prioriza a convivência com seus participantes, de forma que as vozes daqueles que são comumente silenciados no interior da escola possam se fazer presentes enquanto participantes, de fato, da pesquisa. Procuramos, então compreender a escola na sua cotidianidade, analisando as relações e os processos que nela se estabelecem, buscando explicitar juntamente com os participantes da pesquisa esses processos por meio do estabelecimento de vínculos de confiança e de esclarecimento. Nesse momento, considero que há grandes desafios ou dilemas presentes na pesquisa etnográfica em Psicologia Educacional/Escolar que precisam ser amplamente discutidos, a saber: a) a delimitação do objeto de estudo, de forma a não perder a relação entre particularidade e totalidade; b) o estabelecimento de vínculos que propiciem a relação sujeito-sujeito no trabalho de campo; c) a grande quantidade de dados presentes no processo de análise, exigindo um trabalho rigoroso e detalhado de compreensão do universo pesquisado e de articulação com categorias teóricas; d) a clareza do relato de pesquisa produzido, fruto de várias etapas intermediárias de descrição e análise da temática estudada bem como e) a explicitação do caminho teórico-metodológico realizado pelo pesquisador em contato com uma determinada realidade educacional, além da questão da generalização. Teremos oportunidade de discutir alguns desses elementos.

Palavras-chave: Pesquisa etnográfica, psicologia educacional/escolar, abordagens qualitativas em educação.

ISSN 1981-2566

A CONSTITUIÇÃO DA IDENTIDADE DOS SUJEITOS DA ESCOLA TOGHOPANÃA: ESTUDO DOS INDIOS GUATÓ DO PANTANAL SUL-MATOGROSSENSE

Ordália Alves Almeida
Margareth Araújo e Silva

O presente estudo apresenta-se como perspectiva de resgate cultural-educacional das crianças indígenas Guató. Está centrado em metodologia do tipo qualitativa, considerada coerente para investigações no contexto educativo e no âmbito psicológico de uma investigação intercultural, uma vez que a escola Toghopanãa situa-se numa aldeia indígena Guató, no extremo noroeste do Pantanal sul-matogrossense, divisa com a Bolívia e com o Estado de Mato Grosso. Esta aldeia apresenta características bastante peculiares, no que diz respeito ao modus vivendi das crianças sujeitos da investigação. Parte-se do seguinte questionamento: como se dá o processo do aprender na escola Toghopanãa e o que acontece quando os elementos da cultura são apropriados por essas crianças? A intenção é ampliar o questionamento e trazer para a reflexão a relação entre o conhecimento, infância e a sociedade, em que a escola é o espaço de mediação. Trata-se de uma proposta de análise ampla que torne claro os desejos, expectativas e imagens dos atores educacionais (professores, crianças, diretor, lideranças, e comunidade), em dois níveis tidos como essenciais: do aprendizado social e emocional (intersubjetivo) e aprendizado específico (objetivo) relativo às exigências dos parâmetros nacionais para educação intercultural. Esta análise possibilita a descoberta da condução do processo educacional da escola Toghopanãa, em toda sua complexidade, seu sistema de interações histórico–social e, ainda, conhecer, reconhecer, intervir, desenvolver a conscientização das próprias necessidades das crianças, interesses subjetivos e objetivos, aumentando os potenciais de ação e vivência, a auto-responsabilidade na infância e engajamento social da comunidade no processo educacional da escola Toghopanãa. Partimos do pressuposto que cada cultura oferece ferramentas e materiais para entender o mundo em que vive a criança e seu relacionamento com pessoas que irão ensiná-la a manejar esses instrumentos. As crianças Guató interagem com outras crianças, brincam, nadam, remam, pescam com os adultos, o que lhes permite conhecer e adaptar-se ao mundo físico, transformando-o, descobrindo possibilidades cognitivas, sociais e motoras em sua vida cotidiana. Assim, a escola passa a ser compreendida como uma instituição social essencial para o processo de apropriação das práticas e conteúdos culturais pelas crianças. É o grupo cultural onde a criança desenvolve-se que lhe fornece formas de perceber e organizar o real, o que possibilita a constituição dos instrumentos psicológicos responsáveis pela mediação entre a criança e o mundo. Pretende-se, finalmente, verificar os resultados das intervenções na prática educacional intercultural, em relação a incorporação de significados e valores inerentes ao grupo e apropriação da questão cultural, assim como, a influência dessas incorporações, ou aprendizagens, na constituição da identidade das crianças. Estão sendo utilizados, principalmente, para a coleta de dados: Dinâmicas de grupo, observação participante, registro de informações, entrevistas, estudos de documentos públicos e informes históricos. Como respaldo teórico, estamos dialogando principalmente com Leontiev (1978), Vygostsky (1979), Ciampa (1995) , Certeau (1994) , Rey (2003), Lane (2000) e outros que ajudem a compreender a constituição da identidade dos pequenos canoeiros do Pantanal.

Palavras-chave: Educação, cultura, infância.

ISSN 1981-2566

A LEITURA COM COMPREENSÃO EM ALUNOS DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Raquel Ávila Maia de Oliveira
Katya Luciane Oliveira

O objetivo deste estudo foi explorar a compreensão em leitura, de alunos do curso de ciências contábeis. Participaram 82 alunos do curso de ciências contábeis de uma universidade privada do sul de Minas Gerais, Brasil. A média de idade foi de 25 anos e um mês (Dp=5,2). Para a coleta de dados utilizou-se o teste de Cloze em sua versão tradicional do qual se omite sempre os 5º s vocábulos do texto. A técnica foi criada por Taylor em 1953 e desde, então, vem sendo empregada com o propósito de se levantar a compreensão textual nas diferentes séries do ensino formal. O Cloze aplicado consistia em um texto de aproximadamente 250 vocábulos do qual apresentava quarenta omissões, isto é, a pontuação poderia variar de 0 a 40 pontos. A aplicação do teste de Cloze ocorreu de forma coletiva em sala de aula, em horário previamente agendado na instituição para aqueles estudantes que consentiram na participação por meio da assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido. Salienta-se que todos os cuidados éticos para a realização da pesquisa foram fundamentados na resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde. Os dados evidenciaram que a média de acertos no teste de Cloze foi de 12,2 pontos (Dp=3,9). A pontuação mínima foi de 0 e a máxima 19 pontos. Observou-se que 7,3% (n=6) da amostra acertaram de 0 a 5 pontos. 21,9% (n=18) acertaram de 6 a 10 pontos. 54,9% (n=45) acertaram de 11 a 15 pontos e 15,8% (n=13) acertaram de 16 a 19 pontos. Tendo em vista que a pontuação poderia variar de 0 a 40 e que a metade de acertos possíveis era 20, a média de acertos obtida pelos participantes lamentavelmente confirma dados de estudos anteriores que evidenciaram que estudantes universitários não apresentam a compreensão em leitura desejável para esse nível de escolaridade, considerando principalmente que tal média ficou muito aquém do esperado. Esse fato remete a uma discussão muito importante que é a necessidade de que os cursos de graduação ofereçam alternativas para remediar a baixa compreensão textual dos universitários. Aponta-se, contudo, que a amostra se restringiu a alunos de um único curso de ciências contábeis, que se trata de um curso que exige mais do raciocínio matemático, e que por essa razão esses alunos supostamente não teriam uma habilidade tão aprimorada, mas ainda assim, a pontuação atingida pelos alunos foi preocupante. Nessa perspectiva, sugere-se que novas investigações sejam realizadas visando uma maior diversificação da amostra.

Palavras-chave: Universidade, compreensão, teste de Cloze.

ISSN 1981-2566

A CRIANÇA INDIGENA E A DISCIPLINA ESCOLAR

Sonia Grubits

Observações realizadas junto a escolas indígenas de comunidades em Mato Grosso do Sul têm revelado a quase inexistência de manifestações de indisciplina, problemas de atenção, relacionamento, entre outros, que tem preocupado educadores, de um modo geral nas sociedades modernas. Este fato foi analisado em pesquisas sobre famílias e características sócio-culturais específicas nestes grupos, que se refletem no comportamento infantil e repercutem no ambiente escolar. Foram realizadas entrevistas abertas, observações participantes em escolas ou nas casas de crianças selecionadas para tais investigações. No grupo Guarani-Kaiowá selecionou-se alunos e suas respectivas famílias de uma escola da reserva Bororó, situada no município de Dourados∕MS. Mesmo procedimento e método adotou-se na Reserva Alves de Barros, dos Kadiwéu, na Bodoquena e Córrego do Meio dos Terena, pertencente ao Município de Sidrolândia. Nas duas primeiras pode-se observar que o diálogo e respeito mútuo são características da relação entre pais e filhos, o que pode ser observado por meio do tom sereno e suave, com o qual as mães dirigem-se aos filhos. A curiosidade infantil não é reprimida, permitindo a exploração do ambiente, bem como a participação em todas as atividades familiares, sem restrição, punição ou castigo. Provavelmente, estes sejam alguns dos fatores que facilitam a convivência, os relacionamentos e também o comportamento escolar. Quanto aos Terena, a análise dos dados obtidos revelou formas de educação familiar, com eventuais punições, limitações quanto à liberdade na participação das crianças na vida familiar, com prováveis repercussões no ajustamento escolar, acompanhadas de diferenças sócio culturais, dentro do próprio grupo, motivadas principalmente pelas distinções sócio-econômicas das famílias, apontando que novas necessidades (produtos e tecnologias) surgem a partir das maiores possibilidades financeiras para contato mais freqüente com a população não índia da cidade e mesmo das comunidades rurais.

Palavras-chave: Guarani-Kaiowá, Kadiwéu, Terena, crianças, relações familiares.

ISSN 1981-2566

A DIALOGICIDADE DE BAKHTIN E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A PSICOLOGIA E A EDUCAÇÃO

Miguel Nenevé

Este simpósio tem como objetivo discutir a importância da abordagem dialógica de Bakhtin no campo da Psicologia e da Educação. Assim sendo, pretendemos discutir a temática da seguinte forma: a) a dialogicidade enquanto proposta metodológica em Psicologia Escolar; b) o conceito de dialogicidade e suas implicações para a Educação e; c) a importância da dialogicidade na pesquisa-ação ou na pesquisa intervenção no campo do currículo.a) A Psicologia Escolar na abordagem crítica tem buscado compreender como as relações entre os atores escolares são constituídas. Nesse sentido, a contribuição da proposta teórica sobre o dialogismo de Bakhtin é importante, por subsidiar metodologicamente as nossas ações na instituição escolar, permitindo entender não só os papéis de locutor ou ouvinte assumidos entre estes atores durante o diálogo, bem como a constituição desse discurso, considerando que o processo dialógico sofre influências do contexto no qual os interlocutores encontram-se inseridos como também da posição social de seus participantes, determinando a forma do dialogismo a ser estabelecido entre eles assim como o domínio por um dos falantes desse processo. As pausas, o silêncio e a entonação também são alguns pontos importantes de serem avaliados no transcorrer do discurso. Em minha pesquisa trabalhei com uma moça com síndrome de Down, com 24 anos e busquei conhecer a constituição de suas relações na escola regular.b) Neste trabalho o autor se propõe a discutir como a obra de Bakhtin (1981, 1984) sobre o dialogismo pode contribuir para construirmos um espaço de discussões sobre práticas educativas emancipadoras. Discute o dialogismo proposto por Bakhtin e ilustra como a educação pode deixar de ser monológica e assim proporcionar um diálogo do educando com o seu mundo. Bakhtin acredita que a comunicação da vida cotidiana, parte importante da comunicação ideológica, deve ocorrer por meio das relações estabelecidas entre sujeitos socialmente organizados. A língua, carregada de ideologia, é o veículo de transmissão cultural para a estrutura e experiência do pensamento e saber social.c) Entre 2002 e 2004 a autora realizou uma pesquisa sobre o currículo em ação em um curso de graduação de Biologia em uma universidade amazônica, tendo como referencial a avaliação emancipatória do currículo (SAUL, 1991) e o currículo como processo (STENHOUSE, 1991). Estes dois autores fazem parte de uma tendência no campo do currículo que privilegia o diálogo entre os atores de uma ou mais instituições no aperfeiçoamento de um currículo, paralelamente ao desenvolvimento profissional das pessoas e profissionais envolvidos no processo. A pesquisa privilegiou a dialogicidade de várias maneiras: na parceria entre duas universidades (USP e UNIR) durante o desenvolvimento do projeto de doutoramento no qual se desenvolveu o estudo; na revisão bibliográfica durante a escolha do referencial teórico; nos instrumentos e técnicas de coleta de dados; na análise de dados e na redação da tese.

Palavras-chave: Educação emancipatória, deficiência mental, currículo.

ISSN 1981-2566

A PARTIR DOS CADERNOS ESCOLARES: UMA CONVERSA COM CRIANÇAS A RESPEITO DAS REGRAS NA ESCOLA

Anabela Almeida Costa e Santos

Esta apresentação faz parte da pesquisa de doutorado sobre os cadernos escolares que vem sendo desenvolvida pela pesquisadora. A busca por conhecer o modo como os cadernos escolares são preenchidos e tomam forma no dia a dia das escolas, se deu a partir de um olhar oriundo da psicologia escolar crítica. Para tal propósito, a pesquisadora acompanhou, sob perspectiva teórico-metodológica etnográfica, o ano letivo de uma sala de aula de quarta série do ensino fundamental de uma escola pública paulista. E, ao final do ano, foram realizadas entrevistas com duplas de alunos com o intuito de conhecer melhor os processos de confecção dos cadernos, bem como o modo como os alunos atribuíam significados aos conteúdos desses materiais. Os cadernos escolares utilizados ao longo do ano foram utilizados como material desencadeador das conversas com os alunos. Tal metodologia possibilitou que os alunos abordassem temas relacionados direta e indiretamente ao conteúdo dos cadernos escolares. Identificou-se que os cadernos funcionam como importantes mediadores das relações que se dão na escola. Permitem ao professor acompanhar muitos aspectos de aprendizagem dos alunos e servem de suporte para a realização de grande parte das atividades escolares. Além disso, funcionam como poderosos instrumentos de controle tanto sobre aqueles que participam diretamente da vida escolar – professores e alunos – como daqueles que participam de modo mais indireto daquilo que se dá na escola, como os pais de alunos. Outro aspecto relevante sobre esses materiais de registro refere-se ao fato de que, apesar de registrarem importante parcela do trabalho escolar, não documentam os bastidores dessas produções. Dessa forma, o raciocínio e as intenções subjacentes àquilo que o caderno apresenta materialmente não podem ser compreendidos tomando como base apenas aquilo que se apresenta registrado. Ou seja, torna-se fundamental que os atores envolvidos no processo de confecção dos cadernos sejam ouvidos para que esses suportes de escrita possam ser compreendidos de modo adequado. As entrevistas com os alunos possibilitaram que se tivesse acesso ao modo como os alunos compreendem e vivenciam experiências com os cadernos e com a escola, de modo geral. As expectativas da escola e da professora em relação aos alunos, bem como as regras que vigoram, de modo declarado ou tácito, no contexto escolar foram bastante abordadas. Os alunos demonstram conhecer bem aquilo que é esperado deles na escola. Muitas vezes não conseguem compreender as razões para determinadas exigências ou processos escolares (por exemplo, a aprovação ou reprovação). Ainda assim, buscam encontrar razões e justificativas que os ajudem a dar sentido às experiências que vivenciam e que vêem ocorrer na escola. A tentativa de seguir as regras propostas pela escola convive com a busca por formas de transgredi-las. Conhecer sobre os cadernos e sobre o modo como ocorre a aprendizagem em relação ao trabalho com esses materiais de registro traz importantes elementos para que se compreenda como se dá a inserção dos alunos no contexto escolar.

Palavras-chave: Cadernos escolares, perspectiva discente, ensino fundamental.

ISSN 1981-2566

A DESINSTITUCIONALIZAÇÃO ESCOLAR E OS MODOS DE SUBJETIVAÇÃO DISCENTES

Julio Groppa Aquino

Um dos diagnósticos mais agudos acerca do estado de coisas na educação formal é aquele que detecta um processo difuso de desinstitucionalização das práticas escolares, traduzido na crescente descontinuidade entre a vivência escolar e a "experiência subjetiva de formação de si", de acordo com a acepção do teórico francês François Dubet. Segundo ele, tal processo acarretaria diferentes modos de subjetivação entre os alunos. A saber: a justaposição da subjetividade ao papel discente; a dissociação entre eles; a negativização da primeira pelo segundo; e, por fim, o antagonismo entre ambos, este marcado pelo advento da figura "transgressora", em geral associada às infrações disciplinares que, segundo o depoimento dos protagonistas escolares, vêm ganhando o estatuto de figura, e não mais de fundo, do cenário pedagógico atual. Com o intuito, então, de perscrutar concretamente tal processo, procedemos a uma investigação sobre a economia disciplinar de uma escola pública de ensino médio, tendo como foco a sucessão de atos disruptivos (por meio das ocorrências disciplinares) levados a cabo durante um ano letivo, segundo: 1) data de ocorrência, 2) autores das reclamações, 3) alvos das reclamações, 4) tipos de reclamação, 5) alegações dos reclamados. Os resultados da investigação são surpreendentes à medida que desmistificam sobremaneira as evidências de uma suposta degradação disciplinar da nova geração discente, a qual, segundo alguns discursos correntes, seria responsável pelo desarranjo das pautas de convívio e de funcionamento de uma instituição secular como a escola. Do ponto de vista institucional, os resultados apontaram para um cotidiano atravessado – jamais sobredeterminado – por pequenos delitos (mormente contra as normas escolares `stricto sensu`) que em nada se assemelham à imagem hiperbólica que se tem de um interior escolar ora desordenado, ora violento. Nenhum rastro explícito de degeneração transgressiva do papel institucional discente foi testemunhado, pois. Em certa medida, pode-se concluir que o cotidiano da escola pesquisada é modelo de logro da ordem disciplinar clássica, no qual triunfa um conjunto de usos e costumes nitidamente prosaico e rotineiro. Desta feita, nada de novo parece haver sob o sol escolar investigado, a ponto de corroborarmos a tese da desinstitucionalização escolar pelo viés transgressivo. Contudo, nosso percurso investigativo não permite concluir, em absoluto, que a relação entre o universo escolar pesquisado e seus jovens protagonistas seja marcada por harmonia, extensão e compasso. Se, por um lado, não pudemos subtrair correlações explícitas entre o advento da subjetividade transgressora e os processos de desinstitucionalização escolar, por outro, é certo que não podemos estender tal raciocínio às duas outras figuras subjetivas concorrentes: os alunos que se adaptam, mas não se integram à vida escolar, e aqueles cuja subjetividade é invalidada pela segregação pedagógica. Ambos representam experiências subjetivas propostas por Dubet mais do que dignas de precaução teórica e empírica, uma vez que apontam para experiências de vulnerabilidade pedagógica e, mais tarde, de exclusão civil. São eles, portanto, os que têm prioridade quanto a nossos esforços, se ainda desejarmos alçar a instituição escolar à condição de epicentro do espaço público democrático.

Palavras-chave: Desinstitucionalização escolar, modos de subjetivação discentes, indisciplina discente.

ISSN 1981-2566

A CONSTRUÇÃO DE INSTRUMENTOS DE DIAGNÓSTICO E INTERVENÇÃO PSICOPEDAGOGICOS

Nadia Aparecida Bossa

O presente projeto de pesquisa está inserido no âmbito da Linha de Pesquisa "Intervenções Psicopedagogicas nas Dificuldades de Aprendizagem" do curso de Mestrado Acadêmico em psicologia educacional da UNIFIEO e tem como título "A Construção de Procedimentos e Estratégias de Intervenção Psicopedagógica nas Dificuldades de Aprendizagem: contribuições para a construção do campo epistemológico da psicopedagogia". O objetivo mais geral do presente projeto de pesquisa é contribuir para a constituição teórica do campo epistemológico da psicopedagogia através da construção de estratégias e procedimentos pertinentes ao objeto central da psicopedagogia. Coll(1999) ao destacar a necessidade de pesquisas na área enfatiza a dificuldade teórica imposta pela natureza do objeto de estudo da psicopedagogia que demanda conhecimentos de diversas disciplinas e a difícil arte de articular tais conhecimentos numa perspectiva interdisciplinar, ou seja, não perdendo de vista o objeto central da psicopedagogia em privilégio dos objetos das demais disciplinas.No Brasil o campo da intervenção psicopedagogica tem se configurado como um espaço multi- interdisciplinar. Segundo Coll o campo da intervenção psicoeducativa constitue historicamente um espaço de intervenção de diversas profissões especialistas em educação com orientação psicosociologica e psicologos com especialização em educacional – que denominam psicopedagogia, surge como necessidade de unificar a formação do conjunto de profissionais que intervem no campo psicoeducativo, focalizando.De acordo com o autor a literatura acerca das demandas da psicopedagogia (Ageno, 1992; Arzeno, 1995; Butelman, 1991; Dabas, 1986; Levy, 1992; Lajonquière, 1992; Matteoda et al., 1993; Perkins, 1995; Vinh–Bang, 1990) traz a questão da intervenção psicopedagógica a partir de diferentes perspectivas. Alguns autores descrevem práticas psicopedagógicas que se centram na otimização do processo de ensino-aprendizagem, outros na intervenção dos aspectos prejudicados e preservados do processo de aprendizagem, com modelos de intervenção dirigidos tanto ao sujeito individual como ao grupo. Ainda de acordo com o autor os âmbitos da intervenção são múltiplos e diversos, temos modelos de intervenção no sistema educativo (desde a aula até a instituição), em clinicas, hospitais, centros de saúde, organizações empresariais , centros comunitários . Quanto as estratégias de intervenção, nas praticas psicopedagógicas verifica-se um amplo espectro de técnicas: entrevistas, trabalho interdisciplinar, grupos terapêuticos, técnicas de recolocação de informação diagnóstica, estratégias terapêuticas, assessoramento e coordenação de projetos educativos institucionais e projetos pedagógicos inovadores, entre outras.Como já dissemos,na definição dos marcos conceituais subjacentes às intervenções psicopedagógicas procura-se articular conhecimentos procedentes de várias disciplinas e desenvolvimentos teóricos, às vezes complementares e às vezes contraditórios. Em uma enumeração certamente incompleta podemos incluir: a psicologia do desenvolvimento, as teorias da aprendizagem, as teorias da educação, a teoria psicanalítica, a psicologia psicodinâmica, a psicologia social e organizacional, a sociologia, as neurociências, a didática, as disciplinas que tratam do currículo, a epistemologia. Muito embora o fazer psicopedagogico venha se constituindo num crescente, ampliando seu ambito de ação e modelos de intervenção, muito ainda há a fazer no que se refere ao campo da investigação científica para que se possa verdadeiramente fazer frente a demanda que a originou.

Palavras-chave: Instrumentos, diagnóstico, intervenção psicopedagogicos.

ISSN 1981-2566

A MOTIVAÇÃO DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS

Sueli Édi Rufini Guimarães
José Aloyseo Bzuneck

No contexto escolar, a qualidade da motivação dos estudantes pode explicar uma série de resultados de desempenho. De acordo com a Teoria da Autodeterminação, resultados positivos como, por exemplo, criatividade, persistência, esforço, aprendizagem de profundidade, entre outros, são associados a um tipo de motivação autônoma e, em contraposição, resultados negativos, como aprendizagem superficial, tédio, evasão, estão ligados à motivação controlada. A qualidade da motivação é compreendida, nessa perspectiva teórica, ao longo de um continuum de autodeterminação, o qual tem início com a desmotivação, situação na qual há ausência de percepção de controle pessoal sobre as ações; quatro tipos de motivação extrínseca (regulação externa, introjetada, identificada e integrada), cada um implicando em um senso maior de causalidade interna das ações; e terminando na motivação intrínseca, o tipo mais autodeterminado de motivação. Diversos trabalhos, nos últimos anos, têm buscado confirmar, de modo empírico, a existência do continuum, focalizando a elaboração e validação de instrumentos de avaliação. Em 1993, um grupo de pesquisadores canadenses elaborou uma escala a Academic Motivation Scale (AMS) a qual foi traduzida e adaptada e utilizada em uma pesquisa com universitários no Brasil em 2003 sem, no entanto ter as suas propriedades psicométricas levantadas. Tendo com base os estudos sobre a temática e as propostas de revisão da referida escala, apresentadas em artigos recentes, o presente trabalho teve por objetivos a elaboração e validação de uma escala de avaliação da motivação de estudantes universitários brasileiros, a Escala de Motivação Acadêmica (EMA). Partindo do instrumento original, novos itens foram construídos baseados na literatura e, após uma aplicação piloto, adaptados para aplicação em 380 estudantes universitários de três instituições da região norte do estado do Paraná. São relatados os resultados da Análise Fatorial Exploratória, com extração dos componentes principais, os índices de consistência interna dos itens de cada escala, que corresponde ao tipo de motivação alocado no continuum, conforme a proposta teórica, e as correlações entre as subescalas. A disponibilidade de um instrumento válido para uso em pesquisas é o principal propósito da conclusão do estudo.

Palavras-chave: Teoria da Autodeterminação, motivação autônoma, motivação extrínseca.

ISSN 1981-2566

A FORMAÇÃO EM PESQUISA NA CONSTITUIÇÃO DE UM OLHAR CRÍTICO FRENTE À QUEIXA ESCOLAR

Tatiana Platzer do Amaral

A constituição de um olhar crítico frente à queixa escolar envolve necessariamente a formação em pesquisa na universidade, norteada pelo compromisso com uma escola de qualidade. Envolve também a ruptura com um modelo de pesquisa insatisfatório que compreende o conhecimento científico como um retrato da realidade único, infalível e neutro. Considera-se que os estudos qualitativos acerca da escolarização possibilitam escapar das amarras e do aprisionamento das abordagens biologizantes e/ou psicologizantes presentes nos enfoques tradicionais nas áreas de Psicologia Escolar e Educacional. Partem do pressuposto de que o comportamento das pessoas tem um sentido e significado que precisa ser desvelado, uma vez que é permeado por crenças, percepções, sentimentos e valores. Desta forma, o pesquisador é um instrumento indispensável na investigação e precisa estar em contato direto e prolongado com o campo, com o intuito de compreender e interpretar os significados dos comportamentos observados, muitas vezes complexos e contraditórios. Nesta discussão serão tratadas duas experiências distintas de formação em pesquisa que têm em comum o referencial teórico crítico em Psicologia Escolar e Educacional e a abordagem qualitativa do fenômeno educacional. Com base na experiência de trabalho de doutorado acerca do processo de subjetivação e escolarização de egressas da classe especial, destacaremos o caminho metodológico de aproximação ao fenômeno escolar insatisfatório. A análise foca a qualidade do vínculo estabelecido entre pesquisadora e colaboradoras, bem como as estratégias e fontes de coleta de dados favorecedoras de intimidade e confiança construídas ao longo da pesquisa. A outra experiência refere-se a orientações de Trabalho de Conclusão de Curso de discentes de Pedagogia da Universidade de Mogi das Cruzes. A discussão volta-se para o caminho metodológico de redimensionamento do saber e do fazer, com o intuito de aproximação da teoria e prática pedagógicas, por meio da pesquisa-ação. Destacaremos a importância do registro sistematizado da prática do professor, visto que as orientandas atuavam há mais de dois anos como professoras da Educação Infantil e Ensino Fundamental, bem como as estratégias de análise dos mesmos. Assim, a formação em pesquisa, favorecedora de um olhar crítico para a queixa escolar, está relacionada ao processo de construção de conhecimento científico, ou seja, de uma maneira de ver e entender o mundo com uma relativa objetividade, de acordo com cuidados metodológicos indispensáveis.

ISSN 1981-2566

A DESREGULAMENTAÇÃO ESCOLAR CONTEMPORÂNEA

Julio Groppa Aquino

O presente trabalho presta-se a descrever analiticamente alguns efeitos desagregadores da conjuntura escolar brasileira contemporânea, em consonância com alguns pensadores devotados ao exame crítico da contemporaneidade, tais como Foucault, Bauman, Lipovetsky, Dubet, dentre outros. Partindo do pressuposto de que há um processo difuso de desregulamentação institucional em curso na educação formal, a argumentação fia-se na hipótese de que as práticas escolares encontram-se confinadas em um implacável estado de sítio ético-político, materializado em cinco grandes tensões discursivas que cortam os fazeres pedagógicos atualmente. A primeira tensão é aquela expressa na cisão irreconciliável entre ensino estatal de qualidade indigente versus ensino privado de qualidade farsesca, o que redunda em duas faces da mesma moeda: a deserção e a teatralização pedagógicas. A segunda descende da anterior e afeta diretamente a escola pública: a normativa da universalização do ensino fundamental versus o crescente analfabetismo funcional de uma enorme parcela da população; em outros termos, negligência pedagógica redundando em pauperização intelectual. Daí a terceira tensão: a suposta prioridade da agenda educacional no tocante ao desenvolvimento do país, com vistas à promoção de equidade social, versus a conversão do ensino público num eficaz dispositivo de reprodução das injustiças sociais, e seus profissionais, num contingente de mão-de-obra a serviço da exclusão silenciosa dos alunos desfavorecidos, ratificando a vulnerabilidade social e pedagógica de que já padecem. Acrescente-se a isso uma quarta tensão. A escola é creditada como instituição vertebral dos contextos democráticos e, ao mesmo tempo, acusada de se encontrar em desuso ou decadência. Paradoxalmente, aqueles que partilham da convicção de que, sem escolas, não há sobrevida ao mundo democrático são os mesmos que concordam com a tese de que os saberes escolares teriam se tornado anacrônicos, frente a um mundo pautado pelo excesso de informação. As quatro tensões anteriores convergem para uma última, cabal, agora no interior mesmo do trabalho pedagógico. No cotidiano escolar, é patente um inflacionamento das demandas advindo de um superávit de expectativas atribuídas aos profissionais. Por outro lado, a alegação recorrente dos atores escolares é a de que o saldo de sua intervenção junto às novas gerações revela-se pífio, dadas a desfiguração radical dos papéis de professor e aluno e, por extensão, a esgarçadura dos vínculos entre eles. O resultado desse paradoxo é ora o esmorecimento crônico (pela mão docente), ora a depredação aguda (pela mão discente) da ambiência pedagógica das salas de aula, tornadas paisagens áridas e ermas do ponto de vista intelectual. Dessas cinco tensões derivam cinco grandes efeitos de fundo. A saber: no tocante aos profissionais, a alegação onipresente de desgaste ocupacional crônico. Do ponto de vista da profissão, a argumentação perniciosa de que o campo profissional é regulamentado tão somente pela experiência prática de cada um. Na esfera pedagógica, o advento do espontaneísmo e do vale-tudo metodológico. No plano político, o processo crescente de privatização e deslaicização do ensino. No âmbito ético, por fim, o desapego progressivo em relação às novas gerações e às especificidades do ato de educar com responsabilidade.

Palavras-chave: Conjuntura educacional, desregulamentação escolar, crítica educacional.

ISSN 1981-2566

A CONSTRUÇÃO DA COMPETÊNCIA MORAL POR MEIO DA DISCUSSÃO DE DILEMAS MORAIS

Patricia Unger Raphael Bataglia

O tema desenvolvimento moral tem se tornado cada vez mais presente nas discussões acerca da educação de crianças e jovens. Do ponto de vista construtivista, a moralidade não pode ser entendida como a internalização de normas nem como o deflagrar de uma disposição interna. A moralidade se constrói na troca do indivíduo com o meio e, portanto o tipo de ambiente social em que se está pode ser facilitador ou ao contrário, dificultar a formação do sujeito autônomo. O ambiente sociomoral da escola é necessariamente intervencionista na formação do sujeito, pois mesmo que não aja intencionalidade, a prática pedagógica interfere positiva ou negativamente na construção da moralidade. O clima escolar interfere não apenas no desenvolvimento do juízo moral, mas fundamentalmente na competência moral definida por Kohlberg (1986) como a capacidade de agir de acordo com princípios. A discussão de dilemas é uma técnica proposta por Kohlberg (1984), Lind (2002) dentre outros e tem se mostrado uma forma muito eficiente de intervir na construção da moralidade, mas também de difícil manejo, uma vez que o aplicador precisa conhecer aspectos do desenvolvimento moral o suficiente para provocar desequilíbrios na argumentação dos participantes sem conduzir a resposta, deve ter habilidade para reconhecer o estágio dos argumentos colocados e para conduzir a discussão de modo que o ambiente de respeito seja mantido. Neste trabalho, serão relatados alguns resultados encontrados em processos de intervenção junto a professores de escolas publicas. Tais intervenções foram realizadas como parte do estágio supervisionado em Psicologia Escolar. Os alunos do terceiro ano de psicologia realizam estágio de psicologia escolar e como parte do processo, realizam uma intervenção na instituição escolar. Em muitos casos a intervenção é realizada em horário de reuniões de professores, dada a necessidade percebida de melhor interação entre eles. Alguns grupos identificaram a possibilidade de trabalhar com o grupo de professores propondo a discussão de dilemas próprios ao ambiente escolar. Os alunos foram previamente preparados e realizaram aproximadamente dez reuniões de intervenção com o grupo de professores. Em cada reunião, os alunos levaram dilemas e/ou dinâmicas de integração. As dinâmicas de integração despertaram reflexões possibilitaram novas formas de enxergar o trabalho enquanto que as discussões de dilemas provocaram uma conscientização a respeito de como um problema pode ser viso sob diferentes ângulos e como olhar o problema sob outros referenciais pode ser enriquecedor para todos. Relatarei nessa comunicação alguns dos resultados principais, questões de pesquisa que ficaram pendentes e a avaliação do grupo de professores.

Palavras-chave: Competência moral, discussão de dilemas, intervenção.

ISSN 1981-2566

A IMPORTÂNCIA DA ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO ESCOLAR NA BRINQUEDOTECA HOSPITALAR

Renata Marçal Alcantara

Criada com o intuito de amenizar o sofrimento e tornar a estadia das crianças hospitalizadas menos traumatizante, a Brinquedoteca Hospitalar visa proporcionar a criança uma oportunidade de continuar se desenvolvendo de forma saudável apesar de estar fora de seu ambiente familiar. Segundo o Dr. Dráuzio Viegas, a Brinquedoteca hospitalar significa um dos mais importantes instrumentos para a Humanização da Medicina, pois dentro deste espaço a criança doente encontra toda a tecnologia e avanços na área médica e a sensibilidade e alegria do brincar. E dentro deste contexto, tem fundamental importância a figura do Psicólogo Escolar, visto que ele poderá junto a equipe multidisciplinar contribuir de forma efetiva para o desenvolvimento saudável e completo da criança. O Psicólogo Escolar pode contribuir com os objetivos da brinquedoteca, auxiliando as crianças, por exemplo, no momento que antecede uma cirurgia ou um exame doloroso ou complicado. O Psicólogo poderá permitir a criança vivenciar de forma lúdica e simbólica o procedimento que será realizado. Ela poderá assim "consultar" e fazer cirurgias nas bonecas, aplicar injeções, ou seja, vivenciar o papel do médico ou enfermeiro. Com isso percebe-se que a criança fica mais tranqüila, pois ao fantasiar o que irá acontecer ela pode lidar com suas dúvidas e seus medos, ficando a cargo do profissional responder a estas perguntas a fim de que a criança consiga enfrentar tais procedimentos de forma tranqüila e segura. Desta forma, ou seja, utilizando a capacidade de fantasiar da criança e o lúdico, o Psicólogo pode também ajudar no alívio dos danos que uma internação provavelmente causará, visto que nesta situação as crianças algumas vezes tendem a depressão ou a um retardo no desenvolvimento normal. Para isso, o Psicólogo utiliza o brincar para estimular a criança, por exemplo, na interação com outras crianças que também estejam internadas, ampliando assim o grupo de convívio social que deixa de ser apenas com a equipe de saúde e família e passa a ser também com seus pares. O Psicólogo pode também utilizar a leitura de livros infantis para que a criança possa resolver conflitos que por ventura tenha desenvolvido no período da internação. Existem hoje, cartilhas informativas onde a criança pode conhecer de forma lúdica e num formato compatível com sua idade e desenvolvimento, a doença que possui e os caminhos que o tratamento seguirá. Com isso, a criança tende a diminuir a ansiedade e o medo com relação ao seu estado, visto que está munida de informações confiáveis. E por fim, o Psicólogo tem como função dentro do contexto hospitalar preparar a criança para seu retorno ao ambiente familiar, pois em muitos casos após longas estadias no hospital a criança tem mais vínculos com a equipe hospitalar do que com a família, sendo assim difícil para ela abandonar a rotina estabelecida. Outro caso que também podemos visualizar e que para algumas crianças o hospital significa um espaço onde elas obtêm mais carinho e atenção do que na própria família.

Palavras-chave: Psicólogo escolar, criança, brinquedoteca hospitalar.

ISSN 1981-2566

A FORMAÇÃO DO PSICÓLOGO E O PROCESSO DE SUBJETIVAÇÃO

Norma da Luz Ferrarini Zandoná
Denise de Camargo

Adotando o referencial da Psicologia Sócio-Histórica, este trabalho analisa o ser e o fazer no tempo e no espaço da Universidade compreendendo que as práticas e os saberes universitários têm implicações diretas não só na formação profissional, mas também no processo de subjetivação. Pergunta-se sobre quais as implicações do curso de graduação em Psicologia da Universidade Federal do Paraná na construção do sentido do que venha a ser a psicologia e no processo de configuração da subjetividade desses alunos. Tem como objetivos específicos contribuir para uma reflexão mais ampla sobre o ser e o fazer universitários e a importância da Universidade no processo de subjetivação de seus alunos, além de oportunizar um tempo e um espaço para se falar e ouvir a respeito dos discursos teóricos e das práticas profissionais que configuram aquele contexto. As categorias de análise são a “atividade” e a “subjetividade”. Concebe-se subjetividade como um amálgama em permanente configuração da identidade, da consciência, de sentimentos e afeições, das formas de pensamento, da visão de homem e de sociedade, de projetos de vida, das escolhas e decisões, da atividade – e sendo que essas dimensões configuram-se/configuram dialeticamente nas/as multideterminações da contextualização sócio-histórica através das relações sociais. A formação acadêmica desenvolvida no tempo e no espaço da Universidade é aqui considerada como a categoria de análise “atividade”, a qual é compreendida no sentido marxiano de trabalho. É a atividade laboral do estudante universitário. Admite-se que as atividades de ensino, pesquisa e extensão são atividades de trabalho perpassadas por múltiplos discursos teóricos e metodológicos e por diferentes práticas. Esta dinâmica configura não só a subjetividade do aluno, mas também a materialidade do curso, o qual pode permitir maiores ou menores possibilidades de apreensão da totalidade social, de conscientização de que os próprios alunos são sujeitos históricos e ativos, construtores da ciência e da profissão, bem como da subjetividade pessoal e da subjetividade social. Daqui decorre a configuração da subjetividade e da identidade do aluno enquanto pessoa e enquanto profissional da psicologia. O grupo focal e a entrevista semi-estruturada foram as metodologias utilizadas para coletar os dados e a Análise Crítica do Discurso para analisá-los. Estando em sua fase final, a pesquisa já apresenta alguns dados significativos sobre as implicações das atividades acadêmicas e dos discursos teóricos que permeiam o tempo e o espaço universitários na produção da consciência, da identidade e do sentido do que seja a Psicologia refletindo no processo de construção da subjetividade desses futuros profissionais, bem como no compromisso deles ou com a manutenção e reprodução da ideologia dominante ou com a transformação social.

Palavras-chave: Psicologia, subjetividade, ensino superior.

ISSN 1981-2566

ANÁLISE FUNCIONAL DESCRITIVA DO ENSINO E DA APRENDIZAGEM DE LÍNGUA PORTUGUESA NAS SÉRIES INICIAIS: SUBSÍDIOS DA PSICOLOGIA PARA A FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO

Ana Paula Araujo Fonseca

Pesquisas recentes têm evidenciado que a eficiência de propostas de desenvolvimento de saberes profissionais mostra-se vinculada com a consideração das rotinas e das condições que predominam nas situações de atuação em serviço. Em contexto escolar, estima-se que a análise funcional descritiva constitui-se em instrumento metodológico que, ao proporcionar a identificação e a descrição de propriedades operantes das interações professor e aluno, pode viabilizar condições mais adequadas de intervenções comprometidas com o desenvolvimento profissional dos professores. Este trabalho objetivou avaliar se a execução da análise funcional descritiva das interações entre professor e alunos no ensino do tema "Vários tipos de texto", pertinente ao conteúdo curricular de Língua Portuguesa da 4ª série do Ensino Fundamental, poderia fornecer elementos para subsidiar trabalhos posteriores de intervenção com o professor. Participaram da pesquisa um professor e sua respectiva turma de uma escola estadual do interior paulista. Tanto o professor como os pais/responsáveis pelas crianças assinaram um termo de consentimento livre e esclarecido. A coleta foi realizada na própria escola onde o professor leciona. Os materiais utilizados foram: filmadora portátil, gravador e roteiros de entrevistas previamente estruturados. O procedimento consistiu em entrevistar o professor inicialmente a respeito das suas dificuldades no ensino de Língua Portuguesa e em obter indicação de alunos com desempenho aquém do esperado para a série. Em seguida, realizaram-se filmagens das aulas referentes à unidade didática selecionada pelo professor. A pesquisadora não teve nenhuma intervenção durante as aulas observadas. Encerrada a etapa de filmagem, realizou-se uma entrevista, referente às aulas registradas, em que o professor respondeu sobre as estratégias de ensino, os respectivos objetivos, os principais efeitos conseguidos com a sala e os efeitos gerados em sua prática. Depois, a pesquisadora assistiu às filmagens das aulas juntamente com o professor e o entrevistou novamente com o mesmo roteiro, mas agora imediatamente após a exibição das filmagens. A análise funcional descritiva deste tema permitiu identificar como principais características do repertório comportamental do professor o uso de exposição oral e de proposição de trabalhos grupais. O professor não produziu medidas de levantamento de conhecimento prévio dos alunos e utilizou estratégias gerais para alcançar os objetivos com a classe. O uso de estratégias grupais obscureceu o desempenho individual dos alunos indicados para o trabalho e impossibilitou a criação de estratégias de ensino mais efetivas para eles. Tais estratégias não foram revistas em função dos objetivos, ou seja, o professor não se mostrou sensível aos efeitos gerados em seus alunos para encadear estratégias subseqüentes. O professor descreveu que os alunos indicados não alcançaram o desempenho final esperado, não produzindo mudança de repertório comportamental, o que caracterizaria a aprendizagem do conteúdo. Os resultados obtidos sugerem que o professor desconsidera os conhecimentos prévios dos alunos para estabelecer seus objetivos de ensino, bem como fica insensível aos efeitos produzidos nos alunos em decorrência de suas estratégias. Tal análise poderia subsidiar futuras intervenções com o professor para o ensino do tema, aumentando as possibilidades de atuação do psicólogo escolar junto a programas individualizados de formação continuada de professores em serviço.

Palavras-chave: Análise funcional, formação de professores, séries inicias.

ISSN 1981-2566

APLICAÇÃO DE TESTE DE MEMÓRIA DE TRABALHO ENTRE UNIVERSITÁRIOS MUSICISTAS E NÃO MUSICISTAS

Malba Cunha Tormin
Cláudia Araújo da Cunha

Trata-se de um estudo que visa estabelecer um grau de comparação entre musicistas e não musicistas no quesito memória de trabalho (working memory), baseado no modelo de Alan Badelley que se refere a um sistema do cérebro que armazena e manipulam temporariamente a informação que é necessária para tarefas cognitivas complexas, como compreensão da linguagem, aprendizagem e raciocínio. É um modelo integrativo de memória que abrange um registro visuo-espacial, que é especializado na codificação visual e/ou espacial, retendo brevemente algumas imagens visuais. Este sistema de memória está ligado tanto ao processamento ativo e simultâneo da informação, quanto ao armazenamento transitório de informações, fundamental em atividades que exigem raciocínio e processamento rápido da informação, muito presentes na música. A comparação entre musicistas e não musicistas será feita através da aplicação de um teste Pictórico de Memória (TEPIC-M). Os participantes serão em média 60 universitários musicistas (pianistas e violonistas) do Departamento de Música da Universidade Federal de Uberlândia e 60 universitários não musicistas da Disciplina Psicologia da Educação da Universidade Federal de Uberlândia. A hipótese levantada é de que os musicistas se sairão melhor em tarefas de Memória de Trabalho do que os não musicistas, uma vez que os instrumentistas desenvolvem habilidades cognitivas diferenciadas ao se estudar música do que o leigo musical. O critério de seleção da amostra é que o musicista tenha no mínimo 6 anos de prática instrumental ininterrupta. Espera-se que, a partir dos resultados obtidos, possa ser enfatizada a importância do estudo de música no processamento da memória e no processo de aprendizagem e desenvolvimento cognitivo, abrindo campo para novas pesquisas e intervenções a serem aplicadas em escolas públicas e particulares, desde o ensino básico até o universitário.

Palavras-chave: Memória de trabalho, aplicação de teste de memória, musicistas e não musicistas.

ISSN 1981-2566

A VISAO DE ESCOLAS MUNICIPAIS SOBRE A PSICOLOGIA ESCOLAR

Alba Cristhiane Santana
André Rosa
Aline Akeme Tamashiro

A pesquisa fundamentou-se nos estudos de Vygotsky, considerando que o homem é construído historicamente e a partir da construção de si mesmo, é construtor da história e da sociedade em que vive, através de uma relação dialética. Nesse sentido, acredita-se que a construção da identidade do Psicólogo, nessa pesquisa referente à área educacional, ocorre a partir desse movimento dialético de construção do sujeito e da sociedade, envolvendo os processos de formação e atuação profissional, e a relação histórica entre a Psicologia e a Educação. O objetivo da pesquisa foi conhecer a visão dos sujeitos que compõem a escola em relação às dificuldades vivenciadas nessa instituição e as possíveis contribuições da Psicologia, visando com esses resultados investir em políticas públicas. O trabalho foi desenvolvido por duas professoras do Departamento de Psicologia da UCG e alunos do curso, sob a coordenação da autora. Foi selecionada uma amostragem de escolas do município de Goiânia, onde foram aplicados questionários à equipe técnica, docente e discente e à família. Os resultados produzidos mostraram dificuldades relacionadas com o processo educacional e com as relações interpessoais, destacando a crença dos sujeitos pesquisados de que a Psicologia pode resolver quase todas as questões levantadas, a partir de uma visão clínica do psicólogo. Considerando que a identidade do psicólogo foi historicamente construída pela sua ação, percebeu-se a importância de prepará-los, durante a formação, para desenvolverem projetos interdisciplinares no contexto educativo, buscando desmistificar a figura do Psicólogo clínico, que pode solucionar sozinho os problemas da escola, atendendo o indivíduo com dificuldades.

Palavras-chave: Psicologia escolar, educação, identidade do psicólogo, relação dialética.

ISSN 1981-2566

A RELAÇÃO INDIVÍDUO E SOCIEDADE: ANÁLISE DA ATIVIDADE HUMANA EM SUAS DIMENSÕES SINGULAR, PARTICULAR E UNIVERSAL

Flávia da Silva Ferreira Asbahr

A atividade é categoria central no materialismo histórico dialético e Marx aponta a atividade prática sensorial como o que dá origem ao desenvolvimento histórico social dos homens e, também, ao desenvolvimento individual. Partindo desse pressuposto, os psicólogos soviéticos elegem o conceito de atividade como um dos princípios centrais ao estudo do psiquismo. Vigotski sugere que a atividade socialmente significativa é o princípio explicativo da consciência, ou seja, a consciência é construída de fora para dentro por meio das relações sociais. Consciência e atividade são, assim, dois elementos fundamentais à psicologia marxista e só podem ser entendidos como unidade dialética. Dessa maneira, o projeto central da psicologia histórico-cultural é estudar a formação da subjetividade dos indivíduos a partir de seu mundo objetivo, concreto, isto é, a formação da consciência humana em sua relação com a atividade. Segundo Leontiev, para que se possa compreender o desenvolvimento do psiquismo é necessário analisar a atividade principal em cada etapa da vida. Chamamos de principal a atividade cujo desenvolvimento governa as mudanças mais importantes nos processos psicológicos. É a partir da atividade principal que se estruturam as relações do indivíduo com a realidade social, ao mesmo tempo em que essa realidade determina qual será a atividade principal em cada fase da vida. Segundo os autores da psicologia soviética, mesmo as atividades singulares são fundamentalmente sociais, pois é a atividade humana de forma geral que constitui a base material da atividade individual. Porém, para que possamos analisar a constituição da atividade humana na sua expressão individual, não é suficiente compreendê-la apenas na sua relação com o social, de forma dicotômica e estática. É necessário entender a constituição do sujeito para além de sua existência individual, isto é, como ser genérico. Nesse sentido, é fundamental compreendermos a constituição dos indivíduos na relação dialética singular-particular-universal. Sob as relações sociais de dominação inerentes à sociedade capitalista, essa organização social (particularidade) torna-se o eixo em torno do qual os homens singulares organizam suas vidas, o que impossibilita o pleno desenvolvimento da consciência humana. A relação singular-particular, dessa forma, é tomada como universal e as categorias indivíduo e sociedade são analisadas em sua aparência e imediatez. É necessário compreender que a cisão indivíduo e sociedade é produzida numa determinada particularidade (sociedade capitalista), que produz o distanciamento dos indivíduos singulares em relação às conquistas do gênero humano. Mas essa dicotomização não é ontológica, assim deve-se, ao analisar o desenvolvimento humano, buscar sua relação com o gênero humano. A categoria gênero humano expressa a síntese, em cada momento histórico, de toda a produção humana até o presente. Superar a alienação requer, portanto, o estabelecimento de uma relação consciente com a genericidade que ultrapasse os limites da relação indivíduo-sociedade.

Palavras-chave: Atividade humana, materialismo histórico-dialético, relação singular-particular-universal.

ISSN 1981-2566

A PESQUISA COMO ESPAÇO DE COMPREENSÃO/INTERVENÇÃO

Maria Teresa de Assunção Freitas

Apresento a abordagem de pesquisa sócio-histórico-cultural partindo de seus fundamentos, para deter-me em seu processo metodológico e discutir, como essa forma de investigação se constitui em um espaço de compreensão/intervenção. Procuro para as ciências humanas referenciais, que não tenham deles expulsado o sujeito, mas que centrando-se nele, o vejam inserido no mundo e na história..Assim me identifico com Vygotsky e Bakhtin e seu Círculo, que se fundamentam no pensamento de Marx e no método dialético. Suas teorias foram gestadas a partir de suas insatisfações e críticas em relação aos reducionismos das concepções empiristas e idealistas indicando perspectivas de superá-los.Contrários às dicotomias presentes nas concepções de linguagem e de psicologia de seu tempo, por oscilarem entre os pólos subjetivo e objetivo, arquitetaram suas teorias em um entrelaçamento de sujeito e objeto, propondo uma síntese dialética imersa na cultura e na história.Essa abordagem ao compreender que o psiquismo é constituído no social num processo interativo possibilitado pela linguagem, pode permitir o desenvolvimento de alternativas metodológicas que superem as dicotomias objetivo/subjetivo, externo/interno, social/individual. Ao assumir o caráter histórico-cultural do sujeito e do próprio conhecimento como uma construção social, esse enfoque consegue opor aos limites estreitos da objetividade uma visão humana da construção do conhecimento, que faz da pesquisa não apenas uma descrição da realidade, mas um espaço de intervenção. Estes autores compreendem que o homem se constitui em uma relação dialética com o social e a historia, um homem que é ao mesmo tempo singular e sócio-histórico.Como apreender no processo da pesquisa essa singularidade? Vygotsky busca compreender além da aparência, apreendendo o processo interno. Mas como chegar ao interno? Este só é apreensível através do discurso. Dialogando com palavras do sujeito o pesquisador produz um conhecimento que desvela a realidade e nela intervém. Bakhtin compartilha também dessa idéia ao dizer que não há possibilidades de se chegar até o homem e sua vida, senão através dos textos sígnicos criados ou por criar. Esse movimento interlocutivo é um acontecimento constituído pelos textos criados, pelos enunciados que são trocados. Os sentidos construídos emergem dessa relação que se dá numa situação específica e que se configura como uma esfera social de circulação de discursos. Neste processo, o pesquisador e suas relações com os pesquisados, passam a ser os principais protagonistas da investigação e os instrumentos metodológicos deixam de ter o lugar protagônico que lhes outorgava a investigação tradicional. Eles são apenas um meio para possibilitar a expressão, a construção do discurso dos sujeitos. É com este olhar que vou situar os instrumentos metodológicos em uma pesquisa de abordagem sócio-histórica, compreendendo – os como produção de linguagem e uma esfera social de circulação de discursos. Isso faz da situação de pesquisa um encontro entre sujeitos, um diálogo no qual pesquisador e pesquisado se re-significam. É nesse sentido que a pesquisa deixa de ser diagnóstico para assumir uma compreensão ativa da realidade, que possibilite transformações em seus participantes, portanto uma pesquisa intervenção, um espaço de formação.

Palavras-chave: Pesquisa, produção de linguagem, compreensão/intervenção.

ISSN 1981-2566

ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO: ESTRATÉGIAS DE IDENTIFICAÇÃO

Cristina Maria Carvalho Delou

Se alunos com necessidades educacionais especiais apresentam diversidade nos modos de ser, sentir, agir e pensar, alunos com altas habilidades/superdotação não são diferentes. Tais alunos não apresentam perfil único. A identificação de alunos com altas habilidades/superdotação só se justifica se junto a esta identificação estiver previsto a oferta de programas educacionais de suplementação escolar. Logo, a identificação de alunos com altas habilidades/superdotação deve ser processo relacionado ao tipo de atendimento educacional a ser oferecido. Programas de suplementação acadêmica devem prever etapas e estratégias que identifiquem alunos com altas habilidades/superdotação acadêmica. Assim como programas de estimulação das altas habilidades/superdotação social, criativa, desportiva ou artística, devem prever processo de identificação que contemple a seleção de alunos de alto nível nestas áreas. Conhecendo-se com profundidade as características típicas do desenvolvimento bio-psico-social destes alunos expressas em termos de inteligência geral e específica, emocional, criativa, liderança, artística, social e psicomotora, sugere-se que os processos de identificação de alunos comecem pela pesquisa aprofundada de suas histórias de vidas que revelarão os perfis procurados. Nesta etapa, além da observação do nível de informações que os alunos possuem sobre sua própria identidade, pode-se contatar como interagem social e lingüisticamente, seu senso crítico e de humor. Levantar os indicadores de precocidade, interesses diversos, rendimento escolar, antecedentes familiares, além da história do seu desenvolvimento completam o quadro. Obter informações mais acuradas do desempenho do aluno nas atividades que desenvolve extra escola como em clubes, escolas de teatro, de dança, desenho ou pintura enriquece a pesquisa. Da mesma forma como obter informações, diretamente com o professor de sala de aula, sobre o desempenho escolar e relacionamento interpessoal escolar. Nesta etapa, a Psicologia Escolar/Educacional pode contribuir sobremaneira, pois a avaliação pode seguir uma linha de tempo contínua que tenha apenas a observação como referência metodológica para a definição dos alunos a serem indicados aos programas. Mas, também, pode utilizar as ferramentas de testagem psicológica e de dinâmica de grupo para investigar a personalidade, a inteligência, os interesses, a criatividade, a fluência verbal, entre outros, de acordo com os interesses do programa a ser realizado de modo mais breve. A justificativa para o uso dos instrumentos de testagem psicológica e de dinâmica de grupo está na natureza e ressignificação de seus usos.

Palavras-chave: Altas habilidades, superdotação, indicadores de precocidade.

ISSN 1981-2566

A QUESTÃO DA INCLUSÃO DIGITAL COMO PROPULSORA PARA INCLUSÃO SOCIAL

Eliana Santos Pereira

Nos últimos tempos, temos presenciado com certa freqüência nas mídias de massa, apresentações e discussões 'calorosas' acerca do avanço tecnológico, sobretudo das chamadas tecnologias de informação e comunicação (TIC's). As TIC's ganharam mercado significativo com a invasão de telefones portáteis (aparelhos celulares) de valor acessível por uma grande parte da população, e o acesso à rede mundial de informações (Internet). Empresas de utilidade pública informatizaram, de modo gradativo, seu serviço de atendimento, seja por meio de atendimento telefônico (alguns, inclusive, adaptados para portadores de necessidades físicas especiais), seja on-line, em sua página eletrônica, de modo que hoje é possível tirar alguma dúvida ou mesmo resolver algum problema por esse tipo de atendimento ao consumidor. E no campo de conhecimento e aplicação da Educação, não poderia ser diferente, embora num outro momento, que se fizesse presente o emprego das TIC's. Assim como foi no contexto corporativo, a inserção das novas tecnologias de informação e comunicação, no campo da Educação não é desigual. Presenciamos uma mudança de paradigma educacional, um movimento em algumas instituições de ensino (IE), especialmente de ensino superior, migrar de maneira gradativa do ensino presencial, tal como conhecemos, para um ensino a distância, utilizando mídias impressas, audiovisuais, eletrônicas e digitais. Este novo fenômeno educacional pode ser analisado de várias vertentes, positivas ou não. O positivo sugere o 'acesso' a escola de pessoas que não o tinham, ou que nunca tiveram acesso, como pessoas que residem em locais distantes, rurais, que precisariam andar por muitos quilômetros, para chegar à instituição de ensino mais próxima. Ou mesmo para pessoas com horários de trabalho que não convergem com os dos cursos oferecidos pelas IE, como profissionais da área da saúde, por exemplo. No entanto, uma inclusão digital requer que ao menos seja considerada três questões quanto ao planejamento, aplicação e manutenção de programas neste sentido, sem os quais não seriam possíveis existir com qualidade, são as escolhas das TIC's, investimento, seja em recursos humanos e aqui se faz importante estabelecer um diálogo interdisciplinar, multidisciplinar e transdisciplinar, ou em recursos materiais, e educação, desde a formação dos profissionais que atuaram nesta modalidade de ensino, quanto ao modelo pedagógico assumido. Ainda, a questão da inclusão social perpassa a inclusão digital, quando esta última torna possível o ensino de pessoas com necessidades educativas especiais, de modo amplo da expressão, e mesmo quando ajuda a resgatar a identidade de um idoso, que se vê diante de um caixa eletrônico bancário para debitar seu 'benefício', ou quando consegue manter contato com seus parentes por meio da Internet, com recursos de mensagens eletrônicas, comunidades afins, câmeras digitais, entre outros. Pensar como as TIC's, de certa maneira, revolucionaram o modo de comunicação entre as pessoas, e o impacto e mudança social que as relações humanas sofreram, sejam no ambiente de trabalho como nas escolas, entre outros tantos, também é papel inerente aos profissionais da Psicologia

Palavras-chave: Infoinclusão, tecnologias da informação e comunicação, tecnologias educacionais.

ISSN 1981-2566

ALTERANDO O REPERTÓRIO DE LEITURA DE ALUNOS DE UMA ESCOLA PÚBLICA - ESTUDO APOIADO NO PARADIGMA DE EQÜIVALÊNCIA DE ESTÍMULOS COM USO DE SOFTWARE EDUCATIVO

Vera Lúcia de Oliveira Ponciano
Melania Moroz

A abordagem comportamental tem contribuído com experiências relevantes que fazem frente aos problemas relativos ao repertório de leitura. Propostas de ensino pautadas no paradigma de equivalência de estímulos são promissoras para o ensino de leitura com compreensão, inclusive utilizando-se de procedimentos informatizados. No entanto, os trabalhos apresentados até o momento utilizaram-se apenas de palavras, abarcando o repertório inicial de leitura. A possibilidade de serem utilizados segmentos maiores que as palavras, como frases, por exemplo, que seria indicativo de leitura num âmbito mais complexo, embora prevista teoricamente, não tem sido implementada. Foi esta a proposta da presente investigação. O procedimento de ensino foi aplicado a três estudantes, um deles com baixa-visão, que cursavam a 6ª série do ensino fundamental de uma escola pública da região metropolitana da Grande São Paulo, e não apresentavam, conforme aplicação do Instrumento de Avaliação de Leitura - Repertório Inicial (IAL-I), domínio de comportamento textual. Tendo como recurso o software educativo Mestre®, foi aplicada uma unidade de ensino composta por doze conjuntos de frases, com estímulos nas modalidades: som (frase falada), imagem (cena) e texto (frase impressa), respectivamente caracterizados como estímulo A, B e C. Alguns conjuntos foram utilizados para treino de relações (A-B e A-C) e outros para verificação de emergência de relações não treinadas (B-A, C-A, B-C, C-B, e C-A) e para teste de leitura generalizada. Apesar de o número de sessões ter sido relativamente pequeno, entre nove e dezessete sessões, de 20 a 40 minutos cada uma, os resultados indicam que os participantes tiveram avanços em relação ao diagnóstico inicial, tanto nas relações treinadas quanto nas emergentes, bem como apresentaram, em níveis diferenciados, leitura generalizada. Os dados apresentados demonstraram que a experiência teve êxito, evidenciando a viabilidade do uso do paradigma da equivalência de estímulos com frases e a possibilidade de tal uso com o software educativo Mestre®. Tal procedimento de ensino mostrou-se relevante para atender alunos que já estão em trajetória de fracasso escolar, caso dos alunos participantes, podendo servir como atividade regular no processo de aprendizagem ou mesmo como atividade suplementar; há, pois, a possibilidade de ser aplicado por professores ou demais profissionais que atuam diretamente na tarefa educativa, pois as condições ambientais e equipamentos necessários já estão disponíveis na maioria das escolas públicas. Novos estudos poderiam ser desenvolvidos no sentido de avaliar tal possibilidade, bem como dar continuidade ao procedimento e ampliar o conjunto de estímulos, com inserção de novas unidades de ensino.

Palavras-chave: Ensino de leitura, eqüivalência de estímulos, ensino informatizado.

ISSN 1981-2566

A PESQUISA COMO ESPAÇO EDUCATIVO: DA RECEPÇÃO À PRODUÇÃO DE MÍDIA NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Solange Jobim e Souza

A recepção de produtos de mídia pelas crianças é um tema de alta relevância quando se discute a educação infantil nos dias atuais. Isto porque sabemos que o tempo dedicado à mídia vem se tornando superior ao tempo dedicado às trocas interpessoais. Se antes as crianças tinham uma referência de aprendizado pautada especialmente nas relações estabelecidas com adultos, seja no âmbito da família ou nas instituições escolares, hoje percebemos que essas referências se tornam mais frágeis, devido à velocidade com que as informações circulam de forma abundante pelos meios de comunicação de massa, especialmente na TV e na Internet. Na medida em que o uso das novas tecnologias e da mídia redimensionam a própria concepção de conhecimento e dos modos de aprender e ensinar, torna-se fundamental que a pesquisa nesta área ofereça os subsídios necessários para se rediscutir o papel da educação no mundo atual, criando novas estratégias de ação. Afirmar que as crianças aprendem com a TV não é nenhuma novidade, basta conversarmos com elas sobre assuntos de seus interesses que vamos perceber o quanto o conteúdo de suas conversas é atravessado pelo que circula na cultura de massa. Entretanto, a capacidade de filtrar informações e fazer distinções não depende da quantidade de informações disponíveis, mas da qualidade dos produtos culturais a que se tem acesso, especialmente quando estes apresentam diversidade cultural e inovação estética, qualificando a audiência para ser mais exigente. Saber filtrar informações e fazer distinções requer aprendizado e as crianças serão tanto mais capazes de realizar esta tarefa, na sua relação com os produtos da mídia, quanto mais variadas são suas experiências na vida, permeadas por trocas sociais significativas com outros adultos e crianças, além do acesso aos aparatos tecnológicos e o conseqüente domínio dos signos necessários para se transitar com desenvoltura neste contexto. Portanto, uma relação crítica e criativa com a mídia não é algo dado no ponto de partida, mas requer uma tomada de consciência sobre o modo como a cultura do consumo e a sociedade da informação operam na produção da subjetividade de adultos e crianças. Neste sentido, o papel do pesquisador nas instituições de educação infantil, como mediador do debate sobre este tema, pode fazer uma grande diferença, oferecendo subsídios para enfrentarmos os desafios contemporâneos no que diz respeito à educação da criança pequena no contexto do que temos denominado pós-modernidade. Tendo como pano de fundo estas questões o Grupo Interdisciplinar de Pesquisa da Subjetividade, do Departamento de Psicologia da PUC-Rio, desenvolveu, no período de 1998 a 2005, amplo trabalho teórico e metodológico, tendo como referência a obra de Mikhail Bakhtin, sobre o tema da presença da mídia intermediando as relações entre adultos e crianças no mundo contemporâneo. Através da pesquisa, buscou-se concretizar, simultaneamente, tanto um espaço de produção de conhecimento sobre este tema, como de intervenção nas práticas sociais, criando oportunidades para que crianças e adultos (professores e pesquisadores) pudessem redimensionar de modo crítico suas experiências com as imagens técnicas e a cultura do consumo no contexto da sociedade da informação.

ISSN 1981-2566

ANÁLISE DO PERFIL DA DEMANDA POR SERVIÇOS EM PSICOLOGIA ESCOLAR EM ESCOLA DA REDE PÚBLICA

Lincoln Coimbra Martins

O presente trabalho de pesquisa foi realizado a partir do material produzido pelos alunos de graduação em psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais como parte das atividades de avaliação da disciplina Psicologia Escolar e problemas de aprendizagem. A atividade consistiu em identificar a existência e a expectativa da demanda por serviços em psicologia escolar na rede pública da grande BH e, em realizar um diagnóstico e o planejamento de atividades de intervenção tendo como referencia o conhecimento prévio construído pelos alunos sobre a realidade de cada instituição escolar. O trabalho foi realizado em grupo e orientado por um roteiro contendo os seguintes tópicos: Identificação, histórico, demanda inicial, demanda ampliada, discussão, propostas de intervenção conclusão. Metodologicamente o trabalho se apoiou em entrevistas individuais, grupos focais, análise de documentos e observação etnográfica. O principal objetivo da atividade foi habilitar os alunos da disciplina a planejar um projeto de intervenção. Como retribuição pelo consentimento em realizar o trabalho escola recebia o projeto de intervenção realizado pelos alunos em devolução previamente agendada e poderia vê-lo realizado durante os semestres seguintes como parte da disciplina estágio supervisionado II. A análise 48 relatórios realizados no período de 2002 a 2005 revela a alta prevalência (88%) de demandas de caráter clínico adaptativas que incidem quase que exclusivamente sobre o corpo discente, revelando uma percepção do psicólogo como um agente de ajustamento do aluno às expectativas institucionais. Identificou-se como outra demanda freqüente atividades de orientação e informação aos pais de forma individual e coletiva cujo objetivo, nem sempre explícito, consistia em persuadir a família a adotar os mesmos princípios e valores educativos defendidos pelos gestores das escolas. Vale ressalvar que as escolas, com raras exceções, não apresentam uma orientação uníssona no que se refere a valores ou princípios educativos. Apenas em 4% dos diagnósticos se identificou uma demanda de atividades que envolvessem o corpo docente da instituição, demandas estas orientadas na busca de conhecimentos psicológicos sobre o comportamento dos alunos em diversas faixas etárias. Os resultados encontrados indicam a predominância na rede pública da percepção do psicólogo escolar como um profissional voltado para o atendimento curativo/adaptativo individual. Identificou-se também que a presença do psicólogo na escola e seu envolvimento em tarefas de atendimento individual ou coletivo era acompanhado de uma desoneração de responsabilidades por parte a escola e seus agentes no que se referia ao envolvimento com o aluno problema. Considerações mais gerais a partir da análise do material indicam a necessidade de desenvolver estratégias políticas e técnicas direcionadas a promover uma transformação do modelo atomizado e ortopédico ainda predominante no imaginário dos profissionais da educação na direção de um modelo mais sistêmico e de promoção do desenvolvimento como centro da atividade das instituições escolares.

Palavras-chave: Psicologia escolar; intervenção, escola pública.

ISSN 1981-2566

A PESQUISA JUNTO A PROFESSORES: FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

Wanda Maria Junqueira Aguiar

Esta apresentação tem como objetivo discutir a fundamentação teórica e metodológica de algumas pesquisas que nossa equipe tem realizado e, em particular, as que aqui serão apresentadas.Iniciaremos apresentando alguns dos pressupostos orientadores das pesquisas em questão, para em seguida introduzir algumas reflexões sobre as categorias centrais utilizadas, ou seja, significado e sentido. De início, apresentaremos nossa concepção de homem, como aquele constituído numa relação dialética com o social e a história, sendo ao mesmo tempo único, singular e histórico. Um homem que ao nascer é candidato à humanidade, mas somente a adquire no processo de apropriação do mundo. Desse modo, o sujeito, em nossas pesquisas, estará sendo visto como alguém único, singular, mas ao mesmo tempo como um ser histórico e social. Seguindo esta linha de pensamento discutiremos alguns princípios do materialismo dialético, que darão suporte a nossa forma de apreender a realidade. Outro aspecto importante a ser discutido será o ponto de partida utilizado para as análises realizadas, ou seja, as palavras/signos. Desse modo, as pesquisas a serem apresentadas tomarão as falas dos sujeitos como ponto de partida, para daí caminharem na busca dos significados e sentidos constituídos. Para poder desenvolver melhor a nossa explanação, é mister enfatizar que entendemos de fundamental importância que nossas intervenções junto a professores considerem a singularidade dos indivíduos concretos nelas envolvidos, que considerem e apreendam quem é esse sujeito concreto. Isto posto, apontamos a necessidade de utilizarmos categorias que nos permitam alcançar nosso objetivo, o que, a nosso ver, justifica a utilização e mesmo a centralidade das categorias significado e sentido. Desta forma, destacamos a necessidade de discussão das categorias significado e sentido. Importante frisar que, na perspectiva adotada, a separação entre pensamento e afeto jamais poderá ser feita, sob o risco de fechar-se definitivamente o caminho para a explicação das causas do próprio pensamento, pois a análise do pensamento pressupõe necessariamente a revelação dos motivos, necessidades, interesses que orientam o seu movimento. Desse modo, além de apontar a relação dialética entre o aspecto afetivo e o simbólico, destacamos a necessidade de discutirmos a noção de necessidade e motivos para a compreensão do sujeito e, assim, dos sentidos. Mas como realizar a análise propriamente dita? Para finalizar apresentaremos uma forma de análise que não se detenha na aparência dos fatos; que nos ajude a apreender a totalidade que representa o sujeito; que não fragmente o texto; que apreenda as contradições, os momentos lacunares. Com o propósito de atingir tais objetivos, propomos a utilização da estratégia analítica - Núcleos de Significação, que será explicitada nesta apresentação

Palavras-chave: Professor, sentido, significado, núcleo de significação.

ISSN 1981-2566

A RELAÇÃO INDIVÍDUO-SOCIEDADE NA PERSPECTIVA CRÍTICA EM PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO: CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL

Marisa Eugênia Melillo Meira

Como resultado de uma visão liberal e idealista de indivíduo, o psicólogo escolar acabou muitas vezes atuando como um clínico na escola, como um psicólogo do escolar e não como um psicólogo da escola. As duras críticas dirigidas a esta forma de pensar a atuação da Psicologia Escolar, que é claramente conservadora e adaptacionista, levaram muitos autores da área a abandonar o tema da dimensão da subjetividade humana. Desta forma, o terreno permaneceu aberto para as elaborações de base idealista que colocam equivocadamente as emoções como um campo isolado dos demais processos humanos e, em alguns casos, até como determinante último da vida dos indivíduos e da vida em sociedade. No final da década de 80 e início da década de 90, surgiram estudos que buscavam resgatar esta questão, situando-a em suas relações com o contexto educacional e social. A relação entre a subjetividade e os mecanismos escolares passa a ser compreendida de maneira qualitativamente diferente. Coloca-se então o imperativo de se fazer um esforço teórico no sentido de compreender a natureza sócio histórica dos fenômenos psicológicos; de apreender-se as relações entre o psiquismo humano e a cultura. A Psicologia Histórico-Cultural constitui-se no principal conjunto teórico que fornece os subsídios teóricos necessários a esta compreensão, já que considera que a relação entre o homem e a sociedade é de mediação recíproca e que os fenômenos psicológicos são mediações entre a história social e a vida concreta dos indivíduos. O principal determinante do desenvolvimento do psiquismo é a apropriação da cultura acumulada pelo gênero humano. E esta apropriação permite a cada homem a aquisição das qualidades, capacidades e características humanas formadas historicamente e a criação contínua de novas aptidões e funções psíquicas, o que significa que tudo o que é especificamente humano se forma no decurso da vida. Com base neste referencial teórico propomos que o objeto de estudo e atuação da Psicologia Escolar é o encontro entre o sujeito humano e a educação. Assim, não limitamos nosso olhar nem ao sujeito psicológico, nem ao contexto educacional, mas nos voltamos para a compreensão das relações entre os processos psicológicos e os pedagógicos, ou, em outras palavras, para a compreensão do encontro entre a subjetividade humana e o processo educacional. E, é exatamente esta compreensão da natureza e da especificidade da educação escolar que deve iluminar e fornecer os elementos necessários para a proposição da natureza e especificidade do trabalho do psicólogo escolar.Neste sentido a finalidade da Psicologia Escolar se situa no compromisso claro com a tarefa de construção de um processo educacional qualitativamente superior. Portanto, sua função social não poderia ser outra: contribuir para que a escola cumpra de fato seu papel de socialização do saber e de formação crítica.

Palavras-chave: Psicologia histórico-cultural, subjetividade humana, psicologia escolar.

ISSN 1981-2566

A RELAÇÃO PSICOLOGIA-EDUCAÇÃO: OUTRAS LEITURAS

Iria Aparecida Stahl Merlin

A relação Educação e Psicologia é uma questão historicamente presente nas discussões brasileiras sobre o ensinar e o aprender desde o século XIX. Sempre articulada com ideologias, teorias e práticas diversas, o seu objetivo esteve e está na busca da melhora da vida humana. Este estudo preocupa-se com essa relação psicologia-educação e propôs-se a analisa a ação de estagiários do 5º ano de psicologia no trabalho executado em quatro instituições educacionais. Ele foi realizado dentro dos padrões de estágio supervisionado proposto pelo curso de Psicologia da UEL, no qual os alunos fizeram escolha pelo local de trabalho no inicio do ano letivo. Teve como objetivo a identificação das contribuições da prática de estágio para a formação do psicólogo, no trabalho em escola, e as conseqüências do uso de recursos de sensibilização da população escolar para a importância da psicologia para a educação. Os procedimentos metodológicos introduziram uma análise qualitativa dos relatos do diário de campo de treze estagiários que seguidamente foram submetidos a uma análise de conteúdo. A análise se construiu em três eixos principais: aspectos da formação que contribuíram para o trabalho, planejamento da atuação dos estagiários e reconhecimento da importância do trabalho pela comunidade escolar. Os resultados indicam a importância da prática da "escuta" e da observação em sala de aula como procedimentos básicos responsáveis pela interpretação institucional e busca constante de resolução de problemas de interação. Esses procedimentos construíram um tempo histórico para iniciar um perfil dos atores e, portanto, ofereceu aos estagiários elementos necessários para fazer a mediação dos diferentes momentos da escola. Foi um exercício de compreensão teórica do fato empírico. A análise dos dados sugere a reorganização de aspectos da formação em Psicologia, no sentido de enfatizar estudos sobre o funcionamento de grupo e práticas sociais profissionais, voltados para as demandas relacionais, organizando suporte teórico para o estágio do 5º ano. O fato da pouca familiarização dos estagiários com formas grupais de atuação, acrescido da grande demanda de problemas de caráter remediativo, gera uma interpretação que mascara as reais necessidades da escola. É uma demanda falsa gerada pela interpretação clinica e um perfil de concepção individualista, embora esteja se falando da grande sociedade que é a escola. A comunidade escolar, muito resistente, permaneceu agindo sob as formas de compreensão mais tradicional, defendendo uma abordagem clínico-médica e com a necessidade premente de ações disciplinares de contenção das atividades dos alunos. Este é um campo que o psicólogo deve intensificar pesquisa e ações mais vigorosas e consistentes para estabelecer outras compreensões. As características descritas defendem um maior cuidado com a formação no que diz respeito à introdução e o fortalecimento dos conceitos de psicologia institucional relacional. As ações do psicólogo, dirigida por essa premissa, irão transformar o cotidiano escolar que, por sua vez, transforma a ação das pessoas e assim por diante. As transformações alteram o futuro das crianças.

Palavras-chave: Psicologia na escola, psicologia relacional, formação do psicólogo.

ISSN 1981-2566

A VISÃO DE PROFESSORES ACERCA DA ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO ESCOLAR

Geovana Camargo Vargas
Mônica F. B. Correia

Há muito a literatura em Psicologia Escolar/Educacional vem tentando demonstrar uma história de inadequações na atuação do profissional da Psicologia neste cenário. Ao longo desta história que envolve diferentes modelos de atuações encontramos papéis como: (a) "aplicadores" de testes psicológicos – com o objetivo de classificar; (b) de "engenheiro humano", aquele que pode "consertar" as crianças e adolescentes "problemáticos"; (c) a "figura de marketing" – cuja presença é neutra ou apenas visa endossar a qualidade da escola. Neste sentido, o profissional não é lembrado por outros que estão no cenário educacional quando a questão refere-se a contribuir para a eficiência daquele processo. Paradoxalmente, é justamente a Psicologia uma das ciências mais requisitadas para oferecer subsídios ao trabalho educativo, ou seja, ao desenvolvimento e à aprendizagem ou construção de conhecimentos, e que, entretanto, não tem sido reconhecida como tal tanto pelos próprios psicólogos quanto por educadores. Propostas atuais colocam que o processo de aprendizagem deve ser visto como multidimensional (exigindo trabalho em equipe), dinâmico (exigindo avaliações constantes), contextual (exigindo análise da instituição) não tendo caminhos padronizados e devendo envolver todos os personagens. Assim, partindo do pressuposto que as escolas geralmente esperam um psicólogo que trabalhe isoladamente, essencialmente com alunos "problemas" e com professores apenas para facilitar a solução/compreensão destes problemas, a presente pesquisa objetivou analisar a visão dos professores acerca da atuação deste profissional quando inserido no cenário escolar. Para tanto foram entrevistados 24 professores de escolas públicas e particulares de médio/grande porte de uma capital nordestina. Os resultados demonstraram que 12,5% dos docentes (todos de escola pública) não sabiam da presença de um profissional de Psicologia na instituição. Aqueles que sabiam da existência de psicólogos relataram ser sua atuação como basicamente de acompanhamentos individuais – 43,5% - (tanto de comportamento, quanto "emocional" e escolar) dos alunos, seguindo-se – 17,3% - a atuação como mediador das relações entre alunos e professores, pais e alunos, alunos e funcionários (tal atuação colocada por metade dos professores de escolas particulares). A função de atender aos pais que vão à escola e de orientar os professores a como agir com determinados alunos apareceu em 13% e 11% das respostas, respectivamente. A atuação junto ao processo educativo foi colocada por apenas um professor de escola particular, representando apenas 2,3% das respostas apresentadas. Em relação ao trabalho que deveria ser realizado nas escolas, os professores mantiveram a importância dos acompanhamentos individuais, mas acrescentaram a necessidade de um trabalho que fosse mais próximo ao professor – 26,4% das respostas – e em equipe – 10,6% das respostas. Sendo assim, percebe-se uma demanda por um trabalho mais significativo, que não tem acontecido. Desta forma, os resultados confirmam a atuação individualizada e com pouca ou nenhuma relação com o processo educativo, o que corrobora com a literatura existente na área, e a necessidade de maiores reflexões a respeito da atuação neste contexto.

Palavras-chave: Atuação do psicólogo, contexto educacional, psicologia escolar.

ISSN 1981-2566

A VIOLÊNCIA NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DO FUTEBOL SOB A PERSPECTIVA DE GÊNERO – UM ESTUDO COMPARADO DESSE ESPORTE NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA E NOS TREINOS PARA FORMAÇÃO DE JOGADORES

Marcel de Almeida Freitas

A pesquisa pretende investigar se há paralelo entre a socialização de gênero vigente em nossa cultura com a violência no futebol, já que o modo como os grupos rivais se relacionam é no sentido de feminilizar o Outro, apresentando lógica similar à típica do espaço doméstico onde existe a violência masculina para com o feminino e pelo fato de que gênero e violência têm em comum o fato de serem fenômenos transversais. Sendo um processo que faz parte da socialização esportiva dos adolescentes, presumo que a Psicologia e a Antropologia não cobririam satisfatoriamente a dinâmica de aprendizagem/ensino acerca da violência no futebol significada pelo gênero. Ademais, creio que o campo da Educação colabora de modo mais efetivo não somente para a investigação teórica, mas também em possíveis ações didáticas e reelaborações curriculares tendo como foco esse fenômeno sócio-cultural. O objetivo geral é perscrutar se o campo da Educação é central no engendramento da dinâmica sóciocultural nomeada 'relações de gênero' modelando subjetividades masculinas agressivas e ethos virilizantes violentos e se tais aspectos se manifestam no ensino-aprendizagem de um fenômeno tipicamente masculino: o futebol. Num segundo momento, caso tal processo for confirmado, se indaga como ocorrem as imbricações entre relações de gênero e violência e suas manifestações pedagógicas na área esportiva – aulas de Educação Física e treinos num time profissionalizante de futebol. Em não se verificando importantes dinâmicas de gênero nesse locus, o objetivo é, então, explorar que diretrizes culturais tomam a violência – tanto física quanto discursiva – no ensino-aprendizagem do futebol, enfim como ela se exterioriza nos discursos e nos procedimentos pedagógicos desse esporte. O objetivo 'aplicado' da pesquisa é facilitar uma auto-reflexão grupal não prescritiva acerca dos temas relacionados à violência no futebol sob esse recorte: misoginia, homofobia, exclusão/inclusão e agressividade nos esportes. Desta feita, ao longo da pesquisa serão 'ensaiados' métodos de intervenção grupal que tratem dessas situações reais numa perspectiva da tolerância e da aceitação da diferença nos esportes (o respeito físico e psicológico pelo Outro: mulheres, negros, obesos, homossexuais, estrangeiros, etc.). Quiçá, posteriormente, oficinas junto às torcidas organizadas poderão ser implementadas com base nesse primeiro trabalho realizado nos contextos de escolarização aludidos.

Palavras-chave: Currículo, violência, gênero, ensino esportivo, didática.

ISSN 1981-2566

A PROGRESSÃO CONTINUADA NA PERSPECTIVA DE ALUNOS DE 4ª SÉRIE DO ENSINO FUNDAMENTAL

Lygia De Sousa Viégas

O presente trabalho pretende apresentar a perspectiva de alunos de 4ª série do ensino fundamental acerca do Regime de Progressão Continuada, programa de governo implantado por meio de um decreto-lei em todas as escolas da rede pública estadual paulista em 1998. O objetivo declarado pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo foi o de transformar os altos índices de reprovação, defasagem série/idade e evasão, que impunham na história da escola pública a marca da exclusão. A partir da Progressão Continuada, o ensino fundamental público paulista foi reorganizado em dois ciclos de quatro anos cada (Ciclo I: 1a série à 4a série; Ciclo II: 5a série à 8a série), no interior dos quais não pode haver retenção dos alunos, à exceção dos faltosos. Tendo sido elaborada e implantada como política de governo, considera-se fundamental apresentar e analisar criticamente o discurso oficial, o que será feito tomando por base documentos da Secretaria de Educação e do Conselho Estadual de Educação do Estado de São Paulo, sobretudo no contexto de implantação. Especial destaque será conferido às motivações e concepções (pedagógicas, psicológicas e políticas), bem como às estratégias oficiais de implantação desse programa de governo nas escolas. Posto isso, é possível entender criticamente como essa política pública está sendo construída no dia-a-dia da vida escolar. Por meio de duas pesquisas qualitativas, de inspiração etnográfica, aproximamos-nos do chão de duas escolas: a primeira pesquisa centrou-se na perspectiva docente, quando foram realizados grupos reflexivos e entrevistas individuais; a segunda pesquisa centrou-se na perspectiva de alunos, coletadas por meio de observações participantes, encontros grupais, entrevistas individuais e análise documental. O presente trabalho irá centrar-se na apresentação e análise de falas de alunos partilhadas com a pesquisadora ao longo do trabalho de campo. Serão abordados principalmente os seguintes temas: aprovação e reprovação escolar; avaliação; progressão continuada; a vida na sala de aula; mudança de ciclo. Concepções de professores e familiares de alunos também serão apresentadas, tendo em vista que muitas contribuem para compreender criticamente as falas de alunos. As pesquisas desvelaram que esse programa de governo caracterizou-se pela ausência de participação daqueles que constroem a vida diária escolar na sua elaboração e implantação: equipe gestora, professores, funcionários, alunos, familiares. A pouca participação de todos produz efeitos na forma como a Progressão Continuada está sendo construída nas escolas públicas paulistas: desconhecimento, confusões, suposições, distorções, desconfianças, adaptações, alheamento. Ao mesmo tempo, por meio das pesquisas, professores, alunos e familiares puderam aprofundar seu conhecimento dos contornos dessa política pública educacional, ampliando sua participação na discussão do tema. Trata-se, portanto, de um rico material, que pode contribuir criticamente para a construção bem sucedida de políticas públicas educacionais do porte da Progressão Continuada.

Palavras-chave: Progressão Continuada, perspectiva discente, ensino fundamental.

ISSN 1981-2566

A VIOLÊNCIA E ESCOLA: UMA EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO EM PSICOLOGIA

Esther Dantas
Rafaela Mendonça Biscaia

As primeiras pesquisas acadêmicas sobre a violência nas práticas escolares, iniciaram na década de 80 e concentram-se sobre a violência que parte das práticas escolares,que são consideradas autoritárias e estimuladoras do clima de violência(Aquino,2001).Atualmente,alguns autores que estudam a instituição escola, consideram que esta não é uma mera reprodutora da violência advinda do plano macroestrutural da sociedade(Guimarães,1996;Zaluar e Leal,2001;Patto,2005).Guimarães (1996), argumenta que a escola também produz sua própria violência, e sua própria indisciplina. Patto(2005),ressalta que discutir a violência nas escolas só é possível quando se considerar a violência das escolas.A violência passa a ser compreendida,portanto,não como um fenômeno exógeno e que é reproduzido pela escola,mas sim como pertencente ao cotidiano escolar, no qual ocorre a (re)apropriação pelos diversos atores envolvidos dos diversos significados de violência.O presente trabalho busca analisar a experiência de estagiárias de psicologia,durante a intervenção em uma escola pública.Durante o período de um ano de estágio,foram feitas algumas práticas para conhecer as percepções dos diversos envolvidos no processo de aprendizagem,como observações em sala de aula,entrevistas com alunos,familiares,professoras e funcionários.A análise destas práticas trouxe a tona,diversas situações observadas e relatadas diretamente às estagiárias e que desvelam situações de violência psicológica e física,tanto entre professores e alunos, quanto entre os funcionários e funcionários e familiares.São exemplos de violência:desentendimentos entre professores e alunos,acompanhadas de xingamentos,aplicação de castigos como proibir a ida ao recreio entre outros.Ao longo do estágio,foi possível às estagiárias fazer observações para os diversos envolvidos nas situações de violência, principalmente professores e alunos e,pontuar para estes que práticas de violência realizavam,mas,a reação das professoras foi a de culpabilização dos alunos,como responsáveis pelos atos de violência.A culpabilização pelos desajustes entre as expectativas da escola e os comportamentos apresentados pelos alunos,demonstra o descompasso entre a escola pública e alunos pertencentes geralmente à famílias pobres, demonstrando o preconceito presente na sociedade(Patto,2005).Foi percebido,a violência nas relações entre alguns profissionais da escola e as estagiárias,através dos diversos descumprimentos de acordos,como o “despejo” de um espaço físico que fora designado para o uso das estagiárias,a falta de cumprimento de atividades a serem feitas com os alunos pela professora:a fixação na parede da sala de aula,de cartazes elaborados pelos alunos na reunião com as estagiárias.Novamente,a atuação das estagiárias foi feita através de sinalizações destes atos de violência à equipe,trazendo aos profissionais da escola,a possibilidade de reflexão sobre a violência da escola,e como cada um dos professores,também estava envolvido na mesma,contribuindo para a imbricação desta no cotidiano da escola, tornando-a parte da escola, parte de sua constituição, como instituição.Finalmente,pode-se considerar que é muito relevante a continuidade da participação da psicologia no cotidiano escolar, contribuindo para o desvelamento de discursos, que apenas demonstram o preconceito presente na sociedade.A psicologia pode trazer a possibilidade de problematização à equipe envolvida no processo de aprendizagem, para tentar quebrar a cristalização de concepções, como a da violência enquanto fenômeno extrínseco a escola, e que contribui somente, para o descompromisso destes profissionais com o ensino de qualidade.

Palavras-chave: Violência escolar, estágio, psicologia escolar.

ISSN 1981-2566

AMBIGÜIDADE, CRISE E TRANSFORMAÇÃO:UM ESTUDO SOBRE A EXPERIÊNCIA DE ALUNOS DE BAIXA RENDA NUM CURSINHO POPULAR

Allan Saffiotti

Os cursinhos populares, ou alternativos, são organizações cujas intenções são possibilitar o acesso à universidade pública pelas camadas mais pobres da população e favorecer a atuação dos sujeitos através de sua própria experiência e não de normas instituídas. Embora os primeiros cursinhos populares tenham surgido na década de sessenta, somente em meados de noventa ocorreu uma grande expansão, constituindo-se um fenômeno recente. Os estudos disponíveis na literatura não têm como objetivo analisar a experiência do aluno, senão secundariamente, a partir do olhar sobre o processo educativo ou do acesso, ou não, à universidade. Esta pesquisa tem por objetivo realizar um estudo psicossocial sobre as transformações por quais passaram jovens oriundos de famílias de baixa renda que tiveram a experiência de estudar em um cursinho popular. Há sofrimentos comuns aos adolescentes, outros aos vestibulandos. A partir da minha vivência, (como aluno regular, como auxiliar pedagógico e finalmente como estagiário do Plantão Psicológico daquela instituição), acredito que haja também sofrimentos característicos deste grupo de jovens, que trazem em sua história reiteradas experiências de humilhação política, exclusão dos bens públicos e dificuldade de acesso à cultura e ao conhecimento. Portanto, considero relevante explorar em profundidade as relações estabelecidas naquele cursinho popular (aluno-professor, aluno-aluno, aluno-conhecimento, aluno-família) e como estes alunos significaram essas experiências. A pesquisa adotará como instrumentos a reconstrução autobiográfica de minhas experiências neste cursinho popular e dos depoimentos de alunos egressos por mim atendidos em Plantão Psicológico. A escolha das perguntas disparadoras do roteiro das entrevistas remontará à interrogação de algum traço ou impasse marcantes retirados da experiência do Cursinho por estes alunos das classes pobres, tal como eu tenha já podido testemunhá-lo. Assim, procurar-se-á circunscrever as narrativas no âmbito do tema estudado, porém possibilitando a livre expressão dos sujeitos, de forma a constituir um panorama da vivência e da elaboração de suas próprias experiências no contexto das práticas deste cursinho popular. Posteriormente, procederei a uma análise sobre como a experiência de estudar neste cursinho afetou a percepção que estes alunos tinham sobre si mesmos, seu lugar na sociedade e a mudança na relação que estabeleciam com o conhecimento.

Palavras-chave: Cursinho popular, transformação social, jovens de baixa renda, subjetividade.

ISSN 1981-2566

APRENDIZAGEM - UM PROCESSO DE PRODUÇÃO DE SENTIDO

Cláudia Santos Gonçalves Barreto Bezerra

O presente estudo aborda a constituição subjetiva do aprender para crianças consideradas, pelos seus professores, como fracassadas no processo de escolarização. Pretende também compreender como a escola e a família se apresentam como mediadores nesse processo. Inicialmente, faz-se necessário ressaltar que se trata de um trabalho que privilegia a participação da criança como sujeito da pesquisa, com destaque para a importância de ouvi-las e de conhecer o que sentem, pensam ou desejam em seu processo de aprender. Os caminhos percorridos neste estudo são permeados pelo aporte teórico da Psicologia Histórico-Cultural, cuja concepção considera o aprender não somente segundo a produção direta da criança frente ao processo de conhecimento, mas em descobrir como ela irá intervir de diferentes formas nesse processo. Muitas vezes, o conhecimento é organizado em um enfoque determinista e padronizado, o que dificulta o desenvolvimento de um trabalho em que o aluno se utiliza de maneiras diferentes no momento de construir seu aprendizado. Conseqüentemente, na sua atuação, a escola transforma essas diferentes maneiras de aprender em dificuldades de aprendizagem ou dificuldades no processo de escolarização. Desse modo, este estudo levanta reflexões sobre a produção do sucesso ou de fracasso da criança, na maioria dos casos, relacionada à uniformização do conhecimento e a um sistema de avaliação falho, excludente, que seleciona, compara e rotula. Como a disposição para o aprender não depende somente da criança, pois envolve todo um conjunto de fatores materiais, sociais e emocionais, a prática pedagógica deve garantir condições para que essa atitude favorável se manifeste significativamente. Revela a necessidade de se compreender que a construção do conhecimento implica um processo de produção de sentido que envolve de maneira especial as dimensões do afeto e do desejo. Dessa forma, esse trabalho aponta para uma pedagogia que sustenta seus objetivos, conteúdos e formas vinculados à realidade concreta de quem aprende. Portanto, o educando poderá estabelecer relações significativas entre os conhecimentos trabalhados no contexto pedagógico e os saberes vivenciados na sua realidade social. O percurso deste estudo nos apontou para o processo de aprendizagem como produção de sentido, construindo indicadores que nos possibilitaram compreender elementos significativos da constituição subjetiva do aprender para Ada, Tadeu, Tim e Bia. Sujeitos que, por não conseguirem se moldar às formas padronizadas de aprendizagem foram inseridos num espiral de exclusão dentro do espaço escolar. Um contexto produtor de um sentido subjetivo caracterizado pela insegurança, medo e sentimentos de inferioridade. Sendo assim, será apresentado nesse trabalho o estudo de caso de um dos sujeitos da pesquisa possibilitando momentos de discussão sobre pontos importantes dessa pesquisa e da interação entre pesquisador e sujeitos.

Palavras-chave: Aprendizagem, subjetividade, exclusão.

ISSN 1981-2566

ALTERIDADE E EXCLUSÃO SOCIAL: UMA RELAÇÃO ENTRE SOCIEDADE E ESCOLA

Miriam Aparecida Graciano de Souza Pan
Maiana Jugend
Germano Manoel Pestana
Marlon Reikdal

Este trabalho apresenta uma análise parcial da pesquisa "Práticas de Letramento e Processos Subjetivos: um estudo sobre exclusão escolar", desenvolvida junto ao projeto de extensão "Letramento e Inclusão Social" no Núcleo de Psicologia, Educação e Trabalho da Universidade Federal do Paraná. Tem por objetivo articular os conceitos de alteridade e de exclusão social às práticas discursivas escolares, analisadas a partir da realidade de uma escola pública de Curitiba. Trata-se de uma instituição que atende 1100 alunos de 1ª a 8ª séries do Ensino Fundamental no período diurno, e 300 alunos do Ensino para Jovens e Adultos no período noturno. A intervenção/investigação realizada na escola deu-se no segundo semestre de 2004 e no ano de 2005, utilizando como instrumentos: oficinas de arte, entrevistas e questionários com alunos, funcionários, professores, supervisão e direção. O diagnóstico institucional ocorreu no segundo semestre de 2004 envolvendo questionários com setenta e um alunos de 6ª, 7ª e 8ª séries, além de três entrevistas com alunos de 7ª e 8ª séries, nove professores, seis funcionários, uma supervisora e a diretora da escola. Com base nestes dados, no ano de 2005 desenvolveu-se o projeto "Saber Escutar", construído coletivamente a partir da queixa recorrente de que “alunos e professores não se escutavam”. A intervenção foi direcionada às quatro turmas de 6ª séries, consideradas pela instituição como turmas problemáticas, as quais requisitaram atenção especial no sentido de “saber escutar”. Foram realizadas cinco oficinas com cada turma, em encontros semanais. As atividades realizadas envolveram diferentes músicas que eram ouvidas e discutidas pelos alunos, tendo por objetivo proporcionar a prática da “escuta”. Os resultados das oficinas retratam o cotidiano da instituição, onde ninguém ouve ninguém. Os alunos não se ouviam, não eram ouvidos pela escola e também não ouviam a escola. Essas relações "ensurdecidas" possibilitaram aos sujeitos uma reflexão sobre “o quanto as pessoas dão ou não lugar uns aos outros”, o que conduz a processos velados de exclusão e à ruína das relações de alteridade. Os dados evidenciados na escola conduzem à afirmação de que tal dificuldade não é exclusividade da instituição estudada, mas algo que se torna cada dia mais evidente nas instituições contemporâneas. Conclui-se que esta escola explicita um problema encontrado em uma sociedade onde impera o modelo econômico neoliberal, o qual gera sofrimento aos sujeitos que nele se constituem, os quais não encontram o “seu lugar” subjetivo e a sua importância, configurando-se como um descarte do “ser humano”. Desse modo, trabalhar os sentidos das relações escolares sensibilizando seus integrantes para a importância do sentido do outro na constituição do sentido de si mesmo, de maneira a acolher e não excluir as diferenças, torna-se prioridade para uma intervenção eticamente orientada em psicologia escolar. Consolida-se assim, uma proposta de trabalho que possa viabilizar o princípio constitucional e humano de direito à educação para todos.

Palavras-chave: Alteridade, exclusão social, saber escutar, ensino fundamental.

ISSN 1981-2566

AS BRINCADEIRAS NO ESPAÇO URBANO

Maria Ângela Barbato Carneiro

O consumo de brinquedos vem crescendo muito entre as crianças, por essa razão este trabalho teve como objetivo investigar quais são as brincadeiras das crianças no espaço urbano, de modo particular na cidade de São Paulo. A pesquisa, na modalidade de estudo de caso, investigou 18 crianças de ambos os sexos, de uma escola privada que atende à classe média alta e classe alta da cidade de São Paulo, com idades entre 4 e 9 anos de idade. O instrumento utilizado foi uma entrevista semi-estruturada que buscava as seguintes informações: caracterizar os sujeitos, obter informações de onde brincavam, com quem brincavam, se brincavam com os pais, quais as brincadeiras que mais gostavam de realizar e com quem haviam aprendido. Os dados analisados qualitativamente mostraram que as crianças embora tendo lugar para brincar, nem sempre brincam por falta de tempo, de companhia e até mesmo por desconhecerem o que é brincar. A falta de tempo é determinada pelo acúmulo de atividades extra-curriculares às quais a criança é submetida, impedindo que ela disponha de tempo para brincar. Naquela escola, particularmente, ainda foi possível observar nos depoimentos das crianças que elas realizam brincadeiras tradicionais. Os resultados obtidos mostraram que a brincadeira de boneca é a predileta entre as meninas, enquanto entre os meninos são comuns aquelas que necessitam mais de ação, tais como a bola, esconde-esconde, pega-pega. No entanto há um fascínio pelos jogos de informática. A influência da TV é muito grande entre as crianças que chegam a considerá-la como uma brincadeira e inclusive algumas delas brincam no espaço onde ela está inserida. Observou-se, ainda, que as crianças brincam pouco, aprendem a brincar com amigos, irmãos e avós, interagem pouco com os pais durante e, quase sempre, brincam sozinhas.

Palavras-chave: Brincadeira, criança, espaço urbano.

ISSN 1981-2566

ATENDIMENTO ESPECIALIZADO DO PSICÓLOGO ESCOLAR NA PERSPECTIVA INCLUSIVA: A REFORMULAÇÃO DE PRÁTICAS INSTITUCIONALIZADAS.

Tania Gonçalves Martins

O processo de inclusão está se tornando cada vez mais presente e tem provocado uma série de reestruturações em todos os meios em que se inscreve. No plano educacional, a proposta inclusiva exige mudanças expressivas na organização das instituições educativas, seja na estrutura física dos prédios, na estruturação curricular ou reestruturação do projeto político pedagógico, e até mesmo nas atitudes dos profissionais envolvidos no processo educativo. A finalidade é propiciar a inclusão total, no sentido de que as escolas possam se adequar para receber e promover o desenvolvimento de todos os alunos, independentemente das necessidades educacionais especiais que apresentem. Nesta perspectiva, a vigência de um sistema de ensino de educação especial, paralelo ao ensino da rede comum, está sendo discutida A Secretaria de Educação de Minas Gerais iniciou, em 2006, a implantação do Projeto Escolas Especiais: Um Novo Tempo que pretende mobilizar os profissionais dessas instituições para que atendam a uma nova proposta de ação que visa transformar as escolas especiais em centros de apoio para as escolas comuns, caracterizando-se como um serviço complementar da educação inclusiva. Um dos objetivos específicos deste projeto é reordenar os atendimentos educacionais especializados existentes nas escolas especiais a partir do paradigma da inclusão. Partindo deste contexto, considerando que o psicólogo escolar representa um dos atores que têm como função dar respaldo à prática do professor, propõe-se um estudo para verificar a implantação do atendimento educacional especializado pelos psicólogos que fazem parte do quadro funcional das escolas especiais da rede estadual de Belo Horizonte. Pretende-se verificar as demandas identificadas nas instituições de ensino para o setor de psicologia e analisar as propostas de atuação elaboradas (ou reformuladas) por esses profissionais em conformidade com a proposição de assessorar os profissionais da educação especial e das escolas inclusivas da rede comum. O delineamento metodológico compreende: 1) realização de entrevistas semi-estruturadas com os psicólogos que atuam nas escolas especiais da rede estadual de Belo Horizonte – MG, 2) análise documental dos projetos pedagógicos dessas escolas elaborados no ano letivo de 2006 e a reformulação deste documento para o ano letivo de 2007 de acordo com a exigência de adequação do serviço das escolas especiais como centros de apoio às escolas inclusivas. O material será analisado com base em processos qualitativos de análise de conteúdo.

Palavras-chave: Psicologia Escolar, educação inclusiva, educação especial.

ISSN 1981-2566

BRINCAR E AMBIENTE EDUCATIVO: (IN)CONGRUÊNCIAS

Alysson Massote Carvalho
Marcelo Fonseca Gomes de Souza
Maria Michelle Fernandes Alves

O brincar tem sido considerado como uma dos principais processos envolvidos no desenvolvimento infantil, o qual vem ganhando enorme ênfase no contexto de instituições de saúde e de educação. Nestas últimas, tem-se destacado a sua contribuição para os processos pedagógicos, pois, a partir dele, a criança atua modificando o ambiente, ao mesmo tempo em que, criativamente, se modifica num complexo e dinâmico processo de ensino-aprendizagem. Nas discussões recentes sobre o desenvolvimento tem se destacado a variável ambiente educativo, refletindo como as diversas disposições do contexto passam a exercer uma significativa influência na maneira como ocorrem as interações lúdicas. A partir dessa importância atribuída ao brincar no contexto educacional foi proposta a presente pesquisa. Ela teve como objetivo descrever e analisar as relações existentes entre o ambiente da instituição educativa e o comportamento de brincar de seus educandos, tendo como referência o seu projeto pedagógico, a sua rotina diária de atividades e as variáveis sexo e idade. Foram sujeitos 542 crianças, de ambos os sexos, na faixa etária entre 3 e 6 anos assim como 10 educadores de 05 instituições de educação infantil. O modelo de investigação foi do tipo estudo exploratório descritivo. As técnicas utilizadas foram filmagem das crianças em situação de recreação livre e entrevistas semi-estruturadas com os educadores. Utilizou-se a técnica de análise microgenética para as filmagens, com o recorte dos episódios de brincar e a sua classificação em categorias. Para as entrevistas e os projetos pedagógicos utilizou-se a técnica análise de conteúdo. Na análise estatística foi utilizada a técnica CHAID (Detector Automático de Interação Baseado em Qui-Quadrado).Os resultados indicaram que as brincadeiras mais predominantes em todas as idades e gêneros foram o brincar de realidade e o de fantasia. Houve também diferenças no modo de brincar das crianças em função das variáveis sexo e idade. Crianças mais novas apresentaram maiores freqüências no brincar de realidade do que crianças mais velhas. Nessas últimas, observou-se maior freqüência de brincadeiras que envolviam jogos. Meninas brincaram mais com bonecas, envolvendo comportamentos de cuidado e pediram mais a participação dos adultos nas brincadeiras do que os meninos. Estes, por sua vez, brincaram mais agonisticamente em brincadeiras de fantasia. Quanto ao ambiente, as entrevistas e a análise dos projetos pedagógicos apontaram uma grande preocupação por parte dos profissionais em relação ao brincar. Contudo, a avaliação da rotina das instituições indicou que esse interesse não se traduz nas atividades diárias com as crianças. O brincar é utilizado preponderantemente como um meio didático em atividades orientadas para a transmissão de conteúdos, em detrimento do comportamento lúdico enquanto um processo automotivado. Os resultados obtidos demonstram que é necessário repensar a organização das atividades lúdicas no contexto das instituições educativas. Estas deveriam se estruturar de maneira a propiciarem melhores condições para a emergência das brincadeiras pelas crianças possibilitando, assim, a integração entre o projeto pedagógico, as práticas do currículo formal e o brincar, subsidiando as transformações e o aprimoramento da qualidade da educação oferecida nas instituições escolares.

Palavras-chave: Desenvolvimento, brincar, educação.

ISSN 1981-2566

BULLYING: A AGRESSÃO COMO UMA FORMA DE DEFESA?

Maria Balbina de Magalhães Gappmayer

A preocupação com o comportamento infantil e o seu desenvolvimento é um assunto que vem permeando cada vez mais os estudos de educadores, psicólogos, pais e outros profissionais que se dedicam aos cuidados com as crianças. Dentre as diferentes características comportamentais que têm preocupado os pesquisadores do repertório infantil, estão aquelas que se manifestam nas interações sociais infantis. O bullying, que pode ser definido como a violência entre pares, tem trazido à tona a necessidade da busca por explicações quanto à etiologia desses comportamentos e a manutenção dos mesmos. O aumento da freqüência da busca da agressão, como forma de solucionar conflitos que se estabelecem entre as próprias crianças, tem apontado para conseqüências sérias como a dificuldade em se relacionar com pais, professores e colegas. A agressão como recurso para solução de problemas acaba por gerar um ciclo vicioso, difícil de ser interrompido. Nos consultórios de psicologia e nas escolas tem sido, cada vez mais comum a queixa de pais e professores em relação a crianças agressivas e suas vítimas. O aluno que lança mão da violência como recurso, acaba por ser estigmatizado como uma criança agressiva, mesmo que tenha usado da mesma como forma de se defender. O presente trabalho tem por objetivo identificar a incidência de comportamentos agressivos entre crianças de 7 a 9 anos, alunos de escolas do município de Mafra, em Santa Catarina. Além de verificar a freqüência da violência, o estudo também se dispõe a identificar quantas crianças são vítimas e quantas são, de fato, agressoras. Para observação desses comportamentos, as autoras optaram pela aplicação de um questionário construído a partir do levantamento bibliográfico e adaptado de instrumento utilizado em pesquisas em Portugal. O questionário foi aplicado junto às crianças após a autorização prévia dos pais e das escolas. A partir dos dados coletados, pôde-se observar que a agressão de fato é um comportamento presente nas relações sociais infantis e faz vítimas. Os resultados apontam para a necessidade do desenvolvimento de um trabalho junto às crianças que, muitas vezes, desenvolvem o comportamento agressivo como forma de se preservar de outras agressões ocorridas, inclusive, no ambiente familiar. Constatou-se a importância de intervenções de prevenção primária e secundária a fim de auxiliar no desenvolvimento emocional de todas as crianças, que de uma forma ou outra, estão envolvidas com a violência (sejam elas vítimas, autoras ou expectadoras). O trabalho precisa envolver, não só as crianças, seus familiares, mas a comunidade escolar, como um todo. As instituições, hoje, frente às inúmeras obrigações que se deparam, muitas vezes, não tem possibilidades de detectar e muito menos lidar com a situação de bullying. Dessa forma, os casos que ocorrem nos espaços educacionais nem sempre recebem a atenção necessária e nem é dada a devida importância, levando muitas instituições a ignorarem tais comportamentos, por falta de informações.

Palavras-chave: Violência, escola, defesa, família.

ISSN 1981-2566

AS CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA ESCOLAR NO ATENDIMENTO À FAMÍLIAS

Viviane Prado Buiatti Marçal
Liliane dos Guimarães Alvim Nunes

Acreditamos que a definição de família, suas funções, as oportunidades que oferece aos seus membros para aprenderem e se desenvolverem está condicionada aos valores culturais da comunidade em que está inserida. As crianças aprendem no seio da família: perguntando, provocando, participando em atividades com outras pessoas, aprendem valores culturais, noções, conceitos, maneiras de fazer e de ser. Não aprendem somente um conjunto de conhecimentos sobre o mundo, mas também uma representação sobre os outros e sobre si mesmo. Prevalece uma visão idealizada por parte de diversos profissionais de que a família normal é aquela em que as pessoas vivem em harmonia, sem brigas, cooperando sempre, sem stress. Porém essa visão se desmorona toda vez que se observam problemas familiares; toda família vive conflitos. A função da escola, analogamente à da família é criar um contexto de aprendizagem entre seus membros onde possa haver interações construtivas que colaborem com o desenvolvimento do indivíduo. Tendo em vista o impacto das diferentes crenças dos pais sobre desenvolvimento e aprendizagem, verifica-se a importância do trabalho da psicologia escolar frente às famílias com objetivo de buscar aproximá-las do processo de construção de conhecimento vivido pelos seus filhos em diversos ambientes, dentre eles, o ambiente escolar. A nosso ver, as dificuldades apresentadas pelas crianças estão relacionadas tanto às características próprias da criança, quanto a atitudes da família e ainda da escola. A problemática vivida pela criança na escola é o resultado da inter-relação de toda essa rede que constitui o contexto de sua vida. Assim é importante que o psicólogo escolar tenha cautela na avaliação diagnóstica, para não estigmatizar a criança, criando barreiras à sua superação. Além disso, é fundamental o apoio ao professor, pois o comportamento da criança com dificuldades escolares pode despertar, no docente, sentimentos de intolerância, frustração, desvalorização que por sua vez alimentam e até podem provocar reações mais intensas no aluno. Neste contexto, cabe ao Psicólogo no contato com as famílias, quando avalia a dificuldade de aprendizagem, apreender como a mesma traz a queixa e como ela é relatada; quais causas ela atribui ao “problema”; investigar as relações da família e escola; atentar para o discurso das pessoas; ouvir a família, acolher e estar disponível para orientar, realizar parceria com o professor e quando necessário o atendimento à criança. Diante disso, é fundamental que se faça uma reflexão sobre o trabalho com as famílias, sugerindo alternativas de intervenção psico-educacionais e se discuta sobre a atuação do psicólogo escolar para que a participação dos pais na escola seja ampliada.

Palavras-chave: Psicologia escolar, família, atuação do psicólogo.

ISSN 1981-2566

AUTOCONCEITO E USO DE ESTRATÉGIAS DE APRENDIZAGEM EM ESCOLARES

Rosely Palermo Brenelli
Selma de Cassia Martinelli
Evely Boruchovitch
Karen Hyelmager Gongora Bariccatti
Renata Bonturi von Zuben
Katya Luciane Oliveira

A literatura define o autoconceito como um conjunto de crenças que norteiam a conduta dos indivíduos. Consiste em um sistema de atitudes, de representações e de processos cognitivos que a pessoa tem sobre si mesma, resultante da quantidade e da qualidade das interações estabelecidas ao longo da vida. É considerado como um constructo multidimensional e um dos aspectos afetivos-emocionais relacionados à aprendizagem. As estratégias de aprendizagem são conceituadas como ações mentais e comportamentos com os quais se envolve um aluno durante a aprendizagem, com o objetivo de influenciar o processo de codificação e assim facilitar a aquisição e a recuperação das informações armazenadas na memória de longa duração, encontrando-se, assim, ligadas ao processamento de informação. O uso de estratégias cognitivas e metacognitivas tem sido apontado pelas pesquisas como relevante para o bom processamento da informação e para a aprendizagem auto-regulada. As primeiras ajudam o estudante a organizar, elaborar e integrar a informação; enquanto as segundas são procedimentos que o indivíduo usa para planejar, monitorar e regular o seu próprio pensamento, seus processos cognitivos, seus estados afetivos e seu comportamento. O rendimento acadêmico de escolares, em geral, é determinado por um conjunto de variáveis interdependentes, dentre elas, as de ordem cognitiva, afetiva e social. Esta interdependência pode ser estudada a partir de diferentes variáveis. O objetivo da presente pesquisa foi verificar as relações entre o autoconceito e o uso de estratégias de aprendizagem em escolares. Foram estudados 262 alunos de 4ª série do ensino fundamental, de sete escolas públicas do interior do Estado de São Paulo. A faixa etária dos participantes variou de nove a treze anos. Os dados foram coletados por meio de dois instrumentos: uma Escala de Autoconceito Infanto-Juvenil (EAC-IJ), composta por 20 questões, abrangendo quatro sub-escalas: autoconceito pessoal, escolar, familiar e social e por meio de uma Escala de Estratégias de Aprendizagem, contendo 20 itens, com o objetivo de avaliar o repertório de estratégias, cognitivas e metacognitivas, empregadas pelos participantes. Para análise dos dados, foi considerado na Escala de Autoconceito Infanto-Juvenil, o autoconceito geral correspondente à somatória das pontuações obtidas pelos participantes nas quatro sub-escalas que compõem o instrumento. Na Escala de Estratégias de Aprendizagem, considerou-se a pontuação geral obtida tanto para o uso de estratégias cognitivas como metacognitivas. Os resultados demonstraram, entre as duas variáveis estudadas, uma correlação altamente significativa, positiva e moderada ($rs = 0,319$: $p = 0,00$), confirmando as relações existentes entre o autoconceito e o uso de estratégias de aprendizagem. Os participantes que apresentaram um autoconceito mais elevado faziam uso de maior número de estratégias de aprendizagem. Os dados foram discutidos de acordo com a literatura das respectivas áreas, considerando suas implicações educacionais, pautadas na indissociação dos aspectos cognitivos e afetivos que permeiam a aprendizagem dos alunos.

Palavras-chave: Autoconceito, estratégias de aprendizagem, ensino fundamental.

ISSN 1981-2566

ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO DA REDE PÚBLICA DE EDUCAÇÃO FRENTE À QUEIXA ESCOLAR E SUA RELAÇÃO COM AS PROPOSTAS DA ACADEMIA

Marilene Proença Rebello de Souza

A área de Psicologia Escolar e Educacional tem desenvolvido, pelo menos nos últimos vinte e cinco anos, uma importante discussão em relação à formação/atuação do psicólogo no campo educacional em busca de perspectivas que superem modelos subjetivistas e objetivistas de conceber o fenômeno educacional. Estes novos rumos da psicologia escolar e educacional buscam formas de aproximação com a escola ou a instituição educacional, coerentes com determinadas concepções de homem e de mundo que considerem a escolarização como um bem universal, um direito de todos e que precisa ser efetivado com qualidade. A discussão sobre a autonomia do trabalho do psicólogo frente à escola e as críticas à atuação profissional ao longo dos anos 1980, foram fundamentais para influenciar uma série de práticas políticas na rede pública de educação, centradas em diversas ações que tiveram, basicamente, duas tendências: a) retirada total do psicólogo escolar do sistema educacional (caso do município de São Paulo); b) retirada dos psicólogos da escola e formação de equipes de trabalho nas secretarias municipais e estaduais. A manutenção das equipes foram, ainda, pouco estudadas. Pouco se sabe, do ponto de vista da pesquisa em Psicologia Escolar e Educacional, como trabalham esses profissionais após esses vinte anos de discussões no interior da Psicologia Escolar. Tampouco sabemos que práticas desenvolvem, como entendem o processo educacional, que representações possuem das crianças, das famílias e dos professores com quem trabalham. As pesquisas realizadas, os relatos de trabalhos de intervenção apresentados pelos pesquisadores brasileiros, professores dos cursos de psicologia e psicólogos em formação em pós-graduação strictu sensu demonstram que muito se avançou na direção de uma psicologia escolar crítica. Ocorre que este avanço está restrito a atuações e práticas cujo foco está, preferencialmente, nas análises advindas do campo acadêmico. É das universidades, importantes centros de formação profissional, que partem tais experiências, pesquisas e relatos de práticas interventivas em psicologia escolar. Coloca-se portanto uma questão: como tem se dado a apropriação desses conhecimentos produzidos pela academia por aqueles profissionais que se encontram na rede pública de Ensino? Que políticas públicas tem sido geradas no campo da atuação do psicólogo frente à demanda escolar? Estas ações estão vinculadas às discussões sobre o compromisso social do psicólogo com uma prática emancipatória frente à demanda escolar? Considerando que as discussões sobre a atuação profissional ocorrem nos centros de formação universitária existentes em vários estados brasileiros, partimos da hipótese de que tais centros possam mais diretamente influenciar a prática profissional, quer pela participação de alunos egressos de programas de pós-graduação, quer pelos estágios de graduação realizados nas redes públicas ou ainda pelo ingresso de ex-alunos dos centros formadores que têm produzido conhecimento sobre a atuação profissional no campo da Psicologia Escolar e Educacional. Conhecer essa relação entre profissionais que atuam na rede pública em educação e a produção acadêmica é um desafio ainda a ser enfrentado pela pesquisa em Psicologia Escolar.

ISSN 1981-2566

CARACTERÍSTICAS COGNITIVAS, SOCIAIS E EMOCIONAIS ASSOCIADAS ÀS ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO

Denise de Souza Fleith

Apesar de características comuns encontradas entre indivíduos superdotados, observamos uma contínua variação em termos de habilidades, interesses e estilos, bem como diversos níveis e magnitudes de ações e conhecimento. Assim, não é possível estabelecer um perfil psicológico único do indivíduo com altas habilidades. Traços que imprimem identidade aos indivíduos superdotados podem diferir entre um e outro, ressaltando ainda mais as diferenças entre estes indivíduos ao invés de apontar padrões cognitivos, afetivos e comportamentais fixos neste grupo. A heterogeneidade apresentada pelo grupo de superdotados intensifica a discussão em torno da definição do fenômeno da superdotação, da terminologia mais adequada e reflete, sobretudo, no processo de identificação. É importante salientar que as características intelectuais do superdotado vão além dos aspectos relacionados à inteligência. A linguagem e a criatividade devem ser também considerados elementos importantes na construção deste fenômeno multifacetado que é a superdotação. Entre as características mais freqüentes neste grupo, podemos destacar o vocabulário avançado, ritmo de aprendizagem rápido, pensamento abstrato e analítico, interesses diversos, curiosidade, sensibilidade, alto grau de energia, senso de justiça exacerbado e persistência. Muitos indivíduos com altas habilidades não apresentam algumas destas características em função de um ambiente pouco estimulador e desafiador. Algumas características se manifestam apenas quando o indivíduo está engajado em alguma atividade de seu interesse. Neste sentido, é importante que educadores tenham informação acerca destas características, a fim de incluir em seu planejamento estratégias de ensino mais adequadas às necessidades daqueles alunos que apresentam um potencial superior. Recentemente, estudiosos da área têm investigado o fenômeno da dupla excepcionalidade – a coexistência de altas habilidades com transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH). Como os sintomas do TDAH são similares a várias características da superdotação, a identificação de indivíduos com altas habilidades e/ou TDAH torna-se complexa. Como conseqüência, a avaliação do superdotado deve abarcar o exame de características cognitivas, sociais, emocionais e comportamentais. Para isso, é fundamental que o profissional encarregado desta avaliação tenha uma formação apropriada e adote um referencial teórico consolidado.

Palavras-chave: Superdotação, características cognitivas, emocionais e sociais.

ISSN 1981-2566

AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA DA QUEIXA ESCOLAR NOS AMBULATÓRIOS DE SAÚDE MENTAL: PROCEDIMENTOS E PRÁTICAS DOS PSICÓLOGOS

Viviane Prado Buiatti Marçal
Silvia Maria Cintra da Silva

Diversos estudos revelam que há uma grande demanda de crianças com queixas escolares que procuram os serviços públicos de Saúde Mental para atendimento, são muitas vezes encaminhadas pelas escolas para avaliação e tratamento psicológico. Buscou-se então nesta pesquisa, conhecer, entender e fazer um levantamento junto a psicólogos que trabalham na rede pública os procedimentos que esses profissionais utilizam para avaliar esta demanda. Para a construção dos dados realizou-se entrevistas semi-dirigidas com dezesseis psicólogas alocadas em doze ambulatórios de uma cidade do Triângulo Mineiro- MG. Foi verificada a existência de uma alta demanda de queixas escolares entre crianças de cinco a treze anos, com a maioria dos encaminhamentos advindos de escolas. Na grande maioria das respostas (14), mostrou-se evidente a tentativa que as participantes da pesquisa fazem em verificar o que existe "por de trás" da queixa, e detectar se é um problema de ordem emocional ou se é uma questão escolar. Essa cisão, problema emocional x problema escolar, é muito forte, e o ambulatório faz essa diferenciação por entender que o setor de saúde mental deve responsabilizar-se pelo atendimento clínico, sendo que a demanda de queixa escolar seria segundo as entrevistadas, de responsabilidade da escola ou da secretaria de educação do município. De modo geral, as psicólogas relataram um despreparo em sua formação para realizar esse diagnóstico, e suas concepções mostram um diagnóstico de caráter essencialmente clínico. Não há uma diferenciação na condução do atendimento em virtude da queixa ser escolar, porque na maioria das vezes as relações escolares não são consideradas. Observa-se nos relatos uma necessidade de buscar, na avaliação, o sintoma, a desordem emocional que está atrapalhando a aprendizagem da criança. Na avaliação da criança, a análise das entrevistas mostra alguns instrumentos utilizados pelas profissionais: hora lúdica, desenhos (desenho história, desenho livre, desenho da família), testes (http, CAT e Bender), observação da criança, entrevista de anamnese com a família, pede-se para a criança ler e escrever. Diante destes dados, constatou-se que não é realizado nenhum contato com a escola; três entrevistadas disseram que reconhecem a importância de se fazer parceria com as escolas, mas não sabem como isso pode acontecer na prática e justificam que não possuem tempo, devido alta demanda no ambulatório; as participantes acrescentam a falta de materiais para trabalharem com crianças. Este estudo revela a dificuldade de se pensar no diagnóstico da queixa escolar, a distância entre a escola e os ambulatórios de Saúde e a necessidade em rever os cursos de formação em Psicologia para uma melhor instrumentalização dos profissionais egressos no atendimento das queixas escolares.

Palavras-chave: Avaliação, queixa escolar, ambulatórios.

ISSN 1981-2566

BUSCANDO CONTRIBUIR COM UMA FORMAÇÃO CRÍTICA SOBRE A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO ESCOLAR EM RONDÔNIA

Iracema Neno Cecilio Tada

O curso de Psicologia da Universidade Federal de Rondônia, neste ano, pela primeira vez, está oferecendo aos alunos do último ano do seu curso, o estágio curricular em Psicologia Escolar e Educacional em parceria com a Secretaria Municipal de Educação. O estágio compreende um encontro semanal para discussão teórica de textos que abordam a autuação do psicólogo por meio de uma concepção teórico-metodológica na perspectiva crítica da Psicologia Escolar e Educacional, bem como, encontro semanal para supervisão da prática. Quatro estagiários desenvolvem suas atividades em uma escola de ensino fundamental e médio, duas alunas em uma escola de educação infantil e, uma estagiária atende a demanda de queixa escolar encaminhada para nossa clínica-escola. As escolas municipais foram escolhidas pela própria Secretaria Municipal, quando de nossa reunião para firmar o convênio em dezembro/2005, por não terem psicólogos, sendo enfatizado pela Secretaria que a primeira escola era piloto para o processo de inclusão escolar do município. Em reunião com os diretores das escolas, em fevereiro/2006, apresentamos nosso plano de estágio deixando uma cópia, firmando que quinzenalmente estaríamos presentes nas escolas para realizar os grupos de estudo com todos os estagiários, e para conversar com os atores escolares. Aproveitamos também, para ouvirmos a história de criação, funcionamento e clientela atendida das escolas. Durante dois meses discutimos com os estagiários textos de concepção teórico-metodológica na perspectiva crítica da Psicologia Escolar. Neste período os estagiários estiveram na Secretaria Municipal de Educação e na Divisão de Avaliação para conhecerem o funcionamento e as políticas públicas que norteiam nossas escolas. Depois apresentamos os estagiários às escolas entregando seus horários de atuação no contexto escolar, fazendo o mesmo com a coordenação da clínica-escola. Por três meses realizaram observação do cotidiano escolar conversando com todos. Na clínica-escola iniciou-se um trabalho de escuta de seis alunos, seus responsáveis, conhecendo a história escolar da criança, para depois realizar observações nas escolas e diálogo com professores, equipe técnica e direção. Em Julho foi apresentado às escolas o projeto de intervenção para discussão e reflexão coletiva, sendo bem aceito. As dificuldades encontradas até o momento, relacionam-se à busca de rótulos por professores e equipe técnica de alunos identificados como problemáticos, esperando que realizássemos atendimentos individuais, mesmo tendo sido explicado a nossa proposta de trabalho. Na escola piloto, assim que os estagiários iniciaram as atividades, foi colocada a disposição da escola um psicólogo e, na educação infantil, uma professora que tinha formação em Psicologia, passou a exercer a função de psicóloga da escola. Ambos têm atuado clinicamente, no começo dificultaram as ações dos estagiários, mas agora têm facilitado o diálogo. Os estagiários, no início das observações queriam agir imediatamente, numa postura clínica, tendo em vista a formação clínica que receberam no curso, mas diante nossas discussões perceberam que tinham que compreender melhor o cotidiano escolar e construírem coletivamente as ações por meio da reflexão crítica deste cotidiano com todos os atores escolares.

ISSN 1981-2566

CIRCULAÇÃO E CIRCULADORES DA OBRA DE VYGOTSKY NO BRASIL

Liliam Cristina Caldeira
Sônia Urt

Trata-se de uma pesquisa em andamento inserida no Grupo de Estudos e Pesquisas em Psicologia e Educação, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, (GEPPE/UFMS) que tem por finalidade a organização de um inventário analítico da obra e escola de Vygotsky. Inicialmente, levou-se em consideração estudos já realizados sobre a análise da produção teórica desse autor, a exemplo do trabalho de Martins (2005) e de outros estudiosos que tem se dedicado realizar análises da produção de Vygotsky. Esta investigação tendo sido iniciada no primeiro semestre de 2006, conta com a participação de graduandos de diversas licenciaturas, que organizados em duplas realizaram uma parte do levantamento no segundo semestre do referido ano. Primeiramente, as buscas foram realizadas em bibliotecas de Universidades da cidade de Campo Grande (MS) e também, em estabelecimentos de venda de livros usados. Em seguida, os mesmos procedimentos foram iniciados em livrarias, bibliotecas públicas, acervos particulares e mídias eletrônicas, como sites de grupos de pesquisas, anais de eventos, periódicos, bancos de dados, bibliotecas virtuais, etc. As estratégias de busca utilizadas incluíram termos como: Vygotsky, Psicologia Histórico Cultural, Psicologia Sócio-Histórica e alguns conceitos da própria teoria, como Zona de Desenvolvimento Proximal, Mediação, Pensamento e Linguagem, Funções Psicológicas, e outras. Com isso, as informações levantadas são registras em planilhas que incluem dados bibliográficos e uma síntese contendo informações gerais sobre o conteúdo da obra. Nesse sentido, é de interesse para esta investigação, tanto as produções de Vygotsky, quanto as de seus seguidores diretos, ou de seus intérpretes, seus críticos e também, os trabalhos investigativos fundamentados na Psicologia Histórico Cultural, desenvolvidos no Brasil, manifestadas sob a forma de dissertações, teses, artigos em periódicos científicos, artigos de revistas oficiais e de circulação comercial, livros, capítulos de livros, sites, orkut, chats, etc. Desta forma, seguidamente ao levantamento, em etapas posteriores serão evidenciadas as temáticas que configuram os focos dessas produções. Com isso, as informações serão disponibilizadas aos pesquisadores em geral, por meio de mídias eletrônicas e publicações. Pretende-se assim, organizar um banco de dados bibliográficos, acrescidos de um breve resumo dos trabalhos inventariados, em torno de Vygotsky e sua obra. Para tanto, pretende-se realizar mapeamentos e análises acerca do que está disponível para estudo sobre Vygotsky e a Psicologia Histórico Cultural nas bibliotecas de Campo Grande, seus focos, bem como, as temáticas presentes nos trabalhos levantados. Análises como estas permitirão delinear a periodização das pesquisas fundamentadas na teoria desse pensador, as tendências temáticas desses trabalhos, dentre outras possibilidades de direcionamento para futuras investigações. Deste modo, acredita-se que este trabalho pode contribuir para a socialização de conhecimentos produzidos em pesquisas fundamentadas na psicologia histórico cultural, difundir esta teoria, contribuir com o estado da arte nesse campo, além de disponibilizar dados bibliográficos e as possibilidades de localização das obras inventariadas. O término desse estudo está previsto para o primeiro semestre de 2008 e após a disponibilização das informações levantadas, o banco de dados permitirá uma constante atualização, constituindo assim, mais um espaço de divulgação dos estudos e publicações no campo da psicologia histórico cultural.

Palavras-chave: Inventário analítico, vygotsky, psicologia histórico cultural.

ISSN 1981-2566

ATRIBUIÇÕES DA INSTITUIÇÃO ESCOLAR EM RELAÇÃO AO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: UM OLHAR A PARTIR DA PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO

Elvenice Tatiana Zoia
Edenilse Passarelo
Maitê Morás
Veritana Geovana Kmiecik
Sandra Aparecida Rippel

Este trabalho é resultado de uma pesquisa desenvolvida na disciplina de Psicologia da Educação com o objetivo de discutir as implicações psicopedagógicas do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – Lei n.º 8.069/90). Considerando a abrangência da Lei n.º 8.069/90, analisou-se especificamente o capítulo IV que envolve os artigos cinqüenta e três ao sessenta e nove (art. 53 à 69), os quais abordam os aspectos referentes ao direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer, evidenciando, inclusive as atribuições dos dirigentes de estabelecimentos de ensino em relação aos direitos das crianças e dos adolescentes. Compreendendo que o ECA em seus artigos considera a criança e o adolescente como sujeitos em desenvolvimento, buscou-se na teoria de Vygotsky, elementos teóricos para fundamentar a concepção de desenvolvimento humano e, assim, compreender os fatores que contribuem para que as crianças e adolescentes tenham seus direitos prejudicados, buscando entender, inclusive o próprio processo de elaboração e aprovação de um documento que tem como foco os direitos dos seres humanos em processo de desenvolvimento. Para tanto, a metodologia partiu do estudo bibliográfico, realizando, também, entrevistas com o gestor de um Centro de Educação Infantil e com uma professora de escola de Ensino Fundamental do município de Francisco Beltrão - PR. As questões da entrevista, referiam-se às contribuições do ECA em relação ao desenvolvimento da criança e do adolescente, às solicitações, atendimentos e encaminhamentos para o Conselho Tutelar e do Conselho Tutelar. Nas análises e discussões das entrevistas, observou-se que o representante do Centro de Educação Infantil demonstra conhecer o ECA, suas atribuições e a sua responsabilidade enquanto gestor, buscado auxílio do Conselho Tutelar e, inclusive, realizando palestras para orientar os pais quanto aos direitos e aos deveres e os aspectos do desenvolvimento infantil. Em relação à entrevista realizada na Escola de Ensino Fundamental, percebeu-se a falta de conhecimentos específicos sobre o ECA, principalmente no que se refere às atribuições dos membros do Conselho Tutelar, alegando, inclusive que estes não cumprem com as suas funções. A partir dos argumentos relatados pela professora, observou-se a falta de entendimento do que é de competência do Conselho Tutelar e, também, da própria instituição escolar. Diante dos aspectos apresentados, considera-se não ser suficiente existir a lei, mas a necessidade de conhecê-la para que seja possível exigir a sua efetivação. Também pontua-se a necessidade de discutir e interpretar o próprio conceito de desenvolvimento que aparece no ECA, buscando elementos teóricos na Psicologia da Educação, especificamente nas teorias do desenvolvimento humano.

Palavras-chave: Desenvolvimento humano, Estatuto da Criança e do Adolescente, educação.

ISSN 1981-2566

AÇÕES PSICOPEDAGÓGICAS DO SETOR DE APOIO PSICOPEDAGÓGICO E SOCIAL DA ESEBA/UFU

Cláudia Silva de Souza
Liliane dos Guimarães Alvim Nunes
Lucianna Ribeiro de Lima

As ações sistematizadas, planejadas e desenvolvidas pela equipe do Setor de Apoio Psicopedagógico e Social (SEAPPS) da Escola de Educação Básica da Universidade Federal de Uberlândia (ESEBA-UFU) foram pensadas e discutidas a partir da realidade vivenciada no ano de 2006. O princípio norteador de nossas ações consiste numa perspectiva de trabalho que propicie o desenvolvimento harmonioso e criativo do ser humano, integrando os aspectos cognitivo, corporal, afetivo e social. Assim, objetiva-se subsidiar o processo pedagógico através da elaboração de projetos e atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão, envolvendo alunos, professores, pais e demais funcionários. As ações, de natureza psicopedagógica envolvem professores, alunos e família. No que se refere ao trabalho junto aos professores, remetemo-nos às ações de parceria, visando o desenvolvimento e promoção da aprendizagem dos alunos. Desse modo, as ações se configuram em atendimentos a professores para discussão de casos específicos de alunos; participação em reuniões de formação de turmas; reuniões iniciais de diálogo com os professores para apresentação da "enturmação", bem como esclarecimento e apontamento de algumas especificidades – questões relacionadas às dificuldades de aprendizagem, problemas disciplinares, familiares, comprometimento nas atividades escolares-; participação nas reuniões de planejamento pedagógico de cada área (se houver), com o objetivo de compreender a dinâmica pedagógica de cada área de conhecimento e se ter noção de conjunto do processo de aprendizagem; reuniões mensais de diálogo com os professores, com o objetivo de verificação e acompanhamento sistemático do processo ensino-aprendizagem, perfazendo três reuniões por trimestre, sendo que, a primeira reunião consiste num diagnóstico da realidade acadêmica das turmas- comportamental, disciplinar, presencial, envolvimento dos alunos nas atividades, verificação das notas, entre outros; a segunda reunião tem como proposta uma devolutiva das ações propostas a partir do diagnóstico, bem como encaminhamento de outras ações a serem conduzidas pelo SEAPPS como pedido e devolutiva de relatórios psicopedagógicos e, na terceira reunião há o fechamento e avaliação do trimestre. Outras ações psicopedagógicas junto aos professores são: a apresentação dos dados estatísticos das notas do trimestre na primeira reunião de diálogo do trimestre seguinte à apuração dos dados e os encaminhamentos dos casos acima mencionados, podendo ser constituídos de questões disciplinares, psicológicas, político-pedagógicas (utilização de regras e questionamentos das diretrizes da escola) e elaboração de projetos com vistas ao desenvolvimento humano. As ações junto ao aluno e familiares são realizadas a partir do levantamento diagnóstico, onde se procura investigar junto ao aluno as possíveis causas de suas dificuldade e/ou alterações de comportamento (diálogo), orientando-o nas diversas situações acadêmicas- presença do aluno nos plantões, apoio de professores particulares, necessidade de freqüência aos plantões de atendimento aos pais, encaminhamentos a atendimentos especializados, reuniões trimestrais com entrega de notas dos alunos com baixo rendimento acadêmico, dentre outras. Ressalta-se que todo o trabalho SEAPPS é desenvolvido pelos psicólogos de cada ciclo do desenvolvimento humano, juntamente com um profissional técnico em assuntos educacionais. Contamos também com a colaboração de uma assistente social que busca viabilizar muito dos procedimentos do setor, tendo em vista a dinâmica do trabalho institucional.

Palavras-chave: Psicologia escolar, psicopedagogia, práticas escolares.

ISSN 1981-2566

AS CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA SÓCIO-HISTÓRICA À PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL: UM ESTUDO DE PUBLICAÇÕES DA ANPED E DA ANPEPP (2000-2005)

Christiane Jacqueline Magaly Ramos

O objetivo desta pesquisa é investigar, em publicações realizadas por pesquisadores da Psicologia Escolar e Educacional, quais as contribuições da Psicologia Sócio-Histórica a essa área. A pesquisa, de cunho bibliográfico, delimita como corpus de análise as produções do período de 2000 a 2005 de duas associações representativas da pesquisa na Psicologia Escolar e Educacional: a ANPEd (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação) e a ANPEPP (Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Psicologia). Constituem-se como objeto deste estudo, os grupos que têm assumido a fundamentação teórica da abordagem Sócio-Histórica, em especial a de Vygotsky e seus colaboradores, Luria e Leontiev. É do interesse desta pesquisa responder as seguintes perguntas norteadoras: a) Como a Psicologia Sócio-Histórica é entendida nos vários trabalhos de pesquisa apresentados? b) Como a Psicologia Sócio-Histórica se articula com a análise de processos educacionais, quer nas pesquisas de cunho teórico quer nas pesquisas de campo? O levantamento bibliográfico identificou resumos e trabalhos na íntegra. A análise de conteúdo incidiu sobre onze textos completos do Grupo de Trabalho - Psicologia da Educação na ANPEd e sobre vinte e um resumos em cinco grupos selecionados da ANPEPP: Psicologia Escolar/Educacional; Contextos Sociais de Desenvolvimento: aspectos evolutivos e culturais; A Psicologia Sócio-Histórica e o Contexto Brasileiro de Desigualdade Social; Desenvolvimento e Educação na Perspectiva Sociocultural; Psicologia da Educação Matemática. Por meio de leituras sucessivas dos textos e resumos foi possível construir categorias temáticas pela busca de palavras-chave identificatórias dos processos aos quais os textos se referiam: apropriação da linguagem; natureza do processo de desenvolvimento humano; mediação do professor; mediação tecnológica foram as categorias comuns às duas associações; sentido do trabalho docente; dinâmica das relações interpessoais, conflitos e valores; formação de professores; psicologia da educação e pensamento crítico; fundamentos da teoria, específicas da ANPEd; formação do psicólogo escolar; política educacional; sentido da atividade cotidiana; método na Psicologia, específicas da ANPEPP. Os resultados mostram uma significativa presença da abordagem Sócio-Histórica evidenciada pelo número de trabalhos, pelos autores, pela explicitação dos pressupostos teóricos e epistemológicos da abordagem. Mostra-se também a maneira explícita como os fenômenos psicológicos se articulam aos processos educacionais, evidenciando uma tendência de não separação entre a teoria e a prática e entre a Psicologia e a Educação.

Palavras-chave: Psicologia Sócio-Histórica, Psicologia Escolar e Educacional, ANPEd e ANPEPP.

ISSN 1981-2566

ASSESSORIA A ESCOLAS PÚBLICAS DE ENSINO FUNDAMENTAL DE MANAUS

Iolete Ribeiro Silva

No ano de 2004, realizou-se um estudo etnográfico sobre práticas pedagógicas de cinco escolas públicas de ensino fundamental da cidade de Manaus e apesar das vozes dos professores não serem homogêneas, elas apontaram algumas concepções que circulavam no contexto das escolas estudadas. Identificou-se a predominância de um modelo unidirecional de transmissão dos conhecimentos da cultura, que a maioria dos professores acreditava que para aprender bastava obedecer, que na percepção dos professores, as dificuldades de aprendizagem se deviam essencialmente a problemas familiares, sociais e preguiça mental. Esses professores relataram se sentirem impotentes e sobrecarregados diante das inúmeras dificuldades que enfrentavam no seu trabalho. Para dar suporte a esses professores, a Secretaria Municipal de Educação criou um centro especializado em avaliação de alunos com distúrbios ou dificuldades de aprendizagem denominado – Centro Municipal de Educação Especial. Esse centro é responsável também pela orientação de professores e técnicos que lidam com alunos com deficiência, pelas ações de inclusão desses alunos no ensino regular. Entretanto, a ação prioritária do centro sempre foi a avaliação não havendo quase nenhuma realização de outras atividades. Diante dessa realidade decidiu-se criar um espaço de produção de conhecimento sobre as escolas públicas, que pudesse ao mesmo tempo, oferecer serviços de psicologia escolar, possibilitar a formação de psicólogos escolares e mesmo que de forma limitada, contribuir para a melhoria da qualidade de ensino na rede pública de ensino. Assim, em 2005 foi criado o Laboratório de Aprendizagem, um projeto de extensão da Universidade Federal do Amazonas que presta assessoria a escolas públicas de ensino fundamental da cidade de Manaus. Seu objetivo principal é atuar na Zona de Desenvolvimento Institucional das escolas com vistas a contribuir para a promoção da aprendizagem e do desenvolvimento do aluno. Os procedimentos e técnicas utilizados envolvem a discussão sobre o processo de tomada de decisões, avaliação e sobre o monitoramento coletivo das ações desenvolvidas na escola contribuindo para que objetivos comuns possam ser partilhados entre todos os membros da comunidade escolar. Durante o ano de 2006 foram desenvolvidas ações em três escolas municipais. O projeto oferece aos alunos do curso de pedagogia e psicologia a oportunidade de desenvolverem atividades em parceria com a comunidade escolar e atuarem em projetos com diversas temáticas. Os dados são registrados em relatórios, construídos e analisados coletivamente. São realizadas atividades pedagógicas, educativas e recreativas com os alunos; reuniões com a comunidade, professores, corpo técnico. Os resultados indicam que a partir de uma metodologia participativa os diferentes atores se envolveram na análise e construção da proposta de intervenção pedagógica. Essas ações têm possibilitado a construção de relações de confiança com a comunidade escolar e a construção de conhecimentos metodológicos sobre a assessoria a escolas públicas

Palavras-chave: Assessoria a escolas, zona de desenvolvimento institucional, ensino fundamental.

ISSN 1981-2566

CADEIA CRIATIVA: A PRODUÇÃO DE SIGNIFICADOS COMPARTILHADOS NO PROGRAMA DE AÇÃO CIDADÃ

Fernanda Liberali

Esta apresentação discutirá o conceito de Cadeia Criativa (Liberali, 2006) como uma proposta de formação e ação no contexto escolar dentro da Perspectiva da Teoria da Atividade Sócio–Histórico-Cultural (TASHC). A TASHC foi assim denominada por uma escolha em enfatizar algumas questões centrais para o Núcleo de Pesquisa Ação Cidadã (NAC): 1) atividade - o ser humano no mundo, agindo e fazendo história, i.e., a vida como ela é; 2) social - sujeitos em constante relação com outros na produção de novos artefatos culturais; 3) histórica – movimento no tempo dessas relações, sujeitos, produções, enfim, da própria atividade; 4) cultural - relações sociais vividas em contextos específicos, com características específicas e formas de agir e pensar específicos. Além disso, se organiza dentro de uma perspectiva monista (Spinoza, 1677) de atividade que entende a Substância (denominada Deus ou Natureza) como única e constituída por infinitos atributos finitos, como, por exemplo, os seres humanos. Cada atributo é singular e tem em comum o fato de exprimir a essência, isto é, a potência de existência (conatus), da Substância. Essa potência de existência em cada ser humano entra em combinação e se torna responsável pela produção de noções comuns ou idéias adequadas, das quais os seres humanos individualmente, por sua finitude, só têm uma noção parcial ou uma idéia inadequada. Esses conceitos de idéias adequadas e inadequadas remetem a discussão de Vygotsky e de Bakhtin sobre ZNACHENIE (significado/significação), ou o caráter mais estável das palavras, e SMYSL (sentido/tema), seu caráter mais singular, contextualizado e concreto. Dentro dessa perspectiva, a Cadeia Criativa pressupõe o entendimento das atividades educativas como eixo central para a transformação ampla da sociedade a partir da transformação de cada um. Para exemplificar este processo, será abordada a rede de atividades do Programa de Extensão Ação Cidadã (PAC), criado por pesquisadores do NAC, com o objetivo de desenvolver atividades para a compreensão, discussão e ação nas comunidades, na busca de transformação das condições de injustiça e desigualdade que excluem a participação de alunos e educadores em diferentes contexto sócio-históricos. Nesse sentido, o PAC elucidará como, no desenvolvimento intencional da Cadeia Criativa, parceiros em uma determinada atividade produzem ZNACHENIE compartilhados (Vygotsky, 1934) que, posteriormente, farão parte dos SMYSL que alguns dos envolvidos levarão para compartilhar com outros sujeitos, cujos SMYSL foram produzidos em contextos diferentes dos daquela atividade primeira. Dessa forma, novos ZNACHENIE são criativamente produzidos, mantendo traços dos ZNACHENIE compartilhados na cadeia de atividades. Nesse quadro, o foco do Núcleo de Pesquisa está em entender e transformar o modo como os participantes se engajam discursivamente nas atividades para produzir ZNACHENIE compartilhados, que preencham as necessidades de transformação de suas vidas práticas. As análises lingüístico-discursivas focalizam a interpretação dos processos argumentativos que permitem a compreensão monista-dialética da educação como meio de estabelecer possibilidades de transformação da totalidade-singularidade.

Palavras-chave: Cadeia criativa, significado, sentido.

ISSN 1981-2566

AS CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO PARA A ESCOLA: UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DA REVISTA DA ABRAPEE.

Norma Celiane Cosmo
Sônia Urt

Uma forma de se conhecer uma área do conhecimento pode ser por meio da análise de sua produção científica disponível nos espaços apropriados de divulgação, como são as revistas especializadas. Este trabalho tem por objetivo identificar alguns elementos do conhecimento psicológico presentes nas produções científicas, resultados de pesquisas sobre escola e publicadas na revista Psicologia Escolar e Educacional da ABRAPEE. A finalidade foi tornar evidente, nessas produções, as principais temáticas pesquisadas, a visão de homem, os conceitos de desenvolvimento e de aprendizagem e as principais abordagens teóricas da Psicologia que subsidiaram essas produções. Com isso, foi possível revelar em que essas produções poderiam estar contribuindo com a Educação realizada no contexto da escola. Inicialmente foram levantados todos os artigos da referida revista publicados no período de 1999 a 2003, o que reuniu 11 revistas totalizando 64 artigos. A partir da leitura, foram selecionadas as produções que consideravam a escola como foco principal de investigação totalizando 24 artigos. Os artigos foram então categorizados nas seguintes temáticas: Desenvolvimento e Aprendizagem, 09 artigos; Temas em Psicologia, 07 artigos; Questões de Saúde mental, 05 artigos e Testes Psicológicos, 03 artigos. Na temática Desenvolvimento e Aprendizagem, as produções eram focadas nos aspectos relacionados a estratégias, avaliação e aos problemas de aprendizagem. A temática Temas em Psicologia apresentou resultados de pesquisas sobre família, violência urbana, ambientes informatizados e perspectivas para a Psicologia Escolar. As produções inseridas na temática Questões de Saúde mental, evidenciaram estudos sobre estresse, depressão e sobre a síndrome de Bournout. A temática Testes Psicológicos apresentou resultados de pesquisas relativas a elaboração, construção e validação de testes. Com relação às concepções de homem, aos conceitos de aprendizagem e desenvolvimento e às principais abordagens teóricas que sustentaram essas produções constatou-se o predomínio de estudos subsidiados pela concepção interacionista, especialmente, pela abordagem histórico-cultural, dado esse que pode servir como objeto de reflexão e aprofundamento para de novos estudos. A análise dessas produções permitiu evidenciar as grandes temáticas que vêm sendo focadas pela área da Psicologia Escolar/Educacional o que demonstra as demandas da área, ao mesmo tempo em que sinaliza a necessidade de se pensar em estratégias de intervenção nas ações educativas.

Palavras-chave: Conhecimento psicológico, produção científica, escola.

ISSN 1981-2566

COMO ESCREVER UM PROJETO DE PESQUISA PARA SER APROVADO PELO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Maria Júlia Ferreira Xavier Ribeiro
Elvira Aparecida Simões de Araujo

A Resolução CNS 196/96, que regulamenta a pesquisa com seres humanos no Brasil, estabeleceu que todo procedimento de qualquer natureza envolvendo o ser humano, cuja aceitação não esteja ainda consagrada na literatura científica, será considerado como pesquisa, e incluiu os procedimentos educacionais entre eles. Isso obriga o pesquisador a submeter o protocolo de pesquisa a um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP). O CEP deve examinar os protocolos com base em quatro princípios éticos: a) autonomia (consentimento livre e esclarecido dos indivíduos-alvo e a proteção a grupos vulneráveis e aos legalmente incapazes), b) beneficência (ponderação entre riscos e benefícios, tanto atuais como potenciais, individuais ou coletivos, comprometendo-se com o máximo de benefícios e o mínimo de danos e riscos), c) não maleficência (garantia de que danos previsíveis serão evitados), d) justiça e eqüidade (relevância social da pesquisa com vantagens significativas para os sujeitos da pesquisa e minimização do ônus para os sujeitos vulneráveis). Por isso, o pesquisador em Psicologia Escolar e Educacional deve levar em conta a explicitação do atendimento a esses princípios quando escreve um projeto, proposta ou protocolo de pesquisa, para assegurar que o atendimento à ética, indispensável, seja uma instância natural de seu trabalho e não uma barreira a ele. A Resolução CNS 196/96 prevê as características do protocolo. É sobre essas características que esse curso versará, e de modo especial, sobre a construção do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. A discussão dos elementos do protocolo também será feita à luz da Resolução do Conselho Federal de Psicologia (CFP N° 016/2000) que regula o assunto.

Palavras-chave: Diretrizes e normas regulamentadoras da pesquisa, os pilares da ética em pesquisa c/ seres humanos, o protocolo da pesquisa.

ISSN 1981-2566

AS ESTRATÉGIAS DE APRENDIZAGEM E O GÊNERO ENTRE ESCOLARES

Evely Boruchovitch
Rosely Palermo Brenelli
Selma de Cassia Martinelli
Andreia Osti
Maria José de Castro Silva
Osmar José Ximenes dos Santos
Maria de Lourdes Muneiro

O bom processamento da informação e a aprendizagem auto-regulada envolvem, entre outros aspectos, a utilização de estratégias de aprendizagem. No contexto de sala de aula, o emprego de estratégias de aprendizagem têm sido associado a um melhor rendimento do aluno. Mais precisamente, as estratégias de aprendizagem são definidas como seqüências de procedimentos ou atividades que se escolhem com o propósito de facilitar a aquisição, o armazenamento e/ ou a utilização da informação. Alguns teóricos diferenciam as estratégias cognitivas das metacognitivas. As estratégias cognitivas são definidas como um conjunto de comportamentos e pensamentos que influenciam o processo de aprendizagem de maneira que a informação possa ser armazenada mais eficientemente. Ajudam o estudante a melhor organizar, elaborar e integrar a informação. Já as estratégias metacognitivas são procedimentos que o indivíduo usa para planejar, monitorar e regular o seu próprio pensamento, seus processos cognitivos, seus estados afetivos e seu comportamento. Uma questão que tem sido alvo de investigação e controvérsia na literatura é se existem diferenças de gênero no repertório de estratégias de aprendizagem de alunos do ensino fundamental. Algumas pesquisas indicam que há diferenças de gênero no repertório de estratégias, ao passo que outras não acharam tais diferenças. Assim sendo, o objetivo do presente pesquisa foi explorar as relações entre gênero e estratégias de aprendizagem, entre 262 estudantes de 4ª série do ensino fundamental de 7 escolas públicas do interior do estado de São Paulo, sendo 134 meninos e 128 meninas. A faixa etária variou de 9 a 13 anos. Os dados foram coletados mediante uma escala de estratégias de aprendizagem para alunos do ensino fundamental (EEA-EF), contendo 20 itens do tipo escala likert voltados para identificar as estratégias cognitivas, metacognitivas e ausência de estratégias metacognitivas facilitadoras da aprendizagem, bem como sua freqüência de uso. Para cada item, havia três alternativas de respostas: sempre, algumas vezes e nunca. Os resultados apontaram para a existência de diferenças significativas entre o gênero e as estratégias de aprendizagem, na amostra. Mais precisamente, meninas obtiveram médias significativamente mais altas do que meninos, tanto nas estratégias metacognitivas facilitadoras da aprendizagem voltadas para o monitoramento da compreensão, percepção de dificuldades e regulação da aprendizagem ($Z=-2,684$; $p=0,07$), quanto na ausência de estratégias metacognitivas como planejamento das atividades e controle da atenção e da motivação ($Z=-2,705$; $p=0,07$), entre outras. Não foram encontradas diferenças significativas entre o gênero e as estratégias cognitivas dos participantes ($Z=-0,389$; $p=0,69$). Os dados são discutidos à luz da literatura da área, em termos dos diferentes tipos de estratégias metacognitivas e de suas implicações educacionais.

Palavras-chave: Estratégias de aprendizagem, sexo, metacognição.

ISSN 1981-2566

BRINQUEDO, GÊNERO E EDUCAÇÃO

Tizuko Morchida Kishimoto

A pesquisa investiga a presença ou não de papéis generificados em brincadeiras de meninos e meninas, de 2 a 10 anos. A teoria pós-estruturalista feminista, usa a subjetividade precária, contraditória e em processo, constantemente se reconstituindo no discurso, focalizando a linguagem e as interpretações Adota-se, também a noção de gênero como performativo, criado pela performance repetida de atores sociais, um conceito voltado para práticas de eqüidade de gênero, como um constante fazer. Essa concepção performativa enfrenta, no mundo dos brinquedos, divisões de gênero que se perpetuam em representações: dos homens com o mundo público, orientados para a ação e poderes superiores e das mulheres, com a domesticidade, valores estéticos e profissões humanitárias e educacionais. As relações entre gênero e brinquedo são investigadas por meio de pesquisa qualitativa, de natureza etnográfica que utiliza : diário de bordo, filmagens, transcrições de episódios de brincadeira, nas áreas da Brinquedoteca: casinha(cozinha e quarto), faz-de-conta, artes, construção, hospital, mercado, banco, computador, leitura, música, teatro e área externa. Entre os dados obtidos, nota-se um grupo singular de meninas, que desenvolve brincadeiras complexas, com grande teor de riqueza, como importante fonte de brincadeiras simbólicas. Outros dados exemplificam que, em grupos mistos de brincadeiras, há o aprendizado da liderança. Dados contraditórios como a preferência do skate pelas meninas indica que os contextos são diferentes e os processos de construção de identidades de gênero são complexos e demandam reiterados estudos e revisões constantes. Os conflitos que surgem são considerados parte deste processo de construção de identidades de gêneros. O brincar com eqüidade de gênero já se observa em muitos episódios: Yuri, que assume o personagem 'dona de casa', Gabriel que usa peruca para brincar com as meninas, Yasmin que lidera o brincar de ser mãe, menino que brinca com carrinho cor de rosa, menino que usa coroa, menina que veste a fantasia do Homem Aranha e joga futebol de botão. Ao aceitarmos que a construção do gênero é social, histórica e se faz o tempo todo, entende-se que as relações entre homens e mulheres, os discursos e as representações dessas relações estão em constante mudança.. Embora predomine, estereótipos de gênero no uso de muitos brinquedos, há mudanças, ainda tímidas, no canto da cozinha e do dormitório, uso de fantasias, bonecas e skate. Tais situações têm colaborado para o aprendizado da liderança nos grupos de brincantes, na superação de conflitos para dar lugar às situações imaginárias e à constituição de várias identidades de gênero. A brinquedoteca colabora com usuários da infância, na oferta de uma educação igualitária e justa para meninos e meninas. Os dados coletados serão utilizados nos processos de formação de professores vinculados ao Grupo de Pesquisa: Contextos Integrados de Educação Infantil para que tais profissionais participem da construção de identidades de gênero, de maneira o mais livre possível de regulações, tendo a consciência de que a formação de estagiários (as), futuros(as) professores(as) é essencial para que se possa assumir a tarefa de educar as crianças para um mundo mais justo e sem preconceitos.

ISSN 1981-2566

DESENVOLVENDO A CRIATIVIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Tathiana Fernandes Biscuola Figueiredo
Fabio Picchi de Freitas
Luciana Roberta Donola Cardoso
Eliane Porto Di Nucci

A criatividade é um fenômeno complexo, que possui muitas facetas. De acordo com Stein (1974) a "criatividade é o processo que resulta em um produto novo, que é aceito como útil, e/ou satisfatório por um número significativo de pessoas em algum ponto no tempo". Para o desenvolvimento da criatividade é necessário o potencial criativo: capacidade que o ser humano tem para produzir, transformar, agir sobre o ambiente e adequá-lo as suas necessidades, ou seja, capacidade de criar. O processo criativo envolve memória, raciocínio, atenção, idéias simples e complexas. Diante dessas informações o presente projeto de intervenção teve como objetivo promover o desenvolvimento do potencial criativo de 10 crianças de ambos os sexos, com idade entre 5 e 7 anos, da educação infantil de uma escola particular, localizada na cidade de Jundiaí. O projeto foi realizado em 21 sessões, com uma hora e meia de duração, sendo administradas atividades objetivando estimular a criatividade das crianças. Para a avaliação do projeto foi realizado um pré e pós-teste e os dados analisados quantitativamente através da avaliação da freqüência e porcentagem de respostas obtidas na avaliação do projeto e qualitativamente através de observações comparativas da produção no pré e pós-teste. No pré-teste, foi encontrado um total de 129 pontos, (100%), e estes estão distribuídos em cinco categorias: uso de contexto, extensão de limites, emoção, elaboração e movimento, uma vez que não foram encontrados nenhuma ocorrência nas categorias fantasia, perspectiva interna, analogia e humor. Na categoria uso de contexto tem-se 49,62% (F=64); extensão de limites, 36,44% (F=47); emoção, 5,42% (F=7); elaboração, 4,65% (F=6) e movimento 3,87% (F=5). Já no pós-teste foi encontrado um total de 188 pontos, (100%), estes pontos estão distribuídos nas mesmas cinco categorias citadas anteriormente. Na categoria uso de contexto tem-se 62,76% (F=118); na categoria extensão de limites tem-se 22,35% (F=42); na emoção, 7,98% (F=15); na categoria movimento, 3,73% (F=7) e para finalizar, a categoria elaboração com 3,18% (F=6). Através da comparação entre a freqüência de respostas encontrada no pré e no pós teste é possível verificar que houve um aumento de 45,73% na ocorrência de respostas, sugerindo o aumento no grau de criatividade dos participantes. Tais dados são confirmados, também, quando é feita a comparação entre cada uma das categorias, havendo um aumento nas categorias uso de contexto, extensão de limites, emoção, elaboração e movimento. Nas categorias que não havia nenhuma ocorrência no pré-teste, também não teve ocorrência no pós-teste, permanecendo na mesma proporção. As categorias que tiveram aumento na freqüência e na porcentagem, apresentaram tais aumentos praticamente na mesma ordem, com exceção das categorias elevação e movimento que houve uma inversão no pós-teste, em ordem de ocorrência. Na análise qualitativa dos desenhos foi possível observar que os desenhos do pós-teste se apresentam mais coloridos que os do pré-teste, bem como possuem mais preenchimento em relação ao espaço, são mais pintados, uma vez que os desenhos no pré-teste foram produzidos com traçados e poucas cores.

Palavras-chave: Criatividade, educação infantil, projeto de intervenção.

ISSN 1981-2566

DESEMPENHO ACADÊMICO E ORIENTAÇÕES MOTIVACIONAIS DE ESTUDANTES DO ENSINO FUNDAMENTAL

Selma de Cassia Martinelli
Sue Ellen Higa

Nas últimas décadas houve um significativo aumento de pesquisas nacionais e internacionais que focalizam a motivação do aluno, tendo em vista que o sucesso escolar já não pode ser explicado apenas a partir de conceitos como inteligência, capacidade intelectual e domínio de conteúdos. Deste modo, psicólogos e educadores passaram a reconhecer a motivação como variável importante para a eficácia na relação ensino-aprendizagem. A literatura apresenta duas fontes distintas de motivação; a motivação intrínseca e a extrínseca, contudo, ainda não são consensuais os estudos sobre as orientações motivacionais predominantes nos alunos, no decorrer do processo de escolarização e suas possíveis correlações com o desempenho acadêmico. Diante deste panorama, esta pesquisa teve o objetivo de investigar as orientações motivacionais dos alunos e sua possível correlação com o desempenho acadêmico durante o início e o final de um semestre letivo. Os participantes foram 101 alunos, de uma escola pública do interior de São Paulo, de ambos os sexos, que cursavam a 2ª e a 4ª série do ensino fundamental, com idades entre 7 e 12 anos. O instrumento utilizado para a coleta de dados foi uma escala de motivação escolar composta por 10 questões acerca da motivação intrínseca e 11 questões relativas à motivação extrínseca. Para avaliação do desempenho acadêmico foram utilizadas as notas atribuídas pelos professores nas disciplinas de português e matemática. Para a análise dos dados utilizaram-se as provas estatísticas de Mann-Whitney e Wilcoxon. Os dados relativos ao desempenho acadêmico referem-se às médias das notas atribuídas pelas professoras das disciplinas de Português e Matemática ao longo do período investigado. Os resultados deste estudo revelam que há uma correlação entre as orientações motivacionais e o desempenho acadêmico do aluno. A motivação intrínseca teve correlação positiva com a disciplina de matemática no início e final do semestre letivo, contudo os resultados não indicaram significância estatística (rs=0,73 e p= 0,073; rs= 0,183 e p= 0,068). A motivação intrínseca também apresentou correlação positiva no final do semestre com a disciplina de Português (rs= 0,281 e p=0,004) indicando significância estatística. Entretanto, a motivação extrínseca apresentou correlação negativa e estatisticamente significante nas disciplinas de Matemática e Português no início do semestre (rs=-0,261 e p=0,009 ; rs=-0,293 e p=0,003 respectivamente) e no final do mesmo (rs= -0,397 e p=0,000; rs=-0,364 e p=0,000 respectivamente) revelando que, neste grupo, uma alta orientação motivacional extrínseca esteve correlacionada a um desempenho acadêmico mais baixo enquanto que, uma orientação motivacional intrínseca mais alta esteve correlacionada com um melhor desempenho.

Palavras-chave: Motivação intrínseca, motivação extrínseca, desempenho acadêmico.

ISSN 1981-2566

DEMANDAS TEÓRICAS E PRÁTICAS PARA A PSICOLOGIA EDUCACIONAL NA FORMAÇÃO EM ALTERNÂNCIA

Edival Sebastião Teixeira

Dentre as organizações sociais que atuam no contexto rural brasileiro, destacam-se os Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFAs) e seu respectivo método pedagógico, que é chamado de Pedagogia da Alternância. A organização da escolarização nessas instituições fundamenta-se na alternância entre momentos de atividade na propriedade agrícola da família do educando e momentos de atividade escolar propriamente dita, nos quais se focaliza o conhecimento acumulado, articulando-o sempre com as experiências concretas dos alunos. A educação escolar nos CEFFAs engloba as temáticas relativas à vida associativa e comunitária, ao meio ambiente e à formação integral nos contextos profissional, social, político e econômico. O regime é o de internato e/ou semi-internato. Esse método pedagógico começou a tomar forma no ano de 1935, a partir das insatisfações de um pequeno grupo de agricultores franceses com o sistema educacional daquele país, o qual não atendia, a seu ver, as especificidades típicas da educação do campo. Os interesses desse grupo enfatizavam a necessidade de uma escola que atendesse às características psicossociais dos adolescentes e que propiciasse, além da profissionalização, elementos para o desenvolvimento social e econômico da sua região de abrangência. Não obstante o fato de o conceito de formação imaginado pelos pioneiros franceses ter sido concebido sem referência a qualquer teoria psicológica ou pedagógica, o crescimento do movimento foi exigindo a elaboração de referenciais teórico-metodológicos. As primeiras abordagens conceituais apoiaram-se em autores identificados com o movimento da Escola Nova e das chamadas pedagogias ativas, tais como Freinet, Decroly, Dewey, Cousinet e Montessori. Mais recentemente autores como Piaget, Paulo Freire e Morin têm sido utilizados. No Brasil, a primeira experiência em Pedagogia da Alternância surgiu em 1969, no Espírito Santo. Atualmente existem 227 CEFFAs em atividade, em todas as regiões e em quase a totalidade dos Estados brasileiros, o que implica um grande número de educadores com demandas formativas específicas, particularmente quanto aos processos de aprendizagem e de desenvolvimento psicológico. O presente trabalho é parte de um amplo projeto de pesquisa que vem sendo desenvolvido em torno da temática da Educação do Campo, cujo objetivo é contribuir para a construção de referenciais teóricos e metodológicos para a Pedagogia da Alternância. Foi realizado um levantamento da produção acadêmica brasileira sobre esse método pedagógico, cobrindo o período de 1969 a 2006, priorizando dissertações de mestrado, teses de doutorado e artigos publicados em periódicos acadêmicos nacionais, indexados no Scielo e/ou no portal de periódicos da CAPES. A partir dos critérios de busca estabelecidos, foram identificados 31 dissertações, 5 teses e apenas 2 artigos científicos. Esses dados sugerem que, apesar dos mais de trinta anos de implantação do método no país, essa proposta pedagógica ainda é pouco difundida e pouco discutida em nosso meio acadêmico. No material localizado até o momento, são escassos os estudos e as análises sobre o método de formação por alternância, sobre os fundamentos psicológicos da aprendizagem em alternância e sobre implicações psicopedagógicas do internato. Por conseguinte, nesse contexto existem demandas teóricas e práticas que podem ser atendidas pela psicologia educacional.

Palavras-chave: Psicologia educacional, Pedagogia da alternância, educação do campo.

ISSN 1981-2566

DA RUA PARA A ESCOLA: O JOGO DE PALITINHOS COMO INSTRUMENTO AUXILIAR NO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM, NUMA VISÃO CONSTRUTIVISTA

Izilda Malta Torres

O jogo tem sido cada vez mais utilizado como instrumento auxiliar na aprendizagem formal, no entanto ainda é insuficiente o uso que se faz dele, bem como a compreensão de sua importância como mediador no desenvolvimento e na aprendizagem e como motivador da busca pelo conhecimento. Embora utilizado por alguns professores, ainda percebe-se um hiato entre as brincadeiras identificadas como pedagógicas e brincadeiras do cotidiano realizadas fora do contexto escolar. Na tentativa de se resgatar brincadeiras que acontecem fora da escola para dentro da mesma, com o objetivo de motivar alunos e professores no ensino e na aprendizagem e nas relações que se estabelecem neste processo pensou-se no jogo de palitinhos (utilizado principalmente por adultos nas periferias) tendo como objetivos a análise do pensar durante o jogo de acordo com a teoria construtivista de Jean Piaget. Para tanto, são discutidas no presente trabalho, as observação feitas sobre as estratégias utilizadas pelos jogadores e suas justificativas, ou seja, o porquê da decisão de tais jogadas, com posterior análise das mesmas. Os sujeitos escolhidos foram duplas de jogadores, adultos e crianças / professores e alunos, observados em situação de jogo e inquiridos a respeito de seu jogar. Posteriormente foi solicitado a cada sujeito que representassem concretamente em forma de enunciados, a operação mental e estratégias anteriormente explicadas verbalmente. Com base no construtivismo de Piaget, as análises permitiram-nos perceber que, ao pensar sobre “as jogadas”, os sujeitos fazem cálculos mentais de soma, subtração e multiplicação de forma lúdicas utilizando-se de suas estruturas mentais, e ainda, demonstraram noções de quantidade, de conceito maior e menor, inclusão de classes, reversibilidade do pensamento, hipóteses e deduções, além de condutas de sociabilidade, reciprocidade e compreensão de regras, habilidades sociais e desenvolvimento do pensamento e da linguagem ao pensar sobre o pensar e descrever o pensar. Durante o jogo de palitinhos pode-se propiciar aos seus jogadores, dilemas a serem resolvidos utilizando-se de seus esquemas mentais já suplantados e a construção de novos esquemas. Por fim, chegamos à conclusão de que jogos normalmente utilizados fora do contexto escolar que muitas vezes são vistos como indesejáveis por provocar o distanciamento dentro das famílias ao serem utilizados até para apostas geralmente em bares, possam ser trazidos para dentro do contexto escolar com o objetivo de auxiliar no processo ensino aprendizagem, bem como para possibilitar que se trabalhe de acordo com a realidade familiar e social na qual a criança esteja inserida.

Palavras-chave: Rua-escola, jogos e brincadeiras, construtivismo, educação.

ISSN 1981-2566

CRIATIVIDADE EM ESCOLAS ABERTAS, INTERMEDIÁRIAS E TRADICIONAIS: UM ESTUDO COMPARATIVO

Daniela Rezende Matos
Denise de Souza Fleith

A criatividade é um fenômeno psicológico bastante complexo, multifacetado e que vem recebendo merecido destaque em pesquisas desde a segunda metade do século XX. A partir da década de 1980, no entanto, observa-se uma ênfase maior na relevância do contexto sócio-histórico cultural na determinação do que é considerado criativo. A escola surge, então, como um ambiente que pode favorecer ou inibir o potencial criador dos indivíduos. O presente estudo foi então conduzido com o objetivo de investigar a criatividade e percepção do clima de sala de aula de alunos de escolas consideradas abertas, intermediárias e tradicionais. Participaram desta pesquisa 174 alunos, que cursavam a 4a série do ensino fundamental, de oito escolas particulares localizadas no Plano Piloto de Brasília. Setenta e quatro alunos freqüentavam escolas abertas, 53 escolas intermediárias e 47 escolas tradicionais. Os alunos eram provenientes de nível sócio-econômico médio e médio-alto. A idade média dos participantes do estudo era de 9,82 anos. Oitenta e quatro eram do gênero masculino e 90 do feminino. Os instrumentos utilizados foram o Teste Torrance de Pensamento Criativo - TTCT e Escala sobre Clima para a Criatividade em Sala de Aula. Para a análise dos dados foi empregada a análise de variância univariada (ANOVA). Os resultados indicaram diferenças significativas entre alunos de escolas abertas, intermediárias e tradicionais somente em relação à fluência na atividade Complementação de Figuras, bem como interação significativa entre gênero e tipo de escola em relação à dimensão originalidade no mesmo subteste. Não foram observadas diferenças significativas entre os alunos dos três tipos de escolas para as demais medidas de criatividade. Em relação às medidas da percepção do clima de sala de aula, os resultados indicaram haver interação significativa somente entre gênero e tipo de escola para o fator Interesse do Aluno pela Aprendizagem. Não foram encontradas diferenças significativas entre os alunos dos três tipos de escola para as medidas da escala sobre o clima para a criatividade em sala de aula. Também não foram observadas diferenças entre alunos do gênero masculino e feminino em relação à criatividade e percepção do clima de sala de aula. O estudo conclui que não é possível apontar o melhor modelo de escola para o desenvolvimento do potencial criativo dos alunos. O que deve ser considerado são as características e necessidades cognitivas, emocionais e sociais do aluno, seu ajustamento a determinados contextos escolares, bem como o perfil discente desejado em cada tipo de escola.

Palavras-chave: Criatividade, clima de sala de aula, escola aberta, escola intermediária, escola tradicional.

ISSN 1981-2566

CRIATIVIDADE: ANÁLISE METACIENTÍFICA DAS TESES E DISSERTAÇÕES BRASILEIRAS (2001 A 2004)

Thaislaine Edwirgens dos Santos
Gerson Ricardo Freire da Silva
Rogel da Costa Marcondes
Adriana Aparecida Ferreira

Tendo em vista a relevância do estudo da criatividade e o desenvolvimento que a área tem alcançado atualmente, o presente estudo teve como objetivo avaliar a produção científica sobre o tema entre os anos de 2001 a 2004. Para tanto, foram analisadas 145 dissertações e teses disponíveis no Banco de Teses da CAPES, enfocando-se autoria (gênero), instituições e cursos nos quais foram defendidas as teses e dissertações, temática, faixa etária dos participantes, tipo de trabalho e instrumentos utilizados para coleta de dados. Os dados foram tratados quantitativamente e indicaram que a maioria das pesquisas (77,93%) foi realizada por autores do gênero feminino (c2o=51,2, c2c=3,84, n.sig.=0,05), tal resultado demonstra que existe diferença significativa entre os gêneros. As teses e dissertações não apresentaram diferenças significantes (c20=5,63 e c2c=5,99) quanto às instituições nas quais foram defendidas, as instituições Públicas foram responsáveis por 48,52% enquanto as instituições comunitárias aparecem com 30,14% e por último aparecem as particulares com apenas 21,32%. Quanto aos cursos constatou-se que cursos de Psicologia apareceram em 44,83%, seguidos por cursos ligados a Educação (31,72%), tendo um c2c =7,82, o c2o = 81,28. Considerando que uma das palavras-chaves foi Psicologia esta porcentagem demonstra que o estudo da criatividade possui uma característica interdisciplinar, englobando outras áreas de conhecimento além da psicologia. Quanto à temática pode-se verificar uma variação de temas, contudo temas ligados a Educação foram significativamente mais pesquisadas, exemplos desses temas são Educação especial, Compreensão de leitura, Aprendizagem de Língua Estrangeira, Estruturas Textuais e Cotidiano escolar. Considerando a faixa etária dos participantes, a fase adulta teve um espaço significantemente maior do que as demais (36%) nas teses e dissertações analisadas (c2o=47,64 e c2c=9,48), ao analisar esse resultado, questiona-se o fato da prevalência de pesquisas realizadas em instituições de ensino, o que leva ao maior número de estudantes entre os participantes das pesquisas e de temas relacionados a Educação. Quanto aos tipos de trabalhos, observou-se uma predominância de estudos qualitativos (60,27%) e o cálculo do qui-quadrado (c20=55,73 e c2c= 5,99) mostrou que há diferenças significantes entre os tipos de trabalho. Entre os instrumentos utilizados para coleta de dados apareceram com 39,40% as entrevistas como mais utilizadas (c20=108,96 e c2c=14,06), por sua vez os Inventários aparecem com menos freqüência, 2,27%. Conclui-se que o estado da arte sobre criatividade está em crescente desenvolvimento, embora precise de mais pesquisas com instrumentos validados, concluiu-se também que assim como em Psicologia, o estudo de criatividade vem ganhando campo na Educação. Seria interessante que se pesquisassem a Criatividade em Idosos, visto que não foram encontradas pesquisas com os mesmos.

Palavras-chave: Produção científica, criatividade, psicologia.

ISSN 1981-2566

CONVÍVIO E CONFLITOS NAS ESCOLAS DE SÃO PAULO

Maria Isabel da Silva Leme

A pesquisa teve por objetivo conhecer a qualidade do convívio escolar segundo diretores e alunos de 55 instituições de Ensino Fundamental e Médio da cidade de São Paulo e de uma cidade do interior do estado.Os participantes responderam a dois questionários fechados, um destinado aos diretores e outro aos alunos. O instrumento usado com os diretores abrangeu questões relativas à satisfação com o trabalho na instituição, organização do espaço escolar, gestão das normas disciplinares e outras aspectos a elas relacionados, como aplicação de sanções e punições. Foram levantadas ainda informações como avaliação da gravidade de diversos tipos de ocorrências entre os diversos atores da comunidade escolar, suas explicações sobre as causas da violência na escola, que segundo as estatísticas vem crescendo desde a década de 1980, quando começaram os primeiros registros do fenômeno. O instrumento destinado aos alunos levantou informações sobre seu desempenho escolar, satisfação com a qualidade do ensino e convívio, sociabilidade, como amigos na escola e fora dela em atividades de lazer, freqüência de agressões sofridas e perpetradas no ano precedente à pesquisa, realizada no início do período letivo. Foram ainda pesquisadas as crenças e explicações dos alunos sobre os conflitos que ocorrem no seio da escola, assim como a melhor forma de resolvê-los.Os resultados mostraram satisfação com a instituição, tanto no que diz respeito ao ensino como ao convívio no seio dela, por parte dos alunos como dos diretores. Por outro lado, verificou-se ausência de consenso entre alunos e diretores sobre a gestão de normas e outras questões relativas à disciplina. A maioria dos gestores (70%) acredita que as mesmas são fruto de decisão coletiva de toda comunidade escolar, enquanto a maioria dos alunos (70%), principalmente de escola pública,afirma justamente o contrário. Segundo os alunos as decisões são tomadas apenas pela equipe gestora e/ou docentes, queixando-se ainda da ausência de regras claras. A aplicação das regras é ainda percebida por boa parte destes como injusta, pois acreditam que nem todos são tratados igualmente, o que é admitido parcialmente pelos diretores. Um dado preocupante foi constatado na relativa naturalização pelos diretores dos conflitos que ocorrem entre alunos, que não só consideram tais ocorrências menos graves do que agressões contra docentes e funcionários, mas ainda, atribuem à educação dos alunos as causas para este tipo de incidente, considerado como típico de uma dada faixa etária. Também preocupa a resignação e impotência evidenciadas nas respostas de uma parcela de alunos,que considera que tais incidentes são inevitáveis na escola e que pouco se pode fazer para resolvê-los.

ISSN 1981-2566

COMUNICAÇÃO E ENVOLVIMENTO: FORMAS DE INTERCONEXÕES ENTRE A FAMÍLIA-ESCOLA DE CRIANÇAS COM BAIXO RENDIMENTO ESCOLAR.

Keila Hellen Barbato Marcondes
Silvia Regina Ricco Lucato Sigolo

Este estudo objetiva investigar as relações estabelecidas entre a escola e a família de crianças com baixo rendimento escolar e busca compreender as concepções que os três principais sujeitos envolvidos, ou seja, professoras, responsáveis e alunos, apresentam sobre essa interconexão. Adota-se como referencial teórico a perspectiva bioecológica de Bronfenbrenner, focando as relações estabelecidas no que o autor denomina Mesossistema, ou seja, as interconexões entre dois ou mais ambientes, nos quais o indíviduo tem participação ativa; sendo esse o caso da relação família-escola. A coleta dos dados ocorreu em uma Escola Estadual do interior do Estado de São Paulo, no período de junho a dezembro de 2004, sendo sujeitos seis crianças que freqüentavam o final do ciclo I do Ensino Fundamental (4ª série), seus respectivos responsáveis e professoras. Os dados foram coletados por meio de entrevistas semi-estruturadas previamente testadas, observações do cotidiano escolar e familiar, reuniões de pais e conselhos de classe, registrados no caderno de campo. Foram ainda realizadas avaliações das crianças por meio do Teste de Desempenho Escolar (TDE) de Lílian Milnitsky Stein, avaliações psicolingüísticas, sondagem de leitura e escrita, jogos e desenhos. O objetivo das avaliações era garantir que as crianças participantes do estudo apresentassem necessariamente o baixo rendimento acadêmico. Os resultados obtidos revelaram que as responsáveis e os alunos valorizam a educação e se envolvem nesse processo. As formas de interconexões entre as duas instituições (família e escolar) puderam ser divididas em duas categorias, comunicação e envolvimento. Ambas foram consideradas imprescindíveis para o estabelecimento de boas relações entre os ambientes escolar e familiar, contudo, no cotidiano não são efetiva. Em relação ao envolvimento família-escola, a instituição escolar concebe que somente na realização das tarefas de casa, onde os responsáveis poderiam oferecer auxílio às crianças, essa relação pode acontecer. Já as famílias concebem envolvimento como sendo todos os incentivos e condições fornecidas para que as crianças continuem freqüentando as aulas. Quanto à comunicação, todos os sujeitos concebem como sendo necessário, mas é possível afirmar que a escola delimita os momentos e as formas como o diálogo deve ocorrer, assim como, quais informações serão transmitidas. Pode-se concluir que a família e a escola compreendem que devem trabalhar em parceria para o beneficio da criança, mas tal relação precisa ser (re) construída para atender esse objetivo.

Palavras-chave: Relação família-escola, perspectiva bioecológica, ensino fundamental.

ISSN 1981-2566

COMPORTAMENTO RELIGIOSO EM ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS: ANÁLISE DE PRODUÇÃO CIENTIFICA

Danielle Bertolda Grathwohl Krebs
Adriana Aparecida Ferreira
Vera Vecchiatti Socci

Embora descuidado durante anos, o estudo do comportamento religioso é hoje um dos importantes focos de pesquisa na área da Saúde, tanto na Medicina quanto na Psicologia. Muitos trabalhos têm demonstrado a importância da Religiosidade-Espiritualidade para o sentido de vida, motivação para além da satisfação das necessidades básicas, e quanto este aspecto está estreitamente ligado a Qualidade de Vida. Ser religioso, ou possuir religiosidade não significa necessariamente estar vinculado a uma seita ou religião especifica, nem praticar algum ritual determinado. O sentimento religioso, quando existe, complementa o ser humano em seu desejo de transcender o material, o palpável, o concreto. Buscando estudos sobre este aspecto, fez-se um levantamento da produção cientifica sobre o tema inserida na base de dados Scielo, no ano 2006, objetivando realizar meta-análise quanto à autoria (gênero e número), meio de publicação, tipo de trabalho, instituição de vínculo dos pesquisadores, temática, faixa etária dos participantes e instrumentos utilizados. Foram selecionados 51 artigos. Os dados demonstram que a maior parte dos autores são homens (57%), e escrevem sozinhos, nos estudos de autoria múltipla participam igualmente homens e mulheres. A maior concentração de artigos (12%) está na Revista Brasileira de Ciência e Sociologia, vindo em seguida (10%) a revista Mana. 45% destes estudos são teóricos, sendo que a grande maioria das pesquisas é qualitativa (47%), sendo que apenas 8% têm uma preocupação com a quantificação de seus achados. A maior porcentagem, 24% dos artigos, tem a Universidade de São Paulo como Instituição de vínculo, a Universidade Estadual de Campinas aparece em segundo lugar (18%) como produtora deste conhecimento, e em terceiro lugar a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (10%). A temática dos trabalhos foi agrupada conforme a população estudada, síndromes médicas ou psicológicas, tipo de seita, aspectos sociais relacionados etc. Em relação aos instrumentos de pesquisa utilizados, em 51% dos casos não coube esta análise, uma vez que uma grande parte dos estudos é teórica, os demais fazem uso de questionários (18,6%), escalas (11,6%), entrevistas (7%). Conclue-se que há necessidade de mais estudos quantitativos sobre o tema, com a busca de medidas mais objetivas, o que significa dizer da necessidade do desenvolvimento de instrumentos adequados, que sejam validados estatisticamente, para que se consigam respostas mais precisas e fidedignas relacionadas a este importante aspecto do comportamento e da personalidade humana.

Palavras-chave: Espiritualidade, meta-análise, qualidade de vida.

ISSN 1981-2566

DIALOGISMO, POLIFONIA E PÓS-MÍDIA NO COTIDIANO ESCOLAR: ENLACES POSSÍVEIS?

Luciana Lobo Miranda

Pesquisas recentes mostram que as crianças e jovens brasileiros passam, em média, mais de três horas em frente ao aparelho de TV, disputando com a família, a escola e a rua, a responsabilidade pelo seu processo de formação . Diante da sedução dos meios de comunicação, pais e educadores se questionam a respeito de sua validade na educação. Atualmente, embora experiências de produção de mídia feita por jovens se multipliquem pelo Brasil, especialmente através de iniciativas de ONGs, nas escolas o caminho parece ser um pouco diferente. Mesmo conscientes da importância da mídia, especialmente da TV, presentes nas falas, gestos, desejos que se reproduzem e se amplificam no cotidiano escolar, é comum o espaço reservado à discussão sobre os modos de agir, pensar, sentir, amar, veiculados pela mídia, restringir-se ao recreio ou a conversas paralelas, tão combatidas nos bancos escolares. A partir do conceito de Félix Guattari de Pós-mídia que prevê uma re-apropriação e singularização da mídia nas práticas sociais, e dos conceitos de Mikhail Bakhtin de Dialogismo e Polifonia em que o campo da significação é engendrado na relação alteritária, basilar para a teoria da comunicação discursiva que tem como unidade o enunciado, o presente trabalho se propõe à reflexão sobre as relações existentes entre a mídia e o contexto escolar. Trata-se de um estudo preliminar a partir de dois lócus distintos: O Projeto “Capacitação de Jovens em Produção de Vídeo” da TV Maxambomba em Nova Iguaçu, Rio de Janeiro, e o Projeto de Extensão TVEZ: Educação para o Uso Crítico da Mídia, projeto interdisciplinar que integra o Departamento de Psicologia e de Comunicação Social da Universidade Federal do Ceará (UFC). Na TV Maxambomba o projeto reuniu, ao longo de seis meses do ano 2000, trinta jovens, numa escola pública de Ensino Fundamental, para aulas teórico-práticas, visando à produção de vídeos comunitários. Já o projeto TVEZ desde agosto de 2005 promove ações com alunos e professores da rede pública, estimulando a reflexão acerca da participação da mídia na construção da subjetividade dos jovens, além da necessidade da escola considerar esta nova realidade. As experiências aqui discutidas trazem uma marca em comum: em ambas, jovens de escolas públicas deixam de ser apenas enunciados nos discursos/imagens de outros, seja em programas de TV de massa, publicidades, revistas ou jornais, e passam a ser protagonistas de uma experiência, a partir de um suporte midiático, enunciando-se a si mesmos. Nossa análise destaca: a ambigüidade desses jovens com relação à mídia, com manifestações de insatisfação e fascinação; o território semiológico comum entre a grande mídia e as produções dos jovens; e a relação palavra-imagem no contexto escolar.

ISSN 1981-2566

ESTUDO E O PREPARO DE UNIVERSITÁRIOS PARA A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM: INVESTIGAÇÕES EXPLORATÓRIAS

Raquel Ávila Maia de Oliveira
Katya Luciane Oliveira

Diversos autores enfatizam que uma aprendizagem eficaz envolve a autopercepção do estudante acerca do seu próprio comportamento direcionado ao estudo. Nessa perspectiva, se faz necessário que os estudantes avaliem os comportamentos inadequados e modifiquem tais condutas, também há necessidade de que estratégias de estudos e condições de estudos adequadas sejam adotadas. Essas medidas podem potencializar um bom desempenho acadêmico, que por sua vez, é obtido, na maior parte das vezes, por meio da avaliação da aprendizagem. Entretanto, poucos são os estudantes que demonstram comportamentos adequados de estudo para se preparar para a avaliação da aprendizagem. Assim, explorar o tempo empregado nas atividades de estudo de estudantes universitários foi o objetivo deste estudo. Participaram 100 estudantes dos cursos noturnos de Radiologia (20%; n=20), Psicologia (30%; n=30) e Ciências Contábeis (50%; n=50) de duas universidades privadas do sul do estado de Minas Gerais. Foi utilizado um questionário abordando questões acerca do tempo empregado no estudo. As alternativas de respostas estavam dispostas em categorias. A aplicação ocorreu de forma coletiva em uma única sessão para aqueles estudantes que consentiram na participação por meio da assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido. Os resultados indicaram que no que se refere ao tempo de antecipação que o estudantes se prepara para uma avaliação, a maior parte (70%; n=70) respondeu que estuda somente na semana na qual a avaliação irá ocorrer. 20% (n=20) afirmaram que estudam na ocasião da véspera da avaliação e apenas 10% (n=10) disseram que começam a estudar com antecipação, isto é, semanas antes da prova. Para se avaliar se a distribuição das respostas era eqüitativa recorreu-se ao teste Qui-quadrado.Os resultados indicaram que a distribuição não era eqüitativa, considerando [χ2(2, 100)=62,00; p≤0,000]. Também se questionou se os estudantes gostariam de dedicar mais tempo aos estudos, 75% (n=75) afirmaram que gostariam de empregar muito mais tempo as atividades de estudo, 15% (n=15) responderam que somente um pouco mais de tempo já seria suficiente e 10% (n=10) afirmaram não haver necessidade de dedicar mais tempo ao estudo. O teste Qui-quadrado novamente revelou uma distribuição não eqüitativa [χ2(2, 100)=78,50; p≤0,000]. Esses dados mostram que poucos são aqueles estudantes que costumam se preparar com antecipação para as avaliações, também são poucos que afirmam que não há necessidade de dedicar mais tempo ao estudo. Nesse sentido, observa-se a necessidade de que orientações quanto ao estudo e preparo para as avaliações sejam efetuadas nas universidades, tendo em vista que muitos universitários trabalham durante o dia e estudam a noite e não sabem como otimizar o pouco tempo que têm para o estudo. Sugere-se, desse modo, que novas investigações sejam realizadas, visando ampliar as considerações trazidas nessa pesquisa exploratória.

Palavras-chave: Avaliação, universidade, aprendizagem.

ISSN 1981-2566

ENCONTRO DE PAIS COMO ESPAÇO DE APROXIMAÇÃO FAMÍLIA ESCOLA E DE REFLEXÃO SOBRE A RELAÇÃO PAIS E FILHOS

Fátima Regina Pires Assis

O presente trabalho foi produto do estágio supervisionado numa Escola de Educação Infantil do Município de São Paulo, tendo como objetivo a aproximação entre família e escola, através da criação de espaço onde pudessem expor suas dúvidas ou preocupações com a educação de seus filhos. Em nossa história de atendimento a queixas apresentadas pelos professores, temos constatado que sua preocupação está na dificuldade em lidar com o que consideram indisciplina e dificuldade de aprendizagem. Apesar de muitos demonstrarem conhecimento da literatura que discute a responsabilidade da escola como mantenedora de tais problemas, é freqüente os professores atribuírem suas causas à educação familiar, chegando a verbalizar discordância da literatura. A relação família - escola tem sido objeto de estudo de vários pesquisadores. A urbanização, como aponta Gomes (1990), vivida nas últimas décadas do século XX, fez com que trabalhadores oriundos do meio rural e semi-rural se estabelecessem nas grandes cidades. A pressão dessas populações obrigou a expansão de escolas públicas sem que, segundo a autora, o estado ou a sociedade estivessem preparados para tal. O processo de democratização do ensino trouxe, como uma das conseqüências, a distância entre as práticas da escola e as das famílias de muitos alunos, o que tem deixado uma lacuna entre o que cada uma espera da criança e que esta é capaz de fazer, responsabilizando-a por apresentar repertório diferente do esperado. As escolas apresentam espaços para que pais e professores discutam a educação de seus filhos. No entanto temos observado que tal espaço tem sido dedicado apenas à avaliação do desempenho escolar da criança. A questão da família ressurge: crianças cujas famílias apresentam práticas discrepantes da escola acabam por apresentar maiores queixas dos professores. Com isso seus pais acabam por se afastar da mesma, correndo o risco de serem considerados negligentes. Desta forma, mostrou-se relevante a criação de um espaço para que a família pudesse aproximar-se da escola sem que tivesse em discussão a avaliação de seus filhos. Como procedimento, inicialmente foi enviada carta convite aos pais, perguntando sobre seu interesse pelos encontros, e em caso afirmativo temas que gostariam de discutir e horários disponíveis. Com base nas informações oferecidas, foi elaborado programa de discussões e cronograma das reuniões. Foi formado um grupo que contou com a presença de 12 famílias. Foram feitos 10 encontros com 3 horas de duração cada um. Os 5 primeiros encontros contaram com a participação de 5 estagiários e os 5 últimos com outro grupo de 5 estagiários. Como resultados observou-se o envolvimento de todo o grupo com as diversas práticas apresentadas nos relatos bem como na discussão do que consideravam dificuldades e sucessos na educação de seus filhos; maior conhecimento das práticas e estilos parentais, e ao discutir princípios básicos do comportamento, identificar as causas dos comportamentos discutidos apresentados por seu filhos, como também seus próprios comportamentos, poder questiona-los e propor novas formas de atuação enquanto pais e educadores.

ISSN 1981-2566

ENSINO DE ESTRATÉGIAS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO DA COMPREENSÃO LEITORA

Maria Aparecida Mezzalira Gomes
Evely Boruchovitch

A importância do letramento é reconhecida pela sociedade e pesquisas mostram que são necessários mais de quatro anos de escolaridade formal para que capacidades desenvolvidas durante a alfabetização sejam consolidadas. Por outro lado, existe um compromisso mundialmente assumido em Jomtien de que a educação é um direito básico e universal. Teóricos e pesquisadores em Psicologia nas últimas décadas mostram que todas as crianças são capazes de aprender. No entanto em avaliações externas e institucionais das habilidades leitoras, no Brasil e por entidades internacionais, mesmo freqüentando as séries mais elevadas da Educação Básica, a maioria dos estudantes brasileiros alcança desempenho insuficiente. Alunos universitários também mostram dificuldades nas atividades acadêmicas que exigem compreensão e interpretação. Adultos escolarizados lêem pouco ou lêem mal. Pesquisadores de diferentes áreas têm se voltado para este problema, porém, as mudanças institucionais são ainda incipientes. O ato de ler é definido não mais como um processo de pronunciar o texto, mas como uma atividade complexa que envolve raciocínio, ou seja, ler é compreender. O êxito neste processo envolve a coordenação de múltiplos fatores: as particularidades do texto, os objetivos visados pela leitura, as circunstâncias em que esta ocorre e as características pessoais do leitor. Ter competência em leitura significa possuir um repertório de procedimentos estratégicos, saber gerenciar de forma adequada a sua utilização e aplicá-los de modo flexível, em cada situação. Pesquisas sugerem que a intervenção pedagógica ou psicopedagógica, pode ajudar os alunos a superarem suas dificuldades e tornarem-se leitores proficientes. Utilizando o referencial teórico da Psicologia Cognitiva o presente trabalho tem como objetivo investigar os efeitos do ensino de estratégias de aprendizagem na melhoria da compreensão leitora. Depois de avaliar os alunos, foram realizadas atividades de intervenção em leitura, incluindo também a reflexão sobre os processos cognitivos e metacognitivos relacionados ao aprender. Foram sete sessões com a duração média de 120 minutos, durante três meses. Depois da pesquisa de campo os participantes foram novamente avaliados. Alunos de três turmas de quarta série do Ensino Fundamental, numa escola municipal do município de Jundiaí, São Paulo, participaram da pesquisa, tendo sido adotados os procedimentos éticos exigidos. Por escolha aleatória (sorteio), foram designados o Grupo com o qual foi desenvolvido o estudo piloto, anterior ao trabalho de campo, o Grupo experimental e o Grupo de Controle. A análise preliminar dos dados parece confirmar a hipótese de que é possível aumentar o grau de autonomia dos alunos diante de tarefas de aprendizagem, assegurando uma melhoria no seu desempenho em compreensão leitora. Os resultados obtidos poderão ser utilizados em projetos destinados à formação de professores visando a implementação de projetos pedagógicos capazes de aliar o ensino ao sucesso no aprender.

Palavras-chave: Compreensão leitora, estratégias de aprendizagem, intervenção psicopedagógica, metacognição, leitura.

ISSN 1981-2566

ESCOLARIZAÇÃO E DIVISÃO DE GÊNERO: CONSIDERAÇÕES ACERCA DA CULTURA TRADICIONAL XAKRIABÁ

Aline Galvão Lima
Carlos Henrique de Souza Gerken

Introdução: Neste trabalho, apresentam-se considerações sobre o papel da escolarização e do processo de letramento em curso na cultura tradicional Xakriabá no que se refere às transformações sócio-culturais que estão ocorrendo nas formas de divisão de gênero e do trabalho, bem como nas hierarquias locais de saber e poder, buscando compreender os elementos que subjazem aos processos de construção da identidade feminina entre os Xakriabá. Metodologia: Articulando-se pressupostos da pesquisa etnográfica em antropologia e de pesquisa sócio-histórica em psicologia, buscou-se compreender a cultura Xakriabá a partir de seu contexto de realização e através da decifração de sua própria lógica. Dessa forma, os procedimentos metodológicos englobam a realização de observações participantes em contextos culturais diversos, bem como entrevistas abertas com informantes privilegiados (professoras, rezadeiras e alunas da escola indígena), com utilização de registro em diário de campo e audiovisual de eventos privilegiados, tais como reuniões políticas, rituais religiosos e contextos cotidianos de vida, familiar e comunitário e de trabalho. Resultados: Observou-se que a efetiva implantação da escola indígena diferenciada desencadeou profundas mudanças no cotidiano familiar nas aldeias, o que está relacionado com o aumento na circulação de recursos financeiros dentro da área indígena e com a abertura de novas possibilidades de trabalho. As novas práticas disseminadas pela escola têm rivalizado com as exigências sócio-econômico-culturais de participação das crianças e jovens no trabalho agrícola familiar. A escolarização tem ocasionado uma revalorização da condição feminina, sendo significativa a participação de professoras, secretárias e agentes de saúde nas reuniões de caráter político-econômico, na condução de rituais religiosos e na criação de novas formas de armazenamento de conhecimentos, por meio do registro escrito de conteúdos tradicionais. O processo de letramento perpassa não só os mecanismos de constituição da identidade cultural como também os da identidade de gênero entre os Xakriabá, sendo que a constituição sócio-histórica da identidade feminina Xakriabá está relacionada com as transformações que estão ocorrendo nas dimensões social e cultural da comunidade local, embora costumes tradicionais ainda possam ser verificados em certos momentos como, por exemplo, nos intervalos das reuniões, onde separam-se homens e mulheres, lideranças (mais velhos) e jovens professores. Conclusão: Os processos de letramento e escolarização têm promovido efetivas transformações em todos os setores da vida dos Xakriabá, sendo marcante a divisão de gênero que se estabelece a partir da escolarização das mulheres. O cenário contemporâneo da cultura tradicional Xakriabá caracteriza-se pelo conflito entre a preservação da memória coletiva da cultura local e a absorção de novos conhecimentos provenientes do contato com outras culturas.

Palavras-chave: Escolarização, divisão de gênero, identidade feminina.

ISSN 1981-2566

ESTATÍSTICA PARA PESQUISA EM PSICOLOGIA

Claudette Maria Medeiros Vendramini
Irene Maurício Cazorla
Claudia Borim da Silva

A Estatística é uma importante ferramenta para analisar dados de pesquisas em diferentes áreas de conhecimento. Na Psicologia ela tem contribuído para o avanço das análises quantitativas necessárias na Avaliação Psicológica e Educacional. O presente minicurso destina-se ao pesquisador em Psicologia que precisa lidar com dados quantitativos em sua pesquisa, mas não tem familiaridade, nem treino com as ferramentas estatísticas, podendo apresentar resistência para seu uso. Objetiva-se mostrar que a Estatística é uma ferramenta valiosa em pesquisa e que está ao alcance de todos, mesmo para aqueles que optaram por metodologias de cunho qualitativo, pois complementa e enriquece o trabalho científico.A Estatística será apresentada como um instrumento a serviço da ciência, enquanto: a) linguagem da ciência, focando a importância do conhecimento do "jargão" estatístico na leitura e interpretação de textos científicos e acadêmicos que reportam resultados do tratamento quantitativo de dados; bem como na comunicação dos resultados de pesquisa; b) ferramenta que orienta e sistematiza o planejamento e execução do projeto de pesquisa: formulação de hipóteses, população a ser investigada, amostragem, tamanho da amostra, análise e consistência dos instrumentos de coleta de dados; c) ferramentas que operacionalizam as hipóteses de pesquisa: análise exploratória de dados, principais testes e análises estatísticas: t-student, qui-quadrado, ANOVA, análise de correlação e regressão, algumas técnicas da análise multivariada e de Estatística não paramétrica. Os testes serão explorados em relação a sua lógica, conexão com as hipóteses de pesquisa, adequação à natureza dos dados, pressupostos implícitos para sua validade, limitações e interpretação dos relatórios gerados pelos softwares estatísticos. Serão apresentadas análises estatísticas de pesquisas já realizadas, esquematizando os diversos passos de pesquisa e de análise de dados; a criação de banco de dados e seu tratamento com softwares estatísticos, enfatizando a análise e a interpretação dos resultados gerados, bem como sua apresentação no meio acadêmico.

Palavras-chave: Estatística, pesquisa em psicologia, ferramentas.

ISSN 1981-2566

ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS NA PESQUISA QUALITATIVA DE ABORDAGEM SÓCIO-HISTÓRICO-CULTURAL

Maria Teresa De Assunção Freitas
Bruna Sola Da Silva Ramos
Andreia Alvim Bellotti Feital

Nesse mini-curso, para fundamentar as estratégias metodológicas de pesquisa deabordagem sócio-histórico-cultural a serem apresentadas, torna-se importanteindicar o que compreendemos por essa modalidade de pesquisa, suas características e sua base teórica. Iniciaremos com a análise das perspectivasabertas pela abordagem sócio-histórico-cultural para a investigação qualitativa no âmbito das ciências humanas, apoiando-nos nas idéias de Vygotsky e Bakhtin. A tradição empirista da pesquisa nas ciências humanas tem impedido muitas vezes uma maior aproximação e compreensão das questões propostas para estudo. A perspectiva sócio-histórico-cultural representa pois um caminho significativo para uma forma de produzir conhecimento no campo das ciências humanas coerente com sua especificidade. As teorias de Vygotsky e de Bakhtin e seu círculo têm como base o materialismo histórico dialético e criticam os reducionismos das perspectivas teóricas objetivistas e subjetivistas mostrando as possibilidades de uma forma outra de fazer ciência, envolvendo a arte da descrição completadapela explicação. Assim, a pesquisa qualitativa desenvolvida a partir de uma orientação sócio-histórico-cultural supõe não apenas a compreensão de uma realidade, mas a sua transformação. No processo de pesquisa fica claro que a própria fonte dos dados a serem pesquisados se substancia no texto (contexto) no qual o acontecimento emerge compreendendo os fenômenos a partir de seu acontecer histórico vinculando o particular à totalidade social. Procura-se,portanto, compreender os sujeitos envolvidos na investigação para, através deles, compreender também o seu contexto. As questões formuladas para a pesquisa não são estabelecidas a partir da operacionalização de variáveis, mas se orientam para a compreensão dos fenômenos em toda a sua complexidade e em seu acontecer histórico. Isto é, não se cria artificialmente uma situação paraser pesquisada, mas vai-se ao encontro da situação no seu acontecer, no seu processo de desenvolvimento. Enfatiza-se o processo de transformação e mudança em que se desenrolam os fenômenos humanos, procurando reconstruir a história de sua origem e de seu desenvolvimento. O critério que se busca nesse tipo de pesquisa não é a precisão do conhecimento mas a profundidade da penetração e a participação ativa tanto do investigador quanto do investigado. Disso resultaque pesquisador e pesquisado participam ativamente do processo no qual as práticas discursivas que ocorrem entre os participantes se constituem comomediadoras dessa compreensão ativa. A pesquisa é vista dessa forma como uma relação entre sujeitos possibilitada pela linguagem, portanto dialógica, na qual o pesquisador é uma parte integrante do processo investigativo. Portanto, pesquisador e pesquisado têm oportunidade para refletir, aprender e re-significar-se no processo de pesquisa. Assim se justifica dizer que essamodalidade de pesquisa supõe não só um diagnóstico compreensivo da realidade estudada mas também um movimento reflexivo que possibilite sua ransformação.

Palavras-chave: Pesquisa nas ciências humanas, abordagem sócio-histórico-cultural, fundamentos básicos.

ISSN 1981-2566

HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DA PSICOLOGIA ESCOLAR EDUCACIONAL NO BRASIL: A CONTRIBUIÇÃO DO GT DE PSICOLOGIA ESCOLAR EDUCACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - ANPEPP.

Nádia Maria Dourado Rocha

A História nos permite avaliar o passado e realizar correções de rumo para o futuro. Neste sentido é extremamente pertinente trabalhar com a contemporaneidade. Partindo deste pressuposto, buscou-se analisar a produção atual da pesquisa em Psicologia Escolar e Educacional, para tal escolhendo-se o Grupo de Trabalho da ANPEPP. O grupo é composto por dez pesquisadores. De oito destes foram encontradas informações no Currículo Lattes. São sete mulheres e um homem, integrantes das seguintes instituições: PUCCAMP, UFBA, UFRN, UFU, USP e UnB, situadas no sudeste e duas no Nordeste do Brasil. Todos participam de Programas de Pós-Graduação strictu senso. Foi identificada uma produção composta por 626 trabalhos, de 1984 a 2006, com média de 78 por pesquisador. Destes, o mais freqüente foi Resumos publicados em anais de congressos (30%) e a menos freqüente foi Livros publicados (4%). A maioria dos trabalhos foi realizada em conjunto (74%). As parcerias foram, predominantemente, intra-institucionais. Excluindo-se as IES dos integrantes do GT, as de maior freqüência na parceria foram, pela ordem: UNIR, TTU – Texas/EUA; York University; UCB; IESB; UNIUBE; FGVargas-SP; Universidad La Habana, em Cuba e UERJ, todas estas com mais de cinco eventos de intercâmbio. No computo geral, os integrantes do GT foram autores principais em 75% dos trabalhos. Este material foi publicado, em 91 veículos. Dos periódicos técnicos científicos os mais utilizados foram: Estudos de Psicologia; Revista de Psicologia Escolar e Educacional; Psicologia em Estudo; Psicologia Reflexão e Crítica; Revista da Faculdade de Educação - USP e no Boletim da APP. Além destes houve também publicação em periódicos cubanos e norte-americanos. Quanto ao local de apresentação, os trabalhos foram apresentados em 17 países, localizados nas Américas (Argentina, Canadá, Chile, Cuba, Brasil, EUA, México e Peru); África (África do Sul e Libéria); Ásia (Índia) e Europa (Áustria, Dinamarca, Espanha, França, Inglaterra, Portugal e Suíça). Destes, 87% dos trabalhos foi apresentado no Brasil. Houve apresentação de 1139 trabalhos nas cinco regiões do Brasil, embora de forma extremamente desigual. Do que foi possível identificar o local de apresentação ou publicação, 63,80% ocorreu nos quatro Estados da Região Sudeste; 176,41% em seis estados da Região Nordeste (BA, CE, PB, PE, PI e RN); 9,35% na Centro Oeste; 9,07 na Região Sul e 0,37% na Região Norte, representada pelo Estado de Rondônia. Foram apresentados trabalhos em 63 eventos científicos, dos quais os mais freqüentes foram, pela ordem: CONPSI; CONPE, RA-SBP, Encontro de Iniciação Científica da PUCCAMP e a RA- S P TM. São vários os temas dos trabalhos, a exemplo de: reflexão sobre o papel e função do psicólogo escolar e sua responsabilidade social, análise de variáveis contextuais, questões ligadas à formação e atuação do psicólogo escolar, à educação infantil, avaliação e medidas no contexto escolar, criatividade, brinquedo, necessidades especiais/inclusão, educação informal. Diante deste panorama podemos afirmar que este grupo tem efetivamente contribuído para o melhor conhecimento desta área, apresentando uma expressiva contribuição para a ciência no Brasil, de modo geral, e para a Psicologia Escolar e Educacional, de forma particular.

ISSN 1981-2566

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E LAÇO SOCIAL

Mônica Maria Farid Rahme

Este trabalho busca analisar e discutir, a partir do referencial psicanalítico, questões referentes à inserção de crianças com necessidades educacionais especiais na escola comum, abordando especificamente a potencialidade do laço social como elemento de transmissão simbólica, tema relacionado à minha pesquisa de doutorado, em curso, no Programa de Pós Graduação da Faculdade de Educação/USP. A escola, como uma das instituições responsáveis pela transmissão da cultura, é também um espaço importante do encontro e da interação, possibilitando aprendizagens diversas, que podem trazer desdobramentos para os sujeitos, no seu olhar sobre o outro e sobre si mesmo. Tendo como um de seus documentos norteadores mais importantes a "Declaração de Salamanca: sobre princípios, política e prática em Educação Especial" (1994), que prevê o acesso à escola comum de todas as crianças, a experiência inclusiva é situada nesse texto como uma forma de combater atitudes discriminatórias, criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos. Além da educação de pessoas com necessidades especiais, o termo Educação Inclusiva tem sido utilizado no Brasil para se referir a várias questões que englobam a diversidade, como, por exemplo, a discussão étnica, social e econômica. No caso da educação de crianças com necessidades especiais, a Educação Inclusiva pode ser vista como um marco simbólico que instaurou a possibilidade de uma convivência diferenciada no contexto da escola comum, tornando possível o encontro, na instituição escolar, de crianças que pertenciam a lógicas institucionais diferenciadas. No Brasil, constatamos, ainda, que ela se difundiu como proposta de algumas administrações públicas a partir da segunda metade da década de noventa, ampliando-se fortemente na política pública (em âmbito municipal, estadual e federal) a partir de então. Diante disso, algumas questões se apresentam: Quais desafios essa proposta coloca no sentido da relação semelhante/diferente, do ponto de vista psicanalítico? O que se quer e se espera deste "estar junto"? Quais desafios e impasses esse tema nos coloca? O que nos dizem as produções sobre o assunto? Para refletir sobre essas questões, retomo considerações elaboradas por alguns autores do campo Psicanálise – Educação, como, dentre outros, Leny Mrech (1999, 2001), Leandro de Lajonquière (2001), Cristina Kupfer (2000, 2005), com o objetivo de colocar em relevo as contribuições que esses autores trazem para pensar a relação intersubjetiva em ambiente inclusivo. Com isso pretendo complexificar a temática, considerando que o movimento inclusivo se constitui como um indicativo importante do processo civilizatório, e que, justamente por isso, merece análises que coloquem em jogo também seus desafios e impasses.

Palavras-chave: Educação inclusiva, psicanálise, laço social, infância.

ISSN 1981-2566

ÉTICA NA PRODUÇÃO E NA COMUNICAÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO EM PSICOLOGIA ESCOLAR / EDUCACIONAL

Sebastião Rogério Gois Moreira

A pesquisa, força impar como recurso na produção do conhecimento científico, tem que ser muita bem cuidada considerando que a construção do ensino superior no Brasil vem se ampliando a passos largos muitas vezes correndo o risco de se distanciar de princípios que vão garantir um ensino superior de qualidade. Como formadores das massas que avançam para o terceiro grau temos que comprometer com o destino da formação que se coloca no país sedimentando conhecimentos que norteiam nossas práticas acadêmicas. O grande desenvolvimento e a crescente incorporação de novas tecnologias nas pesquisas no campo da Psicologia Escolar/Educacional, não fica excluído dos demais campos do conhecimento científico. Com a ampliação dos movimentos sociais em defesa dos direitos individuais e coletivos, fizeram com que a discussão sobre ética aplicada às pesquisas com seres humanos passasse a ter como interlocutores freqüentes a exemplo, filósofos, teólogos, juristas, sociólogos, pesquisadores dos mais diferentes campos de saberes e sobretudo, os cidadãos, seja enquanto usuários do sistema da educação pública e privada ou seja como sujeitos objetos de pesquisas cientificas. Através deste deste Mini - Curso, gostaríamos de considerar dois elementos a serem analisadas com dedicada atenção em nosso dialogo. ((1º) Sobre Ética em pesquisas Qualitativa e Quantitiva, em pesquisas Humanas e Sociais em especial as realizadas no campo da psicologia escolar/educacional, bem como 2º) Situar aspectos éticos relativos à comunicação do conhecimento científico, deste no campo do conhecimento. Pautados na Resolução do Conselho Nacional de Saúde (CNS 196/96), expressa no Manual Operacional Para Comitês de Ética em Pesquisas, e da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP, pretendemos introduzir nossas discussões.

Palavras-chave: Ética, seres humanos, produção e comunicação do conhecimento, psicologia escolar / educacional.

ISSN 1981-2566

HISTÓRIAS QUE SE APRE(E)NDEM NA ESCOLA: MODALIDADES, CONCEPÇÕES E PRÁTICAS DOS REGISTROS ESCOLARES

Gustavo Giolo Valentim
Marilene Proença Rebello de Souza

O objetivo desta pesquisa foi apreender como se dão as práticas de registro do processo de aprendizagem de alunos das séries iniciais do ensino fundamental. Para tanto, realizamos um levantamento das modalidades de registros existentes na escola. Analisando seus conteúdos, visando identificar o que embasa a produção dessa documentação, as concepções de aprendizagem presentes no processo pedagógico e os modos de utilização desses registros na vida diária escolar. A metodologia escolhida para a obtenção dos dados foi a investigação qualitativa com base na análise de conteúdo de Bardin (1977). Esta análise permite uma descrição minuciosa, cuja função é de propiciar a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção do texto. Realizamos o levantamento dos documentos escolares relativos a alunos de 1ª a 4ª séries do ensino fundamental, a saber: a legislação estadual relativa à elaboração de documentos oficiais; Fichas de Avaliação Individual dos Alunos; Portifólio e o Caderno Volante. De posse desses documentos, iniciamos a análise pelas Fichas de Avaliação Individual, construindo um instrumento para reproduzir seus conteúdos. Para complementar esta análise, foram realizadas entrevistas com docentes e direção da escola. A análise da legislação mostrou-nos que o único instrumento de avaliação qualitativa do aluno tem origem na Deliberação CEE 11/96, portanto anterior ao regime de Progressão Continuada. Apesar deste regime, instituído com a Deliberação CEE 09/97, ter um discurso que ressalta a importância da avaliação qualitativa, não estabelece nenhuma nova padronização, mantendo vigente a ficha instituída pelo modelo anterior de educação. Esta não padronização faz parte da própria concepção de progressão continuada, permitindo que cada escola crie seus métodos de acordo com o seu projeto político-pedagógico.A análise das Fichas de Avaliação Individual tem mostrado que a avaliação feita pelos professores não condiz com os preceitos da pedagogia construtivista, base do projeto político-pedagógico da escola. Ao invés de registrar a psicogênese da língua escrita como processo, os conceitos são utilizados como diagnóstico de aprendizagens, sendo classificatório de qual fase de alfabetização se encontram os alunos. Identificamos seis temas principais no discurso dos professores: Diagnóstico, Técnico-Descritivo, Habilidades e Competências, Padronizações, Conduta e Aprendizagem como Processo. Cada tema contém diferentes concepções de aprendizagem e de desenvolvimento, o que expressa a coexistência dos diversos movimentos pedagógicos descritos por Saviani (2005), como constituintes da educação paulista: o Tradicional, o Escolanovista e o Tecnicista. Entretanto, as avaliações demonstram uma visão de educação mais afinada à pedagogia denominada por Saviani (2005) como tecnicista, base do sistema de ensino seriado, portanto anterior à progressão continuada, e não transformada por esta em sua instituição.Em entrevistas com o corpo diretivo sobre as suas práticas de avaliação e sobre os registros não oficiais vimos que o não-aprendizado, nesta escola, é trabalhado como um problema institucional ou pedagógico. Através de seus modos não-oficiais de registro, este corpo diretivo constitui um coletivo responsável pela aprendizagem do aluno, materializando a história das diversas práticas pedagógicas da escola e de todas as atividades realizadas pelos alunos, gerando um registro de suas evoluções.

Palavras-chave: Psicologia escolar, ensino fundamental, registros escolares.

ISSN 1981-2566

DIRETRIZES CURRICULARES: ESPAÇOS CRIADOS, DESAFIOS INSTALADOS

Claisy Maria Marinho-Araujo

A partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, (Lei nº 9394/96), ocorreu uma movimentação nacional quanto à cenários formativos que contemplassem tanto a preparação pessoal quanto profissional,nas diferentes instâncias do saber, das ciências e da cultura.As Diretrizes Curriculares,homologadas recentemente para orientar os Cursos de Graduação no país,são consideradas um avanço em relação ao Currículo Mínimo até então em vigor,pois orientam a construção de um perfil profissional competente e comprometido com as demandas sociais.O cenário atual das produções teóricas e das práticas profissionais relativas à Psicologia Escolar tem gerado intensas reflexões na busca de maior criticidade à formação e atuação do psicólogo escolar. Tais reflexões influenciaram avanços que se refletiram nas Diretrizes Curriculares para os Cursos de graduação em Psicologia, homologadas em fevereiro de 2004, e que vêm direcionando ampla reformulação desse cursos no país. As Diretrizes Curriculares objetivam uma formação generalista, a partir do domínio de conhecimentos, saberes e competências, subsidiados por um "núcleo comum", que apresenta temas amplos a serem tratados ao longo da formação. A novidade está na possibilidade do aluno escolher, no decorrer da graduação, ênfases curriculares, que ampliam o perfil profissional em contraponto à formação de um especialista.As ênfases seriam entendidas como "enfoques privilegiados", conjuntos articulados de competências, configurando oportunidades de concentração de estudos e de estágios em algum domínio da psicologia.Especificamente os itens "b", "c", "d" e "f", do parágrafo 1º do art. 12 das Diretrizes, apontam ênfases favoráveis à construção do perfil profissional do psicólogo escolar. As ênfases deveriam estar presentes desde o início do curso, acompanhando o núcleo comum, e favorecendo a articulação entre conhecimentos teórico-conceituais e as possibilidades de inserção em práticas, a partir de temas como: relação instituição-comunidade; relações interpessoais nos contextos profissionais; desenvolvimento e aprendizagens em contextos educativos diversos; relação família-escola; intervenção e pesquisa; trabalho coletivo e relacional; atuação institucional multidisciplinar; formação ética-profissional; contextualização das tendências sócio-políticas; compromisso e responsabilidade social. Os estágios em psicologia escolar, articulados às ênfases de forma diversificada, interdisciplinar e processual, poderiam consolidar-se como espaços privilegiados de formação assistida. Tem-se, no cenário atual das práticas profissionais, o balizador necessário para se perceber como necessária a superação dos limites convencionais da formação acadêmica profissional. Nessa perspectiva, vêm ganhando espaço as alternativas de formação com respostas curriculares organizadas em torno da abordagem de competências; tal abordagem apresenta-se como estratégia privilegiada e útil tanto ao desenvolvimento pessoal quanto aos papéis e às funções profissionais próprios dos perfis profissionais em desenvolvimento na graduação.Entretanto, sabe-se que apenas a implantação de novas alternativas na formação não garante a modificação profunda do panorama crítico em que se encontra a psicologia escolar.Inúmeros outros fatores, de ordem política, econômica e legal contribuem para a complexidade deste cenário. As transformações necessárias à constituição do novo se concretizarão pela inserção ativa e interativa de sujeitos conscientes de seus papéis e funções, da diversidade teórica e metodológica da Psicologia, da especificidade do conhecimento psicológico nos contextos de atuação profissional multidisciplinar.Conteúdo:HistóricoPerfil Profissional: Princípios; TerminalidadeCompetênciasDesenho curricular: Núcleo comum; Ênfases; EstágioArmadilhas e Propostas

Palavras-chave: Perfil profissional, princípios, competências, histórico.

ISSN 1981-2566

EDUCAÇÃO HUMANISTA, LIBERTADORA, DEMOCRÁTICA E EMANCIPATÓRIA: UMA (RE)LEITURA DAS OBRAS DE HELENA ANTIPOFF E PAULO FREIRE

Elizabeth Dias Munaier Lages

Este estudo é proveniente do Doutorado em Educação em curso na Faculdade de Educação da UFMG, Belo Horizonte, Minas Gerais. Tem-se como objeto de investigação da pesquisa as diferenças, complementaridades e similitudes na concepção de educação humanista, libertadora, democrática e emancipatória presentes nas obras de Helena Antipoffi e Paulo Freire. Emergindo-se da dimensão pedagógica, prática, estética, política e democrática destes dois notáveis educadores, Antipoff e Freire, tal investigação, ainda em estágio inicial, privilegia destacar este contexto de educação, aplicado por um lado, por uma educadora, que teve papel singular no estabelecimento e posterior desenvolvimento da área da psicologia da educação no Brasil e, que desenvolveu importante trabalho na perspectiva sócio-cultural nas áreas da psicologia e da educação e por outro, por um mestre, com atuação e reconhecimento internacional, principalmente pelo método de educação de adultos que leva o seu nome e, que esteve permanentemente em defesa de uma educação conscientizadora dos educandos, levando-os a entender sua situação de oprimidos, no sentido de agir em favor de sua própria libertação. A partir de levantamentos preliminares, ressalta-se que a história destes dois educadores se entrecruzam, ao se vincular à educação rural, cada qual em seu momento histórico, sendo ativamente participantes de movimento popular de educação solidário e democratizante, apoiado pelas Campanhas Federais de Educação Rural, na década de 1950 (Antipoff) e pelo patrocínio do governo federal nas Campanhas de Educação Nacional e Rural, na década de 1960, infelizmente interrompidas pelo golpe militar de 1964 (Freire). O diálogo e a interlocução teórica tem-se apresentado através das obras publicadas pelos dois educadores, tomando como exemplo: Antipoff (1992, Coletânea); Freire (1987;1996;2005) e por seus pesquisadores, Gadotti et al (2000); Monteiro (2006); Campos (2006; 2001; 1995; 1989; 1980) e outros. Tal pesquisa também apoia-se em estudos comparativos como os de Mayo (2004) e Becker (1993). Também auxilia-nos na compreensão do conceito humanista de educação, o apoio teórico de Luzuriaga (1973). Salienta-se que tal estudo comparativo entre os conceitos de educação antipoffianos e freireanos privilegia as referências percebidas e destacadas das matrizes intelectuais que elaboraram o seu pensamento. Assim sendo, a análise histórica se fará pela consideração de conflitos, pressupondo-se uma horizontalidade (continuismo) e uma verticalidade (teoria das revoluções científicas, descontinuismo) do conceito de educação presente na obra dos dois educadores. Este é um estudo conceitual e histórico. Utiliza-se, neste sentido, a História das Ciências, para contextualizar as fontes de pesquisa às quais recorremos, tanto as produzidas por Antipoff quanto por Freire, no sentido de associá-las à sua história social de vida e a outros fatores determinantes que, com efeito, influenciaram sua maneira de concebê-las. O tratamento das fontes dar-se-á pela análise de conteúdo para compreender o significado próprio das citações, interpretando o sentido das palavras, ou o que se apresenta “internamente” nelas. (BARDIN, 1979

Palavras-chave: Educação humanista, educação libertadora, história da psicologia educacional e escolar.

ISSN 1981-2566

FAMÍLIA E ESCOLA: REFLEXÕES SOBRE OS PROCESSOS FORMATIVOS INFANTIS

Aline Galvão Lima
Débora Pereira Oliveira
Luiza Helena Teixeira Lopes
Thaís Cristina Guedes

Introdução: Neste trabalho, apresentam-se resultados referentes ao projeto de estágio "A investigação do papel da instituição familiar nos processos formativos infantis, a envolver a escola", vinculado à pesquisa "Colaboração família e escola nos primeiros anos escolares", que objetivou investigar o processo educativo a partir do entrelaçamento entre família e escola, refletindo sobre o projeto formativo da criança. Método: As estagiárias trabalharam em duplas para a realização de visitas domiciliares e entrevistas grupais semi-estruturadas (registradas em áudio e em diários de campo) com famílias da amostra. A análise dos dados se deu a partir dos referenciais da psicologia social numa perspectiva sócio-interacionista. Dentre as atividades teóricas realizadas, encontram-se as de levantamento de bibliografia, leitura e fichamento de textos referentes à temática envolvida nas discussões. Resultados: Observou-se que cada família possui um padrão interacional específico, havendo configurações familiares distintas. As análises referentes ao ambiente doméstico e familiar indicaram influência da religiosidade (o que pode caracterizar uma busca de proteção ou orientação diante das adversidades encontradas nos meios populares) e uma mobilização no sentido do prolongamento da escolaridade dos filhos (a meta é que se atinja pelo menos o final de um curso superior). Verificou-se que o investimento na escolarização das crianças varia conforme o projeto educativo dos pais, sendo que o seu desempenho escolar está relacionado com as exigências familiares. Em alguns casos, o direcionamento da vida escolar da criança no sentido da conquista de um diploma está relacionado com um desejo de mudança de posição social, no sentido de uma superação da desigualdade social por meio da escolarização. A maioria dos pais se mostrou a favor da rigidez presente nos métodos de ensino utilizados pela escola (revelando uma certa submissão à autoridade do professor) e das tarefas escolares (sendo presentes no auxílio em relação a sua execução), mas muitos consideram-nas desnecessárias aos fins de semana e nas férias, o que remete a idéia de que o lazer e a sociabilidade também ocupam um lugar importante na formação da criança. Conclusão: Trabalhando com as três categorias participantes do processo educativo (os educadores, as crianças e as famílias), constatou-se que os pais tem papel fundamental na constituição do projeto educacional das crianças, sendo que sua história biográfica (remetendo a sua condição de classe e aos sofrimentos que passaram) exerce enorme influência na condução da vida de seus filhos. Porém, a família não detém o monopólio da educação das crianças, já que a maioria delas entra bem cedo na educação infantil estando exposta aos meios de comunicação de massa, o que pode acarretar uma heterogeneidade de disposições incorporadas por cada sujeito ao longo de sua trajetória escolar, ocasionando uma diferenciação social da criança em relação aos familiares. O acompanhamento da vida escolar desses alunos pode vir a revelar determinantes para o sucesso escolar.

Palavras-chave: Relação família-escola, projeto formativo, trajetória escolar.

ISSN 1981-2566

FORMAÇÃO CONTINUADA: OS SENTIDOS ATRIBUÍDOS NA VOZ DO PROFESSOR

Anna Helena Altenfelder Silva

A intenção desta exposição é apresentar uma síntese de nosso trabalho de dissertação de mestrado cujo objetivo foi apreender os sentidos que o professor atribui aos processos de formação continuada pelos quais passou. Para tanto, consideramos importante buscar uma abordagem que favoreça compreender o fenômeno psicológico em seus múltiplos aspectos, em sua totalidade, considerando inclusive suas contradições e historicidade. A Psicologia Sócio-Histórica, ao romper com a dicotomia objetivo/ subjetivo possibilita a compreensão das formas de pensar, sentir e agir do sujeito, no caso específico do professor. Foram entrevistadas três professoras de 1a a 4a séries do ensino fundamental da rede pública, que têm entre dez e quinze anos de prática em sala de aula e experiência acumulada, nos últimos cinco anos, em programas ou projetos de formação continuada. Realizaram-se três encontros, sempre em grupo, nos quais foram utilizados diferentes instrumentos, como relato de vida, entrevista em grupo e a escolha de uma obra de arte pelos sujeitos como um recurso para mobilizar a reflexão a partir de uma questão norteadora. Para ir à busca do processo de constituição dos sentidos que os professores atribuem à formação continuada, tomamos as falas dos sujeitos organizadas em núcleos e, tendo como marco e referência a teoria sócio-histórica, fomos empreendendo um esforço de buscar as emoções, necessidades, que, ao se configurarem em motivos, impulsionaram cada uma das entrevistadas para diferentes ações durante a carreira. Levando em conta o próprio discurso dos sujeitos, a história de vida, a família, a sociedade, o gênero, procuramos buscar as determinantes constitutivas dos sujeitos e explicitar como cada uma das entrevistadas transformou o social em psicológico. Mergulhar na análise das falas das professoras possibilitou o aparecimento de indicadores que permitiram, em um movimento interpretativo/construtivo, compreender as determinações e os aspectos volitivos, afetivos e cognitivos que produziram os sentidos que elas atribuem aos processos de formação continuada. A articulação entre atividade docente e formação continuada, o trabalho coletivo na escola como possibilidade de formação continuada, o desejo e a necessidade que os professores têm de serem olhados, ouvidos, considerados, respeitados, e a dicotomia entre teoria e prática foram aspectos que emergiram da análise das falas. A análise feita reafirmou nossa crença de que os sentidos são constituídos a partir das experiências e relações vividas pelo sujeito, sujeito este inserido em um meio histórico e cultural. Sentidos que certamente são únicos e pessoais, mas que, ao serem desvelados, puderam, no nosso entender, trazer contribuições a todos nós que planejamos, organizamos ou coordenamos processos de formação continuada.

Palavras-chave: Atividade docente, formação continuada, sentidos.

ISSN 1981-2566

DO ALUNO-REAL AO ALUNO-MODELO: REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA PSICOLOGIA POR PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL.

César Rota Júnior

As relações entre a Psicologia e a Educação escolar não são novas, haja vista ter sido a Educação uma das portas de entrada da Psicologia no Brasil, em fins do século XIX e início do século XX. Tais relações deram-se por conta de toda uma transformação de relações sociais, fruto de transformações econômicas maiores, claramente ilustradas com o advento do sistema de produção capitalista. A presente pesquisa buscou conhecer a Representação Social da Psicologia do ponto de vista de professores do ensino fundamental, crendo que esta influencia em grande parte a prática docente. O trabalho de campo foi realizado em três escolas municipais da cidade de Montes Claros/Minas Gerais, através do procedimento de grupos focais. A representação social da psicologia foi apreendida através da análise do discurso dos professores, oriundos dos debates dos grupos focais. Os enunciados foram organizados pela detecção de categorias, nas quais identificaram-se padrões de pensamento e conceitos dos professores em relação à importância e ao papel exercido pela psicologia no processo ensino-aprendizagem. Obteve-se por resultado uma representação de psicologia atrelada a funções de adequação e padronização dos alunos e de suas famílias, em muito condizentes com os primórdios da inserção da psicologia no Brasil, via educação. A psicologia aparece com a função de transformação dos alunos reais, do cotidiano escolar, em “alunos-modelo” presentes no ideário dos professores e para os quais foram preparados a lidar. A diferenciação dos ditos “alunos-modelo” para com os reais deu-se em termos de níveis de compromisso destes com a escola, dos comportamentos e disciplina e da relação com o processo de aprendizagem. Os resultados indicam visão estereotipada e distorcida do papel da psicologia: a responsável por operar a passagem do “aluno-real”, com suas dificuldades sociais, afetivas e de aprendizagem a “alunos-modelo”. Percebeu-se que essa representação de psicologia, em certa medida, está alicerçada na formação inadequada dos professores, onde privilegia-se o ensino de teorias com modelos de desenvolvimento infantil, os quais são recortados e inadequadamente transplantados à realidade. Além disso, as respostas dadas pela Psicologia a esta demanda, ou seja, as práticas tecnicistas e quase operacionais que vêm os psicólogos desempenhando em suas relações com a Educação escolar, seja nas escolas, seja nos consultórios e clínicas particulares, ou ainda na docência em cursos de formação de futuros psicólogos. Faz-se necessária, então, repensar a formação e as práticas do psicólogo em suas relações com a educação, e para além, da ciência psicológica em suas relações com o processo educacional.

Palavras-chave: Representação social, Psicologia Educacional, professores.

ISSN 1981-2566

EDUCAÇÃO E IMIGRAÇÃO: A ESCOLARIZAÇÃO DE CRIANÇAS BOLIVIANAS NA CIDADE DE SÃO PAULO

Luciana Marques Nogueira
Marilene Proença Rebello De Souza

Este trabalho monográfico insere-se na discussão a respeito da relação entre Educação e Imigração. Partindo de constatações da presença de imigrantes bolivianos no dia-a-dia da sala de aula do ensino fundamental, de uma escola da rede de ensino estadual paulista, analisamos a questão da diversidade cultural e social encontrada na escola e revisitamos os conceitos teóricos sobre o multiculturalismo. Pela sua relevância, esta temática tem sido enfatizada em vários estudos no campo da educação, fazendo-se presente nos Parâmetros Curriculares Nacionais. Para tanto, levantamos material bibliográfico sobre os motivos subjacentes ao processo imigratório dos bolivianos no Brasil, a legislação para estrangeiros, bem como as Resoluções da Secretaria de Estado da Educação, que estabelecem as condições para a matrícula de alunos estrangeiros; visitamos as ações de apoio aos imigrantes oferecidas pela Pastoral do Migrante, participamos de uma festa da comunidade boliviana e realizamos entrevistas com três mães de alunos bolivianos. As entrevistas permitiram constatar a presença do preconceito com relação às famílias e às crianças, consideradas como pessoas sem higiene, pobres e pouco esforçados quanto aos deveres escolares. Não há no currículo escolar ou no projeto educacional da escola qualquer menção sobre a necessidade de compreender as diferenças culturais trazidas por essas crianças, tampouco quanto ao processo de alfabetização, pelo fato de serem falantes de língua estrangeira. De maneira geral, as crianças também são mal vistas pelos colegas pelos mesmos motivos mencionados. Com este trabalho, muito menos do que soluções para os problemas enfrentados cotidianamente em nossas salas-de-aula, apontamos alguns caminhos a serem trilhados quando nos deparamos com a questão da diversidade presente na escola. Dentre as várias perspectivas para pensarmos essa questão, aninhamo-nos àquela do multiculturalismo crítico que entende a diferença como um produto da história, da cultura, do poder e da ideologia, conclamando uma frente de ação que se volte para a transformação das relações sociais, culturais e institucionais, nas quais os significados são gerados. Também consideramos que a concepção de Paulo Freire de uma pedagogia libertadora, comprometida com a transformação social, que supõe primeiramente a tomada de consciência seja um referencial fundamental para compreendermos as diferenças culturais na escola. Essas duas perspectivas apontam para uma prática docente que possa reinventar as relações sociais: denunciando as injustiças, a falta de ética, conscientizando politicamente e propiciando ações culturais que abram espaço a essa diversidade que por vezes não reconhecemos. Finalizamos este trabalho com a certeza de que esta temática é fundamental para a formação e a prática docentes e que precisamos estar atentos para as questões do multiculturalismo no processo de escolarização.

Palavras-chave: Multiculturalismo, diversidade cultural, imigração boliviana.

ISSN 1981-2566

DRAMAS E TRAMAS DO (NÃO) APRENDER: SIGNIFICAÇÕES DO SUJEITO QUE APRESENTA DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM

Rita de Cássia Souza Nascimento
Lúcia Helena Ferreira Mendonça Costa

Este trabalho de pesquisa objetivou investigar e apreender as significações construídas por professores, pais e alunos sobre o sujeito que apresenta dificuldades de aprendizagem e suas inter-relações na constituição do eu e do outro, utilizando como aporte teórico a perspectiva histórico-cultural. Este interesse configura um processo de compreensão do entrelaçamento ocorrido a partir das práticas vivenciadas em cada contexto. As significações geram marcas na condição de aluno que não consegue aprender, configurando num drama do (não) aprender. Foram entrevistadas duas crianças do Ensino Fundamental (1ª a 4ª séries) com diagnóstico de dificuldades de aprendizagem, suas respectivas mães e professoras, com gravações em áudio, realizadas individualmente, com 40 minutos cada. A partir da identificação dos trechos das falas, estruturamos três blocos temáticos: o si mesmo e o (não) aprender, os outros (mães, professoras/escola) e o (não) aprender e razões do (não) aprender. Em relação ao si mesmo e o (não) aprender os participantes apresentaram significações como: as crianças acreditam que não conseguem aprender, possuem um sentimento de "desvalorização" de si mesmo, o olhar do outro tem um peso muito forte na construção da identidade delas e passaram a crer, que a dificuldade em aprender é delas; as mães: sofrimento pela condição do filho e, principalmente, por não saberem lidar com essa situação; sentimentos de preocupação, tristeza, insatisfação e até mesmo, impotência e desconhecimento da não aprendizagem dos filhos; as professoras: sentimentos de desmotivação, desânimo, angústia e preocupação; questionaram suas próprias atuações pedagógicas e a falta de uma compreensão da criança na sua concretude, na sua singularidade bem como a necessidade de conhecimento teórico. Em relação ao olhar do outro as mães consideram que os filhos se sentiam tristes com esta condição e também acreditam que não conseguem aprender; além dos sentimentos de tristeza, as professoras acreditam que os alunos também se sentem incompetentes e até envergonhados pela condição de não aprendente. Dentre as razões da não aprendizagem identificamos uma valorização do aspecto cognitivo, orgânico, genético, pedagógico, afetivo e fatores que dificultam esse processo tais como a ausência do acompanhamento escolar pela família, o não oferecimento de um serviço de orientação psicológica e a falta de conhecimento sobre as dificuldades dos alunos em aprender os conteúdos escolares. A análise dos resultados demonstrou que este trabalho impulsiona para a necessidade de compreendermos este drama do (não) aprender onde as significações foram sendo produzidas e marcando, portanto, a condição desse sujeito: aluno que apresenta dificuldades de aprendizagem. Mas acima de tudo, este drama configura uma situação de conflito onde alunos, professores e pais estão inseridos e que passa a ser, portanto, um aspecto que impulsiona profissionais que atuam na melhoria da educação, em especial, o psicólogo, para a compressão desse entrelaçamento e dessa condição dramática que envolve a comunidade escolar.

Palavras-chave: Significações do (não) aprender, constituição do eu e do outro, perspectiva histórico-cultural.

ISSN 1981-2566

FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA PÚBLICA E PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADES

Luciana Albanese Valore

Este trabalho é parte de uma pesquisa que investigou o discurso de recém-graduados de uma universidade pública, na perspectiva da análise institucional de discurso (Guirado, 1995). Concebendo o discurso como ato de produção e de legitimação de práticas sociais e de subjetividades, objetivou explicitar as relações estabelecidas entre a formação e o universo profissional, bem como os efeitos de subjetivação – as imagens de si - produzidos no dizer: de si, de sua trajetória na universidade e no mundo do trabalho, de suas expectativas e projeto de vida. Foram entrevistados 24 egressos de 8 cursos de graduação, formados num período de tempo que variou de 2 meses a 2 anos. A presente exposição trata de uma dentre as 5 principais categorias temáticas evidenciadas e refere-se à produção de subjetividades na formação universitária. Partindo-se dos dizeres relacionados ao ingresso na vida universitária e no mercado de trabalho e ao confronto entre ensino superior público e privado, investigaram-se as continuidades e/ou descontinuidades configuradas entre as expectativas voltadas à formação universitária pública e as experiências concretas vivenciadas. Assim, pôde-se delinear o contínuo arranjo dos lugares subjetivos assumidos e atribuídos nas falas, como por exemplo, o de não desistente frente à decepção reconhecida no ingresso na universidade. Tal lugar, observou-se, produz-se como estratégia de resistência a um outro: o de objeto da ação docente - esta sendo legitimada em sua condição de abandono e de autoritarismo. Essa mesma decepção, naturalizada em sua inevitabilidade numa universidade pública, entretanto, na comparação com profissionais formados em instituições particulares, passa a ser afirmada como ganho, do qual resulta um sujeito que se reconhece no lugar de quem se obriga –ou foi obrigado- a ir à luta e que, por isto, está em vantagem. Ao encenar o ingresso no mercado de trabalho em seu discurso, porém, o egresso passa a subjetivar-se - numa relação de identificação com os agentes de sua formação- como alguém em falta, legitimando assim o usual abismo, instituído em tantos discursos, entre a formação universitária pública e as exigências do mercado de trabalho. Por outro lado, ao enunciar a falta, subjetiva-se, mais uma vez, como alguém que resiste – pois reconhece-se como alguém que corre atrás do prejuízo - e que, ao ver aquilo que seus professores não viram, pode superá-los... A análise desses discursos atesta: as práticas da formação constituem-se, antes de mais nada, como práticas de produção de subjetividades, as quais, embora perpetuem lógicas globais, põem em ato estratégias de resistência, configurando um sujeito suporte de discursos que, mesmo nesse assujeitar-se, constitui-se como um sujeito singular, no modo particular com que se apropria – e, por vezes, subverte - as pautas sociais instituídas. A partir de uma leitura institucional, pretende-se, então, contribuir para o entendimento da relação subjetividade-práticas sociais. Espera-se, igualmente, que a análise das dificuldades vivenciadas pelos egressos, na formação e na passagem para o mundo profissional, possa redimensionar as perspectivas de atuação do psicólogo escolar no contexto do ensino superior público.

Palavras-chave: Subjetividade, análise de discurso, ensino superior.

ISSN 1981-2566

EDUCAÇÃO ESCOLAR E O USO DE PSICOTROPICO: UMA PARCERIA PREOCUPANTE

Maria Lucia Boarini

Afirmar que dificuldades de aprendizagem é historicamente a principal queixa dos professores do Ensino Fundamental é privilegiar a repetição. O mesmo podemos afirmar a respeito do desenrolar e dos desdobramentos deste processo. Explicando melhor: historicamente estas dificuldades de aprendizagem contribuem para a alta incidência do fracasso escolar que tão poucos méritos traz para a rede publica de ensino, no Brasil. Sobre este assunto muito já se discutiu e já temos importantes estudos a respeito. Dentre os estudos já produzidos sobre este assunto podemos citar a obra intitulada A Produção do fracasso escolar: historias de submissão e rebeldia de autoria de Maria Helena Souza Patto (1990). Há algumas décadas acrescentou-se à queixa escolar o fenômeno da indisciplina escolar. Também, muito já se escreveu sobre esta queixa e, via de regra, o procedimento para solucionar estes problemas escolares continua sendo o encaminhamento aos especialistas, tais como psicólogos e médicos. Procedimento tradicionalmente denominado "medicalizaçao" do fracasso escolar. Entretanto não é redundância e entendemos como necessária a busca de explicações sobre a permanência inviolável destas queixas ao longo de toda historia da educação publica, no Brasil. Mais que isso, entendemos necessário trazer ao debate os procedimentos adotados para solucionar estas queixas. E aqui pretendemos chamar a atenção sobre a "nova versão" da medicalização do fracasso escolar: o diagnostico de hiperatividade e a introdução de medicamentos como solução de um problema cujo diagnostico, em geral, é no mínimo questionável. Colocamos entre aspas o termo "nova versão", pois já temos desde a década de 1980, importantes profissionais da área medica questionando este encaminhamento e aqui podemos citar Maria Aparecida Affonso Moyses (1986) e Ana Cecília Sucupira (1986). Enfim, são estas questões que exigem de nós educadores uma explicação e aqui trazemos para discussão. Palavras-chave: psicologia na escola, hiperatividade, educação escolar.

Palavras-chave: Educação escolar, uso de psicotropico, psicologia.

ISSN 1981-2566

IDENTIDADE RACIAL: A CONSTITUIÇÃO DISCURSIVA DO SUJEITO

Maria de Fatima Vasconcelos Costa

O tema da diversidade cultural vem ocupando um importante lugar no debate educacional contemporâneo. Uma das contribuições deste campo de estudos tem sido a ampliação das interfaces de diálogo entre diversos campos de saberes, do que resulta novos olhares sobre velhos problemas. Um destes problemas é a questão da identidade racial, recorrente problema teórico e político. No quadro de uma pesquisa sobre cultura lúdica e identidade infantil, propomos uma discussão dos dispositivos de constituição da identidade do sujeito a partir da análise do fenômeno enunciativo. Nosso objetivo é explicitar a lógica subjacente às posições enunciativas dos sujeitos implicados no diálogo, uma vez que pressupomos que as práticas linguageiras são expressões da vida social de tal sorte que a produção de sentido nessas práticas resulta do embate de diferenças de valores, crenças, costumes e ideologias dos grupos que as praticam. Tais pressupostos são referenciados na teoria dos atos de fala e na teoria bakthiniana da linguagem. Nossa hipótese é que as interações comunicacionais comportam diferentes planos reveladores da heterogeneidade de vozes que constitui o tecido social, vozes que heterogeneamente também se fazem presentes na constituição subjetiva dos sujeitos, constituídos que são de e pela linguagem. Neste sentido, a análise das práticas linguageiras pode nos dar elementos para tal. No caso em questão, trata-se da identidade étnica, ou seja, daquilo que constitui as referências de pertencimento a um grupo cujas práticas são reconhecidas pelos seus integrantes como tendo um contorno diferencial em relação a outros grupos que os reconhecem como tais. Estes processos, enquanto mediadores de relações entre sujeitos, instituem posições enunciativas diferenciais que podem dar lugar a práticas excludentes. Sendo a escola um contexto de privilegiadas interações entre diferentes agentes sociais, cabe por em questão as práticas discursivas que aí têm lugar e os efeitos intersubjetivos que delas resultam.

ISSN 1981-2566

DIVERSIDADE SÓCIO-CULTURAL E EDUCAÇÃO: DESAFIOS PARA A PSICOLOGIA

Maria Isabel Antunes Rocha
Lourdes Helena da Silva
Rosely Carlos Augusto

Nas últimas décadas a população do campo, diante do aumento da pobreza, da concentração fundiária e a persistência das desigualdades sociais, econômicas, educacionais e étnicas reivindicam através de movimentos sociais organizados políticas públicas adequadas às suas realidades culturais e às suas aspirações políticas e sociais. O termo população do campo nomeia um agrupamento de povos considerados como pobres do campo: indígenas, quilombolas, assentados e acampados, posseiros, sitiantes, assalariados, atingidos por barragens, dentre outros. No que diz respeito à educação escolar, essas ações desafiam as políticas públicas a levar em conta os altos índices de analfabetismo, precariedade física e pedagógica da escola bem como o sentido depreciativo, presente na maioria das políticas educacionais, sobre o modo de vida dos sujeitos que habitam o campo. Nesse sentido, cabe à Universidade construir processos investigativos ancorados em referenciais teóricos e metodológicos que valorizem a diversidade cultural, a gestão democrática, o acesso ao conhecimento científico e à fidelidade aos princípios éticos e democráticos que norteiam a convivência solidária e colaborativa nas sociedades contemporâneas. Para a pesquisa em Psicologia esse desafio provoca olhares relacionados à subjetividade como dimensão articulada aos modos concretos de produção da existência, em sua dimensão econômica, social, cultural, étnica e política ocorrendo em um espaço físico e simbólico historicamente produzido. Nessa perspectiva serão discutidos no Simpósio resultados de quatro pesquisas desenvolvidas com sujeitos representativos das formas diversificadas de vida no campo: indígenas; assentados, agricultores familiares e assalariados. Na pesquisa com os indígenas procurou-se identificar os mecanismos de apropriação da linguagem escrita e a sua importância para o entendimento do processo de construção da escolarização como uma ação diferenciada. Com os assentados e acampados focou-se a relação pedagógica a partir das representações de professores das redes públicas sobre os alunos no contexto da luta pela terra. Na perspectiva de conhecer e analisar formas de organização escolar diferenciadas serão apresentados e discutidos os resultados da investigação cuja temática relaciona-se com a relação escola-família no contexto das experiências dos Centros de Formação por alternância. Objetivando conhecer os processos de construção da subjetividade em condições de trabalho assalariado no campo buscou-se mapear as formas cognitivas e afetivas desenvolvidas para lidar com as condições de trabalho nos campos de cultivo de rosas. Todas as pesquisas utilizaram referenciais teóricos do campo da Psicologia Educacional na perspectiva de identificar possíveis contribuições desse campo para a construção de processos educacionais escolares e não escolares junto a esses grupos sociais.

ISSN 1981-2566

NARRATIVAS AUTOBIOGRÁFICAS E CONSTITUIÇÃO DE SUBJETIVIDADES

Teresa Cristina Rego

O presente trabalho é fruto de uma investigação que vem sendo desenvolvida pelo grupo de pesquisa Desenvolvimento psicológico, educação e constituição de subjetividades, junto à Faculdade de Educação da USP. A pesquisa objetiva explorar, com base na abordagem histórico-cultural e em outras fontes teóricas, três dimensões complementares das relações entre desenvolvimento psicológico e constituição de subjetividades: as narrativas autobiográficas, os ciclos de vida e as tensões da contemporaneidade. A primeira dimensão explorada diz respeito à própria narrativa autobiográfica. Apesar da profusão de estudos que abordam a autobiografia, os trabalhos que buscam estabelecer relações entre memória, narrativa, subjetividade e desenvolvimento psicológico ainda são relativamente escassos. Assim, objetiva-se trazer contribuições para a discussão da dupla constituição entre cultura e modos de funcionamento psicológico. Trata-se de explorar de que forma narrativas autobiográficas podem contribuir para uma melhor compreensão das relações entre o desenvolvimento psicológico e as práticas culturais que o constituem, enfatizando a dupla determinação nas relações entre sujeito e entorno sócio-histórico. A segunda das três dimensões em foco é a da periodização do desenvolvimento, não tomado como a passagem por estágios pré-definidos que constituiriam uma marcha natural e universal, mas como modos de inserção dos sujeitos em suas condições de vida históricas e concretas, bem como múltiplas formas de apropriação de tais condições. Os marcadores discursivos são idiossincráticos, mas, ao mesmo tempo, dialogam com os pontos de viragem culturalmente estabelecidos e com os significados compartilhados sobre a passagem pelos distintos ciclos da vida. Por fim, a terceira dimensão da pesquisa focaliza as principais repercussões, nos modos de subjetivação, das tensões sócio-históricas da contemporaneidade materializadas na narrativa autobiográfica. Visa-se mapear como o âmbito subjetivo é atravessado pelas intensas transformações levadas a cabo no mundo (pós)moderno, este marcado por processos de desregulamentação ou desinstitucionalização. De certa forma, o próprio gênero autobiográfico talvez represente um artefato cultural de ordenamento subjetivo da sucessão de experiências individuais, cuja significação parece não mais ser regulada majoritariamente pelas vivências institucionais. Visto que as memórias são não apenas individuais, mas sociais e coletivas, entendemos que a análise de narrativas autobiográficas configura uma estratégia potencialmente fértil para a compreensão das várias fontes de constituição dos sujeitos ao longo de suas vidas, bem como dos múltiplos modos de significação construídos na cultura da chamada contemporaneidade. A abordagem teórico-metodológica aqui proposta permite o questionamento e a superação de postulados sobre linearidade temporal, evolução, continuidade e ordem no processo de desenvolvimento. Em vez de demonstrar eventos psicológicos como sendo bem dirigidos e progressivos, a análise levada a cabo evidencia que o desenvolvimento deve ser entendido como um processo que inclui, simultaneamente, avanços e retrocessos, ganhos e perdas e, principalmente, ambigüidades, rupturas e descontinuidades. Por fim, concluímos que o desenvolvimento é imprevisível, repleto de acasos, encontros acidentais e imponderabilidade.

Palavras-chave: Desenvolvimento psicológico, constituição de subjetividades, narrativas autobiográficas.

ISSN 1981-2566

MEMÓRIAS DE INFÂNCIA: UM ESTUDO SOBRE A PRÉ-ESCOLA VIVIDA POR CRIANÇAS NA DÉCADA DE 80

Tatiana Rodrigues Barbosa
Mayume de Maiandeua Endo Gonzaga
Elisabeth Gelli Yazlle

No início dos anos 80, o governo do Estado de São Paulo propõe uma política educacional apontando para a necessidade de mudanças que pudessem enfrentar os altos índices de retenção no sistema, especialmente entre a 1ª e 2ª séries do ensino fundamental. Tais medidas tiveram como ponto central a criação do Ciclo Básico, a ênfase na gradual municipalização de responsabilidades, como a pré-escola, a merenda escolar e gestão de alguns recursos e os diversos ajustes administrativos, financeiros, políticos e pedagógicos para sua implantação.Deste modo, vários municípios iniciaram movimentos para implantar mudanças em suas políticas de educação. Esta pesquisa teve como objetivos investigar as concepções de sociedade, educação e infância que deram sustentação aos proponentes e executores da Proposta de Educação de um Município Paulista nos anos de 1983 a 1989, bem como investigar como os antigos alunos daquela pré-escola vivenciaram essa etapa de seu processo educacional. Entendemos que a peculiaridade daquele momento histórico na sociedade brasileira, a presença de movimentos sociais aliados a um posicionamento progressista de parcela da Igreja Católica, os programas de educação popular iluminados pelo pensamento de Paulo Freire, bem como as políticas assistencialistas e compensatórias, constituem o cenário para a elaboração e implantação do projeto educacional desse município que chegou a ser agraciado pela UNICEF.Como procedimentos metodológicos, utilizamos a análise de documentos oficiais, jornais da época, registros pessoais, depoimentos (gravados e transcritos) de antigos gestores e professores, além de relatos das vivências de alunos que participaram da pré-escola nos anos de sua implantação, registrando as lembranças que guardam desse período de suas vidas. Através dos documentos e depoimentos analisados, pudemos notar encontros e confrontos existentes entre as intenções e as vivências desta proposta educacional constituída enquanto política pública de um município paulista, na década de 80. A utilização simultânea de conceitos e concepções contraditórios e que parecem conviver no mesmo espaço e tempo, apareceram com freqüência nas falas dos educadores e dos ex - alunos. Assim, existem referências a teorias construtivistas, ao pensamento freireano e as propostas de C. Freinet, além de idéias ligadas a uma educação assistencialista, como quadro teórico das práticas que parecem, efetivamente, terem ocorrido nas salas de aula daquele sistema pré-escolar. As análises nos levaram a concluir que há um discurso oficial confuso do ponto de vista teórico sobre a proposta, apresentando-se esta falta de clareza nos relatos das ex-professoras e que parece revelar incoerências entre os pensadores e teorias que fundamentavam a prática cotidiana nas instituições da pré-escola e as atividades realizadas com as crianças que freqüentavam estas instituições públicas.

Palavras-chave: Sociedade, educação, infância.

ISSN 1981-2566

MOTIVAÇÃO E CRIATIVIDADE NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Celeida Belchior Garcia Cintra Pinto

A presente reflexão está fundamentada em duas pesquisas, de natureza qualitativa, sendo a primeira sobre a formação de alunos em Pedagogia em duas instituições de ensino superior do Distrito Federal UNB e UniCEUB e a segunda, sobre a formação continuada de professores, concluintes do curso de Pedagogia – Formação de Professores para as Séries Iniciais do Ensino Fundamental, do UniCEUB, em convênio com a Secretaria de Educação do Distrito Federal, com o objetivo de analisar a importância da motivação e da criatividade em sua formação e fazer pedagógico. Na pesquisa junto a 265 alunos das duas instituições utilizou-se a Escala de Motivação Acadêmica (EMA) e na pesquisa junto a 168 professores do curso de Pedagogia UniCEUB utilizou-se um questionário estruturado com perguntas abertas e fechadas. A proposta de formação, enquanto motivadora de transformação, buscou preparar para um exercício profissional criativo e de qualidade, considerando o desenvolvimento de competências relativas aos conhecimentos, à concretização de valores, metodologias e práticas específicas de sua área de formação. Oportunizou aos alunos condições para refletirem sobre sua prática, envolvendo a vontade e a capacidade reflexiva de cada um, buscando vislumbrar a importância de seu papel como educadores. Relacionado à relevância das competências profissionais, evidencia-se a importância da motivação e criatividade dos professores no fortalecimento de sua opção profissional, compromisso com a prática pedagógica e seus reflexos no sucesso do processo ensino-aprendizagem. No ambiente escolar o aluno intrinsecamente motivado satisfaz suas necessidades psicológicas básicas de competência, autonomia, autodeterminação e a necessidade de pertencer, relacionando-se de forma efetiva e saudável com seu ambiente. A motivação é fundamental para a formação e desempenho profissional do pedagogo, podendo interferir no mesmo, influenciando a dinâmica de suas expectativas, percepção de eficácia e fortalecimento de sua opção profissional. Quanto à criatividade sabe-se que é um recurso essencial ao sucesso do processo ensino-aprendizagem, mas que tem sido inibida, no contexto educacional, por obstáculos de natureza emocional e social e por um sistema de ensino que tende a subestimar as capacidades criativas e potencialidades dos alunos. Desenvolver as habilidades criativas do aluno possibilita sua adaptação às demandas do contexto social, científico e tecnológico, facilitando o aprimoramento de sua capacidade de criar, modificar e produzir novos conhecimentos, estruturando sua própria aprendizagem e tornando o processo de formação prazeroso. Pelos resultados parciais, obtidos percebe-se que a partir do processo de formação sentem-se mais capazes de participar do processo educacional e que a formação tem proporcionado condições para refletirem sobre sua prática, envolvendo sua motivação, criatividade, a vontade e a capacidade reflexiva de cada um, ajudando-os a compreender o contexto pedagógico, conscientes quanto à importância de seu papel como educadores, buscando mudar o seu fazer docente, por meio de ações comprometidas com os processos de tomada de decisão e de produção do conhecimento, com a realidade dos alunos, com a melhoria do processo ensino-aprendizagem e uma participação mais efetiva na formação integral do educando.

Palavras-chave: Motivação, criatividade, formação de professores.

ISSN 1981-2566

O DIÁLOGO COM A CÁTEDRA VYGOTSKY DA FACULDADE DE PSICOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE HAVANA.

Wanda Maria Junqueira Aguiar
Laura Marisa Carnielo Calejon
Albertina Mitjáns Martínez

Descrição e reflexão sobre diferentes tentativas, dificuldades e conquistas resultantes do diálogo com os pesquisadores da Cátedra Vygotsky da Faculdade de Psicologia da Universidade de Havana.O diálogo, iniciado em 2000, a partir de diferentes instituições educacionais brasileiras, encontrou algumas dificuldades, tais como dar continuidade dos projetos iniciados A partir de 2004 vem sendo construído um diálogo constante entre a Universidade Cruzeiro do Sul ,o CEDEPP com a Cátedra Vygotsky. O CEDEPP tem contado com a colaboração de Programas de Mestrado e Doutorado (USP, UNESP no campus de Marília e Presidente Prudente, UFSC e UFAM), FEFISA e Sociedade Rorschach de São Paulo, no sentido de materializar o intercambio e diferentes eventos. Do diálogo resultam: a) reflexões críticas sobre o diagnóstico e a avaliação psicológica; b)pesquisas e propostas para a formação de educadores; c) reflexões e discussões sobre a contribuição do Enfoque Histórico-Cultual para a educação, para a psicoterapia e orientação psicológica, d) publicações.Do diálogo com os pesquisadores de Cátedra resultam as percepções de que o Enfoque Histórico-Cultural pode oferecer maiores contribuições, do que aquelas observadas em nosso contexto , para a Psicologia, Educação e Saúde.; que o conhecimento resulta efetivamente de uma ação compartilhada e que a constituição da identidade latino-americana obriga a considerar peculiaridades, convergências e diferenças que caracterizam cada contexto sócio –cultural.

ISSN 1981-2566

O CAMPO DO CURRÍCULO E A IMPORTÂNCIA DA DIALOGICIDADE

Elizabeth Antônia Leonel De Moraes Martines

A definição de campo aqui utilizada é a que propôs Pinar e colaboradores (1995), ou seja, um campo é "[...] formado por pessoas que escrevem textos a partir de limites historicamente estabelecidos e de tradições, regras e princípios que seus antecessores estabeleceram como razoáveis." (Moreira, 2001: 14). Entre 2002 e 2004 realizamos uma pesquisa sobre o currículo em ação em um curso de graduação de Biologia em uma universidade amazônica, tendo como referencial a avaliação emancipatória do currículo (SAUL, 1991) e o currículo como processo (STENHOUSE, 1991). Estes dois autores fazem parte de uma tendência no campo do currículo que privilegia o diálogo entre os atores de uma ou mais instituições no aperfeiçoamento de um currículo, paralelamente ao desenvolvimento profissional das pessoas e profissionais envolvidos no processo. A pesquisa privilegiou a dialogicidade de várias maneiras: na parceria entre duas universidades (USP e UNIR) durante o desenvolvimento do projeto de doutoramento no qual se desenvolveu o estudo; na revisão bibliográfica durante a escolha do referencial teórico; nos instrumentos e técnicas de coleta de dados; na análise de dados e na redação da tese. Em todas estas etapas da pesquisa, a negociação narrativa foi fundamental, mas, sobretudo na última fase, já que ao elaborar uma tese tendemos a nos posicionar como narrador onisciente. O conceito desenvolvido por Bakhtin de narrador onisciente (1997a, 1997b) na chamada virada lingüística foi crucial para a estruturação do texto da tese, no qual vários atores do currículo em processo comparecem com suas vozes para evidenciar um currículo em ação na perspectiva de cada um, falando de seu lugar institucional e evidenciando um ou mais aspectos do processo que não pode ser visto por quem ocupa um lugar institucional diferente. O/a autor/a do texto neste tipo de pesquisa não pode ser um narrador onisciente. Para Bruner, "[...] o narrador onisciente é apenas uma convenção ficcional: na vida, ele provavelmente representa uma ameaça à realização da negociação narrativa." (2001: 96). E a negociação narrativa é o que nos permite nos desculparmos ou nos justificarmos quando somos flagrados numa falta em relação a uma norma. Da perspectiva da Psicologia Cultural defendida por Bruner, "[...] os narradores e expectadores competentes podem aprender, e aprendem, a tornar a vida mais fácil ajudando uns aos outros a entender como suas histórias são elaboradas, a partir de que perspectiva etc." (2001: 96). Para Bruner, aprendemos esta lição, primeiro com os romancistas a partir da virada lingüística da qual Bakhtin fez parte. Depois vieram os historiadores e os antropólogos que passaram a nos contar sobre o ponto de vista partir do qual escolhem seus "fatos", numa autocrítica honesta e numa relação de reciprocidade com o leitor, enriquecendo muito nossa sensação do possível. A pesquisa evidenciou muitos determinantes do processo de institucionalização de um currículo e diante de tantos fatores externos à vontade dos educadores de uma instituição escolar, vislumbrar o possível é uma grande conquista, abrindo margem para a ação transformadora, tanto do currículo como dos profissionais envolvidos na pesquisa-ação.

ISSN 1981-2566

LEMBRANÇAS DE ADOLESCENTES E JOVENS COM E SEM DEFICIÊNCIA SOBRE A TRAJETÓRIA ESCOLAR E SOBRE A EXPERIÊNCIA DO PRECONCEITO

Nathalie Guerrero Ohl
Gabriel Santini Melillo

Esta comunicação deriva de pesquisa desenvolvida ao longo da graduação em Psicologia na Universidade Presbiteriana Mackenzie, na cidade de São Paulo, cujo objetivo foi compreender como adolescentes e jovens com e sem deficiência representam sua trajetória escolar, enfatizando lembranças referentes à presença de pessoas significativamente diferentes no decorrer da escolarização. Entendendo o preconceito, a partir das contribuições da escola de Frankfurt, como um aspecto fundador das formas atuais de constituição dos sujeitos e agrupamentos humanos, pretendíamos identificar se houve experiências de preconceito vividas ou testemunhadas durante esse trajeto. Para tanto, realizamos entrevistas semi-estruturadas com seis jovens entre 18 e 22 idade, sendo que quatro tinham alguma deficiência física ou visual e dois não tinham nenhum tipo de deficiência. As entrevistas realizadas permitiram-nos entender melhor a experiência do preconceito, sentidos possíveis para a sua negação, bem como as conseqüências de sua vivência para a trajetória escolar dos depoentes. Ficou evidente, ao longo da pesquisa, que o preconceito é um fator presente na trajetória escolar de muitos indivíduos, uma vez que possui uma manifestação individual e pode ser encontrado no processo de socialização do ser humano, como resposta aos conflitos gerados nesta construção social. Entretanto, na maioria das vezes, não é percebido, pois se apresenta de maneira sutil, fazendo com que o sujeito não o note ou identifique como tal, referindo-se a esta vivência, na maioria das vezes, como situação de incômodo, inibição, geralmente disparada por pessoas que não sabiam o que estavam fazendo, que não agiam com intenção de causar humilhação ou desconforto. Esta explicação oferecida pelos depoentes sobre o que viveram ou testemunharam em relação ao preconceito, contudo, não parece ter impedido ou aliviado seu sofrimento psíquico.Com relação à inclusão escolar, após todo o processo de realização da pesquisa, podemos afirmar que, muito mais do que um conceito a ser posto em prática, trata-se de uma conscientização social. Com certeza é necessário que o aluno com deficiência não fique aprisionado em um mundo sem o contato com outras pessoas, ele deve constituir e apropriar-se de sua identidade e individualidade em um contexto social, afinal, somos seres em relação. É necessária uma reconstrução do indivíduo no processo social para haver inclusão, ou seja, tanto o indivíduo quanto a instituição social precisam se modificar numa relação dialética.A contradição encontrada nas falas dos depoentes em relação ao preconceito aponta a necessidade de se estudar com maior ênfase esse tema, possibilitando aos depoentes que expliquem o que entendem por preconceito, situações e formas de sua manifestação.

Palavras-chave: Inclusão escolar, preconceito, deficiência.

ISSN 1981-2566

LEITURA DE HISTÓRIAS E EVOCAÇÃO DE ESTADOS MENTAIS POR CRIANÇAS PRÉ-ESCOLARES

Mariana Wierman Henriques
Marina de Oliveira Patrício
Marisa Cosenza Rodrigues

Leitura de Histórias e Evocação de Estados Mentais por Crianças Pré-EscolaresA Teoria da Mente pode ser definida como uma teoria que prediz e explica a ação humana, apelando para os estados mentais.Procura fornecer informações sobre quando e como a criança começa a mostrar o conhecimento e a compreensão da existência de algo que não é observável e que lhe permite relacionar-se com os outros em níveis cada vez mais complexos, ou seja, tenta estabelecer em que momento do desenvolvimento do ser humano surge a habilidade de inferir estados mentais e predizer comportamentos. Refere-se a uma área recente de investigação na interface da psicologia do desenvolvimento e cognitiva. OBJETIVO: Esta pesquisa visou investigar a narrativa infantil de um livro nacional (narrativa por imagem) com foco na identificação de termos voltados para os estados mentais. Comparar os resultados considerando grupos de 20 crianças de 5 anos e de 6 anos de idade. METODOLOGIA: Capacitação teórico-metodológica das 2 bolsistas para pesquisa. Levantamento junto a instâncias educacionais e catálogos de editora, visando critérios de qualidade e adequação à faixa etária do livro contendo narrativa por imagem. O grupo de crianças foi selecionado mediante critério de conveniência, em função da faixa etária. Foi consultada uma listagem oferecida pela própria escola infantil considerando nível de escolaridade e faixa etária. Após o estabelecimento de um bom rapport com as crianças foi apresentado o livro e solicitado que essa conta-se a história. O relato de cada criança foi gravado e posteriormente transcrito. A análise dos relatos da história será feita a partir de uma codificação que visa a identificação de palavras e expressões voltadas para os estados mentais mediante a seguinte taxionomia: termos cognitivos, termos emocionais, termos de desejo/intenção, termos perceptivos. A análise desses resultados será submetida ao julgamento de um juiz independente e à análise estatística. Pretende-se comparar posteriormente os resultados considerando os relatos das crianças de 5 anos e de 6. RESULTADOS: A pesquisa encontra-se em andamento. Até o momento, é possível indicar que o livro selecionado foi Truks (autora: Eva Furnari - Editora Ática). Optou-se por iniciar a investigação em função do período letivo com o grupo de crianças pré-escolares de 6 anos; média de idade de 6 anos e 2 meses, sendo 10 meninas e 10 meninos. Em função do término do período letivo de 2006, o relato das crianças de 5 anos será coletado no início do período letivo de 2007. O projeto encontra-se em fase de análise dos relatos das crianças de 6 anos de idade. Pretende-se com os resultados finais da pesquisa uma aplicação imediata no atendimento a crianças no CPA/UFJF (Centro de Psicologia Aplicada da Universidade Federal de Juiz de Fora), além de constituir substrato empírico para pesquisas nacionais nesta importante e fértil área de investigação sóciocognitiva.

Palavras-chave: Teoria da mente, crianças pré-escolares, literatura infantil.

ISSN 1981-2566

LINGUAGEM, LÍNGUA E COMPORTAMENTO VERBAL: APROXIMAÇÕES ENTRE M. M. BAKHTIN E B.F. SKINNER

Rodrigo Miranda
Sérgio Dias Cirino
Thiago Valério Ruas

O fenômeno da linguagem, por constituir-se como um objeto de estudo científico interdisciplinar, possibilita a comunicação entre diversos campos do saber, dentre eles, a Lingüística e a Psicologia. Nesse sentido, uma das possibilidades de diálogo existente situa-se na aproximação de M.M. Bakhtin (1895-1975), filólogo e historiador russo, que se caracteriza como um importante teórico da língua e da literatura e o psicólogo estadunidense B.F. Skinner (1904-1990), criador da abordagem psicológica da Análise do Comportamento. O primeiro aspecto que possibilita a análise aproximativa da obra dos dois autores encontra-se no fato de que os leitores de Skinner freqüentemente desconhecem o trabalho de Bakhtin e os leitores deste, quando muito, têm uma visão reduzida da obra do primeiro autor. Dessa forma, o intuito do presente trabalho é identificar pontos de convergência e divergência entre os dois autores, exercício ainda incipiente nos campos da Lingüística e da Psicologia. O ponto chave da aproximação da obra dos dois autores é a concepção de linguagem enquanto ação, comportamento, ou seja, o fazer verbal do sujeito. Tanto para Skinner quanto para Bakhtin, a linguagem é um produto das interações dos sujeitos com o ambiente social e em transformação contínua. Outro aspecto de convergência entre os dois é o posicionamento quanto à definição de uma unidade de análise puramente formal no estudo da linguagem. Ambos se contrapõe à lingüística dita “tradicional” que define as unidades da língua tendo em vista critérios formais baseados em morfemas, palavras, etc. Logo, tanto Skinner quanto Bakhtin fazem coro àqueles estudiosos que criticam a idéia da linguagem como reflexo de condições internas do falante. Embora Skinner e Bakhtin salientem a importância do efeito do ato lingüístico sobre o ouvinte, divergem quanto a atuação desse efeito. Bakhtin argumenta que há uma intenção no ato lingüístico, uma finalidade na ação do falante. Para ele trata-se da influência daquilo que é presumido como efeito sobre o ouvinte, da conseqüência futura sobre a produção verbal atual. Skinner se opõe à noção de intencionalidade do comportamento, seja ele verbal ou não. Na sua proposta, refere-se às repercussões da história do indivíduo sobre a sua ação futura. Outro ponto de divergência reside na definição do objeto de estudo no campo da linguagem: Bakhtin enfatiza o fazer verbal das pessoas, sua ação verbal, ou seja, a palavra realmente pronunciada enquanto Skinner, afirma ser o seu objeto o comportamento do sujeito que fala. Dessa maneira, considerando-se que a literatura específica para esta aproximação é restrita e que o presente trabalho ainda encontra-se em desenvolvimento, o que se pretende, em última instância, é salientar que há espaço para que estudiosos se debrucem sobre o estudo da linguagem, implicando em novas discussões acerca das concepções de linguagem e das práticas de ensino.

Palavras-chave: Linguagem, língua, comportamento verbal, M.M. Bakhtin, B. F. Skinner.

ISSN 1981-2566

IMPORTÂNCIA DO DIAGNÓSTICO INSTITUCIONAL PARA A COMPREENSÃO DA DINÂMICA DE FUNCIONAMENTO DA INSTITUIÇÃO E A PRODUÇÃO DE QUEIXAS

Glacy Daiane Babosa Calassa
Alba Cristhiane Santana

O presente trabalho foi apresentado como requisito parcial para conclusão do curso de graduação em psicologia da Universidade Católica de Goiás. Foi analisado, sob o enfoque da psicologia sócio-histórica, que tem como base a teoria de Vygotsky e concebe o desenvolvimento humano a partir das relações sociais que a pessoa estabelece no decorrer da vida. De acordo com esse referencial, todo Homem se constitui como ser humano pelas relações que estabelece com os outros e assim o processo de ensino-aprendizagem também se constitui dentro de interações que vão se dando nos diversos contextos sociais, acredita-se na importância do contexto para a qualidade das relações interpessoais construídas, além da participação ativa de cada participante. No presente trabalho é dada uma grande ênfase nas relações interpessoais que foram construídas no espaço escolar e que interferem no processo educativo. De acordo com essa visão de homem foram analisadas as fases de um procedimento de diagnóstico institucional em uma escola pública de regime militar, cujo recorte foram duas turmas com alunos da oitava série, das turmas “X” e “Y”. Objetivou-se realizar um diagnóstico institucional que possibilitasse conhecer a realidade da escola, as representações e visões de mundo de seus integrantes, seus interesses e valores, para assim propor um plano de ação para um psicólogo escolar, que realmente atendesse à demanda do contexto. Através de observações, questionários, entrevistas e aplicação de técnica projetiva, foi possível discutir o funcionamento da escola. Através de entrevistas abertas os dirigentes deixaram claro a importância que a instituição dá às regras, e que as mesmas já vêm estabelecidas, não havendo espaço para discussões e reavaliação das mesmas. Através de observações percebeu-se que as aulas tem uma estrutura rígida, a relação professor-aluno e alunos-equipe técnica e pedagógica, é fragilizada e não envolve afetividade positiva. A entrevista com a equipe pedagógica denunciam a visão que a escola tem do psicólogo escolar, uma profissão que trata de alunos "problemas" ou quando alguma patologia está instalada. Através do questionário foi possível perceber que a turma “Y”, que é considerada uma das “piores turmas” valoriza muito o aspecto relacional, a qualidade do ensino e compreende que a escola é um ambiente de ensino aprendizagem. Já a turma “X”, considerada uma das “melhores turmas” valoriza menos o aspecto relacional e mais a qualidade do ensino. Os resultados indicam a importância do diagnóstico institucional para melhor compreensão da dinâmica de funcionamento da instituição e da produção de queixas, assim como, a importância da inserção do psicólogo escolar a fim de intervir nas demandas levantadas.

Palavras-chave: Psicologia escolar, diagnostico institucional, sócio-histórica.

ISSN 1981-2566

INTERVENÇÃO PARA PROMOÇÃO DO AUTOCONCEITO: COMBINANDO FEEDBACK FOCALIZADO INTERNAMENTE E FEEDBACK ATRIBUCIONAL EM SITUAÇÃO DE TUTORIA PARA LEITURA

Juliana Pelinsom Marques
Tânia de Rose,Leticia Marques Del´Arco
Mirella Lopez Martini Fernandes Paiva

Um autoconceito acadêmico positivo é considerado como uma meta educacional desejável e uma importante variável mediadora que favorece a realização acadêmica e a motivação para aprender. As intervenções planejadas para aumentar diretamente o autoconceito incluem o feedback para o desempenho como um componente do tratamento. Considera-se que este feedback encorajaria a criança a gerar sentimentos de competência que aumentariam o autoconceito. Os tratamentos para aumentar indiretamente o autoconceito envolvem feedback atribucional. Hipotetiza-se que, como as atribuições afetam o autoconceito, o feedback para atribuições internas (esforço e capacidade) favoreceria o aumento do autoconceito. O presente estudo envolveu a implementação de uma intervenção que consistiu em fornecer a quatro alunos uma combinação de feedback para o desempenho focalizado internamente e de feedback atribucional . O estudo teve como objetivo comparar o autoconceito, as atribuições de causalidade e as habilidades de leitura e escrita apresentadas pelos alunos antes e após a intervenção. Foram participantes quatro alunos de uma escola pública da periferia de São Carlos, com 8 anos de idade. Os alunos apresentavam dificuldades em algumas habilidades de leitura e escrita e baixo autoconceito em leitura e escrita. Para avaliação foram utilizados os seguintes instrumentos: o Levantamento Diagnóstico de Leitura e Escrita de Clay; o SDQ 1 (Self Description Questionnaire-I) e a Entrevista Avaliação de Atribuição de Causalidade para Sucesso e Fracasso Acadêmico. A intervenção foi implementada em duas sessões semanais durante 8 semanas. As atividades desenvolvidas pelos alunos nas sessões foram conduzidas pela pesquisadora: leitura de um livro escolhido pelo próprio participante; conversa sobre a história, tentando trazer o significado do texto lido para o cotidiano da criança; construção de frases ou histórias sobre o livro que acabara de ser lido; e leitura das frases construídas.Os feedbacks focalizados internamente e os feedbacks atribucionais foram sistematicamente fornecidos com base no desempenho dos alunos ao realizarem as atividades de leitura e escrita. Os resultados mostram que as crianças A, B e C mostraram um aumento em escores de áreas do autoconceito acadêmico e não acadêmico. Os resultados também indicam que os quatro participantes obtiveram uma melhora substancial nas habilidades acadêmicas. Verificou-se um aumento nas porcentagens de acertos de todas as seis habilidades de leitura e escrita avaliadas. Observou-se um fortalecimento entre os alunos do uso de atribuições para o sucesso ao próprio esforço e capacidade e da atribuição de falta de esforço para o fracasso. Pode-se concluir que prover feedbacks efetivos em uma situação de tutoria centrada em atividades de leitura de livros favoreceu que os participantes obtivessem melhoras acadêmicas e aumento do autoconceito. Os resultados do presente estudo replicam os da literatura e indicam a importância da continuidade de estudos em nosso meio sobre intervenções que visem a promoção de autoconceito de alunos que estão apresentando dificuldades para aprender a ler e escrever.

Palavras-chave: Autoconceito, feedback focalizado internamente, feedback atribucional, leitura.

ISSN 1981-2566

LETRAMENTO E A PRODUÇÃO DA ANORMALIDADE: UMA REFLEXÃO SOBRE AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E A INCLUSÃO ESCOLAR

Miriam Aparecida Graciano de Souza Pan

Esta reflexão resulta dos resultados parciais de uma pesquisa desenvolvida no Núcleo de Psicologia, Educação e Trabalho, que tem por objetivo analisar as práticas de exclusão presentes nas instituições de ensino e de trabalho, suas implicações com as práticas de letramento e seus efeitos sobre os processos subjetivos. Objetiva também a construção de formas de intervenção institucional que possibilitem a problematizacão das práticas instituídas e, conseqüentemente, a abertura para que a diferença possa ser acolhida, tornando possível a inclusão. A metodologia inclui Oficinas de Arte, Seminários e Reuniões, caracterizados como um espaço de troca de experiências, cujo objetivo é a oportunizar a re-significação do lugar subjetivo recorrente nas experiências de fracasso, marcado pelas práticas geradoras de exclusão. Sob a perspectiva bakhtiniana do sentido faz-se uma análise da infância no mundo contemporâneo, do papel da escola na produção de modos de subjetivação e seus efeitos sobre a construção dos sentidos de normalidade e anormalidade nas práticas de letramento escolar. Os dados até aqui analisados nos permite afirmar que as representações de si, do outro e do mundo, refletem e refratam um modo de produção de subjetividades homogeneizadas e normalizadas, próprias das sociedades de consumo no universo do capitalismo globalizado. A inclusão deixa de ser compreendida como possibilidade de uma aceitação incondicional do outro, figurando como uma maquinaria de produção subjetiva, na qual a diferença é interpretada como desvio; anormalidade. Esta análise nos permite uma reflexão sobre a inclusão escolar a qual ganha destaque nas políticas públicas brasileiras nas últimas décadas e passa a enredar os discursos dos educadores e demais profissionais envolvidos com o atendimento escolar e terapêutico de pessoas com necessidades especiais. Novos cenários são delineados por estes discursos, convocando-nos a uma análise cuidadosa dos processos subjetivos deles decorrentes. Resgatamos os sentidos da inclusão na Modernidade, evidenciando a necessidade de uma reflexão profunda sobre alteridade e diferença. A educação para todos, conquista dos direitos humanos, visa romper a homogeneidade reinante, levando a figurar a possibilidade da diferença no cenário escolar. Entretanto, analisando o letramento escolar e o sofrimento psíquico pelo viés da análise do discurso pedagógico e de seus efeitos na produção de modos de subjetivação, constatamos que “o outro diferente” figura no cenário despertando apenas a tolerância, o que em muito se aproxima da indiferença. As práticas institucionais reproduzem um modelo de inclusão/exclusão com vistas à produção da normalidade e exclusão da anormalidade, mostrando-se incapazes de lidar com a diferença, portanto, incompatíveis e até contraditórias às políticas educacionais inclusivas. A partir desta análise nos posicionamos frente à inclusão como uma forma de compreensão, significação/ re-significação, de si e do outro; como um compromisso ético com a singularidade humana, conquista dos direitos humanos, portanto, oportunidade, abertura, possibilidade; não imposição, obrigação ou indiferença.

Palavras-chave: Letramento, discurso pedagógico, produção subjetiva.

ISSN 1981-2566

MANOEL BOMFIM E O PEDAGOGIUM: UM PROJETO EM EDUCAÇÃO.

Rafael Pinheiral Ferreira

O objetivo do presente trabalho é discutir as propostas e a atuação do Pedagogium, destacando as mudanças a que levou, ou a que objetivou levar no sistema educacional brasileiro durante seus anos de existência, entre 1890 e 1919, destacando a época em que Manoel Bomfim foi o diretor da instituição, entre 1897 e 1919, os anos mais produtivos do Pedagogium, assim como analisar a forma como o mesmo aplicava a Psicologia à educação. Manoel Bomfim destacava, em sua teoria, um valor muito grande à educação, e foi no Pedagogium que pode dar início a alguns projetos muito interessantes no campo educacional. Os museus pedagógicos tiveram muita importância na Europa no final do século XIX e início do século XX, sendo que os países que ainda não possuíam um eram considerados atrasados em termos de educação. A idéia do museu pedagógico brasileiro surgiu em 1882, em virtude da reforma do ensino realizada por Rodolfo Dantas, e ainda tendo como apoio o parecer do projeto de ensino primário de Rui Barbosa. Mas foi apenas em 1890, no Rio de Janeiro, que ocorre a fundação do Pedagogium, cuja principal proposta era a de ser um centro para impulsionar reformas e melhorias no ensino nacional, dando ênfase principalmente ao ensino nas escolas normais, agindo como um centro nacional de controle e coordenação das atividades pedagógicas no país. O Pedagogium contava também com a Revista Pedagógica, um órgão de veiculação das idéias e propostas discutidas na instituição, revista que teve um grande peso na sua época. Contudo, dois anos apenas após a sua fundação, o Pedagogium perdeu o seu caráter de nacionalidade, tendo sua ação reduzida à esfera estadual, perdendo assim parte de sua força, e só não foi fechado por um descuido das autoridades públicas, que se esqueceram de fazê-lo. E, em 1896, a Revista Pedagógica saiu de circulação. Foi apenas no ano de 1897 que a instituição retomou suas atividades de uma forma mais significativa, pois assumia o cargo de diretor Manoel Bomfim, teórico que dava, desde aquela época, um valor importantíssimo à educação na constituição psíquica dos indivíduos, de onde se constituiria a cidadania e a consciência social, tema de seu livro “Noções de Psicologia”, de 1916. Uma das principais ações de Manoel Bomfim levou, em 1906, à criação do laboratório de Psicologia Experimental do Pedagogium, um lugar onde se objetivava discutir, na prática, novas formas de ensino e se produziria conhecimento. Contudo, com instalações inadequadas, o que levou a instituição a trocar de endereço por diversas vezes e com poucas verbas e funcionários, aos poucos a instituição foi perdendo força e sua importância diminuindo, até seu fechamento por completo, no ano de 1919, e ainda tendo o seu acervo um destino desconhecido. O Pedagogium teve um grande valor na educação brasileira da época, e seu fechamento foi motivo de grande amargura por parte de Manoel Bomfim, que até o fim de sua vida defendeu a importância de uma educação de qualidade para formar uma população capaz de gerar um país forte.

Palavras-chave: Manoel Bomfim, Pedagogium, educação, psicologia.

ISSN 1981-2566

LITERATURA INFANTIL COMO RECURSO PARA A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO: UMA INVESTIGAÇÃO SOCIOCOGNITIVA

Marisa Cosenza Rodrigues

Os livros de histórias infantis constituem um recurso útil, barato e de fácil acesso no contexto educativo. Numa perspectiva sóciocognitiva, resultados de pesquisas internacionais embasadas nos fundamentos da Teoria da Mente e do Processamento de Informação Social indicam que a literatura infantil pode ser utilizada como recurso promotor de desenvolvimento da criança. Inspirados nestes estudos recentes e visando contribuir com estudos no contexto nacional foi realizada uma pesquisa com uma amostra de 100 livros de histórias nacionais. Objetivo: 1) identificar a ocorrência de termos/expressões voltados para os estados mentais e, 2) realizar uma análise da narrativa com foco no processamento de informação social. Metodologia: Foi semelhante à de dois estudos conduzidos por autores internacionais. A seleção dos livros, visando delimitar critérios de qualidade e faixa etária, foi realizada mediante consulta à órgãos específicos na área (MEC, FNLJ, Secretaria estadual de ensino e catálogos de editoras nacionais). No que se refere à Teoria da Mente, os livros foram codificados considerando-se 3 eixos de análise: 1) por meio da identificação de palavras e expressões no texto denotando: estados cognitivos, estados emocionais, desejos/intenções e obrigação/avaliação moral; 2) via ilustrações contidas nos livros e, 3) presença de ironia e crença falsa na narrativa. A identificação dos termos mentais encontrados foi submetida ao teste de concordância de dois juízes, obtendo-se pelo teste de correlação por postos de Spearman, índice de concordância próximo à 92%. A convergência figura-estado mental e a ocorrêcnia de ironia e crença falsa acompanhou o mesmo procedimento. A análise dos livros com foco no processamento de informação social, foi embasada nos 6 passos propostos no programa desenvolvido por Teglasi e Rothman em 2001 o qual objetivou a prevenção e redução de comportamentos agressivos, delimitando-se, na narrativa, indicadores de pistas sociais externas e internas a saber: 1) O que está acontecendo, 2) O que os personagens estão pensando e sentindo, 3) Quais as intenções, desejos e metas dos personagens, 4) O que os personagens alcançam com suas ações e comportamentos? 5) Como os personagens executam e monitoram as suas ações? e 6) Quais são as lições aprendidas pelos personagens? Resultados: No que tange á Teoria da Mente os dados obtidos corroboram estudos internacionais indicando que os termos mentais estão presentes com significativa freqüência (92% dos livros). 23% da amostra contemplou a taxonomia proposta (termos emocionais, cognitivos, desejos/intenções e avaliação moral) Houve predominância dos termos emocionais (41%) e de termos cognitivos (40%). Em relação à convergência figura-estado mental, 86% dos livros foram considerados como muito convergentes. Em 12% dos livros foi identificada presença de ironia e em 11% a de crença falsa. A análise embasada no processamento de informação social revelou que 60% dos livros contemplaram 5 ou 6 componentes do programa. Os resultados revelam um rico e expressivo potencial sóciocongitivo dos livros infantis nacionais, fornecendo, no plano aplicado, subsídios importantes para os psicólogos interessados em utilizar este recurso numa perspectiva cognitiva e proativa de atuação no contexto escolar/educacional.

Palavras-chave: Histórias infantis, teoria da mente, processamento de informação social.

ISSN 1981-2566

INTERFERÊNCIAS DAS RELAÇÕES INTERPESSOAIS NOS JOVENS DA BAIXADA FLUMINENSE

Leila Dupret
Renata Machado
Vanessa Ladeira
Zenite Lima

A pesquisa Desafios Contextuais e Construção Subjetiva: Alternativas do Jovem da Baixada Fluminense aprovada pelo PIBIC/UFRuralRJ, apresenta em sua fase inicial, alguns pontos que demonstram de modo preliminar, possíveis indagações acerca de interferências das relações interpessoais no jovem. Cabe destacar que, tais considerações advêm do entendimento do próprio jovem acerca de sua realidade. O efeito das práticas do cotidiano tem gerado a construção de saberes pessoais, que se traduzem em subjetividades diversas, as quais permitem identificar a presença do que é individual e coletivo coexistindo na constituição do sujeito. As contribuições de Rey (2003) permitem delinear uma concepção de subjetividade que não prioriza o individual em detrimento do social, ou o social em detrimento do individual, mas enfatiza a interferência mútua de ambos no processo de construção subjetiva. Deste modo, o conceito de subjetividade, é entendido como uma característica da psique humana, construída pelo atravessamento cultural, um dos principais constituintes do Desenvolvimento Humano. O conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal, definido por Vygotsky (1988), possibilita vislumbrar o "espaço possível" da interação de sujeitos no processo de desenvolvimento do ser humano, permitindo no campo da psicologia pensar sobre a dinâmica do aprendizado na amplitude de seu cotidiano social. A metodologia da pesquisa de cunho qualitativo está fundamentada na perspectiva de Vygotsky (1996) no que se refere à base teórica de nossa abordagem, a qual sustenta-se em três princípios fundamentais: analisar processo e não objeto, isto é, ter como tarefa o reconhecimento da dinâmica dos constituintes da história do que está sendo investigado; diferenciar explicação de descrição, ou seja, desvelar a dinâmica-causal não se detendo apenas nas aparências mais comuns e nas relações lineares de causa-efeito; desprender-se do "comportamento fossilizado", isto é, da manifestação de comportamento automatizado que por sua origem remota e suas inúmeras repetições. A técnica a ser utilizada para a operacionalização da pesquisa é a da construção de "Unidades de Sentido", sugerida por Rey (1997), o qual permite realizar uma análise de conteúdo a partir de expressões dos sujeitos estudados, as quais integram um conjunto diverso de indicadores revelados no decorrer da investigação e pertencentes ao contexto social no qual os participantes estão inseridos. Os sujeitos deste estudo preliminar foram estudantes de 5ª a 8ª série do Ensino Fundamental, de escolas públicas e particulares, de ambos os sexos, na faixa etária de 12 a 15 anos. As entrevistas realizadas foram abertas e a partir das respostas, foi possível agrupar suas inquietações em categorias. A análise de conteúdo do discurso dos jovens apontou para uma preocupação com o futuro e o cuidado em suas relações com outras pessoas. Além disso, ficou claro que nenhum jovem é igual ao outro, o que nos remete à reflexão sobre as diferenças que delineiam singularidades pessoais e não podem ser desconsideradas como fonte de pesquisa. Assim, modelos pré-estabelecidos para o comportamento do jovem como alienado, rebelde, de difícil comunicação, merecem reflexão.

Palavras-chave: Interação, cotidiano, subjetividade.

ISSN 1981-2566

LETRAMENTO ESCOLAR, RELAÇÕES DE PODER E PROCESSOS SUBJETIVOS.

Cláucia Janiana Marchiori

Marchiori, C. J., *Pan, M. A. G. S. Este trabalho relata a pesquisa intitulada “Letramento Escolar, Relações de Poder e Processos Subjetivos”, desenvolvida junto ao Projeto de Extensão Universitária “Letramento e Inclusão Social”, no Núcleo de Psicologia Educação e Trabalho da Universidade Federal do Paraná, em 2005. Tem por objetivo a análise das relações de poder no processo de letramento escolar e seus efeitos sobre os processos subjetivos. Fundamenta-se na Psicologia Histórico-Cultural e nos pressupostos da Análise do Discurso, concebendo o sujeito como constituído nas relações interdiscursivas e orientadas axiologicamente pelas práticas institucionais. A escola é o local de produção de sentidos que, na tarefa de transmissão sistematizada do conhecimento, produz entre seus efeitos a reprodução de uma lógica subjetiva de inclusão e de exclusão. A investigação deu-se em uma escola da rede pública estadual de ensino na cidade de Curitiba, seguindo os pressupostos metodológicos do Projeto de Extensão, que visa possibilitar aos sujeitos participantes a reflexão crítica sobre o cotidiano e suas possibilidades de mudanças, com vistas à re-significação de sua condição histórica. Os sujeitos da pesquisa foram os alunos matriculados em duas quartas séries do ensino regular do turno da tarde e seus professores. Duas oficinas foram realizadas: “Jogos e Brincadeiras” e “Jogos Cooperativos”, visando o resgate da criatividade como maneira de lidar com as dificuldades referentes às práticas de letramento escolar. Partiu-se de uma análise inicial feita por meio de duas observações, entrevistas dialogadas com alunos e professores e de uma oficina de diagnóstico. Planejou-se um cronograma de atividades envolvendo seis encontros semanais, com a duração de uma hora e trinta minutos. Para a análise dos dados utilizou-se dos diários de campo das oficinas, nos quais se destacou episódios em que ficam mais evidentes as relações entre poder, práticas de letramento e produção subjetiva. Na atividade denominada “Trilha Humana” um tabuleiro foi feito na sala de aula, os alunos foram separados em duas equipes e cada equipe elegeu a forma de se subdividir entre peças e jogadores. Durante o jogo, as falas dos alunos explicitam como a relação entre poder e letramento demarca suas posições subjetivas: “Para jogar, o grupo tem que falar a mesma língua”, ou “Peça não fala”. Por meio das discussões realizadas, pode-se destacar o papel do líder – o aluno porta-voz da equipe para fazer as jogadas – e a tentativa de ocupar outro lugar discursivo – daquele que fala, elabora a jogada e daquele, que por ser peça, não poderia falar. As posições subjetivas assumidas revelam-se cristalizadas nas práticas institucionais discursivas que classificam, produzem divisões entre os bons e os maus alunos, produtivos e não produtivos, transpondo dialogicamente uma forma de produção subjetiva coerente com o modelo econômico neoliberal. Os resultados da pesquisa mostram durante a intervenção que os sujeitos atuam de forma criativa e reflexiva, podendo assumir outras posições discursivas, diferentes daquelas assumidas na lógica homogeneizante que configura o cotidiano escolar.* Profª Dra do Departamento de Psicologia da UFPR.

Palavras-chave: Letramento, relações de poder, processos subjetivos.

ISSN 1981-2566

O ENGAJAMENTO SOCIAL E O JOVEM DA BAIXADA FLUMINENSE

Leila Dupret
Daniel Pinto
Tiago Santos
Pablo Amauri de Araujo

A pesquisa Desafios Contextuais e Construção Subjetiva: Alternativas do Jovem da Baixada Fluminense aprovado pelo PIBIC/UFRuralRJ, a partir de agosto de 2006, apresenta em sua fase inicial de investigação, alguns pontos que demonstram de modo preliminar, possíveis indagações acerca do engajamento social do jovem. Cabe destacar que, tais considerações advêm do entendimento do próprio jovem acerca de sua realidade. O município de Nova Iguaçu, situado na Baixada Fluminense, que faz parte da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, é uma das cidades com maior população do Estado do Rio de Janeiro. O município possui cerca de 200 mil habitantes com menos de 18 anos, contando com uma rede escolar de educação básica, pública e privada, para atender as 208.813 crianças e jovens. Estas pessoas estão inseridas em um contexto definido por Alves (2003) a partir das relações entre a violência, o poder local e as esferas "supra locais" de poder. O processo educativo definido como forma de compreensão e de alteração das relações entre o homem e a natureza e homens entre si, pode oferecer subsídios para que o atual quadro da Baixada Fluminense seja modificado, a partir das práticas educacionais dirigidas à comunidade, que despertem o interesse dos indivíduos em buscar possíveis soluções para suas problemáticas contextuais. A metodologia da pesquisa de cunho qualitativo está fundamentada na perspectiva de Vygotsky (1996) no que se refere à base teórica de nossa abordagem, a qual sustenta-se em três princípios fundamentais: analisar processo e não objeto, isto é, ter como tarefa o reconhecimento da dinâmica dos constituintes da história do que está sendo investigado; diferenciar explicação de descrição, ou seja, desvelar a dinâmica-causal não se detendo apenas nas aparências mais comuns e nas relações lineares de causa-efeito; desprender-se do "comportamento fossilizado", isto é, da manifestação de comportamento automatizado que por sua origem remota e suas inúmeras repetições, tornou-se mecanizado. A técnica a ser utilizada para a operacionalização da pesquisa é a da construção de "Unidades de Sentido", sugerida por Rey (1997), o qual permite realizar uma análise de conteúdo a partir de expressões dos sujeitos estudados, as quais integram um conjunto diverso de indicadores ou categorias reveladas no decorrer da própria investigação e pertencentes ao contexto social no qual os participantes da pesquisa estão inseridos. Os sujeitos deste estudo preliminar são estudantes de 5ª a 8ª série do Ensino Fundamental, de escolas públicas e particulares, de ambos os sexos, na faixa etária de 12 a 15 anos. As entrevistas realizadas foram abertas e a partir das respostas, foi possível categorizar de maneira incipiente algumas considerações trazidas pelos sujeitos, agrupadas nas seguintes categorias: desigualdade social, caracterização do lugar de moradia, opções de esporte e lazer, escolha profissional e participação em decisões sociais mais amplas. A análise de conteúdo do discurso dos jovens apontou para uma preocupação social e cultural, além da atenção à qualidade de vida. Assim, modelos estabelecidos previamente como características universais do jovem, por exemplo a indolência, a indefinição, devem sofrer um processo de reflexão no intuito de desfazer estereótipos.

Palavras-chave: Participação, escolha, estereótipo.

ISSN 1981-2566

LA CATEDRA VYGOTSKY Y SU CONTRIBUICIÓN PARA LA PSICLOGIA EN LATINOAMÉRICA

Albertina Mitjáns Martínez
Laura Marisa Carnielo Calejon
Guillermo Arias Beatón

Exposición acerca de como se ha interpretado el Enfoque Histórico-Cultural y las perspectivas que se considera que posee este Enfoque para la Psicologia, Pedagogia y en particular para América Latina Brasil y Cuba.También se hará referencia a algunas de sus aplicaciones realizadas en Cuba por el autor y otros profesionales del colectivo de trabajo.Relato de l proceso de constituición de la Cátedra L.S.Vygotsky en la Facultad de Psicologia de la Universidad de La Habana y los propositos y metas que se han definido en este grupo de trabajo y lo que se ha logrado en ese sentido, los vinculos logrados, las actividades científicas realizadas y las perspectivas que se esperan obtener en el futuro con grupos de trabajo en las Américas y principalmente en Brasil.

ISSN 1981-2566

INTERAÇÕES HUMANAS E SUAS IMPLICAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DA PESSOA A PARTIR DA TEORIA DE HENRY WALLON: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO

Ana Lúcia Costa e Silva

Este trabalho foi realizado em uma creche do município de Araguari-MG em setembro de 2005 cujo objetivo foi investigar como se dava a interação educadora-criança, a partir de situações consideradas como lúdicas, pela educadora. Para este estudo o termo interação foi definido como a relação entre a educadora-criança, a partir do ponto de vista da educadora, ou seja, a partir do momento em que ela chega para a criança e dirige a fala ou o gesto, em direção à mesma e a criança, de alguma forma, responde a este contato. Como instrumento para realização deste estudo exploratório, recorreu-se à utilização de filmagens, descrição e análise das cenas. Participou do estudo uma educadora que trabalha na creche há quatorze anos e seu grupo de 12 crianças de ambos o sexos, com idade entre 2 e 3 anos. Nesta faixa etária as crianças se encontram no estágio denominado por Wallon de sensório-motor/projetivo, no qual prevalecem os comportamentos de investigação, onde a criança se torna um ser predominantemente cognitivo, voltando-se para o conhecimento perceptivo e motor do mundo, havendo uma necessidade de se dar mais liberdade para que a criança possa explorar o ambiente, ao mesmo tempo em que o modifica. Sendo assim, atividades mais livres e de caráter exploratório fazem mais sentido para esta faixa etária, em específico. Dentro do que foi proposto, algumas cenas foram recortadas com a finalidade de análise dos processos de interação a partir da ótica walloniana. Em seguida, foram elaboradas categorias de análise para estudo do percentual das freqüências do comportamento emitido pela educadora. A atividade proposta pela recreadora foi a de cada criança “passar/atravessar” por cima de uma corda, esticada no chão, sem perder o equilíbrio durante a travessia da mesma. Durante toda a atividade, a recreadora dirigia as crianças e as segurava pela mão, e se dirigia, também, ao grupo, pedindo para as outras crianças permanecerem quietas e observando o colega realizar a atividade. O que se percebeu: não houve a criação de possibilidades das crianças explorarem o ambiente e seu próprio corpo em movimento, o que favorece, segundo Wallon, a consciência do eu psíquico. As tentativas constantes da educadora em manter as crianças quietas e sentadas geraram conflitos no grupo, pois as crianças queriam por todo o tempo, buscar formas de explorar o ambiente à sua volta. Isso nos permite pensar em estratégias de intervenção para quem atua com crianças, seja em creche ou outro espaço educativo para que conheçam melhor as teorias que auxiliam na compreensão da infância permitindo uma otimização dos serviços oferecidos e estimulando o pleno desenvolvimento da criança.

Palavras-chave: Criança, interação social, Henry Wallon.

ISSN 1981-2566

IMAGEM TÉCNICA E ESTÉTICA: A PESQUISA COMO INTERVENÇÃO NOS MODOS DE PRODUÇÃO DA CULTURA E DA SUBJETIVIDADE

Solange Jobim e Souza

Refletir sobre a produção da subjetividade nos dias atuais exige um olhar crítico sobre os múltiplos atravessamentos dos fluxos de imagens que invadem os espaços públicos e privados dos sujeitos contemporâneos, especialmente daqueles que habitam as grandes metrópoles. As janelas virtuais se abrem para uma infinidade de espaços interativos onde os sujeitos experimentam o espaço e o tempo em uma ampla variedade de formas de linguagem. Neste contexto, se indagar sobre os modos como o uso das tecnologias interfere no campo das relações humanas, estabelecendo novos padrões de interatividade e de linguagem pautadas pela experiência dos sujeitos com os meios de comunicação de massa é um dos grandes desafios para a pesquisa em ciências humanas de um modo geral e para a psicologia em particular. Nosso objetivo aqui é trazer à tona este tema a partir de análises comparativas entre experiências do passado e experiências do presente, conjugadas com uma abordagem estética sobre as tecnologias e os modos de subjetivação. A pretensão é conduzir uma avaliação crítica do presente com um olhar atento para o futuro. Quais as possibilidades de criação e de liberdade em uma sociedade cada vez mais programada e controlada pela tecnologia. Esta questão nos leva a uma outra correlata: como vincular a experiência passada da humanidade à história dos modos atuais de criar o mundo e a nós mesmos através das tecnologias, sem, contudo, perder o vínculo com a liberdade de expressão e o compromisso político com a atividade crítica? Nosso propósito aqui é propor uma reflexão sobre imagem técnica, estética e subjetividade, tendo por base o conceito de experiência em Walter Benjamin e a dimensão dialógica e alteritária, presentes na obra de Mikhail Bakhtin. O desafio é fazer do contexto de investigação com crianças, jovens e adultos um espaço de reflexão e ação para se criar estratégias que permitam exercitar a atitude crítica dos sujeitos contemporâneos no que diz respeito á ética no uso das imagens técnicas.As estratégias metodológicas de tal abordagem investigativa incluem o uso que o próprio pesquisador faz das imagens quando ele utiliza a máquina fotográfica ou a videogravação como instrumentos de mediação com o campo da pesquisa. Isto implica colocar em foco, necessariamente, a interação do pesquisador com os aparatos tecnológicos e os sujeitos da pesquisa. A intenção metacognitiva, explicitada desde o início pelo pesquisador, revela o propósito de se criar situações objetivas em que os sujeitos tenham a oportunidade de exercer uma tomada de consciência sobre o seu olhar e sobre os seus modos de representar a experiência de estar no mundo a partir do que lhe é oferecido pelos artefatos culturais de sua época. Neste sentido, destacaremos propostas de intervenção para as práticas do olhar, construídas a partir de oficinas em espaços educacionais com crianças e jovens, com o objetivo de oferecer subsídios para as práticas pedagógicas com este público alvo no contexto escolar.

Palavras-chave: Imagem técnica, subjetividade, pesquisa.

ISSN 1981-2566

INFLUÊNCIA DO PERÍODO ESCOLAR E IDADE NA COGNIÇÃO DE CRIANÇAS COM DISTÚRBIOS RESPIRATÓRIOS DO SONO

Izilda Malta Torres
Luciane Bizari Coin de Carvalho
Marilaine Medeiros de Almeida
Lucila Bizari Fernandes do Prado
Gilmar Fernandes do Prado
Mônica Cintrão França Ribeiro

Os Distúrbios Respiratórios do Sono (DRS) são de difícil diagnóstico e sua associação com disfunção cognitiva (DC) ainda é controversa. Essa associação não foi observada em crianças brasileiras na faixa etária de 7 a 10 anos. Como no Brasil há dois períodos de aula no ensino público estadual, o presente estudo teve como objetivo verificar a influência do período escolar na cognição de crianças com DRS. Para tanto, foram avaliadas cognitivamente 1180 crianças (entre 7 e 10 anos de idade), 79 crianças com DRS, 468 com distúrbios não-respiratórios do sono (DNRS) e 633 normais (Grupo controle - GC), através do Teste de Bender. Utilizando-se Regressão Logística foram analisados os fatores de risco para DC, considerando-se: o distúrbio do sono, o tempo total de sono, o período de estudo e a série cursada. A análise permitiu-nos chegar aos resultados de, comparando as chances de DC, observar-se que: 1) as crianças da 1ª série com DRS tiveram chance 704% maior de ter disfunção cognitiva do que o GC; 2) as crianças da 2ª e 3ª séries com DRS da manhã também tiveram chance maior do que as da tarde (269% e 307%); 3) de igual forma, as crianças da 3ª série com DRS da manhã tiveram chance 771% maior do que as crianças da 1ª série e 452% maior do que as da 2a série; 4) as crianças da 4ª série com DRS da manhã tiveram chance 727% maior do que as da 1ª série; 5) as crianças da 4a série tiveram chance 467% maior do que as da 2a série de ter DC. Tais resultados nos permitem concluir que, as crianças mais novas (7anos/1ªsérie) que estudam no período da manhã tiveram chance de DC maior do que as do GC. As crianças mais velhas que estudam à tarde tiveram chance maior do que as que estudam de manhã. Portanto, o período em que a criança estuda e sua idade agravam os problemas cognitivos causados pelo DRS.

Palavras-chave: Distúrbios do sono, cognição, ensino fundamental.

ISSN 1981-2566

OS "CORPOS DÓCEIS": A INDISCIPLINA ESCOLAR VISTA POR ESTUDANTES

Amanda dos Santos
Fabiana Oliveira Barcelos
Cristiana Mara Ribeiro
Laura Francisca da Silva Gonçalves
Andressa Silva Borges
Camilla Marchi Faria
Isabella Carvalho Oliveira Rocha
Rafaella Batista Ferreira Lima
Viviane Silva Barreto
Paula Cristina Medeiros Rezende
Liliane dos Guimarães Alvim Nunes
Cláudia Silva de Souza
Lucianna Ribeiro de Lima
Maria José Ribeiro
Silvia Maria Cintra da Silva

A indisciplina é um tema freqüentemente discutido por profissionais de diversas áreas, como o psicólogo escolar, estimulados principalmente por uma inquietação relacionada à forma adequada de lidar com essa questão. Contudo, percebe-se que não há um consenso a respeito do que seja indisciplina, mas ainda existe uma idéia de desvio, como se o natural fosse a disciplina, ou seja, cumprimento das regras estabelecidas. Esta visão desconsidera que a agressividade e a transgressão são inerentes à condição humana e fundamentais ao desenvolvimento do indivíduo e da sociedade, como afirmam alguns autores. Este é o relato de uma pesquisa qualitativa sobre indisciplina, em andamento, realizada na escola de aplicação da Universidade Federal de Uberlândia, e aborda os pontos de vista dos estudantes desta escola sobre o tema em questão. A pesquisa se baseou primeiramente em observações em sala de aula de diferentes séries da Instituição, estruturadas a partir de roteiro elaborado pelos pesquisadores referente ao espaço físico da escola e das relações estabelecidas em sala de aula. Uma segunda etapa consistiu em entrevistas semi-estruturadas com alguns alunos através de roteiros com questões sobre o conceito de indisciplina, suas atribuições e influências. Foram entrevistados 17 estudantes na própria instituição, sendo que as respostas mais freqüentes dos alunos demonstraram que a indisciplina é atribuída ao desinteresse dos mesmos por algumas aulas, falta de formação moral por parte da família, conflitos familiares e influência social. Os estudantes relataram que a escola tem adotado algumas medidas para lidar com a indisciplina (como realização de projetos de atendimento ao aluno), mas eles acreditam que tais medidas são insuficientes, por apresentarem resultados superficiais e de curta duração. Além disso, os alunos disseram que os professores estabelecem acordos baseados em ameaças de punição e, muitas vezes, se utilizam das notas para influenciar o comportamento da classe. Indagados sobre o papel da sociedade e da escola em relação à indisciplina, afirmaram que há a necessidade de promover diálogo entre alunos e professores e entre família e escola para que estes entrem em concordância em prol de um melhor manejo em relação à indisciplina. Já o papel dos psicólogos diante da questão da indisciplina não é totalmente claro para os entrevistados, visto que poucos souberam responder como o psicólogo pode intervir, e alguns desconheciam a função dos psicólogos dentro da própria escola (existe um setor de psicologia na escola). Os alunos, em geral, reproduzem a crença de que são os únicos responsáveis pela indisciplina no contexto escolar em que estão inseridos, de acordo com a idéia socialmente construída de que a disciplina e a obediência às regras são naturais e necessárias aos seres humanos, corroborando a concepção dos corpos dóceis de Foucault, segundo a qual há uma tendência em “adestrar” os seres humanos, submetendo-os à vigilância disciplinar. É importante que o psicólogo escolar perceba a indisciplina como resultante de interações sociais estabelecidas no processo educacional que envolve os alunos, a escola, a família e a sociedade em geral.

Palavras-chave: Psicologia escolar, indisciplina, alunos.

ISSN 1981-2566

O PSICÓLOGO E O SEU FAZER NA EDUCAÇÃO: CONTANDO UMA OUTRA HISTÓRIA

Rita Vieira

Esta pesquisa tem sua origem numa discussão extremamente atual no âmbito da Psicologia da Educação, interrogando a formação e a atuação do psicólogo que trabalha nessa área. Neste sentido, o objetivo principal deste trabalho é o de realizar uma investigação acerca da atuação do psicólogo envolvido com a problemática educacional, assim como das implicações desta atuação na profissionalização deste especialista. Tendo como fio condutor a perspectiva da micro-história, este estudo vem sendo desenvolvido na Clínica de Psicologia Edouard Claparède da Fundação Helena Antipoff, localizada no município de Ibirité-MG, sendo que esta clínica foi escolhida por seu tradicionalismo, por se constituir numa instituição pioneira na história da psicologia no Brasil. O procedimento básico para a coleta dos dados é a análise fenomenológica dos laudos psicológicos emitidos pelos psicólogos da instituição e elaborados a partir de atendimentos realizados a crianças encaminhadas para psicodiagnóstico pelas escolas da comunidade. Integrando a obra de Antipoff, o trabalho desenvolvido nesta clínica nos permitirá acompanhar, durante um período relativamente longo, a evolução das práticas realizadas na área da psicologia educacional. Isto, certamente, nos abrirá possibilidades de compreender de forma mais contextualizada historicamente a trajetória de profissionalização do psicólogo no âmbito da Educação, uma vez que nossa hipótese metodológica é de que, nesta instituição, encontravam-se em curso práticas diferenciadas, capazes de contestar à altura as críticas que estão na gênese desta investigação.

Palavras-chave: Atuação, psicólogo educacional/escolar, história.

ISSN 1981-2566

O VESTIBULAR SERIADO E SUAS IMPLICAÇÕES NA ANSIEDADE E HABILIDADES SOCIAIS DOS ESTUDANTES.

Janaína Siqueira Rodrigues Martins
Adriana Benevides Soares

O objetivo deste trabalho foi investigar como o estresse influencia os níveis de ansiedade e habilidades sociais dos indivíduos. Para esta investigação a situação de estresse escolhida foi o Exame Vestibular, pois segundo Oliveira (2002), após pesquisa realizada com estudantes pré-vestibulandos, constatou-se que 60% da amostra apresentava níveis significativos de estresse. Dentre as várias formas e maneiras existentes de se avaliar o vestibular foi selecionado, para esta pesquisa, o Vestibular Seriado, por ser este um método relativamente novo dentre as avaliações para o acesso às Universidades Públicas. O público alvo foi composto de estudantes do primeiro e terceiro ano do Ensino Médio das escolas particulares, da cidade de Juiz de Fora - Minas Gerais, que participam (ou vão iniciar) do PISM (Processo de Ingresso Seletivo Misto) da UFJF (Universidade Federal de Juiz de Fora). Em algumas universidades brasileiras este processo avaliativo também é adotado como por exemplo UnB (Universidade Federal de Brasília), UFU (Universidade Federal de Uberlândia – M.G) e UFV (Universidade Federal de Viçosa). Estes responderam a um questionário sócio-demográfico, o inventário de ansiedade Traço-Estado (IDATE) (Biaggio, Natalício & Spilberg, 1977) e ao Inventário de habilidades sociais (IHS) (Del Prette & Del Prette, 2001), todos estes realizados em sala de aula. Primeiramente foi entregue o IDATE e logo em seguida o IHS. Após avaliação os resultados indicaram que as mulheres são mais ansiosas do que os homens, tanto as alunas do primeiro ano como as alunas do terceiro ano, corroborando com vários estudos em torno deste tema (Silva, 1992; Pinto, 1996; Perez, Nicolau e Romano, 2005). Pode-se articular também que os alunos do primeiro ano, que estão prestando o vestibular PISM, são tão ansiosos quanto os alunos do terceiro ano que também estão em fase de avaliação. Com relação às habilidades sociais, maior parte da amostra encontra-se em posição mediana, e no total de 21% (vinte e um por cento) encontram-se abaixo da média onde podemos considerar que o repertório de habilidades sociais deste grupo é bastante deficitário. Este resultado leva mais uma vez a confirmar a hipótese inicial deste estudo em que o vestibular – fonte estressora que aumenta a ansiedade Estado dos indivíduos (no momento) – afeta as habilidades sociais. Se, por um lado, o estresse é visto como fator agravante para o indivíduo lidar de maneira satisfatória com o meio em que vive, a ansiedade também pode ser aumentada concomitantemente e as habilidades sociais então são prejudicadas.

Palavras-chave: Estresse, ansiedade, habilidades sociais.

ISSN 1981-2566

ORIENTAÇÕES MOTIVACIONAIS DE ALUNOS DO CURSO DE BIBLIOTECONOMIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA

Adriana Rosecler Alcará
Sueli Édi Rufini Guimarães

No contexto educacional a motivação dos estudantes é um dos maiores desafios a serem enfrentados, pois tem implicações diretas na eficácia do processo de ensino e aprendizagem. Um aluno motivado busca novos conhecimentos e oportunidades, mostrando-se envolvido com as atividades, superando obstáculos, sendo persistente, criativo e disposto a buscar novos desafios. Sob o enfoque da Teoria da Autodeterminação, por meio de auto-relato, foram identificados os tipos de motivação (desmotivação, regulação externa, regulação introjetada, regulação identificada e motivação intrínseca) de 143 alunos do Curso de Biblioteconomia, de uma universidade pública do norte do estado do Paraná. Os resultados dessa avaliação foram comparados com variáveis demográficas, perspectiva de tempo futuro e de instrumentalidade (como, por exemplo, a expectativa de inserção no mercado de trabalho e a ligação entre as atividades acadêmicas atuais com o futuro profissional) e o uso de estratégias de aprendizagem. Para coleta de informações acerca do tipo de motivação e do uso de estratégias de aprendizagem, foram utilizadas escalas likert de 7 pontos, válidas para uso em pesquisas brasileiras com universitários, disponíveis na literatura. Para avaliação da perspectiva de tempo futuro e de instrumentalidade foram elaborados itens, com base na literatura, sendo levantadas suas propriedades psicométricas. São discutidas as implicações educacionais das relações entre a perspectiva de tempo futuro dos estudantes, sua percepção da instrumentalidade das atividades acadêmicas atuais para alcançar as metas colocadas no futuro e sua orientação motivacional em relação ao curso. Análise fatorial exploratória, com extração dos componentes principais foi realizada para análise dos instrumentos, bem como os índices de consistência interna dos itens das escalas, mediante o alfa de Cronbach. Análises correlacionais e de regressão foram desenvolvidas para conhecer as relações entre as variáveis estudadas. A reflexão sobre esses aspectos pode contribuir para a promoção de novas ações e atividades que incentivem ainda mais o desenvolvimento do curso, bem como a própria motivação dos alunos para o processo de ensino e aprendizagem. Além disso, o aprofundamento teórico na temática da motivação escolar e a contextualização do tema para a realidade brasileira, considerando que o número de pesquisas sobre a motivação no contexto escolar ainda é pequeno na nossa realidade, é um objetivo educacionalmente relevante.

Palavras-chave: Teoria da autodeterminação, motivação intrínseca, motivação extrínseca, perspectiva de tempo futuro.

ISSN 1981-2566

O QUE FOI DITO SOBRE O TEMA NECESSIDADES ESPECIAIS NO II CONGRESSO BRASILEIRO PSICOLOGIA: CIENCIA E PROFISSÃO

Morgana Pereira Neves
Paula Cristina Medeiros Rezende
Flaviana Franco Naves
Michelle Cristinne Pereira Silva
Polyana Araujo Martins

A Psicologia Escolar e Educacional abrange aspectos relacionados ao ensino e aprendizagem, ao processo de desenvolvimento, à estrutura curricular, à orientação e formação continuada de professores, bem como ao estabelecimento de parcerias com as famílias, desde a educação infantil até o ensino universitário. Dentre esta diversidade de temas torna-se relevante avaliar a quantidade e a qualidade das produções científicas de temas específicos em eventos importantes na área. Este resumo tem por objetivo analisar os trabalhos apresentados no II Congresso Brasileiro de Psicologia, Ciência e Profissão da área Psicologia Escolar e Educacional restringindo-se ao tema Necessidades Especiais. O site do congresso foi utilizado como fonte de consulta, pois nele encontra-se disponíveis on line os anais do congresso com os resumos e o livro de programação do mesmo, contendo uma apresentação geral das várias modalidades de apresentação. A análise realizada abrangeu todos os trabalhos referentes ao tema destacado, e baseou-se em alguns critérios, a saber: modalidade, discurso e análise de dados. O resultado da análise de cada item categorizado foi considerado em função da concordância entre pelo menos quatro das cinco autoras. Foram analisados 28 resumos com o tema necessidades especiais que representam 6% dos 467 trabalhos na área de Psicologia Escolar e Educacional e 0,76% dos 3690 trabalhos inscritos no congresso. Quanto à modalidade foram apresentados: 14 pôsteres de comunicação de pesquisa, 10 pôsteres de comunicação de prática profissional, 1 conversando sobre, 1 como eu faço..., 1 curso e 1 mesa redonda. A produção foi predominantemente apresentada em forma de pôsteres (86%). Pode-se observar que o tema foi apresentado por meio de duas modalidades principais: comunicação de pesquisa (50%) e comunicação de prática (37%). Quanto ao discurso e análise de dados foram analisados os 14 resumos referentes à comunicação de pesquisa. Os resultados indicaram que, dentro do discurso, todos apresentaram objetivos e sujeitos, 13 apresentaram material, 10 apresentaram procedimentos e 13 apresentaram resultados. Quanto à análise de dados constavam: 6 com análise qualitativa, 2 com análise quantitativa, nenhum com análise mista e 6 não especificaram. A análise dos resumos de comunicação de pesquisa mostrou que a maioria apresentava todos os itens necessários ao discurso científico. A análise qualitativa dos dados foi a forma de tratamento mais utilizada nos resumos avaliados, sendo interessante observar que houve grande número de resumos, 42,84%, em que não foi possível identificar a forma de análise dos mesmos. Um resumo em especial chamou atenção das pesquisadoras, por julgarem que ele não se enquadra na categoria comunicação de pesquisa, sendo que este se adequa melhor à categoria comunicação de prática profissional. Uma análise geral do modo como o tema Necessidades Especiais foi abordado nos resumos permite dizer que a grande maioria deles tratou do tema inclusão escolar e muitos tiveram como resultado a necessidade de preparação dos profissionais de educação e da própria instituição escolar para receber crianças com necessidades especiais. Conclui-se também que os anais de congressos representam uma importante ferramenta para analisar temas relevantes da Psicologia, visto que apresentam registrados os saberes e fazeres desta ciência.

Palavras-chave: Congresso Psicologia: Ciência e Profissão, Produção cientifica brasileira, necessidades especiais.

ISSN 1981-2566

O TDAH E O PROBLEMA DA LIBERDADE NA ESCOLA

Eduardo Simonini Lopes

Habitamos um mundo onde a produção de bens materiais faz consonância com a produção de subjetividades adequadas aos valores sociais e econômicos de um coletivo que prioriza as questões que envolvem a pressa, a agilidade e a produtividade. Nesse mundo em constante transformação, as escolas do século XX foram convocadas a preparar todo um conjunto de seres humanos para se inserirem nos novos ritmos e novas liberdades. Dessa forma, progressivamente, foram abandonadas as práticas educativas coercivas, punidoras e pouco participativas, e se abraçou um modelo de valorização do aprendiz e de suas contribuições singulares. Tal busca pela valorização da pessoa do educando se deu no Brasil tanto pelo movimento da Escola Nova, quanto também pelo posterior movimento construtivista, onde o aluno ganhava "liberdade" para construir seu aprendizado de uma maneira mais autônoma e menos dependente das elaborações previamente oferecidas pelo professor. A liberdade, a criatividade e a livre expressão do aluno na realização de experimentações e descobertas, tornou-se o grande desafio das propostas educacionais que se consideravam inovadoras. Todavia, nos últimos dez anos, vemos emergir, de maneira significativa, em especial nas escolas, a proposta de um novo quadro nosográfico denominado TDAH (Transtorno de Déficit de Atenção com Hiperatividade). Este é diagnosticado principalmente a partir do comportamento repetitivo da criança em torno de características como: não conseguir ficar por muito tempo sentada; não seguir regras nas brincadeiras; interromper colegas nas conversas, balançar muito o corpo quando parada, dentre outras. Tal "doença" geralmente é considerada como problema neurológico, fruto da hereditariedade familiar, e é creditada àqueles que não se adequam aos ritmos e limites da escola. O nosso trabalho teve como objetivo problematizar até que ponto a emergência e proliferação recente do diagnóstico de TDAH, na Educação Infantil, tem relação com a dificuldade dos professores de trabalhar a liberdade. Como um início de atividade, entrevistamos professores de Educação Infantil de uma escola particular de orientação teórica construtivista, no município de Viçosa/MG. A partir das entrevistas, percebemos indicativos de que a pressa diagnóstica, no que se refere ao TDAH, denuncia uma tendência da escola de fugir aos ritmos novos e acelerações, que forçam a criação de outras dinâmicas educativas. A liberdade é adotada enquanto discurso, mas passa-se a diagnosticar a criança como "portadora" de TDAH quando a prática da liberdade não vai ao encontro dos regimes disciplinares da instituição. Quanto mais biologizada e generalizada torna-se a definição da hiperatividade, maiores os ricos de se produzir um modelo padrão de aluno e de educação, indo, assim, na contramão do que originalmente se propôs com o construtivismo, enquanto ideário educacional. Tal ideário está comprometido com a abertura de contínuos espaços para um processual repensar sobre os modos de conhecer e de inventar a si mesmo e a vida social. Porém, a patologização indiscriminada dos alunos "bagunceiros" e "inquietos" como sendo "portadores" de hiperatividade, retira a responsabilidade da escola no processo ensino/aprendizado, e lança a culpa de todas as dificuldades educacionais nas costas do aluno e da família, enquanto berço da transmissão genética do problema.

Palavras-chave: Hiperatividade, construtivismo, liberdade.

ISSN 1981-2566

O USO DA DISCUSSÃO DE DILEMAS MORAIS EM PROCESSOS DE INTERVENÇÃO JUNTO A ALUNOS E PROFESSORES – UM CAMINHO PARA A CONSTRUÇÃO DA COMPETÊNCIA MORAL.

Patricia Unger
Raphael Bataglia

Do ponto de vista construtivista, a moralidade não pode ser entendida como a internalização de normas nem como o deflagrar de uma disposição interna. A moralidade se constrói na troca do indivíduo com o meio e, portanto o tipo de ambiente social em que se está pode ser facilitador ou ao contrário, dificultar a formação do sujeito autônomo. O ambiente sociomoral da escola é necessariamente intervencionista na formação do sujeito, pois mesmo que não aja intencionalidade, a prática pedagógica interfere positiva ou negativamente na construção da moralidade. O clima escolar interfere não apenas no desenvolvimento do juízo moral, mas fundamentalmente na competência moral definida por Kohlberg (1986) como a capacidade de agir de acordo com princípios. Este minicurso tem como objetivo apresentar um método de trabalho para o desenvolvimento da competência moral, especificamente, o Método Konstanz de Discussão de Dilemas (KMDD) baseado na teoria da ética comunicativa de Habermas e o método do discurso de Fritz Oser. A discussão de dilemas é uma técnica proposta por Kohlberg (1984), Lind (2002) dentre outros e tem se mostrado uma forma muito eficiente de intervir na construção da capacidade de colocar-se em um debate buscando compreender argumentos contrários aos próprios e reconhecer o valor de tais argumentos, condição necessária para o exercício de uma postura democrática em grupos de trabalho e na sociedade como um todo. O aplicador precisa conhecer aspectos do desenvolvimento moral o suficiente para provocar desequilíbrios na argumentação dos participantes sem conduzir a resposta, deve ter habilidade para reconhecer o estágio dos argumentos colocados e para conduzir a discussão de modo que o ambiente de respeito seja mantido. O curso contempla em uma primeira parte a teoria de desenvolvimento moral construída a partir de Piaget e Kohlberg. Em seguida apresenta o método de discussão de dilemas pratica e teoricamente. Inclusive relatando as ultimas pesquisas a respeito de seu efeito em processos de intervenção. Por fim, apresenta algumas diretrizes para a elaboração de dilemas para o trabalho com crianças e adultos. O Método Konstanz é especialmente interessante para a psicologia escolar, se pensarmos que uma condição necessária para o trabalho em instituições escolares é a capacidade de construir um ambiente receptivo a idéias divergentes, o respeito a tais posições e a busca de soluções. A experiência da discussão de dilemas sob os moldes propostos por Lind traz aos atores do contexto escolar a oportunidade de ultrapassar a dimensão da crítica e criar (Saviani, 1982). A oportunidade de assunção de papéis e a tomada de responsabilidade por suas ações que interferem diretamente na dinâmica social influenciam no desenvolvimento da competência profissional e pessoal.

Palavras-chave: Discussão de dilemas, competência moral, intervenção.

ISSN 1981-2566

O SENTIDO DA MATEMÁTICA: A VOZ DO JOVEM

Ana Lucia Costa Alves Pugliese

O estudo fundamentado teoricamente em Vygotsky, investigou o sentido da Matemática para os jovens em um contexto de exclusão social. Para Vygotsky o sentido se constroi nas pelas contraposicoes entre as significacoes sociais vigentes e pelas vivencias pessoais, revestidas de emocoes sentimentos motivacoes e interesses. Com base na Psicologia Sócia Histórica, que concebe o homem como ser histórico e social, construtor e construto da realidade, o estudo buscou na história da Matemática e no seu ensino concepções deste conhecimento trazidas pelos antigos filósofos e desenvolvidas ao longo da história ocidental, elementos para iluminar o modo como a Matemática é percebida hoje pelos jovens. Os sujeitos foram 23 jovens com idades entre 13 e 18 anos, matriculados no Ensino Fundamental II, Ensino Medio ou egressos do sistema escolar publico, educandos de um projeto de Educação não Formal da periferia de São Paulo, contexto da pesquisa. De natureza qualitativa, a pesquisa se valeu dos instrumentos de coleta: questionário semi-aberto, relatos orais e escritos, atividades grupais e individuais, vídeo-gravação e entrevista semi-estruturada Os dados trouxeram elementos que permitiram tracar o perfil dos sujeitos e de suas familias, e identificar o modo como a Matemática é percebida por eles em relação a outras disciplinas. A Matematica foi considerada pelos sujeitos como a diciplina na qual eles enfrentam maiores dificuldades e a menos apreciadas. As idéias associadas às concepções pitagóricas, com destaque para os números como forma de organizar o mundo; às platônicas segundo as quais a Matemática pré-existe no mundo perfeito das formas; às sofísticas com ênfase no pragmatismo da Matemática na formacao do cidadao, foram identificadas nas falas dos sujeitos. A presença significativa de sentimentos de desafeto e rejeição à Matemática também foi detectada, associada a sua caracteristica de ser imprevisivel, atribuida a ela pelos sujeitos. A importância atribuída à Matemática pelos jovens como conhecimento importante para as suas vidas foi destacada, entretanto a apropriacao deste conhecimento escolar foi considerada irrelevante, desnudando as contradicoes que envolvem esta disciplina. O conhecimento matematico considerado indispensavel pelos jovens se restringe as operacoes elementares, as quatro operacoes aritmeticas, consideradas necessarias nas acoes cotidianas principalmente aquelas que envolvem o trato com o dinheiro. Para os sujeitos da pesquisa a matematica esta intimamente ligada a concretude do cotidiano. Os obstáculos apontados no seu aprendizado foram a falta de compreensao, a falta de interação professor-aluno e a própria Matemática considerada dificultosa, misteriosa, imprevisível, incompreensível. O estudo revelou na voz do jovem, contradições, tecidas histórica e socialmente entre a realidade e o mundo idealizado da Matemática.

Palavras-chave: Sentido, psicologia sócio-histórica, ensino da matemática.

ISSN 1981-2566

O PROFESSOR E A ESCUTA SENSÍVEL : REFLEXÃO SOBRE A PRÁXIS.

Teresa Cristina Siqueira Cerqueira

Este trabalho envolve uma reflexão sobre os modos de aprender em contextos educacionais. Focaliza o aprendente e o ensinante apontando as possibilidades para o processo ensino/aprendizagem do exercício da escuta sensível. A escuta que iremos abordar serve para qualquer espaço de vida, no entanto, iremos dar mais atenção ao espaço educacional, pois nele espera-se uma sistematização do conhecimento construído pela humanidade ao longo de sua história a fim de fazer do cidadão uma pessoa reflexiva, crítica e consciente de seus direitos e deveres para que possa participar desse mundo com dignidade e autonomia. Acreditamos que a sala de aula é o lugar da reunião de seres pensantes que compartilham idéias, trocam experiências, contam histórias, enfrentam desafios, rompem com o velho, buscam o novo. Os saberes cotidianos internalizados durante a trajetória de vida precisam ser rompidos para dar lugar a novos saberes. A escuta sensível do professor é essencial para ajudar o aluno a reconhecer-se como construtor de seu conhecimento. Acreditamos que é a partir desse (re)-conhecimento que aprendente e ensinante podem se conectar para um estabelecimento de relações que resulte em avanços no processo de desenvolvimento e aprendizagem. Escutar vai mais além da possibilidade auditiva de cada um. Desse modo, ao escutar, o professor abriria espaço para compreender a dinâmica estabelecida em sala de aula, pelo aluno, como construtor de seu conhecimento e também de sua subjetividade. Se de um lado temos o aluno buscando novos saberes, do outro deveríamos ter o professor que investiga, observa, escuta, propõe situações problemas, intervem e organiza o espaço para que a aprendizagem se concretize. É por isso, que aprender/ensinar só faz sentido para cada um dos envolvidos nesse processo se houver uma conexão entre as partes, se na sala de aula, como propõe Barbier (2002), for possível sentir o universo afetivo, imaginário e cognitivo do outro para poder compreender suas atitudes, comportamentos, sistema de idéias, valores, símbolos e mitos. Escutar significa a disponibilidade permanente por parte do sujeito que escuta para a abertura à fala do outro, ao gesto do outro, às diferenças do outro. A verdadeira escuta não diminui a capacidade de exercer o direito de discordar, de opor-se, de posicionar-se. Pelo contrário, é escutando bem que me preparo para melhor colocar-me, ou melhor, situar-me do ponto de vista das idéias. Como conclusão discute-se que o aprender resulta do diálogo entre o saber e o conhecer, que passa por uma relação de empatia entre quem aprende e quem ensina. Necessário pontuar que essa relação é dialética e favorece que a verdadeira aprendizagem ocorra resultante desse sentimento de identificação entre os pares, que é o ponto de apoio para a escuta sensível.

Palavras-chave: Processo educativo, escuta sensível, formação de professor.

ISSN 1981-2566

O SIGNIFICADO HISTÓRICO DA CRISE DA PSICOLOGIA: REFLEXÕES SOBRE A OBRA DE VIGOTSKI E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A EDUCAÇÃO ESCOLAR

Elenita de Ricio Tanamachi
Flávia da Silva Ferreira Asbahr
Maria Eliza Mattosinho Bernardes

Partindo do contexto da obra escrita por Vigotski em 1927, “O significado histórico da crise da Psicologia – uma investigação psicológica”, o mini-curso tem como objetivos explicitar os fundamentos teórico-metodológicos da crítica realizada pelo autor sobre a crise da Psicologia, fazendo uma análise das possibilidades de constituição da Psicologia Geral. Leva-se em conta a atualidade e a validade da ciência psicológica e a necessidade de superação das concepções tradicionais, ainda hegemônicas, presentes no contexto da psicologia em suas aproximações com a educação escolar. Para tanto, a proposição de estudo aponta elementos que permitam delinear o conceito de crise da Psicologia, fazendo a análise das condições contemporâneas do fenômeno psicológico e apresentando suas implicações no contexto da Educação Escolar.Conteúdo:1. As dimensões ontológica, gnosiológica, epistemológica e lógica da Psicologia • a relação entre a Psicologia Histórico-Cultural e o Materialismo Histórico Dialético; 2) A relação ciência particular e ciência geral; 3) O desenvolvimento histórico das idéias científicas próprias da psicologia; 4) A questão do método científico• generalização científica• questão da pergunta de pesquisa5) O método de investigação psicológica na proposta de Vigotski; 6) As implicações desses pressupostos para a Psicologia na Educação Escolar.

Palavras-chave: Materialismo histórico, dialético, psicologia histórico-cultural, método de investigação.

ISSN 1981-2566

O PSICÓLOGO ESCOLAR E SUA IMPORTÂNCIA FRENTE ÀS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM

Juliana Reis
Welson Tadeu Dorta
Izilda Malta Torres

A psicologia Escolar preocupa-se com a escolaridade de crianças e adolescentes em geral e em como se dão as relações no contexto escolar, visando o bem estar do aluno, sua aprendizagem, sua integração na escola, por meio de trabalho diversificado onde se valorize sua realidade social. Assim, um de seus objetivos é otimizar o processo de aprendizagem e formação, que compreende também a relação harmoniosa com colegas, professores e todos aqueles que estejam envolvidos neste processo. Neste sentido, estudos e trabalhos são realizados tendo como objetivo desfazer a cumplicidade entre psicologia e educação quando esta ocorre de forma a simplesmente defender fielmente suas idéias, sem uma análise crítica adequada das situações e queixas apresentadas e vivenciadas pelo aluno e pela comunidade, por professores, técnicos e demais envolvidos. A literatura aponta que muitos diagnósticos são feitos pelos psicólogos sem que se conheça a dinâmica da escola, quem é e como é o professor, o que está sendo ensinado, como se dão as relações no contexto escolar e as reais dificuldades chamadas de "dificuldades de aprendizagem"(Machado, 2003). É apontado também que muitas vezes o que está estabelecido na sociedade acaba dominando aquele momento, sendo assim, a sociedade é controladora da educação e preconizadora do que é normal e do que é patológico considerando que as crianças que por qualquer motivo não apresentam o desenvolvimento considerado "normal" pela sociedade sejam, portanto as consideradas como crianças-problema. Para averiguar essas possíveis questões encontradas no âmbito escolar, foram realizadas entrevistas com psicólogos escolares da rede pública e privada do segmento educacional do Ensino Fundamental e Médio, onde a pesquisa de campo constituiu-se em duas escolas privadas com psicólogo e em duas escolas públicas e uma privada sem psicólogo sendo que nesses casos foram entrevistados profissionais que se aproximassem de acordo com suas atividades com as do profissional de interesse. Houve a procura em se fazer uma entrevista em uma escola pública com psicólogo, mas não foi possível pela inexistência do profissional atuante na própria Instituição escolar. Com a presente pesquisa houve a oportunidade de se deparar com uma vivência, uma prática, através da fala do profissional das instituições educacionais visitadas, podendo assim transpor os muros da universidade, ou seja, da teoria. Identificamos possíveis problemas no contexto escolar e foi observado que educadores não sabem o real papel do psicólogo educacional podendo gerar uma deficiência na relação aluno- professor- escola. Assim, há a necessidade dos serviços de psicologia escolar e educacional no sentido de inicialmente esclarecer o seu verdadeiro papel e as possibilidades de minimizar os problemas existentes através de um trabalho multidisciplinar e eficaz, visando de um lado o bem estar do aluno e seu sucesso no desempenho educacional, e de outro o bem estar de educadores em geral a partir do reconhecimento da importância de seu papel no ensino, na constituição da pessoa do aluno e da sua própria.

Palavras-chave: Psicologia, educação, escola, ensino fundamental e médio.

ISSN 1981-2566

OFICINA VIVENCIAL: A ACOLHIDA AO ALUNO CALOURO

Armando De Morais Veloso

Ao longo dos anos, na Universidade de Brasília, observamos, nas turmas de calouros, a ausência de vínculos que os caracterizem como grupo. No decorrer do curso, amparados pelo sistema de crédito não seriado, os que não evadem, constroem um percurso acadêmico solitário, individualista. Agrega-se a isso uma visão estereotipada da universidade, reforçada pelo sistema de ensino e pelas avaliações seletivas. Tornou-se premente constituir um espaço que, acolhesse e implicasse o discente nas tarefas acadêmicas e sociais da universidade, funcionando ainda como modo preventivo de evasão e fracasso escolar. A criação da disciplina Oficina Vivencial pretendeu oportunizar o acolhimento do aluno calouro no curso de Pedagogia, oferecendo-lhe um campo de experimentação e construção coletiva de conhecimentos sobre a universidade, os papéis de estudante e professor, bem como as possibilidades de trabalho e aprendizagens em grupo. Nesse espaço, o aluno pode lidar com os aspectos subjetivos de sua inclusão na instituição, organizando-os e significando-os.Outro aspecto relevante, tematizado em Oficina Vivencial, é a representação social do curso de Pedagogia. Em boa parte da expressão dos calouros identificamos uma visão, sob vários aspectos, desfavorável quanto ao pedagogo. Entendemos que é muito danoso ao estudante permanecer e concluir a graduação ouvindo dos outros e, sobretudo de si mesmo, que Pedagogia é uma “área menor” e “sem futuro”. Acreditamos que é imprescindível o calouro começar a reelaborar a representação social dos cursos de graduação e, especialmente, do curso de Pedagogia. Todos esses aspectos são trabalhados através de dois grandes eixos temáticos: os sentidos da vida e a experiência de ser calouro. No primeiro, lidamos com grandes questões da condição humana, como o próprio sentido da vida, o amor, a morte, o trabalho, o relacionamento social etc. No segundo, oportunizamos o contato do calouro com a situação de mudança na qual se encontra, ou seja, a transição do ensino médio para o superior e os desdobramentos que essa situação traz consigo. No que diz respeito à forma, o exercício da criatividade é o fundamento. Argila, vídeo, fantoche, música, visita a museu de anatomia, expressão corporal, esquete cênica, pintura, colagem, textos coletivos e convidados para debate são alguns recursos que utilizamos. Sentimos que a criatividade é potencializada ao entendermos e tentarmos praticar a percepção de que o professor, como coordenador, deve estar a serviço dos alunos, como grupo, e não o contrário. Cabe dizer que, no intervalo das aulas, fazemos um lanche em que, a cada encontro, um subgrupo se responsabiliza por produzi-lo. O aluno e o professor alimentam e são alimentados pelos colegas. Oficina Vivencial quer ser um campo de experimentação da criatividade e da “escuta sensível”.Os principais resultados que temos observado ao término do semestre são: maior adesão ao curso de Pedagogia, percepção das potencialidades e limitações das profissões (particularmente do pedagogo), acolhimento e elaboração de medos básicos oriundos da situação de mudança, construção de uma rede vincular e a percepção de que estudo e prazer não estão necessariamente dissociados. Fazer e ser feito, criar e ser criado pode ser uma tônica da prática pedagógica.

Palavras-chave: Calouro, acolhida, criatividade.

ISSN 1981-2566

O PAPEL DO PSICÓLOGO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Tatiana Marcelino Carmo
Hélida Arrais Costa

O presente estudo foi realizado por oito estudantes do curso de Psicologia como critério de aprovação da disciplina de Pesquisa em Psicologia II da Universidade Federal do Ceará. O tema surgiu a partir do interesse comum da equipe em torno do contexto da Psicologia Escolar inserida da Educação Inclusiva, assim como do questionamento do fazer do psicólogo nessa realidade, visto que apesar da recorrência de discussões sobre o tema, muitas são as dúvidas sobre esse fazer que não foram esclarecidas de modo satisfatório. A pesquisa propõe-se à investigação do papel do psicólogo escolar na educação inclusiva, procurando compreender a realidade desse psicólogo, bem como a concepção que o mesmo tem acerca da educação inclusiva e a sua formação profissional específica. Como método de obtenção de informações foram realizadas sete entrevistas semi-estruturadas com psicólogos de cinco estabelecimentos de ensino ditos inclusivos. O método de análise utilizado foi análise de conteúdo. Diante das informações obtidas, foram criadas três categorias, com suas respectivas subcategorias, para posterior análise: 1.Concepção de Educação Inclusiva: a) Concepção Pessoal, b) Visão Sócio-Política, c) Dificuldades na Educação Inclusiva, d) Avanços da Educação Inclusiva; 2. Papel do Psicólogo Escolar: a) Ações Genéricas, b) Ações Específicas, c) Avanços do Psicólogo Escolar, d) Dificuldade do Psicólogo Escolar e 3) Formação Profissional Específica: a) Histórico Acadêmico e Profissional, b) Interesse Pessoal. A partir da análise de tais categorias concluiu-se que a realidade do psicólogo escolar que trabalha com a educação inclusiva mostrou-se em processo de construção, sendo ainda muito recorrente a necessidade de diferenciação entre integração e inclusão. Apesar disso, evidenciam-se avanços, ainda que lentos, na atuação dos psicólogos: há atualmente um maior engajamento por parte destes, um constante esforço para que haja a quebra de preconceitos, a desmistificação da diversidade enquanto ameaça no espaço escolar e a abertura para a inclusão social. O psicólogo apresenta-se como um mediador de relações com fins na aceitação da diversidade, preocupando-se com a constituição da subjetividade e da afirmação do espaço de cada indivíduo, portador de necessidades educativas especiais ou não, dentro da escola e, por extensão, dentro da sociedade. A priori o grupo de pesquisadores supunha que o psicólogo exerceria diferentes papéis de acordo com as necessidades específicas de cada criança. Contudo, percebeu-se que o papel do psicólogo escolar é o mesmo dentro de toda a educação inclusiva – facilitar e mediar as relações – modificando apenas as suas estratégias de intervenção, os recursos utilizados e sua abordagem, refutando assim a hipótese pré-estabelecida. No mais, este estudo busca somar não somente todos os seus achados, mas possibilitar novas reflexões que possam contribuir no processo de inserção do psicólogo escolar na educação inclusiva.

Palavras-chave: Psicologia escolar, educação inclusiva, papel do psicólogo escolar.

ISSN 1981-2566

O JOGO DE XADREZ NA PERSPECTIVA DA TEORIA DA EQUILIBRAÇÃO

Cristiana Fiusa Carneiro
Lino de Macedo

A pesquisa que estamos realizando como dissertação de mestrado do primeiro autor, sob a orientação do segundo, evidenciou um aumento, nos últimos anos, do ensino de xadrez na Escola Fundamental. Além disso, projetos como o "Segundo Tempo", o "Xadrez nas Escolas", e informações divulgadas no Guia de Escolas indicam o reconhecimento deste jogo tanto no ensino público como no particular. Diante disso, o objetivo da presente comunicação é propor uma análise, apoiada em Piaget, de algumas situações deste jogo visando favorecer sua fundamentação em um perspectiva psicológica e epistemológica. Recorremos ao Mate do Pastor, buscando por esse meio ilustrar condutas alfa, beta e gama de seu enfrentamento. Consideremos, primeiro, que segundo Piaget, na conduta alfa, um fato novo, quando produz perturbação, apenas afeta os conteúdos nela envolvidos, mas não modifica a estrutura ou o sistema que os produzem. Na conduta beta, este fato é compreendido e resolvido, se for o caso, no plano da estrutura, mas não ainda no de sistema. A conduta gama implica em um domínio (como compreensão, realização ou aceitação) no plano do sistema em jogo. No caso do Mate do Pastor, por exemplo, jogadores iniciantes não reconhecem que esse ataque levará ao mate rápido e se surpreendem com este desfecho tão indesejado. Só podem compreender e realizar as jogadas de um modo alfa, ou seja, utilizando jogadas com pouco nível de antecipação. Por isso, mesmo trata-se do ponto de vista didático de uma boa situação-problema, no sentido de que se pode analisar as três condutas mencionadas, aprendendo um enfoque no plano de conteúdos, de estruturas e do sistema do xadrez como jogo. Esse exemplo, será utilizado, assim, para favorecer uma leitura dos observáveis e coordenações do sujeito (jogadores) e do objeto (o próprio jogo e os movimentos das peças de uma partida em particular), em funcionamento, ou seja, compreendidos e realizados segundo suas condutas alfa, beta e gama. Nosso objetivo, assim, é fazer nossa, quanto a esse jogo, a pergunta que direcionou a pesquisa experimental e epistemológica de Piaget: "como o sujeito constrói o conhecimento, passando de um menor conhecimento para um maior?" São duas as hipóteses que nos animam para este estudo. Primeiro, a de que o jogo de xadrez é um excelente meio de observação e intervenção psicopedagógica visando ao desenvolvimento de formas de pensar, argumentar, inferir, decidir, compartilhar experiências em um contexto de regras, em que a disciplina, a atenção, a concentração, o estudo, a dedicação são requisitos fundamentais. Segundo, que a Teoria da Equilibração de Piaget oferece recursos que possibilitam analisar e compreender a importância deste jogo aos processos de desenvolvimento e aprendizagem dos alunos da Escola Fundamental. Por último, estes estudos sobre o jogo de xadrez estão sendo realizados no Laboratório de Psicopedagogia, do Instituto de Psicologia, da USP, onde faz vinte anos se busca, através de jogos e passatempos, construir formas de observação e promoção dos processos de desenvolvimento e da aprendizagem do ser humano.

Palavras-chave: Jogo de xadrez, teoria da equilibração, Piaget.

ISSN 1981-2566

O IMPACTO DE UMA FONTE DE MOTIVAÇÃO EXTRÍNSECA NO DESEMPENHO DOS ALUNOS.

Keika Inouye
Elisete Pedrazzani

A motivação do aluno no contexto escolar influencia o processo de aprendizagem e por isso é tema de estudo de educadores e psicólogos. Existem várias pesquisas que apontam a motivação intrínseca como facilitadora da aprendizagem, pois o estudante intrinsecamente motivado envolve-se em suas tarefas pelo simples gosto de aprimorar conhecimentos e habilidades, sem qualquer interesse além deste fim. Contrariamente, o aluno extrinsecamente motivado, realiza uma atividade escolar por algum interesse além da aquisição do saber, que geralmente se delata pelo anseio de notas boas, prêmios e elogios, ou ainda, para apenas evitar punições. Estudos demonstram que o comportamento extrinsecamente motivado pode não ser sempre negativo. O objetivo deste estudo foi investigar o impacto de uma fonte de motivação extrínseca no desempenho dos alunos medido através do tempo empregado para a realização de uma atividade acadêmica. Participaram desta pesquisa alunos (n=13) com idade média de seis anos, matriculados em uma classe de transição de primeira série de uma escola municipal de educação básica da rede regular de ensino. Destes, 53,8% eram do sexo masculino (n=7) e 46,2% do sexo feminino (n=6). Foi solicitado a todos os participantes que fizessem duas atividades de português diferentes, com graus de dificuldade equivalentes cujo conteúdo já havia sido abordado anteriormente pela professora. Foi explicado a todos os sujeitos de pesquisa que, ao término da primeira atividade (A1), eles ganhariam o direito de pintá-la – uma prática cotidiana normal que significava que na verdade eles não estavam ganhando nada; entretanto, ao término da segunda atividade (A2), cada aluno teria o direito de escolher dois brindes. A1 e A2 somente foram aceitas como concluídas se estivessem de acordo com o enunciado do exercício. Todos os brindes eram diferentes e, portanto, quanto antes a atividade fosse concluída, maior seria a diversidade de escolha do prêmio pelo participante. As quantidades de tempo dispensadas para a realização das atividades foram computadas e posteriormente digitadas em um banco de dados no programa Statistical Package for the Social Sciences for Windows (SPSS), versão 10.0, para a realização de análise estatística. Os resultados evidenciaram que o tempo dispensado para fazer a A1 foi significativamente maior ( = 604,69 s, dp = 267,79) quando comparado com a A2 ( = 234,00 s, dp = 85,32), t (12) = 5,739, p<0,001. Isso nos permite supor que a possibilidade de escolha do prêmio ou o próprio prêmio incitaram os alunos a realizarem A2 com maior rapidez. Desta forma, este estudo corrobora o papel promissor do trabalho fundamentado na motivação extrínseca como estratégia inicial para despertar interesse, curiosidade e estímulo para o aluno buscar novidades e desafios. Com criatividade, os educadores podem encontrar inúmeras maneiras apropriadas e diversificadas de encorajar seus alunos a aprender.

Palavras-chave: Motivação, aprendizagem, educação.

ISSN 1981-2566

PROGRAMA CRESCER – EDUCAÇÃO E SAÚDE NO TRABALHO DE ADOLESCENTES APRENDIZES DO CAMP

Juliana Pelinsom Marques
Fernanda Aguillera

A palavra adolescência provém do verbo “adolescere”, que significa brotar, fazer-se grande. É comumente considerada como a fase de maior turbulência do desenvolvimento do individuo. Entretanto, pesquisas sugerem que o tumulto dessa fase da vida foi exagerado. Na realidade, a criança passa por transformações físicas, sexuais, cognitivas e emocionais que podem ou não serem tomadas como dramáticas. As dificuldades próprias da adolescência são exacerbadas por pressões ora de ordem econômica, ora de ordem cultural, que leva os jovens a se inserirem cada vez mais cedo no mercado de trabalho. O trabalho adolescente é um tema que começou a tomar corpo a partir das pesquisas realizadas quanto ao perfil da População economicamente ativa (PEA), e a verificação de que os jovens têm uma participação ativa no mercado de trabalho. Porém, as condições atuais de emprego estão se tornando cada vez mais frágeis e instáveis, e o jovem é quem mais sofre com isso, pois a concorrência se acirra, e a qualificação se torna critério de seleção para uma vaga. O ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) e a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), por meio da lei 10.097 de dezembro de 2000, acabaram por regulamentar a condição de trabalho aprendiz. Pensando-se na problemática do jovem trabalhador e na relativa carência de profissionais especializados no assunto, surge em 2002 na UFSCar o Programa CRESCER, implementado junto ao CAMP de São Carlos no ano seguinte. A realização deste Projeto teve como objetivo orientar e preparar adolescentes do CAMP para sua inserção no mercado de trabalho, por meio de reflexões sobre as relações de trabalho e as relações interpessoais ali encontradas. Participaram do Programa em 2005 cerca de 400 adolescentes de famílias de baixa renda, na faixa etária de 14 a 17 anos. Os adolescentes foram divididos em oito grupos. Foram realizados 5 encontros com cada turma. Cada encontro tinha seu objetivo definido em decorrência das necessidades inicialmente identificadas ou das que surgiam ao longo das atividades. Os temas trabalhados foram: a) importância do Grupo e trabalho em equipe, b) as diferenças no grupo: como os outros nos vêem e como vemos os outros, c) Assertividade, Passividade e Agressividade – Relação Interpessoal no trabalho, d) iniciativa, criatividade e problemas de comunicação, e) autoconhecimento e questões da adolescência. Como resultado, vimos que inicialmente os alunos pareciam menos à vontade perante aos colegas no subgrupo, com menos liberdade de expressar suas idéias. Ao trabalhar temas como críticas negativas, trabalho em equipe, assertividade e respeito, notou-se uma maior integração do grupo e o surgimento de novas amizades. O resultado foi considerado positivo tendo em vista as avaliações dos alunos, nas quais a maioria se considerou satisfeita e com poucas sugestões de mudanças. Pontos considerados negativos foram principalmente o tempo muito curto de intervenção e o tema “trabalho” como foco da maioria dos encontros. Este tema deveria ter sido desenvolvido com um pouco mais de cuidado, pois em alguns momentos não conseguiu despertar o interesse dos adolescentes, que também pediram mais encontros sobre questões da adolescência.

Palavras-chave: Educação, adolescentes aprendizes, intervenção.

ISSN 1981-2566

PESQUISA E INTERVENÇÃO EM PSICOLOGIA ESCOLAR NUMA PERSPECTIVA CRÍTICA: A VOZ DOS ALUNOS COMO FOCO DE INVESTIGAÇÃO

Ana Karina Checchia
Lygia De Sousa Viégas

O presente mini curso pretende abordar o tema da escuta de alunos na pesquisa e intervenção em psicologia escolar em uma perspectiva crítica.Para tanto, contextualiza a abordagem crítica em psicologia escolar, ancorada nos princípios do materialismo histórico dialético.Com base em tal abordagem que privilegia a investigação das raízes dos fenômenos escolares em oposição à sua naturalização, explicita a complexidade de fatores implicados no processo educacional, atentando para a influência de dimensões históricas, políticas, sociais, institucionais, pedagógicas e psicológicas, nas quais comparecem de forma dominante concepções ideológicas de educação e desenvolvimento.Assim tal abordagem opera com importantes transformações na psicologia escolar, tanto no âmbito teórico como metodológico.Dentre os elementos que compõem a pesquisa e a atuação do psicólogo escolar com base nessa perspectiva crítica, destaca-se a importância de ouvir detidamente aqueles que constroem a vida diária escolar.No processo de ouvir aqueles que constroem a escola,especial atenção deve ser dada aos alunos de escolas públicas (sobretudo em um país intensamente ancorado na desigualdade social);isso porque, tradicionalmente, pesquisas e intervenções em psicologia escolar não têm ouvido os alunos, reduzindo-os a números frios,ou mesmo ao discurso de educadores a seu respeito.Tal postura não apenas revela que suas falas não são priorizadas, mas também apontam para o fato de que o que eles dizem é muitas vezes interpretado de forma psicologizante, desconsiderando a complexidade envolvida na construção do que pensam e dizem acerca de sua experiência escolar.Partindo dessas considerações, serão apresentadas algumas propostas de investigação e atuação em psicologia escolar em uma perspectiva crítica que tenham como foco a escuta de alunos, de modo a abordar aspectos teóricos e metodológicos envolvidos nesse processo.Para tanto,nos apoiaremos em importantes autores da psicologia escolar em uma perspectiva crítica, bem como nos valeremos de nossa experiência como pesquisadoras e interventoras em escolas públicas para apresentar métodos e procedimentos que contribuíram no processo de escuta de alunos.Especial destaque será conferido à etnografia, às entrevistas individuais, à realização de pequenos grupos e à análise e produção de documentos.Para além de apresentar procedimentos para se aproximar da fala de alunos, ou seja, o ato mesmo de ouvir, é fundamental pensar criticamente as modalidades de escuta da psicologia escolar acerca do que os alunos dizem, ou seja, formas de analisar as falas de alunos que levem em consideram a complexidade do contexto mais amplo em que elas se pronunciam.Nesse sentido, serão apresentadas falas de crianças e adolescentes, bem como possibilidades de escuta (ou seja, análise) crítica das mesmas, que levam em consideração a realidade educacional brasileira. Conteúdo:Contextualização da perspectiva crítica em psicologia escolar.A complexidade dos fatores implicados no processo de escolarização.A voz dos participantes do contexto escolar,com ênfase nos alunos.Fundamentação teórica sobre o processo de escuta de alunos na pesquisa e intervenção em psicologia escolar.Ouvindo os alunos na pesquisa em psicologia escolar: Métodos de investigação potencializando o ato de ouvir.Análise da fala de alunos: potencializando a escuta crítica.Ouvindo os alunos na intervenção do psicólogo escolar:Elementos constitutivos de uma intervenção.Articulação entre a pesquisa e a intervenção.

Palavras-chave: Alunos, etnografia, psicologia escolar.

ISSN 1981-2566

OS ESTUDOS SOBRE O SUCESSO ESCOLAR: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Geny Reis
Débora Cristina Piotto

Os estudos que versam sobre o sucesso escolar são pouco freqüentes, ao contrário do que ocorre com as pesquisas que tratam do fracasso escolar cujo número é bastante grande. Dentre essas pesquisas, é significativa a parcela de estudos que discutem a participação do sistema de ensino na produção do fracasso escolar, sobretudo na área da psicologia escolar. Nesse sentido, o objetivo da presente pesquisa é analisar artigos que tratem do tema sucesso escolar, verificando qual concepção de sucesso escolar está presente nas análises empreendidas. Mais especificamente, iremos apontar, em cada artigo, aquilo que determina, promove, explica, participa ou influencia na construção de trajetórias escolares bem sucedidas. O corpus sobre o qual incide esse estudo refere-se a artigos publicados entre 1994 e 2005 nas seguintes revistas científicas: Educação e Sociedade, Educação e Pesquisa, Cadernos de Pesquisa, Psicologia USP, Cadernos Cedes, Psicologia: Reflexão e Crítica, Psicologia e Sociedade. Ao final do levantamento, foram localizados 12 artigos científicos que tratavam, de modo central, do sucesso escolar. Estes artigos versam sobre o sucesso escolar em seus diferentes níveis de ensino: séries iniciais do ensino fundamental, ensino fundamental, ensino médio e ensino superior. Após a descrição e a análise de cada artigo foi possível verificar que estes trazem concepções diferentes de sucesso escolar, bem como distintas explicações. Um destaque refere-se a dois artigos que apresentam o esforço individual como causa de trajetórias escolares bem sucedidas, atribuindo ao indivíduo a responsabilidade pelo êxito ou pelo fracasso escolar. Em três artigos a participação da família aparece como fator que contribui para o sucesso escolar. Outro artigo apresenta o acesso ao saber midiático como recurso distintivo, seja para suprir a ausência ou complementar a bagagem cultural oferecida pelas instituições de ensino. Um outro artigo aponta, na visão dos professores, que as meninas apresentam melhor desempenho escolar do que os meninos, dado este explicado através das questões de gênero. Em outro artigo a interiorização do discurso predominante no sistema educativo, pelas famílias e alunos, sobre a participação das famílias na escolarização dos filhos pôde promover o sucesso escolar, discurso este caracterizado por presença dos pais nas reuniões, expectativas elevadas face à escolarização, apoio emocional, ajuda em casa nas tarefas escolares, ausência de participação dos filhos nas tarefas domésticas, entre outros. Há ainda um artigo que analisa a demanda pelo ensino de graduação em uma universidade pública discutindo o oferecimento de vagas, as formas de ingresso e permanência, fornecendo subsídios para as políticas de ensino superior no país. Outro artigo destaca que o sucesso escolar é resultado da ação conjunta de múltiplos fatores, boa parte deles exteriores às crianças. Em apenas dois, dos doze artigos analisados, a escola, ou práticas e processos que tiveram lugar na instituição escolar protagonizados pelos agentes escolares, aparece como fator que contribui para a construção do sucesso escolar. Ao contrário do que se observa quando se discute a questão da produção do fracasso escolar, a presença da escola é bem menos marcante nos estudos sobre o sucesso escolar.

Palavras-chave: Sucesso escolar, trajetórias escolares bem sucedidas, escola.

ISSN 1981-2566

PERSPECTIVA ÉTICA E GENEROSIDADE

Luciene Regina Paulino Tognetta
Yves La Taille

Explicar as ações humanas e como essas se tornam morais tem sido a tarefa de inúmeras pesquisas na Psicologia Moral. Com o mesmo intuito, a presente investigação a ser apresentada busca apontar uma discussão atual sobre Moral e Ética que possa compreender como as ações humanas podem ser generosas. Entendendo que uma virtude é uma disposição que depende mais do que da tomada de consciência do outro, já que não se situa no campo dos direitos e das obrigações, leva-se em consideração que sua integração à identidade do sujeito dependerá dos investimentos afetivos que a tornarão um valor. Trata-se, então de comprovar a hipótese de que há uma correspondência entre moral e ética que sustenta um estudo promissor sobre a construção de personalidades éticas. Trata-se, portanto de um estudo entre 150 adolescentes de 12 a 15 anos, dentre eles, 75 suíços e 75 brasileiros, estudantes de escolas particulares das cidades de Campinas, Brasil e Genebra, Suíça, que tem como principal objetivo constatar a possível correspondência entre os julgamentos morais, portanto, um conteúdo moral, e as representações que os sujeitos têm de si mesmos ou em outras palavras, sua perspectiva ética. A partir do sentimento de admiração pudemos destacar se as representações desses sujeitos (o que admiram nas ações dos outros e o que os outros podem admirar em suas ações) teriam um caráter ético ou não e depois, se corresponderiam a seus julgamentos evidenciados na discussão de dilemas morais em que está em jogo a generosidade. Os resultados a que chegamos demonstram que tanto sujeitos cujas ações admiráveis estejam ligadas à conteúdos éticos como aqueles cujas representações de si se caracterizam por admirações a conteúdos individualistas podem julgar moralmente pela necessidade da generosidade. No entanto, nossos dados apontam para uma correspondência entre os primeiros, aqueles cujas representações de si são caracterizadas por conteúdos éticos e julgamentos mais evoluídos quanto à sensibilidade aos sentimentos dos personagens envolvidos nas situações descritas e, portanto, juízos mais elevados de generosidade numa perspectiva teleológica. Nossos estudos também, objetivando encontrar as mesmas correspondências, buscaram estabelecer uma comparação entre adolescentes suíços e brasileiros. Os resultados garantem diferenças quanto aos estereótipos sociais apresentados por esses sujeitos, e que podem ser explicados pelas culturas a que estão inseridos, porém, seus julgamentos e mesmo as representações que têm de si demonstram uma mesma estrutura de funcionamento. Tal estudo valida também nosso primeiro objetivo que era encontrar uma correspondência entre ética (como o sujeito se vê) e moral (como julga as situações morais).

Palavras-chave: Ética, generosidade, sentimentos.

ISSN 1981-2566

PAÍSES DIFERENTES E PROBLEMAS COMUNS: O QUÊ FAZER?

Laura Marisa Carnielo Calejon
Albertina Mitjáns Martínez

O objetivo do trabalho é discutir as possibilidades da ULAPSI de se constituir num espaço de reflexão e de intercambio de experiências que contribua para a atuação compromissada dos psicólogos escolares na transformação da situação educacional dos espaços sociais onde atua. A partir da análise da situação educacional de Brasil e de Cuba, paises com sistemas socioeconômicos bem diferentes, e consequentemente, com realidades educacionais distintas, serão analisados desafios comuns colocados pela instituição escolar aos psicólogos. A maneira de exemplo serão analisados: 1) a sala de aula como espaço de homogeneização e suas repercussões nos processo de ensino aprendizagem e 2) os eixos priorizados na formação dos profissionais que trabalham na educação, entre os quais a formação do profissional como sujeito criativo e transformador não ocupa um lugar de destaque. Será analisada como a transformação da escola, como instituição social , em aspectos medulares resulta muito difícil pela sua própria gêneses , historia , funções e configuração. Esta situação implica em um análise reflexivo e criativo das possibilidades de ação dos profissionais nesse contexto para o qual resulta de indiscutível valor a produção científica na área da Psicologia Escolar , e essencialmente, a disposição dos psicologias de se constituir em agentes de mudanças. A ULAPSI pode se constituir, de fato, em um espaço de reflexão e de troca de experiências sobre a atuação do psicólogo no campo educativo, e na escola em particular, sempre que seja capaz de encontrar formas de organização e articulação que resultem realmente , integradoras e participativas.

ISSN 1981-2566

PROBLEMATIZANDO AS IDENTIDADES E DIFERENÇAS NA SALA DE AULA

Cristina Toledo

Estamos vivendo na Contemporaneidade diversos questionamentos feitos à Modernidade, que tem nos levado há uma nova forma de perceber o mundo em que vivemos. Um desses questionamentos se refere à compreensão sobre identidade. A Modernidade foi marcada pelo estabelecimento de padrões, enquadrando as pessoas dentro desses padrões de acordo com determinadas características principalmente relacionadas ao seu comportamento. Constituía-se, assim, a polaridade entre o normal e o anormal, que considerava o sujeito universal e absoluto. Dessa forma, a identidade era considerada como algo fixo, imutável, onde as pessoas que não se enquadravam dentro de determinados padrões eram marcadas como "os diferentes". Dentro desse contexto, foram sendo criadas as instituições que ofereciam tratamento àqueles que não se enquadravam na norma, como as prisões, as escolas especiais, os manicômios e os asilos. A educação tinha o objetivo de aperfeiçoar a natureza humana através da formação da razão e do acesso ao conhecimento. Buscava-se a construção de uma sociedade culta através da transmissão de um conhecimento legítimo. A escola era vista como uma instituição universalizadora, tendo como referência os pressupostos da cultura dominante. A Psicologia Escolar teve um papel importante nesse momento histórico, uma vez que ela surge com a finalidade de determinar, a partir de testes psicométricos e da realização de diagnósticos, quais alunos e alunas teriam condições para estudar da escola regular e quais eram encaminhados(as) para as escolas especiais. Procurando problematizar essa concepção de aluno padrão, o objetivo deste trabalho é discutir alguns sentidos que vêm sendo atribuídos aos alunos e às alunas e que contribuem para a construção de suas identidades e diferenças. Para tanto, utilizamos como referencial teórico os Estudos Culturais, com o qual compreendemos que as identidades e as diferenças se constituem uma em relação à outra. Elas não são essências, nem possuem um significado transcendental e absoluto, mas são inventadas, deslocadas e produzidas pelas práticas discursivas e de significação. As análises foram feitas a partir de nossa participação no/do cotidiano de quatro salas de aula da segunda série de uma escola municipal na cidade de Juiz de Fora/MG. Percebemos a existência de um ideal de aluno(a) centrado na aprendizagem. As polaridades construídas nessas salas de aula tinham como padrão o sujeito cognoscente. Acreditamos que a escola não é apenas o lugar da aprendizagem, de forma que, consideramos fundamental poder colocar esses discursos em evidência para que possamos pensar e construir uma escola que considere as diferenças. Questionar as identidades e as diferenças como construção social, como resultado de criações lingüísticas e discursivas é deixar de pensar nas diferenças como algo que pertence ao outro, mas pensar e proclamar todas as formas de existência humana possíveis. É pensar nas diferenças como algo inerente ao ser humano e não mais no outro como o diferente. É pensar na diversidade como a possibilidade de convivência com as diferenças e como fator essencial para a existência humana.

Palavras-chave: Diversidade, identidades, diferenças, estudos culturais.

ISSN 1981-2566

PROCESSOS DISCURSIVOS, CONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTO E DISCRIMINAÇÃO

Veriana de Fátima Rodrigues Colaço
Ana Cleide Jucá
Ricardo Rilton Nogueira Alves

Muitos estudos atuais no campo educacional abordam a temática da violência, inclusive sobre a violência simbólica que ocorre entre crianças e jovens no espaço escolar. No bojo dessa problemática, uma das formas de violência bastante visível refere-se ao preconceito racial. Em geral este aspecto é abordado em relação ao que repercute em termos da construção subjetiva para as crianças que são vítimas deste tipo de discriminação, o qual se dissemina em discursos e práticas sutis de exclusão no próprio contexto de sala de aula. Um aspecto que normalmente não é enfatizado relaciona-se com as implicações dessa discriminação para as oportunidades de construção compartilhada de conhecimento que ocorrem no cotidiano da aula. A partir de um estudo desenvolvido por uma equipe de pesquisa vinculada ao Grupo Linguagem, Práticas Culturais e Cidadania do Departamento de Psicologia da UFC, o qual tratou de situações de interação entre crianças em sala de aula e seu papel na construção de conhecimento e subjetividade, algumas revelações que não estavam sendo focadas, mas tangenciavam as discussões sobre os processos de construção de subjetividade, passaram a ser consideradas nas análises da equipe de pesquisa. Neste sentido, o objetivo do trabalho aqui apresentado dirige-se para uma reflexão sobre processos discursivos que revelam situações sutis de violência vinculadas ao preconceito racial, as quais foram identificadas na investigação realizada e apontaram para limitações nos processos interativos que promovem aprendizagem escolar. A pesquisa aconteceu no ano de 2004 em uma escola particular de Fortaleza, envolvendo crianças de quarta série do ensino fundamental. Tomou-se por base a Teoria Histórico Cultural proposta por Vygotsky e a Teoria da Linguagem de Bakhtin, especialmente no que se refere, respectivamente, aos conceitos de mediação simbólica e dialogismo, constitutivos de processos de subjetivação. Considera-se que a interação entre crianças em sala de aula não apenas possibilita aprendizagens sobre conteúdos escolares específicos como também envolve modos de comunicação, estabelecimento de relações e condutas, portanto, produções subjetivas estão implicadas neste contexto. Essas relações nem sempre se apresentam amigáveis, mas muitas vezes estão permeadas por conflitos e, em certas situações, por violência e discriminação que podem explicitar preconceitos de cor. Tal ocorrência, como apontado acima, foi observada em diálogos e atitudes entre quatro crianças que protagonizaram o estudo em pauta. Analisa-se que situações dessa natureza podem contribuir tanto para o enfraquecimento da auto-estima da criança e outras implicações no seu desenvolvimento afetivo-emocional como também repercutem negativamente nos processos de construção de conhecimento e desempenho escolar, na medida em que limitam as suas condições de interação e de intercâmbio com seus pares.

ISSN 1981-2566

PERFIL MOTIVACIONAL E METAS DOS ALUNOS DE ARQUITETURA

Rinaldo Zanatto
Sueli Édi Rufini Guimarães

Os estudos recentes acerca da motivação para a aprendizagem têm revelado a importância dos fatores contextuais para a promoção do desenvolvimento dos estudantes, da persistência, do processamento profundo de informações, da criatividade e do desempenho. A Teoria de Metas de realização é uma das abordagens teóricas mais produtivas sobre o tema, possibilitando a compreensão das razões pelas quais um estudante assume uma atividade de aprendizagem. Contextos cooperativos, que fortalecem a percepção de competência, promoveriam a adoção da meta aprender, enquanto contextos competitivos incentivam a adoção da meta ego evitação, levando os alunos a evitar situações de desafios que possam revelar seu baixo desempenho. Outra conseqüência da percepção de ambiente competitivo é o uso de estratégias autoprejudicadoras por parte dos estudantes. Para evitar que o fracasso seja relacionado à falta de inteligência ou de capacidade, os alunos que temem demonstrar publicamente resultados pobres criam de modo deliberado situações que possam prejudicar seu desempenho e que, posteriormente, sirvam de justificativa para os resultados obtidos. O presente estudo teve como objetivos conhecer o perfil motivacional, as percepções do ambiente de sala de aula e o uso de estratégias autoprejudicadoras de alunos iniciantes e concluintes do curso de Arquitetura e Urbanismo. Além disso, buscou-se verificar as possíveis mudanças ocorridas na motivação destes durante o curso e, em caso afirmativo, os fatores aos quais podem estar relacionadas estas alterações. Participaram do estudo 220 estudantes de Cursos de Arquitetura provenientes de três instituições de ensino superior do norte do estado do Paraná. Foram utilizadas para levantamento de informações escalas de avaliação (likert de 7 pontos) das metas de realização adotadas pelos estudantes, suas percepções do ambiente de sala de aula, o uso de estratégias autoprejudicadoras e a percepção do desempenho escolar. As escalas contiveram itens elaborados com base nas teorias e outros já utilizados em pesquisas e disponíveis na literatura. Análise fatorial exploratória, com extração dos componentes principais foi realizada para análise dos instrumentos, bem como os índices de consistência interna dos itens das escalas, mediante o alfa de Cornbach. Análises correlacionais e de regressão foram desenvolvidas para conhecer as relações entre as variáveis estudadas. As implicações educacionais da promoção de ambientes favoráveis à adoção da meta aprender são o foco das análises e discussão dos resultados.

Palavras-chave: Motivação, teoria de metas de realização, ambientes de sala de aula.

ISSN 1981-2566

OS SENTIDOS DA PROFISSÃO DOCENTE

Itale Luciane Cericato

Os dados abordados neste trabalho são fruto de uma investigação realizada com duas professoras atuantes no ensino médio da escola pública paulistana que teve por objetivo identificar os sentidos atribuídos por elas à própria profissão. Como hipótese o estudo considerou que tais sentidos são determinantes para a atuação cotidiana dessas profissionais. Entende-se que dar voz ao professor para que ele fale de si mesmo é fundamental, na medida em que proporciona o conhecimento da pessoa humana que há por trás da figura do profissional. Pessoa esta com sentimentos, desejos, sonhos, angústias, frustrações que exercem influência direta sobre o trabalho realizado no cotidiano escolar. O referencial teórico escolhido para análise foi a psicologia sócio-histórica proposta por Lev Vygotsky que entende o homem como constituído e constituinte do contexto social em que vive. Nesta perspectiva os sentidos são entendidos como construções subjetivas únicas do indivíduo, resultantes de sua relação dialética com o contexto histórico e social. Como metodologia para coleta e análise dos dados, o estudo considerou entrevistas semidirigidas e análise da conjuntura em que o fenômeno estudado se dá. Assim, os sentidos atribuídos pelas professoras à própria profissão foram analisados em relação ao contexto político, econômico e social em que suas atuações se situam. Os resultados do estudo, submetidos à análise qualitativa, revelam aspectos que são comuns às duas professoras: nenhuma delas está satisfeita com a forma como realiza seu trabalho; sentem-se profissionais mal sucedidas; têm consciência de que o papel da escola é formar o jovem para o mercado de trabalho e exercício da cidadania; queixam-se das muitas horas de trabalho fora da escola que a profissão exige, bem como partilham a imagem da profissão docente, vista como muito ruim. Neste aspecto, ambas percebem que a própria categoria profissional contribui para que o contexto social desqualifique o trabalho do professor. A singularidade de cada professora se expressa pelos sentidos que cada uma atribui ao próprio trabalho. Para uma, a profissão é vivida de maneira conflituosa, representada pela metáfora “dar murro em ponta de faca”. Os conflitos, gerados por uma auto-avaliação constante sobre a própria prática, se expressam em dúvidas sobre o quê, para quê e para quem ensinar. Para a outra, a profissão é sentida como “extenuante”, marcada por um sentimento de que seu trabalho é cansativo, pesado e cheio de impossibilidades de origem pedagógica e administrativa. Tais resultados indicam que o combate ao fracasso da educação brasileira passa pela necessidade de se trabalhar as questões subjetivas do professor nos cursos de formação, seja inicial, seja em serviço, além de considerar que a implementação de novas medidas educacionais através da elaboração de leis e deliberações devem se aproximar da escola real, concreta, vivenciada pelos profissionais que a fazem funcionar.

Palavras-chave: Prática docente, sentido da profissão docente, formação de professores.

VIII Congresso Nacional de Psicologia Escolar e Educacional
26 a 29 de Abril de 2007
ISSN 1981-2566

PROBLEMAS METODOLÓGICOS DA PESQUISA SÓCIO-CULTURAL ENTRE OS XAKRIABÁ

Carlos Henrique de Souza Gerken
Heron Laiber Bonadiman
Aline Galvão Lima
Felipe Dias

Pretende-se apresentar e discutir as opções e os principais problemas teórico-metodológicas da pesquisa realizada entre os Xakriabá, a partir do depoimento de três bolsistas de iniciação científica, que se dedicaram à investigação de três eixos temáticos que se articulam num todo. O primeiro visa aprofundar o conhecimento a respeito dos processos de produção e transmissão oral de conhecimentos, tomando como eixo a participação dos diferentes sujeitos em rituais e atividades culturais tradicionais dos Xakriabá. O segundo visa compreender de que maneira o processo de escolarização em curso dialoga com a cultura Xakriabá, resultando na construção de culturas singulares de sala de aula, e por fim, o terceiro que procurará mostrar de que forma a mulher participa das transformações culturais vividas pelos Xakriabá nos últimos anos, modificando tanto os cenários sócio-culturais e políticos mais amplos, quanto o processo de escolarização propriamente dito.

ISSN 1981-2566

PEDIR AJUDA: UMA ESTRATÉGIA DE APRENDIZAGEM DE ESTUDANTES DO ENSINO FUNDAMENTAL

Tania Maria Serafim
Evely Boruchovitch

Estratégias de aprendizagem são procedimentos utilizados pelos estudantes para adquirir melhor a informação. Desempenham um papel importante no rendimento escolar dos alunos, ajudando-os a melhor controlar os mecanismos de processamento da informação. Entre as estratégias de aprendizagem, a estratégia de pedir ajuda é considerada, pela literatura, como sendo muito importante e adequada para lidar com as diversas situações de aprendizagem, na medida em que proporciona a elucidação da dúvida e o desenvolvimento de outras habilidades. Ser capaz de solicitar ajuda é importante tanto para manter o interesse do aluno no conteúdo, bem como para evitar um possível fracasso escolar. Além disso, pedir ajuda envolve o processo de interação social em sala de aula, podendo os alunos que apresentam mais facilidade na aprendizagem orientar e ajudar os alunos com maiores dificuldades.O presente estudo teve por finalidade conhecer as estratégias de aprendizagem utilizadas por 40 alunos de ambos os sexos da 2ª e 4ª série do ensino fundamental de uma escola pública de Campinas. Os dados foram coletados mediante uma entrevista estruturada que visou investigar o uso de estratégias de aprendizagem por parte dos alunos em situações de: a) aprendizagem em sala de aula; b) estudo em casa e c) realização de tarefas escolares em casa. Os dados foram analisados qualitativamente por meio de análise de conteúdo, bem como por meio dos procedimentos da estatística descritiva e inferencial, examinando-se as relações entre as respostas mencionadas pelos participantes e a série escolar, idade e gênero.No que diz respeito à estratégia de aprendizagem pedir ajuda, observa-se que esta foi mencionada como estratégia a ser utilizada pelos participantes em 7 das 13 situações propostas. Os estudantes da 4 ª série mencionaram com maior freqüência o uso dessa estratégia. Parece que pedir ajuda é uma estratégia utilizada espontaneamente pelos alunos no início da escolarização e que se mantém com o avançar da escolaridade. Entretanto, encontrou-se também que estudantes relataram sentir vergonha de perguntar, comportamento este que não favorece a aprendizagem. Diferenças significativas foram encontradas em relação à série escolar, a idade e a estratégia de pedir ajuda, em duas situações: aprendizagem em sala de aula e realização do dever de casa. Em ambas questões, a estratégia de pedir ajuda foi mais utilizada pelos alunos da 4ª série. Parece que os alunos mais velhos e de escolaridade mais avançada preocupam-se mais em resolver dúvidas e compreender o conteúdo escolar. Diferenças de gênero no relato de estratégia de pedir ajuda não emergiram, sugerindo que meninos e meninas conheçam, reportem e, provavelmente, utilizem essa estratégia de forma semelhante. Considerando a importância da estratégia pedir ajuda no repertório dos estudantes, os dados obtidos são discutidos em termos se aprofundar os estudos sobre a mesma, visto que a literatura nacional ainda é muito escassa.

Palavras-chave: Pedir ajuda, estratégia de aprendizagem, ensino fundamental.

ISSN 1981-2566

PRODUÇÃO CIENTÍFICA DE 10 ANOS DA PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL

Lucicleide Maria de Cantalice
Katya Luciane Oliveira
Maria Cristina Rodrigues Azevedo Joly
Acácia Aparecida Angeli Santos

A revista Psicologia Escolar e Educacional, cuja entidade responsável é a Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE), comemorou dez anos de publicações da produção intelectual desse campo do saber. A revista em análise tem por finalidade divulgar o conhecimento de práticas e pesquisas originais e atuais no campo da Psicologia Escolar e Educacional. Ao lado disso, visa a uma ampliação das posições e um intercâmbio entre as diferentes perspectivas de atuação. A análise baseou-se em alguns critérios da metaciência, a saber, autoria, temática, discurso e análise dos tipos de avaliações. Foram analisados 21 números da revista Psicologia Escolar e Educacional, totalizando 136 artigos. Utilizou-se versões impressas dos periódicos, bem como versões disponíveis on-line, na página da ABRAPEE. Os itens pesquisados foram a quantidade e a média de volumes publicados por ano; a distribuição do tipo de trabalho (relato de pesquisa, relato de experiência, pesquisa documental, manuscrito teórico); a distribuição da produção por origem (sul, sudeste, norte, nordeste, centro-oeste, parcerias regionais, internacional e parcerias nacionais e internacionais); à natureza da autoria (individual ou múltipla) e o gênero dos autores; a quantidade e a distribuição por temas de avaliação; as palavras contidas no título do trabalho e número e escolaridade dos participantes; a classificação do tipo de instrumentos empregados nas avaliações. Os resultados evidenciaram que a Psicologia Escolar e Educacional aumentou o número de artigos publicados nos últimos cinco volumes, bem como manteve a regularização de sua periodicidade. A maior parte das publicações foi de pesquisas de campo, e a região sudeste foi a que apresentou maior número de trabalhos. Houve predominância da autoria múltipla e feminina. A diversificação das temáticas foi ampliada, havendo uma distribuição entre vários assuntos de interesse para a área. O nível escolar mais estudado foi o ensino superior e o menos focalizado nos artigos foi o ensino médio. Conclui-se que a produção divulgada no período revela o amadurecimento da área, mas aponta para alguns aspectos que poderão ser mais explorados em futuras publicações.

Palavras-chave: Pesquisa, produção científica, psicologia escolar.

ISSN 1981-2566

OS TENTÁCULOS DA VIOLÊNCIA E SEUS DESAFIOS À FAMÍLIA E À ESCOLA

Maria Clara Infante Pereira
Cristina Monteiro Barbosa

Resumo: A violência é tema corriqueiro nos jornais e nas conversas das pessoas que se aglomeram nas portas dos colégios aguardando as crianças, nas paradas de ônibus, nos consultórios médicos, nas esperas e entradas de doentes em hospitais, enfim, está presente no dia a dia.Funciona como conseqüência e agenciadora de uma complexa rede de acontecimentos nas esferas sociais, econômicas e políticas de nossa sociedade.Quando se pensa em refletir sobre esse tema, tomando a escola como referência, algumas particularidades podem ser analisadas. Tal como nos afirma Ronai Rocha[1], é necessário criar espaços de compreensão e investigação sobre, por exemplo, a violência na escola, com a escola ou da escola. Para tanto, torna-se necessário esclarecer: primeiro, o que estamos considerando como violência; segundo apresentar de que escola estamos tratando e como a família vem se situando aos pedidos de apoio e parceria empreendidos pela escola ou o contrário, como a escola tem se posicionado quando a família pede sua ajuda em relação à violência. O objetivo de nosso estudo é fazer algumas pontuações que possam contribuir para que família e escola, perpassadas e partícipes (de uma certa forma) da violência que tem assumido contornos assustadores, possam compreender o processo vivido e ao mesmo tempo criar novas possibilidades de diálogo e cooperação, que viabilizem alternativas concretas de lidar com o problema.Não é nossa proposta entrar no mérito da discussão que demarca a diferença ou não entre violência e agressividade.Nosso recorte, via psicanálise, situa a violência como "o emprego desejado da agressividade, com fins destrutivos. Esse desejo pode ser voluntário, deliberado, racional e consciente, ou pode ser inconsciente, involuntário e irracional. O objeto de sua agressividade não só é arbitrário como pode ser deslocado."(Costa, 2003:39)[2] Em um artigo "Freud, a lei e a violência,"esse mesmo autor afirma que Freud mostrou que a matriz da lei foi a ambivalência. Porque havia ambivalência houve culpa, e porque houve culpa a barbárie teve fim, com a integração dos excluídos ao nós da comunidade humana." (Costa, 2006:6)[3] Seria interessante perguntar como anda essa tal culpa, hoje em dia. Como as escolas e as famílias tem vivido ou imprimido esses limites, essas interdições que possibilitem esse sentimento do nós da comunidade humana.

A violência pode ser vista como uma tentativa de inscrição do sujeito num lugar social e merece um olhar atento e um tratamento que não seja o da exclusão.

Palavras-chave: Violência, escola, família.

[1] ROCHA, Ronai. A violência dramatiza ressentimento e os traz ao conhecimento público. Revista do GEEMPA. Rio Grande do Sul:7 julho de 1999
[2] COSTA, Jurandir F. Violência e Psicanálise. São Paulo: Graal, 2003
[3] COSTA, Jurandir F.Freud, a lei e a violência. O Globo: 6, 06 de maio de 2006

ISSN 1981-2566

PROJETO INTEGRAR: ESTREITANDO AS RELAÇÕES FAMÍLIA E ESCOLA

Lucianna Ribeiro de Lima
Liliane dos Guimarães Alvim Nunes
Cláudia Silva de Souza

A formação integral do aluno no que tange aos aspectos cognitivo, afetivo e ético tem sido uma das propostas de trabalho da Escola de Educação Básica da Universidade Federal de Uberlândia – ESEBA/UFU. No cotidiano escolar, os educadores se deparam com a responsabilidade de favorecer os processos de aprendizagem e de desenvolvimento de crianças e adolescentes, considerando a diversidade sócio-cultural de seu público. Muitos são os desafios a enfrentar no decorrer deste processo, onde a escola constata a importância do papel a ser desempenhado pela família no desenvolvimento e acompanhamento de seus filhos. Em contrapartida, na realidade brasileira, as condições sócio-econômicas da população tornam-se cada vez mais limitadas, exigindo das famílias uma sobrecarga de atividades remuneradas que garantam as mínimas condições de sobrevivência. Nesse sentido, os pais ou responsáveis pelos alunos têm solicitado e até outorgado à escola o papel de "formar" seus filhos, não somente no que se refere aos conhecimentos historicamente acumulados, mas também no que diz respeito aos valores morais. No decorrer do ano letivo de 2005, os professores de 3º ano do Ensino Fundamental, juntamente com a psicóloga/psicopedagoga responsável e a assessoria pedagógica da ESEBA se viram diante de algumas dificuldades que estavam interferindo na condução da proposta pedagógica da escola, tais como: indisciplina e ausência de limites, baixa motivação para as atividades escolares, conflitos nas relações interpessoais, acesso livre à Internet e outros meios de comunicação, imaturidade emocional para lidar com a precocidade do processo de desenvolvimento físico e afetivo-sexual, dentre outros. As questões supracitadas, assim como outros desafios vivenciados no cotidiano escolar assumem centralidade nas motivações que impulsionaram a equipe psicopedagógica da ESEBA a propor a constituição de uma comissão formada por pais e professores dos alunos das turmas do 4º ano do 2º Ciclo da Escola de Educação Básica da Universidade Federal de Uberlândia, cujo objetivo é contribuir com a promoção de debates e reflexões de temas desafiadores para as escolas e as famílias, além de proporcionar momentos de lazer e integração, visando estreitar as relações entre família e escola. Tal projeto tem a intenção de envolver família e escola na responsabilidade de educar os alunos, isto é, de refletir, de opinar, de intervir, em conjunto com o Setor de Apoio Psicopedagógico e Social (SEAPPS), a Coordenação Acadêmica para Orientação da relação aluno e professor (CARO ALUNO), os professores, sobre as dificuldades enfrentadas no cotidiano escolar e familiar, além da tomada de decisões conjuntas. Trata-se de um projeto piloto desenvolvido durante o ano letivo de 2006, cujos resultados alcançados apontaram para a necessidade de ampliação do trabalho para os anos subseqüentes, o que será efetivado em 2007 nas turmas de 4º e 5º anos do Ensino Fundamental.

Palavras-chave: Relações família-escola, desenvolvimento da criança e do adolescente, psicologia escolar.

ISSN 1981-2566

PSICODRAMA E EDUCAÇÃO: O FENÔMENO EDUCATIVO INTEGRADO

Ana da Costa Polonia

O psicodrama pedagógico objetiva o desenvolvimento e a estruturação de papéis, compreensão ou aprofundamento de conceitos, assuntos e facilitar o fluxo da espontaneidade, nos distintos espaços educativos. Ele pode ser definido como um método de investigação e intervenção das relações interpessoais, em grupo, num espaço intersubjetivo com a atuação efetiva de todos os integrantes do grupo no processo educativo é assegurada. Tem como principio o sujeito ativo, construtor de conhecimentos, transformador da realidade e agente de mudança social, fomentando a expressão dos sentimentos, idéias e percepções, empregando as mais diversas linguagens (desenho, colagem, dança, etc.). Trabalham-se situações-problemas, na busca de resoluções, sempre privilegiando a construção coletiva. A sua proposta é a de desenvolver uma visão integrada e compromissada dos atores sociais e pressupõe a troca de experiências, vivência grupal e proposições de situações reais ou simuladas que aliam recursos diversificados como jogos, atividades corporais, música, dramatização entre outros. Sobre trinômio conhecimento, experiência e grupo pode-se estabelecer discussões e reflexões sobre uma situação problema, como também trabalhar conteúdos novos, em um campo relaxado. Quanto à seleção dos conteúdos e das técnicas a serem empregadas, é importante observar que elas devem estar alinhadas com os objetivos e metas do trabalho, esclarecendo os objetivos das atividades propostas e reservar um espaço para que os participantes possam compartilhar sentimentos, percepções e descobertas. No final das atividades é necessário que o diretor/facilitador possa realizar um processamento do que aconteceu, observando a dinâmica do grupo e dos participantes que têm como objetivo a melhoria das relações grupais e ampliação do conhecimento/conteúdo selecionado. No espaço educacional, o psicodrama pedagógico permite atuar em situações diversificadas como nas áreas de dificuldades de aprendizagem, formação de professores, dinamizando encontro de pais, potencializando condições de ensino-aprendizagem, por meio de recursos diversificados.O objetivo dessa apresentação é discutir e refletir sobre as diversas linguagens que fomentam o processo de ensino-aprendizagem, bem como analisar as relações professor-aluno e conteúdo, destacando uma abordagem diferenciada, no tocante a postura do professor e dos alunos como sujeitos construtores da aprendizagem e interventores, em sua realidade. Nesse sentido, as situações devem oportunizar a emergência do sujeito espontâneo e criativo, nas relações interpessoais. A primeira parte da apresentação serão discutidos os conceitos de psicodrama e psicodrama pedagógico, caracterizando o seu emprego e objetivo no âmbito educacional e as suas perspectivas no tocante ao processo de ensino-aprendizagem. Na segunda, como estruturar situações, em sala de aula, preparando os alunos e professores para lidar com o conteúdo, a avaliação e as estratégias empregadas para o desenvolvimento das atividades de maneira criativa e participativa. No terceiro, a postura e ação pedagógica do professor, de forma a propiciar uma condição de aprendizagem diversificada e também prazerosa, no cotidiano escolar. O psicodrama estabelece a combinação da atividade em grupo, desenvolvida num clima de jogo e liberdade, articulado no plano dramático ou teatral. Isso possibilita ações preventivas, sendo possível construir conceitos e treinar papéis com o psicodrama pedagógico, por meio do recurso dramático, na reconstrução das experiências individuais, em situações coletivas, no aqui e agora.

Palavras-chave: Psicodrama, educação, estratégias.

ISSN 1981-2566

OUSAR BRINCAR NA ESCOLA

Mário Sérgio Vasconcelos

Esse estudo tem por objetivo destacar, sob a perspectiva da psicologia, a importância de algumas funções do brincar que podem ser observadas e valorizadas pelos educadores no cotidiano escolar. Organizamos nossos apontamentos considerando que: a) o brincar é desenvolvimento e promove a aprendizagem; b) o brincar é aprendizagem e promove o desenvolvimento; b) o brincar preenche necessidades da criança; c) as representações simbólicas permitem a elaboração afetiva; d) o brincar permite conhecer a realidade; f) os jogos preparam para a convivência democrática. As reflexões que faremos resultam de trabalhos que desenvolvemos, desde 2000, junto ao Grupo de Pesquisa Psicologia Construtivista e Educação (CONE), vinculado ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Faculdade de Ciências e Letras de Assis. São reflexões que estão baseadas na análise crítica da literatura produzida nas principais revistas de psicologia e educação, no Brasil, nos últimos cinco anos, bem como em observações com crianças e pesquisa/intervenção que fazemos, desde 1999, sobre o desenvolvimento de atividades interativas no brincar de crianças hospitalizadas. Pensamos que as funções destacadas justificam sua incorporação e valorização no imaginário do contexto educacional e escolar. Nossos argumentos indicam a necessidade de se pensar numa escola empenhada em superar exclusões e mitos históricos que têm marcado olhares e práticas no cotidiano escolar que vêem a escola apenas voltada para o caráter instrucional. Trata-se de produzir representações e projetos que possam ir ao encontro das necessidades simbólica e lúdica próprias do desenvolvimento e aprendizagem humana. Propomos criar possibilidades para que o ser humano seja um construtor de novidades e possa exercer as potencialidades de seu processo criativo. Como fazê-lo, é uma tarefa outorgada aos educadores e educadoras que almejam por uma educação mais alegre e formadora.

ISSN 1981-2566

PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO: UM DIÁLOGO NECESSÁRIO PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA ESCOLA INCLUSIVA

Miriam Aparecida Graciano de Souza Pan
Marlon Reikdal
Germano Manoel Pestana
Maiana Jugend

Este trabalho apresenta resultados parciais da pesquisa "Práticas de Letramento e Processos Subjetivos: um estudo sobre exclusão escolar" desenvolvida no Núcleo de Psicologia, Educação e Trabalho da Universidade Federal do Paraná. Tem por objetivo teórico articular conceitos referentes aos processos subjetivos, letramento escolar e práticas de exclusão; promover o questionamento sistemático, crítico e criativo entre pesquisadores, estagiários, professores e alunos acerca dos problemas do cotidiano e das práticas instituídas geradoras de exclusão; construir um manual de orientação ao educador com vistas a subsidiar metodologias institucionais de inclusão. A pesquisa possui um caráter de investigação e intervenção que se enquadra em um modelo de pesquisa-ação. Sua peculiaridade é cunhada pela perspectiva teórico-metodológica, a qual elege como objeto de análise e de intervenção a produção de sentidos no cotidiano escolar e os processos subjetivos decorrentes. Tem como instrumentos análise documental, entrevistas e seminários com professores e demais profissionais envolvidos e oficinas de arte. O projeto teve início em 2005 quando foi realizado o primeiro seminário, com a presença de 70 participantes, entre professores, pedagogos, coordenadores e diretores de escolas públicas de Curitiba. Deste primeiro momento foram selecionadas 5 escolas, com as quais atuou ao longo do ano. Envolveu 83 professores, 20 funcionários e ouviu mais de 600 crianças entre entrevista e oficinas de arte, que possibilitaram diferentes formas de expressão e presentificação do sujeito em atividades que se utilizaram de desenhos, pinturas, música, teatro, jogos e literatura, contemplando temas como: identidade, alteridade, cooperação, regras, diálogo e letramento. Em 2006 foi realizado o segundo seminário com a presença de 90 participantes. Deste, foram selecionadas três instituições, além de duas escolas convidadas a dar continuidade ao trabalho, totalizando 5 instituições onde o projeto está atuando e proporcionando novos dados para análise. A partir do primeiro ano em que a pesquisa foi desenvolvida pode-se afirmar, através das análises discursivas, que se faz uma representação unânime em relação as crianças que não correspondem ao modelo ideal de aluno, recaindo sobre elas a denominação de "alunos-problema" e a culpa pelo fracasso escolar. Os sentidos atribuídos ao fracasso escolar produzem como efeitos a culpabilização e a patologização da criança, revelando-se como formas veladas de exclusão. Com isso, outro discurso relevante se manifesta – o do psicólogo como solução para esse "problema"- através da proposição de ações que enquadrem, adaptem ou consertem esses sujeitos desviantes. Conclui-se que novos cenários educacionais precisam ser delineados, convocando os envolvidos a uma análise cuidadosa dos processos subjetivos deles decorrentes pois as práticas institucionais de padronização, seriação e normalização que as escolas têm apresentado são identificadas como geradoras de sofrimento psíquico e exclusão. As instituições se mostram incapazes de lidar com as diferenças e, portanto, são incompatíveis e até contraditórias às políticas educacionais inclusivas.

Palavras-chave: Processos subjetivos, inclusão/exclusão escolar, educação inclusiva.

ISSN 1981-2566

PSICÓLOGO ESCOLAR; DEFININDO UMA IDENTIDADE

Claudio Ramos Peixoto
Maria Olimpia Oliveira

Esse trabalho vem sendo desenvolvido pelo grupo de pesquisa Psicologia e Educação, na Universidade Severino Sombra, com a participação de cinco alunos da graduação do curso de Psicologia, sob minha orientação.Assim que foi criado o Serviço-Escola de Psicologia (2005) surgiu a supervisão em Psicologia Escolar. Após período de estudo teórico, ao iniciarmos o atendimento psicopedagógico, o grupo constatou que muitas das crianças não careciam de um atendimento extra-escola na medida que apresentavam um desenvolvimento cognitivo e sócio-afetivo condizentes a suas idades e suas realidades sócio-culturais.Os problemas deaprendizagem deveriam ter outras origens.Ampliamos nosso foco de estudo para alcançar as reais causas dessas dificuldades que tanto afligem crianças, pais e educadores na caminhada da escolarização. Nos debruçarmos sobre as escolas, principal espaço em que o processo se efetua. Criamos uma parceria com a SME/VASSOURAS a fim não só de fornecer elementos fundamentais para que as escolas conheçessem seus alunos, bem como de fichas de encaminhamento para "alunos-problema", mas, principalmente, de disponibilizar estagiários para atuação em escolas com o intuito de atuando junto aos profissionais destas, avaliar situações e criar estratégias de ação para uma educação verdadeiramente inclusiva para a transformação. Antes de completarmos um ano com essa parceria, novo pólo se abriu para nós: SME/MENDES. Lá estamos iniciando um processo de triagem/atendimento com alunos.Frente a esse triângulo –atendimento no SEP, parceria com a SME/VASSOURAS e parceria com a SME/MENDES- consideramos ser importante analisarmos qual a concepção dos profissionais da rede pública de nossa região sobre o papel da Psicologia na Educação , mais precisamente, o do psicólogo escolar, e que espaço tem sido a eles concebido. Propusemo-nos a investigar tais visões, buscando compreender como elas se expressam no dia a dia das unidades escolares, ou através do viés psicologista ou através do viés mediador e como um ou outro pode interferir na formação (ou não) de cidadãos brasileiros.Pretendemos na presente investigação focalizar como está delineada a atuação do psicólogo escolar na rede pública em municípios da região centro-sul fluminense, desde o ano de 1996, quando foi sancionada a nova LDB, procurando identificar que face da relação Psicologia-Pedagogia serve como parâmetro para tal demarcação, nas instâncias determinantes das políticas educacionais (secretarias de educação) e nos lócus em que tais orientações se concretizam (escolas). Tencionamos investigar se ainda perpassam no ideário e práticas docentes da rede pública concepções psicologistas da educação ou se os profissionais educadores a ela vinculados compreendem a Psicologia Escolar como elemento mediador entre os saberes psicológicos e os saberes e práticas pedagógicos. Com essa perspectiva esperamos demonstrar como a imbricação Psicologia-Educação pode ser reducionista-conservadora e, simultaneamente, sinalizar a necessidade de que se a compreenda como uma inter-relação tributária de uma práxis pedagógica progressista. Concluímos a primeira etapa do trabalho analisando as intervenções realizadas pela equipe de Psicologia Escolar em três escolas, simultaneamente ao estudo teórico. Agora iniciamos a investigação das relações entre saberes psicológicos e educação estabelecidas nas políticas educacionais dos municípios. Posteriormente, confrontaremos os discursos das secretarias com as realidades escolares e as concepções psicológicas neles embutidos.

Palavras-chave: Educação, psicologia escolar, políticas educacionais.

ISSN 1981-2566

PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL EM BUSCA DE NOVAS PERSPECTIVAS

Marilene Proença Rebello de Souza

A área de Psicologia Escolar e Educacional é uma das áreas de pesquisa e de atuação profissional no campo da Psicologia tradicionalmente presente na história dessa ciência no Brasil. Do ponto de vista histórico, a Psicologia Escolar e Educacional permaneceram como campos distintos até muito recentemente: a primeira como o campo da prática profissional e a segunda enquanto área de pesquisa em Psicologia. Essa dicotomia passou a ser questionada por uma perspectiva crítica que considerava que teoria e prática são elementos indissociáveis na constituição de uma ciência dita humana. As discussões advindas da década de 1980 passaram a repensar a tarefa do psicólogo, defendendo a necessidade de mudança nos referenciais teóricos na compreensão das questões escolares, com vistas a promover o desenvolvimento de práticas pedagógicas de melhor qualidade. Esse movimento de crítica, fortaleceu-se no campo da Psicologia Escolar e atualmente podemos considerar que temos, no Brasil, um conjunto de trabalhos de intervenção e de pesquisa que: a) rompe com a culpabilização das crianças, adolescentes e suas famílias pelas dificuldades escolares; b) constrói novos instrumentos de avaliação psicológica e de compreensão da queixa escolar; c) articula importantes ações no campo da formação de professores e de profissionais de saúde. É possível afirmar que de fato se constitui uma corrente crítica no campo da Psicologia Escolar, considerando-a como área de estudos da Psicologia, de atuação e de formação do psicólogo que busca compreender o fenômeno educacional como produto das relações que se estabelecem no interior da escola. Escola essa atravessada pelas políticas educacionais, pela história local de sua constituição enquanto instituição e enquanto referência educacional e de aquisição de conhecimento, pelos sujeitos que a constituem e nela se constituem. A Psicologia se amplia para sua dimensão educativa e passa a se fazer presente nos mais diversos campos educacionais: na área da Criança e do Adolescente, atuando com projetos de inclusão social, planejamento de ações comunitárias e sociais, de ação junto a jovens em liberdade assistida; em programas na área do idoso, prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e DST/AIDs, no campo de programas governamentais e não governametais de formação de educadores, nos órgãos de Controle Social, Fóruns Estaduais e Nacional, dentre outros. Mas essa ampliação no campo de atuação na direção da Educação, não poderá se fortalecer se juntamente com ela não vierem as bases teóricas para a construção de uma prática de fato informada, qualificada e crítica. Precisamos trabalhar estar sempre atentos para responder às finalidades do trabalho que vimos desenvolvendo, discutindo e analisando por que e para que realizar uma determinada intervenção ou ação, sob pena de nos transformarmos em animadores ou educadores sociais ou técnicos qualificados, perdendo as especificidades do conhecimento psicológico a serviço da educação.

ISSN 1981-2566

PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO: MECANISMOS DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Claudia Gomes

A crise educacional que atravessa e enrijece as escolas atualmente, com a desestabilização e rompimento de ações educacionais já há muito desenvolvidas, deve ser assumida como extremamente propícia para o desenvolvimento de novas práticas reflexivas, no direcionamento e na busca de novas certezas e posturas, de novas ações que sejam compatíveis não só aos tão divulgados aspectos legais e jurídicos que respaldam a ação educacional. E assim, direcionar nossas instituições escolares ao encontro aos fatos complexos que as regulamentações orgulhosamente asseguram, é construir uma nova vertente de atuação, não apenas determinadas, mas fundamentalmente determinantes, na busca e compreensão dos discursos, significados, aspirações, idealizações tão singulares nos agentes humanos envolvidos. Ao enfocar-se o redirecionamento das práticas educacionais em nosso país incide acima de tudo na orientação das políticas educacionais orientadas por novos interesses sociais e políticos, com a escolha de outros conteúdos e o cumprimento da escola de outras funções. Para tanto se torna essencial que todos os profissionais da educação, prioritariamente, professores e psicólogos escolares se conscientizem desses processos seletivos e adquiram consciência critica que permita acolher, discutir e compreender outros saberes. É acima de tudo, enfatizar as motivações e as determinações, os interesses sociais, políticos e ideológicos que configuram a construção social da Educação e de nossas escolas, dos conteúdos que transmite, dos paradigmas que emprega. O direcionamento crítico da Educação nos remete as relações de educação e sociedade, as estruturas de poder, de reprodução e de exclusão. Alertando-nos para o fato, de que o conhecimento escolar, não deve ser, uma reprodução neutra da realidade, mas que deve estar, necessariamente, a serviços de todos, sobretudo, dos excluídos. No entanto, enquanto estes profissionais não forem reconsiderados como sujeitos construtores e singulares, dotados de crenças, desejos, frustrações e afetos, não poderão a assumir o papel de educar a todo e qualquer aluno, modificando e redirecionando sua prática profissional, para ações mais igualitárias, e desta forma, a instituição escolar continuará reproduzindo o círculo cruel da diferenciação e exclusão dos alunos. Entretanto, vale ressaltar, que estes redirecionamentos das práticas educacionais, não ocorrerão com instrumentalização da proposta inclusiva, como tão bem divulgada, porém, extremamente, ineficiente, ao vir considerar agentes profissionais, senão como reprodutores sem dar-se conta que os sentidos subjetivos, partem de uma organização singular que impulsionará ou não a tão divulgada busca por novas posturas profissionais e a efetivação de uma escola de qualidade para todos. Somente seus sentidos singulares que direcionarão posturas na construção e desenvolvimento de uma escola inclusiva aos alunos indistintamente.

Palavras-chave: Inclusão, professores, subjetividade.

ISSN 1981-2566

PSICOLOGIA EDUCACIONAL E PSICOLOGIA SÓCIO-HISTÓRICA: SUAS POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES PARA NOVAS PRÁTICAS NO ÂMBITO DA PSICOLOGIA COMO CIÊNCIA E PROFISSÃO.

Emmila Di Paula Carvalho dos Santos

Este estudo foi desenvolvido com base em pesquisa anteriormente desenrolada sobre as possibilidades de atuação do psicólogo na cidade de São Desidério, interior da Bahia; os resultados apontando para a necessidade de atuação do psicólogo educacional no âmbito de tal urbe e os interesses particulares da pesquisadora pela área da Psicologia Educacional e pela Psicologia Sócio-histórica fizeram com que esta pesquisa se consolidasse. O presente trabalho objetiva destarte, propor estratégias de intervenção na área de Psicologia Educacional para a referida cidade, apoiando-se em pressupostos da Psicologia Sócio-histórica destacando-a como perspectiva eminentemente crítica e necessária à otimização da Psicologia como ciência e profissão. Para tanto se desenvolveu um estudo bibliográfico de caráter analítico-reflexivo, apoiando-se num referencial teórico sólido que possibilitou reunir informações sobre um histórico breve da Psicologia, da área da Psicologia Educacional e da educação brasileira, e sobre a Psicologia Sócio-histórica o que permitiu destacar estratégias de atuação profissional da área da Psicologia Educacional, voltadas à criticidade e à vislumbração dos contextos social e histórico em que emergem as relações estabelecidas no ambiente escolar.Destacou-se a necessidade de se apoiar na realidade histórica e social da educação brasileira, bem como na realidade atual da mesma, para se traçar caminhos que possibilitem olhar a educação como instrumento que serve aos interesses da sociedade capitalista, configurando-se, por conseguinte como acentuadora das diferenças de classes; porquanto perceber tais pontos é de importância mister para transcender as crises observadas no âmbito da educação brasileira. Pelo estudo desenvolvido se observou ser preciso também, desvincular a Psicologia das perspectivas naturalizantes que pregam que o aluno desenvolve seu potencial de acordo com seu próprio esforço podendo galgar degraus sempre que quiser, o que acaba por diminuir a responsabilidade histórica, política e social pelas crises da educação ou pelo fracasso escolar e pela evasão.Ainda, enfatizou-se como fundamental vislumbrar a escola como determinada e determinante da sociedade, assim sendo, afirmou-se que a escola se constitui por meio de uma relação dialética entre todos os atores sociais envolvidos no processo educacional e na realidade social da educação. Além disso, enfatizou-se ser necessário superar a idéia de patologização da pobreza, colocando-a como responsável pelo fracasso do aluno ou da instituição escolar. Por fim, várias propostas de intervenção foram destacadas através deste estudo, que conseguiu abarcar uma quantidade suficiente de informações que possibilitaram entender alguns aspectos relevantes para promover uma atuação crítica na área de Psicologia Educacional, voltada à modificação da realidade da educação brasileira e à minimização das crises tão presentes no cotidiano da educação no Brasil.

Palavras-chave: Psicologia educacional, psicologia sócio-histórica, educação brasileira, criticidade.

ISSN 1981-2566

PSICÓLOGO ESCOLAR: TRAÇANDO UM PERFIL DA SUA ATUAÇÃO

Mônica F. B. Correia
Geovana Camargo Vargas

A literatura traz indefinições na função do psicólogo escolar ou atuações cujo foco mantém-se no aluno ("problema"). Propostas atuais sugerem como ponto de partida a análise institucional, indicadora das reais necessidades do contexto e orientadora na elaboração de projetos de intervenções. A necessidade comum e a direção para a atuação deste profissional tem sido a mediação de conhecimentos entre a Psicologia e o cotidiano escolar, especialmente no que concerne a aprendizagem e desenvolvimento. Considerando aquelas indefinições e contrapondo-as a tais propostas, acredita-se que a atuação do psicólogo neste cenário não tem contribuído relevantemente ou utilizado todo seu potencial, o que resulta da própria falta de consciência tanto do psicólogo como dos outros componentes da comunidade escolar das suas reais possibilidades. Considerando estudos que demonstram um trabalho focado predominantemente no aluno, a presente investigação objetivou construir um perfil deste profissional quando inserido na escola, analisando a atuação junto ao processo educativo e o que se espera desta do ponto de vista de profissionais não-psicólogos e estudantes. A amostra foi composta por 43 profissionais e 178 estudantes, de sete escolas públicas e particulares de médio/grande porte da cidade de João Pessoa - PB. Para tanto foram elaborados dois instrumentos: uma entrevista semi-estruturada com roteiros diferenciados para cada profissional, que indagava acerca do trabalho realizado pelo psicólogo e das atividades desempenhadas por eles; e um questionário aplicado com os estudantes, que tratava dos mesmos aspectos do primeiro instrumento. Os resultados, em geral, apontaram para uma prática focalizada no individual em detrimento de uma intervenção junto ao processo educativo. Tal exercício dos psicólogos vem demonstrar o desconhecimento das reais possibilidades de atuação, uma vez que a Psicologia é requisitada como forte contribuinte no fornecimento de conhecimentos relevantes para a atuação daqueles que trabalham no cotidiano escolar. Outra questão de ampla importância ficou evidenciada: a inexistência de um trabalho em equipe. Além disso, os profissionais não têm entendido as teorias nas quais dizem se fundamentar, o que indica a necessidade da intervenção do psicólogo como "capacitador" destes profissionais, já que ele pouco foi apontado como tal. O desconhecimento da existência de psicólogos na escola, pelos estudantes, foi representativo, especialmente nas escolas públicas. Este dado leva à discussão de que trabalho, de fato, estaria sendo desempenhado por este profissional, uma vez que, nestas mesmas instituições públicas, respostas demonstraram não estar ocorrendo de forma satisfatória – diferentemente do ocorrido nas escolas particulares. Poucas foram as diferenças entre escolas públicas e particulares no que concerne à atuação do psicólogo. Entretanto, nas escolas particulares apareceram intervenções, apesar de em menor número, junto ao processo educativo, no sentido de favorecer a eficiência da relação ensino-aprendizagem e do processo de construção do saber. A presença do psicólogo na vida escolar estudantil teve maior importância, também, nas instituições particulares, reflexo do desconhecimento da existência deste profissional por grande parte dos alunos de colégios públicos. Os resultados encontrados denotam consonância com a literatura existente na área de Psicologia Escolar, ou seja, de uma atuação individualizada em detrimento do processo ensino-aprendizagem.

Palavras-chave: Psicologia escolar e educacional, atuação do psicólogo, contexto escolar.

ISSN 1981-2566

REFLEXÕES SOBRE A AUTORIDADE E A CRISE NA EDUCAÇÃO: AS CONTRIBUIÇÕES DE HANNAH ARENDT

Maria Carmen Euler Torres
Marta Xavier Fadrique
Lucia Castro

Neste trabalho pretendemos dialogar com Hannah Arendt quando ela trata de uma intensa reflexão sobre as relações atuais entre a educação e a política, campos tão controversos, especialmente diante da difundida idéia de que se encontram "em crise". Arendt procura pensar sobre os riscos que a educação das crianças tem sofrido quando esses campos – política e Educação – se encontram misturados.Para Arendt infância e política devem estar colocadas em campos opostos quando para nós Educação e Política estão imbricadas. Esta perspectiva permite olhar para as crianças como sujeitos políticos, reconhecidos em seu falar e agir.No livro Entre o Passado e o Futuro (2005), a autora procura descobrir as origens da crise, sua configuração atual e os efeitos dela para as novas gerações. Ao nomear uma crise na educação, e não da educação, Arendt nos fala de outras origens para os conflitos que daí surgem. De qualquer maneira, ressalta que uma crise, qualquer que seja, nos oferece a oportunidade única de quebrar com idéias e preconceitos que sustentam o senso comum - as respostas que tínhamos já não servem, e assim nos vemos obrigados a reformular as questões. Uma das idéias trazidas pela autora é a da natalidade: o "o fato de que seres nascem para o mundo"(2005 p. 223), o que metaforicamente representa a característica do ser humano de inaugurar algo novo.Neste sentido, entra a grande questão de Arendt e que, para nós se configura como um ponto precioso para as discussões a respeito da educação na contemporaneidade e a sua crise: o conflito entre o novo e o velho. Em outras palavras, as relações entre crianças e adultos e aquilo que cada um desses grupos representa.Se por um lado os adultos representam os guardiões de um conhecimento acumulado, de uma tradição, não podem se fechar àquilo que trazem as novas gerações: a novidade, o que põe em discussão justamente o que foi trazido pelas gerações mais velhas.Neste conflito, a escola se coloca como um palco de disputas e possibilidades de negociações entre crianças e adultos e, também neste contexto, reivindicamos para a criança um lugar de legitimidade.Segundo Arendt o lugar político, legitimado e reconhecido, só pode se dar entre iguais e, em sua visão moderna de pensar a educação e a política, as crianças ainda não estariam preparadas para esse exercício político. Também a escola e a família são espaços de exercício de uma autoridade legítima que se estabelece dos adultos em relação às crianças.Sem entrar em conflito com o pensamento arenditiano, mas tentando ampliar suas discussões procuramos discutir portanto, como pensar a criança como sujeito político, com possibilidades de atuação efetiva sem tirar do adulto– ou talvez até mesmo trazendo de volta - seu lugar de autoridade que representa a tradição e o conhecimento acumulado pela experiência.

Palavras-chave: Política, autoridade, crise na educação.

ISSN 1981-2566

RELAÇÃO PROFESSOR-ALUNO E O AJUSTAMENTO DE ALUNOS NA ESCOLA

Ana Paula Casagrande Silva
Gabriela Pavarini
Gabriela Gonzales Mezzacappa
Bárbara Kolstok Monteiro
Hellen Luiza Meireles Silva
Marília Bueno
Camila Negreiros Cômodo
Dorival Pereira dos Santos-Junior
Victor Kaiser Lee
Leilane Cristine Krutzfeldt
Andresa Molina dos Santos
Renata Aparecida Franco
Gustavo Matsunaga
Thaisa de Carvalho Jauode
Tânia de Rose

Atualmente, no estudo da relação professor-aluno, são reconhecidos os avanços teóricos e metodológicos advindos de uma perspectiva desenvolvimental e de contribuições das áreas de desenvolvimento sócio-emocional e do apego. As investigações destacam o entendimento do papel da base segura para o aluno, o tom afetivo e a percepção da eficácia do trabalho do professor como dimensões relevantes e definidoras da qualidade da relação. Evidências sugerem vínculos entre a qualidade da relação professor-aluno e o ajustamento de alunos de risco na escola. O presente projeto teve como objetivos: verificar variações na qualidade da relação entre professores e alunos de risco em termos de base segura/ apoio sócio-emocional, tom afetivo e eficácia do professor; averiguar associações entre a qualidade da relação professor-aluno e o ajustamento acadêmico, social e comportamental dos alunos. Foram participantes oito professores, dez alunos de risco que freqüentavam as quatro primeiras séries do Ensino Fundamental de uma escola pública e os pais desses como informantes. Para avaliar a relação professor-aluno foram aplicadas as versões para professores e para alunos da Entrevista Relação Professor-Aluno proposta por Pianta. As respostas foram analisadas com base nos critérios estabelecidos no manual, sendo obtidos escores para cada uma das dimensões. Os altos escores referiam-se à presença dos elementos definidores das dimensões. Para análise do ajustamento na escola foram utilizados: os itens referentes à competência acadêmica e social do CBCL e TRF, além das versões para os professores e pais do Questionário de Capacidades e Dificuldades (SQD) que avaliam quatro problemas comportamentais e comportamentos pró-sociais. As percepções dos professores sobre as relações com os alunos evidenciaram baixa ênfase ao apoio emocional/afetivo e um preponderante apoio acadêmico. As relações com três alunos caracterizaram-se pela obtenção de altos escores para três dimensões e médios escores nas demais, podendo ser consideradas como apoiadoras e positivas; as relações com cinco alunos obtiveram escores médios para as cinco dimensões positivas, sendo menos nítidos os aspectos protetivos; as relações com dois alunos tiveram baixos escores, indicando a ausência das dimensões positivas e uma qualidade comprometida. As percepções dos alunos acerca da relação com os professores mostraram que a maioria apontou como ações dos professores por eles apreciadas as relacionadas à área acadêmica. Quanto às ações dos professores menos apreciadas, 40% indicaram as relacionadas à área sócio-emocional. Ademais, 80% dos alunos demonstraram perceber o apoio dos professores como exclusivamente de natureza acadêmica. A maioria dos alunos apresentou resultados negativos nas áreas acadêmica, social e comportamental, indicando um ajustamento não adaptativo. O aproveitamento acadêmico e envolvimento nas tarefas mostraram-se abaixo da média, sendo para 60% dos alunos acentuadamente insatisfatórios. 80% dos alunos apresentaram de forma acentuada três ou quatro problemas comportamentais e comportamentos pró-sociais insatisfatórios. Os problemas mais freqüentes foram de conduta e hiperatividade. Os sintomas emocionais foram menos freqüentes. Os dados obtidos ressaltam a importância do aprimoramento da qualidade da relação professor-aluno como uma condição fundamental para o favorecimento do processo de ajustamento dos alunos na escola.

Palavras-chave: Relação professor-aluno, ajustamento escolar, apoio sócio-emocional.

ISSN 1981-2566

RE-SIGNIFICANDO A ESCOLA: A FALA DOS ALUNOS EM QUESTÃO

Záira Fátima de Rezende Gonzalez Leal

O processo de escolarização é fundamental para a humanização dos indivíduos, segundo os pressupostos da Psicologia Histórico Cultural. Segundo essa teoria, a escola deve contribuir para o desenvolvimento das funções psicológicas superiores, como a atenção voluntária, memória, planejamento, que são aquelas tipicamente humanas. Essas funções desenvolvem-se nas relações com os outros homens, através da apropriação do conhecimento científico, permitindo a tomada de consciência acerca da realidade. No entanto, a questão que nos é colocada é que a educação escolar tem apresentado dificuldades em garantir essa apropriação, dificultando o processo de humanização, não garantindo o desenvolvimento ao máximo das possibilidades do indivíduo. Um traço comum presente na fala de educadores das escolas públicas, principalmente as periféricas, expressa preconceitos e estereótipos em relação aos alunos das camadas mais baixas da população. De certa forma, o que se percebe na fala dos alunos é uma concordância com os educadores, reproduzindo aqueles estereótipos e preconceitos expressos por esses, demonstrando uma internalização destes preconceitos. Isto se apresenta, no entanto, de forma paradoxal, pois ao mesmo tempo que os alunos demonstram assumir os estereótipos atribuídos a eles, mostram também discordância em relação a isso, reafirmando suas possibilidades e capacidades e realizando cobranças em relação ao que a escola lhes deve oferecer quanto ao conteúdo. Nas sociedades letradas é a escola que garante a apropriação do capital cultural produzido e acumulado historicamente pelos indivíduos, sendo instrumento fundamental na humanização do indivíduo. Há, no entanto, um distanciamento entre a função social da escola, seu significado social e o sentido pessoal que ela adquire para o indivíduo, pois a função de apropriação do conhecimento e desenvolvimento da consciência crítica não tem sido possibilitadas por ela. Torna-se necessário, pois, que o significado social da escola se aproxime do sentido pessoal que ela adquire para o indivíduo para que a humanização se efetive. Quando um aluno diz "vou na escola pra comer, sem direito a lazer, estudar nós não gostamos" ou "somos assim, não queremos brigar, nem te machucar, mas essa escola tem que melhorar", ele demonstra seu descontentamento com a forma como essa instituição está se apresentando a ele e, ao mesmo tempo, seu desejo de que o papel ou função da escola seja efetivado em seu cotidiano. Se o indivíduo fica impossibilitado de apropriar-se de conhecimentos que possibilitem sua auto-construção, no processo de objetivação e apropriação que caracterizam a humanização, ele se torna alienado e sem condições de emancipação, elementos que deveriam ser possibilitados pela educação escolar.

Palavras-chave: Psicologia histórico cultural, humanização, educação escolar.

ISSN 1981-2566

RESGATANDO UMA ESTÓRIA EM CONSTRUÇÃO: GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISA EM PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO/UFMS

Sônia Urt
Marly Teixeira Morettini

O GEPPE (Grupo de Estudos e Pesquisa em Psicologia e Educação) possui um caráter institucional, integrando professores e acadêmicos da UFMS e outras Instituições Universitárias e profissionais da educação de órgãos públicos e particulares de Campo Grande (MS) e outras cidades do interior do estado e está vinculado ao programa de Pós-Graduação em Educação (Mestrado e Doutorado) da UFMS. Movido pela necessidade de se discutir as questões que envolvem a relação da Psicologia com a Educação, é que se criou o GEPPE, em março de 1999, com o objetivo de discutir questões que têm como denominador comum, as reflexões acerca da Psicologia, na Educação e na Pesquisa. Desses estudos, resultou a organização de um Ciclo de Debates: "Em questão as abordagens psicológicas na Educação e na Sociedade", realizado durante o mês de novembro do mesmo ano, promovido pelo Mestrado em Educação da UFMS e que reuniu estudiosos da área, de outras Instituições Superiores do País. Esse evento configurou-se como conseqüência das discussões que o referido grupo de professores e alunos vinham desenvolvendo, e tendo, como ponto de partida, a concepção de que a relação da Psicologia com a Educação deve ser compreendida através das suas conformações históricas e sociais, que supere o viés "psicologizante", cristalizado nas práticas educativas. Como consolidação dessas tarefas, e com o objetivo de socializar o que vinha sendo refletido e realizado, o grupo aceitou o desafio de produzir e veicular o que estudou acerca da Psicologia e da Educação. A partir dessa convicção é que se publicou o livro "Psicologia e Práticas Educacionais", em 2000, reunindo trabalhos do Grupo, e de professores de outras instituições tendo como foco as reflexões acerca da Psicologia, principalmente da matriz Histórico-Cultural. Este livro está com a edição esgotada. Como fechamento dos trabalhos nesse final de ano foi realizado um Seminário, aberto ao público, para discutir o que o grupo vem pensando e produzindo, além de tentar possíveis articulações com outros trabalhos realizados. O objetivo foi apresentar e discutir os trabalhos de pesquisa realizados na área da Psicologia e suas relações com a Educação, bem como, pontuar as questões teórico- metodológicas acerca da Pesquisa em Educação e Psicologia. O seminário foi realizado no dia 30 de novembro de 2000, no Anfiteatro do CCHS/UFMS, em Campo Grande- MS. Como síntese de todo o trabalho durante o ano de 2000, o Grupo de Estudos e Pesquisa em Psicologia e Educação/MS apontou a necessidade de se entender e estudar os fundamentos psicológicos na Educação a partir dos autores/teóricos ("clássicos") que expressam essa Sociedade, contrapondo-se aos teóricos de uma chamada Psicologia mais "Crítica". Foi dentro dessa perspectiva que se direcionou o trabalho do Grupo no ano 2001e nos seguintes gerando vários projetos de pesquisa. pesquisas na área, em nível nacional..O Grupo realiza sua programação por semestre, o que vem também facilitando a avaliação e o redirecionamento das propostas, realiza reuniões regulares de estudos e pesquisas e lançou no ano de 2005 o segundo livro.

Palavras-chave: Grupo de pesquisa, psicologia e educação, memória.

ISSN 1981-2566

"SENTIDOS PRODUZIDO POR PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL ACERCA DA INCLUSÃO ESCOLAR EM UMA CIDADE DO VALE DO JEQUITINHONHA".

Agnes Maria Gomes Murta

Pesquisa realizada na cidade de Diamantina/MG, que teve como objetivo analisar os sentidos subjetivos produzidos por professores da educação infantil acerca da inclusão escolar de crianças com deficiências. A Inclusão escolar é o processo de eliminação das barreiras impeditivas (sejam atitudinais, materiais, programáticas ou arquitetônicas) garantindo o acesso a todos os alunos à educação de qualidade. É antes de tudo a atitude de aceitação e respeito às diferenças e não a simples colocação do aluno em sala de aula. Neste processo o professor desempenha papel fundamental, pois é ele que faz a mediação no processo ensino–aprendizagem. Como metodologia optamos por uma pesquisa de campo que teve a entrevista semi-estruturada e recorrente, como instrumento para a coleta dos indicadores. Foram então realizadas entre os meses de dezembro de 2002 a julho de 2003, cinco entrevistas com cada uma das duas professoras participantes. Essas entrevistas foram gravadas, transcritas e devolvidas a cada uma das professoras para que fizessem as correções necessárias. Dessas 5 entrevistas, uma foi realizada com o intuito de constituir-se uma entrevista da "narrativa da história de vida". Partindo do pressuposto que a análise é construtiva e interpretativa, o procedimento para a análise dos indicadores deu-se da seguinte maneira: após a transcrição das entrevistas e leitura das mesmas iniciamos o processo de levantamento e organização dos núcleos de significação. Inicialmente cada núcleo foi destacado e analisado, para em seguida ser reintegrado no seu movimento dentro do contexto, ou seja, os núcleos foram articulados entre si, e com o contexto social e histórico. Buscamos ainda entender como esses professores constituíram esses núcleos de significação, ou seja, buscamos desvelar os afetos e motivos que estão subjacentes no pensar, sentir e agir desses professores; procuramos articular e inserir o texto produzido pelo professor num contexto maior, relacionando-o à historicidade dos fatos, sua dialética, sua multideterminação. A narrativa da história de vida, as condições efetivas de trabalho na creche, constituíram-se no contexto sócio-histórico a partir do qual foram organizados os núcleos de significação identificados na fala das professoras. À Luz da Psicologia Sócio-Histórica, os indicadores encontrados e analisados nos permitiram fazer algumas considerações tais como: que os sentidos que foram desvelados na fala das nossas professoras norteiam e mobilizam a sua forma de pensar, sentir e agir sobre e na atividade docente; da mesma forma, as experiências concretas, ou seja, as condições reais nas quais se dá a sua atividade são constitutivas dos sentidos produzidos. Destaca-se também a existência de um "modelo ideal" de escola inclusiva e o conflito causado pela contradição entre as condições necessárias e as condições oferecidas pelas escolas; o conflito entre o estereótipo da deficiência e do aluno deficiente real; a necessidade de melhor aperfeiçoamento profissional para professores e gestores; mais investimento e seriedade das/nas políticas públicas; maior cuidado na utilização de definições e conceitos acerca da inclusão para que não percam seu valor heurístico e também a capacidade de subsidiar eficazmente práticas sociais inclusivas; que uma escola inclusiva depende da qualidade das ações/atividades dos profissionais que nela atuam.

Palavras-chave: Inclusão escolar, psicologia sócio-histórica, sentidos subjetivos.

ISSN 1981-2566

SENTIDOS ATRIBUÍDOS A UMA EXPERIÊNCIA DESAFIADORA:

Mara Westin Lemos Martin

Nesta pesquisa, estaremos refletindo, em especial, nas possibilidades de superação de desafios do professor, que vive uma realidade atravessada por contradições e, conseqüentemente, pela possibilidade de superação de situações desafiadoras. Este trabalho é uma contribuição para a psicologia da educação e seus estudos sobre a categoria sentido numa perspectiva sócio-histórica. Tem por objetivo analisar os sentidos atribuídos por uma aluna do curso normal superior a uma vivência que conteve elementos entendidos pela pesquisadora e pelos próprios alunos/professores como desafiadores. O ponto de partida desta pesquisa foi a realização de uma atividade de confecção de um livro de história infantil, no ano de 2002, com alunos que freqüentavam o Curso Normal Superior. Inicialmente, cada aluno/professor escreveu um relato de sua experiência pessoal vivenciada na confecção do livro. Após recebimento dos relatos, pré-selecionamos 10, que revelaram maior consistência e envolvimento com a tarefa proposta. Num segundo momento, foi escolhido um sujeito respeitando-se os seguintes critérios: não ter experiência profissional na área de educação, ter redigido um relato que revelasse envolvimento e interesse na tarefa. Com o sujeito escolhido realizou-se uma entrevista individual, semi-estruturada (sendo a questão da vivência de uma situação desafiadora o eixo da entrevista), gravada e posteriormente, transcrita. O discurso do sujeito foi organizado em núcleos de significação, para em seguida proceder-se à análise propriamente dita.Na análise do primeiro núcleo de significação (A importância do “outro” em situações desafiadoras), verificou-se que embora a despotencialização, frente a uma situação desafiadora, tenha se apresentado com grande ênfase, esse esvaziamento é atravessado por momentos de potência, de crença nas possibilidades de agir. Já no segundo núcleo (O trabalho como gerador de sentimentos contraditórios), evidenciou-se que, diante de uma situação desafiadora, predominam os sentimentos conflitantes. Observou-se, assim, uma atividade que envolvia, estimulava e motivava o sujeito, da mesma forma que, em alguns momentos, gerava sofrimento e impotência.Este estudo possibilitou-nos perceber que as situações desafiadoras geram estados emocionais muito intensos e complexos que em primeira instância desconhecemos. Não podemos negar este estado emocional, que é dinâmico e produz sentidos. Nosso desafio foi tentar entendê-lo para então, apontarmos algumas pistas, para que situações desafiadoras sejam enfrentadas com maior qualidade.É inegável que, como educadores, cabe a nós a criação de melhores condições de ensino e aprendizagem, organização e planejamento. Assim, é fundamental que pensemos em como criar essas condições, sem nunca esquecermos que lidamos com sujeitos únicos, que se constituíram pela sua história, em busca de um nexo entre seu presente e seus motivos e necessidades, que foram sendo construídos ao longo de sua vida.

Palavras-chave: Perspectiva sócio-histórica, formação de professores, situações desafiadoras, afetividade.

ISSN 1981-2566

REVISTA PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL: O QUE ESTÁ SENDO PUBLICADO EM TERMOS DE PSICOLOGIA ESCOLAR

Tathiana Fernandes Biscuola Figueiredo
Fabio Picchi de Freitas
Luciana Roberta Donola Cardoso
Eliane Porto Di Nucci

Entende-se por psicólogos escolares e educacionais aqueles profissionais que, devido a sua preparação universitária em psicologia e experiências subsequêntes nas áreas escolar e/ou educacional, trabalham para melhorar o processo ensino-aprendizagem no seu aspecto global (cognitivo, emocional, social e motor) através de serviços oferecidos a indivíduos, grupos, famílias e organizações (JOLY, 2000). Sendo assim, o presente trabalho tem como objetivo apresentar um levantamento bibliográfico acerca do que foi publicado na Revista Psicologia Escolar e Educacional nos últimos 10 anos (1996 a 2005), a fim de identificar e qualificar os temas pesquisados na área. Para isso, foi realizado um levantamento nos 20 exemplares da Revista Psicologia Escolar e Educacional, em que foram encontrados 125 artigos publicados, sendo estes analisados através dos títulos e resumos, posteriormente, classificados em oito categorias globais e dentro destas distribuídos em categorias específicas de acordo com a temática e analisados quanto à frequência e porcentagem de ocorrência desses temas. Os resultados referentes as categorias globais demonstram que o maior número de produções está relacionado ao contexto escolar, com 33,6% (F=42), tal categoria envolve todos os trabalhos relacionados ao tema global, envolvendo o papel da escola, professores, práticas educacionais, criatividade e aprendizagem. O tema que possui menor número de publicações é o desenvolvimento, com 4,8% (F=6). Tal categoria compreende os aspectos do desenvolvimento: cognitivo, social e motor. Entre as extremidades, maior e menor número de publicações, tem-se outras seis categorias, sendo elas: leitura e escrita, psicólogo escolar, avaliação, transtornos, família-escola e outros. Com relação a leitura e escrita tem-se 14,4% (F=18), englobando perfil do leitor, produção científica, processos e aspectos linguísticos. Com relação a categoria psicólogo tem-se 12,8% (F=16), sendo relacionado a concepção, formação, atuação e produção; outra categoria global obteve a mesma porcentagem de ocorrência de trabalhos, a categoria avaliação, logo, obteve, 12,8% (F=16). Esta categoria compreende testes diversos, inventário, escala, questionário e desempenho. A categoria transtornos, com 8,8% (F=11), envolvendo os trabalhos relacionados aos transtornos depressão, déficit de atenção e do comportamento diruptivo, personalidade e fonológico e os referentes ao stress. Com relação a categoria família-escola, com 6,4% (F=8) que compreende questões relacionadas a aprendizagem e ao relacionamento familiar. Para finalizar, a categoria outros com 6,4% (F=8) com temas distintos aos anteriormente apresentados. Através dos resultados alcançados foi possível identificar que a grande maioria das publicações estão voltadas para a prática nas instituições de ensino, sem que esteja sendo realizada a construção de teoria que serve como norte para os profissionais que atuam na área.

Palavras-chave: Psicologia escolar, psicólogo escolar, levantamento bibliográfico.

ISSN 1981-2566

SUPERDOTAÇÃO/ALTAS HABILIDADES: CLARIFICANDO CONCEITOS, DESFAZENDO IDÉIAS ERRÔNEAS

Eunice Maria Lima Soriano Alencar
Denise de Souza Fleith
Cristina Maria Carvalho Delou

Observa-se no Brasil resistência à implementação de um atendimento diferenciado ao superdotado por parte de gestores educacionais e professores, bem como uma série de idéias errôneas a respeito do aluno com altas habilidades. Uma dessas idéias é a supervalorização de fatores genéticos, colocando-se em segundo plano o papel do ambiente para o desenvolvimento de habilidades e competências Tal idéia tem contribuído para se considerar o superdotado um privilegiado, que apresentaria recursos intelectuais inatos superiores que o habilitaria a sobrepujar as barreiras do ambiente no sentido de expressar o seu potencial. Outra idéia errônea é a de que o superdotado apresentaria necessariamente um excelente rendimento, considerando-se ainda que a participação em programas especiais fortaleceria uma atitude de arrogância e vaidade no mesmo. Predomina também na sociedade valores culturais fortes a favor de um atendimento especial apenas a alunos com distúrbios de conduta e portadores de deficiência. O que é necessário salientar é que os superdotados não constituem um grupo homogêneo, variando tanto em suas habilidades cognitivas como em termos de atributos de personalidade e nível de desempenho. Com relação à inteligência, aspecto central nas discussões relativas à superdotação/altas habilidades, mudanças ocorreram em sua concepção, de uma visão unidimensional para uma multidimensional, tendo esta um impacto direto nos processos de identificação de alunos com altas habilidades. A superdotação deixou também de ser considerada uma característica imutável, mas antes fortemente influenciada por fatores do ambiente. Conscientizou-se ainda que não apenas as características do ambiente – incluindo família, professores, colegas, oportunidades de participar de eventos especiais, como campeonatos e olimpíadas – são importantes, mas também muito contribuem para uma expressão mais significativa de talentos diversos a motivação pessoal, energia e determinados atributos de personalidade, como autoconfiança e persistência. Ademais, a criatividade, que não era levada em conta pelos primeiros estudiosos da área, passou a se constituir em um dos componentes presentes em distintas concepções da superdotação. Participar do processo de identificação de talentos diversos, apoiar e orientar superdotados que apresentam dificuldades sócio-emocionais e contribuir para a promoção condições adequadas ao desenvolvimento de alunos com altas habilidades são possíveis frentes de atuação do psicólogo escolar, ainda pouco exploradas por esse profissional em nosso país.

Palavras-chave: Altas habilidades, inteligência, talento.

ISSN 1981-2566

QUESTÕES METODOLÓGICAS EM PSICOLOGIA: REFLEXÕES A PARTIR DA PESQUISA SOBRE TRAJETÓRIA ESCOLAR DE JOVENS COM E SEM DEFICIÊNCIA

Gabriel Santini Melillo
Nathalie Guerrero Ohl

Esta apresentação tem o objetivo de refletir sobre aspectos metodológicos na pesquisa qualitativa em psicologia, especialmente, no estudo da trajetória escolar. Tal discussão deriva de pesquisa realizada durante o curso de Graduação em Psicologia na Universidade Presbiteriana Mackenzie, que pretendia conhecer as narrativas de jovens com e sem deficiência sobre a vida escolar e, particularmente, sobre possíveis relatos de preconceito. Será enfatizada a reflexão metodológica que subsidiou a referida pesquisa, bem como os procedimentos desenvolvidos. Com este terreno preparado, apresentaremos algumas narrativas colhidas para apresentar o processo de entrevistas e a dinâmica das relações estabelecidas. Esperamos contribuir para a discussão relativa à ética no processo de pesquisa, tomando-a não mais como um aspecto extrínseco, apêndice à construção do desenho metodológico, mas como eixo central, base sobre a qual se constrói desde a pergunta disparadora da investigação, até a construção dos resultados. Com Adorno, entendemos que aquilo que não pode ser conhecido preservando a dignidade do homem não deve ser conhecido, posto que não há possibilidade de cisão entre a finalidade do processo de conhecimento e os meios utilizados. Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas gravadas com seis jovens entre 18 e 22 anos, sendo 4 jovens com deficiência e 2 sem. Para a realização das entrevistas, bem como a pesquisa em geral, foram utilizadas principalmente contribuições de autores como Bosi, Bourdieu, Becker, Biklen, que nos permitem um giro significativo na relação com os sujeitos ao apontarem para a necessidade de percebê-los, não como alvo do estudo, mas como companheiros da investigação. De objeto a ser estudado, o entrevistado torna-se alguém que convidamos a indagar sobre a pergunta central da pesquisa. Nossa análise voltada para as questões metodológicas da pesquisa identificou dificuldades existentes para ambos os envolvidos no processo de pesquisa: entrevistados e entrevistadores, ainda mais por se tratar de pesquisa realizada na graduação. Entrevistadores apresentaram-se ansiosos, receosos ou nervosos, fosse com o andamento da entrevista, com o momento em que deveria ser levantado tal tema, com a própria performance ao longo da entrevista ou simplesmente em como iniciá-la. Do outro lado pareceu acontecer algo semelhante: entrevistados ansiosos com os temas das entrevistas, quais questões seriam levantadas, como respondê-las, etc. Todo esse contexto influencia e muitas vezes determina o rumo da entrevista, sendo indispensável pensá-lo como parte do processo de pesquisa. Por fim, pensamos que alguns pontos levantados nas entrevistas poderiam ter sido mais aprofundados, como nos momentos em que encontramos contradições nas falas dos depoentes em relação ao preconceito, sua existência, ocorrência e manifestação. Sobretudo, a pesquisa realizada mostrou-nos o quanto entrevistado e entrevistadores, mesmo que tenham realizado uma pesquisa dessa natureza pela primeira vez, já traziam consigo os efeitos da predominância da visão positivista: a transformação do homem em objeto, visando à sua análise, é condição de pesquisa. Entrevistados e entrevistadores apresentaram como principal dificuldade poderem se desprender de uma ordem abstrata, que comandava atitudes e sentimentos, colocando, muitas vezes, a relação sob a égide da eficiência, da produtividade, da rapidez, daquilo que nos retira do tempo do encontro humano.

Palavras-chave: Psicologia escolar, pesquisa qualitativa, entrevista, inclusão escolar.

ISSN 1981-2566

TEATRO NA ESCOLA: UMA DINÂMICA INTERDISCIPLINAR

Ana Clara Da Rocha

Teatro na Escola é uma pratica desenvolvida pelo projeto de pesquisa Prárica Teatral na Escola, desenvolvido através da pesquisa-ação, metodologia em que a pesquisadora e academica Ana Clara da Rocha, participa ativamente do processo de desenvolvimento da pesquisa, dialogando, intervindo, conforme o desenvolvimento da mesma, visando o resgate da espontaneidade e criatividade de crianças e adolescentes envolvidos no projeto. A expressão lúdica, dramatica e artística são ferramentas complementares ao diálogo, intervenção, debate, consciência, novos modos de aprender, desenvolver-se e ensinar, formando o arcabouço metodológico da Prática Teatral na Escola, em que os objetivos do desenvolvimento intelectual, corporal e emocional, é conquistado, revelando o resultado nas alterações das relações sociais, intelectuais e estéticas presentes nos mais variados contextos dos sujeitos envolvidos no desenvolvimento do projeto de pesquisa. Tem-se claro que, neste modo de desenvolver a psicologia educacional, o foco esta na escola e suas relações sociais, que nada mais é que um contexto intenso de relações que se fortalecem e harmonizam-se no desenvolvimento da pesquisa, desenvolvida pela academica do curso de psicologia da FEHH (Fundação Educacional Hansa Hamonia) da cidade de Ibirama - SC. A vivência da práxis que trabalha com a metodologia pedagógica, aliada aos saberes psicológicos, amparados pela expressão teatral, fomenta a ação multidisciplinar implicita na proposta de pesquisa e presente no âmbito escolar, assim como atuante na vida cotidiana dos sujeitos, destacando os objetivos de praticar didaticamente a arte dramática, fazendo desta uma ferramenta eficaz e mediadora das diversas relações existentes no contexto escolar. Resgatar e manter o desenvolvimento da criatividade, espontaneidade, curiosidade das crianças, adolescentes e adultos (professores), no fortalecimento das relações, assim como, efetivar o alcance de uma socialização comunicativa e espontânea dos integrantes do âmbito social escolar. Desta forma, o teatro na escola torna-se um mediador das relações, seja direta ou indiretamente promovendo possibilidades alternadas de ensino aprendizagem, estabelecimento de relações estáveis, solidariedade, desenvolvimento da atenção, percepção e concentração, fundantes para os processos de aprender e ensinar de alunos e professores. na busca de revelar uma forma diferenciada de atuar nos âmbitos escolares através de técnicas e conhecimentos da psicologia educacioanal, na busca de atuar e praticar formas saudaveis bem estar nas vivências cotidianas da era globalizada.

ISSN 1981-2566

UM RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE O PROCESSO DE APRENDIZAGEM COM CRIANÇAS HOSPITALIZADAS DE MÉDIO A LONGO PRAZO NA ENFERMARIA DE PEDIATRIA DO HOSPITAL DE CLÍNICAS DE UBERLÂNDIA – MG.

Ana Cicília Ribeiro Siqueira
Fabiana Marques Barbosa
Inês Rosangela da Silva
Luciana Guimarães Pedro
Mariana de Abreu Barbosa Pereira da Silva
Marielle Mendonça Santana
Renata dos Santos Martins
Tatiane Medeiros Cunha

O presente trabalho é um relato de experiência e teve como objetivo compreender o processo de aprendizagem de crianças que exigem período de hospitalização de médio a longo prazo e participam do projeto Escola Hospitalar do Hospital de Clínicas de Uberlândia – MG. Participaram deste estudo a coordenadora e duas colaboradoras com formação em psicopedagogia e uma acadêmica em enfermagem, bem como treze crianças, que constituíram uma amostra selecionada pela equipe do referido projeto. Este relato foi se estruturando durante o período de quarenta horas/aula distribuídas ao longo de uma semana e em três etapas, a saber: (1) entrevista semi-estruturada com a coordenadora do projeto, com questões voltadas para o histórico e desenvolvimento do mesmo; (2) análise dos cadernos de atividades das crianças e de suas fichas de acompanhamento pedagógico; (3) acompanhamento das atividades desenvolvidas com as crianças. As atividades de acompanhamento e observação foram realizadas individualmente nos seguintes locais: leitos, brinquedoteca hospitalar, “sala de aula” e Parque da Escola Hospitalar. Esses locais foram priorizados devido à estrutura da pediatria do hospital e a disponibilidade das crianças em participar das atividades, pois suas patologias e seu tratamento trazem limitações quanto ao deslocamento das mesmas. Foram utilizados os seguintes materiais: livros didáticos e literários, brinquedos lúdicos e pedagógicos, além de materiais para a confecção de brinquedos feitos pelas próprias crianças. A análise, ainda parcial dos resultados, sinaliza que, apesar do quadro de enfermidade das crianças observadas e da situação de hospitalização, em que são interrompidas as brincadeiras e a vida escolar da criança, havendo privação da companhia dos familiares e dos companheiros, ainda há, em tais condições, continuidade no processo de aprendizagem e interesse das crianças pelas atividades desenvolvidas. O interesse das crianças pelas atividades realizadas pode estar relacionado às estratégias de apresentação dos conteúdos, pois não ocorrem de forma expositiva, tal como em uma sala de aula do ensino regular, mas, sim, de forma lúdico-pedagógica e bastante prazerosa, o que possibilita a participação efetiva das crianças. Estes dados salientam, ainda, o quanto esta Escola Hospitalar está contribuindo de forma significativa para o desenvolvimento e aprendizagem dessas crianças que, embora doentes, podem participar, aprender e desfrutar do direito básico ao desenvolvimento, independente de suas dificuldades. Outro aspecto observado é que as atividades desenvolvidas priorizam o potencial e habilidades dessas crianças. Nesse sentido, este trabalho sinaliza para o quanto é importante a atuação do psicólogo em instituições hospitalares, em especial aquele voltado para as questões educacionais, pois contribui para o desenvolvimento de outras formas de aprendizagem, como a interpessoal – afetiva e artística, em que a criança aprende, através da doença e do hospital, a construir sua vida com novas ênfases e com menos traumas e ressentimentos.

Palavras-chave: Escola hospitalar, aprendizagem, crianças hospitalizadas.

ISSN 1981-2566

VIOLÊNCIA E ESCOLA NA PERCEPÇÃO DE PROFESSORES

Ricardo Lana Pinheiro
Regiane Sbroion de Carvalho
Ana Cecília Oliveira Silva

A violência é um fenômeno sempre presente na história da humanidade, assumindo formas implícitas e explícitas de manifestação, como assassinatos e agressões físicas ou violência psicológica e negligência. Atualmente tem sido um assunto muito discutido em diversos segmentos e setores da sociedade. A Escola, enquanto instituição social, ao mesmo tempo em que reproduz em seu interior o contexto social, produz também sua própria cultura e ambiente. Historicamente, a violência sempre fez parte da instituição escolar, manifestando-se, por exemplo, por meio da palmatória ou do excesso de poder dos educadores. Hoje, tem assumido outras formas produzidas pelo contexto histórico e social do momento. Portanto, a Escola pode tanto refletir a violência produzida na sociedade quanto produzir internamente sua própria violência. Por meio da mídia ou de queixas de funcionários de escolas e educadores, é possível observar que este assunto está sempre presente, de maneira implícita ou explícita, envolvendo as relações entre alunos, professores, funcionários, supervisores e interferindo na vida da própria Escola. Com o objetivo de estudar e analisar o fenômeno da violência na/da Escola, discutindo aspectos globais de sua ocorrência e a forma como ela é percebida e significada pelos educadores que a vivenciam, essa pesquisa visa melhor compreender a manifestação da violência na/da Escola. Para sua realização, propomos uma abordagem qualitativa, com a realização de entrevistas com educadores do ensino infantil, fundamental e médio, em escolas privadas na cidade de Uberlândia-MG, sobre o assunto, procurando reunir dados referentes ao modo como essa violência é percebida, significada e vivenciada. Num primeiro momento, os dados foram levantados por meio de entrevista semi-estruturada, abordando os seguintes aspectos: como conceituam violência na escola; que causas apontam; como ela se manifesta no interior da escola; o que contribui para sua manutenção; como eles lidam com ela no cotidiano escolar. Num segundo momento, foi solicitado ao entrevistado que relate algum caso de violência vivenciado. O primeiro momento visa levantar a percepção do educador sobre o assunto, e o segundo levantar exemplos do processo de manifestação e concretização dessa violência no ambiente escolar. Os dados do primeiro e do segundo momentos podem ser cruzados, ampliando ou complementando a análise. Com o estudo buscamos compreender como os educadores lidam com a violência no cotidiano escolar, como enfrentam tal dificuldade e como a violência se concretiza no ambiente escolar. A questão de a pesquisa envolver diferentes segmentos do sistema de ensino permite verificar também se existe diferença na manifestação e percepção da violência nesses segmentos, por meio da comparação de dados. O trabalho encontra-se em andamento, na fase de transcrição das entrevistas, e com sua realização esperamos desenvolver uma maior compreensão do fenômeno como se mostra nas instituições pesquisadas, discutir crítica e reflexivamente o assunto e visualizar formas de abordagem desse problema junto àqueles que, cotidianamente, têm que lidar com esse tema no contexto escolar.

Palavras-chave: Violência, escola, professores.

ISSN 1981-2566

USO DE NOVAS TECNOLOGIAS: UM ESTUDO COM PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL

Patricia Aparecida de Lima Stefani Gianini

Nas últimas décadas os estudos sobre formação de professores têm se multiplicado na literatura educacional mundial. A investigação de aspectos tais como o pensamento e as vidas dos professores vêm se destacando em diversos trabalhos que abordam a formação dos educadores. Entretanto, essa área de pesquisa ainda guarda diversas perguntas a serem respondidas, uma vez que a realidade educacional se encontra em constante mutação. Um fenômeno que ilustra essa situação é o surgimento das novas tecnologias de informação e comunicação (TIC). Hoje, tecnologias podem trazer dados e resumos de forma rápida e atraente sendo que a aquisição da informação dependerá cada vez menos do professor. Assim, restará como uma das principais funções do educador será ajudar o aluno a interpretar esses dados, a contextualizá-los etc. Ainda que se questione se os professores estão prontos para esse novo papel, sabe-se que a Internet e a multimídia estão revolucionando o cotidiano das pessoas e cada vez mais fazem parte de suas vidas. Tendo esse panorama em mente, o objetivo desta pesquisa foi identificar o perfil dos professores participantes e sua percepção frente ao uso das novas tecnologias de informação, como o computador e a internet, como ferramentas de trabalho. Participaram deste estudo 32 professores do ensino fundamental que atuam em escolas do interior de São Paulo, com idade variando entre 24 e 55 anos, com média 38,34 e desvio padrão 8,37. Com relação ao sexo, 25 eram do sexo feminino e sete do masculino. Todos os sujeitos responderam a um questionário com respostas fechadas e abertas e a Escala de Padrões de Desempenho em Informática Educacional – EDIE. Os dados revelaram que embora os professores reconheçam a importância da tecnologia a educação e o uso de tais recursos na vida escolar, eles ainda não conseguem fazê-lo efetivamente. Considerando o papel pedagógico da Internet, a maioria dos sujeitos elencou o conhecimento, a informação e a atualização como aspectos positivos e com relação aos pontos negativos, os dois aspectos mais citados foram a presença de conteúdo errôneo ou inapropriado na web e as questões técnicas envolvidas ao se utilizar o computador/internet. A partir dos resultados obtidos, e pensando na realidade escolar – tanto do ensino público como privado – considera-se que o psicólogo poderia atuar, por exemplo, participando na qualificação do professor através de cursos e encontros que possibilitem o surgimento nesses profissionais de uma maior compreensão da importância da sua atuação junto aos seus alunos, principalmente nesse momento de transformação, quando as TIC estão ocupando um espaço novo e ainda não bem delineado, ocupação essa que está se configurando para alguns educadores como algo de natureza ameaçadora e desestabilizante. Tendo em vista os resultados obtidos, e ciente do escopo limitado que esta pesquisa teve, uma vez que sua amostragem foi pequena e se restringiu a uma cidade do interior de São Paulo, é de suma importância que mais estudos sejam desenvolvidos com relação ao impacto das TICs não só entre os docentes, mas entre os discentes também, tanto no campo psicológico quanto educacional.

Palavras-chave: Novas tecnologias, psicologia educacional, formação do educador.

VIII Congresso Nacional de Psicologia Escolar e Educacional
26 a 29 de Abril de 2007
ISSN 1981-2566

TREINAMENTO DE HABILIDADES SOCIAIS EDUCATIVAS PARA PAIS DE CRIANÇAS COM DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM: UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

Sibely Karina Da Silva Nogueira De Barros
Almir Del Prette

A relação direta entre dificuldades de aprendizagem e conteúdos escolares pode ser nitidamente identificada pela população leiga, pelos profissionais e estudantes da área. Além dessa relação, a literatura tem mostrado que as condições do ambiente familiar da criança, principalmente os pais, são consideradas mediadoras para o fortalecimento ou enfraquecimento de comportamentos socialmente habilidosos e hábitos de estudos. Esta apresentação terá como objetivo descrever um programa de intervenção com treinamento de habilidades sociais educativas para um grupo de oito pais cujos filhos apresentam dificuldades de aprendizagem. Os dados a serem apresentados pertencem à uma pesquisa de mestrado, ainda em andamento, que está avaliando a eficácia dos efeitos deste programa na melhora do desempenho escolar dos filhos dos pais participantes. Foi escolhido o método experimental incluindo a comparação entre as avaliações dos pais antes e depois do programa, além de comparar com um grupo controle com oito pais, que não receberam intervenção, com a finalidade de verificar e confrontar as aprendizagens ocorridas durante o desenvolvimento do treinamento, entre os meses de agosto e novembro de 2006. Para a avaliação dos pais, foi elaborado o instrumento devido à ausência de instrumentos padronizados conforme a literatura da área de habilidades sociais: um checklist composto por quarenta questões situacionais com respostas “sim-não” para os pais auto-avaliarem suas habilidades sociais educativas nos últimos três meses. E para avaliação dos filhos, foi aplicado o Teste de Desempenho Escolar-TDE, com o objetivo de obter o rendimento escolar das crianças de forma padronizada e validada. O treinamento elaborado visa contribuir para melhora do relacionamento pais-filhos utilizando vivências práticas e apresentações com conteúdos teórico-informativos oferecidos em treze encontros com o grupo de pais. Todos os encontros tiveram a duração de duas horas cada, envolvendo vivências, ensaio comportamental, tarefas de casa, exemplos ilustrativos relatados pelos pais, leitura de textos atuais sobre literatura da área de psicoterapia comportamental, relaxamento, lanches, sorteio de brindes e entrega de certificado de participação ao final do programa. Para minimizar o índice de desistências e faltas dos pais, foram treinadas monitoras, estudantes de psicologia, para realizarem recreação com os filhos enquanto esperavam seus pais participarem dos encontros do programa. Os resultados parciais obtidos até o presente momento sugerem que o programa contribuiu para a ampliação do repertório de habilidades sociais educativas dos pais, interferindo positivamente no monitoramento e manejo de comportamentos dos filhos, e consequentemente na melhora do desempenho escolar e aprendizagem dos mesmos. As conclusões produzidas a partir dessa intervenção colaboram com a produção de conhecimentos científicos na área de Treinamento de Habilidades Sociais como uma alternativa para intervenção com pais de crianças com dificuldades de aprendizagem, além de subsídios teórico-práticos para atuação clínica e comunitária do campo da psicologia.

Palavras-chave: Dificuldades de aprendizagem, habilidades sociais, intervenção, práticas educativas, treinamento de pais.

ISSN 1981-2566

TREINAMENTO DE HABILIDADES SOCIAIS PARA CRIANÇAS EM CONTEXTO ESCOLAR

Daniele Carolina Lopes
Bárbara Carvalho Ferreira
Zilda A. P. Del Prette

A infância é uma importante fase do desenvolvimento social, pois é nela que ocorrem as primeiras trocas das crianças com o ambiente a sua volta, sendo desta maneira, relevante a aprendizagem de um repertório socialmente habilidoso. As habilidades sociais estão diretamente relacionadas com um bom rendimento acadêmico, com comportamentos de responsabilidade, independência, cooperação, auto-estima positiva. Já os déficits em habilidades sociais estão associados à baixa freqüência de comportamentos sociais e cooperativos, rejeição por pares, dificuldades de aprendizagem, baixo rendimento acadêmico, problemas emocionais e comportamentais. Dados da literatura apontam que déficits nos comportamentos sociais podem constituir fator de risco para o funcionamento psicossocial, e destacam, ainda, a possibilidade que um Treinamento de Habilidades Sociais tem em superar esses déficits e promover um repertório socialmente habilidoso. Tendo em vista estas questões, o presente trabalho teve como objetivo implementar e avaliar um Programa de Treinamento Habilidades Sociais para crianças, no ambiente escolar. Participaram do programa dois professores e 20 crianças, sendo 10 da segunda série e 10 da quarta série, todas matriculadas no Ensino Fundamental de uma escola pública do estado de São Paulo. Como instrumento de avaliação, utilizou-se o Inventário Multimídia de Habilidades Sociais (Del Prette & Del Prette, 2005), apresentado na versão impressa, que é composto por 21 situações de interações sociais de crianças com outras crianças e com adultos. Cada situação é seguida de três alternativas de reação: uma reação habilidosa e duas reações não habilidosas (passivas e ativas). O IMHSC-Del-Prette (2005), tanto no pré-teste como no pós-teste, foi utilizado pelo professor para avaliar as habilidades sociais do aluno no contexto escolar. A intervenção (Treinamento de Habilidades Sociais) com as crianças, realizada semanalmente durante um período de sete meses, ocorreu por meio de atividades de grupo, estruturadas e semelhantes às situações cotidianas (Vivências). Para análise dos dados, foram computados escores de cada uma das reações (habilidosa e não-habilidosas passivas e ativas), e com base na média dos escores, foram efetuadas comparações entre grupos (2ª e 4ª série) e entre pré e pós-teste (Teste t; $p < 0,05$). Os resultados revelaram que houve diferença entre pré e pós-teste nas reações habilidosas e nas passivas, para a 4ª série, que apresentou escores superiores no pós-teste para as reações habilidosas, e médias inferiores para as reações passivas. Quanto às comparações entre as séries, no pré-teste, não houve diferenças entre 2ª e 4ª para nenhuma das reações. Já no pós-teste, a 4ª série apresentou médias superiores nas reações habilidosas, principalmente, nas subescalas de assertividade e autocontrole, e médias inferiores nas reações ativas. Os dados encontrados revelaram que para as crianças da 4ª série, o Treinamento de Habilidades Sociais possibilitou a aprendizagem de comportamentos socialmente habilidosos, bem como a diminuição no repertório de comportamentos não-habilidosos passivos. Conclui-se que este programa de treinamento permite a aprendizagem de comportamentos sociais, porém para a maximização dos ganhos é necessário adaptações quanto à idade e série das crianças participantes.

Palavras-chave: Treinamento de habilidades sociais, infância, contexto escolar.

ISSN 1981-2566

UM ESTUDO RELACIONAL ENTRE AUTOCONCEITO E GÊNERO

Selma de Cassia Martinelli
Evely Boruchovitch
Rosely Palermo Brenelli
Katya Luciane Oliveira
Andreza Schiavoni
Betânia Alves Veiga Dell` Agli

O autoconceito tem sido uma varíavel psicológica de importância destacada, e tem ocupado o interesse dos profissionais e pesquisadores interessados nos estudos sobre o desenvolvimento de crianças e adolescentes, o que tem suscitado muitos estudos empíricos nas últimas décadas. Define-se o autoconceito como a percepção que o indivíduo tem de si, sustentado diretamente por suas experiências em relação aos outros e na valoração que faz dessas características. Dessa forma, o autoconceito seria o produto da interação da pessoa com o seu meio durante o seu processo de construção social e ciclo de vida. Partindo desse pressuposto sugere-se que as diferenças e a qualidade dessas interações seriam fundamentais nesta construção. Propõe-se portanto como objetivo deste estudo verificar se existem diferenças significativas no autoconceito de meninas e meninos. O referido objetivo parte da hipótese de que, por se supor que há diferenças nos tipos de interação social estabelecidas entre os sexos, espera-se que também sejam verificadas diferenças na estruturação do autoconceito. Participaram deste estudo 262 crianças de ambos os sexos, sendo 134 do sexo masculino e 128 do sexo feminino, com idades entre 9 e 13 anos e que freqüentavam a quarta série do ensino fundamental, de 07 escolas da rede pública do interior do estado de São Paulo. A escala de autoconceito infanto-juvenil (EAC-IJ) foi utilizada para avaliar o autoconceito dos participantes. Trata-se de uma escala brasileira e que avalia o autoconceito em quatro contextos distintos; o familiar, escolar pessoal e social. Também oferece uma medida de autoconceito geral e que pode ser obtido pela soma das subescalas. Para análise das diferenças de gênero e autoconceito foi aplicado a prova não paramétrica de Mann-Whitney. Os resultado revelaram diferenças estatisticamente significativas entre o autoconceito pessoal (p=0,000) , escolar (p=0,025) e geral dos participantes (p=0,035). Em todos os casos os meninos tiveram um autoconceito mais elevado que o das meninas. Em relação ao autoconceito familiar (p=0,605) e social (p=0,452), embora as diferenças não tenham sido estatisticamente significativas a tendência verificada foi as meninas apresentarem um autoconceito mais elevado que o dos meninos. Os dados reafirmam os já encontrados na literatura de que o autoconceito geral de meninos tem sido mais elevado que o das meninas. Com relação aos outros contextos avaliados não se encontrou referências de outros estudos que pudessem auxiliar a discussão destes achados o que reforça a necessidade de mais investigações desta natureza além do já apontado na literatura aponte de que existe uma inconsistência nos estudos que tratam do autoconceito e gênero.

Palavras-chave: Autoconceito, gênero, estudantes.

ISSN 1981-2566

UM ESTUDO SOBRE AS METAS DE REALIZAÇÃO ACADÊMICA DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Tania Duque Lopes
Melissa Picchi Zambon
Priscila Maria Ferraz Cabau
Tânia de Rose

A motivação para a aprendizagem entre alunos da segunda fase do Ensino Fundamental é um dos problemas que mais preocupam os profissionais de ensino. Os estudos nacionais baseados nas principais teorias sócio-cognitivas da motivação têm abordado alguns dos aspectos motivacionais relevantes como as atribuições de causalidade, auto-conceito, orientações motivacionais intrínseca e extrínseca. A Teoria de Metas de Realização, ou seja, os propósitos dos alunos para engajarem-se em atividades, evidenciam que alunos orientados pela meta aprender focalizam-se no desenvolvimento de novas habilidades e apresentam resultados motivacionais e de aprendizagem adaptativos. Os alunos orientados pela meta performance-evitação centralizam-se no evitar parecer incompetente em relação aos colegas e apresentam resultados mal adaptativos para a aprendizagem. Os alunos orientados pela meta performance-aproximação enfatizam o demonstrar capacidade para receber reconhecimento e algumas evidências sugerem associação com persistência e resultados de realização. Mais recentemente, os estudos mostram que a combinação de meta aprender e meta performance aproximação podem estar associadas a resultados adaptativos. Como há poucos estudos nessa área, a presente investigação pretendeu descrever as metas de realização de um grupo de alunos com base em um instrumento que vem sendo amplamente utilizado na literatura. Foram participantes 159 alunos de ambos os sexos que cursavam 6ª. e 7ª séries em uma escola pública do interior de São Paulo. Foi utilizada a Escala de Metas de Realização Pessoal proposta por Midgley. As médias dos escores dos itens relativos às três sub-escalas (4,2, 2, 7 e 2, 8) indicam que os itens da meta aprender são considerados como se aplicando plenamente aos alunos, os itens das demais metas como se aplicando parcialmente. Os escores com valores acima da mediana do grupo foram considerados altos. Altos escores foram obtidos por 17% dos alunos para a meta aprender, por 3% para a meta performance aproximação, por 7% para a meta performance evitação, por 15% para as metas performance aproximação e evitação, por 11% para as metas aprender e aproximação e 5% para as metas aprender e performance evitação. Os resultados indicam que somente 28% dos alunos adotam metas de realização adaptativas em relação ás atividades da disciplina Português, ou seja, favorecedoras de resultados positivos em termos motivacionais, cognitivos e de aprendizagem. O estudo mostra a importância da promoção de metas pessoais mais adaptativas entre os alunos da amostra estudada. Uma importante implicação educacional para os professores advinda dos estudos sobre metas de realização é a possibilidade de efetuar alterações nas suas práticas de forma a favorecer a meta aprender e resultados motivacionais e cognitivos mais positivos. Tem sido demonstrado que a adoção da meta aprender ou da meta performance depende da estrutura de meta de sala de aula, ou seja, das práticas instrucionais utilizadas pelo professor relacionadas à proposição de tarefas, relações de autoridade, sistemas de reconhecimento, procedimentos de agrupamento, práticas de avaliação e uso do tempo. Tendo em vista a promoção da motivação para aprender, sugere-se a realização de estudos que avaliem tanto as metas pessoais dos alunos como as estruturas de metas presentes nas salas de aula.

Palavras-chave: Metas de realização, motivação para aprendizagem, avaliação, motivação.

ISSN 1981-2566

VIOLÊNCIA ENTRE COLEGAS NA ESCOLA: UMA PESQUISA EMPÍRICA A PARTIR DA TEORIA CRÍTICA DA SOCIEDADE.

Deborah Christina Antunes
Antônio Alvaro Soares Zuin

Nos últimos anos a atenção dada ao estudo da violência tem ganhado mais espaço. No ambiente escolar são diversas as formas com que ela se manifesta, tanto entre alunos e professores quanto entre alunos. Muitas pesquisas são realizadas na escola pública, local em que a violência se manifesta de forma mais visível. No entanto, a proposta deste trabalho é apresentar uma pesquisa realizada em uma escola particular de pequeno porte do interior do estado de São Paulo, que visou a analisar um tipo de violência entre alunos, conhecida atualmente como bullying, à luz da Teoria Crítica da Sociedade. A escola particular de pequeno porte foi escolhida com a hipótese de que, embora pareça mais sutil, a violência também existe nesse espaço, ganhando formas mais elaboradas em sua apresentação. A primeira parte desse trabalho visa a realizar uma análise teórica imanente ao próprio conceito de bullying, que, embora de origem inglesa, está em voga atualmente no Brasil. De forma geral esse conceito consiste na violência física, verbal ou simbólica, direta ou indireta, voltada para pessoas com características específicas e realizada entre colegas com o objetivo de demonstrar poder ou conseguir afiliação grupal. Porém, tal conceito não vai à raiz da questão uma vez que meramente classifica os comportamentos, não questionando suas causas reais, e indica a realização de uma educação em direção à boa conduta moral, o que mantém os indivíduos sob a tutela de um imperativo posto de fora como tantos outros comuns à sociedade administrada. A parte empírica desta pesquisa foi realizada por meio de entrevistas individuais e um grupo de discussão com seis alunos voluntários da oitava série, entre 13 e 14 anos de idade, sendo três meninos e três meninas, mediante termo de consentimento esclarecido dos responsáveis. As entrevistas semi-estruturadas seguiram um roteiro com questões a respeito da imagem que o participante tinha de si, das atividades realizadas fora da escola, do relacionamento com os colegas e entre os colegas; o grupo de discussão contou com a apresentação de cenas de filmes selecionadas previamente pela pesquisadora, em que apareciam exclusão de colegas, xingamentos e apelidação, divisão por grupos, estereótipos ligados aos grupos e agressão física entre colegas. As entrevistas foram gravadas em fitas de áudio e o grupo de discussão em vídeo, e ambos foram transcritos na íntegra para efeito de análise. Pode-se constatar que, embora sob o rótulo de “brincadeiras” tal tipo de violência aparece em forma de apelidos, agressões físicas chamadas pelos alunos de “pedala Robinho” e exclusão, e suas causas são atribuídas aos próprios colegas que os sofrem. No entanto, as análises revelam que tais agressões estão voltadas para colegas que de algum modo fogem aos modelos estéticos e morais amplamente valorizados pela indústria cultural. Desta forma este tipo de violência parece estar relacionado tanto a fatores individuais, no que concerne ao desenvolvimento psíquico do indivíduo nesta sociedade, quanto políticos, econômicos e culturais, mantendo uma relação com o conceito de preconceito estudado pelos frankfurtianos na época do nazismo.

Palavras-chave: Violência escolar, Bullying, teoria crítica, anti-semitismo, razão instumental.

ISSN 1981-2566

UM OLHAR PARA A CULTURA DA CRIANÇA PANTANEIRA: JOGOS, BRINQUEDOS, CONTOS E DANÇAS.

Sônia Urt
Margareth Araújo e Silva

A presente proposta de estudo objetiva investigar a cultura da criança pantaneira no Mato Grosso do Sul em suas diversas manifestações lúdicas: jogos, brinquedos e danças. Por meio da observação e depoimentos orais e por imagem, registramos momentos relevantes expressos na ludicidade da criança pantaneira ressaltando hábitos, costumes e valores. No aspecto metodológico, analisamos os depoimentos, alicerçados na observação e investigação acerca da manifestação lúdica, caracterizada em cada povo e identificamos aspectos culturais, históricos de determinado grupo social promovendo uma reflexão dos instrumentos que constroem uma cultura: o jogo, o brinquedo e as danças como elementos determinantes na profusão da cultura lúdica, atividade própria do ser criança. Na guisa de conclusão, evidenciamos os elementos que configuram-se em aspectos reveladores da cultura da criança pantaneira, como marcas simbólicas de um modo de vida.No aspecto teórico este estudo parte do pressuposto que se a cultura for compreendida como o conjunto das produções humanas , as quais são portadoras de significação , então o nascimento cultural da criança é a porta de acesso dela ao mundo das significações humanas cuja apropriação é condição da sua constituição como um ser cultural. O acesso ao universo da significação implica, segundo o autor, apropriar-se dos sistemas semióticos criados pelos homens ao longo da sua história, principalmente a linguagem em suas diferentes formas. Utilizamos os estudos de Vigotski, afim de analisar o desenvolvimento da criança defendendo que o mesmo é cultural, anulando as concepções que o meio natural possa interferir no desenvolvimento psicológico da criança, onde a cultura para ele, é o produto, ao mesmo tempo, da vida e atividade social do homem, dando mérito ao homem e não a natureza. Sendo o homem agente transformador da natureza, capaz de produzir cultura, mas incapaz de produzir a mesma. Assim partimos do pressuposto que a cultura não cria nada, apenas modifica os dados naturais para adaptá-los aos objetivos do homem, de forma que o que define o produto da ação humana é que é a concretização da idéia que dirige a ação. Contudo todas as características que conferem o sentido do humano são produções culturais e de definem por componentes matérias e simbólicos, tanto definidos pela natureza como agregado pelo homem.

Palavras-chave: Cultura, infância, ludicidade.

ISSN 1981-2566

ESTRATÉGIAS COGNITIVAS NA SOLUÇÃO DE PROBLEMAS NO JOGO KALAH

Thelma Pontes Borges
Aline Moura Malaquias
Ana Lucia Dores Pinto

Atualmente um dos problemas educativos que se configura enquanto de difícil solução diz respeito à produção de dificuldades de aprendizagem nas crianças das séries iniciais. Muito se pesquisou na tentativa de detectar as causas de tal dificuldade, e o que temos hoje é que as dificuldades de aprendizagem são decorrentes de uma gama de fatores que juntos são responsáveis pela criação de tal problema. Longe do objetivo de definir quais as causas das dificuldades de aprendizagem, consideramos que um trabalho voltado para atividades mais lúdicas, que valorizam o prazer no aprender e na descoberta do conhecimento pode servir de instrumento que auxilie na minimização de tal fato. Dessa maneira, consideramos que a utilização de jogos configura-se como uma estratégia que pode ser utilizada nas intervenções que visam o desenvolvimento do raciocínio, ou, em outras palavras, os processos de pensamento necessários ao ato de aprender, além de favorecer o relacionamento interpessoal entre as crianças e entre as crianças e o adulto, também podendo ser considerado uma excelente forma de favorecer o desenvolvimento moral e emocional. Assim sendo, os jogos podem ser utilizados como mais uma ferramenta para auxiliar as crianças a construírem procedimentos adequados a situações-problema em determinados contextos e, posteriormente transpor estes procedimentos para a realização de atividades de seu cotidiano escolar, social e familiar. Pautados por uma fundamentação teórica que trabalha com a idéia de que a resolução de situações-problema pode ser favorecedor do desenvolvimento cognitivo, propomos trabalhar com o jogo Kalah, que é um jogo muito conhecido no norte da África, pertence à família dos mancalas Acredita-se que estes jogos são os mais antigos do mundo e datam aproximadamente 7 mil anos. Eles são feitos de materiais diversos, e pelo tipo de material é possível presumir a posição social de quem joga, podendo ser feito no chão – escavando buracos na terra, de madeira ou de pedras preciosas. Assim temos como objetivo verificar se a intervenção com o jogo Kalah possibilita o desenvolvimento de estratégias em crianças na faixa etária de 9 a 10 anos e analisar se a intervenção com situações-problemas favorece o desenvolvimento de melhores estratégias no jogo. Serão feitas dezesseis sessões de intervenção, num período de 2 meses, com 8 crianças, escolhidas aleatoriamente, na rede pública municipal da cidade de Barbacena – MG. As intervenções seguirão a proposta de situações-problema organizado por Macedo (2000). A pesquisa encontra-se em fase de coleta de dados.

Palavras-chave: Cognição, jogos, desenvolvimento.

ISSN 1981-2566

A UNIVERSIDADE VAI À ESCOLA: UMA EXPERIÊNCIA DE PROMOÇÃO DA CULTURA DO CUIDADO NO ÂMBITO DA ESCOLA PÚBLICA

Luiz Carlos Castello Branco Rena

A reflexão aqui sistematizada está calcada na experiência do “Projeto Fala Sério: construindo estratégias de prevenção na escola”. Este projeto de extensão universitária implica a parceria universidade-escola como resposta ao desafio da superação dos processos e situações de vulnerabilidade. Pretende-se promover a saúde dos e das adolescentes, através da construção da consciência de auto-cuidado e cuidado do outro, construindo estratégias nos níveis do indivíduo e da comunidade, em parceria com o serviço de saúde local. Inspirados em Freire(1987) concebemos as Rodas de Conversa, como espaço privilegiado da palavra que se faz lugar de encontro com o outro e instrumento poderoso de construção lenta e gradual das consciências. Portanto, nesta estratégia metodológica a palavra é o instrumento de mediação privilegiado e os participantes são convidados a construir uma prática de diálogo. A prática das “oficinas” se constitui como experiência pedagógica pessoal e coletiva, com a racionalidade própria da pedagogia, associado à abordagem da dimensão afetiva-emocional da pessoa, permitindo a desconstrução e reconstrução social dos valores, das crenças, dos preconceitos e dos tabus, social e historicamente construídos. Conduzidas por alunos de enfermagem e psicologia, em 2005, as rodas de conversa tiveram a participação de 516 adolescentes possibilitando a seleção de 25 alunos com potencial para a condução de práticas educativas entre seus pares. Em 2006 estes adolescentes ampliaram suas competências para planejar, executar e avaliar suas ações através das oficinas. Outros 120 adolescentes foram envolvidos em Rodas de Conversa discutindo relações humanas, práticas afetivas, saúde sexual e reprodutiva, drogas e vícios, violência e projeto de vida.

ISSN 1981-2566

EDUCAÇÃO SOBRE DIABETES TIPO 1

Sue Ellen Ferreira Modesto

Por se tratar de uma doença crônica, depende o seu prognóstico da capacidade do paciente de manter um bom controle, o que depende da aderência ou não ao tratamento. O diabetes Tipo 1 é uma disfunção que provoca mudanças na rotina das crianças e de seus familiares, principalmente das mães. Existem fases importantes pelas quais o cuidador passa a partir do recebimento do diagnóstico, passam por cinco convicções de saúde que se resumem em: impacto do diagnóstico, no qual elas sentem medos e negam à principio o diagnóstico, em seguida há o contato com a suscetibilidade que auxilia na compreensão da vulnerabilidade da doença e para as suas conseqüências, levando-as à severidade da doença que demonstra a aproximação do conflito, chegando em seguida aos benefícios do tratamento que podem observar que com o tratamento há uma melhora na condição de saúde do portador do diabetes, e chegando assim à eficácia própria na qual elas percebem que são capazes de realizar a recomendação de saúde exigida. Esses resultados demonstram a importância para que não só o portador do diabetes, mas a sua família e principalmente os seus cuidadores, também, recebam um acompanhamento psicológico (VIZZOTTO; HELENO; MODESTO; CRESSONI-GOMES; ARIAS; MAZZOTTI, 2006) O objetivo desse trabalho foi analisar a relação do diabetes como doença com a informação a respeito do mesmo. Foram entrevistados 10 pais (10 mães e 3 pais) de crianças de 0 a 10 anos portadoras de Diabetes Mellitus Tipo 1, sendo realizado em dois conceituados hospitais, da região metropolitana de São Paulo. No momento de impacto, percebemos que muitos pais relatam sentimentos relacionados às doenças em geral. Ao falarem do começo dos sintomas, referem a vontade de não querer que seus filhos fiquem doentes, independente da doença e da gravidade da mesma. Ao receberem o diagnóstico de Diabetes Mellitus tipo 1, muitos pais não sabiam do que se tratava, mas mesmo assim sabiam se tratar de uma doença grave, o que os levou a experimentarem situações de medo, angústia, vontade de fazer diferente e até de não acreditar que o fato era realmente verdade. Esses mesmo pais, relatam uma preocupação excessiva em relação ao momento em que o filho dirigi-se para a escola, onde encontram-se com funcionários da escola que não possuem conhecimento sobre o assunto e com colegas de classe, tanto crianças como adolescentes, que também não possuem conhecimento sobre a doença, podendo involuntariamente prejudicar o tratamento com alguma atitude errônea em relação ao portador de diabetes. Esse processo demonstra a necessidade de implantar um programa de promoção de saúde nas escolas envolvendo assuntos como doenças crônicas, principalmente o diabetes, onde faz-se necessário abordar desde os sintomas que diagnosticam o diabetes, inclusive o seu tratamento necessário, para que todos possam ter conhecimento, e assim estarem atentos aos sintomas e também contribuir de forma positiva para o tratamento e adaptação dessas crianças e adolescentes.

Palavras-chave: Diabetes, cuidador, educação.

ISSN 1981-2566

EXPERIÊNCIA PRÁTICA DE PREVENÇÃO DE DROGAS COM ADOLESCENTES

Maria Luiza Stersi Amaral
Cristina Navalon Sanches
Milton Fiks
Débora Berger Bandini
Yara Malki

Introdução: O Grupo Soma surgiu pela constatação e conseqüente preocupação de um grupo de psicólogos com o número de adolescentes que inserem a droga em suas vidas na tentativa de minimizar os conflitos e a dor. Ser aceito pelo grupo, incapacidade de enfrentar problemas, onipotência juvenil, aquisição de identidade, solidão ou simplesmente curiosidade, são algumas das diversas vivências que compõe o cenário desta problemática. Objetivo: O Projeto de Prevenção de Álcool e Drogas em Escolas, além de orientar pais e educadores, realiza grupos com adolescentes com o objetivo de ampliar a capacidade de fazer boas escolhas, possibilitando aos adolescentes entrar em contato com seus sonhos, perdas sofrimentos e esperanças.Metodologia: Fundamentados em D.W.Winnicott, o Projeto promove discussões e dinâmicas com jovens e adolescentes que incitam uma postura ativo-reflexiva vivencial, onde surgem novos conhecimentos e a oportunidade de analisar suas vidas de forma crítica e aplicar o aprendizado em seu cotidiano.Trabalha-se com grupos de no máximo 20 adolescentes com duração mínima de 12 encontros de 1 hora e 30 minutos. Durante os encontros são abordados os seguintes temas: • Sigilo e respeito • Dúvidas sobre drogas • A adolescência •Amizade • Limite • FamíliaResultados: Mediante auto-avaliação realizada pelos adolescentes e avaliação da coordenação da escola, constatou-se ter sido possível sensibilizá-los a respeito de suas próprias escolhas.Conclusão: Os grupos de adolescentes mostram ser uma forma eficaz de sensibilização, auto reflexão e prevenção ao uso de drogas.

Palavras-chave: Adolescentes, prevenção, drogas.

ISSN 1981-2566

CLIMA ESCOLAR E CONFLITO ENTRE PARES- OBSERVATÓRIO DE VIOLÊNCIAS NAS ESCOLAS

Denise Pereira de Alcantara Ferraz
Sônia Maria Ferreira Koehler

A pesquisa faz parte de um conjunto de projetos delineados pelo Observatório de Violências nas Escolas – Núcleo Lorena, em parceria com a Unisal/Lorena, UNESCO e Universidade Católica de Brasília. O Observatório é um centro de estudos para desenvolver pesquisas, projetos-ação e propor intervenções nas escolas para mediar conflitos. O grupo é composto por professores pesquisadores, gestores públicos, educadores, pais, alunos e membros da comunidade que se interessam pela questão das violências nas escolas. Atualmente é possível afirmar que a violência na escola é um problema social de amplitude mundial. Trata-se de um fenômeno de complexas determinações, amplamente divulgado pela mídia e que desperta uma necessidade cada vez maior de ampliar os debates, reflexões e pesquisas que viabilizem a sua compreensão e, ao mesmo tempo, facilitem a criação de estratégias e intervenções mais eficazes. A violência de caracteriza pela sua intecionalidade, isto significa que uma ação agressiva passaria a ser considerada como violenta quando fosse fruto de um projeto voluntário (LOPES e GASPARIN, 2003). No contexto escolar, Abramovay e Rua (2004) discriminam a violência contra a pessoa, expressa verbal ou fisicamente, a violência contra a propriedade e a violência contra o patrimônio. O objetivo geral desta pesquisa foi diagnosticar o clima escolar do Ensino Público Municipal através da identificação da forma como ocorrem as relações interpessoais entre pares. Participaram da pesquisa alunos da 4a. à 8a. séries do Ensino Fundamental, num total de 267 alunos, entre os anos de 2005 e 2006. O instrumento utilizado para a realização da pesquisa foi um questionário que permitiu a detecção da dinâmica das relações interpessoais em sala de aula, focalizando 4 aspectos: caracterização dos participantes; a relação do aluno com os professores e com os outros alunos; tipos de violências sofridas, praticadas e presenciadas; sugestão dos alunos para o melhor convívio escolar.Os resultados parciais da pesquisa demonstraram que a maior parte dos alunos se sente bem em estar com seus pares na escola; mais de 90% apontam os apelidos como a principal forma de violência/incivilidade sofrida, praticada ou presenciada; o xingamento verbal é mais freqüente que a agressão física; 80% dos alunos vítimas de violência, em forma de agressão física, relataram que reagiram à agressão. As sugestões dadas pelos participantes para um melhor convívio escolar foram agrupadas em 8 categorias: pedido de regras e normas; melhoria da didática em sala de aula; necessidade de diálogo; dinâmica da família do aluno; postura do professor; punições; expulsão do aluno agressor, e; mandar o agressor para a direção da escola.

Palavras-chave: Clima escolar, conflito entre pares, violências.

ISSN 1981-2566

DIÁLOGO ENTRE PAIS E FILHOS ADOLESCENTES SOBRE AS RELAÇÕES AFETIVAS

Paula Cristina Herbst

Este trabalho aborda a perspectiva de diálogo entre pais e filhos adolescentes sobre as relações afetivas. Tem como objetivo verificar quais os fatores que favorecem ou dificultam esse diálogo. Essa pesquisa foi desenvolvida na Escola de Educação Básica "Barão de Antonina", com adolescentes entre 13/15 anos estudantes da oitava série e adolescentes entre 16/19 anos estudantes da terceira série do ensino médio. A escola está situada na cidade de Mafra, interior de Santa Catarina. Trata-se de uma pesquisa básica, pois, esta visa responder uma questão fundamental - o diálogo sobre as relações afetivas entre pais e filhos adolescentes. É uma pesquisa de levantamento com aplicação de dois questionários, com o objetivo de solicitar aos adolescentes e aos seus pais informações sobre os mesmos, sobre os relacionamentos afetivos. Trata-se de uma pesquisa qualitativa e quantitativa. Para os resultados da pesquisa quantitativa foram atribuídos valores numéricos e para a qualitativa, como esta não se preocupa com a representação numérica, buscou-se descrever os fenômenos evidenciados durante a pesquisa. Realizou-se conjuntamente um estudo comparativo entre as percepções de adolescentes das faixas etárias de 13-15 anos de idade - 8ª série do ensino fundamental e seus respectivos pais e faixa etária 16-19 anos de idade -3ª série do ensino médio e seus pais. Na população da oitava série 53,5% devolveram o questionário, mas somente 21,4% o responderam. Para os adolescentes de maior faixa etária observa-se que 82,6% entregaram o questionário, mas somente 21,4% o responderam. Esses resultados (porcentagem de omissão quanto a resposta ao instrumento) podem indicar que existem dificuldades em abordar o tema relações afetivas por parte dos pais e também por parte dos adolescentes. Quanto a seguinte hipótese, de que os adolescentes de 13/14 anos de idade têm maior facilidade de perguntar aos pais sobre as relações afetivas do que os jovens entre 16/17 anos de idade, não houve confirmação; há uma maior predisposição de diálogo nos adolescentes entre 16/19 anos, talvez por ficarem mais tempo no seu dia-a-dia com a mãe, e/ou por já estarem namorando. Observou-se que as qualidades prevalentes que podem facilitar o diálogo entre pais e filhos adolescentes sobre as relações afetivas, são as seguintes: presença da mãe no cotidiano do adolescente, compreensão dos pais sobre o conceito de namoro, a calma, paciência e compreensão dos pais e a confiança em abrir-se com eles sobre as relações afetivas. E os defeitos prevalentes que podem dificultar o diálogo pode ser a falta de atenção dos pais e os conflitos dos pais não resolvidos em sua própria adolescência podem provocar distanciamento entre eles e o adolescente, esta confirma uma das hipóteses da pesquisa.

Palavras-chave: Relações afetivas, adolescente, pais.

ISSN 1981-2566

A EDUCAÇÃO MORAL COMO ESTRATÉGIA PREVENTIVA AO USO ABUSIVO DE ÁLCOOL

Rita Melissa Lepre

O uso abusivo de álcool vem aumentando, consideravelmente, entre os adolescentes brasileiros. O álcool contido nas bebidas é cientificamente conhecido como etanol (álcool etílico) e é uma das drogas mais consumidas em todo o mundo. O uso abusivo de álcool por adolescentes é uma questão que vem preocupando os envolvidos com a Educação, pois as conseqüências desse fato têm invadido os bancos escolares trazendo sérios prejuízos ao processo ensino-aprendizagem e ao adolescente que abusa. Com o objetivo de contribuir para o debate na busca de uma intervenção efetiva que possa ser utilizada, sobretudo nas escolas, desenvolvemos uma pesquisa onde procuramos detectar a possível relação entre uso abusivo de álcool e raciocínio moral. Para tanto, tivemos como participantes alunos do Ensino Médio de uma escola pública da cidade de Assis (SP) que vêm se envolvendo com uso abusivo de álcool. Para atingir os objetivos propostos, selecionamos os participantes por meio da aplicação de dois instrumentos que avaliam o uso e as conseqüências do uso abusivo de álcool, denominados Audit e Rapi. Dos 171 alunos que responderam aos questionários, 27 deles tiveram resultados que revelam uso abusivo de álcool com conseqüências negativas. Esses adolescentes foram entrevistados tendo como referencial a teoria de Lawrence Kohlberg (1992) onde buscamos identificar seu nível e estágio de desenvolvimento moral (analisando sua teoria ética e seus valores) através de uma entrevista semi-estruturada proposta por Kohlberg e colaboradores: a Moral Judgemente Interview (MJI) e a concepção que esses têm do seu ato de beber e do uso abusivo de álcool. Os resultados obtidos nos apontam que os adolescentes pesquisados apresentam um nível de raciocínio moral pré-convencional ou convencional, sendo que a maioria (56%) encontra-se no estágio 02 do nível pré-convencional. Esses resultados indicam que a maioria dos adolescentes participantes de nossa pesquisa, identificados como usuários abusivos de álcool, possuem um raciocínio moral aquém do esperado para a sua faixa etária. Tais constatações nos remetem à necessidade de refletir, planejar, implementar e avaliar ações educativas que auxiliem esses adolescentes a desenvolverem seu raciocínio moral, ou seja, a construírem sua autonomia moral, o que ao nosso ver funcionaria como medida preventiva ao uso abusivo de álcool e outras drogas. Dessa forma, concluímos que a prevenção possa ser pensada por meio da Educação Moral como uma proposta de intervenção efetiva contra o uso abusivo de álcool, buscando a construção da autonomia e, conseqüentemente, uma maior reflexão acerca do envolvimento com as drogas.

Palavras-chave: Álcool, educação moral, prevenção, raciocínio moral.

ISSN 1981-2566

EXPERIÊNCIA DE CAPACITAÇÃO DE TRIAGEM PSICOLÓGICA PARA OS INTEGRANTES DA REDE DE ENSINO PÚBLICO INFANTIL E FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO DE NORTELÂNDIA

Milton Fiks
Renata Proietti Violante

Introdução: Este trabalho trata sobre uma das muitas intervenções do Programa Mutirão, patrocinado pelo Instituto Camargo Corrêa no Município de Nortelândia no Mato Grosso.A capacitação dos integrantes da Rede Municipal de Ensino Público Infantil e Fundamental de Nortelândia, para executar a triagem de crianças que apresentassem necessidade de atendimento psicológico, surgiu como uma demanda dos professores, coordenadores e diretores, para que pudessem identificar as crianças e adolescentes que apresentassem algum tipo de sofrimento passível de atendimento psicológico.Objetivo: O projeto de triagem, além de ensinar aos professores a detectar a criança que se encontra em sofrimento psicológico, se propôs a ajudar os integrantes do corpo docente a pensar sobre novas estratégias de ensino; aproximar o aluno, os pais e a escola para uma resolução compartilhada da problemática, quando existem dificuldades para aprendizagem; bem como encaminhar as crianças triadas para psicodiagnóstico com o Psicólogo do Município Metodologia: O projeto previu a capacitação dos professores e coordenadores das Escolas Municipais de Ensino Infantil e Fundamental para que através da observação, discussão dos casos levantados e preenchimento de alguns formulários pré-estabelecidos, estivessem mais atentos a comportamentos que indicassem a possibilidade de algum tipo de sofrimento psicológico por parte de seus alunos.Questionários utilizados:• Questionário do professor• Performance e habilidades educacionais• Questionário do comportamento escolar• Questionário dos pais• Questionário do comportamento familiar• Questionário da criançaResultados: Foi possível realizar a triagem nas quatro escolas de ensino fundamental e na escola de ensino infantil do município e detectar os alunos que possivelmente necessitavam de auxilio psicológico. Também foram encaminhadas crianças para avaliação com outros especialistas.Inicialmente de um universo de 1535 crianças foram indicadas 85 crianças da rede de ensino do município, às quais os professores acreditavam possuir algum problema psicológico. Após a capacitação este número teve uma expressiva redução, sendo que foram encaminhadas:• 43 crianças para realizar psicodiagnostico com o psicólogo do Município.• 11 para avaliação Neurológica,•30 para avaliação com fonoaudióloga• 42 para avaliação com oftalmologistaObs: algumas das crianças apontadas acima foram encaminhadas para serem avaliadas, por mais do que um especialista. Houve uma redução de 50,5% na indicação de alunos para psicodiagnostico com a psicóloga do município devido a uma nova percepção sobre o que seria a problemática das criançasConclusão: Muitos dos alunos que num primeiro momento foram indicados como possíveis “portadores de problemas psicológicos”, posteriormente chegamos a conclusão que a problemática era fruto de dificuldades de relacionamento entre professor e aluno, e/ou alunos que necessitavam novas estratégias de ensino e/ou alunos que necessitavam de outros especialistas.

ISSN 1981-2566

EDUCAÇÃO SOBRE HIGIENE ATRAVÉS DE ATIVIDADES LÚDICAS

Sue Ellen Ferreira Modesto
Darklê Ferreira Modesto
Ilze Maria Gonçalves da Costa

O contato com as questões que envolvem a educação e o trabalho do educador favorece uma vivência na construção autêntica do aprendizado do psicólogo escolar, auxiliando-o na sua própria prática. Nessa sociedade os pais são obrigados a deixar para a escola a adaptação social do filho, questões básicas como higiene e sexualidade, por exemplo, são relegadas à escola. A falta de informação e ignorância cria uma lógica difícil de ser removida, proliferando a ignorância (CHALITA, 2001). A infância se caracteriza pela possibilidade de subverter a ordem das coisas, atribuindo outros sentidos à realidade. Sem dúvida, é na infância que a imaginação se encontra mais aguçada e, por isso, não pode ser descartada pela aprendizagem escolar. Entretanto, é na atividade lúdica que a parceria da imaginação com a linguagem se torna transparente (DEVRIES, ZAN 1998). O presente trabalho teve como objetivo auxiliar na construção da autonomia em relação a higiene pessoal das crianças envolvidas, realizando esse processo de forma lúdica para um melhor aproveitamento. Foi realizado um teatro de fantoches em relação à higiene bucal com o auxilio de uma cirurgiã-dentista para o desenvolvimento do mesmo e através de interações sobre a higiene bucal e a higiene pessoal de um modo geral. Após essa intervenção e com o auxilio da identificação com os profissionais de saúde envolvidos houve um movimento de procura por um cuidado pessoal melhor por parte dessas crianças que tiveram a oportunidade de tirar algumas dúvidas em relação à questão da higiene. Portanto é através deste pequeno agir diante da sociedade escolar que o aluno a transforma e se transforma, construindo a sua identidade através das ações mais condizentes com aquilo que são de fora da escola, podendo assim levar a uma forma de ação consciente que transcende os muros da escola. A identificação é o processo crucial por meio do qual a experiência de grupo pode ter um caráter terapêutico. O interesse por outras crianças leva a esforços sociais voluntários (autônomos). À medida que os outros respondem a essas iniciativas, experiências de prazer e desprazer ocorrem. A criança, no curso da interação com colegas, constrói gradualmente padrões de reações sociais cada vez mais consistentemente, à medida que ela age e reage de formas mais ou menos estáveis em situações similares com uma variedade de pessoas, a personalidade torna-se mais consolidada e pode ser observada em padrões consistentes. O desafio de socializar crianças é descobrir como ajudá-las a controlar seus impulsos, pensar além do aqui e agora e tornarem-se capazes de refletir sobre as conseqüências de suas ações. As crianças interagem muito durante a hora da atividade. O desafio é aproveitar esta oportunidade para cultivar uma atmosfera sócio-moral de respeito e cooperação mútua na qual as crianças estão interagindo e são intelectualmente ativas.

Palavras-chave: Identificação, higiene pessoal, autonomia.

ISSN 1981-2566

ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA TRATAR A SEXUALIDADE NA REDE DE ENSINO DE NORTELÂNDIA

Milton Fiks
Renata Proietti Violante

Introdução:Este trabalho trata sobre uma das muitas intervenções do Programa Mutirão, patrocinado pelo Instituto Camargo Corrêa no Município de Nortelândia no Mato Grosso.Durante a implantação da capacitação dos integrantes da Rede Pública de Ensino Infantil e Fundamental de Nortelândia, para executar a triagem de crianças que apresentassem algum tipo de sofrimento passível de atendimento psicológico no ano de 2006, vários professores relataram sua dificuldade em lidar com questões relativas à sexualidade dos alunos nas salas de aula. Para sanar as dificuldades apresentadas pelos professores e organizar um trabalho sistemático e sistematizado de Orientação Sexual dentro da escola foi feita a proposta de capacitação dos professores para que estes abordassem a temática da sexualidade nas escolas e para que posteriormente a incluíssem na elaboração do projeto pedagógico para 2007 Objetivo:Capacitar os professores a tratar as questões da sexualidade e da prevenção das DST/Aids nas escolas públicas de Nortelândia, promovendo a saúde e o bem-estar das crianças e adolescentes na vivência de sua sexualidade atual e futura.Metodologia: Através de uma metodologia participativa construtivista procurou-se desenvolver temas relativos à “Educação Sexual”(adolescência, corpo reprodutivo e corpo erótico, auto exames, exames, métodos contraceptivos, gravidez, doenças sexualmente transmissíveis e Aids, gênero, respeito a diversidade de valores e crenças) com os professores. Foram feitos encontros mensais, onde procurou se problematizar, levantar questionamentos e ampliar o leque de conhecimentos sobre a sexualidade através de exercícios e dinâmicas com os participantes.Partiu se do pressuposto que na medida em que os professores lidassem melhor com sua própria sexualidade, estariam mais abertos para aceitar a sexualidade de seus alunos.Resultados: Como resultados foi possível observar a discussão e elaboração de um projeto conjunto entre as diferentes escolas que se traduziu, dentre outras como uma política do município para a sexualidade apoiada pela Secretaria de Educação. Como desdobramentos deste projeto de sexualidade nas escolas e do projeto de triagem de crianças com necessidades de atendimento psicológico:• A Secretaria da Educação fez parcerias com a Secretaria da Saúde para atendimento de alunos triados para diferentes especialistas.• As escolas levantaram e encaminharam vários alunos para atendimento com diferentes especialistas (Oftalmologistas, Fonoaudiólogas, etc...). • A Secretaria da Educação elaborou um projeto de prevenção aos maus tratos, para o plano de atenção à criança e adolescentes do CMDCA para 2007. Conclusão: Uma vez que exista a sensibilização e circunstâncias políticas favoráveis é possível se formular políticas públicas compartilhadas que se traduzam em ações para discutir a sexualidade e fomentar a prevenção de DST/Aids em todos os ciclos das escolas, bem como outras ações de prevenção e atenção às crianças de um Município. Assim a idéia é contribuir para que os professores se sintam seguros e informados para abordar o tema da sexualidade nas escolas e para que os alunos possam desenvolver e exercer sua sexualidade com prazer e responsabilidade.

Palavras-chave: Politicas Públicas, sexualidade, escolas públicas.

ISSN 1981-2566

INFORMAÇÃO SEXUAL DIFERENCIADA

Talita Pacheco Valério

O auto-conhecimento deve ser trabalhado de forma que propicie no ser humano o contato com seus desejos, sentimentos, realidade e possibilidade de ação. Na adolescência o auto-conhecimento tem um papel fundamental na medida em que viabiliza, ao adolescente, o conhecimento de seus valores, imagem corporal, auto-estima, facilitando suas escolhas perante a vida. Por isso a importância em trabalhar a sexualidade a partir do auto-conhecimento diferenciando da abordagem utilizdada pelas escolas . que apresenta A sexualidade de forma superficial, trabalhando somente os aspectos biológicos e informções sobre a utilização dos métodos contraceptivos. Sendo assim, este trabalho teve como objetivo despertar no adolescente, através do autoconhecimento, a necessidade da prevenção das doenças sexualmente transmissíveis e de uma gravidez indesejada. a importância de se trabalhar dentro desse enfoque, reside no fato do adolescente se encontrar, na busca de autonomia e construindo valores e crenças que permearam suas atitudes, nas relações que estabelecerá com o mundo. Esse trabalho foi desenvolvido através do Programa de Apoio a Extensão e Cultura (PAEC), da Universidade do Contestado / Campus Mafra e aplicado na Escola de Educação Básica Santo Antônio, a qual tem matriculado, neste ano, 1148 alunos. A escola está localizada na cidade de Mafra, interior de Santa Catarina. Para a realização do mesmo, foi formado grupo com os alunos interessados, ocorrendo encontros quinzenais, com duração de aproximadamente uma hora e meia. Nesses encontros foram trabalhadas as questões da adolescência como: auto-estima, gravidez na adolescência, imagem corporal, doenças sexualmente transmissíveis, paixão, amor, namoro, ficar. A metodologia utilizada foi dinâmica de grupo, exposição oral, cartazes, colagem, músicas, vídeos, dramatizações e textos. Este trabalho possibilitou ao adolescente um espaço de reflexão sobre seus atos e escolhas , através da reflexão sobre si mesmo, identidade, imagem corporal, valores, o papel do adolescente na sociedade. as atividades também priorizaram aspectos como a espontaneidade, a criatividade, autenticidade, interesse dos adolescentes, os quais foram multiplicadores do conhecimento adquirido durante os encontros. ao término dos encontros os adolescentes () relatavam seus sentimentos, expressavam como tinham vivenciado os trabalhos propostos, possibilitando que as estagiarias remanejassem as atividades, de acordo com as necessidades do grupo. Além de proporcionar para as mesmas uma experiência pessoal e profissional gratificante, ao trabalhar com esses adolescentes). A realização desse trabalho oportunizou aprendizagens tanto para as estagiárias enquanto aplicadoras do projeto, como para os adolescentes, enquanto participantes ativos, os quais além de obterem a informação sexual puderam entrar em contato consigo mesmo aprimorando seu auto-conhecimento e a sua realidade.)

Palavras-chave: Adolescente, sexualidade, auto-conhecimento.

ISSN 1981-2566

LEITURA: PREVENÇÃO E REMEDIAÇÃO DE PROBLEMAS

Elza Maria Tavares Silva

É inegável a importância da leitura na vida humana, pois ao longo da História ela tem sido uma das formas mais importantes de que dispõe o homem. Na leitura fundem-se o conhecimento e o prazer, impelindo o homem ao equilíbrio psicológico, à aprendizagem da vida e a busca incessante. Dessa forma, aprender a ler é ser leitor e ser leitor é conhecer e compreender o funcionamento da produção escrita da sociedade em que vive. Entretanto, por razões diversas muitas pessoas são privadas da aquisição das competências para o exercício da leitura e assim da cidadania plena. A remediação e a prevenção desta situação pede políticas sociais e educacionais firmes, constantes e sólidas. Infelizmente, por descontinuidade e ineficiência de tais ações há ainda milhões de analfabetos no mundo. Focando mais especificamente a relação educação-leitura fica evidente a necessidade de ações tanto preventivas como remediativas para assegurar a formação de leitores independentes, críticos e criativos. Há concordância em que é melhor prevenir do que remediar ou ter que intervir nos problemas associados à leitura. Todavia, apesar dos custos pessoais, sociais, financeiros mais altos, a ênfase tem sido na intervenção. A prevenção deve começar logo após o nascimento com programação especial que assegure a adequada estimulação verbal, auditiva, cognitiva e social, a qual deve ser intensificada e devidamente orientada academicamente desde a escola maternal, tendo continuidade nos anos subseqüentes cuidando de vários aspectos, competências e habilidades requeridas para ser um bom leitor. Um aspecto que não pode ser esquecido é a motivação, não só para adquirir, mas também para manter a leitura como hábito. Há ainda um outro lado a se observar no que concerne à leitura. Ela pode ser um meio tanto para a prevenção como para a intervenção em outros problemas do ser humano. Daí o surgimento da Biblioterapia e do uso da leitura na prevenção e no esforço para postergar efeitos destrutivos de moléstias diversas. Entretanto para que tais empregos possam efetivar-se de forma adequada é preciso que antes as pessoas tenham se constituído em leitores. A escola ou mais especificamente os profissionais que nela atuam são os principais responsáveis pela formação de leitores, por isso a prática de ensino da leitura não deve se reduzir aos seus aspectos técnicos, mas sim com a formação de leitores aptos a compreender os diferentes sentidos de um texto. Em seguida emerge a família. Os dados sobre o Brasil mostram a necessidade de contar com mais atenção de todos os envolvidos para que o quadro possa melhorar.

Palavras-chave: Formação de leitores, compreensão, leitura crítica.

ISSN 1981-2566

PRÁTICAS COM FAMÍLIAS NA PREVENÇÃO E INTERVENÇÃO DAS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM

Agda Terezinha Fontes

Historicamente, a escola e a familia, tem separada e isoladamente, tentado resolver e se adequar as mudanças sociais que se apresentam, na atualidade, cada vez mais desafiadoras e complexas. Assim, considerando especificamente o contexto escolar, um dos principais problemas que se apresenta é o da aprendizagem, pois raramente a família se preocupa em pensar, discutir ou compreender como ocorre a aprendizagem de seus filhos e quais são os fatores determinantes para o aprender e as variáveis que interferem no não-aprender. Este mini-curso tem como objetivo, oferecer uma visão geral de como as relações familiares influenciam no processo de aprendizagem, abordando as diferentes concepções teóricas e apresentar modelos de procedimentos no trabalho com a famílias. Os temas a serem trabalhado serão: a família na contemporaneidade; aspectos sociais e históricos da família; a família, aprendizagem e a criança; família e escola; mediação escolar como intervenção no contexto família/escola. Metodologia: aulas expositivas, discussão de casos, oficinas. As referências bibliográficas serão oferecidas no início do curso.

Palavras-chave: Escola, família, dificuldades de aprendizagem.

ISSN 1981-2566

O PSICÓLOGO ESCOLAR EM TRABALHO PREVENTIVO COM ALUNO ATÍPICO

Marinez Vanucci Zamai

A partir do nascimento, a criança encontra-se em um contínuo desenvolvimento global, orgânico, físico e social. Com a fonte social inicial, a criança interage primeiramente no cotidiano. Aos poucos, a criança começa a participar do universo social, o que aumenta seu repertório de aprendizagem. Porém, a criança que, por alguma condição, não consegue se desenvolver naturalmente, precisa de um atendimento especial, que pode ser trabalhado preventivamente, preparando-a para integrar a sociedade. Ao mesmo tempo em que a criança adquire conhecimento social, adquire também a consciência do seu próprio corpo e aos poucos toma consciência do corpo do outro. Este contato com o outro garante à criança acesso ao conjunto de informações, evidenciando assim características básicas para estabelecimento de vínculo. É por meio deste contato que ela amplia seu conhecimento sobre o mundo que a cerca. O trabalho preventivo em escolas, tem a finalidade de favorecer o desenvolvimento da criança, minimizando atrasos, remediando problemas existentes, prevenindo futuras deteriorações, limitando a aquisição de condições incapacitantes, promovendo assim funcionamento familiar adaptativo. Sendo assim, o trabalho preventivo, é destinado a todas as crianças e seus familiares, de forma específica às atípicas que passaram por alguma intercorrência no período pré-natal (infecções congênitas, hipertensão arterial materna, más-formações congênitas etc.), péri-natal (sofrimento fetal agudo, trabalho de parto rápido ou prolongado etc.) ou pós-natal (distúrbios metabólicos, cardiopatias, desconforto respiratório, convulsões etc.). Estas intercorrências são capazes de lesar estruturas do sistema nervoso e desencadear alterações no curso do desenvolvimento global. No âmbito do presente trabalho, considera-se o escolar atípico, uma pessoa que apresenta uma variada gama de potencialidades para desenvolver competências e habilidades que podem ser limitadas por restrições físicas ou sócio-culturais, mas cujo desenvolvimento depende de suas relações com o ambiente físico e sócio-educacional. Neste contexto, os vários aspectos de sua competência se desenvolvem, mas para que isto aconteça, parece necessário que todos os profissionais ligados à educação olhem esse escolar como a qualquer outra criança, já que também evoluem, embora em ritmo mais lento. É necessário que o psicólogo, também as olhe como alunos capazes de evolução constante. Se houver entrosamento satisfatório entre escola e família, o escolar atípico estará pronto para continuar sua trajetória escolar de forma integrada e positiva. Além disso, a comunidade terá avançado em direção à redução e talvez se chegue à ausência total do preconceito com relação às mesmas. Para que a inclusão dê certo é preciso que ela conquiste adeptos. A inclusão se aprende fazendo, partilhando experiências na comunidade local inclusiva. Cada deficiência requer estratégias e materiais específicos e diversificados. Porém, é preciso reconhecer que cada um aprende de uma forma e em um ritmo próprio. Respeitar a diversidade significa dar oportunidades para todos aprenderem os mesmos conteúdos, fazendo as adaptações necessárias. Toda criança tem o direito de viver em sua comunidade de forma inclusiva, de ser tratada igualmente quando a diferença o inferioriza, de aprender o máximo de suas possibilidades de preferência precocemente, favorecendo assim de forma mais rápida o seu desenvolvimento.

Palavras-chave: Escolar atípico, prevenção, inclusão.

ISSN 1981-2566

PRODUÇÃO COMPARTILHADA DE MATERIAIS EDUCATIVOS POR TRABALHADORES DAS ÁREAS DA EDUCAÇÃO E DA SAÚDE: UMA PRÁTICA POSSÍVEL ?

Adriana Kelly Santos

As pesquisas e as intervenções no campo da Educação e Saúde de um modo geral são realizadas por uma equipe multiprofissional, visando problematizar as práticas de saúde, por meio da troca de experiências entre diferentes atores. Neste cenário se coloca a possibilidade da interface entre os referenciais teórico-metodológicos adotados pelos campos da Psicologia da Educação e da Saúde Coletiva. Neste resumo apresentamos uma experiência de produção compartilhada de um material educativo envolvendo os trabalhadores da educação da rede de ensino público do Município do Rio de Janeiro, do Sindicato dos Profissionais de Educação e de pesquisadores e alunos do Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana/Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca/FIOCRUZ. A elaboração do impresso no formato de um mural: “Um dia de merendeira”, decorreu das “oficinas em saúde” pautadas na investigação participativa, onde foram levantados problemas e questões relacionadas ao cotidiano de trabalho de merendeiras e serventes. Os objetivos do mural são o de socializar, nas escolas, os resultados das Oficinas; informar e estimular a reflexão da realidade daquele segmento específico. O processo de elaboração do mural fundamentou-se no referencial de educação popular de Paulo Freire. Foram realizados 6 encontros seguindo um roteiro para a construção do impresso, incluindo a seleção de conteúdos, escolha do gênero comunicativo, estilo e formato. Esse processo foi permeado por criatividade e reflexão das situações vividas na realidade escolar. A discussão coletiva dos temas norteou a escolha das mensagens (imagens e textos) pelos trabalhadores, o que culminou em um rico momento de troca de idéias, valores, crenças, afetos e histórias de vida. Discutimos que esses espaços potencializam as chances de transformação da cultura de saúde predominante nos ambientes de trabalho deste segmento. Além de possibilitar o aprimoramento das práticas de Educação e Saúde pautadas em referencias teórico-metodológicos participativos.

ISSN 1981-2566

PREVENÇÃO E PROMOÇÃO DE SAÚDE NA ESCOLA: CONCEPÇÕES E PRÁTICAS DE PSICÓLOGOS ESCOLARES DE JUIZ DE FORA

Chiara Zanzoni Itaborahy
Marina Duarte Pereira
Marisa Cosenza Rodrigues

Nas últimas décadas o trabalho do psicólogo que atua na educação vem sendo alvo de críticas cada vez mais contundentes. Este movimento vem contribuindo para a sensibilização quanto à ineficiência das práticas existentes, definidas por seu caráter remediativo, uma vez que, em sua maioria, são calcadas num modelo clínico de intervenção. O declínio gradativo observado neste modelo coincide com a preocupação dos psicólogos escolares em redimensionar sua atuação para um enfoque mais preventivo e promotor de saúde psicológica e de desenvolvimento humano na educação. Há uma tendência dos profissionais de buscarem ações mais contextualizadas, participativas e criativas junto aos alunos, professores, pais e equipe pedagógica. OBJETIVO: Investigar a atuação dos psicólogos escolares que trabalham nas redes pública e privada da cidade de Juiz de Fora visando delimitar concepções e práticas destes profissionais relacionadas às ações preventivas e promotoras de saúde psicológica no contexto educativo / escolar. METODOLOGIA: Foi realizado um levantamento de todas as instituições de ensino por meio de consulta à lista telefônica e ao CRP da região. Posteriormente, houve um contato com todas as instituições para delimitação da existência ou não de psicólogos contratados. As escolas públicas municipais tiveram um levantamento diferenciado que foi obtido através de uma listagem disponibilizada pela Secretaria de Educação Municipal. Após este levantamento foi feito um agendamento telefônico para a realização das entrevistas semi-estruturadas. O roteiro utilizado envolve nove questões subdividas nas seguintes temáticas: informações gerais, experiência profissional, formação profissional, atuação profissional / prevenção de saúde no contexto educativo. O roteiro foi pré-testado e aperfeiçoado. As entrevistas foram gravadas, transcritas e serão analisadas por meio de análise de conteúdo temática e freqüencial. RESULTADOS: Foram identificados 10 psicólogos na rede pública e 21 psicólogos na rede de ensino particular, sendo estes profissionais subdivididos em creches, escolas de ensino fundamental e médio e em cursos pré-vestibulares. Até o momento todas as entrevistas já foram realizadas, estando a pesquisa em fase de análise dos dados. Desta forma, espera-se que os resultados obtidos contribuam para a contextualização da atuação em psicologia escolar no cenário nacional possibilitando, em particular, o conhecimento das concepções e práticas atuais de trabalho em psicologia escolar na cidade de Juiz de Fora. Além disso, pretende-se também oferecer subsídios para a elaboração e proposição de cursos de formação continuada para os profissionais desta área, bem como uma reflexão e contribuição acerca da grade curricular, supervisões de estágios e formação acadêmica do estudante de psicologia.

Palavras-chave: Promoção, prevenção de saúde, atuação psicologia escolar.

ISSN 1981-2566

PREVENÇÃO DA AGRESSIVIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Jussara Siqueira Oliveira
Marisa Cosenza Rodrigues
Camila Soares de Abreu
Carolina Giovannini Carvalho

O comportamento agressivo tem sido um tema preocupante para os educadores. Pesquisas internacionais mostram que crianças agressivas podem apresentar comportamentos impulsivos, agitação, déficit de atenção e nas habilidades sociais ocasionando problemas em seus relacionamentos interpessoais tais como a rejeição pelos pares. Também tendem a apresentar dificuldades para processar informações relativas ás intenções e motivos comportamentais devido à presença de vieses e distorções no processamento de pistas sociais causando prejuízos a saúde psicológica e adaptação psicossocial destes indivíduos. O projeto realizado teve como objetivo a promoção de competências sóciocognitivas e pró-sociais na infância, tendo por base o modelo de processamento de informação e os fundamentos da biblioterapia, foi desenvolvido um trabalho com grupos de crianças de uma escola da rede pública de ensino, situada no campos da UFJF. Duas bolsistas foram selecionadas e capacitadas para participar do projeto. Elas foram responsáveis pela análise de 40 livros de histórias infantis de acordo com os seis passos do modelo de processamento social inspirado no programa estado unidense de redução do comportamento agressivo. O modelo procura representar o processamento da informação em seis passos: codificação de dicas internas e externas, interpretação e representação mental destas dicas, clarificação ou seleção de um objetivo, construção ou acesso à resposta, decisão da resposta e realização do comportamento. Dependendo do tipo de interação entre o indivíduo e o ambiente, é possível que se desenvolva uma tendência a atribuir intenções agressivas a seus pares. Diversos estudos identificam uma relação robusta entre este tipo de tendência atributiva e o comportamento agressivo em crianças e pré-adolescentes. No início do ano de 2006 as crianças foram selecionadas mediante relato dos professores sobre comportamentos agressivos e problemas de socialização observados no período de permanência na escola e entrevistas realizadas com os pais. O trabalho foi desenvolvido com 15 crianças, entre 5 e 7 anos de idade, divididas em três grupos. Os encontros eram divididos em relaxamento, recordação das regras pré-estabelecidas (visando à regulação da conduta), leitura da história (realizando o processamento) e tempo para jogos e brincadeiras. Utilizou-se como recurso, de forma conjugada, o livro de histórias infantis, que constitui um recurso econômico e criativo e as bases e modelos teóricos o modelo e processamento de informação, visando auxiliar as crianças a desenvolverem empatia através da discussão e exploração do processamento das pistas sociais relevantes contidas nas histórias. Mediante entrevistas de avaliação dos pais e professoras obtivemos resultados positivos do trabalho. Os relatos indicaram que as crianças têm progredido no tocante do reconhecimento e compreensão de sentimentos, emoções e intencionalidade da narração, ampliação no vocabulário (sentimentos e pensamentos), resolução de problemas e transposição da história para vida cotidiana, atenção e violação de regras. As melhoras nesses comportamentos foram observadas tanto na sala de aula como em ambiente familiar. Haja visto que é um projeto de extensão, os resultados indicam uma renovação do projeto para o ano de 2007.

Palavras-chave: Agressividade, educação infantil, histórias infantis, processamento de informação social.

ISSN 1981-2566

PSICOLOGIA ESCOLAR: UMA REFLEXÃO SOBRE A SEXUALIDADE NA ADOLESCÊNCIA

Paula Cristina Herbst

A função do psicólogo escolar é ajudar a acrescentar a qualidade e a ação ao processo educacional, por meio da aplicação dos conhecimentos psicológicos. A sexualidade está presente nas pessoas desde o nascimento até o final de sua vida, a orientação na escola é necessária porque se os alunos forem bem informados, poderão iniciar sua vida sexual mais tarde e com mais responsabilidade. A adolescência é uma fase em que diversos fatores estão em intensa transformação no indivíduo, esta fase abrange todo o processo de maturação biopsicossocial da pessoa. Esse trabalho é referente ao estágio de Psicologia escolar, sendo requisito para a formação de Psicólogo, com duração de 300 horas, incluindo o trabalho desenvolvido e orientação com professor da universidade. Tendo como objetivo aplicar os conhecimentos adquiridos durante o curso de Psicologia, possibilitando a aprendizagem e o desenvolvimento de competências para atuação do psicólogo, a fim de obter créditos necessários para a graduação em psicologia, oportunizando à estagiária desenvolver uma postura ética e profissional quanto à sua atuação como psicóloga escolar. Para a realização deste, foram convidados os adolescentes entre 13-15 anos de idade, esses alunos da sétima e oitava série, estudantes da Escola de Educação Básica “Professor Mário de Oliveira Goeldner”, localizada na cidade de Mafra, interior de Santa Catarina, atualmente tem ensino integral para as séries iniciais. Tem como filosofia “Enfrentar os desafios com coragem e persistência”. Afirma que existem problemas, diferenças de opiniões, diferenças pessoais, porém a equipe ao resolver essas diferenças e querendo mostrar o melhor, sempre faz com que a escola seja a vitoriosa. É o momento de reflexão, quando deverá haver comprometimento de todos, independente da decisão que se tomar. Há necessidade de libertação dos moldes tradicionais de escola e isso é imprescindível. Almeja-se que todos no processo tenham consciência crítica para tentar melhorar sempre que necessário. Transformação é mudar pra poder chegar lá! Foram realizados 16 encontros, cada um com aproximadamente 1h30min de duração, com o objetivo de trabalhar as questões da sexualidade na fase da adolescência. A escolha era do adolescente em participar ou não desses encontros. A metodologia utilizada foi exposição oral, cartazes, dinâmica de grupo, vivências, filmes, música e textos. O trabalho realizado possibilitou ao adolescente uma reflexão sobre seus valores a respeito de relacionamentos e comportamentos sexuais, a maneira de agir, o pré-conceito, a construção da própria identidade, a auto-estima, o contato físico, o uso de preservativo e uma gravidez indesejada.

Palavras-chave: Psicologia escolar, sexualidade, adolescência.

ISSN 1981-2566

TERAPIA COGNITIVO COMPORTAMENTAL NO TRATAMENTO DE DISTÚRBIO DO SONO EM CRIANÇAS COM DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM

Luciane Bizari Coin de Carvalho
Izilda Malta Torres

A terapia cognitivo-comportamental (TCC) tem sido amplamente utilizada nos tratamentos da ansiedade e da depressão, de acordo com as concepções teóricas de Aaron Beck seguidas posteriormente por Judith Beck e outros, tendo apresentado resultados bastante eficazes segundo a literatura. Assim, a TCC tem adquirido cada vez mais adeptos e tem sido largamente utilizada para diferentes quadros clínicos. Atualmente vem sendo também utilizada com bastante eficácia nos tratamentos de distúrbio de sono de crianças e adultos. Pesquisas revelam que crianças com dificuldades de aprendizagem podem ter como origem de tais dificuldades, o quadro clínico de distúrbio do sono. Muitas crianças hiperativas apresentam mais distúrbios do sono do que emocionais, principalmente distúrbios respiratórios do sono, sono inquieto, acordam mais e têm dificuldade para dormir. Esses distúrbios acontecem duas vezes mais do que em crianças com dificuldades de aprendizagem. As crianças com desordens afetivas, principalmente ansiedade, apresentam mais sonilóquio, pesadelos e relutância em ir para a cama. A relação entre distúrbios do sono e problemas de aprendizagem tem sido observada em crianças que têm qualidade do sono ruim, horários irregulares de ir para a cama e cansaço durante as aulas, sendo as crianças sem dificuldades em acordar pela manhã as que apresentam mais motivação. Dentre os distúrbios do sono, os distúrbios respiratórios do sono são mais prevalentes entre crianças e apresentam mais associação com a redução da performance cognitiva, afetando memória, atenção e habilidade visoconstrutiva. Crianças com restrição de sono apresentaram diferenças no desempenho do pensamento abstrato, no processo verbal e na criatividade. Estudos mais recentes apontaram para indícios de que o tratamento cirúrgico para hipertrofia de adenóides e tonsilas, causa mais comum de SAHOS na criança, propiciou uma melhora no distúrbio respiratório em si, mas não recuperou o déficit de aprendizagem sofrido pela criança, merecendo maior atenção dos pesquisadores. Assim, o presente trabalho trata-se de um curso que pretende levar aos discentes e profissionais de psicologia noções básicas da Terapia Cognitivo Comportamental e a utilização de suas técnicas e procedimentos nos tratamentos dos distúrbios do sono em crianças, como intervenção clínica nas dificuldades, medos e ansiedades que levam ao distúrbio de sono e consequentemente, ao de aprendizagem, e também como coadjuvante no tratamento cirúrgico e medicamentoso dos distúrbios respiratórios do sono, visando adequação comportamental e de auto-estima para que a criança possa recuperar seu processo de aprendizagem. Além da parte teórica do curso, pretende-se ilustrá-lo com casos clínicos para que os discentes e profissionais de psicologia possam discutir sobre os mesmos tomando conhecimento principalmente da junção que se faz necessária entre a teoria e a prática.

Palavras-chave: Terapia cognitivo-comportamental, distúrbios do sono, crianças.

ISSN 1981-2566

PSICOLOGIA ESCOLAR E PREVENÇÃO: ESTADO DA ARTE DE TESES E DISSERTAÇÕES NACIONAIS

Adriana Aparecida Ferreira

A prevenção em Psicologia Escolar é assunto freqüente no que concerne à atuação do psicólogo. Objetivou-se verificar o estado da arte sobre o tema, tendo em vista que se faz necessária a incorporação do que se é produzido em ciência aos serviços e tecnologias visando ao aprimoramento da atuação profissional. Nesse sentido, realizou-se uma busca no Banco de Teses da CAPES a partir das palavras-chave prevenção e psicologia escolar, que resultou em 48 resumos entre os anos de 1998 e 2004, os quais foram alvo de análise metacientífica. A maior parte dos trabalhos foram pesquisa (91,67%), sendo apenas 3 dos resumos de natureza teórica. Entre as pesquisas, 52,27% realizaram análise qualitativa, 34,09% análise mista, ou seja, tanto quantitativa quanto qualitativa e 13,64% correspondem a trabalhos cuja análise foi quantitativa. As mulheres foram as que mais pesquisaram sobre o assunto (79,17%) o que pode ser resultado do maior número de mulheres que freqüentam o curso de psicologia bem como pelo fato de que as mulheres estão mais presentes no trabalho em ambiente escolar. Foram diversos os cursos nos quais foram defendidas as teses e dissertações (N=13) o que pode indicar a natureza interdisciplinar da área. O curso de Psicologia foi o responsável pelo maior número de defesas (39,58%), seguido de Educação (22,92%) e Medicina (Saúde Mental) e Psicologia Clínica (6,25%). Foram verificadas também as IESs nas quais foram realizados os cursos afim de detectar instituições que mais enfocam a temática. A que aparece com maior percentagem foi a PUC-Campinas (18,75%), talvez por ter entre as linhas de pesquisa dos cursos de mestrado e doutorado uma que enfoque o tema. Em seguida aparecem a PUC-SP e USP-Ribeirão Preto (10,42%). Dentre os participantes dos estudos, 51,67% eram estudantes, sendo a maioria (26,67%) eram alunos do Ensino Fundamental. Foram realizadas pesquisas também tendo como participantes professores (11,67%), pais (3,33%), psicólogos e funcionários das escolas (1,67%). Buscou-se verificar qual era o alvo da prevenção escolar entre os trabalhos analisados. Com a mesma percentagem (15,79%) apresentaram-se a prevenção de Problemas de Aprendizagem/ Fracasso Escolar e de Uso de Substâncias Psicoativas. Problemas de Comportamento foram alvo de 10,53% dos estudos, Gravidez na Adolescência foi responsável por 7,02%, 5,26% dos estudos enfocaram Violência e outros 5,26% Violência Doméstica, os estudos sobre prevenção de Estresse e de Obesidade somaram 3,51%. Os demais aspectos (Aborto, Abuso professor/ aluno, burnout, deficiência, comportamento sexual de risco etc.) obtiveram apenas uma freqüência. Nota-se, portanto, que há diversos focos de prevenção para o trabalho do psicólogo escolar. A pesquisa está mais voltada para o aluno do ensino fundamental mas já engloba os demais níveis de formação, desde a pré-escola até a formação universitária. Faz-se necessário intensificar os esforços na produção do conhecimento sobre prevenção enfocando os diversos temas presentes na prática do psicólogo escolar, oferecendo suporte teórico para a atuação prática deste profissional.

Palavras-chave: Meta-análise, psicologia preventiva, produção científica.

ISSN 1981-2566

UMA PERSPECTIVA COGNITIVA NO TRABALHO COM CRIANÇAS AGRESSIVAS

Camila Soares de Abreu
Marisa Cosenza Rodrigues
Carolina Giovannini Carvalho

A agressividade constitui uma das queixas mais freqüentes nos serviços de psicologia aplicada, No CPA/UFJF, esse comportamento agressivo geralmente vem associado à outros problemas, tais como dificuldades acadêmicas, rejeição pelos pares, podendo evoluir para condutas inadequadas na adolescência, como delinqüência ou abuso de drogas. Dentre as pesquisas e modelos que buscam explicar o desenvolvimento sóciocognitivo na infância e o comportamento agressivo, destaca-se o modelo de Processamento de Informação Social proposto por K. Dodge em 1994, o qual propõe que as crianças, quando deparadas com uma situação social tendem a processar e interpretar as pistas sociais antes de manifestar um comportamento. A resposta comportamental é função do processamento dessas pistas recebidas como entrada do ambiente, e segundo este modelo, as crianças agressivas tendem a apresentar vieses e distorções nesse processamento, apresentando dificuldade para processar informações relativas às intenções e motivos dos outros. Com base nos referenciais teórico-práticos apontados acima, vêm sendo desenvolvido um projeto psicoeducacional que objetiva prevenir comportamentos agressivos, anti-sociais e problemas na escolarização em crianças pré-escolares e escolares utilizando como principal recurso histórias infantis. A leitura dessas histórias funciona como um guia para que a criança possa processar pistas sociais internas e externas e a compreender como os personagens relacionam-se uns com os outros; o que leva à elaboração de experiências pessoais, auxiliando-a na tomada de decisões e na resolução de problemas interpessoais. A seleção dos participantes é realizada mediante triagens, discussão dos casos em supervisão e entrevistas individuais com os pais e professores. O trabalho propriamente dito é realizado em grupo de aproximadamente 5 crianças , em encontros semanais com cerca de uma hora e meia de duração. São utilizadas técnicas de relaxamento, retomada dos principais pontos trabalhados nos encontros anteriores, a leitura das histórias a partir do modelo de Dodge e os últimos vinte minutos a meia hora, são destinados a atividades lúdicas. Paralelamente ao trabalho com as crianças são desenvolvidos grupos de orientação aos pais visando a modificação de condutas parentais inadequadas. Neste caso são utilizados as seguintes técnicas: instruções, vivências, exposição oral, trabalhos realizados em duplas, resolução de problemas e simulações de desempenho. Ao longo dos dois anos de trabalho,o projeto vem sendo aprimorado e não obstante as dificuldades encontradas (como a manutenção dos grupos em decorrência de eventuais desistências), o projeto obteve resultados satisfatórios e de acordo com a avaliação de pais, professores e a percepção do comportamento das crianças no próprio grupo, foi possível constatar melhora do comportamento agressivo e conduta anti-social das crianças, no que diz respeito à identificação, processamento e interpretação de pistas em situações sociais específicas e enriquecimento do vocabulário em relação aos pensamentos e sentimentos inseridos na narrativa. O grupo também evoluiu no que diz respeito à transposição dos aspectos sociocognitivos trabalhados para a vida cotidiana das crianças.

ISSN 1981-2566

EDUCAÇÃO, LAZER E QUALIDADE DE VIDA DO IDOSO

Maria do Socorro Leite Buriti

Ao envelhecer, as pessoas se deparam com mudanças nos suportes sociais que apóiam o ser humano. Os idosos tendem, progressivamente, a sentir que existem poucos anos de vida, o que os fazem sentir mais necessidade de apoio social. A preservação de identidade psicológica do indivíduo é de fundamental importância, pois é ela quem ajuda o homem a adaptar - se ao mundo externo e a enfrentar com serenidade a perda progressiva da capacidade física e todas as outras limitações. Para seu desenvolvimento ter continuidade e para superar dificuldades biopsicossociais inerentes a velhice, o idoso precisa estar envolvido em diversas tarefas entre as quais, explicita ou implicitamente, espera – se que busque o lazer. O lazer é uma das mais importantes dimensões da cultura, assim como o trabalho, a educação e a família. As atividades de lazer apresentam funções específicas como descanso que tem como objetivo reparar desgastes físicos e mentais decorrentes da vida diária, estresse, fadiga entre outros, a recreação é considerada também como uma atividade importante para o lazer, esta visa reparar o tédio, preencher o tempo livre e necessidade de quebra da rotina. Uma outra função é o desenvolvimento pessoal que viabiliza os aspectos sociais, cognitivos e a personalidade. Apesar do aumento do tempo livre, observa – se a falta de preparo para usufruir dele. Esse cenário também tende a se manter porque a maioria dos idosos menospreza atividades de lazer pela influência de uma sociedade que valoriza demasiadamente a produção. O idoso sabe trabalhar, no entanto não aprendeu administrar o tempo livre que passou a dispor. A falta de educação para a prática do lazer faz com que os idosos pensem que demanda grandes períodos de tempo e que não pode ocorrer no dia - a - dia, ou seja, o valor do lazer é subvertido e subestimado de forma a induzir a pessoa a sentir - se inútil e culpada, quando não está ocupada com o trabalho. Desse modo, é necessário educar o idoso para a prática do lazer para que possa estar capacitado a participar integralmente dessas atividades de forma a aproveitar melhor seu tempo livre. Conclui – se, dessa forma, que a educação para o lazer é de fundamental importância para o processo de desenvolvimento humano, ao longo do seu tempo de vida, bem como, para a melhoria da qualidade de vida da população idosa.

Palavras-chave: Educação, qualidade de vida, lazer.

ISSN 1981-2566

FLEXIBILIDADE TECNOLÓGICA E ENVELHECIMENTO

Adriana Aparecida Ferreira

As transformações sociais decorrentes do avanço da ciência e da tecnologia fazem parte hoje do cotidiano das casas, empresas e instituições de todos os tipos. Como conseqüência, cada vez mais o ser humano cria dependência dos recursos eletrônicos. As mudanças transparecem nas diversas dimensões da vida em sociedade. Mesmo a socialização envolve as relações intermediadas pelas redes de interconexões, ou seja, a aproximação entre as pessoas é mediada pelas tecnologias da comunicação e da informação. A disponibilidade de informação está cada vez mais abundante, o que gera a necessidade de preparar pessoas que saibam ler, interpretar, analisar criticamente as informações recebidas e selecionar as significativas. A geração nascida mais recentemente desempenha com desenvoltura o uso de botões, de teclas, de imagens, de ícones, mas a geração que se encontra hoje na fase adulta avançada precisa de estratégias para adaptar-se às rápidas e complexas mudanças tecnológicas. As mudanças envolvem equipamentos domésticos cada vez mais sofisticados como microondas, aparelhos de DVD, máquinas de lavar, aparelhos de som, telefones celulares, bem como serviços diversos como o uso de caixas eletrônicos, uso de cartões para compras em supermercados e lojas diversas, serviços oferecidos pela Internet, entre outros. Para o idoso viver com qualidade de vida é importante desenvolver a tarefa de adaptar-se ao uso dos recursos tecnológicos da atualidade, sem a qual ele não será capaz de manter a independência social e relacionar-se com os pares, bem como utilizar serviços. Nesse sentido, faz-se necessário para o idoso a aprendizagem de novos comportamentos, especialmente para a inclusão das novas tecnologias na vida diária. Tendo em vista a importância das redes de contatos sociais na velhice, principalmente no que diz respeito a definições, características e funções da amizade, nos tamanhos das redes de suporte, na presença de amigos nas redes, na sua importância enquanto fontes de suportes sociais, e considerando que os relacionamentos interpessoais estão cada vez mais vinculados às redes de comunicação, o idoso que não passar a utilizá-las pode ter reduzidas as possibilidades de criar e manter amizade com pares. As universidades e grupos de terceira idade têm contribuído na alfabetização tecnológica para o idoso por meio de cursos voltados para essa população, porém pesquisas sobre o impacto da aprendizagem e utilização de computadores pelos idosos são escassas no Brasil. Entretanto, as pesquisas realizadas indicam que o uso de novas tecnologias entre idosos tem mostrado benefícios para essa população, tanto do ponto de vista do estimular a atividade cognitiva como sob o aspecto da interação social, trazendo, conseqüentemente, aumento da qualidade de vida.

Palavras-chave: Modernidade, adaptação, velhice, comunicação, inclusão digital.

ISSN 1981-2566

RELIGIOSIDADE E QUALIDADE DE VIDA

Vera Vecchiatti Socci

Uma característica do desenvolvimento acompanha todo o ciclo de vida do ser humano e parece ser particularmente relevante na velhice, sua religiosidade/espiritualidade. Pode-se afirmar que a religiosidade está ligada ao sentimento de bem estar subjetivo, que é uma medida utilizada para analisar a satisfação com a vida, e que é resultado da avaliação que cada um faz sobre suas capacidades, as condições ambientais e a sua qualidade de vida. Esta avaliação depende de critérios pessoais, de valores, e expectativas individuais e sociais, o que inclui o trabalho, a família, as amizades, a saúde, a sexualidade e a espiritualidade. Nesse ponto é importante ressaltar que, embora as estatísticas nacionais revelem que a maioria da população brasileira professe alguma crença religiosa, o estudo psicológico sobre religiosidade não tem sido suficientemente capaz de dar conta dos problemas específicos de idosos envolvendo a religiosidade. Na história da Psicologia, nomes importantes como o de Allport, Fromm, James, Jung, Maslow e Victor Frank, entre outros, destacaram o importante papel da espiritualidade na vida das pessoas, principalmente na meia-idade e na velhice. Entretanto, de um modo geral, tanto a Psicologia como a Medicina ocidental descuidaram deste aspecto até muito recentemente. É importante lembrar que desde a Assembléia Mundial de Saúde de 1983, houve a discussão sobre a inclusão da dimensão espiritual (não material) na conceituação de saúde, que deixou, mais recentemente, de ser meramente a ausência de doença para ”um estado dinâmico de completo bem estar físico, mental, espiritual e social”. Atualmente, com o aumento da longevidade, tem havido, entre os pesquisadores, um aumento no interesse pelo estudo científico dos tópicos religião e espiritualidade e sua relação com a saúde integral das pessoas, inclusive idosos. Por exemplo, já em 1987, uma revisão da literatura, feita por Levin e Schiller, relatava mais do que 200 estudos demonstrando uma relação positiva entre a variável religiosidade e indicadores de saúde. Mais recentemente, em 2000, Musick, Traphagan, Koening e Larson, numa revisão mais voltada para idosos, documentaram a associação entre várias medidas de religiosidade e seus reflexos na saúde, portanto em sua qualidade de vida. Importante é salientar que alguns estudiosos consideram a estreita relação entre o envelhecimento e o sentimento religioso em função de uma maior interiorização da personalidade, um aumento da auto-reflexão e introspecção que se inicia na meia-idade. A busca de um sentido pessoal, ou de um propósito para a vida, considerações sobre a finitude da existência, e/ou a idéia de transcendência propiciam um campo fértil para indagações religiosas.

Palavras-chave: Espiritualidade, idoso, religião, velhice, crenças religiosas.

ISSN 1981-2566

PSICOLOGIA E IDOSO: ANÁLISE DE RESUMOS DO BANCO DE TESES DA CAPES

Lilian Lorca Wuo
Adriana Aparecida Ferreira
Daiane Pereira Garçon

O crescimento da população idosa é um fenômeno relativamente novo. No Brasil, os idosos representam cerca de 8,6% do total. As melhorias nas condições de saúde e o avanço da medicina são alguns dos fatores que vêm contribuindo para o aumento da perspectiva de vida. A fim de realizar uma meta-análise da produção científica sobre idosos no Banco de Teses da CAPES (1990 à 2004), esta pesquisa teve como objetivos verificar especificamente o gênero dos autores, as instituições e os cursos de vínculo dos pesquisadores, o tipo de trabalho (teórico ou pesquisa), a temática, os participantes e os instrumentos utilizados na coleta de dados. Para a seleção do material, foi acessado o Banco de Teses da CAPES e feita a busca com as palavras-chave Idoso e Psicologia da qual resultaram 152 resumos, sendo 76,96% dissertações de mestrado, 21,72% teses de doutorado e 1,32% de cursos profissionalizante. Todos os resumos foram analisados de acordo com os objetivos propostos. Verificou-se que 75,65% da autoria era feminina, 20,69% masculina e 3,94% não foi possível identificar o gênero. Dos tipos de trabalho prevaleceram as pesquisas qualitativas com 55,92%, 24,34% era quantitativa e 15,14% era teórica. Para o tratamento estatístico foi utilizado o teste de Qui-quadrado, onde o 2o = 89,35 (2c = 7,82, n.sig. = 0,05 e n.g.l. = 3), mostrando que é significante a diferença entre os tipos de trabalho. O curso de Psicologia teve a maior freqüência com 32,23%, seguido pelos cursos da área da Saúde, 31,57%, e Educação, 21,71%. O 2o = 35,47 (2c = 7,82, n.sig.= 0,05 e n.g.l. = 3) evidencia a diferença estatística. As Universidades públicas foram as que mais realizaram trabalhos, 63,82%, as privadas 10,52% e as comunitárias 25,66%, sendo estatisticamente significante a diferença entre as categorias (2o = 68,77, 2 c = 5,99, n.g.l. = 2 e n.sig. = 0,05). Os temas mais pesquisados foram quanto a saúde do idoso (26,80%), qualidade de vida (15,74%), relações interpessoais (13,61%), atividades de vida diária (7,24) e representações sociais (5,24). Com uma grande variação de temas, o 2o = 192,03 (2c = 22,36, n.g.l.= 13 e n.sig.=0,05) confirma a diferença significante. Entre os participantes 32,74% eram idosos com idades entre 60 e 84 anos e 37,50% não tinham sua faixa etária especificada no resumo e com o teste estatístico (²o= 84,65, 2c = 11,07, n.g.l.= 5 e n.sig.0,05) pode-se verificar diferença estatisticamente significante. Foi significante (²o = 78,6, 2c = 14,07 e n.g.l.= 7) o predomínio de entrevistas (31,52%) entre os instrumentos utilizados pelos pesquisadores para coleta de dados, seguido por questionários (15,06%). Conclui-se que apesar de se tratar de área recente na Psicologia, apresenta indicadores de produção que permitem avalia-la como uma área que apresenta perspectivas de crescimento. Trata-se de área interdisciplinar tendo em vista os vários cursos envolvidos e a temática está voltada aos aspectos positivos do envelhecimento, especialmente saúde e qualidade de vida.

Palavras-chave: Envelhecimento, meta-análise, desenvolvimento.

ISSN 1981-2566

RELAÇÕES INTERGERACIONAIS: PROMOÇÃO DE QUALIDADE NAS INTERAÇÕES ENTRE ALUNOS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA

Aline dos Santos Paleari
Fraulein Vidigal de Paula

Este trabalho, desenvolvido no Estágio de Psicologia Escolar, objetivou promover melhor qualidade nas relações entre jovens e adultos/idosos, em uma Escola Estadual que oferece Educação de Jovens e Adultos. A demanda para este trabalho foi identificada a partir do diagnóstico das condições de ensino e aprendizagem nesta escola, realizado no início do estágio, a partir do qual constatou-se dificuldades no plano das interações entre jovens e adultos/idosos que freqüentavam a mesma sala de aula e o modo como estas afetavam negativamente as relações de ensino e aprendizagem. Consideramos que nas situações em que há a convivência entre diferentes gerações é importante o intercâmbio entre os envolvidos, em que todos podem ser beneficiados em termos afetivos, sociais, cognitivos e de aprendizagem escolar. Na etapa diagnóstica, os instrumentos utilizados foram observações sistemáticas das salas de aula, dos HTPCs, da estrutura física e administrativa da escola, além de entrevistas com os integrantes da escola - direção, professores, funcionários, alunos - e membros da comunidade. Baseando-se nestas informações, foi realizada a caracterização da estrutura física e social da escola, o levantamento de queixas e demandas referentes às condições de ensino e de aprendizagem. Finalizando esta etapa, foi dado retorno à escola e apresentada proposta a ser desenvolvida, cujo objetivo foi exercitar a capacidade de diálogo e reflexão sobre diferentes aspectos que caracterizam as faixas etárias identificadas entre os alunos, a fim de torná-los mais envolvidos na situação, mais flexíveis e abertos às diferenças do outro. Aceita a proposta, trabalhou-se com alunos que cursavam o 2º termo (equivalente à 6ª série do Ensino Fundamental) do EJA, período noturno. As atividades realizadas focalizaram a reflexão sobre estereótipos ligados às fases de desenvolvimento abordadas, oferecimento de informações baseadas em estudos científicos sobre as características físicas, psicológicas e sociais das mesmas, situações em que os envolvidos puderam hipoteticamente 'se colocar no lugar do outro' e além de cooperação entre pessoas de faixas etárias diferentes, que não foram observadas trabalhando juntas em sala de aula. Com estes propósitos utilizou-se de técnicas de dinâmica de grupo, atividades de reflexão e discussão em grupo e leitura de texto, jogos de palavras embaralhadas relacionadas aos temas Juventude e Maturidade, foram ministradas duas palestras com os mesmos temas, além de solicitada a "produção de frases" acerca dos temas discutidos. Foi realizada observação de uma aula antes e após a intervenção. Por meio destas observações e do relato dos alunos e professores da turma envolvida, verificou-se que as relações entre os alunos de diferentes faixas etárias apresentaram-se mais tolerantes e cooperativas. Atribuímos parte deste resultado à realização das atividades propostas, pois por meio destas promoveu-se oportunidades para tomada consciência e reflexão sobre conceitos prévios e obtenção de mais informações sobre o desenvolvimento humano, além de trabalho em grupo, em prol de objetivos compartilhados, em que as diferenças etárias eram importantes para o alcance das metas a serem atingidas. Concluímos que iniciativas desta natureza podem ser realizadas em contextos em que estereótipos e preconceitos dificultam as relações interpessoais e o sucesso na aprendizagem escolar.

Palavras-chave: Relações intergeracionais, psicologia escolar, EJA.

ISSN 1981-2566

LEITURA, EDUCAÇÃO E QUALIDADE DE VIDA DO IDOSO

Elza Maria Tavares Silva

A leitura é um comportamento complexo que tende a se desenvolver intensamente na infância e, se for adequadamente trabalhado continua a se aperfeiçoar ao longo da vida, exceto em caso de patologias específicas. A leitura tem sua importância não só social como pessoal, dessa forma há a justificativa da preocupação de pesquisadores de várias áreas do conhecimento para com este tema. Como início foi preocupação de psicólogos e pedagogos, depois esta preocupação passou a ser também de sociólogos, antropólogos, fonoaudiólogos, lingüistas, fisiólogos, neurologistas, cientistas e políticos. A leitura mantida regularmente na terceira idade pode prevenir e retardar vários problemas biopsicossociais que ocorrem nesta etapa da vida, garantindo melhor qualidade de vida. Quando a pessoa chega à velhice, não importando o avanço cronológico, ela ainda assim tem tarefas de desenvolvimento para cumprir e garantir sua qualidade de vida e, a este aspecto a leitura é um recurso útil em todas elas. Tais tarefas de desenvolvimento podem ser entendidas como atividades, estratégias e mudanças que a pessoa deve fazer para que o seu desenvolvimento seja garantido como também o seu bem-estar, sua qualidade de vida e por fim à sua evolução pessoal. Pela leitura, o idoso pode informar-se de como conduzir melhor sua vida para usufruí-la da melhor maneira possível. Também pode ficar informado sobre as tarefas de desenvolvimento que se espera que as pessoas cumpram nesta idade, pois asseguram qualidade e satisfação no viver. Além do caráter informativo-educacional, a leitura é uma forma de lazer fácil de desfrutar, mesmo quando há sérias limitações físicas. Pois, realmente, o lazer é um fator de proteção à saúde mental. Assim sendo, pode, via lazer, contribuir para a melhoria do desenvolvimento e dar alegria ao idoso. Entretanto, envolver o idoso em programas de prevenção pode requerer motivá-lo, pois é tarefa que importa cuidar em qualquer projeto de segurança para que se tornem planejamentos assistenciais eficientes e efetivos. Neste contexto é preciso lembrar que tanto quanto as crianças, jovens e adultos, o idoso deve ser atendido em suas necessidades de leitura. Há ainda um outro aspecto que pode ser considerado: a contribuição do idoso na formação de novos leitores, como no lar (melhoria da leiturabilidade da família), na escola (programas especiais de remediação), como também no atendimento a outros leitores em trabalhos nos hospitais (leitura para pacientes), centros comunitários (organização de ciclos de leitura ou leituras temáticas), nas ruas e no comércio(contador de histórias) ou outro contexto diverso. Pode ainda colaborar como leitor para grupos especiais como pessoas hospitalizadas e mesmo grupos de rua ou de instituições. A leitura é, certamente, um caminho produtivo para a melhoria da qualidade de vida do idoso, além de ser uma forma de enriquecimento da vida.

Palavras-chave: Terceira idade, saúde, informação, envelhecimento, leitor.

ISSN 1981-2566

EDUCAÇÃO PARA A SAÚDE NA VELHICE.

Ana Zahira Bassit
Maria do Socorro Leite Buri
Marcelo de Almeida Buriti

Caracterização das representações sociais de idosos sobre a saúde e a doença. Na literatura sobre o Envelhecimento e a Saúde Coletiva é marcante a presença de estudos indicando uma correlação significativa entre a forma pela qual o idoso concebe o que é a saúde e, conseqüentemente o que é a doença, com o tipo e a qualidade dos cuidados com a sua saúde. A Velhice é um período da existência humana propício ao aparecimento de doenças crônico degenerativas que nem sempre os sintomas e ou suas conseqüências ao idoso são visíveis ou percebidas de imediato. Conseqüentemente, se o idoso concebe a saúde apenas como a ausência de doenças, pode perder a oportunidade de obter um diagnóstico precoce ou mesmo de prevenir um possível quadro que comprometa sua autonomia. A Educação para a Saúde neste período da vida é de fundamental importância para a prevenção primária e secundária em saúde, como também para a promoção de saúde de idosos. No entanto, apesar de sua importância, nem sempre é tarefa fácil educar idosos para a saúde na velhice. Uma das dificuldades reside na concepção majoritária entre os idosos, segundo a qual a preocupação em manter a saúde tem início a partir de algum sintoma grave que coloque em risco a sua existência ou a sua autonomia. Outra dificuldade encontrada diz respeito à própria tradição dos idosos de atualmente que, quando mais jovens, não obtiveram informações sobre a importância de manter a saúde a fim de conservar a autonomia. As atitudes adotadas nessa área precisam considerar tanto as tradições dos idosos quanto ao tipo de cuidados com a saúde, como também as suas próprias representações sociais sobre o que é saúde. Estudos sobre depressão entre idosos indicam que, mesmo considerando a saúde como ausência de doença, estes reconhecem algumas atividades como capazes de propiciar bem estar físico e psicológico. Entre estas atividades, o contato social ou a participação numa atividade que favoreça a convivência com outros, independentemente da idade dos participantes, é uma das atividades apontadas como capaz de promover a saúde. Ao serem indagados sobre que atividades seriam essas, os idosos indicaram, em primeiro lugar, as atividades sociais com a família de origem ou com outras pessoas, seguida das atividades físicas coletivas e o lazer. Uma possível explicação para este resultado diz da importância das relações sociais para a reafirmação da identidade social do idoso e sua inclusão social. Por outro lado, as atividades físicas coletivas e as de lazer além de propiciarem contato social indicam qualidade de vida associado ao bem estar físico e psicológico.

Palavras-chave: Educação para a saúde, velhice, gerontologia.

ISSN 1981-2566

O IDOSO E O ESTADO DA ARTE: CONTRIBUIÇÕES PARA A QUALIDADE DE VIDA

Carla Witter

Os estudos do envelhecimento e do estado da arte desta produção permitem o mapeamento do conhecimento e dos avanços científicos realizados sobre essa fase do desenvolvimento humano. A ciência tem colaborado muito para o incremento da vida com qualidade, seja com pesquisas básicas ou empíricas, seja com estudos descritivos e correlacionais ou delineamentos quase experimentais ou experimentais. O fato é que a ciência contribui para a evolução da humanidade e os avanços tecnológicos permitem uma melhor qualidade de vida para as pessoas. O conhecimento se ampliou e se modificou nas ciências humanas e da saúde, cabendo destacar o conceito de saúde que tem sido definido de forma mais positiva, em resumo a conceituação de saúde deixou de ser ausência de doença e passou a ser bem estar psicológico, biológico e social. Portanto, para o ser humano ser considerado saudável, não é mais suficiente não ter problema de saúde, ou seja, doença no sentido biológico da palavra. É fundamental para a saúde humana que ela seja estudada na sua diversidade e singularidade, na sua natureza humana e individual, sendo contemplada nos seus múltiplos aspectos pelas diversas áreas do conhecimento, tais como: medicina, biologia, neurociências, psicologia, nutrição, antropologia, sociologia etc. Afinal, o homem continua sendo o objeto de estudo mais complexo examinado pela ciência. Em função dos avanços científicos, também, ocorreu uma mudança do foco e dos delineamentos das pesquisas e, consequentemente, das estratégias de trabalho e intervenções realizadas que passaram a ter ações mais preventivas do que remediativas. Há uma ênfase nas pesquisas e na aplicação das suas descobertas pelos profissionais da saúde que a adotem corroborando um modelo de atuação baseado na prevenção e promoção da saúde nos seus diversos aspectos. Vale destacar alguns exemplos de pesquisas e suas aplicações. Pesquisas sobre os hábitos comportamentais de maneira geral, como por exemplo, os de alimentação, têm produzido diversos estudos interdisciplinares e em áreas de conhecimento distintos, principalmente sobre obesidade. Este transtorno alimentar é considerado problema de saúde pública e estão sendo desenvolvidas ações preventivas e de promoção de saúde relacionados ao controle de ingestão de alimentos mais saudáveis aliados a necessidade de atividade física, além da avaliação psicológica e sociológica ao distúrbio alimentar. Investigações sobre o envelhecimento, destacando a importância do desenvolvimento de atitudes saudáveis para viver bem a velhice, aprendendo a conviver com as doenças inevitáveis desta idade, para tanto existem várias práticas preventivas, desde as alimentares até as de convívio social. Estudos de memória que possibilitaram o entendimento de atitudes e procedimentos que podem promover e preservar esta atividade cerebral, sendo a leitura uma das estratégias mais simples e eficazes, portanto, um hábito que deve ser desenvolvido no ser humano sempre, como uma das ações preventivas mais importantes para desenvolver o bem estar físico e a saúde social. É notável e indispensável pesquisas de metanálise para avaliar a qualidade e aplicabilidade do conhecimento científico produzido, promover a interface dos trabalhos, fornecer diretrizes e subsídios para que a ciência seja continuamente melhorada.

Palavras-chave: Envelhecimento, produção científica, meta análise, metaciência, análise de conteúdo.

ISSN 1981-2566

ATIVIDADE FÍSICA COMO PREVENÇÃO DE PROBLEMAS BIOPSICOSSOCIAIS NO IDOSO

Marcelo de Almeida Buriti

O avanço técnico – científico contribuiu, especialmente a partir da segunda metade do século passado, para aumentar substancialmente a longevidade. Durante muito tempo, o envelhecimento natural foi, equivocadamente, caracterizado como um estado patológico, isto é, considerava – se envelhecer como uma situação derivada da doença. No entanto, o ciclo de vida maior pode e deve ser vivido de maneira saudável e com qualidade, desse modo, se faz necessário criar planos e programas de prevenção. Dentre os mecanismos de prevenção, a atividade física deve ser levada em consideração por parte dos indivíduos e da sociedade brasileira, pois o envelhecimento está associado com a redução da capacidade aeróbia máxima, força muscular, respostas motoras eficientes e declínio das capacidades funcionais de ordem geral. A atividade física regular e sistematizada aumenta ou mantém a aptidão física da população idosa, contribuindo para o bem estar funcional, diminuindo a taxa de morbidade e de mortalidade desse segmento da população. Mesmo sabendo que é necessário contar com mais pesquisas em relação ao papel da atividade física no processo de envelhecimento, já se têm muitos dados que comprovam seus benefícios físicos, mentais e sociais. Embora os efeitos sejam difíceis de medir, a maioria dos pesquisadores concorda que a atividade física tem efeito psicossociais benéficos no idoso.Com o envelhecimento surgem diversas alterações músculos esqueléticas, a coluna vertebral de maneira generalizada impede sua locomoção que, por sua vez, limita sua funcionalidade de participar de atividades, tais como: caminhar, ir ao baile, viajar e realizar suas atividades de vida diárias. As tensões localizadas na musculatura do pescoço dificultam sua capacidade de orientação e observação e, o mundo assim passa a ser linear e sem motivação.Com a prática de atividade física aumenta o fluxo energético para que os movimentos venham fazer parte novamente da natureza do individuo evitando vários problemas emocionais como, por exemplo, a ansiedade e o estresse. Estar bem, sentir-se saudável faz parte do desenvolvimento humano e este não acaba com o envelhecer, quando uma pessoa idosa procura a atividade física como meio de promoção da saúde aumenta a probabilidade de melhorar sua qualidade de vida.Pelo exposto, há uma nítida relação entre o envelhecimento e perdas biológicas diversas, as quais, além dos efeitos orgânicos apresentam conseqüências sociais e psicológicas negativas. A atividade física tem potencial para reduzir o ritmo do envelhecimento e para ser coadjuvante em programas de atendimento ao idoso, melhorando vários aspectos da saúde biológica e psicologia, além dos aspectos relacionados ao viver social.As informações aqui apresentadas parecem suficientes para justificar a atividade física como base para melhoria da saúde e prevenção de problemas biopsicossociais entre os idosos.

Palavras-chave: Atividade física, idoso, problemas biopsicossociais.

ISSN 1981-2566

"AFETO, COGNIÇÃO E SOCIABILIDADE DE IDOSOS EM OFICINAS DE JOGOS"

Heloisa Helena Genovese de Oliveira Garcia
Márcia Zampieri Torres
Lino de Macedo

Nas últimas décadas, com o envelhecimento progressivo da população mundial, proliferaram discussões e pesquisas direcionadas a esta faixa etária. Dentre elas, destacam-se estudos relacionados ao conceito de qualidade de vida e às possíveis formas de promovê-la. Neste sentido, o Laboratório de Psicopedagogia do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (LaPp-IPUSP), coordenado pelo Professor Doutor Lino de Macedo, tem expandido seus serviços a esse público. Desde 1987, o Laboratório oferece oficinas de jogos para crianças, adolescentes e professores, visando favorecer o desenvolvimento e a aprendizagem de competências cognitivas e sócio-afetivas. Tal trabalho, fundamentado na teoria construtivista de Jean Piaget, tem sido objeto de várias pesquisas acadêmicas, originando diversas publicações. Nesta Comunicação Oral, apresentamos resultados preliminares do projeto de "Oficinas de Jogos com a Terceira Idade", iniciado em fevereiro de 2006. Os objetivos deste projeto, que atende gratuitamente pessoas a partir de 60 anos, são: favorecer, por meio de jogos e situações-problema, processos cognitivos, em especial o raciocínio, a atenção e a memória; oferecer, em um contexto lúdico, experiências com jogos e situações-problema que possibilitem ressignificar a importância e a possibilidade de construir novos conhecimentos; promover situações lúdicas que favoreçam o uso e o aprimoramento de habilidades sociais. As oficinas acontecem em encontros semanais, com uma hora e meia de duração, e são conduzidas por uma dupla de profissionais do Laboratório. Cada oficina é organizada para conter três momentos. O primeiro deles, a Hora da Roda, corresponde a um espaço de trocas de experiências, no qual os alunos podem conversar livremente sobre temas de seu interesse. O segundo, a Hora do Jogo, corresponde ao trabalho com o jogo do dia, envolvendo a realização de partidas e torneios entre os alunos, e a resolução de situações-problema. No terceiro momento, a Hora dos Cantinhos, os alunos agrupam-se livremente e escolhem jogos de curta duração, expostos na sala. São utilizados diversos jogos que envolvam conteúdos lingüísticos ou matemáticos, a fim de permitir que os alunos façam uso de seus processos mentais, encontrando estratégias e procedimentos adequados à resolução dos desafios colocados pelas situações lúdicas. Dentre eles, destacam-se o Rummikub, o Matix e o Pingo no "i" e passatempos como Sudoku e Criptograma. Os resultados preliminares deste projeto envolvem três aspectos: 1) Cognitivos: a) melhora na capacidade de concentração e atenção durante jogos e explicações; b) desenvolvimento de novas estratégias de pensamento (análise e tomada de decisão); c) melhora nos processos de memória, extensiva a contextos externos às oficinas. 2) Afetivos: a) envolvimento crescente com os jogos propostos (interesse, alegria, concentração, multiplicação fora das oficinas); b) incremento da auto-estima; c) mudança de postura na oficina: melhor cuidado de si (x depressão). 3) Sociais: a) interação e cooperação crescente durante os jogos; b) maior tolerância frente às diferenças entre os participantes. A proposta, a metodologia e os dados obtidos foram analisados à luz da teoria da equilibração majorante de Piaget. Por este intermédio, pôde-se analisar os observáveis em função das regulações dos fatores em jogo segundo os tipos de conduta alfa, beta e gama.

Palavras-chave: Construtivismo, jogos, velhice, trabalho em grupo.

ISSN 1981-2566

APRENDER A APRENDER: ANÁLISE DA INTERNET COMO FERRAMENTA PARA O DESENVOLVIMENTO DO IDOSO

Silvana Marinaro Verona
Cristiane Cunha
Gustavo Camps Pimenta
Marcelo de Almeida Buriti

Com o aumento da expectativa de vida o idoso passa a ser um sujeito mais ativo na sociedade e a partir desta perspectiva o vemos mais presente no mercado de trabalho, ansiando por projetos futuros e consequentemente, acompanhando as transformações tecnológicas. A internet despertou também interesse nos idosos que atualmente buscam aprender a fazer uso desta ferramenta. A possibilidade de aprender algo novo é um desafio para o idoso e pode melhorar sua condição de interação social e estimular sua atividade mental. A integração o idoso às novas tecnologias é um meio para evitar a sua exclusão social e para que isso se torne eficiente é necessário à criação de cursos voltados para os idosos aonde possam aprender adequadamente estes novos conhecimentos. A pesquisa objetivou descrever a relação do idoso com a internet comparando o idoso que usa a internet e aquele não utiliza essa ferramenta. Participaram da pesquisa 15 sujeitos de ambos os sexos, acima de 60 anos, que freqüentam diversas instituições na cidade de São Paulo. Os dados foram coletados por meio de um questionário com questões abertas e fechadas, com a finalidade de levantar a opinião dos idosos a respeito da Internet destacando quais as dificuldades encontradas em seu uso e sobre a possibilidade de fazer amigos pela Internet. A pesquisa teve em sua amostra, 60% de mulheres e 40% de homens, a média da idade das mulheres foi de 68,3 anos e os homens a média foi de 71,3 anos, 60% dos participantes são casados, 20% viúvos, 13,5 % solteiros e 6,6% de divorciados, todos os participantes (100%) relataram já serem aposentados e 40% possuem computador; quanto aos participantes que relataram não possuir computador (60%), 88,8% consideram difícil o uso da internet, principalmente por não terem conhecimento algum sobre o assunto. Os resultados mostraram que 40% dos idosos consideram que a Internet favorece a comunicação, 26,6% entretenimento, 26,6% aquisição de conhecimento e 6,6% não responderam a questão; quanto às dificuldades encontradas no uso da Internet, dos entrevistados que utilizam esta ferramenta, 55,5% não apresentam dificuldades, 33,3% apresentam dificuldades no uso do computador e 11,1% relataram problemas de saúde que inviabilizam o uso do computador; quanto à possibilidade de fazer amigos pela Internet, 40% relataram apenas que acham possível, 33,3% não usam este recurso e 26,6% efetivamente fizeram amigos pela Internet. Concluiu-se que a maioria dos idosos ainda não utiliza a internet por acharem difícil e também por não terem interesse e que embora tenham conhecimento de seus benefícios mostraram resistência para sua utilização.

Palavras-chave: Envelhecimento, comportamento, alfabetização digital.